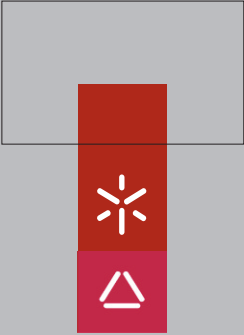


Bolsa de Investigação no âmbito do QREN-POPH – Tipologia 4.1 – Formação avançada, comparticipado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do MCTES, com a referência SFRH/BD/28573/2006

**FCT**  
Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





Volume I

Entre o crime e a cadeia: violência e marginalidade no Alto Minho (1732-1870)

Alexandra Patrícia Lopes Esteves

UMinho | 2010



Universidade do Minho  
Instituto de Ciências Sociais

Alexandra Patrícia Lopes Esteves

Entre o crime e a cadeia: violência e marginalidade no Alto Minho (1732-1870)

Volume I

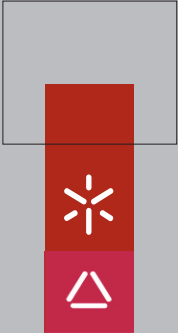
Agosto de 2010



Bolsa de Investigação no âmbito do QREN-POPH – Tipologia 4.1 – Formação avançada, comparticipado pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do MCTES, com a referência SFRH/BD/28573/2006

**FCT**  
Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR





Universidade do Minho  
Instituto de Ciências Sociais

Alexandra Patrícia Lopes Esteves

Entre o crime e a cadeia: violência e  
marginalidade no Alto Minho (1732-1870)

Volume II



**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

Alexandra Patrícia Lopes Esteves

**Entre o crime e a cadeia: violência e  
marginalidade no Alto Minho (1732-1870)**

**Volume I**

Tese de Doutoramento em História  
Ramo de conhecimento em Idade Contemporânea

Trabalho efectuado sob a orientação da  
**Professora Doutora Maria Marta Lobo de Araújo**

Agosto de 2010



**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

Alexandra Patrícia Lopes Esteves

**Entre o crime e a cadeia: violência e  
marginalidade no Alto Minho (1732-1870)**

**Volume II**

Tese de Doutoramento em História  
Ramo de conhecimento em Idade Contemporânea

Trabalho efectuado sob a orientação da  
**Professora Doutora Maria Marta Lobo de Araújo**

Agosto de 2010

## DECLARAÇÃO

**Nome:** ALEXANDRA PATRÍCIA LOPES ESTEVES

**Endereço electrónico:** alexandraesteves@iol.pt      **Telefone:** 25874138

**Número do Bilhete de Identidade:** 11873256

**Título da Tese de Doutoramento:**

Entre o crime e a cadeia: violência e marginalidade no Alto Minho (1732-1870)

**Orientadora:**

Professora Doutora Maria Marta Lobo de Araújo

**Ano de conclusão:** 2010

**Ramo do Conhecimento do Doutoramento:**

História – Idade Contemporânea

DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, NÃO É PERMITIDA A REPRODUÇÃO DE QUALQUER PARTE DESTA TESE.

Universidade do Minho,    /    /

Assinatura: \_\_\_\_\_

## AGRADECIMENTOS

Aparentemente solitário, o trabalho de investigação no domínio da História vai compilando uma pequena multidão de contribuições que permitem, não só a sua realização, como o seu enriquecimento, convertendo o seu produto num esforço partilhado. Foram várias as pessoas que, pela sua dedicação e companheirismo, pelo seu profissionalismo e empenho, mas também pela amizade, permitiram que não nos sentíssemos desacompanhadas nesta caminhada.

O nosso primeiro e especial agradecimento é dirigido à nossa orientadora, a Professora Marta Lobo. O nosso sentimento de gratidão não advém apenas do apoio que nos concedeu durante a feitura deste trabalho, mas também ao crescimento e amadurecimento que nos ajudou a conseguir ao longo destes anos, como investigadora e, sobretudo, como pessoa. Experimentamos essa evolução com a sua presença incentivadora, com a sua disponibilidade, com os seus conselhos, com as suas pequenas dicas e grandes recomendações. Por tudo isso, reconhecemos na nossa orientadora muito mais do que um modelo profissional, consideramo-la uma referência, pelo seu rigor e exigência, uma voz representativa de certos valores que pelos quais gostaríamos de nortear o nosso futuro.

Gostaríamos, em seguida, de expressar a nossa gratidão à Dr.<sup>a</sup> Olinda Pereira, pela sua simpatia, pela forma como nos recebeu no Arquivo Distrital de Viana do Castelo e nos ajudou a franquear as portas de outras instituições, pelo entusiasmo que nos transmitiu e pela colaboração que nos dispensou no acesso a toda a documentação. Também é devida uma palavra de reconhecimento à Dr.<sup>a</sup> Clotilde Amaral, a nova directora, cujo profissionalismo e simpatia são inextinguíveis, bem como às restantes funcionárias, à Dr.<sup>a</sup> Lurdes, à D. Inove e à D. Ana pela rapidez e eficiência com que atendiam os nossos pedidos; à D. Piedade, à D. Ana Maria e à D. Piedade Dias pela afabilidade com que sempre nos receberam, fazendo com que cada dia de trabalho ali passado constituísse uma autêntica visita.

A nossa viagem pelos arquivos estendeu-se a outras paragens, umas mais longas que outras, sendo a nossa jornada mais demorada no Arquivo Histórico do Governo Civil de Viana do Castelo, entidade a quem agradecemos por nos ter permitido consultar o seu vasto e rico espólio documental. O nosso reconhecimento estende-se aos funcionários da instituição, em particular à D. Manuela.

Uma palavra de reconhecimento para todos os funcionários do Arquivo Municipal de Ponte de Lima, sobretudo à sua directora, Dr.<sup>a</sup> Cristiana Freitas, pelo apoio que sempre nos prestou e pelas facilidades que nos concedeu na consultada da documentação.

Gostaríamos igualmente de agradecer à Dr.<sup>a</sup> Fátima Cabodeira, directora do Arquivo Municipal de Paredes de Coura, pela sua amabilidade e simpatia, bem como pelo interesse que sempre demonstrou pelo nosso trabalho e pela temática que nos propusemos abordar. Pela colaboração que nos concederam, o nosso agradecimento estende-se à Dr.<sup>a</sup> Salomé Oliveira, do Arquivo Municipal de Vila Nova de Cerveira; ao Dr. Rafael Estanqueiro, do Arquivo Municipal de Valença; à Dr.<sup>a</sup> Elsa Rodrigues do Arquivo Municipal de Melgaço; à Dr.<sup>a</sup> Salomé Eiras, do Arquivo Municipal de Arcos de Valdevez; à Dr.<sup>a</sup> Catarina João Dias do Arquivo Municipal de Caminha, ao Dr. Maranhão Peixoto, do Arquivo Municipal de Viana do Castelo; ao Dr. José Oliveira Rodrigues, do Arquivo Municipal de Monção; ao senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima e ao senhor José Araújo, funcionário desta instituição.

É devida uma palavra de especial gratidão à Fundação para a Ciência e Tecnologia pela concessão de uma bolsa que representou um apoio fundamental para a realização desta tese. Gostaríamos ainda de referenciar a ajuda financeira concedida pela Fundação Calouste Gulbenkian para participarmos num seminário internacional e podermos apresentar alguns dos resultados da investigação desenvolvida no âmbito do nosso programa doutoral. Expressamos, igualmente, a nossa gratidão à Universidade do Minho por nos ter propiciado todas as condições para a execução da nossa tese.

Foram muitas as pessoas que nos acompanharam e ajudaram ao longo destes quatro anos e que sempre nos apoiaram, sendo, por isso, também credoras do nosso reconhecimento: a Professora Engrácia Leandro e o Doutor Francisco Mendes, pelo incentivo e pelas palavras amigas; os colegas Doutor António Magalhães, pelo exemplo de persistência, e Ricardo Alves por todo o apoio e pelo companheirismo desde os tempos de licenciatura; a Fernanda Magalhães, pela sua amizade e pelo atenção que sempre manifestou pelo nosso trabalho, a Isabel Varajão, pela sua disponibilidade e solicitude, a Carina Rodrigues, a Manuela Calheiros, a Catarina Oliveira, e o José Eduardo Calheiros, pelas palavras de estímulo que nunca regatearam; o Armando Corval, o Carlos Barbosa, o Carlos Urbano, o José Manuel Araújo e a Madalena Macedo, por todo o apoio que nos prestaram.

Nesta circunstância, os últimos também são os primeiros e por isso as últimas palavras são dirigidas à minha família, aos meus tios e primas, por nunca perderem o rasto desta etapa

da minha vida pessoal e académica. Ao Rui, por todo o apoio e compreensão, e à minha avó, um reconhecimento muito especial por achar que nunca me canso de estudar.

E, por fim, o mais profundo e sentido agradecimento é dedicado aos meus pais, por partilharem e ajudarem a superar as contrariedades e, sobretudo, por todo o apoio que sempre me transmitiram e pelas palavras de estímulo que nunca se esgotaram.





*À memória do meu avô  
o meu primeiro grande contador de histórias.*

*À memória da Sofia e do Ricardo que  
não tiveram tempo de escrever a sua história.*



# **ENTRE O CRIME E A CADEIA: VIOLÊNCIA E MARGINALIDADE NO ALTO MINHO (1732-1870)**

## **RESUMO**

O objectivo central do nosso trabalho consiste em caracterizar a violência, a criminalidade e o papel da prisão no Alto Minho, durante o período compreendido entre os finais do Antigo Regime e 1870.

Dada a dimensão e a complexidade da temática que nos dispusemos tratar, optámos por dividi-la em três grandes segmentos, sem, no entanto, perdermos de vista a sua estreita conexão.

No primeiro, procurámos compreender e analisar a violência que afectava sobretudo as comunidades rurais que integravam o distrito de Viana do Castelo. Nesse sentido, propusemo-nos descobrir as particularidades desta circunscrição administrativa, conhecer o quotidiano das suas gentes, identificar os principais espaços e momentos de sociabilidade e as ocasiões potenciadoras de comportamentos mais arrebatados. As manifestações de violência não se esgotam na agressão física, pelo que, além desta, também considerámos o uso e o impacto da palavra, enquanto instrumento de agressão, na sociedade alto minhota de então.

No segundo segmento, pretendemos traçar o quadro do crime nos vários concelhos do distrito de Viana do Castelo, atendendo aos delitos cometidos contra pessoas, a propriedade, o Estado, a ordem e a segurança pública, bem como aos factores que, de algum modo, impulsionaram o cometimento de acções delituosas. A par de uma criminalidade não planeada, quase espontânea, teve lugar uma outra, organizada e premeditada, que, tirando partido da instabilidade política que marcava o Alto Minho na primeira metade do século XIX, era protagonizada por quadrilhas e bandos de salteadores, colocando em sobressalto o povo e as autoridades desta região. Debruçámo-nos sobre o funcionamento destas organizações e os seus líderes, sobretudo daqueles que alcançaram maior reputação. Foi ainda nosso propósito conhecer, pela proximidade geográfica com a Galiza, a intervenção dos habitantes desta província espanhola no mundo do crime e, ainda, o interesse e o tratamento que a imprensa alto minhota dedicou à actividade criminal.

O terceiro e último segmento ocupa-se, essencialmente, do papel da prisão. Pelas péssimas condições que apresentavam, os espaços prisionais tornavam ainda mais penosa a reclusão de homens, mulheres e crianças, funcionando apenas como lugares de punição, onde a regeneração do criminoso não passava de uma quimera. No intuito de confirmar esta asserção, percorremos as cadeias do Alto Minho entre finais do Antigo Regime e 1870, centrando-nos nos presos, nos condicionalismos de vária ordem que marcavam o seu quotidiano e na actuação das autoridades. As prisões deste período, além de serem um destino forçado principalmente dos mais desfavorecidos e marginalizados da sociedade, também geravam ou agravavam situações de pobreza. Daí, a necessidade de analisar a intervenção do Estado, no sentido de minorar a indigência dos detidos, bem como o papel das Misericórdias no auxílio aos presos pobres.

# **BETWEEN CRIME AND PRISON: VIOLENCE AND MARGINALITY IN THE ALTO MINHO (1732-1870)**

## **ABSTRACT**

The aim of this work is to characterize the violence, the criminality and the role of gaols in Alto Minho, round the years between the end of the Ancient Regime and 1870's. Due to the extent and complexity of the task it was divided in three parts, always keeping in mind its tight connections.

In the first part we have tried to understand and describe the violence affecting the rural communities in the district of Viana do Castelo. We aimed to discover and understand the particularities of this district, to learn the daily lives of its inhabitants, to identify the most important spaces and moments of conviviality and the grounds of more harsh behaviours. Violent behaviours mean not only physical aggression, but also the use and impact of words, so we took it in account as an instrument of offence in the society of Alto Minho.

In the second part we have drawn a view of the crimes committed in the district of Viana do Castelo, according to offences against people, against the property or the State, against the public order or security, as well as the reasons impelling to criminal behaviour. Side by side with a non-planned criminality, almost spontaneous, there was another, organized and pre-thought, which took advantage of the political instability which characterized the first half of the XIX century in Alto Minho. It was led by gangs of brigands and robbers, filling with terror the inhabitants and the authorities. We have studied the leaders of those mobs and their 'modus operandi' mainly those who reached some notoriety. As Galiza stands close to Alto Minho we also learned about the role of the inhabitants of this Spanish country district in the crimes committed as well as the interest and the treatment that the press from the region paid to criminal activities.

In the third part we have studied the jails and their awful conditions that made imprisonment more painful for the condemned, either men and women or children. These jails were rather places of punishment leaving out any chance of regeneration for the convicted. In order to confirm this statement we have studied the jails of Alto Minho, focusing our attention on the living conditions of those imprisoned, their daily lives and the role of authorities. By then, prisons were usually the destination for the poor or the delinquent of the society, so generating

and worsening their poverty. For that reason we have also analysed the role of the State in order to mitigate the misery and help those in prison and the 'Misericórdias' as charitable institutions.

# ÍNDICE

<b>Agradecimentos</b>	iii
<b>Resumo</b>	ix
<b>Índice</b>	xiii
<b>Lista de Figuras</b>	xix
<b>Lista de Gráficos</b>	xxi
<b>Lista de Quadros</b>	xxvii
<b>Abreviaturas</b>	xxxi

## INTRODUÇÃO

<b>1. A temática, os conceitos e as concepções</b>	3
<b>2. A história e o estudo do crime</b>	12
<b>3. As fontes e a temática: problemáticas e limitações</b>	16

## CAPÍTULO I – O ALTO MINHO NOS SÉCULOS XVIII E XIX

<b>1. Contexto espacial, geográfico e populacional</b>	29
<b>2. A sociedade e a economia</b>	41



## **CAPÍTULO II – VIOLÊNCIA E CONFLITUALIDADE DO ALTO MINHO**

<b>1. A violência quotidiana</b>	<b>53</b>
<b>2. A violência verbal</b>	<b>78</b>
<b>3. Os contendores</b>	<b>107</b>
3.1. O sexo	107
3.2. O estado civil	132
3.3. A idade	137
3.4. A ocupação profissional	145
<b>4. A violência familiar</b>	<b>155</b>
<b>5. Os espaços de violência</b>	<b>179</b>
5.1. <i>A violência fora de portas</i>	179
5.1.1. A rua	180
5.1.2. Campos, sítios e lugares	190
5.1.3. As estradas, os caminhos e os montes	199
5.1.4. As festas e romarias	212
5.1.5. As feiras e os mercados	223
5.2. <i>A violência dentro de portas</i>	236
5.2.1. A casa	236
5.2.2. A taberna e a venda	256
<b>6. Os tempos de violência</b>	<b>269</b>
<b>7. Os instrumentos de violência</b>	<b>285</b>

## **CAPÍTULO III – A CRIMINALIDADE NO ALTO MINHO**

<b>1. Crimes e delitos no Alto Minho: características gerais</b>	<b>305</b>
1.1. Os instigadores do delito	338
1.1.1. Entre a propriedade e a cadeia	338
1.1.2. Nas malhas da justiça	341
1.1.3. O paradoxo da instrução	346
1.1.4. “A natureza dos povos”	348
<b>2. Os delitos</b>	<b>364</b>
2.1. Delitos contra pessoas	364
2.1.1. Os homicídios	364
2.1.2. Rixas, desordens, espancamentos e ferimentos	381
2.1.3. Crimes sexuais	391
2.1.4. Aborto, infanticídio e abandono de crianças	405
2.1.5. O suicídio	424
2.2. Crimes contra a propriedade	434
2.2.1. Os furtos e roubos	434
2.2.2. Outros crimes contra a propriedade: arrombamentos, incêndios e danos	453
2.3. Crimes contra o Estado, a ordem e a segurança pública	457
2.3.1. Resistências, assuadas e sedições	457
2.3.2. O contrabando	474
2.3.3. A moeda falsa	491
2.3.4. A emigração clandestina	499

<b>3. O crime organizado: a acção das quadrilhas por terras do Alto Minho</b>	509
3.1. Os chefes das quadrilhas	543
3.2. Os galegos e a criminalidade no Alto Minho	559
3.3. A imprensa local e o crime	576

## **CAPÍTULO IV – OS MECANISMOS DE PUNIÇÃO: A CADEIA**

<b>1. A cadeia no Antigo Regime</b>	597
<b>2. O liberalismo e as cadeias</b>	622
<b>3. O espaço prisional no Alto Minho</b>	654
3.1. As condições físicas das cadeias	654
3.2. A população encarcerada	683
3.3. Quotidianos encerrados	723
3.3.1. O alimento diário	723
3.3.2. Vestir os corpos	743
3.3.3. A violência e a disciplina	755
3.3.4. O trabalho e a oração	762
3.3.5. As celebrações	769
3.3.6. A doença na cadeia	772
3.3.6.1. A limpeza dos cárceres e a higiene dos presos	774
3.3.6.2. As enfermidades	778
3.4. As fugas	785
3.5. Gestão e administração das cadeias	804
3.5.1. O carcereiro e os guardas	804

3.5.2.	O papel dos magistrados	818
3.5.3.	A intervenção das autoridades administrativas	825
<b>CAPÍTULO V – A ASSISTÊNCIA AO CORPO E À ALMA NAS CADEIAS</b>		
1.	Ser pobre e estar preso	833
2.	A acção das Misericórdias nas prisões	861
<b>CAPÍTULO VI – OS TRABALHOS PÚBLICOS</b>		
1.	Os espaços de condenação	879
2.	Os condenados	891
	<b>Conclusão</b>	901
	<b>Fontes e Bibliografia</b>	915
	<b>Fontes Manuscritas</b>	917
	<b>Fontes Impressas</b>	942
	<b>Legislação</b>	948
	<b>Dicionários</b>	954
	<b>Bibliografia</b>	955
	<b>Glossário</b>	1015
	<b>Apêndices</b>	1023



## LISTA DE FIGURAS

### CAPÍTULO I

<b>Figura 1</b>	Mapa do distrito de Viana do Castelo	30
-----------------	--------------------------------------	----

### CAPÍTULO III

<b>Figura 1</b>	Mapa das operações levadas a cabo pelas autoridades portuguesas e galegas em 1850	541
-----------------	---	-----

### CAPÍTULO IV

<b>Figura 1</b>	Edifício do antigo tribunal e cadeia de Caminha	601
<b>Figura 2</b>	Antiga cadeia de Melgaço	621
<b>Figura 3</b>	Planta da cadeia de Viana do Castelo do século XIX	659
<b>Figura 4</b>	Cadeia de Paredes de Coura construída finais do século XIX	670
<b>Figura 5</b>	Capela de Nossa Senhora da Penha de França, em Ponte de Lima	766
<b>Figura 6</b>	Antiga cadeia de Valadares	805

### CAPÍTULO V

<b>Figura 1</b>	Edifício dos antigos Paços do Concelho e cadeia de Viana do Castelo	854
<b>Figura 2</b>	Antiga cadeia de Ponte de Lima	876



## LISTA DE GRÁFICOS

### CAPÍTULO II

<b>Gráfico 1</b>	Sexo dos ofensores em Vila Nova de Cerveira (1765-1788)	108
<b>Gráfico 2</b>	Sexo dos ofendidos Vila Nova de Cerveira (1765-1788)	109
<b>Gráfico 3</b>	Sexo dos acusados distrito de Viana do Castelo (1839-1855)	111
<b>Gráfico 4</b>	Delitos cometidos por mulheres no distrito de Viana do Castelo (1839-1855)	123
<b>Gráfico 5</b>	Residência dos acusados do sexo feminino (1839-1855)	130
<b>Gráfico 6</b>	Estado civil dos acusados Vila Nova de Cerveira (1765-1788)	133
<b>Gráfico 7</b>	Estado civil dos acusados Viana do Castelo (1839-1869)	133
<b>Gráfico 8</b>	Estado civil dos ofendidos Vila Nova de Cerveira (1765-1788)	135
<b>Gráfico 9</b>	Estado civil dos ofendidos Viana do Castelo (1837-1869)	136
<b>Gráfico 10</b>	Ocupação profissional dos réus e indiciados no distrito de Viana do Castelo (1753-1855)	147
<b>Gráfico 11</b>	Autores de envenenamento (1840-1850)	163
<b>Gráfico 12</b>	Sazonalidade da violência cometida nas ruas de Viana do Castelo, Valença e Ponte de Lima (1835-1857)	188
<b>Gráfico 13</b>	Espaços de violência em Arcos de Valdevez (1827-1835)	199
<b>Gráfico 14</b>	Crimes cometidos em casa (1839-1845)	237
<b>Gráfico 15</b>	Crimes cometidos em casa (1848-1851)	238
<b>Gráfico 16</b>	Crimes cometidos em casa (1852-1855)	238
<b>Gráfico 17</b>	Preço do vinho no distrito de Viana do Castelo (1851-1859)	260
<b>Gráfico 18</b>	Colheita de vinho e fabricação de aguardente (1859)	261



<b>Gráfico 19</b>	Crimes cometidos nas tabernas do distrito de Viana do Castelo (1848-1855)	264
<b>Gráfico 20</b>	Distribuição mensal dos crimes em Vila Nova de Cerveira (1790-1803)	271
<b>Gráfico 21</b>	Distribuição mensal dos crimes de ferimento em Vila Nova de Cerveira (1752-1804)	272
<b>Gráfico 22</b>	Distribuição mensal dos crimes cometidos em Arcos de Valdevez (1827-1835)	274
<b>Gráfico 23</b>	Distribuição mensal das ocorrências criminosas cometidas no distrito de Viana do Castelo (1840-1844 e 1850-1854)	275
<b>Gráfico 24</b>	Distribuição das ocorrências criminosas no distrito de Viana do Castelo (1869)	278
<b>Gráfico 25</b>	Sazonalidade das ocorrências criminosas (1840-1854)	279
<b>Gráfico 26</b>	Horário das ocorrências criminais verificadas no distrito de Viana do Castelo (1839-1845)	280
<b>Gráfico 27</b>	Horas das ocorrências no distrito de Viana do Castelo (1848-1855)	283
<b>Gráfico 28</b>	Horário dos crimes em Monção (1850-1870)	284
<b>Gráfico 29</b>	Instrumentos utilizados no cometimento de ofensas corporais no concelho de Paredes de Coura (1753-1778)	286
<b>Gráfico 30</b>	Instrumentos utilizados no cometimento de ofensas corporais	288
<b>Gráfico 31</b>	Instrumentos utilizados nos delitos praticados no distrito de Viana do Castelo (1839-1845; 1848-1855)	290
<b>Gráfico 32</b>	Instrumentos agrícolas utilizados como armas de agressão (1848-1855)	298
<b>CAPÍTULO III</b>		
<b>Gráfico 1</b>	Estatística criminal para o distrito de Viana do Castelo (1839-1868)	309
<b>Gráfico 2</b>	Ocorrências criminais no distrito de Viana do Castelo (1840-1855)	310
<b>Gráfico 3</b>	Evolução dos indivíduos pronunciados a prisão (1804-1840)	315

<b>Gráfico 4</b>	Crimes cometidos, por concelho, no distrito de Viana do Castelo	353
<b>Gráfico 5</b>	Crimes cometidos, por concelho, no distrito de Viana do Castelo	354
<b>Gráfico 6</b>	Crimes cometidos por mil habitantes no distrito de Viana do Castelo em 1848	356
<b>Gráfico 7</b>	Crimes cometidos por mil habitantes no distrito de Viana do Castelo em 1848	357
<b>Gráfico 8</b>	Número de indivíduos condenados em 1859	358
<b>Gráfico 9</b>	Número de homicídios no distrito de Viana do Castelo (1839-1855)	367
<b>Gráfico 10</b>	Número de homicídios comunicado pelos administradores dos concelhos ao governo civil de Viana do Castelo (1839-1869)	368
<b>Gráfico 11</b>	Crimes cometidos por concelho	370
<b>Gráfico 12</b>	Devassas de ferimento (Vila Nova de Cerveira 1752-1802)	384
<b>Gráfico 13</b>	Querelas de ferimento, nódoas e pisaduras (Vila Nova de Cerveira 1752-1804)	385
<b>Gráfico 14</b>	Rixas, desordens, ferimentos e espancamentos no distrito de Viana do Castelo (1839-1855)	388
<b>Gráfico 15</b>	Infanticídios no distrito de Viana do Castelo (1839-1868)	411
<b>Gráfico 16</b>	Suicídios no distrito de Viana do Castelo (1839-1869)	430
<b>Gráfico 17</b>	Furtos no concelho de Vila Nova de Cerveira (1752-1803)	438
<b>Gráfico 18</b>	Locais de perpetração de roubos e furtos (1839-1855)	443
<b>Gráfico 19</b>	Bens furtados e roubados do distrito de Viana do Castelo (1839-1855)	449
<b>Gráfico 20</b>	Profissões de refugiados políticos que chegaram ao distrito de Viana do Castelo (Abril a Agosto de 1846)	575
<b>CAPÍTULO IV</b>		
<b>Gráfico 1</b>	Idade dos presos da cadeia de Ponte de Lima (1732-1739)	686
<b>Gráfico 2</b>	Idade dos presos da cadeia de Vila Nova de Cerveira (1857-1870)	689

<b>Gráfico 3</b>	Presos da cadeia de Ponte de Lima segundo o sexo (1732-1739)	691
<b>Gráfico 4</b>	Presos da cadeia de Ponte de Lima segundo o sexo (1865-1870)	692
<b>Gráfico 5</b>	Presos da cadeia de Vila Nova de Cerveira segundo o sexo (1857-1870)	693
<b>Gráfico 6</b>	Naturalidade dos presos da cadeia de Vila Nova de Cerveira (1857-1870)	699
<b>Gráfico 7</b>	Entrada de presos na cadeia de Ponte de Lima (1732-1736)	710
<b>Gráfico 8</b>	Distribuição mensal das entradas dos presos na cadeia de Ponte de Lima (1732-1739)	711
<b>Gráfico 9</b>	Entrada de presos na cadeia de Vila Nova de Cerveira (1857-1870)	715
<b>Gráfico 10</b>	Ocupação dos presos da cadeia de Ponte de Lima (1732-1739)	716
<b>Gráfico 11</b>	Ocupação dos presos da cadeia de Vila Nova de Cerveira (1857-1870)	718
<b>Gráfico 12</b>	Crimes cometidos pelos presos da cadeia de Ponte de Lima (1732-1739)	719
<b>Gráfico 13</b>	Crimes cometidos pelos presos da cadeia de Vila Nova de Cerveira (1857-1870)	721
<b>Gráfico 14</b>	Média das refeições preparadas por mês para os presos pobres da cadeia de Viana do Castelo (1835-1864)	740
<b>Gráfico 15</b>	Montante despendido com os jantares do legado (1800-1864)	741
<b>Gráfico 16</b>	Despesa efectuada pela comissão nas cadeias de Valença (1856-1870)	754
<b>CAPÍTULO V</b>		
<b>Gráfico 1</b>	Presos das cadeias de Valença que receberam esmola (1851-1870)	846
<b>Gráfico 2</b>	Receita e despesa da comissão de auxílio ao sustento dos presos pobres em Vila Nova de Cerveira (1840-1857)	847
<b>Gráfico 3</b>	Presos assistidos nas cadeias de Valença (1851-1870)	851

<b>Gráfico 4</b>	Distribuição dos presos assistidos pelas cadeias de Valença (1855-1870)	858
<b>Gráfico 5</b>	Situação dos presos das cadeias de Valença que receberam esmola (1851-1862)	860
<b>Gráfico 6</b>	Despesa da Misericórdia de Ponte de Lima com os presos (1806-1869)	865
<b>Gráfico 7</b>	Despesa da Misericórdia de Viana do Castelo com os presos (1800-1867)	873

## **CAPÍTULO VI**

<b>Gráfico 1</b>	Local de cumprimento da pena de trabalhos públicos (1840-1870)	884
<b>Gráfico 2</b>	Tempo de condenação (1840-1870)	890
<b>Gráfico 3</b>	Naturalidade dos condenados a trabalhos públicos (1840-1870)	892
<b>Gráfico 4</b>	Crimes cometidos pelos condenados a trabalhos públicos (1840-1870)	893



## LISTA DE QUADROS

### CAPÍTULO II

<b>Quadro 1</b>	Número de acusados e natureza dos crimes no distrito de Viana do Castelo (1859)	55
<b>Quadro 2</b>	Número de condenados no distrito de Viana do Castelo (1859)	56
<b>Quadro 3</b>	Estatística criminal segundo as participações dos administradores dos concelhos do distrito de Viana do Castelo (1859)	57
<b>Quadro 4</b>	Cabos de polícia existentes nos concelhos de Monção e Viana do Castelo (1858)	58
<b>Quadro 5</b>	Injúrias proferidas na Comarca de Viana do Castelo (1841-1870)	81
<b>Quadro 6</b>	Alcunhas proferidas no distrito de Viana do Castelo (1800-1870)	99
<b>Quadro 7</b>	Relação ofendido/acusado no distrito de Viana do Castelo (1839-1855)	113
<b>Quadro 8</b>	Relação entre a população e os delitos (1849)	121
<b>Quadro 9</b>	Crianças com menos de 12 anos que viviam da caridade pública (1860)	142
<b>Quadro 10</b>	Profissões dos condenados (1859)	149
<b>Quadro 11</b>	Ocupação profissional dos ofendidos no distrito de Viana do Castelo (1839-1848)	152
<b>Quadro 12</b>	Violência intra-familiar no Alto Minho (1839-1855)	159
<b>Quadro 13</b>	Violência intra-familiar no Alto Minho (1836-1862)	161
<b>Quadro 14</b>	Feiras e mercados semanais do distrito de Viana do Castelo (1861)	225
<b>Quadro 15</b>	Feiras e mercados bimensais do distrito de Viana do Castelo (1861)	226
<b>Quadro 16</b>	Feiras e mercados mensais do distrito de Viana do Castelo (1861)	232

<b>Quadro 17</b>	Feiras e mercados bianuais no distrito de Viana do Castelo (1861)	233
<b>Quadro 18</b>	Feiras e mercados anuais do distrito de Viana do Castelo (1861)	235
<b>Quadro 19</b>	Objectos roubados das casas do distrito de Viana do Castelo (1839 e 1845)	239
<b>Quadro 20</b>	Objectos roubados das casas do distrito de Viana do Castelo (1848-1851)	240
<b>Quadro 21</b>	Objectos roubados das casas do distrito de Viana do Castelo (1852-1855)	241
<b>Quadro 22</b>	Discriminação das partes do corpo atingidas	300

### **CAPÍTULO III**

<b>Quadro 1</b>	Armas utilizadas nos homicídios (1836-1865)	374
<b>Quadro 2</b>	Rixas, desordens e ferimentos no distrito de Viana do Castelo (1860-1868)	390
<b>Quadro 3</b>	Resultado das intimações feitas às mulheres solteiras, viúvas e casadas com maridos ausentes, grávidas e não recatadas (1864)	421
<b>Quadro 4</b>	Crimes não classificados (1839-1868)	423
<b>Quadro 5</b>	Incêndios criminosos no distrito de Viana do Castelo (1858-1868)	455
<b>Quadro 6</b>	Salteadores detidos no distrito de Viana do Castelo (1834-1839)	532
<b>Quadro 7</b>	Salteadores condenados no concelho de Caminha em 1840	534
<b>Quadro 8</b>	Ataques de salteadores registados nos concelhos e Ponte de Lima e Ponte da Barca (1848)	537
<b>Quadro 9</b>	Membros de quadrilhas presos ou assassinados nas décadas de 40 e 50 do século XIX, no distrito de Viana do Castelo	558
<b>Quadro 10</b>	Número de galegos que trabalhava no distrito de Viana do Castelo (1853)	563
<b>Quadro 11</b>	Galegos pronunciados no distrito de Viana do Castelo (1821-1840)	565

## **CAPÍTULO IV**

<b>Quadro 1</b>	Entidades responsáveis pelo encarceramento na cadeia de Ponte de Lima (1732-1739)	694
<b>Quadro 2</b>	Entidades responsáveis pelo encarceramento na cadeia de Vila Nova de Cerveira (1857-1870)	695
<b>Quadro 3</b>	Loucos que ingressaram nas cadeias do distrito de Viana do Castelo	709
<b>Quadro 4</b>	Presos da cadeia de Ponte de Lima na década de 50 do século XIX	712
<b>Quadro 5</b>	Presos da cadeia de Ponte de Lima na década de 60 do século XIX	713
<b>Quadro 6</b>	Situação dos presos da cadeia de Ponte de Lima em 1850	714
<b>Quadro 7</b>	Relação das mantas, enxergas e travesseiros distribuídos pelos presos pobres das cadeias de Valença (1857)	748
<b>Quadro 8</b>	Relação das mantas, enxergas e travesseiros distribuídos pelos presos pobres das cadeias de Valença (1869)	750
<b>Quadro 9</b>	Relação dos presos civis que se evadiram das “cadeias do sol” de Valença em Agosto de 1858	794
<b>Quadro 10</b>	Fugas que tiveram lugar nas cadeias do distrito de Viana do Castelo (1834-1870)	799
<b>Quadro 11</b>	Salários dos carcereiros no distrito de Viana do Castelo (1836-1870)	810

## **CAPÍTULO V**

<b>Quadro 1</b>	Despesa das comissões com os presos pobres no distrito de Viana do Castelo (1840)	838
<b>Quadro 2</b>	Quantia atribuída para o sustento dos presos pobres Melgaço (1840-1841)	841
<b>Quadro 3</b>	Verba atribuída às comissões do distrito de Viana do Castelo (1845)	842
<b>Quadro 4</b>	Naturalidade/residência dos peticionários detidos nas cadeias de Valença (1862-1870)	853



<b>Quadro 5</b>	Despesa da Misericórdia de Viana do Castelo com o transporte de presos	874
-----------------	--	-----

## **CAPÍTULO VI**

<b>Quadro 1</b>	Movimento de indivíduos condenados a trabalhos públicos no distrito de Viana do Castelo (1839-1870)	897
-----------------	---	-----

## **ABREVIATURAS**

**ADVC** - Arquivo Distrital de Viana do Castelo

**AHGCVC** - Arquivo Histórico do Governo Civil de Viana do Castelo

**AHSCMPL** - Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima

**AMAV** - Arquivo Municipal de Arcos de Valdevez

**AMC** - Arquivo Municipal de Caminha

**AMMço** - Arquivo Municipal de Melgaço

**AMM** - Arquivo Municipal de Monção

**AMPC** - Arquivo Municipal de Paredes de Coura

**AMPL** - Arquivo Municipal de Ponte de Lima

**AMV** - Arquivo Municipal de Valença

**AMVC** - Arquivo Municipal de Viana do Castelo

**AMVNC** - Arquivo Municipal de Vila Nova de Cerveira

**ANTT** - Arquivo Nacional da Torre do Tombo



## INTRODUÇÃO



## 1. A temática, os conceitos e as concepções

Desde tempos imemoriais, a sociedade procurou compreender o crime e o criminoso. Porém, o estudo desta temática não se afigura tarefa fácil, dada a sua inconstância e a subjectividade que afecta o seu tratamento. As variações do conceito de crime, que se verificaram ao longo dos tempos, dificultam o trabalho de historiadores, sociólogos, antropólogos, entre outros, que se propõem teorizar sobre o fenómeno criminal e as suas causas. Todavia, apesar das dificuldades, temos assistido nos últimos anos à multiplicação de estudos, nomeadamente no âmbito da História, sobre os pobres, os loucos e os criminosos, enfim, sobre os marginalizados da sociedade.

Cabia aos Estados, através dos seus ordenamentos jurídicos, delimitar a fronteira entre o tolerado e o interdito, ou seja, decidir sobre o que era susceptível, ou não, de ser considerado crime. Deste modo, para se conhecer a evolução do conceito de crime e se poder avançar com uma teoria geral sobre o mesmo, torna-se necessário compreender também a formação e a evolução dos próprios Estados.

O desejo de encontrar uma explicação para o cometimento de actos delituosos inquietou desde sempre o espírito humano. Já na Antiguidade Clássica, Aristóteles, Sócrates, Pitágoras, Heraclito, Prótagoras e Platão elaboraram as primeiras teorias com vista à explicação de tais acções, ainda que lhes faltasse um certo grau de cientificidade.<sup>1</sup> Na sua obra *A Política*, Aristóteles sustenta que a miséria é causadora não apenas de rebeliões, mas também de delitos, e, na *Retórica*, disserta sobre as características do delinquente.<sup>2</sup> Por sua vez, Platão concebia o crime como um acto resultante da falta de educação, uma espécie de doença, causada pelo excesso de paixões e de procura do prazer. Na sua óptica, um Estado não organizado também podia favorecer o cometimento de acções delituosas. Segundo alguns autores, pelos estudos que desenvolveu juntamente com Hipócrates sobre a relação da fisionomia com o carácter do indivíduo, Platão pode ser considerado um dos precursores da criminologia.

---

<sup>1</sup> Note-se que a criminologia, enquanto ciência, é uma realidade recente. Veja-se Dias, Jorge de Figueiredo; Andrade, Manuel da Costa, *Criminologia. O homem delinquente e a sociedade criminógena*, 2.<sup>a</sup> reimpressão, Coimbra, Coimbra Editora, 1997, pp. 3-5.

<sup>2</sup> Sobre o pensamento de Aristóteles e Platão acerca do crime e do criminoso, leia-se Santos, Gizelda Maria Scalón Seixas, *Dicionário de Criminologia*, São Paulo, Ícone, 2007, pp. 20-21, 167.

Com o advento da medievalidade, emergiu a tendência para a homogeneização do discurso sobre o crime, que se manteve até ao século XVIII, assumida por teólogos, filósofos e juristas, contribuindo para tornar difusa a distinção entre o crime e o pecado.<sup>3</sup> Assim, a responsabilidade pela prática de actos criminosos era atribuída a Satanás, às tentações e às paixões que conduziam o homem ao pecado, lançando-o conseqüentemente na senda do crime. O criminoso era, afinal, aquele que não foi capaz de resistir à tentação. Esta confusão entre crime e pecado manter-se-á até aos primórdios de setecentos. Todavia, a influência da moral religiosa continuará a fazer-se sentir no século XIX, apesar de nesta altura já imperar uma visão mais secular do delito.<sup>4</sup>

Santo Agostinho acreditava que a motivação para o crime estava centrada em dois princípios aparentemente antagónicos, ou seja, a procura e a defesa da propriedade, embora a explicação para o seu cometimento não residisse apenas na disputa de bens materiais. Séculos mais tarde, São Tomás de Aquino, na linha de Aristóteles, relaciona as acções delituosas com a pobreza e a miséria.<sup>5</sup> Merece ainda ser destacada a obra do humanista inglês Thomas More que, na sua célebre obra *A Utopia*, preconizou, pela primeira vez, um sistema de gradação das sanções de acordo com a gravidade dos delitos, adoptando, portanto, o princípio da proporcionalidade do castigo. Manifestou, por outro lado, a sua oposição à aplicação de penas severas, designadamente da pena de morte.<sup>6</sup>

Embora, tal como hoje, os homens do Antigo Regime tivessem como objectivo responder a questões actualmente consideradas essenciais sobre o crime, as noções que estão subjacentes às suas teorias em nada coincidem com as dos criminólogos actuais.

---

<sup>3</sup> Confirme-se Cusson, Maurice, *Criminologia*, Lisboa, Casa das Letras, 2006, pp. 32-36.

<sup>4</sup> É exemplo da influência da moral religiosa sobre o crime o papel desempenhado por Elizabeth Fry ou John Howard na reforma das prisões, simbolizados pelos valores morais que representavam, ou as medidas essencialmente moralizadoras levadas a cabo na Inglaterra, nos inícios do século XVIII. Confirme-se Sharpe, Jim, "Crime, Order and Historical Change", in Muncie, John; McLaughlin, Eugene (eds.), *The Problem of Crime*, London, Sage Publications, 2002, pp. 111-113.

<sup>5</sup> Veja-se Dias, Jorge de Figueiredo; Andrade, Manuel da Costa, *Criminologia. O homem delinvente e a sociedade criminógena...*, p. 7.

<sup>6</sup> Leia-se Santos, Gizelda Maria Scalón Seixas, *Dicionário de Criminologia...*, p. 143.

São vários os exemplos que atestam o interesse dos Estados da Europa moderna em conhecer, desde o século XVI, os números e as causas dos crimes.<sup>7</sup> Os tratados elaborados a partir dessa altura, apesar de manterem a aproximação do crime ao pecado, enunciavam já um conjunto de factores que podiam impelir o homem para comportamentos transgressores, designadamente a ociosidade, o jogo, a pobreza e a desigualdade social.<sup>8</sup>

Com o século XVIII e o advento das Luzes, emerge uma nova concepção do crime e, simultaneamente, das penas a aplicar, o qual passa a ser encarado como uma infracção à lei e ao pacto social, princípio ordenador da sociedade e sustentáculo do Estado. Assim, o criminoso, quando cometia um delito, mais do que atentar contra o monarca, punha em causa a sociedade no seu todo. Daí que a sua punição não interessasse apenas ao soberano, mas antes a todo o corpo social.

O delito passou a ser entendido como uma acção que visava a obtenção de prazer, infringindo, no entanto, as leis em vigor.<sup>9</sup> A punição tinha como finalidade principal repor a felicidade dos povos, prejudicada pela transgressão. Logo, quem atentasse contra a ordem social devia ser sancionado com castigos apropriados. Além disso, o correctivo deveria causar impacto no prevaricador, de modo a que não reincidisse e que outros fossem dissuadidos de seguir o mesmo caminho. A tortura, símbolo do Estado absolutista e do obscurantismo religioso, bem como os espectáculos de execução pública ou as levas de condenados que rumavam aos lugares de expiação, começavam a chocar a sensibilidade do homem setecentista. Em alguns países, as penas começaram então a ser aplicadas em espaços mais reservados, além de surgir

---

<sup>7</sup> São exemplos deste interesse pelo número de crimes cometidos e pelas suas causas as “Relaciones Topográficas”, mandadas realizar por Filipe II, e a sugestão de Sir William Petty, em 1670, de que os criminosos encerrados nas cadeias por delitos graves e os condenados a trabalhos públicos na Inglaterra deviam ser contabilizados, com a finalidade de se conhecer a extensão do crime e, consequentemente, do pecado naquele território. Confirme-se Alloza Aparicio, Ángel, “En busca de las causas del crimen. Teorias y estudios sobre delincuencia y justicia penal en la España Moderna”, in *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie IV, Historia Moderna, t. 14, 2001, pp. 474-475.

<sup>8</sup> Sobre os tratadistas espanhóis que nos séculos XVI e XVII dissertavam sobre estas questões, leia-se Alloza Aparicio, Ángel, “En busca de las causas del crimen. Teorias y estudios sobre delincuencia y justicia penal en la España Moderna”..., pp. 479-484.

<sup>9</sup> Confirme-se Shoemaker, Donald J., *Theories of delinquency. An examination of explanations of the delinquency behavior*, Oxford University Press, New York, 2010, p. 16.



a preocupação de evitar o prolongamento do sofrimento do sentenciado.<sup>10</sup> Emerge a ideia de que os direitos naturais do Homem estavam num patamar superior ao das leis positivas e que a dignidade humana não podia ser lesada pela acção da justiça.

As obras de Bentham, Anselm von Feuerbach e Beccaria são consideradas o suporte teórico da Escola Clássica, considerada como a antecessora da criminologia moderna, se bem que o contributo de Francesco Carrara, Romagnosi, Pagano Rossi, Carmmignani, entre outros, também merece ser evidenciado. Em Portugal, Pascoal de Mello Freire foi um adepto da ideia da correcção do delincente. Concebia a pena como espécie de profilaxia e defendia que os criminosos que pudessem vir a ser úteis à sociedade deviam ser salvos da pena capital.<sup>11</sup> Nesse sentido, seriam submetidos a uma espécie de cura através do castigo, estabelecido de acordo com a gravidade do delito praticado.

Anos mais tarde, nos começos de oitocentos, Joaquim José Caetano Pereira de Sousa, na sua obra *Classes dos crimes por ordem systemática com as penas correspondentes segundo a legislação actual*, colocou a tónica não propriamente na repressão do crime, mas na sua prevenção, a qual passaria, em parte, pela moralização dos costumes, pelo combate à pobreza e às desigualdades sociais. A este propósito declara: “Haverá sempre pobres, porque sempre ha de haver ricos. Mas haja pobres, e não mendigos: eis aqui o fim a que deve tender hum boa administração.”<sup>12</sup>

Na linha do pensamento da escola clássica, além de se buscar uma humanização das penas, há uma focalização no delito em si em detrimento da figura do criminoso. Este, de acordo com os princípios da escola clássica, sendo dotado de livre arbítrio, praticava o crime de forma consciente, pelo que devia ser responsabilizado, sem que fossem levados em conta quaisquer condicionalismos que pudessem justificar o comportamento delituoso ou que o diferenciasssem daquele que não tivesse violado a ordem social. Contudo, a humanização das

---

<sup>10</sup> É exemplo desta tendência a aplicação da pena de morte no interior dos cárceres, deixando de ser levada a cabo em cerimónias públicas, entre finais do século XVIII e inícios do século XIX, em vários países. Sobre o quadro penal no Antigo Regime leia-se Trinidad Fernández, Pedro, *La defensa de la sociedad. Cárcel y delincuencia en España (siglos XVIII-XIX)*, Madrid, Alianza Editorial, 1991, p. 63.

<sup>11</sup> Pascoal de Mello Freire mostrava-se ainda contrário à aplicação de penas cruéis, prevendo, no entanto, a pena de morte para os crimes considerados graves, mas isenta de suplicios. Leia-se Freire, Paschoal José de Melo, *Código Criminal intentado pela rainha D. Maria I com provas*, 3.<sup>a</sup> edição, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1844, p. 23.

<sup>12</sup> Confira-se Sousa, Joaquim José Caetano Pereira e Sousa, *Classes dos crimes por ordem systematica com as penas correspondentes segundo a legislação actual*, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1803, p. 32.

penas não resultou dos escritos de filósofos e juristas, ou simplesmente do processo de civilização dos costumes, mas antes de uma alteração, com fins utilitaristas, promovida pelos próprios Estados. Os homens tornam-se essenciais para alimentar os exércitos, desenvolver a marinha e sustentar os arsenais, não tendo qualquer préstimo indivíduos incapacitados. Mesmo assim, os espectáculos de execução pública, que tinham subjacente uma intenção pedagógica, só foram abolidos no século XIX.<sup>13</sup>

No século XIX, o estudo do crime adquire um carácter científico. Começam a ser produzidas as primeiras estatísticas sobre as quais assentaram perspectivas sobre o estado moral dos Estados e a tendência do ser humano para a prática de acções censuráveis. Referimo-nos, em particular, à Inglaterra, Alemanha, França e Bélgica, destacando-se os trabalhos de André-Michel Guerry (França) e Adolphe Quételet (Bélgica). O legado destes dois autores não é negligenciável, na medida em que avançaram com algumas conclusões inovadoras, como a de considerar que, se não houvesse mudanças nos factores que influenciavam a criminalidade, esta tendia a manter-se constante. Uma outra conclusão a que chegaram foi a de que o crime conhecia oscilações determinadas pela idade, estabelecendo ainda que a pobreza não era um factor tão preponderante como se presumia para a prática do delito, mas antes a presença de pobres em meios abastados, acentuando a desigualdade social.<sup>14</sup> Deste modo, Guerry e Quételet davam os primeiros passos para a formação da sociologia criminal, que se estruturará mais tarde com os trabalhos de Tarde, de Lacassagne e, sobretudo, de Durkheim.

Operou-se igualmente uma mudança metodológica que se reflectirá na forma de perspectivar a delinquência. Se até então a análise das causas do delito se centravam no mesmo, a partir do século XIX o transgressor passa a ocupar um lugar de destaque. Procura-se na sua mente, na sua fisionomia e no seu estilo de vida a justificação para o cometimento de actos condenáveis e, desse modo, deu-se uma alteração do discurso sobre o crime.<sup>15</sup> Essa

---

<sup>13</sup> Sobre as atitudes do povo perante as cerimónias de suplicio, no Antigo Regime, veja-se Foucault, Michel, *Vigiar e Punir. Nascimento da prisão*, Petrópolis, Editora Vozes, 2007, pp. 49-56. Sobre o quadro penal no Antigo Regime leia-se Trinidad Fernández, Pedro, *La defensa de la sociedad. Cárcel y delincuencia en España (siglos XVIII-XIX)*..., pp. 18-26.

<sup>14</sup> Sobre o legado de Quételet e Guerry, veja-se Cusson, Maurice, *Criminologia*..., pp. 57-58.

<sup>15</sup> Consulte-se Becker, Peter; Wetzell, Richard F. (eds.), *Criminals and Their Scientists. The History of Crime in International Perspective*, Cambridge, Cambridge University Press, 2007, pp. 2-3. Veja-se igualmente Becker, Peter, "O criminoso: entre a diabolização e a normalização. Reflexões sobre a história da criminalidade oitocentista", in

mudança foi legitimada pela incapacidade revelada pelos ideais iluministas de controlar os números da criminalidade, que, de facto, não regrediu e, além do mais, diversificou-se.

Ao mesmo tempo que se assistiu ao descrédito das reformas e das estratégias de combate ao crime preconizadas pela escola clássica, emergiu um novo contexto, marcado pelo positivismo então vigente, pelo progresso em várias áreas da ciência e por doutrinas que, na altura, se impunham. Dentre estas, destacava-se a teoria evolucionista de Darwin, que, associada à corrente positivista, dominava o panorama intelectual e deu um contributo decisivo para o desmoronamento de dogmas cristãos então prevalecentes e para o derrube de determinados pontos de vista acerca do crime e do criminoso.<sup>16</sup>

Este novo enfoque culminará em 1876 com a publicação da obra de Cesare Lombroso *L'Uomo delinquente*. Sem desvalorizar a importância de Lombroso, cuja obra abriu novas perspectivas na abordagem da temática da criminalidade, levando inclusive à formação de uma escola de pensamento, a escola positivista italiana, parece-nos pertinente apontar as correntes que o antecederam e que influenciaram o seu pensamento. São elas a fisiognomonia, a frenologia e a corrente degenerativa. A primeira assenta no pressuposto de que é possível conhecer o carácter do homem através da sua fisionomia, admitindo que o espírito do homem se espelhava na sua constituição física e nos traços do seu rosto.<sup>17</sup>

Embora tenham as suas raízes na Idade Média, as teorias fisionomistas conheceram um forte impulso com Lavater, autor do século XVIII, que considerou possível identificar os indivíduos criminosos pelas características específicas do seu rosto.<sup>18</sup> A frenologia, por sua vez, desenvolveu-se no século XIX com Gall, cujos trabalhos sobre a fisiologia do cérebro conduziram ao postulado de que as principais faculdades mentais do indivíduo residem nas diferentes partes deste órgão, o que se traduziu na negação do livre arbítrio e na explicação de comportamentos anormais e degenerados através do desenvolvimento anómalo de uma das partes que

---

Almeida, Pedro Tavares de e Marques, Tiago Pires (coords.), *Lei e Ordem. Justiça Penal, Criminalidade e Polícia séculos XIX-XX*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, pp. 67-88.

<sup>16</sup> Veja-se Cusson, Maurice, *Criminologia...*, pp. 66-67.

<sup>17</sup> Sobre as teorias fisionomistas, leia-se Maldonado, Mário Artur da Silva, *Alguns aspectos da história da criminologia em Portugal*, s. l., s. e., 1960, pp. 25-27.

<sup>18</sup> Dias, Jorge de Figueiredo; Andrade, Manuel da Costa, *Criminologia. O homem delinquente e a sociedade criminógena...*, p. 13.

constituíam a configuração cefálica.<sup>19</sup> Deste modo, segundo as conclusões de Gall, haveria uma influência do físico sobre o psíquico que tornaria possível perceber o comportamento humano através da análise do crânio. Gall não foi o único a defender esta asserção, pois foi seguido por outros autores, como H. Lauvergne, Lucas e Ch. Caldwell.

Em oitocentos, emergiu uma nova concepção, que encarava o crime numa perspectiva patológica. A consideração do delito como uma doença não é original, tendo já sido defendida por Platão, na Antiguidade Clássica. As correntes que adoptam esta perspectiva terão um papel fundamental no desenvolvimento de ciências como a psiquiatria, dado o efeito que tiveram no modo de entender, explicar e tratar a loucura, procurando pôr termo à situação desumana a que eram votados os alienados, sujeitos a tratamentos violentos ou abandonados em hospitais e cadeias. Simultaneamente, procura-se conceber o crime como uma doença mental. Neste domínio, sobressaem os nomes de Philippe Pinel, do seu discípulo Esquirol e de Morel, que tiveram que enfrentar uma sociedade que encarava a loucura como uma perturbação incurável, provocada por factores sobrenaturais. Destacam-se ainda os estudos de Thompson, que, na linha de Morel, tendia a considerar o criminoso como uma espécie de louco, e de Maudsley que analisou a ligação entre o delito e as doenças mentais, encarando o criminoso como um louco moral.<sup>20</sup>

Para os defensores da perspectiva degenerativa, o comportamento humano considerado anormal poderia resultar de uma constituição igualmente anómala, produzida por doenças biológicas ou morais transmitidas hereditariamente. Mas os apoiantes daquela corrente consideram que a degeneração pode ser igualmente resultado de causas sociais, como a miséria, e morais, como a falta de educação, bem como de malformações congénitas no cérebro, ou ainda de outros factores, como o alcoolismo e a falta de higiene. É nesta linha que podemos inserir o pensamento de Aires de Gouveia, dado que também ele encarou o crime como uma doença, originada por uma desarmonia moral ou física, que podia ser congénita ou adquirida ao longo da vida.<sup>21</sup>

---

<sup>19</sup> Acerca da frenologia, leia-se Maldonado, Mário Artur da Silva, *Alguns aspectos da história da criminologia em Portugal...*, p. 27.

<sup>20</sup> Confirme-se Maldonado, Mário Artur da Silva, *Alguns aspectos da história da criminologia em Portugal...*, p. 28.

<sup>21</sup> É o que depreendemos das suas palavras quando refere: "O crime não nasce nunca de vontade esclarecida; não pode nascer. Dimana, exclusivamente e inclusivamente, da particular natureza complexa do criminoso, da desarmonia, congénita ou adquirida, d'ella. O delicto é uma necessidade, o delinquente é um enfermo." Gouveia, Aires de, *A Reforma das Cadeias em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1860, p. 28.

Neste contexto apareceu a escola positivista italiana, demonstrando que Lombroso não era mais do que um herdeiro dos trabalhos desenvolvidos desde finais do século XVIII e na primeira metade do século XIX. Na sua obra, é clara a influência de Darwin, da frenologia, da psiquiatria, da medicina e da antropologia. Para Lombroso, o delinquente era identificável pelas suas especificidades físicas, apresentando um conjunto de estigmas e traços morais particulares que o distinguiam do não criminoso. Esses caracteres específicos dos delinquentes variavam, ou seja, o homicida, por exemplo, teria uma fisionomia e uma personalidade distintas das do pequeno larápio. Assim, segundo a sua teoria, era possível identificar a propensão dos indivíduos para um determinado tipo de delito através da avaliação da sua fisionomia e do seu retrato psicológico.

As particularidades físicas e as marcas da personalidade do criminoso eram, na óptica de Lombroso, resultado do atavismo, comprovado pela presença de características atribuídas aos antecessores do homem. O criminoso revelava as marcas da sua ancestralidade através da prática do delito, que mais não era do que a prova da sua inadaptação à sociedade moderna. Os seus comportamentos não eram mais do que reminiscências dos procedimentos atribuídos pela ciência da época aos nossos antepassados. Lombroso distinguiu diferentes tipos de criminosos: o nato, o louco moral, o louco, o ocasional, o passional e o epilético. Tentou, deste modo, conseguir a identificação do delinquente tomando como base as suas características morfológicas, encarando-o como o produto de uma espécie de regressão orgânica que o fazia aproximar-se dos antepassados primitivos, procurando fundamentar essa conclusão em similitudes físicas, mas também psicológicas, como a insensibilidade à dor, ou ainda noutros indícios, como o uso do calão ou a feitura de tatuagens.

À medida que foi avançando na sua obra, Lombroso foi admitindo a menor representatividade do criminoso nato e apresentou uma panóplia de causas que poderiam conduzir à prática do delito. O seu trabalho foi prosseguido pelos seus discípulos Enrico Ferri e Raffaele Garofalo, que continuaram a considerar as características físicas e psicológicas do indivíduo como a raiz do delito e o meio social a ocasião para o praticar.<sup>22</sup>

---

<sup>22</sup> Enrico Ferri, aluno de Lombroso, que, embora seguidor das teorias do seu mestre, afasta-se dele ao defender a ideia de uma maior preponderância de factores de ordem económica, política e social para explicar o desenvolvimento da criminalidade. Sobre o pensamento de Ferri, consulte-se Pais, Lúcia Maria de Sousa Gomes Gouveia, *Uma história das ligações entre a psicologia e o direito em Portugal: perícias psiquiátricas médico-legais e perícias sobre a personalidade dos analisadores*, Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, 2004, tese de doutoramento policopiada, pp. 108-109.

Porém, Lombroso não deixou de ser alvo de críticas, particularmente de Tarde, Lacassagne e Goring, que demonstraram que os estigmas atribuídos aos criminosos também estavam presentes nos não criminosos. Os estudos sociológicos sobre o crime não imputam ao indivíduo a responsabilidade pelo seu cometimento, centrando-se antes na sociedade, da qual o delinquente era vítima. Foi ainda considerado que se o delinquente tivesse caracteres específicos, nada provava que eles derivassem de um processo atávico, podendo ter outra origem.<sup>23</sup> Uma outra crítica apontada à teoria do determinismo biológico prende-se com o próprio delito, já que não se trata de um realidade abstracta, como defendiam os positivistas italianos, mas, pelo contrário, é um conceito relativo que varia, quer a nível espacial quer temporal.<sup>24</sup>

A ausência de livre arbítrio e o forte determinismo que os seguidores da escola criminal italiana atribuíam aos delinquentes, sobretudo aos mais perigosos, impedia-os de admitir a sua regeneração. Alguns defendiam abertamente a ideia de uma espécie de selecção natural darwiniana, como era o caso de Garofalo (1893), que advogava a eliminação de todos aqueles que não se acomodassem às circunstâncias da sociedade contemporânea, sendo a prática de crimes sintoma dessa inadaptação, pelo que os seus autores deviam ser aniquilados, o que implicava o recurso à pena de morte.<sup>25</sup>

Em Portugal, a escola positivista italiana foi amplamente divulgada e contou com um largo número de adeptos, sobretudo entre os homens da medicina, não recebendo, contudo, o mesmo acolhimento entre os juristas.<sup>26</sup> Nomes como Alfredo Luís Lopes, Roberto Frias, Basílio Freire, Ferraz de Macedo e Júlio de Matos revelaram a sua influência nas obras que produziram.<sup>27</sup> Em finais do século XIX, a escola positivista italiana já era alvo de inúmeras críticas

---

<sup>23</sup> Veja-se Cusson, Maurice, *Criminologia...*, pp. 63-64.

<sup>24</sup> Confirme-se, Cusson, Maurice, *Criminologia...*, p. 63.

<sup>25</sup> Leia-se Pais, Lúcia Maria de Sousa Gomes Gouveia, *Uma história das ligações entre a psicologia e o direito em Portugal: perícias psiquiátricas médico-legais e perícias sobre a personalidade dos analisadores...*, pp. 110-111.

<sup>26</sup> Sobre o desenvolvimento da antropologia criminal em Portugal, consulte-se Pina, Luís, "A antropologia criminal em Portugal. Síntese histórica", in *Congresso do Mundo Português*, Lisboa, 1940, p. 679.

<sup>27</sup> Sobre a influência da escola criminal italiana no pensamento de Roberto Frias, Basílio Freire e Júlio de Matos, leia-se Esteves, Alexandra Patrícia Lopes, "Delito e Punição: o discurso médico, o crime e os criminosos em Portugal na segunda metade do século XIX", in Ribeiro, Gladys Sabina; Neves, Edson Alvisi; Ferreira, Maria de Fátima Cunha Moura (org.), *Diálogos entre Direito e História: cidadania e justiça*, Rio de Janeiro, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2009, pp. 123-142.

e as suas teorias estavam desacreditadas, mas em Portugal continuava a ter vários apoiantes, sobretudo médicos, que persistiam em tentar impor os seus princípios teóricos e metodológicos.<sup>28</sup>

Com o albar do século XX, as teorias positivistas entram em declínio, embora se mantivessem vivas através da criminologia clínica. Entretanto, emergem novas correntes que se centram ora no crime, ora no criminoso. Entre as várias explicações, sobressai a que surge nos finais do século XIX, e que estabelece uma correlação entre as condições socioeconómicas e os números da delinquência.

## **2. A história e o estudo do crime**

A partir da década de sessenta do século XX, a história do crime e da criminalidade conseguiu importantes desenvolvimentos. Tiveram papel de relevo os seguidores dos estudos de Durkheim, que atribuíam o aumento da delinquência na Europa às profundas alterações que afectaram as várias instituições e ao incremento da chamada sociedade de massas.

Nas décadas de sessenta e setenta, a crise de legitimação que afectou o sistema penitenciário da Europa e dos Estados Unidos fez com que as prisões despertassem a atenção dos historiadores. A onda de contestação que se desenvolveu em França, em inícios da década de setenta, contra o sistema prisional e que recebeu o apoio de inúmeras personalidades da sociedade civil, nomeadamente do meio académico, fez aumentar o interesse por questões relacionadas com a história das cadeias, abrindo um novo campo de investigação no domínio da História, que aglutinou diversas temáticas e acolheu o contributo de outras ciências sociais. Um grupo de investigadores franceses, liderado por Michel Foucault, começou a estudar as transformações no domínio da criminalidade, com base em análises estatísticas. O resultado desse crescente interesse faz-se sentir nas décadas de oitenta e noventa com vários trabalhos publicados pela historiografia francesa, centrados, não só na história do sistema carcerário, mas igualmente nas diversas modalidades penais, como o degredo, a criminalidade, a violência e a

---

<sup>28</sup> Leia-se Vaz, Maria João, *Crime e Sociedade. Portugal na segunda metade do século XIX*, Oeiras, Celta, 1998, p. 65.

delinquência.<sup>29</sup> Simultaneamente, na década de sessenta, a história social conheceu novos avanços que levaram à publicação de obras sobre as minorias, os pobres e os marginais. O mesmo contexto político, social e cultural francês das décadas de sessenta e setenta foi responsável pela atenção que a historiografia passou a conceder aos marginais, às crianças, às mulheres e aos presos.<sup>30</sup>

Nos anos oitenta e noventa, no contexto da historiografia internacional, foi-se assistindo ao desenvolvimento da história da justiça, da repressão do crime e da prisão. Actualmente, a temática da história do crime, da violência e da justiça criminal está consolidada através da publicação de vários estudos, produzidos sobretudo na Inglaterra, nos Estados Unidos, na França, na Espanha e na Holanda, incluindo revistas especializadas, e da existência grupos de trabalho que se ocupam destas matérias.

Em Portugal, a história da criminalidade permaneceu adormecida no meio académico durante uma parte considerável do século XX, tal como outros domínios da história social. Tal situação resultou, em larga medida, dos condicionalismos impostos pelo Estado Novo, que havia relegado para o esquecimento o passado recente da História de Portugal. É certo que dispomos, até à década de setenta, de trabalhos sobre o crime, mas esses não se incluem no domínio da História. Trata-se de estudos produzidos por homens do direito, da medicina e da antropologia. Após o 25 de Abril de 1974, o contexto político favoreceu o despontar de leituras mais diversificadas, designadamente no domínio da história económica e social, propiciou a inovação e o contacto com historiadores e escolas historiográficas estrangeiras.<sup>31</sup> Desde a década de oitenta, a problemática do crime e da violência tem merecido a atenção de historiadores de diversas áreas e cujas obras se distribuem por diferentes épocas.<sup>32</sup> Os trabalhos precursores

---

<sup>29</sup> Sobre as obras publicadas pela historiografia francesa no domínio da história das prisões e da criminalidade, consulte-se Santos, Maria José Moutinho dos, *"A historiografia francesa e as prisões"*, in *Intercâmbio*, 2007, pp. 65-70.

<sup>30</sup> Nestes domínios, na década de 70 do século XX, destacam-se os trabalhos desenvolvidos por Michel Certau e B. Geremek. Confirme-se Petit, Jacques-Guy, *"Los marginales en el centro de la historia"*, in Vaca Lorenzo, Ángel (Ed.), *Disidentes, Heterodoxos y Marginales en la Historia*, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 1998, p. 271.

<sup>31</sup> Confirme-se Mendes, Jorge Amado, *"Caminhos e problemas da historiografia portuguesa"*, in Torgal, Luís Reis, Mendes, José Amado; Catroga, Fernando, *História da História em Portugal. Sécs. XIX-XX*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1996, pp. 399-400.

<sup>32</sup> Para o período medieval, destacam-se os trabalhos de Luís Miguel Duarte, particularmente a sua tese de doutoramento, *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval: 1459-1481*, Coimbra, Fundação Calouste Gulbenkian,



sobre esta temática, desenvolvidos por João Lourenço Roque e Irene Vaquinhas, concentraram-se na Universidade de Coimbra.<sup>33</sup> Ainda na década de oitenta, há que salientar a obra de José Manuel Subtil, apresentada à Universidade Nova de Lisboa.<sup>34</sup>

---

Fundação para a Ciência e Tecnologia, 1999, e a tese de mestrado de Queirós, Isabel Maria de Moura Ribeiro, *Theudas e Mantheudas. A Criminalidade Feminina no Reinado de D. João II através das cartas de perdão (1481-1485)*, 2 vols., Porto, 1999, tese de mestrado policopiada. De referir ainda a obra de Humberto Baquero Moreno, particularmente, *Marginalidade e conflitos sociais em Portugal nos séculos XIV e XV. Estudos de História*, Lisboa, Editorial Presença, 1985 e *Exilados, marginais e contestatários na sociedade medieval portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 1990. Destacam-se ainda artigos da autoria de Ana Maria Rodrigues, em particular, "Saltando por sobre os muros do castelo, ou como se fugia à prisão em Portugal quatrocentista", in *Espaços, Gente e Sociedade no Oeste. Estudos sobre Torres Vedras Medieval*, Cascais, 1996, pp. 317-325. Para a idade moderna, sobressaem os trabalhos de Anabela Ramos, com a tese de mestrado, *Violência e Justiça em Terras de Montemuro, 1708-1820*, Viseu, Palimage, 1998; Lopes, Henrique Augusto Dias, *Poder e Violência em Proença-a-Nova de 1710 a 1750. Um itinerário do Quotidiano através das Correições e Querelas*, Faculdade de Letras de Coimbra, Coimbra, 1996. Tese de mestrado policopiada; Ventura, Liliana de Almeida, *Criminalidade e Perdão numa Comunidade Rural. Sever do Vouga (1752-1831)*, Faculdade de Letras de Coimbra, Coimbra, 2006. Tese de mestrado policopiada; Alves, Dina Catarina Duarte, *Violência e Perdão em Óbidos (1595-1680)*, Faculdade de Letras de Coimbra, Coimbra, 2003. Destacam-se ainda artigos publicados por Braga, Isabel Drumond, "A Criminalidade em Portalegre no reinado de D. João III: delitos e perdões", in *A Cidade*, nova série, n.º 8, Portalegre, 1993, pp. 65-81; da mesma autora, "Para o estudo da criminalidade dos mouriscos no séc. XVI, in *Gil Vicente*, n.º 28, Guimarães, 1993, pp. 53-62; "A criminalidade nos Açores no reinado de D. Sebastião: delitos e perdões", in *Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XIX. Actas de Colóquio*, Horta, 1995, pp. 523-543; Donovan, M. Bill, "Crime, policing, and the absolutist state in early modern Lisbon", in *Portuguese Studies Review*, vol. V. n.º 2, Durhan, Outono-Inverno de 1996-1997, pp. 52-71; de Amado, Janaína, "Crimes Domésticos. Criminalidade e degredo feminino em Portugal no século XVIII", in *Mare Liberum*, n.º 17, Lisboa, Junho de 1999, pp. 73-96; Rodrigues, José Damião, "Criminalidade e violência em Ponta Delgada no final do Antigo Regime (1706-1817). Para uma leitura das relações sociais", in *Colóquio Comemorativo dos 450 Anos da Cidade de Ponta Delgada. Actas*, Ponta Delgada, 1999, pp. 153-178; Neto, Margarida Sobral, "A violência em Portugal na Idade Moderna: olhares historiográficos e perspectivas de análise", in *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXVII, Coimbra, 2005, pp. 9-27. Destacam-se ainda os vários trabalhos publicados por Paulo Drumond Braga, de entre os quais referimos "Mulheres criminosas, mulheres perdoadas (Cabo Verde e São Tomé. Século XVI)", in *Isleña*, n.º 38, Funchal, Janeiro-Junho de 2003, pp. 98-105 e *Torres Vedras no reinado de Filipe II. Crime, castigo e perdão*, Lisboa, Edições Colibri/Câmara Municipal de Torres Vedras, 2009.

<sup>33</sup> Vaquinhas, Irene, *Violência, Justiça e Sociedade Rural. Os campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1990. Tese de doutoramento policopiada. Roque, João Lourenço, "Subsídios para o estudo da criminalidade na região de Coimbra no século XIX- Alguns aspectos de "crimes contra a

Dentro do período cronológico que nos propusemos analisar, entre os finais do século XVIII e o século XIX, destacam-se os trabalhos de Maria José Moutinho dos Santos, Maria João Vaz e Susana Serpa Silva.<sup>35</sup> A estas autoras se deve o preenchimento de um vazio na historiografia portuguesa. À primeira devemos o despertar do interesse da historiografia portuguesa pela evolução do sistema prisional, que até então não tinha merecido qualquer análise de relevo. Às duas últimas devemos uma produção historiográfica que aborda o tema da criminalidade, associada a outros fenómenos, que permitem compreender a evolução do crime em contextos geográficos distintos, mas com cronologias muito similares.

As análises até agora realizadas no panorama historiográfico português traduziram-se em teses de doutoramento e de mestrado e em artigos científicos. Importa ainda salientar os trabalhos sobre a evolução do castigo, efectuados no domínio da penalidade, abordando o desenvolvimento dos aparatos legais, judiciários e penais, bem como do sistema legislativo. A história das forças policiais também tem merecido um maior relevo nos últimos anos, graças a Maria José Moutinho dos Santos e Maria João Vaz.<sup>36</sup> Maior interesse ainda tem merecido o

---

religião" (e outros delitos) no período de 1850-1870", in *Revista de História das Ideias – O Sagrado e o Profano*, Tomo II, número 9, Coimbra, 1987, pp. 631-665.

<sup>34</sup> Subtil, José Manuel, *O Vintismo e a Criminalidade (1820-1823)*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa. Tese de mestrado polidactilografada.

<sup>35</sup> Santos, Maria José Moutinho dos, *A Sombra e a Luz. As prisões do Liberalismo*, Porto, Edições Afrontamento, 1999. Silva, Susana Paula Franco Serpa, *A Criminalidade na Comarca de Ponta Delgada. Uma abordagem com base nos processos penais (1830-1841)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1997. Tese de mestrado policopiada. Da mesma autora, *Violência, Desvio e Exclusão na Sociedade Micaelense Oitocentista (1842-1910)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores. Tese de doutoramento policopiada. Vaz, Maria João, *Crime e Sociedade. Portugal na segunda metade do século XIX*, Oeiras, Celta Editora, 1998. Da mesma autora, *A criminalidade em Lisboa entre meados do século XIX e o início do século XX*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2006. Tese de doutoramento policopiada.

<sup>36</sup> Este assunto é tratado por Maria João Vaz na sua tese de doutoramento e por Maria José Moutinho dos Santos em vários artigos, entre os quais destacamos: Santos, Maria José Moutinho dos, "Bonfim - séc. XIX: A regedoria na segurança urbana", *Cadernos Bonfim – I- Para uma monografia da freguesia do Bonfim*, Porto, 2001; da mesma autora, "A introdução da polícia civil em Portugal: entre projectos e realidades, os equívocos de uma polícia de segurança", in Almeida, Pedro Tavares de; Marques, Tiago Pires (coords.), *Lei e Ordem. Justiça Penal, Criminalidade e Polícia (séculos XVIII-XIX)*, Lisboa, Livros Horizontes, 2006, pp. 131-145 e ainda "Delinquência urbana e formas de repressão em Portugal nos finais do Antigo Regime (1760-1801)" in Rubio Pérez, Laureno, *Pobreza, Marginación y Asistencia en la Península Ibérica (siglos XVI-XIX)*, León, Universidad de León, Área de Publicaciones, 2009, pp. 199-219.

estudo dos organismos judiciais, inserido na história institucional, com raízes mais antigas no nosso país. Neste domínio, destacamos a obra de António Manuel Hespanha e o trabalho mais recente produzido por Tiago Pires Marques.<sup>37</sup>

Não podemos deixar de assinalar ainda o contributo dos estudos realizados noutras áreas das ciências sociais, em particular no campo da antropologia, da autoria de João Fatela, João Machado Pais e, mais recentemente, de Aurízia Anica.<sup>38</sup> Importa igualmente mencionar a publicação de obras temáticas, onde o tema da criminalidade tem sido abordado por diversos especialistas, algumas delas resultantes de eventos de carácter científico sobre a violência, a criminalidade e a justiça penal.<sup>39</sup>

### **3. As fontes e a temática: problemáticas e limitações**

O nosso trabalho centra-se no distrito de Viana do Castelo, abrangendo o período compreendido entre finais do século XVIII e o ano de 1870. Recuámos ao século XVIII, porque as fontes assim o permitiram e por julgarmos pertinente fazer uma pesquisa a partir de finais do Antigo Regime para mostrar a existência de uma linha de continuidade entre este período e a primeira metade do século XIX. Apesar das alterações então registadas no quadro político, foi difícil encontrar sintomas de mudanças significativas nas diferentes áreas abordadas no nosso estudo. Por isso, prolongámos a nossa análise até 1870. Foi nesta década que o impacto de algumas reformas e mudanças se começou a fazer sentir de forma mais notória.

No nosso trabalho, não tivemos a pretensão de chegar a conclusões definitivas, mas antes traçar uma linha condutora que visa o estabelecimento de uma correlação entre o contexto económico, social, cultural e político do Alto Minho e as manifestações de violência e de

---

<sup>37</sup> Marques, Tiago Pires, *Crime e Castigo no Liberalismo em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005.

<sup>38</sup> Anica, Aurízia, *A transformação da violência no século XIX. O caso da comarca de Tavira*. Lisboa, Edições Colibri, 2001. Da mesma autora Anica, Aurízia, *As Mulheres, a Violência e a Justiça no Algarve de Oitocentos*, Lisboa, Edições Colibri, 2005. Pais, José Machado, *A prostituição e a Lisboa boémia do século XIX a inícios do século XX*, Lisboa, Âmbar, 2008. Fatela, João, *O Sangue e a Rua. Elementos para uma antropologia da violência em Portugal (1926-1946)*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1989.

<sup>39</sup> São exemplo de publicações que incidem sobre estes temas, a obra de Almeida, Pedro Tavares de; Marques, Tiago Pires (coords.), *Lei e Ordem. Justiça Penal, Criminalidade e Polícia (séculos XVIII-XIX)*, Lisboa, Livros Horizontes, 2006 e o volume temático da revista *Ler História*, coordenado por Maria João Vaz. *Ler História. Dossier: Criminalidade e Repressão*, n.º 53, 2007.

conflituosidade, o comportamento criminal e o sistema prisional. Consideramos essencial a articulação destas vertentes, no sentido de compreender o funcionamento das comunidades alto minhotas e os acontecimentos que nelas decorriam, já que não entendemos a transgressão como um fenómeno ocasional. O tratamento concedido ao espaço prisional resulta não apenas da importância que este adquire no século XIX, mas porque era esse o destino da larga maioria dos acusados de práticas delituosas, onde aguardavam a pronúncia da sentença ou, se fosse caso disso, cumpriam a pena.

Mais do que conhecer os números do crime, pretendemos avaliar o seu impacto e descobrir as razões da sua ocorrência. Aliás, o conhecimento objectivo da criminalidade, assente em dados rigorosos, pode não passar de uma quimera. Basta pensar nos constrangimentos que, no século XIX, afectavam a produção dos mapas estatísticos, sem esquecer que as fontes judiciais nos permitem aceder apenas a uma parcela da criminalidade, ou seja, à criminalidade registada.<sup>40</sup> Não é possível fazer a história do crime unicamente com base nessa documentação, dado que esta reflecte o desempenho do aparelho judicial da época, impondo-se, por isso, o cruzamento de fontes de natureza diversa.

Face a estes condicionalismos, será exequível avaliar o peso do delito ou da violência numa dada sociedade? Presumimos que é possível, mas mantendo o pressuposto de que os resultados conseguidos não serão suficientes para fundamentar um retrato rigoroso e objectivo sobre a matéria em causa.

A nossa análise procura conciliar uma perspectiva institucional, na qual se inserem, por exemplo, os mecanismos de repressão, como a cadeia ou a pena de trabalhos públicos, e as estatísticas elaboradas pelos órgãos de poder, com uma visão mais antropológica, que assenta numa abordagem mais pormenorizada de fontes de natureza qualitativa. Através da conjugação destas duas perspectivas, pretendemos escapar à tentação de nos limitarmos a um estudo comprometido e sustentado por uma visão unitária, baseado em fontes emanadas dos organismos oficiais. Embora seja de realçar que estamos perante um tempo em que é difícil fugir às amarras do poder, uma vez que a própria escrita constitui símbolo do mesmo. Deste modo, as conclusões a que procurámos chegar resultam de uma combinação de elementos de carácter quantitativo e qualitativo.

---

<sup>40</sup> Sobre a formação das estatísticas criminais em Portugal, veja-se Curto, Diogo Ramada, *As Múltiplas Faces da História*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, pp. 153-154.

O cruzamento de informações colhidas em várias fontes, bem como a decomposição do discurso nelas contido, permitiram a obtenção de visões distintas sobre uma mesma realidade ou sobre o mesmo facto. Mesmo numa análise mais circunscrita e balizada cronologicamente como a nossa, o risco de cair na perspectiva unitária das fontes produzidas pelas instituições poderia acontecer.

O encruzilhar de dados constitui uma peça fundamental na estruturação do nosso trabalho, porque não se focaliza unicamente nos protagonistas de acções delinquentes, mas incide também sobre o papel das autoridades judiciais e administrativas. Em suma, a própria sociedade alto minhota, os seus valores, os seus costumes, a sua mentalidade, a sua economia, a sua vivência política, as transformações institucionais e sociais que sofreu, a forma como permitia o desenvolvimento do conflito e do crime e o modo como os encarava e punia, são igualmente objecto de estudo.

As fontes utilizadas diferem consoante as três áreas que, *grosso modo*, o estruturam. São principalmente de natureza administrativa, embora não tenhamos descurado o seu cruzamento com documentação judicial. As estatísticas produzidas por diferentes entidades, em particular pelo governo civil de Viana do Castelo, a imprensa periódica e a literatura coeva também foram tidas em conta na nossa pesquisa.

No que respeita às fontes administrativas, os seus autores estavam vinculados ao governo civil de Viana do Castelo, cuja acção se relacionava com a manutenção da segurança pública, pelo que procedemos ao levantamento informacional no arquivo histórico deste organismo. Mas não nos limitámos a esta instituição. Nos diversos arquivos municipais do distrito de Viana do Castelo coligimos a informação produzida sobretudo pelas administrações do concelho, pelas câmaras municipais e, com menor frequência, pelos regedores.

Com a documentação que fomos compulsando, foi-se urdindo uma teia, que, além de nos permitir o conhecimento da conflituosidade, do crime e da realidade dos cárceres, nos foi proporcionando um conhecimento mais estruturado da sociedade alto minhota de oitocentos. A esta informação juntámos dados judiciais, obtidos através de processos de polícia correcional e autos de querela, bem como da procuradoria régia. O nosso roteiro pelos arquivos terminou com a recolha de elementos que nos permitissem obter uma noção da participação das Misericórdias na assistência aos presos encarcerados.

O trabalho está estruturado em três grandes segmentos, subdivididos em capítulos, seguindo uma orientação sequencial e gradativa. Antes de avançarmos para o primeiro

segmento, apresentamos uma contextualização do Alto Minho (Capítulo I), entre os finais do século XVIII e o século XIX, com o intuito de conhecer algumas matrizes que visam o esclarecimento de vários aspectos do distrito de Viana do Castelo, designadamente a sua caracterização espacial, os sectores económicos dominantes, o fenómeno da emigração e o contexto cultural e social.

O primeiro grande segmento do nosso trabalho, que incide sobre a violência e a conflitualidade, desenvolve-se no Capítulo II. Não constitui tarefa fácil adoptar um conceito de violência que seja consensual.<sup>41</sup> Se alguns a julgam como algo natural ao homem, considerando que este tem uma predisposição inata para a mesma, outros salientam a sua origem social ou o seu relativismo e historicidade.

Nos dias de hoje, mais do que nunca, a sociedade debate o problema da violência, dado que, como refere William H. MacNiell, “a violência é e sempre foi uma parte importante da vida”.<sup>42</sup> Esta asserção levou, inclusive, ao aparecimento de peritos na matéria em certas regiões do mundo, que Peter Burke apelida de “violontólogos”.<sup>43</sup> No entanto, com excepção de alguns nichos e episódios de violência, julgamos possível utilizar o “processo civilizador” de Norbert Elias, uma vez que, nas sociedades contemporâneas, são menos os que estão dispostos a cometer actos de violência. Esta perdeu o seu carácter espontâneo e profissionalizou-se.<sup>44</sup>

Com a formação dos Estados modernos, assistimos ao declínio da violência privada em detrimento de uma “burocratização” da violência, agora nas mãos de governos fortalecidos por exércitos nacionais. Ora, para que essa mudança se concretizasse foi necessário desarmar a população. Acontece, porém, que a violência ocasional e não premeditada não precisa de armas brancas ou de fogo para se concretizar, pois, como veremos, em pleno século XIX, agredia-se com um pau, com uma pedra ou com as alfaías agrícolas.

---

<sup>41</sup> Já em diversos dicionários datados do século XVIII e XIX, o conceito de violência apresentava significados díspares. No dicionário de Rafael Bluteau, a violência aparece definida como força feita a alguém contra direito. Confirme-se Bluteau, Raphael, *Vocabulario Portuguez e Latino, 1712-1718*, Lisboa, Oficina de Pascoal da Silva, 1712-1728, p. 528. Sobre as dificuldades em apresentar um conceito consensual e uma explicação para a violência leia-se Garnel, Maria Rita Lino, *Vítimas e Violências na Lisboa da I República*, Coimbra, Faculdade de Letras, 2005, pp. 29-42. Tese de doutoramento policopiada.

<sup>42</sup> Confirme-se MacNiell, William H., “A onda crescente de violência urbana”, in *Braudel Papers*, n.º 7, 1994, p. 9.

<sup>43</sup> Confira-se Burke, Peter, “Violência urbana e civilização”, in *Braudel Papers*, n.º 12, 1995, p. 1.

<sup>44</sup> Veja-se Burke, Peter, “Violência urbana e civilização”..., p. 9.

Algumas populações do Alto Minho viviam em isolamento quase total, devido sobretudo às barreiras impostas pela natureza e à escassez de vias de comunicação, o que as predispunha para a insubordinação contra as decisões do Estado, ou para dar apoio a quadrilhas de facínoras. Aliás, as localidades de mais difícil acesso constituíam o refúgio predilecto de bandoleiros e desertores. Neste caso, podemos considerar a conflitualidade e a violência um sintoma da incapacidade do Estado para fazer valer a sua autoridade.

A violência podia constituir uma passagem directa, mas não necessária, para o crime. Neste segmento, não incluímos as revoltas ou outras manifestações colectivas de desagrado, mas antes a conflitualidade e as tensões quotidianas, de carácter espontâneo, ou, mais propriamente, aquilo a que Jean-Claude Chesnais chama de “violência privada”, em que a emoção se sobrepõe à razão, e para as quais concorriam as vicissitudes que marcaram os primeiros decénios de oitocentos.<sup>45</sup> Propusemo-nos descobrir e compreender as causas das variadas formas de violência espontânea, que, apesar de não atingirem a dimensão e o impacto dos conflitos organizados, acabavam por agitar o dia-a-dia das populações e pôr em causa a ordem pública.

Entretanto, importará atender à contextualização dos fenómenos da conflitualidade e da violência, dado que não são obra do acaso, mas antes o resultado de várias circunstâncias. Não estamos a tratar de uma violência gratuita, pois ela funcionava, muitas vezes, como uma forma de controlo social informal, como sucedia, por exemplo, com a agressão verbal, através de injúria, do uso de expressões ou de alcunhas depreciativas.

Pretendemos, então, analisar os lugares e as circunstâncias em que as manifestações de violência ocorriam, quais os instrumentos utilizados; caracterizar os seus perpetradores e as vítimas; mostrar a existência de momentos de violência conjuntural, que aconteciam quando havia ajuntamentos, motivados pelos trabalhos no campo ou pelos festejos religiosos. Foi ainda nosso propósito descortinar os contornos que envolviam a violência praticada no seio da família, admitindo embora a dificuldade do seu estudo devido ao manto de secretismo que a cobria, pelo que apenas é possível aceder aos casos que extravasaram as paredes da casa.

No segundo grande momento do nosso trabalho (Capítulo III), entramos no mundo da criminalidade propriamente dita. Neste domínio, recorreremos sobretudo às fontes estatísticas e aos dados recolhidos no arquivo histórico do governo civil de Viana do Castelo. Entendemos o

---

<sup>45</sup> Chesnais, Jean-Claude, *Histoire de la Violence en Occident de 1800 à nos Jours*, Paris, Éditions Robert Laffont, 1981, p. 13.

crime não como uma realidade estática, mas sujeita aos condicionalismos culturais e históricos em que acontece.<sup>46</sup> Este relativismo conduziu a alterações na concepção do próprio crime e da classificação do que pode ou não ser considerado transgressão, bem como a transformações na sua evolução. Procurámos averiguar, no caso do Alto Minho oitocentista, até que ponto a instabilidade política, os antagonismos religiosos e o contexto económico provocaram transformações no domínio da delinquência.

A incongruência de alguns argumentos invocados pelas autoridades locais para justificar os números do crime, alegando, designadamente, a natureza endógena dos povos da região, tida como “rude” e “agressiva”, levou-nos a procurar alguns dos factores que, embora não expliquem o crime em si ou o seu cometimento, podem ter concorrido para a sua consecução, ainda que de forma indirecta. Nesse sentido, examinámos alguns dos elementos usualmente evocados para justificar os índices de criminalidade e clarificar a sua eventual relevância no Alto Minho, como era o caso do álcool, do jogo, da falta de instrução, bem como a actuação da justiça e dos seus agentes.

No sentido de conhecer as continuidades e rupturas da delinquência e da marginalidade, a nível espacial e temporal, realizámos uma pesquisa diferenciada com base na natureza dos crimes, atendendo a que os delitos conhecem evoluções distintas, consoante a sua especificidade, nas diferentes circunscrições territoriais do distrito em estudo. Para conferir uma maior consistência à nossa pesquisa, procedemos à organização e consequente divisão dos crimes cometidos neste distrito, seguindo de perto a adoptada por Joaquim José Caetano Pereira e Sousa, na sua obra *Classes dos Crimes*, mas com as alterações que julgámos pertinentes. Por exemplo, não fizemos a distinção entre crimes públicos e privados e agregámos alguns dos delitos que aquele autor tratava diferenciadamente.<sup>47</sup> Assim, optámos pela criação de três categorias distintas: crimes contra pessoas, onde incluímos os homicídios, espancamentos e ferimentos; as rixas e desordens; o aborto, o infanticídio e o abandono de crianças; os crimes sexuais e ainda, mas com uma abordagem distinta, pelas condições que o envolvem, incluímos o suicídio.

---

<sup>46</sup> No nosso trabalho, recorremos a uma noção de crime da Sociologia, cujas raízes se encontram em Durkheim, ao estabelecer o crime como uma acção tipificada pelo Direito, que sujeita o seu autor a uma pena. Leia-se Robert, Philippe, *Sociologia do Crime*, Petrópolis, Editora Vozes, 2007, p. 8.

<sup>47</sup> Confirme-se Sousa, Joaquim José Caetano e, *Classes dos crimes, por ordem systematica, com as penas correspondentes, segundo a legislação actual*, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Oficina de J.F.M. de Campos, 1816.



Numa segunda categoria, consideramos os atentados contra a propriedade, os mais comuns nesta região, dando particular relevo aos furtos e aos roubos. O furto, entendido como o acto de subtrair de forma fraudulenta, mas sem recurso à violência, podia ser simples ou qualificado e intentado ou consumado. Na avaliação deste delito, podemos encontrar factores agravantes ou atenuantes, consoante o cadastro dos autores, as circunstâncias em que era praticado e o valor dos bens surripiados. Os roubos distinguem-se do furto por envolverem o recurso à força. Joaquim José Caetano Pereira e Sousa classifica como autores do crime de roubo “os que tirarem a outrem alguma coisa por força a que se não possa resistir.”<sup>48</sup> Ainda a propósito dos crimes contra a propriedade, debruçámo-nos, mas de forma sucinta, dada a sua menor frequência, sobre o dano, o foguetão e o arrombamento, sendo que este surge, por vezes, associado ao furto ou ao roubo. Isto não significa que, para além destes, outros crimes não ocorressem no distrito de Viana do Castelo, embora não atingissem representatividade suficiente para justificar um tratamento mais pormenorizado.

A terceira categoria de atentados que examinámos diz respeito aos crimes contra o Estado, a ordem e segurança pública. Neste âmbito, cabem a emigração clandestina, o contrabando e o fabrico de moeda falsa. Nos crimes contra a ordem e a segurança pública englobámos as rebeliões e as assuadas.

No mesmo capítulo, abordamos o crime organizado, levado a cabo por quadrilhas, que, sobretudo na primeira metade do século XIX, assolaram o Alto Minho. Para se compreender a sua actuação, temos de atender ao contexto político, militar, económico e social da época e à dificuldade da ordem liberal, recentemente estabelecida, em impor-se na região. Por outro lado, torna-se indispensável levar em conta o apoio que lhes era concedido pela sociedade civil e até por alguns representantes do poder instituído. As suas actividades consistiam, basicamente, em assaltos a pessoas, casas e igrejas, no contrabando e na evasão de presos, em raptos e homicídios, no fabrico e traficância de moeda falsa.

Julgamos importante descobrir a génese e o funcionamento destes bandos e tentar perceber o impacto da sua actividade no domínio do crime organizado no distrito de Viana do Castelo. A impossibilidade de conhecer todos os implicados em acções delituosas, apesar de já nos encontrarmos numa área mais micro da História, levou-nos a considerar apenas aqueles que alcançaram o que podemos considerar de reconhecimento público, ou conseguiram mesmo

---

<sup>48</sup> Confirme-se Sousa, Joaquim José Caetano e, *Classes dos crimes, por ordem systematica, com as penas correspondentes, segundo a legislação actual...*, p. 317.

incorporar os seus nomes nos anais da História através da imagística popular. Efectivamente, algumas figuras devem ser referenciadas, com particular destaque para Tomás das Quingostas, nomeadamente pela dimensão da quadrilha que liderou e pelos episódios que protagonizou. Após a sua morte, nenhum outro bandido conseguiu granjear popularidade semelhante.

Ainda no segundo segmento, tratamos do envolvimento de naturais da província da Galiza no mundo do crime, bem como as dificuldades que enfrentavam quando detidos nas cadeias do distrito de Viana do Castelo, devido à falta recursos económicos para garantir o seu sustento e à solidão em que se encontravam. A sua participação na actividade criminosa não é de estranhar, atendendo ao elevado número de galegos que ganhava a vida em várias localidades do Alto Minho. Dada a proximidade geográfica, o lado de cá da fronteira era o refúgio para muitos criminosos espanhóis, que, em muitos casos, se juntavam aos bandos de salteadores para garantirem a sua subsistência. Dai a necessidade de distinguir a criminalidade praticada pelos galegos que residiam e trabalhavam legalmente em Portugal, da que era praticada por aqueles que arribavam a terras lusas na condição de foragidos.

Por último, dentro deste segmento, ocupamo-nos do modo como a imprensa da época tratava o fenómeno da criminalidade. Esta referência justifica-se pelo importante papel que desempenhou, quer na divulgação dos delitos e da acção das autoridades, quer na denúncia de situações e de procedimentos merecedores de reparo, ou ainda na apresentação de sugestões para corrigir o que estava mal.

No terceiro grande segmento do nosso percurso, começámos por traçar, em dois momentos distintos, o caminho percorrido pela cadeia até se impor nos diferentes sistemas punitivos vigentes entre meados do século XVIII e o século XIX, aludindo especialmente ao caso português. Não foram esquecidos os percalços que marcaram este percurso e que impediram uma efectiva reforma penitenciária no nosso país antes dos finais do século XIX. A nossa atenção centrou-se nas prisões alto minhotas, procurando descobrir as suas condições físicas e conhecer os seus habitantes.

Nos vários cárceres do distrito de Viana do Castelo, encontrámos sobretudo gente pobre, incluindo crianças e alienados. Pretendemos, então, compreender a forma como a cadeia condicionava o quotidiano da população prisional; descobrir como eram satisfeitas as suas necessidades mais básicas, designadamente em matéria de alimentação e vestuário; avaliar a intervenção do Estado e das instituições de assistência no auxílio aos presos mais necessitados.

A ventilação e iluminação escassas, a ausência de limpeza e higiene, entre outras carências, que se verificavam em todos os estabelecimentos prisionais do distrito de Viana do Castelo, contribuíam para que os reclusos fossem frequentemente atacados por moléstias que os debilitavam. A falta de segurança das estruturas era gritante, bem como de efectivos devidamente preparados para assegurar a vigilância dos detidos. Estes passavam a maior parte do tempo entregues à ociosidade, dada a inexistência de ocupações produtivas, num tempo em que se discutia a importância do trabalho no processo de reabilitação dos condenados. A indisciplina e a violência eram uma constante, perante a incapacidade dos responsáveis pela gestão do espaço prisional de lhes pôr termo. O cenário encontrado faz-nos concluir que, mais do que lugares de punição, as prisões eram sobretudo antros de doença e escolas de crime.

Considerou-se ainda oportuno fazer referência àqueles que intervinham na gestão e administração dos estabelecimentos prisionais, nomeadamente os carcereiros, os guardas, os magistrados e as autoridades administrativas, bem como às competências que lhes estavam atribuídas e ao modo como as exerciam e às dificuldades com que se debatiam.

No capítulo IV, dedicado à assistência prestada aos presos, ocupamo-nos do apoio concedido pelo Estado e pelas instituições de assistência, designadamente as Misericórdias de Caminha, Ponte de Lima e Viana do Castelo, aos presos pobres e procuramos conhecer as razões invocadas por aqueles que a solicitavam.

Depois de percorridas as cadeias do distrito de Viana do Castelo, ao longo dos séculos XVIII e XIX, partimos para um novo objecto de estudo relacionado com a aplicação da pena de trabalhos públicos neste distrito. Eram vários os sentenciados a esta punição que passavam pelas cadeias do Alto Minho, sobretudo pela de Valença. Por isso, considerámos de interesse perceber as vivências e as contrariedades que os condenados enfrentavam no seu quotidiano.

O nosso percurso termina com um conjunto de considerações gerais sobre as temáticas que abordámos e através das quais procurámos apresentar algumas reflexões, alinhando ainda um conjunto de questões que poderão, eventualmente, suscitar novas análises.

Encerramos esta introdução com uma breve referência àqueles que protagonizaram um sem-número de histórias e que permitiram a construção do nosso trabalho. Com eles nos inquietámos, nos angustiámos, esboçámos alguns sorrisos e nos enfadámos. Se na maior parte dos casos, tivemos acesso a momentos parcelares do seu quotidiano, noutros fomos acompanhando a sua história de vida ao longo de vários anos. Talvez isto também seja uma das virtualidades da História, isto é, a de provocar em quem a produz as mais diversas sensações,

que nos levam a considerar os testemunhos deixados pelo passado muito mais do que ferramentas de trabalho.



## **Capítulo I**

### **O ALTO MINHO NOS SÉCULOS XVIII E XIX**



## 1. Contexto espacial, geográfico e populacional

O Alto Minho é uma região do Norte de Portugal, caracterizada pela heterogeneidade espacial, em que as terras montanhosas do interior, como Castro Laboreiro, Peneda e Soajo contrastam com vales profundos que se estendem até ao litoral. Dois grandes rios marcam a paisagem alto minhota: o Lima e o Minho. Este último serve de fronteira ao longo de 75 quilómetros, desde a ribeira de Trancoso (Melgaço) até à foz (Caminha).

A designação *Alto Minho* é relativamente recente, tendo sido utilizada pela primeira vez em 1846, por Alexandre Herculano, que fazia corresponder esta região ao distrito de Viana do Castelo.<sup>1</sup> Essa coincidência resultou da reforma administrativa levada a cabo pela nova ordem liberal, que conduziu à formação dos distritos.<sup>2</sup> Essa reorganização, iniciada em 1832 e inspirada nos modelos franceses do período napoleónico, estabeleceu a divisão do reino em províncias, comarcas e concelhos, mantendo praticamente os mesmos municípios do Antigo Regime.<sup>3</sup> Porém, foi de curta duração, por se ter revelado inadequada à realidade portuguesa, sendo, por isso, reformulada. A partir da carta de lei de 25 de Abril de 1835, passou a vigorar a divisão em províncias, sendo criadas sete, que, por sua vez, estavam fraccionadas em 17 distritos, divididos em concelhos.<sup>4</sup> A agora província do Minho integrava os distritos do Porto, Braga e Viana do Castelo.

---

<sup>1</sup> Confirme-se Herculano, Alexandre, *História de Portugal, Tomo II*, Editora Bertrand, 1980, p. 216; p. 564. Segundo Leite de Vasconcelos, a expressão foi posteriormente utilizada por Camilo Castelo Branco nos *Doze Casamentos Felizes*, por Félix Alves Pereira, nos *Estudos do Alto-Minho* e por Abel Viana. Leia-se Vasconcellos, J. Leite de, *Etnografia Portuguesa. Tentame de Sistematização*, vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1980, p. 53.

<sup>2</sup> Sobre as reformas político-administrativas que tiveram lugar na comarca de Viana, entre a segunda metade do século XVIII e inícios do século XIX, que se traduziu na criação de novos concelhos (Amares) e coutos (por exemplo, Bertandos), bem como a supressão de outros ou a transferência para a comarca de Braga. Leia-se sobre este assunto Subtil, José, "O governo da Câmara e da comarca de Viana do Castelo nos finais do antigo regime (1755-1834). (Teoria, fontes e metodologia) ", in *Cadernos Vianenses*, Tomo XX, 1996, pp. 146-148.

<sup>3</sup> Sobre a evolução da divisão administrativa do território no período liberal leia-se Oliveira, César, "Os municípios no liberalismo monárquico constitucional", in Oliveira, César (dir.) *História dos Municípios e Poder Local. [Dos finais da Idade Média à União Europeia]*, Lisboa, Círculos de Leitores, 1996, pp. 205-212.

<sup>4</sup> Carta de lei de 25 de Abril de 1835. *Collecção de Leis e outros documentos oficiais publicados desde 15 de Agosto de 1834 até 31 de Dezembro de 1835*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1837, pp. 132-133.





**Figura 1.** Mapa do distrito de Viana do Castelo

A partir de 1836, o distrito de Viana do Castelo integrou aos concelhos de Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Monção, Ponte da Barca, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valadares, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira.<sup>5</sup> O concelho do Soajo, extinto naquele ano, recuperou o seu estatuto pelo decreto de 22 de Dezembro de 1837, situação que se manteve até 17 de Fevereiro de 1852, data em que foi definitivamente abolido e incorporado no concelho de Arcos de Valdevez.<sup>6</sup> O concelho de Castro Laboreiro conheceu situação idêntica à do Soajo, tendo sido suprimido, juntamente com o de Valadares, pelo decreto de 24 de Outubro de 1855.<sup>7</sup> Assim, foi apenas em 1855 que o distrito de Viana do Castelo passou a ter uma configuração administrativa idêntica à actual, salvo o sobressalto por que passou o concelho de Vila Nova de Cerveira, que, em 1895, foi temporariamente extinto. No nosso estudo, utilizamos a designação *Alto Minho* entendida como realidade geográfica correspondente ao distrito de Viana do Castelo, por ser a nomenclatura actualmente aplicável e reconhecida.

No Antigo Regime, o território que consideramos como Alto Minho apresentava uma complexa organização administrativa. A delimitação do seu território não levantava qualquer problema a Norte, onde confina com a Galiza, nem a Oeste, onde é banhado pelo Oceano Atlântico. As dúvidas colocavam-se na sua demarcação a Sul. O Alto Minho estava integrado na província do Entre-Douro e Minho e, em meados do século XVIII, correspondia, basicamente, às comarcas de Viana do Castelo e Valença.<sup>8</sup> No entanto, o território que integrará o distrito de

---

<sup>5</sup> *Collecção de Leis e outros documentos oficiais publicados desde 10 de Setembro até 31 de Dezembro de 1836*, Sexta Série, Lisboa, Imprensa Nacional, 1937, pp. 112-113.

<sup>6</sup> O extinto concelho do Soajo adquiriu novamente a categoria de concelho, voltando a ser composto pela freguesia do Soajo, cabeça do concelho, e pelas freguesias de Ermelo e Gavieira. Castro Laboreiro regressou igualmente à categoria de concelho, integrando a comarca de Monção. *Collecção de Leis e outros documentos oficiais publicados no 2.º semestre de 1837...*, 1837, p. 260. *Collecção Oficial da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa...*, 1853, p. 17. Sobre a violência e a conflitualidade associada e promotora da extinção do concelho, veja-se, Esteves, Alexandra, "Conflitualidade e resistência popular contra as elites locais no século XIX: um estudo de caso." (no prelo).

<sup>7</sup> *Collecção Oficial da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1855...*, 1856, pp. 361-363.

<sup>8</sup> Sobre os territórios abrangidos por estas duas comarcas veja-se Sousa, Fernando; Alves, Jorge Fernandes, *Alto Minho. População e Economia nos Finais de Setecentos*, Lisboa, Editorial Presença, 1997, pp. 15-17.

Viana do Castelo será constituído pelas terras que pertenciam às antigas comarcas de Viana do Castelo, Valença, Barcelos e Braga.<sup>9</sup>

A comarca de Valença era composta pelas vilas de Valença e Caminha e respectivo termo, pelo concelho de Valadares e pelo couto de Fiães, perfazendo um total de 51 freguesias.<sup>10</sup> Mas a grande comarca era a de Viana do Castelo, formada por 31 circunscrições, entre as quais as vilas de Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira e respectivo termo, 13 concelhos e 14 coutos, num total de 274 freguesias.<sup>11</sup>

A inexistência de uma continuidade geográfica, a diferente dimensão territorial das circunscrições, bem como a sobreposição de poderes, suscitou a crítica dos homens de setecentos. Porém, só com a imposição da ordem liberal a situação se alterará. O Alto Minho não era mais do que o espelho da divisão administrativa do Portugal do Antigo Regime, que, nas palavras de José Viriato Capela, era “um mosaico complexo de quadros sujeitos a várias tutelas e jurisdições.”<sup>12</sup>

Assim, em finais do século XVIII e até à reforma administrativa liberal, os limites do Alto Minho eram as comarcas de Valença e Viana do Castelo, mas integrando coutos e concelhos que faziam parte das comarcas de Braga (Couto da Feitosa) e Barcelos (Couto da Correlhã, Coutos de Nogueira e Gondufe, Vila e Termo de Melgaço e concelho de Castro Laboreiro), não existindo, por conseguinte, uma proximidade territorial nem uma coincidência total com o actual distrito de Viana do Castelo.

Durante o período moderno, o Alto Minho perdeu alguma visibilidade, que se acentuou durante a governação filipina, mas ainda em meados do século XVIII encetou um processo de recuperação, devido à acção dos fisiocratas e às novas correntes do pensamento económico.<sup>13</sup> Em finais de setecentos, a população desta região rondaria os 160.000 habitantes, sendo Viana

---

<sup>9</sup> Confirme-se Capela, José Viriato, “Comarcas”, in Capela, José Viriato (coord.), *As Freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património*, Braga, Casa Museu de Monção, Universidade do Minho, 2005, pp. 563-564.

<sup>10</sup> Veja-se Sousa, Fernando; Alves, Jorge Fernandes, *Alto Minho. População e Economia nos Finais de Setecentos...*, pp. 16-17.

<sup>11</sup> Confira-se Sousa, Fernando; Alves, Jorge Fernandes, *Alto Minho. População e Economia nos Finais de Setecentos...*, p. 17.

<sup>12</sup> Confirme-se Capela, José Viriato (coord.), *Vila Nova de Cerveira. Elites, poder e governo municipal (1753-1834)*, Braga, Praxis XXI, 2000, p. 19.

<sup>13</sup> Leia-se Almeida, Carlos Alberto Ferreira de, *Alto Minho*, Lisboa, Editorial Presença, 1987, p. 39.

do Castelo a única localidade que escapava ao cunho da ruralidade, justificando já o estatuto de centro urbano.<sup>14</sup>

Até à era dos Descobrimentos, Viana era uma localidade essencialmente pesqueira e o seu porto tinha um papel relevante no comércio externo. Assim, no século XV, não só conseguiu desenvolver as suas actividades económicas, sobretudo comerciais e marítimas, como assistiu ao crescimento da sua população, o que, por sua vez, implicou alterações na sua configuração urbanística.<sup>15</sup> Era uma povoação cercada por muralhas, cuja construção remonta ao século XIV. No entanto, a partir reinado de D. Manuel I, expandiu-se pelos bairros da Bandeira, Picota, Carreira e S. Sebastião.<sup>16</sup>

Mesmo durante a modernidade, sobretudo no século XVI, os portos de Viana da Foz do Lima e Caminha funcionavam como motores impulsionadores da economia da região. Para além do dinamismo dos seus portos, estas localidades começaram a destacar-se como importantes centros piscatórios. No entanto, a partir da segunda metade do século XVIII, Viana do Castelo, apesar da sua vida comercial intensa, foi decaindo face ao crescimento da cidade do Porto.<sup>17</sup> A população diminuiu, a actividade piscatória foi-se arruinando a ponto de ser necessário recorrer a outros portos para conseguir o peixe necessário para alimentar a população.<sup>18</sup> Neste século, o Campo do Forno era o centro cívico e o espaço central da administração municipal da vila, onde se localizavam os edifícios dos paços do concelho, que albergavam a cadeia e a Misericórdia.<sup>19</sup>

---

<sup>14</sup> Confira-se Sousa, Fernando; Alves, Jorge Fernandes, *Alto Minho. População e Economia nos Finais de Setecentos...*, pp. 29-30.

<sup>15</sup> Leia-se Reis, António, Matos, "Viana, a cidade através do tempo", in *Cadernos Vianenses*, Tomo XVI, 1993, pp. 17-19.

<sup>16</sup> Confira-se Leal, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno. Dicionário Geographico, Estatístico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Histórico, Biographico e Etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande número de aldeias*, vol. Décimo, Lisboa, Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, 1882, p. 445.

<sup>17</sup> Sobre o declínio do porto de Viana do Castelo leia-se Capela, José Viriato Eiras, "O porto de Viana no contexto do comércio externo português (análise à balança comercial de 1783)", in *Viana – O Mar e o Porto*, Viana do Castelo, Junta Autónoma dos Portos do Norte, 1987, pp. 93-112.

<sup>18</sup> Consulte-se Sousa, Fernando de, *A População Portuguesa nos inícios do século XIX*, Porto, 1979, pp. 184-185. Tese de doutoramento policopiada.

<sup>19</sup> Confira-se Fernandes, Francisco José Carneiro, *Geografia e Memórias da Baixa Vianense*, Viana do Castelo, Centro de Estudos Regionais, 1995, p. 106.

Em 1848, Viana do Castelo ascendeu a cidade. A partir da segunda metade do século XIX, viveu um período de desenvolvimento, materializado na execução de diversas obras de beneficiação e no maior cuidado com a limpeza das ruas. No entanto, em finais da mesma centúria (1884), Pinho Leal referia que a vida comercial da cidade estava reduzida a duas casas inglesas de importação de bacalhau.

Além de Viana, os concelhos de Ponte de Lima, Ponte da Barca e Arcos de Valdevez integram a ainda hoje denominada Ribeira Lima.<sup>20</sup> O rio Lima assumia uma importância vital para estas localidades, principalmente sob o ponto de vista económico, quer enquanto via de comunicação, quer pela actividade piscatória que proporcionava às gentes que viviam nas suas proximidades.<sup>21</sup> A pesca fluvial não constituía uma actividade ocasional, mas, pelo contrário, constituía um recurso essencial para o sustento das populações.<sup>22</sup> Ponte de Lima, por exemplo, dispunha de um porto fluvial, ao qual chegavam barcos carregados de sal e de outros produtos do litoral, que eram comercializados na feira quinzenal, e a partir do qual também eram expedidos carregamentos de toda a espécie de bens para os mais variados destinos. No entanto, já em finais de setecentos, devido ao assoreamento, a navegação tornou-se difícil e, com o passar dos anos, o rio Lima foi perdendo os seus barqueiros.

Entre finais do século XVIII e durante uma parte do século XIX, as vias de comunicação que serviam as terras alto minhotas eram escassas e as existentes encontravam-se em muito mau estado de conservação. Por isso, não era fácil, nem segura, a circulação de pessoas e bens, ainda que, na segunda metade do século XIX, se tivesse procedido ao alargamento da rede viária e à realização de obras de beneficiação na existente.

---

<sup>20</sup> A vila de Arcos de Valdevez é banhada pelo rio Vez. A agricultura ocupava a quase totalidade da população do concelho, à semelhança do que acontecia nos restantes municípios alto minhotos, assumindo especial relevo a cultura de cereais e a pecuária. A feira periódica tinha um peso significativo na economia local, atraindo gentes e mercadorias das terras circunvizinhas.

<sup>21</sup> No rio Lima pescava-se, sobretudo, salmão, sável e lampreia, truta, boga e escaló. Confira-se Almeida, Carlos Alberto Ferreira de, *Alto Minho...*, p. 70; Capela, José Viriato, "Rio Lima: Perfil e navegação", in Capela, José Viriato (coord.), *As Freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património...*, p. 710.

<sup>22</sup> Confirme-se Capela, José Viriato, "Rio Lima: Perfil e navegação", in Capela, José Viriato (coord.), *As Freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património...*, pp. 709-710.

As feiras e os mercados periódicos representavam um importante factor de dinamização da actividade económica do Alto Minho. Pelo elevado número de pessoas que atraíam e pelo volume e diversidade de produtos transaccionados, destacavam-se as feiras quinzenais de Arcos de Valdevez, Ponte de Lima e Viana do Castelo. Como se de um dia festivo se tratasse, as gentes do campo aguardavam ansiosamente pela feira para encontrar os amigos de outras paragens, vender alguns excedentes fornecidos pela terra ou pela capoeira, renovar as alfaías agrícolas, comprar farpela nova, exhibir, para eventual negócio, a junta de bois, ou, simplesmente, gozar de um dia de pausa na labuta diária. O dinheiro arrecadado com a venda do milho ou do feijão, das galinhas ou dos coelhos, dos ovos ou da hortalça, servia para comprar os mantimentos que a terra não produz, e que deviam durar até à próxima feira.

Nas terras percorridas pelo Lima, um dos momentos mais desejados e mais marcantes no quotidiano das suas populações eram, além das feiras, as festas e romarias, às quais acorriam multidões de forasteiros vindos de lugares bem distantes, movidos pela fé, mas também em busca de divertimento, pois, nessas alturas, o sagrado e o profano confundiam-se. Entre outras, as romarias de Nossa Senhora da Peneda, no Soajo, de S. Bento, no concelho de Arcos de Valdevez, e de Nossa Senhora da Agonia, em Viana do Castelo, sobressaíam no calendário das festas populares. Nessas ocasiões, encerrado o programa das celebrações litúrgicas e cumpridas as promessas, o povo entregava-se à cantoria e à dança, à comida e à bebida. Mas também havia lugar para o negócio. Sendo oportunidades de descontração e de evasão, as festas e romarias também davam azo a comportamentos descomedidos, provocados, muitas vezes, por questiúnculas mal resolvidas, pelo consumo desregrado de álcool, por um gesto impensado ou por uma palavra mais azeda.<sup>23</sup>

São bem visíveis por todo o Alto Minho os sinais da profunda religiosidade das suas gentes, designadamente as muitas capelas e o grande número de confrarias. Em 1758, no distrito de Viana do Castelo, havia 570 confrarias, sendo a das Almas do Purgatório a que tinha mais devotos, seguida das associações de devoção à Senhora do Rosário e ao Santíssimo Sacramento.<sup>24</sup> No que diz respeito aos conventos, temos conhecimento de que, na viragem do século XVIII para o XIX, estes sofreram uma diminuição da sua população.<sup>25</sup>

---

<sup>23</sup> Sobre as festas leia-se Lima, José da Silva, "Festas", in Azevedo, Carlos Moreira, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 251-263.

<sup>24</sup> Consulte-se Araújo, Maria Marta Lobo de, "Confrarias", in Capela, José Viriato (coord.), *As Freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património*, Braga..., pp.

Pela frequência com que se sucediam e pela folia que proporcionavam, as festas e romarias foram motivo de reparo, dado que, segundo os críticos, desviavam os homens dos afazeres da lavoura e desencaminhavam-nos para comportamentos desregrados. Na sua obra os *Estrangeiros do Lima*, Lima Bezerra não só alertou para o impacto negativo que esses eventos provocavam na economia da região, mas também denunciou a depravação da moral e dos costumes a que davam azo, nos termos que se seguem:

“[...] Eu vi nos arraiais muitas pipas de vinho postas em carros, muitos fogos, onde continuamente se assava carne e peixe, muitas cantatas e ajutamentos de homens com mulheres, a que o vinho, a estação, as cantigas, e as danças dava calor, e furor, e sobre tudo vi de noite juntos pelos souts e devezas os homens com as mulheres, e também vi, que por fim se travara pendências em vários ranchos, que acabaram em pancadas, e feridas [...]”<sup>26</sup>

A propósito do sentimento religioso das gentes que, no século XIX, habitavam em Vila Nova de Cerveira, José Augusto Vieira, na sua obra *O Minho Pittoresco*, escreveu o seguinte: “A religiosidade é uma das feições dominantes do seu povo, muitas vezes mesmo levada ao fanatismo.”<sup>27</sup> No *Archivo Pittoresco* de 1862, os minhotos são apresentados como devotos, mas não fanáticos, argumentando-se que “não se podiam dar as durezas do fanatismo com a docilidade do seu carácter, nem como a suavidade dos seus costumes.”<sup>28</sup> A mesma visão apresentava Narciso Alves da Cunha acerca dos habitantes de Paredes de Coura. Segundo ele, a população desta terra era “religiosa por tradição e convicções, não é fanática, nem carola. Acata as autoridades e pastores espirituais, sem subserviência: cumpre obrigações, mas sabe que tem direitos.”<sup>29</sup>

---

575-577. Sobre o número de confrarias existentes no distrito de Viana do Castelo no século XIX veja-se Coelho, Eusébio Cândido C. P. Furtado, *Estatística do Districto de Vianna do Castello*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1861, p. 297.

<sup>25</sup> Sousa, Fernando; Alves, Jorge Fernandes, *Alto Minho. População e Economia nos Finais de Setecentos...*, p. 63.

<sup>26</sup> Leia-se Bezerra, Manuel Gomes de, *Os Estrangeiros do Lima*, vol. 2, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1992, Ed. facsimilada de 1791, p. 811.

<sup>27</sup> Consulte-se Vieira, José Augusto, *O Minho Pittoresco*, Tomo I, Lisboa, Livraria António Maria Editor, 1886, p. 159.

<sup>28</sup> Confirme-se *Archivo Pittoresco*, vol. V, Lisboa, Tipographia de Castro Irmão, 1862, p. 39.

<sup>29</sup> Sobre este assunto veja-se Cunha, Narciso C. Alves, *No Alto Minho. Paredes de Coura*, Paredes de Coura, Câmara Municipal de Paredes de Coura, 1879, p. 29.

As terras do Alto Minho destacavam-se pela sua riqueza pecuária e cerealífera, sendo a agricultura a sua principal ocupação. Por exemplo, a população de Ponte da Barca, uma vila que, no século XIX, era constituída por uma única rua e várias travessas, tinha na produção de cereais e na criação de gado a base do seu sustento.<sup>30</sup>

Os concelhos de Caminha, Valença, Vila Nova de Cerveira, Monção e Melgaço ocupam uma faixa do território alto minhoto conhecida por Ribeira Minho, assim designada por ser atravessada pelo rio Minho, que serve, aliás, de linha divisória com a vizinha Galiza.

Do lado de Portugal, as povoações voltadas para o rio Minho foram fortificadas. Ainda no reinado de D. Sancho I, procurou-se fortificar Valença. Nos reinados seguintes de D. Afonso III e D. Dinis, foram erguidos os castelos de Melgaço, de Monção, da Lapela, de Vila Nova de Cerveira e de Caminha.<sup>31</sup> Melgaço, que dispõe de uma fortaleza de rio, foi a primeira localidade da fronteira a ganhar uma posição de relevo, que manteve até finais da Idade Média. No alto da serra, um outro elemento arquitectónico se erguia a assinalar a soberania portuguesa: o castelo de Castro Laboreiro.<sup>32</sup> Caminha foi uma importante praça de armas na Idade Média e manteve esse estatuto até ao século XVIII. A sua zona urbana circunscrevia-se, até ao século XVI, às muralhas afonsinas, altura em que se expandiu para fora da cintura fortificada.<sup>33</sup> Vila Nova de Cerveira não deixou de ser, na época moderna, uma praça-forte. Conheceu os avanços dos espanhóis sobre o seu território aquando da guerra da Restauração, tendo sido atacada em 1643. O receio de novas investidas terá levado o visconde de Vila Nova de Cerveira a cercar a vila com novas muralhas.<sup>34</sup>

---

<sup>30</sup> Veja-se Vieira, José Augusto, *O Minho Pittoresco*, Tomo I..., p. 378. Em finais de setecentos, Ponte da Barca era um concelho constituído por 27 freguesias. Próximo desta vila, ficava o Couto de Aboim da Nóbrega, que fora cabeça de um concelho que abrangia os territórios da vila da Barca, que, no século XVI, já tinha os seus Paços do Concelho. Leal, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno. Dicionário Geographico, Estatístico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Histórico, Biographico e Etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande número de aldeias*, vol.Sétimo..., 1876, p. 163.

<sup>31</sup> Confira-se Almeida, Carlos Alberto Ferreira de, *Alto Minho...*, pp. 144.

<sup>32</sup> Sobre os castelos e estruturas de defesa existentes no território português para defesa de um possível ataque espanhol leia-se Gonçalves, Iria, "Entre a Peneda e o Barroso", in *Revista da Faculdade de Letras: História*, série II, vol. 15, n.º 1, 1998, pp. 71-74.

<sup>33</sup> Confira-se Alves, Lourenço, *Caminha e o seu concelho. Monografia*, Caminha, Câmara Municipal de Caminha, 1985, p. 77.

<sup>34</sup> Veja-se Monteiro, António Miguelote C., "A vila de Cerveira e o seu castelo", in *Cadernos Vianenses*, Tomo XI, Dezembro de 1988, p. 176.



As épocas de tensão entre portugueses e espanhóis, que fazem parte da história dos dois povos, também se fizeram sentir nas terras fronteiriças do Alto Minho. A Guerra da Restauração, por exemplo, foi um dos períodos de maior rivalidade e crispação, tendo levado à construção de uma rede de fortificações ao longo do rio Minho. Foi nessa altura que Valença se transformou numa das principais praças-fortes do país. O cunho militar da vila manteve-se pelo menos até à segunda metade do século XIX. A presença de soldados explica a afluência de elevado número de meretrizes e a ocorrência de vários incidentes que punham em sobressalto os residentes naquela localidade.

Foram vários os conflitos que afectaram de sobremaneira as populações da Ribeira Minho. As invasões francesas, a revolta da Maria da Fonte, a Patuleia foram sentidas nas fortalezas da linha do Minho. A participação das gentes de Valadares num destes movimentos revoltosos é avançada como hipótese justificativa da extinção deste concelho em 1855, uma vez que tinha sobrevivido à reforma administrativa de 1836. José Viriato Capela admite esta possibilidade, mas também não deixa de considerar, como factor explicativo, as pretensões expansionistas dos vizinhos concelhos de Monção e Melgaço.<sup>35</sup>

A fronteira galaico-minhota parece ter sido desde sempre uma fronteira bastante permeável, facilitando a comunicação e a aproximação entre os dois povos vizinhos, que partilhavam uma situação comum, periférica e de afastamento, dado serem terras que, pela sua localização geográfica, se encontravam afastadas dos centros decisórios de poder. Esta circunstância explica uma certa autarcia e independência das suas gentes, que procuravam resolver por si os seus problemas, manifestando até alguma dificuldade em aceitar interferências externas, nomeadamente dos representantes do poder instituído.

Por outro lado, a permeabilidade desta fronteira explica, em boa medida, a forte presença de naturais da Galiza, não só nas localidades mais próximas da raia, mas em todo o Alto Minho. No século XVI, em Viana do Castelo, os galegos trabalhavam em várias actividades, nomeadamente como chioleiros e comerciantes, neste caso ocupavam-se sobretudo ao negócio de vinho.<sup>36</sup> Também em Ponte de Lima é assinalada a presença de galegos, dedicando-se muitos

---

<sup>35</sup> Veja-se Capela, José Viriato, "As contas da Câmara de Valadares", in Capela, José Viriato (coord.), *Monção nas Memórias Paroquiais de 1758*, Braga, Casa Museu de Monção, Universidade do Minho, 2003, p. 125.

<sup>36</sup> Confirme-se Abreu, Alberto A., *História de Viana do Castelo*, 2.º vol., 2.º tomo, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 2009, p. 98.

deles à venda de sardinha.<sup>37</sup> Dispunham até de um espaço próprio para esse efeito, que, em 1747, funcionava na chamada casa de Botica.

A condição de terras de fronteira não deixava de trazer alguns benefícios económicos, particularmente a nível comercial, para as populações. Em finais de setecentos, o sal era o produto mais exportado, sobretudo para a Galiza, donde se importava gado bovino. Monção tinha um comércio bastante activo com Espanha e com os concelhos vizinhos, com os quais transaccionava madeira, vinhos e milho. No século XIX, o rio Minho assumia particular relevância na actividade comercial monçanense, funcionando como via privilegiada para o transporte de pessoas e mercadorias.<sup>38</sup>

Em finais de setecentos, o porto marítimo e fluvial de Caminha, dada a sua localização estratégica, registava um apreciável movimento de embarcações de pequeno porte, que, além da actividade piscatória, serviam para o transporte de pessoas e mercadorias para os mais variados destinos, incluindo a Espanha, para onde eram exportados cereais, vinho, fruta e peixe.<sup>39</sup> Todavia, já no século seguinte, a actividade comercial era bastante reduzida e a indústria praticamente inexistente.<sup>40</sup> Não era caso único, pois, em oitocentos, a indústria continuava ausente de Vila Nova de Cerveira e o comércio era muito incipiente.<sup>41</sup> Situação não muito diferente era a que se verificava em Valença, que, ao tempo, era vista como uma terra onde imperava a burocracia e o militarismo. Nesta altura, o comércio agonizava, se bem que a feira e as transacções com a Galiza lhe proporcionassem alguma animação mercantil.

Tal como acontecia nos restantes concelhos do Alto Minho, a agricultura era a principal actividade económica da generalidade dos municípios da Ribeira Minho, centrada na cultura do milho e da vinha, ainda que a pecuária e a pesca tivessem também uma importância significativa.

---

<sup>37</sup> AMPL, *Apontamentos para as memórias das antiguidades de Ponte de Lima*, n.º 2.6.1.53, fl. 180.

<sup>38</sup> Capela, José Viriato, "Feiras e a actividade mercantil", in Capela, José Viriato (coord.), *Monção nas Memórias Paroquiais de 1758...*, p. 76.

<sup>39</sup> Todavia, Pinho Leal considerava que esta localidade ganhou um novo impulso com estrada aberta em 1857, por sinal bastante movimentada. Leal, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno. Dicionário Geographico, Estatístico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Histórico, Biographico e Etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande número de aldeias*, vol. Segundo..., 1874, p. 57.

<sup>40</sup> Confirme-se Vieira, José Augusto, *O Minho Pittoresco*, Tomo I..., p. 199.

<sup>41</sup> Leia-se Vieira, José Augusto, *O Minho Pittoresco*, Tomo I..., p. 159.

No século XIX, em Vila Nova de Cerveira, a pesca era uma ocupação a que se dedicava uma parte da população das freguesias ribeirinhas, não só para garantir a subsistência familiar, mas também, em épocas de abundância, para exportação. Em 1857, era no concelho de Caminha que se registava o maior número de pessoas empregadas na indústria piscatória. Seguiam-se-lhe Valença, Vila Nova de Cerveira, Viana do Castelo e Monção.<sup>42</sup> Do mar, era ainda aproveitado o sargaço para fertilizar os solos agrícolas.

Segundo José Augusto Vieira, Monção era dos concelhos que, no século XIX, registava um maior progresso na região do Alto Minho.<sup>43</sup> A cultura vinícola registou um grande desenvolvimento, o milho era cultivado em abundância e a criação de gado tinha-se expandido.

No século XIX, em Melgaço, a agricultura era a actividade predominante, a par do comércio com a Galiza e com os concelhos limítrofes, para onde eram expedidos presuntos, lã, vinho, cereais e castanhas.<sup>44</sup>

O concelho de Paredes de Coura, entalado entre as bacias dos rios Lima e Minho, evidenciava-se pela elevada produção cerealífera, sendo, aliás, considerado o “celeiro do Minho.”<sup>45</sup> No entanto, a ligação com as terras vizinhas era dificultada pelos obstáculos naturais e pela ausência de vias de comunicação, agravando os custos inerentes à sua interioridade. A primeira metade do século XIX foi de marasmo, mas na última metade deste século conheceu um maior dinamismo, em resultado da melhoria das acessibilidades.<sup>46</sup>

Todavia, apesar das similitudes com restantes municípios do distrito de Viana do Castelo, há um conjunto de singularidades das terras da Ribeira Minho que devem ser assinaladas. Por exemplo, a contiguidade geográfica com a vizinha Espanha constitui um factor explicativo do desencadeamento de determinados comportamentos e fenómenos que atingiram

---

<sup>42</sup> *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1856*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1857, p. 311.

<sup>43</sup> Confirme-se Vieira, José Augusto, *O Minho Pittoresco*, Tomo I..., p. 68.

<sup>44</sup> Consulte-se Vieira, José Augusto, *O Minho Pittoresco*, Tomo I..., p. 36. Porém, Pinho Leal apresentava-a como uma terra pobre e pouco fértil, devido à excessiva frialdade do seu clima. Confira-se Leal, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno. Dicionário Geographico, Estatistico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Histórico, Biographico e Etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande número de aldeias*, vol. Quinto..., 1875, p. 168.

<sup>45</sup> Veja-se Vieira, José Augusto, *O Minho Pittoresco*, Tomo I..., p. 121.

<sup>46</sup> Confirme-se Oliveira, A. Lopes de, *Terras de Coura*, s.l., s. ed., 1976, p. 16. Veja-se igualmente Cunha, Narcizo C. Alves, *No Alto Minho. Paredes de Coura...*, pp. 261-275.

contornos mais intensos nestes lugares. Referimo-nos muito particularmente ao contrabando e à fuga de homens perseguidos pela justiça. A vigilância exercida sobre os dois lados da fronteira não era suficiente para evitar alguma liberdade de movimentos de contrabandistas, desertores e criminosos de toda a espécie.

Por outro lado, é de salientar que, apesar dos momentos de ruptura que conduziram à confrontação dos dois reinos, os trabalhos históricos têm atestado a manutenção de boas relações de convivência entre as populações dos dois lados da fronteira. Apesar das muitas vantagens, esse bom relacionamento não deixou de complicar, por vezes, o trabalho dos representantes do poder administrativo e judicial.<sup>47</sup>

## 2. A sociedade e a economia

Uma das particularidades que distinguia social e economicamente a região do Alto Minho tinha a ver com a posse da terra, que, além de garantir o sustento da grande maioria dos seus habitantes, conferia prestígio aos seus proprietários, funcionando como elemento de diferenciação social. Nas palavras de Alberto Pimentel, “no Minho faltando a terra, falta tudo.”<sup>48</sup>

A propósito dos meios de subsistência das suas gentes, em finais do século XVIII, refere Custódio Vilas Boas que

“[...] O exercicio comum destes povos á excepção dos das villas, consiste na cultura dos campos, trabalhando ou em terras próprias ou arrendadas, e aquelles que não as trabalham de jornal para outros, do que se segue que da cultura só se exceptuão os officiaes d’officios que ella mesma exige; taes como ferreiros, carpinteiros, e alfaiates.”<sup>49</sup>

---

<sup>47</sup> Consulte-se Marques, José, “A fronteira do Minho, espaço de convivência galaico-minhota, na Idade Média”, in *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 669.

<sup>48</sup> Consulte-se Pimentel, Alberto, *As alegres canções do Norte*, Lisboa, Livraria Viúva Tavares Cardoso, 1905, p. 9.

<sup>49</sup> Confirme-se Vilas Boas, Custódio José Gomes de, “Descrição Topographica das Commarcas Fronteiras da Província do Minho”, in Alves, Jorge Fernandes; Sousa, Fernando de, *Alto Minho. População e economia nos finais de setecentos...*, p. 156.

Havia aqueles que efectivamente detinham a posse da terra e aqueles que, não a tendo, nela trabalhavam, como era o caso dos rendeiros, caseiros e jornaleiros.<sup>50</sup> Enquanto os pequenos proprietários dispensavam o recurso a assalariados para o amanho da terra, os de grande dimensão, além destes, ainda tinham, por vezes, ao seu serviço criadagem interna que cuidava das tarefas domésticas.

Um dos fenómenos já notados na viragem do século era a falta de homens. Esta carência era causada pela emigração, sobretudo masculina, rumo a destinos diversos, como o Brasil e a vizinha Espanha, ou para lugares mais próximos, designadamente o Douro, as Beiras e o Alentejo, nestes casos ao sabor da sazonalidade dos trabalhos agrícolas, ou ainda a capital do reino.<sup>51</sup> Os maus anos cerealíferos, que se fizeram sentir em finais do século XVIII, a carestia de milho que afectou todo o Minho no ano de 1791 e a consequente escassez de géneros alimentares agravaram as condições de vida da população e contribuíram para a debandada daqueles que, em desespero, procuravam melhor sorte noutras paragens.<sup>52</sup> A pequenez e a fraca produtividade das explorações agrícolas, os magros salários e as dificuldades financeiras, a inexistência de manufacturas e a fuga ao serviço militar também ajudavam a alimentar os fluxos migratórios. Na ausência de braços masculinos, o amanho da terra ficava entregue às mulheres, aos jovens e aos imigrantes galegos.<sup>53</sup> Mesmo assim, em finais do século XVIII, o Minho era a província mais povoada do reino.<sup>54</sup>

No século XIX, a tendência migratória manteve-se. O êxodo começou a ser encarado pelas autoridades como um obstáculo ao desenvolvimento da região, por tirar os seus filhos à terra, sobretudo aqueles que se encontravam na faixa etária compreendida entre os 15 e os 25

---

<sup>50</sup> Segundo Francisco Sampaio, ainda em 1864, somente 24,5% da população do distrito de Viana do Castelo era possuidora de terras. Sampaio, Francisco, "Viana na 2.<sup>a</sup> metade do século XIX", in *Cadernos Vianenses*, Tomo I, 1978, p. 72.

<sup>51</sup> Custódio Vilas Boas faz referência, no século XVIII, à partida de homens residentes no Alto Minho, que buscavam uma vida melhor, sendo raros os que regressavam à terra-natal. Para esta temática confira-se Vilas Boas, Custódio José Gomes de, "Descrição Topographica das Comarcas Fronteiras da Província do Minho", in Alves, Jorge Fernandes; Sousa, Fernando de, *Alto Minho. População e economia nos finais de setecentos...*, p. 158.

<sup>52</sup> Veja-se Sousa, Fernando de, *A População Portuguesa nos inícios do século XIX...*, p. 49.

<sup>53</sup> Sobre a emigração galega na idade moderna veja-se Astray, Manuel Recuero; Mallón, Baudillo, Barreiro, *História da Galiza*, Lisboa, Edições Sílabo, 2008, pp. 139-144.

<sup>54</sup> Confirme-se Sousa, Fernando de, *A População Portuguesa nos inícios do século XIX...*, p. 115.

anos.<sup>55</sup> Os homens continuaram a sair não apenas para o Brasil, mas também para Espanha e para outras partes do reino, onde se empregavam, entre outros mesteres, como estucadores, pedreiros e caiadores.<sup>56</sup> Em 1856, no relatório sobre o estado do distrito de Viana do Castelo, o governador civil declarava que “em alguns concelhos os trabalhos da lavoura, o que só se observa n’esta província, são quasi exclusivamente entregues ao cuidado das mulheres.”<sup>57</sup> Manuel Gomes de Lima Bezerra, por sua vez, exaltou o papel das alto minhotas na condução e execução dos afazeres agrícolas.<sup>58</sup>

Partindo os homens, as mulheres ficavam, assumindo a liderança da casa e das propriedades.<sup>59</sup> O concelho de Ponte de Lima, por exemplo, registava elevados índices de feminilidade. Em 1864, contava com uma população que rondava os 31.605 habitantes, sendo 14.776 do sexo masculino e 16.829 do sexo feminino. A disparidade era mais visível na faixa etária situada entre os 16 e os 60 anos, havendo 7.711 homens para 9.198 mulheres.<sup>60</sup> Uma outra característica desta região era o casamento tardio e o elevado celibato feminino,

---

<sup>55</sup> *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1860*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865, p. 293.

<sup>56</sup> Sobre as deslocações temporárias ou sazonais de pedreiros alto minhotos, nos séculos XVIII e XIX, veja-se Durães, Margarida; Lagido, Emilia, “A arte de trabalhar a terra: migrações temporárias e sazonais no Norte de Portugal (Sécs. XVIII-XIX)”, in Meneses, Avelino Freitas de; Costa, Paulo Oliveira de (coord.), *O reino, as ilhas e o mar oceano. Estudos de homenagem a Artur Teodoro de Matos*, Lisboa, Centro de História Além-Mar, 2007, pp. 237-263. Sobre a emigração de gentes do Alto Minho para o Brasil, no século XIX, como um fenómeno essencialmente masculino leia-se Rodrigues, Henrique, *Emigração e Alfabetização. O Alto Minho e a Miragem do Brasil*, Viana do Castelo, Governo Civil de Viana do Castelo, 1995, p. 148.

<sup>57</sup> *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1856...*, p. 274.

<sup>58</sup> Lima Bezerra destaca na sua obra a participação das mulheres no trabalho da terra, ao referir, num dos diálogos da sua obra *Os Estrangeiros do Lima*: “vi estas mulheres roçando montes, cavando nos campos, e carreando pelos caminhos com tal vigor, e destreza, que eu mesmo estava duvidando do que via.” Veja-se Bezerra, Manuel Gomes de, *Os Estrangeiros do Lima*, vol. 2..., p. 9.

<sup>59</sup> Sobre o papel da mulher na economia da casa minhota consulte-se Durães, Margarida, “Qualidade de vida e sobrevivência económica da família camponesa minhota, o papel das herdeiras (secs. XVIII-XIX)”, in *Cadernos do Noroeste. Olhares sobre mulheres*, vol. 17 (2), Braga, Universidade do Minho, 2002, pp. 125-144.

<sup>60</sup> AHGCVC, *Estatística da população -1864*, 1.16.5.5-4, não paginado.

resultantes, em boa medida, da sangria de homens, que certamente condicionava as opções matrimoniais.<sup>61</sup>

Além das razões apontadas, outros factores, que iam desde o casamento à prática da mendicância e da vadiagem, até às feiras, festas e romarias, eram pretextos para as deslocações dos alto minhotos, levando-os a vencer distâncias mais ou menos curtas.<sup>62</sup>

A falta de homens preocupava os Estados, numa altura em que o poder destes assentava nos seus efectivos populacionais.<sup>63</sup> Lima Bezerra considerava a emigração masculina como um dos factores responsáveis pela inércia económica da região. Na sua perspectiva, muitos homens perdiam-se nas viagens, outros no local de destino, outros ainda regressavam moribundos ou incapacitados.<sup>64</sup> Mas alguns dos que voltavam, bafejados pela sorte, tinham granjeado fortuna e faziam questão de a exibir através das casas apalaçadas que mandavam construir, das doações que faziam ou dos legados que instituía. A este propósito, são elucidativas as figuras camilianas que, depois de anos a labutar em terras brasileiras, retornavam ao Minho, como o “Comendador Belchior”, ou António de Queirós e Meneses da novela *Maria Moisés*, ou das referências à compra de património por parte dos “brasileiros” a famílias fidalgas, no *Filho Natural*.<sup>65</sup> Podemos ainda juntar Eusébio Seabra, personagem da obra *A Morgadinha dos Canaviais* de Júlio Dinis, que, regressado à terra natal, enriquecido pelos anos da emigração no Brasil, decidiu perpetuar o seu nome entre os grandes da aldeia, através do financiamento de obras na igreja.<sup>66</sup>

---

<sup>61</sup> Veja-se Bretell, Caroline B., *Homens que partem, mulheres que esperam. Consequências da emigração numa freguesia minhota*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1991, pp. 115-163. Confira-se Amorim, Maria Norberta, “Demografia”, in Capela, José Viriato (coord.), *As Freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património...*, pp. 594-595. Consulte-se ainda Feijó, Rui Graça, *Liberalismo e Transformação Social. A Região de Viana do Antigo Regime a finais da Regeneração*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1992, pp. 48-57.

<sup>62</sup> Sobre as razões das deslocações das populações da região do Alto Minho consulte-se Capela, José Viriato; Matos, Henrique, “Ausentes e migrantes” in Capela, José Viriato (coord.), *As Freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património...*, pp. 530-531.

<sup>63</sup> Veja-se Pellistrandi, Benoît, *As relações internacionais de 1800 a 1871*, Lisboa, Edições 70, 2000, pp. 9-16.

<sup>64</sup> Consulte-se Bezerra, Manuel Gomes de, *Os Estrangeiros do Lima*, vol. 2..., pp. 108-109.

<sup>65</sup> Histórias inseridas nas *Novelas do Minho*. Confirme-se Branco, Camilo Castelo, *Novelas do Minho. Um retrato de Portugal*, Bertrand Editora, 2009.

<sup>66</sup> Dinis, Júlio, *A Morgadinha dos Canaviais*, Porto, Porto Editora, 1993.

As populações alto minhotas viviam essencialmente do cultivo da terra, da prática de uma agricultura tradicional, com excepção dos habitantes das vilas que se dedicavam aos ofícios mecânicos e à actividade comercial. No respeitante à estrutura fundiária, predominava uma forte dispersão e fragmentação dos prédios rústicos. Em 1860, Eusébio Cândido Furtado Coelho referia que o distrito de Viana do Castelo era essencialmente agrícola, sem indústrias de relevo, o que considerava positivo, dado que, a seu ver, as estruturas fabris eram responsáveis pelo “pauperismo e depravação dos costumes.”<sup>67</sup>

Os bons resultados conseguidos na actividade agrícola passavam, entre outros elementos, pela fertilização dos solos, de que é exemplo o recurso à giesta na zona de Paredes de Coura, e pela abundância de água durante quase todo o ano, embora não fosse aproveitada do melhor modo e funcionasse, amiúde, como pretexto para conflitos e episódios de violência.

Em finais de setecentos, o milho era, de longe, o cereal mais cultivado. A larga distância, seguia-se a produção de centeio nas terras mais altas e, em menor escala, o trigo.<sup>68</sup> Surgem ainda referências à cultura da cevada, bem como do feijão, semeado por entre o milho, e à produção de linho, vinho e azeite. No caso do linho, a abundância de água e as condições climatéricas eram propícias ao seu cultivo, sendo um dos produtos mais comerciados nas feiras e nos mercados da região, usado para a confecção de vestuário, roupa de cama e atoalhados.<sup>69</sup> Até se chegar ao produto final, o linho era submetido a vários processos, que levaram ao surgimento da expressão “passar pelos trabalhos do linho”, aos quais estavam associadas diferentes ocupações, nomeadamente a fiadeira, o tecelão, a costureira, entre outras.<sup>70</sup>

No século XVIII, a par dos cereais, a cultura vinícola também tinha uma grande expressão no Alto Minho, não só a nível da economia doméstica, mas também mercantil. A batata ainda não era cultivada, remontando ao século XIX a sua introdução nesta região.

Em oitocentos, as produções agrícolas setecentistas mantinham-se, conservando o milho uma clara preponderância, continuando a cultivar-se trigo, centeio, cevada e feijão. A elevada

---

<sup>67</sup> Coelho, Eusébio Cândido C. P. Furtado, *Estatística do Districto de Vianna do Castello...*, p. 2.

<sup>68</sup> Em finais do século XVIII, Custódio Vilas Boas referia que nas comarcas de Valença e Viana se cultivava bastante milho e feijão, algum centeio e pouco trigo. Vilas Boas, Custódio José Gomes de, “Descrição Topographica das Comarcas Fronteiras da Província do Minho”..., p. 157.

<sup>69</sup> Sobre o linho, veja-se Capela, José Viriato, “Linho”, in Capela, José Viriato (coord.), *As Freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património...*, pp. 594-595.

<sup>70</sup> Camara, P. Perestrello da, *Collecção de Proverbios, Adagios, Riffãos, Anexins sentenças moraes e idiotismos da lingua portugueza*, Rio de Janeiro, Eduardo e Henrique Laemmert, 1848, p. 94.



produção cerealífera no distrito, nos primórdios da década de sessenta do século XIX, era explicada pelas autoridades “pelo melhor e cuidadoso amanho das terras cultivadas, e principalmente pela arroteação de muitos terrenos que permaneciam no estado inculto.”<sup>71</sup>

Em alguns concelhos, desenvolveu-se a cultura da aveia e cultivavam-se favas, ervilhas e tremoços.<sup>72</sup> Colhiam-se frutos secos, como avelãs, nozes, castanhas e amêndoas. Produzia-se mel, não só para consumo próprio, mas também para venda no território nacional e, no caso de Vila Nova de Cerveira, pelo menos em 1856, para fora do país.<sup>73</sup>

No que diz respeito à pecuária, o gado bovino era o que, nos séculos XVIII e XIX, marcava presença assídua nas feiras e nos mercados da região, sendo fundamental não apenas para a dieta alimentar das populações, mas também para a realização de múltiplos trabalhos agrícolas. Nos campos do Alto Minho, eram igualmente frequentes as ovelhas e cabras e, nas casas das gentes do campo, não faltavam o porco e as galinhas, cujo destino era a feira, desde que estivesse garantido o abastecimento doméstico.

No distrito de Viana do Castelo, em finais do século XVIII, a indústria era quase inexistente. Na altura, Lima Bezerra fazia a apologia da industrialização, defendendo a instalação de fábricas, salvaguardando, no entanto, a necessidade de se continuar a apostar na agricultura. Sustentava ainda que as indústrias criadas deveriam tirar partido dos locais onde seriam implantadas, bem como das matérias-primas e riquezas disponíveis, pois só assim contribuiriam para o desenvolvimento da população e da nação.<sup>74</sup>

Em Ponte de Lima e na freguesia de Arcozelo, entre os séculos XVI e XVII, terão existido fábricas de “atanados e bezerros”. Na obra *Apointamentos para as memórias das antiguidades de Ponte de Lima*, é feita referência ao pedido de licença, datado de 1646, apresentado por Francisco Domingos, para a instalação de uma indústria de telha. Mais tarde, já na segunda metade do século XVIII, a *Sociedade Económica dos Bons Compatriotas Amigos do Bem Público*

---

<sup>71</sup> *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1856...*, p. 298.

<sup>72</sup> *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1856...*, p. 290.

<sup>73</sup> *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1856...*, p. 298.

<sup>74</sup> Consulte-se a propósito Bezerra, Manuel Gomes de Lima, *Os Estrangeiros no Lima*, vol. 1..., pp. 162-165.

fundou uma fábrica de fição de tecidos de linho e algodão, com escola prática.<sup>75</sup> Em Darque, localidade situada na margem sul do rio Lima, em frente a Viana do Castelo, existiu uma fábrica de louça, cujo período de laboração se estendeu de 1774 a 1855.<sup>76</sup> Os estaleiros navais desta cidade sofreram um processo de definhamento ao longo do século XIX.<sup>77</sup>

A letargia da região, designadamente a nível industrial, mas também a necessidade de maximizar os rendimentos agrícolas e de promover a circulação de produtos em maior escala, foram alguns dos motivos que, em 1778, levaram à formação da *Sociedade Económica dos Bons Compatriotas Amigos do Bem Público*, com sede em Ponte de Lima. Um dos objectivos desta instituição era o progresso da agricultura, nomeadamente através do aproveitamento dos baldios, da partilha de sementes e géneros agrícolas entre os mais carenciados, bem como do ensino de novas técnicas para melhorar a produtividade dos terrenos. Um outro propósito consistia no desenvolvimento da indústria, com base na promoção da cultura da amoreira e na produção de bicho-da-seda e ainda na criação de escolas práticas de fição, que empregariam mulheres e crianças. O terceiro objectivo era o fomento da actividade comercial através do aumento dos géneros e produtos em circulação.<sup>78</sup>

No século XIX, na região do Alto Minho, tal como no resto do país, o processo industrializador continuou a revelar-se muito incipiente, o que é explicado, sobretudo na primeira metade da centúria de oitocentos, pela instabilidade política. Em Ponte de Lima, havia uma fábrica de cobertores, extinta em 1834, bem como outra de tochas e velas, que encerrou portas ainda na primeira metade de oitocentos.<sup>79</sup> No concelho de Caminha, funcionava uma fábrica de loiça.<sup>80</sup>

---

<sup>75</sup> Confirme-se Lemos, Miguel Roque dos Reis, *Anais Municipais de Ponte de Lima*, 2.º ed, Ponte de Lima, 1977, p. 138.

<sup>76</sup> Confira-se Reis, António, Matos, “Viana, a cidade através do tempo”..., p. 26.

<sup>77</sup> Segundo Pinho Leal, entre 1840 e 1860, foram construídas em Viana 33 embarcações, ao passo que, entre 1860 e 1870, foram construídas apenas quatro. Confira-se Leal, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno. Dicionário Geographico, Estatístico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Histórico, Biographico e Etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande número de aldeias*, vol. Décimo..., p. 452.

<sup>78</sup> Veja-se Lemos, Miguel Roque dos Reis, *Anais Municipais de Ponte de Lima...*, p. 145.

<sup>79</sup> Consulte-se Lemos, Miguel Roque dos Reis, *Anais Municipais de Ponte de Lima...*, p. 139.

<sup>80</sup> Leia-se Alves, Lourenço, *Caminha e o seu concelho. Monografia...*, p. 445.

Na segunda metade do século XIX, o panorama da indústria no distrito de Viana do Castelo não se alterou. Em 1856, além de duas fábricas de louça, dos engenhos de linho, de serrar madeira e de alguns alambiques de aguardente, não havia no distrito qualquer unidade industrial. Três anos mais tarde, na estatística elaborada por Eusébio Furtado Coelho, para além das duas fábricas de louça situadas no concelho de Caminha, apenas é feita referência a uma de curtumes, localizada no concelho de Viana do Castelo.<sup>81</sup> Eram estas as únicas unidades fabris existentes em todo o distrito, empregando um número diminuto de operários.

O melhoramento das vias de comunicação do distrito, levado a cabo na segunda metade do século XIX significou o fim do isolamento a que estavam votadas algumas populações e veio facilitar o contacto e as trocas comerciais entre localidades mais distantes.<sup>82</sup> O caminho-de-ferro, que liga Viana do Castelo ao Porto foi inaugurada em 1878, e a ligação à Galiza, província do Norte de Espanha, aconteceu mais tarde.<sup>83</sup>

O espírito comunitário era uma das características mais marcantes dos povos do Alto Minho. Muito arraigado sobretudo nas aldeias serranas, este sentimento de pertença e de partilha estava bem patente nas épocas das principais fainas agrícolas, ou seja, nas sementeiras e colheitas, nas lavradas e as sachadas, nas desfolhadas e nas vindimas.

O Alto Minho dos séculos XVIII e XIX era, por conseguinte, uma região eminentemente rural, ainda muito distante do processo de industrialização e com uma actividade comercial em pequena escala. As populações, muitas vezes fechadas suas comunidades por força das circunstâncias, procuravam fazer valer os seus costumes e tradições, encarando com desconfiança o que vinha de fora. À medida do calendário das feiras e mercados, das festas e romarias, as rotinas do dia-a-dia davam lugar a momentos de evasão e de intensa convivialidade, mas também a todo o tipo de excessos. Os surtos migratórios que se fizeram sentir no distrito de Viana do Castelo e que levaram muitos homens a tentar a sua sorte bem longe do torrão natal, além de outras consequências de índole económica, social e cultural, trouxeram uma alteração

---

<sup>81</sup> Veja-se Coelho, Eusébio Cândido C. P. Furtado, *Estatística do Districto de Vianna do Castello...*, p. 246.

<sup>82</sup> Esta é pelo menos a perspectiva defendida por Rui Graça Feijó sobre a construção das estradas no distrito de Viana do Castelo até 1875. Confirme-se Feijó, Rui Graça, *Liberalismo e Transformação Social. A Região de Viana do Antigo Regime a finais da Regeneração...*, p. 155.

<sup>83</sup> Sobre a chegada do caminho-de-ferro ao Alto Minho, leia-se Feijó, Rui Graça, *Liberalismo e Transformação Social. A Região de Viana do Antigo Regime à Regeneração...*, p. 153.

importante no papel tradicionalmente atribuído à mulher, que se viu impelida a abandonar o espaço doméstico e a assumir um maior protagonismo no contexto do lar e da comunidade.



## **Capítulo II**

### **VIOLÊNCIA E CONFLITUALIDADE NO ALTO MINHO**



## 1. A violência quotidiana

A “índole pacífica dos povos”, o “génio dócil”, o “bom espírito do povo”, o “espírito laborioso”, a “boa índole dos habitantes”, “os habitantes do distrito são porventura dos mais morigerados do paiz”, são alguns dos encómios utilizados para definir e qualificar a natureza e o temperamento dos povos que habitavam as terras que integravam o distrito de Viana do Castelo.<sup>1</sup> Estas expressões vêm no seguimento da necessidade de explicar a baixa conflituosidade que, na década de cinquenta da centúria de oitocentos, se verificava nesta circunscrição administrativa. Esta realidade era sustentada pela evidência dos números das estatísticas criminais, que eram tomadas como instrumento medidor do grau de perigosidade e do nível de segurança de cada distrito. Todavia, consideramos pertinente tomar em devida conta o facto de o grau de conflituosidade de uma determinada região, localidade ou comunidade não se poder apoiar unicamente, ontem como hoje, nos dados oficiais, que nem sempre traduzem, de forma rigorosa, a verdade dos números. O mesmo se aplica à tentativa de caracterizar o comportamento criminoso apenas com base apenas nos indivíduos efectivamente condenados, ou através dos processos judiciais.

O governador civil de Viana do Castelo, apoiado nas estatísticas oficiais, anunciava um distrito onde os índices de criminalidade não eram preocupantes. Todavia, no decurso das décadas de cinquenta e sessenta, bem como em anos anteriores, a correspondência trocada com os seus subordinados, nomeadamente os administradores dos concelhos, apontava num sentido diametralmente oposto, pois os números da criminalidade a isso o obrigavam.

Com base em fontes de natureza diversa, que nos permitem aceder ao conhecimento das práticas consideradas transgressivas, apurámos que o quotidiano era bem mais agressivo, conflituoso e turbulento do que transparecia das estatísticas. Entre essas fontes, destacamos as participações que, semanalmente, os administradores dos concelhos faziam aos seus superiores hierárquicos, dando-lhes conhecimento, não apenas dos delitos praticados, mas igualmente da prisão de criminosos e de outros incidentes. São ainda de considerar as comunicações diárias

---

<sup>1</sup> *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1861*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865, p. 1; *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1858*, Lisboa..., 1859, p. 1; *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1857...*, 1858, p. 2; *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1856...*, 1857, pp. 270-271.



realizadas pela guarda municipal, ou as participações que os regedores faziam aos administradores dos concelhos sobre as ocorrências criminosas nas respectivas freguesias.

Quando confrontado com a crueza dos números ou acontecimentos graves, impossíveis de disfarçar com subtilezas, o governador civil, em vez de agraciar os povos sob sua jurisdição com adjectivos que adocicavam a sua natureza e enalteciam a sua personalidade, tentava antes destacar a sua rudeza, ignorância, selvajaria e falta de instrução.

As cifras da criminalidade cresceriam ainda mais se, em lugar de nos cingirmos aos implicados que foram sentenciados, atendessemos aos diversos tipos de delitos que foram objecto de acusação num determinado ano. A discrepância dos números deve ser ressalvada, mostrando que apenas dispomos de um conhecimento parcelar e relativo da violência e da conflituosidade que perturbavam o quotidiano alto minhoto.

Tomando como exemplo o ano de 1859, para o qual dispomos de dados respeitantes ao número de acusados, de efectivamente condenados e de crimes participados pelos administradores dos concelhos, que incluímos nos quadros 1, 2 e 3, podemos constatar a sua disparidade e o carácter relativo das realidades suportadas na sua observação e análise. No quadro 1, podemos verificar que Monção e Valença eram os concelhos com mais acusados e que os crimes que sobressaíam pela sua frequência eram os de ferimentos, injúrias, furtos e fuga de presos. Este último assume especial relevância devido à evasão de 17 reclusos da praça militar de Valença, em 1859. Apesar de os dados se cingirem apenas a um ano, não quisemos privar o leitor dos resultados existentes sobre a criminalidade neste período.

**Quadro 1.** Número de acusados e natureza dos crimes no distrito de Viana do Castelo (1859)

Comarcas	Homicídio e cumplicidade	Envenenamento	Ferimentos	Contusões e espancamentos	Tiros	Injúrias	Roubos	Furtos	Passadores de moeda falsa	Assaltos	Burlas	Fogo posio	Resistência às autoridades	Desordens	Assuada	Falsidade	Fuga de presos	Vadiagem	Dano	Armas proibidas	Ocultação de menores e rapto	Exposição de recém-nascidos	Tentativa de morte	Não classificados	Total
Arcos de Valdevez	2	-	4	-	-	3	-	6	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	17
Melgaço	-	-	4	1	1	18	2	1	1	-	-	-	5	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	34
Monção	6	-	16	-	8	3	7	3	-	-	-	1	5	-	1	1	3	2	1	1	1	2	-	-	61
Ponte de Lima	-	-	11	-	-	-	2	-	-	2	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18
Valença	-	2	1	9	-	3	1	11	-	-	4	1	-	3	1	-	17	-	-	-	-	-	-	-	53
Viana do Castelo	-	2	14	5	-	1	2	7	-	-	-	-	-	-	1	3	-	-	-	-	-	-	1	-	36
Soma	8	4	50	15	9	28	14	28	1	2	4	4	10	4	4	4	20	2	1	1	1	2	1	1	219

Fonte: *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1861*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865, pp. 33-34.

A desigualdade dos números relativos ao ano de 1859 é evidente, sendo que apenas 39% dos acusados foram efectivamente sentenciados. Contudo, não nos podemos ater somente a estas cifras, sendo necessário diversificar o mais possível as fontes e cruzar as informações no sentido de inferir conclusões mais sustentadas, apesar de estarmos a analisar apenas um ano.

**Quadro 2.** Número de condenados no distrito de Viana do Castelo (1859)

Comarcas	Homicídio e cumplicidade	Envenenamento	Ferimentos	Contusões e espancamentos	Tiros	Injúrias	Roubos	Furtos	Passadores de moeda falsa	Assaltos	Burlas	Fogo posto	Resistência às autoridades	Desordens	Assuada	Falsidade	Fuga de presos	Vadiagem	Dano	Armas proibidas	Ocultação de menores e rapto	Exposição de recém-nascidos	Tentativa de morte	Não classificados	Total
Arcos de Valdevez	2	-	4	-	-	3	-	6	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	17
Melgaço	-	-	3	1	1	2	-	1	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10
Monção	3	-	6	-	-	3	4	3	-	-	-	-	3	-	-	1	2	2	1	-	-	-	-	-	28
Ponte de Lima	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Valença	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	12	-	-	-	-	-	-	-	16
Viana do Castelo	-	-	5	1	-	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9
Soma	5	-	18	2	1	9	8	14	1	-	-	-	3	1	1	1	14	2	1	-	-	-	-	1	82

Fonte: *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1861...*, pp. 33-34.

Através da leitura do quadro 2, podemos verificar que o concelho de Monção, seguido pelo de Arcos de Valdevez, era o que apresentava o maior número de sentenciados, sobretudo pelo crime de ferimentos, secundado pelos delitos de furto e fuga de presos, sendo cada um deles responsável por 14 condenações, no ano de 1859.

No quadro 3, onde está representada a estatística dos delitos praticados no distrito de Viana do Castelo, no mesmo ano, constatamos que o crime de desordens e ferimentos, seguido pelo de furto, mantém a posição mais destacada. A evasão de reclusos perdeu destaque, uma vez que foi assinalada apenas uma ocorrência durante o ano em análise.

**Quadro 3.** Estatística criminal segundo as participações dos administradores dos concelhos do distrito de Viana do Castelo (1859)

Fuga de presos	Assuadas	Falsificação	Assassinatos	Suicídios	Envenenamento	Roubo	Furto	Desordens e ferimentos	Dano	Incêndios	Não classificados	Total
1	2	2	1	1	1	8	14	24	1	5	8	68

Fonte: *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1861...*, pp. 33-34.

Esta discrepância de dados, consequência da natureza distinta das fontes e dos seus autores, torna mais impreciso o estudo da violência, da conflitualidade e das tensões quotidianas. Por outro lado, estes fenómenos são mais difíceis de detectar e de investigar do que a violência organizada e premeditada, transposta para manifestações colectivas de desagrado e concretizada em motins, assuadas e revoltas, que, pelo seu impacto e envolvência, acabaram por deixar um rasto documental mais visível e, por isso, mais comumente se tornaram objecto de estudo da História.

A violência e a conflituosidade diárias não são fenómenos de fácil compreensão e explicação, devido à predominância da emotividade sobre a racionalidade, que não acontece fortuitamente, mas é antes produto de várias circunstâncias, nomeadamente das próprias vivências diárias. Todavia, interessa compreender contextos, analisar comportamentos, apreender os valores e reconhecer formas de estar, no sentido de descobrir o que levava homens e mulheres a enveredar por condutas transgressivas. Em suma, importa entender o *modus vivendi* da comunidade, dado que, muitas vezes, esta é chamada à questão, quando se debate o conceito de crime.<sup>2</sup> Veja-se, por exemplo, que a própria actividade de policiamento era executada, localmente, por cabos de polícia, recrutados entre os membros da paróquia, cujo número variava de acordo com o número de habitantes, como se pode observar no quadro 4, referente ao ano de 1858 e às freguesias que compunham os concelhos de Monção e Viana do

<sup>2</sup> Sobre a relação entre os conceitos de crime e de comunidade leia-se Sharpe, Jim, "Crime, order and historical change", in Muncie, John; McLaughlin, Eugene (Eds.), *The problem of crime*, London, Sage Publications, 2002, pp. 107-149.

Castelo.<sup>3</sup> A nossa análise circunscreve-se a 1858 e apenas a estes dois concelhos do distrito, por não dispormos de elementos sobre os restantes.

**Quadro 4.** Cabos de polícia existentes nos concelhos de Monção e de Viana do Castelo (1858)

Monção		Viana do Castelo	
Freguesia	Cabos de Polícia	Freguesia	Cabos de polícia
Abedim	4	Afife	7
Anhões	3	Alvarães	11
Badim	8	Amonde	2
Barbeita	7	Anha	11
Barroças	6	Areosa	9
Bela	8	Capareiros	11
Cambeses	7	Cardielos	3
Ceivães	10	Carreço	8
Lapela	4	Carvoeiro	9
Lara	6	Castelo de Neiva	11
Longos Vales	13	Deão	4
Lordelo	3	Darque	3
Luzio	3	Deocriste	6
Mazedo	7	Soutelo	6
Merufe	13	Santa Leocádia de Geraz do Lima	8
Messações	10	Santa Maria de Geraz do Lima	6
Monção	17	Moreira de Geraz do Lima	4
Moreira	7	Lanheses	6
Parada	4	Masarefes	6
Pias	9	Meadela	4
Pinheiros	4	Meixedo	4
Podame	11	São Lourenço da Montaria	5
Portela	6	Mujães	7
Riba de Mouro	16	Neiva	6
Sá	6	Noqueira e S. Claudio	3
Sago	4	Outeiro	6
Segude	11	Perre	6
Tangil	13	Portella Susã	3
Troporiz	3	Portuzelo	7
Troviscoso	7	S. Pedrinho	1
Trute	6	Serreleis	3
Valadares	6	Subportela	6
Total	242	São Salvador da Torre	3
		Matriz de Viana	34
		Monsserate	21
		Vila de Punhe	16

<sup>3</sup> Em 1858, os restantes concelhos que compunham o distrito de Viana do Castelo contavam com o seguinte número de cabos de polícia: Ponte da Barca – 190; Ponte de Lima - 280; Caminha – 95; Valença – 85; Paredes de Coura – 115; Vila Nova de Cerveira – 76; Arcos de Valdevez – 352; Melgaço – 189. AHGCVC, *Documentos avulsos*, n.º 1.19.3.11-3, não paginado.

Vila Fria	6
Vila Mou	6
Vila Franca	3
Vilar	2
Total	293

Fonte: AHGCVC, *Documentos avulsos*, 1.19.3.11-3, não paginado.

Em 1837, no concelho de Ponte de Lima, havia 181 cabos de polícia, distribuídos pelas várias freguesias, menos 99 do que em 1858. Pelo Código Administrativo de 1836, cabia à câmara municipal determinar o número de cabos de polícia necessários para o concelho.<sup>4</sup> Verificamos, no caso concreto de Ponte de Lima, que, no ano de 1837, este número variava consoante a dimensão das freguesias, oscilando entre um máximo de 14 na freguesia de Refóios e o mínimo de um, atribuído à freguesia de Arca, sendo destinado um maior número às freguesias mais populosas (Ponte de Lima, Correlhã, Freixo e Vitorino de Piães).

No que diz respeito ao estatuto socioeconómico dos cabos de polícia do concelho de Ponte de Lima, é de realçar que, num universo de 174 que explicitaram a sua profissão, 85,7% eram lavradores. Apenas na freguesia de Ponte de Lima, sede de concelho, com características mais urbanas, não se detectou a presença de qualquer indivíduo que estivesse associado a esta ocupação. A elevada representatividade daquele grupo profissional é facilmente explicável pelo carácter eminentemente rural das freguesias. O mundo dos ofícios, onde se incluem alfaiates, pedreiros, caiadores, sapateiros, ferreiros, tamanqueiros, carpinteiros e barbeiros, estava representado com apenas 12,6%, correspondendo os restantes 1,7% aos negociantes.<sup>5</sup> Presumimos, portanto, que os indivíduos que desempenhavam as funções de cabo de polícia eram de baixa condição social, dada a ausência de elementos pertencentes ao grupo dos proprietários e a diminuta representação dos negociantes.

Mais do que o estatuto económico e social, conseguimos constatar a falta de preparação destes indivíduos para o exercício das tarefas para as quais eram nomeados.<sup>6</sup> No que diz

<sup>4</sup> Confira-se *Código Administrativo Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1838, pp. 96-97.

<sup>5</sup> AMPL, Câmara Municipal, *CMPL-8839 MAÇO II*, não paginado.

<sup>6</sup> Acerca da origem social dos regedores de freguesias de Coimbra consulte-se Catroga, Fernando, "O poder paroquial como "polícia" no século XIX português", in Almeida, Pedro Tavares; Marques, Tiago Pires (coords.), *Lei e Ordem. Justiça Penal, Criminalidade e Polícia (séculos XIX-XX)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, pp. 124-127.

respeito à idade, repartiam-se maioritariamente entre a faixa etária dos 20 (32,2%) e dos 30 anos (36,8%), situando-se os restantes na faixa dos 40 (26,4%) e dos 50 e 60 apenas 4,6%.<sup>7</sup>

Segundo o disposto no Código Administrativo de 1842, vigente até ao Código de Rodrigues Sampaio, promulgado em 1878, nas freguesias rurais deveria existir um cabo de polícia para cada oito habitantes, ao passo que nas urbanas estava previsto um para cada 12 residentes,<sup>8</sup> embora fosse possível ao regedor indicar ao administrador do concelho o número de cabos que necessitava para a coadjuvação das suas tarefas. De acordo com o previsto no artigo 344.º, § 1, do Código supra-mencionado, os cabos de polícia seriam nomeados pelo administrador do concelho, sob proposta do regedor, o qual, além de outras tarefas de administração pública, desempenhava também funções policiais.<sup>9</sup> Estes oficiais, na sua missão coadjutora do regedor, tinham um papel importante na filtragem do crime.

A possibilidade de existência de relações próximas entre potenciais transgressores e o regedor ou os cabos de polícia poderia gerar um ambiente de alguma promiscuidade e tolher a sua intervenção, pondo em causa a manutenção da ordem e segurança, além de impedir que as autoridades tivessem informações fidedignas acerca da conduta dos habitantes das circunscrições administrativas sob sua jurisdição.<sup>10</sup>

O administrador do concelho dos Arcos de Valdevez, em resposta à comunicação do governador civil de 12 de Janeiro de 1857, enviou uma circular aos regedores, onde relembra as suas obrigações e as dos cabos de polícia, entre as quais destacava as seguintes: os cabos de polícia deviam prender todos e quaisquer desconhecidos que transitassem pelas respectivas paróquias, quando não se achassem munidos de passaportes devidamente visados pela administração; os regedores deviam remeter à administração do concelho os vagabundos detidos pelos cabos de polícia, acompanhados pelas participações relativas a cada um deles, bem como o nome das testemunhas que presenciaram a sua detenção; os detidos, naturais das suas freguesias ou de outras, que se encontrassem na posse de armas sem a respectiva licença, deviam ser conduzidos, bem como as armas, à administração do concelho, para serem

---

<sup>7</sup> AMPL, Câmara Municipal, *CMPL-8839 MAÇO II*, não paginado.

<sup>8</sup> Confira-se *Código Administrativo de 1842*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1849, p. 150.

<sup>9</sup> Pelo Código Administrativo anterior, datado de 1836, a nomeação dos cabos de polícia estava a cargo da câmara municipal, por indicação da administração do concelho (art.157 § 3). *Código Administrativo de 1836...*, pp. 96-97.

<sup>10</sup> Sobre as funções do regedor e cabos de polícia leia-se Santos, Maria José Moutinho dos, "Bonfim - séc. XIX: A regedoria na segurança urbana", in *Cadernos Bonfim*, n.º1, Porto, Junta da freguesia de Bonfim, 2001. Consulte-se igualmente Catroga, Fernando, "O poder paroquial como "polícia" no século XIX português" ..., pp. 106-130.

entregues ao poder judiciário; finalmente, deviam ser efectuadas rondas nocturnas em todos os lugares da paróquia, com o objectivo de se evitar a circulação, durante noite, daqueles que não puderam transitar de dia.<sup>11</sup>

Na sequência da referida circular, o administrador do concelho de Monção comunicou ao governador civil que já tinha advertido oralmente os regedores e lhes tinha transmitido as seguintes orientações:

“[...] nas suas respectivas freguesias não consentissem uso d’armas, e me remetessem em custodia os que com ellas aparecessem, sem estarem munidos da competente licença. Prohibi os saraos, e reuniões permitindo somente que as mulheres só se reunissem em uma caza, e ficassem juntas, para economia da luz; ordinei-lhes mais, que na sua freguesia não consentissem galegos, nem desconhecidos, sem que apresentassem sem o competente passaporte, ou carta de seguridade; [...] que nos dias de feira mandassem percorrer pelos cabos a estrada que bem para esta villa [...]. Ordenei e fiz intimar os estalajadeiros e pessoas que admittão em suas casas passageiros, para os não recolherem sem apresentarem passaporte visado por esta Adminimistração [...]. Finalmente fui informado, que a câmara se via embaraçada com a exorbitante despesa dos expostos pela falta de juridiscencias a respeito das mulheres que apparecessem prenhes, sem serem de ajuntamento licito e permitido, e ordenei aos Regedores, que mandassem uma relação das que apparecessem nesse estado, fazendo-as intimar para virem a esta Administração assignar termo de criarem e não abandonarem o fructo que dessem à luz [...].”<sup>12</sup>

Ainda a propósito do mesmo documento, o administrador do concelho de Ponte da Barca admitia que alguns regedores daquele concelho tinham negligenciado o cumprimento das suas funções, pelo que os notificaria para que adoptassem medidas semelhantes às já enunciadas pelos seus congéneres de Arcos de Valdevez e Monção.<sup>13</sup>

Em 1839, o administrador do concelho de Valença recebeu várias queixas contra alguns dos regedores e cabos de polícia, acusados de não efectuarem rondas nocturnas e a fiscalização de tabernas, de falta de vigilância sobre as pessoas estranhas que circulavam pelo concelho sem que lhes fosse solicitada a apresentação do passaporte e ainda de consentirem a permanência de desertores do exército em várias freguesias. No sentido de corrigir esta situação, além de determinar a implementação de medidas idênticas às já enumeradas para os demais concelhos, reiterou a necessidade de os regedores fazerem rondas nocturnas todas as noites, prenderem qualquer pessoa que fosse encontrada fora de horas e participar todos os crimes que

---

<sup>11</sup> AHGCVC, *Polícia, Segurança Pública, Circular de 12 de Janeiro de 1857*, n.º 1.17.6.11-2(4), não paginado.

<sup>12</sup> AHGCVC, *Polícia, Segurança Pública, Circular de 12 de Janeiro de 1857*, n.º 1.17.6.11-2(4), não paginado.

<sup>13</sup> AHGCVC, *Polícia, Segurança Pública, Circular de 12 de Janeiro de 1857*, n.º 1.17.6.11-2(4), não paginado.



acontecessem na paróquia. Estabeleceu, igualmente que, na eventualidade de algum cabo de polícia ou qualquer outro indivíduo os maltratar ou se recusar, sem justificação, a acatar as suas ordens, fosse lavrado um auto de desobediência e que o infractor fosse remetido sob prisão à administração do concelho.<sup>14</sup>

Em 1855, devido a uma sucessão de furtos, instalou-se um ambiente de instabilidade e insegurança em diversas freguesias do concelho de Valença. Segundo o respectivo administrador, os principais culpados por essa situação eram os regedores, por não cumprirem, com a devida eficacidade, os seus deveres. Em consequência, foi decidida a divisão das freguesias em “esquadras”, ficando cada uma delas com um cabo de polícia encarregado da sua vigilância. Este era obrigado a fazer uma ronda diária, entre as nove da noite e as três da manhã, juntamente com mais três homens escalados para esse serviço. Os cabos de polícia eram responsáveis por qualquer roubo ou desordem que acontecesse nas suas “esquadras”, devendo dar conhecimento dessas ocorrências ao regedor que superintendia os cabos.<sup>15</sup>

Pelo menos no concelho de Valença, a partir dos diversos avisos que a administração do concelho enviou a alguns regedores, verificamos que recaía sobre estes homens parte da responsabilidade pelos atentados que eram cometidos contra pessoas e bens, sendo frequentemente invocados os argumentos da negligência, omissão e desleixo da sua actuação para justificar a falta de segurança e o aumento da criminalidade nas suas freguesias.<sup>16</sup> No entanto, não podemos incorrer em generalizações precipitadas e considerar que este era um procedimento aplicável a todos os concelhos. Mesmo em Valença, quando se verificava um clima de acalmia no domínio da segurança pública, a actuação de regedores e cabos de polícia era reconhecida e destacada a importância da sua intervenção.<sup>17</sup>

No desempenho das suas funções, aqueles agentes da autoridade também eram alvo de violência por parte dos paroquianos, que nem sempre acatavam pacificamente as suas ordens, nem toleravam a sua presença. Eram agredidos verbal e fisicamente pelo populares, sobretudo

---

<sup>14</sup> AMV, Administração do concelho. *Registo da correspondência expedida para diversas autoridades*, n.º 1.1.4.30, não paginado.

<sup>15</sup> AMV, Administração do concelho. *Registo da correspondência expedida para diversas autoridades*, n.º 1.1.4.33, não paginado.

<sup>16</sup> Acusações desta natureza foram lançadas contra o regedor de Ganfei, concelho de Valença, em 1855. AMV, Administração do concelho. *Registo da correspondência expedida para diversas autoridades*, n.º 1.1.4.33, não paginado.

<sup>17</sup> AMV, Administração do concelho. *Correspondência para o Administrador Geral*, n.º 1.1.4.6, não paginado.

quando pretendiam capturar soldados desertores.<sup>18</sup> Em Novembro de 1840, um cabo de polícia dirigiu-se à casa de António José da Silva para lhe pedir que não fizesse barulho durante a noite, para não incomodar a vizinhança, acabando por ser insultado pelo dito António José da Silva.<sup>19</sup> No entanto, se umas vezes eram vítimas da fúria popular, outras também eram acusados de abuso de poder.<sup>20</sup>

É necessário considerar que o envolvimento das autoridades administrativas, ou seja, governador civil, administrador do concelho, regedor e cabos de polícia, e das autoridades judiciais na comunidade, bem como as relações que nela se desenvolviam, podiam gerar algum descrédito e dar azo à desconfiança sobre a sua isenção no exercício dos respectivos cargos.<sup>21</sup>

Importa ter presentes todos estes factores, a fim de se evitar a convocação de explicações anacrónicas para a justificação da criminalidade e da violência. Só assim se compreenderá a inclusão do desvio ou da prática efectiva de um crime no universo da simples transgressão, o que dependerá de diversas condicionantes, como o impacto da acção, os danos provocados e a avaliação da sociedade, que poderá, ou não, levar à aplicação de sanções.<sup>22</sup> Convém ainda ter em atenção que nem tudo o que é socialmente reprovável é juridicamente condenável, dado que existiam mecanismos informais de regulação social que censuravam certas condutas tidas como desviantes. Embora estes comportamentos não fossem criminalizados, apesar da violação das normas vigentes, podiam, no entanto, suscitar uma reacção condenatória da sociedade através dos seus próprios mecanismos de sancionamento,

---

<sup>18</sup> Em 1839, João Miguel, cabo de polícia na paróquia de Monserrate, foi agredido por três indivíduos quando estava a separar duas mulheres que se digladiavam na rua. ADVC, Administração do Concelho. *Registo da correspondência expedida*, n.º5.16.4-13, não paginado. Em 1839, Francisco de Barros, da freguesia de Nogueira, insultou o regedor da mesma freguesia e recusou-se a cumprir a ordem que lhe foi dada para “tapar uma torneira” que estava a fazer num caminho público. *Registo da correspondência expedida*, n.º5.16.4-13, não paginado.

<sup>19</sup> ADVC, Administração do Concelho. *Registo da correspondência expedida*, n.º5.16.4-14, não paginado.

<sup>20</sup> Em Dezembro de 1854, o regedor da freguesia de Ponte de Lima foi acusado de, juntamente com o carcereiro daquela vila, prender um homem da freguesia de Sandiães por não trazer passaporte, fazendo-o entrar nas cadeias da vila e extorquindo-lhe a quantia de sete cruzados novos. Em consequência deste acto, o regedor foi suspenso. AMPL, Administração do Concelho. *Livro de registo da correspondência expedida para o governo civil*, n.º 2.2.1.15, não paginado.

<sup>21</sup> Leia-se Anica, Aurízia, *A transformação da violência no século XIX: o caso da comarca de Tavira*, Lisboa, Edições Colibri, 2001, pp. 239-249.

<sup>22</sup> Sobre o conceito de crime, delito, delinquência e infracção leia-se Cusson, Maurice, *Criminologia*, Lisboa, Casa das Letras, 2006, pp. 14-25.

que poderia levar à exclusão ou marginalização dos infractores. Atente-se, por exemplo, no caso da mulher, cuja honra era manchada por suspeita de envolvimento pré-marital com um qualquer pretendente. Numa sociedade que exaltava a castidade e diabolizava o pecado da carne, a sua reputação ficava seriamente abalada na consideração dos vizinhos e as suas pretensões matrimoniais muito comprometidas, sendo reduzidas as hipóteses de contrair um casamento que lhe fosse vantajoso.

Deste modo, mais do que analisar as práticas criminosas sob o ponto de vista legal, pretendemos, através da investigação da conflituosidade que frequentemente perturbava as comunidades alto minhotas, conhecer os comportamentos tidos como desviantes,<sup>23</sup> o que implica que se atenda ao contexto espaço-temporal em que ocorriam.

Na nossa análise, procuraremos decifrar as ambiguidades inerentes à composição do discurso das autoridades, que, como já tivemos oportunidade de referir, era influenciado por condicionantes externos, além de haver sempre uma intencionalidade subjacente à sua feitura, que o limitava. Neste processo de desconstrução do discurso oficial, verificamos que há uma tentativa de desculpabilização das comunidades no que concerne aos desvios e transgressões que aconteciam no seu seio. Os administradores dos concelhos, quando inquiridos pelo governador civil do distrito acerca do estado da segurança das localidades sob sua jurisdição, alegavam que os episódios de violência, que eventualmente ocorriam, tinham um carácter excepcional, sendo fruto de circunstâncias anómalas. Entre os motivos mais invocados por estas autoridades no sentido de justificar os números dos crimes, destacavam-se a passagem pelas suas localidades de criminosos profissionais ou de grupos conotados com a marginalidade e o crime, designadamente estrangeiros, bandos de salteadores e vadios; a realização de eventos que propiciavam grandes ajuntamentos, como feiras, mercados, romarias e festas religiosas; conjunturas políticas e económicas adversas, como, por exemplo, as crises cerealíferas que afectaram o Alto Minho.

Logo, a violência, a conflitualidade e a transgressão, sob o ponto de vista das autoridades locais, não faziam parte da rotina das populações e, quando aconteciam, eram obra de indivíduos facilmente identificáveis pela sua forma de vida e por comportamentos desregrados, e que, por meios ilícitos, procuravam tirar partido dos eventos que promoviam a

---

<sup>23</sup> Sobre o conceito de crime e desvio leia-se Machado, Helena, *Manual de Sociologia do Crime*, Porto, Edições Afrontamento, 2008, pp. 30-31.

reunião de pessoas, a circulação de mercadorias ou a visita de forasteiros, e ainda de circunstâncias adversas, designadamente nos domínios económico e político.

Embora estes argumentos ajudem a explicar uma parte da criminalidade, o certo é que um exame cuidadoso das fontes não corrobora totalmente esta asserção. Através da sua leitura, constatamos que a violência e o conflito eram fenómenos quotidianos e protagonizados, na sua maioria, pelos membros das comunidades locais, devidamente enraizados e socialmente integrados.

As comunicações semanais, relativas ao ano de 1869, que os administradores dos concelhos enviaram ao governador civil, mostram a prevalência de delitos de pequena gravidade, cujos autores estavam bem identificados e integrados na comunidade, e que resultavam da sociabilidade diária e dos atritos que surgiam nos trabalhos do campo, nos ofícios, nas tabernas, nas ruas e nos caminhos, bem como, no caso dos atentados contra a propriedade, da pobreza dos seus autores.

Assim, podemos considerar que o conflito, a violência e o crime eram fenómenos gerados pela própria sociedade, pela forma como se encontrava estruturada e pelas suas características. Os delitos de roubo e furto estavam relacionados com a escassez de bens e com problemas de subsistência que afectavam as classes populares, e que o abandono de recém-nascidos tinha a ver não apenas com situações de miséria, mas também com os valores socialmente impostos, à luz dos quais o nascimento de uma criança em circunstâncias tidas como moralmente censuráveis constituía a expressão da imoralidade.

Tomando ainda como exemplo o ano de 1869, o abandono de recém-nascidos e de crianças foi o delito mais frequente, embora desconheçamos a identidade dos protagonistas, por ser feito a coberto da noite, ao contrário do que sucedia, geralmente, com os demais crimes, nomeadamente ferimentos e espancamentos.<sup>24</sup> Neste mesmo ano, constatamos igualmente que o dia-a-dia das gentes do distrito de Viana do Castelo era perturbado sobretudo pela prática de pequenos delitos, tendo sido cometidos, durante esse período, apenas dois homicídios nos 10 municípios que compunham este distrito. A maioria dos criminosos era natural ou residente na localidade onde perpetraram o delito. O mesmo se aplica a outros anos, o que vem destruir os argumentos invocados durante décadas pelos administradores dos concelhos.

As “partes diárias”, fornecidas pela guarda municipal, são outra fonte a que podemos recorrer para compreender a violência quotidiana. Dispomos de dados sobre a guarda municipal

---

<sup>24</sup> AHGCVC, *Crimes*, n.º 1.16.5-1, não paginado.

de Viana do Castelo, respeitantes aos anos de 1839 e 1840, que validam a nossa perspectiva, ou seja, a violência e a conflituosidade eram fenómenos quotidianos, e não produto de tempos e espaços específicos. Através daqueles documentos, descortinámos uma maior propensão de certos grupos para comportamentos transgressores, dado serem aqueles que mais se expunham a uma vida pública, embora estejamos longe de a considerar seu particular atributo.

As ruas da cidade de Viana do Castelo eram animadas por tabernas, onde, além dos apaixonados pelo jogo, se juntavam, pelo menos em algumas delas, meretrizes, que, pelas suas atitudes provocatórias, expressas em palavras e gestos obscenos, justificavam a intervenção da guarda municipal. A hora de encerramento desses estabelecimentos, estipulada pelas posturas camarárias, era mais um pretexto para zaragatas e berrarias. Eram estes comportamentos desordeiros, juntamente com as ofensas verbais, que mais perturbavam a tranquilidade pública de Viana do Castelo naquela altura.<sup>25</sup> Mas os alvos preferenciais da acção dos agentes da guarda municipal eram indivíduos sem passaporte, marinheiros embriagados, contrabandistas, ou homens armados sem a devida licença, que deambulavam pela cidade e que, de vez em quando, provocavam distúrbios.

A actuação das autoridades nem sempre era condizente com o cargo que ocupavam, sendo diversas vezes acusadas de desleixo e de arbitrariedade, o que, no caso dos administradores dos concelhos, acarretava sérias repercussões no domínio da conflituosidade quotidiana, porque uma das suas atribuições era precisamente zelar pela ordem e tranquilidade pública.<sup>26</sup> Eram muitas as vozes que, na sociedade civil, nos jornais e até nas estruturas do poder, se faziam ouvir para denunciar e condenar os comportamentos impróprios de alguns desses agentes da autoridade. São vários os episódios que atestam esta realidade e que contribuíam para a emergência de uma conflituosidade espontânea, mas também para alimentar uma revolta latente contra as instituições do poder, cujos representantes, pela sua conduta, não ajudavam a dignificar.<sup>27</sup> Os bandos armados, por exemplo, aproveitavam-se deste mal-estar para conquistarem alguma simpatia junto das populações.<sup>28</sup>

---

<sup>25</sup> AHGCVC, 1.ª *Repartição*, G.S. P, n.º 1.13.4.4-2, não paginado.

<sup>26</sup> Confira-se o Artigo 249.º, título XVIII. *Código Administrativo de 1842...*, p. 18.

<sup>27</sup> É de realçar que as populações desta região apresentavam dificuldades em reconhecer o regime saído da guerra civil de 1834. Esta oposição verificava-se em grande parte do país, com excepção de Lisboa e Porto. Confirme-se Bonifácio, Maria de Fátima, *A Monarquia Constitucional (1807-1910)*, Lisboa, Texto Editores, 2010, p. 33.

<sup>28</sup> Vejam-se as acusações que, em 1836, o governador civil comunicou à câmara municipal sobre a actuação do administrador do concelho de Castro Laboreiro, que já tinham motivado várias queixas por parte dos habitantes

Um episódio particularmente grave e revelador da forma discricionária como as autoridades administrativas exerciam o seu cargo aconteceu em 1855, o qual, segundo as estatísticas oficiais, foi um ano relativamente calmo, embora o sentimento expresso pela voz do povo e pela imprensa local fosse bem diferente. Esta divergência foi justificada pelo próprio governo civil do distrito de Viana do Castelo, acusando os delegados locais daquele organismo de terem sonegado as participações que deviam fazer semanalmente. Ora, na realidade, esses delegados não só não cumpriam essa obrigação, como, inclusive, actuavam com indiferença perante os constantes ataques que eram perpetrados contra a propriedade e a vida dos habitantes que era suposto protegerem, permitindo que em algumas localidades se instaurasse um verdadeiro clima de terror.

Notava-se um claro branqueamento dos problemas relacionados com a segurança pública, para o que contribuía a inépcia das autoridades e o incumprimento da missão que lhes estava confiada. O governador civil, consciente da gravidade da situação em matéria de segurança pública e do modo como o comportamento dos seus subordinados levava ao falseamento da realidade alto minhota, instou, através de circular de três de Abril de 1855, os administradores dos concelhos a cumprirem as funções previstas no Código Administrativo. Ao mesmo tempo, definiu um conjunto de medidas que tinham de ser postas em prática pelos administradores dos concelhos, entre as quais se destacava a prisão dos malfeitores, bem como das pessoas suspeitas de actividades criminosas. Cabia-lhes ainda expulsar todos os forasteiros, que, não tendo modo de vida conhecido ou lícito, deixassem de provar satisfatoriamente os motivos por que estavam ausentes dos respectivos domicílios; vigiar cuidadosamente a

---

daquela localidade: “[...] alguns dos mesmos feitos como he passar passaportes aos estrangeiros que se querem refugiar neste reino, e outros que entrão com contrabando, e mesmo aos indivíduos deste concelho que continuam a ir aos ganhos, para as províncias de Trás-os-Montes, passando-lhe umas guias em lugar de passaportes; em papel branco, levando-lhe por cada huma cento e vinte, vindo a receber a F. N. grande prejuízo, na falta de sello, escrevendo tanto os passaportes como as guias como secretário, assignando como administrador, como tãobem, em hum dos dias do mês de Abril próximo passado, nomeou hum secretário da sua facção, e chamou os libros de todas as confrarias desta freguesia e concelho, e tomou os contos das mesmas confrarias, levando por cada uma quatrocentos e oitenta reis, nomeando por si próprio e sem combinação desta municipalidade, comissários e cabos de policia, botando fintas aos habitantes deste concelho, para pagar aquém lhe vá levar e buscar os officios ao correio, isto alem de outras factos que delles podem resultar funestas consequências, factos estes que as leis da nação determinão [...]”. AHGCVC, *Câmara de Castro Laboreiro*, n.º 1.12.4.2-17, não paginado.

passagem de estranhos pelo concelho, obrigando-os a exhibir os passaportes de que deviam achar-se munidos; dar a conhecer o modo como as autoridades judiciais cumpriam os seus deveres, para que o governo pudesse ser informado sobre os que tinham negligenciado as suas funções; comunicar ao governo civil as medidas implementadas para prevenir e combater a criminalidade e, se fosse caso disso, solicitar autorização superior para aplicarem outras que extravasassem as suas competências.<sup>29</sup>

Para o governador civil continuava a ser claro que a responsabilidade pelos atentados à tranquilidade e segurança do distrito era do autor do crime, ou daqueles a quem competia julgar e condenar, desvalorizando, portanto, outros factores que poderiam contribuir para o mal-estar das populações, como, por exemplo, as dificuldades de subsistência em consequência da escassez de milho, que originavam tumultos em algumas freguesias.

Ponte de Lima e Valença, onde os crimes ocorriam com uma frequência quase diária, destacavam-se pelo ambiente de grande instabilidade que se fazia sentir.<sup>30</sup> Em Janeiro de 1850, o governador civil de Viana do Castelo, confrontado com a situação caótica que se vivia em Ponte de Lima, devido à ineficácia das medidas tomadas para garantir o sossego e o bem-estar da população, ordenou ao administrador do concelho que convocasse duas ou três pessoas, consideradas idóneas, para apresentarem um plano de combate à criminalidade que grassava nessa circunscrição administrativa.<sup>31</sup> Todavia, tal plano parece não ter resultado, uma vez que, decorridos três meses, o governo civil, traçou um cenário arrasador para Ponte de Lima:

"[...] o aspecto verdadeiramente aterrador que apresenta o concelho de Ponte de Lima, aonde os cidadãos não podem contar com a protecção das leis, é certo então que a autoridade tem mal cumprido os deveres sagrados do seu cargo, sendo a primeira a deixar-se illudir com uma tranquilidade apparente, ao mesmo passo que um e outro ponto diariamente se comettem repetidos delitos, que a voz publica e a imprensa periódica revelão e que a administração do concelho ignora, ou parece pretender ignorar. A voz desta repartição é hoje severa – pede o assumpto de que se tracta e reclama-o a moralidade, e exige-o o direito que tem os cidadãos pacíficos á protecção que aos leis garantem, e que a autoridade lhes não presta."<sup>32</sup>

---

<sup>29</sup> AHGCVC, *Cópia de circulares a várias autoridades Janeiro de 1853 a Dezembro de 1855*, não paginado.

<sup>30</sup> AHGCVC, *Registo dos officios para os administradores do concelho desde Setembro de 1854 a Junho de 1855*, n.º 1.7.2.18, não paginado.

<sup>31</sup> AHGCVC, *Confidencial geral – de Outubro de 1848 a Outubro de 1855*, n.º 1.9.3.29, não paginado.

<sup>32</sup> AHGCVC, *Confidencial geral – de Outubro de 1848 a Outubro de 1855*, n.º 1.9.3.29, não paginado.

Entretanto, a imprensa transforma-se num meio de denúncia e de crítica persistente que se faz notar em vários municípios. Por exemplo, o periódico de Valença *A Razão*, ao longo de diversos números, presenteou os seus leitores com múltiplos relatos de actos criminosos que tiveram lugar no concelho, mas que não foram comunicados ao governador civil pelo administrador do concelho, como era sua obrigação. De acordo com aquele periódico, só numa semana do mês de Março de 1855, ocorreram 20 crimes, contrariando a versão do administrador, segundo o qual essa cifra não tinha sido atingida sequer durante todo o mês<sup>33</sup> No caso do concelho de Valadares, o referido jornal não se inibiu de acusar o juiz ordinário de incumprimento dos seus deveres, de culpar o subdelegado do procurador régio de ficar com dinheiro dos órfãos e o recebedor de falsificar os cadernos de cobrança ou os talões da décima, duplicando assim as verbas dos pagamentos. As farpas lançadas por aquele periódico estenderam-se a Monção, denunciando a sucessão de crimes naquele concelho e o ambiente promíscuo que se vivia no estabelecimento prisional daquela localidade. Fortes suspeições foram igualmente lançadas sobre o juiz ordinário de Paredes de Coura, ainda que consideradas infundadas pelo administrador do concelho, e de Vila Nova de Cerveira, cuja conduta pouca digna era confirmada pelo respectivo administrador.<sup>34</sup>

Obviamente, as críticas veiculadas pela imprensa local não eram completamente isentas, pois, embora tivessem um fundo de verdade, não deixavam de ser empoladas. Os diversos periódicos, sobretudo após o fim da censura imposta pela conhecida “Lei das Rolhas”, funcionavam muitas vezes como porta-vozes das várias facções políticas às quais estavam afectos, sendo, portanto, autênticas forças de contra-poder.<sup>35</sup>

A instabilidade que nos primeiros meses de 1855 afectou alguns concelhos do distrito de Viana do Castelo indiciava a existência de certo mal-estar entre os órgãos judiciais e administrativos, que nem sempre se mostravam cooperantes. Nesse ano, o administrador substituto de Valadares responsabilizava as autoridades judiciais pelos problemas que se verificavam no seu concelho e defendia que a sua resolução passaria por uma eficaz

---

<sup>33</sup> AMV, Administração do concelho. *Correspondência para o Administrador Geral 1853-1855*, n.º 1.1.4.8, não paginado.

<sup>34</sup> AHGCVC, *Factos publicados na Razão – 1855*, n.º 1.19.3.7-2, não paginado.

<sup>35</sup> Sobre este assunto leia-se Vargues, Isabel Nobre; Torgal, Luís Reis, “Produção e reprodução cultural”, in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 5, Lisboa, Circulo de Leitores, 1993, pp. 692-696. Veja-se igualmente Santos, Maria de Lurdes Lima dos, “Sociabilidade, comunicação e aprendizagem”, in Reis, António, (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Publicações Alfa, 1990, pp. 373-378.



comunicação entre as duas autoridades.<sup>36</sup> Já em 1851, no concelho de Monção, o administrador e o delegado do procurador régio discordavam quanto à necessidade de ser destacada para aquela localidade uma força militar com o objectivo de combater o contrabando praticado por um grupo de indivíduos, incluindo os próprios moradores.<sup>37</sup> Se recuarmos até ao ano de 1842, encontramos o administrador do concelho de Ponte de Lima a queixar-se ao governador civil da actuação das autoridades judiciais, acusando-as de soltarem indivíduos que ele tinha capturado.<sup>38</sup>

As dissidências entre autoridades administrativas e judiciais estendiam-se às explicações que as primeiras invocavam para justificar os elevados índices de criminalidade nos seus concelhos. Não raramente, alegavam que o quadro apresentado pelas estatísticas criminais resultava da indulgência das leis e da arbitrariedade dos responsáveis pela sua aplicação.<sup>39</sup>

De acordo com as estatísticas, baseadas nas comunicações dos administradores dos concelhos entre Janeiro e Março de 1855, foram cometidos 15 crimes, quando em igual período, em anos anteriores, se tinha registado exactamente o mesmo número<sup>40</sup>. Estes dados levam-nos a presumir que seria fundada a acusação de que vários crimes não eram comunicados ao governador civil, induzindo uma apreciação pouco fidedigna sobre o comportamento das populações.

---

<sup>36</sup> AHGCVC, *Factos publicados na Razão – 1855*, n.º 1.19.3.7-2, não paginado.

<sup>37</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino – 1851*, n.º 1.9.4-19, não paginado.

<sup>38</sup> AMPL, Administração do concelho. *Copiador dos ofícios dirigidos à Administração Geral*, n.º 2.2.2.43, não paginado.

<sup>39</sup> AMPL, Administração do concelho. *Copiador dos ofícios dirigidos à Administração Geral*, n.º 2.1.5 cx 9-7, não paginado. Em 1841, o administrador do concelho de Ponte de Lima atribuía o elevado número de crimes registado naquele concelho à “falta de exemplares castigos e que de certo tão continuado abuso teria cessado se os diferentes agentes do Ministério Público que tem servido neste concelho se tivessem esforçado por promover o castigo contra os delinquentes.” AMPL, Administração do concelho. *Copiador dos ofícios dirigidos à Administração Geral*, n.º 2.2.2.43, não paginado.

<sup>40</sup> AHGCVC, *Correspondência com o ministério do reino Janeiro de 1852 a Fevereiro de 1853*, n.º 1.9.4.20, não paginado; *Correspondência com o Ministério do reino Março 1853 -Janeiro 1854*, n.º 1.9.4.23, não paginado; *Correspondência com o ministério do reino Fevereiro de 1854* n.º 1.9.4.22, não paginado.

O problema da elaboração das estatísticas criminais estendia-se, de resto, a todos os concelhos.<sup>41</sup> Os administradores estavam obrigados, pela portaria circular do Ministério do Reino, datada de 31 de Março de 1837, a enviar um mapa com a estatística do movimento criminal registado no território sob sua jurisdição, respeitando o modelo adoptado.<sup>42</sup> Mas os atrasos por parte dos administradores ou dos regedores, ou a falta dos mapas, eram constantes, o que inviabilizava uma informação rigorosa e atempada e, por conseguinte, os dados apresentados não eram condizentes com a criminalidade real.<sup>43</sup>

A negligência das autoridades neste domínio era encarada pelo governado civil como uma atitude que “serve para prejudicar o serviço e subverter a ordem social.”<sup>44</sup> Considerava a omissão de dados por parte dos seus subordinados como um subterfúgio utilizado por estes para impedirem o conhecimento sobre o verdadeiro estado da segurança pública dos seus concelhos e, desse modo, evitarem as críticas e admoestações que pudessem recair sobre o seu desempenho ou sobre a actuação dos seus regedores e cabos de polícia.<sup>45</sup>

No que se refere às estatísticas criminais mensais, produzidas entre Abril de 1846 e Dezembro de 1847, o governador civil de Viana do Castelo preveniu o Ministério do Reino sobre o carácter parcelar das mesmas, alegando que a guerra civil tinha provocado a desorganização do aparelho administrativo e impedido as autoridades locais de participarem todos os crimes que tinham sido praticados.<sup>46</sup>

Deste modo, as estatísticas não constituíam fonte segura de informação e as próprias autoridades tinham consciência da impossibilidade de se conhecer a real dimensão da

---

<sup>41</sup> Sobre os problemas inerentes à elaboração das estatísticas criminais veja-se Sharpe, Jim, “Crime, order and historical change” ..., pp. 107-149. Veja-se igualmente Vaquinhas, Irene, “Alguns aspectos da violência nos campos portugueses do século XIX”, in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, tomo I, 2001, pp. 296-297.

<sup>42</sup> AHGCVC, *Registo de circulares – desde Outubro de 1835 a 4 de Outubro de 1837*, n.º 1.10.4-8, não paginado.

<sup>43</sup> A título de exemplo, em Novembro de 1839, o administrador do concelho de Ponte de Lima foi repreendido por não ter entregue o mapa estatístico criminal. AHGCVC, *Registo dos officios para os administradores do concelho desde Agosto de 1839 em diante*, n.º 1.7.2.2, não paginado. Em 1856, foi a vez do administrador do concelho de Vila Nova de Cerveira ser censurado, pelo atrasado na comunicação das participações criminais. AHGCVC, *Registo geral de Julho de 1856 a 31 de Dezembro*, n.º 1.10.3.3, não paginado.

<sup>44</sup> AHGCVC, *Registo de circulares – desde Outubro de 1835 a 4 de Outubro de 1837*, n.º 1.10.4-8, não paginado.

<sup>45</sup> AHGCVC, *Registo das circulares para Administradores dos concelhos desde 27 de Agosto de 1841 a 28 de Junho de 1844*, n.º 1.10.4.31, não paginado.

<sup>46</sup> AHGCVC, *Correspondência com o ministério do Reino de Janeiro de 1848 a Junho de 1849*, n.º 1.9.4-17, não paginado.

criminalidade que então se desenvolvia no Alto Minho. Mas também não podemos afirmar que as estatísticas, ainda que rigorosas, seriam suficientes para se conseguirem os objectivos pretendidos com a sua elaboração, ou seja, servirem de instrumentos de combate à criminalidade, através de reformas a nível penal.<sup>47</sup> No entanto, é necessário salientar, como refere Maria João Vaz, no seu estudo sobre a criminalidade em Portugal na segunda metade do século XIX, que todas as fontes apresentam limitações para o estudo do crime, nomeadamente as literárias e judiciais.<sup>48</sup>

Os cargos da administração local nem sempre eram entregues a pessoas idóneas e devidamente habilitadas. Mas também nem sempre era fácil, sobretudo em municípios mais pequenos e isolados, encontrar, entre as elites locais, recursos humanos capazes e com a formação adequada. Ilustrativo desta situação é o ofício que, em 1843, o administrador do concelho de Ponte de Lima enviou ao governador civil, no qual declarava que nada era mais difícil do que encontrar regedores de paróquia com as devidas aptidões para o cargo, dada “a pouca ou quasi nenhuma instrucção na maior parte das freguesias do concelho”. Por outro lado, o facto de alguns destes cargos não serem remunerados certamente que os tornaria pouco atractivos.

Um outro factor que complicava o recrutamento de pessoas capacitadas para o exercício de funções administrativas prendia-se com o receio que os seus titulares tinham de sofrer represálias por parte dos delinquentes capturados em resultado das suas diligências. Em Ponte de Lima, como noutros concelhos do distrito, a baixa adesão da população ao ideário liberal e à monarquia constitucional também dificultava seriamente, não só a nomeação dos regedores, mas de outros titulares de cargos políticos. Disso mesmo deu conta o administrador daquele município quando alegou que um dos obstáculos para encontrar quem se dispusesse a desempenhar a função de regedor era a “pouca adhezão ao sistema que fielmente nos Rege”.<sup>49</sup> A escolha dos indivíduos baseava-se, não raras vezes, na condição social, no poder económico e

---

<sup>47</sup> Consulte-se Marques, Tiago Pires, *Crime e Castigo no Liberalismo em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, pp. 49-53.

<sup>48</sup> Veja-se Vaz, Maria João, *Crime e Sociedade: Portugal na segunda metade do século XIX*, Lisboa, Celta Editora, 1998, pp. 117-118.

<sup>49</sup> AMPL, Administração do Concelho. *Copiador dos Ofícios dirigidos à Administração Geral*, n.º 2.2.2.43, não paginado.

na influência que detinham junto da comunidade.<sup>50</sup> A única diferença, relativamente ao Antigo Regime, era que, enquanto neste período a elite local se baseava no sangue, no liberalismo surge uma elite apoiada essencialmente no poder económico e na riqueza pessoal.<sup>51</sup>

Na segunda metade do século XIX, acabada a turbulência política e numa altura que deveria ser de maior acalmia, persistia um clima de apreensão e alarmismo em alguns concelhos, designadamente no de Ponte de Lima. Para essa conjuntura contribuiu, além dos pequenos delitos diários, um acréscimo significativo do número de roubos e furtos, designadamente no ano de 1855, protagonizados não por quadrilhas organizadas, mas por indivíduos que se reuniam propositadamente em bandos para a prática desses crimes. Eram cidadãos da terra, devidamente identificados, contra os quais os habitantes das localidades, por receio, não se dispunham a testemunhar.<sup>52</sup>

No ano subsequente, em 1856, o estado de coisas parecia manter-se. A situação mais grave vivia-se em Ponte de Lima. Vários roubos foram praticados, o juiz eleito foi assassinado e as tentativas de fuga da cadeia sucediam-se.<sup>53</sup> No sentido de tranquilizar a opinião pública e a imprensa, bem como de conseguir o restabelecimento da segurança de pessoas e bens, foi determinada a instalação provisória de um destacamento militar de infantaria naquela vila.<sup>54</sup>

No entanto, importa salientar que a insegurança assumiu contornos mais preocupantes na primeira metade da centúria de oitocentos, em consequência da instabilidade política vivida neste período, particularmente na década de trinta, após a guerra civil. Para este cenário, contribuíram igualmente as constantes conspirações políticas desenvolvidas na fronteira galaico-minhota, envolvendo carlistas e sectários do miguelismo, bem como a desconfiança e o desrespeito que as populações demonstravam pelas instituições na era pós-miguelismo. O cisma religioso, a falta de segurança das cadeias, que facilitava fugas constantes de facciosos e criminosos, o sistema de júri que promovia a impunidade dos prevaricadores, são outros tantos

---

<sup>50</sup> Veja-se Almeida, Pedro Tavares de, *Eleições e Caciquismo no Portugal oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, Difel, 1991, pp. 97-140.

<sup>51</sup> Leia-se Monteiro, Nuno Gonçalo, "Os poderes locais no Antigo Regime", in Oliveira, César (dir.), *História dos Municípios e Poder Local. [Dos finais da Idade Média à União Europeia]*, Lisboa, Círculos de Leitores, 1996, p. 63.

<sup>52</sup> AHGCVC, *Correspondência com o ministério do reino Março 1853-Janeiro 1854 - 1.9.4.23*, não paginado.

<sup>53</sup> AHGCVC, *Registo Geral - Janeiro de 1856 a Janeiro de 1857*, n.º 1.10.3.2, não paginado. *Registo dos officios para os administradores do concelho desde Setembro de 1854 a Junho de 1855*, n.º 1.7.2.18, não paginado.

<sup>54</sup> AHGCVC, *Registo geral de Janeiro de 1856 a Junho do mesmo ano*, n.º 1.10.3.2, não paginado.

factores a juntar aos já enunciados.<sup>55</sup> O resultado da conjugação destes elementos foi o incremento da violência que, diariamente, de forma espontânea ou premeditada e organizada, materializada na formação de quadrilhas e bandos de salteadores, punha em sobressalto o quotidiano dos alto minhotos, cerceava os seus movimentos, causava-lhes enormes transtornos económicos e debilitava-os moralmente.

Na década de quarenta, persistiam os problemas a nível da ordem e segurança, mais evidentes nos espaços rurais, requerendo a organização de um policiamento eficaz por parte dos regedores, que, para esse efeito, deviam efectuar rondas nocturnas, de modo a minorar a probabilidade de ocorrência de acções delituosas.<sup>56</sup> Neste mesmo período, apertou-se a vigilância sobre os forasteiros e os espaços de sociabilidade masculina e restringiu-se o porte de armas aos possuidores da licença respectiva. Todavia, estas medidas nem sempre se revelaram suficientes para pôr termo à insegurança que se vivia no distrito. Por isso, quando tal se justificava, era requerida a presença militar, o que, por vezes, agravava ainda mais a situação, devido ao clima de crispação que existia entre civis e militares, ao qual não era alheia a prática de aboletamentos.

Ainda na década de quarenta, além da acção de bandoleiros e salteadores, que acometiam casas e aldeias, também foi notória a adesão das gentes do Alto Minho aos movimentos revoltosos que então alastravam, em consequência da oposição à legislação cabralista. Na Primavera de 1846, o sentimento de insurreição alastrou aos concelhos de Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Paredes de Coura, tendo alcançado igualmente o concelho de Monção. No Verão desse mesmo ano, foram ainda intentadas, embora sem qualquer êxito, algumas sublevações em nome de D. Miguel, mantendo-se activas guerrilhas que actuavam no distrito.<sup>57</sup> O Outono de 1846 e o ano subsequente também foram agitados, marcados pela revolta dos Pinotes e pelas dissidências causadas pela guerra civil.

O Estado, tido como entidade estranha e distante, era encarado de soslaio e com desconfiança, prefigurando para a população a cobrança de impostos e a extorsão de homens

---

<sup>55</sup> Sobre as repercussões do cisma clerical no distrito de Viana do Castelo consulte-se Moreira, Manuel António Fernandes, "Do cisma clerical à Patuleia em Viana", in *Cadernos Vianenses*, tomo 24, 1998, pp. 43-56.

<sup>56</sup> AHGCVC, *Circulares a várias autoridades – Janeiro a Setembro de 1847*, n.º 1.10.4.11, não paginado.

<sup>57</sup> Sobre as movimentações populares registadas no Alto Minho no ano de 1846 leia-se Silva, Célia Taborda da, "As movimentações populares de 1846 em Viana e seu distrito", in *Cadernos Vianenses*, tomo 24, 1998, pp. 81-95.

da terra por via do recrutamento militar.<sup>58</sup> Note-se que a primeira metade do século XIX foi marcada por vários movimentos de resistência e de conflitualidade, resultantes da incapacidade do Estado em penetrar e ser aceite num Portugal periférico e rural, debilitado no plano económico, social e cultural.<sup>59</sup>

As reformas administrativas impostas pelo Estado liberal constituíam, de certo modo, o móbil da violência exercida sobre os seus representantes na periferia. Daí que não seja forçoso considerar a violência como sinónimo de resistência, funcionando como um meio de comunicação e até de aproximação dos povos à política, mas deverá, antes, ser entendida como expressão de não passividade, como sinal de que o povo não encara com indiferença a actuação das autoridades, mas que, pelo contrário, está disposto a demonstrar a sua indignação, através da assuada e da revolta, perante a negligência e a incompetência evidenciadas, em diferentes circunstâncias, pelas elites locais.<sup>60</sup>

O isolamento, a que muitas comunidades portuguesas estavam votadas no século XIX, condicionava a acção do poder central e dificultava a imposição e o cumprimento das leis. As noções de pátria e de pertença a um espaço nacional tinham uma dimensão muito restrita, circunscrevendo-se à vila e à aldeia, os lugares a cuidar, que eram igualmente os principais espaços modeladores de consciências e formadores de mentalidades.<sup>61</sup>

---

<sup>58</sup> Veja-se Oliveira, César, "Os municípios no liberalismo monárquico constitucional", in Oliveira, César (dir.) *História dos Municípios e Poder Local. [Dos finais da Idade Média à União Europeia]...*, pp. 179-241. Sobre as dificuldades que o Estado liberal enfrentou, a nível de exercício de poder, durante as primeiras décadas da sua vigência, nas regiões mais periféricas do país leia-se Sousa, Paulo Silveira e, "A construção do aparelho periférico do Ministério da Fazenda em Portugal", in Almeida, Pedro Tavares de; Branco, Rui Miguel C. (coord.), *Burocracia, Estado e Território. Portugal e Espanha (séculos XIX-XX)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 128-129. Na idade moderna, o recrutamento militar constituía uma das razões que justificava a ocorrência de motins e assuadas. Confirme-se Neto, Margarida Sobral, "A violência em Portugal na Idade Moderna", in *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXXVII, 2005, p. 22.

<sup>59</sup> Sobre os movimentos de mobilização da população rural oitocentista leia-se Monteiro, Nuno Gonçalo, "Conflitos e mobilizações na sociedade rural", in Reis, António, (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Publicações Alfa, 1990, pp. 235-242.

<sup>60</sup> Gutmaro Gómez Bravo defende que, no século XIX, há uma relação fluída entre a política e a sociedade, em resultado da violência. Consulte-se Gómez Bravo, Gutmaro, "Urbanismo y violencia en el siglo XIX: el caso de Alcalá de Henares", *Actas. VII Congreso Asociación de Historia Contemporánea: memoria e identidades*, Universidad de Santiago de Compostela, 2004, pp. 376-381.

<sup>61</sup> A título de exemplo, veja-se o apoio prestado por certas comunidades do Alto Minho a bandos de salteadores que infestavam o distrito de Viana do Castelo no século XIX. Esteves, Alexandra, *España de partida, Portugal de llegada*:

A insegurança fazia parte do dia-a-dia das populações do Alto Minho. À medida que avançamos para a segunda metade da centúria de oitocentos, a conflituosidade e as tensões do quotidiano foram perdendo o pendor político, assistindo-se à deslocação do seu epicentro para questões relacionadas com a luta pela sobrevivência no mundo rural, embora, esporadicamente, se registassem algumas acções de maior envergadura fomentadas por grupos de assaltantes ou quadrilhas.<sup>62</sup> Os diferendos despoletados pela gestão da água, pela posse da lenha ou pela delimitação de propriedades, entre muitas outras razões, abalavam a tranquilidade das comunidades.<sup>63</sup>

A partir da década de cinquenta, os tumultos de maior impacto deviam-se, sobretudo, às crises alimentares e de subsistência, com destaque para a escassez de cereais, em particular do milho, que levavam as populações a insurgir-se contra a sua exportação. Estas manifestações de desagrado tinham lugar nos dias de feira e mercado. Em Março de 1868, no dia de mercado em Ponte de Lima, registou-se um tumulto de alguma gravidade por causa da exportação de milho, acabando por ser controlado pela intervenção das autoridades administrativas.<sup>64</sup> Estas crises, além de fragilizarem a economia doméstica, não deixavam de contribuir para o aumento da delinquência, sobretudo dos atentados cometidos contra a propriedade, o que justifica o estabelecimento de uma relação entre a pobreza e a transgressão e torna indispensável a consideração dos contextos económicos para a compreensão do fenómeno da criminalidade.

Outras acções de revolta, que se inserem no que Jean-Claude Chesnais designa de “violência colectiva”, como os actos de violência cometidos por cidadãos contra as instâncias de poder, que inspiravam sedições e motins, eram motivadas pelo aumento das contribuições. Por exemplo, a revolta que aconteceu no Soajo, no ano de 1868, teve na sua génese o aumento da

---

*La inmigración ilegal en el Alto Minho durante en siglo XIX*, Maó, Menorca, 2007, <http://www.adeh.org/pdfs/2lol503AE.pdf>, p. 15.

<sup>62</sup> Em Fevereiro de 1864, o administrador do concelho de Valença comunicou ao delegado do procurador régio a existência de uma quadrilha que punha em causa a paz e o sossego naquele concelho, através do cometimento de atentados contra a propriedade e contra pessoas. AMV, Administração do concelho. *Registo da correspondência expedida para diversas autoridades*, n.º 1.1.4.36, não paginado.

<sup>63</sup> O facto de estarmos numa região onde predominava a pequena propriedade, a delimitação da mesma era motivo de conflito. Confirme-se Vaquinhas, Irene, “Alguns aspectos da violência nos campos portugueses do século XIX”, in *Revista de História da Sociedade e da Cultura...*, p. 304.

<sup>64</sup> *Relatório apresentado á Junta Geral do districto de Vianna do Castello 1868*, Vianna, Typ. Andre Joaquim Pereira & Filho, 1868, pp. 1-2.

contribuição predial. Outras insurreições eclodiram na mesma localidade em anos anteriores, motivadas por questões de natureza política, que culminaram na extinção deste concelho e consequente anexação ao de Arcos de Valdevez, em 1852.<sup>65</sup>

Outra questão que se nos afigura pertinente abordar relaciona-se com a visibilidade social da violência. O seu impacto seria mais contundente nos momentos de ajuntamentos de pessoas, quando, em princípio, se verificaria a presença de forças da ordem com o intuito de debelar possíveis condutas prevaricadoras. Aqui se inscreve a maioria das acções cometidas contra a ordem e tranquilidade pública, traduzidas numa violência mais visível e, por consequência, com maiores probabilidades de as encontrarmos explanadas nas estatísticas oficiais. Todavia, muitos outros actos considerados transgressores, fossem ofensas corporais, verbais ou roubos, eram perpetrados no distrito de Viana do Castelo com uma frequência bem superior à que transparece nos mapas oficiais.

Se a ocultação de dados relativos à criminalidade pode ser explicada, pelo menos em parte, pela já referida incompetência das autoridades, também a própria natureza das transgressões contribuía para esse encobrimento. Alguns dos delitos não chegavam ao conhecimento das autoridades e a identidade dos prevaricadores nem sempre era descoberta. Esses crimes, praticados com fins justiceiros, envoltos em silêncio e, por conseguinte, menos perceptíveis, inscrevem-se no que Bartolomé Bennassar chama de “violência particular”<sup>66</sup> e Jean-Claude Chesnais designa de “violência privada”.<sup>67</sup>

Todavia, é difícil, ou até impossível, dada a escassez documental, descobrir e compreender na sua plenitude as causas das variadas formas de violência espontânea, que, apesar de não atingirem a dimensão e o efeito dos conflitos organizados, não deixavam de perturbar o dia-a-dia das populações e pôr em causa a ordem pública. Os laços vicinais, a partilha de bens, as relações familiares, a lida do campo, o trabalho nos ofícios, a conduta moral ou a simples convivência podiam servir, em qualquer altura, de pretexto para cenas de violência.

Os comportamentos das pessoas e das comunidades seriam influenciados por conjunturas adversas, sobretudo de natureza económica, que poderiam contribuir para a

---

<sup>65</sup> Leia-se Chesnais, Jean-Claude, *Histoire de la Violence en Occident de 1800 à nos Jours*, Paris, Éditions Robert Laffont, 1981, p. 13.

<sup>66</sup> Veja-se Gómez Bravo, Gutmaro, *Crime y Castigo: cárceles, delito y violencia en la España del siglo XIX*, Madrid, Universidad Complutense de Madrid, 2004, p. 176.

<sup>67</sup> Chesnais, Jean-Claude, *Histoire de la Violence en Occident de 1800 à nos Jours...*, p. 13.



pauperização da sociedade, e consequentemente, fazer com que indivíduos mais fragilizados enveredassem pela mendicância e pela vagabundagem, modos de vida que potenciavam o desenvolvimento de condutas desviantes.

Deste modo, consideramos que na sociedade alto minhota havia outras formas de violência, para além daquelas que se encontram registadas nas estatísticas, nas fontes judiciais ou na imprensa periódica. Quando chegavam ao conhecimento das autoridades, eram justificadas pela falta de ilustração, ausência de valores morais ou baixo grau de civilização das populações, o que por sua vez se conectava com a construção de um discurso revelador de uma nova sociedade, controladora de emoções, sobretudo das mais instintivas e básicas, como são as tendências agressivas, tidas como próprias das classes populares, que a sociedade burguesa vai procurar controlar cada vez mais em nome da segurança.<sup>68</sup> Em última análise, tratava-se de uma violência que não só caracterizava o quotidiano das gentes do Alto Minho, como era produto desse mesmo quotidiano, das relações que este propiciava, das oportunidades que criava e das condicionantes que gerava.

## **2. A violência verbal**

O conceito de violência varia conforme o tempo e o lugar em que é considerado. O mesmo sucede com a forma como é encarada pela sociedade, pois, se nuns casos, certos comportamentos violentos são tolerados, noutros verifica-se a rejeição e a condenação. Ainda que a violência nem sempre seja criminalizada, não deixa, todavia, de constituir uma forma de agressão, que não tem de ser necessariamente física, pois também é possível ofender e maltratar outrem através da palavra.

A iliteracia e uma certa rudeza das populações rurais impedia-as de racionalizar e verbalizar os seus impulsos, pelo que o gesto prevalecia sobre a palavra, ou seja, a agressão

---

<sup>68</sup> Sobre este assunto consulte-se Vaquinhas, Irene, *Violência, Justiça e Sociedade Rural. Os campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1990, pp. 279-312. Tese de doutoramento policopiada. Segundo a autora, a transformação comportamental, que passava por uma modernização de práticas e costumes, teve lugar, num primeiro momento, entre as classes superiores e urbanas, conhecendo uma evolução mais lenta entre os grupos rurais e mais baixos da sociedade, em consequência de diversos factores, como o isolamento geográfico, dificuldades de comunicação, lentidão na implantação da administração judicial e deficiente cobertura escolar do país. Vaquinhas, Irene, "Alguns aspectos da violência nos campos portugueses do século XIX", in *Revista de História da Sociedade e da Cultura...*, pp. 237-238.

física ganhava primazia em relação ao ataque verbal. A este propósito, se alguns autores consideram o instinto como o factor determinante no desencadeamento de acções mais belicosas e arrebatadas, outros, como Konrad Lorenz, interpretam-no antes como um travão. É o que depreendemos das suas palavras, quando afirma: “se o homem fosse um ser puramente racional, se não tivesse a sua herança animal de instintos, não seria certamente um anjo, antes pelo contrário.”<sup>69</sup>

Todavia, na ausência de outros meios de transmissão e difusão de informação, circunstância agravada pelo analfabetismo que grassava no mundo rural, a palavra sobressaía como forma privilegiada de comunicação, com todas as implicações que isso podia acarretar. O peso da subjectividade facilmente se fazia sentir na construção de qualquer notícia, que, frequentemente, acabava por se confundir com a mera opinião, que ia sendo repisada, vezes sem conta, num espaço limitado e fechado onde todos se conheciam. Nestas circunstâncias, qualquer distorção, intencional ou não, podia ter consequências devastadoras. Assim se desenvolvia a bisbilhotice, como forma de divulgação de novidades.<sup>70</sup> Mas a palavra também assumia uma função justiceira, moralizadora e controladora, funcionando como instrumento de condenação contra aqueles que, pelo seu comportamento, tinham posto em causa o sistema de valores e o código de conduta pelos quais se regia a comunidade. Deste modo, criavam-se os factos que alimentavam a calúnia que, propagada pela mexeriquice, servia de arma de arremesso no acto de injuriar, pondo em causa a honra e a dignidade do ofendido.

A própria comunidade instigava a maledicência com o objectivo de impedir o completo esbatimento da linha que separava o socialmente permitido daquilo que era reprovado. Quem desrespeitasse essa delimitação teria que se sujeitar à condenação, materializada na detracção, na calúnia e na difamação, cabendo aos mais próximos, não só física, mas também socialmente, essa tarefa, estando os vizinhos numa situação privilegiada para a levar a cabo.<sup>71</sup>

A palavra assumia um valor simbólico, associada a vinganças privadas ou a códigos de honra desrespeitados, sobretudo num espaço marcado pela dureza do dia-a-dia, como era o mundo rural. A calúnia, que servia para desacreditar os visados no seio da comunidade, mais do

---

<sup>69</sup> Lorenz, Konrad, *A Agressão. Uma História Natural do Mal*, Lisboa, Relógio d'Água, 2001, p. 277.

<sup>70</sup> Sobre o mexerico no mundo rural confira-se Polanah, Luís, “Mexerico e maldizer no mundo rural”, in *Revista de Guimarães*, n.º 103, 1993, pp. 111.

<sup>71</sup> Sobre este assunto consulte-se Sleebe, Vincent, “Community and Social Control: An Enquire into the Dutch Experience”, in Emsley, Clive; Johnson, Eric; Spierenburg, Pieter, *Social Control in Europe*, vol. 2, Ohio, Ohio State University, 2004, pp. 167-171.

que ferir o seu íntimo, procurava denegrir a sua imagem, fazendo-o cair em descrédito perante os demais. A sua conotação variava conforme o alvo era do sexo masculino ou feminino, apresentando geralmente, neste caso, uma forte carga sexual, como podemos constatar através das injúrias de que eram vítimas homens e mulheres.<sup>72</sup>

Independentemente do contexto, o comportamento sexual feminino que desrespeitasse os cânones estabelecidos, era condenado sem apelo nem agravo, mas o mesmo não acontecia com o homem, embora a frequência de prostíbulos ou o recurso à meretrícia também servissem de pretexto para a difamação.<sup>73</sup> No Verão de 1841, junto à capela de Nossa Senhora do Socorro, na freguesia de São Salvador da Torre, do concelho de Viana do Castelo, Manuel Francisco acusou António Francisco Poça de lhe ter roubado umas galinhas, chamando-o de ladrão e de frequentador de “casa de putas”.<sup>74</sup> No entanto, os ataques ao comportamento sexual masculino não atingiam o mesmo vigor quando o alvo das ofensas era a mulher, até porque, ao contrário do que era imposto à mulher casada, ao homem não era exigida fidelidade à esposa, mas sim ao agregado familiar.<sup>75</sup>

---

<sup>72</sup> A honra afectada por palavras, bem como a difamação, a calúnia e a injúria, eram susceptíveis de punição pelo Capítulo V, que se estende desde o artigo 407.º ao 420.º do Código Penal. *Código Penal de 1852. Nos 150 anos do primeiro código penal português (1852-2002)*, Lisboa, Edição do Ministério da Justiça, 2002, pp. 125-127.

<sup>73</sup> A este propósito, convém fazer referência ao que Alberto Pimentel escreveu na sua obra “As alegres canções do norte” sobre a forma como o adultério era encarado no Minho: “O adultério também raras vezes infirma a vida do minhoto no lar conjugal. A mulher casada, livro que um ou muitos leram antes do marido, não desperta apetite nem cobiça. [...] Acontece até que o adultério da mulher é mais castigado pelo ridículo do que pela indignação. Quanto ao adultério do homem, ninguém o nota, nem censura.” Ora, através desta sua observação, o autor não só dá conta de uma certa libertinagem feminina antes do contraimento do matrimónio, o que torna mulher pouco “apetecível” depois do casamento, como a inexistência de uma censura social perante o adultério masculino. Confira-se Pimentel, Alberto, *As alegres canções do norte*, Lisboa, Livraria Viúva Tavares Cardoso, 1905, p. 15.

<sup>74</sup> ADVC, *Tribunal da Comarca de Viana do Castelo - Processos correcionais*, n.º 1.46.5.4-5, fl. 2.

<sup>75</sup> Com base na legislação vigente, anterior à publicação do primeiro Código Penal português de 1852 (Ordenações Filipinas, Livro V, título 38), a mulher não tinha a faculdade de acusar o seu marido do delito de adultério. Em situação idêntica, ao marido era permitido matar a mulher e o adúltero, apenas não o podendo fazer caso este fosse de condição social superior. Confirme-se. *Ordenações Filipinas*, Livro V, Rio de Janeiro, Edição de Cândido Mendes de Almeida, 1870, pp. 1188-1189.

Com o Código Penal de 1852, foram introduzidas algumas alterações. De acordo com o artigo 401.º, o adultério da mulher era punido com o degredo temporário. No caso de o adúltero ter conhecimento de que a mulher era casada, incorria igualmente na mesma pena de degredo, de acordo com o estabelecido pelo artigo 401.º § 1.º. No que respeita ao adultério masculino, conforme o mesmo documento, mais precisamente com o artigo 404.º: “o homem

O quadro 5 alude às injúrias mais frequentemente proferidas por homens e mulheres pertencentes à comarca de Viana do Castelo, no período compreendido entre 1841 e 1870.

**Quadro 5.** Injúrias proferidas (1841-1870) - Comarca de Viana do Castelo

Injúria	Nº de vezes que foi proferida	Sexo do visado
Ladrão	42	Masc.
Putá	23	Fm
Ladra	18	Fm
Tratante	13	Masc.
Bandalho	10	Masc./Fm
Comedor	9	Masc.
Coura	8	Fm
Courão	8	Fm
Desavergonhada	7	Fm
Maroto	7	Masc.
Alcoviteira	6	Fm
Má mulher	5	Masc.
Desavergonhado	4	Masc.
Sacana	4	Fm
Bêbada	3	Fm
Corno	3	Masc.
Cação	2	Fm
Malcriado	2	Masc.
Porca	2	Fm
Brejeiro	2	Masc.
Bandalhão	2	Masc.
Gulosa	2	Fm
Meretriz	2	Fm
Comida	1	Fm
Víbora	1	Fm
Punheteiro	1	Masc.
Mulata	1	Fm
Traficante	1	Masc.
Couraça	1	Fm
Mulato	1	Masc.
Assassino	1	Masc.
Barba-ruiva	1	Masc.
Amarelo	1	Masc.
Carrasco	1	Masc.
Patife	1	Masc.
Feiticeira	1	Fm

---

casado que tiver teúda e manteúda na casa conjugal, será condenado na multa de três mezes a três annos".  
Consulte-se *Código Penal de 1852. Nos 150 anos do primeiro código penal português (1852-2002)*..., pp. 123-124.

Zabaneira	1	Fm
Mariolo	1	Masc.
Rabão	1	Masc.
Filho da puta	1	Masc.
Bêbado	1	Masc.
Comedeira	1	Fm
Roubador	1	Masc.
Rodovalho	1	Fm
Cara Negra	1	Masc.
Careca	1	Masc.
Que tem venéreo	1	Fm
Judeu	1	Masc.
Macaco	1	Masc.
Rapina	1	Masc.
Falsária	1	Fm
Desordeira	1	Fm
Tronga	1	Fm
Prostituta	1	Fm
Estupor	1	Fm
Vaca parideira	1	Fm
Malcriada	1	Fm
Trapalhão	1	Fm
Galizada	1	Fm
Vasculho	1	Fm
Furta-galinhas	1	Fm
Barona	1	Fm
Safada	1	Fm
Tinhoso	1	Masc.
Regateira	1	Fm
Alcoviteirona	1	Fm
Ladrona	1	Fm

Fonte: ADVC, *Tribunal da Comarca de Viana do Castelo - Processos correccionais*, n.º 1.46.4.6; n.º 1.46.5.2; n.º 1.46.5.4.

Como se pode constatar, os ofensores não eram dados a eufemismos, sendo o epíteto “puta” o mais utilizado para injuriar a mulher alto minhota, embora existissem variantes, que visavam hiperbolizar aquele termo, como “rainha das putas”, ou, com um sentido ainda mais vexatório, “puta refinada”, “puta vestida” ou “puta maior”.<sup>76</sup> A partir da observação do referido quadro, verifica-se um claro predomínio de vocábulos com o mesmo significado, todos eles de

---

<sup>76</sup> Em Dijon, no século XVIII, as injúrias de carácter sexual eram, igualmente, muito frequentes. Consulte-se Garnot, Benoît, *Crime et Justice aux XVII et XVIII siècles*, Paris, Éditions Imago, 2000, p. 144.

cariz sexual, designadamente “meretriz”, “courão”, “coura”, “couraça”, “prostituta”, “meretriz” ou “tronga”, utilizados para destruir a reputação e o crédito que a mulher detinha na comunidade, lançando a suspeição sobre a sua conduta moral. Mais grave ainda era caluniar alguém de “alcoviteira” ou alcoviteirona”, dado que se trataria de uma pessoa que, além de se dedicar à meretrícia, instigava a participação de outras mulheres e dava cobertura à prática da prostituição.<sup>77</sup>

Estes insultos eram proferidos indistintamente por homens e mulheres, com uma ligeira predominância destas, sobretudo moças solteiras, sendo as mulheres casadas as mais atingidas, cujos maridos, nalguns casos, se encontravam ausentes. As injúrias, à mistura com expressões e frases provocatórias, proferidas publicamente, perante um aglomerado de gente, tinham um efeito devastador sobre o crédito social e moral das mulheres e fragilizavam-nas ainda mais perante a comunidade. Em Fevereiro de 1856, na freguesia de Santa Marta, concelho de Viana de Viana do Castelo, quando Rosa Joaquina se deslocava para a casa dos pais, por volta das 8.30 da manhã, foi insultada pelas irmãs Maria e Francisca, acusando-a de ter ido “largar o mexilhão a Braga”, dando a entender que tinha perdido a honra e a virgindade naquela cidade.<sup>78</sup> À mulher casada procurava-se difamá-la, à solteira envergonhá-la e desonrá-la publicamente, questionando a sua pureza e virgindade.<sup>79</sup>

Quando os vitupérios eram proferidos contra uma mulher casada, a desonra estendia-se ao marido, que tinha como obrigação zelar pela probidade e pela reputação da esposa. Por conseguinte, embora a ofensa atingisse directamente a mulher, acabava por afectar também, ainda que indirectamente, o marido, uma vez que este tinha sido incapaz de salvaguardar a integridade familiar. Por exemplo, o termo “corno”,<sup>80</sup> usado para insultar o marido, aludia

---

<sup>77</sup> Bluteau, Raphael, *Vocabulário Portuguez e Latino, 1712-1718*, Lisboa, Oficina de Pascoal da Silva, 1712-1728, p. 227.

<sup>78</sup> ADVC, *Tribunal da Comarca de Viana do Castelo. Processos correccionais*, n.º 1.46.4.6-55, fl. 2.

<sup>79</sup> Sobre as consequências que podiam recair sobre a jovem solteira que tivesse violado a norma da virgindade leia-se Sánchez Ortega, Marái Helena, “La «pecadora» como disidente social”, in Vaca Lorenzo, Ángel (Ed.), *Disidentes, Heterodoxos y Marginales en la Historia*, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 1998, pp. 150-153.

<sup>80</sup> Segundo Julian Pitt-Rivers, os cornos eram o símbolo do diabo, passando a ser utilizados pelo homem traído que se mostrou incapaz de manter a sua honra, dado que para a manter devia ser capaz de cumprir com a sua função de zelar pela honra da sua mulher, passando, por conseguinte, a estar adornado com esta marca do diabo. Confira-se Peristiany, J. G., *Honra e Vergonha. Valores da Sociedade Mediterrânica*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971, p. 34. Sobre os boatos lançados sobre mulheres leia-se Bertrand, Céline, “Empoisonneuses malgré elles: les femmes victimes de la rumeur”, in Cauvaud, Frédéric; Malandain, Gille (Dir.), *Impossibles victimes, impossibles*

precisamente à sua inépcia para assegurar o bom comportamento da consorte, pondo em risco um dos fundamentos da sociedade, ou seja, o casamento.

Outras injúrias não visavam propriamente a conduta moral da mulher, mas procuravam antes atacar a sua vivência religiosa, de que é exemplo a palavra “feiticeira”. Acreditava-se que a mulher, pela sua própria natureza, tida como vingativa, invejosa, curiosa, coscuvilheira, tinha uma maior propensão para enveredar pelo mundo da bruxaria.<sup>81</sup> Podemos considerar que o lugar conferido à mulher na feitiçaria está relacionado com os papéis atribuídos ao homem e à mulher no espaço social e cultural europeu. Para conhecer as causas da feitiçaria e do sucesso que teve, temos que entrar nos domínios do religioso e do cultural, embora seja um fenómeno que conheceu uma grande retracção no século XVIII, quando, nas palavras de Jean Michel Sallman, “o mito demonológico dá lugar à histeria, cujos contornos nosológicos se aperfeiçoam no século XVIII e, sobretudo, no século XIX.”<sup>82</sup> Este facto é evidenciado pela perda de importância dos vocábulos “bruxa” e “feiticeira” no acto de injuriar, comparativamente ao século XVII e primeira metade do século XVIII, quando eram dos mais usados para insultar a mulher.<sup>83</sup>

É de notar que há uma clara diferença entre as injúrias lançadas contra a mulher e as que tinham como objectivo atingir a honra masculina, baseada na virilidade, na coragem e na honradez<sup>84</sup>, se bem que, por vezes, seja usada a mesma calúnia, ora no masculino, ora no

---

*coupables. Les femmes devant la justice (XIX-XX siècles)*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2009, pp. 45-55.

<sup>81</sup> Bluteau, Raphael, *Vocabulário Portuguez e Latino, 1712-1718*, Lisboa, Oficina de Pascoal da Silva, 1712-1728, pp. 63-64. O *Malleus maleficarum*, escrito em 1486, onde pela primeira vez se estabelece a relação entre a feitiçaria e a mulher. Para os seus autores, esta relação é algo evidente, fundamentando-a com argumentos retirados do Antigo Testamento, de textos da antiguidade clássica e de autores medievais. Assim, nada nos revelam de novo limitando-se a compilar ditos dispersos e organizar ideias de forma mais clara e sistemática. Sallman, Jean-Michel, “Feiticeira”, in Duby, Georges; Ariés, Philippe (dir), *História da Vida Privada. Da Revolução à Grande Guerra*, vol. 4, Porto, Edições Afrontamento, 1990, pp. 516-532.

<sup>82</sup> Sallman, Jean-Michel, “Feiticeira”, in Duby, Georges; Ariés, Philippe (dir), *História da Vida Privada. Da Revolução à Grande Guerra*, vol. 4..., pp. 516-532.

<sup>83</sup> Realidade evidenciada por estudos avançados para o território português para este período. Confira-se Lopes, Henrique Augusto Dias, *Poder e Violência em Proença-a-Nova de 1710 a 1750*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1996, pp. 85-87. Tese de mestrado policopiada. Veja-se igualmente Ramos, Anabela, *Violência e Justiça em Terras do Montemuro – 1708-1820*, Viseu, Palimage Editores, 1998, pp. 56-57.

<sup>84</sup> Confira-se Amaral, José Luís Mendes d’, *Quem Não se sente não é filho de boa gente. A Ofensa em Portugal no Primeiro Terço do século XX*, Cascais, Patrimonia Historica, 1997, p. 42.

feminino, apesar de poder ter sentidos e impactos diversos. Assim, por exemplo, se para a mulher se dizia “ladra” ou “ladrona”, “malcriada”, “brejeira”, para o homem encontramos “ladrão” ou “roubador”, “malcriado” e “brejeiro”. No entanto, “desavergonhada” e “desavergonhado” já assumem conotações distintas para o homem e para a mulher. Sendo esta a visada pelo insulto, pretendia-se denunciar a sua conduta imoral, o desrespeito pelos cânones femininos vigentes, o que significaria a ausência ou perda da vergonha; se o destinatário fosse o homem, então pretendia-se lançar a suspeição, não apenas sobre a sua conduta moral, mas também sobre a forma como geria os seus haveres e encarava a propriedade alheia. O desavergonhado era o impudente, o que tinha perdido todo o pudor.<sup>85</sup> Podemos concluir que a utilização deste rol de vitupérios teria como objectivo primordial o reforço dos valores dominantes: a mulher queria-se pura e submissa, o homem corajoso, honrado e viril.<sup>86</sup>

O termo que era utilizado indistintamente para caluniar homens e mulheres, sem conhecer variações de sexo ou significância, era “bandalho”, que era sinónimo de farrapo. Tratava-se de uma injúria que, por certo, tinha a ver com a apresentação da pessoa, o seu aspecto físico, indiciando a falta de cuidado com a imagem e a forma de vestir, sendo o mesmo que chamar esfarrapado, embora também pudesse ser usada para se referir a alguém com pouco aprumo moral.<sup>87</sup> A palavra mais usada para caluniar o homem alto minhoto era “ladrão”, expressando ausência de escrúpulos e desrespeito pelos bens alheios, a que se juntavam outros epítetos, como “tratante”, “comedor”, “roubador”, “traficante” e “desavergonhado”, utilizados como sinónimos e com a mesma finalidade de denunciar a ausência de um conjunto de valores que deviam nortear a conduta masculina.

Há, de facto, uma panóplia de vocábulos usados para maldizer, que são passíveis de ser categorizados: injúrias de conotação moral e sexual, como, por exemplo, “alcoviteira”, “meretriz”, “prostituta”, “corno”, dirigidas, directa ou indirectamente, sobretudo à mulher; ofensas que visavam denunciar o desrespeito pela propriedade alheia ou a falta de lisura nos negócios, como “rapina”, “furta-galinhas”, “comedor”, “comedeira”, “ladra”, “ladrão”, entre

---

<sup>85</sup> Um outro termo usado para injuriar o sexo feminino, sinónimo de desavergonhada, era zabaneira.

<sup>86</sup> Veja-se Carneiro, Deivy Ferreira, “Calúnia e injúria: uma análise historiográfica dos usos das ofensas verbais na pesquisa histórica brasileira e internacional”, in *XII Encontro Regional de História da Anpuh-RJ: Livro de Resumos do XII Encontro Regional de História da Anpuh-RJ*, 2006, pp. 2-11.

<sup>87</sup> Embora tenhamos verificado que existia a palavra no feminino, “bandalha”, utilizada para designar uma mulher que trabalhava numa taberna ou era vagabunda. Veja-se Mello, Bernardo de Lima Bacellar, *Diccionario da Lingua Portuguesa*, Lisboa, Officina de Jozé Joaquim Aquino Bulhoens, 1783, p. 71.



outras; insultos que escarneciam do aspecto físico ou aproveitavam qualquer particularidade da vítima com o objectivo de rebaixar, como “mulato”, “cara negra”, “barba ruiva”, “amarelo”, “careca”; outros termos, como “venéreo” ou “tinha”, relacionados com certos comportamentos tidos como desviantes, também serviam de arma de achincalhamento. Por exemplo, o uso da expressão “que tem venéreo” significava que se estava perante alguém com conduta sexual considerada imprópria, assumindo uma dimensão ainda mais gravosa se se tratasse da mulher, pois seria sinónimo de despudorada, dada a forte incidência das doenças venéreas entre meretrizes, nomeadamente naquelas que, ainda no século XV, acompanhavam os militares nas suas expedições.<sup>88</sup> Associadas ao pecado, estas moléstias eram consideradas vergonhosas para os afectados, o que explica a sua inclusão na lista de enxovalhos.<sup>89</sup> Em 1932, Henrique Jorge Niny salientava que “a sífilis tem sido injustamente acusada de vergonhosa”, sendo uma infecção que atingia indistintamente homens, mulheres e crianças, através de diferentes formas de contágio. Referia, por outro lado, que em Portugal a situação era particularmente difícil para as mulheres, que, dominadas por aquilo que designa de “velhos e bolorentos preconceitos de uma errada e falsa moralidade”,<sup>90</sup> descuravam o tratamento ou simplesmente não se tratavam, contribuindo desse modo para a propagação da moléstia.<sup>91</sup> A tinha e a sífilis eram doenças que

---

<sup>88</sup> Em 23 de Setembro de 1856, o governador civil de Viana do Castelo comunicou ao administrador do mesmo concelho a infecção de militares com sífilis, em resultado do contacto com prostitutas contaminadas, dizendo o seguinte: “Tendo o brigadeiro comandante de infantaria n.º 3 solicitado providencias desta repartição acerca das meretrizes, que, segundo consta da participação do hospital regimental, tem infeccionado de vírus *sypphitus*, algumas praças d’aquelle corpo, queira Vossa Senhoria adoptar as medidas convenientes para que as meretrizes que não são naturaes deste concelho sejam mandadas para fora do mesmo, e para que as doentes marchem para o hospital de S. Marcos de Braga, praticando as mais diligencias que são d’uso em cazos semelhantes.” AHGCVC, *Registo geral de Julho de 1856 a 31 de Dezembro*, n.º 1.10.3.3, não paginado. O hospital de S. Marcos, de Braga, tratava sífilíticos em enfermarias destinadas a este tratamento e que abriam duas vezes por ano. Leia-se a este propósito Castro, Maria de Fátima, “Assistência no Hospital de S. Marcos na 2.ª metade do século XVII a cerca de 1710” in *Revista Cultural Bracara Augusta*, n.º 44, 1993, pp. 45-73. Sobre a sífilis leia-se Jütte, Robert, “Syphilis and confinement. Hospitals in early Modern Germany”, in Junker, Detlef; Mattern, S. Daniel (eds.), *Institutions of confinement, hospitals, asylums and prisons in Western Europe and North America 1500-1950*, Cambridge, Cambridge University Press, 1996, pp. 97-115.

<sup>89</sup> Confira-se Perrot, Michelle, “Dramas e conflitos familiares”, in Duby, Georges; Ariés, Philippe (dir), *História da Vida Privada. Da Revolução à Grande Guerra*, vol. 4..., p. 270.

<sup>90</sup> Confira-se Niny, Henrique Jorge, “Combate à sífilis”, in *Boletim do Instituto de Criminologia*, vol. XVI, Lisboa, typ. Cadeia Penitenciária de Lisboa, 1932, p. 63.

<sup>91</sup> Veja-se Niny, Henrique Jorge, “Combate à sífilis”, in *Boletim do Instituto de Criminologia*, vol. XVI..., p. 62.

facilmente se identificavam pelas marcas físicas e que conduziam a uma certa estigmatização social, agravada, no último caso, pela associação a comportamentos condenáveis.<sup>92</sup> A sífilis, em particular, foi profundamente debatida no século XIX,<sup>93</sup> tratando-se de uma enfermidade transmissível por via venérea, evidenciada pela presença de lesões cutâneas altamente contagiosas.

Um outro impropério associado à doença e à falta de higiene era “tinhoso”, para designar o indivíduo portador de tinha, doença dermatológica, que atacava a cabeça, e que era contraída sobretudo por pessoas de poucas posses, com particular incidência nas crianças.<sup>94</sup>

Sobretudo nos finais do século XVIII e no dealbar de oitocentos, o discurso higienista das autoridades atribuía aos pobres a responsabilidade pela proliferação de certas enfermidades, devido à falta de hábitos de higiene e à resistência face a uma política sanitária que visava combater doenças de carácter endémico, como a cólera e a febre amarela. No entanto, as classes populares revelavam já alguma preocupação com a higiene e a limpeza do corpo, e até com o trajar, como parece mostrar o elevado número de impropérios que versavam sobre este

---

<sup>92</sup> O mal venéreo ou sífilis é uma doença que atingiu a Europa no século XV, embora esta data não seja consensual, considerando alguns a existência de maleitas sexualmente transmissíveis, com sintomatologia idêntica à sífilis, desde a antiguidade clássica. No entanto, o seu aparecimento de forma endémica no continente europeu levou ao estabelecimento de uma relação entre o desenvolvimento desta moléstia com comportamentos sexuais impróprios e pecadores, condenados pela Igreja. O aparecimento da doença seria uma espécie de castigo divino para o indivíduo, devido à sua conduta e consequente estigmatização, por ser uma doença que não era facilmente silenciada, dado as manchas que causava na pele. Sobre o aparecimento da sífilis no continente europeu confira-se Ujvari, Stefan Cunha, *A História e suas Epidemias. A convivência do homem com os microrganismos*, Rio de Janeiro, Editora Senac Rio, Editora Senac São Paulo, 2003, pp. 88-95.

<sup>93</sup> Confira-se Moulin, Anne-Marie; Delort, Robert, “Sífilis – mal americano?”, in Duby, Georges (introdução), *Amor e Sexualidade no Ocidente*, Lisboa, Terramar, 1998, pp. 295-309.

<sup>94</sup> Sobre a incidência da tinha nas crianças consulte-se Araújo, Maria Marta Lobo de, “Pequenos e pobres: a assistência nas Misericórdias portuguesas da Idade Moderna”, in Araújo, Maria Marta Lobo de; Ferreira, Maria de Fátima (Orgs.), *A infância no universo assistencial da Península Ibérica (sécs. XVI-XIX)*, Braga, Instituto de Ciências Sociais, 2008, pp. 141-146. Veja-se igualmente sobre o auxílio prestado pela Misericórdia de Évora as crianças com tinha Pardal, Rute, “A Criação dos filhos dos pobres e dos tinhosos: um aspecto esquecido da assistência da Misericórdia de Évora no século XVIII”, in *Congresso Internacional de História. Territórios, Culturas e Poderes. Actas*, vol. II, Braga, Núcleo de Estudos Históricos, Universidade do Minho, 2007, pp. 757-766.

assunto, como, por exemplo, “porca”, “cara negra” ou “vasculho”.<sup>95</sup> Todavia, os cuidados com o asseio podiam circunscrever-se às partes visíveis do corpo e à muda da roupa, concentrando-se portanto apenas na aparência exterior.<sup>96</sup> No século XIX, por influência dos hábitos burgueses, o banho e outras práticas de higiene íntima convertem-se em actos civilizacionais, e a sujidade identificava-se com a pobreza e a miséria.<sup>97</sup> Logo, podemos afirmar que, apesar de a teoria não ser de todo condicente com a prática, havia uma assimilação de conceitos, confirmada pela rejeição da sujidade e da imundice, não apenas no plano físico, mas também moral, uma vez que se achincalhava com o intuito de reforçar e promover comportamentos contrários aos censurados, havendo um conjunto de valores que, através da calúnia, se pretendia incutir. Assim, zombava-se da falta de limpeza, não apenas para a denunciar, mas também para mais facilmente levar a sociedade a adoptar esse valor.

Além das já mencionadas, encontrámos também um conjunto de injúrias que tendiam a evidenciar uma aproximação do ser humano aos animais, designadamente ao porco, à vaca e à víbora, assumindo um pendor zoomórfico, quer pelo aspecto físico, quer pelos comportamentos. Por exemplo, o epíteto “vaca parideira” era dirigido sobretudo às mulheres que, alegadamente, se limitavam a dar à luz um elevado número de filhos, mas revelavam um certo desmazelo ou alheamento na morte de algum deles. Em Agosto de 1863, na freguesia de Areosa, Teresa Gonçalves Viana chamou “vaca parideira” a Maria Amorim Rodrigues Lima, dizendo que “andava com a barriga por cima das coixas, para o fim de matar a criança, que trazia no ventre”.<sup>98</sup> A víbora era tida, no século XVIII, como um animal calmo e inofensivo, que apenas

---

<sup>95</sup> AHGCVC, *Moléstias – Arcos de Valdevez - Correspondência do Administrador do Concelho*, n.º 1.13.6.12-8, não paginado; AMMço, *Administração do Concelho. Ofícios e Circulares remetidos pelo Governador Civil - 1848*, n.º 1.3.1.4-2, não paginado. AHGCVC, *Cholera Morbus*, n.º 1.13.6.12-6, não paginado.

<sup>96</sup> Na época moderna, considerava-se que a roupa era portadora de higiene e este conceito era praticado quando se processava a muda de roupa, dado que esta absorvia os suores. Deste modo, considerava-se que a roupa por si lavava e limpava o corpo. Vigarello, Georges, *O Limpo e o Sujo. A Higiene do Corpo desde a Idade Média*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1988, pp. 53-66. Em França, o banho generalizou-se entre as classes populares rurais a partir da Segunda Guerra Mundial e só na década de 50, do século XX, se operou a verdadeira “revolução higiénica”. Veja-se Corbin, Alain, “Os Bastidores”, in Duby, Georges; Ariès, Philippe (dir), *História da Vida Privada. Da Revolução à Grande Guerra*, vol. 4..., pp. 442-446.

<sup>97</sup> Sobre a associação dos pobres à proliferação de surtos epidémicos ao longo do século XIX leia-se Rodrigues, José Júlio, “Lisboa e a Cholera”, in *Biblioteca do Povo e das Escolas*, n.º 88, 1884, p. 24; Cardoso, Júlio Arthur Lopes, “Micróbios e doenças”, in *Biblioteca do Povo e das Escolas*, n.º 152, 1912, p. 52.

<sup>98</sup> ADVC, *Tribunal da Comarca de Viana do Castelo. Processos correcionais*, n.º 1.46.4.6-26, fl. 2.

atacava quando provocada, assemelhando-se à mulher, que, embora aparentemente dócil, podia ser pérfida e irascível, quando contrariada ou desafiada.<sup>99</sup> A designação de “porca” era utilizada para evidenciar a falta de higiene, não só a nível físico como moral da mulher,<sup>100</sup> e “macaco” servia para denunciar a rudeza dos modos e a matreirice do visado.

Um outro termo bastante utilizado para difamar, que remete para o mundo animal, era “cão”. A comparação do homem ao cão, num tom manifestamente depreciativo, para além do carácter animalesco que pretende conferir ao comportamento do ofendido, pode indiciar a subserviência do marido à esposa, o que constituía uma evidente subversão dos padrões estabelecidos, sendo motivo bastante para o chacotear. No século XVIII, o termo “cão” era considerado injurioso, dado ser encarado como um animal de muitos defeitos “he golofo, & sôfrego; [...] he impudentemente lascivo, porque publicamente, & sem vergonha satisfaz seus deshonestos appetites”,<sup>101</sup> além de estar associado à raiva, uma doença mortal transmissível ao homem.<sup>102</sup>

Quando às plantas, apenas encontramos uma referência à hortaliça rábão, que é uma variedade de rábano, utilizado na gíria para designar o diabo, mas que no Alto Minho era utilizado como sinónimo de judeu.<sup>103</sup>

Eram frequentes as injúrias de cariz xenófobo, como “galego”, “galizada”, e discriminatório sob o ponto de vista religioso, como “judeu”, recorrentemente usadas com fins difamatórios. A designação “galego”, utilizado para insultar alguém, indicia que os indivíduos oriundos da Galiza eram mal vistos nesta região. Eram muitos os que demandavam o Alto Minho em busca de trabalho, mas nem sempre eram bem sucedidos, e, nesse caso, para garantirem a sua subsistência e a da sua família, acabavam por engrossar as fileiras da criminalidade.<sup>104</sup> Em

---

<sup>99</sup> Bluteau, Raphael, *Vocabulário Portuguez e Latino, 1712-1718...*, p. 470.

<sup>100</sup> Para achincalhar alguém, invocando a sua falta de higiene, recorria-se igualmente à palavra “vasculho”.

<sup>101</sup> Considerava o Dicionário, *Vocabulário Portuguez e Latino, 1712-1718* ser a injúria mais proferida em todos os reinos, o que levava a afirmar que no mundo “não há nação mais numerosa, que a dos caens.” Bluteau, Raphael, *Vocabulário Portuguez e Latino, 1712-1718...*, p. 115.

<sup>102</sup> Sobre a raiva e a descoberta da sua vacina por Pasteur leia-se Sournia, Jean Charles, *História da Medicina*, Lisboa, Instituto Piaget, 1992, pp. 251-258.

<sup>103</sup> *Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto, Porto Editora, 6.<sup>a</sup> edição, sem data de edição, p. 1382.

<sup>104</sup> Sobre a emigração galega para o Alto Minho leia-se Fernández Cortizo, Camilo, “La Emigración gallega a las provincias portuguesas del Miño y de Trás-os-Montes y Alto Duero durante el siglo XVIII y la primera mitad del XIX”, in *Congresso Internacional de História. Territórios, Culturas e Poderes. Actas*, vol. I..., 2006, pp. 39-58.

1842, foram expulsos do reino vários galegos “por motivos de vadiagem, falta de legitimação, valonias e ladroeiras”.<sup>105</sup> A desconfiança e a baixa consideração que então se verificava em relação aos naturais da Galiza, a quem os populares se referiam frequentemente num tom depreciativo, também tem a ver com o facto de estes virem para Portugal trabalhar como pedreiros, sardinheiros ou aguadeiros, profissões tidas como pouco conceituadas e, em alguns casos, rejeitadas pelos portugueses.<sup>106</sup> Numa região predominantemente católica e conservadora como era o Alto Minho, presumimos que chamar alguém de “judeu” com uma intenção pejorativa tinha uma clara conotação religiosa. O mesmo se poderá dizer em relação às palavras “judiaria”, para qualificar actos reprováveis, e “judiar”, que, no século XIX, significava escarnecer e viver segundo as leis judaicas.<sup>107</sup>

Por último, agrupámos numa única categoria todas as ofensas que pretendiam destruir a imagem social da vítima. Atacavam-se as suas fragilidades, chamando “bêbado”, “desordeiro” ou “arruaceiro”; punham-se a nu os vícios, recorrendo aos termos “regateira” e “malcriada” para qualificar a mulher que usava linguagem imprópria e grosseira; denunciava-se a preguiça e a vagabundagem, chamando “mariolo”, “maroto”, “patife” ou “sacana”; expunham-se os defeitos, através, por exemplo, do epíteto “gulosa”, dirigido às mulheres.<sup>108</sup> Outras ofensas eram usadas nas mais variadas circunstâncias, como “estupor”, “safada”, “carrasco”, “trapalhão”, servindo todas a mesma finalidade, ou seja, acentuar publicamente as falhas de carácter do ofendido.

As injúrias serviam, por conseguinte, para relembrar e fortalecer os valores dominantes e os comportamentos socialmente aceites, através da denúncia e da condenação moral de

---

<sup>105</sup> AHCVC, *Registo das circulares para Administradores dos concelhos desde 27 de Agosto de 1841 a 28 de Junho de 1844*, n.º 1.10.4.31, não paginado.

<sup>106</sup> Sobre este assunto consulte-se Brettell, Caroline B., *Homens que Partem, Mulheres que Esperam. Consequências da emigração numa freguesia minhota*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1991, pp. 98-99. A comprovar a imagem pouco abonatória que tinham na sociedade portuguesa, os galegos tornaram-se o alvo de frases e adágios diversos: “Somos gallegos & e não nos entendemos” ou “Jejua Gallego, que não há pão cozido.” Bluteau, Raphael, *Vocabulario Portuguez e Latino, 1712-1718...*, p. 19.

<sup>107</sup> *Novo Dicionario da Lingua Portuguesa*, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1806, não paginado. No entanto, não encontramos este duplo sentido para o século XVIII, depois de termos consultado o dicionário o *Dicionário, Vocabulario Portuguez e Latino, 1712-1718*, onde judiar tem apenas um sentido: “fazer cerimónias de judeus”. Bluteau, Raphael, *Vocabulario Portuguez e Latino, 1712-1718...*, p. 214.

<sup>108</sup> Confira-se Cabral, João de Pina, *Filhos de Adão, Filhas de Eva. A visão do mundo camponesa no Alto Minho*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1989, p. 122.

quaisquer desvios. Deste modo, podemos considerar que estamos perante uma forma de controlo social, ainda que informal, desenvolvido pelas comunidades, apesar da relatividade que as palavras podiam assumir conforme a variação contextual.<sup>109</sup>

Cada um dos termos injuriosos tinha uma significância e um sentido de enxovalho distintos, se bem que todos eles pretendiam diminuir e desacreditar o indivíduo perante a comunidade.<sup>110</sup> Nas sociedades mediterrânicas, como defende Julian Pitt-Rivers, a noção de honra era diferente para os homens e mulheres, o que implicava que os dois sexos tinham que assumir condutas diversas perante a sociedade.<sup>111</sup> Esta diferenciação está patente nos epítetos usados para o enxovalho. Dada a forte conotação sexual associada à honradez feminina, a mulher queria-se recatada, pudica, casta, levando a que os epítetos utilizados tivessem como principal finalidade atingir estes atributos.<sup>112</sup> A honra manchada, a família “nas bocas do mundo”, ou a moral posta em causa, eram motivos bastantes para que a rua se transformasse em palco de zaragatas. A honestidade sexual constituía um valor fundamental, pelo que a mulher desonrada ficava exposta à humilhação popular. Deste modo, a rapariga solteira alto minhota que tivesse a honra manchada por calúnias, independentemente da sua veracidade, teria sérias dificuldades em concretizar as suas aspirações matrimoniais.

---

<sup>109</sup> Sobre o insulto público como instrumento de reforço das normas e valores da comunidade e o seu declínio leia-se Shoemaker, Robert B., “The Decline of the public insult in London in 1660-1800”, in *Past and Present*, n.º 169 (1), 2000, pp. 97-131. Sobre a noção de controlo social leia-se Oliver Olmo, Pedro, “El concepto de control social en la historia social: estructuración del orden y respuestas al desorden”, in *História Social*, n.º 51, 2005, pp. 72-91. No que diz respeito aos diferentes sentidos que a mesma palavra podia assumir em contextos distintos, veja-se o ilustrativo exemplo que José Luís Mendes d’Amaral dá, “filho da puta”, termo ofensivo no Alto Minho, não o era na Póvoa do Varzim ou na Nazaré, onde, segundo o autor, era utilizado pelas mulheres para se dirigirem aos seus filhos. O mesmo se aplicava ao termo “cabrão”, injúria no Montijo, mas não por exemplo em Trás-os-Montes. Amaral, José Luís Mendes d’, *Quem Não se sente não é filho de boa gente. A Ofensa em Portugal no Primeiro Terço do século XX...*, pp. 46-47.

<sup>110</sup> As injúrias proferidas também podiam ter um maior ou menor impacto, dependendo da pessoa que as proferisse e da relação que mantinha com o injuriado. Leia-se Garrioch, David, “Verbal insults in eighteenth-century Paris”, in Burke, Peter; Porter, Roy, *The Social History of language*, Cambridge, Cambridge University Press, 1987, p. 105.

<sup>111</sup> Confira-se Peristiany, J. G., *Honra e Vergonha. Valores da Sociedade Mediterrânica...*, p. 31.

<sup>112</sup> Sobre os requisitos que abonavam a honra feminina, que foram sustentados, sobretudo após a Reforma da Igreja Romana, pelos países de matriz Católica, confira-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *Pobres, Honradas e Virtuosas: os dotes de D. Francisco e a Misericórdia de Ponte de Lima (1680-1850)*, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000, pp. 19-42.

No caso do homem, a honra tinha outro significado, relacionava-se com a sua masculinidade, coragem e honestidade. Assim sendo, os insultos que lhe eram dirigidos visavam, naturalmente, esses predicados. Por outro lado, o papel desempenhado na manutenção da honra familiar, incluindo a honra da esposa, também era objecto de julgamento, daí que um marido traído fosse igualmente um marido desonrado.

Tratando-se dum casal, podia-se injuriar um dos cônjuges através do outro. Por exemplo, em 1805, em Viana do Castelo, Francisca da Silva, mulher casada, travou-se de razões com Maria Rosa, que a ofendeu verbalmente, ao dizer “que o seu marido era um corno”.<sup>113</sup> Ora, como facilmente se percebe, esta ofensa está ancorada no comportamento sexual da mulher e não do homem.

Na vociferação do impropério importava não só a intencionalidade, mas também a publicidade. De facto, quanto mais audível fosse a injúria e quanto maior fosse a audiência, mais o caluniador sentia que tinha alcançado os seus propósitos. Por isso, insultar e enxovalhar eram actos públicos. Maria “Livreira”, rapariga solteira de Ponte de Lima, queixou-se de Custódia Quelha e de sua filha Margarida ao administrador do concelho, acusando-as de a terem injuriado e agredido com socos e bofetadas, quando ela vinha na rua, numa tarde de sábado de Janeiro de 1840. Analisados os factos, e por entender que tudo não terá passado duma troca de palavras entre as intervenientes, aquela autoridade intimou-as a comprometer-se a não mais se provocarem “nem por toque nem por remoque.”<sup>114</sup>

As “bulhas de língua” ocorriam nos mais variados cenários, que tanto podia ser o campo ou o caminho, a rua ou a praça, a fonte ou o moinho, o adro da igreja ou a porta de casa. Geralmente, aconteciam nas horas mais movimentadas, de manhã ou de tarde, de modo a que houvesse o maior número possível de assistentes.<sup>115</sup> As idas para a feira ou para a romaria, a saída da missa ou de casa ou ainda o regresso dos trabalhos do campo, eram os momentos preferidos para o ataque verbal. O objectivo do agressor era não apenas afrontar a vítima, mas acima de tudo expô-la ao vexame público, lançá-la nas bocas do povo. Em comunidades rurais,

---

<sup>113</sup> ADVC, Tribunal da Comarca de Viana do Castelo, *Autos de querela*, n.º 5.9.4.Cx 2-1, fls. 6-7.

<sup>114</sup> AMPL, Administração do Concelho. *Autos de Investigação*, n.º 1914, não paginado.

<sup>115</sup> Veja-se para Lisboa Vaz, Maria João Mendes, *A Criminalidade em Lisboa entre meados do século XIX e o início do século XX*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2006, p. 537. Tese de doutoramento policopiada.

caracterizadas por um forte controlo social, a honra, a família ou o nome manchados, podiam ter efeitos devastadores sobre a vida social dos atingidos.

No concelho de Viana do Castelo, durante o período compreendido entre 1841 e 1870, com base nos processos correcionais, descobrimos que 52% das injúrias que determinaram abertura destes processos se registaram de manhã, 36% à tarde, 8,8% à noite, 2,4% ao pôr-do-sol e 0,8% ao anoitecer.<sup>116</sup> Por vezes, logo pelas cinco ou seis horas da manhã, as vítimas eram esperadas à porta de casa e insultadas em alta voz. Foi o que fez Paula Rodrigues Lima, em Junho de 1857, da freguesia de Darque, que, às seis horas da manhã, já estava à porta de casa de Maria Dantas, residente na mesma freguesia, para acusá-la de roubo.<sup>117</sup>

A ofensa não ficava sem resposta, e esta tanto podia limitar-se ao palavrão ou à bofetada como assumir contornos bem mais violentos. Daí que, muitas vezes, a injúria constituísse o primeiro passo para a agressão. Esta situação acontecia, mais frequentemente, com as mulheres das franjas sociais mais baixas, por vezes vizinhas, que, desafiadas por palavras que não abonavam a favor da sua pessoa, ou que punham em causa a família ou os valores femininos, como a honra e a pureza, instintivamente, no meio da rua, reagiam de forma desabrida.<sup>118</sup> Aliás, nestas circunstâncias, o protagonismo pertencia às mulheres, como se depreende do facto de todas as participações remetidas pelos administradores dos concelhos ao governador civil, no ano de 1869, incidirem em calúnias proferidas por elas.

A explicação para o envolvimento da mulher nestes episódios poderá assentar nos elevados índices de feminilidade que então se verificava no Alto Minho, em resultado da forte emigração que, desde o século XVIII, se tinha intensificado, tendo o Brasil como destino preferencial.<sup>119</sup> Em 1849, o distrito de Viana do Castelo registava um dos índices de masculinidade mais baixos a nível nacional, que oscilava entre os 51 e os 82%, sobressaindo os

---

<sup>116</sup> ADVC, *Tribunal da Comarca de Viana do Castelo - Processos correcionais*, 1.46.5.2; 1.46.4.6; 1.46.5.4.

<sup>117</sup> ADVC, *Tribunal da Comarca de Viana do Castelo - Processos correcionais*, n.º 1.46.5.2-45, fl. 2.

<sup>118</sup> Sobre as características da delinquência feminina no século XIX e inícios do século XX leia-se Vaquinhas, Irene, *“Senhoras e mulheres” na Sociedade Portuguesa do século XIX*, Lisboa, Edições Colibri, 2000, pp. 143-159.

<sup>119</sup> No estudo que realizou para o Alto Minho, Henrique Rodrigues verificou que, entre 1835 e 1860, 96% dos indivíduos que emigraram eram do sexo masculino. Esta emigração intensificava-se nos períodos de maior instabilidade política e económica, sobretudo com as crises que se fizeram sentir no sector agrícola, de que são exemplo, a do ódio a partir de 1852, a do azeite e a cerealífera, que ditavam a procura por parte das populações de melhores condições de vida. Rodrigues, Henrique, *Emigração e Alfabetização. O Alto Minho e a Miragem do Brasil*, Viana do Castelo, Governo Civil de Viana do Castelo, 1995, pp. 47-58.



concelhos de Vila Nova de Cerveira, Caminha, Soajo e Castro Laboreiro.<sup>120</sup> Para este fluxo migratório contribuiu a crise agrícola vivida na primeira metade deste século, a descida dos preços dos cereais, as pragas que dizimaram as culturas da vinha, bem como a própria conjuntura política pouco favorável. O Brasil, que precisava de mão-de-obra, sobretudo após a abolição da escravatura, surgia como um destino de esperança para muitos homens que, acossados pelo desemprego e pela crise económica, ou ainda pelo espectro do serviço militar obrigatório, abandonavam a sua terra. Sobre a emigração para aquele país, Russell-Wood refere que o predomínio do Atlântico sobre o Índico remonta à segunda metade do século XVII, altura a partir da qual o Brasil passou a deter uma posição preponderante na economia portuguesa. Segundo o mesmo autor, são vários os factores que, ainda no século XVIII, contribuíram para a diáspora portuguesa: de ordem política, com destaque para a devastação provocada pela Guerra da Sucessão de Espanha e, no século XIX, as guerras napoleónicas e a consequente fuga da família real para o Rio de Janeiro; de ordem económica, sobretudo as crises registadas na actividade agrícola, para além da pobreza instalada e do desemprego que grassava no seio da população urbana e rural. Por outro lado, as leis respeitantes aos morgados e à progenitura também levavam os filhos não primogénitos a partir em busca de oportunidades de vida.

O êxodo dos primeiros membros de uma determinada comunidade acabava por provocar um efeito de arrastão, levando outros a seguir as mesmas pisadas, movidos por um sentimento de partilha e de identidade. No caso particular do Alto Minho, Russell-Wood considera que o desenvolvimento económico registado nesta região com a cultura do milho permitiu, no século XVIII, um aumento demográfico não sustentado pelas estruturas económicas, sendo necessário encontrar soluções de escape, que passavam exactamente pelo fenómeno migratório.<sup>121</sup>

Tratava-se de uma emigração que atraía sobretudo homens solteiros, se bem que o número de casados também fosse considerável. As mulheres ficavam, assumindo a liderança da casa e das propriedades, tendo muitas vezes que se entregar ao trabalho braçal, tido como

---

<sup>120</sup> Apenas os distritos de Braga e Porto apresentavam percentagens semelhantes de masculinidade. Nos restantes distritos, os índices oscilam entre os 88 e 94% e os 94 e 99%. Estes dados estão disponíveis na internet, sendo o resultado de projectos de investigação coordenados por Luís Nuno Espinha da Silveira, <http://www2.fcsh.unl.pt/atlas2005/>, consultado no dia 18 de Março de 2009, às 14:10.

<sup>121</sup> Para um maior aprofundamento destas questões leia-se Russell-Wood, A. J. R., "A emigração: fluxos e destinos", in Bethencourt, Francisco; Chaudhuri, Kirti (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. 3. Lisboa, Círculo de Leitores, 1997, pp. 158-168.

tipicamente masculino.<sup>122</sup> Tal situação levou Alberto Pimentel a considerar que no Minho “a mulher casada esgota-se rapidamente pelo trabalho e pela maternidade.”<sup>123</sup> Por força das circunstâncias, a sua presença era mais assídua nos mercados e nas feiras, nas vendas e nos campos, sem a companhia do marido, ficando mais expostas à calúnia, alimentada pela desconfiança sobre a sua conduta moral e pelas decisões tomadas em assuntos relacionados com a gestão do património familiar. Sujeitavam-se, por isso, a ser apelidadas de “ladras”, “desordeiras”, “falsárias”, entre outros vitupérios.

O protagonismo da mulher no acto de injuriar devia-se, em boa parte, ao facto de ter uma compleição física mais frágil, o que a impedia de arriscar, de igual para igual, o confronto físico, sobretudo quando a contenda envolvia elementos do sexo oposto. Então, recorria à palavra. Porém, convém realçar que muitos das “bulhas de língua” aconteciam entre mulheres de constituição física semelhante, e que, além de funcionarem como uma espécie de ensaio, que podia ou não culminar na agressão física, proporcionavam, desde logo, a satisfação de uma dupla finalidade, ou seja, envergonhar e humilhar.

Situação curiosa e anómala foi a que envolveu Gertrudes Preta, natural de São João da Ribeira, concelho de Ponte de Lima, que, em 1841, foi acusada pelo administrador do concelho de provocar as pessoas com palavras, com o objectivo de ser agredida, para depois poder apresentar queixa e receber alguma compensação pelos danos sofridos. Durante algum tempo, o seu estratagema deu resultado, mas acabou por ser descoberto.<sup>124</sup>

Algumas mulheres evidenciavam-se pelo desbragamento da língua. Joana Gonçalves da Cruz, casada, natural da Meadela, concelho de Viana do Castelo, foi acusada, em processo correcional datado de Agosto de 1859, de ofensas verbais cometidas contra Maria da Costa, mulher casada da mesma freguesia, quando esta ia a passar na ponte da freguesia de Portuzelo e a dita Joana se encontrava a lavar roupa no rio, a quem chamou “coirão”, o que equivalia a ter-lhe chamado “prostituta”, calúnia grave, que afectava não apenas a ofendida, mas também o

---

<sup>122</sup> Sobre o papel da mulher na economia da casa minhota consulte-se Durães, Margarida, “Qualidade de vida e sobrevivência económica da família camponesa minhota, o papel das herdeiras (sécs. XVIII-XIX)”, in *Cadernos do Noroeste. Olhares sobre mulheres*, vol. 17 (2), Braga, Universidade do Minho, 2002, pp. 125-144.

<sup>123</sup> Segundo este autor, a mulher minhota era a companheira do marido na eira, no campo e no leito conjugal, cavando, esfolhando e malhando tanto como ele. Confira-se Pimentel, Alberto, *As alegres canções do norte...*, p. 16.

<sup>124</sup> AMPL, Administração do Concelho. *Copiador dos ofícios dirigidos à Administração Geral*, n.º 2.2.2.42, não paginado.

seu marido.<sup>125</sup> Passados quatro anos, a referida Joana surge implicada num outro processo, novamente acusada de ter proferido impropérios contra João Parente das Bouças, chamando-lhe, em plena praça da Rainha, em Viana do Castelo, “sacana” e “comedor”.<sup>126</sup> Mas em resultado desta troca de insultos, também Joana apresentou queixa contra o referido João, que, por sua vez, lhe chamou “coirão”.<sup>127</sup>

Os protagonistas destas situações eram homens e mulheres pertencentes às classes populares, trabalhadores do campo, lavradores e jornaleiros, que exerciam os mais variados ofícios, desde pedreiros, alfaiates, guardaçoleiros, chapeleiros, albardeiros, entre outros, ou que se dedicavam ao pequeno comércio, designadamente vendeiros, negociantes, padeiras ou vendedores ambulantes. Tratava-se, afinal, de pessoas em cujo vocabulário corrente abundava a gíria e o calão, a que facilmente recorriam, quer para ofender, quer para colorir ou apimentar as conversas sobre assuntos banais.

Nas “bulhas de língua”, sobressaíam as meretrizes, que não se comediavam na escolha do vocabulário e, a partir da rua, tanto insultavam famílias que estavam resguardadas nos seus lares, como os transeuntes ou as autoridades que as tentavam controlar, acabando muitas vezes detidas.<sup>128</sup> Em Novembro de 1861, um dos jornais de Viana do Castelo, *O Vianense*, dava conta dos constrangimentos de algumas famílias, que tinham receio de circular à noite por certas ruas, devido à presença de prostitutas que “pelos seus actos ofendem a decência pública”, exigindo, por isso, a intervenção da polícia para impedir a actividade meretrícia.<sup>129</sup> Estas denúncias foram renovadas nos anos de 1863 e 1864, o que revela a inoperância das autoridades na resolução do problema.

As prostitutas não eram as únicas a desrespeitar as autoridades civis e militares. A desobediência popular face aos órgãos políticos resultantes da reforma administrativa produzida

---

<sup>125</sup> ADVC, *Tribunal da Comarca de Viana do Castelo - Processos correccionais*, n.º 1.46.5.2-34, fl. 2.

<sup>126</sup> ADVC, *Tribunal da Comarca de Viana do Castelo - Processos correccionais*, n.º 1.46.4.6-18, fl. 2.

<sup>127</sup> ADVC, *Tribunal da Comarca de Viana do Castelo - Processos correccionais*, n.º 1.46.4.6-27, fl. 2.

<sup>128</sup> Em 1839, o comandante geral da guarda municipal de segurança pública de Viana do Castelo dá conta da prisão de duas meretrizes, efectuada pelas patrulhas que durante a noite rondavam a cidade, à porta de uma taberna daquela cidade. Num primeiro momento, as patrulhas ainda as avisaram do escândalo que estavam a causar na via pública, advertindo-as para que fossem para as suas casas. Estas, tratando com pouco respeito as referidas patrulhas, recusaram-se a sair, acabando entregues ao carcereiro daquela localidade. AHGCVC, 1.ª repartição, *Polícia*, n.º 1.17.5.4, não paginado.

<sup>129</sup> Veja-se o jornal *O Vianense*, 12 de Novembro de 1861, n.º 448, não paginado.

pelo liberalismo está patente, não só no incumprimento de leis e ordens superiores, mas também no uso de linguagem grosseira e em formas de tratamento pouco dignificantes, dirigidas às instituições e aos seus representantes. Cabos de polícia, regedores, oficiais de diligências e soldados eram insultados publicamente e as audiências com os juizes eleitos e juizes de paz eram achincalhadas com impropérios proferidos em alta voz.<sup>130</sup>

Apesar de a injúria surgir, muitas vezes, como meio de expressar a indignação contra o poder instituído e os seus representantes, geralmente insultava-se quem se conhecia. Eram bastante frequentes os incidentes protagonizados por indivíduos que estavam ligados por relações vicinais, até porque o conhecimento da vida privada dos visados facilitava a exposição das suas fraquezas na praça pública.<sup>131</sup> Além dos vizinhos, também irmãos, primos e outros familiares se envolviam em confrontos verbais, muitas vezes suscitados por questões relacionadas com a gestão de propriedades, empréstimos de dinheiro ou de alfaías agrícolas.<sup>132</sup>

Como já referimos, estas discussões aconteciam sobretudo em lugares públicos, embora um dos intervenientes também pudesse estar em casa e, numa posição mais resguardada, desafiar e insultar o antagonista quando este passava na rua ou no caminho, ou vice-versa. Um caso ilustrativo aconteceu numa noite de Verão de 1844, na vila de Ponte de Lima, na rua de S. João de Fora. Ana, mulher casada, e João Joaquim Correia, ambos moradores na referida rua,

---

<sup>130</sup> Em Junho de 1853, em plena audiência, no tribunal, José Luís Gonçalves Júnior injuriou Manuel José Fernandes chamando-lhe “patife”, “maroto” e “tratante”, chegando inclusive, a puxar-lhe as orelhas. ADVC, *Tribunal da Comarca de Viana do Castelo - Processos correccionais*, n.º 1.46.4.6-63, fl. 2.

<sup>131</sup> Para o século XV, Isabel Drummund Braga refere que as situações de conflito eram resultantes, sobretudo, das relações vicinais ou familiares, bem como pelas acções de resistência às autoridades. Este facto permite-nos estabelecer um quadro de continuidade que se estendeu, pelo menos até à segunda metade da centúria de oitocentos, no que diz respeito à região do Alto Minho. Braga, Isabel Drumond, “Violência no feminino, violência sobre o feminino”, in *Vivências no Feminino. Poder, Violência e marginalidade nos séculos XV a XIX*, Lisboa, Tribuna da História, 2007, p. 15.

<sup>132</sup> Em Maio de 1848, Bernardo Lopes de Carvalho chamou o seu cunhado de “ladrão”, acusando-o de lhe ter roubado um cabrito. ADVC, *Tribunal da Comarca de Viana do Castelo - Processos correccionais*, n.º 1.46.5.2-59, fl. 2. Em 1865, Joana Martins Amaro, foi violentamente injuriada pelo seu irmão, que a apelidou de “meretriz”, desavergonhada” e “ladra”. *Processos correccionais*, n.º 1.46.5.4-16, fl. 2. Situação idêntica foi praticada por Maria do Rosário, viúva, e seus filhos José e Maria do Livramento, que foram para a porta de casa de Paulo José Ferreira, seu irmão e tio, respectivamente, insultando-o de “ladrão”, “ladrão de beata”, “comedor” e “bêbado”, estendendo as injúrias à sua família, dizendo que a sua mulher e filha eram “más”. *Processos correccionais*, n.º 1.46.5.2-35, fl. 2.

envolveram-se numa “bulha de língua”. Aquela lançava os impropérios desde casa e este ripostava a partir da rua. A dada altura, João Correia entrou-lhe pela casa adentro e espancou-a de tal modo que “a deixou com o corpo coberto de contusões”.<sup>133</sup>

A alcunha, que em muitos casos fazia parte da herança familiar, constituía uma outra forma de evidenciar, embora nem sempre com intenção depreciativa, determinadas particularidades do indivíduo, que, muitas vezes, era mais facilmente identificado pelo epíteto do que pelo nome próprio.<sup>134</sup> Esta singularidade é explicável pelo facto de, nas comunidades rurais, serem frequentes os homónimos, pelo que o recurso à alcunha facilitava o processo de identificação do indivíduo, remetendo-o para a célula familiar de pertença ou para a sua comunidade original, para um determinado enquadramento profissional ou até para o mundo do crime.

Por vezes, a alcunha, pela sua conotação aviltante, aproximava-se do insulto, convertendo-se num estigma que se colava a gerações sucessivas, não porque o apodado a adoptasse ou lhe fosse imposta pelos seus familiares, mas antes porque os outros, os vizinhos e os parentes, em suma, os membros da comunidade a imputavam ao indivíduo, que não tinha a possibilidade de a recusar.<sup>135</sup> O seu uso transformou-se, por conseguinte, num meio de identificação pessoal, sobretudo em espaços pequenos, como eram os meios rurais, onde a larga maioria da população não tinha instrução e a informação, as histórias e os factos passados se transmitiam pela palavra, permitindo, desse modo, a construção de uma memória oral comunitária, de que as alcunhas eram parte integrante. Segundo Luís Polanah, “as alcunhas são, por excelência, um instrumento semântico de populações sem tradição escrita.”<sup>136</sup>

Analisando o quadro 6, verificamos que, tal como as ofensas verbais, muitas das alcunhas, em particular as que tinham uma conotação negativa, davam expressão a desvios

---

<sup>133</sup> AMPL, Administração do Concelho. *Copiador dos ofícios dirigidos à Administração Geral*, n.º 2.2.2.42, não paginado.

<sup>134</sup> Sobre o uso de alcunhas confira-se para a comarca de Tavira, Anica, Aurízia, *A Transformação da Violência no século XIX. O caso da comarca de Tavira...*, pp. 186-187.

<sup>135</sup> Luís Polanah estudou as alcunhas na freguesia de Castro Laboreiro. Aí verificou que os filhos as herdavam dos pais, mas pela via materna, o que se devia ao facto de, nesta freguesia, em resultado da emigração, o número de homens ser escasso. Confira-se Polanah, Luís, “O estudo antropológico das alcunhas”, in *Revista Lusitana* (Nova Série), 7, 1986, p. 126.

<sup>136</sup> Confira-se Polanah, Luís, “Do uso e significado das alcunhas na freguesia de Castro Laboreiro”, in *Mínia*, Braga, 2.ª série, ano I, n.º 1, 1978, p. 85.

comportamentais ou a imperfeições do indivíduo, quer no plano físico, quer no plano intelectual ou psicológico, e que passavam a ser publicitadas. As condutas reprováveis forneciam pretextos para a atribuição de apodos nada abonatórios, como, por exemplo, “Josefa dos Meninos”, mulher solteira, que ficou assim conhecida por ter abandonado ou exposto alguns dos seus filhos.<sup>137</sup>

Algumas alcunhas surgem-nos hoje como susceptíveis de diferentes interpretações ou até indecifráveis, como é o caso de “Vedranga”, “Nicémio”, “Garnacho”, “Verdenginha”, ainda que se nos afigure pertinente associá-las, como tantas outras, a vícios ou a defeitos de quem as recebia.

**Quadro 6.** Alcnhas usadas no distrito de Viana do Castelo (1800-1870)

Alcunha	Sexo do visado
Bufa	Masc.
Calças	Fm
Peixinha	Fm
Vieira	Masc.
Formiga	Masc.
Barão	Masc.
Vedranga	Masc.
Polaina	Masc.
Lixa	Fm
Padre	Masc.
Brava	Fm
Carolo	Masc.
Guiné	Masc.
Manuel do Braz	Masc.
Castanho	Masc.
Bicheira	Fm
Pato	Masc.
Rato	Masc.
Santa Marta	Fm
Gaxeira	Fm
Toucinho	Masc.
Grilo	Masc.
Lijão	Masc.
Verdenginha	Fm
Carrasqueira	Fm
Rofilho	Fm

<sup>137</sup> ADVC, Administrador do concelho de Viana do Castelo. *Ofícios dirigidos ao Governador Civil deste distrito. Anos de 1868 a 1870*, n.º 5.16.2.5, não paginado.

Barrela	Fm
Josefa dos Meninos	Fm
Patinha	Fm
Mulherengo	Masc.
Louca, a	Fm
Maria a do clérigo	Fm
Grande	Masc.
Cebileiro	Masc.
Imaginário	Masc.
Braga	Masc.
Gonçalo	Masc.
Braziela	Masc.
José da Rua	Masc.
Bebe a água	Masc.
Requelim	Masc.
Maria Vendeira	Masc.
Monge	Masc.
Lucas	Masc.
Mineiro	Masc.
Farracatão	Masc.
Velho	Masc.
Manuel Sapateiro	Masc.
Meicheiro	Masc.
Góis	Masc.
Branquinho	Masc.
Canadas	Masc.
Manta	Masc.
Larangeira	Masc.
Tamanqueiro	Masc.
Piroto	Masc.
João marchante	Masc.
Canguicho	Masc.
Leitão	Masc.
Dornas	Masc.
Cajata	Masc.
Bexiga	Masc.
Novo	Masc.
Valença	Fm
Sarrabulho	Masc.
Beira-Alta	Masc.
Branco	Masc.
Ruas	Masc.
Moucho	Masc.
Caroço	Masc.
Grosso	Masc.
Nicémio	Masc.

Morgado	Masc.
S. Bento	Masc.
Pentelha	Masc.
Pé-Livre	Masc.
Alentijano	Masc.
Perdigão	Masc.
Monte Redondo	Masc.
Cachimbo	Masc.
Boce	Masc.
Baleiro	Masc.
Lamelas	Masc.
Pinpinela	Masc.
Bandalhão	Masc.
Manteiga	Masc.
Beijo-rachado	Masc.
Grelo	Masc.
Califórnia	Fm
Calheiros	Masc.
Garnacho	Masc.
Adriano	Masc.
Russo	Masc.
Elias de Afife	Masc.
Queijada	Masc.
Maneta,	Masc.
Antónia Russa	Fm
Cuco	Masc.
Alexandre Pedreiro	Masc.
André Galego	Masc.
Diogo Hespanhol	Masc.
José Fernandes Sarralheiro	Masc.
Manuel Pereira de Além do Rio	Masc.
Maria Mineira	Fm
Nicolau Galego	Masc.
Rosa Linda Marchante	Fm
Cajata	Masc.
Manuel Alfaiate	Masc.
António Carpinteiro	Masc.
Manuel Moleiro	Masc.
Carlos Russo	Masc.
Joaquim Russo	Masc.
Domingos de Monção	Masc.
Manuel Mulato	Masc.
Francisco caiador	Masc.
José Porqueiro	Masc.

Fonte: ADVc, *Tribunal da Comarca de Viana do Castelo - Processos correcionais*, n.º 1.46.4.6, fl. 2; n.º 1.46.5.2 fl. 2; n.º 1.46.5.4 fl. 2; *Registo geral dos presos sentenciados a trabalhos públicos - distrito de Viana do Castelo - 1ª*



*repartição*, n.º 1.6.3.20, não paginado; *Relação dos individuos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão em Ponte de Lima*, n.º 1.13.6.1-3, não paginado; *Relação dos individuos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão em Viana do Castelo*, n.º 1.13.6.1-1, não paginado; *Relação dos individuos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão em Ponte da Barca*, n.º 1.13.6.1-2, não paginado; *Relação dos individuos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão em Monção*, n.º 1.13.5.12-2, não paginado; *Relação dos individuos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão em Vila Nova de Cerveira*, n.º 1.13.6.1-4, não paginado; *Relação dos individuos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão em Arcos de Valdevez*, n.º 1.13.5.11-7, não paginado; *Relação dos individuos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão em Paredes de Coura*, n.º 1.13.5.12-4, não paginado; *Relação dos individuos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão em Caminha*, n.º 1.30.1.1-3, não paginado.

Analisando o mesmo quadro, inferimos que muitas das alcunhas serviam para os residentes numa determinada localidade identificarem, de acordo com a sua proveniência, os forasteiros ou recém-chegados, o que sugere alguma desconfiança em relação aos que “não eram da terra”. Por exemplo, Maria, que vivia em Viana do Castelo, era conhecida por “Santa Marta”, que era, aliás, a sua freguesia de origem.<sup>138</sup> Outros exemplos, como “o Braga”, “o Domingos de Monção”, “o Diogo Espanhol”, “o André Galego”, “o Valença” ou ainda o “Alentejano”, rotulavam, de forma inequívoca, os seus portadores conforme as terras de proveniência, tornando-os alvos de suspeita, lembrada pela alcunha que carregavam, pelo seu não autoctonismo face ao novo local de residência.<sup>139</sup>

Casos havia em que a alcunha muito simplesmente substituíra o verdadeiro nome da pessoa. Por exemplo, José de Melo era conhecido por “Gonçalo”. Este seria, talvez, o nome de algum familiar, por exemplo do pai, e o filho acabaria, por razões que não conseguimos descortinar, por adoptar esse mesmo nome. Por outro lado, a utilização dos epítetos “o Velho” ou “o Novo” serviria para diferenciar os homónimos pertencentes ao mesmo agregado familiar, podendo acontecer, por exemplo, o filho assumir o nome próprio e o sobrenome do pai, acrescentando o apelido “Novo”, pelo qual passaria a ser reconhecido para o distinguir do seu progenitor.<sup>140</sup> Também conhecemos alcunhas que serviam para referenciar indivíduos de uma

---

<sup>138</sup> ADVC, *Tribunal da Comarca de Viana do Castelo - Processos correccionais*, n.º 1.46.4.6-4, fl. 1.

<sup>139</sup> Embora o uso de uma alcunha que faça alusão a um lugar, cidade, região ou província não signifique necessariamente que esse seja o local de naturalidade, podendo induzir em erro. Veja-se o caso do “Beira-Alta”, primo do célebre salteador, Tomás das Quingostas, natural da freguesia de São Paio, concelho de Melgaço. AHGCVC, *Relação dos individuos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão em Ponte da Barca*, n.º 1.13.6.1-2, não paginado.

<sup>140</sup> Na paróquia de S. Pedro de Poiares, em Freixo de Espada à Cinta, estudada por Norberta Amorim, no século XVI era usual algumas alcunhas serem utilizadas pelos descendentes como apelidos, nomeadamente as designações de “Velho” e “Novo”, dado que era habitual nesta paróquia o filho mais velho herdar o nome próprio e quase sempre o

mesma família, como é o caso dos irmãos “Brinquinhos”, naturais da freguesia de Deão, do concelho de Viana do Castelo, e dos irmãos “Correias”.<sup>141</sup>

Nos meios rurais, onde a quase totalidade da população se dedicava ao trabalho do campo, verificava-se a tendência para singularizar os que se destacavam pelas suas ocupações mais especializadas.<sup>142</sup> Desse modo, seria mais fácil identificar o indivíduo pelo exercício da sua profissão, uma vez que a conjugação do nome com a ocupação facilitaria o processo de individualização do membro da comunidade. Exemplos como “Maria Vendeira”, “Manuel Sapateiro”, “o Tamanqueiro”, “António Carpinteiro”, “Manuel Alfaiate”, “José Fernandes Sarralheiro” ou “João Marchante”, são demonstrativos do modo como a exercício de um determinado ofício sustentava a atribuição de alcunhas, que não tinham qualquer intenção afrontosa ou pejorativa.

Considerando o mesmo quadro, verifica-se que alguns apelidos, à maneira do que sucedia com as injúrias, eram, por certo, inspirados em particularidades físicas ou psicológicas e, por obra da imaginação dos seus criadores, recolhidos na fauna e até na flora da região, de que são exemplos “o Grilo”, “o Cuco”, “o Rato”, “o Pato”, “a Patinha”, “a Peixinha”, “o Formiga”, “o Leitão”, “o Grelo”, “o Ceboleiro”, entre tantos outros.

Também a nomenclatura clerical era aproveitada para alcunhar alguém com os títulos de “Monge” ou “Padre”, por exemplo. A sua atribuição teria, certamente, como finalidade criticar e satirizar os comportamentos dos seus usuários e pôr a nu os seus vícios. As palavras assumiam, deste modo, um sentido contrário ao que habitualmente lhes era atribuído e desempenhavam uma função idêntica às ofensas verbais, ou seja, de reforço dos valores vigentes ou de troça das pessoas. Podemos ainda considerar que, de alguma forma, os estigmas e os preconceitos da sociedade se materializavam na invenção de alcunhas, de que são exemplo “o Guiné”, “o Castanho”, “o Mulato”, que tinham uma conotação declaradamente depreciativa.

Certas enfermidades, cujas sequelas eram visíveis, como era o caso das bexigas, serviam igualmente de pretexto para alcunhar alguém de “Bexigas” ou “Bexigoso”, por exemplo.

---

sobrenome do progenitor. Confira-se Amorim, Maria Norberta, “Identificação de pessoas em duas paróquias do Norte de Portugal (1580- 1820)”, in *Boletim de Trabalhos Históricos*, Guimarães, s. d., p. 240.

<sup>141</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino de Janeiro a Dezembro de 1855*, n.º 1.9.4-23, não paginado.

<sup>142</sup> Situação idêntica se verifica nas comarcas de Penamacor, Montemor-o-Velho e Coimbra, estudadas por Irene Vaquinhas. Leia-se Vaquinhas, Irene, *Violência, Justiça e Sociedade Rural. Os campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918...*, p. 487.

“Bexigas” era o nome pelo qual era usualmente conhecida a varíola, doença infecto-contagiosa viral, que causava febre e erupção cutânea em fases diferenciadas, provocando cicatrizes, que se concentravam no rosto, naqueles que sobreviviam à doença, podendo ainda causar cegueira.<sup>143</sup>

O estigma mais realçado pela alcunha era o do abandono. Abstivemo-nos de referir no quadro 6 as alcunhas “Enjeitado” e “Exposto”, por serem muito utilizadas. Todavia, não eram sinónimos de marginalização nem a sua aplicação traduzia uma atitude discriminatória.<sup>144</sup>

Numa sociedade onde se fazia sentir o peso da moralidade e a pobreza abundava, era frequente o abandono de crianças através da sua exposição, as quais carregavam para o resto da sua existência a indefinição dos seus progenitores. Na maior parte dos casos, a coberto da escuridão da noite, as crianças eram colocadas à porta ou nos pátios de casas particulares, em buracos formados com as pedras dos muros ou junto às instituições públicas ou religiosas.<sup>145</sup> Após a criação das “Rodas”, valia-lhes a protecção concedida pelas autoridades camarárias e pelas instituições de assistência, como as Misericórdias, que zelavam pela sua educação e pelo seu bem-estar.<sup>146</sup>

---

<sup>143</sup> A varíola, doença extinta do planeta em 1970, afectava sobretudo as crianças, provocando elevados índices de mortalidade entre os impúberes. A vacina para esta doença surgiu em finais do século XVIII, pela mão do médico inglês Edward Jenner. Sobre este assunto leia-se Ujvari, Stefan Cunha, *A História e suas Epidemias. A convivência do homem com os microrganismos...*, pp. 129-138. Veja-se igualmente Darmon, Pierre, “A cruzada antivariólica”, in Le Goff, Jacques, *As doenças têm história*, Lisboa, Terramar, 1997, pp. 305-321.

<sup>144</sup> Sobre as possibilidades de inserção social dos expostos, nomeadamente a nível do mercado de trabalho, consulte-se Sá, Isabel dos Guimarães, “Subalternas ou Excluídas? O caso das crianças abandonadas no Antigo Regime demográfico”, in Vaz, Maria João; Relvas, Eunice; Pinheiro, Nuno (orgs.), *Exclusão na História. Actas do Colóquio Internacional sobre Exclusão Social*, Lisboa, Celta Editora, 2000, pp. 41-51. Sobre os expostos no Alto Minho consulte-se Fonte, Teodoro Afonso da, *No limiar da honra e da pobreza. A infância desvalida e abandonada no Alto Minho (1698-1924)*, Vila Praia de Âncora, Ancorensis e Neps, 2005.

<sup>145</sup> Note-se que, no ano de 1869, todas as ocorrências de abandono de crianças comunicadas pelos administradores aos concelhos ao governador civil de Viana do Castelo, ocorreram por volta das nove da noite, ou em horário posterior, nunca antes. AHGCVC, *Criminalidade – 1869*, n.º 1.16.5.1, não paginado.

<sup>146</sup> Embora a acção das Misericórdias no apoio à infância variasse consoante as instituições, tendo sido a sua acção geograficamente díspare. Veja-se sobre este assunto Araújo, Maria Marta Lobo de, “Pequenos e pobres: a assistência nas Misericórdias portuguesas da Idade Moderna”, in Araújo, Maria Marta Lobo de; Ferreira, Maria de Fátima (Orgs.), *A infância no universo assistencial da Península Ibérica (sécs. XVI-XIX)...*, pp. 141-146. Sobre a acção da Misericórdia de Viana Foz do Lima, na assistência às crianças pobres e doentes, ao longo do século XVI a XVIII consulte-se, Magalhães, António, “Crianças pobres e doentes: a população jovem como objecto das práticas de

O abandono, que seria instigado pela crescente criação das “Rodas” em finais de setecentos,<sup>147</sup> pode ser explicado pela discrepância entre a rigidez dos valores e o discurso coercivo da Igreja por um lado, e as vivências diárias dos habitantes da região por outro, como atestam os elevados índices de ilegitimidade registados no Minho.<sup>148</sup> Pode mesmo avançar-se com a possibilidade de a gravidez constituir um estratagema para vincular um futuro marido, o que nem sempre acontecia, dando então origem à figura da mãe-solteira.<sup>149</sup>

Afinal, como refere Alberto Pimentel, a virgindade não era um baluarte tão bem guardado pela rapariga minhota como então se preconizava, designadamente nos ambientes mais miseráveis, além de que haveria alguma complacência social no que respeitava às relações sexuais pré-maritais, apesar dos constrangimentos impostos pelo pudor e pela desonra. No entanto, muitas destas mulheres, independentemente da liberdade de que dispusessem, não estavam preparadas, por razões de natureza moral e económica, para lidar com uma gravidez solitária, numa sociedade onde o elemento feminino estava dependente do poder masculino, materializado na figura do pai, do marido, ou do irmão. Por isso, movidas pelo desespero e para escapar ao estigma social de uma gravidez mal vista, recorriam à prática do abandono, do aborto ou do infanticídio.

Os criminosos mais afamados também eram brindados com alcunhas, pelas quais eram por vezes nomeados, e que, pela sua expressividade, induziam um certo temor e até alguma reverência nas populações. Algumas relacionavam-se com determinada característica específica, física ou psicológica, outras remetiam para a respectiva naturalidade, profissão ou relação familiar. Entre as alcunhas mais recorrentes, destacavam-se as seguintes: “o Imaginário”, um conhecido salteador de Ponte da Barca; “o Vergas”, natural de Ponte de Lima; “o Beira Alta”; “o

---

caridade na Santa Casa da Misericórdia de Viana Foz do Lima (séculos XVI-XVIII)”, in Araújo, Maria Marta Lobo de; Ferreira, Maria de Fátima (Orgs.), *A infância no universo assistencial da Península Ibérica (sécs. XVI-XIX)*..., pp. 112-133. Sobre a assistência prestada pela Misericórdia de Braga consulte-se Castro, Maria de Fátima, “Presos, enjeitados e meninos desamparados no programa assistencial da Misericórdia de Braga”, in *Congresso Internacional de História. Territórios, Culturas e Poderes. Actas*, vol. I..., 2006, pp. 397-404.

<sup>147</sup> Veja-se Neves, António Amaro das, *Filhos das Ervas. A ilegitimidade no Norte de Guimarães: séculos XVII-XVIII*, Viseu, Núcleo de Estudos da População e Sociedade, Universidade do Minho, 2000, p. 162.

<sup>148</sup> Sobre questão da ilegitimidade atente-se no trabalho de Santos, Carlota Maria Fernandes dos, *Santiago de Romarigães. Comunidade rural do Alto Minho. Sociedade e demografia (1640-1872)*, Porto, Câmara Municipal de Paredes de Coura, 1999, pp. 178-191.

<sup>149</sup> Pimentel, Alberto, *As alegres canções do norte*..., p. 15.

Mineiro"; "o Branco", natural de Valadares; "o Galhofas"; "o Laranjeira"; "o Petanejo"; "o Veiga"; "o Troquete"; "o Cama"; natural de Braga; "o Antiga"; "o Carrapato"; "o Ferreiro de São Romão da Uxa"; "o Corredoura de Santa Leocádia de Geraz do Lima"; "o Gonçala"; "o Provisor".<sup>150</sup> Até no processo de reconhecimento dos criminosos vulgares se recorria, por vezes, à alcunha, como sucedeu com o autor de um roubo com arrombamento, sendo identificado como "Custódio, neto do barqueiro de Calheiros".<sup>151</sup>

O universo das alcunhas, quando aplicado às mulheres, atestava, em muitos casos, a sua situação de dependência face ao elemento masculino, como se depreende dos seguintes exemplos: "a do Rofilho" ou "Maria, a do Clérigo".

Sendo marcas potencialmente hereditárias, com excepção das que se reportavam ao ofício ou à família, ou ainda as referentes à proveniência geográfica, as alcunhas eram, muitas vezes, expressões de manifesta grosseria, com intenção de ridicularizar e humilhar o visado.<sup>152</sup> Por isso, o seu uso podia ser pretexto bastante para desencadear o conflito. O mesmo acontecia com determinadas expressões de carácter provocatório, como ameaçar alguém "que lhe punha os ossos num feixe"<sup>153</sup>, desafiar o ofendido a "meter a cara num pote"<sup>154</sup> ou ainda proclamar "que tinha mais vergonha na planta do pé do que o suplicante em todo o corpo".<sup>155</sup>

Muitas vezes, as contendas não iam além da troca de palavras mais ou menos ofensivas, mas os seus efeitos podiam ser moralmente nefastos. Em Agosto de 1850, uma mulher de Arcos de Valdevez, cometeu suicídio, afogando-se no rio Vez, porque, de acordo com a versão da sua irmã, não conseguia suportar a vergonha causada por calúnias que lhe foram lançadas. Este episódio mostra bem o efeito que a agressão verbal podia causar, apesar de não

---

<sup>150</sup> Segundo Basílio Freire, as alcunhas dos bandidos derivavam essencialmente de três aspectos: qualidades distintivas do possuidor, comparação com personagens históricas ou de simples circunstâncias ocasionais. Confira-se Freire, Basílio, *Estudos de Anthropologia Pathologica. Os Criminosos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1889, p. 120. Sobre as alcunhas dos criminosos consulte-se igualmente Mendes, Corrêa, *Os Criminosos Portugueses. Estudos de Anthropologia Criminal*, Coimbra, F. França Amado Editor, 1914, pp. 247-248.

<sup>151</sup> AHGCVC, *Relação dos individuos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão em Ponte de Lima*, n.º 1.13.6.1-3, não paginado.

<sup>152</sup> Leia-se sobre este assunto Polanah, Luís, "O estudo antropológico das alcunhas" ..., p. 136.

<sup>153</sup> ADVC, *Tribunal da Comarca de Viana do Castelo - Processos correccionais*, n.º 1.46.5.2-46, fl. 2.

<sup>154</sup> ADVC, *Tribunal da Comarca de Viana do Castelo - Processos correccionais*, n.º 1.46.5.2-14, fl. 2.

<sup>155</sup> ADVC, *Tribunal da Comarca de Viana do Castelo - Processos correccionais*, n.º 1.46.4.6-35, fl. 2.

haver intenção de agredir directamente o indivíduo em si, mas a sua imagem social.<sup>156</sup> O certo é que, noutros casos, a violência verbal era apenas uma etapa, o prelúdio para a violência física, que podia ser imediata ou posterior à ofensa verbal, dependendo das razões e da impetuosidade do ofensor.<sup>157</sup>

### **3. Os contendores**

#### **3.1. O sexo**

Traçar o perfil dos intervenientes em actos mais impulsivos, quer na condição de ofensores, quer na de ofendidos, nomeadamente em crimes contra as pessoas, a propriedade ou a tranquilidade pública, afigura-se de primordial importância para a compreensão da própria violência.

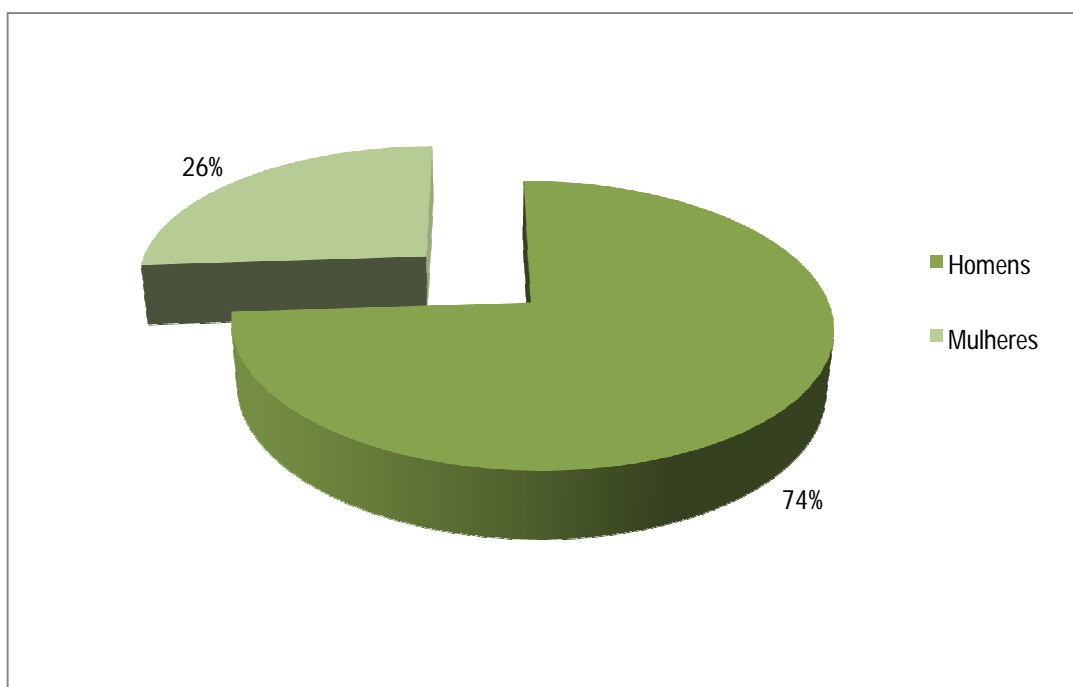
Tomámos como base de análise, relativamente à segunda metade do século XVIII, os autos de querela e devassa relativos ao concelho de Vila Nova de Cerveira, com o intuito de aferir a participação de elementos de ambos sexos no cometimento de actos violentos, quer na posição de acusados, quer na de vítimas, cujos resultados constam dos gráficos 1 e 2.

---

<sup>156</sup> AHGCVC, *Correspondência com o ministério do reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18, não paginado.

<sup>157</sup> Isabel Drumond Braga constatou que as rixas entre indivíduos, nos séculos XV e XVI, começando num plano verbal podiam evoluir para a agressão física, culminando, por vezes, em ferimentos e agressões. Leia-se Braga, Isabel Drumond, "Violência verbal e violência física numa sociedade em mudança: Portugal séculos XV-XVI", in *III Congresso Histórico de Guimarães. D. Manuel e a sua época. Actas*, vol. III, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2004, p. 498.

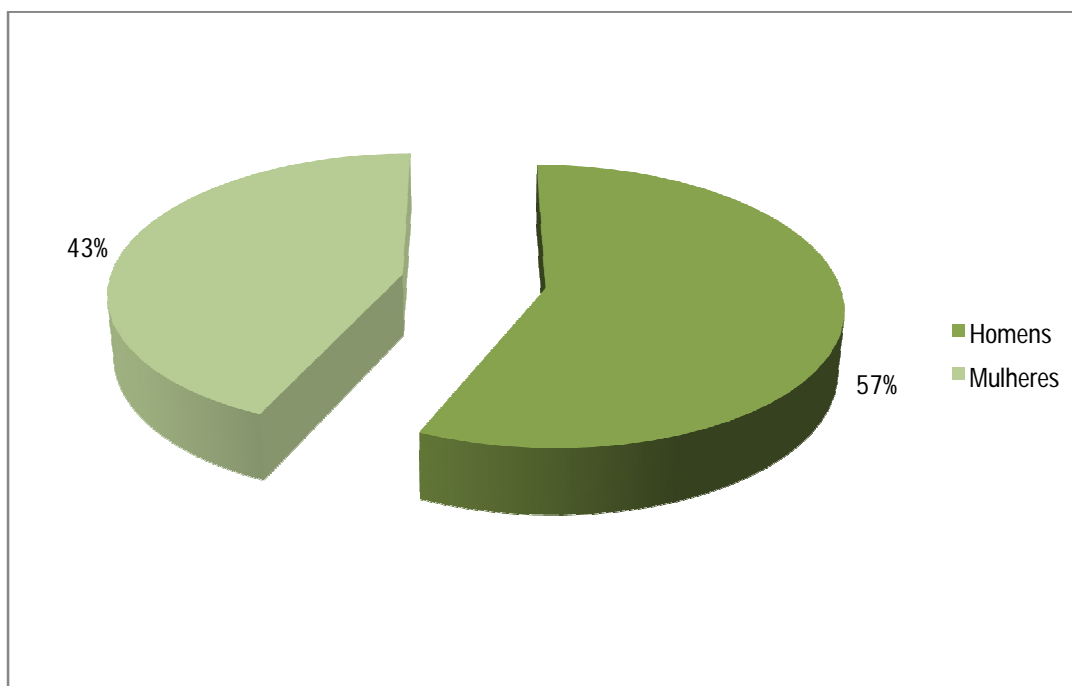
**Gráfico 1.** Sexo dos ofensores em Vila Nova de Cerveira (1765-1788)



Fonte: AMVC, *Autos de falsidade, devassas, querelas, autos de injúria, precatórias – 1765-1788*, documento avulso.

O gráfico 1 mostra a clara predominância do homem enquanto autor de comportamentos agressivos. Como se pode constatar, as mulheres surgem como acusadas em apenas 26% das situações analisadas, contra os 74% dos casos imputados aos elementos do sexo masculino.

**Gráfico 2.** Sexo dos ofendidos – Vila Nova de Cerveira (1765-1788)



Fonte: AMVC, *Autos de falsidade, devassas, querelas, autos de injúria, precatórias – 1765- 1788*, documento avulso.

No entanto, estes valores não deixam de evidenciar uma elevada participação feminina, tomando como referência a média europeia, segundo a qual a intervenção da mulher rural na criminalidade rondava os 15%.<sup>158</sup> Esta seria, à época, maior nos centros urbanos, sobretudo nas cidades portuárias mais movimentadas.<sup>159</sup>

Esta posição minoritária ocupada pela mulher no âmbito da criminalidade, na condição de ofensora, subsiste até aos nossos dias e resulta, segundo alguns autores, da sua exclusão do

---

<sup>158</sup> No estudo da relação entre a mulher e o crime, são considerados fundamentais e precursores os trabalhos produzidos, nas décadas de 70 e 80 para a França, por Nicole Castan, *Les Criminels de Languedoc: les exiences d'ordre et les voies du ressentiment dans une société pré-revolutionnaire (1750-1790)*, Toulouse, Association des Publications de l'Université de Toulouse-Le Mirail, 1980 e para a Inglaterra o trabalho de J. M. Beattie, "The Criminality of women in Eighteenth-century England", in *Journal of Social History*, 8, 1975, pp. 80-116. Sobre a história da criminalidade feminina leia-se Scott, Joan Wallach; Hufton, Olwen, "Women in History", in *Past and Present*, n.º 101, 1983, pp. 139-140.

<sup>159</sup> No século XVIII, na Inglaterra, a participação feminina no mundo do crime era baixa, não ultrapassando os 20%, nos condados de Surrey e Sussex. Confirma-se Beattie, J. M., "The criminality of woman in Eighteenth century England" ..., pp. 80-116. Também Clive Emsley considerava a criminalidade um fenómeno tipicamente masculino. Leia-se Emsley, Clive, *Crime and Society in England, 1750-1900*, London and New York, Longman, 1996, p. 151.



processo de aprendizagem da violência. Defende esta perspectiva que a implicação da mulher no domínio da violência é condicionado pelo seu contacto com o homem, que tende a imitar, o que leva Pieter Sieperenburg a afirmar: "The culture of violence, was a male culture and women recognized this. Some might imitate male violence, but they did not step into the male world. Female violence was same-sex violence."<sup>160</sup> Considera-se igualmente que a mulher tem uma actuação mais restrita na prática de delitos e que o espectro de crimes é muito mais limitado que o do homem, estando associada, sobretudo, às ofensas verbais, à prostituição e ao infanticídio.<sup>161</sup>

Outras perspectivas historiográficas consideram que as mulheres têm sido constantemente sub-representadas nas estatísticas criminais e que estas não traduzem, de modo fidedigno, a sua participação no mundo do crime. Esta hipótese é sustentada por diferentes trabalhos históricos que mostram que, no passado, as mulheres surgiram mais frequentemente envolvidas nas malhas da justiça do que nos dias de hoje.<sup>162</sup>

Será importante salientar que a disparidade de conclusões sobre a presença feminina na actividade criminosa é influenciada pela diversidade de contextos analisados, por factores externos que interferem nos resultados, bem como pelas fontes, sejam elas de carácter administrativo ou judicial, que, de acordo com a sua natureza, nos permitem aceder a diferentes graus da participação feminina, tanto como ofensora como ofendida.

Situando-nos ainda no século XVIII e observando o gráfico 2, verificamos que, em relação às vítimas, a diferença entre homens e mulheres se atenua. O que nos leva a pressupor que, embora os comportamentos violentos protagonizados por homens recaíssem, predominantemente, sobre iguais, visariam também elementos do sexo feminino, pois só assim se explicaria convenientemente esse esbatimento, dado que a diferença que separa o universo feminino do masculino é de apenas 14%.

No século XIX, a partir de uma análise apoiada em fontes de carácter administrativo, mais precisamente nas comunicações semanais que os administradores dos concelhos do

---

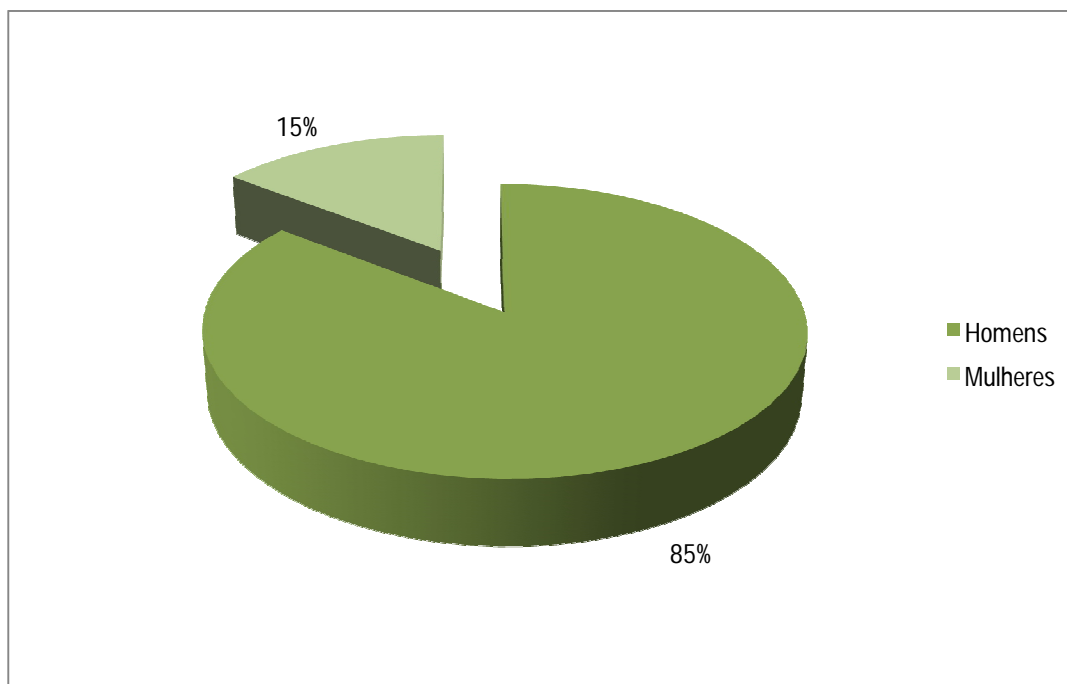
<sup>160</sup> Confirma-se Spierenburg, Pieter, "How violent were women? Court cases in Amsterdam, 1650-1750", in *Crime, Histoire & Sociétés/Crime, History and Societies*, n.º 1, vol. 1, 1997, pp. 26-27.

<sup>161</sup> Leia-se Myers, Martha A., "Female crime, History of", in Rafter, Nicole Hahn, *Encyclopedia of Women and Crime*, New York, Checkmark Books, 2003, p. 71.

<sup>162</sup> Confirma-se Arnot, Margaret L.; Osborne, Cornelia, "Why gender and crime? Aspects of an international debate", in Arnot, Margaret L.; Osborne, Cornelia (Edi.), *Gender and Crime in Modern Europe*, London, Routledge, 2003, pp. 1-43.

distrito de Viana do Castelo enviavam ao governador civil, verifica-se o aumento da participação masculina (85%) no cometimento de transgressões e a redução dos valores femininos (15%), como se pode verificar no gráfico 3. A nossa análise, centrada no período compreendido entre 1839 e 1855, não contemplou os anos de 1846 e 1847, para os quais não dispomos de registos.

**Gráfico 3.** Sexo dos acusados – distrito de Viana do Castelo (1839-1855)



Fonte: AHGCVC, *Registo dos officios para o Ministério do Reino de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12; *Correspondência com o Ministério do Reino de Maio de 1843 a Junho de 1844*, n.º 1.9.4.14; *Correspondência do Ministério do Reino - 1 Julho de 1844 a 31 de Dezembro de 1845*, n.º 1.9.4.15; *Registo dos officios dirigidos ao Ministério do Reino*, n.º 1.9.4.13; *Correspondência com o Ministério do Reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18; *Correspondência com o Ministério do Reino - 1851*, n.º 1.9.4.19; *Correspondência com o Ministério do Reino Janeiro de 1852 a Fevereiro de 1853*, n.º 1.9.4.20; *Correspondência com o Ministério do Reino Março 1853 - Janeiro 1854*, n.º 1.9.4.23; *Correspondência com o Ministério do Reino Fevereiro de 1854 - 1.9.4.22*.

Estes valores encaixam na tendência registada em diversas regiões da Europa, que oscilam entre os 15% nas zonas rurais e os 20% nas zonas urbanas. Regista-se, deste modo, um maior envolvimento feminino na criminalidade, em particular nas zonas economicamente mais desenvolvidas, onde os efeitos da industrialização e da urbanização se faziam sentir nos domínios social e comportamental.<sup>163</sup> Este facto pode ser explicado por uma maior proximidade

<sup>163</sup> A Holanda apresentava percentagens anómalas. Pieter Spierenburg refere que a participação feminina no crime, em Amesterdão, entre 1650 e 1750, era de 50%. No seu trabalho, menciona igualmente que, com base em estudos

das instituições de poder, pela ostentação da riqueza, que poderia despertar o apetite e aguçar o engenho das ladras, pela precariedade do trabalho feminino, pela fragilidade dos laços familiares, ou ainda pela maior disponibilidade da mulher para uma vida socialmente mais activa.<sup>164</sup>

Os nossos resultados também seguem a tendência europeia de diminuição da participação feminina na acção criminal, que se evidencia a partir de finais do Antigo Regime. A cronologia desta redução, que decorre entre o século XVII e os primórdios do século XIX, varia conforme as regiões. Como podemos verificar através dos gráficos 1 e 3, que se reportam ao concelho de Vila Nova de Cerveira e ao distrito de Viana do Castelo, respectivamente, regista-se um recrudescimento da intervenção feminina na ordem dos 11%.<sup>165</sup>

As nossas conclusões partem da comunicação de um elemento externo à relação ofensor/ofendido, podendo, inclusive, dar-se o caso de a ocorrência, de carácter meramente administrativo, não ter seguimento judicial, ou o administrador do concelho nem sequer ter ouvido o testemunho dos contendores. Constata-se ainda que em alguns casos não é explicitado o sexo do agressor nem da vítima.

Como referimos, tomando em devida conta o facto de estarmos perante fontes de natureza distinta, o certo é que, na época de oitocentos, se manifesta um claro predomínio do sexo masculino no papel de transgressor. No entanto, também julgamos pertinente conhecer, a partir da mesma fonte, os alvos da violência praticada por ofensores de ambos os sexos, através de um processo de decomposição das percentagens registadas. Como se pode observar no quadro 7, 66,4% das ocorrências registadas correspondem a agressões cometidas por elementos do sexo masculino sobre os seus congéneres, ao passo que as restantes (21,4%) dizem respeito a mulheres.<sup>166</sup>

---

realizados para Delft, a criminalidade feminina alcançava 36%. Spierenburg, Pieter, "How violent were women? Court cases in Amsterdam", 1650-1750..., pp. 9-28.

<sup>164</sup> Confira-se Iglesias Estepa, Raquel, *Crimen, Criminales y reos. La delincuencia y su represión en la antigua provincia de Santiago entre 1700 y 1834*, Vigo, Ediciones Nigratrea, 2007, p. 234.

<sup>165</sup> Para o caso da Inglaterra, considera-se que esta diminuição da participação da mulher no crime resultava do desenvolvimento do capitalismo. Myers, Martha A, "Female crime, History of"..., p. 72.

<sup>166</sup> Segundo John Archer, a violência interpessoal é dominada por homens, não apenas enquanto ofensores, mas igualmente como ofendidos. Confira-se Archer, John E., "Men behaving badly"? masculinity and the uses of violence, 1850-1900", in D'Cruze,Shani, *Everyday Violence in Britain, 1850-1950*, London, Pearson Education Limited, 2000, p. 41. Veja-se a similaridade de percentagens com a Galiza, no que diz respeito a relações interpessoais, entre

**Quadro 7.** Relação ofendido/acusado no distrito de Viana do Castelo  
(1839-1855)

Ofendido Acusado	Masc.	Fem	Total
Masc.	66,4 %	21,4 %	87,8
Fem	6,4 %	5,8 %	12,2

Fonte: AHGCVC, *Registo dos officios para o Ministério do Reino de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12; *Correspondência com o Ministério do Reino de Maio de 1843 a Junho de 1844*, n.º 1.9.4.14; *Correspondência do Ministério do Reino - 1 Julho de 1844 a 31 de Dezembro de 1845*, n.º 1.9.4.15; *Registo dos officios dirigidos ao Ministério do Reino*, n.º 1.9.4.13; *Correspondência com o Ministério do Reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18; *Correspondência com o Ministério do Reino - 1851*, n.º 1.9.4.19; *Correspondência com o Ministério do Reino Janeiro de 1852 a Fevereiro de 1853*, n.º 1.9.4.20; *Correspondência com o Ministério do Reino Março 1853 - Janeiro 1854*, n.º 1.9.4.23; *Correspondência com o Ministério do Reino Fevereiro de 1854 - 1.9.4.22*.

Quando consideramos a mulher no papel de agressora, a situação é divergente, dado que, ao contrário do homem, ela não atinge, em primeiro lugar, iguais, cabendo a posição cimeira, ainda que de forma ligeira, às ofensas cometidas sobre os homens (6,4%). Obviamente, homens e mulheres seriam vítimas diferenciadas dos comportamentos transgressores das mulheres. Dada a sua compleição física, estas estariam mais dispostas a insultar o homem e agredir fisicamente os elementos do mesmo sexo.

Portanto, correlacionando os três gráficos anteriores, bem como o quadro supracitado, podemos considerar que na sociedade alto minhota de finais de setecentos e oitocentos preponderava a violência masculina exercida sobre iguais.<sup>167</sup>

---

ofendidos e ofensores. Também nesta província o predomínio masculino é incontestável e as percentagens são muito próximas das que nós obtivemos para o Alto Minho: 65,35% das queixas apresentas são de varões contra varões, enquanto as mulheres apresentam queixa contra outras mulheres apenas em 3,12% das situações analisadas por Raquel Iglesias Estepa. Consulte-se Iglesias Estepa, Raquel, *Crimen, Criminales y reos. La delincuencia y su represión en la antigua provincia de Santiago entre 1700 y 1834...*, pp. 242-243.

<sup>167</sup> No seu estudo sobre a violência praticada na cidade do Porto no século XVIII, Ana Ribeiro apresenta igualmente um predomínio dos casos agressão exclusivamente masculinos. Confirme-se Ribeiro, Ana Sofia Vieira, *Convívios difíceis: viver, sentir e pensar a violência no Porto de setecentos. (1750-1772)*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008, p. 161. Tese de mestrado policopiada. Para a comarca de Ponta Delgada, Susana Paula Franco Serpa Silva avança com uma criminalidade e violência predominantemente masculinas, conclusões alicerçadas em fontes de carácter judicial para o período compreendido entre 1830 e 1841. Confira-se Silva, Susana Paula Franco Serpa, *A Criminalidade e a Justiça na comarca de Ponte Delgada. Uma abordagem com base*

Muitas das ocorrências transgressoras não chegavam ao conhecimento das autoridades administrativas e menos ainda seriam aquelas que ficavam sob a alçada da justiça, sendo, por conseguinte, de admitir que alguns comportamentos violentos, aos quais não é possível aceder através das fontes, acabavam por ser silenciados e até tolerados. Deste modo, aferimos apenas uma parcela das condutas desviantes, sem conseguirmos um conhecimento da violência e da criminalidade na sua real dimensão.

Importa, entretanto, explicar a preponderância masculina no que respeita à prática de actos violentos.<sup>168</sup> A este propósito, julgamos pertinente não só distinguir alguns factores que contribuíram para este facto, mas também diferenciar essas acções consoante a relação que se pressupõe ter existido com a vítima.

Distinguimos quatro factores que concorrem para a justificação desta realidade. Os dois primeiros remetem para a posição de chefia que o homem ocupava no seio da família e que lhe conferia uma função correctiva sobre os restantes membros, ou seja, esposa e filhos, e para o estatuto que pressupunha ter na sociedade, que assentava num conjunto de valores, como o da virilidade e da defesa da honra, que podiam instigar o ajuste de contas.<sup>169</sup> Por outro lado, temos ainda que atender aos aspectos de natureza biológica, bem como às formas de sociabilidade tipicamente masculinas, bem mais amplas que as concedidas à mulher, que incluíam, por

---

*nos processos penais (1830-1841)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1997, pp. 245-257. Tese de mestrado policopiada. Para a Galiza, igualmente com base em fontes de carácter judicial, Raquel Inglesais Estepa verificou que esta província apresentava percentagens modestas no que diz respeito à participação feminina no mundo da criminalidade, no período compreendido entre os finais do Antigo Regime e 1834. As mulheres surgem como culpadas em 14,65 % das situações, o que era significativo se atendermos ao facto de na Galiza se registar uma superioridade da população feminina, em resultado da emigração de efectivos masculinos, rumo a Castela, Andaluzia e Portugal. Confirma-se Iglesias Estepa, Raquel, *Crimen, Criminales y reos. La delincuencia y su represión en la antigua provincia de Santiago entre 1700 y 1834...*, p. 232.

<sup>168</sup> Para a comarca de Tavira, a situação é semelhante. O homem assume-se como principal produtor de violência, liderando no papel de ofensor e ofendido. Anica, Aurizia, *A transformação da violência no século XIX. O caso da comarca de Tavira...*, pp. 95-96.

<sup>169</sup> A título exemplificativo, as lutas com facas, apanágio do sexo masculino em Amesterdão, durante a idade moderna, era uma prática que se desenvolvia em torno dos conceitos de honra e virilidade, tendo lugar sobretudo nas tabernas, por vezes impulsionadas por um consumo excessivo de álcool. Tratando-se de uma forma de violência tipicamente masculina ritualizada. Veja-se Spierenburg, Pieter, "Knife Fighting and Popular Codes of Honor in Early Modern Amsterdam", in Spierenburg, Pieter, *Men and Violence: gender, honor and rituals in modern Europe and America*, Ohio State University Press, 1998, pp. 103-127.

exemplo, a ida à taberna, que, por sua vez, estava associada a dois vícios tipicamente masculinos, ou seja, ao jogo e ao consumo desregrado de álcool.<sup>170</sup>

Havia, por conseguinte, um conjunto de relações sociais e familiares, bem como circunstâncias espaciais determinadas pelas mesmas, que nos levam à percepção da violência como um fenómeno quase exclusivamente masculino. O destaque do homem, tanto na condição de ofensor como na de ofendido, pode ser explicado, na maioria dos casos analisados, não só pelo facto de a violência masculina ser mais pública e ocorrer em locais mais frequentados, mas também pela ocultação a que, em certa medida, foi votada a violência doméstica.

Deste modo, é possível distinguir três tipos de violência masculina, que resultam da correlação estabelecida entre o alvo e o local onde é praticada: a exercida, por exemplo, sobre desconhecidos, oriundos de terras e concelhos vizinhos, que tinha lugar nas feiras, nas ruas, nos caminhos e noutros lugares mais movimentados; a que se desenvolvia entre membros da comunidade, com ligações familiares, vicinais ou de amizade, que acontecia nas ruas e nos percursos habituais, bem como nos espaços comuns, designadamente na taberna ou no adro da igreja; a que ocorria em casa, no seio do agregado familiar.

Podemos concluir que, à medida que se iam estreitando as relações sociais e as ligações entre ofensores e vítimas, tendia a minuar o espaço da prática de actos violentos, que, por sua vez, perdiam gradualmente a sua função punitiva para se transformarem em castigo privado, como sucedia com a violência doméstica. Se nos dois primeiros casos, o homem queria sujeitar a vítima ao vexame público, já no caso da violência familiar o intuito seria agredir, reprimir e castigar, mas longe dos olhares estranhos. Algumas teorias sustentavam a menor propensão da mulher para o conflito, confirmada pela estatística criminal, dadas as suas características fisiológicas e intelectuais. Todavia, estes pontos de vista podem ser contestados e suplantados por outros que remetem para um quotidiano mais resguardado e limitado em

---

<sup>170</sup> Segundo Irene Vaquinhas, desde finais do século XIX, mas sobretudo a partir dos inícios do século XX cresce a intolerância face ao jogo, considerado causador do aumento da criminalidade, instigador do ócio e promotor do desrespeito pelos valores dominantes da família e do trabalho. Sobre o jogo, no período compreendido entre finais do século XIX e início do século XX, veja-se Vaquinhas, Irene, *Nome de Código "33856". "Os jogos de fortuna ou azar" em Portugal entre a repressão e a tolerância (de finais do século XIX a 1927)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, pp. 17-20.

termos de sociabilidade e ainda para o papel menor que lhe era conferido pela sociedade em termos correctivos, resultante da sua subalternização ao elemento masculino.<sup>171</sup>

A escola socialista, tendo Afonso Costa como um dos nomes destacados em Portugal, defendia que o menor número de crimes praticados pelas mulheres não resultava da sua constituição física ou de valores morais, mas sim das condições sociais em que viviam.<sup>172</sup> Consideramos, no entanto, que a ausência do elemento masculino e as condições económicas da região propiciavam à mulher do Alto Minho uma vivência diária mais pública, quando comparada com a de outras regiões.<sup>173</sup> Aquele autor defendia ainda que a mulher iguala o homem em perversidade e que o sexo não deve ser entendido como um elemento a ter em conta na avaliação da criminalidade.<sup>174</sup>

Estas perspectivas opõem-se à da antropologia positivista, liderada por Cesare Lombroso, que considerava que a mulher criminosa podia definir-se, devido à desordem dos costumes, como uma degenerada.<sup>175</sup> Sustentava este autor que a reduzida intervenção da mulher no mundo da criminalidade se devia à maior elevação dos seus valores morais.<sup>176</sup>

Outros autores, como Ferreira Deusdado, um liberal católico, consideravam que as estatísticas não traduziam o verdadeiro envolvimento da mulher em actividades delituosas e que só não era maior por falta de oportunidade e pela dificuldade em aceder aos meios que permitem a prática do crime. Quando devidamente munida dos instrumentos necessários e em circunstâncias favoráveis, a mulher suplantava o homem nas estatísticas, dando como exemplo

---

<sup>171</sup> Sobre este assunto confira-se Alves, Dina Catarina Duarte, *Violência e Perdão em Óbidos (1595-1680)*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2003, pp. 104-105. Tese de mestrado policopiada.

<sup>172</sup> Confira-se Maldonado, Mário Artur da Silva, *Alguns aspectos da história da criminologia em Portugal*, s. local de ed., s. ed, 1960, pp. 95-108.

<sup>173</sup> Maria João Vaz refere que, no ano de 1892, o distrito de Viana do Castelo apresentava uma percentagem de condenações de mulheres de 46%, quando a percentagem média no país rondava os 20%, o que pode ser explicado pelas circunstâncias sociais, culturais e demográficas que se verificaram neste distrito, desde finais do século XVIII. Confira-se Vaz, Maria João, *A criminalidade em Lisboa entre os meados do século XIX e o início do século XX...*, p. 396.

<sup>174</sup> Veja-se Costa, Afonso, *Comentário ao Código Penal Português, vol. 1, Introdução – Escolas e princípios da criminologia moderna...*, pp. 262-263.

<sup>175</sup> Leia-se TsiKounas, Myriam (dir.), *Éternelles Coupables. Les femmes criminelles de l'Antiquité à nos jours*, Paris, Éditions Autrement, 2008, p. 8.

<sup>176</sup> Consulte-se Costa, Afonso, *Comentário ao Código Penal Português, Introdução – Escolas e princípios da criminologia moderna*, vol. 1, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1895, pp. 261-262.

o envenenamento. Na sua perspectiva, a mulher permaneceu na penumbra, adoptando um papel essencial como cúmplice e instigadora de crimes. Vai ainda mais longe ao qualificar as mulheres como “ora hypocritas, ora ousadas e cynicas, gostam de mentir e de enganar; menos capazes do que o homem do verdadeiro arrependimento.”<sup>177</sup> Ferreira Deusdado não foi o único a vislumbrar a mulher na posição de instigadora, de responsável moral pelo cometimento de crimes protagonizados por homens. Em resultado desta concepção, verifica-se, como refere Michelle Perrot, uma certa contribuição do pensamento criminológico para a perpetuação do mito de Eva.<sup>178</sup>

Roberto Frias considerava igualmente que as estatísticas da época, referentes a diversos países, não reflectiam a real participação da mulher nas acções criminosas. Essa disparidade dever-se-ia à natureza dos crimes praticados pelos elementos do sexo feminino, que seriam de mais fácil encobrimento, o que provocava a ausência de informação rigorosa, a distorção dos números das estatísticas e a fuga às malhas da justiça.

Para o mesmo autor, a prostituição era uma das principais responsáveis pela criminalidade feminina. Mulheres que exerciam diversos ofícios, como costureiras ou criadas de servir, não tinham qualquer pejo em entregar-se à meretrícia. Tal circunstância permite estabelecer a ligação entre a prostituição e a delinquência, alicerçada nos estudos invocados pelo autor, que revelam uma maior tendência para a reincidência na acção delituosa por parte da mulher. Frias alegava ainda que a menstruação ou a gravidez são estados orgânicos que influenciam a predisposição feminina para a criminalidade.<sup>179</sup>

Já Mendes Corrêa, com base na baixa representatividade do género feminino nas estatísticas produzidas em Portugal entre finais do século XIX e inícios do século XX, bem como nas que foram elaboradas noutros países, como Inglaterra, França e Rússia, concluiu que existia, de facto, uma menor propensão da mulher para o crime, quando comparada com o

---

<sup>177</sup> Confirme-se Ferreira-Deusdado, Manuel António, *Estudos sobre Criminalidade e Educação*, Lisboa, Imprensa Evangelista Lucas Torres, 1889, p. 51.

<sup>178</sup> Confira-se Perrot, Michelle, *Os Excluídos da História: Operários, mulheres e prisioneiros*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, pp. 255-258.

<sup>179</sup> Frias, Roberto, *O crime (Apontamentos para a systematisação da criminalidade)*, Porto, Typ. Alexandre da Fonseca Vasconcellos, 1880, pp. 51-54.



homem. Esta realidade ganhava particular relevância, no caso português, pela circunstância de a população feminina ser superior à masculina.<sup>180</sup>

Para Mendes Corrêa, a menor participação feminina era explicada não apenas pelas razões invocadas pela escola da antropologia criminal, baseadas nas virtudes e nos defeitos inerentes a cada sexo, mas acrescentava argumentos de ordem física e psicológica, sustentando que “as suas paixões, as suas taras, os seus ímpetos, encontram ao seu serviço energias que não existem geralmente em tão alto grau no sexo fraco”, e dava ainda relevância à vida socialmente activa do homem, em contraste com a existência mais recatada da mulher.<sup>181</sup> No entanto, para este autor, a criminalidade feminina estava a aumentar em finais de oitocentos, devido a uma certa inoperância da justiça, que se mostrava branda com a mulher delinquente. Admitia igualmente, apoiado nas estatísticas produzidas entre 1891 e 1895, que existia uma grande discrepância no território nacional, pois, enquanto no Sul, em particular no distrito de Beja, a delinquência feminina era reduzida e a prática de delitos era 10 vezes mais frequente no homem do que na mulher, no Norte, nomeadamente em Viana do Castelo, era muito mais elevada, cometendo o homem apenas três vezes mais crimes do que as mulheres. Esta realidade apenas é perceptível a partir de 1878, quando as estatísticas começaram a contemplar a informação respeitante ao sexo dos delinquentes, tendo em vista a adopção das medidas mais adequadas na prevenção e no combate à criminalidade.<sup>182</sup>

Embora a presença da mulher na actividade criminosa fosse estatisticamente inferior à do homem, também esta será alvo de estudos antropométricos, no sentido de definir a mulher delinquente, com base em observações de natureza física e intelectual, sobretudo por parte daqueles que acreditavam que a prática do delito estava dependente de características somáticas.

Segundo as conclusões de Rancoroni, apresentadas em 1894 num congresso médico internacional, publicitadas por Alfredo Luís Lopes na sua obra *Estudo estatístico da criminalidade em Portugal nos anos de 1891 a 1895*, o comportamento criminal do homem podia ser influenciado negativamente pela civilização e pela ilustração, ao passo que a interferência mais

---

<sup>180</sup> Segundo Mendes Corrêa, entre 1878 e 1895, as estatísticas produzidas demonstram que o cometimento de crimes era seis a sete vezes mais frequente nos homens do que nas mulheres. Veja-se Corrêa, Mendes, *Os Criminosos Portugueses. Estudos de Anthropologia Criminal...*, pp. 68-69.

<sup>181</sup> Consulte-se Corrêa, Mendes, *Os Criminosos Portugueses. Estudos de Anthropologia Criminal...*, p. 75.

<sup>182</sup> Confira-se Vaz, Maria João, *Crime e Sociedade. Portugal na segunda metade do século XIX...*, 1998 p. 189.

perniciosa no comportamento da mulher poderia advir do casamento. Para o mesmo autor, as causas da menor representatividade da mulher nas estatísticas criminais estavam relacionadas com os seus costumes, ocupações e “funções physiologicas, que não permitem um grande desenvolvimento dos centros superiores do cérebro”.<sup>183</sup>

A pretensa inferioridade física e intelectual da mulher era invocada, por vezes, para desculpar a sua conduta menos própria. Aires de Gouveia sustentava que as acções femininas eram condicionadas por factores de ordem natural, como a menstruação, que as indispunha, e a sua “menor aptidão para se ilustrar intellectualmente”, situação agravada, na sua opinião, pelo desmazelo a que tinha sido votada a educação da mulher.<sup>184</sup>

O período de oitocentos foi marcado por intenso debate sobre a relação da mulher com o crime. De um lado, encontramos aqueles que elevam o carácter bondoso da mulher, acentuam a sua inocência e ingenuidade, enquanto outros procuraram fazer sobressair a sua natureza pérfida e malévola.<sup>185</sup> Havia ainda a perspectiva daqueles que se centram em explicações de carácter biológico, de que são exemplo as teorias da escola positivista, e a dos que valorizam a dimensão social para explicar a implicação da mulher em actividades delituosas.<sup>186</sup>

Apesar da reduzida incidência das mulheres no papel de agressoras, que apontámos para finais do século XVIII e para o século XIX, o argumento da sua menor exposição pública não pode ser invocado para explicar a realidade do Alto Minho. Devido à emigração masculina, as mulheres ocupavam o lugar dos maridos nos trabalhos do campo e na administração do património familiar, ficando por isso mais expostas. Embora certas tarefas estivessem vedadas

---

<sup>183</sup> Confirme-se Lopes, Alfredo Luís, *Estudo estatístico da criminalidade em Portugal nos anos de 1891 a 1895*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897, p. 282.

<sup>184</sup> Veja-se Gouveia, A. Aires, *A Reforma das Cadeias em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1860, p. 48.

<sup>185</sup> Sobre este dualismo patente no discurso de Oitocentos sobre a criminalidade feminina consulte-se Vaz, Maria João, *Crime e Sociedade. Portugal na segunda metade do século XIX...*pp. 82-92.

<sup>186</sup> Acerca das explicações desenvolvidas, desde o século XIX, sobre a criminalidade feminina leia-se Sullivan, Anne, “Female Crime, Explanations of”, in Rafter, Nicole Hahn, *Encyclopaedia of Women and Crime*, New York, Checkmark Books, 2003, pp. 70-71.

ao sexo feminino, nomeadamente na agricultura, outras serão as razões que explicarão a menor participação das mulheres na actividade criminosa.<sup>187</sup>

Ana Vicente, na sua obra acerca das impressões dos viajantes estrangeiros sobre as mulheres portuguesas, refere um excerto do livro *L'Espagne et le Portugal, ou Moeurs, Usages et Costumes des Habitans de cês Royaumes*, escrita em 1815, cujo autor expressa a sua admiração perante a partilha do trabalho agrícola por homens e mulheres de Entre Douro e Minho, salientando o facto de estas trabalharem sem descanso os sulcos da terra.<sup>188</sup>

Os argumentos apoiados na suposta debilidade física e emocional, com o propósito de explicar a sub-representação feminina no domínio da transgressão, não têm qualquer aplicabilidade na mulher alto minhota. Por exemplo, a cultura do milho, dominante nesta região, exigia uma grande quantidade de mão-de-obra, incluindo a mulher, cujo contributo era imprescindível para o amanhã da terra.<sup>189</sup>

---

<sup>187</sup> Segundo João de Pina Cabral, no mundo rural agrícola alto minhoto existe uma espécie de divisão sexual do trabalho, havendo tarefas que estavam vedadas às mulheres, como por exemplo, subir às árvores ou podar as videiras. Confira-se Cabral, João de Pina, *Filhos de Adão, Filhas de Eva. A visão do mundo camponesa no Alto Minho...*, p. 110.

<sup>188</sup> Confira-se Vicente, Ana, *As Mulheres Portuguesas vistas por Viajantes estrangeiros (séculos XVIII, XIX e XX)*, Lisboa, Gótica, 2001, pp. 150-151.

<sup>189</sup> Acerca da importância da cultura do milho na região do Alto Minho vejam-se as seguintes entradas Capela, José Viriato, "Economia agrária" e "Economia agrária e subsistências" in Capela, José Viriato (coord.), *As Freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património*, Braga, Casa Museu de Monção, Universidade do Minho, 2005, pp. 605-610.

Sobre a importância da mão-de-obra feminina nos trabalhos do campo e na economia familiar leia-se para as comarcas de Penamacor, Montemor-o-Velho e Coimbra, Vaquinhas, Irene, *Violência, Justiça e Sociedade Rural. Os campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918...*, pp. 314- 331.

**Quadro 8.** Relação entre a população e os delitos (1849)

Concelho	População			Delitos		
	Masc.	Fm	Total	Masc.	Fm	Total
Viana do Castelo	16375	19709	36084	8	1	9
Ponte de Lima	13520	16349	29869	-	-	-
Ponte da Barca	4427	5061	9488	9	2	11
Arcos de Valdevez	11998	13826	25824	7	-	7
Caminha	5479	6688	12167	3	-	3
Paredes de Coura	5070	5548	10618	2	-	2
Valença	6421	7563	13984	1	-	1
Vila Nova de Cerveira	4182	5219	9401	-	-	-
Monção	7352	7631	14983	1	-	1
Soajo	1382	1777	3159	2	-	2
Valadares	4884	5105	9989	1	-	1
Melgaço	3719	4241	7960	1	-	1

Fonte: AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18, não paginado.

Atendendo ao quadro 8, verificamos que, em todos os concelhos do distrito de Viana do Castelo, a população feminina superava a masculina. Neste contexto, seria de todo plausível encontrar uma presença mais significativa da mulher na actividade criminal, quer pela sua superioridade numérica, quer igualmente pela sua maior emancipação. Todavia, esse cenário não se concretizava, como podemos verificar na coluna respeitante aos delitos e à sua diferenciação por sexo. O facto de a mulher privilegiar o recurso à palavra, com intuitos ofensivos, em detrimento do gesto, será um dos factores explicativos dessa realidade.

Dadas as circunstâncias e as características que, habitualmente, envolviam os confrontos femininos, as proporções e as consequências seriam menos gravosas do que as resultantes das contendas em que intervinham elementos do sexo masculino, não havendo, por isso, lugar ao registo dessas ocorrências por parte da entidade administrativa. Por exemplo, em relação ao concelho de Ponte de Lima, analisámos diversos autos de investigação realizados pelos administradores do concelho, nos quais encontrámos episódios de altercações verbais entre mulheres, que, tendo sido comunicadas pelos regedores, não tiveram depois seguimento

judicial, nem foram participados ao governador civil, por terem sido consideradas pouco relevantes.

Geralmente, as mulheres envolviam-se em escaramuças e delitos de menor gravidade, pelo que muitos desses casos seriam simplesmente abafados. Por exemplo, no que diz respeito ao delito de ofensas verbais, constatámos, com base nos processos correcionais, que, na comarca de Viana do Castelo, entre 1841 e 1870, os números de homens e de mulheres considerados culpados se aproximam, registando-se o envolvimento em 53,3% e 46,7% das ocorrências, respectivamente.<sup>190</sup> Numa sociedade de matriz patriarcal, onde a posição da mulher na economia e na sociedade era subalternizada, a violência sobre ela exercida era desvalorizada e encarada com alguma complacência. Por outro lado, estas também se sentiam inibidas para denunciar as agressões e os abusos a que eram sujeitas.

Embora no Alto Minho a gestão da casa e a defesa dos interesses do agregado familiar estivessem a cargo do homem e da mulher, quando, por exemplo, o espaço doméstico era assaltado, o administrador do concelho considerava como vítima o chefe da casa, que era o elemento masculino, excepto se se tratasse de mulheres de maridos ausentes, viúvas ou solteiras, como se pode constatar na comunicação de um delito ao seu superior hierárquico:

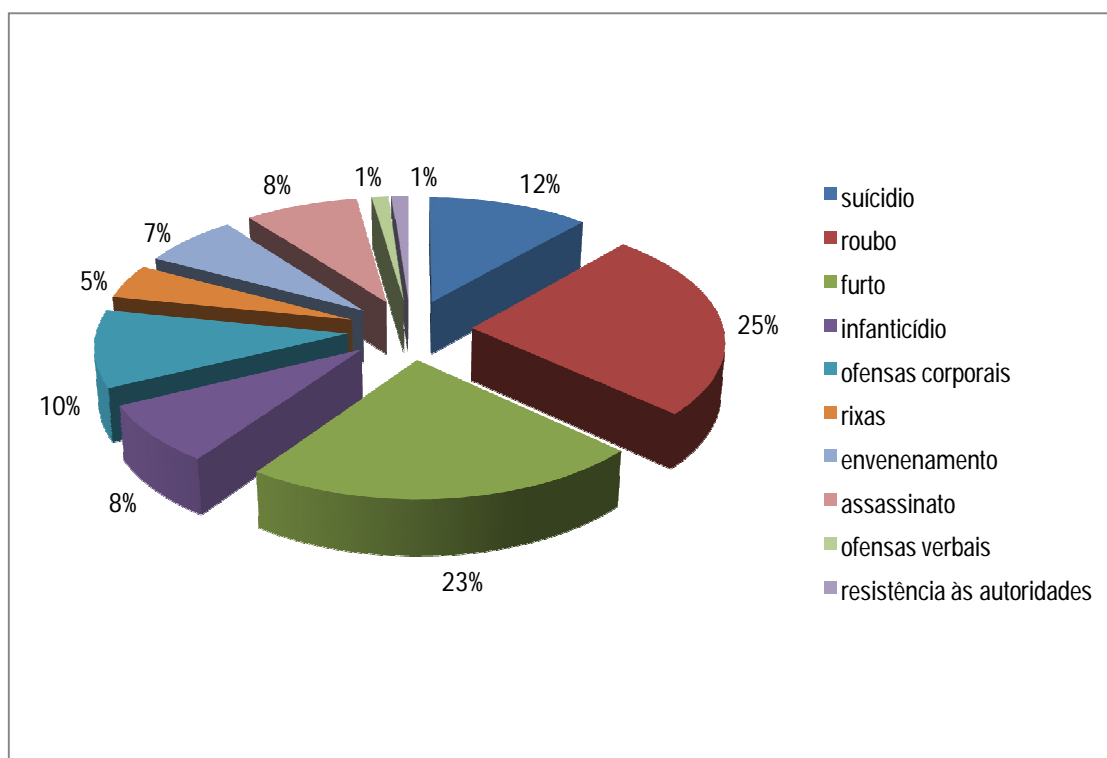
“Cumpre-me levar ao conhecimento de V. Ex<sup>a</sup>, que na noute de 15 para 16 do corrente mes, pela meia noute pouco mais ou menos, huma quadrilha de salteadores assaltou, rompeo, e roubou a casa da morada de António Mello, lavrador, no lugar de Buralde na freguesia de Gaifar deste concelho, conseguindo entrar athe à cama do roubado e sua mulher sem serem precentidos, de maneira que os prenderão, dando-hles algumas pancadas, que lhe causarão contusoes, e nelle hum ferimento leve, e levarão tudo, que constou de roupas de vestir d`ambos, e do serviço da casa, ouros, e dinheiro, mas tudo não chegava ao valor de 200\$000 reis.”<sup>191</sup>

---

<sup>190</sup> ADVC, *Tribunal da Comarca de Viana do Castelo - Processos correcionais*, n.º 1.46.5.2-75. Irene Vaquinhas conclui para a comarca de Coimbra, no período compreendido entre 1850 e 1915, com base em processos correcionais, que as mulheres eram protagonistas de delitos menores, como injúrias, ofensas corporais e furtos. Vaquinhas, Irene, “*Senhoras e Mulheres*”, *na sociedade portuguesa do século XIX...*, pp. 148-149.

<sup>191</sup> AMPL, *Administração do concelho de Ponte de Lima. Livro de Correspondência expedida para o Governador Civil*, n.º 2.2.1.15, não paginado.

**Gráfico 4.** Delitos cometidos por mulheres no distrito de Viana do Castelo (1839-1855)



Fonte: AHGCVC, *Registo dos officios para o Ministério do Reino de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12; *Correspondência com o Ministério do Reino de Maio de 1843 a Junho de 1844*, n.º 1.9.4.14; *Correspondência do Ministério do Reino - 1 Julho de 1844 a 31 de Dezembro de 1845*, n.º 1.9.4.15; *Registo dos officios dirigidos ao Ministério do Reino*, n.º 1.9.4.13; *Correspondência com o Ministério do Reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18; *Correspondência com o Ministério do Reino - 1851*, n.º 1.9.4.19; *Correspondência com o Ministério do Reino Janeiro de 1852 a Fevereiro de 1853*, n.º 1.9.4.20; *Correspondência com o Ministério do Reino Março 1853 - Janeiro 1854*, n.º 1.9.4.23; *Correspondência com o Ministério do Reino Fevereiro de 1854 - 1.9.4.22*.

O gráfico 4 refere as ocorrências criminais em que as mulheres surgem como ofensoras e que foram comunicadas pelos administradores dos concelhos ao governo civil do distrito. Verifica-se a clara predominância de crimes contra pessoas e contra a propriedade, correspondendo a 51% e a 48% dos casos investigados, respectivamente.

Importa também realçar a elevada participação das mulheres na prática dos delitos de roubo e furto, aqueles que, isoladamente, atingem uma percentagem mais elevada.<sup>192</sup> Estes

<sup>192</sup> Susana Serpa Silva, durante período compreendido entre 1842 e 1905, na comarca de Ponta Delgada com base em fontes de carácter distinto das nossas, obteve resultados semelhantes no que concerne à criminalidade feminina. Nesta comarca, roubos e furtos eram os delitos mais cometidos pelas mulheres da sociedade micalense, seguidos pelos crimes de aborto e infanticídio, e posteriormente, pelos crimes de sangue. Silva, Susana Paula Franco Serpa, *Violência, Desvio e Exclusão na Sociedade Micalense Oitocentista (1842-1910)*, vol. II, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2006, pp. 540-541. Tese de doutoramento policopiada.

crimes relacionam-se, presumimos, com a necessidade de garantir a sobrevivência, saciar a fome e escapar à miséria, especialmente quando aconteciam maus anos agrícolas, como se depreende do facto de, na maioria das vezes, furtarem bens alimentares e peças de vestuário. Não se tratava portanto de roubos de grande monta, até porque estes eram perpetrados sobretudo por bandos de salteadores, que, geralmente, não integravam mulheres,<sup>193</sup> embora os objectos de ouro, o dinheiro, os tecidos de seda e as peças de linho atraíssem sobremaneira a sua atenção e as impelisses para a gatunagem.

No entanto, em alguns casos, furtavam-se determinados bens com a finalidade de os vender, como, por exemplo, o tojo dos montes.<sup>194</sup> O roubo de tojo, tal como o de lenha, eram crimes costumeiros no espaço rural, embora pouco abordados, talvez pela sua escassa relevância económica, apesar de se tratar de recursos essenciais para a economia local. Na região de Herefordshire, na Inglaterra, o protagonismo no furto de madeira e de colheitas pertencia essencialmente às mulheres.<sup>195</sup> Situação similar verificava-se na região do Alto Minho, onde as mulheres também participavam no roubo de madeira. Em Setembro de 1820, na vila de Caminha, Maria, mulher viúva, foi acusada, juntamente com o seu genro, do furto de pinheiros. Segundo a queixosa, cortaram e levaram várias árvores.<sup>196</sup> Em 1830, no concelho de Arcos de Valdevez, Francisca, o marido e o filho foram acusados de roubarem lenha da tapada de João de Brito, na freguesia de Guilhadeses.<sup>197</sup> Todavia, o roubo de madeira não se limitava aos montes. Em Fevereiro de 1864, o administrador do concelho de Viana do Castelo comunicava o furto de

---

<sup>193</sup> Encontrámos apenas dois casos, o de Antónia Maria Vaz, rapariga solteira, que foi presa em Março de 1844, por cumplicidade de roubo, espia e membro de um bando de malfetores que infestava as freguesias de Fontoura e Lourosa, no concelho de Valença. AMV, Administração do Concelho. *Registo da Correspondência com diversas autoridades*, n.º 1.1.4.30, não paginado. E o de uma mulher conhecida pela “Lomba”, que esteve presa no concelho de Monção, como sócia de uma quadrilha de ladrões, responsável por um roubo na freguesia de S. Pedro da Torre e pela introdução de objectos que permitiram a fuga de vários presos da cadeia de Valença. AMV, *Administração do concelho. Correspondência para o Administrador Geral - 1836 a 1839*, n.º 1.2.1.9, não paginado.

<sup>194</sup> AMV, Administração do Concelho. *Registo da Correspondência com diversas autoridades*, n.º 1.1.4.30, não paginado.

<sup>195</sup> Confira-se Shakesheff, Timothy, *Rural Conflict, Crime and Protest: Herefordshire, 1800-1860*, Suffolk, The Boydell Press, 2003, pp. 113-140.

<sup>196</sup> ADVC, *Autos de Querela. Juízo de Fora*, n.º 5.9.4 - cx 2-9, fls. 2-2.v.º.

<sup>197</sup> ADVC, *Autos de Querela. Juízo de Fora – Arcos de Valdevez*, n.º. 4.1.6.16, fls. 32-34 v.º.

alguns paus do gradeamento da nova estrada de Viana a Caminha, que foram encontrados em casa de Maria Afonso Barreiros, que só não foi presa porque conseguiu fugir.<sup>198</sup>

No condado inglês estudado por Timothy Shakesheff, as mulheres eram tidas como especialistas na subtracção do leite das vacas e na pilhagem de aves domésticas.<sup>199</sup> No Alto Minho, elas larapiavam cereais, sobretudo milho, trigo, centeio e feijão; invadiam as hortas, arrombavam os canastos e tiravam uvas das videiras; assaltavam as capoeiras da vizinhança e pilhavam as galinhas, que eram, aliás, particularmente cobiçadas, e, com ajuda masculina, apoderavam-se de vacas, burros ou carneiros. A título exemplificativo, em Maio de 1855, foram presas duas mulheres, uma de nome Maria do Carmo, outra Vicencia, por terem furtado seis galinhas e um gato a Joana Nobre, da freguesia de Reboreda, Vila Nova de Cerveira.<sup>200</sup> O administrador do concelho de Valença, face ao aumento do número de furtos, que atribuía à miséria dos povos, comentava:

“[...] Em quazi rodas as freguesias que formão o concelho a meu cargo há uma grande quantia de rapazes filhos de pessoas pobres os quais por não terem que comer roubao principalmente no tempo do Outono fructas dos pomares e dos campos espigas, feijões, e outros legumes.”<sup>201</sup>

Além de mulheres solteiras, viúvas, ou casadas com maridos emigrados, para quem a subsistência era mais difícil, encontramos muitas emigrantes galegas que enveredavam por práticas delituosas.<sup>202</sup> A contiguidade geográfica, a proximidade cultural e linguística, a

---

<sup>198</sup> ADVC, Administrador do concelho de Viana do Castelo. *Ofícios dirigidos ao Governador Civil deste distrito*, n.º 5.16.2.3, não paginado.

<sup>199</sup> Veja-se Shakesheff, Timothy, *Rural Conflict, Crime and Protest: Herefordshire, 1800-1860...*, p. 125.

<sup>200</sup> AMV, Administração do Concelho. *Registo da Correspondência com diversas autoridades*, n.º 1.1.4.33, não paginado. Em 1833, Ana Joaquina foi acusada de, entre outras mafeitorias, roubar uma galinha a Rosa Maria da Silva, mulher viúva, da freguesia de Álvora, concelho de Arcos de Valdevez. ADVC, *Autos de Querela. Juízo de Fora – Arcos de Valdevez*, n.º. 4.1.6.16, fls. 59 v.º-60.

<sup>201</sup> AMV, Administração do concelho. *Correspondência para o Administrador Geral - 1850-1852*, n.º 1.1.4.7, não paginado.

<sup>202</sup> Sobre a presença de mulheres naturais de Espanha nos distritos de Braga e Viana do Castelo leia-se Durães, Margarida, “As mulheres estrangeiras no Noroeste de Portugal: imigrações femininas galegas do ponto de vista português (sécs. XIX-XX)”, in Hernández Borge, Julio; González Lopo L. (eds.), *Mujer y emigración: una perspectiva plural: Actas del Colóquio Internacional Cátedra Unesco 226 sobre Migracións*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 2008, pp. 146-150.



perspectiva de melhores condições de vida, fizeram do Alto Minho um lugar de passagem obrigatória não só para os homens, mas também para as mulheres da Galiza, que, entre o início e meados da centúria de oitocentos, começaram a transpor a fronteira rumo a terras portuguesas. Fica-nos o registo das que, descobertas ou apanhadas em flagrante delito, foram sujeitas ao veredicto da justiça.<sup>203</sup> Algumas eram apontadas como reincidentes. Era o caso de Teresa Gonçalves, moradora no concelho de Valença, presa pelas autoridades após ter roubado seis alqueires de milho na freguesia de Sanfins. O administrador advertiu o delegado do procurador régio que se tratava de uma criminosa reincidente, várias vezes acusada e punida por cometer o mesmo delito.<sup>204</sup>

Os furtos e roubos eram cometidos sobretudo no espaço doméstico, onde as mulheres, tirando partido do seu ofício, dos laços familiares, da amizade, ou até mesmo da inocência das crianças, que por vezes transformavam em suas cúmplices, subtraíam objectos, dinheiro ou víveres.<sup>205</sup> Mas os lugares onde havia grandes aglomerações de gente, especialmente as feiras, serviam igualmente de cenário para a prática desses delitos, levados a cabo por mulheres, umas vezes em pequenos grupos, outras acompanhadas pelos maridos, havendo ainda algumas que se aventuravam sozinhas. Para conseguirem açambarcar o máximo de objectos, recorriam a uma série de subterfúgios, que passavam por escondê-los junto ao corpo, por entre a roupa, ou ainda pelo uso de outras estratégias mais refinadas.<sup>206</sup> Muitas integravam espécies de bandos,

---

<sup>203</sup> Foi o caso de Josefa Rodrigues, galega, presa depois de ter sido encontrada na posse de quatro mantas, dois pares de sapatos, sete broas de pão, carne de porco e seis alqueires de centeio. AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino Fevereiro de 1854*, n.º 1.9.4.22, não paginado.

<sup>204</sup> AMV, Administração do Concelho. *Registo da correspondência expedida para diversas autoridades, 1846-1849*, n.º 1.1.4.31, não paginado.

<sup>205</sup> Foi o que sucedeu, em 1844, com o pequeno Caetano, filho de Maria Rosa, que, enganado pela sua tia, indicou o sítio onde a sua mãe guardava os brincos de ouro, que acabaram por ser roubados por aquela. AMPL, Administração do Concelho, *Auto de Investigação*, nº1899, não paginado.

<sup>206</sup> Veja-se o esquema montado por Josefa Maurícia, rapariga solteira, natural de Gaifar, concelho de Ponte de Lima, na feira da mesma vila. Depois de ter entregue um saco a uma rapariga sua conhecida que vendia cerejas, ia dando voltas à feira, regressando, de vez em quando, com objectos que metia no saco. O esquema teria resultado senão tivesse sido observada pelo oficial de diligências. Quando capturada, descobriu-se que dentro do saco havia seis bacalhaus, um chapéiro com marca número cinco, um guardanapo de linho usado, uma sacha nova, uma tigela e ainda o saco de algodão. AMPL, Administração do Concelho. *Copiador Geral dos ofícios dirigidos por esta administração a diversas autoridades*, n.º 2.2.1.31, não paginado. Em Setembro de 1844, Maria Josefa Bento Fernandes, moradora na freguesia de Sandiães, concelho de Ponte de Lima, tendo sido vista a roubar na feira, foi

deambulando por diferentes feiras da região, com a única finalidade de furtar os vendedores e transeuntes.<sup>207</sup> Em 1844, Rosa Maria, mulher viúva, e Maria Antónia, casada, moradoras na cidade de Braga, aquando da sua detenção por terem cometido um roubo na feira de Ponte de Lima, o administrador do concelho desta vila verificou que estas eram “tidas e havidas por ladras de profissão”, percorrendo com outras mulheres e grupos de ladrões as feiras das cidades de Braga, Porto, Guimarães e Barcelos, fazendo da pilhagem o seu modo de vida.<sup>208</sup> A primeira das duas mulheres, rotulada de “ladra de feiras”, que já tinha sido capturada pelas autoridades três anos antes, foi remetida à administração do concelho e, posteriormente, entregue ao poder judicial.<sup>209</sup>

Também encontrámos referências à presença de mulheres nas feiras como “picadoras de bolsas”. Os “picadores” eram, aliás, considerados uma autêntica praga. Em 1844, o administrador do concelho de Ponte de Lima queixava-se ao governador civil da existência de “uma companhia de picadores de bolsas composta de homens, mulheres e rapazes que andam em todas as feiras, onde concorrem pessoas que negociam com grandes somas de dinheiros.”<sup>210</sup> Na mesma ocasião, manifestava o seu desagrado pelo facto de as autoridades deterem, preventivamente ou em flagrante delito, os suspeitos da autoria de tais actos e o poder judicial libertá-los sem que lhes fosse aplicada qualquer sanção, o que, segundo ele, funcionava como um convite à reincidência.

Eram frequentes os grupos constituídos por duas, três ou mais mulheres, que se associavam como o propósito de roubar. Em 1855, o administrador do concelho de Ponte de Lima comunicou ao juiz de direito daquela comarca o roubo de uma porca, praticado por três

---

seguida e capturada, tendo sido encontradas, junto a diversas partes seu do corpo, doze côvados de xita marroquina escura, três quartos de morim, um lenço, uma navalha nova, um pente de alisar, uma caixa de lumes, um rosário de vidro enfiado em cadeia de metal amarelo e dois pares de óculos. *Auto de Investigação*, n.º 1896, não paginado.

<sup>207</sup> Em 1854, o administrador do concelho de Ponte de Lima deu conta ao delegado do procurador régio daquela comarca da captura de dois homens e uma mulher, amásia de um deles, que foram remetidos às cadeias da vila em resultado dos furtos que cometeram no dia da sua feira. AMPL, Administração do Concelho. *Copiador Geral dos officios dirigidos por esta administração a diversas autoridades*, n.º 2.2.1.31, não paginado.

<sup>208</sup> AMPL, Administração do Concelho, *Auto de Investigação*, n.º 1944, não paginado.

<sup>209</sup> AMPL, Administração do Concelho, *Auto de Investigação*, n.º 1919, não paginado.

<sup>210</sup> AMPL, Administração do concelho. *Copiador dos officios dirigidos à Administração Geral*, n.º 2.2.2.43, não paginado.

mulheres, moradoras na freguesia de Santa Marinha de Arcozelo.<sup>211</sup> Estes atentados contra a propriedade alheia estavam ainda associados a uma vida errante e à prática da meretrícia.

Para garantir o sustento, a mulher, sobretudo a que se encontrava só, além do furto e do roubo, recorria a expedientes diversos, mais ou menos ilícitos, designadamente a engodos, ardis, conjuros, ou à preparação de mezinhas e drogas, aproveitando-se da credice, da superstição e dos males alheios, tendo como principais alvos as mulheres que desejavam conquistar, a todo o custo, o amor e a afeição de determinado homem.<sup>212</sup> O facto de tais práticas serem executadas essencialmente por mulheres servia para alimentar a associação do sexo feminino à bruxaria e à feitiçaria. Maria do Carmo, mulher viúva, da vila de Valença, era conhecida naquela localidade por fabricar rebuçados que continham substâncias aditivas capazes de “prender homem”. Numa das ocasiões em que se preparava para fazer negócio com uma criada de servir, Maria Joaquina Lopes, que queria oferecer os referidos rebuçados ao amante para o induzir a casar com ela, foi capturada pelas autoridades, juntamente com a sua cliente, que já conheciam o seu modo de vida.<sup>213</sup> Realizado o auto de investigação, que imputou a Maria do Carmo a prática continuada de venda de mezinhas, e examinadas as substâncias presentes nos rebuçados, verificou-se que estes, embora não provocassem a morte, podiam causar um sofrimento atroz.<sup>214</sup>

Apesar de todas as contrariedades, algumas mulheres conseguiam substituir os respectivos maridos na execução das tarefas que lhes estavam tradicionalmente atribuídas, mas outras, vencidas pelas contrariedades, acabavam por cair na miséria ou enveredar pela criminalidade. Por outro lado, a mulher passou também a envolver-se em conflitos tipicamente masculinos e a assumir o papel de protagonista em cenas de violência, quer como vítima ou testemunha, quer, sobretudo, como agressora.<sup>215</sup>

---

<sup>211</sup> AMPL, Administração do concelho. *Copiador Geral dos ofícios dirigidos por esta administração a diversas autoridades*, n.º 2.2.1.31, não paginado.

<sup>212</sup> Sobre estas práticas e os especialistas na sua confecção na ilha de S. Miguel leia-se Silva, Susana Paula Franco Serpa, *Violência, Desvio e Exclusão na Sociedade Micaelense Oitocentista (1842-1910)*, vol. I..., pp. 311-312.

<sup>213</sup> AMV, *Administração do concelho. Correspondência para o Administrador Geral -1862*, n.º 1.1.4.10, não paginado.

<sup>214</sup> AMV, *Administração do concelho. Correspondência para o Administrador Geral 1853-1855*, n.º 1.1.4.8, não paginado.

<sup>215</sup> Sobre a participação da mulher em situações de agressão física e verbal durante o reinado de D. João II leia-se Queirós, Isabel Maria de Moura Ribeiro de, *Theudas e Mantheudas. A criminalidade feminina no reinado de D. João II através da leitura das cartas de perdão (1481-1485)*, vol. I, Porto, 1999, pp. 69-75. Tese de mestrado policopiada.

A entrada da mulher no universo da transgressão assume contornos assaz complexos, surgindo como consequência de circunstâncias variadas, impostas pela sociedade, pela moral, pela religião e pela situação económica.<sup>216</sup> Se a sua reduzida actividade criminal pode ser explicada pela escassa intervenção na sociedade, já no caso do Alto Minho os valores alcançados pelos crimes de furto e roubo podem conduzir-nos a duas interpretações: por um lado, estes valores resultam da participação da mulher na economia doméstica, por outro, podem ser prova da indigência e da fragilidade dos elementos do sexo feminino, quando sós, nesta região.<sup>217</sup>

A comprovar a relação entre a conjuntura económica e a criminalidade feminina, temos a situação registada nesta região, na década de cinquenta do século XIX, abalada por crises que afectaram o sector agrícola, em particular a que se verificou na produção de milho, no ano de 1855. De facto, se examinarmos o período compreendido entre 1839 e 1855, exceptuando os anos de 1846 e 1847, para os quais não dispomos de dados, concluimos que a década de cinquenta sobressai pelo aumento contínuo da criminalidade feminina, que atingiu o pico em 1855, ano de crise na produção do milho e que provocou um aumento do seu preço. Nos anos de 1851, 1852 e 1853, o preço médio do milho, no concelho de Viana do Castelo, foi de 335, 327 e 322 réis por alqueire, respectivamente. No mês de Janeiro de 1855, atingiu os 620 réis, continuando a subir até alcançar os 840 réis em Julho desse mesmo ano.

O quadro descrito tornou ainda mais difícil a subsistência dos mais carenciados, impelindo-os para o cometimento de crimes contra a propriedade, muitos deles da autoria de mulheres. Em época de carestia, o milho passou a ser o alvo de cobiça, quer para consumo, quer, inclusive, para venda, dados os elevados preços alcançados no mercado. Em Julho de

---

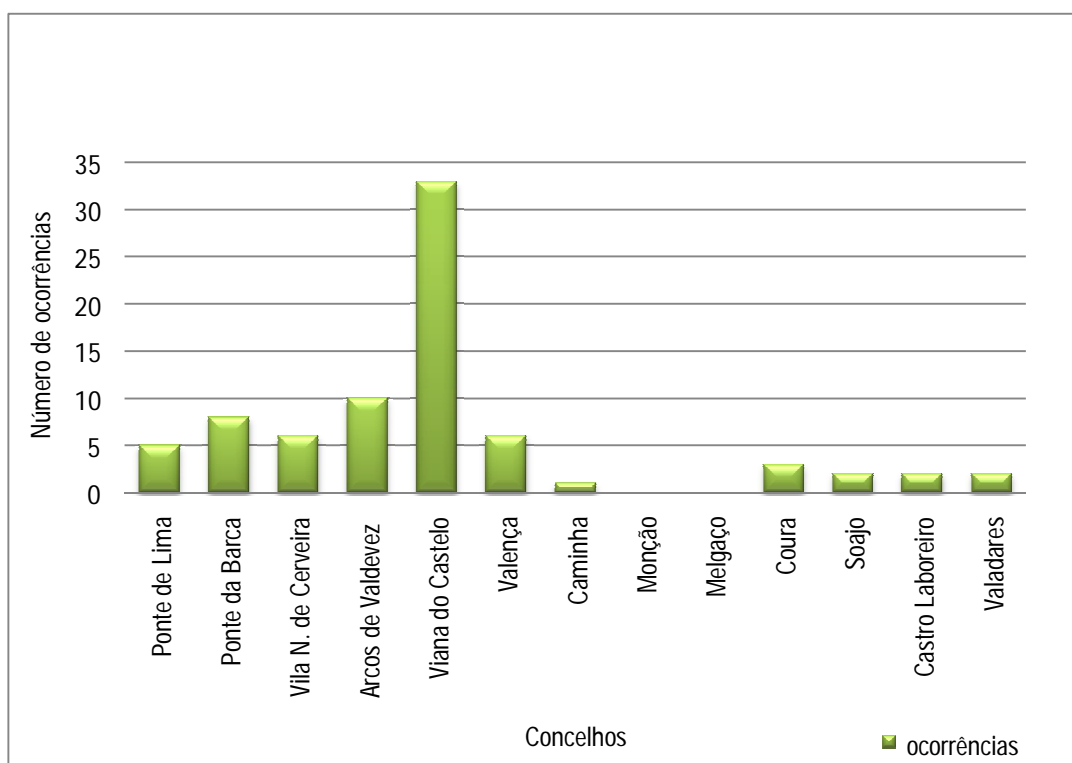
<sup>216</sup> Sobre a forma como o quadro económico condicionava as relações de género e o comportamento das mulheres em Amesterdão, nos séculos XVII e XVIII, sobretudo no que no que concerne à sua posição dentro do mercado de trabalho, dado o seu elevado número, quando comparado com um número diminuto de homens, que se traduzia no ingresso destas no mundo da prostituição, consulte-se Spierenburg, Pieter, “Violencia, género y entorno urbano: Amsterdam en los siglos XVII y XVIII”, in Fortea, I. José; Gelabert, Juan E.; Mantecón, Tomas A. (edit.), *Furor et rabies. Violencia, conflicto y marginación en la Edad Moderna*, Santander, Universidad de Cantabria, 2002, pp. 99-128.

<sup>217</sup> Segundo Émile Durkheim, a mulher, por exemplo, comete menos homicídios, não por questões de ordem fisiológica, mas sim por razões de ordem social, por uma participação social mais limitada, em virtude da falta de oportunidade. Durkheim, Émile, *O Suicídio*, Lisboa, Editorial Presença, 2007, pp. 364-365.

1855, Maria Domingues, natural de Tui, localidade da Galiza, foi presa, na vila de Ponte da Barca, após ter sido apanhada a roubar milho.<sup>218</sup>

Recorrendo ainda ao gráfico 4, constatamos igualmente a existência de uma certa propensão da mulher para o cometimento de determinados crimes, tidos como tipicamente femininos, como o infanticídio, o envenenamento, entre outros. Frequentemente, as vítimas dos crimes mais graves pertenciam ao agregado familiar, em particular as crianças.

**Gráfico 5.** Residência dos acusados do sexo feminino (1839-1855)



Fonte: AHGCVC, *Registo dos officios para o Ministério do Reino de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12; *Correspondência com o Ministério do Reino de Maio de 1843 a Junho de 1844*, n.º 1.9.4.14; *Correspondência do Ministério do Reino - 1 Julho de 1844 a 31 de Dezembro de 1845*, n.º 1.9.4.15; *Registo dos officios dirigidos ao Ministério do Reino*, n.º 1.9.4.13; *Correspondência com o Ministério do Reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18; *Correspondência com o Ministério do Reino - 1851*, n.º 1.9.4.19; *Correspondência com o Ministério do Reino Janeiro de 1852 a Fevereiro de 1853*, n.º 1.9.4.20; *Correspondência com o Ministério do Reino Março 1853 - Janeiro 1854*, n.º 1.9.4.23; *Correspondência com o Ministério do Reino Fevereiro de 1854 - 1.9.4.22*.

<sup>218</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino de Janeiro a Dezembro de 1855*, n.º 1.9.4.23, não paginado.

Se atendermos ao gráfico 5, que se refere à residência das autoras de práticas delituosas, verificamos que o concelho de Viana do Castelo sobressai entre os restantes do distrito. Esta supremacia pode ser explicada, pelo menos em parte, pela sua dimensão, mas sobretudo pelas características urbanas, o que funcionava como um motivo de atracção e de fixação para quem buscava uma ocupação e pretendia melhorar a sua situação económica. Aí encontrámos mulheres desvinculadas da família e da terra de origem, que, para além da agricultura, se dedicavam a outros ofícios, trabalhando à jorna ou como criadas de servir, embora de forma precária e esporádica. Muitas delas tinham decerto uma vida mais solitária e difícil do que no espaço rural, onde a solidariedade da vizinhança e o amparo familiar estavam mais presentes, mas também onde o controlo sobre os seus comportamentos era mais apertado.

Podemos adiantar que a participação da mulher alto minhota no mundo da criminalidade é reduzida, manifestando-se, sobretudo, através do pequeno delito, designadamente roubos e furtos de reduzido valor. Os delitos mais graves, como o infanticídio e o envenenamento, estavam confinados à esfera doméstica. Consideramos, por outro lado, que muitos dos excessos verbais em que a mulher se envolvia eram desvalorizados pelas autoridades, em resultado daquilo que Nicole Castan designa de “irónica indulgência” dos homens, o que também poderá explicar a baixa representatividade feminina no cômputo geral da criminalidade.<sup>219</sup>

Traçar o perfil da mulher agressora não é tarefa fácil, dado que os casos de violência feminina eram determinadas mais pelas circunstâncias e pela emoção do que propriamente pela idade, pela profissão ou pelo estado civil. No entanto, eram sobretudo as mulheres de classes populares que apareciam envolvidas em condutas violentas, e não tanto as de grupos sociais mais elevados, que geralmente estavam mais protegidas pelo recato do lar e pelo seu estatuto social. Vamos, deste modo, ainda que parcialmente, ao encontro do estereótipo comumente traçado e evidenciado por diferentes trabalhos, aplicados a diversas regiões, da mulher criminosa ou que apresentava uma maior propensão para a transgressão: jovem, solteira, imigrante, pertencente às classes trabalhadoras ou a minorias étnicas.<sup>220</sup>

---

<sup>219</sup> Confira-se Castan, Nicole “A Criminosa”, in Duby, Georges; Perrot, Michelle, *História das mulheres no Ocidente. Do Renascimento à Idade Média*, vol. 3, Porto, Edições Afrontamento, 1994, p. 543.

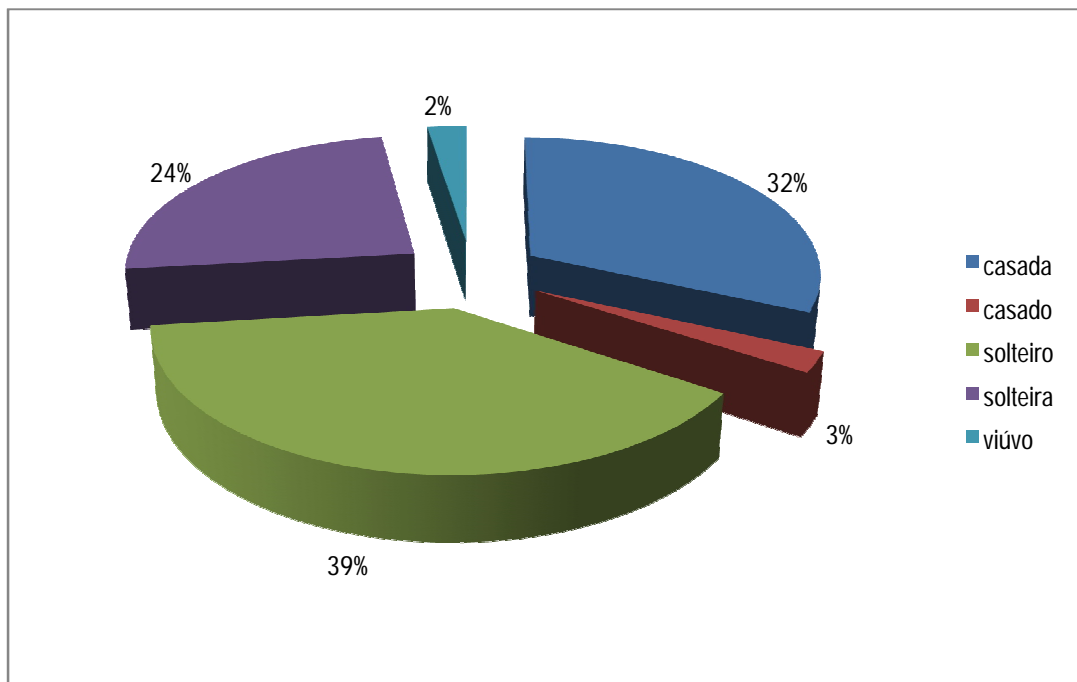
<sup>220</sup> Consulte-se Sullivan, Anne, “Female Crime, Explanations”..., pp. 72.

### **3.2. O estado civil**

Para o estudo do perfil dos contendores, atendendo ao seu estado civil, convém salientar que os dados apresentados nos gráficos 6, 7, 8 e 9 se reportam apenas a dois dos concelhos que integram o distrito de Viana do Castelo. Para o século XVIII, é considerada a situação do concelho de Vila Nova de Cerveira, a partir de fontes judiciais; para o século XIX, as representações gráficas referem-se ao concelho de Viana do Castelo, com base em fontes produzidas pela administração do concelho. Não nos debruçámos sobre a totalidade da documentação, uma vez que a maior parte das comunicações enviadas ao governo civil omitiam o estado civil de vítimas e acusados. Temos, por isso, consciência de que os resultados obtidos são parcelares e deles não podemos retirar conclusões devidamente sustentadas.

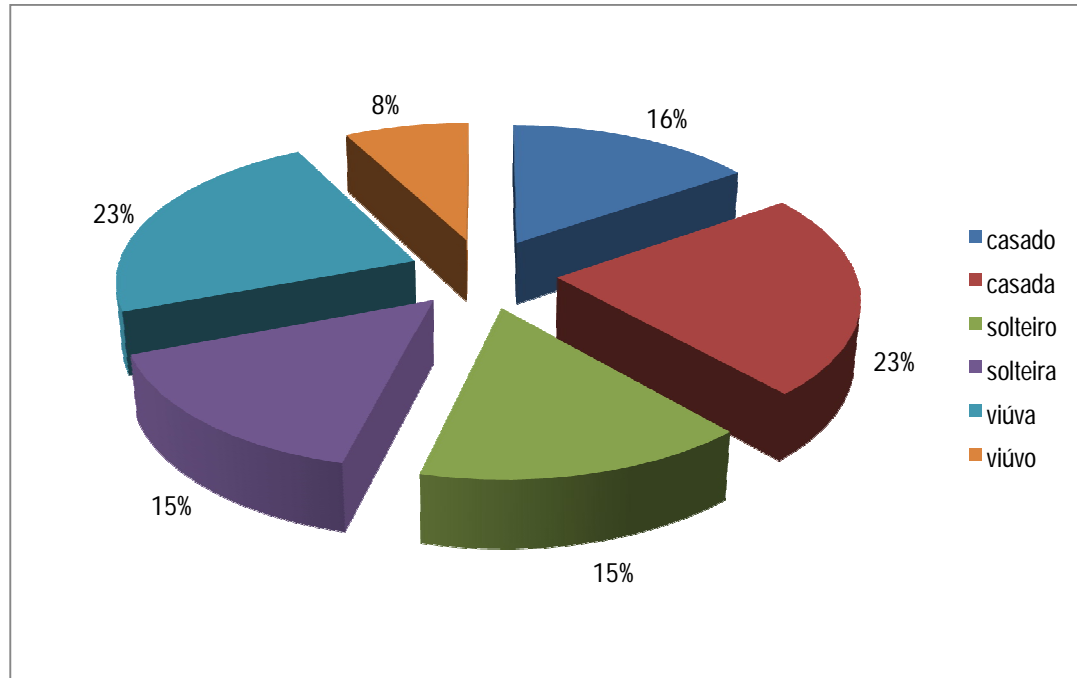
A nossa análise permite verificar que há uma variação de percentagens, relativamente ao estado civil, determinada pelo sexo, quer se trate de agressores ou de vítimas. Esta diferenciação acaba por reflectir a posição que o indivíduo detinha na sociedade e que, conforme apurámos, era determinada não só pelo sexo, mas igualmente pelo estado civil. Compreendia ainda um conjunto de práticas, valores, relações de sociabilidade e de poder. Passamos a explicitar esta realidade, tomando os viúvos como exemplo. Embora a mulher viúva esteja ausente da representação exposta no gráfico 6, ela foi a protagonista de 23% dos delitos cometidos no concelho de Viana do Castelo, entre 1837 e 1869, como se poderá constatar através do gráfico 7, alcançando a percentagem mais elevada conjuntamente com as mulheres casadas.

**Gráfico 6.** Estado civil dos acusados – Vila Nova de Cerveira (1765-1788)



Fonte: AMVC, *Autos de falsidade, devassas, querelas, autos de injúria, precatórias – 1765-1788*, documento avulso.

**Gráfico 7.** Estado civil dos acusados – Viana do Castelo (1837-1869)



Fonte: ADVC, *Administrador do concelho de Viana do Castelo, Copiador Geral -1837*, n.º 5.16.4.16; *Administrador do concelho de Viana do Castelo, Copiador Geral -1838*, n.º 5.16.4.17; *Administrador do concelho de Viana do Castelo, Copiador Geral -1839-1840*, n.º 5.16.4.18; *Administrador do concelho de Viana do Castelo, Ofícios dirigidos ao Governador Civil deste districto - anos de 1863- Dezembro de 1864*, n.º 5.16.2.3; *Administrador do concelho de Viana do Castelo, Ofícios dirigidos ao Governador Civil deste districto - ano 1865*, n.º 5.16.2.2; *Administrador do concelho de Viana do Castelo, Ofícios dirigidos ao Governador Civil deste districto. Anos de 1868 a 1870*, n.º 5.16.2.



A elevada participação das viúvas acaba por reflectir a sua posição de fragilidade no tecido social da época, que era desfavorável à sobrevivência de mulheres sós e desamparadas, que, em desespero, mais facilmente se dispunham à prática de delitos contra a propriedade e a confrontar-se, verbal ou fisicamente, com as suas iguais ou com elementos do sexo oposto. No que diz respeito aos homens viúvos, sobressai a sua escassa presença no domínio da transgressão, o que poderá ser explicado, em certa medida, pelo facto de a sua esperança de vida ser inferior à das mulheres.

Outra consideração a reter é a de que o próprio estado civil pode contribuir para o cometimento de determinadas acções delituosas, nomeadamente o infanticídio e o abandono de crianças, geralmente associadas às mulheres solteiras e motivadas pelo receio de assumir uma gravidez indesejada ou inoportuna.<sup>221</sup>

No cômputo geral, no que diz respeito aos acusados, podemos afirmar que as mulheres casadas destacam-se pelos seus comportamentos mais arrebatados, quer no século XVIII, quer na centúria de oitocentos, em resultado da sua ingerência na economia familiar. No sector masculino, predominam os solteiros, de forma mais acentuada no século XVIII, sendo ligeiramente ultrapassados pelos casados, em Viana do Castelo, no período compreendido entre 1837 e 1869. Esta elevada participação dos solteiros pode relacionar-se a impetuosidade própria da juventude, associada a uma maior pujança física, não raras vezes acompanhada por uma certa imaturidade e intemperança, que poderiam concorrer para a prática de actos mais agressivos. Por outro lado, além da sua natural predisposição para a contestação e rebeldia, os rapazes solteiros podiam desenvolver uma sociabilidade mais intensa, que se repartia por vendas e tabernas, festas e serões, onde não faltava o álcool em doses excessivas, que, por sua vez, levava a comportamentos mais destemperados.

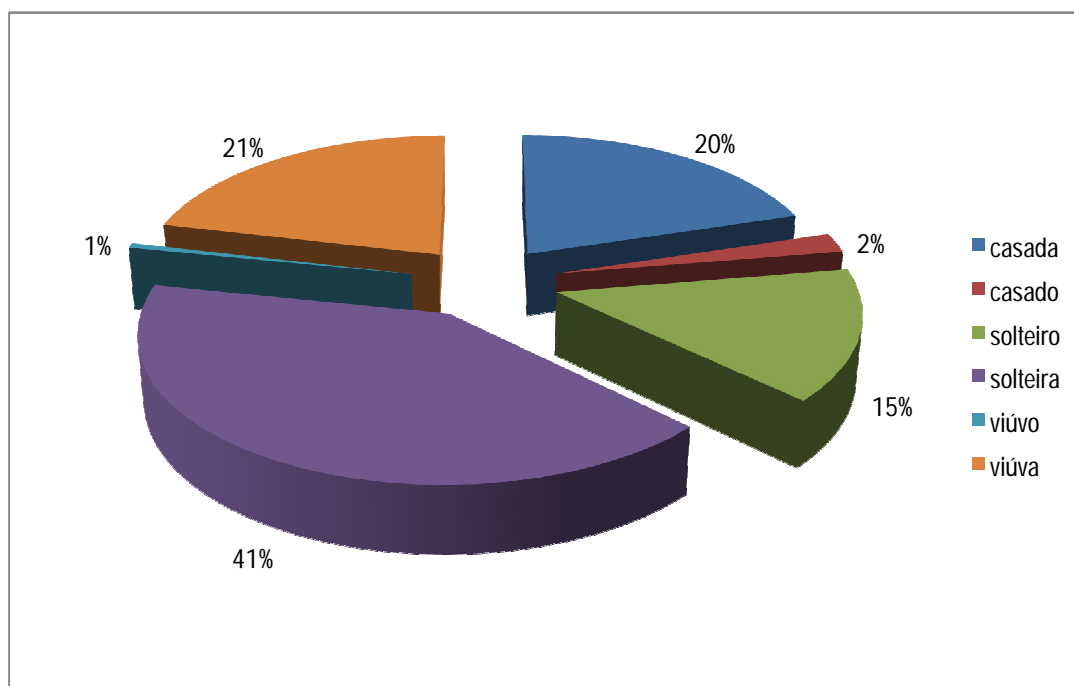
---

<sup>221</sup> Sobre este assunto vejam-se as considerações tecidas por Vaz, Maria João, *Crime e Sociedade. Portugal na segunda metade do século XIX*...p. 202. Para o distrito de Viana do Castelo, no período em análise, encontrámos duas mulheres nestas circunstâncias: Josefa Rosa, rapariga solteira, acusada de ter abandonado uma criança junto à porta de uma casa, na rua das Laranjeiras, na noite de 23 para 24 de Dezembro de 1869 e Maria, suspeita de ter cometido o crime de infanticídio em 1861. ADVC, Administrador do concelho de Viana do Castelo. *Ofícios dirigidos ao Governador Civil deste districto. Anos de 1868 a 1870*, n.º 5.16.2.5, não paginado; Administrador do concelho de Viana do Castelo. *Ofícios dirigidos ao Governador Civil deste districto - ano 1860*, n.º 5.16.2.2, não paginado.

Os homens casados não estavam arredados da intervenção em conflitos, apesar de Roberto Frias, apoiando-se em estatísticas da época, considerar, no século XIX, que as relações domésticas eram em tudo benéficas para a formação do carácter do indivíduo. Segundo este médico, “o amor conjugal, o amor paternal, o amor filial, o desejo de se perpetuar família, a educação dos filhos são outros tantos elos que prendem o homem à humanidade instillando-lhe no coração as mais santas afeições com a disciplina racional do seu natural egoísmo.”<sup>222</sup>

Para este autor, o casamento permitia ao homem a integração num novo contexto, o familiar, onde exercia a sua autoridade sobre a esposa e os filhos. Era um poder que, de vez em quando, conduzia à emergência de uma nova forma de conflituosidade, a violência doméstica, que incluía o recurso à força física.

**Gráfico 8.** Estado civil dos ofendidos – Vila Nova de Cerveira (1765-1788)



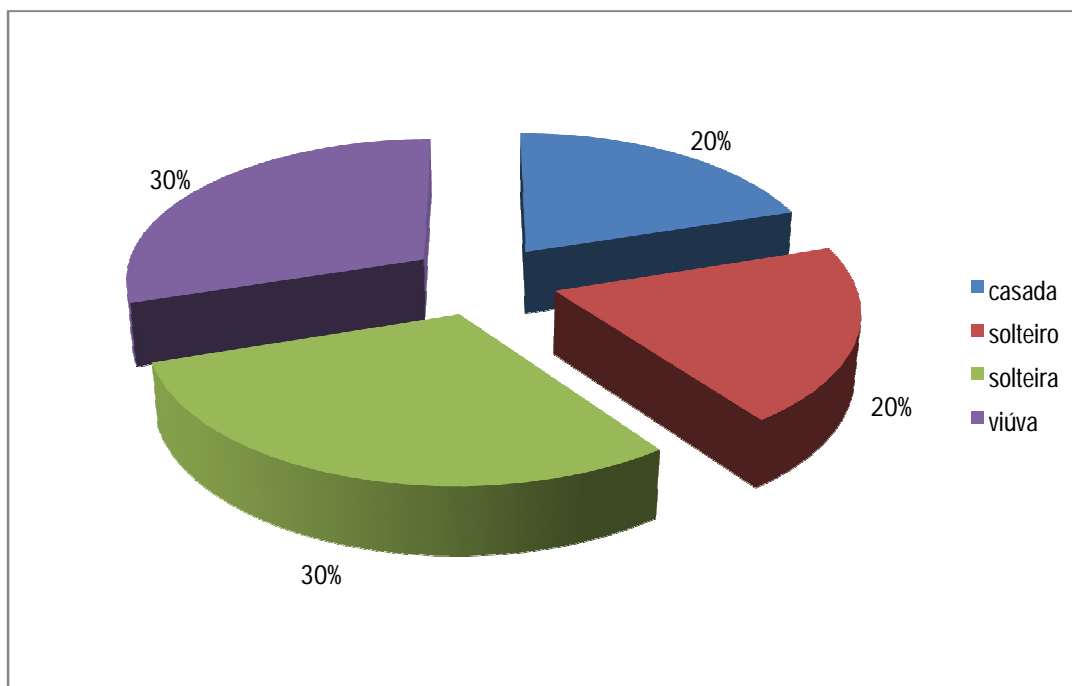
Fonte: AMVC, *Autos de falsidade, devassas, querelas, autos de injúria, precatórias* – 1765-1788, documento avulso.

Quando nos referimos às vítimas da violência, as posições no quadro percentual alteram-se. No século XVIII, em Vila Nova de Cerveira, verifica-se um claro predomínio do sexo feminino, que representa 81% dos ofendidos, como mostra o gráfico 8. Esta percentagem está distribuída pelos três estados civis mencionados, cabendo a posição cimeira às mulheres solteiras (41%),

<sup>222</sup> Confira-se Frias, Roberto, *O crime (Apontamentos para a systematisação da criminalidade)*..., p. 66.

seguidas pelas viúvas (21%) e imediatamente a seguir surgem as casadas (20%). Os homens, sobretudo os solteiros, aparecem como vítimas em apenas 17% dos casos.

**Gráfico 9.** Estado civil dos ofendidos – Viana do Castelo (1837-1869)



Fonte: ADVC, *Administrador do concelho de Viana do Castelo, Copiador Geral -1837*, n.º 5.16.4.16; *Administrador do concelho de Viana do Castelo, Copiador Geral -1838*, n.º 5.16.4.17; *Administrador do concelho de Viana do Castelo, Copiador Geral -1839-1840*, n.º 5.16.4.18; *Administrador do concelho de Viana do Castelo, Ofícios dirigidos ao Governador Civil deste districto - anos de 1863- Dezembro de 1864*, n.º 5.16.2.3; *Administrador do concelho de Viana do Castelo, Ofícios dirigidos ao Governador Civil deste districto - ano 1865*, n.º 5.16.2.2; *Administrador do concelho de Viana do Castelo, Ofícios dirigidos ao Governador Civil deste districto. Anos de 1868 a 1870*, n.º 5.16.2.5.

No período compreendido entre 1837 e 1869, e relativamente ao concelho de Viana do Castelo, constatamos, a partir dos dados expostos no gráfico 9, que 80% das situações averiguadas dizem respeito às mulheres na condição de vítimas, surgindo as solteiras e as viúvas com igual percentagem (30%), o que põe em relevo a associação entre a vida solitária, a pobreza e a fragilidade resultante da ausência do elemento masculino.

No que diz respeito ao estado de casado, apenas dispomos de elementos do sexo feminino (20%), não existindo qualquer registo de vítimas casadas do sexo masculino. Os homens solteiros, por sua vez, representam 20% no cômputo geral das ocorrências indagadas. Os homens viúvos, geralmente mais velhos e debilitados, ou casados e com maiores

responsabilidades, levavam uma vida mais sóbria e, por consequência, menos atreita ao envolvimento em episódios violentos.

Deste modo, podemos concluir que, no século XVIII, os homens solteiros sobressaem na condição de acusados.<sup>223</sup> Já no século XIX, a mulher, casada ou viúva, assume o destaque. No que diz respeito às vítimas, evidenciam-se, no século XVIII, as mulheres solteiras, ao passo que na centúria de oitocentos o protagonismo recai novamente sobre estas e sobre as viúvas.

### 3.3. A idade

No que concerne à idade de ofensores e ofendidos, as referências surgem-nos muito desconexas, dado que raramente os administradores dos concelhos mencionavam esse pormenor, o que inviabiliza qualquer tipo de tratamento estatístico e uma análise segura sobre este aspecto. No período compreendido entre 1839 e 1855, num universo de 1635 participações, encontrámos apenas cinco em que foi referenciada a idade dos acusados e nove em que foi explicitada a idade dos ofendidos, o que constitui uma amostra irrelevante.

Importa referir que a idade era mencionada principalmente nas ocorrências em que a vítima tinha sido alvo de abusos sexuais, nomeadamente violação e incesto, ou ainda em casos de infanticídio e de agressões físicas consideradas graves. Nestas circunstâncias, a idade assumia grande importância, na medida em que fazia sobressair a gravidade do delito, ou até mesmo o seu carácter grotesco, bem como a juventude da vítima ou do acusado, o que podia funcionar como factor atenuante ou agravante e influir na moldura penal a aplicar.<sup>224</sup>

As autoridades administrativas atendiam sobretudo à faixa etária que ia até aos 20 anos de idade. No entanto, encontrámos uma excepção, em que é precisamente a idade avançada da vítima que torna o delito ainda mais hediondo e, por isso, as autoridades julgaram pertinente anotar esse pormenor. Trata-se do caso que envolveu Manuel Durães, morador na freguesia de Arões, concelho de Valença. Numa tarde de Agosto, “das três para a quarta da tarde”, encontrou uma mulher num atalho, cujo nome é omissa, de 60 anos de idade, natural da freguesia de Campos, concelho Vila Nova de Cerveira, que ia pernoitar na casa de uma amiga daquela

---

<sup>223</sup> Embora, como refere Maria João Vaz, muitos destes homens que se apresentam como solteiros pudessem viver maritalmente, em união de facto. No entanto, esta seria certamente uma realidade mais comum nas sociedades urbanas do que no meio rural oitocentista. Vaz, Maria João Mendes, *A criminalidade em Lisboa entre os mediados do século XIX e o início do século XX...* pp. 413-416.

<sup>224</sup> Confira-se *Código Penal de 1852...*, p. 115.

freguesia, mas não sabia o caminho. A pretexto de a orientar para chegar ao seu destino, levou-a para um local ermo onde a violou e espancou, tendo sido encontrada banhada em sangue pelas pessoas que trabalhavam nos campos próximos.<sup>225</sup>

Recorrendo ao cruzamento de fontes e atendendo, por exemplo, à imprensa local, apercebemo-nos da emergência de um problema que começava a inquietar as autoridades oitocentistas, não só a nível local e nacional, mas também à escala europeia: a delinquência juvenil.<sup>226</sup> Esta temática mereceu, aliás, a atenção não só do positivismo, mas também das doutrinas que então se impunham como dominantes, com especial destaque para a teoria evolucionista de Darwin, que, associada à corrente supramencionada, dominava o panorama intelectual da época, e deu um impulso decisivo para o derrube de algumas posições face ao crime e ao criminoso.<sup>227</sup> Por outro lado, os desenvolvimentos registados no domínio das ciências, nomeadamente da medicina, contribuíram para o surgimento de uma nova visão do criminoso como um ser diminuído, degenerado e desprovido de livre-arbítrio.<sup>228</sup>

Importa sublinhar que as transformações de carácter económico resultantes do processo industrializador, que conduziram ao aparecimento de novos fenómenos sociais e demográficos, como o êxodo rural, a urbanização e o crescimento do operariado, contribuíram para o incremento da delinquência juvenil. As teorias então dominantes sobre esta temática tinham-se mostrado ineficazes no combate ao crime, por isso os esforços concentravam-se agora na compreensão da figura do criminoso.

---

<sup>225</sup> AHGCVC, *Registo dos ofícios para o Ministério do reino, de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º cota: 1.9.4.12, não paginado; AMV, *Administração do concelho. Correspondência para o Administrador Geral - 1840-1842*, n.º 1.1.4.5, não paginado.

<sup>226</sup> Segundo Heather Shore, a delinquência juvenil na Inglaterra era já uma preocupação em centúrias anteriores, mas adensa-se a partir dos inícios de oitocentos, em particular de 1810. Leia-se Shore, Heather, "The trouble with boys: gender and the "invention" of the juvenile offender in early nineteenth Britain", in Arnot, Margaret L.; Osborne, Cornelia (Edi.), *Gender and Crime in Modern Europe*, London, Routledge, 2003, pp. 75-92. Sobre as preocupações em Portugal com a vadiagem, mendicância e delinquência juvenil veja-se Lopes, Maria Antónia, "Crianças e jovens em risco nos séculos XVIII e XIX. O caso português no contexto europeu", in *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 2, 2002, pp. 178-179.

<sup>227</sup> Veja-se Cusson, Maurice, *Criminologia...*, pp. 66-67.

<sup>228</sup> Sobre a evolução do discurso criminológico leia-se Becker, Peter, "O criminoso: entre a diabolização e a normalização. Reflexões sobre a história da criminalidade oitocentista", in Almeida, Pedro Tavares de; Marques, Tiago Pires (coord.), *Lei e Ordem. Justiça Penal, Criminalidade e Polícia séculos XIX-XX*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, pp. 67-88.

Alguns autores defendiam a perspectiva segundo a qual o criminoso iniciava o caminho para a transgressão ainda em tenra idade, através de pequenos delitos de furto e de roubo, transformando-se num pequeno larápio, para depois, à medida que a idade avançava, se dedicar à prática de crimes mais graves, incluindo o homicídio.<sup>229</sup> Chegado à velhice, a pujança física daria lugar à astúcia e à perícia, e o criminoso incorreria noutros delitos, que se caracterizariam por uma maior sagacidade.<sup>230</sup> Impunha-se, por conseguinte, atalhar o prosseguimento desse caminho ascendente na escala criminal, procurando reabilitar o meliante ainda em criança, através, por exemplo, da sua reclusão em casas de correcção e asilos, à semelhança do que se verificava em vários países europeus, desde a época moderna. Deste modo, caberia ao Estado, como defendia Ferreira Deusdado já em inícios do século XX, proteger os menores abandonados, reeducá-los por via da formação moral, para desse modo secar “uma das maiores fontes da criminalidade”.<sup>231</sup>

Em Portugal, o primeiro passo nesse sentido foi dado com a fundação da Casa Pia de Lisboa, em 1780, à qual, entre outras atribuições, competia recolher crianças órfãs e abandonadas. A criação de instituições desta natureza não se alargou ao resto do país, embora tenha sido projectada a erecção de um estabelecimento congénere na cidade do Porto, mas que não se concretizou.<sup>232</sup> Todavia, conhece-se a existência de vários orfanatos, asilos e outras instituições de amparo a crianças órfãs e pobres.<sup>233</sup>

---

<sup>229</sup> Na sua obra *Os Criminosos Portugueses*, Mendes Corrêa apresenta vários exemplos de criminosos célebres que iniciaram a sua carreira no crime ainda na infância. Confira-se Corrêa, Mendes, *Os Criminosos Portugueses. Estudos de Anthropologia Criminal...*, pp. 92-94.

<sup>230</sup> Perspectiva partilhada por Roberto Frias. Confirme-se Frias, Roberto, *O crime (Apostamentos para a systematisação da criminalidade)* ..., pp. 50-51.

<sup>231</sup> Confira-se Deusdado, Ferreira, *A Onda do Crime. Etiologia e profilaxia*, Lisboa, João d'Araújo Moraes L.da, 1931, pp. 63-68.

<sup>232</sup> Leia-se Santos, Maria José Moutinho, “A Real Casa Pia de Correcção e Educação do Porto, 1792-1804”, in *Revista da Faculdade de Letras. História*, Porto, Série III, vol. 2, 2001, pp. 129-144. Sobre as instituições existentes na cidade do Porto, destinadas a limitar o impacto do abandono e da pobreza infanto-juvenil, ao longo do século XIX leia-se Ferreira, Paula Alexandra de Faria, *A Oficina de São José na cidade do Porto, 1880-1909*, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2009, pp. 11-13. Tese de mestrado policopiada.

<sup>233</sup> Sobre a intervenção estatal no apoio aos órfãos e a criação da Casa Pia leia-se Lopes, Maria Antónia, “Intervenção da Coroa nas Instituições de Protecção Social de 1750 a 1820”, in *Revista de História das Ideias*, vol. 29, 2008, pp. 161-163. Para o século XIX veja-se Fonte, Teodoro Afonso da, *O abandono de crianças em Ponte de Lima (1625-1910)*, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Ponte de Lima; Centro de Estudos Regionais, 1996, pp. 55-86.

No caso concreto do distrito de Viana do Castelo, foi preciso esperar pela chegada do século XIX para se assistir ao lançamento de instituições viradas para o apoio a crianças em risco, como os asilos de infância desvalida. O primeiro asilo do distrito foi fundado em 1851, só entrando em funcionamento em 1854.<sup>234</sup> Recebia crianças do sexo masculino e feminino, provenientes de famílias de poucos recursos, sem capacidade para as educar e para garantir o seu sustento. As crianças permaneciam todo o dia no asilo, onde lhes era ministrado o ensino primário e eram alimentadas com três refeições.<sup>235</sup> No caso dos rapazes, a sua estadia era permitida até aos oito anos de idade, mas as raparigas podiam permanecer na instituição até aos 12 anos.<sup>236</sup> Tratava-se, assim, de uma resposta institucional que aliava o sentido caritativo à educação, que pretendia combater o ócio e evitar a delinquência juvenil.

A imprensa local, por seu lado, conjecturava sobre o futuro das crianças ociosas e sem educação, que cresciam e vagueavam pelas ruas. Para as raparigas augurava, como destino mais provável, a imoralidade e a prostituição.<sup>237</sup> Os rapazes, desde novos habituados ao mister do engano, “irão reforçar as quadrilhas dos malvados e salteadores, irão ser assassinos daqueles que lhes mataram a fome!” Era deste modo que se encarava o futuro destas crianças, por sinal nada auspicioso, o que contrariava, aliás, a ideia de progresso social oitocentista. Em meados do século XIX, já a sociedade vianense se preocupava em enxergar os responsáveis, repartindo as culpas pela inoperância das forças policiais e pelo desmazelo dos administradores dos concelhos, mas não deixando também de propor soluções para um problema considerado de interesse público.<sup>238</sup>

---

<sup>234</sup> Sobre o Asilo de Infância Desvalida de Viana do Castelo leia-se Fonte, Teodoro Afonso da, *No limiar da honra e da pobreza. A infância desvalida e abandonada no Alto Minho (1698-1924)*..., pp. 221-226.

<sup>235</sup> Depois da abertura do Asilo de Infância Desvalida de Viana do Castelo, será necessário esperar mais de duas décadas até que outra instituição desta natureza seja criada no Alto Minho. Só em 1879 é que foi estabelecida uma instituição similar em Ponte de Lima. Confira-se Lemos, Miguel Roque dos Reis, *Anais Municipais de Ponte de Lima*, Braga, Câmara Municipal de Ponte de Lima, 1977, pp. 110-112.

<sup>236</sup> A propósito do Asilo da Infância Desvalida de Viana do Castelo consulte-se igualmente Coelho, Eusébio Cândido C. P. Furtado, *Estatística do districto de Viana do Castelo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1861, pp. 179-182.

<sup>237</sup> Sobre a presença de menores nas ruas do Porto no último quartel do século XIX leia-se Santos, Maria José Moutinho dos, “Menores no Porto: entre o desamparo e o crime (1880-1911), in *Ler História*, n.º 53, 2007, pp. 76-80.

<sup>238</sup> Consulte-se o jornal *Aurora do Lima*, n.º 59, 10 de Maio, de 1856, não paginado.

As crianças, perseguidas pela indigência e entregues à sua sorte, viam-se compelidas a uma vida errante, tentando sobreviver à custa de todo o tipo de expedientes.<sup>239</sup> Algumas eram órfãs ou tinham sido abandonadas pelos pais, incapazes de garantirem a subsistência da vasta prole, outras tinham fugido aos maus-tratos familiares.<sup>240</sup> Havia ainda jovens que tinham abandonado o lar em busca de melhores condições de vida, tendo o Brasil como destino, ou que simplesmente partiam em busca de trabalho, que muitas vezes era precário ou inexistente, não lhes sobrando então outra alternativa que não fosse deambular pelas ruas, mendigando ou furtando.<sup>241</sup>

Em 1860, no distrito de Viana do Castelo, havia 158 jovens que viviam da caridade pública e que não beneficiavam de qualquer ajuda institucional, nem estavam inseridos em organizações de apoio, embora pudessem desfrutar do auxílio, ainda que esporádico, de instituições de assistência.<sup>242</sup>

---

<sup>239</sup> Segundo Paula Guilhermina de Carvalho Fernandes, que estudou a vadiagem na cidade do Porto, no período compreendido entre 1901 e 1906, esta surge, nas suas palavras, como um fenómeno “eminente adolescente”, dada a proeminência alcançada pelos vadios que se encaixavam nas faixas etárias entre os 10-14 e os 15-19. Leia-se Fernandes, Paula Guilhermina de Carvalho, “Os vadios no Porto de início do século (1901-1906)”, in *Revista da Faculdade de Letras. História*, série II, vol. 11, 1994, pp. 343-345.

<sup>240</sup> Leia-se sobre as causas da vadiagem juvenil, Relvas, Eunice, *Esmola e Degredo. Mendigos e Vadios em Lisboa (1835-1910)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002, pp. 109-110. Para a Inglaterra oitocentista William Augustus Miles considerava a existência de três razões que contribuíam para o desenvolvimento da delinquência juvenil: a reunião das classes mais pobres em bairros periféricos, a negligência familiar e facilidade com que vendiam o produto dos seus furtos. Confira-se Philips, David, “Three “moral entrepreneurs” and the creation of “a criminal class” in England, c. 1790s-1840s”, in *Crime History and Societies*, vol. 7, n.º 1, 2003, p. 10.

<sup>241</sup> Sobre a presença de menores desvalidos nas ruas da Baía do século XIX, entre os quais se encontravam crianças órfãs e abandonadas, mas também as que tinham fugido aos maus-tratos, sevícias e exploração leia-se Filho, Walter Fraga, *Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do século XIX*, São Paulo, Editora HUCITEC, 1996, pp. 111-125.

<sup>242</sup> Sobre a mendicidade infantil no século XIX leia-se Carasa Soto, Pedro, “Cambios en la tipología del pauperismo en la crisis el antiguo régimen”, in *Investigaciones históricas: Época moderna y contemporánea*, n.º 7, 1987, pp. 139-140.



**Quadro 9.** Crianças menores de 12 anos que viviam da caridade pública (1860)

Concelho	Sexo	
	Masc.	Fm
Caminha	40	21
Monção	12	8
Ponte da Barca	5	1
Valença	18	7
Viana do Castelo	20	16
Total	95	53

Fonte: Coelho, Eusébio Cândido C. P. Furtado, *Estatística do districto de Viana do Castelo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1861, p. 149.

Indo de encontro ao já salientado por Eusébio Coelho, verificamos, através do quadro 9, que a maioria das crianças errantes que beneficiava da caridade pública vivia, sobretudo, junto às localidades com porto de mar, como Viana do Castelo e Caminha,<sup>243</sup> o que poderá ser justificado pelo desejo de partir, engrossando assim as fileiras da emigração. Em 1860, só no concelho de Caminha, foram referenciadas 61 crianças de ambos os sexos, que se encontravam em situação de clara indigência. Em Monção e Ponte da Barca, o número era mais reduzido. Tratar-se-ia de crianças de crianças órfãs que, tendo completado os sete anos de idade e deixado de contar com qualquer apoio institucional ou familiar, ou ainda por qualquer uma das razões já avançadas, eram abandonadas à sua sorte, sem qualquer meio de subsistência.

Conseguimos detectar alguns menores, naturais do distrito de Viana do Castelo, que tinham partido para Lisboa, uns, provavelmente em busca de trabalho, outros à procura de esmola. Os jovens que referenciámos eram todos do sexo masculino, dedicavam-se à mendicância e à vadiagem, acabando por ser detidos e devolvidos às terras de origem. Este procedimento decorria, aliás, da política de combate à vagabundagem, que era encarada como o primeiro passo para a formação do criminoso.

Os jovens nem sempre se dispunham a acatar, sem resistência, a ordem de regresso à terra natal.<sup>244</sup> Todavia, era uma medida indispensável, dado que, segundo Alfredo Luís Lopes, era

<sup>243</sup> Coelho, Eusébio Cândido C. P. Furtado, *Estatística do districto de Viana do Castelo...*, p. 149.

<sup>244</sup> Veja-se o caso de Manuel Joaquim da Silva, menor de idade, natural de Arcos de Valdevez foi capturado na cidade de Lisboa, em 1859, como vadio e enviado para a terra da sua naturalidade. No caminho de regresso fugiu, mas foi recapturado. AHGCVC, *Correspondência recebida do Governo Civil de Lisboa*, n.º 1.13.4.2-3, não paginado.

“pasmoso o numero de verdadeiros criminosos de menor idade que por ahi exameiam.”<sup>245</sup> Através dos ofícios que o governador civil de Lisboa enviou ao seu homónimo de Viana do Castelo, concluímos que muitas das crianças e jovens recambiados não eram órfãos. Aliás, apelava-se aos seus pais, devidamente identificados, para que garantissem o seu sustento e os afastassem da vadiice.<sup>246</sup> Por vezes, os pequenos vadios e gatunos, que permaneciam nas suas terras, reuniam-se em bandos e entregavam-se a toda a espécie de tropelias. Outros, vindos das mais diversas paragens, vagueavam ao acaso pelo distrito, partilhando um quotidiano ocioso, esmolando a subsistência ou cometendo pequenos furtos. Eram os chamados “gaiatos”, “rapazes”, “garotos” ou “gaiatagem”.

A 15 de Fevereiro de 1860, o jornal *O Vianense* dava conta da prisão de 11 “garotos”, em Viana do Castelo, sendo apenas três deles naturais desta localidade. Os restantes, acompanhados por cabos de polícia, foram encaminhados para os seus concelhos de proveniência.<sup>247</sup> Em Maio do mesmo ano, naquela cidade, nove “garotos”, que formavam um grupo de gatunos conhecido por “Rapazes dos Fornos”, foram detidos e enviados para as suas terras.<sup>248</sup> Decorridos poucos meses, acabaram por regressar, considerando-se que, para pôr cobro à situação, seria necessário que os forneiros deixassem de lhes dar guarida.

A sociedade civil de Viana do Castelo, a quem a imprensa local dava voz, temia e insurgia-se contra estes rapazes que apelidava de “excrecência social”, considerando-os responsáveis por roubos, que, embora de pequena monta, não deixavam de preocupar os habitantes da cidade. Muitos deles eram ainda de tenra idade, mas o facto de actuarem em grupo contribuía para aumentar o receio da população.<sup>249</sup> Clamava-se pela intervenção policial e das autoridades administrativas, dada a impunidade que se verificava em relação ao problema da vadiagem juvenil e à sucessão de actos de rapinagem. Apesar da ligação destes jovens ao crime contra a propriedade, o certo é que também poderiam incorrer em delitos contra pessoas

---

<sup>245</sup> Lopes, Alfredo Luís, *Estudo estatístico da criminalidade em Portugal nos anos de 1891 a 1895...*, p. 187.

<sup>246</sup> AHGCVC, *Correspondência recebida do Governo Civil de Lisboa*, n.º 1.13.4.2-3, não paginado.

<sup>247</sup> *O Vianense*, n.º 288, 15 de Fevereiro de 1860, não paginado.

<sup>248</sup> *O Vianense*, n.º 352, 28 de Maio de 1860, não paginado.

<sup>249</sup> *O Vianense*, n.º 410, 4 de Dezembro de 1860, não paginado. Também na cidade do Porto a imprensa fazia eco da existência de grupos de rapazes que vagueavam pela cidade e colocavam em causa a ordem e segurança pública. Confirme-se Santos, Maria José Moutinho dos, “Os jovens delinquentes nas prisões do Porto”, in *Revista de Ciências Históricas*, vol. XI, 1996, p. 192.

e contra a ordem e a tranquilidade pública.<sup>250</sup> A imprensa local inquietava-se, considerando a ociosidade em que viviam o caminho para a transgressão.<sup>251</sup> A opinião pública avançava com soluções, que passavam, principalmente, pelo trabalho nas obras públicas.

Havia um outro tipo de delito protagonizado por menores de idade, os chamados “picadores de bolsas”. Tratava-se de rapazes que circulavam pelas feiras do distrito, dedicando-se exclusivamente ao furto. No entanto, estes “picadores” não estavam associados à vadiagem ou a grupos de vândalos, sendo antes peritos em furtar o dinheiro e os haveres dos mais incautos.

De um modo geral, podemos considerar que a atitude da sociedade alto minhota, e em particular da elite intelectual vianense, face à delinquência juvenil, revelava alguma sobranceria, produzindo um discurso onde os valores burgueses se impunham como dominantes, centrados na ordem, no trabalho e na ilustração, explanados nos artigos publicados na imprensa periódica local. Propunha-se um tratamento que oscilava entre a desresponsabilização dos jovens, culpando-se a sociedade pelas desigualdades e injustiças, e a repressão, defendendo-se o seu ingresso no serviço militar, o trabalho nas grandes obras públicas, a sua reclusão, bem como a intervenção mais diligente das autoridades policiais. Ressalvadas as devidas diferenças, a sua atitude era similar à adoptada pela sociedade inglesa oitocentista, onde este problema era muito mais evidente e, segundo Peter King, também era encarado de forma paradoxal.<sup>252</sup>

---

<sup>250</sup> Em 25 de Fevereiro de 1865 o jornal *O Vianense* publicou a seguinte notícia, a propósito da delinquência de vadiagem juvenil: “Dizem-nos que ainda há dias ia travando uma desordem na picota, por causa de uns gaiatos, que a mãos cheias e furtivamente roubavam açúcar de uma caixa em que se estava despejando. É preciso portanto que a autoridade competente se convença de uma vez para sempre, que a sua missão se não limita apenas a vencer eleições!...”. *O Vianense*, n.º 1044, 25 de Fevereiro de 1865, não paginado.

<sup>251</sup> Em Inglaterra, em finais do século XIX, a imprensa dava considerável destaque aos grupos de jovens, cujas acções eram muito mais graves, dado que enfrentavam as forças policiais e atentavam contra a integridade física dos cidadãos. Formavam autênticos gangues que disputavam entre si o domínio de certas zonas das cidades. Sobre este assunto consulte-se Emsley, Clive, *Hard Man. The English and Violence since 1750*, Hambledon and London, London, 2005, p. 35. Sobre os gangues de jovens do sexo masculino e feminino, na Inglaterra de finais do século XIX leia-se Davis, Andrew, “Youth gangs, Gender and violence, 1870-199”, in D’Cruze, Shani, *Everyday violence in Britain, 1850-1950*, London, Pearson Education Limited, 2000, pp. 70-85.

<sup>252</sup> Confira-se-se King, Peter, *Crime and Law in England, 1750-1840. Remaking justice from the margins*, Cambridge, University Press, 2006, pp. 107-108.

### 3.4. A ocupação profissional

A profissão, tida, por vezes, como elemento decisivo na determinação do estatuto social do indivíduo, foi encarada como um dos factores a considerar na compreensão da figura do criminoso. Importará, por isso, saber até que ponto a ocupação influi no comportamento do ser humano, de que modo o condiciona e o pode conduzir levar ao delito, e ainda se existem profissões que sejam mais atreitas à criminalidade.

Algumas perspectivas alegam que as profissões liberais, pela instrução que exigem e pelo nível de vida que teoricamente proporcionam, estão mais ligadas a atentados contra a propriedade alheia do que propriamente contra pessoas; os indivíduos de mais baixa condição social e de poucos recursos são mais dispostos ao cometimento de crimes, classificados por Roberto Frias como “mais ruidosos”, que atentam contra a integridade física.<sup>253</sup>

Este mesmo autor não sustentava que a profissão só por si conduzisse à prática de transgressões, mas entendia que o contexto em que era exercida e as condições de vida que proporcionava influenciavam os comportamentos. Apontava as profissões de cocheiro e estalajadeiro como sendo as mais propensas ao vício do álcool, embora defendesse que a vida militar é a que mais favorece a delinquência. Outras actividades que propiciavam condutas criminais eram as que colocavam os mais carenciados em contacto com classes sociais mais abastadas, como era o caso dos camareiros, as que implicavam o isolamento sexual e social, o manuseamento de instrumentos letais, como acontecia com carneiros, pedreiros e ferreiros, bem como as que permitiam o acesso a produtos químicos, como sucedia com médicos e farmacêuticos.<sup>254</sup>

Mendes Corrêa defendia a existência de uma verdadeira “criminalidade profissional”, sustentando que o cometimento de alguns crimes estava relacionado com o exercício de uma determinada profissão. Por exemplo, associava os comerciantes ao delito de falsificação, os agentes de câmbio à fraude e à usura, as parteiras à prática do aborto, os jornalistas à calúnia e à injúria.<sup>255</sup>

Nas 1302 ocorrências comunicadas pelas administrações dos concelhos ao governador civil do distrito de Viana do Castelo, entre 1839 e 1848, com excepção dos anos 1846 e 1847 que não são mencionados, apenas 4,4% referem a profissão do acusado. Os soldados ocupam

---

<sup>253</sup> Veja-se Frias, Roberto, *O crime (Apontamentos para a systematisação da criminalidade)*..., p. 56.

<sup>254</sup> Frias, Roberto, *O crime (Apontamentos para a systematisação da criminalidade)*..., pp. 55-58.

<sup>255</sup> Corrêa, Mendes, *Os Criminosos Portugueses. Estudos de Anthropologia Criminal*..., pp. 289-299.

um lugar destacado como protagonistas de comportamentos transgressores. Esta circunstância pode ser explicada pelo acesso fácil a armas e pelo seu carácter indisciplinado e belicoso, que os levaria a envolver-se em desordens e confrontos físicos. A sua presença não era, por isso, bem aceite pela população e, por vezes, até pelas próprias autoridades. O facto de ficarem aboletados nas casas dos locais, que eram obrigados a alimentá-los e a dar-lhes guarida, também contribuía para alimentar o clima de mal-estar entre civis e militares.<sup>256</sup> Havia ainda os recrutas refractários que procuravam escapar ao exército e que, no momento da sua captura, descarregavam a sua fúria sobre regedores e cabos de polícia. Dadas as características da região alto minhota, não surpreende a presença de lavradores entre os prevaricadores, sendo antes de estranhar a ausência de jornaleiros e demais trabalhadores da terra (cavadores, sachadores, podadores, segadores, rachadores, malhadores, cortadores de mato, ou carreteiros) que, presumimos, estarem entre as 95,6% das ocorrências em que não foi especificada a situação profissional do acusado.

Encontrámos ainda uma panóplia de gente ligada ao mundo dos ofícios, embora não seja explicitada a sua categoria na hierarquia do trabalho artesanal, se eram mestres, oficiais ou aprendizes, com excepção da referência a um oficial de ferreiro. Entre os homens das artes mecânicas e dos ofícios, destaca-se o alfaiate, por surgir duplamente citado, o que pode ser explicado pelo elevado número de profissionais deste ramo.<sup>257</sup> No sector comercial, sobressaíam os vendilhões, vendeiros, marchantes e taberneiros, que, no exercício da sua função, contactavam com uma vasta variedade de pessoas, com as quais nem sempre mantinham um relacionamento amistoso, pois, de vez em quando, surgiam desavenças motivadas por desacertos nas contas ou por roubos e furtos. No que concerne às profissões liberais, apenas dispomos de referências a dois casos: um médico e um médico-cirurgião. Entre os indiciados

---

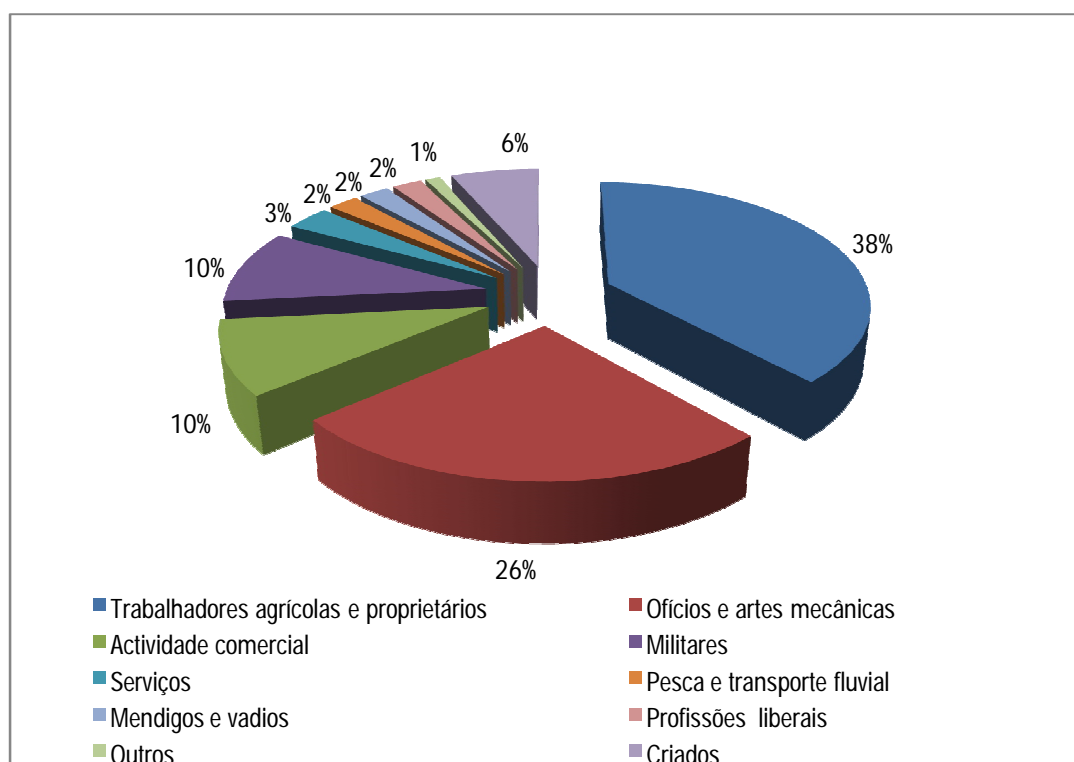
<sup>256</sup> Em 1838, em resultado de irregularidades cometidas no sistema de aboletamento dos povos, foi demitido o administrador do concelho de Melgaço. AHGCVC, *Correspondência com as varias autoridades de Janeiro de 1838 a Junho de 1839*, n.º 1.8.3.2, não paginado. Nesse mesmo ano, no mês de Outubro, foram acusados de terem praticado uma série de violências contra as populações de S. Gregório. AHGCVC, *Correspondência com os administradores do concelho - Janeiro de 1838 a Junho de 1839*, n.º 1.7.2.1, não paginado.

<sup>257</sup> No distrito de Viana do Castelo, no ano de 1861, existiam 590 alfaiates, ofício suplantado apenas pelo de carpinteiro e pedreiro. *Relatórios sobre o estado da administração pública dos districtos administrativos do continente e ilhas adjacentes em 1860*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865, p. 18.

pela prática de crimes, encontrámos igualmente vadios, não constituindo surpresa que, pela sua vida errante e por não terem modo certo de sustento, incorressem em condutas delituosas.

Partindo dos processos de querela, uma fonte de carácter judicial, e abrangendo o século XVIII, descobrimos que, no distrito de Viana do Castelo, a posição cimeira entre os indiciados era ocupada pelos trabalhadores rurais, com destaque para os lavradores, jornaleiros e proprietários, conforme se mostra no gráfico 10.

**Gráfico 10.** Ocupação profissional dos réus e indiciados no distrito de Viana do Castelo (1753-1855)



Fonte: ADVC, *Sumários de querela - Juízo ordinário do concelho do Lindoso* – n.º 5.9.4 cx 2-5; *Autos de Querela – Juízo de fora de Arcos de Valdevez*, n.º 4.1.6.16; *Autos de Querela – Juízo de fora de Valença*, n.º 5.8.3.16; *Livros de registo de Autos de Querela – Monção*, documento avulso; *Autos de Querela – Viana do Castelo*, n.º 5.9.4 cx 2-1.

Os homens dos ofícios, com destaque para os pedreiros e alfaiates, alcançam o segundo lugar, representando 26% dos réus. Uma parte destes mesteres desenvolvia-se no espaço rural, embora tendesse a concentrar-se em grande número nas sedes de concelho, onde havia maior afluência de fregueses. Por outro lado, muitos desses homens viviam nas aldeias circundantes, razão pela qual não os podemos associar à criminalidade que acontecia nas vilas do distrito. Negociantes, feirantes, vendeiros, taberneiros e vendilhões, que inserimos na categoria

*Actividade Comercial*, surgem-nos igualmente como réus em 10% dos processos, bem como os militares, de várias patentes, em percentagem idêntica.

Optámos por estabelecer a categoria *Criados*, dado que muitos deles eram criados de casa, dedicando-se ao serviço doméstico, ao passo que outros labutavam nos campos. Havia ainda os que eram identificados como sendo criados de servir, embora não fossem discriminados os respectivos vínculos laborais, desconhecendo-se, por conseguinte, se se tratava de trabalhadores ocasionais ou permanentes.

Os profissionais liberais, dada a reduzida percentagem que lhes corresponde, parecem arredados das práticas criminosas. Quer nas participações dos administradores, quer nos processos de querela, escasseiam as referências a indivíduos mais cultos e com uma posição social mais elevada. Tal facto parece ir de encontro à perspectiva segundo a qual o mundo do crime, do desvio e da marginalidade está fadado para as classes populares, com pouca instrução e de poucos recursos. Baixas percentagens parecerem ser igualmente conseguidas pelos funcionários administrativos, judiciais e policiais, que incluímos na categoria *Serviços* (2%), bem como por pescadores e barqueiros, que não vão além dos 2%.

Aqueles cuja situação económico-social era determinada pela ausência de profissão e que sobreviviam à custa da caridade, o que se aplica a mendigos e vadios, aparecem como implicados na prática de crimes contra a propriedade, isto é, roubo e furto, o que decorre naturalmente da sua própria indigência.

No que diz respeito aos indiciados efectivamente condenados, dispomos de dados referentes apenas ao ano de 1859, expostos no quadro 10. A mostra destes resultados faz-se apenas a título ilustrativo, pois reconhecemos igualmente a sua falta de representatividade. Através da sua análise, constatamos o predomínio dos homens ligados à agricultura, que correspondem a 22% dos condenados, seguidos pelos trabalhadores indiferenciados. Não nos é possível garantir se eram trabalhadores rurais ou urbanos, podendo referir-se a uma mão-de-obra não especializada, que, nas vilas e aldeias, se dedicava a todo o tipo de trabalhos precários.

**Quadro 10.** Profissões dos condenados (1859)

Comarcas	Lavradores	Trabalhadores	Pastores	Negociantes de	Moleiros	Marinheiros	Taberneiros	Carpinteiros	Sapateiros	Ferreiros	Alfaiates	Costureiras	Criados	Pedreiros	Mineiros	Castradores	Pedintes	Tamanqueiros	Não identificados	Total
Arcos de Valdevez	7	4	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	3	17
Melgaço	3	4	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	10
Monção	-	2	-	3	1	-	1	2	3	2	1	-	5	4	1	1	1	1	-	28
Ponte de Lima	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2
Valença	8	-	-	2	-	-	1	-	-	-	-	1	3	1	-	-	-	-	-	16
Viana do Castelo	-	2	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	9
Total	18	13	1	6	1	2	2	2	4	2	1	2	10	5	1	1	1	1	9	82

Fonte: *Relatórios sobre o estado da administração pública dos districtos administrativos do continente e ilhas adjacentes em 1860*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865, p. 34.

A terceira posição cabe aos criados de servir, englobando esta ocupação homens e mulheres. O concelho de Monção sobressai pelo elevado número de condenados, com cinco serviçais, o que corresponde a 50% dos sentenciados em 1859.

Os pequenos comerciantes registam seis condenações, que podiam derivar da prática de infracções relacionados com o seu ofício. O mesmo acontecia com os taberneiros que, pela natureza da sua ocupação, estavam igualmente mais expostos ao envolvimento em acções delituosas, além de ser uma das actividades comerciais mais concorridas no distrito de Viana do Castelo, ultrapassada apenas pelos estanqueiros e padeiros.<sup>258</sup>

Com mais do que uma condenação, aparecem os pedreiros, os sapateiros, carpinteiros, os ferreiros e as costureiras, ou seja, os ofícios que empregavam mais gente. Esta realidade pode justificar uma presença mais notória de indivíduos que se dedicavam a estas profissões nas ocorrências criminais, em processos-crime e condenações, dado que o seu elevado número podia conduzir ao abaixamento do seu nível de vida e consequente empobrecimento e marginalização.<sup>259</sup>

<sup>258</sup> No distrito de Viana do Castelo, havia 281 taberneiros, sobressaindo pelo seu elevado número os concelhos de Viana do Castelo, Caminha e Ponte de Lima. Fonte: *Relatórios sobre o estado da administração pública dos districtos administrativos do continente e ilhas adjacentes em 1860...*, 1865, p. 20.

<sup>259</sup> Maria João Vaz verifica a existência, na cidade de Lisboa, de uma situação semelhante com os sapateiros, cujo número era elevado e que apareciam, numerosas vezes, acusados e condenados por crimes. Vaz, Maria João Mendes, *A criminalidade em Lisboa entre os mediados do século XIX e o início do século XX...*, pp. 429-430.



No rol dos condenados também figuram dois marinheiros, que foram julgados em Viana do Castelo. Quando desembarcados, os tripulantes dos barcos entregavam-se, por vezes, a excessos. Os confrontos e as rixas nas ruas e tabernas, envolvendo outros profissionais do mar, resultavam muitas vezes do estado de embriaguez dos antagonistas.

Por último, é de assinalar o elevado número de sentenciados cuja profissão não é mencionada e a ausência de condenações de pessoas ligadas ao exercício de profissões liberais. Parece que a educação funcionava como elemento dissuasor, dada a presença quase nula de indivíduos diplomados entre os detidos, indiciados ou condenados, se bem que o seu reduzido número e a sua condição económica e social também sejam factores a ter em conta para explicar essa circunstância.

Como podemos verificar através dos dados apresentados, a maioria dos acusados e condenados do distrito de Viana do Castelo não era constituída por marginais, vagabundos ou criminosos profissionais, mas antes por gente do campo, dos ofícios e do comércio. De facto, a criminalidade não era o produto da acção exclusiva de marginais ou vadios, mas, pelo contrário, era protagonizada, essencialmente, por indivíduos devidamente integrados na sociedade.

Por outro lado, também consideramos oportuno afirmar que a criminalidade reflectia a estrutura social do meio onde era praticada, sendo produto das circunstâncias económicas e do peso que as ocupações assumiam em resultado das mesmas. Ou seja, o lugar proeminente que os lavradores ocupam nos dados anteriormente expostos é explicado pela relevância da agricultura no Alto Minho, sendo a actividade que mais gente ocupava. Assim, podemos afirmar que o envolvimento dos indivíduos no domínio da conflituosidade pode estar associada ao seu ofício, na medida em que o seu comportamento pode ser influenciado pelas características do mesmo, isto é, pelo grau de estabilidade que proporciona, pela sociabilidade que promove, pelo poder que concede e pela remuneração auferida por quem o exerce.

Facilmente se entende que os números tendem a ser empolados, conforme a maior ou menor frequência da profissão no lugar onde os delitos são cometidos. Por exemplo, em 1859, no distrito de Viana do Castelo, havia nove médicos e 53122 trabalhadores na agricultura, excluindo os lavradores proprietários. Esta discrepância no quadro profissional reflecte-se, naturalmente, nos números da criminalidade.

Deste modo, importa sublinhar que a profissão não faz o criminoso, embora seja de admitir que as suas características e, sobretudo, as fragilidades que lhe estão associadas possam fazer com que o indivíduo mais facilmente resvale para a transgressão. A precariedade

dos vínculos laborais, a baixa remuneração, bem como a maior ou menor vulnerabilidade face a crises económicas, são alguns dos factores propiciadores do cometimento de acções delituosas.

No que diz respeito aos ofendidos, podemos observar, através do quadro 11, que se regista um incremento da presença dos grupos profissionais mais abastados e socialmente mais reconhecidos, com ligações à Religião, ao Estado e à Justiça. Para além dos lavradores, entre os mais atingidos por acções violentas figuram membros do clero, funcionários administrativos, juizes e outros agentes da Justiça.

Reconhece-se aqui uma certa predisposição das classes populares para se insurgirem contra aqueles que encabeçavam a hierarquia social. Não se trata de uma leitura marxista, que interpretaria estes dados como sendo a expressão de uma acção organizada do povo contra as elites, mas antes do reconhecimento da existência de uma atitude de insubordinação das populações contra a autoridade emanada das instâncias superiores, materializada em iniciativas individuais e colectivas, que prejudicava o funcionamento das instituições de poder e embaraçava os seus representantes.<sup>260</sup> Registava-se uma clara discrepância entre as leis vigentes e as práticas correntes em várias freguesias dos concelhos que integravam o distrito de Viana do Castelo, traduzida na emergência de uma resistência popular que impedia a concretização do constitucionalismo monárquico, em construção na primeira metade do século XIX.<sup>261</sup>

---

<sup>260</sup> Segundo Rui Feijó, são duas as principais razões que explicam esta resistência das populações alto minhotas às reformas liberais: por um lado, o afastamento do domínio político das demais esferas sociais, associado a uma atribuição do controlo administrativo da comunidade a indivíduos em cuja eleição não participou uma parte da população; por outro, o facto de o mundo rural viver “numa base de grande paroquialismo”, que explicava a reduzida participação dos indivíduos na vida política exterior à comunidade, e até mesmo no seio da mesma. Confira-se Feijó, Rui Graça, *Liberalismo e Transformação Social...*, 1992, pp. 204-110.

<sup>261</sup> Sobre a instabilidade política na primeira metade do século XIX veja-se Bonifácio, Maria de Fátima, “«A guerra de todos contra todos» (ensaio sobre instabilidade política antes da Regeneração)”, in *Análise Social*, vol. XXVII (115), 1992, (1.º), pp. 9-134.

**Quadro 11.** Ocupação profissional dos ofendidos (1839-1848)

Profissão	N.º de indivíduos
Padre	18
Cabo de polícia	17
Lavrador (a)	13
Alfaiate	7
Regedor	6
Criado	5
Juiz eleito	4
Negociante	4
Padeiro	4
Moleiro	3
Soldado	3
Oficial de diligências	2
Pescador	2
Proprietário	2
Vendedor/vendeira	2
Guarda	2
Relojoeiro	1
Bacalhoeiro	1
Praticante de botica	1
Taberneiro	1
Alferes	1
Sargento	1
Caiador	1
Graduado de infantaria	1
Amanuense	1
Oficial da administração	1
Marchante	1
Barqueiro	1
Funcionário da administração	1
Cobrador municipal	1
Administrador do concelho	1
Juiz de direito	1
Escrivão do juiz eleito	1
Empregado do sabão	1
Empregado do contrato do tabaco	1
Fiscal da saboaria	1
Professor	1
Reitor	1
Estafeta	1
Secretário	1

Fonte: AHGCVC, *Registo dos officios para o Ministério do Reino de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12; *Correspondência com o Ministério do Reino de Maio de 1843 a Junho de 1844*, n.º 1.9.4.14; *Correspondência do Ministério do Reino - 1 Julho de 1844 a 31 de Dezembro de 1845*, n.º 1.9.4.15; *Registo dos officios dirigidos ao Ministério do Reino*, n.º 1.9.4.13; *Correspondência com o Ministério do Reino de Julho de 1849*

a Dezembro de 1850, n.º 1.9.4.18; *Correspondência com o Ministério do Reino - 1851*, n.º 1.9.4.19; *Correspondência com o Ministério do Reino Janeiro de 1852 a Fevereiro de 1853*, n.º 1.9.4.20; *Correspondência com o Ministério do Reino Março 1853 - Janeiro 1854*, n.º 1.9.4.23; *Correspondência com o Ministério do Reino Fevereiro de 1854 - 1.9.4.22*.

Como se pode verificar no quadro 11, a identificação das vítimas resultava não apenas do acto em si, mas, na maior parte das vezes, do cargo que exerciam, sobretudo no caso das agressões de que eram alvo os regedores e os cabos de polícia, quando estes cumpriam a sua função, consignada no Código Administrativo de 1842, de zelar pela segurança pública nas freguesias rurais.<sup>262</sup>

Não eram apenas os visados e respectivos familiares, mas também outros membros da comunidade, que se insurgiam contra as autoridades, numa atitude de desafio e de total desrespeito pelos cargos e pelos seus titulares. Tratava-se de situações que, por vezes, davam lugar a verdadeiras assuadas e até a crimes mais graves. Veja-se, a título de exemplo, um episódio que envolveu o regedor da freguesia de Cristoval, no concelho de Melgaço. Na noite de seis para sete de Fevereiro de 1850, foi atingido na perna por um tiro disparado contra a porta da sua casa, que o deixou em perigo de vida. O regedor não conseguiu identificar, de imediato, o agressor, embora as suspeitas recaíssem sobre um indivíduo que já o tinha ameaçado, após ter prendido o seu filho, um recruta refractário. Posteriormente, em resultado da investigação e das buscas efectuadas, foi encontrada a arma do crime, uma espingarda, na casa do agressor.<sup>263</sup>

Funcionários menores da administração e da justiça eram também vítimas da fúria popular, sobretudo quando as mensagens de que eram portadores não eram as mais agradáveis e os destinatários reagiam de forma desabrida. Daí que oficiais de diligências da administração do concelho e cobradores municipais, entre outros, acabassem, de vez em quando, por sofrer na pele as consequências do desempenho das suas tarefas.

Esta conflituosidade entre indivíduos de diferentes categorias sociais e profissionais era igualmente provocada pelos abusos, pela incompetência ou pela corrupção das classes dirigentes, levando à revolta dos subordinados, através de acções que passavam pela violência física e verbal. Atente-se, a propósito, num excerto da exposição que o município de Castro

---

<sup>262</sup> *Código Administrativo Portuguez...*, p. 149.

<sup>263</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18, não paginado.

Laboreiro fez, em Maio 1836, ao governador civil para que este suspendesse o administrador do concelho em exercício de funções:

“[...] As muitas queixas que os habitantes deste concelho tem feito a esta Municipalidade acerca dos factos que tem praticado e pratica o actual administrador interino deste concelho nos obriga [...] a dizer alguns dos mesmos feitos como he passar passaportes aos estrangeiros que se querem refugiar neste reino, e outros que entrão com contrabando, e mesmo aos individuos deste concelho que continuam a ir aos ganhos, para as provincias de Trás-os-Montes, passando-lhe umas guias em lugar de Passaportes; em papel branco, levando-lhe por cada huma cento e vinte, vindo a receber a F. N. grande prejuízo, na falta de sello, escrevendo tanto os passaportes como as guias como secretário, assignando como administrador, como tãoobem, em hum dos dias do mês de Abril próximo passado, nomeou hum secretário da sua facção, e chamou os libros de todas as confrarias desta freguesia e concelho, e tomou os contos das mesmas confrarias, levando por cada uma coatrocentos e oitenta reis, nomeando por si próprio e sem combinação desta municipalidade, comissários e cabos de policia, botando fintas aos habitantes deste concelho, para pagar aquém lhe vá levar e buscar os officios ao correio, isto alem de outras factos que delles podem resultar funestas consequências [...]”<sup>264</sup>

De vez em quando, os membros do clero também não escapavam às demonstrações de desconsideração e descontentamento por parte dos paroquianos, sob a forma de assuadas, tumultos e apedrejamentos, quer pelo poder que representavam, quer pelas decisões pouco consentâneas com a vontade dos membros da comunidade, ou ainda pela sua conduta desregrada e pouco digna.<sup>265</sup> Nesses casos, o povo reclamava abertamente a sua expulsão e organizavam-se manifestações contra a vinda de um substituto que não tivesse a concordância dos paroquianos. Por outro lado, os párocos também eram vítimas de assaltos e roubos, sendo frequentes os ataques de salteadores e bandoleiros às suas residências, dada a expectativa de aí encontrarem dinheiro e bens de avultado valor.

---

<sup>264</sup> AHGCVC, *Câmara de Castro Laboreiro*, n.º 1.12.4.2-17, não paginado.

<sup>265</sup> Em 22 de Fevereiro de 1850, o arcebispo de Braga oficiou ao governador civil de Viana do Castelo, após ter conhecimento, através do administrador do concelho de Ponte da Barca, do comportamento impróprio de um pároco daquela vila. Segundo aquele administrador, a casa do pároco Manuel António Cerqueiro era um verdadeiro covil de salteadores, acusando-o de grande cumplicidade com o célebre salteador “O Imaginário” e de o proteger na sua casa. Essa familiaridade era comprovada através “da intimidade que existe entre as amazias do salteador e as do parocho, em cuja casa, segundo se diz, vivem muitas vezes juntas”. Referia ainda que estes factos eram do conhecimento de todos e que toda a comunidade os repriminava. AHGCVC, *Correspondência com várias autoridades Novembro de 1849 a Junho de 1851*, n.º 1.8.3.12, não paginado.

As desigualdades entre ricos e pobres, bem patentes no espaço rural, contribuíam igualmente para a existência de conflituosidade e favoreciam de sobremaneira o cometimento de delitos que atentavam contra a propriedade, como furtos e roubos.<sup>266</sup>

Havia profissões que, pela sua instabilidade, faziam com que os indivíduos que as exerciam fossem mais propensos ao cometimento de delitos, embora, como é óbvio, não se possa fazer generalizações precipitadas e muito menos falar de “classes perigosas”. Outras, pelo risco inerente ao seu exercício, tornavam aqueles que as desempenhavam alvo da ira ou da cobiça alheia e, por consequência, surgiam frequentemente na condição de vítimas. Assim, não será de admirar que no primeiro grupo de profissões encontremos os indivíduos pertencentes às classes populares e, na segunda, os de categoria social mais elevada.

#### **4. A violência familiar**

Consignado no Código Civil de 1867, o casamento civil veio confirmar a já secular subalternização da esposa ao cônjuge, corporalizada no dever de obediência, previsto neste documento.<sup>267</sup> Em contrapartida, o marido tinha a obrigação de proteger moral, física e economicamente a esposa. No entanto, nem sempre a vivência conjugal era pautada pelo respeito por estes princípios, pelo que, de vez em quando, surgiam desavenças, que, em alguns casos, assumiam contornos violentos e cujas repercussões podiam estender-se para fora de portas.

A dependência da mulher, institucionalizada através do casamento, assenta no discurso consagrado pelo Direito e pela Igreja.<sup>268</sup> A situação de manifesta desigualdade pode ser facilmente constatada através das diferentes apreciações sobre o adultério, embora a fidelidade

---

<sup>266</sup> Sobre a relação entre os camponeses pobres e os lavradores mais abastados leia-se Tengarrinha, José, “Política popular e notáveis locais em Portugal (fim do Antigo Regime a meados do século XIX)”, in *Análise Social*, vol. XLI (178), 2006, pp. 82-86.

<sup>267</sup> Segundo o artigo 1185.º do Código Civil de 1867, “Ao marido incumbe, especialmente, a obrigação de proteger e defender a pessoa e os bens da sua mulher; e a esta a de prestar obediência ao marido.” Confirme-se *Código Civil Português*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, p. 208.

<sup>268</sup> *Ordenações Afonsinas*, Livro V, Título XVIII, <http://ww1.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/15p54.htm>. Consultado no dia 31 de Março de 2009, às 9.15.

Sobre este assunto leia-se Hespanha, António Manuel, *Justiça e Litigiosidade. História e prospectiva*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, pp. 338-341.

fosse um dever que comprometia o casal, como podemos depreender das palavras de Henrique Moreira, quando sustenta que “o homem e a mulher devem igualmente guardar fidelidade. Os códigos podem fazer distinções; não as faz a moral. As leis sociais avaliam consequências, e modificam-se com estas; as leis moraes avaliam princípios e permanecem imutáveis.”<sup>269</sup> O certo é que, apesar de ser alvo de condenação moral quando praticado por qualquer um dos cônjuges, já no que respeita à sua penalização, a infidelidade era julgada de forma diferenciada. As Ordenações Afonsinas, mais precisamente o Livro V, Título XVIII, previam que o marido ficasse com os bens da mulher, no caso de a ter matado por ter cometido adultério.<sup>270</sup>

O homicídio, quando praticado pelo homem para vingar o adultério feminino, era tido como legítimo, situação que se manterá noutros documentos legais publicados posteriormente. Esta dureza na condenação da mulher adúltera relacionava-se com as consequências nefastas que tal delito podia provocar no casamento, pondo em causa a manutenção desta instituição, considerada a principal célula de reprodução social. Deste modo, se entende o estabelecimento de legislação que visava a penalização dos atentados cometidos pela mulher contra a estabilidade matrimonial.

As Ordenações Manuelinas alinham pelo mesmo diapasão, considerando justificável o homicídio cometido pelo marido enganado, não só da esposa infiel, como também daquele com quem praticara adultério, salvo se fosse “fidalgo de solar, ou Nosso Desembargador, ou pessoa de maior qualidade”. Ainda que se tratasse de indivíduos de elevada condição social, o marido não incorreria na pena de morte, mas sim na pena de degredo.<sup>271</sup> As Ordenações Filipinas, no seu Livro V, Título XXXVIII, confirmam o previsto naquela norma. Segundo o alvará de 26 de Setembro de 1769, apenas ao marido cabia a possibilidade de formular acusação de adultério, não sendo reconhecida à esposa essa prerrogativa.<sup>272</sup> Com a publicação do Código Penal português de 1852, registam-se as primeiras alterações, nomeadamente no que diz respeito à infidelidade masculina, embora legalmente diferenciada da feminina.<sup>273</sup> De acordo com o artigo

---

<sup>269</sup> Moreira, Henrique, *A Sociedade e a família*, Porto, Typographia Manuel José Pereira, 1867, p. 149.

<sup>270</sup> Veja-se o artigo Silva, Luísa Ferreira da, “O direito de bater na mulher – violência interconjugal na sociedade portuguesa”, in *Análise Social*, vol. XXVI (111), 1999 (2.º), pp. 385-397.

<sup>271</sup> *Ordenações Manuelinas*, Livro V, Título XVI, <http://ww1.ci.uc.pt/ihiti/proj/manuelinas/15p59.htm>. Consultado no dia 31 de Março de 2009, às 11.20.

<sup>272</sup> Leia-se, Santos, Maria José Moutinho, “O casamento na sociedade tradicional – algumas imagens da literatura de cordel”, in *Revista da Faculdade de Letras - História*, série II, vol. 5, 1988, pp. 228-234.

<sup>273</sup> *Ordenações Filipinas*, Livro V, título 38. Confirme-se *Ordenações Filipinas...*, pp. 1188-1189.

401.º, o adultério da mulher era punido com o degredo temporário, ao passo que o artigo 404.º do mesmo documento previa que “o homem casado que tiver teúda e manteúda na casa conjugal será condenado na multa de três mezes a três annos”.<sup>274</sup>

A fragilidade feminina, numa sociedade de claro pendor patriarcal, colocava mulher na dependência do elemento masculino, fosse o pai, o irmão ou o marido, aos quais competia protegê-la, defendê-la, sustentá-la e, se fosse caso disso, corrigi-la. A mulher, por sua vez, devia retribuir sob a forma de obediência e de conduta recatada, evitando cair em pecado, ou seja, respeitar o preceito da castidade e reprimir os impulsos sexuais.

A violência conjugal é um das facetas da violência familiar, talvez a mais analisada e reflectida nos últimos anos.<sup>275</sup> No entanto, convém realçar que esta constitui uma das múltiplas faces do complexo gerador de violência que era a família.<sup>276</sup> O seu estudo é dificultado pelo manto de secretismo que, muito frequentemente, a envolve, sobretudo quando estão em causa famílias de estratos sociais mais elevados, onde imperam os valores burgueses da discrição e do recato.

A violência familiar surgia como um problema de gestão interna da própria família, que só era do conhecimento público quando extravasava as paredes da casa e exigia a intervenção de terceiros para a sua resolução. Raramente documentado, o estudo das palavras e dos gestos mais impulsivos que tinham lugar no seio familiar implica, antes de mais, a descoberta e a compreensão das motivações desse processo de ocultação.

Este mutismo em torno da violência familiar relacionava-se com a noção de honra, vergonha e respeito, valores pelos quais se regia a família, sobretudo a partir do momento em

---

<sup>274</sup> *Código Penal de 1852. Nos 150 anos do primeiro código penal português (1852-2002)*..., pp. 123-124.

<sup>275</sup> A partir da década de noventa do século XX, alguns trabalhos, no âmbito da história social, tiveram como objecto de estudo a violência, abordando questões como a violência sobre mulheres, as mulheres como “produtoras” de violência e a violência conjugal e familiar. Trata-se de estudos que nos remetem sobretudo para as mulheres pertencentes às classes populares. Confirmam-se os trabalhos de Vaquinhas, Irene, *Violência, Justiça e Sociedade Rural. Os campos de Coimbra, Montemor-o-velho e Penacova de 1858 a 1918*..., 1990. Tese de doutoramento policopiada; da mesma autora, *“Senhoras e Mulheres” na sociedade portuguesa do século XIX*..., 2000; Silva, Susana Paula Franco Serpa, *Violência, Desvio e Exclusão na Sociedade Micaelense Oitocentista (1842-1910)*, vol. I..., pp.375-382. Tese de doutoramento policopiada; Anica, Aurízia, *A Transformação da Violência no século XIX. O caso da comarca de Tavira*..., 2001; da mesma autora, *As mulheres, a violência e a justiça no Algarve de Oitocentos*, Lisboa, Edições Colibri, 2005.

<sup>276</sup> Leia-se sobre a violência conjugal Casimiro, Cláudia “Representações sociais da violência conjugal”, in *Análise Social*, vol. XXXVII (163), 2002, pp. 603-630.



que esta deixa de ser considerada apenas como uma instituição que permitia a transmissão de bens para se tornar também geradora de normas e preceitos morais, para além de foco de poder e célula económica e reprodutiva. Quanto mais presentes fossem estes valores, mais reprimida era a manifestação de sentimentos, emoções ou disputas que afectavam o ambiente familiar, sobretudo na burguesia oitocentista.<sup>277</sup> Tudo isto era acompanhado por um processo de gradual distanciamento entre a família e a sociedade, que, mais tarde e de forma mais lenta, também se verificará nas famílias do mundo rural.<sup>278</sup> Até nós chegam relatos de quezílias, desavenças, ofensas e até de homicídios, a larga maioria ocorridos nas classes populares, nas quais o “bater na mulher” e as “rixas entre irmãos” eram encarados com alguma condescendência e beneficiavam mesmo da convivência social.

Quando nos reportamos à violência familiar, não nos referimos exclusivamente à violência doméstica, que se desenrolava no ambiente mais ou menos resguardado do lar, mas englobamos também aquela que extravasava as fronteiras da casa e que rapidamente era publicitada e comentada, sendo a que se encontra mais bem documentada.

As relações familiares e a vida doméstica obedeciam a um sistema de regras não escritas, que estabeleciam o estatuto e o papel de cada um dos membros do agregado, bem como os princípios que orientavam o seu relacionamento, assentes no respeito, na submissão e na obediência.<sup>279</sup> O incumprimento dessas normas podia funcionar como mecanismo de ruptura e, conseqüentemente, deteriorar o quotidiano familiar. Embora algumas das relações familiares se apresentassem, à partida, como igualitárias, como acontecia com os irmãos, também podiam assumir um carácter diferenciado, em função da idade ou do sexo, por exemplo. Tal facto explica que, perante um comportamento similar, a mera troca de sexo na posição de ofensor e de vítima determinava uma apreciação distinta, de tolerância nuns casos, de repúdio noutros. Assim, por

---

<sup>277</sup> Sobre o segredo que pautava a conflitualidade familiar leia-se Perrot, Michelle, “Dramas e conflitos familiares”..., pp. 263-285.

<sup>278</sup> Sobre este assunto consulte-se Ariés, Philippe, *A criança e a vida familiar no Antigo Regime*, Lisboa, Relógio d'Água, 1988, pp. 305-313.

<sup>279</sup> Na Alemanha, por exemplo, as mulheres recorriam ao sistema legal, não apenas para pedir protecção por causa dos maus-tratos dos maridos, mas também como forma de protesto contra a hierarquia marital, no sentido de fazer valer as suas expectativas e os direitos que tinham sido defraudados pela instituição matrimonial. Veja-se Abrams, Lynn, “Crime against marriage? Wife-bating, divorce and the law in nineteenth century Hamburg”, in Arnot, Margaret L.; Osborne, Cornelia (ed.) *Gender and Crime in Modern Europe...*, pp. 118-136.

exemplo, era tolerado o correctivo aplicado pelo marido à esposa, desde que comedido, mas condenava-se o atrevimento feminino na hora de maltratar o marido com palavras ou gestos.

Na nossa análise, admitimos as formas de violência gerada no âmbito familiar, considerando que fazem parte da família, além dos membros que compõem a família nuclear, ou seja, pai, mãe e filhos, aqueles que se integram na família alargada, que, embora não coabitando, estão ligados por laços de sangue e parentela.<sup>280</sup> Ou ainda aqueles que, apesar da inexistência de laços de sangue e parentesco, se unem pela partilha do espaço doméstico, como são o caso do padrasto e da madrasta.

De facto, a violência familiar não se restringia aos cônjuges, mas estendia-se aos restantes membros que a compunham. Isto mesmo se pode verificar através do quadro 12, que incide sobre as ocorrências delituosas no agregado familiar, que foram participadas pelos administradores dos concelhos ao governador civil de Viana do Castelo, e do quadro 13, cujos dados foram colhidos na correspondência trocada entre aqueles dois organismos e nas comunicações dos regedores das freguesias.

**Quadro 12. Violência intra-familiar no Alto Minho (1839-1855)**

Ofensor \ Vítima	Pai	Mãe	Marido	Mulher	Filho (a)	Irmão (a)	Cunhado (a)	Genro/Nora	Sogra (a)	Tio (a)	Enteado (a)	Indeterminado*
Pai					5							
Mãe					4							
Marido				12								
Mulher			6									
Filho (a)	8	2										
Irmão						16						
Cunhado(a)							5					
Genro/nora									3			
Sogra(a)								1				
Sobrinho										2		
Padrasto											1	
Madrasta											1	
Indeterminado												1

Fonte: AHGGVC, *Correspondência com o Ministério do Reino de Maio de 1843 a Junho de 1844*, n.º 1.9.4-14, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino de Janeiro de 1848 a Junho de 1849*, n.º 1.9.4-17; *Correspondência com o Ministério do Reino Março 1853-Janeiro 1854*, n.º 1.9.4.23.

<sup>280</sup> Sobre a subjectividade espacial e temporal da palavra família leia-se Sarti, Raffaella, *Casa e Família. Habitar, Comer e Vestir na Europa Moderna*, Lisboa, Editorial Estampa, 2001, pp. 63-86.

Se atendermos à totalidade dos delitos notificados pelos administradores dos concelhos, os que dizem respeito ao agregado familiar representavam apenas 3,3% das participações registadas entre os anos de 1839 e 1855. Julgamos, no entanto, que a violência familiar teria uma dimensão bem maior, mas o quase secretismo, a vergonha a ela associados e a cumplicidade social explicam esta percentagem. Por outro lado, importa esclarecer que esta análise se circunscreve a fontes de carácter administrativo, sendo de admitir que, na larga maioria dos casos, excepto nas ocorrências mais gravosas, como homicídios ou ferimentos graves, os ofendidos não recorriam à via judicial. É ainda de salientar que a intervenção das autoridades, que nem sempre era requerida, decorria do alarmismo provocado na vizinhança ou da perturbação da ordem pública.

De vez em quando, o simples correctivo, tolerado e socialmente aceite, dava lugar à utilização de meios bem mais violentos e perigosos, que punham em risco a vida das vítimas. O adultério, a provocação, a rebeldia, problemas financeiros, ou ainda o consumo desmedido de álcool por parte da mulher eram pretextos, entre muitos outros, para o marido enveredar por comportamentos agressivos, chegando mesmo à agressão física.

A mulher rural do Alto Minho nem sempre era fácil de controlar. Tinha o poder da palavra, do qual fazia uso para lançar farpas bem afiadas contra quem a provocasse, e as lides do campo permitiam-lhe usufruir de um quotidiano que não se confinava à casa, ao contrário do que sucedia com a mulher de elevada condição, que vivia mergulhada na pacatez do lar, se bem que as mulheres executassem tarefas distintas das dos homens e só se misturassem com estes para a realização de trabalhos agrícolas, sobretudo por altura das colheitas e das sementeiras.<sup>281</sup> Esta vivência pública da mulher rural gerava suspeitas nos maridos, que, desconfiados da probidade da esposa ou receosos duma gravidez ilegítima, não hesitavam em espancá-la.

---

<sup>281</sup> Sobre a divisão do trabalho, em função do sexo, praticado no Alto Minho consulte-se Cabral, João de Pina, *Filhos de Adão, Filhas de Eva. A visão do mundo camponesa no Alto Minho...*, pp. 109-114.

**Quadro 13. Violência intra-familiar no Alto Minho (1836-1862)**

Ofensor \ Vitima	Pai	Mãe	Marido	Mulher	Filho (a)	Irmão (a)	Cunhado (a)	Primo	Indeterminado
Pai					3				
Mãe									
Marido				12					
Mulher			2						
Filho (a)	6	5							
Irmão(a)						4			
Cunhado(a)							1		
Primo								1	
Indeterminado									4

Fonte: AMV, *Registo da correspondência expedida para o Governo Civil*, n.º 1.1.4.8, n.º 1.1.4.30, n.º 1.1.4.33, n.º 1.1.4.5, n.º 1.1.4.31; AMMço, *Registo da Correspondência para o Governo Civil*, n.º 1.2.1.1; ADVc, *Administração do Concelho. Copiador Geral*, n.º 5.16.4.18, n.º 5.16.4.14; AMPL, *Administração do Concelho, Copiador dos ofícios dirigidos à Administração Geral*, n.º 2.2.2.43, n.º 2.2.1.31, n.º 2.2.2.42, n.º 2.2.1.28, n.º 2.2.1.11, 2.2.1.10.

O consumo excessivo de álcool não era um vício exclusivamente masculino, mas afectava também as mulheres, o que funcionava como mais um factor de perturbação do casamento. Um episódio paradigmático ocorreu em Valença, em plena praça pública, quando o regedor daquela freguesia foi obrigado a intervir numa zaragata entre marido e mulher, motivada pelo estado de embriaguez em que esta se encontrava.<sup>282</sup>

As agressões praticadas pela esposa distinguiam-se das do marido, quer pelos meios utilizados, quer pelo impacto que causava na comunidade. A mulher, dada a fragilidade da sua compleição física, teria que se valer de outros métodos para se desforrar, punir ou até mesmo para se livrar do marido indesejado. Podia ficar-se pelas palavras, ou ir mais além, recorrendo então a processos mais sofisticados e perniciosos. Neste caso, o veneno era a sua principal arma.

O envenenamento era um delito clássico, geralmente associado ao sexo feminino, por ser um crime dissimulado, que podia ser planeado e executado no espaço doméstico.<sup>283</sup> Para Roberto Frias, os crimes variavam conforme o género dos autores, estando alguns associados ao

<sup>282</sup> AMV, *Administração do Concelho. Registo da Correspondência expedida para várias autoridades*, n.º 1.1.4.30, não paginado.

<sup>283</sup> Veja-se Perrot, Michelle, "Dramas e Conflitos Familiares" ..., p. 274.

sexo masculino, sobretudo aqueles que exigem maior destreza física, e outros, mais astuciosos, que são tipicamente femininos. Sustenta, aliás, que existe no sexo feminino uma predisposição natural para crimes contra a propriedade, bem como para o envenenamento, o infanticídio e o aborto.

Quando praticava o crime de homicídio, a mulher, geralmente, não utilizava qualquer arma, mas recorria sobretudo ao veneno, que se adequaria mais à sua forma de ser, considerada dissimulada e manhosa. Por outro lado, a criminalidade feminina era condicionada pela sua personalidade e pela sua constituição física, bem como pelo seu quotidiano, já que as suas vivências diárias revestiam-se de um maior sedentarismo quando comparadas com as do sexo oposto.<sup>284</sup> Deste modo, para os detractores da mulher, o uso do veneno corroborava e dava força à sua perspectiva, julgando-a um ser ardiloso e matreiro.<sup>285</sup> O veneno era encarado como a arma dos cobardes, dos traiçoeiros, dado que o seu uso com fins criminosos implicava premeditação, engenho, frieza e calculismo, sendo facilmente ocultável e, até aos inícios de oitocentos, dificilmente provado pela impossibilidade de detectar vestígios passíveis de serem analisados. Em meados da mesma centúria, a situação alterou-se com a utilização das análises químicas ao serviço da investigação criminal e consequente avanço dos exames médico-legais.<sup>286</sup>

Pelas suas características e pela premeditação que requeria, o Livro V, Título 35.º das Ordenações Filipinas, e, posteriormente, o artigo 353.º do Código Penal de 1852, previam a pena de morte para os autores do crime de envenenamento.<sup>287</sup>

---

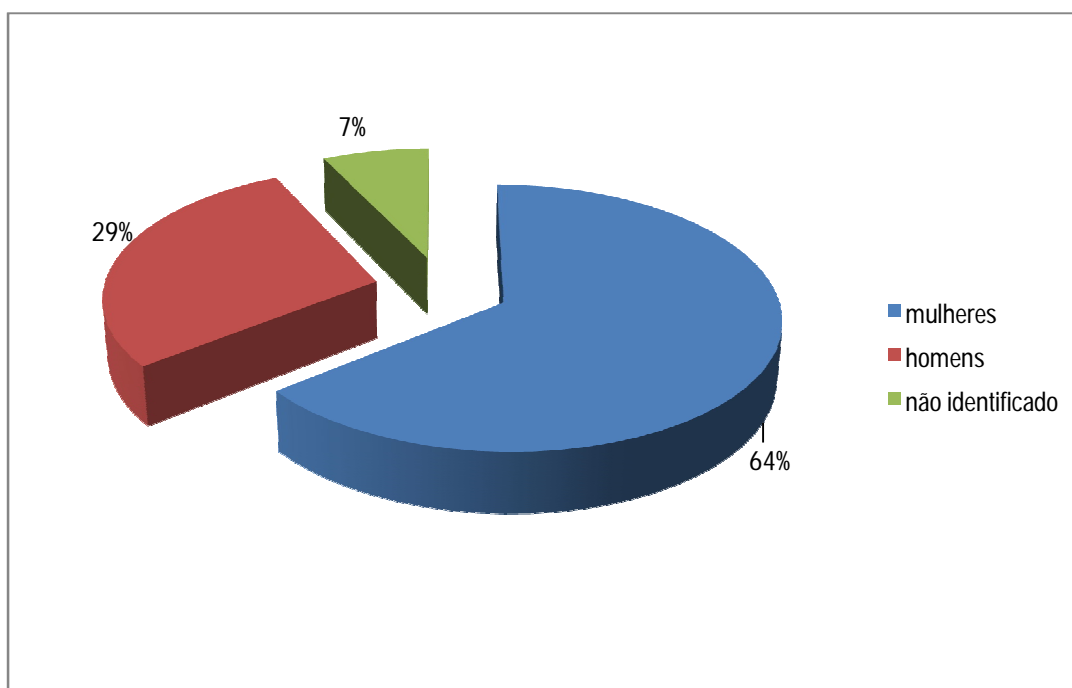
<sup>284</sup> Frias, Roberto, *O crime (Apontamentos para a systematisação da criminalidade)*..., pp. 51-54.

<sup>285</sup> No entanto, nem todas as mulheres recorriam ao veneno para se livrarem dos maridos. No dia 26 de Fevereiro de 1853, na freguesia de Fontoura, concelho de Valença, D. Joana Pedrosa Barreto matou o seu marido, António Diogo Pedrosa Velho Barreto, disparando contra ele com uma clavina. AMV, *Administração do Concelho. Correspondência para o administrador Geral, 1853-1855*, n.º 1.1.4.8, não paginado.

<sup>286</sup> Leia-se Anica, Aurízia, *As Mulheres, A Violência e a Justiça no Algarve de Oitocentos*..., pp. 282-285.

<sup>287</sup> Confira-se Ordenações Filipinas, Livro V, título 35. *Ordenações Filipinas*, Livro V..., pp. 1184-1187. Veja-se igualmente *Código Penal de 1852. Nos 150 anos do primeiro código penal português (1852-2002)*..., p. 113.

**Gráfico 11.** Autores de envenenamento (1840-1850)



Fonte: AHGCVC, *Registo dos officios para o Ministério de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º1.9.4.12, não paginado; *Registo dos officios dirigidos ao Ministério do Reino*, n.º1.9.4.13, não paginado; *Correspondência com o Ministério do reino de Maio de 1843 a Junho de 1844*, n.º 1.9.4.14, não paginado; *Correspondência do Ministério do Reino - 1 Julho de 1844 a 31 de Dezembro de 1845*, n.º 1.9.4.15, não paginado; *Correspondência com o ministério do Reino de Janeiro de 1848 a Junho de 1849*, n.º 1.9.4.17, não paginado; *Correspondência com o ministério do reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º1.9.4.18, não paginado;

Nos 15 casos de envenenamento identificados entre 1840 e 1850, verificamos que as mulheres aparecem implicadas em 64% das ocorrências participadas pelos administradores dos concelhos, ao passo que em apenas 29% a responsabilidade é atribuída a homens, como se pode observar no gráfico 11.

Nas situações observadas, o uso do veneno teria o claro intento de provocar a morte das vítimas, o que se verifica em 53,8% dos casos. No decorrer do decénio analisado, sobressai pela força dos números o concelho de Arcos de Valdevez. Nesta circunscrição administrativa, entre 1842 e 1844, foram cometidos quatro envenenamentos, tendo sido três deles praticados por mulheres, desconhecendo-se a autoria do quarto. Por outro lado, parece-nos legítimo considerar que existiam localidades mais propensas ao uso do veneno com fins menos próprios, embora por razões que não conseguimos descortinar. Eram os casos de Ponte de Lima, com três ocorrências, Caminha e Ponte da Barca com duas, no decorrer do mesmo decénio.

Ao longo de oitocentos, o número de casos de envenenamento tendeu a diminuir, para o que terá contribuído o progresso da medicina legal, designadamente nos processos de detecção de veneno, e o controlo exercido sobre a sua venda.<sup>288</sup> A comprovar esta tendência, no distrito de Viana do Castelo, entre 1850 e 1855, não se registou qualquer tentativa de assassinato com recurso a substâncias ilícitas.

Sendo o envenenamento um crime praticado sobretudo em espaços domésticos, que implicava a existência de relações de familiaridade, de proximidade e de confiança entre o envenenador e a vítima, aguardava-se, geralmente, pela ocasião em que a refeição estava a ser preparada para juntar produtos altamente tóxicos e nocivos aos habitualmente utilizados na confecção da comida. A mulher tinha a tarefa bastante facilitada, pois era ela que geria as lides caseiras, que executava com alguma autonomia.<sup>289</sup> Por outro lado, como era ela que preparava as refeições, à partida não levantava suspeitas, além de que determinados venenos, desde que ministrados em quantidades bem doseadas, eram, pelo menos aparentemente, tolerados. Todavia, o facto de o envenenamento ser um delito eminentemente doméstico não significava que fosse destinado apenas às pessoas da casa, pois o veneno podia ser transportado para o exterior, misturado com alimentos ou bebidas.<sup>290</sup>

Por vezes, ao ingerir a refeição adulterada, a vítima começava a sentir os primeiros sintomas de envenenamento e, desconfiada, não a terminava, escapando à morte. Noutras circunstâncias, nomeadamente aquando de óbitos suspeitos, ou do falecimento de alguém saudável após a ingestão de alimentos, colocava-se logo a possibilidade de ter havido envenenamento e as principais suspeitas recaíam sobre a mulher,<sup>291</sup> sobretudo quando havia desconfiança relativamente à sua conduta, como, por exemplo, de manter uma relação extra-

---

<sup>288</sup> Segundo Pieter Spierenburg, a desconfiança de morte por envenenamento levou a que as autópsias se tornassem comuns, ainda no período moderno, na França e na Inglaterra. Confira-se Spierenburg, Pieter, *History of Murder*, Cambridge, Polity Press, 2008, p. 130.

<sup>289</sup> Sobre o poder mulher dentro da casa minhota leia-se Cabral, João de Pina, *Filhos de Adão, Filhas de Eva. A visão do mundo camponesa no Alto Minho...*, pp. 114-119.

<sup>290</sup> Veja-se Spierenburg, Pieter, *History of Murder...*, p. 1128.

<sup>291</sup> Em Outubro de 1841, na freguesia de Santa Cruz, concelho de Ponte de Lima, morreu um homem vítima de envenenamento, recaindo as suspeitas sobre a mulher do falecido. AHGCVC, *Registo dos officios dirigidos ao Ministério do Reino*, n.º 1.9.4-13, não paginado.

conjugal.<sup>292</sup> Um caso ilustrativo verificou-se em Paredes de Coura, em Novembro de 1848, com a morte de António Fagundes, vítima de envenenamento. As suspeitas sobre autoria do delito incidiram, de imediato, sobre a sua mulher que andava amancebada com um criado.<sup>293</sup>

O veneno mais utilizado era o arsénico, que tanto podia ser usado com a finalidade de matar alguém como para pôr termo à própria vida. De fácil aquisição pelo seu preço acessível, era comprado em boticas e usado nos campos para proteger as culturas dos insectos e aniquilar pragas de animais, como, por exemplo, ratos, sendo até conhecido como a “farinha dos ratos”. Tratava-se duma substância solúvel, que se podia misturar na água ou na sopa e que se confundia, pela sua aparência, com a cal, a farinha, o sal ou o açúcar.<sup>294</sup> Os sintomas que provocava eram, entre outros, os seguintes: soluços, desmaios, arrefecimento do corpo, dores de estômago, salivação, vômitos, prostração, delírio, convulsões.<sup>295</sup>

Estes efeitos podiam ser minorados se, após a ingestão do alimento adulterado, o arsénico fosse expulso do organismo, o que podia ser conseguido através da provocação do vômito, tomando três ou quatro chávenas de água morna com cinco a 10 centigramas de tártaro emético. Recomendava-se ainda, para amenizar outros sintomas, caldo de carne de vaca, vinho do Porto ou da Madeira e outras poções.<sup>296</sup>

O boticário podia ser penalizado, caso tivesse vendido a substância venenosa sem a devida prescrição médica. O decreto de quatro de Fevereiro de 1851, que discriminava as preparações farmacêuticas e as substâncias medicinais que podiam ser vendidas sem receita

---

<sup>292</sup> Sobre um caso de envenenamento cometido por uma mulher sobre o seu marido, provocado pela existência de uma relação extra-conjugal, consulte-se Ribeiro, Ana Isabel, “Um crime no feminino. O caso Clesse (1771-1772)”, in *Revista Portuguesa de História*, t. XXXV, 2001-2002, pp. 347-377.

<sup>293</sup> AHGCVC, *Correspondência com o ministério do Reino de Janeiro de 1848 a Junho de 1849*, n.º1.9.4-17, não paginado.

<sup>294</sup> Segundo o Dicionário de medicina popular, “este arsénico branco é um veneno dos mais violentos. [...] o arsénico é empregado na tinturaria, na fabricação do vidro e na composição de alguns vernizes; entra na massa dos naturalistas empalhadores, etc., emprega-se também para destruir ratos, misturado com farinha e gordura.” Chernoviz, Pedro Luiz Napoleão, *Diccionario de Medicina Popular e das sciencias accessarios para uso das familias*, 2 vols, Paris, A. Roger & F. Chernoviz, 1890, pp. 216-217.

<sup>295</sup> A propósito do envenenamento por arsénico e seus compostos consulte-se Chernoviz, Pedro Luiz Napoleão, *Diccionario de Medicina Popular e das sciencias accessarios para uso das familias...*, pp. 972-973.

<sup>296</sup> A propósito do envenenamento por arsénico e seus compostos consulte-se Chernoviz, Pedro Luiz Napoleão, *Diccionario de Medicina Popular e das sciencias accessarios para uso das familias...*, p. 973.



médica, não mencionava o arsénico.<sup>297</sup> Legislação anterior tinha sido publicada no sentido de controlar a venda de medicamentos considerados perigosos e suspeitos, sendo a sua transacção sem receita punida pelo artigo 15.º do alvará de 22 de Janeiro de 1810 e pelo artigo 15.º do Regimento do Físico-mor do Reino de 25 de Fevereiro de 1821.<sup>298</sup>

Segundo o artigo 240.º do Código Penal de 1852, o boticário que vendesse substâncias tóxicas, sem a necessária receita médica, incorria numa pena de seis a dois anos de cadeia e respectiva multa.<sup>299</sup> Aliás, tal procedimento já era punível no Livro V das Ordenações Filipinas, Título 89.º, que proibia os boticários de venderem rosagar, com excepção dos oficiais seus conhecidos, médicos e cirurgiões.<sup>300</sup>

Geralmente, concluía-se que as vítimas tinham sido envenenadas pelos sintomas que apresentavam. Todavia, em algumas circunstâncias, só após o falecimento do doente e da realização da autópsia, se admitia o crime de assassinato pela ingestão de substâncias nocivas. Esta tarefa ficou facilitada a partir de 1836, quando foi inventado o aparelho de Marsh, utilizado na medicina legal para detectar a presença de produtos tóxicos no cadáver.<sup>301</sup> Este dispositivo permitiu que a investigação do homicídio por envenenamento deixasse de recair sobre a substância em si, descoberta até então por recurso a técnicas artesanais, para passar a incidir na vítima. Desconhecemos a data a partir da qual aquele instrumento foi adoptado em Portugal, não tendo sido encontrada qualquer referência à sua utilização no distrito de Viana do Castelo, pelo menos até 1870.

O mau ambiente familiar, questões passionais ou o desejo de vingança eram motivos para que a mulher fizesse uso de substâncias tóxicas. Envergonhada pelo comportamento

---

<sup>297</sup> *Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1852, pp. 78-80.

<sup>298</sup> Ribeiro, João Pedro, *Índice Chronologico Remissivo da Legislação Portuguesa Posterior à Publicação do Código Filippino com hum Appendice- Parte V*, Lisboa, Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1818, p. 314.

<sup>299</sup> Segundo este artigo "Aquelle que sem legitima auctorização vender ou expozer à venda, ou subministrar substancias venenosas ou abortivas, ou sem as formalidades requeridas pelos respectivos regulamentos, quando for legitimamente auctorizado, será punido com prisão de seis mezes, e multa correspondente." *Código Penal de 1852. Nos 150 anos do primeiro código penal português (1852-2002)*..., p. 84.

<sup>300</sup> Ordenações Filipinas, Livro V, título 89. Veja-se *Ordenações Filipinas*, Livro V..., p. 1240.

<sup>301</sup> A propósito do envenenamento por arsénico e seus compostos consulte-se Chernoviz, Pedro Luiz Napoleão, *Diccionario de Medicina Popular e das sciencias accessarios para uso das famílias*..., p. 973.

libertino e pelas mancebias públicas do marido, a mulher acabava por recorrer ao envenenamento como forma de se libertar do marido.

Nem sempre o envenenamento era um crime solitário e pressupunha uma certa proximidade entre o autor e a vítima, e por isso se desenrolava no seio do ambiente familiar, ou no círculo de pessoas próximas da vítima, ou com quem esta mantinha laços de afectividade. Uma vez, mães e filhas uniam-se para eliminar a autoridade masculina da casa, outras eram as mães que instigavam filhas a livrar-se dos maridos, ou então eram os amantes que planeavam a assassinação de quem estorvava a sua relação. Em alguns casos, não foi possível descortinar o móbil dos crimes, se bem que as agressões infligidas às esposas e filhas, o “mau viver” que o homem dava à família, entre outras razões, estivessem, decerto, na sua origem. Em Abril de 1860, na freguesia de Alvarães, concelho de Viana do Castelo, uma rapariga de apenas 14 anos colocou veneno na sopa que seria ingerida por toda a família mais directa, por esta se opor ao seu casamento. Os seus intentos só não tiveram consequências mais nefastas pela reduzida quantidade da substância dissolvida na sopa, tendo provocado apenas vômitos.<sup>302</sup> Já em 1866, Maria Pereira tinha sido acusada de envenenar o seu pai.<sup>303</sup> Em 1850, foi ministrado veneno a um indivíduo, que não chegou a falecer, recaindo as suspeitas sobre a mulher e a filha.<sup>304</sup>

Em oitocentos, a afectividade tende a desenvolver-se no seio da instituição matrimonial, o que, decerto, justificaria o cometimento de alguns crimes passionais, recorrendo ao envenenamento, para vingar comportamentos que, de alguma forma, atentavam contra os sentimentos de algum dos cônjuges. Presume-se que tenha sido por ciúmes que, em 1840, Francisca Rosa, viúva, natural de Ponte de Lima, conseguiu introduzir num casamento uma travessa de arroz doce, ao qual tinha adicionado veneno, com o propósito de assassinar os

---

<sup>302</sup> ADVC, *Administrador do concelho de Viana do Castelo. Ofícios dirigidos ao Governador Civil deste districto -1860*, n.º 5.16.2.2, não paginado.

<sup>303</sup> AHGCVC, *Portarias e ofícios do Ministério do Reino de Janeiro a Dezembro de 1866*, n.º 1.14.5.4-6, não paginado.

<sup>304</sup> AHGVC, *Correspondência com o Ministério do Reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18, não paginado. Em Ponte da Barca, no ano de 1844, um homem não teve a mesma sorte. Em resultado da ingestão de um caldo de farinha, ao qual tinha sido adicionado cal, acabou por morrer vítima de intoxicação, tendo-se provado que a autoria do delito cabia à sua mulher e à sogra, acabando estas por ser presas e remetidas ao poder judicial. AHGCVC, *Correspondência do Ministério do Reino de 1 Julho de 1844 a 31 de Dezembro de 1845*, n.º 1.9.4.15, não paginado.

noivos e os convivas presentes na celebração. Os seus intentos quase foram alcançados, pois alguns convivas revelaram sintomas de envenenamento e correram perigo de vida. Valeu-lhes a pronta intervenção do pai da noiva, cirurgião, que rapidamente prestou assistência às vítimas.<sup>305</sup> Em 1840, no concelho de Arcos de Valdevez, faleceram Maria Pires, casada com João Moreira, e a filha de apenas dois anos de idade. De acordo com o parecer dos médicos e as análises efectuadas aos cadáveres, ambas morreram por ingestão de veneno. Logo a voz do povo se ergueu contra Tecla Adão e Ludovina, suspeitando-se que uma delas era amante do marido da vítima. As duas foram detidas, acusadas do crime de homicídio por envenenamento.<sup>306</sup>

Também os homens do Alto Minho usavam o veneno com o propósito de matar, embora com menos frequência que a mulher. As vítimas eram principalmente as esposas, umas vezes por ciúme, outras pela prática de adultério, ou então para se libertarem de um casamento que se tinha tornado incómodo. Em 1860, um indivíduo tentou assassinar a mulher, com recurso ao veneno, para poder assumir a relação que mantinha com a sua criada de servir.<sup>307</sup>

Deste modo, os afectos e os sentimentos estavam cada vez mais na origem de delitos muito graves, como eram os homicídios. Em resultado de uma complexificação dos sentimentos, das emoções e das paixões, que, na centúria de oitocentos, começaram a desenvolver-se no seio das relações, também eram cada vez mais os indivíduos que enveredavam por atitudes desesperadas, nuns casos porque se julgavam traídos, noutros porque não eram correspondidos.<sup>308</sup>

A própria imprensa nos dá conta da ocorrência de actos mais impetuosos, que corroboram esta perspectiva. O cometimento de crimes motivados pelo ciúme e em nome de um amor arrebatado começou a preencher as notícias dos jornais. Em 13 de Junho de 1868, um jovem militar, sentindo-se atraído, desferiu quatro facadas em Ana Balão, que, segundo o jornal *O Vianense*, foi “imediatamente recolhida ao hospital, de onde sahirá talvez para o cemitério, por isso que os ferimentos são de muita gravidade.”<sup>309</sup>

Durante o período analisado, embora a família constituísse a principal forma de enquadramento social, também era, como já salientámos, foco gerador de conflitos e de

---

<sup>305</sup> AMPL, *Administração do Concelho. Auto de investigação de 1840*, n.º 1913, não paginado.

<sup>306</sup> AHGCVC, *Registo dos officios dirigidos ao Ministério do Reino*, n.º 1.9.4-13, não paginado.

<sup>307</sup> *O Vianense*, 4 de Junho de 1860, n.º 353, não paginado.

<sup>308</sup> Sobre o surgimento do afecto entre casais veja-se Shorter, Edward, *A Formação da Família Moderna*, Lisboa, Terramar, 1995, pp. 133-175.

<sup>309</sup> *O Vianense*, 13 de Junho de 1868, n.º 1536, não paginado.

violência, sendo as principais vítimas os elementos mais frágeis do agregado, ou seja, mulheres, idosos e crianças.<sup>310</sup>

No campo, eram frequentes as tarefas que os pais infligiam aos filhos. Habitualmente, serviam-se das mãos, mas também recorriam à vara, instrumento que já por si amedrontava e impunha algum respeito.<sup>311</sup> Por vezes, os limites do correctivo paterno eram excedidos, o que levava as mães a clamar por auxílio. No dia 22 de Agosto de 1841, Maria, filha de Manuel Fernandes “Moleiro”, da freguesia da Correlhã, concelho de Ponte de Lima, morreu vitimada pela tarefa que o pai lhe deu, por razões que não foi possível apurar.<sup>312</sup>

Os crimes de abuso sexual praticados pelos pais, sob a forma de incesto, também aconteciam, ainda que sejam raros os casos documentados. As ocorrências participadas às autoridades resultavam da denúncia das crianças, que, na sua inocência, relatavam o sucedido a vizinhos e familiares mais próximos. Encontrámos apenas um caso de violação protagonizado pelo pai sobre a sua filha de sete anos, em Julho de 1845. A acusação foi efectuada por uma vizinha com quem a criança tinha desabafado, por não conseguir suportar a presença do progenitor.<sup>313</sup>

A violência sexual no seio das famílias é uma área de estudo ainda vedada pela escassez de fontes.<sup>314</sup> No entanto, consideramos que a promiscuidade imperava no seio de algumas famílias. Na freguesia de S. Miguel de Fontoura, concelho de Valença, descobrimos uma família em que o pai, José Luís Rodrigues Portela, vivia amancebado com uma filha, o que originava frequentes desordens e causava grande escândalo na comunidade.<sup>315</sup>

Os maus-tratos que os pais aplicavam aos filhos suscitam a questão da existência, ou não, de limites dentro dos quais era tolerado o uso da violência com intuitos correctivos. Embora

---

<sup>310</sup> Ribeiro, Ana Sofia Vieira, *Convívios difíceis: viver, sentir e pensar a violência no Porto de setecentos. (1750-1772)...*, pp. 165-173.

<sup>311</sup> Em 1857, Manuel Gonçalves da freguesia de Paderne, concelho de Melgaço, feriu com uma navalha o seu filho. AMMço, *Administração do Concelho. Ofícios e circulares remetidos pelo Governador Civil – 1857*, n.º 1.3.14-4, não paginado.

<sup>312</sup> AMPL, *Administração do Concelho, Copiador dos ofícios à Administração Geral*, n.º 2.2.2.42, não paginado.

<sup>313</sup> AHGCVC, *Correspondência do Ministério do Reino - 1 Julho de 1844 a 31 de Dezembro de 1845*, n.º 1.9.4.15, não paginado.

<sup>314</sup> Sobre o delito de incesto na Inglaterra leia-se Clark, Anna, *Women's Silence, Men's Violence: Sexual Assault in England 1770-1845*, London, Pandora Press, 1987, pp. 97-104.

<sup>315</sup> AMV, *Administração do concelho. Registo da correspondência expedida para diversas comunidades*, n.º 1.1.4.31, não paginado.

as fontes não sejam pródigas em informações, presumimos que o recurso aos castigos corporais variava consoante o sistema de educação adoptado, que seria diferenciado de acordo com o extracto social, dado que a percepção face ao corpo como alvo de castigo também era distinta, mudando inclusive de região para região.<sup>316</sup>

No espaço rural alto minhoto, a criança rapidamente se transformava num pequeno adulto, sendo-lhe atribuída a execução de algumas tarefas domésticas.<sup>317</sup> Segundo Alberto Pimentel, logo que a criança começava a dar os primeiros passos era entregue “à natureza que a há-de acabar de criar. A mãe não a lava, não a veste, não a vigia.”<sup>318</sup> Quando, por qualquer motivo, falhava no cumprimento das suas obrigações, havia sempre a probabilidade de sobre ela pender o correctivo, que podia ser não apenas verbal, mas também físico. Não havia cuidados especiais com a limpeza, a alimentação ou a educação da criança, o que pode ser explicado, pelo menos em parte, pela azáfama que caracterizava o quotidiano da mãe, negligenciando a atenção prestada à prole, mas devido também à pouca consideração em que eram tidos os hábitos de higiene e a educação infantil.<sup>319</sup>

Decerto, será despropositado falar de severidade excessiva por parte dos pais na relação que estabeleciam com os filhos, até porque presumimos que haveria um limite, e que os maus-tratos continuados e abusivos não eram socialmente aceites.<sup>320</sup> Por outro lado, importará referir

---

<sup>316</sup> Confira-se sobre este assunto Perrot, Michel, “Dramas e conflitos familiares”..., p. 279. Em França, no século XIX, a educação doméstica, baseada no castigo físico, não era utilizada pelos escalões mais altos da sociedade, ou seja, nobreza e burguesia. Leia-se igualmente do mesmo autor, Perrot, Michelle, “Personagens e papéis”..., pp. 263-285. Para James Casey, já no Antigo Regime, os castigos corporais aplicados sobre as crianças, apesar de praticados, não eram bem vistos nos extractos mais elevados da sociedade. Confira-se Casey, James, *História da Família*, Lisboa, Editorial Teorema, 1990, pp. 189-190.

<sup>317</sup> Sobre a transformação do papel da criança no seio da família leia-se, Almeida, Ana Nunes de, “Crianças e maus-tratos na família – uma abordagem sociológica”, in *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXXVII, 2005, pp. 231-235.

<sup>318</sup> Pimentel, Alberto, *As alegres canções do Norte*..., p. 17.

<sup>319</sup> Deste modo, aplica-se ao Alto Minho a perspectiva de Edward Shorter, segundo a qual as alterações apontadas por Philippe Ariès relativamente à criança e aos cuidados de que passa a ser alvo, que, no caso da nobreza e da alta burguesia, situa entre os séculos XVI e XVII, ainda não se verificavam no seio das classes populares, em alguns lugares, no século XIX. Shorter, Edward, *A Formação da Família Moderna*..., pp. 184-185.

<sup>320</sup> Na Inglaterra, segundo Clive Emsley, seriam comuns os castigos corporais infligidos às crianças como forma de correctivo. No entanto, segundo o mesmo autor, existiria uma linha imposta em algumas comunidades que separava a correcção da brutalidade. Caso esse limite fosse ultrapassado, os ofensores poderiam esperar castigos

que o pai, por norma o chefe do agregado familiar, tinha sido investido, pela própria sociedade e pela doutrina religiosa, neste caso católica, de determinados poderes, incluindo o exercício da autoridade correctiva sobre os seus descendentes.<sup>321</sup>

Os castigos corporais aplicados às crianças seriam, em muitos casos, consequência da rápida integração das crianças no mundo dos adultos, bem como dos afazeres e encargos a que eram sujeitas desde cedo e por cujo cumprimento eram responsabilizadas.<sup>322</sup> Além dos progenitores, também os lesados pelos comportamentos irreflectidos próprios da idade não resistiam a castigar as tropelias de que se sentiam vítimas. Pauladas, pedradas, pontapés e sopapos eram a resposta ao desleixo infantil. Nestas situações, eram os pais a reclamar a intervenção judicial, queixando-se da brutalidade das agressões cometidas sobre os filhos. Em 1829, no concelho de Arcos de Valdevez, José Narciso Calheiros da Costa apresentou queixa contra uma mulher, de nome Rosa, por ter agredido o seu filho, menor de idade, com um pau, quando este se encontrava numa das suas propriedades, causando-lhe várias contusões e nódos negros.<sup>323</sup> Alguns anos mais tarde, encontramos outro pai, da freguesia de Seixas, concelho de Caminha, a ajustar contas com uma mulher por ter espancado a sua filha.<sup>324</sup> Em muitos destes casos, não estava apenas em causa a violência sobre os familiares, que eram incapazes de se defenderem, mas também a ofensa à honra familiar e à falta de respeito aos pais.

As autoridades também não ficavam de todo insensíveis perante situações de maus tratos infligidos a crianças. Em 1868, a Câmara de Valença, tendo conhecimento de que uma criança exposta, de nome Maria, da freguesia de Rubiães, concelho de Paredes de Coura, estava a ser maltratada por uma ama, aconselhou o administrador deste concelho a informar-se junto

---

mais duros por parte da comunidade do que dos tribunais. Emsley, Clive, *Hard Man. The English and Violence since 1750...*, p. 59.

<sup>321</sup> Confirme-se Sarti, Raffaella, *Casa e Família. Habitar, Comer e Vestir na Europa Moderna...*, pp. 73-74.

<sup>322</sup> Sobre a evolução sentida na concepção da educação da criança e a sua ligação ao princípio da correcção leia-se Lopes, Maria Antónia, "Crianças e jovens em risco nos séculos XVIII e XIX. O caso português no contexto europeu" ..., p. 167.

<sup>323</sup> ADVC, *Autos de Querela, Juízo de Fora, Arcos de Valdevez*, n.º 4.1.6.16, fls. 13-14.

<sup>324</sup> ADVC, *Autos de Querela, Juízo de Fora*, n.º 5.9.4 - cx 2-9, fls. 8v.º-9.

do regedor e do pároco daquela povoação sobre a veracidade dos factos para tomar as devidas providências.<sup>325</sup>

Em diversas ocasiões, observa-se a preocupação dos pais em desforrar os insultos, excessos e violências cometidos sobre os filhos. Importa, assim, estabelecer a distinção entre o correctivo familiar, de âmbito doméstico, que era permitido, embora por vezes revestisse grande brutalidade, e as violências cometidas sobre crianças por elementos externos ao agregado, que não eram aceites pela família da vítima. Em 1831, Francisco Pires Loureiro, natural de Gandra, concelho de Valença, descreveu a agressão de que foi vítima, queixando-se que na altura levava o seu filho pequeno ao colo, acto que revela algum zelo e afecto por parte da figura paterna.<sup>326</sup>

Deste modo, parece-nos razoável considerar que a violência física de que eram alvo as crianças era mais frequente do que as fontes nos permitem analisar. Por outro lado, a imagem do mundo rural desprovido de sensibilidade e caracterizado até por algum desdém para com as crianças, resulta de uma certa hiperbolização da rudeza dos gestos e das atitudes dos pais para com os seus filhos, que não devem ser confundidos com ausência de afecto.

Contudo, nem todas as situações analisadas, reportadas à violência exercida pelos pais sobre os filhos, ocorreram enquanto estes se encontravam na fase da infância. Ultrapassado este patamar da vida e alcançada a idade adulta, eram outras as motivações, nomeadamente questões de herança e relacionadas com a gestão da propriedade agrícola, que originavam escaramuças entre os progenitores e os seus descendentes.

Mais escandalosas e censuráveis eram as agressões que os filhos cometiam sobre os pais. Estes actos eram considerados autênticos atentados contra a moral pública e reveladores de desrespeito pela instituição familiar. As investidas dos filhos contra os seus progenitores eram tidas como acções que faziam perigar a ordem pública, exigindo-se por isso severidade na aplicação de castigos aos prevaricadores.<sup>327</sup>

---

<sup>325</sup> AMPC, *Administração do Concelho. Correspondência recebida de diversas autoridades*, n.º 1.2.2.2-8, não paginado.

<sup>326</sup> ADVC, *Autos de Querela, Juízo de Direito da Comarca de Valença*, n.º 5.8.3.16, fls. 14-16 v.º.

<sup>327</sup> Em Janeiro de 1851, José António Ferreira, alfaiate, da aldeia de Gondoriz, concelho de Arcos de Valdevez, queixou-se de seu filho Estêvão António, um jovem de apenas 20 anos de idade, que o maltratava, espanca e inclusive feriu com uma faca. Face à gravidade das acusações, o governador civil ordenou ao administrador daquele concelho urgência no apuro da veracidade dos factos e actuar, dentro das suas competências, com “toda a severidade que a lei permitir”. AHGCVC, *Correspondência com os administradores dos concelhos. Janeiro de 1851 a Março de 1852*, n.º 1.7.2.15, não paginado.

Valendo-se da idade avançada dos pais, por vezes entrevados, em situação de total dependência, sem amparo económico, os filhos não se coíbiavam de os sovar. A brutalidade de tais actos e o repúdio que causavam levavam à intervenção dos vizinhos e das autoridades. Em 1846, Manuel Joaquim Pereira, natural de Ponte de Lima, no momento em que foi detido por ter espancado a sua mãe, ameaçou que quando saísse da prisão “vinha despicar-se com a sua mãe, esfaqueando-a.”<sup>328</sup> Em 1841, também foi preso na vila de Ponte de Lima, José Quadros por ter espancado o seu pai, ferindo-o na face, por cima do olho esquerdo.<sup>329</sup> O empolamento que era dado a estes episódios dificulta uma abordagem objectiva no sentido de apurar a sua real dimensão. Por outro lado, a partir dos dados compulsados, não nos é possível avaliar com rigor até que ponto, ou em que medida, uma infância marcada pela excessiva violência poderá ter influenciado o seu comportamento posterior.

A vergonha levaria muitos progenitores a encobrir os maus-tratos de que eram vítimas. Alguns recusavam-se até a participar e a depor contra os filhos. Em Julho de 1855, na aldeia de S. Julião, concelho de Valença, Joaquina Pires espancou brutalmente a sua mãe. Tendo-se procedido ao auto de investigação e à recolha do depoimento das testemunhas, constatou-se “que a ré tem já por costume o bater e maltratar sua mãe, mulher aleijada e quasi entrevada.”<sup>330</sup>

Geralmente, os ataques desferidos pelos filhos contra os progenitores tinham lugar no resguardo do lar, mas também podiam acontecer em ruas, praças e caminhos. Em Agosto de 1839, Maria Afonsa, natural da freguesia da Areosa, Viana do Castelo, agrediu a sua mãe, em pleno campo da Agonia.<sup>331</sup> Mais grave ainda foi o episódio que teve como protagonistas José Joaquim Lourenço e seu irmão, António José Lourenço, conhecidos como “os Rainhas”, naturais de Longos Vales, concelho de Monção, que por várias vezes injuriaram, roubaram, ameaçaram de morte e espancaram os seus pais, além de os terem atacado e apedrejado quando estes se encontravam a trabalhar nos campos. Em 1852, foram julgados e condenados a 15 anos de degredo.<sup>332</sup>

---

<sup>328</sup> AMPL, *Administração do Concelho. Copiador Geral dos ofícios dirigidos por esta administração a diversas autoridades*, n.º 2.2.2.31, não paginado.

<sup>329</sup> AMPL, *Administração do Concelho. Copiador dos ofícios dirigidos à Administração Geral*, n.º 2.2.2.42, não paginado.

<sup>330</sup> AMV, *Registo da correspondência expedida para diversas autoridades*, n.º 1.1.4.33, não paginado.

<sup>331</sup> ADVC, *Administração do Concelho de Viana do Castelo. Copiador Geral, 1839-1840*, não paginado.

<sup>332</sup> ADVC, *Tribunal da Comarca de Monção, Livro de registo de Crimes*, n.º 2, documento avulso.



Nem sempre é fácil deslindar os motivos de tais procedimentos. Todavia, o álcool em excesso, a incompreensão face aos achaques próprios da idade avançada, as discussões geradas pela partilha da herança, funcionavam muitas vezes como pretextos para o desencadeamento de comportamentos violentos por parte dos filhos.

A insanidade mental era um dos motivos que estava na origem de agressões físicas e verbais que os filhos cometiam sobre os progenitores. Dada a rejeição da família e a inexistência de instituições de internamento para doentes mentais na região, a solução era o seu ingresso na cadeia, sobretudo quando se tornavam mais violentos, onde conviviam com prisioneiros de toda a espécie, sem qualquer tratamento específico ou atenção especial, o que contribuía para fragilizar ainda mais a sua condição física e mental. Em 1853, após o envolvimento em várias desordens e de ter espancado a sua mãe, Maria Minada foi enviada para a cadeia de Ponte de Lima. Atendendo à indigência dos pais, era assistida pela comissão encarregada de garantir o sustento dos presos pobres daquele estabelecimento.<sup>333</sup>

A ausência de qualquer enquadramento legal para doentes mentais gerava graves perturbações, que não se restringiam à esfera doméstica, mas atingiam também a segurança pública. Veja-se o caso de António Manuel Portelo, natural da freguesia de Gondar, concelho de Caminha, que já tinha sido preso por causa das desordens que causava naquela freguesia, quando era acometido por acessos de loucura. Como não podia ficar detido, era devolvido à família. No dia 15 de Março de 1836, em mais um ataque de demência, agrediu à paulada a sua mãe e a irmã e acabou por matar o avô. Tendo sido preso, processado e julgado, acabou por ser absolvido, em resultado da doença de que padecia. Restou como solução entregá-lo à administração do concelho, que o remeteu para a cadeia da vila, onde permanecia sem qualquer meio de subsistência.<sup>334</sup>

A manutenção no ambiente familiar de filhos com sintomas de alienação, que se manifestava pela propensão para a violência e por comportamentos agressivos, poderia facilitar o cometimento de actos tão brutais como o parricídio ou matricídio. Em Valença, na freguesia do Cerdal, em Março de 1849, registou-se um caso de parricídio. Manuel Alves, que padecia de demência, matou o pai com uma pancada de enxada na cabeça. Após a sua detenção, foi enviado para o Hospital de S. José, em Lisboa, tendo sido reconhecida, por avaliação médica, a

---

<sup>333</sup> AMPL, *Administração do Concelho. Livro de registo da correspondência expedida para o Governo Civil*, n.º 2.2.1.11, não paginado.

<sup>334</sup> AHGCVC, *Administradores*, n.º 1.36.1.2-4, não paginado.

sua alienação, de acordo com o disposto no n.º 13 do artigo 249.º do Código Administrativo de 1842 e na portaria de 18 de Novembro de 1842.<sup>335</sup>

As autoridades nem sempre aceitavam de bom grado o argumento da alienação, receando que pudesse ser invocada pela defesa do agressor para alegar a sua inimputabilidade e conseguir a absolvição.<sup>336</sup> Em Maio de 1841, em Viana do Castelo, um indivíduo, que se considerava sofrer de perturbações mentais, espancou e feriu a sua mãe. Todavia, para o governador civil tratou-se de um caso de pura malvadez.<sup>337</sup> Os representantes administrativos das instituições estatais não eram, aliás, os únicos a admitir a possibilidade de a loucura poder servir de pretexto para conseguir a impunidade de criminosos que estavam no pleno uso das suas faculdades mentais.<sup>338</sup>

---

<sup>335</sup> AHGCVC, *Correspondência com os administradores dos concelhos – Maio de 1848 a Dezembro de 1849*, n.º 1.7.2.11, não paginado. Segundo o Código Administrativo de 1842, artigo 249.º, n.º 13, cabia ao administrador do concelho “vedar a divagação de pessoas alienadas”. De acordo com a portaria de 18 de Novembro de 1842, antes do seu envio para o hospital de S. José, em Lisboa, o administrador do concelho devia indagar sobre a veracidade da doença, devendo determinar que este fosse examinado por mais médicos. *Código Administrativo Portuguez de 18 de Março de 1842...*, 1849, p. 108. Caso este apresentasse sintomas de alienação, devia ser passada uma guia pelo médico e devidamente assinada pelo administrador do concelho, a atestar a doença do indivíduo para este ingressar na referida instituição. Para esse efeito, tinha ainda que atestar a sua pobreza e as fragilidades no acompanhamento familiar. *Collecção Official de Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva, Legislação de 1842 em diante*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1842, p. 402.

<sup>336</sup> Expressão utilizada por Michel Foucault, na sua aula de 15 de Janeiro de 1975, no Collège de France, a propósito do Código Penal francês de 1810, mais propriamente o seu artigo 64.º, que determina que, se após exame, se verificar que o indivíduo cometeu um delito sob o estado de demência, este não pode ser considerado crime. Deste modo, era necessário optar entre o hospital e a prisão, o que leva Foucault a sustentar que “é necessário optar, porque a loucura apaga o crime, a loucura não pode ser o lugar do crime e, inversamente, o crime não pode ser, em um acto que se arraiga na loucura”. Confira-se Foucault, Michel, *Os anormais*, São Paulo, Martins Fontes, 2002, p. 40.

<sup>337</sup> AHGCVC, *Registo dos officios dirigidos ao Ministério do Reino*, n.º 1.9.4-13, não paginado.

<sup>338</sup> A propósito da ciência mental, Roberto Frias admitia que os progressos registados no século XIX tinham servido, sobretudo, para a desresponsabilização dos actos criminosos praticados por indivíduos considerados inimputáveis, que, em vez de serem punidos, eram devolvidos à sociedade, dando azo à reincidência na actividade criminosa. Ainda que de forma não explícita, sugere a ideia de uma espécie de selecção natural *darwiniana*, mais tarde desenvolvida por Garofalo (1893), discípulo de Lombroso, que defendia a eliminação de todos aqueles que não se adaptassem à sociedade contemporânea, sendo o cometimento de crimes sintoma dessa inadaptação, pelo que os criminosos deviam ser aniquilados, o que implicava o recurso à pena de morte. Leia-se Frias, Roberto, *O crime (Apontamentos para a systematisação da criminalidade)*..., p. 44. Confira-se igualmente Pais, Lúcia Maria de Sousa

Júlio de Matos, na sua obra *A Loucura*, editada em 1889, alude à questão da (des)responsabilização moral dos alienados. Admitia que estes ignoram o real significado da lei, embora a conheçam, e por isso não se sentem impulsionados a acatá-la, e que, apesar de terem a noção de transgressão, não a compreendem. Assim sendo, defendia a desresponsabilização dos alienados, colocando-os no mesmo patamar dos selvagens e dos animais. Por força da punição, podem obedecer, mas são incapazes de entender o sentido do castigo. Por consequência, as penas vulgarmente aplicadas a um indivíduo normal são tomadas pelo alienado apenas como um castigo e não como uma condenação pela violação de determinada norma, o que explica a sua reincidência na prática de actos criminosos.<sup>339</sup>

No nosso estudo, descobrimos apenas duas ocorrências em que a madrasta e o padrasto surgem envolvidos em casos de violência familiar, embora, como já foi assinalado, não seja de descartar a possibilidade de terem ocorrido outros episódios, que, no entanto, não chegaram ao conhecimento do poder administrativo e judicial. Nos casos referenciados, uma rapariga foi sovada e ferida pelo padrasto, e um menino, de sete anos de idade, foi brutalmente espancado pela sua madrasta, colocando-o em perigo de vida.<sup>340</sup>

Mais frequentes eram as rixas entre irmãos, causadas principalmente por questões relacionadas com a herança familiar ou a gestão do património. Em Fevereiro de 1853, numa freguesia do concelho de Caminha, Manuel Lourenço e o seu irmão, Francisco Esteves, envolveram-se numa rixa por causa do roço do mato.<sup>341</sup> Apesar de não ser possível identificar os reais motivos de algumas desavenças, que, em muitos casos, foram arrumados em catalogações algo vagas, como “questões domésticas” ou “questões particulares”, consideramos, no entanto, que a herança e a partilha desigual dos bens familiares eram motivos suficientes para criar um clima de tensão e manchar a relação entre irmãos, afastando qualquer

---

Gomes Gouveia, *Uma história das ligações entre a psicologia e o direito em Portugal: perícias psiquiátricas médico-legais e perícias sobre a personalidade dos analisadores*, Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, 2004, pp. 110-111. Tese de doutoramento policopiada.

<sup>339</sup> Sobre este assunto consulte-se Matos, Júlio de, *A Loucura*, S. Paulo, Teixeira e Irmão - Editores, 1889, pp. 209-233.

<sup>340</sup> AHGCVC, *Registo dos officios dirigidos ao Ministério do Reino*, n.º 1.9.4-13, não paginado; *Correspondência com o ministério do Reino de Janeiro de 1848 a Junho de 1849*, n.º 1.9.4-17, não paginado.

<sup>341</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino – 1851*, n.º 1.9.4-19, não paginado.

solução conciliatória através do recurso ao juiz de paz.<sup>342</sup> Além dos factores já enunciados, também a convivência diária, as diferenças determinadas pelo sexo, pela idade e pela própria personalidade potenciavam a ocorrência de desavenças fraticidas.<sup>343</sup>

As contendas entre irmãos eram as que mais facilmente ultrapassavam a fronteira da privacidade. Sem qualquer pejo, pessoas unidas por laços fraternais transportavam para a praça pública os desentendimentos caseiros. Daí o uso do termo “rixa”, dado que se tratava de desavenças resultantes de posições discordantes relativamente a um dado assunto ou objecto. Em tais circunstâncias, as autoridades, a não ser que houvesse feridos, não distinguiam, de forma inequívoca, a vítima do agressor, encontrando-se os intervenientes em pé de igualdade, e o caso passava para a alçada da justiça. Foi o que sucedeu com Antónia, filha de Garcia da Costa, natural da freguesia de Carvoeiro, concelho de Viana do Castelo, que, em Dezembro de 1839, feriu a irmã em várias partes da cabeça, depois de a ter espancado em várias ocasiões. Dada a reincidência e a inequívoca condição da Antónia como agressora, o administrador do concelho deu conhecimento do caso ao delegado do procurador régio para que actuasse contra a delinquente na conformidade da lei.<sup>344</sup> Outras ocorrências tinham um desfecho ainda mais trágico, terminando com a morte de um dos contendores, como sucedeu em Valença, em Agosto de 1842, quando Boaventura Luís Vaz espancou a sua irmã, Ana Teresa Ferreira, que estava grávida, e que acabou por falecer em consequência dos golpes que sofreu.<sup>345</sup>

As desavenças entre irmãos também podiam ser originadas pela conduta imoral de um deles, pela protecção que um dos filhos procurava dar aos pais face à conduta menos própria dos outros irmãos, ou ainda pela procura de afirmação de autoridade e de respeitabilidade no

---

<sup>342</sup> Sobre este assunto leia-se Durães, Margarida, “Heranças: solidariedades e conflitos na casa camponesa minhota (sécs. XVIII-XIX)”, in *Bíblas, Revista da Faculdade de Letras*, vol. LXXXVI, 2000, pp. 155-186. Veja-se igualmente, Silva, Manuel Carlos, *Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*, Porto, Edições Afrontamento, 1998, pp. 253-267. Sobre a acção dos juizes de paz em questões sucessórias consulte-se Carvalho, Jorge Brandão, *Tensões numa Comunidade Rural do Baixo-Minho. Adaúfe e o seu juízo de paz (1835-1880)*, Braga, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Centro de Ciências Históricas e Sociais, 1999, pp. 144-154.

<sup>343</sup> Confira-se Perrot, Michelle, “Personagens e papéis”..., p. 167.

<sup>344</sup> ADVC, *Administração do concelho de Viana do Castelo. Copiador Geral – 1839-1840*, n.º 5.16.4.18, não paginado.

<sup>345</sup> AHGCVC, *Correspondência com o ministério do reino Janeiro de 1852 a Fevereiro de 1853*, n.º 1.9.4.20, não paginado.

seio do lar. Assim se explicam os casos em que os irmãos agrediam as irmãs, num claro processo de imposição de uma hierarquia fraternal baseada na diferenciação pelo sexo.

Também sogros e genros contendiam e chegavam a vias de facto, sendo que nestes conflitos sobressaíam os genros no papel de ofensores e os sogros no de vítimas. Esta situação, a que não era alheia a diferença na condição física ditada pela idade, era gerada pela intervenção dos segundos em cenas de violência, quando, por exemplo, os pais vinham em defesa das suas filhas que estavam a ser agredidas pelos maridos.<sup>346</sup>

Os papéis invertiam-se quando falamos das sogras, que, mais do que autoras de acções violentas, sobressaíam, por vezes, como instigadoras. Pelo menos em duas das situações analisadas, foi nessa posição que as encontrámos. Os cunhados, por seu lado, também se envolviam em rixas, ou acicatavam pendências entre irmãos, mas os desaguisados que opunham tios e sobrinhos ou primos eram raros. A cultura popular de setecentos e oitocentos não deixava de manifestar, através de aforismos, o pouco apreço em que era tida a ingerência no núcleo familiar de elementos que lhe eram exteriores, em particular das sogras e das cunhadas ou cunhados. Expressões como “Quem não tem sogra, nem cunhada, he bem casada”, “Enquanto fui sogra, nunca tive boa nora. Enquanto fui nora, nunca tive boa sogra” são, a este propósito, bem elucidativas.<sup>347</sup>

Afinal, as relações familiares estabelecidas com base no sangue e na afinidade não eram obstáculo à violência. Pelo contrário, esses mesmos laços promoviam a agressividade intra-familiar, sobretudo quando estavam em causa interesses patrimoniais e a definição de papéis no âmbito da hierarquia doméstica.

A questionação das identidades domésticas ou o desafio de convenções familiares funcionavam como rastilho da violência. A recriminação de algumas dessas formas de contestação assentava no princípio da que a família funcionava como um dos motores da orgânica social, como modelo reprodutor de valores, comportamentos e identidades, que não devia ser posta em causa mas respeitada, pugnando-se contra os desvios que a pudessem ameaçar. Daqui se infere a subjectividade e a diversidade nas actuações dos poderes e da

---

<sup>346</sup> Em Fevereiro de 1841, foi preso Manuel Gonçalves por ter ferido o seu sogro, quando este se prestava a defender a sua filha, vítima de agressão do marido. AHGCVC, *Registo dos officios dirigidos ao Ministério do Reino*, n.º 1.9.4-13, não paginado.

<sup>347</sup> Rolland, Francisco, *Adágios, provérbios e anexins da lingua portugueza tirados dos melhores authores nacionaes, e recopilados por ordem alfabética*, Lisboa, typ. Rollandiana, 1780, p. 274.

sociedade perante as várias formas de violência intra-familiar, explicadas pelo efeito diferenciado que essas acções causavam na ordem social. Esse impacto era condicionado pelo sexo dos antagonistas, conjugado com a posição que assumiam na altercação (agressor/vítima), e pelas hierarquias contestadas, em resultado da contestação do processo de autoridade (impacto social da agressão pai/filho diferenciado da agressão filho/pai).

Assim, tornavam-se frágeis os equilíbrios familiares e as respectivas hierarquias eram abaladas pela injúria ou pelo gesto, quebrando o ordenamento imposto pela sociedade. Na penumbra ficam motivos, autoridades, configurações, ou os afectos que se tornam baços, confusos e abstrusos na malha discursiva das fontes perscrutadas. Resta-nos a oportunidade de, a partir de alguns retalhos, estabelecer conexões e apurar a autenticidade dos factos. Convém, todavia, recordar que toda a matéria discursiva de que dispomos provém de um registo oficial, imbuído todo ele, de forma consciente ou não, da intrincada perpetuação da ordem social, para a qual a família contribuía de forma decisiva, enquanto estabilizadora de modelos e equilíbrios estabelecidos: o respeito pela família como bastião da sociedade; o casamento como instituição assente nas fidelidades dos cônjuges e na complementaridade dos seus papéis; a autoridade do chefe de família sobre a mulher, os filhos e os bens, ou a salvaguarda da privacidade do lar. Por conseguinte, no caso particular da violência intra-familiar, é necessário o constante e paradoxal jogo de aproximação/distanciamento para um esclarecimento mais objectivo dos factos.

## **5. Os espaços de violência**

### **5.1. *A violência fora de portas***

A determinação e caracterização dos palcos de violência na região do Alto Minho implicaram a abordagem de um conjunto de factores que estão na génese de comportamentos agressivos, que, por sua vez, nos conduziram a uma diferenciação da violência praticada. Nos diferentes espaços, encontrámos distintos actores na condição de ofensores, vítimas ou testemunhas, o que nos leva a considerar que a violência é condicionada não só pelos protagonistas, motivos e objectivos, mas também pelo espaço em que acontece.

Os episódios de violência que ocorriam na rua ou na feira não tinham os mesmos protagonistas nem as mesmas motivações dos que sucediam no espaço doméstico.<sup>348</sup> Logo,

---

<sup>348</sup> Os resultados encontrados para Ponte de Lima confirmam-se nos restantes concelhos do distrito de Viana do Castelo, onde existe documentação que possibilitou aferir estas conclusões. Para o caso particular da Vila de Ponte

julgamos apropriado estabelecer uma relação entre os contendores e os cenários da conflitualidade: à medida que se estreitam os laços e as relações sociais entre ofensores e vítimas, diminui o espaço de prática de actos violentos e estes vão perdendo gradualmente a sua função punitiva para se transformarem numa espécie de castigo privado, de que é exemplo a violência doméstica. No sentido inverso, à medida que se tornam mais afastadas, ou até mesmo inexistentes, as relações entre agressores e agredidos, alargam-se os palcos da violência, estendendo-se às ruas mais movimentadas, às feiras, aos mercados e às romarias.

Fazendo a violência parte do dia-a-dia das comunidades do Alto Minho, esta não se concentrava em sítios definidos e previsíveis, nem era praticada apenas por desconhecidos, viandantes, criminosos ou vadios, como queriam fazer crer as autoridades, mas acontecia nos mais variados lugares e era protagonizada também por homens e mulheres comuns.<sup>349</sup>

Os actos de violência eram desencadeados, não raras vezes, pela violação de códigos de honra ou pela afronta aos valores estabelecidos, o que explica, em muitos casos, a atitude de compreensão e de condescendência que as populações revelavam para com os autores. Esta situação será alterada à medida que a autoridade do Estado se vai impondo, na tentativa de garantir a manutenção da ordem social, fazendo uso de vários instrumentos de controlo e punição.

### 5.1.1. A rua

Como já salientámos, os cenários alteram-se conforme o tipo e as finalidades da violência praticada. A rua servia de palco sobretudo a uma violência que podemos considerar premeditada, designadamente sob a forma de zaragatas e agressões.

No caso concreto do Alto Minho, é difícil destrinçar e separar o público do privado.<sup>350</sup> Por vezes, a rua constituía um prolongamento da casa<sup>351</sup>. A porta sempre aberta, as janelas

---

de Lima consulte-se, Esteves, Alexandra, "Violência e conflitualidade em Ponte de Lima, na primeira metade do século XIX" in *IV Congresso Histórico de Guimarães. Do Absolutismo ao Liberalismo*, vol. 1, Braga, Câmara Municipal de Guimarães, 2009, pp. 293-319.

<sup>349</sup> D'Cruze, Shani, *Everyday Violence in Britain, 1850-1950*, London, Pearson Education Limited, 2000, pp. 11-14.

<sup>350</sup> Sobre as diferenças entre as ruas das cidades do Norte e do Sul da Europa, nomeadamente no que concerne à interacção entre o público e o privado leia-se Sieber, Tim, "Ruas da cidade e sociabilidade pública", in Cordeiro, Graça Índias; Vidal, Frédéric Vidal (orgs.) *A Rua. Espaço, tempo, sociabilidade*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, pp. 47-64.

escancaradas sobretudo no Verão, o pátio comum ou a soleira da porta, serviam para acolher momentos de cavaqueira, mas também permitiam que conversas, gritarias e insultos chegassem aos ouvidos de vizinhos e passantes.<sup>352</sup> Simultaneamente, a partir de casa, que também podia funcionar como local de trabalho, vigiava-se o espaço circundante e assistia-se aos conflitos que nele tinham lugar.<sup>353</sup>

Eram frequentes as brigas que, tendo o seu início na taberna, na venda, na loja ou em casa, prosseguiam na rua. Transeuntes, vizinhos e conhecidos intervinham nas contendas, ora como instigadores ou apaziguadores, ora como meros espectadores. Descobrimos vários episódios de violência que, tendo começado dentro de portas, rapidamente se estenderam ao pátio, ao passeio e à rua. Isto acontecia sobretudo à noite, à saída das tabernas, locais por excelência de reunião nocturna, quando os desordeiros, animados pelo álcool e instigados por disputas de jogo ou discussões mal resolvidas, convertiam as ruas em palcos de ajuste de contas.<sup>354</sup> Foi precisamente uma situação desta natureza que se verificou na rua de S. Sebastião, em Viana do Castelo, em 26 de Setembro de 1836. Manuel José Gonçalves, pedreiro, saiu da taberna, já de noite, acompanhado por um criado, que logo começou a insultar o dito Manuel, devido a questões relacionadas com um jogo que tinham disputado na venda existente naquela rua. Na sequência das ofensas que lhe foram dirigidas, aquele acabou por agredir o serviçal.<sup>355</sup>

Durante o dia, também eram muitos os conflitos que, tendo eclodido dentro de portas, fosse em lojas, vendas ou casas, acabavam por alastrar à rua, como sucedia, por exemplo, com os casos de violência doméstica. Em Março de 1841, na rua das Rosas, em Viana do Castelo, ocorreu uma desordem que envolveu Manuel dos Passos, acusado de ter espancado uma

---

<sup>351</sup> De salientar que Susana Paula Franco Serpa Silva apresenta para a comarca de Ponta Delgada uma situação semelhante. Segundo a autora, nesta região também não existia uma clara separação entre a casa, domínio privado, e a rua, fonte ou taberna. Confira-se Silva, Susana Paula Franco Serpa, *Criminalidade e Justiça na Comarca de Ponta Delgada. Uma abordagem com base nos processos penais (1830-1841)*..., pp. 244-245.

<sup>352</sup> Amélia Aguiar Andrade alude à falta de privacidade das casas que se encontravam cerradas umas às outras, o que é possível verificar actualmente em algumas ruas desta vila que mantiveram o traçado medieval. A este propósito leia-se da referida autora *Um Espaço Urbano Medieval: Ponte de Lima*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, pp. 68-74.

<sup>353</sup> Veja-se Anica, Aurizia, *A Transformação da Violência no século XIX. O caso da comarca de Tavira*..., p. 23.

<sup>354</sup> No século XVIII, na cidade do Porto, nas ruas estreitas e mal iluminadas, eram comuns as agressões durante a noite. Confirme-se Ribeiro, Ana Sofia Vieira, *Convívios difíceis: viver, sentir e pensar a violência no Porto de setecentos. (1750-1772)*..., pp. 152-153.

<sup>355</sup> ADVC, *Administração do Concelho de Viana do Castelo. Copiador Geral*, n.º 5.16.4.15, não paginado.



mulher na casa de um vizinho. Rapidamente, a contenda saltou para a rua, onde o agressor acabou por ser detido.<sup>356</sup>

Por vezes, eram as próprias vítimas que, em desespero, saíam para a rua, clamando pela ajuda da vizinhança ou pela intervenção da autoridade policial. Em 1854, a mulher de João Evangelista Andorinha, que estava a ser espancada pelo marido, fugiu para a rua, noite dentro, implorando por auxílio. Encontrado o agressor, este resistiu à voz de prisão e, na presença das autoridades, continuou a insultar a mulher e feriu-a no rosto, pouco se importando com o que lhe podia acontecer posteriormente.<sup>357</sup>

Muitos episódios de violência que tinham a rua como palco revestiam, sobretudo, um carácter que podemos apelidar de vicinal. As relações de vizinhança rapidamente podiam resvalar da solidariedade para a hostilidade. De facto, eram os vizinhos os primeiros a socorrer, por exemplo, as vítimas de violência doméstica, mas também eram as principais testemunhas, que relatavam, pormenorizadamente, às autoridades o que tinham presenciado e reproduziam o que tinham ouvido.<sup>358</sup>

Desordens e rixas eram provocadas, em muitos casos, por palavras injuriosas, que rapidamente davam lugar a agressões físicas.<sup>359</sup> A intimidade familiar era transportada para a

---

<sup>356</sup> ADVC, *Administração do concelho de Viana. Registo da correspondência expedida*. n.º 5.16.4.14, não paginado. Um caso similar ocorreu em 21 de Maio de 1845, em Ponte de Lima, tendo sido detido José Marques Perdigão por espancar a sua mulher e, nas palavras do administrador do concelho “já tem de costume fazer o mesmo muitas vezes com escândalo da vizinhança que sempre se amotina em tais ocasiões.” De facto, parecia usual este comportamento por parte de José, que, em plena rua de Além da Ponte, espancava a mulher e insultava os vizinhos que o repreendiam. AMPL, *Administrador do Concelho*. Copiador dos ofícios dirigidos por esta administração a diversas autoridades, n.º 2.2.1.31, não paginado.

<sup>357</sup> AMPL, *Administração do Concelho...*, n.º 2.2.1.31, não paginado.

<sup>358</sup> Para o caso concreto de Ponte de Lima há um conjunto de expressões que comprovam esta realidade, que estão patentes nos autos de investigação lavrados pelo administrador daquele concelho: “[...] todos vizinhos dos sobreditos declararão ter acontecido a dezordem em caza do cego, ter este gritado à voz d’el Rei contra sua filha que lhe rachara a cabeça [...]” ou “[...] e gritando elle queixoza a voz d’el Rei, logo lhe aparecerão em socorro muitas pessoas da vizinhança que fizeram acomodar o delinquente [...]”; ou ainda “logo começou a gritar à voz d’el Rei e imediatamente acudirão os vizinhos que ainda chegarão a prender com a mesma arma e depois de prezo escapou-se [...]”. Leia-se Esteves, Alexandra, “Violência e conflitualidade em Ponte de Lima na primeira metade do século XIX” ..., p. 305.

<sup>359</sup> Gutmáro Gómez Bravo refere que para Alcalá de Henares igualmente muitos dos conflitos vicinais são suscitados por insultos, que colocam em causa a honra pessoal ou familiar. Veja-se Gómez Bravo, Gutmaro, “Urbanismo y violencia en el siglo XIX: El caso de Alcalá de Henares”, in *Actas. VII Congreso Asociación de Historia*

praça pública por vizinhos, que lançavam mexericos e alimentavam intrigas, utilizadas depois para sustentar calúnias que terminavam em agressões e ferimentos. Em Janeiro de 1842, Maria “Borda de Água” e Joaquina Vieira, vizinhas da rua do Pinheiro, Ponte de Lima, engalfinharam-se em plena rua, após uma troca de palavras insultuosas.<sup>360</sup> Em 1839, no Campo da Penha, em Viana do Castelo, foram presas duas mulheres por se terem agredido fisicamente.<sup>361</sup>

As mulheres sobressaíam enquanto intervenientes nesta violência vicinal. Em resultado da forte emigração masculina, a mulher do Alto Minho foi obrigada a abandonar o espaço doméstico, onde estava mais protegida, passando a intervir na vida pública e, consequentemente, ficando mais exposta a toda a espécie de contrariedades. Por isso, não é de estranhar o protagonismo que as mulheres detinham, tanto como vítimas como agressoras, em desacatos que se desenvolviam na via pública.<sup>362</sup> No caso particular de Ponte de Lima, a rua de Vacaria sobressaía como cenário de violência feminina. Em Julho de 1840, Francisca Rosa, residente naquela rua, foi encontrada a gritar por causa de um ferimento provocado por Maria do Carmo, sua vizinha, que lhe tinha dado com uma chinela “nos narizes.” Porém, a agressora tentou negar a autoria da investida, alegando que a causa do ferimento não tinha sido a agressão com o chinelo, mas sim um cesto de maçãs que a queixosa trazia à cabeça.<sup>363</sup>

A rua não era, portanto, um local de violência anónima nem de conflitualidade protagonizada unicamente por grupos marginais, facilmente identificáveis pelo seu modo de vida, como mendigos, vadios ou criminosos, mas sim por homens e mulheres comuns, que, muitas vezes, utilizavam a violência como uma forma de linguagem ou um meio de resposta. Aliás, a modalidade mais comum da pequena violência envolvia indivíduos conhecidos, devidamente inseridos na comunidade, mas que reagiam intempestivamente, através de gestos

---

*Contemporânea: Memória e identidades*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 2004, pp. 1728-1746.

<sup>360</sup> AMPL, *Administração do Concelho. Copiador Geral dos ofícios dirigidos por esta administração a diversas autoridades*, n.º 2.2.1.43, não paginado.

<sup>361</sup> AHGCVC, 1.ª *Repartição -Guarda de Segurança Pública*, n.º 1.13.4.4-2, não paginado.

<sup>362</sup> Sobre a presença da mulher em espaços públicos e o seu envolvimento em situações delituosas leia-se Gómez Vozmediano, Miguel Fernando, “Devociones, mujeres y desordenes urbanos en Ciudad real (1780)”, in Fernández Cortizo, Camilo J.; Migués Rodríguez, Vitor Manuel; Presedo Garazo, Antonio (eds.), *El mundo urbano en el siglo de la Ilustración*, vol. I, Santiago de Compostela, Xunta da Galicia, 2009, p. 382.

<sup>363</sup> AMPL, *Administração do Concelho. Auto de investigação. 1840*, n.º 1916, não paginado.

mais agressivos ou de palavras menos próprias, quando a sua reputação era posta em causa no local de aparências por excelência, ou seja, na rua.

A chegada de forasteiros, sobretudo quando em grande número, como, por exemplo, de soldados, podia agitar, ainda que momentaneamente, o quotidiano da população urbana do Alto Minho. Ao longo da centúria de oitocentos, o exército começara a cair em descrédito, para o que contribuiu, entre outras razões, o seu envolvimento em assuntos partidários e o facto de a carreira militar ser pouco compensatória em termos económicos.<sup>364</sup> Não era fácil, por vezes, a convivência entre militares e população civil, sendo frequentes os excessos cometidos por soldados.<sup>365</sup> Na noite de 30 de Abril de 1836, na rua da Bandeira, em Viana do Castelo, um soldado do destacamento de voluntários da Rainha, que à data se encontrava na vila, destruiu os vidros e caixilhos das janelas de uma casa.<sup>366</sup> Episódio bem mais grave aconteceu em Valença. Na noite de 12 de Junho de 1835, um grupo de 10 homens mascarados espancou, indiscriminadamente, todas as pessoas que se encontravam na rua. A própria polícia não conseguiu impedir a desordem e controlar a situação, por ser, nas palavras do administrador do concelho, “inferior em forças”.<sup>367</sup> As suspeitas sobre os membros que compunham esta quadrilha recaíram sobre sargentos e militares do batalhão n.º 3, que fazia a guarnição da referida praça. Por isso, o administrador do concelho de Valença oficiou ao governador civil, comunicando-lhe que:

“[...] Este batalhão pois não convém de modo algum continuar a fazer a guarnição desta praça, a fim de se evitarem ulteriores desordens, e insultos, e assim a alliciação de fuga para os inimigos, pois que ainda estes dias desertarão dous com o armamento. Levando as armas carregadas.”<sup>368</sup>

Também Ponte de Lima presenciou cenas pouco edificantes, envolvendo elementos do exército e a população local. Em Dezembro de 1844, o carcereiro da vila dirigiu-se ao sargento do regimento n.º 3 solicitando-lhe a cedência de dois soldados para vigiar a cadeia. Por motivos

---

<sup>364</sup> Sobre os militares, o exército e o seu papel na sociedade liberal portuguesa leia-se Vieira, Benedicta Maria Duque, *A Formação da Sociedade Liberal*, Lisboa, CEHC-ISCTE, 2005, pp. 65-73.

<sup>365</sup> Acerca dos confrontos entre populares e militares leia-se Tengarrinha, José, *Movimentos Populares Agrários em Portugal (1808-1825)*, 2º vol., Lisboa, Publicações Europa-América, 1994, pp. 200-202.

<sup>366</sup> ADVC, *Administração do Concelho. Copiador Geral – 1835*, n.º 5.16.4.15, não paginado.

<sup>367</sup> AHGCVC, *Administradores*, n.º 1.25.1.1-26, não paginado.

<sup>368</sup> AHGCVC, *Administradores*, n.º 1.25.1.1-26, não paginado.

desconhecidos, travaram-se de razões, acabando o carcereiro por ser detido. Rapidamente o motim alastrou às ruas contíguas do estabelecimento prisional, colocando em alvoroço a população e exigindo a intervenção do administrador do concelho.<sup>369</sup> Mas o que levaria os militares a este comportamento? Sendo uma força de segurança, como explicar o clima de insegurança que provocavam? Os soldados eram temidos e olhados com desconfiança pela população, não só por causa dos aboletamentos e por disporem de armas, mas também pelo facto de, não raras vezes, aparecerem ligados ao cometimento de crimes, desde roubos e furtos até à violação de raparigas, passando por desordens e rixas em que se envolviam sobretudo após a desmobilização.

A rua servia também de cenário para ajustes de contas, onde se fazia justiça pelas próprias mãos. Em Janeiro de 1840, António Anes Pires foi vítima de uma tentativa de assassinato, tendo escapado por muito pouco a um tiro, que apenas lhe atravessou o chapéu, disparado junto ao passeio público. As investigações então realizadas não permitiram identificar o autor do atentado, embora as suspeitas recaíssem sobre Manuel José Correia, pelo facto de a vítima ter desonrado a sua filha com a qual andaria amancebado.<sup>370</sup>

A honra, em particular a pessoal e familiar, era um valor que assumia significados distintos para o homem e para a mulher, constituindo uma das principais razões instigadoras de vinganças. Brigas e espancamentos, motivados por questões de honra, aconteciam sobretudo nos lugares públicos, à vista de toda a gente, como se de um ritual se tratasse. Quantos mais espectadores presenciassem a agressão, mais o ofendido sentia que a sua missão tinha sido cumprida: limpar o bom nome, repor a honra e vingar as injúrias que lhe tinham sido lançadas.<sup>371</sup>

As fontes disponíveis permitiram-nos conhecer apenas a violência e a conflitualidade que se desenvolviam na malha urbana de Viana do Castelo, Ponte de Lima e Valença. De facto, algumas ruas destas localidades destacavam-se pelo elevado número de incidentes que nelas tinham lugar. Em Viana do Castelo, sobressaía a rua do Anjinho e, em Ponte de Lima, a

---

<sup>369</sup> AMPL, *Administração do Concelho. Livro de registo da correspondência expedida para o governo civil*, n.º 2.2.1 – 1, não paginado.

<sup>370</sup> AMPL, *Administração do Concelho. Copiador dos ofícios dirigidos à Administração Geral*, n.º 2.2.2.42, não paginado.

<sup>371</sup> Sobre a vingança, a honra e o desenvolvimento de comportamentos violentos na Europa, no período compreendido entre 1500 e 1800, consulte-se Ruff, Julius, R., *Violence in Early Modern Europe, 1500-1800*, Cambridge, Cambridge University Press, 2001, pp. 75-77.

localidade mais bem documentada para o estudo da violência e conflitualidade, destacavam-se as ruas de Merim, do Pinheiro e da Vacaria.

Alterações importantes foram empreendidas na malha urbana de alguns concelhos do Alto Minho, em resultado do surgimento em Portugal, na primeira metade do século XIX, da cólera e outras doenças infecciosas, bem como do higienismo emergente desde finais da centúria de setecentos. Às autoridades policiais cabia fiscalizar a limpeza das ruas, velar pela moralidade e verificar a qualidade dos géneros vendidos em mercados, lojas e açougues. Nas palavras de um articulista do jornal vianense *Aurora do Lima*, à polícia cabia “velar pela saúde dos povos.”<sup>372</sup> Deste modo, possíveis focos infecciosos, que se encontravam dentro da malha urbana das localidades alto minhotas, eram identificados e, se possível, eliminados.<sup>373</sup> Em Viana do Castelo, a partir da segunda metade da centúria de oitocentos, assistiu-se a um esforço para alargar as principais vias da cidade e cuidar da salubridade, o que permitiu um certo “aburguesamento” do espaço urbano.<sup>374</sup> No entanto, ainda em 1865, perante a deflagração de um novo surto de cólera em Portugal, a imprensa de Viana do Castelo denunciava os perigos que a população daquele concelho corria “por ser a hygiene publica uma sciencia entre nós pouco acolhida.”<sup>375</sup>

Através do projecto apresentado em 1849 para a reforma das posturas municipais de Ponte de Lima, constatámos esta crescente preocupação das autoridades com a saúde e a limpeza, procurando controlar e impedir os comportamentos menos próprios dos habitantes.<sup>376</sup> Nesse sentido, foram adoptadas, entre outras, as seguintes medidas: proibição de depositar estrumes nas praças, ruas e sítios públicos, sob pena de pagamento de uma multa; proibição de

---

<sup>372</sup> Leia-se *A Aurora do Lima*, 27 de Maio de 1856, n.º 65, não paginado.

<sup>373</sup> Sobre as alterações no espaço urbano dos concelhos do Alto Minho leia-se Esteves, Alexandra, “Assistência às vítimas da cólera no Alto Minho na primeira metade do século XIX”. (no prelo).

<sup>374</sup> Acerca das alterações nas ruas da cidade de Viana do Castelo veja-se Escalreira, José; Loureiro, José Carlos, *Feiras e mercados de Viana. Cem anos de trocas, memórias e afectos*. Viana do Castelo, Grupo Desportivo e Cultural dos Trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, 2001, pp. 21-22.

<sup>375</sup> *O Vianense*, 21 de Outubro de 1865, n.º 1140, não paginado.

<sup>376</sup> Sobre as medidas de saúde pública de carácter preventivo tomadas em Portugal, na segunda metade do século XIX, leia-se Cosme, João, “As preocupações higio-sanitárias em Portugal (2.ª metade do século XIX e princípio do século XX)” in *Noroeste. Revista de História. Congresso Internacional de História Territórios, Culturas e Poderes. Actas*, vol. II, Braga, Núcleo de Estudos Históricos, Universidade do Minho, 2007, pp. 707-722. Do mesmo autor, “A preocupações higio-sanitárias em Portugal (2.ª metade do século XIX e princípio do século XX)”, *Revista da Faculdade de Letras: História*, série III, vol. 07, 2006, pp. 181-196.

transportar depósitos fecais pelas ruas da vila e dos arrabaldes antes das nove horas da noite, no Inverno, e das onze, no Verão; proibição de vaziar águas, fora daquele horário, sem antes dizer três vezes “água vae”, sujeitando-se os prevaricadores ao pagamento de uma multa de 1.300 réis.<sup>377</sup> Procurava-se velar pela segurança dos moradores, pela sua integridade física e evitar possíveis conflitos causados, por exemplo, pela queda de qualquer objecto de varandas, janelas ou telhados. Por isso, era proibido, sob pena de pagamento de multa, pendurar sobre os passeios caixotes ou vasos que não estivessem bem seguros; depositar na rua algo que pudesse perturbar a circulação de pessoas e veículos; galopar pelas ruas ou por entre o povo, em particular nos dias de feira.<sup>378</sup>

Os centros urbanos do Alto Minho mantinham ainda muitas das características do mundo rural, como facilmente se depreende da existência de campos, hortas e quintais a marcar a paisagem e pela circulação de animais, como porcos e vacas, o que causava, aliás, problemas de toda a ordem.<sup>379</sup> A 15 de Agosto de 1857, em Valença, um criado de Julião de Lago, natural de Ganfei, foi espancado com grande violência, por conduzir uma junta de bois que não estavam devidamente presos. A dada altura, os animais, espicaçados pela mosca, fugiram e feriram uma criança. O agressor foi detido e entregue à justiça, e o rapaz, gravemente ferido, foi transportado para o hospital da Misericórdia daquela vila.<sup>380</sup>

Grande parte dos conflitos acontecia no final da tarde, início da noite. Aliás, nos casos que coligimos para o estudo da violência nas ruas, sobressai uma hora em particular: as oito horas da noite. A justificação teria a ver, decerto, com o facto de ser esta a altura em que as ruas se encontravam ocupadas por pessoas que regressavam do trabalho ou que estavam a sair

---

<sup>377</sup> AMPL, *Projecto de reforma das posturas do município da vila e concelho de Ponte de Lima – 1849*, n.º 2.4.1.28, fls. 9-10v.º. Sobre as medidas de higiene pública desenvolvidas em León, na segunda metade do século XVIII, veja-se Pérez Álvarez, María José, “Insalubridad y respuesta institucional en la ciudad de León en el siglo XVIII”, in Castellao, Ofelia; López, Roberto J. (eds.), *El mundo urbano en el siglo de la Ilustración*, Santiago de Compostela, Xunta da Galicia, 2009, pp. 364-366.

<sup>378</sup> AMPL, *Projecto de reforma das posturas do município da vila e concelho de Ponte de Lima – 1849*, n.º 2.4.1.28, fls. 46 v.º - 54 v.º.

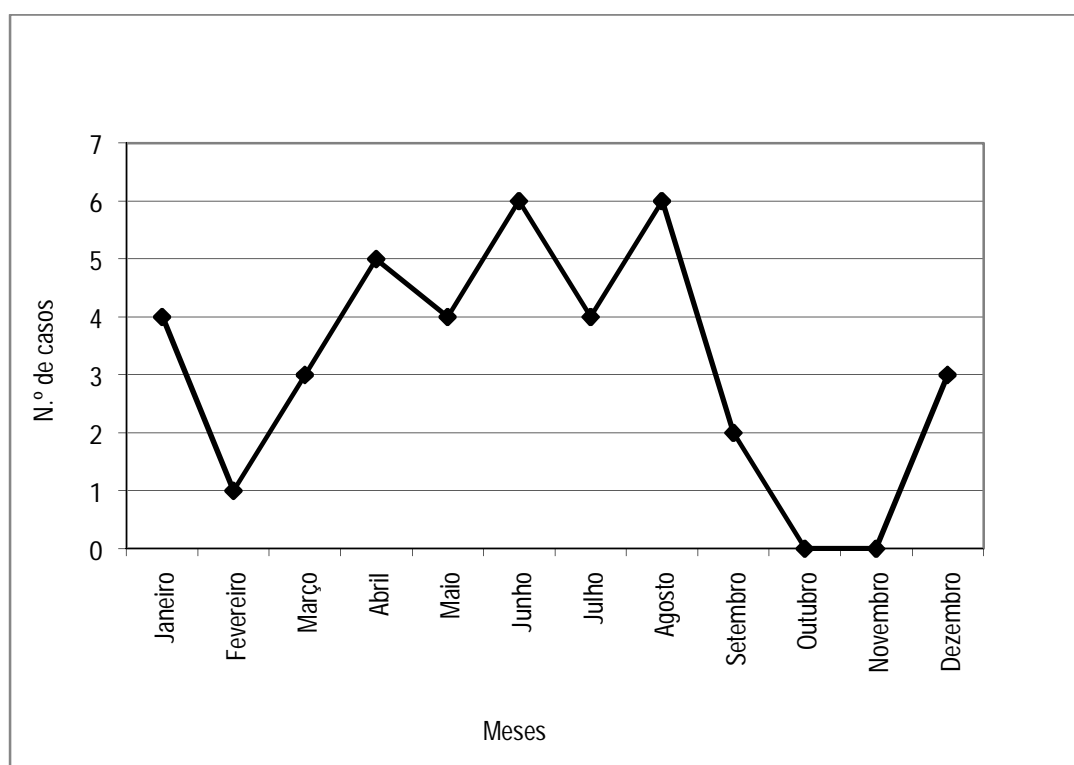
<sup>379</sup> Em 1849, em Ponte de Lima, era proibida a circulação de porcos soltos pela rua, sem estarem devidamente acompanhados por uma pessoa. AMPL, *Projecto de reforma das posturas do município da vila e concelho de Ponte de Lima – 1849*, n.º 2.4.1.28, fl. 53 v.º.

<sup>380</sup> AMV, *Administração do Concelho. Correspondência para o Administrador Geral – 1856-1859*, n.º 1.2.1.10, não paginado.

de casa e se dirigiam para a venda ou para a taberna. Era essa a ocasião propícia para os encontros que descambavam em rixas e agressões.

Quanto à sazonalidade, podemos verificar através do gráfico 12 que há um acréscimo dos comportamentos conflituosos entre os meses de Março e Agosto, começando a decair em Setembro. Esta circunstância poderá ser explicada pelo facto de a Primavera e o Verão serem as épocas de sementeiras e colheitas, de festas e romarias, tornando mais frequentes os encontros fora de portas.

**Gráfico 12.** Sazonalidade da violência cometida nas ruas de Viana do Castelo, Valença e Ponte de Lima (1835-1857)



Fontes: ADVC, *Administração do concelho de Viana do Castelo. Registo da correspondência expedida para diversas autoridades*, n.º 5.16.4.13; *Administração do concelho de Viana do Castelo. Registo da correspondência expedida para diversas autoridades*, n.º 5.16.4.15; *Administração do concelho de Viana do Castelo. Registo da correspondência expedida para diversas autoridades*, n.º 5.16.4.14; AMV, *Administração do Concelho. Correspondência para o administrador geral - 1856-59*, n.º 1.2.1.10; *Administração do Concelho. Correspondência para o administrador geral - 1856-59*, n.º 1.1.4.30; *Administração do Concelho. Registo da correspondência expedida a diversas autoridades*, n.º 1.1.4.31; AMPL, *Administração do Concelho. Copiador Geral dos ofícios dirigidos por esta administração a diversas autoridades*, n.º 2.2.1.28; *Administração do Concelho. Copiador dos ofícios dirigidos à administração geral*, n.º 2.2.2.43; *Administração do Concelho. Copiador Geral dos ofícios dirigidos por esta administração a diversas autoridades*, n.º 2.2.1.31; *Administração do concelho. Copiador dos ofícios dirigidos à Administração Geral*, n.º 2.2.2.42; *Administração do concelho. Copiador dos ofícios dirigidos à Administração Geral*, n.º 2.2.2.43; *Administração do Concelho. Copiador dos ofícios e circulares dos regedores*, n.º 2.1.5 cx 9-6; *Administração do Concelho. Auto de investigação - 1840*, n.º 1916; *Administração do Concelho. Auto de investigação - 1840*, n.º 1914; *A Administração do Concelho. Auto de investigação - 1841*, cota: 1917; *Administração do Concelho. Auto de investigação - 1844*, n.º 1909; AHGCVC, *Administradores*, n.º 1.25.1.1-26.

Quanto aos protagonistas dos conflitos que aconteciam nas ruas e vielas do espaço urbano, os agressores eram maioritariamente do sexo masculino, sendo responsáveis por 72,1% dos incidentes, ao passo que as mulheres assumiram o papel de ofensoras em 18,4% dos casos, havendo, no entanto, alguns episódios em que não foi especificado o sexo do atacante. No que respeita aos alvos desta violência, verifica-se que as vítimas dos ataques das mulheres eram do mesmo sexo, alguém com uma compleição física semelhante, ao passo que os homens batiam, espancavam e feriam independentemente do sexo, embora os objectivos das investidas fossem distintos.<sup>381</sup>

Assim, nos espaços urbanos que analisámos, verificámos que existem semelhanças com o espaço rural. A rua, o pátio, a soleira da porta acolhiam verdadeiras comunidades, compostas por indivíduos unidos por laços familiares e vicinais, com quem construíam relações de convivialidade e solidariedade, mas a partir das quais também surgiam conflitos e tensões. Aos vizinhos cabia apontar o desvio ou o excesso, o que nem sempre era bem aceite pelo prevaricador. Deste modo, a rua, o pátio e a soleira da porta, acabavam por funcionar, simultaneamente, como espaços de controlo e de transgressão.

---

<sup>381</sup> ADVC, *Administração do concelho de Viana do Castelo. Registo da correspondência expedida para diversas autoridades*, n.º 5.16.4.13; *Administração do concelho de Viana do Castelo. Registo da correspondência expedida para diversas autoridades*, n.º 5.16.4.15; *Administração do concelho de Viana do Castelo. Registo da correspondência expedida para diversas autoridades*, n.º 5.16.4.14; AMV, *Administração do Concelho. Correspondência para o administrador geral - 1856-59*, n.º 1.2.1.10; *Administração do Concelho. Correspondência para o administrador geral - 1856-59*, n.º 1.1.4.30; *Administração do Concelho. Registo da correspondência expedida a diversas autoridades*, n.º 1.1.4.31; AMPL, *Administração do Concelho. Copiador Geral dos ofícios dirigidos por esta administração a diversas autoridades*, n.º 2.2.1.28; *Administração do Concelho. Copiador dos ofícios dirigidos à administração geral*, n.º 2.2.2.43; *Administração do Concelho. Copiador Geral dos ofícios dirigidos por esta administração a diversas autoridades*, n.º 2.2.1.31; *Administração do concelho. Copiador dos ofícios dirigidos à Administração Geral*, n.º 2.2.2.42; *Administração do concelho. Copiador dos ofícios dirigidos à Administração Geral*, n.º 2.2.2.43; *Administração do Concelho. Copiador dos ofícios e circulares dos regedores*, n.º 2.1.5 cx 9-6; *Administração do Concelho. Auto de investigação - 1840*, n.º 1916; *Administração do Concelho. Auto de investigação - 1840*, n.º 1914; *A Administração do Concelho. Auto de investigação - 1841*, cota: 1917; *Administração do Concelho. Auto de investigação - 1844*, n.º 1909; AHGCVC, *Administradores*, n.º 1.25.1.1-26.



### 5.1.2. Campos, sítios e lugares

No dia 25 de Fevereiro de 1846, Dionísio, rapaz da freguesia de Gaifar, concelho de Ponte de Lima, andava a apascentar o gado no campo, quando adormeceu. Entretanto, os animais fugiram para um terreno pertencente a Joaquim Roberto de Sousa, onde começaram a comer o centeio. O filho deste, que entretanto apareceu, desferiu uma série de pauladas no rapaz, deixando-o bastante maltratado. Todavia, tendo consciência da falha que tinha cometido, Dionísio não contou o ocorrido a ninguém. Acabou por adoecer gravemente e faleceu no dia quatro de Março, em consequência da sova que tinha apanhado.<sup>382</sup>

Com o intuito de evitar conflitos desta natureza, o código de posturas municipais aplicável no concelho de Valença, proibia trazer “desapastoradas cabras e ovelhas, sem guardador.”<sup>383</sup> Segundo o Regulamento Municipal, datado de 1856, “[...] não se consentirão gados a pastar em veigas de campos consortes sem andarem ensogados, e cada qual em sua propriedade. Aquele que meter seus gados nas ditas veigas e os não trouxer em seu prédio pagará 600 reis de multa.”<sup>384</sup>

O exemplo acima mencionado ilustra uma das situações que levava à transformação do campo em palco de zaragatas, espancamentos e homicídios.<sup>385</sup> Os conflitos eclodiam quase sempre por causa de diferendos relacionados com a terra, que não era apenas um meio subsistência, mas também um elemento de poder, de prestígio social e, nas palavras de João Fatela, “expressão da continuidade familiar e da identidade da «casa».”<sup>386</sup>

No Alto Minho, na origem de muitas discórdias nas comunidades rurais estava a gestão da água, dada a sua importância para a rega dos campos e das hortas e, naturalmente, para a obtenção de boas colheitas.<sup>387</sup> Em 1839, o administrador do concelho de Arcos de Valdevez

---

<sup>382</sup> AMPL, *Administração do Concelho. Copiador Geral dos ofícios dirigidos por esta administração a diversas autoridades*, n.º 2.2.1.31, não paginado.

<sup>383</sup> AMV, *Posturas Municipais de Valença*, 1.17.3.1-19, não paginado.

<sup>384</sup> AMV, *Regulamento Municipal*, 1.4.4.18, não paginado.

<sup>385</sup> No caso de Óbidos, entre finais do século XVI e o século XVII, o campo era o espaço por excelência de cometimento de actos de violência. Confirme-se Alves, Dina Catarina Duarte, *Violência e Perdão em Óbidos (1595-1680)*..., p. 126.

<sup>386</sup> Veja-se Fatela, João, *O Sangue e a Rua. Elementos para uma antropologia da violência em Portugal (1926-1946)*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1989, p. 87.

<sup>387</sup> Sobre conflitos provocados pelas águas de rega leia-se Vaquinhas, Irene, “Alguns aspectos da violência nos campos portugueses do século XIX” ..., p. 306.

procurava justificar junto do governador civil o aumento do número de roubos e ferimentos no seu concelho, em particular no ano de 1838, declarando o seguinte: “Hé verdade que sempre se praticarão alguns roubos, e ferimentos, sendo destes a cauza mais ordinária disputas do momento sobre partilhas de agoas de regar.”<sup>388</sup> São muitos os ditados populares da época que atestam a importância da água como elemento essencial para a actividade agrícola, como, por exemplo, “horta sem água, casa sem telhado.”<sup>389</sup> A disputa pela água não deixa de parecer paradoxal, por ser um recurso tão abundante em terras do Alto Minho, onde se registam elevados índices de pluviosidade.<sup>390</sup> No entanto, é necessário ter presente que se trata de uma região de minifúndio e com uma grande densidade populacional, onde predominava a cultura do milho e de produtos hortícolas, que exigem regas frequentes, além de que a precipitação era, por vezes, irregular, pelo que a água, sobretudo nos meses de Verão, nem sempre chegava para todos. Por isso, era necessário guardar e gerir a água das chuvas intensas do Inverno e da Primavera para a utilizar no Verão.<sup>391</sup>

A água de partilha comunal para fins agrícolas acabava por ser fonte de sarilhos,<sup>392</sup> ou porque tinha sido desviada e cortada para uso indevido, ou porque os regos tinham sido destruídos.<sup>393</sup> No caso concreto do concelho de Ponte de Lima, os regedores tinham que entregar, no primeiro dia de Junho, uma relação das águas que costumavam ser distribuídas

---

<sup>388</sup> AHGCVC, 1.ª Repartição – Polícia, n.º 1.17.5.4.3, não paginado.

<sup>389</sup> Camara, P. Perestrello da, *Collecção de Proverbios, Adagios, Rifãos, Anexins sentenças moraes e idiotismos da lingua portugueza...*, p. 9.

<sup>390</sup> A demonstrar isso mesmo, Margarida Durães analisa a posição de vários autores que, ao longo do período moderno e contemporâneo, dissertaram sobre esta província, nomeadamente sobre as suas águas, quer em termos quantitativos, quer qualitativos. Consulte-se Durães, Margarida, “O Minho, no pensamento geo-histórico do Portugal moderno e contemporâneo”, in *Cadernos do Noroeste*, vol. 7(2), 1994, pp. 93-113.

<sup>391</sup> O que segundo Lima Bezerra não era feito do melhor modo pelas populações, não sendo pouca “a que se inutiliza ou se perde.” Confirme-se Bezerra, Manuel Gomes de Lima, *Os Estrangeiros do Lima*, vol. 2, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1992, Ed. facsimilada de 1791, p. 13.

<sup>392</sup> Actualmente, segundo Fabienne Wateau, os conflitos que envolvem questões relacionadas com água são em elevado número no concelho de Melgaço. Confira-se Wateau, Fabienne, *Conflitos e água de rega. Ensaio sobre a Organização Social no Vale de Melgaço*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2000, p. 156. Sobre os conflitos relacionados com a gestão da água numa aldeia de Trás-os-Montes leia-se O'Neill, Brian Juan, *Proprietários, Lavradores e Jornaleiros. Desigualdade Social numa Aldeia Transmontana, 1870-1978*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1984, pp. 187-184.

<sup>393</sup> Sobre os conflitos causados pela água de rega leia-se Carvalho, Jorge Brandão, *Tensões numa comunidade rural do Baixo Minho. Adaúfe e o seu Juízo de Paz (1835-1880)...*, pp. 137-140.

durante o período das regas, geralmente entre 24 de Junho e oito de Setembro. Estas águas para rega eram distribuídas pelos chamados “Partidores”, uma espécie de árbitros, nomeados pelo regedor atendendo à sua idoneidade.<sup>394</sup> Em Valença, quem fosse consorte de regos tinha de concorrer para a sua limpeza nos dias convencionados. O não cumprimento desta obrigação acarretava o pagamento de multa.<sup>395</sup>

As brigas motivadas pela gestão das águas caracterizavam-se pela extrema gravidade dos ferimentos sofridos pelos contendores. Esta circunstância explica-se, sobretudo, pelo uso da enxada como instrumento de agressão, que, geralmente, causava lesões muito sérias na vítima. Manuel José Rodrigues, da freguesia de Gondomil, concelho de Valença, quando estava a “tapar agoa para um seu prédio”, foi atacado por João Martins, que, à traição, de lhe deu com uma enxada na cabeça, pelo que, segundo as autoridades, “pode resultar morto se não houver um bom tratamento.”<sup>396</sup> Situação similar aconteceu a Manuel da Cunha, de Arcos de Valdevez, que foi agredido com uma enxada e ficou muito maltratado, por ter repreendido Francisco Xavier, quando este foi encontrado a desviar a água de rega para a sua propriedade.<sup>397</sup>

Não eram apenas os homens, mas também as mulheres que intervinham em desacatos por causa da água. Estas, além dos afazeres lida da casa, também se ocupavam de diversas tarefas agrícolas, fosse a lavrar ou a semear a terra, a sachar ou a regar as sementeiras, pelo que era frequente envolverem-se também nessas disputas. Foi o caso de Maria José, residente em Friastelas, concelho de Ponte de Lima, que andava a regar a sua propriedade, quando surgiu José de Brito, da mesma freguesia, e começou a insultá-la. Rapidamente, do insulto passou à agressão física, atingindo-a com uma sachola.<sup>398</sup> A participação das mulheres nos trabalhos da

---

<sup>394</sup> AMPL., *Projecto de reforma das posturas do município da vila e concelho de Ponte de Lima – 1849*, n.º 2.4.1.28, fls. 28-28 v.º.

<sup>395</sup> AMV, *Posturas Municipais de Valença*, 1.17.3.1-19, não paginado.

<sup>396</sup> AMV, *Administração do Concelho. Correspondência para o Administrador Geral, 1840-1842*, n.º 1.1.4.5, não paginado.

<sup>397</sup> AHGCVC, *Correspondência com o ministério do reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18, não paginado.

<sup>398</sup> AMPL, *Administração do Concelho. Copiador dos officios dirigidos à Administração Geral*, n.º 2.2.2.43. Experiência semelhante viveu Esperança de Jesus, da freguesia de Moreira, igualmente do concelho de Ponte de Lima, que estava a regar uma propriedade, quando lhe apareceu um homem que a espancou, deixando-a bastante maltratada. AMPL, *Administração do Concelho...*, n.º 2.2.2.43. Também Ana Luísa, da freguesia de Vale, do concelho de Arcos de Valdevez, em Agosto de 1807, indo regar a sua propriedade, foi agredida por José. ADV, *Autos de querela. Juízo de fora. Arcos de Valdevez*, n.º 4.1.6.16, fl. 23 v.º- 24 v.º.

terra resulta de hábitos e tradições ancestrais, que determinam a sua intervenção nessas tarefas.<sup>399</sup>

A vida nas comunidades aldeãs era marcada por relações muito intensas, por um quotidiano habitualmente preenchido com as ocupações diárias e por um tempo regulado pelo toque dos sinos. Mas a rotina do dia-a-dia também era quebrada pelas idas à taberna e à missa, à feira e à festa, bem como às sachadas, desfolhadas ou vindimas. Deste modo, a estreiteza dos laços e a convivência diária facilitavam a proximidade entre os membros da aldeia e, ao mesmo tempo, a emergência de condutas mais violentas, utilizadas quase como uma forma de linguagem e de legitimação, um meio de condenar acções tidas como impróprias ou rejeitadas pela comunidade. Eram, afinal, um instrumento de manutenção do equilíbrio da própria comunidade.

O gado era outro motivo de conflitos, ou porque invadia propriedades alheias e destruía as culturas, ou porque, tendo sido emprestado para trabalhos agrícolas, não era devolvido atempadamente, ou ainda porque circulava por caminhos indevidos. Por exemplo, Ana Maria estava a tomar conta do gado de Maria, quando esta chegou de rompante ao lugar do pastoreio e a agrediu com uma foice.<sup>400</sup> Numa tarde de Maio de 1769, Maria Isabel de Amorim Pereira, viúva, da freguesia de S. Martinho de Coura, andava a apascentar as suas vacas, quando apareceu Francisco Pinheiro e bateu violentamente nos seus animais. Na sequência das palavras de desagrado da referida Maria Isabel, aquele agrediu-a à pedrada. Na querela requerida, a vítima da agressão refere que a inimizade entre ambos era antiga, estando relacionada com o facto de não ter atendido ao pedido do agressor para lhe ceder umas valas de água para regar as suas propriedades.<sup>401</sup>

As partilhas e a delimitação das propriedades eram igualmente motivos de zangas e brigas entre familiares e vizinhos, como mostram os dois episódios a seguir descritos. No lugar da Gandra, freguesia de São Martinho da Gandra, dois irmãos, José Gonçalves e Francisco Gonçalves, e o cunhado destes, Alexandre Luís da Costa, envolveram-se numa zaragata por

---

<sup>399</sup> Segundo João de Pina Cabral, esta participação das mulheres na gestão dos campos, não pode ser unicamente explicada pela forte emigração masculina sentida na região, dado ser anterior a este fenómeno. Consulte-se Cabral, João de Pina, "As mulheres, a maternidade e a posse da terra no Alto Minho", in *Análise Social*, vol. XX (80), 1984-1, pp. 97-113.

<sup>400</sup> ADVC, *Autos de querela. Juízo de fora. Arcos de Valdevez*, n.º 4.1.6.16, fls. 11-12.

<sup>401</sup> ADVC, *Juízo ordinário do concelho de Paredes de Coura - Autos de queixas e querela*, n.º 5.9.4 Cx 2-6, não paginado.

causa das partilhas. Quando José ia dar com uma sachola na cabeça de Francisco, Alexandre colocou-se no meio com o intuito de os separar, mas acabou por ser atingido na cabeça, ficando em perigo de vida.<sup>402</sup> Por vezes, como se pode constatar através deste episódio, a intromissão de terceiros podia dar mau resultado.<sup>403</sup>

Estas contendas raramente eram planeadas, revestindo, portanto, um carácter eminentemente espontâneo. No entanto, havia excepções. Algumas acções eram manifestamente premeditadas, como se depreende pelo uso de armas brancas ou de fogo, o que permite excluir, à partida, o carácter instintivo da agressão e apontar o sentimento de vingança como principal móbil do crime. Em Agosto de 1852, em Valadares, Frutuoso Rodrigues estava a trabalhar na sua propriedade, quando apareceu o padre Miguel Rodrigues Torres, que o chamou e, por razões desconhecidas, aplicou-lhe vários golpes com “o couce de uma arma, deixando-o bastante maltratado.”

Além do campo, sítios e lugares eram igualmente locais de vivências e violências nas aldeias. Não constituíam apenas referências geográficas ou territoriais, mas também identitárias, na medida que o homem rural se identificava pelo lugar onde morava. Com um quotidiano previsível, dividido entre a casa, a horta, a eira e o trabalho nos campos, era fácil encontrar quem se procurava, neste ou naquele lugar. Todos sabiam quem morava em determinado sítio. Este quotidiano partilhado, que se vivia no espaço rural, transformava os sítios e os lugares em ocasiões de convivialidade, entreajuda, conversas e namoricos, mas também de escaramuças e litígios.

A ideia de fazer justiça pelas próprias mãos estava muito presente nos inícios da segunda metade do século XIX. Se fosse caso disso, os membros da comunidade uniam-se com o intuito de vingar um determinado crime ou arbitrariedade.<sup>404</sup> Na lugar de Segadães, freguesia

---

<sup>402</sup> AMPL, *Administração do Concelho. Livro de registo de correspondência para o Governo Civil*, n.º 2.2.1-12, não paginado.

<sup>403</sup> Na freguesia de Vitorino das Donas, concelho de Ponte de Lima, por causa de um marco que dividia um terreno, António de Sousa Pereira e Francisco Torres de Magalhães envolveram-se numa desordem, tendo este ficado gravemente ferido. AMPL, *Administração do Concelho...*, n.º 2.2.2.43, não paginado.

<sup>404</sup> A título de exemplo, em Janeiro de 1857, o governador civil de Viana do Castelo comunicou ao administrador do concelho o seguinte: “Constando nesta repartição por participação do respectivo administrador, que no dia 22 de Novembro ultimo foram 10 homens do concelho, que V. EX.<sup>a</sup> administra armados à freguesia de Gavieira, do concelho dos Arcos, levando d’ali arbitrariamente preso a José Martins de Soajo, para a casa de um tal José da Manga, da freguesia de Tangil, onde o retiverão durante uma noite e não o soltando sem o mesmo prometter

de Cristelo Covo, concelho de Valença, no sítio da Fonte, Brás Filipe e seu genro José António de Figueiredo, empregados do contrato do sabão, envolveram-se numa rixa com um guarda da alfândega por este ter lançado a suspeita de que Brás Filipe, no tempo em que era militar, tirava dinheiro aos soldados, o que o levou a fazer justiça pelas próprias mãos para repor o seu bom nome.<sup>405</sup> Alguns historiadores consideram que esta violência interpessoal era mais evidente no mundo rural, pelo seu fechamento e atraso, do que no urbano, onde predominava outro tipo de delitos, nomeadamente contra a propriedade.<sup>406</sup> Este facto pode ser explicado por um sistema normativo dominado pela família e pela comunidade, que impunha normas, crenças e valores que funcionavam como mecanismos de controlo social e por um certo isolamento imposto pelas barreiras geográficas.

Esta violência quase ritualizada, que tinha um papel legitimador e visava a reposição do bom nome, cumpria, na perspectiva do agressor, uma função justiceira. Por isso, era necessariamente pública, tinha lugar fora de portas, durante a manhã ou a tarde, e perante uma audiência composta por vizinhos e passantes.

Havia outros actos violentos que aconteciam em locais ermos, isolados, muitas vezes a coberto da noite, cujos autores não pretendiam submeter a vítima à humilhação pública, mas eram antes movidos pelo desejo de vingança alimentado por disputas antigas. Numa tarde de Agosto de 1774, Pedro José Barreiros ia a passar por um lugar da freguesia do Bico, concelho de Paredes de Coura, quando lhe surgiu António Fernandes, da mesma freguesia, “de caso pensado, dado ser seu inimigo capital há muito tempo, com uma foice para o agredir”. Pedro José Barreiros foi atingido com a foice na cabeça e só não sofreu um segundo golpe porque, entretanto, apareceu gente e o agressor fugiu.<sup>407</sup> Trata-se de uma situação provocada pelo desejo de represália, dado que, como refere a vítima no auto de querela apresentado contra o agressor,

---

descobrir onde existião na Galiza duas cavalgaduras roubadas em Val de Pedras, sirva-se V. S.<sup>a</sup> declarar, se effectivamente se instaurou o competente processo por esta arbitrariedade e no caso contrario o motivo porque se não procedeu como convinha, nem deu em tempo a devida parte à mesma repartição.” AHGCVC, *Registo geral – Janeiro a Junho de 1857*, n.º 1.10.3.4, não paginado. Sobre a diminuição das vinganças privadas em detrimento da justiça estatal, que se verificou a partir dos séculos XVIII e XIX leia-se Garland, David, *La cultura del control. Crimen y orden social en la sociedad contemporânea*, Barcelona, Editorial Gedisa, 2005, pp. 74-75.

<sup>405</sup> AMV, *Registo da correspondência expedida para diversas autoridades*, n.º 1.1.4.30, não paginado.

<sup>406</sup> Veja-se Emsley, Clive, *Crime and society in England, 1750-1900...*, p. 83.

<sup>407</sup> ADV, *Juízo ordinário do concelho de Paredes de Coura - Autos de queixas e querela - 5.9.4 Cx 2-6*, não paginado.

a inimizade era antiga.<sup>408</sup> Repare-se ainda na preocupação do agressor em manter o anonimato perante a presença de possíveis testemunhas, o que mostra que não pretendia fazer justiça, mas sim vingar-se. A expressão “inimigos capitais” surge por diversas vezes na documentação e demonstra que os conflitos entre membros das comunidades rurais se mantinham ao longo do tempo e não eram facilmente esquecidos, ficando a desforra à espera da melhor oportunidade.

Foi em circunstâncias semelhantes que ocorreu o assassinato de Luís Coelho, em Ponte da Barca. Foi encontrado mortalmente ferido, num local ermo, conhecido como o sítio do Seixo. O administrador do concelho comunicou ao governador civil do distrito de Viana do Castelo desconhecer a identidade dos perpetradores de tal crime, por não haver espectadores.<sup>409</sup>

Não havendo testemunhas, os agressores, geralmente protegidos pela escuridão da noite, ficavam impunes. No entanto, nem sempre escapavam às malhas da justiça. Durante a noite, junto à capela de Nossa Senhora das Neves, na freguesia da Correlhã, concelho de Ponte de Lima, foi assassinado Luís Cerqueira. Os homicidas foram capturados, tendo o administrador do concelho de Ponte de Lima comunicando o seguinte ao governador civil:

“[...] foi assassinado [...] por José e João, filhos de José Villar lavrador do lugar do Monte, todos da mesma freguesia os quaes encontrando aquella hora o dito Cerqueira com quem andavam indispostos, de caso pensado e rixa velha se lançarão a elle; e com uma rocadeira lhe partiram a cabeça por tal forma que o infeliz poucos momentos viveu.”<sup>410</sup>

O homem era mais propenso a contrariar as decisões ou a dificultar a acção das autoridades e, não raras vezes, reagia com agressividade, em lugares públicos, tendo como alvos os representantes da ordem e da justiça.<sup>411</sup>

Cabos de polícia, regedores e oficiais de diligência eram alvo da fúria popular, sobretudo quando se deslocavam para capturar recrutas refractários e desertores, os quais beneficiavam da protecção da família e da comunidade. Manuel Rodrigues, cabo de polícia, de São Pedro de

---

<sup>408</sup> ADVC, *Juízo ordinário do concelho de Paredes de Coura...*, n.º 5.9.4 Cx 2-6.

<sup>409</sup> AHGCV, *Correspondência com o Ministério do Reino, 1851*, n.º 1.9.4.19, não paginado.

<sup>410</sup> AMPL, *Administração do Concelho...*, n.º 2.2.1-12, não paginado.

<sup>411</sup> John E. Acher afirma que, no século XIX, na Inglaterra, eram comuns as situações de confrontação e conflito entre os habitantes das comunidades e a polícia, tendo como principal cenário as ruas. Segundo este autor, estes confrontos deviam-se em grande parte a um sentimento anti-polícia e de rejeição da ideia de controlo. Archer, John E., “Men behaving badly”: masculinity and the uses of violence, 1850-1900” ..., pp. 47- 48.

Arcos, concelho de Ponte de Lima, foi agredido por dois mancebos recrutados para o exército.<sup>412</sup> Um dos motivos de preocupação da população masculina portuguesa do século XIX tinha a ver com a mobilização militar, sobretudo por causa da sua excessiva duração, que era de oito anos, e dos problemas daí decorrentes, pois, durante esse período, as famílias ficavam privadas de braços necessários para amanho das terras.<sup>413</sup>

A falta de segurança que se vivia nas zonas rurais era motivo de preocupação para as autoridades administrativas e judiciais.<sup>414</sup> Em Agosto de 1848, o governador civil enviou uma circular a todos os administradores do concelho sob sua jurisdição, ordenando “aos regedores das freguesias do seu concelho que empreguem todos os meios e diligências, debaixo da mais estrita responsabilidade para que nas freguesias haja segurança, colocando guardas, requisitando força armada, fazendo rondas de noite e pondo em prática tudo o que possa concorrer para coibir os crimes, acudir aos cidadãos ameaçados e capturar os criminosos suspeitos.”<sup>415</sup> Em 1850, expressava a sua apreensão com as violências cometidas no concelho de Caminha, em particular na freguesia de Lanhelas, sobre vários indivíduos, defendendo a necessidade de um “maior cuidado á execução dos preceitos de policia preventiva e repressiva, a fim de fazer voltar, n’esta parte do serviço o referido ao seu estado normal.”<sup>416</sup> Em 1855, também o administrador do concelho de Valença manifestava inquietação com a falta de segurança na freguesia de Ganfei, não só por causa dos roubos que aí aconteciam, mas também das desordens que colocavam em causa o bem-estar público, ordenando por isso ao

---

<sup>412</sup> AMPL, *Administração do Concelho - Copiador Geral dos officios dirigidos por esta administração a diversas autoridades*, n.º 2.2.1.31, não paginado.

<sup>413</sup> Sobre os problemas causados às gentes do campo pela excessiva duração do serviço militar veja-se Roque, João Lourenço, “Marginalidades sociais – o caso da mendicidade em Coimbra no século XIX”, in Ventura, Leontina (coord.), *Economia, Sociedade e poderes. Estudos de homenagem a Salvador Dias Amaut*, Braga, Faculdade de Letras de Coimbra, 2004, pp. 221-224. Acerca dos militares, o exército e o seu papel na sociedade liberal portuguesa leia-se Vieira, Benedicta Maria Duque, *A Formação da Sociedade Liberal...*, pp. 65-73. A propósito da necessidade de homens para trabalhar a terra leia-se Bezerra, Manuel Gomes de Lima, *Os Estrangeiros do Lima*, vol. 2..., pp. 14-15.

<sup>414</sup> AHGCVC, *Circulares a várias autoridades – Janeiro a Setembro de 1847* – 1.10.4.1, não paginado.

<sup>415</sup> Sobre a evolução dos poderes locais ao longo do século XIX leia-se Oliveira, César, “Os municípios no liberalismo monárquico constitucional”, in Oliveira, César (dir.) *História dos Municípios e Poder Local. [Dos finais da Idade Média à União Europeia]...*, pp. 205-222.

<sup>416</sup> AHGCVC, *Correspondência com os administradores dos concelhos, Janeiro de 1850 a Dezembro de 1850*, n.º 1.7.2.12, não paginado.



regedor uma maior intervenção, sob pena de o suspender por desmazelo e negligência. Determinou que os cabos de polícia efectuassem rondas nocturnas, entre as nove horas da noite e as três horas da manhã.<sup>417</sup>

A própria Igreja tentava moderar e refrear os comportamentos mais impetuosos dos habitantes das freguesias rurais, até porque alguns padres também eram alvo da violência dos seus féis, quando não eram os próprios clérigos os autores de agressões. Assim se entende que, em 1845, o arcepreste de Viana do Castelo tenha enviado um ofício aos párocos com a recomendação de se empenharem na educação dos respectivos paroquianos, não só nos deveres religiosos, mas também nos civis e morais.<sup>418</sup>

Acreditamos que a intervenção do Estado nas zonas rurais do Alto Minho tenha enfrentado sérias dificuldades, devido a uma certa resistência da população, o que explica que nessas comunidades persistisse, ainda em meados da centúria de oitocentos, uma violência interpessoal, quando noutras regiões da Europa se encontrava em declínio desde meados do século XVIII.<sup>419</sup> O espaço rural era, portanto, bem mais agitado que o urbano, onde não havia tanta condescendência com a violência. As comunidades rurais foram mantendo os seus próprios mecanismos de auto-regulação, que muitas vezes passavam pelo recurso à força com o intuito de resolver os seus próprios conflitos.

A desconfiança relativamente à justiça, que se revelava morosa, dispendiosa e ineficaz, ajudava a manter práticas ancestrais de justiça privada, agravada pelo isolamento das comunidades, pela actuação duvidosa das autoridades administrativas e judiciais e pela iliteracia de grande parte da população.

---

<sup>417</sup> AMV, *Administração do Concelho. Registo da correspondência expedida para diversas autoridades, 1855-1859*, n.º 1.1.4.33, não paginado.

<sup>418</sup> AHGCVC, *Diversas autoridades*, n.º 1.18.5.12-17 (2), não paginado.

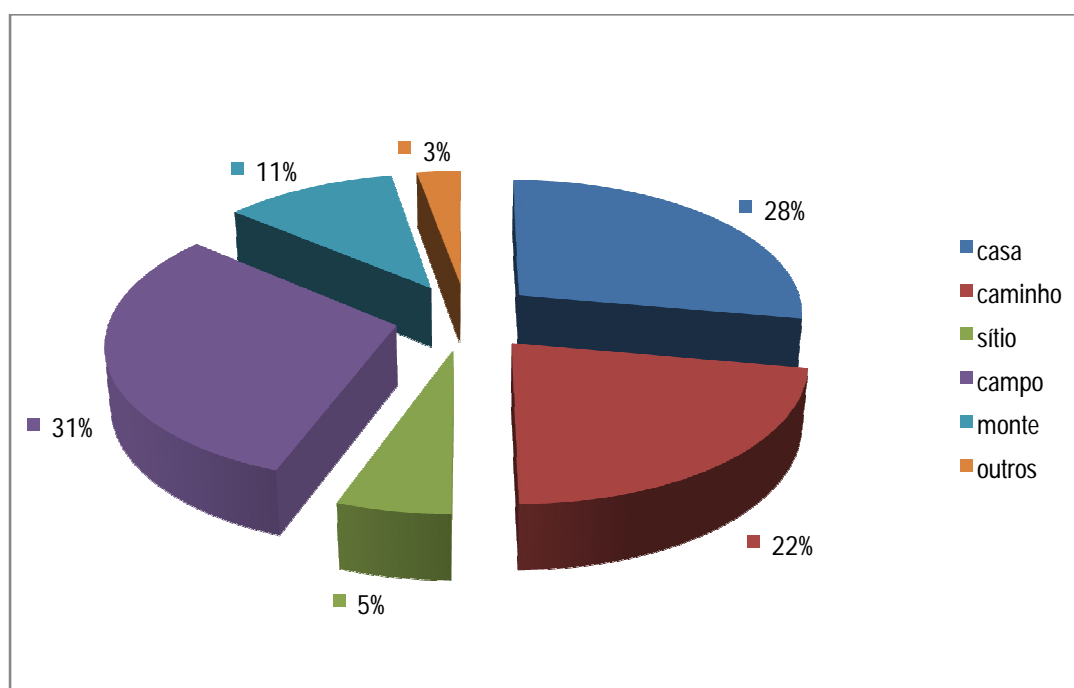
<sup>419</sup> Confira-se Monkkonen, H.; Johnson, Eric, A. (ed.) *The Civilization of Crime. Violence in Town and Country since the Middle Ages*, Illinois, University of Illinois Press, 1996, p. 13. Sobre a resistência das populações à penetração do Estado leia-se Oliveira, César (dir.) *História dos Municípios e Poder Local. [Dos finais da Idade Média à União Europeia]...*, 1996, pp. 210-211.

### 5.1.3. As estradas, os caminhos e os montes

Estradas, caminhos e montes eram palco de todo o tipo de crimes, premeditados ou não, incluindo os levados a cabo por grupos de bandoleiros e criminosos profissionais.

Através da análise do gráfico 13, que se reporta ao concelho de Arcos de Valdevez, constatamos um claro predomínio de uma violência que podemos designar “fora de portas”, dado que 69% dos casos registados ocorreram nos caminhos e sítios, campos e montes.

**Gráfico 13.** Espaços de violência em Arcos de Valdevez (1827-1835)



Fonte: ADV, *Autos de Querela - Juízo de Fora, Arcos e Valdevez*, n.º 4.1.6.16

Os ataques às vítimas aconteciam sobretudo de manhã, quando saíam de casa, e ao final da tarde, quando regressavam das lidas diárias, como sugerem as seguintes expressões muito utilizadas por vítimas e autoridades: “la eu a caminho de casa”, “recolhendo-se a casa”, “na ocasião em que se ia recolhendo para sua casa”, “Vinham de semear a terra”,<sup>420</sup> “indo ele queixoso de sua morada [...] para o moinho [...] ” ou “foi agredido logo pela manhã quando conduzia um carro de madeira puxado pelas suas vacas para casa”.<sup>421</sup> Nessas ocasiões, o pau

<sup>420</sup> AMPL, *Administração do Concelho...*, n.º 2.2.2.43, não paginado.

<sup>421</sup> ADV, *Juízo ordinário do concelho de Paredes de Coura...*, n.º 5.9.4 Cx 2-6, não paginado.

era o instrumento da agressão mais utilizado, se bem que em muitos casos também se fazia uso da foice e da enxada.

Por vezes, meros despiques de língua eram pretexto suficiente para transformar a estrada ou o caminho em campo de batalha. Esta situação observava-se sobretudo quando as gentes das aldeias, em magotes, tangendo o gado ou carregando cestos com produtos do campo ou da mercearia, se dirigiam ou regressavam da feira. Algo de semelhante acontecia nos dias de festa e romaria.

No dia 30 de Março de 1869, António Esteves, de Troviscoso, concelho de Monção, tendo ido

“[...] a romaria de Nossa Senhora da Cabeça [...] e regressando a casa seriam cinco para as seis da tarde na companhia de Rosa Ferreira e Rita Ferreira, [...] logo ao sair da romaria saíram ao encontro Manuel Barreiros e irmãos João Barreiros solteiros da freguesia de Gondomil comarca de Valença dizendo-se a seu amigo deixe as moças e para logo em seguida lhe descarregar as pancadas [...] e também lhe descarregou uma forte pancada deitando ao chão e calcando aos pés de António Brito.”<sup>422</sup>

Segundo as testemunhas, a vítima foi salva pelas pessoas que regressavam da festa. Notoriamente, estamos perante um caso de violência não apenas gratuita, mas também de afirmação social. De vez em quando, grupos de rapazes solteiros utilizavam os caminhos públicos para, com atitudes provocatórias e agressivas, fazerem demonstrações de força e virilidade perante os seus pares.<sup>423</sup>

As estradas do distrito de Viana do Castelo caracterizavam-se pelo seu mau estado, o que, além de dificultar a circulação de pessoas e bens, contribuía para o atraso económico da região e, muitas vezes, tornava as deslocações em autênticos calvários, devido aos assaltos.<sup>424</sup>

---

<sup>422</sup> ADVC, *Tribunal da Comarca de Monção. Livro de registo de querelas*, documento avulso.

<sup>423</sup> João Manuel Gonçalves, um rapaz de 23 anos, natural de Longos Vales, concelho de Monção, que, com algumas pessoas da sua freguesia, tinha ido à romaria de Nossa Senhora da Assunção, passando pela freguesia de Bela, no mesmo concelho, foi agredido por oito rapazes, armados com paus, naturais da freguesia de Barbeita, que o deixaram muito maltratado. ADVC, *Tribunal da Comarca de Monção. Livro de registo de querelas*, documento avulso, não paginado.

<sup>424</sup> Em 1811, considerou-se que as estradas e os caminhos da comarca de Viana do Castelo estavam “[...] em parte intransitáveis, em outra parte muito arruinados e em outra inundados e desapromados, assim pello interesse como negligencia dos confinantes, apesar do prejuizo publico que tudo isso rezulta, em dano de pronta expedição dos Negocios do Real Servisso, estorbo do Comercio e dificuldades das Comunicações [...].” Confira-se Capela, José Viriato Eiras, *Política de corregedores. A actuação dos corregedores nos municípios minhotos no apogeu e crise*

Em 1837, por portaria régia, foi ordenada a publicitação, através de editais, da admissão a concurso de propostas para a abertura de estradas no Minho. Todavia, só em 1853, foi publicada uma carta de lei, que permitiu ao governo iniciar o processo de construção dessas vias. Os cantoneiros, responsáveis pela manutenção das estradas, também eram alvo de insultos de homens e mulheres que não aceitavam de bom grado as suas admoestações. Na estrada que ligava Viana do Castelo a Famalicão, Ana não se coibiu de injuriar os cantoneiros, quando se preparava para depositar na via pública um feixe de lenha que trazia à cabeça.<sup>425</sup>

Além das gentes que, diariamente, percorriam estradas e caminhos para cumprir os seus afazeres, também deambulavam muitos desconhecidos, que eram olhados com desconfiança pelas autoridades e pela população, que os responsabilizava por vários delitos, tomando-os por vadios e criminosos. Por conseguinte, era necessário identificar os caminhantes através do passaporte. Em 1850, o administrador do concelho de Valença, em circular enviada a todos os regedores das freguesias, ordenou-lhes que remetessem à sede da administração todos os estranhos que encontrassem e prendessem todos os militares que não tivessem a guia do comandante do corpo visada pela autoridade competente.<sup>426</sup>

---

*do Antigo Regime (1750-1834)*, Braga, Universidade do Minho. Instituto de Ciências Sociais. Centro de Ciências Históricas e Sociais e Mestrado de História das Instituições e Cultura Moderna e Contemporânea, 1997, p. 243. Já em 1799, tinha sido determinada a realização de obras na estrada que ligava Ponte de Lima a Caminha, por se achar “em grande ruína”. Leia-se Capela, José Viriato Eiras, *Política de corregedores. A actuação dos corregedores nos municípios minhotos no apogeu e crise do Antigo Regime (1750-1834)*..., pp. 239-240. Sobre a evolução dos transportes rodoviários e ferroviários no século XIX consulte-se Mendes, J. Amado, “Comércio, transportes e comunicações”, in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Circulo de Leitores, 1993, pp. 373-377. Acerca das estradas em Portugal, do seu mau estado e insegurança, nos inícios da década de cinquenta do século XIX, consulte-se Mónica, Maria Filomena, *Fontes Pereira de Melo. Uma biografia*, 4. edição, Lisboa, Altheia Editores, 2009, pp. 27-58. Sobre a importância do fontismo para o desenvolvimento da rede rodoviária e ferroviária nacional leia-se Mónica, Maria Filomena, “Um político. Fontes Pereira de Melo”, in *Análise Social*, vol. XXXII, (143-144), 1997, pp. 737-738.

<sup>425</sup> ADVC, *Administrador do concelho de Viana do Castelo. Ofícios dirigidos ao Governador Civil deste districto - ano 1860*, n.º 5.16.2.2, não paginado.

<sup>426</sup> Os passaportes internos foram criados em 1760, com objectivo de controlar a circulação de indivíduos dentro do reino. Confirme-se Lagido, Emília; Durães, Margarida, “Mobilidade interna: migrações socioprofissionais dos Alto Minhotos (séculos XVIII e XIX)”, in *Congresso Internacional de História. Territórios, Culturas e Poderes. Actas*, vol. I..., pp. 60-61. Veja-se ainda Capela, José Viriato; Matos, Henrique, “Ausentes e migrantes”, in Capela, José Viriato (coord.), *As Freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória*,

Este controlo sobre a circulação de pessoas remonta ao século XVIII, com a criação, em 1760, da Intendência Geral da Polícia, organismo que, entre outras incumbências, devia garantir a segurança do reino através da fiscalização dos indivíduos que entravam e circulavam em Portugal.<sup>427</sup> Já nas Ordenações Filipinas, no Livro V, Título 68, se alude ao problema da vadiagem, prevendo que, se um indivíduo não tivesse encontrado meio de subsistência reconhecido, decorridos 20 dias sobre a sua chegada a uma localidade, fosse preso e açoitado publicamente e, caso não pudesse ser chicoteado, fosse degredado para África pelo período de um ano.<sup>428</sup>

O receio fundado de que, sob a capa de doentes ou pobres, se escondessem vadios e criminosos que circulavam impunemente pelo país, levou também à imposição de restrições na concessão de cartas de guia por parte de Misericórdias, dado que este documento, que, entre outras funções, certificava a identidade dos seus portadores, só devia ser atribuído a quem possuísse o bilhete da Intendência Geral da Polícia.

À medida que se avança para o século XIX, cresce a vigilância sobre os viandantes. Em 1807, através de ofício enviado pela secretaria da Intendência Geral de Polícia a todos os corregedores das comarcas e para divulgação junto das populações, foi reiterada a necessidade de controlar os estrangeiros que chegavam ao país. O mesmo se aplicava aos cidadãos portugueses, que, de acordo com o alvará de 13 de Agosto de 1760, deviam ser presos se não apresentassem o passaporte sempre que transitassem de uma comarca para outra, ou ainda, de acordo com o alvará de 25 de Junho de 1760, se pretendessem sair do reino sem o documento passado pelas Secretarias de Estado, pela Intendência ou pelos seus comissários. A fiscalização estendia-se a estalagens e casas de hospedagem que deviam ser inspeccionadas com o intuito de conferir as relações de hóspedes.

A 18 de Abril de 1827, o juiz ordinário do Couto da Correlhã recebeu um ofício da Intendência Geral da Polícia, dando conta do trânsito de indivíduos que não vinham munidos de passaporte, o que contrariava a disposição contida no regulamento de 25 de Maio de 1825, segundo a qual todas as pessoas que tivessem de se afastar do seu local de residência numa

---

*História e Património...*, pp. 529-531. AMV, *Registo da correspondência expedida para diversas autoridades – 1850-1854*, n.º 1.1.4.31, não paginado, não paginado.

<sup>427</sup> AMM, *Registo de ordens reais – 1742*, n.º 1-A-14-2-9, fl. 111-116 v.º.

<sup>428</sup> Veja-se *Ordenações Filipinas*, Livro V..., p. 1216.

distância superior a cinco léguas deviam possuir tal identificação, sob pena de ficarem sujeitas ao pagamento de multa.<sup>429</sup>

Em edital de 11 de Outubro de 1828, a Intendência Geral da Polícia advertia que

“[...] Todos os indivíduos das Províncias do reino, de qualquer qualidade e condição que sejam, que a esta capital houverem concorrido, e que de futuro concorrerem, e que nella não tenham modo de vida conhecido, Ofício, Emprego, ou mester nem negócios a tratar, sairão imediatamente das terras da sua naturalidade.”<sup>430</sup>

Tratava-se de uma medida que visava impedir o crescimento da ociosidade e da vagabundagem na capital do reino, numa altura de forte instabilidade política. As autoridades continuavam convictas da relação entre a circulação de viandantes, a ociosidade, a vagabundagem e a criminalidade. Esta associação, não era uma especificidade portuguesa, pois era partilhada por toda a Europa desde os finais do Antigo Regime. Aliás, considerava-se que os documentos que visavam a identificação de viajantes, desenvolvidos em finais de setecentos, após a Revolução Francesa, teriam precisamente a função de controlar as movimentações de elementos hostis aos Estados, ou seja, bandidos, criminosos e vagabundos.<sup>431</sup>

Através dos passaportes internos, era possível às autoridades administrativas e policiais monitorizar as deslocações dos viajantes.<sup>432</sup> Em 27 de Setembro de 1837, foi publicada uma circular a reforçar a perigosidade que constituía a permissão de os viandantes circularem pelo

---

<sup>429</sup> AMPL, *Livro dos ofícios e impressos vindos directamente da Intendência Geral da Polícia da Corte do Reino*, n.º 2.6.1.37.

<sup>430</sup> AMPL, *Livro dos ofícios e impressos vindos directamente da Intendência Geral da Polícia da Corte do Reino*, n.º 2.6.1.37.

<sup>431</sup> Sobre a evolução dos passaportes na Europa, ao longo do século XIX, verifique-se Fahrmeir, Andreas, “Governments and Forgers: Passports in Nineteenth-Century Europe”, in Caplan, Jane; Torpey, John, in *Documenting individual identity: the development of state practices*, Oxfordshire, Princeton University Press, 2001, pp. 218-234.

<sup>432</sup> Sobre os passaportes internos leiam-se os trabalhos de Margarida Durães relacionados com as migrações temporárias e sazonais. Durães, Margarida; Emília, Lagido, “A arte de trabalhar a pedra: migrações temporárias e sazonais no Norte de Portugal (Sécs. XVIII e XIX)”, in Meneses, Avelino de Freitas de; Costa, João Paulo e, (coords.), *O reino, as ilhas e o mar oceano: estudos de homenagem a Artur Teodoro de Matos*, Lisboa, Centro de História Além-mar, 2007, pp. 238-262. Durães, Margarida; Lagido, Emília, Caridade, Cristina, “Une population qui bouge: les migrations temporaires et saisonnières à partir de Viana do Castelo (XVIIIe – XIXe siècles)”, in *Obradoiro de la historia moderna*, n.º 15, 2006, pp. 29-76.

reino sem documento identificativo, ou que não estivesse visado pelas autoridades competentes. Segundo a mesma circular, o resultado de tal negligência permitiu o engrossamento das fileiras da guerrilha miguelista nas serras algarvias. Por isso, ordenava-se a responsabilização dos administradores dos concelhos pelo incumprimento do disposto nos regulamentos de polícia, no que aos passaportes de nacionais ou estrangeiros dizia respeito; que os viajantes fossem presos e mantidos sob custódia até à execução de todas as formalidades legais, caso não apresentassem passaporte ou estes não estivessem devidamente assinados pelos administradores dos concelhos das terras que tivessem percorrido; que houvesse por parte das autoridades uma actuação mais diligente na concessão dos passaporte, na legitimação dos viandantes e abonação do seu comportamento civil e político, sendo excluídos os que se mostraram aliados à *Usurpação*.<sup>433</sup>

Havia grupos sobre os quais as autoridades pretendiam exercer especial vigilância, como, por exemplo, os ciganos. Tratava-se de uma etnia que, deslocando-se em grupo pelo país, era, ao tempo, associada ao cometimento de furtos e roubos, pelo que se considerava necessário controlar os seus movimentos. A informação de que ciganos transitavam livremente, sem que lhes fosse exigido qualquer documento de legitimação ou passaporte, colocou em alvoroço as autoridades e levou os governos civis, nomeadamente o do distrito de Viana do Castelo, a alertarem as autoridades administrativas locais para a observância das normas relativas à circulação de elementos desta raça.<sup>434</sup>

O alvará de 1526 determinou a saída dos ciganos do reino e nas Ordenações Filipinas é visível a desconfiança que as autoridades manifestavam para com este grupo étnico, patenteada no Título 69, que proibia a sua entrada no reino e nos senhorios, sob pena de serem presos e açoitados.<sup>435</sup> São ainda de mencionar as leis extravagantes de sete de Janeiro de 1606, 13 de Setembro de 1613, cinco de Fevereiro de 1649 e 10 de Novembro de 1708, que reforçavam esta proibição e impediam a passagem da carta de vizinhança. A três de Dezembro de 1614, foi interdita a aceitação de requerimentos para viverem no reino; o alvará de 24 de Outubro de 1647 determinava que, embora pudessem permanecer no reino, não podiam ler a “buena

---

<sup>433</sup> AMMço, *Administração do Concelho. Ofícios e circulares recebidos de diversas autoridades – 1837*, n.º 1.4.1.4-4

<sup>434</sup> AMM, *Ofícios e circulares remetidos pelo Governo Civil*, 1848 – 1.3.1.4-2, não paginado.

<sup>435</sup> *Ordenações Filipinas*, Livro V, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. Sobre os ciganos e a legislação portuguesa promulgada a seu respeito, entre os séculos XVI e XIX, leia-se Coelho, Adolfo, *Os ciganos de Portugal. Com um estudo sobre o calão*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1995, pp. 149-235.

diccha”, nem criar filhas ou filhos; o alvará de 10 de Novembro de 1708 impunha que não podiam andar juntos mais de dois casais; o decreto de 30 de Julho proibia-os de alugar casa; e o alvará de 20 de Setembro de 1760 determinava que fossem empregues nas obras públicas de Lisboa, que se lhes tirassem os filhos e os entregassem a mestres.<sup>436</sup> Foram ainda proibidos de viver todos juntos em bairros e comercializar animais. Estes são alguns dos exemplos de um quadro legislativo que reflecte a perseguição a que estavam sujeitas as comunidades ciganas e que contribuiu para a construção de um discurso segregacionista.

Na centúria de oitocentos, a emissão de cartas de guia, passadas pelas Misericórdias a pobres e doentes, foi sujeita a medidas restritivas. Segundo a portaria do Ministério do Reino de 20 de Julho de 1839, aquelas instituições estavam proibidas de passar cartas de guia a pessoas que não apresentassem o passaporte.<sup>437</sup> Ainda no mesmo ano, o Ministério do Reino oficiava aos governos civis dando conta da movimentação de pessoas com passaportes concedidos ilegalmente pelos regedores e juizes de paz, que estavam, deste modo, a infringir os regulamentos de polícia. Perante este abuso, que fazia perigar a ordem pública, foi determinado que só os administradores do concelho podiam conferir passaportes e que estes deviam proceder contra os individuos nacionais e estrangeiros que transitassem com passaportes expedidos por autoridades sem competência para o efeito.<sup>438</sup>

De facto, apenas os administradores do concelho estavam habilitados a conceder passaportes, sendo este um serviço que exigia uma fiscalização apertada. Estas autoridades deviam ter conhecimento das assinaturas e dos símbolos dos seus homónimos, de modo a poderem confirmar a autenticidade dos documentos que lhes eram apresentados.

Através da circular de 25 de Junho de 1839, ordenava-se que não se concedesse passaporte sem que antes fosse verificada a identidade do beneficiário e a sua abonação; que esta devia ser realizada com base no testemunho de uma ou mais pessoas idóneas, que se responsabilizassem pelo comportamento cívico e político da pessoa afiançada; que os passaportes para o interior do reino, ou os bilhetes de residência solicitados por estrangeiros que entrassem em Portugal, só fossem cedidos após visionamento dos passaportes conferidos ou

---

<sup>436</sup> Tomás, Manuel Fernandes, *Repertório Geral ou Índice Alfabético das Leis Extravagantes do Reino de Portugal*, Tomo I, Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1815, p. 190.

<sup>437</sup> AHGCVC, *Registo das circulares expedidas pela Primeira repartição desde 2 de Janeiro de 1838 até 25 de Agosto de 1841*, n.º 1.10.4.30, não paginado.

<sup>438</sup> AHGCVC, *Portarias e officios do Ministério do Reino*, n.º 1.13.4.8-2, não paginado.



visados pelos representantes portugueses ou cônsules residentes nos países de origem, com excepção dos casos mencionados nos regulamentos de polícia, ou quando os estrangeiros fossem legitimados por atestados dos agentes diplomáticos ou consulares dos respectivos países, ou ainda por legítima fiança dada perante as autoridades competentes.<sup>439</sup>

Para além dos problemas logísticos, havia também que resolver as falhas na verificação da autenticidade dos passaportes, pondo em causa um dos objectivos da sua utilização. Em 1839, foi detido um indivíduo da freguesia de Lanheses, concelho de Viana do Castelo, por fornecer passaportes falsos a criminosos e recrutas refractários, falsificando a assinatura das autoridades administrativas e judiciais, permitindo que assim fugissem para a Galiza. Uma outra situação ilustrativa da relativa facilidade com que as autoridades eram ludibriadas verificou-se em 1850, quando dois galegos se apresentaram com passaporte falso, alegadamente passado pelo administrador do concelho de Valadares. O logro foi descoberto, uma vez que o nome impresso no documento não correspondia ao do administrador em exercício na referida localidade.<sup>440</sup> Em 1852, registou-se um caso similar, envolvendo um galego que se apresentou na cidade de Lisboa com um passaporte falso, assinado pelo administrador do concelho de Valadares. Perante a sucessão de infracções, o governador civil de Viana do Castelo viu-se na obrigação de intervir, alertando para a necessidade de se pôr fim ao “escandaloso crime, que apesar das recomendações d’este governo civil se está continuamente repetindo.”<sup>441</sup> Já em 1849, esta autoridade comunicava aos seus subordinados ter conhecimento da existência de estrangeiros que entravam ilegalmente em Portugal com passaportes falsos e a quem os regedores cediam notas de entrada. Perante isto, ordenou que sempre que fossem referenciados os estrangeiros nos concelhos da sua jurisdição, devendo estes apresentar-se aos respectivos administradores, e não aos regedores, e averiguar os motivos da sua presença em Portugal.<sup>442</sup> A ineficácia e a negligência reveladas pelas autoridades, a relativa facilidade com que se faziam falsificações e a corrupção que grassava entre o funcionalismo estatal contribuíam para tornar os passaportes documentos pouco credíveis.

---

<sup>439</sup> *Collecção de Leis e outros documentos oficiais publicados no ano de 1839*, 9.ª série, Imprensa Nacional, Lisboa, 1839, p. 131.

<sup>440</sup> AHGCVC, *Correspondência com várias autoridades Novembro de 1849 a Junho de 1851*, n.º 1.8.3.12, não paginado.

<sup>441</sup> AHGCVC, *Correspondência com os Administradores do Concelho*, n.º 1.7.2.16, não paginado.

<sup>442</sup> AHGCVC, *Circulares a várias autoridades – Janeiro a Setembro de 1847*, n.º 1.10.4.11, não paginado.

Em 1843, o Ministério do Reino renovou os avisos dirigidos aos governos civis e administradores dos concelhos no sentido de verificarem a idoneidade dos indivíduos a quem concediam estes documentos.<sup>443</sup> Em 1848, face ao ambiente de intranquilidade e agitação pública que se vivia no distrito, o governador civil insistiu na necessidade de se deter qualquer pessoa que circulasse sem a prova que legitimasse o seu trânsito.<sup>444</sup>

Perante o conhecimento de abusos e de um certo desmazelo por parte das autoridades administrativas locais, o governador civil enviou, em 1849, uma circular a todos os administradores dos concelhos, dando conta do seu descontentamento por terem vagueado pelo distrito indivíduos sem passaporte, título de identidade e legitimação, inclusive militares, sem a necessária licença, nem guia de marcha, facto que contrariava as disposições em vigor e demonstrava a permissividade que grassava entre o funcionalismo administrativo.<sup>445</sup>

Em 1853, através da circular dirigida aos administradores dos concelhos do distrito de Viana do Castelo, o governador civil, além de exigir que fosse respeitado o regulamento de polícia no tocante à proibição de circulação sem passaporte, apelava ainda ao fim da concessão de cartas de guia por parte das Misericórdias, que eram aproveitadas por muitos indivíduos para, sob a capa de doentes e pobres, cometerem delitos. Para o efeito, instruiu os administradores dos concelhos do distrito para que convocassem os provedores daquelas instituições<sup>446</sup> e os intimassem a não conferirem cartas de guias a pessoas que não apresentassem passaporte, e, por outro lado, procedessem contra todos aqueles que, achando-se unicamente munidos das guias, não possuíssem aquele documento.<sup>447</sup>

Estas medidas relacionavam-se com a necessidade de garantir a segurança de caminhos e estradas, de pessoas e bens. Os passaportes funcionavam como um mecanismo de controlo e intervenção estatal no domínio da segurança pública, como um elemento integrante do discurso

---

<sup>443</sup> AHGCVC, *Portarias e ofícios do Ministério do Reino*, n.º1.13.4.8-1, não paginado.

<sup>444</sup> AHGCVC, *Circulares a várias autoridades – Janeiro a Setembro de 1847*, n.º 1.10.4.11, não paginado.

<sup>445</sup> AHGCVC, *Registo de circulares aos Administradores dos concelhos – Outubro de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º1.10.4.12, não paginado.

<sup>446</sup> A resposta da Misericórdia de Ponte de Lima ao administrador do respectivo concelho, sobre a concessão de cartas de guia naquela instituição, pode ser lida em Araújo, Maria Marta Lobo; Esteves, Alexandra Patrícia Lopes, "Pasaportes de caridad: Las «cartas de guia» de las Misericórdias portuguesas (siglos XVII-XI)", in *Estudios Humanísticos. Historia*, n.º 6, 2007, pp. 213-214.

<sup>447</sup> AHGCVC, *Cópia de circulares a várias autoridades Janeiro de 1853 a Dezembro de 1855*, não paginado.

de defesa da sociedade contra a transgressão e os seus protagonistas.<sup>448</sup> Pelo regulamento de polícia publicado a sete de Abril de 1863, o trânsito no interior do país deixou de ser condicionado pela emissão e apresentação de passaporte.<sup>449</sup>

A clandestinidade estava associada a certos delitos, como, por exemplo, a deserção. Os foragidos ao serviço militar precisavam de garantir a sua subsistência e manter-se incógnitos, o que explica que, por vezes, enveredassem pela criminalidade ou ingressassem em quadrilhas. Em 1839, em Arcos de Valdevez, foi descoberto e detido António José Rodrigues, desertor, por não possuir o indispensável documento identificativo.<sup>450</sup>

Os montes eram também palco de conflitos entre as populações de freguesias contíguas, motivados, nomeadamente, por disputas territoriais e pelo roço dos matos. Por vezes, estes litígios ganhavam uma tal dimensão que acabavam por justificar a intervenção das autoridades. As comunidades pugnavam pela defesa do que consideravam pertencer-lhes, invocando práticas ancestrais, desvalorizando, ou desprezando até, marcações e delimitações impostas pela lei. Os conflitos eram de difícil resolução, dado que nem sempre os povos reconheciam as decisões tomadas pelas autoridades, ainda que baseadas nos tombos, ou, na falta deles, em usos, costumes e tradições.

Em 1844, no concelho de Valença, havia um clima de tensão entre as freguesias de Silva e S. Pedro da Torre por causa da partilha dos montes. Os habitantes desta localidade pretendiam roçar mato nos limites de Silva, apesar da proibição do administrador do concelho para evitar barulhos e rixas.<sup>451</sup> Situação idêntica vivia-se no município de Ponte da Barca, entre as freguesias de Lavradas e Boivão, tendo-se registado, em 1850, um grave tumulto entre os populares, provocado pela disputa do roço dos montes limítrofes.<sup>452</sup>

Em 1851, os habitantes das freguesias de Fojo Lobal e Cabaços, ambas do concelho de Ponte de Lima, travaram-se de razões por causa da fruição dos montes que delimitavam as duas localidades. Tendo conhecimento da ocorrência, o administrador do concelho ordenou aos

---

<sup>448</sup> Sobre o conceito de controlo na história veja-se Oliver Olmo, Pedro, "El concepto de control social en historia social: estructuración del orden y respuestas al desorden" ..., pp. 73-91.

<sup>449</sup> *Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Maximiano de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1864.

<sup>450</sup> AMV, *Registo da correspondência expedida para diversas autoridades (1841-1845)*, n.º 1.1.4.3, não paginado.

<sup>451</sup> AMV, *Registo da correspondência expedida para diversas autoridades (1841-1845)*, n.º 1.1.4.3, não paginado.

<sup>452</sup> AHGCVC, *Correspondência com os administradores dos concelhos. Janeiro de 1850 a Dezembro de 1850*, n.º 1.7.2.12, não paginado.

regedores das respectivas freguesias que não permitissem o uso dos montes pelas suas populações, enquanto não se procedesse a uma efectiva demarcação dos mesmos. No entanto, as providências tomadas não evitaram as zaragatas entre os seus habitantes.<sup>453</sup> Segundo o artigo 49.º do projecto de código de posturas de Ponte de Lima, para evitar qualquer animosidade, nenhuma pessoa devia começar a roçar mato em frente a outra, sem estarem separadas por uma distância de pelo menos 12 passos. O incumprimento desta disposição implicava o pagamento de uma multa, a perda do tojo e a detenção.<sup>454</sup>

Em 1858, no concelho de Viana do Castelo, houve confrontos físicos entre os moradores das freguesias de Outeiro e Afife, por causa do roço dos matos. O Ministério do Reino, posto ao corrente do sucedido, considerou que era urgente o controlo da situação através do estabelecimento de posturas que regulassem o uso do terreno e se fizessem as demarcações convenientes para assegurar aos habitantes de cada uma das freguesias a parte que lhes competia nesse logradouro.<sup>455</sup>

Mais grave foi o conflito que, durante vários anos, opôs as freguesias contíguas dos concelhos de Ponte de Lima, Arcos de Valdevez e Paredes de Coura, que teve na sua origem a delimitação e o usufruto dos montes baldios. Homens, mulheres e rapazes, armados de paus e enxadas, roçavam mato nos montes pertencentes à freguesia limítrofe, numa atitude de autêntica provocação, que descambava em pancadaria e ferimentos, como sucedeu quando os habitantes da freguesia de Miranda foram cortar mato à freguesia vizinha de Vilar do Monte.<sup>456</sup> Encontrámos acusações dos habitantes da Labruja, concelho de Ponte de Lima, que remontam a 1836, quando já se queixavam dos abusos cometidos pelos moradores do concelho de Paredes de Coura, que vinham roçar o seu mato.<sup>457</sup>

---

<sup>453</sup> AMV, *Registo da correspondência expedida para diversas autoridades (1841-1845)*, n.º 1.1.4.3, não paginado.

<sup>454</sup> AMPL, *Projecto de reforma das posturas do município da vila e concelho de Ponte de Lima – 1849*, n.º 2.4.1.28, fls. 58 v.º - 59.

<sup>455</sup> AHGCVC, *Portarias e ofícios do Ministério do Reino*, n.º 1.13.4.5-7, não paginado.

<sup>456</sup> AHGCVC, *Registo geral – Agosto de 1848 a Novembro de 1859*, n.º 1.10.3, não paginado.

<sup>457</sup> AMPL, *Administração do Concelho. Copiador dos ofícios e circulares dos Regedores - 1836-1837*, n.º 2.1.5 cx9-6, não paginado. Estas acusações remontam, pelo menos, a 1740. Em Agosto desse ano, os moradores da Labruja dirigiram uma petição ao corregedor, expondo os abusos dos habitantes dos concelhos de Paredes de Coura e Arcos de Valdevez, que segundo a população daquela freguesia vinham “roçar e apanhar estrumes e tojos aos montes do districto dos suplicantes”. Esta situação já originara conflitos e confrontações físicas. Capela, José Viriato Eiras, *Política de corregedores. A actuação dos corregedores nos municípios minhotos no apogeu e crise do Antigo Regime (1750-1834)*..., pp. 284-285.

Em 1850, face à eclosão de confrontos violentos entre as freguesias de Vascões, do concelho de Paredes de Coura, Sabadim e Miranda do concelho de Arcos de Valdevez, Vilar do Monte, Labrujó, Labruja e Rendufe, do concelho de Ponte de Lima, o governador civil recomendou a realização de uma reunião das autoridades competentes de cada concelho, com o objectivo de se proceder às demarcações dos montes pertencentes a cada um dos concelhos e respectivas freguesias, de modo a pôr termo aos desacatos.<sup>458</sup>

Em 1854, os habitantes das freguesias de Paredes Coura foram acusados pelos da Labruja e de Labrujó, pertencentes ao concelho de Ponte de Lima, de invadirem os seus montes e de roçarem os seus matos, o que, mais uma vez, deu origem a troca de agressões. Como os ânimos estavam muito exaltados e temiam-se actos de retaliação, foi ordenado ao administrador do concelho de Paredes de Coura que mantivesse dentro dos seus limites os habitantes das freguesias sob sua jurisdição, que estes deixassem de realizar correrias e se abstivessem de comportamentos provocatórios.<sup>459</sup>

Em Melgaço, conflitos da mesma natureza envolveram os moradores da freguesia de Prado e da vila. Impotente perante as constantes zaragatas e incapaz de resolver a contenda, o governador civil passou esse encargo para as autoridades judiciais, que julgava mais capazes. Às autoridades administrativas caberia apenas a missão de evitar que tais comportamentos pusessem em risco a ordem pública.<sup>460</sup>

Para se perceber a intensidade destes conflitos, importa ter presente que os matos tinham uma importância fundamental para revestir a corte dos animais e para fertilizar os campos. Por outro lado, era também nos montes que as populações caçavam livremente e se abasteciam de lenha para cozinhar os alimentos e aquecer as casas.<sup>461</sup>

---

<sup>458</sup> AMPL, *Administração do Concelho. Correspondência recebida*, n.º 7966, não paginado.

<sup>459</sup> AMPL, *Administração do Concelho. Correspondência recebida*, n.º 7966, não paginado.

<sup>460</sup> AMMço, *Administração do Concelho. Ofícios e circulares remetidos pelo Governo Civil - 1861*, n.º 1.3.1.5-2, não paginado.

<sup>461</sup> Acerca do aproveitamento económico dos montes no distrito de Viana do Castelo, no século XVIII, veja-se Capela, José Viriato, "Economia agrária e descrição das serras" in Capela, José Viriato (coord.), *As Freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património...*, p. 610. Sobre as estratégias adoptadas na região montanhosa de Leão para evitar a recolha abusiva de lenha e madeira nos montes leia-se Pérez Álvarez, Maria José, *La Montaña Noroccidental leonesa en la Edad Moderna*, León, Universidad, Secretariado de publicaciones, 1996, pp. 77-80.

A água, a terra, o gado, o mato e a lenha eram elementos essenciais para a sobrevivência no espaço rural.<sup>462</sup> Por isso, as autoridades procuravam ouvir as populações na tentativa de encontrar soluções a contento das partes conflitantes. Em 1857, houve um desentendimento entre as freguesias de Lanheses, pertencente ao concelho de Viana do Castelo, e São Pedro de Arcos, do concelho de Ponte de Lima. Era usual os habitantes de Lanheses passarem um regato, designado de Silhareira, e irem aos montes, pertencentes a São Pedro de Arcos, colher mato e lenha. Antes que a situação se agudizasse, o governador civil tentou organizar um encontro entre as autoridades das duas freguesias, onde também deviam estar presentes, segundo as suas palavras, “alguns homens bons e dos mais idosos de ambas as freguesias, procurassem averiguar qual era a prática seguida desde antigos tempos sobre a matéria em questão, vindo todos a um acordo razoável se for possível.” Na sua perspectiva, era possível, deste modo, chegar a um acordo, que posteriormente seria submetido à aprovação do Conselho de Distrito. É de notar o peso que a tradição ainda tinha para estes povos, já que não estava em causa uma questão legal de delimitação dos territórios, mas sim um hábito que poderia ser legitimado, desde que atendida e provada a sua ancestralidade.<sup>463</sup>

A resistência popular, que se manifestava nas questões relacionadas com a gestão dos montes, demonstra que, em pleno século XIX, a autoridade do Estado ainda não se tinha imposto, na sua plenitude, no mundo rural, onde a tradição continuava a ser lei. Havia um conjunto de preceitos, regras morais, usos e costumes que formariam uma espécie de código de conduta, que induziam o indivíduo a adoptar este ou aquele comportamento, esta ou aquela postura, e cujo cumprimento era vigiado por familiares, vizinhos e membros da comunidade, que controlavam os seus membros.<sup>464</sup>

A tensão e o conflito, que se materializavam no recurso à injúria e à agressão física, surgiam como formas de sancionar o desrespeito pelo código de conduta. Por isso, afigura-se

---

<sup>462</sup> Na região da Cantábria, estudada por Tomás Mantecón, muitos dos conflitos que deflagravam no espaço rural relacionavam-se com aspectos de carácter económico, dos quais dependia o sustento da população: “El agua, los pastos, las derrotas, la madera y los aprovechamientos en sierras o hlegueros resultaban un auxilio fundamental para las economías campesinas.” Consulte-se Mantecón Movellán, Tomás Antonio, *Conflitividad y disciplinamiento rural del Antiguo Régimen*, Santander, Universidade da Cantábria, Fundação Marcelino Botín, 1997, pp. 297-299.

<sup>463</sup> AMPL, *Administração do Concelho...*, n.º 7966, não paginado.

<sup>464</sup> Sobre a noção de controlo social leia-se Spierenburg, Peter, “Social Control and History: An Introduction”, in Emsley, Clive; Johnson, Eric; Spierenburg, Peter (ed.), *Social Control in Europe*, Ohio, Ohio University Press, 2004, pp. 1-21.

apropriado considerar que o despoletar da violência nas populações rurais resulta quer de processos endógenos, inerentes ao funcionamento da própria comunidade e ao desvio a estes mecanismos de controlo social por parte dos seus membros, quer de processos exógenos, quando a defesa dos interesses colectivos unia toda a população, ou uma boa parte dela, contra outras comunidades e contra as próprias autoridades.

#### 5.1.4. As festas e romarias

"[...] Por via de regra, o português é melancólico ou constantemente peado pelo receio de se tornar ridículo quando manifesta em público a sua boa disposição de espírito. Só o minhoto ri, e canta, e dança, diante de toda a gente amiga ou desconhecida, pouco importa. São cheias de cor, de movimento, de vida as suas feiras e as suas festas – tão diferentes, na fisionomia geral das festas transmontanas ou beiroas."<sup>465</sup>

Como descreve este pequeno excerto, retirado do catálogo sobre o Entre Douro e Minho, que foi apresentado na Exposição Portuguesa de Sevilha de 1929, as festas e romarias constituíam, de facto, ocasiões de alegria e divertimento, animadas pela música e pelo fogo-de-artifício, pelas danças e cantares, pelo colorido das gentes e dos ornamentos que engalanavam o recinto dos festejos.

No Alto Minho, o ciclo festivo iniciava-se em finais de Maio e estendia-se até Setembro.<sup>466</sup> Embora as festas e romarias tivessem um carácter essencialmente religioso e devocional, não deixava de haver lugar para todo o género de folguedos, que serviam para aliviar a dureza do quotidiano e proporcionavam alguns momentos de evasão.<sup>467</sup>

À medida que nos aproximamos da contemporaneidade, verificamos a redução, em toda a Europa, do número de festividades que marcavam os calendários, bem como a

---

<sup>465</sup> Monteiro, Campos, *Entre-Douro e Minho*, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1929, pp. 33-34.

<sup>466</sup> O número excessivo de festas que preenchia o calendário anual dos minhotos foi alvo de críticas por parte dos fisiocratas, que o evocavam para justificar o atraso económico da região. A este propósito, sobre o elevado número de festas e romarias que tinha lugar no Minho, no século XVIII, mais concretamente no mês de Agosto veja-se Bezerra, Manuel Gomes de Lima, *Os Estrangeiros do Lima*, vol. 2..., p. 10.

<sup>467</sup> Sobre as feiras e romarias como momentos de evasão e estabelecimento de novas sociabilidades consulte-se Penedo, Cristina, "Alto Minho: comunidades rurais em mutação. Que implicações ao nível das formas de controlo social e na expressão da desviância", in *Cadernos Vianenses*, Viana do Castelo, tomo 18, 1995, p. 57. Sobre as romarias que tinham lugar no Norte de Portugal leia-se igualmente Lima, José da Silva, "Festas", in Azevedo, Carlos Moreira, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 253-254.

diminuição do número de rituais e práticas violentas que caracterizavam estas celebrações, geralmente toleradas pelas autoridades e tidas até como normais, e que envolviam tanto humanos como animais.<sup>468</sup> Contudo, muitos destes momentos de regozijo popular, que entretinham homens e mulheres, facilmente descambavam em desordem e abalavam a tranquilidade pública.<sup>469</sup> Esta realidade, associada a outras, nomeadamente de natureza económica, religiosa e social, levou à proibição das manifestações de violência ritualizada e à extinção de alguns festejos.<sup>470</sup>

Também as festividades e os momentos de convivialidade alto minhotos foram conhecendo, sobretudo ao longo do século XIX, um processo de transformação, à medida que a burguesia foi aderindo a estas celebrações, mais visível nos centros urbanos, impondo novos

---

<sup>468</sup> Segundo Peter Burke, a Europa, entre os séculos XVI e XVII, conheceu uma reforma da cultura popular, resultante da Reforma Protestante e da Reforma da Igreja Católica, sobretudo promovida pelo clero, que culminou na supressão de alguns rituais populares, considerados resquícios de práticas pré-cristãs. A festa também foi alvo de reforma, por se considerar que promovia a lascívia e, desse modo, peças de teatro e danças foram atacados por serem encarados, não só como incitadores de pecado, mas também como instigadores de comportamentos violentos. Confirme-se Burke, Peter, *La cultura popular em la Europa Moderna*, Madrid, Alianza Editorial, 1996, pp. 295-315.

<sup>469</sup> Sobre a violência ritualizada e as suas manifestações nas festividades e celebrações da Europa moderna, confira-se Ruff, Julius, R., *Violence in Early Modern Europe, 1500-1800...*, 2001, pp. 160-183.

<sup>470</sup> Sobre a associação de certas manifestações lúdicas, como a dança, o teatro ou a música ao pecado, à desordem e ao delito e as restrições a que estavam sujeitas no século XVIII veja-se Bejerano Pellicer, Clara, "Sociabilidad, música y danza en el siglo XVIII", in Fernández Cortizo, Camilo J.; Migués Rodríguez, Vítor Manuel; Presedo Garazo, Antonio (eds.), *El mundo urbano en el siglo de la Ilustración*, vol. I..., pp. 293-305. Esta tendência de refrear as manifestações populares vem já da idade moderna. Vários bispos de Braga tomaram medidas para impedir que as procissões se realizassem de noite e as festas profanas invadissem espaços sagrados, por causa da violência e de actos sanguinários. O arcebispo D. José de Bragança foi um opositor dos excessos provocados por ambientes festivos, tendo por isso desenvolvido uma política de interdições e proibições, que incidiu sobre touradas, bailes e máscaras, entre outras práticas e actividades. Confira-se Soares, Maria Ivone da Paz, *E a sombra se fez verbo. Quotidiano Feminino Setecentista por Braga*, Braga, Associação Comercial de Braga, 2009, pp. 51, 110-111. Estas interdições estavam também relacionadas com o convívio nocturno, entre homens e mulheres, que podia conduzir a comportamentos pecaminosos. Leia-se sobre as proibições lançadas pelos arcebispos de Braga sobre a participação em actividades colectivas, que se desenvolviam de noite e permitiam a reunião dos sexos, Milheiro, Maria Manuela de Campos, *Braga. A cidade e a festa no século XVIII*, Guimarães, Núcleo de Estudos da População e Sociedade, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, 2003, pp. 348-349.



valores e outras formas de participação.<sup>471</sup> Em consequência, as festas também se refinam e civilizam, assistindo-se à reivindicação do fim de algumas das suas manifestações mais grotescas e populares.

Um exemplo desta tentativa de “civilizar” as manifestações de diversão foi a interdição das corridas de touros em Portugal, ainda na primeira metade da centúria de oitocentos.<sup>472</sup> Em 1836, o administrador do concelho de Ponte de Lima recebeu um ofício do administrador geral do distrito de Viana do Castelo, dando-lhe conta da proibição, por real decreto, das corridas de touros, tidas como um “divertimento bárbaro e impróprio de nações civilizadas.”<sup>473</sup> Neste diploma, datado de 19 de Setembro de 1836, considerava-se que as touradas, pelo seu carácter brutal, constituíam um elemento instigador de comportamentos agressivos e criminosos, sendo, portanto, um obstáculo “ao aperfeiçoamento moral da Nação Portuguesa”.<sup>474</sup> No entanto, a sua vigência foi de curta duração, sendo revogado em Junho de 1837. A corrida de touros foi introduzida em algumas festividades, como foi o caso da festa em honra de Nossa Senhora da Agonia, em Viana do Castelo, em 1869, sendo a década de setenta um período de desenvolvimento da arte tauromáquica.<sup>475</sup>

A par desta realidade, vamos assistindo ao que Norbert Elias designa de refinamento da agressividade, que tem como efeito a racionalização das emoções.<sup>476</sup> O processo civilizador a que foram submetidos alguns gestos, instintos e comportamentos mais agressivos levou a que

---

<sup>471</sup> Saliente-se que, desde o século XVIII, desenvolveu-se na Europa um sentimento de repugnância face a festivais carnavalescos, ritos e práticas associados a festas e outros rituais baseados na violência e no sofrimento infligido a seres humanos e animais, culminando essa tendência na extinção de muitos desses momentos lúdicos. Leia-se Muir, Edward, *Fiesta y Rito en la Europa Moderna*, Madrid, Editorial Complutense, 2001, pp. 169-173.

<sup>472</sup> Segundo Manuela Milheiro, já na idade moderna, alguns Papas criticaram o excesso de violência e o perigo causado pelas corridas de touros em Espanha, tendo, inclusive, proibido os membros do clero de assistir a estes espectáculos. Veja-se Milheiro, Maria Manuela de Campos, *Braga. A cidade e a festa no século XVIII...*, p. 374.

<sup>473</sup> AMPL, CMPL-8839 MAÇO II, não paginado.

<sup>474</sup> *Collecção de Leis e outros documentos oficiais publicados desde 10 de Setembro até 31 e Dezembro de 1836*, Sexta Série, Lisboa, Imprensa Nacional, 1837, p. 11.

<sup>475</sup> No século XIX, a festa em honra de Nossa Senhora da Agonia receberia, em média, mil pessoas. Veja-se Martins, Moisés; Gonçalves, Albertino; Pires, Helena, *A Romaria de Nossa Senhora da Agonia. Vida e Memória da cidade de Viana...*, p. 36. Sobre as touradas em Portugal consulte-se Cascão, Rui, “Vida Quotidiana e Sociabilidade”, in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. V..., pp. 539-540.

<sup>476</sup> Consulte-se Elias, Norbert, *O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes*, volume I, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1994, pp. 189-202.

determinados procedimentos tidos como normais se tornassem, posteriormente, objecto de repulsa e consequente condenação. Este controlo da violência fez com que esta deixasse de ter tempos e espaços próprios de exteriorização. No entanto, havia momentos de maior condescendência e liberdade, que se traduziam no aligeiramento das regras habituais de conduta e estimulavam o homem a agir mais instintivamente.

Os serões, que se desenvolviam fora e dentro de portas, as festividades religiosas, bem como outras celebrações, constituíam ocasiões de um maior desregramento.<sup>477</sup> As autoridades administrativas, conhecedoras dessas tendências, preparavam-se para controlar as multidões recorrendo às forças policiais e militares. Romarias como a de Nossa Senhora da Agonia, em Viana do Castelo, do Senhor do Socorro, na freguesia da Labruja, e da Boa Morte, na freguesia da Correlhã, no concelho de Ponte de Lima, de Nossa Senhora da Peneda, no Soajo, ou de São Bento da Lagoa, na freguesia do Cerdal, concelho de Valença, devido à grande afluência de forasteiros, exigiam a presença de elevado número de efectivos militares.<sup>478</sup> No entanto, nem sempre estes se mostravam dispostos a acatar os pedidos de colaboração das autoridades administrativas, como se verificava habitualmente na festa em honra de Nossa Senhora da Agonia. Deste modo, os regedores e cabos de polícia, obrigados a intervir nos desacatos sem dispor do apoio e dos meios necessários, acabavam, muitas vezes, vítimas das agressões que tinham outros destinatários.

A experiência e o passar dos anos permitiram melhorar a actuação das autoridades na manutenção da ordem pública nestas ocasiões festivas. Basta atentar nas dificuldades com que se debatiam, na primeira metade do século XIX, durante os festejos em honra de Nossa Senhora da Agonia, aos quais acorriam largos milhares de pessoas movidas pelo desejo de divertimento, pela devoção ou pelo negócio. Nessa altura, a presença de assaltantes e o cometimento de roubos de grande envergadura, aliás bastante frequentes, constituíam os principais motivos de preocupação. Por sua vez, os relatos da segunda metade do século XIX dão-nos conta de pequenos delitos, mas que não perturbavam significativamente a ordem e o sossego público. A

---

<sup>477</sup> O elemento religioso estava quase sempre presente nas festas do Alto Minho. José da Silva Lima, referindo-se às festas que, actualmente, têm lugar nas aldeias do Minho, considera que “não são sem religião e sem ermida, como não são sem missa e sem sermão.” Confirme-se Lima, José da Silva, “A festa da aldeia e os sentidos. O caso do Alto Minho”, in Lima, José da Silva (coord.), *A Festa da Aldeia. Património Festivo Europeu. Actas do XX.º Atelier Eurethno...*, p. 70.

<sup>478</sup> Veja-se Martins, Moisés; Gonçalves, Albertino; Pires, Helena, *A Romaria de Nossa Senhora da Agonia. Vida e Memória da cidade de Viana...*, p. 23.

imprensa da época fazia eco disso mesmo. Em 1863, o jornal bissemanal, *O Vianense*, informava que “a ordem e o sossego publico não foi nem de leve alterado.”<sup>479</sup>

Por vezes, o risco de desacatos e cenas de violência durante algumas festividades ou em eventos que nelas tinham lugar, era de tal ordem que as autoridades administrativas se escusavam a conceder permissão para a sua realização. Por exemplo, em Setembro de 1854, o administrador do concelho de Paredes de Coura não autorizou a saída da procissão do adro da igreja, na festa em honra de Nossa Senhora das Dores, na freguesia de Paredes, por causa das desavenças entre os moradores.<sup>480</sup> Outras práticas, como o disparo de tiros ou o lançamento de fogo-de-artifício, estavam sujeitas à obtenção de licença junto das autoridades administrativas, a qual nem sempre era concedida. Em 1852, o governador civil de Viana do Castelo proibiu o uso de bacamartes em festas, devido aos incidentes que já se tinham registado com este tipo de armas.<sup>481</sup>

O sucesso da actuação das autoridades dependia da colaboração dos seus subalternos, nomeadamente regedores e cabos de polícia, e da articulação entre as diferentes forças de segurança envolvidas. Por outro lado, tinham consciência de que a presença de certos elementos podia funcionar como ingrediente instigador de comportamentos mais subversivos, servindo interesses particulares ou colectivos, sobretudo em momentos de maior agitação política.<sup>482</sup>

Cabia ao administrador do concelho, segundo o artigo 124.º, § 17, do Código Administrativo de 1836, zelar pela ordem e tranquilidade pública no decorrer de celebrações, festas e outras reuniões.<sup>483</sup> Porém, nem sempre as autoridades conseguiam combater os ímpetus mais agressivos que certos indivíduos revelavam nestas ocasiões. O álcool em excesso, as disputas motivadas por rifas e jogos clandestinos, o encontro com inimigos ancestrais, os namoricos mal sucedidos, entre outras razões, despertavam a agressividade adormecida e iniciavam um espectáculo de violência difícil de controlar, com cenas de pancadaria, que, de vez em quando, tinham desfechos dramáticos. Os momentos de convivência e júbilo, que eram proporcionados pelas festas e romarias, funcionavam, muitas vezes, como autênticas válvulas de

---

<sup>479</sup> Veja-se *O Vianense*, 20 de Agosto de 1863, n.º 807, não paginado.

<sup>480</sup> AHGCVC, *Administradores*, n.º 1.22.3.4-5, não paginado.

<sup>481</sup> AHGCVC, *Administradores*, n.º 1.22.3.4-5, não paginado.

<sup>482</sup> Veja-se Vaquinhas, Irene, *Violência, Justiça e Sociedade Rural. Os campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penamacor de 1858 a 1918...*, pp. 356-360.

<sup>483</sup> Confirme-se Código Administrativo Português..., p. 71.

escape para os indivíduos libertarem emoções e instintos recalcados, alimentados por rivalidades, ódios e sentimentos de vingança, que aguardavam a melhor oportunidade para se manifestarem.

De facto, as festas proporcionavam momentos de grande sociabilidade, estimulada pelo consumo desregrado de álcool, que, por sua vez, dava azo a comportamentos mais espontâneos e irreflectidos, mas nem sempre bem aceites.<sup>484</sup> A título ilustrativo, é de referir a desordem registada na romaria de S. Gonçalo, em Gondomil, que envolveu várias pessoas, tendo o administrador do concelho de Valença considerado o álcool a principal causa da contenda, ao afirmar ser “a causa primaria de tudo a embriaguez, a que estavam entregues.”<sup>485</sup>

De dia e de noite, decorriam as festas e romarias, com missas e procissões, verbenas e arraiais. Os distúrbios não tinham lugar unicamente no recinto das celebrações, mas também, como já referimos, nos caminhos de ida e volta. Às festividades, abertas a todos, acorriam pessoas oriundas de várias freguesias e lugares do concelho ou mesmo de municípios vizinhos. Não havia restrições sociais, económicas ou de outra natureza que impedissem a sua participação, o que fazia com que, nessas ocasiões, os caminhos fossem muito movimentados.

Apesar de as deslocações serem, por norma, feitas em grupo, a presença de testemunhas não inibia os indivíduos de ímpetos mais arrebatados de agredirem quem quer que fosse, como mostram os dois episódios a seguir analisados. Um deles envolveu João Luís, morador em Viana do Castelo, que, em Setembro de 1806, no regresso da romaria da Senhora das Necessidades, no termo de Barcelos, ao aperceber-se que João Francisco, também natural de Viana, estava a ser espancado, intrometeu-se na luta, acabando por ser atingido, apesar de na altura estar acompanhado por outras pessoas.<sup>486</sup> Também António Esteves, em Abril de 1869, ao regressar da romaria da Nossa Senhora da Cabeça, foi atacado por vários rapazes, presumivelmente por questões relacionadas com namoros.<sup>487</sup> Por vezes, a vítima acabava por se transformar em agressor. Foi o que aconteceu no regresso da romaria de São Bento, na freguesia de Fiães, em Julho de 1866, quando Florêncio da Costa Pinto saiu ao caminho a José

---

<sup>484</sup> Lima Bezerra criticou estes comportamentos excessivos associados aos momentos festivos que caracterizavam o quotidiano de homens e mulheres alto minhotos. Confirme-se Bezerra, Manuel Gomes de, *Os Estrangeiros do Lima*, vol. 2..., p. 11.

<sup>485</sup> AMV, *Administração do Concelho. Correspondência para o Administrador Geral, 1842-1844*, n.º 1.1.4.5, não paginado.

<sup>486</sup> ADVV, Tribunal da Comarca de Viana do Castelo, *Autos de querela*, n.º 5.9.4 Cx2 -1, fl. 14-15v.º.

<sup>487</sup> AHGCVC, *Criminalidade – 1869*, n.º 1.16.5-1, não paginado.

Rodrigues com o intuito de lhe bater. Este conseguiu tirar-lhe um pau argolado, que usou para o espancar.<sup>488</sup> Por outro lado, o encontro com moradores em freguesias rivais também servia de pretexto para desencadear a troca de agressões.

Não deixa de ser paradoxal que os tempos e lugares sagrados, onde devia imperar a sã convivência, fossem manchados por condutas pouco dignas. Alguns homens partiam para festas religiosas e romarias com um duplo objectivo: venerar o santo da sua devoção e, simultaneamente, movidos pelo desejo de vingança, achar aqueles com quem tinham contas a ajustar. O desfecho da contenda era imprevisível, até porque os assistentes tendiam a tomar partido pelos intervenientes, nomeadamente em função dos laços de natureza familiar, vicinal ou comunitária.

Assim, não é de estranhar que estes comportamentos fossem alimentando um ciclo vicioso que dificultava o fim da associação entre romaria e violência, uma vez que as vítimas de hoje se tornavam os agressores do ano ou da festa seguinte.<sup>489</sup>

Havia ainda outras tradições festivas, para além daquelas que visavam honrar os santos padroeiros, que, apesar do carácter religioso, davam azo a comportamentos pouco condizentes. Em Caminha, por exemplo, existia a prática antiga de, durante o período da Quaresma, se realizarem pequenas procissões, nas quais participavam vários grupos de rapazes que saíam para as ruas, em simultâneo, com pequenos nichos em forma de andores, designados de “charolas”, e com imagens de santos, de Jesus e Nossa Senhora, cantando versículos à Paixão e agradecendo às pessoas que lhes davam esmola. Numa das ocasiões, Brás, rapaz de 15 anos de idade, ao cruzar-se com outro grupo, avistou Joaquim dos Reis, com quem estava zangado, e, sem hesitar, atingiu-o com um pau. Em consequência da agressão, a vítima, de 14 anos de idade, acabou por falecer.<sup>490</sup>

---

<sup>488</sup> AMM, *Administração do Concelho, Registo da correspondência para o governador civil – 1866*, n.º 1.2.1.2, não paginado.

<sup>489</sup> Por exemplo, no dia dois de Agosto de 1870, quando decorria a romaria em honra de Nossa Senhora Madalena, na freguesia de Lindoso, foi assassinado Manuel Ribeiro. AHGCVC, *Correspondência recebida do Ministério da Justiça e dos Negócios Eclesiásticos*, n.º 1.15.5.7-1, não paginado. A dois de Setembro de 1838, na festa em nome de Nossa Senhora da Peneda, João Manuel Domingues, presidente do município do Soajo foi assassinado por Tomás Joaquim Codesso, por aquele lhe ter prendido os dois filhos. AHGCVC, *Administradores*, n.º 1.21.3.3-12, não paginado.

<sup>490</sup> AHGCVC, *Policia*, n.º 1.17.5.3-2, não paginado.

O Entrudo era igualmente uma época agitada e propiciadora da transgressão dos códigos morais e sociais. As folias, as graçolas e todo o tipo de festejos carnavalescos nem sempre eram bem recebidos, sendo às vezes interpretados como provocações que, inevitavelmente, desencadeavam cenas de violência.<sup>491</sup> Descantes, cornetadas e o arremesso de laranjas e pedras eram algumas das práticas correntes, em algumas localidades do Alto Minho, que podiam fazer perigar a ordem pública.<sup>492</sup> Em 1841, pelo Entrudo, foi participada ao governador civil a ocorrência de rixas em Caminha, Vila Nova de Cerveira e Ponte da Barca.<sup>493</sup>

Estas práticas, designadamente cornetadas e descantes, não eram exclusivas do Entrudo. Constituíam formas de *charivaris*, costumes populares que tinham como objectivo ridicularizar comportamentos sexuais tidos como desviantes, como os casamentos em segundas núpcias ou a imoralidade de algum dos membros da comunidade. As cornetadas, que visavam o casamento de viúvos, envolviam ainda outras práticas como choradeiras e enterros dissimulados dos viúvos que pretendiam casar em segundas núpcias. Em alguns locais, os tambores e as cornetas eram substituídos por chifres, que eram soprados, noite dentro, durante vários dias. O visado podia alinhar na brincadeira, pagando uma merenda aos seus promotores, ou então, quando não estava pelos ajustes, o caso podia complicar-se e descambar em pancadaria.

Havia uma certa aceitação pública destes costumes, que tinham uma componente lúdica. Sabemos que no concelho de Ponte de Lima, os descantes nocturnos eram permitidos pelas autoridades. No entanto, para os realizar era necessário obter uma licença do regedor da freguesia, que a devia conceder apenas a pessoas consideradas idóneas.<sup>494</sup> Estas práticas serviam, afinal, para denunciar aqueles que desrespeitavam as normas de conduta impostas pela comunidade, tornando-se os infractores em alvos de chacota e de brincadeiras.

Uma das formas de a própria sociedade controlar as condutas violentas dos seus membros e reduzir os níveis de agressividade era precisamente através da sua canalização para determinadas ocasiões, que serviam para extravasar as emoções e aliviar as tensões do dia-a-

---

<sup>491</sup> Acerca da condenação da Europa Católica, depois da Reforma, de certos festejos populares, como os jogos carnavalescos, leia-se Muir, Edward, *Fiesta y Rito en la Europa Moderna...*, pp. 174-175.

<sup>492</sup> Em Ponte de Lima, o arremesso de pedras e laranjas por pessoas adultas, mesmo por altura do Carnaval, implicava o pagamento de uma multa no valor de 200 réis. AMPL, *Projecto de reforma das posturas do município da vila e concelho de Ponte de Lima – 1849*, n.º 2.4.1.28, fl. 55v.º

<sup>493</sup> AHGCVC, *Registo dos officios dirigidos ao Ministério do Reino*, n.º 1.9.4-13, não paginado.

<sup>494</sup> AMPL, *Projecto de reforma das posturas do município da vila e concelho de Ponte de Lima – 1849*, n.º 2.4.1.28, fl. 56.

dia. Referimo-nos aos jogos, que, apesar do seu carácter lúdico, se transformavam, às vezes, em rituais de violência, aceites pelos seus intervenientes. Com excepção dos jogos de sorte e azar, que muitas vezes degeneravam em troca de agressões, eram consentidos apenas aqueles que exigiam astúcia e alguma destreza física, como o jogo do pau.<sup>495</sup>

Estes jogos constituíam uma oportunidade para o homem mostrar a superioridade da sua condição física e exhibir, perante os circunstantes, a sua virilidade, dispensando assim duelos e combates físicos. No século XVIII, mais propriamente em 1774, na freguesia de Santa Maria de Âncora, jogava-se ao jogo do pau, de arco e jogo de bola, para os quais se reuniam num sítio designado de Viso, opondo homens solteiros a casados.<sup>496</sup>

O administrador do concelho podia determinar a proibição desses divertimentos, caso surgissem comportamentos desordeiros. Foi o que aconteceu em 1836, na freguesia São Julião, quando José Gonçalves de Zevinhas e Francisco Martins estavam a jogar à bola e se desentenderam, originando uma zaragata. O administrador do concelho ordenou então ao regedor que não mais permitisse a realização daquele jogo na sua freguesia, dado o risco de desordens.<sup>497</sup>

A pretexto das lidas agrícolas, eram frequentes os serões, juntando homens e mulheres, onde o trabalho se misturava com o entretenimento. As danças e os cantares, as risotas e os mascarados transformavam esfolhadas e espadeladas, fiadas e carpiadas em momentos divertidos. Narciso Alves da Cunha dá-nos uma descrição das espadeladas alto minhotas:

“[...] Uma espadelada de noite, ao luar, é motivo de alvoroço e distracção campesina. Pouco depois do escurecer, porque o chic deste serviço está em ser feito à noite. Lá vão as raparigas, donairosas e esbeltas, armadas de cortiço e espadela, para a espadelada de «favor». Instaladas no sítio apropriado, começa a ouvir-se o tuc-tuc das espadelas [...]. Já lá vão aparecendo os rapazes da aldeia, uns mascarados e outros com harmónicas. No fim do trabalho, depois de ingerida a frugal refeição, organiza-se o bailarico”.<sup>498</sup>

---

<sup>495</sup> Sobre o jogo do pau leia-se Fatela, João, *O Sangue e a Rua. Elementos para uma antropologia da violência em Portugal (1926-1946)*..., pp. 132-135.

<sup>496</sup> Facto descrito na obra de Alves, Lourenço, *Caminha e o seu Concelho*..., p. 615.

<sup>497</sup> AMV, *Administração do Concelho. Registo da correspondência expedida para diversas autoridades*, n.º 1.1.4.30, não paginado.

<sup>498</sup> Cunha, Narciso C. Alves, *No Alto Minho. Paredes de Coura*, Paredes de Coura, Câmara Municipal de Paredes de Coura, 1879, pp. 221-223.

Tais encontros, que atraíam muita gente da aldeia ou do lugar, normalmente decorriam dentro das próprias casas ou em eiras e eidos. De vez em quando, descambavam em rixas, espancamentos e ferimentos graves. Em Julho de 1855, Antónia Maria, viúva, moradora na freguesia de Vitorino de Piães, do concelho de Ponte de Lima, organizou no eido da sua casa uma espadelada de linho, reunindo para o efeito homens e mulheres da aldeia, que se encontravam mascarados. Para animar o ambiente entre os convivas que se entretinham no trabalho do linho, a dona da casa decidiu mascarar-se. No meio da balbúrdia, surgiu um desconhecido que a atingiu com uma paulada mortal.<sup>499</sup>

Quando o serão era dominado por rapazes solteiros, a probabilidade de haver picardias era maior, provocadas por algum gracejo mais malicioso ou por uma brincadeira mal aceite. Mas também havia quem acesse a estes eventos com o único objectivo de encontrar e ajustar contas pendentes, tirando proveito da confusão que nessas ocasiões se instalava.<sup>500</sup> Em Outubro de 1851, na freguesia de Mazedo, concelho de Monção, os rapazes que participavam numa esfolhada, findo o trabalho, começaram a dançar na eira ao som da música. Um dos intervenientes, António Regueira, desagradado com a dança, sacou de uma navalha e feriu com gravidade Teotónio Alves do Rego. Francisco Ferreira, cúmplice do agressor, deu-lhe ainda uma paulada na cabeça, caindo a vítima inanimada no chão. O atacante e os companheiros acabaram por fugir, não sem antes dispararem alguns tiros com o intuito de amedrontar os presentes e dissuadir qualquer tentativa de perseguição.<sup>501</sup>

Estes serões rurais não eram bem vistos pelas autoridades locais, considerados, nas palavras do administrador do concelho de Valença, proferidas em 1862, como “um cancro que as corroe e um desassossego continuado para as famílias.”<sup>502</sup> Neste concelho, foi particularmente dura a imposição de proibições contra este tipo de reuniões nocturnas, acreditando-se que eram palco de comportamentos devassos e imorais, dando azo ao

---

<sup>499</sup> AMPL, *Administração do Concelho. Livro de registo da correspondência expedida para o governo civil*, n.º 2.2.1.15, não paginado.

<sup>500</sup> Foi o que fez José Alves de Carvalho, que, numa noite de Outubro de 1853, decorrendo uma esfolhada, dirigiu-se à casa de Ana Maria Afonso com o propósito de a agredir, mas não conseguindo, acabou por sovar dois indivíduos que o tentavam demover de tal intenção. ADV, *Tribunal da Comarca de Monção. Livro de registo de querelas*. Documento avulso.

<sup>501</sup> ADV, *Tribunal da Comarca de Monção. Livro de registo de querelas*. Documento avulso.

<sup>502</sup> AMV, *Administração do Concelho. Registo da correspondência expedida para diversas autoridades*, n.º 1.1.4.34, não paginado.



cometimento de violências provocadas por ciúmes e paixões. De acordo com o regulamento municipal daquela vila, foram interditos os serões que excedessem o número de seis participantes. O organizador do serão que desrespeitasse este limite tinha que pagar uma multa no valor de 200 réis, e os homens que nele fossem encontrados depois das nove horas da noite pagariam uma multa de 1.000 réis.<sup>503</sup>

Desde 1839 que as autoridades daquele concelho pugnavam contra a realização de serões, apoiando-se nas posturas municipais e nos regulamentos policiais. No ano seguinte, face à resistência demonstrada pelos habitantes das aldeias, novamente se comunicou aos regedores a proibição dos serões dentro de portas, sob pena de aplicação de uma multa de 2.000 réis para o dono da casa e de 500 réis para todos os participantes.<sup>504</sup>

Em 1842, reiteraram-se proibições e multas, dirigidas particularmente ao regedor da freguesia de Verdoejo, uma vez que

“[...] escandalosos factos presenciados nos seraos tem dado lugar a queixas e com causas porque a modéstia e a honestidade e virtude tem sido substituídas dentro dos seraos pela libertinagem, devassidão, imoralidade e murmuração.”<sup>505</sup>

A fiscalização destas reuniões era da competência do regedor e dos cabos de polícia, estando estes obrigados a fazer patrulhas nocturnas pelas aldeias. No entanto, estas rondas não eram de fácil concretização, desde logo porque os recursos humanos eram insuficientes. Sabemos que em 1842, no concelho de Ponte de Lima, em algumas freguesias existiam apenas dois cabos de polícia.<sup>506</sup> Também neste concelho eram proibidos os serões por altura das colheitas, por causa da presença de indivíduos mascarados e dos distúrbios que tinham lugar.<sup>507</sup> Todavia, nem a ameaça de multa e prisão era suficiente para demover a populações de organizar e participar nestes encontros, o que revela a sua resistência face às normas vigentes e às interdições estabelecidas pelas autoridades.

---

<sup>503</sup> AMV, *Posturas Municipais de Valença*, 1.17.3.1-19, não paginado.

<sup>504</sup> AMV, *Administração do Concelho. Registo da correspondência expedida para diversas autoridades*, n.º 1.1.4.30, não paginado.

<sup>505</sup> AMV, *Administração do Concelho...*, n.º 1.1.4.31, não paginado.

<sup>506</sup> AMPL, *Administração do concelho. Copiador dos officios dirigidos à Administração Geral*, n.º 2.2.2.43, não paginado.

<sup>507</sup> AMPL, *Projecto de reforma das posturas do município da vila e concelho de Ponte de Lima – 1849*, n.º 2.4.1.28, fl. 55v.º.

Portanto, coloca-se em causa a ideia defendida sobretudo pela escola da antropologia criminal, e por vários dos seus autores,<sup>508</sup> que estabelecia uma clara associação entre a criminalidade e o espaço urbano. Sustentava ainda que um dos factores determinantes do aumento de comportamentos delituosos seria a própria civilização, considerando que à medida que a sociedade se desenvolvia tendia a aumentar o número de delitos. Todavia, julgamos que a base para a explicação do agravamento da criminalidade tem a ver, antes de mais, com a criminalização da violência, em resultado dos avanços civilizacionais, criando-se assim a falsa aparência que os positivistas interpretavam como o resultado de um conjunto de fenómenos associados ao progresso, desde a industrialização, passando pela emigração, entre outros. Deste modo, a civilização não promove o aumento da criminalidade, mas considera como delituosas certas condutas que antes não eram condenadas. Esta realidade, por sua vez, será determinante para explicar a diminuição da violência nas sociedades ocidentais.

À medida que caminhamos no sentido da contemporaneidade, a violência diminui, vendo limitada a sua intervenção no quotidiano, em resultado de uma maior intervenção estatal, através dos seus mais diversos instrumentos administrativos, jurídicos e policiais. Em consequência deste processo, houve um aumento dos registos da criminalidade nos espaços urbanos, precisamente por ser nestes locais que as autoridades estavam sediadas e a vigilância ser exercida de forma mais efectiva, o que não significa que tenha existido um aumento da criminalidade.

### **5.1. 5. As feiras e os mercados**

As feiras alto minhotas, que tinham data marcada em diversas localidades, para além de animarem a economia local, serviam de pretexto para o ajuntamento das gentes do campo, que não perdiam a ocasião para comprar e vender produtos da terra, animais de criação, alfaias agrícolas, ou simplesmente para confraternizar. Namorava-se, cantava-se, dançava-se, mas também se cometiam excessos. Bebia-se e gritava-se em demasia, armavam-se zaragatas,

---

<sup>508</sup> Para Roberto Frias, à medida que a civilização avança, assiste-se não só a um aumento da criminalidade, como também ao aumento do número de alienados mentais. Frias, Roberto, *O Crime. Apontamentos para a Systematização da Criminalidade...*, p. 73. Basílio Freire partilhava da mesma perspectiva ao considerar, em finais do século XIX, mais propriamente em 1889, que "*Os crimes augmentam em todas as nações da Europa com uma regularidade e n'uma progressão assustadora.*". Freire, Basílio, *Estudos de anthropologia pathologica. Os criminosos...*, p. 75.

jogava-se, lançavam-se injúrias, procuravam-se inimigos viscerais, furtava-se, roubava-se, batia-se e levava-se. O dia de feira era um dia de excepção, de vivências bem distintas das que preenchiavam a rotina diária.

No século XIX, havia um elevado número de feiras nos vários concelhos que compõem o distrito de Viana do Castelo. Em 1861, entre feiras semanais, bimensais, mensais, bianuais e anuais, contabilizámos 63, repartidas por todo ano, ainda que algumas tivessem sofrido alterações na sua periodicidade.<sup>509</sup> Valença, Caminha, Valadares e Viana do Castelo tinham feiras semanais. Algumas, como a que se realizava na freguesia de Rubiães, no concelho de Paredes de Coura, foram extintas. Neste caso particular, o desaparecimento terá sido determinado pelo elevado número de furtos e constantes desordens que nela tinham lugar.<sup>510</sup>

Como podemos verificar através do quadro 14, mercados e feiras semanais, que decorriam nas sedes do concelho ou nas freguesias próximas, punham à disposição dos consumidores os mais variados produtos, incluindo os bens de primeira necessidade.

---

<sup>509</sup> A título de exemplo, a feira de Viana do Castelo, que era quinzenal até finais de 1823, passou a semanal, em finais desse ano. Confira-se Escaleira, José; Loureiro, José Carlos, *Feiras e Mercados de Viana. Cem anos de trocas, memórias e afectos, Viana do Castelo...*, p. 1823.

<sup>510</sup> Cunha, Narciso Alves da, *No Alto Minho. Paredes de Coura...*, p. 280.

**Quadro 14.** Feiras e mercados semanais do distrito de Viana do Castelo (1861)

Periodicidade	Localização	Produtos em circulação
Domingos	Vila de Valença	Cereais, legumes, aves, linho e estopa.
Terças-feiras	Vila de Valadares	Cereais, legumes, aves, linho e estopa
Terças-feiras	Largo da capela de São João Baptista na freguesia de Subportela (Viana do Castelo)	Cereais, legumes, aves, linho, estopa e gado <i>vaccum</i> .
Quartas-feiras	Barroselas, freguesia de Capareiros	Cereais, legumes, aves, linho, estopa, gado <i>vaccum</i> e suíno, algodão e quinquilharia.
Quartas-feiras	Vila de Caminha	Cereais, legumes, aves, linho, estopa, manteiga, “fazendas brancas”, chapéus, ferragem, gado <i>vaccum</i> e suíno e artefactos de ourivesaria.
Sextas-feiras	Cidade de Viana do Castelo	Cereais, legumes, aves, linho, estopa, manteiga, “fazendas brancas”, chapéus, ferragem, gado <i>vaccum</i> e suíno, e artefactos de ourivesaria.

Fonte: AMPL, *Administração do Concelho. Correspondência recebida*, n.º 8839.

A par das feiras existiam os mercados. Realizados com uma periodicidade variável, eram fundamentais para o abastecimento regular das populações, sobretudo nas comunidades de maior dimensão. No século XIX, o mercado de Viana era diário e o de Valença, por exemplo, era bissemanal.<sup>511</sup> De vez em quando, também eram palco de distúrbios e cenas pancadaria. Em 1840, no mercado de Viana, foram detidos José Pedro da Costa, do concelho de Caminha, e José Bento Correia, natural do concelho de Viana, em consequência da desordem em que se envolveram, que provocou ferimentos em José Pedro.<sup>512</sup> No dia 22 de Abril de 1869, no mercado de Ponte da Barca, foi gravemente ferido Francisco Rato, do concelho de Ponte de Lima, por questões relacionadas com ajustes de contas.<sup>513</sup>

<sup>511</sup> Oliveira, A. Lopes de, *Valença do Minho*, Póvoa do Varzim, Editora Poveira, 1978, p. 145.

<sup>512</sup> ADVC, *Administração do concelho. Registo da correspondência expedida*, n.º 5.16.4.14, não paginado.

<sup>513</sup> AHGCVC, *Criminalidade – 1869*, 1.16.5-1, não paginado.

Nas feiras bimensais, tal como nas semanais, eram mercadejados os mais variados animais e produtos que a terra produzia ou ajudava a criar, como se pode observar no quadro 15.<sup>514</sup>

**Quadro 15.** Feiras e mercados bimensais do distrito de Viana do Castelo (1861)

Periodicidade	Localização	Produtos em circulação
Dia 3	Vila de Arcos de Valdevez	Cereais, legumes, aves, linho, estopa, manteiga, "fazendas brancas", chapéus, ferragem, gado <i>vaccum</i> e suíno, artefactos de ourivesaria, gado, cavalos e cães.
Dia 3	Vila Nova de Cerveira	Cereais, legumes, aves, linho, estopa, manteiga, "fazendas brancas", chapéus, ferragens, gado <i>vaccum</i> e suíno, artefactos de ourivesaria, gado cavalor, muar e asinino.
Dia 4	Freguesia de Padornelo (Paredes de Coura)	Gado <i>vaccum</i> , cereais, fazendas de algodão e chapelaria.
Dia 5	Vila de Valença	Cereais, legumes, aves, manteiga, linho e estopa, "fazendas brancas", chapéus, ferragens, gados <i>vaccum</i> e suíno e ourivesaria.
Dia 7	Vila de Monção	Cereais, legumes, aves, manteiga, linho e estopa, "fazendas brancas", chapéus, ferragens, gados <i>vaccum</i> e suíno e ourivesaria.
Dia 8	Vila de Ponte da Barca	Cereais, legumes, aves, manteiga, linho e estopa, "fazendas brancas", chapéus, ferragens, gados <i>vaccum</i> e suíno e ourivesaria.
Dia 8	São Gabriel, freguesia de Fontoura (Valença)	Cereais e gado <i>vaccum</i> .
Dia 9	Espírito Santo, freguesia de Paredes (Paredes de Coura)	Cereais, legumes, aves, manteiga, linho e estopa, "fazendas brancas", chapéus, ferragens, gados <i>vaccum</i> , suíno, cavalor, muar, asinino e ourivesaria.
Dia 9	Vila de Melgaço	Cereais, legumes, aves, manteiga, linho e estopa, "fazendas brancas", chapéus, ferragens, gados <i>vaccum</i> e suíno cavalor, muar, asinino e ourivesaria.
Dia 10	Chã, freguesia de Loureda, concelho dos Arcos de Valdevez	Gado <i>vaccum</i> e aves.
Dia 12	São Bento da Lago, freguesia de Cerdal (Valença)	Cereais, legumes, aves, linho e estopa, gado <i>vaccum</i> .

<sup>514</sup> Sobre as feiras quinzenas que, no século XVIII, tinham lugar na Ribeira Lima, Lima Bezerra destacou, pela sua importância e variedade de produtos, as que eram realizadas em Ponte de Lima, Viana do Castelo, Arcos de Valdevez e Ponte da Barca. Além destas, havia ainda as feiras de São Julião de Freixo, Capareiros e de Paredes de Coura, que apresentavam uma oferta de produtos mais limitada. Bezerra, Manuel Gomes de Lima, *Os Estrangeiros do Lima*, vol. 2..., p. 13.

Dia 14	Vila dos Arcos de Valdevez	Cereais, legumes, aves, linho e estopa, "fazendas brancas", chapéus, ferragens, gado <i>vaccum</i> , cavalhar, muar, asinino e ovino e ourivesaria.
Dia 15	Freguesia de Padornelo (Paredes de Coura)	Gado <i>vaccum</i> , cereais, fazendas de algodão e chapelaria.
Dia 15	Castro Laboreiro (Melgaço)	Panos, "fazendas brancas" e de algodão, pano de linho e gado <i>vaccum</i> .
Dia 16	Vila Nova de Cerveira	Cereais e gado <i>vaccum</i> .
Dia 18	Vila de Valença	Cereais, legumes, aves, gado <i>vaccum</i> e suíno, linho e estopa, "fazendas brancas" e de algodão, ferragens, quinquilharias, louças de barro e ourivesaria.
Dia 20	Vila de Monção	Cereais, legumes, aves, gado <i>vaccum</i> e suíno, linho e estopa, "fazendas brancas" e de algodão, ferragens, quinquilharias, louças de barro e ourivesaria.
Dia 22	Vila de Ponte da Barca	Cereais, legumes, aves, gado <i>vaccum</i> e suíno, linho e estopa, "fazendas brancas" e de algodão, ferragens, quinquilharias, louças de barro e ourivesaria.
Dia 23	São Bento da Lagoã, freguesia de Cerdal (Valença)	Cereais, legumes, aves, gado <i>vaccum</i> , linho, estopa, em rama e em pano.
Dia 24	Espírito Santo, freguesia de Paredes (Paredes de Coura)	Cereais, legumes, aves, manteiga, linho e estopa, "fazendas brancas", chapéus, ferragens, serguilhas, gados <i>vaccum</i> , suíno cavalhar, muar, asinino e ourivesaria.
Dia 24	Vila de Melgaço	Cereais, legumes, aves, manteiga, linho e estopa, "fazendas brancas", chapéus, ferragens, serguilhas, gados <i>vaccum</i> , suíno cavalhar, muar, asinino, e ourivesaria.
Dia 26	Chã, freguesia de Loureda, (Arcos de Valdevez)	Gado <i>vaccum</i> e aves.
Dia 28	São Gabriel, freguesia de Fontoura (Valença)	Cereais, legumes, aves, gado <i>vaccum</i> , linho e estopa em rama e pano.
Nos dias últimos do mês	Castro Laboreiro (Melgaço)	Gado <i>vaccum</i> , panos e saragoças, pano de linho e "fazendas brancas".
2 <sup>as</sup> -feiras	Vila de Ponte de Lima	Géneros de todas as qualidades de consumo, gados de diferentes espécies, aves, linho estopa e lãs em rama, fiado e tecido, quinquilharias, ferragens, madeiras, objectos de indústria e ourivesaria.
2 <sup>as</sup> -feiras, de 15 em 15 dias, alternadas com Ponte de Lima	São Julião do Freixo (Ponte de Lima)	"Géneros de várias qualidades, gados de diferentes espécies, aves, linho e estopa e lã, tecido fiado e em rama."
4 <sup>as</sup> -feiras	São Martinho de Gandra (Ponte de Lima)	"Géneros de várias qualidades, gados de diferentes espécies, aves, linho e estopa e lã, tecido fiado e em rama."
Sábados	Lanheses (Viana do Castelo)	Gado <i>vaccum</i> , suíno, cereais, legumes, frutas, fazendas de algodão e quinquilharias.
Sábados, de 15 em 15 dias, alternadas com Lanheses	Gandra, freguesia de Santa Marinha de Moreira (Viana do Castelo)	Gado <i>vaccum</i> em grande quantidade, suíno, cereais, legumes, frutas, fazendas de algodão e quinquilharias.

Fonte: AMPL, *Administração do Concelho. Correspondência recebida*, n.º 8839.

Nas feiras semanais avultavam, como seria de esperar, os produtos do campo, já que a agricultura era a actividade económica prevalecente na região. No entanto, também não faltavam os vendedores ambulantes que punham à disposição dos fregueses todo o género de mercadorias, designadamente peças de ourivesaria, roupas, calçado, entre muitas outras. Com excepção da feira de Ponte de Lima, em nenhuma outra é referenciada a comercialização de “objectos de indústria”.

Podemos considerar a existência de diferentes formas de violência que se manifestavam nas feiras e cujas repercussões eram condicionadas pela natureza e intencionalidade dos contendores, que tanto podiam ser naturais da localidade como forasteiros. Assim, misturados com vendedores, compradores e curiosos, também apareciam os mendigos, vadios, ladrões e salteadores. Em Setembro de 1851, na feira de Ponte de Lima, à qual era frequente acudir gente proveniente não só das freguesias do concelho, mas de outros municípios, foi palco de uma escaramuça de graves proporções, que envolveu diversos moradores das freguesias de Sabadim e Ferreira, dos concelhos de Arcos de Valdevez e Paredes Coura, respectivamente. Os habitantes destas duas freguesias, que se detestavam, encontraram-se em território neutro e envolveram-se numa rixa, acabando por ser mortalmente ferido um dos contendores, Francisco José Fernandes, da freguesia de Sabadim.<sup>515</sup>

Os forasteiros eram encarados com grande desconfiança, sobretudo aqueles que circulavam sem passaporte. Conotados com a ladroagem, a vadiagem ou a deserção, eram os primeiros suspeitos de furtos e roubos que frequentemente tinham lugar nas feiras. Os “picadores de bolsas”, fossem homens, mulheres ou jovens, constituíam uma verdadeira praga para as forças da ordem e um pesadelo para os feirantes. Manuel Moreira, natural da vila da Feira, que chegou à feira de Ponte de Lima sem passaporte e sem apresentar justificação coerente para a sua deslocação àquela vila, foi acusado de roubo por um habitante de uma freguesia daquele concelho, pelo que foi detido.<sup>516</sup>

---

<sup>515</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino – 1851*, n.º 1.9.4-19, não paginado. Na feira mensal de S. Bento da Lagoa, que se realizava mensalmente na freguesia do Cerdal, concelho de Valença, Francisco Luís de Carvalho, oficial de diligências, foi barbaramente espancado por dois indivíduos do concelho de Coura, após terem tomado conhecimento de que fora o dito Francisco que noutros tempos lhe tinha dado ordem de prisão. AMV, *Administração do concelho. Correspondência para o administrador geral. 1840-1842*, n.º 1.1.4.12, não paginado.

<sup>516</sup> Manuel Sendim, que foi preso na feira de Ponte de Lima por suspeita de ser picador de bolsas, só após a sua detenção se averiguou que era desertor. AHGCVC, *Administradores*, n.º 1.21.3.4-6, não paginado.

Os autênticos fregueses ou os dissimulados, tanto conflituavam entre si como zaragateavam com os vendedores e tendeiros. É de salientar que em relação aos vendedores e aos tendeiros, também havia os verdadeiros e os disfarçados.<sup>517</sup> Em 1842, o regedor da vila de Valença teve conhecimento de que entre os tendeiros ambulantes que se dirigiam para a feira daquela vila vinha um “crescido número de ratoneiros e ladrões industriais, acubertando-se com o nome de vendilhões”.<sup>518</sup> Sob a capa de tendeiros, era possível a estes delinquentes obter passaportes, percorrer o país, cometendo roubos nas feiras e assaltos nas estradas. É igualmente de registar a atitude dos poderes locais na tentativa de imputar o cometimento de delitos a forasteiros e a determinados indivíduos ou grupos específicos, facilmente identificáveis, excluindo portanto o cidadão comum. Expressões como “homens rixosos”<sup>519</sup>, “homens destemidos, sem respeito as autoridades”,<sup>520</sup> ou “homens atrevidos, desmoralizados, espancadores por ofício”, eram utilizadas para identificar e caracterizar aqueles indivíduos e grupos, como se existisse um perfil pré-definido de pessoa propensa ao delito e à violência.

Esta percepção, comumente partilhada pelas autoridades do distrito, estava relacionada com ideia de que estes conflitos eram pontuais, facilmente controlados e debelados. Logo, as pessoas que acorriam às feiras não tinham nada a temer, porque os potenciais transgressores seriam denunciados ou inclusive detidos, caso infringissem as leis vigentes. Este discurso oficial permite-nos, de certo modo, entender esta desconfiança socialmente generalizada relativamente aos forasteiros. Consideradas as devidas exceções, conflitos, rixas e outras violências que ocorriam nas feiras tinham como protagonistas sobretudo membros da comunidade, decorrentes das relações de sociabilidade geradas no seio das mesmas.

Podemos ainda aludir aos desaguizados entre os próprios vendedores e entre estes e as autoridades tributárias. No dia 11 de Maio de 1854, na feira do gado de Paderne, houve alterações entre várias pessoas e o cobrador de um imposto municipal lançado pela câmara de

---

<sup>517</sup> Às feiras acorriam vendilhões, almocreves, entre outros, que praticavam um comércio itinerante. Confirme-se Mendes, J. Amado, “Comércio, transportes e comunicações”, in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. V..., p. 169.

<sup>518</sup> AMV, *Administração do concelho. Correspondência para o administrador geral. 1840-1842*, n.º 1.1.4.5, não paginado.

<sup>519</sup> AMPL, *Administração do concelho. Livro de registo da correspondência expedida para o governo civil*, n.º 2.2.1-12, não paginado.

<sup>520</sup> AMPL, *Administração do concelho. Livro de registo da correspondência expedida para o governo civil*, n.º 2.2.1-12, não paginado.



Melgaço sobre o gado que era transaccionado naquela feira. O cobrador vinha acompanhado por um cabo e 10 soldados do destacamento militar daquela vila. O povo, num gesto de revolta, apedrejou-os e escorraçou-os do recinto da feira.<sup>521</sup>

Em nove de Agosto de 1860, registaram-se vários conflitos na feira da freguesia de Paredes, concelho de Paredes de Coura. A fazer fé na versão das autoridades locais, as desordens foram provocadas pela recusa de alguns feirantes, a que outros se juntaram, de pagarem as contribuições municipais, o que motivou a intervenção das forças militares para controlar a situação. No entanto, veio-se a verificar que, afinal, os tumultos resultaram das irregularidades cometidas pela própria câmara municipal, que impôs tributos e arrematou a sua cobrança antes de serem aprovados pelo Conselho do Distrito. A ordem só foi restabelecida quando estes órgãos revogaram a postura que esteve na origem do tumulto. Este episódio, revelador da inoperância e da falta de preparação das autoridades locais, provocou alguma celeuma, e contribuiu para que tivesse sido ponderada a hipótese da anexação ou extinção do concelho de Paredes de Coura, dadas as “circunstâncias peculiares que com elle se dão.”<sup>522</sup>

As próprias autoridades também tinham consciência de que a sua actuação nas feiras e mercados podia prejudicar a ordem e a tranquilidade pública. Em 1856, o governador civil alertou o administrador do concelho de Ponte da Barca para que não se efectuassem diligências do contrato do tabaco nos dias de mercado, dada a pouca aceitação que estes funcionários tinham junto da população.<sup>523</sup> A sua presença, bem como, por exemplo, dos guardas do contrato do sabão, não era bem vista pelas populações, que reagiam intempestivamente às suas intervenções. Na feira de Freixo, concelho de Ponte de Lima, ocorreu um motim por causa da apreensão, efectuada pelos guardas do tabaco, de três pedaços de sabão de contrabando que uma mulher transportava consigo.

Estes tumultos, que aconteciam nas feiras, acabavam por ter um efeito de arrastão, envolvendo um grande número de intervenientes. As descrições destes episódios de violência mencionam sempre o envolvimento de 200 a 300 pessoas, factos só por si reveladores de algum exagero nas palavras dos narradores, por parecer inverosímil o envolvimento de um

---

<sup>521</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino – 1851*, n.º 1.9.4-19, não paginado.

<sup>522</sup> AHGCVC, *Portarias e ofícios do Ministério do Reino*, n.º 1.13.4.6-5, não paginado.

<sup>523</sup> AHGCVC, *Administradores*, n.º 1.25.1.1-15, não paginado.

número tão elevado de populares. Aliás, convém salientar que esta feira de Freixo era pródiga em situações de conflitualidade protagonizadas por “bêbados, ladrões e mal intencionados”.<sup>524</sup>

Distinguimos um outro nível de violência e conflituosidade nas feiras e mercados alto minhotos, protagonizada pelas autoridades policiais e militares responsáveis pela manutenção da ordem nesses espaços, que, no exercício das suas funções, também se envolviam com toda a espécie de contendores. Tratava-se, no entanto, de acções defensivas, justificadas pela necessidade de reposição da ordem e segurança num evento público e muito concorrido.

Os tumultos e as rixas, que ocorriam nas feiras, eram, em certa medida, o reflexo de um quotidiano naturalmente violento e resistente à intervenção do Estado, que, para impor a sua autoridade, recorria ao reforço da presença policial e militar. No entanto, a generalização e a persistência destes actos de insubordinação podiam ter repercussões negativas para a reputação das feiras e afastar vendedores e fregueses. Em 1850, perante uma série de desordens que agitaram as feiras do concelho de Paredes de Coura, o governador civil alertou o administrador para a necessidade de perseguir os responsáveis, dado que estas “começam adquirir uma triste celebridade pelos tumultos e espancamentos que ahi acontecem por descuido.”<sup>525</sup>

Durante o ano de 1869, ocorreram vários incidentes nas feiras de Ponte da Barca: em Junho, o subdelegado do julgado foi insultado e espancado; em Agosto foi agredido, no exercício das suas funções, o administrador do concelho; em Outubro, um grupo composto por 25 a 30 homens destratou e tentou agredir o regedor da vila e o escrivão. Os responsáveis pela força militar que tinha sido destacada para restabelecer a ordem, dada a incapacidade revelada pelas forças policiais para controlarem os arruaceiros, não deixaram de manifestar a sua estranheza pelo facto de os habitantes e as autoridades locais não conseguirem impedir as acções mais impetuosas de alguns indivíduos, embora o administrador do concelho sustentasse que não se tratava de apenas meia dúzia de desordeiros e que as perturbações não aconteciam apenas nos dias de feira.<sup>526</sup>

Muitos conflitos, tendo o seu início numa determinada feira, podiam estender-se à seguinte. Por exemplo, para uma das feiras do mês de Janeiro de 1864, em Ponte de Lima,

---

<sup>524</sup> AMPL, *Administração do concelho de Ponte de Lima. Copiador dos officios e circulares dos regedores*, n.º 2.1.5 cx 9-6, não paginado.

<sup>525</sup> AHGCVC, *Correspondência com os administradores dos concelhos. Janeiro de 1850 a Dezembro de 1850*, n.º 1.7.2.12, não paginado.

<sup>526</sup> AHGCVC, *Criminalidade – 1869*, 1.16.5-1, não paginado.

estava planeada uma grande zaragata, que colocaria em confronto um grupo armado de Ponte de Lima contra um outro de Ponte da Barca. Descoberta e travada a tempo pelo administrador do concelho, verificou-se que resultava de uma querela que tinha ocorrido na feira anterior.<sup>527</sup>

Devido à quantidade e à variedade de géneros comerciados em algumas feiras, havia uma espécie de segmentação das mesmas, com espaços próprios conforme a natureza das mercadorias expostas. Um dos recintos, que podia estar distanciado dos restantes, era destinado à feira do gado. No entanto, como se pode verificar no quadro 16, no Alto Minho, havia, inclusive, feiras destinadas apenas à transacção de gado bovino e de produtos pecuários, que, por norma, tinham uma periodicidade mensal.

**Quadro 16.** Feiras e mercados mensais do distrito de Viana do Castelo (1861)

Periodicidade	Localização	Produtos em circulação
Dia 1	Ponte do Mouro, freguesia de Barbeita (Monção)	Gado <i>vaccum</i> e cavalar
Dia 8	Chão, freguesia de Messegães (Monção)	Gado <i>vaccum</i> e objectos de mercearia
Dia 11	Milagres, freguesia de Cambeses (Monção)	Gado <i>vaccum</i>
Dia 13	Portela, freguesia de Riba de Mouro (Monção)	Gado <i>vaccum</i>
Dia 16	Santo António, freguesia de Longos Vales (Monção)	Gado <i>vaccum</i>
Dia 17	Merufe (Monção)	Gado <i>vaccum</i>
Dia 18	Paderne, (Melgaço)	Gado <i>vaccum</i>
Dia 19	São Bartolomeu, freguesia de Penso (Melgaço)	Gado <i>vaccum</i>
Dia 25	Horta, freguesia de Pias (Monção)	Gado <i>vaccum</i>
Dia 25	São Tiago de Vila Chã (Ponte da Barca)	"Géneros de primeira necessidade"
Dia 27	Santo Amaro, freguesia de Ceivães (Monção)	Gado <i>vaccum</i>
1ºs dias dos meses de Outubro, Novembro e Dezembro	Praça de Eiró, freguesia de Soajo, (Arcos de Valdevez)	Gado <i>vaccum</i> , cereais e géneros de consumo.

Fonte: AMPL, *Administração do Concelho. Correspondência recebida*, n.º 8839.

Nas feiras do gado, espaço dominado pelos homens, que empunhavam os seus varapaus para se apoiarem e para tanger os animais, o ambiente ficava mais tenso sempre que havia uma disputa ou alguém mostrava um comportamento mais arrebatado, sobretudo nos

<sup>527</sup> AHGCVC, *Administradores*, n.º 1.21.3.4-6, não paginado.

meses mais cálidos, quando os espíritos ficavam toldados pelo excesso de vinho. Em Julho de 1844, na feira de Ponte de Lima, quando o calor estava no auge, vários lavradores, que “estavam cheios de vinho, começaram a descarregar pauladas uns nos outros [...]”.<sup>528</sup> Eram usuais os conflitos na feira do gado desta vila. Armados dos seus cajados, os lavradores espicaçavam-se uns aos outros e desafiavam as autoridades, armando então autênticos arraiais de pancadaria.

Porém, esta violência não era exclusiva das feiras do gado de Ponte de Lima. Na freguesia de Capareiros, do concelho de Viana do Castelo, vários indivíduos envolveram-se numa desordem, da qual resultaram feridos.<sup>529</sup> Na vila Melgaço, em Setembro de 1843, também na feira do gado, registou-se um tumulto entre lavradores e empregados da alfândega.<sup>530</sup> Às vezes, estas cenas de violência tinham desfechos bem trágicos. Na feira de Paçô, concelho de Arcos de Valdevez, houve uma rixa que terá envolvido cerca de 200 pessoas. Tudo começou por causa de uns bois, acabando com vários ferimentos e a morte de um dos contendores, Joaquim José Lago, marchante de profissão.<sup>531</sup> As tentativas de ludibriar o freguês, de esconder os possíveis defeitos dos animais que se pretendia vender eram, entre outras razões, pretexto bastante para desencadear reacções agressivas.

**Quadro 17.** Feiras e mercados bianuais no distrito de Viana do Castelo (1861)

Periodicidade	Localização	Produtos em circulação
1 de Janeiro	Vila de Caminha	Gado <i>vaccum</i> e diversos géneros.
21 de Março	Vila dos Arcos de Valdevez	Gado <i>vaccum</i>
21 de Março	São Bento, freguesia de Seixas (Caminha)	Panos, “fazendas brancas”, géneros de consumo, artefactos de caldeireiros, funileiros, sapateiros, vidreiros, oleiros e de ourivesaria.
25 de Março	Paçô (Arcos de Valdevez)	Gado <i>vaccum</i> e linho.
11 de Julho	Vila dos Arcos de Valdevez	Gado <i>vaccum</i> .
11 de Julho	São Bento, freguesia de Seixas, (Caminha)	Panos, “fazendas brancas”, géneros de consumo, artefactos de caldeireiros, funileiros, sapateiros, oleiros e de ourivesaria.
15 de Agosto	Paçô (Arcos de Valdevez)	Gado <i>vaccum</i> e linho.

Fonte: AMPL, *Administração do Concelho. Correspondência recebida*, n.º 8839.

<sup>528</sup> AMPL, *Administração do Concelho. Copiador dos officios dirigidos à Administração Geral*, n.º 2.2.2.43

<sup>529</sup> ADVC, *Administração do Concelho. Registo da correspondência expedida*, n.º 5.16.4.14.

<sup>530</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do reino de Maio de 1843 a Junho de 1844*, n.º 1.9.4-14, não paginado.

<sup>531</sup> AHGCVC, *Correspondência com o ministério do Reino de Janeiro de 1848 a Junho de 1849*, n.º 1.9.4-17, não paginado.

A maioria das feiras anuais, mencionadas no quadro 18, encontrava-se associada a festas e romarias, como era o caso das que decorriam em Viana do Castelo, nos dias 18, 19 e 29 de Agosto, durante as festividades em honra de Nossa Senhora da Agonia; em Ponte de Lima, que também se prolongava por três dias; e no Cerdal, que ocupava dois dias e contava com a presença de cerca de largas centenas de pessoas.<sup>532</sup> Pela afluência de gentes e pela dimensão que assumiam, as feiras não eram apenas oportunidades de divulgação e dinamização das economias locais, mas também proporcionavam a manifestação de uma religiosidade latente.<sup>533</sup>

---

<sup>532</sup> Sobre as feiras anuais, acopladas às festividades e romarias, que tinham lugar no distrito de Braga, leia-se Capela, José Viriato; Borralheiro, Rogério, *A Feira da Ladra. Festas do Concelho de Vieira do Minho*, Braga, Edição da Câmara Municipal de Vieira do Minho, 2004, pp. 43-46.

<sup>533</sup> Nas Memórias Paroquiais de 1758, as feiras/romarias do Alto Minho que mereceram um maior destaque foram as de S. Bento de Alagoa, na freguesia de Cerdal, concelho de Valença; de Nossa Senhora dos Milagres, em Cambeses, Monção; a que tinha lugar em Longos Vales, também em Monção e a de Meixedo, freguesia de Viana do Castelo. Não podem ainda deixar de ser nomeadas as festas em honra de Nossa Senhora da Penéda, de S. Bento em Arcos de Valdevez e a realizada em honra de Nossa Senhora da Agonia, uma vez que a estas festividades estavam associadas importantes feiras. Confirme-se Capela, José Viriato, "Feiras e mercados", in Capela, José Viriato (coord.), *As Freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património...*, pp. 618-619.

**Quadro 18.** Feiras e mercados anuais do distrito de Viana do Castelo (1861)

Periodicidade	Localização	Produtos em circulação
17 de Janeiro	Oliveira (Arcos de Valdevez)	Gado <i>vaccum</i> .
18, 19 e 20 de Agosto	Campo da Agonia (Viana do Castelo)	"Os mesmos objectos que nas feiras ordinárias, acrescentando-se lã e cavalgadas."
24 de Agosto	Vila de Ponte da Barca	Linho e géneros de consumo.
19, 20 e 21 de Setembro	Vila de Ponte de Lima	"Géneros de várias qualidades e de consumo, gados das diferentes espécies, aves, linho estopa e lã em rama fiado e tecido, quinquilharias, ferragens, madeiras, artefactos de ourivesaria e indústria."
1 de Novembro	Vila de Caminha	Gado <i>vaccum</i> e géneros.
1 e 2 de Novembro	São Bento da Lagoa, freguesia de Cerdal (Valença)	Gado de toda a espécie principalmente cavalar, cereais, legumes, aves, linho, estopa e lã, "fazendas brancas" e de algodão.
2ª oitava de Páscoa	Vale (Arcos de Valdevez)	Gado <i>vaccum</i> .
2ª feira depois do domingo de Páscoa	Gontinhães (Caminha)	Gado <i>vaccum</i> , pão, vinho e doces.
1º sábado, domingo e 2ª feira de Junho	São Julião do Freixo (Ponte de Lima)	Gado <i>vaccum</i> , pão, vinho e doces.

Fonte: AMPL, *Administração do Concelho. Correspondência recebida*, n.º 8839.

As feiras, tal como as festas e romarias, arrastavam centenas de camponeses até aos espaços urbanos, que se transfiguravam com a presença de multidões fervilhantes e todo o género de produtos agrícolas. Muitas vezes, os aldeãos eram objecto do olhar reprovador e do desprezo daqueles que se recusavam a condescender com a quebra da pacatez e das normas que regulavam o seu quotidiano.

Com o passar do tempo, o popular foi sendo remetido para o campo da etnografia. Os valores burgueses afirmam-se à medida que percorremos a centúria de oitocentos e, como resultado, verificamos a imposição de uma dicotomia, cada vez mais vincada, entre o público e o privado, o exterior e o interior, a casa e a rua. Separam-se os mundos e a mesclagem social fica mais distante, evidenciada precisamente através das formas de sociabilização e dos comportamentos por ela gerados.<sup>534</sup>

---

<sup>534</sup> Loureiro, José Carlos de Magalhães, "A participação popular nas manifestações religiosas e o discurso das elites urbanas oitocentistas", in *Cadernos Vianenses*, tomo 32, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 2002, pp. 143-170.

## 5.2. A violência dentro de portas

### 5.2.1. A casa

Enquanto cenário de violências e transgressão, importa distinguir entre a casa urbana e a casa rural. Esta diferenciação, visível, por exemplo, na configuração arquitectónica, implicava o desenvolvimento de diferentes formas de sociabilidade e de aproveitamento do espaço interior da residência e da sua relação com o exterior. Por outro lado, o conceito de casa apresentava um sentido mais lato e abrangente para as gentes do campo do que para os habitantes das sedes de concelho.<sup>535</sup> Para estes, as habitações eram sobretudo espaços de consumo e fruição, além de, circunstancialmente, funcionarem como locais de trabalho. No campo, funcionavam, simultaneamente, como espaços de produção e de consumo, em consequência da estreita conexão de base sinalagmática entre a terra e a casa: os agentes da casa trabalhavam as propriedades que a integravam e estas garantiam-lhe a subsistência.<sup>536</sup> Sendo um instrumento para amanho a terra, a casa rural surge mais virada para o exterior, composta pela eira e pelos anexos agrícolas, onde cohabitavam o homem e o animal, numa partilha promíscua da espacialidade doméstica.<sup>537</sup>

Salvaguardadas as devidas diferenças, podemos verificar, através dos gráficos 14, 15 e 16, um evidente predomínio dos delitos contra a propriedade, que tinham como cenário a casa, independentemente da sua localização geográfica, embora o *modus operandi* do criminoso pudesse ser distinto.

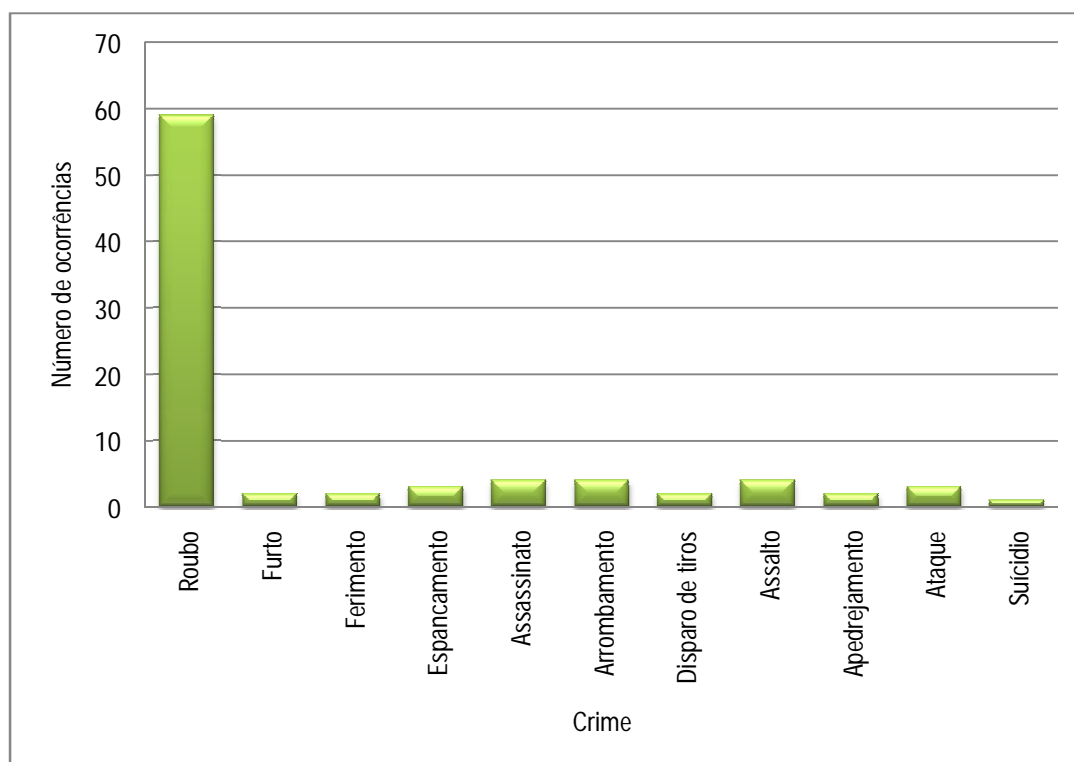
---

<sup>535</sup> Segundo João de Pina Cabral, para o camponês, o conceito de casa estende-se às suas terras, animais, estruturas, família presente, ausente e inclusive familiares já falecidos. Cabral, João de Pina, *Filhos de Adão, Filhas de Eva. A visão do mundo camponesa no Alto Minho...*, p. 65. Na perspectiva de Tomás Mantecón, a casa “era en la Cantabria rural de los siglos XVII y XVIII un centro de posesiones materiales, un espacio limitado por muros y techumbre, cerrado sobre sí, dominado por un grupo humano que se formaba a partir de una sociedad conjugal, un centro generador y distribuidor de solidaridad y servicios, entre éstos los de protección y disciplina.” Confira-se Mantecón Movellán, Tomás Antonio, *Conflictividad y disciplinamiento social en la Cantabria rural del Antiguo Régimen...*, p. 83.

<sup>536</sup> Sobre a ligação entre a terra e a casa no Alto Minho veja-se Cabral, João de Pina, “Comentários críticos sobre a casa e a família no Alto Minho rural”, in *Análise Social*, vol. XX (81-82), 1984 – 2.º e 3.º, pp. 263-284.

<sup>537</sup> Veja-se Perrot, Michelle, “Maneiras de habitar”, in Duby, Georges; Ariés, Philippe (dir), *História da Vida Privada. Da Revolução à Grande Guerra*, vol. 4..., pp. 71-82. Consulte-se igualmente Saraiva, Clara, “Casar em casa”: A organização familiar numa comunidade no litoral minhoto”, in *Cadernos Vianenses*, Viana do Castelo, 1995, p. 31.

**Gráfico 14.** Crimes cometidos em casa (1839-1845)

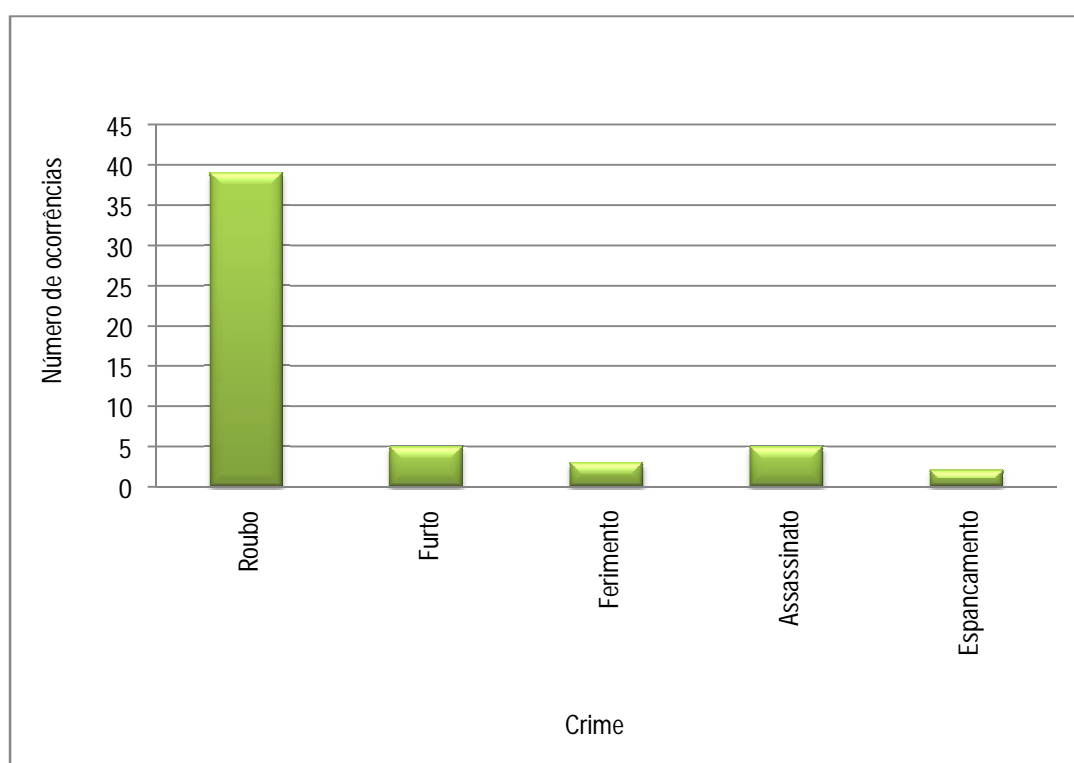


Fontes: *Registo dos officios para o Ministério de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12; *Registo dos officios dirigidos ao Ministério do Reino*, n.º 1.9.4.13; *Correspondência com o Ministério do reino de Maio de 1843 a Junho de 1844*, n.º 1.9.4.14; AHGCVC, *Correspondência do Ministério do reino - 1 Julho de 1844 a 31 de Dezembro de 1845*, n.º 1.9.4.15.

Através da visualização do gráfico 15, também constatamos que, após um recrudescimento do número de roubos que visavam o espaço doméstico, no período compreendido entre 1848 e 1851, se assistiu ao crescimento desta actividade ilícita entre os anos de 1852 e 1855, sendo o roubo e o furto os delitos que se relacionavam com o contexto económico em que os prevaricadores se inseriam, o que podemos inferir a partir da ligação entre as ocorrências e os objectos roubados.

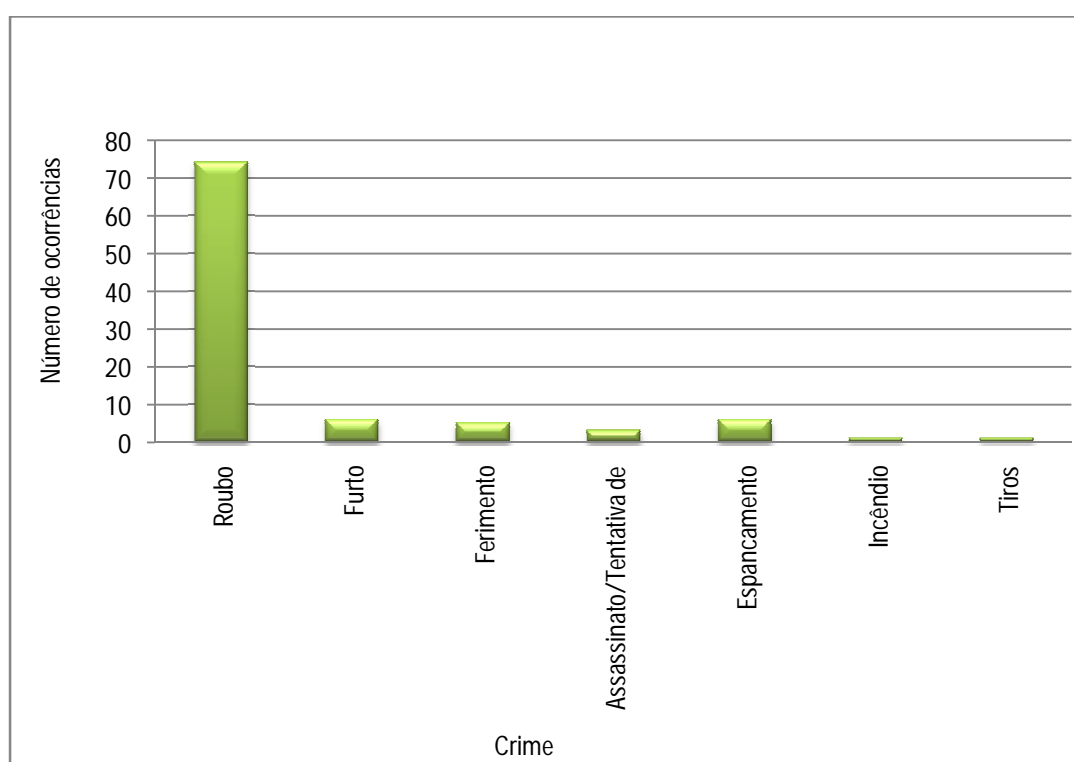


**Gráfico 15.** Crimes cometidos em casa (1848-1851)



Fonte: AHGCVC, *Correspondência com o ministério do Reino de Janeiro de 1848 a Junho de 1849*, n.º 1.9.4-17; *Correspondência com o ministério do reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4-18; *Correspondência com o Ministério do Reino – 1851*, n.º 1.9.4-19.

**Gráfico 16.** Crimes cometidos em casa (1852-1855)



Fonte: AHGCVC, *Correspondência com o ministério do reino Janeiro de 1852 a Fevereiro de 1853*, n.º 1.9.4.20; *Correspondência com o ministério do reino Março 1853-Janeiro 1854*, n.º 1.9.4.21; *Correspondência com o ministério do reino Fevereiro de 1854* – n.º 1.9.4.22; *Correspondência Com O Ministério do Reino de Janeiro a Dezembro de 1855*, n.º 1.9.4.23.

Note-se que o aumento desta actividade, no período compreendido entre 1848 e 1851, coincide com o fim de um ciclo negativo na economia portuguesa, materializado na crise financeira que se arrastava desde finais da centúria de setecentos.<sup>538</sup> Verificamos, paralelamente, uma diminuição acentuada do número de furtos de víveres e de roupa, como se pode ver nos quadros 19 e 20, o que poderia indiciar uma melhoria da situação socioeconómica dos grupos sociais que se encontravam numa situação mais precária, dado serem estes os que mais furtavam em casas particulares, muitas vezes com o intuito de obter agasalho para cobrir os corpos e alimento para enganar a fome.

**Quadro 19.** Objectos roubados das casas do distrito de Viana do Castelo (1839 e 1845)

Objecto	Frequência com que foi alvo de roubo
Dinheiro	17
Objectos de ouro e prata (jóias, objectos de adorno, peças de decoração)	8
Panos, fazendas e linhos	7
Roupa branca e de cor	17
Viveres	8
Milho, feijão e trigo	5
Tachos	1
Pistolas	1
Cera	1
Relógio	3
Gado	1
Objectos não especificados	3

Fontes: AHGCVC, *Registo dos officios para o Ministério de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12; *Registo dos officios dirigidos ao Ministério do Reino*, n.º 1.9.4.13; *Correspondência com o Ministério do reino de Maio de 1843 a Junho de 1844*, n.º 1.9.4.14; *Correspondência do Ministério do reino - 1 Julho de 1844 a 31 de Dezembro de 1845*, n.º 1.9.4.15.

<sup>538</sup> Mata, Maria Eugénia, "As crises financeiras no Portugal contemporâneo uma perspectiva de conjunto", in Matos, Sérgio Campos, *Crises em Portugal nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, pp. 33-55.

**Quadro 20.** Objectos roubados das casas do distrito de Viana do Castelo (1848-1851)

Objecto	Frequência com que foi alvo de roubo
Dinheiro	12
Objectos de ouro e prata (jóias, objectos de adorno, peças de decoração)	10
Panos, fazendas e linhos	1
Roupa branca e de cor	9
Viveres	1
Milho, feijão e trigo	2
Louças	1
Gado	1
Objectos não especificados	3

Fonte: AHGCVC, *Correspondência com o ministério do Reino de Janeiro de 1848 a Junho de 1849*, n.º 1.9.4-17; *Correspondência com o ministério do reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18; *Correspondência com o Ministério do Reino – 1851*, n.º 1.9.4-19.

Os pobres, dados os seus poucos recursos, gastavam o que tinham sobretudo na alimentação, pouco ou nada sobrando para comprar roupas, pelo que se viam obrigados a recorrer às instituições de caridade, como as Misericórdias, ou ao auxílio de particulares.<sup>539</sup>

Para calcular os prejuízos causados pelos furtos, fazia-se a distinção entre a roupa de cor e a roupa branca, entre a roupa de vestir e a roupa de cama. Furtavam-se coletes, jaquetas, calças, camisas, capotes, vestidos e lenços,<sup>540</sup> retirados de arcas e baús, que, por vezes, eram transportados pelos ladrões com todo o recheio que guardavam, incluindo o dinheiro que escondiam. A Francisco Antas foi roubada uma arca que continha dinheiro no valor de 2.000 réis e algumas peças de roupa.<sup>541</sup> Em 1844, em Vila Nova de Cerveira, o padre Casimiro ficou sem uma arca cheia de roupa.<sup>542</sup>

---

<sup>539</sup> Leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *Rituais de caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2003, pp. 273-307.

<sup>540</sup> O lenço integrava a indumentária não apenas dos mais abastados, tendo-se generalizado o seu uso às restantes classes sociais no decorrer da centúria de quatrocentos. Oliveira, Fernando, *O Vestuário Português ao tempo da Expansão – séculos XV e XVI*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para os Descobrimentos Portugueses, 1991, pp. 30-31.

<sup>541</sup> AHGCVC, *Registo dos officios dirigidos ao Ministério do Reino*, n.º 1.9.4-13, não paginado.

<sup>542</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do reino de Maio de 1843 a Junho de 1844*, n.º 1.9.4-14, não paginado.

No que concerne aos alimentos roubados, sobressaía a carne de porco e seus derivados, designadamente presuntos, salpicões, toucinho e unto, bem como o azeite, o sal e as broas de milho. Aliás, este cereal era dos mais abundantes nas casas alto minhotas, o que justifica a presença do pão de milho entre os alimentos mais surripiados.<sup>543</sup> A carne raramente aparecia na mesa das gentes de poucas posses, o que, decerto, estimularia a cobiça e o consequente roubo de carne alheia.

**Quadro 21.** Objectos roubados das casas do distrito de Viana do Castelo (1852-1855)

Objecto	Frequência com que foi alvo de roubo
Dinheiro	34
Objectos de ouro e prata (jóias, objectos de adorno, peças de decoração)	28
Panos, fazendas e linhos	11
Roupa branca e de cor	29
Viveres	12
Milho, feijão e trigo	3
Louça	1
Vinho	3
Objectos não especificados	7

Fonte: AHGCVC, *Correspondência com o ministério do reino Janeiro de 1852 a Fevereiro de 1853*, n.º 1.9.4.20; *Correspondência com o ministério do reino Março 1853-Janeiro 1854*, n.º 1.9.4.21; *Correspondência com o ministério do reino Fevereiro de 1854* – n.º 1.9.4.22; *Correspondência Com O Ministério do Reino de Janeiro a Dezembro de 1855*, n.º 1.9.4.23.

Entre Janeiro de 1852 e Dezembro de 1855, das casas alto minhotas foram pilhados sobretudo dinheiro, jóias e objectos de ouro e prata, sendo os cordões, contas e brincos os bens mais cobiçados. Para as mulheres, independentemente da sua categoria social, a posse e exibição de adereços de ourivesaria conferia prestígio e funcionava como elemento de afirmação social. Os objectos valiosos eram furtados não apenas das habitações, mas também de igrejas e santuários.<sup>544</sup> Julgamos que eram particularmente apetecíveis, não só pelo seu valor intrínseco e

<sup>543</sup> Consulte-se Veloso, Carlos, *A alimentação em Portugal no século XVIII, nos relatos dos viajantes estrangeiros*, Coimbra, Minerva - História, 1992, p. 55.

<sup>544</sup> Veja-se o caso do Santuário de Porto de Ave, no Baixo Minho, alvo da acção de larápios, atraídos pelas grandes quantidades de ouro e prata que eram entregues no santuário sob a forma de dádivas. Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Confraria de Nossa Senhora de Porto de Ave. Um itinerário sobre a religiosidade popular do Baixo Minho*, Braga, Confraria de Nossa Senhora de Porto de Ave, 2006, pp. 165-166. Mesmo as mulheres de poucas posses usavam

pela relevância social que a sua posse conferia, mas também pela facilidade com que podiam ser transacionados e transformados através de processos de fundição, impedindo a sua identificação pelos legítimos proprietários. Tratava-se de delitos que não eram praticados por larápios inexperientes e imberbes, mas por grupos organizados, que, de forma premeditada e por vezes violenta, obtinham proveitos avultados.

Em 1851, registou-se na freguesia de Venade, concelho de Caminha, um assaltado de grande monta:

“[...] foi atacada a casa de Maria e sua irmã, tendo aí sido furtados um bom cordão de ouro, dois pares de brincos, e uma joia vulgarmente chamada de breve, também do mesmo metal, tres mil reis em dinheiro e algumas alfaías e outros objectos do mesmo valor. Dentro da casa entrarão 5 ladrões armados de clavinhas, pistolas e facas, vestidos com o uniforme dos guardas do contrato do tabaco, pólvora e Sabão, ficando de fora outros salteadores, segundo as duas irmãs, que também afirmaram não conhecer os ladrões, que entraram sem mascarar.” <sup>545</sup>

Assiste-se, por outro lado, ao aparecimento do vinho entre os alvos de furto. Esta novidade está, por certo, relacionada com o aumento do consumo desta bebida em Portugal durante a segunda metade do século XIX, acompanhando, aliás, a tendência europeia, em consequência de novos hábitos, como a ida à taberna, bem como do incremento da produção vinícola coincidente com um aumento do poder de compra das populações. Além doutras bebidas alcoólicas, como a aguardente, assiste-se, então, à vulgarização do consumo do vinho, presente nas mesas de todos os estratos sociais.<sup>546</sup>

O aumento do número de furtos e roubos pode estar relacionado com a instabilidade económica, sentida entre 1853 e 1857, sobretudo na actividade agrícola, atingindo todos os seus sectores, nomeadamente a produção de vinho e cereais, que teria causado forte impacto nas condições de vida dos camponeses, agravando as dificuldades em garantirem a sua

---

objectos e peças de joalharia. Confira-se Sousa, Gonçalo de Vasconcelos e “A Joalharia portuguesa dos séculos XVIII e XIX à luz da documentação”, in *Museu*, IV série, n.º 3, 1995, pp. 115-186.

<sup>545</sup> AHGCVC, *Correspondência com o ministério do reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18, não paginado.

<sup>546</sup> Sobre o aumento do consumo de álcool a partir da segunda metade do século XIX veja-se Vaquinhas, Irene, *Violência, Justiça e Sociedade Rural. Os campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918...*, pp. 415-118 e Silva, Susana Paula Franco Serpa, *Violência, Desvio e Exclusão na Sociedade Micaelense Oitocentista (1842-1910)*, vol. I..., pp. 375-382.

subsistência. O furto de víveres seria, por isso, a solução para resolver as adversidades com que se debatiam.<sup>547</sup>

O predomínio de delitos contra a propriedade radica na concepção da casa como repositório de víveres, dinheiro, jóias, roupa de vestir e da casa, utensílios e louças. Todos estes bens, independentemente da quantidade e do seu estado de conservação, eram muito cobiçados, dada a situação de miséria em que vivia grande parte da população.<sup>548</sup> Por outro lado, a fragilidade e a falta de segurança das casas facilitavam o acesso dos ladrões. Em Viana do Castelo, em 1851, foi assaltada a casa de Maria Teresa da Costa. Segundo as autoridades, os ladrões terão entrado sem qualquer dificuldade “por ser pouco segura e levaram algumas roupas de vestir e de cama no valor de 24.000 reis, que a dona da casa Maria Teresa da Costa ali tinha guardadas.”<sup>549</sup> Igualmente em Viana do Castelo, no ano anterior, uma outra casa, habitada por uma mulher e os dois filhos, foi alvo da acção de ladrões, cuja tarefa foi facilitada por um conjunto de circunstâncias: “A hora a que o delito ocorreu, o facto de a rua ser pouco povoada e a falta de segurança da casa, que por um quintal apresenta fácil acesso e o silêncio dos ladrões fizeram com que este acto não fosse sentido”.<sup>550</sup>

Para entrarem nas habitações, os salteadores arrombavam portas e janelas, destruíam telhados, recorriam a gazuas, machados e chaves falsas. Em muitos casos, os proprietários também revelavam negligência à mistura com algum excesso de confiança, pois ausentavam-se deixando as janelas escancaradas e as chaves nas portas ou escondidas em locais demasiado prováveis. Por exemplo, Isabel Alves saiu para a missa, deixando em casa duas crianças sozinhas. Fechou a porta, mas a chave ficou na fechadura. Passado algum tempo, a ama das

---

<sup>547</sup> Veja-se Martins, Conceição Andrade, “Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913)”, in *Análise Social*, vol. XXXII (142), 1997, pp. 494-495.

<sup>548</sup> Relatos baseados no I Inquérito à habitação rural mostram que, ainda na primeira metade do século XX, o interior das casas minhotas era muito pobre: “[...] as roupas da casa “nem por sombras são suficientes para a satisfação do mínimo necessário”, as mantas são “trapos remendados todos os dias, para que não se desfaçam” e os objectos de cozinha são “tão só os precisos e bem primitivos”. Relatos dos inquiridores Fonseca Jorge e Laborde Basto perante a miséria material destas casas. Veja-se Leal, João, *Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e Identidade Nacional*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2000, p. 152.

<sup>549</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino*, 1851, n.º 1.9.4-19, não paginado.

<sup>550</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18, não paginado.

crianças viu entrar um homem em casa sem qualquer dificuldade, levando alguns pertences que estavam guardados numa gaveta.<sup>551</sup>

Os furtos tinham lugar, na maioria das vezes, quando os donos das casas estavam ausentes, o que nos leva a concluir que não eram delitos de ocasião, mas premeditados. Nas descrições deste tipo de crimes são frequentes as expressões alusivas à ausência dos residentes: “quando o dono da casa estava no teatro”;<sup>552</sup> “foram roubadas duas mulheres, na casa em que viviam, na altura em que passavam o serão na casa de uma vizinha”;<sup>553</sup> “roubo de 7.000 réis em dinheiro, duas camisas e um par de calças, em casa de um indivíduo, que aquando do roubo se achava na igreja”;<sup>554</sup> “roubaram a um lavrador, vários objectos de ouro no valor de 76.800 réis, quando trabalhava no campo, com os seus familiares”;<sup>555</sup> “tendo o dono saído para a feira de Lanheses”;<sup>556</sup> “foi assaltada a casa de João Afonso Monte em a noite de 23 para 24 de Junho, quando este estava a pescar com o seu genro no rio Minho”.<sup>557</sup>

Os restantes delitos estudados ocorriam, frequentemente, em consequência da invasão do espaço doméstico, dando origem a facadas, espancamentos e tiros. Em 1845, em Ponte da Barca, a residência de Narciso de Castro foi assaltada por quatro ladrões. O criado da casa, que resistiu à investida, acabou por falecer na sequência dos ferimentos provocados por facadas e tiros.<sup>558</sup> Em 1850, verificou-se uma ocorrência com um desfecho ainda mais trágico. Quando se encontrava sozinha, com um bebé de 11 meses, Ana Maria, mulher viúva, tentou impedir o

---

<sup>551</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18, não paginado.

<sup>552</sup> AHGCVC, *Registo dos officios para o Ministério de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840* n.º 1.9.4.12, não paginado.

<sup>553</sup> AHGCVC, *Registo dos officios para o Ministério de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840* n.º 1.9.4.12, não paginado.

<sup>554</sup> AHGCVC, *Registo dos officios para o Ministério de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840* n.º 1.9.4.12, não paginado.

<sup>555</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18, não paginado.

<sup>556</sup> ADV, *Administrador do concelho de Viana do Castelo. Officios dirigidos ao Governador Civil deste districto*, n.º 5.16.2.2, não paginado.

<sup>557</sup> AHGCVC, *Correspondência do Ministério do reino - 1 Julho de 1844 a 31 de Dezembro de 1845*, n.º 1.9.4.15, não paginado.

<sup>558</sup> AHGCVC, *Correspondência do Ministério do Reino - 1 Julho de 1844 a 31 de Dezembro de 1845*, n.º 1.9.4.15, não paginado.

assalto à sua residência. Acabou por ser assassinada, tendo as suspeitas sobre a autoria do crime recaído sobre um cesteiro de nacionalidade espanhola.<sup>559</sup>

A situação das mulheres sós, solteiras, viúvas, ou cujos maridos estavam ausentes, era de grande fragilidade. Para além de terem que suportar os murmúrios e a desconfiança dos vizinhos, também eram alvos apetecíveis para os gatunos. Num microcosmo de fácil previsibilidade dos ritmos diários de cada membro da comunidade, as mulheres desprotegidas ficavam ainda mais vulneráveis perante os ataques de conhecidos que, aproveitando a sua solidão e a pretexto de desavenças por resolver, invadiam as suas moradias, as violentavam e espancavam. Em 1826, Domingos Gonçalves foi visto, por várias testemunhas, a entrar na casa de uma mulher cega, armado de um pau, pronto para a espancar. Apesar de socorrida pelos vizinhos, sofreu várias pisaduras e mazelas.<sup>560</sup>

Nas pequenas comunidades, todos se conheciam e estavam a par da capacidade económica de cada um, nomeadamente quando, por algum motivo, a economia familiar tinha sido entregue à mulher. Durante o período compreendido entre Janeiro de 1848 e Dezembro de 1851, 23,1% das casas roubadas eram habitadas apenas por elementos do sexo feminino. Esta percentagem subiu para 23,7%, entre Julho de 1839 e Setembro de 1845, descendo para 13,5%, entre Janeiro de 1852 e Dezembro de 1855. Trata-se de valores consideráveis, tendo em conta que nem sempre o sexo da vítima destes delitos era registado.

O conhecimento pormenorizado das rotinas dos potenciais alvos permitia aos larápios uma preparação cuidada das suas investidas, se bem que, por vezes, nem mesmo a presença dos donos da casa tinha qualquer efeito dissuasor. Em Maio de 1834, na freguesia de Rio Cabrão, no concelho de Arcos de Valdevez, António Fernandes apareceu na residência de Caetano José de Araújo Martins, pedindo-lhe comida e bebida. Depois de ter saciado a fome e a sede, saiu de casa, mas regressou pouco depois para roubar um relógio. Este delito foi confirmado por duas testemunhas.<sup>561</sup>

A casa era o reduto familiar e qualquer transgressão ocorrida no seu seio exigia resposta à altura da parte do chefe da família e dos restantes membros. Todavia, a ausência de uma demarcação clara entre o público e o privado, evidenciada pelas portas escancaradas para

---

<sup>559</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850* n.º, 1.9.4.18, não paginado.

<sup>560</sup> ADVC, Tribunal da Comarca de Monção. *Sumário de querelas (1825-1826)*, documento avulso.

<sup>561</sup> AHGCVC, *Auto de Querela do Juízo de Fora – Arcos de Valdevez*, n.º 4.1.6.16, fls. 64v.º-65.



acolher os vizinhos e as janelas abertas para espreitar a vida alheia, facilitava a vida aos assaltantes.

Os perpetradores de tais delitos podiam ser os residentes ou frequentadores usuais do próprio espaço doméstico, sobressaindo entre estes, como principais suspeitos, os criados, por serem conhecedores do local, do respectivo património e dos sítios onde eram guardados os bens mais valiosos.<sup>562</sup> A própria sabedoria popular oitocentista alertava em adágios para a necessidade de os patrões se acautelarem com os seus criados:

*Todo aquelle que tem criados,  
Tem inimigos d'alma e do corpo  
Ou malandrins não escusados.*<sup>563</sup>

De facto, alguns dos furtos cometidos em casas foram praticados por criados de servir. Foi o que sucedeu com um criado galego, Francisco Figueiras, que, em Julho de 1854, aproveitando a ausência da família para quem trabalhava, deitou a mão a “105.600 reis em dinheiro, uns brincos com dois diamantes e um lenço de seda”, fugindo depois para a Galiza.<sup>564</sup> Durante o período compreendido entre 1839 e 1855, nas comunicações semanais enviadas pelos administradores dos concelhos do distrito de Viana do Castelo ao governador civil, foram mencionados 10 criados envolvidos em crimes de furtos e roubos. No entanto, é de admitir que o número de implicados fosse bem superior, atendendo a que na maioria das ocorrências não era explicitada a autoria do delito.

Se, por um lado, encontrámos criados a furtar e a roubar, também descobrimos outros a lutar pela salvaguarda dos bens dos seus patrões, sendo, por isso, visados pela fúria dos larápios. Deste modo, não parece razoável, por carecer de fundamentação, a associação entre criado e ladrão e, sobretudo, entre criada e ladra, pelo menos no que à região do Alto Minho diz respeito.

---

<sup>562</sup> Em Espanha, a partir de meados do século XIX, em resultado da publicidade da imprensa periódica que noticia, frequentemente, delitos cometidos por criados, nomeadamente roubos de dinheiro, roupa e alimentos, cresce a desconfiança da sociedade para com estes trabalhadores. Confirme-se Sarasúa, Carmen, *Criados, nodrizas y amos. El servicio doméstico en la formación del mercado de trabajo madrileño, 1758-1868*, Madrid, Siglo veintiuno de España editores, 1994, pp. 230-231.

<sup>563</sup> Leia-se Camara, P. Perestrello da, *Collecção de Proverbios, Adagios, Rifãos, Anexins sentenças moraes e idiotismos da lingua portugueza...*, p. 44.

<sup>564</sup> AHGCVC, *Correspondência com o ministério do reino Fevereiro de 1854*, n.º 1.9.4.22, não paginado.

Quando a autoria dos roubos e furtos é imputada aos serviçais, regista-se uma predominância dos elementos do sexo feminino.<sup>565</sup> Foi da criada de servir que suspeitou um tenente-general de Viana do Castelo, após ter dado pela falta de 108 “soberanos”, em Agosto de 1854. Detida e entregue com o competente auto à autoridade judicial, não consta, porém, que em seu poder se encontrasse dinheiro algum.<sup>566</sup> Há ainda que considerar os ex-criados, que, por retaliação, se valiam do conhecimento das rotinas das famílias que tinham servido para se apoderarem dos seus bens.<sup>567</sup>

As crianças, enviadas ainda muito novas para trabalhar em casas mais abastadas, também se convertiam, por vezes, em pequenos larápios. Fruto de uma maior permeabilidade a influências alheias e do deslumbre causado pela beleza de determinados objectos, impressionadas pela ostentação dos lares onde serviam e instigadas por indivíduo exteriores à casa, as crianças sentiam-se tentadas a apoderar-se de bens que não lhes pertenciam. António Vicente, de 11 anos, exposto, natural de Viana do Castelo, que, em 1858, trabalhava na residência de José Martins e sua mulher, na freguesia da Lapela, em Monção, aproveitando a saída dos seus patrões para o trabalho e aliciado por António Fernandes, entrou no quarto e apoderou-se de uns brincos e de um laço em ouro, que posteriormente entregou ao referido instigador.<sup>568</sup> Também as mulheres, que geralmente tiravam proveito de laços familiares ou da inocência das crianças, orquestravam planos no sentido de obterem aquilo que cobiçavam. Um exemplo da utilização deste estratagema ocorreu, em 1844, com o pequeno Caetano, filho de Maria Rosa, que, enganado pela sua tia, lhe indicou o sítio onde a sua mãe guardava os brincos de ouro.<sup>569</sup>

---

<sup>565</sup> Foi uma das criadas da casa que roubou uma grande quantidade de dinheiro a D. Francisca Rosa Pereira d'Antas. AHGCVC, *Registo dos officios para o Ministério de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12, não paginado.

<sup>566</sup> AHGCVC, *Correspondência com o ministério do reino Fevereiro de 1854*, n.º 1.9.4.22, não paginado.

<sup>567</sup> Numa noite de Maio de 1856, Manuel José Maria e Luís Fernandes, naturais da freguesia de Perre, concelho de Viana, assaltaram uma casa onde um deles tinha servido. Conhecedores dos hábitos da família, do local onde guardavam a chave de casa e onde estavam escondidos os objectos de ouro, aproveitaram-se da sua saída para a missa para roubarem. AHGCVC, *Correspondência com o ministério do reino Fevereiro de 1854*, n.º 1.9.4.22, não paginado. Em 1869, Anastasia Fernandes, ex-criada de Francisco Meirim, furtou dinheiro e roupa da casa deste, poucos dias depois de deixar o serviço, contando com a participação de dois cúmplices. AHGCVC, *Crimes*, 1.16.5-1, não paginado.

<sup>568</sup> ADVC, *Tribunal da Comarca de Monção. Livro de registo de querelas*, documento avulso.

<sup>569</sup> AMPL, Administração do Concelho, *Auto de investigação*, n.º 1899, não paginado.

Não eram apenas os criados que, se tivessem oportunidade, se apoderavam do património alheio, pois os próprios membros da família não se coíbiavam de arrombar portas e assaltar gavetas e baús.<sup>570</sup> No dia dois de Julho de 1869, Maria Rosa queixou-se de que lhe tinham furtado os seguintes pertences: um relógio, 1.240 réis em dinheiro de prata e cobre, uma peça em ouro no valor de 8.000 réis, duas “efígies”, dois cordões de ouro, um anel de ouro no valor de 8.000 réis, um botão de ouro de peito de 4.000 réis, uma coroa de prata de 1.000 réis, uma carteira com vários papéis e títulos de compra de partes da casa e ainda um título de dinheiro a juro no valor de 33.600 réis. As suspeitas sobre a autoria do crime recaíam sobre o irmão da roubada, a qual tinha sido constituída herdeira universal de um irmão viúvo e do filho recém-falecido, nada deixando ao suspeito.<sup>571</sup> Esta atitude mais parece ter sido um acto de represália de alguém que tinha expectativas de receber parte da herança e não foi contemplado.

Embora fosse uma célula autónoma, a família inscrevia-se num conjunto de afinidades comunitárias, materializadas nas relações de carácter vicinal, evidenciadas pela entreaajuda nos trabalhos agrícolas, na promoção de momentos de convívio, na resolução de conflitos, nomeadamente quando envolviam familiares, e na prestação de auxílio sempre que necessário. Por exemplo, muitas tentativas de assaltos fracassavam graças à intervenção da vizinhança. Pela sua proximidade, estas ligações também podiam acarretar problemas, sobretudo quando entre os vizinhos se encontravam indivíduos de reconhecida agressividade. Em Junho de 1852, o regedor da vila de Monção informou os seus superiores hierárquicos de que José Araújo Sapateiro era um homem turbulento, costumando “entrar na casa dos vizinhos e espanca-los, ameaçando-os a todos com facas de que costuma andar munido.” O referido José Araújo, depois de ter invadido a casa e a loja de Maria Sarandona e, na presença de várias testemunhas, a ter agredido no peito com uma enxada, vangloriava-se publicamente de não recear as autoridades.<sup>572</sup> No entanto, após ter cometido uma série de tropelias, pondo em permanente sobressalto a comunidade monçanense, acabou por ser detido, julgado e condenado a apenas a um mês de

---

<sup>570</sup> Na noite de Natal de 1852, João Manuel Martins, residente na freguesia de Âncora, concelho de Caminha, foi cear com algumas pessoas da família, que moravam a pequena distância. No regresso a casa, pelas 10 horas da noite, encontrou a porta arrombada, vindo a verificar que lhe tinham roubado 721.400 réis das gavetas de uma cómoda. O administrador do concelho procedeu de imediato às diligências necessárias para descobrir os culpados, recaindo as suspeitas sobre os parentes do roubado que habitavam numa parte da sua própria casa. AHGCVC, *Correspondência com o ministério do reino Janeiro de 1852 a Fevereiro de 1853*, n.º 1.9.4.20, não paginado.

<sup>571</sup> AHGCVC, *Crimes*, n.º 1.16.5-1, não paginado.

<sup>572</sup> ADVC, *Tribunal da Comarca de Monção. Livro de registo de querelas*, documento avulso.

cadeia por “supor-se que se emendará de futuro para não praticar tais actos contra a lei, e atendendo ao tempo de prisão que já tem cumprido.”<sup>573</sup>

A casa era um lugar de relações intrafamiliares, de segredos e de sexualidades interditas.<sup>574</sup> O adultério e a desfloração eram delitos que abalavam o espaço doméstico e que, depois de desvendados, se reflectiam negativamente no relacionamento com a comunidade. Em Maio de 1807, António Peixoto da Rocha, natural de Viana do Castelo, apresentou queixa contra António Cardoso, por adultério, traição e aleivosia. O amante chegou a entrar em casa e a esconder-se debaixo do próprio leito conjugal. A mulher, após ter confessado a relação extra-matrimonial, acabou por fugir.<sup>575</sup> A infidelidade feminina, que era criminalizada, significava o cometimento de um acto de subversão da ordem social estabelecida, uma vez que implicava o desrespeito pela função zeladora da moral familiar, que lhe havia sido atribuída pela sociedade, além de acarretar a humilhação do marido.<sup>576</sup>

Numa sociedade onde imperava a endogamia e a homogamia, a honra do homem relacionava-se com a sua conduta e com a da sua família. Se não conseguisse zelar pelo bom comportamento da esposa, nomeadamente pela sua conduta sexual, sujeitava-se à vergonha social.<sup>577</sup> Por outro lado, o adultério feminino colocava em causa a própria coesão familiar, pelas questões de carácter económico, relacionadas com a posse da terra, que podia suscitar.<sup>578</sup>

O respeito pelos valores que estavam associados à casa não se restringia aos membros da família, mas abrangia todos os que nela habitavam ou trabalhavam, o que não evitava a ocorrência de episódios escandalosos. Em 1807, Antónia Luísa, rapariga de 16 anos, natural de São João de Rei, que servia como criada na casa de António Manuel Pereira, em Viana do Castelo, interpôs queixa contra Bento Manuel Pereira, que trabalhava como caixeiro na mesma casa, dado que “principalmente quando o patrão seu amo andava fora com seus negócios ia meter-se no quarto da suplicante e ai chegou a desflora-la da sua honra e natural virgindade, e continuando chegou a emprenhar a suplicante, de que ainda anda prenha.”<sup>579</sup> Desconhecemos o

---

<sup>573</sup> ADVC, *Tribunal da Comarca de Monção. Livro de registo de querelas*, documento avulso.

<sup>574</sup> Consulte-se Anica, Aurizia, *A transformação da violência no século XIX. O caso da comarca de Tavira...*, p. 38.

<sup>575</sup> ADVC, *Tribunal da Comarca de Viana do castelo, Autos de querela*, n.º 5.9.4.cx2-1, fls. 17-18.

<sup>576</sup> A respeito da desonra provocada pelo adultério feminino leia-se Ribeiro, Ana Isabel, “Um crime conjugal no feminino. O caso Clesse (1771-1772)” ..., pp. 358-359.

<sup>577</sup> Confira-se Peristiany, J. G., *Honra e Vergonha. Valores da Sociedade Mediterrânica...*, p. 31.

<sup>578</sup> Confirme-se Penedo, Cristina, “Alto Minho: Comunidades Rurais em mutação” ..., p. 55.

<sup>579</sup> ADVC, *Autos de querela*, n.º 5.9.4.cx2-1, fls. 16-17.

impacto que estes actos tiveram na vida futura de Antónia, numa sociedade em que a honra de mulher assumia uma forte conotação sexual e se relacionava com a sua pureza.<sup>580</sup> Presume-se que estas situações, que envolviam a molestação de menores, para além da dor que causavam às vítimas, provocariam igualmente uma enorme perturbação às mulheres traídas pelos maridos, sobretudo quando envolviam as serviçais, numa sociedade que até encarava a infidelidade masculina com alguma condescendência.<sup>581</sup> As criadas de casa, aparentemente mais seguras e menos tentadas a corromper a sua reputação do que as que labutavam no campo, sujeitavam-se, no entanto, à aleivosia e ao assédio dos seus senhores, com receio de perder o garante da sua subsistência. Apesar da existência de uma certa tolerância, os delitos desta índole, quando descobertos, acabavam por manchar a reputação e a honorabilidade familiar.

A casa também era, portanto, cenário de promiscuidades e condutas imorais, que se transformavam em delitos quando uma das partes envolvidas se assumia como vítima e reclamava por justiça junto das autoridades. No entanto, numa sociedade patriarcal, não seria fácil uma rapariga formular uma acusação contra um homem, além de que havia o risco de se inverterem os papéis, ou seja, de o homem se apresentar como vítima dos ardis femininos. A imputação às ofendidas de comportamentos menos condizentes com os valores e as práticas vigentes e, conseqüentemente, a sua culpabilização pelos crimes sexuais que sofriam, obrigavam-nas muitas vezes ao silêncio.<sup>582</sup> Na segunda metade do século XIX, em França, os delitos sexuais cometidos em espaços privados, embora pudessem ser medicamente atestados, dificilmente eram reconhecidos e dados como provados e, por conseguinte, raramente punidos, ao contrário do que se verificava com as violações ocorridas nos lugares públicos.<sup>583</sup>

---

<sup>580</sup> Um outro caso envolveu Rosa Gomes, menina de 13 anos, órfã de pai, que, em 1852, trabalhava como criada de servir na casa de João Peres, na freguesia de Mazedo, concelho de Monção, que foi violada frequentemente pelo seu patrão. O violador, tirando partido da sua superioridade física e do poder económico, garantia o silêncio da vítima com a promessa de roupa, adornos e dinheiro e com a ameaça de que a esfaquearia, caso contasse a alguém. ADVC, *Tribunal da Comarca de Monção. Livro de registo de querelas*, documento avulso.

<sup>581</sup> No século XVIII, em Madrid, eram as próprias esposas traídas que denunciavam ou que, através do seu testemunho, corroboravam a existência de relações dos seus maridos com as serviçais. Ortega López, Margarita, "Violencia familiar en el pueblo de Madrid durante el siglo XVIII", in *Cuadernos de Historia Moderna*, 31, 2006, pp. 21-22.

<sup>582</sup> Clark, Anna, *Women's Silence, Men's Violence. Sexual Assault in England 1770-1845...*, p. 4.

<sup>583</sup> Vigarello, Georges, *História da Violação*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 193.

Constância Maria, rapariga solteira, órfã de pai, apresentou queixa contra António José, por este lhe ter tirado a honra e a virgindade. Tida como “moça de bom procedimento”, apaixonou-se pelo referido rapaz, que prometeu com ela contrair matrimónio. Segundo a vítima, procurava-a em lugares e isolados, tendo entrado várias vezes em sua casa, persuadindo-a para actos lascivos e desonestos, sempre lhe prometendo casamento. Como a promessa não foi cumprida e vendo a sua honra manchada, apresentou querela contra o sedutor.<sup>584</sup> Deste modo, as pretensões matrimoniais desta jovem ficavam seriamente comprometidas, numa sociedade onde não havia lugar para os sentimentos fora do casamento e onde as relações sexuais tinham como finalidade única a procriação.<sup>585</sup> Cabia à família, em particular aos elementos do sexo masculino, zelar pela virgindade da rapariga, capital a preservar, através de um acompanhamento próximo nos momentos de maior exposição pública.<sup>586</sup> Deste modo, as raparigas órfãs de pai, como Constância, encontravam-se numa situação de maior fragilidade e mais sujeitas à desonra, até porque as mulheres sozinhas eram consideradas incapazes de preservar as suas virtudes.

Supostamente um espaço privado, embora servisse também de refúgio para amores ilícitos e namoricos, a casa estava permanentemente sob a mira da vizinhança que não perdia a oportunidade de transformar supostos casos em matéria de mexericos e murmúrios, que na primeira ocasião eram usados para caluniar e que podiam pôr em causa as pretensões de uma moça casadoira. Numa sociedade onde todos se vigiavam e eram vigiados, fundada num controlo que podemos considerar informal, que era exercido por familiares e vizinhos, não havia lugar para a transgressão, a não ser com a complacência de uns e o acordo tácito de outros.<sup>587</sup> A

---

<sup>584</sup> ADV, *Juízo Ordinário do concelho de Paredes de Coura - Autos de queixas e querela*, n.º 5.9.4 Cx 2-6, não paginado.

<sup>585</sup> Sobre este assunto consulte-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *Pobres, Honradas e Virtuosas: os dotes de D. Francisco e a Misericórdia de Ponte de Lima (1680-1850)*..., p. 11. Sobre os sentimentos no século XVIII, em Madrid, veja-se Ortega López, Margarita, “Violencia familiar en el pueblo de Madrid durante el siglo XVIII”, *Cuadernos de Historia Moderna*..., pp. 7-37.

<sup>586</sup> Perrot, Michelle, “Dramas e conflitos familiares”, in Duby, Georges; Ariés, Philippe (dir), *História da Vida Privada. Da Revolução à Grande Guerra*, vol. 4..., pp. 272-273.

<sup>587</sup> Leia-se Duarte, Luís Miguel, “Sarilhos no Campo”, in Carlos Alberto Ferreira de Almeida: *in memoriam*, vol. 1, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 1999, pp. 299-314. Sobre a conexão entre os conceitos de “community” e “informal social control” leia-se Sleebe, Vincent, “Community and Social Control: An Enquire into the Dutch Experience”..., pp. 167-190.

Igreja também desempenhava um papel fiscalizador. Através dos párocos, controlava os comportamentos dos fiéis e condenava os prevaricadores.<sup>588</sup>

Todos estes aspectos conduzem-nos ao estabelecimento de uma relação entre a casa, entendida como unidade familiar e económica, e um conjunto de valores que lhe estavam associados, como, por exemplo, a honra e a moralidade. Comportamentos impetuosos, ainda que aceites socialmente, desenvolviam-se no seu interior, mas sobre estes paira um enorme silêncio nas fontes documentais. Temos notícias de episódios que, sendo motivo de escândalo público, extravasavam os limites da privacidade do lar e obrigavam à intervenção de autoridades e vizinhos, nomeadamente quando se tratava de estupros e desflorações ou casos de violência exercida pelos maridos sobre as mulheres e sobre os filhos ou destes sobre os pais. Foi precisamente pelo grande escândalo causado que temos conhecimento da agressão infligida por José Luís Gonçalves, vendeiro, morador em Valença, sobre a sua esposa, Teresa Morais. Uma mulher conhecida pela alcunha de “Marquesa”, com quem o dito José Luís andava amancebado, apareceu na residência do casal, vestida de homem, com o intuito de desafiar a mulher legítima. Teresa confrontou o marido com a situação, dizendo-lhe para “cuidar da alma e de deus que já era tempo de deixar a má vida”. Este encarou os conselhos da esposa como um sinal de desrespeito à sua autoridade e lançou-se a ela, atingindo-a com pontapés e bofetadas.<sup>589</sup> A filha do casal, que presenciou as agressões, receando que seu pai matasse a mãe, começou a gritar por ajuda. Os vizinhos acorreram em auxílio da vítima, salvando-a de uma possível morte, dado que se suspeitava que o intuito do marido e da amante fosse precisamente o de assassinar a dita Teresa.<sup>590</sup> As cenas de violência por motivos amorosos eram bastante frequentes no mundo rural, embora os contornos nos pareçam singulares, pois nem sempre as amantes surgiam na casa da esposa legítima para desafiar ou maltratar.

O carácter pouco afectuoso e irascível de algumas esposas era invocado como justificação para os maus tratos que lhes eram infligidos pelos maridos.<sup>591</sup> A submissão da

---

<sup>588</sup> Consulte-se sobre este assunto Silva, Manuel Carlos, *Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal...*, pp. 331-333.

<sup>589</sup> Sobre a autoridade do marido no lar, com base na literatura de cordel, leia-se Santos, Maria José Moutinho, “O casamento na sociedade tradicional – algumas imagens da literatura de cordel” ..., pp. 211-244.

<sup>590</sup> ADVC, *Tribunal da Comarca de Monção. Livro de registo de querelas*, documento avulso.

<sup>591</sup> As agressões de que foi vítima Antónia Maria na sua própria casa, na freguesia de Fornelos, em 1843, resultaram do facto de esta ter apresentado queixa contra o seu marido ao regedor daquela freguesia. Este confessou ter-lhe dado alguns bofetões, em consequência dos quais caiu e bateu com a cabeça numa porta, o que explicava a

mulher e o seu confinamento ao espaço doméstico eram condições tidas como essenciais para acautelar a felicidade conjugal. Por outro lado, devia aceitar não apenas a superioridade física do marido, que funcionava como elemento de intimidação, mas igualmente a sua autoridade e ascendência social e moral. Ser passiva, dócil e subserviente eram requisitos de uma boa esposa e de uma boa mãe de família.<sup>592</sup>

A violência conjugal era comum nos estratos sociais mais baixos, motivada por questões de ordem afectiva e económica, à mistura com o excesso de álcool.<sup>593</sup> Mas o facto de a mulher faltar aos seus deveres de esposa<sup>594</sup> também servia de pretexto para transformar a casa em palco de violência não só física, mas igualmente psicológica, sob a forma ameaças de morte, de abandono ou de expulsão do espaço doméstico, remetendo as vítimas para um clima de medo e constante suspeição.

A violência exercida pelo homem no seio da família era aceite, dentro de certos limites, como uma forma de afirmação da masculinidade.<sup>595</sup> As autoridades e os vizinhos intervinham apenas quando a tranquilidade pública era posta em causa, devido às gritarias e agressões.<sup>596</sup> A três de Janeiro de 1846, compareceu na administração do concelho de Ponte de Lima, Maria

---

rachadela na cabeça. O marido queixava-se do seu mau feitio, do seu “genio áspero” para justificar as agressões. O regedor, todavia, oficiou ao administrador do concelho no sentido de resolver a situação, não porque estivesse preocupado com as possíveis consequências e danos causados pelas agressões, mas, segundo ele, porque “isto não foi a primeira vez que se me tem vindo queixar muitas vezes” e que Antónia Maria “esta sempre a porta a queixar que se quer separar.” AMPL, Administração do Concelho. *Auto de Investigação de 1843*, n.º 1889, não paginado.

<sup>592</sup> Veja-se Hall, Catherine, “Lar, doce lar”, Duby, Georges; Ariés, Philippe (dir), *História da Vida Privada. Da Revolução à Grande Guerra*, vol. 4..., pp. 71-82.

<sup>593</sup> Leia-se Martín, María Jesus Merinero, *Amor, Rumor y Violência en Extremadura (1840-1960)*, Extremadura, Universidade de Extremadura, 1984, p. 61.

<sup>594</sup> Na Inglaterra pós 1750, as motivações eram similares, considerando Clive Emsley que os conflitos e a violência doméstica eram provocados pela ingestão excessiva de álcool, por questões relacionadas com dinheiro, por diferenças acerca das tarefas domésticos e pelo incumprimento, por parte das mulheres, dos seus deveres enquanto esposas. Emsley, Clive, *Hard Man. The English and Violence since 1750...*, p. 59.

<sup>595</sup> Veja-se Anica, Aurizia, *As Mulheres, a Violência e a Justiça no Algarve de Oitocentos...*, p. 240.

<sup>596</sup> Situação idêntica verificava-se em outras regiões da Europa. Segundo Donald Haks, os vizinhos só intervinham nas disputas matrimoniais quando estas causavam distúrbios e barulhos e desse modo colocavam em causa a ordem pública. Veja-se Heijden, Manon Van der, “Women as victims of sexual and domestic violence in seventeenth-century Holland: criminal cases of rape, incest, and maltreatment in Rotterdam and Delft”, in *Journal of Social History*, Pittsburgh, volume 33, n.º 3, 2000, pp. 623-637.



Joaquina, acompanhada da mãe, acusada de ter batido no seu pai, um homem velho e cego, com a tranca de uma janela. A acusada confessou o acto, admitindo que o feriu na cabeça, mas alegou que foi em defesa da mãe, dado que se não o tivesse feito, esta teria sido sufocada pelo pai. Esta versão dos acontecimentos foi corroborada pela mãe e por vários vizinhos, tendo estes declarado no auto de investigação “ter acontecido a dezordem em casa do cego ter este gritado à vós del’ Rei contra sua filha que lhe rachara a cabeça, e ter elle aparecido com a cabeça ferida deitando sangue por ella.”<sup>597</sup>

Também se pode presumir que a interferência da vizinhança em questões maritais e familiares tinha a ver com a reputação da comunidade, que podia ser prejudicada por comportamentos desta natureza. A violência familiar surge mais bem documentada quando se reporta a casos que têm lugar fora das paredes ou dos limites da casa, ou quando um dos intervenientes reclama a intervenção de terceiros. O medo do abandono e da pobreza, da difamação e da desonra, inibiam a mulher de denunciar as sevícias a que era sujeita e garantiam a impunidade dos agressores.

O espaço doméstico também servia ainda de esconderijo a quem não queria ser encontrado. Era o caso dos jovens que tinham escapado ao serviço militar e procuravam refúgio na casa paterna, ou de algum familiar ou conhecido. Em Ponte de Lima, Francisco Manteigueira, recruta foragido, foi encontrado pelas autoridades administrativas na casa dos seus pais, a guardar os porcos.<sup>598</sup>

Deste modo, a casa assumia-se como epicentro de duas formas distintas de violência. Havia uma violência que partia do exterior para o seu interior, através de atentados contra a propriedade ou os seus moradores, que provocavam reacções de ataque e defesa, sendo objecto de ampla divulgação pelas vítimas, pelas autoridades e até pela imprensa. Em contraponto, registava-se a violência produzida em casa, que comprometia valores e aparências e, por isso, se queria silenciosa e encerrada na opacidade do lar, dado que os alicerces da honra individual jogavam-se entre duas dimensões - a família e a comunidade, o público e o privado -, cujas fronteiras eram extremamente ténues.<sup>599</sup> Todavia, numa sociedade onde o privado era ainda uma realidade claramente em construção, os episódios de violência doméstica acabavam, muitas

---

<sup>597</sup> AMPL, *Administração do Concelho, Auto de Investigação*, nº 1929., não paginado.

<sup>598</sup> AMPL, *Administração do Concelho. Auto de investigação de 1840*, nº 1912, não paginado.

<sup>599</sup> Farge, Arlette, “Famílias. O privado contra o costume”, in Duby, Georges; Ariés, Philippe (dir), *História da Vida Privada. Do Renascimento às Luzes*, vol. 3..., pp. 581-617.

vezes, denunciados pelos pedidos de auxílio e pelo alarido que causava no seio da comunidade.<sup>600</sup> Tratava-se de formas de violência distintas na sua função e nas suas consequências: se a primeira é espontânea, consequência de uma outra acção, cujo efeito se pretendia corrigir ou anular, a segunda tem uma intenção punitiva e vexatória, que caracterizava o acto em si e que se queria limitado à relação entre o agressor e a vítima.

Por último, importa destacar que a gestão da casa se complicava quando mulheres sós tinham que administrar o lar e cuidar da família. Uma situação ilustrativa destas dificuldades envolveu Maria Luísa Pita e sua filha Germana. Mãe solteira, residente em Monção, no dia sete de Outubro de 1854, pelas 11 horas da manhã, saiu de casa deixando sozinha a sua filha de 10 anos de idade. Quando regressou, estranhou o facto de os lençóis da cama estarem enrodilhados, perguntando à filha o que se tinha passado. A menina respondeu que tinha sido o vento. Passados uns dias, acabou por confessar a uma vizinha que, logo após a sua mãe ter saído de casa, apareceu António Gaspar, pelas 11 horas da manhã, começando a brincar com ela e com a sua vizinha Josefa Roade “e que entrando a brincar com ela e com a impúbere referida Roade, e que depois recomendado a esta que fosse ter conta que não viesse sua mãe, pegara nela, e levou ao encontro à cama”,<sup>601</sup> tendo assim consumado o estupro, para além de a ter infectado “com o mal venéreo”. Foram várias as vizinhas que viram António entrar em casa, após a saída de Maria Luísa, tendo uma delas, Teresa Alonso, apresentado um testemunho bastante preciso. Por decisão do júri, o autor do crime acabou por ser condenado a um mês de cadeia, atendendo ao tempo que já tinha passado na prisão, ao facto de ser menor e ao seu bom comportamento anterior. Não cumpriu, portanto, a pena consignada no artigo 391.º do Código Penal, que determinava a condenação a degredo temporário “todo o atentado contra o pudor de alguma pessoa de um ou outro sexo, que for cometido com violência, quer seja para satisfazer paixões lascivas, quer seja por outro qualquer motivo, será punido com degredo temporário. § único. Se a pessoa offendida for menor de doze annos, a pena será em todo o caso a mesma, posto que não se prove violência.”<sup>602</sup> No caso analisado, é de salientar a constante vigilância sobre os movimentos dos principais intervenientes: António entrou na casa

---

<sup>600</sup> Clive Emsley referencia comportamento idêntico nas famílias inglesas, que pretendiam manter os seus problemas confinados ao espaço doméstico, o que nem sempre era possível. Emsley, Clive, *Hard Man. The English and Violence since 1750...*, p. 59.

<sup>601</sup> ADVC, *Tribunal da Comarca de Monção. Sumário de querelas (1825-1826). Juízo de fora.*, documento avulso.

<sup>602</sup> *Código Penal de 1852...*, p. 115.

após a mãe ter saído, sabendo que a menina ficaria sozinha, a vizinha que estranhou o comportamento da menina e ainda outras vizinhas que afirmaram ter visto António sair da casa de Maria Luísa.

Deste modo, ao desmantelamento do campo como espaço idílico, de comportamentos regrados, menos sujeito ao vício, à corrupção dos costumes e à violência, associamos a derrocada da casa como lugar seguro, por oposição às ruas e caminhos, onde o crime era mais fácil de acontecer. Importa, finalmente, salientar que temos noção de que uma parte da história fica por analisar relativamente à violência cometida dentro de portas, nomeadamente ao papel da mulher enquanto agressora, bem como as violências cometidas sobre crianças. Por se tratar de uma prática corrente e não ser motivo de preocupação para as autoridades, os maus tratos infligidos a menores eram simplesmente ignorados, a não ser que tivessem desfechos trágicos.<sup>603</sup>

### 5.2.2. A taberna e a venda

Espaços por excelência de sociabilidade masculina, as tabernas e vendas eram retratadas nos discursos oficiais das autoridades alto minhotas não como meros locais de comércio e convívio, mas antes como antros de vício, de corrupção dos costumes e da decência, que era necessário policiar e fiscalizar. A má reputação das tabernas devia-se sobretudo à presença do álcool<sup>604</sup>, do jogo e da prostituição, considerados quase como seus elementos

---

<sup>603</sup> Um dos casos com desfecho trágico foi o de uma criança, que, em 1849, foi brutalmente espancado pela sua madrastra. AHGCVC, *Correspondência com o ministério do Reino de Janeiro de 1848 a Junho de 1849*, n.º 1.9.4-17, não paginado.

<sup>604</sup> A introdução do álcool no espaço rural europeu generalizou-se e, em algumas regiões, assumiu um carácter endémico e degenerativo, a partir da década de setenta e oitenta da centúria de oitocentos. Na primeira metade da centúria de oitocentos, não se falava de uma clara associação entre o álcool e os seus efeitos degenerativos no campo, quer do ponto de vista físico quer social. Corbin, Alan, “Os bastidores”, Duby, Georges; Ariés, Philippe (dir), *História da Vida Privada. Do Renascimento às Luzes*, vol. 3...., pp. 584-585. Todavia, no estudo realizado sobre a Inglaterra, Barbara Weinberger apresenta taxas de ofensas de alcoolismo mais elevadas para o campo do que para a cidade, numa análise que abrange o período compreendido entre 1860 e 1910. Weinberger, Barbara, “Urban and Rural Crime Rates and Their Genesis in Late Nineteenth-and Early Twentieth-century Britain”, in Monkkonen, H.; Johnson, Eric, A. (ed.) *The Civilization of Crime. Violence in Town and Country since the Middle Ages*, Illinois, University of Illinois Press, 1996, pp. 204-205.

integrantes, que funcionariam como instigadores de comportamentos que rapidamente passavam da convivência pacífica à agressividade.<sup>605</sup>

A existência das tabernas, bem como a sua proliferação, impunha-se como questão, não apenas económica, mas também de ordem pública e de bons costumes. Considerava-se que era a moral comunitária, familiar e individual que podia ser posta em causa através da ida à taberna, devido aos desacatos, bulhas e das típicas “rixas de taberna”.<sup>606</sup> Estes receios remontam ao século XVIII. A constante multiplicação destes estabelecimentos, cuja abertura era permitida mediante a obtenção de licença camarária, conduziu a uma situação de desequilíbrio entre a oferta e a procura, e à necessidade de encerrar os espaços menos dignos, mais atreitos à prostituição e a desordens de toda espécie, mantendo em funcionamento apenas aqueles que oferecessem garantias de não perturbarem a moral e a tranquilidade pública.

O cerne da questão não estava no vinho que era vendido e nas consequências do seu consumo excessivo, até porque no século XVIII ainda era considerado um remédio quando ingerido com moderação. Aliás, os portugueses eram caracterizados por viajantes como um povo moderado, no que diz respeito ao consumo de bebidas alcoólicas. Este quadro alterou-se, ainda nesta centúria, por influência da presença inglesa no nosso país, que contribuiu para a alteração dos hábitos dos portugueses.<sup>607</sup> Julgamos que a perseguição que foi movida às tabernas tinha a ver com os desregramentos de toda a espécie que nelas ocorriam e que eram potenciadas pelo carácter irascível de alguns dos seus frequentadores. Em 1795, a situação parecia ser particularmente difícil em Viana do Castelo, devido ao “número quasi infinito de tabernas” e aos “gravíssimos desaforos, bulhas, pancadas, mortes e outras inumeráveis desordens” que nelas tinham lugar e chocavam “os bons cidadãos e pessoas tementes a Deos.”<sup>608</sup> Perante este cenário, foi determinada a conservação apenas dos estabelecimentos dignos e o encerramento dos restantes, cabendo esta função selectiva aos almotacés. No entanto, se a situação parecia

---

<sup>605</sup> Os moralistas ingleses de finais do século XVIII e do século XIX consideravam que a pobreza, em várias circunstâncias, resultava do vício, nomeadamente do álcool. Wilson, Ben, *Decency and Disorder. The age of cant 1789-1837*, London, Faber and Faber, 2007, p. 85.

<sup>606</sup> Expressão utilizada por José Machado Pais. Veja-se Pais, José Machado, *A prostituição e a Lisboa boémia do século XIX a inícios do século XX*, Lisboa, Ambar, 2008, p. 83.

<sup>607</sup> Confira-se Veloso, Carlos, *A alimentação em Portugal no século XVIII, nos relatos dos viajantes estrangeiros...*, pp. 133-138.

<sup>608</sup> AMVC, *Acórdãos da Câmara*, n.º 776, fls. 44 v.º- 45

difícil de controlar em finais da centúria de setecentos, a tendência foi para se agravar no século seguinte, devido à contínua proliferação destes estabelecimentos.

Em 1825, na vila de Monção, registou-se uma série de perturbações provocadas pelo excessivo número de taberneiros e vendeiros. Incapazes de resistir à concorrência e confrontados com avultados prejuízos, muitos optaram por se dedicar a actividades consideradas pelas autoridades no mínimo suspeitas, e os que se mantinham no activo não cumpriam as normas impostas pelas ordens de polícia. Por exemplo, não apresentavam a lista com o nome das pessoas que recolhiam nos seus estabelecimentos, o que colocava em causa a segurança dos habitantes, ao não permitir um efectivo controlo sobre os forasteiros que chegavam àquela localidade.<sup>609</sup>

Outro caso a merecer atenção foi o de Ponte de Lima. Em 1773, em reunião camarária, foi estabelecido o limite de 40 tabernas dentro da vila e nos arrabaldes, que incluíam a rua do Pinheiro e S. João de Fora.<sup>610</sup> Em 1788, em sessão do mesmo órgão, falava-se “da infinidade de tabernas que existem na villa”,<sup>611</sup> pelo que as autoridades procuraram impedir a proliferação destes estabelecimentos restringindo o licenciamento a um ou dois em cada rua. Todavia, esta resolução não surtiu o efeito pretendido, dado que, em 1840, Ponte de Lima contava com 33 tabernas, havendo algumas ruas com mais de duas, como sucedia nas ruas de Merim, de S. João de Fora e do Passeio, contando a primeira com cinco tabernas e cada uma das restantes com três.<sup>612</sup> O número destes espaços foi crescendo e, em 1869, já havia 40 tabernas, nas quais eram consumidas, anualmente, 80 pipas de vinho.<sup>613</sup> Ligado à multiplicação do número de tabernas estava o aumento do consumo de bebidas alcoólicas, que se verifica sobretudo depois da segunda metade do século XIX.<sup>614</sup> Assim, não é de estranhar a fiscalização

---

<sup>609</sup> AMM, *Acórdãos desde 8 de Junho de 1825 até 12 de Maio de 1832*, n.º 1.A.20.2.21, fls. 1 v.º- 2.

<sup>610</sup> AMPL, *Livro das Actas da Câmara Municipal de Ponte de Lima*, 2.3.1.cx3-4, fl. 91.

<sup>611</sup> AMPL, *Livro das Actas da Câmara Municipal de Ponte de Lima*, 2.3.1.cx3-4, fl. 91.

<sup>612</sup> AMPL, *Autos de investigação*, n.º 1905 e n.º 1886, não paginado.

<sup>613</sup> Araújo, José Rosa, *Limiana - Página Regional de Arqueologia, Artística e Etnografia*, Ponte de Lima, Associação para a defesa do Ambiente e do Património Cultural de Ponte de Lima, 1993, p. 2.

<sup>614</sup> Acerca dos efeitos do álcool e da sua relação com a criminalidade leia-se Vaquinhas, Irene, “Alguns aspectos da violência rural nas comarcas de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918”, in *Ler História*, nº 23, 1992, pp. 23-59. Segundo esta autora, o desenvolvimento da produção vinícola a partir da segunda metade do século, bem como o aumento do poder de compra das populações, conduziu a um aumento do consumo de bebidas alcoólicas. Confirme-se Vaquinhas, Irene, “Alguns aspectos da violência nos campos portugueses do século XIX” ..., p. 301. Sobre as tabernas de Lisboa, entre meados do século XIX e inícios do século XX, enquanto palcos de

rigorosa que as autoridades exerciam sobre estes estabelecimentos, sendo os taberneiros obrigados a comunicar ao administrador do concelho a quantidade de pipas de vinho vendidas anualmente.

A ida à taberna para beber tornou-se um hábito enraizado no quotidiano das populações, em particular das classes populares, apesar de se reconhecer que o álcool provocava degenerescência física e moral. Acreditava-se que a sua ingestão exagerada podia ser causa de doenças, nomeadamente do foro mental, bem como de miséria e de comportamentos descomedidos.<sup>615</sup> Em finais da centúria de oitocentos, defendia-se que o álcool favorecia o cometimento de actos criminosos, contribuindo, portanto, para o aumento da delinquência, sobretudo quando o seu consumo se tornava crónico.<sup>616</sup> Em inícios de novecentos, esta posição mantinha-se, associando-se o alcoolismo à delinquência. Por outro lado, a taberna era vista como um terreno fértil para o desenvolvimento de práticas criminais.<sup>617</sup>

No século XVIII, era costume as gentes do Alto Minho misturarem vinho com água.<sup>618</sup> Chegados ao século XIX, o néctar mais consumido era o vinho verde. O facto de atingir níveis de álcool mais reduzidos que o vinho maduro fazia com que os consumidores dificilmente atingissem o estado de embriaguez, a não ser que fosse ingerido em quantidades elevadas. Era bebido diariamente, a todas as horas, sendo considerado “um alimento saudável e de muita nutrição às classes pobres”.<sup>619</sup> A situação alterar-se-á com a crise que afectou o sector da

---

comportamentos arrebatados e agressivos, veja-se Vaz, Maria João Mendes, *A Criminalidade em Lisboa entre meados do século XIX e o início do século XX...*, pp. 604-609.

<sup>615</sup> Veja-se a propósito Ferreira Deusdado, Manuel António, *Estudos sobre a Criminalidade e a Educação...*, pp. 171-174

<sup>616</sup> Posição defendida por Alfredo Luís Lopes, fundamentada em estatísticas elaboradas noutros países, que demonstravam que sempre que se registava um aumento do consumo de bebidas alcoólicas, também se verificava um incremento da criminalidade. Lopes, Alfredo Luís, *Estudo Estatístico da Criminalidade em Portugal nos anos de 1891 a 1895...*, pp. 278-279.

<sup>617</sup> A taberna estava associada ao consumo excessivo de álcool e a estados de embriaguez, que originavam comportamentos rixosos. Sobre este assunto leia-se Silva, Susana Serpa, “Alcoolismo e criminalidade no século XIX. O caso da ilha de S. Miguel”, in *Ler História*, n.º 53, 2007, p. 110.

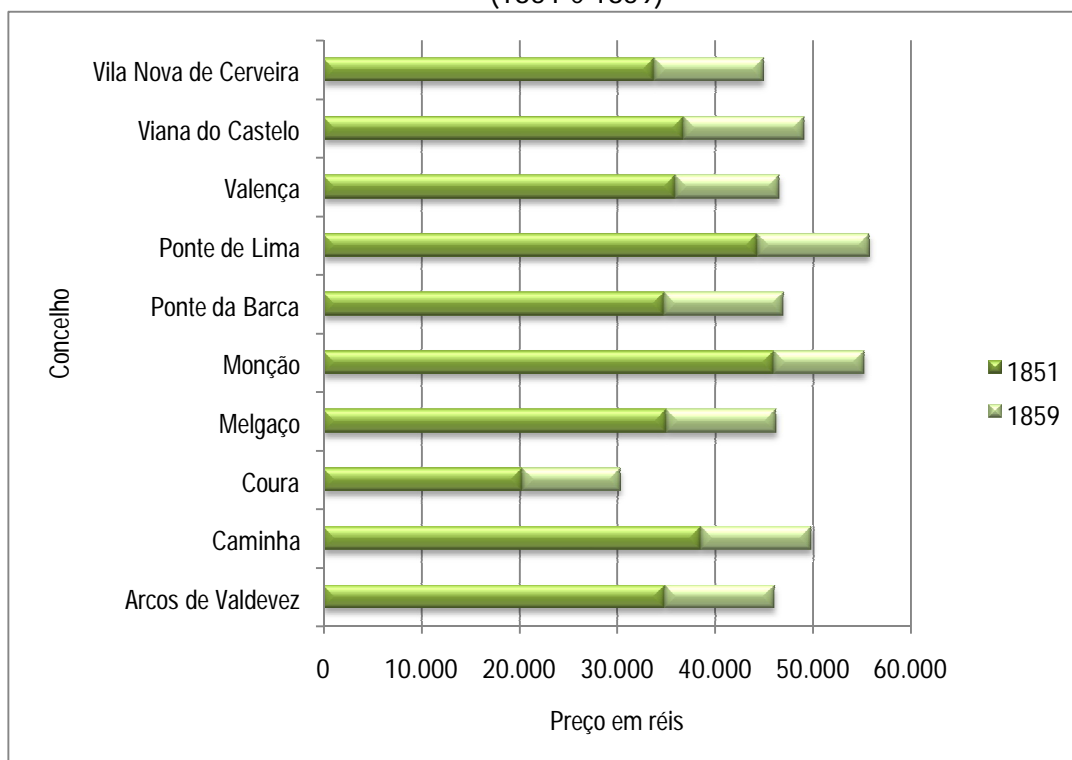
<sup>618</sup> Leia-se Abreu, Alberto A., *História de Viana do Castelo*, 2.º vol., 2.º tomo, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 2009, p. 84.

<sup>619</sup> Eusébio Cândido C. P. Furtado Coelho refere que, antes da segunda metade do século XIX, por 30 réis um operário tinha vinho verde para o dia todo. Confira-se Coelho, Eusebio, Candido C. P. Furtado, *Estatística do Districto de Viana do Castelo...*, p. 53.

produção vinícola na década de cinquenta e que provocou a subida do preço, deixando, por conseguinte, de estar tão disponível para o consumo dos menos abastados.

**Gráfico 17.** Preço do vinho no distrito de Viana do Castelo

(1851 e 1859)

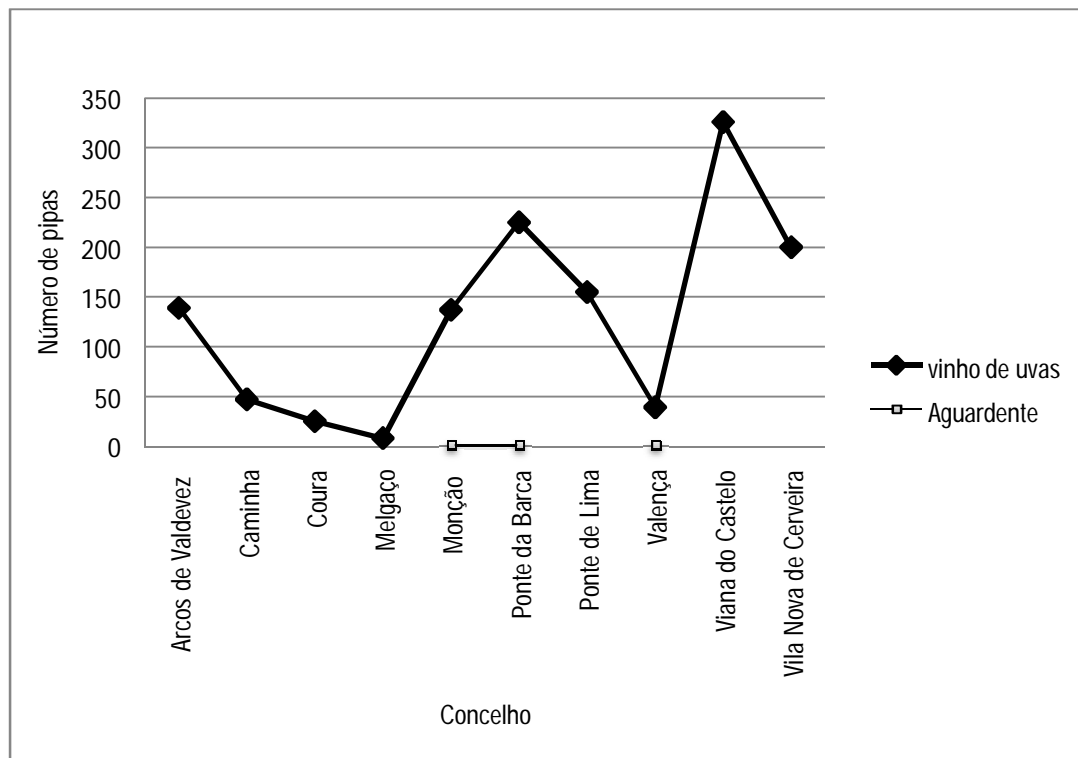


Fonte: Coelho, Eusébio, Cândido C. P. Furtado, *Estatística do Distrito de Viana do Castelo...*, 1861.

Através do gráfico 17, verificamos que se registou um aumento do preço do vinho após a crise provocada pela diminuição da produção, em consequência da praga de oídio, quando comparado com o preço anterior à deflagração desta epidemia, em 1851. Foi nos concelhos de Ponte de Lima e Monção que esta bebida atingiu custos mais elevados durante o período em análise.

Os concelhos que se destacavam na produção vinícola eram os de Viana do Castelo, Vila Nova de Cerveira e Ponte da Barca. No distrito de Viana do Castelo, também se produzia aguardente, mas em muito pouca quantidade.

**Gráfico 18.** Colheita de vinho e fabricação de aguardente (1859)



Fonte: Coelho, Eusébio, Cândido C. P. Furtado, *Estatística do Distrito de Viana do Castelo...*, 1861.

As inquietações suscitadas pela taberna não se limitavam aos excessos que tinham lugar dentro das suas portas, uma vez que são visíveis as preocupações que podemos considerar de clara inspiração beccariana, motivadas pelos efeitos negativos que as atitudes destemperadas e delituosas provocavam na comunidade e no bem-estar público.

As autoridades procuravam disciplinar as tabernas, moderar os comportamentos dos frequentadores e alterar os hábitos nelas se desenvolviam, através da imposição de medidas inspectivas e de normas que os taberneiros deviam acatar e as autoridades administrativas e policiais deviam fazer respeitar. Este controlo materializava-se num conjunto de disposições consignadas nas “posturas municipais”.<sup>620</sup> O seu não cumprimento podia acarretar o pagamento

<sup>620</sup> Em Espanha, mais propriamente, na região da Cantábria, o funcionamento das tabernas era regulado, no Antigo Regime, pelos chamados *Autos de Buen Gobierno*: que estabeleciam os horários de venda de vinho e proibiam a sua venda a mulheres e filhos sem autorização do chefe de família. No século XIX, tais estabelecimentos viram o seu funcionamento regulamentado pelas *Ordenanzas Municipais*. Também nesta região espanhola, a taberna era um espaço de sociabilidade masculina, onde se comia, bebia e se jogava, embora fosse também um ponto de encontro de casais. Confira-se Mantecón Movellán, Tomás Antonio, *Conflictividad y disciplinamiento rural del Antiguo Régimen...*, pp. 99-103.



de multas ou mesmo a prisão, não apenas para os donos dos estabelecimentos que prevaricassem, mas também para todos aqueles que transgredissem as normas impostas.

Entre as medidas adoptadas para regular a actividade das tabernas, destacamos aquelas que limitavam o seu horário de funcionamento, e que apresentavam alguns cambiantes registados nas “posturas municipais”. Em todos os concelhos em que foi possível conhecer o horário destes estabelecimentos, verificou-se, no que concerne ao seu encerramento, a imposição e diferenciação de horários de Inverno e de Verão, assinalados pelo toque do sino e, no caso de Viana do Castelo, pelo sino da cadeia.<sup>621</sup>

No Verão, as tabernas deviam encerrar às 21 horas, ao passo que, no Inverno, a hora do fecho variava entre as 19 e as 20 horas.<sup>622</sup> Cabia ao regedor e seus subordinados zelar pelo cumprimento dos horários e remeter os transgressores ao administrador do concelho.<sup>623</sup> Quer no interior das tabernas, quer nos espaços circundantes ou a caminho de casa, a escuridão apresentava-se como aliada da prevaricação, o que explica o fechamento precoce no Inverno, quando anoitecia mais cedo, os trabalhos acabavam logo que o sol desaparecia e o mau tempo dissuadia as andanças nocturnas. O alargamento do seu funcionamento nos meses de Verão estava associado ao facto de os dias serem mais longos e as condições climatéricas permitirem um alargamento dos horários laborais e uma maior sociabilidade. Acreditamos igualmente que a ida à taberna, nas aldeias, estava condicionada pelas tarefas agrícolas e que os gastos que nelas se faziam eram maiores em momentos de excepção, nomeadamente nos dias de festa ou de feira.

Muitos taberneiros recusavam-se a cumprir os horários estipulados, mantendo as portas abertas depois da hora do fecho, havendo mesmo alguns estabelecimentos que permaneciam abertos toda a noite, o que podia significar a prisão dos infractores. Quando estes eram detectados pelas autoridades, desculpavam-se com o facto de não terem ouvido o toque do sino. Em 1840, foram presos Joaquim José Raimundo, com taberna na Praça Velha de Viana do Castelo e Manuel José dos Santos, com estabelecimento na rua de Santo António da mesma

---

<sup>621</sup> ADVC, *Administração do Concelho. Registo da correspondência expedida*, n.º 5.16.4-13, não paginado.

<sup>622</sup> AMV, *Regulamento Municipal*, 1.4.4.18, não paginado; AMPL, *Projecto de reforma das posturas do município da vila e concelho de Ponte de Lima – 1849*, n.º 2.4.1.28, fl. 55; AMPC, *Câmara Municipal de Paredes de Coura. Código das Posturas da Câmara Municipal do Concelho de Coura*, n.º 1.4.14.1, fl. 25.

<sup>623</sup> AMV, *Regulamento Municipal*, 1.4.4.18, não paginado.

localidade, por não terem respeitado a hora imposta para encerramento.<sup>624</sup> Em Valença, no mesmo ano, registou-se um caso similar. Em várias freguesias daquele concelho, as tabernas continuavam abertas noite dentro. Entre os seus fregueses não faltavam membros do clero, o se que considerava pouco recomendável, dada a ligação destes espaços à imoralidade.<sup>625</sup>

O desrespeito pela observância dos horários beneficiava, muitas vezes, da conivência das autoridades locais. Em 1845, o administrador do concelho de Ponte de Lima admitia perante o governador civil que muitas tabernas do seu concelho permaneciam abertas durante toda a noite. Movidos pelo álcool, já embriagados, os homens davam azo aos seus dotes vocais e musicais,<sup>626</sup> cantando e tocando instrumentos, como rebecas e violas, a altas horas da noite; as prostitutas digladiavam-se às portas das tabernas mal a escuridão caía;<sup>627</sup> as rixas, acompanhadas por insultos vociferados, noite dentro, eram frequentes.<sup>628</sup> Tudo isto exigia a intervenção policial para evitar confrontos entre os fregueses e os vizinhos que habitavam nas proximidades das tabernas e vendas.

---

<sup>624</sup> ADVC, *Administração do Concelho de Viana do Castelo. Registo da correspondência expedida*, n.º 5.16.4.14, não paginado.

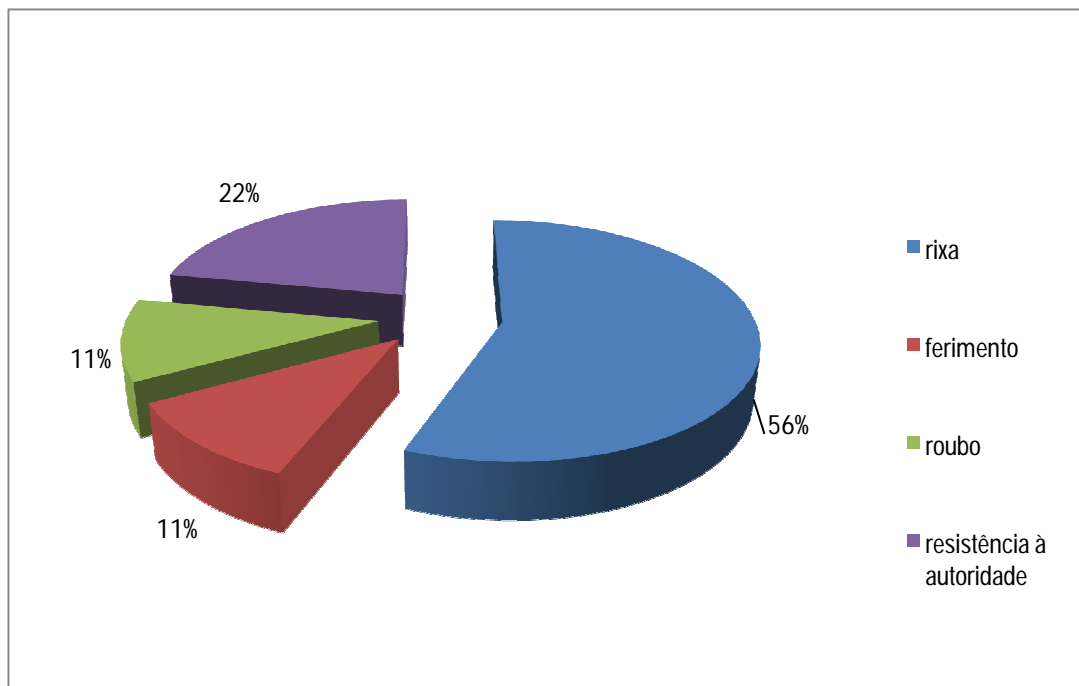
<sup>625</sup> AMV, *Administração do Concelho de Viana do Castelo. Registo dos ofícios para os administradores do concelho desde Agosto de 1839 em diante*, n.º 1.7.2.2, não paginado.

<sup>626</sup> AMPL, *Administração do Concelho. Livro de Registo da Correspondência expedida para o Governo Civil*, n.º 2.2.1-12, não paginado; ADVC, *Administração do Concelho de Viana do Castelo. Registo da correspondência expedida*, n.º 5.16.4.14, não paginado.

<sup>627</sup> AHGCVC, 1.ª Repartição, G.S.P, 1.13.4.4-1, não paginado.

<sup>628</sup> ADVC, *Administração do Concelho de Valença. Registo dos ofícios para os administradores o concelho desde Agosto de 1839 em diante*, n.º 1.7.2.2, não paginado.

**Gráfico 19.** Crimes cometidos nas tabernas (1848-1855)



Fontes: AHGCVC, *Correspondência com o ministério do Reino de Janeiro de 1848 a Junho de 1849*, n.º 1.9.4-17; *Correspondência com o ministério do reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18; *Correspondência com o Ministério do Reino – 1851*, n.º 1.9.4-19; *Correspondência com o ministério do reino Janeiro de 1852 a Fevereiro de 1853*, n.º 1.9.4.20; *Correspondência com o ministério do reino Março 1853-Janeiro 1854*, n.º 1.9.4.23.

O gráfico 19 mostra que as rixas constituíam o principal delito associado à taberna. Estes confrontos raramente se limitavam aos intervenientes iniciais, mas acabavam por envolver, pelas mais variadas razões, muitos dos circunstantes.<sup>629</sup> Muitas destas brigas aconteciam depois da hora prevista para o encerramento, o que revela incumprimento das directivas municipais. Uma vez que eram essencialmente locais de convivência masculina, a navalha ou a faca estavam quase sempre à mão para responder a ameaças, injúrias ou provocações.

A negligência ou a conivência das autoridades era criticada pela imprensa local, permitindo que as tabernas se transformassem em lugares de imoralidade, devido aos actos escandalosos que nelas ocorriam. Na sua edição de 27 de Agosto de 1868, o jornal *O Vianense* criticava a polícia por não tomar providências para acabar com as ofensas à moral que se verificavam numa taberna situada na rua de S. Luís.<sup>630</sup>

<sup>629</sup> Sobre a taberna enquanto espaço de violência na Lyon medieval leia-se Gonthier, Nicole, *Delinquance, Justice et Société dans le Lyonnais Médiéval*, Paris, éditions Arguments, 1993, p. 98.

<sup>630</sup> *O Vianense*, 27 de Agosto de 1868, n.º 1567, não paginado.

A prostituição, que se desenvolvia em algumas tabernas, chocava as famílias e a própria comunidade.<sup>631</sup> No entanto, a presença das mulheres não tinha a ver apenas com esta actividade, pois algumas eram as donas, como se depreende pela designação por que eram conhecidos alguns estabelecimentos: “taberna de Maria Patacha”,<sup>632</sup> “taberna de Cândida Rosa”,<sup>633</sup> “taberna de Maria Gonçalves”,<sup>634</sup> “botequim de Maria Rosa”.<sup>635</sup> Algumas taberneiras eram mulheres viúvas, que após a morte dos maridos ficavam à frente do negócio. Outras trabalhavam como criadas e tinham que lidar com o feitio turbulento e nem sempre fácil de alguns fregueses.<sup>636</sup>

Conhecemos a presença das mulheres nas tabernas através dos desaguizados em que se envolviam dentro ou nas proximidades das mesmas. Pressupomos que se tratava de mulheres de baixa condição social e de moral duvidosa, pelo facto de andarem de noite e frequentarem estes espaços tipicamente masculinos. Em Maio de 1840, no interior da venda de Antónia Abreu, foi assassinada uma galega grávida, que vivia amancebada com um soldado, em resultado das inúmeras pancadas que lhe foram infligidas pela dona do estabelecimento, pela sua filha e ainda por uma tal Maria de Jesus. As autoridades apontaram os ciúmes como causa deste delito.<sup>637</sup>

---

<sup>631</sup> A prostituição não era uma ocupação ilícita mas, por questões de ordem moral e higienista, devia manter-se pouco visível. As preocupações de ordem higiénica levaram, ainda com Pina Manique, a que as prostitutas fossem obrigadas a matricular-se e submeterem-se a inspecção médica. Sobre este assunto leia-se Garnel, Maria Rita Lino, *Vítimas e Violências na Lisboa da I República*, Coimbra, Faculdade de Letras, 2005, pp. 146-150. Tese de doutoramento policopiada.

<sup>632</sup> AHGCVC, *Registo dos officios para o Ministério de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12, não paginado.

<sup>633</sup> AHGCVC, *Correspondência com os administradores dos concelhos. Janeiro de 1847 a Maio de 1848*, n.º 1.7.2.12, não paginado.

<sup>634</sup> AHGCVC, *Administrador do concelho de Viana do Castelo. Officios dirigidos ao Governador Civil deste districto. Principiou em 9 de Outubro de 1845, findou em 31 de Janeiro de 1849*, n.º 5.16.2.2, não paginado.

<sup>635</sup> ADV, *Registo da Correspondência expedida*, n.º 5.16.4-13, não paginado.

<sup>636</sup> No dia nove de Abril de 1869, Maria Luísa Parada, taberneira, travou-se de razões com um soldado que a insultou e maltratou, por causa de diferenças no pagamento da despesa. AHGCVC, 1.ª Repartição, G.S.P, 1.13.4.4-1, não paginado.

<sup>637</sup> AHGCVC, *Registo dos officios para o Ministério de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12., não paginado.

Os confrontos entre galegos e portugueses eram frequentes nas tabernas situadas nas localidades próximas da raia, como Monção e Valença. No que diz respeito à presença de mulheres galegas nas tabernas, entendemos que esta estava relacionada com a prática da prostituição.

Entre os fregueses mais difíceis, causadores de maiores violências, estavam os soldados. O facto de se deslocarem em grupo, às vezes armados, dava-lhes algum à vontade para provocar distúrbios, pois estariam convencidos de que levariam a melhor devido à superioridade numérica e física e aos dispositivos de defesa de que dispunham. Pelo discurso das autoridades administrativas, eram as mulheres que, fazendo uso das suas manhas e estratégias libidinosas, atraíam os homens para estes locais, levando-os, por vezes, a abandonar as suas ocupações, as suas famílias e, no caso particular dos soldados, à deserção. Aliás, as autoridades procuravam sobretudo evitar a presença de militares depois do toque do recolher.

Em Viana do Castelo, por ter um porto movimentado, as tabernas que se localizavam nas proximidades do cais eram, habitualmente, ponto de encontro dos marinheiros. A sua estadia ficava quase sempre marcada por algazarras e cenas de violência, algumas com desfechos bem trágicos, despoletadas pelo consumo desregrado de álcool. Em Novembro de 1848, na taberna de Antónia Rita, situada na Rua do Cais, uma mulher natural da Galiza foi esfaqueada por um marinheiro.<sup>638</sup>

De facto, as tabernas eram lugares de violência frequente, que, por vezes, revestia uma finalidade legitimadora, para além da sua função punitiva. Os códigos comunitários de conduta desrespeitados, as divergências transportadas do exterior para o interior da taberna, a honra posta em causa, a família injuriada, dissidências antigas, tudo isto inflamado pelo consumo de bebidas alcoólicas, levavam o homem, numa reacção instintiva, a bater-se pela reposição do seu bom nome ou da honra manchada. No fundo, as tensões comunitárias e pessoais eram transportadas para a taberna, que, afinal, também reflectiria a hierarquia social e as relações de poder que gerava.

Os jogos de cartas, de dados, do monte e a ronda,<sup>639</sup> bem como as apostas a dinheiro ou a vinho não eram admitidos por lei.<sup>640</sup> No entanto, as fontes permitem-nos concluir que o jogo

---

<sup>638</sup> AHGCVC, *Administrador do concelho de Viana do Castelo. Ofícios dirigidos ao Governador Civil deste distrito. Principiou em 9 de Outubro de 1845, findou em 31 de Janeiro de 1849*, n.º 5.16.2, não paginado.

<sup>639</sup> AMV, *Regulamento Municipal*, 1.4.4.18, não paginado.

tinha lugar nestes espaços de convívio e lazer. Jogava-se ao bilhar, ao voltarete e a vários jogos proibidos. A interdição que recaía sobre os jogos de azar, de cartas e dados, patente no Livro V, das Ordenações Manuelinas, Título XLVIII, que proibia o jogo e a posse de cartas, no Livro V das Ordens Filipinas, Título LXXXII<sup>641</sup>, bem como nos artigos 264º, 265º, 266º, 267º e 268º do Código Penal de 1852,<sup>642</sup> tinha em vista impedir que, por causa das apostas, o património da família pudesse ser desbaratado. Os jogadores, sentindo-se mais desembaraçados pelo efeito do álcool, vociferavam contra a indolência e falta de jeito do parceiro, culpabilizando-o pela derrota, clamavam contra a viciação do jogo ou atiravam-se aos adversários, acusando-os de batota ou mau perder. Tudo isto contribuía para a ocorrência das típicas rixas de taberna, que as autoridades tinham dificuldade em controlar, devido à inépcia dos regedores e cabos de polícia e, decerto, ao desmazelo das autoridades.

O jogo estava associado à corrupção do espírito, e a taberna ao ócio, à embriaguez, à prostituição, entre outros males. A incapacidade do pagamento de dívidas de jogo podia constituir o móbil para o cometimento de atentados contra a propriedade, cujos proventos serviriam para pagar os montantes em falta, e o jogo em si estava na origem de muitos dos crimes contra pessoas. Deste modo, a repressão do jogo era um meio de evitar as altercações, a delapidação do património doméstico e a desarticulação das relações familiares.<sup>643</sup>

Convém ainda salientar que algumas tabernas estavam implantadas em lugares isolados, afastadas dos locais usuais da sociabilidade aldeã e dos centros das vilas. Estes estabelecimentos, além de propiciarem o acometimento de acções mais gravosas,<sup>644</sup> eram

---

<sup>640</sup> AMPL, *Projecto de reforma das posturas do município da vila e concelho de Ponte de Lima – 1849*, n.º 2.4.1.28, fl. 55.

<sup>641</sup> Confirme-se *Ordenações Filipinas*, Livro V..., pp. 1230-1232.

<sup>642</sup> *Código Penal de 1852...*, pp. 88-89.

<sup>643</sup> Na Inglaterra, no período compreendido entre 1850 e 1900, considera-se que muitos crimes contra a propriedade, nomeadamente roubos, foram levados a cabo com o intuito de arranjar dinheiro para comprar bebidas alcoólicas. John E., "Men behaving badly?": masculinity and the uses of violence, 1850-1900", in D'Cruze, Shani, *Everyday Violence in Britain, 1850-1950...*, pp. 48-49.

<sup>644</sup> Em 1848, na freguesia de Cepões, Ponte de Lima, foi assassinada uma criada numa taberna, que estava situada num lugar isolado, no meio do monte. Esta circunstância facilitou a fuga dos autores do crime. AMPL, *Administração do Concelho. Livro de Registo da Correspondência expedida para o Governo Civil*, n.º 2.2.1-12, não paginado.

igualmente refúgio de salteadores e vagabundos.<sup>645</sup> A sua localização facilitava uma fuga rápida, sempre que a sua presença era detectada pelas autoridades administrativas, policiais ou judiciais.<sup>646</sup> Descoberta esta faceta da taberna como covil de salteadores, os seus donos podiam enfrentar graves problemas com a justiça, uma vez que era sua obrigação exigir aos viajantes a apresentação do passaporte identificativo e legitimador da sua identidade, não consentido a permanência de indivíduos que não o tivessem e comunicar aos regedores a identificação dos desconhecidos que tinham acolhido.<sup>647</sup>

As tabernas eram frequentadas por uma clientela heterogénea, formada por homens de trabalho e por mulheres, algumas de conduta duvidosa, bem como por salteadores e vagabundos. Daí o receio das autoridades de que estes locais se tornassem ponto de encontro de indivíduos que conspiravam ou atentavam contra o poder instituído. Por outro lado, o facto de algumas funcionarem como estalagens permitia o contacto dos membros da comunidade com forasteiros, o que contribuía, certamente, para o alargamento das cavaqueiras e para a divulgação do que se passava noutras paragens.

À imagem dos cafés citadinos, frequentados pela burguesia, as tabernas, apesar da sua aparência mais tosca e da sua clientela maioritariamente iletrada, também funcionavam como espaços de conversa, de troca de ideias e de informações, sobretudo quando se começaram a verificar melhorias nas vias de comunicação, permitindo que a inovação e o progresso penetrassem mais facilmente no mundo rural.<sup>648</sup> As tabernas passaram, então, a ser temidas, não apenas pela possibilidade de distúrbios, mas igualmente pelo teor das conversas, pelas notícias e boatos que corriam e pelos planos que, eventualmente, se podiam arquitectar contra o governo.

Admitimos que, na realidade alto minhota, a taberna assumiu uma posição paradoxal e com duplicidade de funções, sobretudo após a década de trinta do século XIX. Por um lado,

---

<sup>645</sup> Aurízia Anica apresenta as vendas da comarca de Tavira, localizadas em espaços rurais pouco vigiados, como pontos de apoio e de reunião de salteadores. Anica, Aurízia, *A Transformação da Violência no século XIX. O caso da comarca de Tavira...*, p. 34.

<sup>646</sup> Uma taberna em Vitorino de Piães, concelho de Ponte de Lima, foi identificada como local de reunião e de descanso da quadrilha comandada pelo salteador Pimenta. AMPL, *Administração do Concelho. Copiador dos officios dirigidos por esta administração a diversas autoridades*, n.º 2.2.1.31, não paginado.

<sup>647</sup> AMV, *Regulamento Municipal*, 1.4.4.18, não paginado.

<sup>648</sup> Sobre as semelhanças e diferenças entre cafés e tabernas veja-se Vaquinhas, Irene, *Violência, Justiça e Sociedade Rural. Os campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penamacor de 1858 a 1918...*, pp. 419-420.

impunha-se como local de preservação dos valores rurais e comunitários, de defesa do colectivo, dificultando a penetração dos novos valores burgueses; por outro, funcionou como um espaço de divulgação das novidades, que, nos momentos de socialibilidade, gerados pela bebida e pela jogatina, eram motivo de conversas e discussões e, deste modo, chegavam aos meios mais tradicionais e fechados.<sup>649</sup>

Podemos, por conseguinte, depreender que a violência era condicionada na sua origem, desenvolvimento e desfecho pelo local onde tinha lugar, servindo diferentes propósitos, que variavam entre a punição e a defesa, a retaliação e o vexame, numa sociedade que pugnava pela manutenção de valores e mostrava-se disposta a lutar contra a ingerência da autoridade administrativa, policial e judicial na resolução dos conflitos comunitários e familiares.

## 6. Os tempos de violência

Os ataques contra a propriedade, a ordem e a tranquilidade pública, embora não obedecessem a um calendário pré-estabelecido, ocorriam com mais frequência em certas épocas do ano e, conforme a sua natureza, em determinados períodos, o que nos permite estabelecer, genericamente, uma sazonalidade e um horário para o delito. A partir da segunda metade da centúria de setecentos, tomando como exemplo o concelho de Vila Nova de Cerveira, é possível verificar, através da observação dos gráficos 20 e 21, que o despertar para a violência ocorria com a chegada da Primavera, nos meses de Abril e Maio, para atingir o pico entre os meses de Julho e Outubro,<sup>650</sup> começando a diminuir a partir nesta data. A maior sociabilização, propiciada pelo alargamento dos tempos e dos espaços de convívio, constitui um dos principais factores justificativos do aumento da criminalidade nos meses de Verão,

---

<sup>649</sup> Situação que se prolonga até ao século XX. Veja-se a análise efectuada por Joaquim Pais Brito para Rio de Onor, na década de cinquenta do século XX. Brito, Joaquim Pais, "A Taberna: lugar e revelador da aldeia", in O'Neill, Brian Juan; Brito, Joaquim Pais (org. e prefácio), *Lugares de Aqui. Actas do Seminário "Terrenos Portugueses"*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1991, pp. 169-199.

<sup>650</sup> Irene Vaquinhas apresenta um panorama idêntico para as comarcas de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penamacor, por si estudadas. Nestas comarcas, segundo a autora, a violência desenvolvia-se na Primavera, atingia o pico no mês de Julho e retraía-se nos meses invernosos. Vaquinhas, Irene, *Violência, Justiça e Sociedade Rural. Os campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918...*, pp. 431-432.



época por excelência de festas e romarias. Num quotidiano ritmado pelo toque dos sinos, a monotonia era quebrada pelos momentos de lazer ou por algum acontecimento trágico.<sup>651</sup>

As condições climáticas oferecidas pela Primavera e pelo Verão favoreciam uma maior convivência que, não raras vezes, dava azo a desacatos, cujo desfecho nem sempre era inócuo.<sup>652</sup> Também a acção dos gatunos e ladrões era facilitada pelo crescimento dos dias, pois as ausências dos proprietários das habitações eram mais frequentes e mais prolongadas.

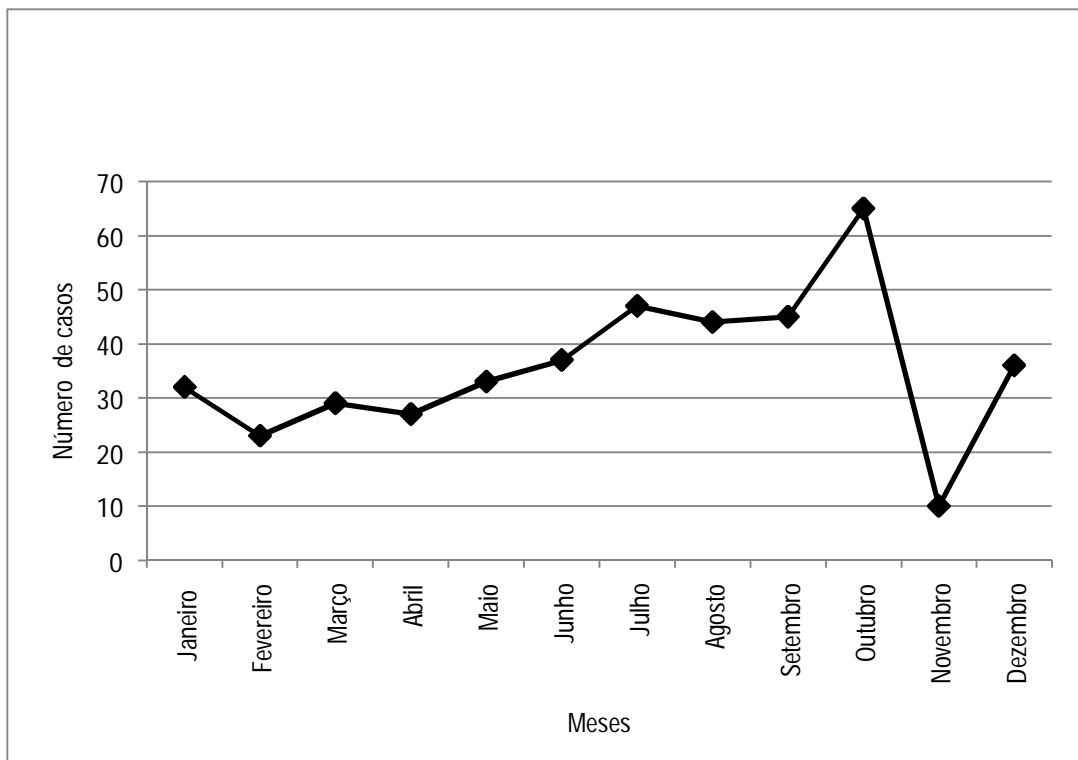
O pico de ocorrências criminosas registado no mês de Outubro é explicado por uma nova convivialidade, diferente da dos tempos de Verão, agora gerada pelas vindimas e pela colheitas, em particular pelas desfolhadas, que proporcionavam ajuntamentos que se prolongavam pela noite dentro. Até mesmo nessas ocasiões, o espírito de entreajuda e de solidariedade aldeã não conseguia evitar que a troca de agressões e as cenas de pancadaria deixassem a sua marca.

---

<sup>651</sup> *Archivo Pittoresco. Semanário Ilustrado*, vol. I, 1857-1858, Lisboa, Typ. De Castro & irmão, 1858, p. 213.

<sup>652</sup> A 4 de Setembro de 1844, verificou-se uma rixa entre dois galegos, que jogavam em plena rua de Ponte de Lima, tendo chegado a vias de facto e provocado a formação de um aglomerado de gente que começou a gritar contra eles pela desordem que estavam a provocar. AMPL, *Administração do Concelho. Auto de investigação de 1844*, nº 1909, não paginado. Em Junho de 1843, o administrador do concelho de Valença advertiu o governador da praça daquela vila para os desacatos e barulhos provocados pelos jogos de bola. AMV, *Administração do Concelho. Registo da correspondência expedida para diversas autoridades, 1841-1845*, n.º 1.1.4.31, não paginado.

**Gráfico 20.** Distribuição mensal dos crimes em Vila Nova de Cerveira (1790-1803)

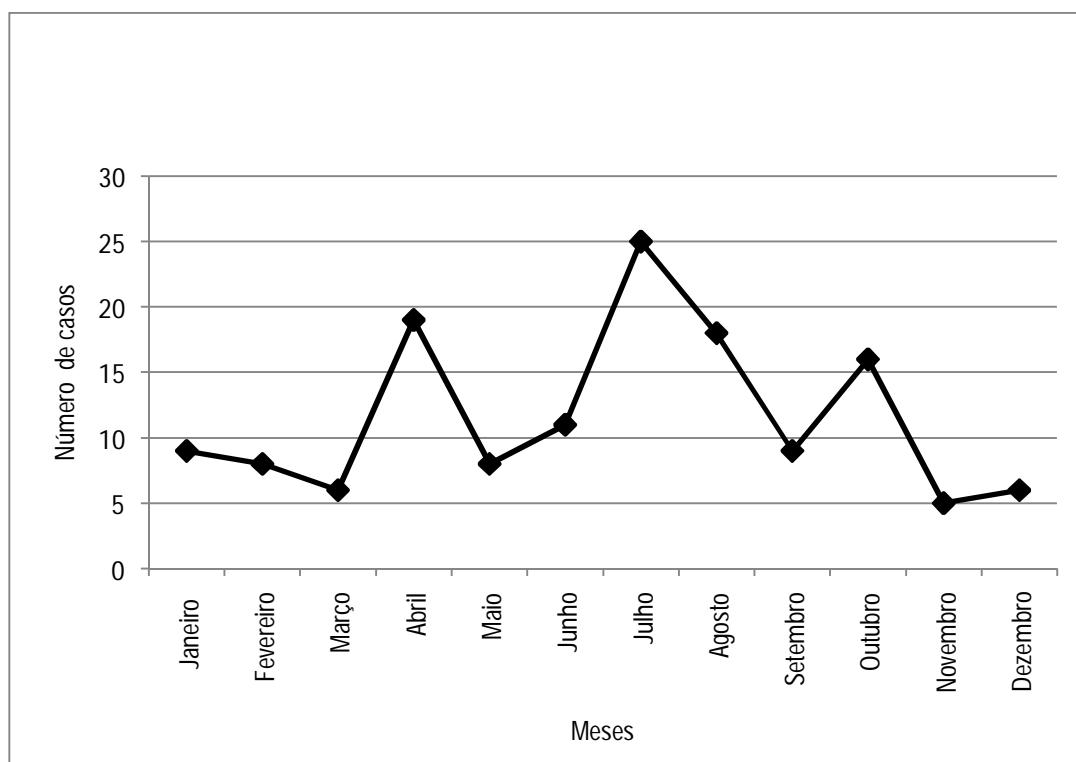


Fonte: AMVC, *Autos de falsidade, devassas, querelas, autos de injúria, precatórias – 1765-1788*, documento avulso.

Assim se explica que as devassas de ferimento se concentrassem nos meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro, registando 61,2% dos processos, atingindo o pico no mês de Outubro, com 17,1%. É ainda de assinalar o desvio a partir dos meses da Primavera, mantendo-se numa tendência ascendente até finais do Verão.<sup>653</sup>

<sup>653</sup> Segundo Roberto Frias, seria nesta estação, juntamente com o Verão, que eram cometidos mais crimes contra pessoas. Frias, Roberto, *O crime (Apontamentos para a systematisação da criminalidade)*..., pp. 82-84.

**Gráfico 21.** Distribuição mensal dos crimes de ferimento em Vila Nova de Cerveira  
(1752-1804)



Fonte: AMVC, *Autos de falsidade, devassas, querelas, autos de injúria, precatórias - 1765-1788*, documento avulso.

O gráfico 21, respeitante apenas às querelas de ferimento em Vila Nova de Cerveira, mostra a elevada ocorrência de delitos nos meses de Abril, Julho e Agosto. O factor da sazonalidade condiciona claramente o cometimento de violências contra pessoas, com maior incidência nos meses mais quentes.<sup>654</sup>

No que diz respeito aos delitos contra a propriedade, apesar da sua distribuição mais homogénea, também apresentavam uma certa predominância nos meses de Outubro, Julho, Janeiro e Março. Este quadro contraria a perspectiva defendida pela escola da antropologia em Portugal, segundo a qual ao Verão corresponderia uma maior propensão para o cometimento de crimes contra pessoas, suscitada precisamente pela maior convivalidade, e ao Inverno o aumento do número de delitos contra a propriedade, para o que contribuiria a escassez dos

<sup>654</sup> Entre meados do século XIX e os inícios do século XX, os crimes de ofensas corporais também aumentavam em Lisboa nos meses mais quentes. Confira-se Vaz, Maria João Mendes, *A Criminalidade em Lisboa entre meados do século XIX e o início do século XX...*, pp. 594-595.

bens e os rigores do frio.<sup>655</sup> De facto, a época invernosa, além de favorecer a ocorrência destas transgressões, fomentava ainda uma sazonalidade criminal, sobretudo no que concerne aos furtos e roubos, de que é exemplo a subtracção de lenha, que acontecia nos meses mais gélidos, para aquecer as casas.

Segundo a perspectiva lombrosiana, Portugal encaixar-se-ia, pela situação geográfica e pelo clima, nos países onde os delitos contra pessoas apresentariam uma maior relevância, ao passo que nos países da Europa setentrional dominariam os crimes contra a propriedade. Esta variação climática, sentida ao longo das estações do ano, produziria efeitos a nível da criminalidade, em consequência do que Mendes Corrêa designa de “intensa sensibilidade meteórica”, que afectaria os comportamentos das pessoas, tornando-as mais atreitas à actividade criminosa.<sup>656</sup>

As autoridades alinhavam pelo mesmo diapasão e consideravam que roubos e furtos tinham maior incidência na estação invernosa, como mostra, aliás, o ofício do governador civil dirigido ao comandante de infantaria n.º 3, dando conta das suas preocupações face ao previsível aumento dos roubos com a chegada do Inverno:

“[...] A estação em que vamos entrar tanto pela mais longa duração das noites, como por serem estas mais escuras e tempestuosas, favorece a perpetração dos roubos, tornando mais audaciosos os ladrões, que em despeito da mais vigilante policia, nunca deixam, infelizmente de encontrar-se, ainda mesmo entre os povos mais civilizados.”<sup>657</sup>

Face a este cenário, impunha-se a adopção de medidas preventivas, pelo que esta autoridade reclamava um incremento do número de patrulhas na realização da ronda nocturna na cidade de Viana do Castelo. Todavia, nem sempre a presença de forças da segurança era suficiente para demover gatunos e ratoneiros dos seus intentos.

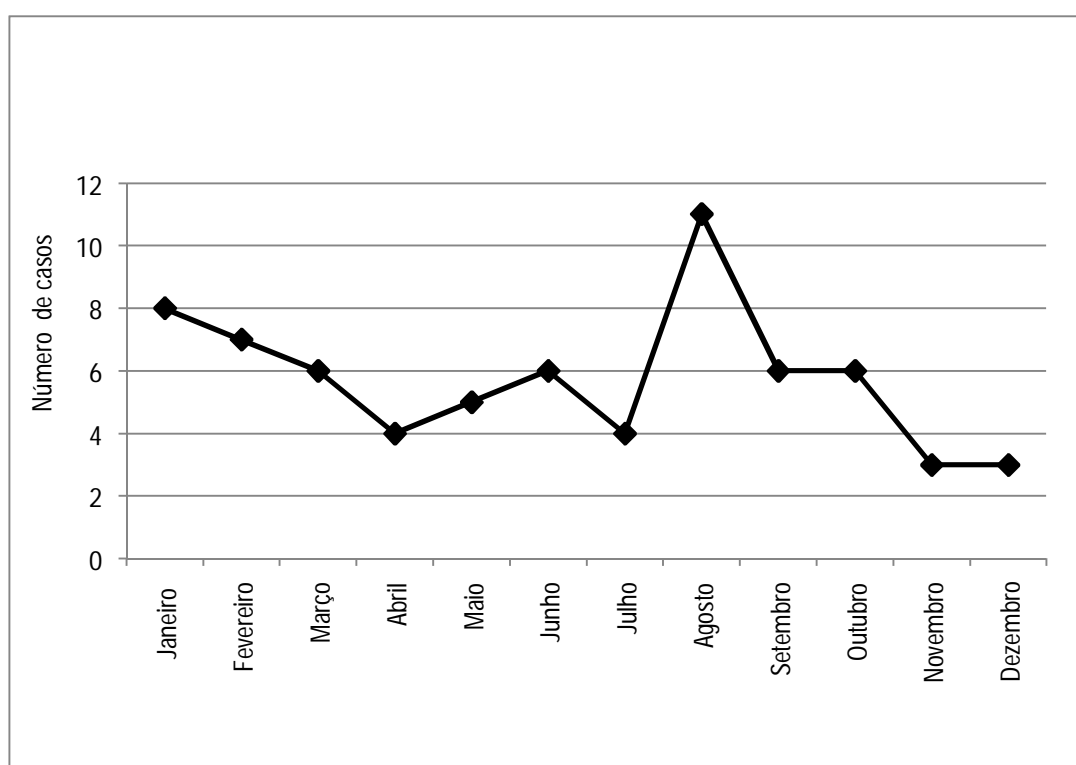
---

<sup>655</sup> Roberto Frias considera que a prática de delitos varia conforme a estação do ano, sendo a Primavera uma época de especial incidência criminosa. No Verão, cometiam-se mais crimes contra pessoas, ao passo que no Inverno, quando os recursos tendem a escassear, ocorriam mais crimes contra a propriedade. Frias, Roberto, *O crime (Apontamentos para a systematisação da criminalidade)*..., pp. 82-84.

<sup>656</sup> Correia, Mendes, *Os Criminosos Portugueses*..., pp. 302-305.

<sup>657</sup> AHGCVC, *Registo geral – Agosto de 1848 a Novembro de 1859*, n.º 1.10.3.7, não paginado.

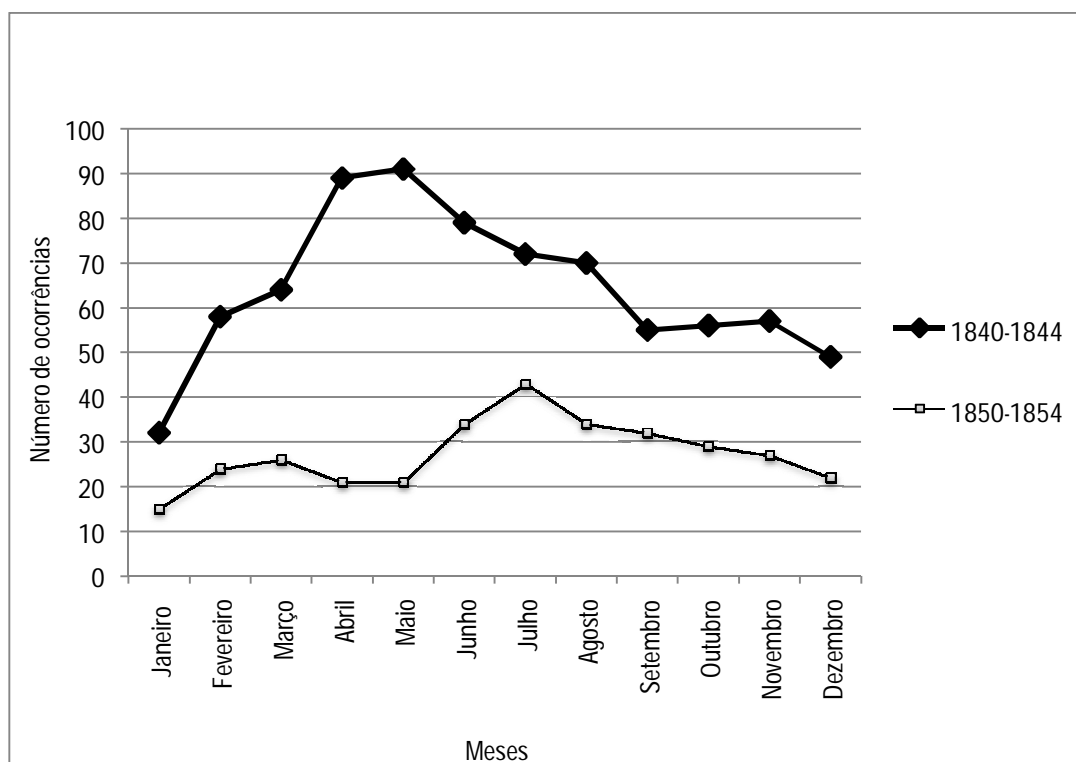
**Gráfico 22.** Distribuição mensal dos crimes cometidos em Arcos de Valdevez (1827-1835)



Fonte: ADVC, *Autos de Querela – Juízo de Fora de Arcos de Valdevez*, n.º 4.1.6.16.

Nas décadas de vinte e trinta do século XIX, no concelho de Arcos de Valdevez, o mês de Agosto destaca-se no número de delitos registados, se bem que os meses de Janeiro, Fevereiro e Junho também tenham atingido índices elevados.

**Gráfico 23.** Distribuição mensal das ocorrências criminosas no distrito de Viana do Castelo  
(1840-1844 e 1850-1854)



Fonte: AHGCVC, *Registo dos officios para o Ministério de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12; *Registo dos officios dirigidos ao Ministério do Reino*, n.º 1.9.4.13; *Correspondência com o Ministério do Reino de Maio de 1843 a Junho de 1844*, n.º 1.9.4.14; *Correspondência do Ministério do Reino - 1 Julho de 1844 a 31 de Dezembro de 1845*, n.º 1.9.4.15; *Correspondência com o Ministério do Reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18; *Correspondência com o Ministério do Reino - 1851*, n.º 1.9.4.19; *Correspondência com o Ministério do Reino Janeiro de 1852 a Fevereiro de 1853*, n.º 1.9.4.20; *Correspondência com o Ministério do Reino Março 1853 - Janeiro 1854*, n.º 1.9.4.23; *Correspondência com o Ministério do Reino Fevereiro de 1854*, n.º 1.9.4.22.

Em relação ao distrito de Viana do Castelo, comparando os períodos compreendidos entre 1840 e 1844 e entre 1850 e 1854, verificamos, por um lado, a existência de padrões semelhantes e, por outro, elementos distintos no que diz respeito à sazonalidade dos delitos. Assim, entre 1840 e 1844, os meses de maior número de ocorrências foram Abril e Maio, quando na década seguinte encontramos uma situação oposta, visto que, exceptuando o mês de Janeiro, são os que apresentam valores mais baixos. Esta discrepância explica-se pelo elevado número de participações registadas nos meses de Maio de 1841, em resultado dos roubos e furtos ocorridos nesse mês,<sup>658</sup> e de Abril de 1842, neste caso devido ao aumento exponencial dos

<sup>658</sup> AHGCVC, *Registo dos officios dirigidos ao Ministério do Reino*, n.º 1.9.4.13, não paginado.

crimes contra pessoas, que representam 81% das participações deste mês.<sup>659</sup> Os comportamentos igualam-se a partir de Julho, sendo este o mês que, no período compreendido entre 1850 e 1854, atingiu o recorde de ocorrências participadas pelo administrador do concelho ao governador civil. Janeiro, Fevereiro e Março apresentam um padrão semelhante nos dois períodos em análise. Esta situação leva-nos a considerar que o mês é uma variável susceptível de oscilações, resultantes de factores circunstanciais, que podem colocar em causa a premissa inicial, segundo a qual as transgressões estão associadas a uma Primavera inquieta, a um Verão agitado, a um Outono mais ameno e a um Inverno sossegado.

As variações nos índices de criminalidade podem ser explicadas pelo quadro conjuntural vivido em Portugal entre 1820 e 1851, que podemos qualificar, sob o ponto de vista político, como revolucionário. Este cenário teve implicações nos planos social e económico, afectando o sector primário, que ocupava a maioria da população, e, consequentemente, as suas condições de vida. Este quadro adverso propiciou o incremento de crimes contra a propriedade e, nos momentos de maior convulsão, contra pessoas. Se atendermos, no gráfico 23, à linha representativa dos anos compreendidos entre 1850 e 1854, verificamos uma descida acentuada do número de ocorrências criminosas, a que não é alheia a estabilidade e o clima de pacificação alcançado no campo político. No entanto, a nível económico, a segunda metade da centúria de oitocentos foi marcada por crises, que atingiram a agricultura, algumas delas com repercussões no Alto Minho. No ano de 1854, ocorreu uma série de pequenos tumultos no distrito, provocados pela falta de milho. A subida do preço deste cereal não foi acompanhada pelo aumento dos salários, o que provocou forte contestação.<sup>660</sup> Devido à instabilidade económica, que se traduziu, naquele ano, num agravamento das condições de vida das populações, registou-se um aumento do número de participações dos administradores dos concelhos ao governador civil, passando de 63, no ano de 1853, para 82 no ano seguinte.<sup>661</sup> Em Dezembro de 1854, em consequência do agravamento da situação de carestia, a população de Seixas, concelho de Caminha, constituída, segundo as autoridades, por gente pobre e que vivia sobretudo da pesca, amotinou-se.<sup>662</sup> No ano seguinte, os motins persistiram, com o objectivo de

---

<sup>659</sup> AHGCVC, *Registo dos officios dirigidos ao Ministério do Reino*, n.º 1.9.4-13, não paginado.

<sup>660</sup> AHGCVC, *Relatório da Junta geral – 1854*, n.º 1.15.5.8-5, fl. 2.

<sup>661</sup> Sobre as crises económicas, ao longo do século XIX, consulte-se Fonseca, Fernando, Taveira da, “Flutuações e crises económicas”, in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. V..., pp. 393-415.

<sup>662</sup> AHGCVC, *Confidencial geral – de Outubro de 1848 a Outubro de 1855*, n.º 1.9.3.29, não paginado.

impedir a exportação de milho, dada a sua escassez neste concelho.<sup>663</sup> O cenário de penúria agravou-se com o surgimento da *cholera morbus*. Em 1868, pelos mesmos motivos, ocorreram novos tumultos em diversas localidades do Alto Minho, como, por exemplo, em Ponte de Lima, e que exigiram a intervenção das forças militares e levaram à prisão dos principais instigadores.

De facto, na origem de incidentes perturbadores da ordem pública estavam, muitas vezes, problemas relacionados com a subsistência, que se materializavam no crescimento do número de delitos, que normalmente tinham lugar nas feiras e mercados. Outros factores podiam concorrer para o aumento dos números da criminalidade, nomeadamente a extinção dos municípios, a não aceitação de medidas governativas, bem como os aboletamentos.

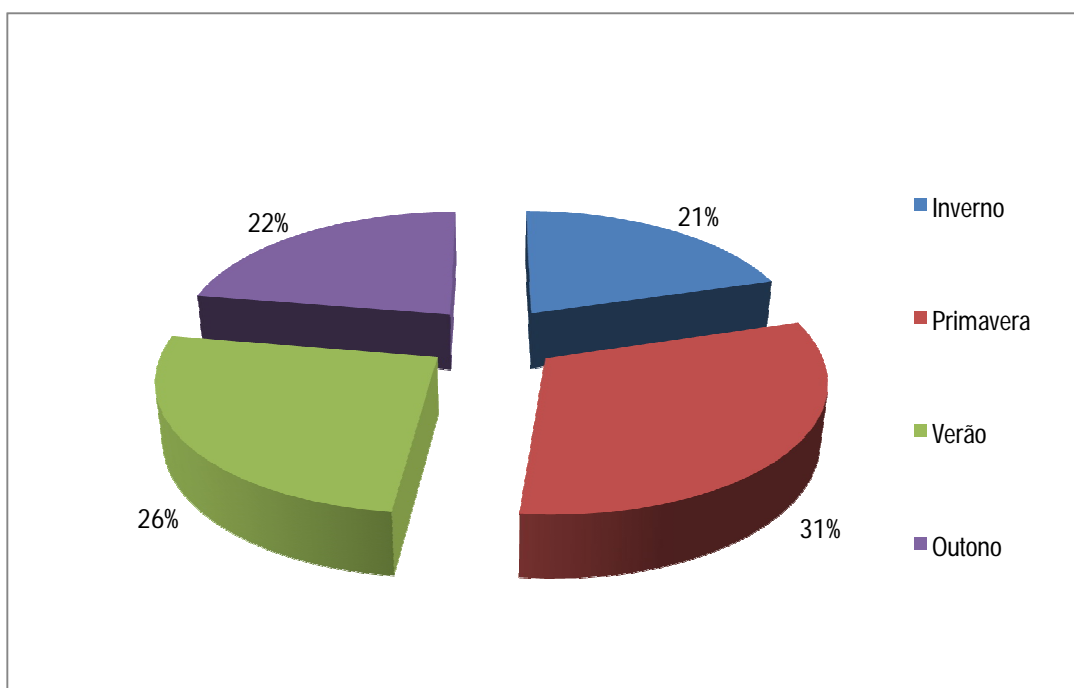
No mundo rural, a criminalidade concentrava-se nos meses da Primavera e do Verão. Tal facto poderá ser explicado pela submissão do homem aos ciclos impostos pela natureza, daí decorrendo que fosse nos períodos de trabalhos agrícolas mais intensos e, consequentemente, de maior sociabilidade que se assistia ao aumento da violência e da conflitualidade. Nos espaços urbanos, menos condicionados pelos “mandamentos da natureza”, onde o homem impunha o seu ritmo de trabalho e se dedicava a actividades mais variadas, os comportamentos agressivos distribuíam-se por todo o ano, embora tendessem a aumentar em ocasiões festivas, que se concentravam nos meses da Primavera e do Verão.

---

<sup>663</sup> AHGCVC, *Registo dos officios para os administradores do concelho desde Setembro de 1854 a Junho de 1855*, n.º 1.7.2.18, não paginado.



**Gráfico 24.** Sazonalidade das ocorrências criminosas (1840-1854)



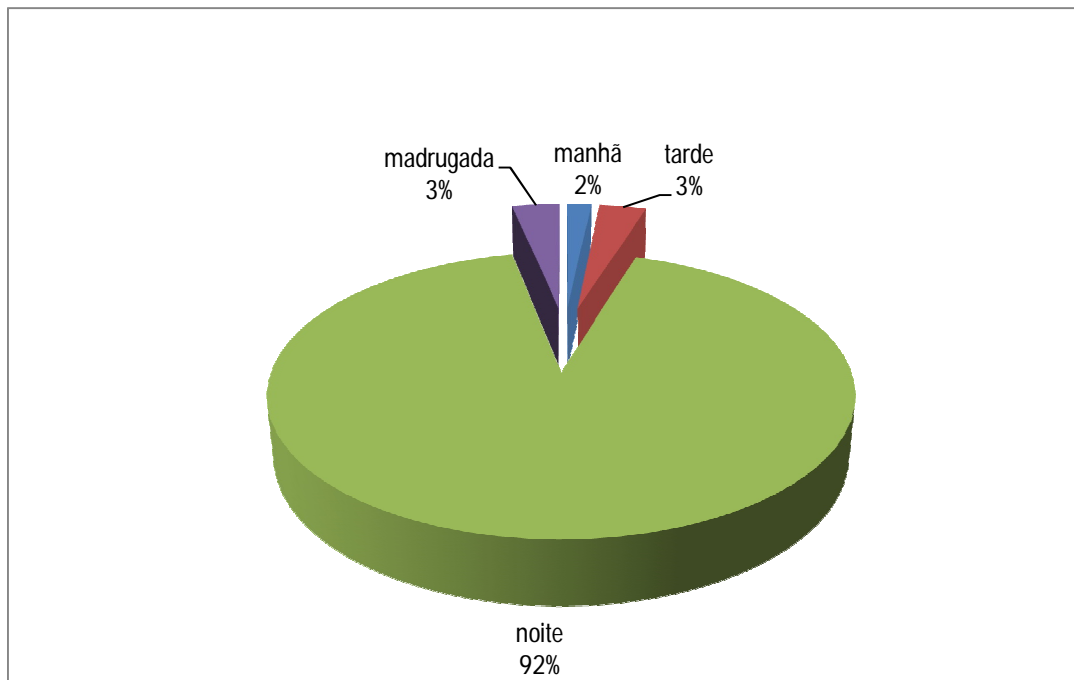
Fonte: AHGCVC, *Registo dos officios para o Ministério de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12; *Registo dos officios dirigidos ao Ministério do Reino*, n.º 1.9.4.13; *Correspondência com o Ministério do Reino de Maio de 1843 a Junho de 1844*, n.º 1.9.4.14; *Correspondência do Ministério do Reino - 1 Julho de 1844 a 31 de Dezembro de 1845*, n.º 1.9.4.15; *Correspondência com o Ministério do Reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18; *Correspondência com o Ministério do Reino - 1851*, n.º 1.9.4.19; *Correspondência com o Ministério do Reino Janeiro de 1852 a Fevereiro de 1853*, n.º 1.9.4.20; *Correspondência com o Ministério do Reino Março 1853 - Janeiro 1854*, n.º 1.9.4.23; *Correspondência com o Ministério do Reino Fevereiro de 1854*, n.º 1.9.4.22.

O gráfico 24 mostra que, no distrito de Viana do Castelo, entre 1840 e 1854, com excepção do período compreendido entre 1845 e 1849, para o qual não dispomos de dados, mais de metade das ocorrências criminais tinha lugar nos meses da Primavera e do Verão. Deste modo, julgamos pertinente considerar que, apesar das oscilações apontadas, desde a segunda metade do século XVIII até à segunda metade da centúria seguinte, consegue-se desenhar um calendário da violência e do crime no Alto Minho, que aponta para o incremento das participações criminosas a partir dos inícios da Primavera, mantendo-se elevadas no Verão, para começar a decair a partir dos finais de Outubro, refreando na estação invernos. Este calendário é assim correlacionável com o das festas religiosas, em honra dos santos padroeiros, que se estendiam até Outubro, e que nitidamente se ajustavam ao ciclo vegetativo da natureza, marcado pelas sementeiras e pelas colheitas.

A noite sobressaía como tempo de transgressão. Era nesta altura que os criminosos, protegidos pela escuridão, se sentiam mais seguros para atacar sem serem reconhecidos.

Como se pode constatar pela análise dos gráficos 24 e 25, era durante a noite e a madrugada que ocorria o maior número de atentados contra a propriedade e contra pessoas.

**Gráfico 25.** Horário das ocorrências criminais no distrito de Viana do Castelo (1839-1845)

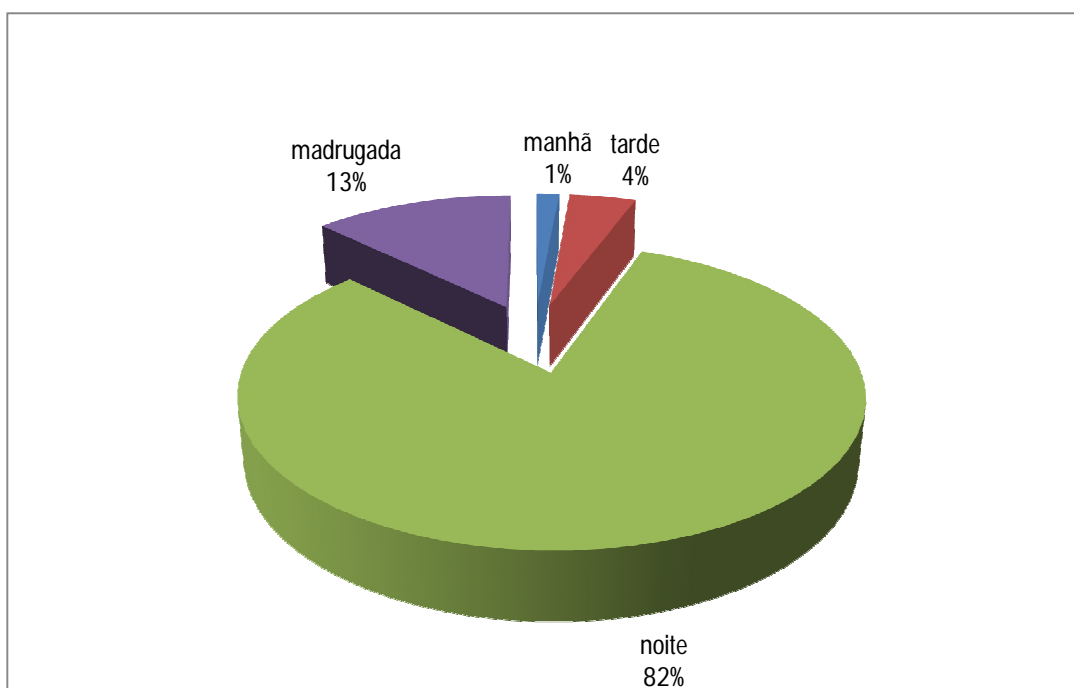


Fonte: AHGCVC, *Registo dos officios para o Ministério de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12; *Registo dos officios dirigidos ao Ministério do Reino*, n.º 1.9.4.13; *Correspondência com o Ministério do Reino de Maio de 1843 a Junho de 1844*, n.º 1.9.4.14; *Correspondência do Ministério do Reino - 1 Julho de 1844 a 31 de Dezembro de 1845*, n.º 1.9.4.15.

A noite era, por isso, especialmente temida pelas autoridades, que insistiam nas rondas nocturnas para “coitar os crimes, acudir aos cidadãos ameaçados e capturar os criminosos suspeitos”.<sup>664</sup> Como se pode observar no gráfico 26, entre 1848 e 1855, os malfeitores preferiram a madrugada para actuar.

<sup>664</sup> AHGCVC, *Circulares a várias autoridades – Janeiro a Setembro de 1847*, n.º 10.4.11, não paginado.

**Gráfico 26.** Horário das ocorrências criminais no distrito de Viana do Castelo (1849-1855)



Fonte: AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18; *Correspondência com o Ministério do Reino - 1851*, n.º 1.9.4.19; *Correspondência com o Ministério do Reino Janeiro de 1852 a Fevereiro de 1853*, n.º 1.9.4.20; *Correspondência com o Ministério do Reino Março 1853 - Janeiro 1854*, n.º 1.9.4.23; *Correspondência com o Ministério do Reino Fevereiro de 1854 - 1.9.4.22*.

A escuridão das ruas propiciava a dissimulação e convidava à prática de crimes contra pessoas e bens.<sup>665</sup> Precisamente com o objectivo de reduzir os assaltos e facilitar as rondas da polícia, a iluminação com azeite começou a ser instalada na cidade de Lisboa em 1780, por iniciativa do Intendente Pina Manique.<sup>666</sup> Em 1844, o Porto passou a dispor de lampiões de azeite. No que diz respeito a Viana do Castelo, temos conhecimento de que, em 1827, eram acesos todas as noites dois lampiões da câmara, sendo remunerado um homem que executava esse serviço.<sup>667</sup> Em 1845, foram feitos 50 lampiões<sup>668</sup> e em 1882 foi assinado o

<sup>665</sup> No século XIX, tal como no Antigo Regime, temia-se quem andava de noite, sendo por isso considerado um potencial suspeito, confundido com criminosos ou facinorosos. Sobre este assunto veja-se Nardi, Alan, "Homicídios, furtos e penhoras: o crime na América Portuguesa do século XIX", in *Mneme-Revista de Humanidades*, vol. 7, n.º 16, Junho/Julho 2005, p. 141.

<sup>666</sup> Leia-se "Iluminação pública e privada", in Serrão, Joel (Dir.), *Dicionário da História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1975, pp. 242-244.

<sup>667</sup> Veja-se Castro, Luís Cyrne, "Apostamentos sobre o passado da iluminação pública e privada em Viana do Castelo", in *Roteiro de Viana do Castelo*, Viana do Castelo, 1977, não paginado.

contrato para a instalação da iluminação pública da cidade com gás hidro-carbónico.<sup>669</sup> A iluminação a gás alargou-se a todo o país ao longo do século XIX. Por outro lado, impunha-se às populações o toque de recolher, para que as lojas, o comércio e os espaços de convívio encerrassem ao anoitecer.

Na ausência de um sistema eficaz de iluminação, entre as medidas adoptadas com vista a prevenir a criminalidade, destacava-se a vigilância das ruas e dos caminhos através das rondas nocturnas, a cargo dos regedores, cabos de polícia e dos habitantes das localidades. Aconselhava-se especial cuidado com as tabernas, casas de hospedaria, estalagens, lojas de bebidas, casas de jogo e de prostituição, onde, habitualmente, se reuniam os indivíduos considerados de índole duvidosa, mais afeitos ao cometimento de transgressões.<sup>670</sup> Por outro lado, recomendava-se o encarceramento de todos os suspeitos que, durante a noite, deambulasse pelas ruas,<sup>671</sup> bem como a inspecção da casa de indivíduos cuja conduta era pouco recomendável. Caso não estivessem recolhidos nas suas moradas, os regedores deviam indagar sobre o seu paradeiro.<sup>672</sup>

A proclamação destas medidas nem sempre se traduzia na sua efectiva aplicação. Os jornais faziam eco de roubos e furtos nocturnos, bem como de esquemas que eram maquinados em vendas e tabernas, criticando a inoperância das autoridades. Em Fevereiro de 1865, o jornal *O Lethes*,<sup>673</sup> dava conta de uma série de atentados contra a propriedade cometidos em Ponte de Lima, durante a noite, por ladrões que circulavam impunemente. À medida que a imprensa se difunde no Alto Minho, as notícias sobre os crimes também

---

<sup>668</sup> Londres dispunha de iluminação de gás desde 1812. Leia-se Cordeiro, Bruno, “A iluminação: para lá da electricidade”, in Madureira, Nuno (coord.), *A História da Energia, Portugal 1890-1980*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, p. 176.

<sup>669</sup> Confira-se Castro, Luís Cyrne, “Apontamentos sobre o passado da iluminação pública e privada em Viana do Castelo”..., não paginado. Antes da iluminação a azeite, algumas cidades europeias dispunham de iluminação com velas, desde o século XVI. Estas eram também utilizadas na iluminação privada. Confirme-se Cordeiro, Bruno, “A iluminação: para lá da electricidade”, in Madureira, Nuno (coord.), *A História da Energia, Portugal 1890-1980...*, pp. 175-176.

<sup>670</sup> AHGCVC, *Registo das circulares expedidas pela Primeira repartição desde 2 de Janeiro de 1838 até 25 de Agosto de 1841*, n.º 1.10.4.30, não paginado.

<sup>671</sup> AHGCVC, *Circulares a várias autoridades – Janeiro a Setembro de 1847*, n.º 1.10.4.11, não paginado.

<sup>672</sup> Medida comunicada pelo governador civil aos administradores dos concelhos por circular de 29 de Novembro de 1847. AHGCVC, *Circulares a várias autoridades – Janeiro a Setembro de 1847*, n.º 1.10.4.11, não paginado.

<sup>673</sup> *O Lethes*, 3 de Fevereiro de 1865, n.º 1, não paginado.

contribuíam para alimentar o sentimento de insegurança e de temor das populações.<sup>674</sup> Importa referir que os valores burgueses e a implantação do liberalismo apelavam à defesa da propriedade privada. Por isso, é muito natural que a imprensa fizesse notícia sobre o assunto.

A “hora da missa”, que podia ser de madrugada ou durante o dia, quando os fiéis se encontravam na igreja e as habitações ficavam desprotegidas, constituía uma oportunidade para os ladrões invadirem o espaço doméstico e se apoderarem do que lhes convinha. Por vezes, a propósito da localização temporal dos crimes diurnos, são utilizadas expressões como em “pleno dia”,<sup>675</sup> “durante o dia”<sup>676</sup> ou no “fim do dia”,<sup>677</sup> não especificando se tinham lugar de manhã ou de tarde, o que também pode conduzir a uma certa sobrevalorização da noite, até porque, mal o sol se punha, começava o período nocturno, como mostram as fontes: “na noite de vinte de Dezembro de mil oitocentos e cinquenta, seriam cinco horas pouco mais ou menos”. Deste modo, impõe-se alguma cautela na avaliação dos resultados expressos nos gráficos 25 e 26. Importa ainda referir que, em alguns casos, as vítimas dos assaltos ocorridos durante o dia não deixavam de manifestar a sua perplexidade pelo afoitamento dos criminosos, pois corriam o risco de serem reconhecidos e capturados.

Nas ocorrências comunicadas pelos administradores dos concelhos ao governador civil, quando foi possível identificar a hora do acontecimento, verificou-se uma clara predominância do período compreendido entre as 20 horas, término dos trabalhos do campo, pelo menos no Verão, e de fecho das tabernas, no Inverno, e de regresso a casa, e as 23 horas, quando, por norma, já se dormia. Nas palavras de Andrade Ferreira, “o homem do Minho era pouco dado a andanças nocturnas, pelas dez horas já dormia, dado que já é uma hora adiantada: é a hora em que um honrado e positivo lavrador tem já dormido o seu somno, e muito bem estirado.”<sup>678</sup> O

---

<sup>674</sup> Segundo o contrato celebrado com a câmara municipal de Viana do Castelo, a empresa Hidroeléctrica do Coura ficava com o exclusivo da iluminação da área da cidade e comprometia-se a manter aceso um número variável de candeeiros, que oscilava entre as 14 horas no mês de Dezembro e as 8 horas nos meses de Junho e Julho. O número mínimo de candeeiros era de 360. *Contrato de Iluminação a gaz e electricidade (23 de Setembro de 1914)*, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1915.

<sup>675</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino Fevereiro de 1854*, n.º 1.9.4.22, não paginado.

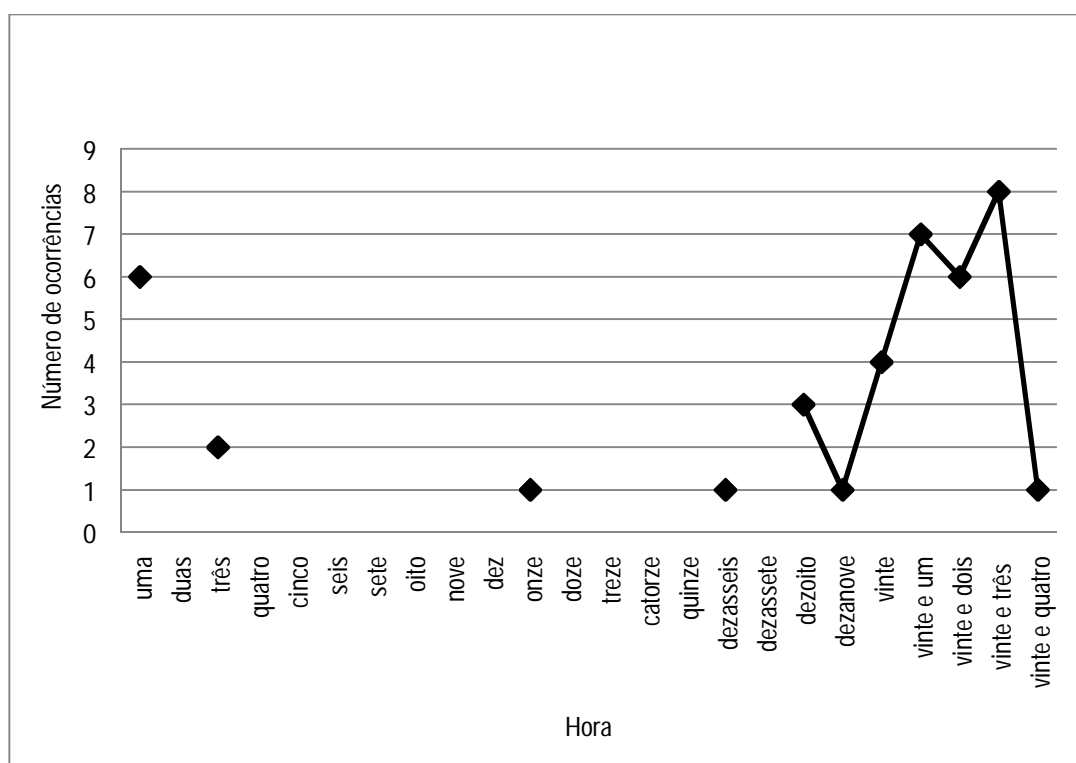
<sup>676</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino Janeiro de 1852 a Fevereiro de 1853*, n.º 1.9.4.20, não paginado.

<sup>677</sup> AHGCVC, *Correspondência do Ministério do Reino - 1 Julho de 1844 a 31 de Dezembro de 1845*, n.º 1.9.4.15, não paginado.

<sup>678</sup> *Archivo Pittresco. Semanário Ilustrado...*, p. 204.

registro da hora acontece sobretudo nos casos em que as vítimas estavam em casa ou a caminho desta, o que, naturalmente, lhes permitia indicar o horário dos delitos. No período compreendido entre 1852 e 1855, arrombamentos, assaltos, roubos e agressões representam 88,2% das situações em que foi identificada a hora da ocorrência.

**Gráfico 27.** Horas das ocorrências do distrito de Viana do Castelo (1848-1855)



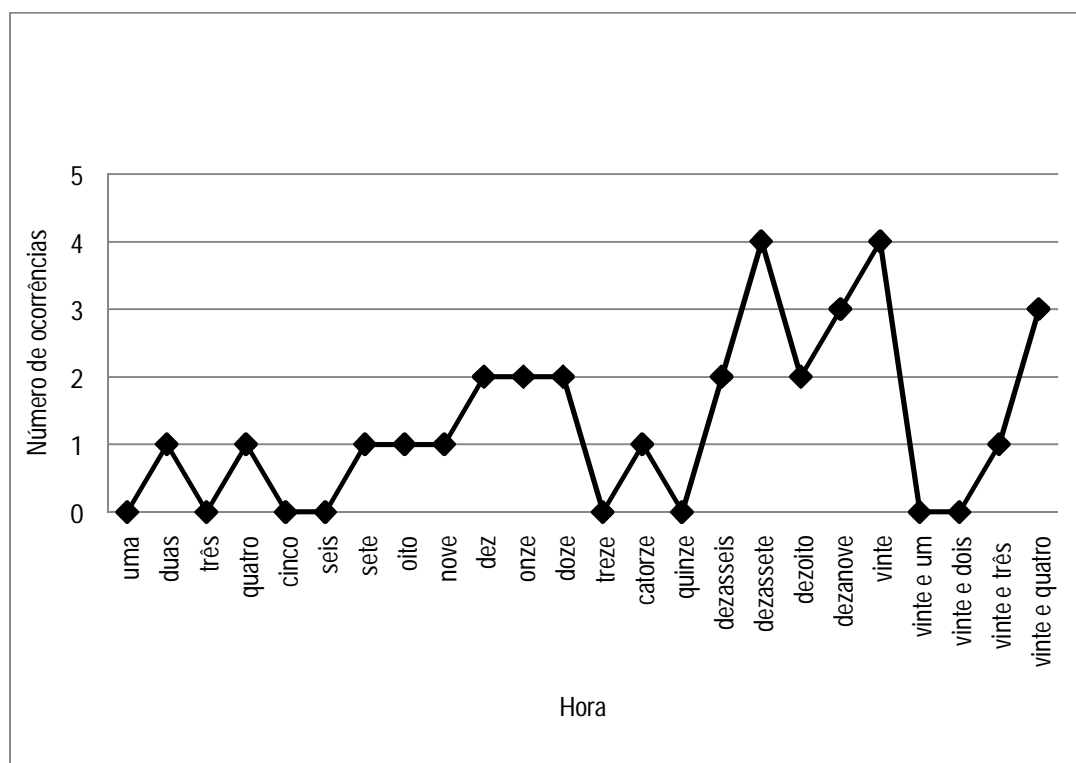
Fonte: AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18; *Correspondência com o Ministério do Reino - 1851*, n.º 1.9.4.19; *Correspondência com o Ministério do Reino Janeiro de 1852 a Fevereiro de 1853*, n.º 1.9.4.20; *Correspondência com o Ministério do Reino Março 1853 - Janeiro 1854*, n.º 1.9.4.23; *Correspondência com o Ministério do Reino Fevereiro de 1854 - 1.9.4.22*.

Por outro lado, o momento das agressões e dos atentados diurnos era mais difícil de determinar, pelo que as referências são vagas e imprecisas, embora saibamos que algumas actividades agrícolas tinham lugar ao fim da tarde, depois do pôr do sol, como era o caso das esfolhadas, das espadelas e da pisadura das uvas.<sup>679</sup> É ainda de salientar que, durante o dia, a vigilância policial era abrandada, pois considerava-se que a probabilidade de cometimento de crimes contra a propriedade durante esse período era reduzida, o que facilitava o desenvolvimento de um outro tipo de violência, sobretudo de carácter interpessoal, que

<sup>679</sup> *Archivo Pittoresco. Semanário Ilustrado*, vol. V, Lisboa, Typ. De Castro & irmão, 1862, p. 12.

acontecia nos campos, nas ruas, nos montes e nos caminhos, espaços identificados com uma violência claramente diurna. Muitas das ocorrências ficavam por comunicar às autoridades administrativas.<sup>680</sup>

**Gráfico 28.** Horário dos crimes em Monção (1850-1870)



Fonte: ADVC, *Tribunal da Comarca de Monção, Registo de Autos de Querela*, documento avulso.

No caso de Monção, a que se reporta o gráfico 28, os “autos de querela” permitem precisar com mais rigor as horas das ocorrências criminosas registadas durante o dia. De facto, as agressões que aconteciam nos campos, junto aos moinhos do rio Minho, nos caminhos e nos mais diversos lugares foram registadas com exactidão. A sua análise permite-nos concluir que, naquele concelho, as ofensas corporais eram cometidas de dia, fora de casa, entre as sete da manhã e 19 horas da tarde, ao passo que os crimes contra a propriedade ocorriam sobretudo durante a noite, entre as 20 e as quatro horas da madrugada. Verifica-se ainda, através do gráfico 28, que em Monção os criminosos preferiam atacar entre o final do dia e o início da noite, ou já noite dentro.

<sup>680</sup> Veja-se para o caso da comarca de Tavira, Anica, Aurizia, *A Transformação da Violência no século XIX. O caso da comarca de Tavira...*, p. 74.

## 7. Os instrumentos de violência

Além dos lugares onde a violência se desenrolava, importa também referir os instrumentos usados para cometer as agressões, desde logo porque nos podem ajudar a descobrir se havia, ou não, intencionalidade e premeditação por parte dos ofensores. O recurso às armas permitiu, de certo modo, que o homem mais rapidamente se libertasse das convenções e dos preceitos sociais, que controlavam o seu lado instintivo e as pulsões mais primitivas e limitavam a sua agressividade. Se a mulher começava pela palavra e, por vezes, chegava à agressão física, o homem avançava mais rapidamente para a ofensa corporal.

No que diz respeito aos meios utilizados para bater, não há dúvida de que as mãos e os pés constituíam os primeiros recursos de ataque e de defesa. No caso do homem, murros e pontapés constituíam as formas de agressão mais usuais. Quando batia numa mulher, dada a sua superioridade física, só excepcionalmente usava qualquer arma, mas quando os episódios de violência envolviam apenas elementos do sexo masculino, então o uso de instrumentos de agressão era frequente.

A gravidade da agressão dependia da constituição física do ofensor e do meio utilizado.<sup>681</sup> O uso de armas brancas ou de fogo indiciam algum planeamento, ao passo que o recurso a paus e pedras e toda uma panóplia de outros objectos podem denotar maior espontaneidade do ataque. No entanto, é de salientar que algumas armas brancas, como navalhas ou facas, faziam parte dos acessórios que habitualmente acompanhavam o homem, sendo por isso um instrumento sempre à mão para ripostar ou atacar, ou simplesmente para exhibir em gesto dissuasório.<sup>682</sup>

Eram os homens que recorriam, quase em exclusivo, a armas brancas e de fogo. As rixas e lutas entre mulheres, ou iniciadas por estas, geralmente não iam além de bofetadas, chineladas, mordidelas, empurrões, puxões de cabelo, acompanhados por gritos vociferados em alta voz. Quando a luta ganhava contornos mais graves, a pedra também servia para levar por diante os intentos agressivos. Não encontramos a mulher a puxar de uma navalha, agredir com uma faca ou a disparar uma pistola, mas encontra-mo-la a levar com o pau, a ser vítima de

---

<sup>681</sup> Sobre os instrumentos utilizados na idade moderna para agredir leia-se Neto, Margarida Sobral, "A violência em Portugal na Idade Moderna", in *Revista Portuguesa de História...*, p. 19.

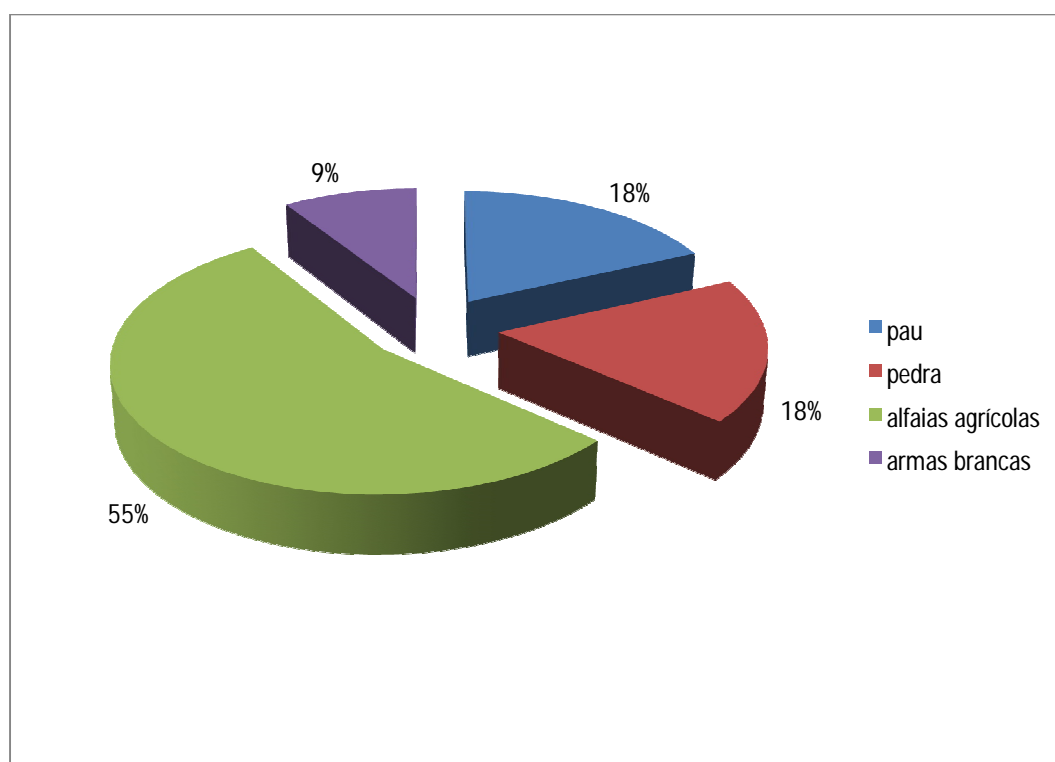
<sup>682</sup> Sobre os instrumentos utilizados para agredir nos Açores, no período compreendido entre 1830 e 1835, leia-se Silva, Susana, Serpa, "1830-1835 – Seis anos de Criminalidade e violência em Ponta Delgada. Subsídios para um estudo multiface", in *Arquipélago. História*, 2.<sup>a</sup> Série, II, 1997, p. 236.



facadas ou de tiros. Por norma, a mulher transformava os objectos da ocasião em armas de circunstância, fosse o chinelo, o cesto ou o guarda-chuva.<sup>683</sup>

Através da análise das fontes, podemos verificar que, desde a segunda metade de setecentos até à segunda metade da centúria seguinte, houve uma transformação nos meios utilizados para agredir, ofender e ferir. Em finais do século XVIII, atendendo ao caso particular do concelho de Paredes de Coura, representado no gráfico 29, constatamos que a maior parte das ofensas corporais foi cometida com o auxílio de alfaias agrícolas, designadamente enxadas, foices e machados.

**Gráfico 29.** Instrumentos utilizados no cometimento de ofensas corporais no concelho de Paredes de Coura (1753-1778)



Fonte: ADVC, *Juízo Ordinário do concelho de Paredes de Coura - Autos de queixas e querela*, n.º 5.9.4 cx 2-6.

<sup>683</sup> Também na comarca de Tavira as mulheres usavam mais armas de ocasião. O homem recorria a armas de fogo e a armas brancas, embora também recorresse, frequentemente, a outros objectos que funcionavam como arma, o que não se verificava no Alto Minho. Leia-se Anica, Aurizia, *A Transformação da Violência no século XIX. O caso da comarca de Tavira...*, pp. 101-102.

Convém referir que o facto de os contendores usarem algumas das alfaias agrícolas para sovar não significa que as agressões tivessem lugar nos campos. Utilizavam-nos porque eram os meios de que dispunham e que serviam, afinal, uma dupla finalidade, ou seja, como ferramentas de trabalho e armas de agressão. Nos lugares, caminhos e montes, os agressores faziam esperas àqueles com quem tinham contas a ajustar, armados de machados, sacholas, foices ou fouchinhas, deixando as vítimas em mau estado, ou mesmo em perigo de vida.

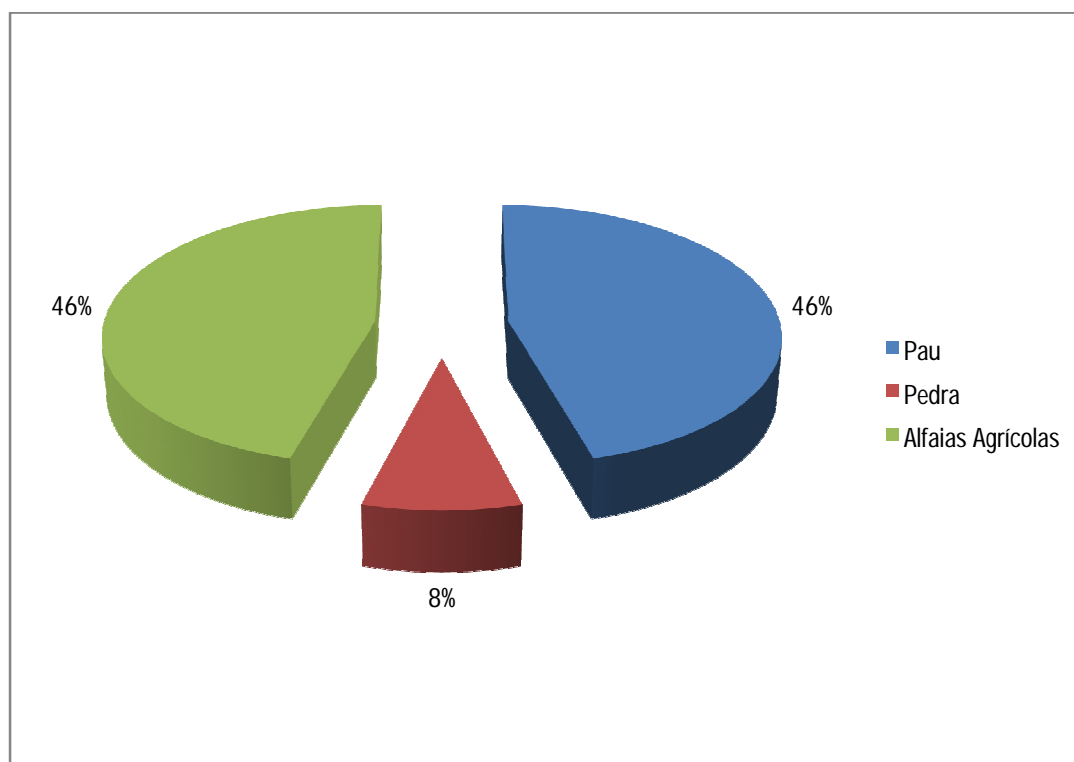
À medida que avançamos na centúria de oitocentos, as alfaias agrícolas, os paus e as pedras, enquanto instrumentos de violência, vão dando lugar às armas de fogo e às armas brancas. Esta situação tornou-se mais evidente a partir de finais da década de trinta do século XIX. No entanto, as alfaias agrícolas, juntamente com o pau, continuaram a fazer estragos nas rixas que se sucediam, como acontecia no concelho de Arcos de Valdevez, no período compreendido entre 1827 e 1835. O cajado era usado sobretudo pelo homem. Acompanhava-o diariamente, servindo para tanger animais e controlá-los no pastoreio e nos trabalhos do campo, para se apoiar e descansar, como elemento de actividades lúdicas e também para bater. Ramalho Ortigão afirmava que os minhotos se agrediam sobretudo pelo recurso à paulada.<sup>684</sup>

---

<sup>684</sup> Ortigão, Ramalho; Queirós, Eça, *As Farpas*, Lisboa, Typographia Universal, 1872, p. 69.

Situação idêntica se verifica em Montemor-o-Velho, Coimbra e Penacova, comarcas estudadas por Irene Vaquinhas onde o pau apresentada uma elevada proeminência enquanto arma de crime. Confira-se Vaquinhas, Irene, *Violência, Justiça e Sociedade Rural. Os campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918...*, pp. 427-431.

**Gráfico 30.** Instrumentos utilizados no cometimento de ofensas corporais no concelho de Arcos de Valdevez (1827-1835)



Fonte: ADVC, *Autos de Querela, Juízo de Fora de Arcos de Valdevez*, n.º 4.1.6.16.

Em 1829, José Narciso da Costa Calheiros apresentou queixa de ferimento contra Rosa, mulher viúva, que, com um pau, tinha agredido o seu filho menor de idade, provocando-lhe várias nódoas e pisaduras no corpo.<sup>685</sup> Por norma, as vítimas das agressões femininas tinham uma complexão física semelhante à sua ou inferior, como, por exemplo, crianças e idosos. Para imobilizar indivíduos de constituição física superior, a mulher recorria a outro tipo de estratégias e subterfúgios, mais refinadas e laboriosas, como, por exemplo, o veneno.

O uso da pedra, enquanto arma, era bastante frequente, sendo utilizada para agredir no caminho, no campo ou na feira.<sup>686</sup> Os efeitos sobre a vítima dependiam sobretudo da pontaria do arremessador, se bem que, pelo menos em alguns casos, as consequências tivessem ido além das expectativas. Foi o que aconteceu com Maria Madalena Vaz, que, numa manhã de Agosto de

<sup>685</sup> ADVC, *Autos de Querela, Juízo de Fora de Arcos de Valdevez*, n.º 4.1.6.16, fls. 13-14.

<sup>686</sup> Sobre o uso da “pedra” ou das “pedras”, enquanto utensílios de agressão consulte-se Lopes, Henrique Augusto Dias, *Poder e Violência em Proença-a-Nova de 1710 a 1750. Um itinerário do quotidiano através das correções e querelas...*, pp. 83-85.

1855, na freguesia de Longos Vales, ao ver Manuel Luís da Preza a lutar com António José de Barros, intrometeu-se na briga com intuito de os separar e acabou por levar com uma pedra na cabeça, arremessada por um dos contendores. Segundo avaliação do médico que a analisou, “tais ferimentos foram julgados como de possível sucesso fatal”.<sup>687</sup>

Como explicar a predominância das armas de fogo e das armas brancas, como instrumentos de violência, a partir da década de trinta? Consideramos que este crescimento se relaciona com a guerra civil (1832-1834), na medida em que se generalizou a posse de armas entre todos aqueles que combateram, colocando recursos bélicos nas mãos de soldados, independentemente da sua facção. Esta conjuntura proporcionou que, no regresso à vida civil, estes homens dispusessem de novos mecanismos de defesa e ofensa, o que se tornou em motivo de inquietação para as autoridades e levou ao desencadeamento de um processo de desarmamento, nomeadamente no distrito de Viana do Castelo, a partir de finais de 1834. Refira-se, a propósito, que as limitações à utilização de armas de fogo conheceram importantes desenvolvimentos ao longo do século XVII<sup>688</sup> e que as preocupações associadas à sua posse e ao seu uso já estavam bem patentes nas Ordenações Filipinas. Também os Estados europeus, confrontados com o problema da disseminação e da falta de controlo de armas pessoais, se viram na necessidade de adoptar medidas com vista a restringir a sua utilização, que se revelaram, aliás, de difícil aplicação, o que explica as transformações que nos séculos seguintes se registaram no desenvolvimento da violência interpessoal.<sup>689</sup>

No século XVII, em Portugal, segundo as leis de 29 de Janeiro de 1634 e de 23 de Julho de 1678, foi interdito o transporte de armas de fogo e de ponta durante a noite. Pelo decreto de 10 de Janeiro de 1641, foi proibido o transporte de espingardas e pistolas, sendo todavia permitido tê-las em casa. Pela lei de quatro de Outubro de 1749, era vedada a posse e o uso de armas de fogo de pelo menos palmo e meio de craveira em cano.<sup>690</sup> Ao longo dos séculos XVII e XVIII, foram discriminadas as situações de excepção, ou seja, os indivíduos que, pelo seu ofício

---

<sup>687</sup> ADVC, *Tribunal da Comarca de Monção. Livro de registo de querelas*, documento avulso.

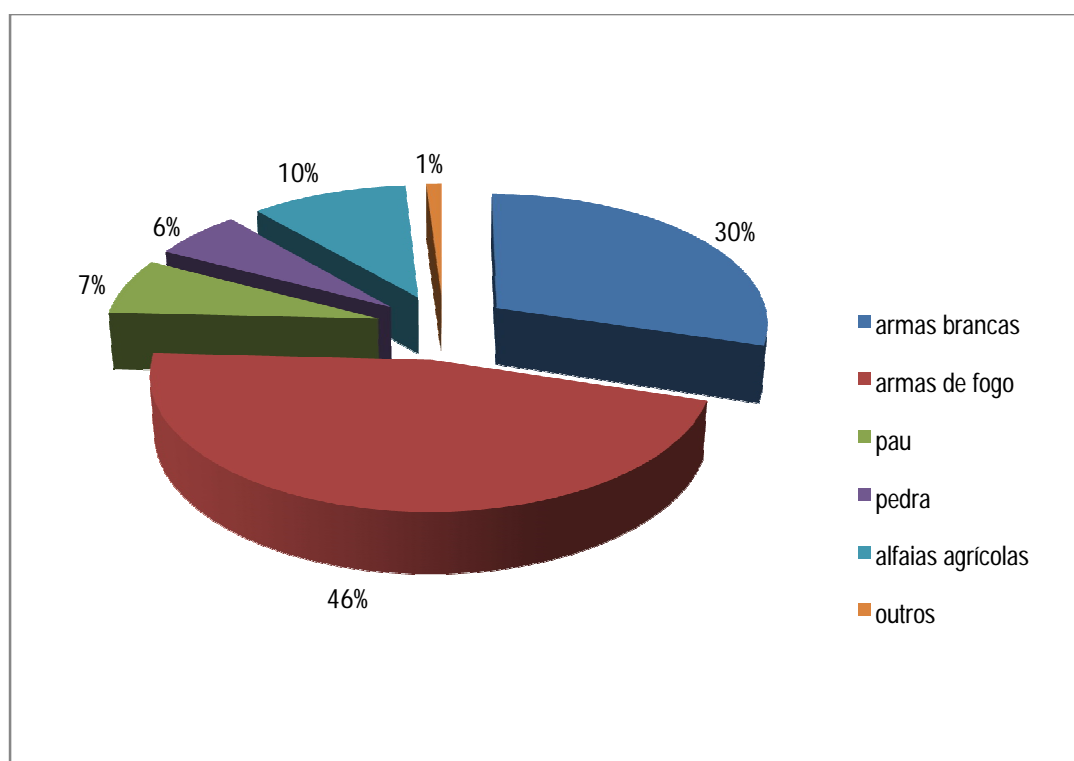
<sup>688</sup> Várias disposições patentes nas Ordenações Filipinas visavam limitar o uso de armas, de acordo com o disposto no Livro V, Título LXXX. Era proibido o transporte de armas defensivas, de dia e noite, com excepção de espadas, adagas e punhais. *Ordenações Filipinas*, Livro V..., pp. 1226-1230.

<sup>689</sup> Confira-se Ruff, Julius, R., *Violence in Early Modern Europe, 1500-1800...*, pp. 45-52.

<sup>690</sup> Thomaz, Manoel Fernandes, *Repertorio Geral, ou Indice Alfabético das Leis Extravagantes do Reino de Portugal, publicadas depois das Ordenações, compreendendo também algumas anteriores, que se achão em observância*, Tomo I, Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1815, p. 65.

ou profissão e para sua defesa, podiam justificar a posse de armas, como, por exemplo, os oficiais, criados, administradores e procuradores do contrato do tabaco,<sup>691</sup> ou ainda os estanqueiros das cartas de jogar.<sup>692</sup>

**Gráfico 31.** Instrumentos utilizados nos delitos praticados no distrito de Viana do Castelo (1839-1845; 1848-1855)



Fonte: AHGCVC, *Registo dos officios para o Ministério de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12; *Registo dos officios dirigidos ao Ministério do Reino*, n.º 1.9.4.13; *Correspondência com o Ministério do Reino de Maio de 1843 a Junho de 1844*, n.º 1.9.4.14; *Correspondência do Ministério do Reino - 1 Julho de 1844 a 31 de Dezembro de 1845*, n.º 1.9.4.15; *Correspondência com o Ministério do Reino de Janeiro de 1848 a Junho de 1849*, n.º 1.9.4.17; *Correspondência com o Ministério do Reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18; *Correspondência com o Ministério do Reino - 1851*, n.º 1.9.4.19; *Correspondência com o Ministério do Reino Janeiro de 1852 a Fevereiro de 1853*, n.º 1.9.4.20; *Correspondência com o Ministério do Reino Março 1853 - Janeiro 1854*, n.º 1.9.4.23; *Correspondência com o Ministério do Reino Fevereiro de 1854 - 1.9.4.22*; *Correspondência com Ministério do Reino de Janeiro a Dezembro de 1855*, n.º 1.9.4.24.

<sup>691</sup> Provisões de 16 de Julho de 1774, 20 de Fevereiro de 1786 e 9 de Dezembro de 1791. Thomaz, Manoel Fernandes, *Repertorio Geral, ou Indice Alphetico das Leis Extravagantes do Reino de Portugal, publicadas depois das Ordenações, comprehendendo também algumas anteriores, que se achão em observância...*, p. 65.

<sup>692</sup> Condição de 11 de 31 de Julho de 1769. Thomaz, Manoel Fernandes, *Repertorio Geral, ou Indice Alphetico das Leis Extravagantes do Reino de Portugal, publicadas depois das Ordenações, comprehendendo também algumas anteriores, que se achão em observância...*, p. 65.

Através do gráfico 31, respeitante ao ciclo compreendido entre 1839 e 1855, embora não seja abrangido o período entre 1845 e 1848, para o qual não dispomos de fontes, verificamos que é clara a preponderância das armas de fogo como instrumentos de consecução de crimes. No século XIX, após a guerra civil, intensificaram-se as medidas restritivas ao uso e posse de armas, com receio de uma acção preparada pelos simpatizantes absolutistas, que colocasse em causa a ordem vigente, indiciada por manifestações de contestação e de resistência às leis promulgadas pelo Estado liberal, no pós-guerra civil, que se desenvolviam na província do Minho.<sup>693</sup> Em Outubro de 1835, foi enviado um ofício a todos os administradores do concelho do distrito de Viana do Castelo, com a finalidade de impedir que os indivíduos identificados como seguidores da causa miguelista usassem armas, ou pelo menos fossem portadores de licença para a sua utilização.

Perante os obstáculos encontrados, o governador civil do distrito decidiu que, em conformidade com as directivas do governo, fossem publicadas as seguintes determinações: a partir do dia um de Setembro de 1836, seriam presos e entregues ao poder judicial todos os indivíduos que tivessem e transitassem com armas proibidas por lei; a posse e o transporte dessas armas careciam de uma licença concedida pela administração do concelho; o uso de caçadeiras só era permitido mediante a concessão de licença, passada pelo administrador do concelho.<sup>694</sup> Outros normativos legais foram publicados com o intuito de regular o acesso a armas. Assim, o decreto de 25 de Outubro de 1836 estipulava que os governadores civis ficariam incumbidos de conceder licença para o porte de armas de fogo, espingardas, clavinas, bacamartes e pistolas; o artigo 2.º deste mesmo decreto proibia as armas curtas, as espingardas e pistolas de fulminantes; o artigo 3.º determinava que os administradores gerais só concederiam licenças para o porte de armas a indivíduos que, pela sua ocupação, delas necessitassem, por razões de segurança e defesa. Essas autorizações, que teriam a validade de seis meses ou um ano, sujeitas a posterior renovação, seriam atribuídas por alvará dos

---

<sup>693</sup> Sobre as motivações dessa contestação confira-se Ferreira, Fátima Sá e Melo, "Modernização e conflito no mundo rural do século XIX: politização e "política popular" na Maria da Fonte", in *Revista da Faculdade de Letras, História*, Porto, III Série, vol. 5, 2004, p. 36. Já na idade moderna, mais propriamente no século XVII, tinham sido tomadas medidas para controlar a posse de armas de fogo. Confirme-se Neto, Margarida Sobral, "A violência em Portugal na Idade Moderna", in *Revista Portuguesa de História...*, p. 19.

<sup>694</sup> AHGCVC, *Registo de Circulares, desde Outubro de 1835 a 4 de Outubro de 1837*, n.º 1.19.4-8.

respectivos administradores gerais, nas quais devia constar o nome, ocupação, idade, estado civil, naturalidade e local de residência do portador.<sup>695</sup>

Todavia, nem sempre a actuação das autoridades era condicente com o respeito pela aplicação das normas impostas. Em Março de 1840, o comandante geral da guarda municipal de segurança pública de Viana comunicou ao governador civil que um indivíduo chegou àquela localidade munido de uma caçadeira sem a competente licença, sendo por isso preso pelas forças de segurança e remetido à presença do administrador do concelho, que não só o libertou como o deixou levar a arma.<sup>696</sup> Este episódio parece indiciar que a posse ilegal de armas contava com a permissividade de alguns agentes locais.

Em 1847, o problema do armamento ressurgiu, em consequência do clima de instabilidade, materializada pela revolta Maria da Fonte, e sentida nos vários concelhos do Alto Minho até finais de Maio de 1846<sup>697</sup> e, posteriormente, a guerra civil da Patuleia. Em 1846, para fazer frente aos revoltosos que agitavam vários lugares do Alto Minho, o governador civil, devido ao desguarnecimento causado pela saída das tropas para outros pontos do Minho, como Braga e Ponte de Lima, ordenou que fossem armados os empregados públicos para enfrentar esses mesmos rebeldes.<sup>698</sup>

Controlada a revolta, ainda num clima de forte instabilidade e crispação política, persistia a circulação de armamento ou a presença de armas que podiam cair nas mãos de sediciosos, ou até mesmo de bandoleiros e salteadores, o que constituiria um perigo para as autoridades instituídas, através do impulsionamento de sublevações populares. O governador civil de Viana do Castelo, em circular de 20 de Janeiro de 1847, tendo conhecimento de que vários indivíduos dispunham de espingardas, baionetas e cartucheiras, pertencentes à fazenda nacional, determinou que os administradores dos concelhos cumprissem o alvará de 20 de

---

<sup>695</sup> *Collecção de leis e outros documentos officiais publicados desde 10 de Setembro até 31 de Dezembro de 1836*, Sexta Série..., p. 75.

<sup>696</sup> AHGCVC, 1.ª Repartição. *Guarda de Segurança Pública*, n.º 1.1.13.4.4-2.

<sup>697</sup> Sobre a revolta da Maria da Fonte no Minho, veja-se Capela, José Viriato, *A revolução do Minho de 1846. Segundo os relatórios de Silva Cabral e Terena José*, Porto, Edições Afrontamento, 1999.

<sup>698</sup> Leia-se Castro, Francisco Cyrne, *A Patuleia no Alto Minho. Alguns pormenores da sua história*, Viana do Castelo, S/ local de ed., 1964, p. 23.

Outubro de 1763,<sup>699</sup> e que num prazo de três dias, a contar a partir da afixação do seu edital, os detentores dessas armas as entregassem ao administrador do respectivo concelho. Caso não cumprissem essa disposição, incorreriam numa pena de 10 meses de cadeia e teriam que pagar o dobro do armamento completo de um soldado por cada peça que fosse achada, duplicando-se o custo em caso de reincidência. Determinava igualmente que os indivíduos que fossem achados com estas armas deveriam ser imediatamente capturados e entregues ao poder judicial.<sup>700</sup>

Por portaria do Ministério do Reino, de 21 de Dezembro de 1847,<sup>701</sup> e pela circular de 24 de Dezembro do mesmo ano, foi reafirmada a necessidade de se realizar a efectiva entrega do armamento, procedendo-se para o efeito à afixação de editais em todos os concelhos. Reconhecia-se que, em consequência da guerra civil, muita gente tinha ficado ilegal e indevidamente com um “considerável número de armas, petrechos e munições”.<sup>702</sup> Este desarmamento incluía as caçadeiras, sempre que os seus donos não estivessem munidos de licenças, de acordo com o estabelecido pelo decreto de 25 de Outubro de 1836 e pelos regulamentos de polícia.<sup>703</sup> Apenas os empregados de fiscalização do contrabando, os recebedores dos concelhos, os empregados do contrato do tabaco e sabão, os ministros e oficiais de justiça, bem como os regedores e cabos de polícia, estavam isentos de licença de porte de arma, quando em serviço.

Eram os militares e as autoridades administrativas que tinham a incumbência de retirar as armas aos civis, sobretudo aos que se mostravam desafectos ou tinham participado em movimentos e tumultos populares. Muitos reivindicavam a restituição de espingardas e caçadeiras, dizendo-se afectos à Rainha, à Carta, jurando que nunca tinham participado em movimentações e sublevações populares ou usado armas com essa finalidade.<sup>704</sup> Outros

---

<sup>699</sup> Segundo este alvará, ninguém podia permanecer mais de 10 dias com armamento de tropa em casa. Thomaz, Manoel Fernandes, *Repertorio Geral, ou Indice Alphabetico das Leis Extravagantes do Reino de Portugal, publicadas depois das Ordenações, comprehendendo também algumas anteriores, que se achão em observância...*, p. 65.

<sup>700</sup> AHGCVC, *Circulares a várias autoridades – Janeiro a Setembro de 1847*, n.º 1.10.4.11, não paginado.

<sup>701</sup> AHGCVC, *Circulares a várias autoridades...*, n.º 1.10.4.11, não paginado.

<sup>702</sup> *Collecção Official de legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1847, p. 529.

<sup>703</sup> AHGCVC, *Circulares a várias autoridades...*, n.º 1.10.4.11, não paginado.

<sup>704</sup> AHGCVC, *Representações pedindo se lhes entreguem as armas caçadeiras que se lhes tinham tirado, e seu uso*, n.º 1.19.2.6-2, não paginado.



alegavam o exercício de cargos, o risco de sofrerem ataques de salteadores ou a posse de bens valiosos e as suas casas estarem situadas em locais isolados.<sup>705</sup> Havia ainda alguns que justificavam a necessidade da arma para abater os animais selvagens que atacavam o gado e estragavam as culturas.<sup>706</sup> As reclamações eram dirigidas ao administrador do respectivo concelho, que por sua vez oficiava ao governador civil mencionando os fundamentos invocados pelos requerentes. No entanto, nem sempre o parecer do administrador do concelho era favorável e, por isso, desaconselhava a restituição da arma. António José de Araújo Sousa Barros, morador na freguesia de Vitorino de Piães, Ponte de Lima, solicitou a devolução da espingarda que lhe fora retirada, por ser proprietário de avultados bens, estanqueiro do negócio do tabaco, sabão e pólvora e escrivão do juízo de paz. Todavia, o administrador do concelho de Ponte de Lima comunicou ao governador civil que o suplicante era

“[...] um proprietário soffrivél, é estanqueiro do negocio do tabaco, sabão e pólvora, e escrivão do juízo de paz na sua freguesia, que se compõem de duzentos fogos: é-lhe permitido o uso de armas ofensivas e defensivas [...] mas fora desses serviços não o acho digno, porque foi um dos revolucionários agitadores dos povos, vindo armado com elles a esta villa em 1846, pertencendo elle ao partido opposto á carta e rainha, como ainda hoje pertence pode fazer mau uso da referida arma quando lhe seja concedida.”<sup>707</sup>

Na década de cinquenta, persistia a necessidade de reforçar as medidas para fazer face ao número de crimes praticados por todo o país com armas de fogo, nomeadamente no distrito de Viana do Castelo. Por conseguinte, e de acordo com a portaria do Ministério dos Negócios do Reino, datada de 17 de Março de 1851, ordenava-se um maior empenho na aplicação das leis

---

<sup>705</sup> AHGCVC, *Representações pedindo se lhes entreguem as armas caçadeiras que se lhes tinham tirado, e seu uso*, n.º 1.19.2.6-2, não paginado.

<sup>706</sup> AHGCVC, *Representações pedindo se lhes entreguem as armas caçadeiras que se lhes tinham tirado, e seu uso*, n.º 1.19.2.6-2, não paginado. Muitas vezes, as comunidades e os próprios poderes locais organizavam montarias para matar os lobos que desciam às aldeias. Sobre a caça aos lobos e outros animais selvagens, que tinha lugar sobretudo nos concelhos mais serranos e montanhosos de Melgaço, Arcos de Valdevez, Ponte da Barca e Paredes de Coura leia-se Capela, José Viriato Capela, “Gado bravo, fojos e montarias” in Capela, José Viriato (coord.), *As Freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património...*, pp. 631-632.

<sup>707</sup> AHGCVC, *Representações pedindo se lhes entreguem as armas caçadeiras que se lhes tinham tirado, e seu uso*, n.º 1.19.2.6-2, não paginado.

relativas à posse de armas, que não estariam a ser respeitadas nos concelhos do referido distrito.<sup>708</sup>

Em 1853, a situação era particularmente perigosa em Viana do Castelo, o que levou o agente do ministério público a contactar o governo civil, devido ao escândalo que se vivia naquele concelho, onde um elevado número de pessoas circulava armado, mas sem licença.<sup>709</sup> No entanto, a posse ilegal de armas não se traduziu, neste caso em particular, num incremento da criminalidade.<sup>710</sup>

As recomendações sobre este assunto foram renovadas em 1858, face à persistência do problema. Assim, e com intuito de fiscalizar a acção dos próprios administradores do concelho e garantir a observância das normas estabelecidas, ordenava-se a entrega, nos dias um e 15 de cada mês, no governo civil, de uma relação com os nomes dos indivíduos que utilizaram armas sem licença, registando igualmente as penas impostas.<sup>711</sup>

As autoridades preocupavam-se com o cumprimento das normas constantes do decreto de 25 de Outubro de 1836, dado que a sua inaplicabilidade ou a negligência dos poderes administrativos punham em causa a tranquilidade pública, permitindo que muitos detentores de armas de fogo escapassem ao controlo exercido através da concessão da licença. Segundo o ofício recebido do Ministério do Reino, os infractores usavam-nas para proteger o contrabando a que se dedicavam na raia, sendo elevado o número de empregados fiscais que tinha como missão impedir a prática deste delito, que prejudicava os interesses económicos do Estado.<sup>712</sup>

No sentido de garantir o cumprimento da lei e pôr termo aos abusos registados, o administrador do concelho de Ponte de Lima, atendendo ao decreto de 25 de Outubro de 1836, sugeriu que as licenças para o uso e porte de arma não fossem concedidas pelo governo civil, mas sim pelas administrações dos concelhos. Considerava que a deslocação e as despesas relacionadas com a sua obtenção eram factores que levavam os indivíduos a infringir a lei. Não podemos esquecer que muitos viviam em aldeias longínquas e que para chegarem à sede do

---

<sup>708</sup> AHGCVC, *Cópia das Circulares a vários Administradores – Janeiro de 1851 a Dezembro de 1852*, n.º 1.7.2.17, não paginado.

<sup>709</sup> AHGCVC, *Correspondência com os administradores dos concelhos – Janeiro de 1853 a Agosto de 1854*, n.º 1.7.2.17, não paginado.

<sup>710</sup> Em 1853, em Viana do Castelo, apenas registamos o cometimento de um crime com recurso a espingarda. AHGCVC, *Correspondência com o ministério do reino Março 1853-Janeiro 1854*, n.º 1.9.4.23, não paginado.

<sup>711</sup> AHGCVC, *Registo Geral – Agosto de 1848 a Novembro de 1859*, n.º 1.10.3.7, não paginado.

<sup>712</sup> AHGCVC, *Portarias e ofícios do Ministério do Reino*, 1.13.4.6-3, não paginado.

concelho gastavam muito tempo e dinheiro. Defendia igualmente que as licenças concedidas deviam ser permanentes, ou ter pelo menos a validade de um ano.<sup>713</sup>

Entretanto, importa salientar que, à medida que se assume como o garante da segurança pública, o Estado teve de acautelar não apenas a segurança a nível interno, mas também face ao exterior, o que implicou, por um lado, uma menor tolerância face à violência e, por outro, a existência de forças devidamente armadas com o objectivo de controlar os seus membros e de ripostar tentativas organizadas de ataque.

A faca era a arma branca mais utilizada e que provocava graves ferimentos, por vezes a morte da vítima. A presença deste apetrecho nos bolsos dos alto minhotos pode ser explicada pela sua relação com determinados ofícios, por exemplo, os cesteiros. Geralmente, as costas eram a parte do corpo mais atingida com este instrumento. Por vezes, era utilizada para cometer suicídio ou apenas para intimidar, mas na maior parte das situações analisadas as consequências dos ferimentos causados foram bem graves. Encontrámos a faca apenas nas mãos de elementos do sexo masculino, sendo do mesmo sexo a maioria das vítimas dos golpes provocadas com esta arma. O segundo instrumento em destaque era a navalha, em particular a navalha de mola. Objecto contundente tipicamente masculino, sobressai enquanto única arma branca a ser usada nos crimes registados entre Janeiro de 1852 e Dezembro de 1855.<sup>714</sup> A zona lombar e a cabeça eram o alvo preferencial das navalhadas. Entre 1839 e 1845 e entre 1848 e 1855, 71,2 % dos delitos com armas brancas implicaram o uso da faca; 15,4% da navalha; 5,8% da baioneta; 5,8% do punhal e 1,9% do florete.<sup>715</sup>

---

<sup>713</sup> AMPL, *Administração do Concelho. Livro de Registo da Correspondência expedida para o Governo Civil*, n.º 2.2.1.15, não paginado.

<sup>714</sup> AHGCVC, *Correspondência Com o Ministério do Reino de Janeiro a Dezembro de 1855*, n.º 1.9.4-23, não paginado; *Correspondência com o ministério do reino Fevereiro de 1854*, n.º 1.9.4.22, não paginado; *Correspondência com o ministério do reino Janeiro de 1852 a Fevereiro de 1853*, n.º 1.9.4.20, não paginado.

<sup>715</sup> AHGCVC, *Registo dos officios para o Ministério de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12, não paginado; *Registo dos officios dirigidos ao Ministério do Reino*, n.º 1.9.4-13, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino de Maio de 1843 a Junho de 1844*, n.º 1.9.4-14, não paginado; *Correspondência do Ministério do Reino - 1 Julho de 1844 a 31 de Dezembro de 1845*, n.º 1.9.4.15, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino de Janeiro de 1848 a Junho de 1849*, n.º 1.9.4-17, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18; *Correspondência com o Ministério do Reino - 1851*, n.º 1.9.4-19, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Janeiro de 1852 a Fevereiro de 1853*, n.º 1.9.4.20, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Março 1853 - Janeiro 1854*, n.º

No que concerne às armas de fogo, a predominância pertence à espingarda (58,1%), seguida pela pistola (19,4%), pela clavina (12,9%) e pelo bacamarte (9,6%). As armas de fogo serviam não só para o cometimento de actos violentos, mas também como instrumento intimidatório, sobretudo quando utilizadas por salteadores nos ataques a casas ou nos caminhos.

A prática da caça também contribuía para a posse e uso de armas de fogo no espaço rural. É ainda de salientar que na maior parte das circunstâncias não conseguimos identificar o tipo de arma de fogo utilizada, dado que as autoridades se limitavam a indicar o disparo de um tiro ou de uma bala, não especificando a arma utilizada.

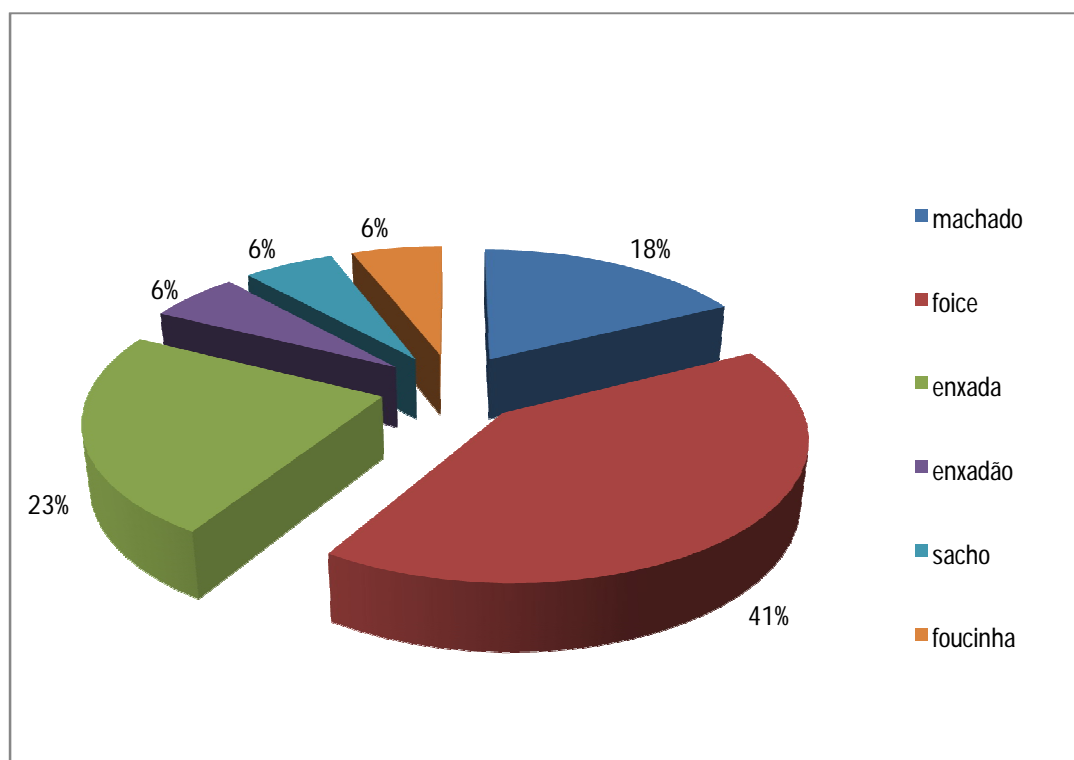
No que respeita aos utensílios agrícolas, aqueles que mais rapidamente se transformavam em instrumentos de agressão eram a foice, largamente utilizada, seguida pela enxada, havendo igualmente ofensas cometidas com recurso à machada ou ao machado, à fouchinha, ao sacho e ao enxadão.<sup>716</sup> A predominância da foice e da enxada resulta do facto de serem essas as ferramentas de que o homem mais se servia nas lidas do campo.

---

1.9.4.23, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Fevereiro de 1854* – n.º 1.9.4.22, não paginado; *Correspondência com Ministério do Reino de Janeiro a Dezembro de 1855*, n.º 1.9.4-24, não paginado.

<sup>716</sup> Para o estudo que realizou para Óbidos, Dina Catarina Duarte Alves, entre 1595 e 1680 apresenta como principais instrumentos agrícolas de agressão a segoda e a aralha, o que nos leva a presumir a existência de variações regionais no que atende a esta realidade. Alves, Dina Catarina Duarte, *Violência e Perdão em Óbidos (1595-1680)*..., pp. 121-124.

**Gráfico 32.** Instrumentos agrícolas utilizados como armas de agressão (1848-1855)



Fonte: AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino de Janeiro de 1848 a Junho de 1849*, n.º 1.9.4-17; *Correspondência com o Ministério do Reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18; *Correspondência com o Ministério do Reino - 1851*, n.º 1.9.4-19; *Correspondência com o Ministério do Reino Março 1853 - Janeiro 1854*, n.º 1.9.4.23; *Correspondência com o Ministério do Reino Janeiro de 1852 a Fevereiro de 1853*, n.º 1.9.4.20; *Correspondência com o Ministério do Reino Fevereiro de 1854*, n.º 1.9.4.22; *Correspondência com Ministério do Reino de Janeiro a Dezembro de 1855*, n.º 1.9.4-24.

Em caso de violência imprevista, um vasto leque de objectos podia transformar-se em armas de ocasião: guarda-chuvas, estacas, chinelas, telhas, agulhas, cestos, trancas de janela, agulhão ou a bengala. No meio rural, a escolha das armas era fortemente condicionada pelo contexto em que os contedores se encontravam inseridos, o que explica a persistência das ferramentas agrícolas como mecanismos agressores,<sup>717</sup> embora outros factores, como o sexo, a idade e a condição social, também sejam de considerar.

<sup>717</sup> Veja-se o caso da bengala, que surge em Lisboa como um instrumento de agressão, ao passo que, para o Alto Minho, encontramos apenas uma referência à utilização deste acessório com tal finalidade. Pedro José Ribeiro Viana agrediu à bengalada um oficial de diligências quando este se deslocou à casa de José Malheiro de Sousa e Meneses, na rua de Fonte da Vila, em Ponte de Lima, para o levar, sob custódia, à administração do concelho. AMPL, *Administração do Concelho, Auto de Investigação* n.º 1888, não paginado. Sobre o uso da bengala como instrumento de agressão leia-se Vaz, Maria João Mendes, *A Criminalidade em Lisboa entre meados do século XIX e o início do século XX...*, pp. 543-544.

É necessário igualmente referir que, pelas consequências a nível físico, que podiam ser provocadas pelas armas de fogo e pelas armas brancas, muitos dos incidentes que envolviam o uso de mãos e pés ou paus, pedras e alfaías agrícolas, nem sequer chegavam ao conhecimento das autoridades, o que nos leva a concluir que se sobrevalorizava a violência com recurso a facas, navalhas, pistolas, baionetas e espingardas, precisamente pelo seu maior impacto e pelas marcas que deixavam nas vítimas.

Com base em fontes de natureza distinta, umas de carácter judicial e outras de carácter administrativo, procurámos perceber não só como se batia, mas que partes do corpo eram atingidas. Constatamos que a cabeça era o alvo preferencial, quer se tratasse de agressores do sexo masculino, quer feminino, seguida a larga distância pela parte superior do corpo, braços, mãos e só depois surgem os membros inferiores.

**Quadro 22. Discriminação das partes do corpo atingidas**

Parte do corpo	Paredes de Coura (1753-1778)	Arcos de Valdevez (1827-1835)	Valença (1826-1836)	Monção (1851-1857)	Viana do Castelo (1804-1808)	Distrito de Viana do Castelo (1839-1845)	Distrito de Viana do Castelo (1848-1855)
Cabeça	2	13	4	18	3	13	41
Testa	-	2	-	1	-	-	1
Nariz	-	-	1	1	-	-	1
Olhos	-	-	-	1	-	1	-
Orelhas	-	3	1	-	-	3	1
Lábios	-	-	-	1	-	1	5
Rosto	-	9	2	4	1	2	6
Sobrancelhas	-	1	-	-	1	-	-
Braço	-	10	-	10	3	1	-
Antebraço	-	-	-	1	-	1	4
Ombro	-	2	-	1	1	2	1
Peito	-	-	2	3	-	1	-
Costas	-	-	-	1	-	1	-
Ventre	-	-	-	1	-	2	2
Costelas	-	-	-	3	-	1	2
Perna	-	-	-	1	1	1	1
Coxa	-	1	-	-	1	13	41
Mão	-	5	-	6	-	-	1
Dedo	-	2	-	1	-	-	1

Fonte: ADVC, *Juízo Ordinário do concelho de Paredes -de Coura - Autos de queixas e querela*, n.º 5.9.4 Cx 2-6; *Autos de Querela, Juízo de Fora de Arcos de Valdevez*, n.º 4.1.6.16; *Autos de Querela, Juízo de Direito da Comarca de Valença*, n.º 5.8.3.16; Tribunal da Comarca de Monção, *Livro de Registos Crime; Livro de Registo Crime-1853; Livro n.º 2 de Registos – 1851; Livro de registos Crime – n.º 1*, documentos avulsos; Tribunal da Comarca de Viana de Viana do Castelo. *Procuradoria Régia*, n.º 4.89.1.9; AHGCVC, *Correspondência do Ministério do Reino - 1 Julho de 1844 a 31 de Dezembro de 1845*, n.º 1.9.4.15; *Registo dos officios para o Ministério de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12; *Registo dos officios dirigidos ao Ministério do Reino*, n.º 1.9.4.13; *Correspondência com o Ministério do Reino de Maio de 1843 a Junho de 1844*, n.º 1.9.4.14. *Correspondência com o Ministério do Reino de Janeiro de 1848 a Junho de 1849*, n.º 1.9.4.17; *Correspondência com o Ministério do Reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18; *Correspondência com o Ministério do Reino - 1851*, n.º 1.9.4.19; *Correspondência com o Ministério do Reino Março 1853 - Janeiro 1854*, n.º 1.9.4.23; *Correspondência com o Ministério do Reino Janeiro de 1852 a Fevereiro de 1853*, n.º 1.9.4.20; *Correspondência com o Ministério do Reino Fevereiro de 1854 - 1.9.4.22; Correspondência com Ministério do Reino de Janeiro a Dezembro de 1855*, n.º 1.9.4.24.

O “lutar de cabeça erguida”, sinal de coragem e honradez, para repor o bom nome, a honra e a respeitabilidade do ofendido, visava calar a boca que proferira injúrias e alimentara mexericos. O facto de, por questões culturais, se começar a lutar de cima para baixo, sendo a

cabeça e o rosto as partes mais representativas e que melhor simbolizam o indivíduo, são alguns dos factores que poderão explicar o facto de a cabeça ser, como foi assinalado, o principal alvo das investidas do agressor.

O uso de qualquer instrumento ou objecto de agressão, fosse a pedra, o pau, a espingarda ou a foice, era direccionado para a cabeça da potencial vítima.<sup>718</sup> São vários os agredidos a queixar-se de que “lhe atirou com uma enxada a cabeça”, “com um pau ou vara comprido que tinha na mão lhe descarregou na cabeça uma pancada com que lhe fez um ferimento que cortou couro e carne”, “um deles lhe dera uma pancada na cabeça” ou “fora gravemente ferida na cabeça com instrumento contundente”.<sup>719</sup> A cabeça era alvo de investida nas suas diferentes zonas, quer na parte posterior, sobretudo parietal, mas também frontal, quer na parte anterior, na região occipital. A incidência sobre as duas primeiras zonas poderá indiciar que houve um embate directo, frente a frente, entre o ofensor e a vítima. As agressões que atingiam a região occipital indicam a ocorrência de ataques à traição, em que a vítima foi apanhada desprevenida. Embora os indivíduos apresentassem, frequentemente, lesões na cabeça, as agressões concentravam-se sobretudo no rosto, que, sobretudo nos concelhos de Arcos de Valdevez e Monção, era uma das partes frequentemente atingida, como se pode verificar no quadro 22.

Os braços eram outra das partes afectadas. Falhando o alvo principal, a cabeça, atacavam-se os braços, antebraços e ombros, dada a importância dos membros superiores, principais instrumentos de trabalho nas sociedades rurais, o que poderia ser importante na avaliação do impacto da contenda sobre a vítima e os seus afazeres quotidianos.

---

<sup>718</sup> O mesmo se regista em Coimbra, Penacova e Montemor-o-Velho, comarcas analisadas por Irene Vaquinhas, onde a cabeça era o principal alvo da agressividade do agressor. Vaquinhas, Irene, *Violência, Justiça e Sociedade Rural. Os campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918...*, pp. 431-432. Situação idêntica verificava-se em Montemuro, no período compreendido entre 1708 e 1820, onde também a parte superior do tronco constituía o principal alvo do agressor, como podemos averiguar na obra de Ramos, Anabela, *Violência e Justiça em Terras do Montemuro – 1708-1820...*, pp. 52-56; em Ponta Delgada, as partes do corpo mais atingidas também eram a cabeça e o rosto, como é possível consultar no estudo realizado por Silva, Susana Paula Franco Serpa, *Criminalidade e Justiça na Comarca de Ponta Delgada. Uma abordagem aos processos penais (1830-1841)...*, p. 166; em Óbidos, a cabeça era igualmente a parte do corpo mais atingida. Veja-se Alves, Dina Catarina Duarte, *Violência e Perdão em Óbidos (1595-1680)...*, pp. 122-123.

<sup>719</sup> ADVC, Tribunal da Comarca de Monção, *Livro de Registos Crime*, documento avulso.



A gravidade da agressão era determinada pelo facto de provocar a morte ou incapacidade dos contendores. Neste caso, era indispensável determinar se a incapacidade era permanente ou temporária. Se se verificasse a última hipótese, seria necessário atender ao período de tempo que o indivíduo ficaria incapaz, ou ainda se da mesma resultava deficiência, deformidade ou cicatriz.<sup>720</sup>

---

<sup>720</sup> Conforme a gravidade e as consequências dos ferimentos, havia depois um escalonamento e uma diferenciação das penas a aplicar. Por exemplo, segundo o artigo 359.º do Código Penal de 1852, “Aquele que voluntariamente, com alguma offensa corporal, maltratar alguma pessoa, não concorrendo qualquer das circunstâncias enunciadas nos artigos seguintes, será punido, accusando o offendido, com a prisão de trinta e três dias, ou se houver premeditação com a prisão ou desterro até seis mezes”. No entanto, segundo o artigo 360.º do mesmo Código, “Toda a offensa corporal voluntária, que causar alguma ferida, contusão ou soffrimento de que ficasse algum vestigio ou produzisse alguma doença ou impossibilidade de trabalhar, será punida com a prisão de seis mezes a dois annos.” Estavam previstas outras especificações nos artigos 361.º, 362.º, 363.º, 364.º, 365.º, 366.º, 367.º. Leia-se *Código Penal de 1852...*, pp. 114-116.

### **Capítulo III**

#### **A CRIMINALIDADE NO ALTO MINHO**



## 1. Crimes e delitos no Alto Minho: características gerais

No decurso do século XIX, à semelhança do que acontecia noutros países europeus, também Portugal procurou qualificar e quantificar o crime, recorrendo à construção de estatísticas.<sup>1</sup> Através dos números expostos por essa via, e salvaguardados os vários condicionalismos que afectaram a sua elaboração e as ambiguidades relacionadas com a sua interpretação, conseguimos perspectivar algumas conclusões relevantes para o conhecimento da criminalidade portuguesa a partir da década de trinta do século XIX.<sup>2</sup>

As primeiras estatísticas publicadas no Diário do Governo datam de 1837. No caso particular do distrito de Viana do Castelo, os números referentes a esse ano não foram publicitados,<sup>3</sup> tendo que se aguardar por 1839 para serem conhecidos os números do crime desta circunscrição administrativa.<sup>4</sup>

Convém, antes de mais, esclarecer a procedência das estatísticas a que recorremos, dado que a sua recolha se baseou na prospecção de fontes de natureza diversa, bem como assinalar o seu carácter esparso e parcelar. O esclarecimento quanto à origem e à entidade que as promoveu justifica-se, desde logo, pelo facto de, para o mesmo ano, encontrarmos estatísticas com valores distintos, ainda que as diferenças não sejam substanciais. Reconhecidas as fragilidades deste instrumento, a sua utilização tem em vista a averiguação das tendências gerais da criminalidade no Alto Minho e de um eventual padrão de evolução deste fenómeno.

A quantificação da informação começou a assumir uma importância cada vez maior com os governos liberais, tendo em vista não só a obtenção de dados mais rigorosos sobre o crime,

---

<sup>1</sup> Sobre a organização da estatística criminal em Portugal consulte-se Vaz, Maria João, *Crime e Sociedade. Portugal na segunda metade do século XIX*, Oeiras, Editora Celta, 1998, pp. 120-129. Acerca das ambiguidades inerentes à construção das estatísticas e a leitura dos números nelas apresentados leia-se Weinberger, Barbara, "Crime Rates and Their Genesis in Britain", in Johnson, Eric. A; Monkkonen, Eric H. (Edit.), *The civilization of crime. Violence in Town and Country since the Middle Ages*, Chicago, University of Illinois Press, 1996, pp. 198-200.

<sup>2</sup> Sobre as primeiras estatísticas produzidas em Portugal leia-se Ferreira, Maria Emília Cordeiro, "Estatística", in Serrão, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1975, pp. 456-462. Acerca da organização de estatísticas criminais na Inglaterra consulte-se Emsley, Clive, *Crime and Society in England. 1750-1900*, Londres, Longman, 1987, pp. 18-43. Sobre a quantificação e qualificação do crime veja-se Mantecón Movellán, Tomas A., "Meaning and social context of crime in préindustrial times: rural society in the North of Spain, 17th and 18th centuries", in *Crime, Histoire & Sociétés/Crime, History and Societies*, vol. 2, n.º 1, 1998, pp. 52-53.

<sup>3</sup> Referimo-nos ao *Diário de Governo* de 19.01.1838, n.º 37, p. 65.

<sup>4</sup> *Diário de Governo* de 20.02.1840, n.º 44, p. 237.

de modo a que as autoridades se munissem de instrumentos adequados para o combater, mas também sobre as actividades económicas, a população e as suas características.<sup>5</sup> Com base nos elementos recolhidos, elaboravam-se estudos estatísticos, transformados em meios auxiliares na tarefa de diagnosticar o estado do reino nas suas mais diversas vertentes, e procurava-se definir e promover as reformas julgadas indispensáveis.<sup>6</sup>

A organização de estatísticas criminais reflecte a importância que a problemática da delinquência tinha para o regime liberal. Numa conjuntura pós-guerra civil, o crime era concebido, inicialmente, como produto da violência política e do cenário de confrontação que persistia em várias regiões. A construção das estatísticas constituía uma espécie de barómetro da organização e do funcionamento, a nível local, das estruturas do Estado, nos domínios administrativo e judicial. A insipiência dos primeiros mapas foi dando lugar a estatísticas cada vez mais completas e objectivas.

Tendo em vista a elaboração de estatística criminal, e conforme o estabelecido no Regulamento do Ministério Público, em 1835 começou a ser solicitada aos agentes do ministério público a remessa para o Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, com uma periodicidade trimestral, de informação sobre os crimes.<sup>7</sup>

De acordo com o disposto na circular 31 de Março de 1837, era aos administradores gerais que competia o envio dos mapas estatístico-criminais para o Ministério do Reino. Todavia, face à displicência e arbitrariedade de alguns administradores, que simplesmente não procediam à expedição desses documentos, tal obrigação foi reforçada em portaria emanada do referido Ministério e datada de oito de Novembro de 1837.<sup>8</sup> Através de diploma similar, datado de 22 de Dezembro do mesmo ano, insistia-se na necessidade de os administradores gerais remeterem,

---

<sup>5</sup> Sobre a importância da estatística como instrumento de governação veja-se Foucault, Michel, *Segurança, Território, População. Curso dado no Collège de France (1877-1978)*, São Paulo, Martins Fontes, 2008, pp. 138-139.

<sup>6</sup> A título exemplificativo, a circular de 20 de Outubro de 1835 solicitava a todos os governos civis a classificação da população com base na idade, no sexo e na profissão. Veja-se *Collecção de Leis e outros documentos oficiais publicados desde 15 de Agosto de 1834 até 31 de Dezembro de 1835*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1837, pp. 368-370.

<sup>7</sup> *Collecção de Leis e outros documentos oficiais publicados desde 15 de Agosto de 1834 até 31 de Dezembro de 1835*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1837, p. 431.

<sup>8</sup> *Collecção de Leis e outros documentos oficiais publicados no 2.º semestre de 1837*, Segunda Parte, Sétima Série..., 1837, p. 192.

mensalmente, um mapa estatístico dos crimes cometidos nos seus distritos, até dia 15 do mês subsequente.<sup>9</sup>

Em 1839, foi promulgada legislação no sentido de organizar, de forma mais coerente e objectiva, a elaboração da estatística criminal, dado que, segundo o Ministério do Reino, estavam a ser enviadas a esta entidade informações respeitantes apenas ao número de indivíduos condenados e não, como se pretendia, ao número de delitos efectivamente praticados. Face às incoerências, foi determinado pela portaria do Ministério do Reino, de 26 de Julho desse ano, que as estatísticas criminais se deviam basear nos crimes praticados e não no número de indivíduos presos nas cadeias, e que competia ao governador civil do distrito a sua elaboração com base nos dados fornecidos semanalmente pelos administradores dos concelhos.<sup>10</sup>

Para o ano de 1840, não dispomos de estatística organizada relativa ao distrito de Viana do Castelo, embora possamos aproveitar os números resultantes das ocorrências notificadas pelos administradores dos concelhos. No ano subsequente, essa estatística foi preparada e enviada ao Ministério do Reino, de acordo com o estabelecido na portaria de seis de Março de 1841, que determinava que a comunicação dos crimes efectivamente cometidos teria de ser efectuada semestralmente. Para além da estatística criminal, o governador civil deveria igualmente elaborar um parecer devidamente fundamentado sobre o estado da tranquilidade pública, da segurança individual e da propriedade.<sup>11</sup>

Em 1843, foram publicados no Diário do Governo de sete de Setembro os dados da criminalidade fornecidos pelos governos civis ao Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, relativos ao primeiro semestre do mesmo ano, e os referentes ao segundo semestre foram divulgadas em um de Maio de 1844. No entanto, há razões para duvidar da fiabilidade das informações, uma vez que o próprio governador civil do distrito de Viana do Castelo questionou os valores apresentados pelos concelhos sob sua jurisdição, acusando os respectivos administradores de omitirem os valores reais do crime para assim transmitirem uma imagem de segurança e tranquilidade, que, na realidade, não existia nas suas localidades.<sup>12</sup>

---

<sup>9</sup> *Collecção de Leis e outros documentos oficiais publicados no 2.º semestre de 1837*, Segunda Parte, Sétima Série..., p. 252.

<sup>10</sup> *Collecção de Leis e outros documentos oficiais publicados no ano de 1839...*, 1839, pp. 213-214.

<sup>11</sup> Confira-se *Collecção Official de Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1842, p. 26.

<sup>12</sup> AHGCVC, *Registo das circulares para Administradores dos Concelhos desde 27 de Agosto de 1841 a 28 de Junho de 1844*, n.º 1.10.4.31, não paginado.

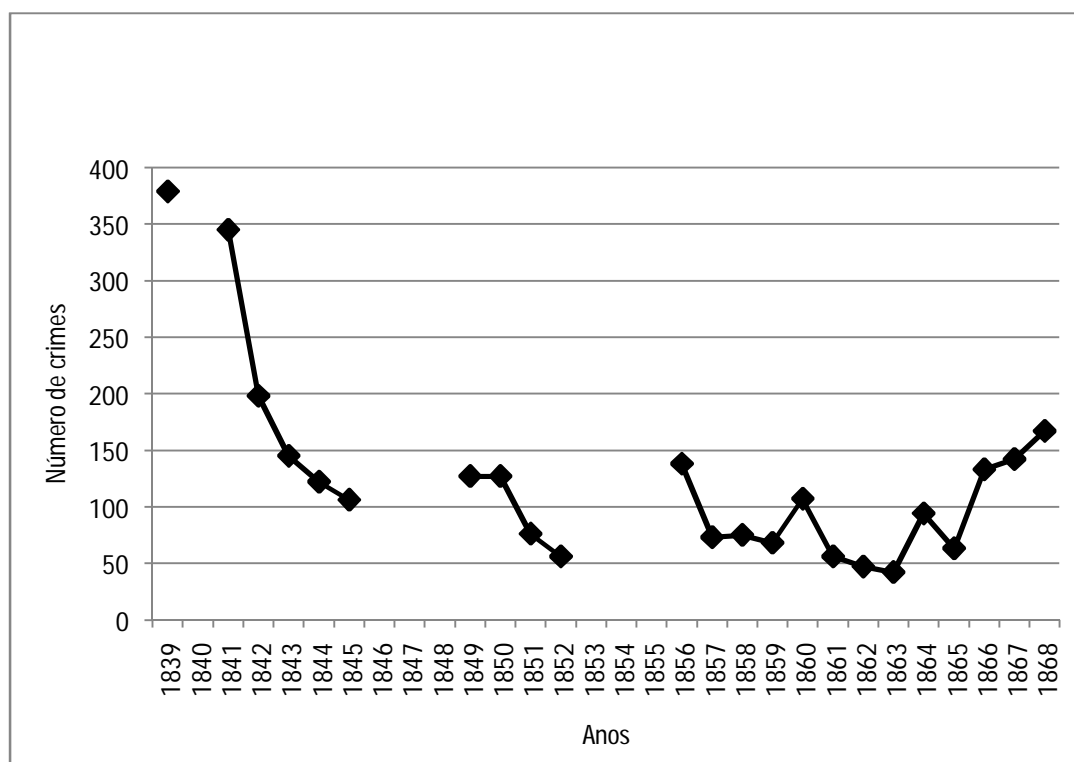
Para os anos subsequentes das décadas de quarenta, cinquenta e sessenta, recorreremos igualmente às estatísticas produzidas pelo governo civil e enviadas para o Ministério do Reino e para o Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça. Alguns destes mapas foram publicados nos *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública do Continente do Reino e das Ilhas Adjacentes* respeitantes aos anos de 1856, 1858, 1859, 1860, 1861. Outros mapas foram igualmente divulgados nos *Relatórios da Junta Geral de Distrito*, sempre com base nos elementos fornecidos pelo governo civil referentes aos anos de 1865 a 1868. Para o período compreendido entre 1853 e 1855, apesar de não dispormos de estatísticas organizadas, considerámos as participações semanais dos administradores dos concelhos ao governador civil, que nos permitem conhecer a evolução do comportamento criminal dos habitantes do distrito de Viana do Castelo.

Com base nos dados organizados pelas autoridades administrativas, elaborámos o gráfico 1.<sup>13</sup> Como se verifica, os períodos que registaram maiores índices de criminalidade situam-se em finais da década de trinta e durante a primeira parte da década de quarenta. Apesar das lacunas existentes, é possível verificar que a partir do último período assinalado, a criminalidade baixou, mantendo-se com ligeiras oscilações até meados da década de sessenta.

---

<sup>13</sup> Sobre outros estudos regionais baseados nas estatísticas criminais veja-se para a região do Alentejo, particularmente o distrito de Évora, Pereira, José Pacheco, "As lutas sociais dos trabalhadores alentejanos: do banditismo à greve", in *Análise Social*, vol. XVI (61-62), 1980, pp. 135-156.

**Gráfico 1.** Estatística criminal para o distrito de Viana do Castelo (1839-1868)

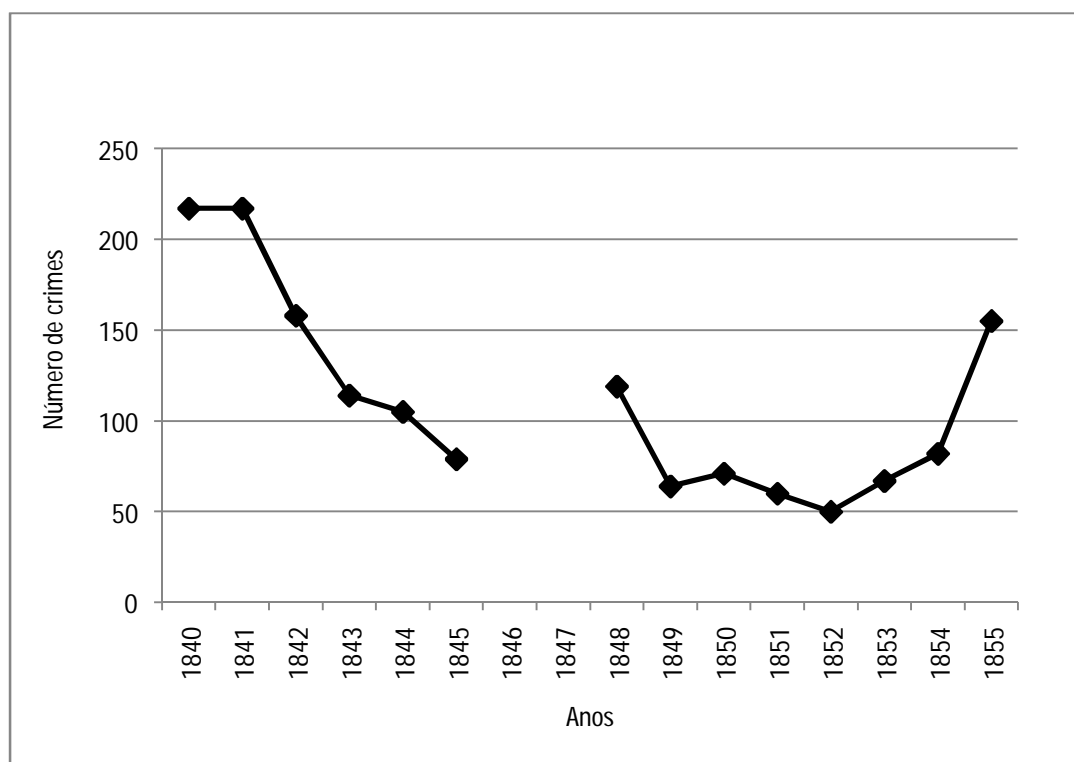


Fonte: *Diário do Governo* de 20.02.1840; AHGCVC, Registo dos officios dirigidos ao Ministério do Reino, n.º 1.9.4-13, não paginado; *Diário do Governo* de 7.09.1843; AHGCVC, Crimes cometidos em Viana do Castelo, n.º 1.16.5.3-1, não paginado; *Diário do Governo* de 1.05.1844; *Diário do Governo* de 16.04.1845; *Diário do Governo* de 16.04.1846; ANTT, M.N.E.J., Maço 249, Caixa 201, documento não paginado; *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1856*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1857, p. 277; *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1857...*, 1858, p.13; *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1858...*, 1859, pp. 33-34; *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1861...*, 1865, p. 7; *Relatório apresentado a Junta geral de districto de Viana do Castelo na sessão ordinária de 1866*, Viana, Typ. de André Joaquim Pereira & filho, 1866, não paginado; *Relatório apresentado a Junta geral de districto de Viana do Castelo na sessão ordinária de 1868...*, 1868, não paginado; *Relatório apresentado a Junta geral de districto de Viana do Castelo na sessão ordinária de 1869...*, 1869, não paginado.

No gráfico 2 estão representadas as ocorrências participadas pelos administradores dos concelhos ao governador civil de Viana do Castelo, no período compreendido entre 1840 e 1855, que abrange alguns dos anos para os quais não dispomos de estatísticas formalmente organizadas.



**Gráfico 2.** Ocorrências criminais no distrito de Viana do Castelo (1840-1855)



Fonte: AHGCVC, *Registo dos officios para o Ministério de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12, não paginado; *Registo dos officios dirigidos ao Ministério do Reino*, n.º 1.9.4.13, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino de Maio de 1843 a Junho de 1844*, n.º 1.9.4.14, não paginado; *Correspondência do Ministério do Reino - 1 Julho de 1844 a 31 de Dezembro de 1845*, n.º 1.9.4.15, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino - 1851*, n.º 1.9.4.19, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Janeiro de 1852 a Fevereiro de 1853*, n.º 1.9.4.20, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Março 1853 - Janeiro 1854*, n.º 1.9.4.23, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Fevereiro de 1854*, 1.9.4.22, não paginado.

Através da observação dos dois gráficos, podemos constatar a existência de duas evidências. Por um lado, a ausência de informação relativa aos anos de 1846 e 1847 tem a ver com o cenário de convulsão política que então afectava o Minho. Em consequência do ambiente revolucionário que se fazia sentir na região e da desorganização administrativa, tornava-se impossível fazer, de forma sistemática e objectiva, a comunicação das ocorrências criminais que, posteriormente, serviriam de base à feitura dos correspondentes mapas estatísticos.<sup>14</sup> Por outro

<sup>14</sup> Embora não tenhamos registo destes dados, sabemos que eles foram enviados para o Ministério do Reino, através de um officio datado de Fevereiro de 1848, que, a propósito do envio do mapa correspondente aos crimes cometidos entre Abril de 1846 e Outubro de 1847, refere o seguinte: “Este trabalho não deve considerar-se como exacto, e apenas pode aproveitar-se para por elle se fazer um calculo aproximado dos crimes que se commetterão nas epochas que elle se refere; nem é para maravilhar a imperfeição de uma obra, para a confecção da qual devião ser presentes documentos que não poderão obter-se, ou se obtiverão menos perfectos, attento o estado de

lado, apesar do carácter aproximado dos números obtidos, verifica-se uma clara tendência para diminuição da criminalidade a partir de 1842. A este decréscimo não é alheio uma certa acalmia, após o clima de insurreição e revolta, fomentado por bandos de guerrilha e pela resistência dos povos em submeter-se ao poder instituído. A diferença que se observa nos dois gráficos, relativamente ao número de registos referentes ao mesmo ano, pode ser explicada pelo facto de nem todos os administradores dos concelhos apresentarem, em devido tempo, os seus dados ao governador civil, mas fornecerem-nos, posteriormente, para a feitura das estatísticas.

Para se conseguir a efectiva redução da criminalidade seria fundamental conquistar a pacificação política. Esse apaziguamento era necessário para que fossem criadas condições que permitissem a elaboração de leis, que teriam em vista não só a codificação da justiça criminal com base nos princípios teóricos do liberalismo, nomeadamente os de igualdade perante a lei e de isenção na aplicação da justiça, mas também a reforma dos corpos policiais e a implementação de medidas sociais que minimizassem ou resolvessem os problemas associados à criminalidade. Era indispensável o cumprimento do imperativo da segurança para a consecução de um dos principais preceitos do regime liberal, ou seja, a felicidade individual.

Apesar de ter sido publicada no Diário do Governo a informação estatística sobre a criminalidade referente ao ano de 1837, os dados nela contidos são insuficientes para traçar o quadro do crime em Portugal, uma vez que não estavam abrangidos todos os distritos do país, designadamente o de Viana do Castelo.

No intuito de esclarecer o estado do distrito nos primeiros anos da década de trinta e construir uma ponte com os anos subsequentes, de modo a traçar, de forma clara, a evolução da criminalidade no distrito de Viana do Castelo, recorremos a uma fonte disponível para alguns concelhos desta circunscrição, designada *Relação dos indivíduos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão e não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas*. Apesar do seu carácter parcelar e incompleto, permite-nos recuar, na análise do comportamento criminal, até aos primeiros anos da centúria de oitocentos.

Com base nesta informação, apesar da diversidade dos crimes pelos quais os indivíduos iam sendo acusados, no âmbito dos delitos contra pessoas destacavam-se, pela sua maior incidência, os seguintes: pancadas, ferimentos, homicídio, envenenamento, infanticídio, estupro,

---

desorganização porque passou este districto." AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino de Janeiro de 1848 a Junho de 1849*, 1.9.4-17, não paginado.

desfloramento, rapto e adultério. No que diz respeito aos crimes contra a propriedade, sobressaíam o furto, o roubo, o arrombamento, a devassa, o fogo posto, o dano e o corte de árvores. Por último, nos crimes contra o Estado, a segurança e tranquilidade pública, predominavam os delitos de rebelião, assuada, sedição, lesa-majestade, perjúrio, resistência, arrombamento e fuga da cadeia, “armas defesas”, desordem e abuso de liberdade de imprensa<sup>15</sup>. Apesar da peculiaridade de cada um, optámos pelo estabelecimento de uma categorização dos delitos, de modo a potenciar uma análise mais simplificada da criminalidade nas primeiras décadas de oitocentos, agrupando-os em três grandes categorias: crimes contra pessoas, crimes contra a propriedade e crimes contra o Estado, a ordem e a tranquilidade pública.

Atendendo ao cômputo geral da criminalidade e ressalvadas algumas variações, ferimentos, pancadas, roubo e furto eram os delitos pelos quais mais indivíduos se encontravam pronunciados, no período compreendido entre 1804 e 1840. No concelho de Viana do Castelo, avulta o número de indivíduos acusados do crime de pancadas e ferimentos (165), os sujeitos a devassa de correição (138) e os que atentaram contra a propriedade alheia, através do cometimento de roubos (60) ou furtos (66). Entre aqueles que atentam contra a propriedade sobressaíam ainda os incriminados por ladroagem (40).<sup>16</sup>

Entre 1805 e 1841, no concelho de Monção, houve 12 indivíduos acusados por assaltos, 10 por ferimento e resistência, nove por pancadas. O ano de 1836 foi especialmente violento, tendo sido cometidos 26 crimes num total de 69 ocorridos durante o período cronológico acima indicado. Naquele ano, em que se registaram transgressões particularmente

---

<sup>15</sup> A nossa classificação baseia-se na divisão efectuada por Joaquim José Caetano Pereira e Sousa. No entanto, procedemos a diversas alterações, não admitindo a divisão que o autor faz entre crimes públicos e privados, fundindo categorias e acrescentando o crime de abuso de liberdade de imprensa, não sugerido pelo autor. Este faz uma divisão mais minuciosa, por exemplo, na classificação de crimes públicos, admite a existência da categoria “crimes civis” e dentro destes considera sub-categorias, como os crimes contra o Estado, crimes contra os direitos do Imperante e contra o comércio público. As outras categorias dentro dos crimes públicos são os crimes políticos, morais e religiosos. Quanto aos crimes particulares, considera as seguintes categorias: crimes contra a honra, contra a segurança e contra a propriedade. Confirme-se Sousa, Joaquim José Caetano e, *Classes dos crimes, por ordem systematica, com as penas correspondentes, segundo a legislação actual*, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Oficina de J.F.M. de Campos, 1816.

<sup>16</sup> AHGCVC, *Relação dos indivíduos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão e não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas - Viana do Castelo*, n.º 1.13.6.1-1, não paginado.

graves, desde assuadas, sedições, assassinatos, até ao arrombamento de cadeia, merece particular destaque a prisão de alguns companheiros de Tomás das Quingostas.<sup>17</sup>

No concelho de Ponte de Lima, no período compreendido entre 1808 e 1840, avultam os atentados contra a propriedade, tendo sido incriminados 32 indivíduos por furto e 28 por roubo. Nos crimes contra pessoas, destacou-se o delito de ferimentos, sendo acusados 19 indivíduos.<sup>18</sup>

No concelho de Caminha, no que respeita à natureza dos delitos praticados, verificou-se uma situação semelhante, pois os atentados contra a propriedade (roubos e furtos) suplantavam os crimes contra pessoas. Nesta circunscrição, entre 1820 e 1839, foram acusados 31 indivíduos por crime de roubo, 11 por furto, ao passo que por ferimento foram incriminados 22 e por pancadas apenas três.<sup>19</sup>

Já o concelho de Ponte da Barca apresentava um quadro completamente distinto. De 1820 a 1845, sobressaem os delitos contra pessoas, tendo sido acusados 22 indivíduos pelo crime de ferimento e nove por homicídio, ao passo que oito foram acusados de furto e igual número de arrombamento de cadeia.<sup>20</sup>

Também no concelho de Arcos de Valdevez, entre 1809 e 1842, os delitos contra pessoas suplantaram os atentados contra a propriedade. Todavia, é de salientar que o maior número de inculpadados esteve envolvido em furtos (75), embora seguido de perto pelos implicados no crime de ferimento (74). Este concelho conheceu um período de forte convulsão, perceptível pelo grande número de acusados no período compreendido entre 1836 e 1840, começando a acalmar precisamente a partir deste ano, tendo baixado de 53 para cinco, em 1841. Os crimes praticados nestes cinco anos estiveram intimamente associados ao estabelecimento da ordem liberal e à implementação de uma nova organização administrativa. Este facto é evidenciado pelo elevado número de crimes de rebelião, todos eles (33) ocorridos em 1836, destacando-se a presença de militares entre os acusados seguidos por membros do

---

<sup>17</sup> AHGCVC, *Relação dos indivíduos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão e não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas - Monção*, n.º 1.13.5.12-2, não paginado.

<sup>18</sup> AHGCVC, *Relação dos indivíduos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão e não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas - Ponte de Lima*, n.º 1.13.6.1-3, não paginado.

<sup>19</sup> AHGCVC, *Relação dos indivíduos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão e não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas no Julgado de Caminha*, n.º 1.30.1.1-3, não paginado.

<sup>20</sup> AHGCVC, *Relação dos indivíduos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão, e não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas do Julgado de Ponte da Barca*, n.º 1.13.5.12-5, não paginado.

clero, ainda que em número muito mais reduzido. É ainda de referir os vários casos de sedição e resistência, com particular incidência nos anos de 1838 e 1840.<sup>21</sup>

Os números apurados, que correspondem às ocorrências participadas às autoridades competentes, mostram que, nas primeiras décadas de oitocentos, os índices de criminalidade do distrito não eram muito preocupantes. As ligeiras variações podem estar relacionadas com as invasões francesas, a situação de crise económica e a instabilidade política que se sentiu no reino nos primeiros anos do século XIX, com repercussões na segurança pública.<sup>22</sup> Não se pode, por conseguinte, desvalorizar a subida do número de acusados, particularmente em Ponte de Lima, nos anos de 1808 e 1814, Viana do Castelo e Arcos de Valdevez, ao longo das décadas de dez e vinte da mesma centúria.

O desenvolvimento da delinquência acabará por reflectir a instabilidade política que assolou o país a partir de 1823 e se estendeu até 1846.<sup>23</sup> A violência provocada pelas divergências políticas era frequente e até era fomentada pelas forças do poder perante a ameaça inimiga. É o que se deduz do aviso publicado pela Intendência Geral da Polícia, em Dezembro de 1831, na sequência da tomada de conhecimento pelas forças no poder de que os liberais preparavam um desembarque na costa portuguesa, determinando, ainda que de forma eufemística, que se ordenasse aos magistrados:

---

<sup>21</sup> AHGCVC, *Relação dos individuos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão e não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas - Arcos de Valdevez*, n.º 1.13.5.11-7, não paginado.

<sup>22</sup> Veja-se Subtil, José Manuel Louzada Lopes, *O Vintismo e a Criminalidade (1820/1823)*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1986. Tese de mestrado policopiada, p. 34. A propósito das medidas tomadas pela polícia para assegurar a segurança pública tomadas em Ponte de Lima em 1808 consulte-se Capela, José Viriato; Matos, Henrique; Borralheiro, Rogério, *O Heróico Patriotismo das Províncias do Norte. Os concelhos na Restauração de Portugal de 1808*, Braga, Casa Museu de Monção; Universidade do Minho, 2008, pp. 339-342. Sobre a instabilidade política que assolou Portugal nas décadas de 30 e 40 do século XIX, leia-se Bonifácio, Maria de Fátima, "«A guerra de todos contra todos» (ensaio sobre a instabilidade política antes da Regeneração", in *Análise Social*, vol. XXVII, n.º 115, 1992, pp. 91-134. Veja-se igualmente Silva, António Martins, "A vitória definitiva do liberalismo e a instabilidade constitucional: cartismo, setembrismo e cabralismo", in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. V, Porto, Círculo de Leitores, 1993, pp. 89-105.

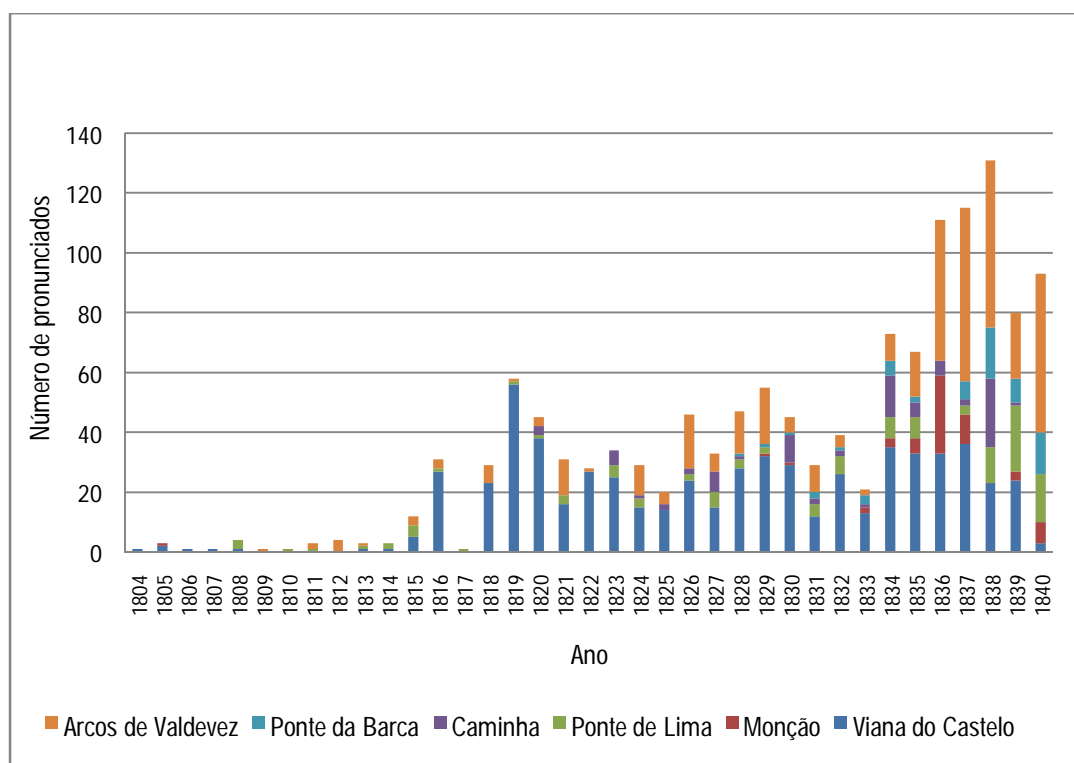
<sup>23</sup> Sobre as revoltas absolutistas no Minho nos anos de 1826 e 1827 consulte-se Lousada, Maria Alexandra; Monteiro, Nuno Gonçalo, "Revoltas Absolutistas e movimentação camponesa no Norte, 1826-1827 (algumas notas)", in *O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1982, pp. 169-177.

“[...] a maior vigilância a respeito de quaesquer pessoas de desconfiança, que existão nos seus districtos, para as embaraçarem e reprimirem se por alguma maneira tentarem prejudicar a boa causa e a ordem, e segurança publica [...]”.<sup>24</sup>

Infere-se, por conseguinte, que os movimentos de todos aqueles que se mostrassem contrários ao absolutismo podiam ser cerceados ou até suprimidos através de formas de coação.

A fase de maior insegurança registou-se, contudo, a partir de inícios da década de trinta. Desde então, verificou-se um crescendo da criminalidade, sobretudo a partir de 1834, sobressaindo, pela sua conjuntura adversa, o período compreendido entre 1836 e 1838, como se pode observar no gráfico 3. Esta situação apenas se irá alterar a partir da década de quarenta, como mostram as estatísticas produzidas desde então.

**Gráfico 3.** Evolução dos indivíduos pronunciados a prisão (1804-1840)



Fonte: AHGCVC, *Relação dos individuos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão, e não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas do Julgado de Ponte da Barca*, n.º 1.13.5.12-5, não paginado; *Relação dos individuos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão e não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas - Arcos de Valdevez*, n.º 1.13.5.11-7, não paginado; *Relação dos individuos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão e não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas - Viana do Castelo*, n.º 1.13.6.1-1, não paginado; *Relação dos individuos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão e não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas - Ponte de Lima*, n.º 1.13.6.1-3, não paginado; *Relação dos individuos nacionais e estrangeiros que estão*

<sup>24</sup> AMPL, *Livro dos Officios e impressos vindos directamente da Intendência Geral da Policia e da Corte do Reino*, n.º 2.6.1.37. pp. 75-77.

*pronunciados a prisão e não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas - Monção, n.º 1.13.5.12-2, não paginado; Rellação dos indivíduos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão e não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas no Julgado de Caminha, n.º 1.30.1.1-3, não paginado.*

A escalada da violência parece estar relacionada com as actividades dos realistas, que não se coíbiavam de atentar contra a nova ordem liberal, tendo sido presos vários indivíduos, cujos nomes estavam associados ao miguelismo, como António de Sá Pereira Soto-Mayor, Secundino Fortunato de Sousa e Meneses, Manuel Pereira de Bacelar Aranha, Joaquim Soares, António Lopes Barreto e Guilherme José de Macedo.<sup>25</sup> Por outro lado, a vontade dos liberais de quererem vingar as perseguições de que foram vítimas durante a governação de D. Miguel contribuía para o agravamento do clima de animosidade.<sup>26</sup>

São vários os relatos dos excessos cometidos pelos liberais após a vitória de 1834, nomeadamente contra membros de ordens religiosas.<sup>27</sup> Roubos e assassinatos aumentaram por todo o reino, em consequência da multiplicação de actos de retaliação.<sup>28</sup> O fuzilamento de prisioneiros, sobretudo criminosos famosos ou dissidentes miguelistas, pelas guardas nacionais que eram responsáveis pela sua escolta, aquando da deslocação para os seus destinos e sob o pretexto de fuga, tornou-se procedimento habitual a partir de 1834. A verdadeira justificação para a prática destas atrocidades passaria decerto pelo desejo de represália, pelo clima de uma certa anarquia que ainda persistia e pela colocação de armas em mãos indevidas.

Em 1834, o sub-prefeito de Monção advertiu o provedor de Melgaço sobre o cuidado a ter com os guardas que acompanhavam os detidos nas deslocações entre prisões, para não se repetir o sucedido com o criminoso Luís José Caldas, assassinado por um dos soldados da escolta que o conduzia para Valença. Tratava-se de actos que em nada dignificavam a ordem

---

<sup>25</sup> AHGCVC, Sub-Prefeitura de Ponte de Lima. *Correspondência recebida da Prefeitura Geral de Braga*, n.º 1.12.6.4 – 45, não paginado. Estes homens pertenciam a famílias importantes do concelho, eram donos de grandes propriedades e tinham ocupado os lugares mais importantes nas instituições locais.

<sup>26</sup> Sobre a repressão exercida pelo governo miguelista sobre os indivíduos identificados com os liberais leia-se Vargues, Isabel, Nobre; Torgal, Luís Reis, "Da revolução à contra-revolução: vintismo, cartismo, absolutismo. O exílio político", in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. V, Porto, Círculo de Leitores, 1993, p. 76.

<sup>27</sup> Sobre algumas situações reveladoras da violência cometida sobre os membros do clero regular na cidade de Viana do Castelo consulte-se Caldas, José, *História de Um Fogo-Morto. (Subsídios para uma História Nacional)*, facsimile da 2.ª edição, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana, 1990, pp. 707-722.

<sup>28</sup> Confira-se Caldas, José, *História de Um Fogo-Morto. (Subsídios para uma História Nacional)*..., pp. 709-710.

liberal e que eram condenados pelas instâncias superiores.<sup>29</sup> Em 1836, no concelho de Valença, foi assassinado António José Oliveira por Gervásio da Costa Paiva. Pouco depois, o homicida foi detido na sequência das averiguações em que participaram soldados da guarda nacional. O comissário de paróquia, tendo sido informado de que estes tencionavam matar o criminoso, requisitou uma escolta composta por alguns soldados daquela praça. Irritados pelo fracasso dos seus planos, os membros da guarda nacional provocaram um motim naquela vila.<sup>30</sup>

Em circular de cinco de Setembro de 1837, considerava-se “escandaloso de serem mortos alguns presos pelas escoltas encarregadas de os conduzir aos seus destinos, debaixo da salvaguarda e protecção da Lei.”<sup>31</sup> Determinava-se, por conseguinte, que essas ocorrências fossem comunicadas ao poder judicial e que o Ministério do Reino fosse informado sobre as pessoas responsáveis pela guarda do preso assassinado, para que os culpados fossem castigados. O certo é que era habitual a não participação deste tipo de crimes ao poder judicial. Os administradores dos concelhos não se coíbiavam de prender e soltar indivíduos, de forma discricionária, sem prestarem informação aos agentes do poder judicial. Em 1835, constou-se, junto da prefeitura do Minho, que o provedor de Melgaço procedia à prisão e soltura de presos sem dar qualquer satisfação às autoridades criminais, arrogando para si essas competências. Este procedimento, pela sua arbitrariedade, era motivo de escândalo e contribuía para fomentar a violência.<sup>32</sup>

Os assassinatos de presos sucediam-se. Em 1838, Francisco Soares Coso, aquando da sua deslocação de Monção para Valença, foi assassinado pela escolta que o acompanhava, sob o pretexto de tentativa de fuga.<sup>33</sup>

O incumprimento da circular de cinco de Setembro de 1837, pelo menos no distrito de Viana do Castelo, levará à publicação da portaria de 22 de Maio de 1839, na qual o Ministério do Reino apelava à observância do disposto na referida circular, ou seja, a comunicação ao

---

<sup>29</sup> AMMço, *Copiador Geral da correspondência com os provedores da comarca*, n.º 1.13.6-1, não paginado.

<sup>30</sup> AHGCVC, *Registo do Ministério do Reino*, n.º 1.9.4.11, não paginado.

<sup>31</sup> *Collecção de Leis e outros documentos oficiais publicados no 2.º semestre de 1837*, Sétima Série, Segunda parte..., 1837, p. 103.

<sup>32</sup> AHGCVC, *Copiador Geral da Correspondência com os provedores da comarca*, n.º 1.7.6-4, não paginado.

<sup>33</sup> AHGCVC, *Correspondência com os administradores do concelho. Janeiro de 1838 a Junho de 1839*, n.º 1.7.2.1, não paginado. Em Abril de 1839, no concelho de Melgaço, um preso também foi assassinado pela sua escolta. AHGCVC, *Correspondência com os administradores do concelho. Janeiro de 1838 a Junho de 1839*, n.º 1.7.2.1, não paginado.



poder judicial do assassinato de presos que tivessem sido confiados a escoltas e o envio do nome dos respectivos comandantes.<sup>34</sup> Na década de quarenta esta prática manteve-se. Em 1841, em Ponte de Lima, foi assassinado um preso, Manuel Morgado, quando tentavam retirá-lo das mãos dos empregados do concelho.<sup>35</sup>

O reactivamento de guerrilhas e de grupos de bandoleiros, que assolaram o Minho com particular intensidade a partir de 1834, como aconteceu, aliás, noutras regiões do país, por exemplo no Alentejo ou no Algarve, com a guerrilha comandada pelo célebre “Remexido” desde 1836, deu um forte contributo para o aumento da criminalidade.<sup>36</sup>

Em tempos mais recuados, também se assistiu à actuação de quadrilhas, cuja actividade se fez sentir por todo o Alto Minho, desde os inícios do século XIX. Em 1818, as povoações ribeirinhas do rio Minho, quer do lado português, quer da Galiza, eram constantemente atacadas por bandos de salteadores encapuzados, que não só roubavam como invadiam as aldeias, intimidando as populações com tiros e ocupando tabernas e vendas.<sup>37</sup> Alguns destes bandos tinham motivações políticas e contavam, inclusive, com a conivência do poder judicial. Outros foram, entretanto, desmantelados,<sup>38</sup> como a quadrilha que actuava em Melgaço, intitulada “A Cruzada de S. Gregório”. Este grupo era liderado por Manuel Joaquim Veloso, capturado em quatro de Novembro de 1834 e julgado e condenado em Junho de 1836.<sup>39</sup>

---

<sup>34</sup> *Collecção de Leis e outros documentos oficiais publicados no ano de 1839*, 9.ª série..., 1839, pp. 92-93.

<sup>35</sup> AMPL, Administração do concelho. *Copiador dos ofícios dirigidos à Administração Geral*, n.º 2.2.2.43, não paginado.

<sup>36</sup> Sobre o “Remexido” leia-se Mesquita, José Carlos Vilhena, “O Remechido, glória e morte de um mito”, in *Remexido*, Lagoa, Arquivo Municipal da Lagoa, 2005, pp. 12-28.

<sup>37</sup> AMM, *Livro de Acórdãos da Câmara*, n.º 1.A.20.2.19, fl. 42v.º- 43.

<sup>38</sup> Sobre a acção das quadrilhas durante o período compreendido entre 1820 e 1823 e as relações de alguma proximidade que alguns bandoleiros tinham com os representantes do poder judicial consulte-se Subtil, José Manuel Louzada Lopes, *O Vintismo e a Criminalidade (1820/1823)*..., pp. 37-44.

<sup>39</sup> AHGCVC, Sub-Prefeitura de Monção. *Copiador para o Prefeito*, n.º 1.13.4.6-1, não paginado. Em finais de 1834, o provedor de Melgaço capturou mais dois salteadores Manuel José Rodrigues, e Manuel António Gonçalves. Sub-Prefeitura de Monção. *Copiador Geral da correspondência com os provedores da comarca*, n.º 1.7.1.6-4, não paginado.

A aceitação da vitória liberal, não sendo um facto consumado em todo o reino, contribuiu para o desenvolvimento de uma política de guerrilha. Constituiu o primeiro passo para a formação de bandos organizados, que se dedicavam à prática de todo o tipo de atentados.<sup>40</sup>

Apesar da detenção, no decurso do ano de 1835, de algumas figuras destacadas da guerrilha, em Janeiro de 1836 o provedor de Melgaço traçou um cenário desolador. Algumas estradas, nomeadamente a que ligava a freguesia de Penso a Valadares, estavam praticamente intransitáveis, devido ao clima de medo imposto por bandoleiros, sendo o mais conhecido Tomás das Quingostas, que deambulavam por aquelas terras. Por outro lado, funcionários judiciais recusavam-se a entrar nas aldeias e afixar editais contra eles, com receio de perder a vida, imperando, por isso, um verdadeiro clima de medo e delação.<sup>41</sup>

Em Fevereiro de 1836, o administrador geral do distrito dava conta da disseminação de bandos de salteadores, que, em alguns concelhos, não se limitavam a realizar incursões nocturnas, de beira de estrada, mas atacavam as povoações e todos aqueles que ousavam resistir.<sup>42</sup> Para agravar a situação, tais acontecimentos desenrolavam-se num quadro em que a ordem liberal ainda não estava consolidada, os recursos eram limitados e os serviços de polícia e segurança incipientes, permitindo que os criminosos vagueassem livremente e, por consequência, se registasse a propagação da violência.<sup>43</sup>

Nos últimos anos da década de trinta, bem como nos primeiros anos da década seguinte, a criminalidade foi potenciada pelo contexto político, por antagonismos religiosos e pela elevada actividade de bandoleiros, aos quais se juntavam desertores e inimigos da monarquia constitucional. A sua actuação traduzia-se não só em atentados contra a propriedade, ou contra os representantes locais do poder liberal, mas também contra a população em geral. Por sua

---

<sup>40</sup> Eugénio de Castro Caldas faz referência, para o Soajo, da existência de um chefe de quadrilha chamado o “Marado”. Confira-se Caldas, Eugénio de Castro, *Terra de Valdevez e Montaria do Soajo, Memória monográfica do concelho de Arcos de Valdevez*, s.l., Verbo, 1994, pp. 157-158.

<sup>41</sup> AHGCVC, *Negócios políticos do concelho de Melgaço – 1836*, n.º 1.18.5.12-11, não paginado.

<sup>42</sup> AHGCVC, *Registo de circulares – desde Outubro de 1835 a 4 de Outubro de 1837*, n.º 1.10.4-8, não paginado.

<sup>43</sup> Temos conhecimento que, para o ano de 1836, o administrador geral dispunha da quantia de um conto de réis para despende com questões relacionadas com a segurança pública, inclusive na captura de salteadores perigosos, como o Quingostas. ANTT, Ministério do Reino. *Ofícios recebidos*, Maço 2104, não paginado. Sobre este assunto leia-se Marques, Fernando Pereira, “Do vintismo ao cabralismo”, in Reis, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Edições Alfa, 1990, pp. 23-106.

vez, muitos dos antigos funcionários da ordem política anterior, afastados dos seus cargos e sem meios de sustento, dedicavam-se à gatunice e vagabundeavam pelo distrito.<sup>44</sup>

A implantação definitiva do regime liberal e das consequentes reformas conduziram à disseminação dos crimes políticos e religiosos. Tratava-se de ecos do miguelismo, que se materializavam no cometimento de delitos contra o Estado, sob a forma de sedições, rebeliões e assuadas, e contra a ordem religiosa reformada. Foram vários os “cismáticos” perseguidos em alguns concelhos do distrito de Viana do Castelo, mas outros conseguiram escapar à justiça e engrossaram as fileiras dos bandos de salteadores.

É, todavia, de salientar que não podemos considerar que a totalidade do povo rural do Alto Minho, manipulado pelas oligarquias locais, pugnava cegamente pela defesa do absolutismo e pela fé cristã. Corremos, aliás, o risco de nos revelarmos preconceituosos e redundantes, ao admitirmos a possibilidade de a ignorância, a falta de instrução, o conservadorismo e o fanatismo das populações serem os únicos elementos do discurso explicativo da adesão à causa miguelista e considerá-las uma força de bloqueio ao progresso da nação.

As gentes da região alto minhota não viviam completamente incomunicáveis, nem alheadas da vida política, embora o isolamento geográfico de algumas localidades, sobretudo das situadas junto à fronteira, tenha sido invocado, ainda que circunstancialmente, como argumento justificativo da oposição das populações face à nova ordem liberal e consequente conservadorismo e resistência à mudança.<sup>45</sup> Contudo, são várias as provas da sua intervenção na área política, resultantes ou não deste segregacionismo, e do seu contributo para a perturbação da ordem e segurança pública. Neste domínio, destacamos o apoio que as populações e algumas autoridades locais afectas ao miguelismo concederam às guerrilhas anti-liberais e aos bandos de salteadores, dando-lhes guarida, alimentando-os e protegendo-os. Só assim se entende que os meliantes circulassem impunemente pelas localidades, bem como pelas feiras e festas religiosas.<sup>46</sup> Por outro lado, esta postura colaboracionista revela o fracasso e

---

<sup>44</sup> AHGCVC, *Registo dos ofícios para o Ministério do reino – Setembro de 1835 a Outubro de 1836*, n.º 1.9.4.10, não paginado.

<sup>45</sup> Sobre a resistência à mudança e às reformas por parte da população do Alto Minho leia-se Feijó, Rui Graça, *Liberalismo e Transformação Social. A Região de Viana do Antigo Regime a finais da Regeneração*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1992, pp. 203-204.

<sup>46</sup> Leia-se Ferreira, Maria de Fátima Sá e Melo, “Banditismo e política no Alto Minho (1834-1840)”, in *Ler História*, n.º 36, 1999, pp. 125-175.

a incapacidade do Estado em conquistar a cooperação das populações, que passaria pela denúncia da presença destes bandos.

A propósito das dificuldades em capturar o célebre Tomás das Quingostas, o provedor de Melgaço considerava que estas não se deviam apenas ao encobrimento de que ele e a sua quadrilha beneficiavam junto das populações, ao excluir:

“[...] Não me admiro tanto do silencio que guardão os povos a tal respeito, mas sim dos Commissarios de Policia e mais Empregados daquelles contornos que sabendo da existência daquelles perberços, não só naquelles quatro dias, mas em muitos outros antes disso, e sabendo que neste concelho existe tropa tão somente destinada para a extinção daquelles malvados, o não darem uma só parte, ou ao comandante do destacamento.”<sup>47</sup>

Todavia, as acusações de negligência e afectação ao miguelismo não se aplicavam apenas aos comissários de polícia, regedores ou outros funcionários de patente inferior na hierarquia local, mas também se alargavam a administradores do concelho e membros de câmaras municipais. No caso concreto da quadrilha de Tomás das Quingostas, a desconfiança de protecção estendia-se ao comandante da praça de Melgaço.<sup>48</sup> Suspeitava-se, aliás, de que a maioria dos membros da câmara municipal de Valadares era partidária do absolutismo e que pelo menos um deles dava guarida a salteadores.<sup>49</sup> Este organismo político recusou o aboletamento que visava instalar tropas no seu concelho para prender Tomás das Quingostas, o que serviu para reforçar as suspeições que recaíam sobre os seus membros. Face a esta situação, o governador civil achou conveniente proceder à dissolução da referida câmara municipal.<sup>50</sup> Registaram-se outros episódios ilustrativos do comportamento negligente de titulares de cargos na administração estatal, que, apesar de não estarem directamente relacionados com motivações políticas, podem, no entanto, ser a razão explicativa da sua conduta. Veja-se o caso

---

<sup>47</sup> AHGCVC, *Negócios políticos do concelho de Melgaço – 1836*, n.º 1.18.5.12-11, não paginado.

<sup>48</sup> AHGCVC, *Negócios políticos do concelho de Melgaço – 1836*, n.º 1.18.5.12-11, não paginado.

<sup>49</sup> Confira-se Castro, Francisco Cyrne de, “Notícias do Tomás das Quingostas”..., p. 99.

<sup>50</sup> AHGCVC, *Registo do Ministério do Reino*, n.º 1.9.4.11, não paginado. As câmaras municipais tinham os seus poderes limitados pelo Conselho de Distrito e pelo Governo Civil, instituições hierarquicamente superiores. Veja-se Feijó, Rui Graça, *Liberalismo e Transformação Social. A Região de Viana do Antigo Regime a finais da Regeneração...*, p. 199.

do substituto do administrador do concelho de Ponte da Barca, que, em 1838, foi alvo de suspensão provisória, por suspeita de cumplicidade na fuga de presos da cadeia.<sup>51</sup>

A rejeição dos párocos impostos pela ordem liberal e a contestação das reformas político-administrativas ou de novas obrigações fiscais constituem algumas das manifestações de insubordinação das populações face ao poder instituído, reveladoras da sua intervenção, ainda que da forma menos recomendável, em conflitos de cariz político, que perturbavam a ordem pública e que entravam nas participações criminais dos administradores dos concelhos.<sup>52</sup> Naturalmente, este mal-estar das populações instigava a conflituosidade e dificultava a redução dos índices de criminalidade.

Temos, como exemplo, pela sua gravidade, as reacções provocadas pela redefinição do território nacional e que conduziram à abolição dos pequenos concelhos, como foi o caso do município do Soajo, extinto em 1852, e a onda de revolta que gerou.<sup>53</sup> Nesse ano, aquela localidade foi sobressaltada por uma série de tumultos, protagonizados por um grupo de homens, tendo como alvos os representantes do poder administrativo e judiciário. Outro exemplo foi a resistência contra a legislação cabralista e as leis sanitárias então promulgadas.

Por todo o Alto Minho, os adeptos do *Usurpador* foram alvos de represálias, concretizadas em ataques efectuados não só por membros das forças militares, exército liberal e voluntários, mas que também foram instigados pelos adeptos do constitucionalismo.<sup>54</sup> Entre todos os concelhos do distrito de Viana do Castelo, sobressaía o de Ponte de Lima pelo estado de anarquia em que se encontrava e para o qual contribuíram os sucessivos actos de vingança, que contaram com a conivência das autoridades locais.<sup>55</sup> É demonstrativo desta situação o

---

<sup>51</sup> Confira-se *Collecção de Leis e outros documentos oficiais publicados no ano de 1838...*, 1838, p. 44.

<sup>52</sup> A título exemplificativo, a 7 de Maio de 1838, um grupo de cidadãos que se encontrava nas ruas de Viana do Castelo a celebrar a Constituição de 1838 com uma serenata, foi apedrejado por outros cidadãos não afectos ao novo documento constitucional. AHGCVC, *Correspondência com os administradores do concelho - Janeiro de 1838 a Junho de 1838*, n.º 1.7.2.1, não paginado.

<sup>53</sup> Sobre os conflitos no mundo rural leia-se Ferreira, Fátima de Sá e Melo, "Modernização e conflito no mundo rural do séc. XIX: politização e "política popular" na Maria da Fonte", in *Revista da Faculdade de Letras. História*, III Série, vol. 5, Porto, 2004, pp. 31-49.

<sup>54</sup> Sobre esta questão veja-se Ferreira, Maria de Fátima Sá e Melo, "Banditismo e política no Alto Minho (1834-1840)"..., pp. 125-175.

<sup>55</sup> Sobre um movimento contra-revolucionário desenvolvido em Ponte de Lima no ano de 1835, que teve como alvo os voluntários da Guarda Nacional, tendo na freguesia da Gemieira, patenteador da relação pouco pacífica entre os

episódio que teve lugar no dia 17 de Maio de 1836, na freguesia de São João da Ribeira, onde homens da guarda nacional feriram vários indivíduos e assassinaram um homem. Segundo o juiz de direito daquele concelho, estes actos eram frequentes e retratavam a impunidade de que gozavam todos aqueles que se diziam adeptos da Constituição, utilizada como pretexto para as mais bárbaras atrocidades, desencadeadas em nome da Carta Constitucional e da Rainha, que estavam a ser praticadas. Perante a gravidade dos acontecimentos, o delegado do procurador régio ameaçava expor a situação à Rainha, “se se não puzer um termo rápido a todos os excessos que se estão praticando por homens, eu se dizem amigos da ordem e da prosperidade nacional.”<sup>56</sup>

Tratava-se de actos recorrentes neste concelho e que, segundo investigações desenvolvidas pelo governo civil, contavam com a cumplicidade do administrador do concelho, que, aliás, tinha omitido esses acontecimentos nas comunicações que efectuava àquela entidade, e do comandante da guarda nacional, em particular do tenente Inácio José de Sousa Sanhudo.<sup>57</sup> Perante os factos, o governador civil oficiou ao administrador do concelho de Ponte de Lima responsabilizando-o pela intervenção da guarda nacional, uma vez que as suas reuniões eram consideradas ilegais, a não ser que fossem devidamente autorizadas. Mostrava-se igualmente firme em comunicar o sucedido, bem como o nome dos responsáveis à Rainha, considerando o seguinte:

“[...] Os constitucionais, que calcando aos pez as Leis e a Liberdade, arbitraria, e anarquicamente se vingão de seus adversários por suas próprias mãos são os piores defensores da Cauza da Pátria.”<sup>58</sup>

Este acontecimento é ainda mais gravoso, se atendermos a que, em Fevereiro de 1836, esta autoridade tinha oficiado a todos os administradores dos concelhos no sentido de lhes recordar que deviam punir todos aqueles que, verbal ou fisicamente, atentassem contra os partidários do absolutismo, por mais “demarcável que essa conducta tenha sido no tempo da

---

guardas e a população deste concelho leia-se Ferreira, Maria de Fátima Sá e Melo, *Rebeldes e Insubmissos. Resistências Populares ao Liberalismo (1834-1844)*, Lisboa, Edições Afrontamento, 2002, pp. 141-145.

<sup>56</sup> AHGCVC, *Registo de circulares – desde Outubro de 1835 a 4 de Outubro de 1837*, n.º 1.10.4-8, não paginado.

<sup>57</sup> AHGCVC, *Registo de circulares – desde Outubro de 1835 a 4 de Outubro de 1837*, n.º 1.10.4-8, não paginado.

<sup>58</sup> AHGCVC, *Registo de circulares – desde Outubro de 1835 a 4 de Outubro de 1837*, n.º 1.10.4-8, não paginado.

usurpação”,<sup>59</sup> sendo responsáveis pela segurança destas pessoas, mesmo que para isso fosse necessário requisitar ajuda militar. Foi ainda mais longe, ao afirmar que “já mais se diga que no seu concelho se praticou infame e baixa acção de se ameaçar e espancar um indivíduo ou seu Procurador, para que não ousasse defender-se em Juízo contra seus adversários”.<sup>60</sup>

Estes comportamentos, que, como referimos, eram fomentados por membros do poder instituído, apenas serviam para acicatar a revolta e aumentar a onda de violência que grassava em alguns pontos da região. Espancamentos, extorsões de dinheiro e incitamento à violência contra os adeptos do miguelismo parecem ter sido prática comum em alguns concelhos.<sup>61</sup>

Estes acontecimentos concorriam para o surgimento de um ciclo vicioso difícil de travar, uma vez que a inoperância e os abusos das autoridades em nada favoreciam a pacificação. Por outro lado, esta situação de impasse justificava a intervenção das autoridades militares, chamadas a repor a ordem, a capturar os ladrões e a aniquilar as quadrilhas. Ora, muitas vezes, estes batalhões não ficavam alojados em quartéis, mas antes em casas de particulares, cujos proprietários tinham que suportar não apenas a sua hospedagem, como também a alimentação e o apoio logístico.

Em 1839, foi aberta uma investigação na sequência de um documento que chegou à junta de paróquia de Paderne, contendo protestos de alguns dos habitantes daquela freguesia do concelho de Melgaço, relacionadas com os cinco anos de aboletamentos contínuos que sobre eles recaíam, devido à permanência de militares na praça de Melgaço. Segundo aquele documento, reenviado ao general da província do Minho, as populações estavam obrigadas a boletos de 10 dias consecutivos de água, lenha, luz e sal. Ainda segundo a mesma queixa, em 29 de Agosto de 1839, tendo um dos habitantes falhado com a sua obrigação, por falta de meios, um oficial atacou a casa do padre Manuel Álvares, da referida freguesia, obrigando-o a fugir juntamente com a sua família. No entanto, o comandante da linha do Alto Minho apresentava uma versão diferente dos factos. Os boletos eram rotativos, afectando todas as freguesias do concelho de Melgaço, por um período de 10 dias, entre as casas mais abastadas.<sup>62</sup> Em várias situações, os aboletados mais afastados do local onde permanecia a força militar

---

<sup>59</sup> AHGCVC, *Registo de circulares – desde Outubro de 1835 a 4 de Outubro de 1837*, n.º 1.10.4-8, não paginado

<sup>60</sup> AHGCVC, *Registo de circulares – desde Outubro de 1835 a 4 de Outubro de 1837*, n.º 1.10.4-8, não paginado.

<sup>61</sup> AHGCVC, *Registo de circulares – desde Outubro de 1835 a 4 de Outubro de 1837*, n.º 1.10.4-8, não paginado.

<sup>62</sup> Sobre a persistência de um país militarizado após a vitória liberal de 1834 leia-se Marques, Fernando Pereira, “Do vintismo ao liberalismo”, in Reis, António, *Portugal Contemporâneo...*, p. 73.

substituíam a sua obrigação pelo pagamento dum montante em dinheiro. No que respeita ao episódio de Paderne, o comandante afiançava, apoiado no depoimento dos cabos de polícia e do regedor desta freguesia, que não tinha conhecimento de tal ocorrência, concluindo que era falsa a acusação levantada contra as tropas e que o documento apresentado ao general da província do Minho tinha assinaturas forjadas.<sup>63</sup> De facto, várias das pessoas implicadas declararam nos seus depoimentos, por escrito, não ter assinado tal documento, como consta do excerto seguinte:

“Declaramos que não são nossas as assignaturas que nos forão aperguntadas em hum requerimento contra tropa que ficou aquartellada no lugar de Golães, pois pello contrario se comportarão muito bem conforme hé constante. Melgaço 17 de Outubro de 1839.”<sup>64</sup>

Alguns dos subscritores, desconhecendo o conteúdo da queixa, insurgiram-se contra os aboletamentos, mas não contra os militares, nem contra o seu comportamento, por isso assinaram o documento, uma vez que lhes tinha sido prometido que este seria entregue à Junta de Distrito com o propósito de serem aliviados dos aboletamentos.<sup>65</sup> Concluiu-se que as acusações eram falsas, algumas das assinaturas pertenciam a pessoas que nem sequer existiam, ou que eram analfabetas, ou que tinham sido aliciadas para assinarem em branco. Deste modo, tudo apontava para um esquema montado no sentido de criar um episódio que, descredibilizando o comportamento dos militares, poderia ditar o seu afastamento e, assim, promover o fim dos aboletamentos sobre os habitantes da freguesia, até porque os protestos não eram inéditos no concelho. Em 1838, na sequência de várias queixas apresentadas pelos habitantes do concelho de Melgaço, o governador civil determinou que não fosse exigida aos habitantes das povoações mais do que cama, água, sal, lenha e luz.<sup>66</sup>

De facto, os povos sentiam-se vexados com este encargo, e disso mesmo davam conta aos administradores dos concelhos, que consideravam que esta era uma obrigação difícil de cumprir, sobretudo na época das sementeiras e colheitas, quando eram mais intensas as tarefas no campo.<sup>67</sup> Para além deste encargo, as populações estavam ainda sujeitas aos abusos e

---

<sup>63</sup> AHGCV, *Violências que se diz forão praticadas por um official na freguezia de Paderne Concelho de Melgaço*, 1.18.4.11-11, não paginado.

<sup>64</sup> AHGCV, *Violências que se diz forão praticadas por um official na freguezia de Paderne...*, não paginado.

<sup>65</sup> AHGCV, *Violências que se diz forão praticadas por um official na freguezia de Paderne...*, não paginado.

<sup>66</sup> AHGVC, *Ofícios e circulares recebidos de diversas autoridades - 1838*, n.º 1.4.1.4-5, não paginado.

<sup>67</sup> AHGVC, *Correspondência recebida dos administradores dos concelhos*, n.º 1.30.1.1-17, não paginado.



excessos praticados pelos militares.<sup>68</sup> As sucessivas deserções de soldados armados, que ocorriam neste período, em nada contribuíam para a segurança da região e para a dignificação da classe junto da opinião pública.

Deste modo, verificamos que ao longo da década de trinta, a violência funcionava como um modo de coação, não respeitando hierarquias, poderes, nem posições sociais, sendo usada de modo indiferenciado, como forma de demonstração de desagrado, vingança ou até incompreensão perante a nova ordem política, administrativa e judicial que se procurava impor. Assim se entende, por exemplo, a agressões de que foram vítimas os jurados, em Caminha, em 1836, após estarem reunidos nos paços do concelho para julgarem uma causa de indemnizações em que a pretensão do autor não foi atendida.<sup>69</sup>

A partir de 1840, à medida que avançamos cronologicamente no tempo, verificamos uma clara tendência para a diminuição dos números da criminalidade, para o que terá contribuído a estabilização do contexto em que os povos estavam inseridos. No entanto, é necessário ressaltar que esta pacificação não é sinónimo de extinção da actividade bandoleira, pois alguns dos protagonistas da década de trinta mantinham-se em actividade. Por exemplo, Joaquim, natural de São Paio, Melgaço, conhecido como “o Beira Alta”, epíteto que partilhava com os seus irmãos João e José, primos de Tomás das Quingostas, acusado de homicídio, no concelho de Ponte da Barca, em Outubro de 1838, continuava no activo em 1851.<sup>70</sup> A sua actuação decorria, por esta altura, em todo o Alto Minho, cometendo todo o tipo de crimes, desde roubos, assaltos e contrabando, até à simples intimidação das populações.<sup>71</sup>

Por outro lado, os antigos líderes das quadrilhas, uns presos, outros fuzilados, foram substituídos por novas figuras que com eles passaram a concorrer em popularidade. Foi o caso

---

<sup>68</sup> AHGCVC, *Correspondência com as várias autoridades de Janeiro de 1838 a Junho de 1839*, 1.8.3.2, não paginado. *Registo de circulares – desde Outubro de 1835 a 4 de Outubro de 1837*, n.º 1.10.4-8, não paginado. Em Novembro de 1838, o Ministério do Reino informou o governo civil de Viana do Castelo de que tinham sido tomadas medidas para punir as violências praticadas pelo comandante e pelos militares estacionados em São Gregório, pertencentes ao destacamento de infantaria n.º 18. ANTT, *Ministério do Reino – registo da correspondência expedida relativa à segurança pública das províncias do Norte*, Livro 2, n.º 1661, fl. 51 v.º.

<sup>69</sup> AHGCVC, *Registo dos officios para o Ministério do reino – Setembro de 1835 a Outubro de 1836*, n.º 1.9.4.10, não paginado.

<sup>70</sup> AHGCVC, *Relação dos Individuos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão, e não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas do Julgado de Ponte da Barca*, n.º 1.13.5.12-5, não paginado.

<sup>71</sup> AMAV, *Documento avulso*.

do célebre “Imaginário”, salteador, natural de Ponte da Barca, cuja actividade pôs em alvoroço aquele concelho em finais da década de quarenta, ou de José do Outeiro, apenas capturado em 1855.<sup>72</sup> O principal ponto de divergência entre estas organizações e as que assolavam o Alto Minho em anos anteriores reside no facto de estas terem perdido o seu pendor político. No entanto, nos anos de 1847 e 1848, ressurgiram quadrilhas e bandos de salteadores, sob a forma de grupos de oposição ao poder, aproveitando a agitação política que se fazia sentir no distrito.

Em 1848, temia-se que a guerrilha desencadeada por quadrilhas de salteadores que actuavam nos concelhos de Terras de Bouro, Lindoso e da Ribeira Lima estivesse ao serviço das maquinações miguelistas e fosse um sintoma do desencadeamento de uma nova onda revolucionária.<sup>73</sup> Estes receios, que tinham partido sobretudo do comandante da 4.<sup>a</sup> divisão militar e do governador civil de Braga, pareciam descabidos na perspectiva do administrador geral.<sup>74</sup> Mesmo assim, em Fevereiro de 1848, o Governo ordenou a formação de colunas volantes de tropas, com o objectivo de capturar “salteadores, faccionorozos, bandoleiros”, devendo cada coluna ser composta por 200 militares, tendo partido para o concelho de Arcos de Valdevez uma coluna composta por 100 homens.<sup>75</sup> Mais uma vez, perante a incapacidade do poder administrativo e judicial, a força militar foi chamada a intervir. Em Ponte da Barca, neste mesmo ano, registaram-se vários incidentes em que a autoridade foi seriamente abalada: cabos de polícia atingidos a tiro, recrutas retirados de escoltas civis e regedores insultados.

Em suma, são vários episódios que mostram a existência de focos de resistência, que em nada abonavam em favor da ordem e segurança pública. Perante o receio de que estas situações se generalizassem, foi enviada para aquele concelho uma força militar, com o objectivo de dar apoio às autoridades locais.<sup>76</sup>

A necessidade de o Estado recorrer a forças militares e a meios coercivos para coadjuvarem as autoridades na manutenção da segurança pública, constitui um sinal inequívoco da sua incapacidade de intervenção a nível local, além de acarretar pesados custos financeiros e pôr em causa a reputação do exército que aparecia associado a uma imagem de repressão.

---

<sup>72</sup> AHGCVC, *Confidencial geral – de Outubro de 1848 a Outubro de 1855*, n.º 1.9.3.29, não paginado.

<sup>73</sup> AHGCVC, *Confidencial geral – Outubro de 1848 a Outubro de 1855...*, não paginado.

<sup>74</sup> AHGCVC, *Confidencial geral – de Outubro de 1848 a Outubro de 1855...*, não paginado.

<sup>75</sup> AHGCVC, *Confidencial geral – Janeiro de 1847 a Outubro de 1848*, n.º 1.9.3.28, não paginado.

<sup>76</sup> AHGCVC, *Correspondência com várias autoridades de Agosto de 1847 a Outubro de 1849*, n.º 1.8.3.11, não paginado.

Em Novembro de 1848, novos boatos alastraram pelo distrito de Viana do Castelo, embora os administradores dos concelhos não conhecessem os factos, mas receavam estes rumores, porque, na sua perspectiva os “povos tendem na maior parte para o miguelismo”. Esta percepção levou o administrador do concelho de Ponte da Barca a considerar infrutíferas as acções de regedores e cabos de polícia. Neste concelho, a cooperação das autoridades judiciais era difícil, uma vez que, por exemplo, o juiz ordinário era miguelista, e as reuniões dos considerados sectários ocorriam na sua casa.<sup>77</sup>

Não podemos, no entanto, conhecer o impacto desta desestabilização na criminalidade, dado que não dispomos de dados relativos aos anos de 1846 e 1847, de modo a poder estabelecer comparações e descobrir se houve evolução ou retrocesso. Todavia, no cenário traçado pelo governador civil ao Ministério do Reino para o ano de 1847, ressalta o descontentamento das populações do distrito de Viana contra o Governo, dado que, segundo aquele responsável, estavam “dispostos a agitar-se a favor do príncipe proscripto ou de qualquer que directa ou indirectamente possa introduzir o seu governo”.<sup>78</sup> A situação era agravada pelo facto de muitos dos habitantes continuarem armados e se recusarem a entregar as armas, num clima onde imperava a alvoroço instigado por boatos espalhados por agitadores.

Em Novembro 1847, o governador civil, na sequência da visita a vários concelhos sob sua jurisdição, com excepção dos de Castro Laboreiro, Soajo e Ponte da Barca, apresentou um quadro idílico do distrito: os povos pareciam “bem orientados” para as eleições e as quadrilhas, compostas sobretudo por espanhóis refugiados, já teriam acabado com as suas malfetorias. Como explicar esta apreciação tão favorável num contexto pós-guerra civil? Uma das justificações poderá ter a ver com a pretensão de evitar o envio de forças militares, sabendo-se, de antemão, quão impopular era a sua presença junto das populações. Em Dezembro de 1847, comunicou aos seus subordinados a portaria do Ministério do Reino, datada de 21 de Dezembro do mesmo ano, sobre as obrigações dos administradores dos concelhos em matéria de segurança. Dava ainda conta da necessidade de serem capturados os criminosos que se tinham evadido das

---

<sup>77</sup> AHGCVC, *Circular confidencial aos Administradores em 8 de Novembro - Segurança Pública - Providencias contra as maquinações miguelistas*, n.º 4.18.4.11-10, não paginado.

<sup>78</sup> AHGCVC, *Confidencial geral – Janeiro de 1847 a Outubro de 1848*, n.º 1.9.3.28, não paginado.

cadeias de Lisboa e que circulavam pelo país, associando-se alguns deles às quadrilhas de salteadores, como estava a suceder na região do Minho.<sup>79</sup>

Esta conjuntura de instabilidade remete para uma realidade inquestionável: o elevado número de atentados contra pessoas, designadamente agressões, espancamentos e mortes, cometido entre as décadas de trinta e quarenta do século XIX. Por exemplo, o crime de desordens, rixas e ferimentos, segundo as estatísticas referentes ao ano de 1839, representava 42,2% das ocorrências registadas e em 1844 correspondia a 41,8%, ao passo que, nos anos de 1857 e 1865, os valores alcançados foram, respectivamente, 20,5% e 22,2%.<sup>80</sup> Em relação ao crime de assassinato, em datas semelhantes, a situação é idêntica. Note-se que este delito representava 5,5% das ocorrências verificadas em 1839, 3,3% em 1844, 1,4% em 1857 e 1,5% em 1866.<sup>81</sup> Estes valores demonstram uma clara diminuição percentual dos atentados contra pessoas, considerando o cômputo dos crimes praticados no distrito, à medida que avançamos na segunda metade do século XIX, e uma consequente transformação da criminalidade. Esta vai perdendo o seu pender violento e passa a desenvolver-se sob a forma de outro tipo de delitos, que, até então, nem sempre eram contabilizados e tidos em conta na construção dos mapas criminais, como era o caso do furto.<sup>82</sup>

Em termos gerais, no ano de 1839, 30,6% dos delitos integram-se na classificação de crimes contra o Estado, a segurança e a tranquilidade pública; 48% inserem-se na categoria de crimes contra pessoas e 21,4% visaram a propriedade.<sup>83</sup> O elevado número de crimes contra a ordem e tranquilidade pública tem a ver, em grande parte, com a resistência da população à

---

<sup>79</sup> AHGCVC, *Circulares a várias autoridades – Janeiro a Setembro de 1847*, n.º 1.10.4.11, não paginado. Esta fuga, que aconteceu em 29 de Abril de 1847, envolveu 1026 presos da cadeia do Limoeiro. Confirme-se Macedo, Francisco Ferraz, *Os criminosos evadidos da Cadeia central do Limoeiro a 29 de Abril de 1847*, Lisboa, Typ. da Papelaria Palhares, 1901, p. 9.

<sup>80</sup> *Diário do Governo* de 20.02.1840, n.º 44, p. 237. *Diário do Governo* de 16.04.1845, n.º 88, p. 409. *Relatório apresentado a Junta Geral de districto de Viana do Castelo na sessão ordinária de 1866*, Viana, Typ. de André Joaquim Pereira & filho, 1866, não paginado. AHGCVC, *Crimes cometidos em Viana do Castelo*, n.º 1.16.5.3-1, não paginado.

<sup>81</sup> *Diário do Governo* de 20.02.1840, n.º 44, p. 237. *Diário do Governo* de 16.04.1845, n.º 88, p. 409. AHGCVC, *Crimes cometidos em Viana do Castelo*, n.º 1.16.5.3-1, não paginado. *Relatório apresentado a Junta Geral de districto de Viana do Castelo na sessão ordinária de 1866...*, não paginado.

<sup>82</sup> Confira-se Vaz, Maria João, *Crime e Sociedade. Portugal na segunda metade do século XIX...*, p. 133.

<sup>83</sup> *Diário do Governo* de 20.02.1840, n.º 44, p. 237.

ordem liberal, às suas instituições e aos seus representantes.<sup>84</sup> Mesmo assim, os 379 crimes praticados no distrito de Viana do Castelo, apesar de preocupantes, até parecem escassos quando comparados com os de outras regiões do país, como, por exemplo, os distritos de Vila Real e Évora, onde, no mesmo ano, ocorreram 744 e 578 delitos, respectivamente.

Na década de quarenta, as primeiras estatísticas de que dispomos datam de 1842. Antes de mais, sobressai uma diminuição acentuada dos crimes contra o Estado, a ordem e a tranquilidade pública, o que denota uma clara acalmia do distrito a nível político e social, apesar da persistência de alguns ataques de quadrilhas, sobretudo nos concelhos raianos. Nesse mesmo ano, o Ministério do Reino aludia à falta de segurança e aos perigos que corriam os habitantes desses municípios, exigindo a tomada de medidas por parte das autoridades locais.<sup>85</sup>

Apesar da diminuição, em comparação com 1839, do número de rixas e desordens, de ferimentos e homicídios, continuaram a verificar-se percentagens elevadas, particularmente no que se refere a assassinatos, o que evidencia a persistência de uma criminalidade violenta. Por outro lado, é de assinalar o facto de o número de furtos superar o de roubos, o que indicia a diminuição da gravidade dos delitos praticados contra a propriedade alheia.

Em 1843, mantém-se a tendência para a estabilização do clima de pacificação política, dada a baixa incidência de crimes (3,4%) contra o Estado e a tranquilidade pública. Os atentados contra pessoas atingiram valores muito elevados, perfazendo 66,2% das ocorrências, enquanto os delitos contra a propriedade (roubos, furtos, danos e incêndios) representam 29,7%.<sup>86</sup> Entre 1839 e 1843, verifica-se uma clara redução dos índices da criminalidade, que baixam para quase metade, passando de 379 para 145 delitos.

---

<sup>84</sup> Para o ano de 1838, apenas dispomos de dados parcelares respeitantes aos concelhos de Caminha, Ponte de Lima, Viana do Castelo e Arcos de Valdevez. No que diz respeito a Caminha, entre Fevereiro e Dezembro desse ano, tiveram lugar 20 roubos, 18 em propriedades urbanas, um na estrada e um em propriedade rústica. Registaram-se ainda 10 ferimentos e 19 transgressões de polícia. Em Ponte de Lima, durante o mesmo período, houve seis assassinatos, 15 ferimentos e um roubo em igreja. No concelho de Viana do Castelo, verificaram-se os seguintes resultados: 33 roubos (três cometidos contra igrejas, 23 em propriedades urbanas e seis em estradas), um homicídio, 15 ferimentos, 23 transgressões de polícia. Em Arcos de Valdevez, ocorreram 23 roubos (sete cometidos contra igrejas, 12 contra propriedades urbanas e três contra propriedades rústicas), 16 ferimentos, sete crimes de resistência e 23 transgressões de polícia. Repare-se que neste ano ainda não é feita a distinção entre roubos e furtos. AHGCVC, *Correspondência com os administradores do concelho. Janeiro de 1838 a Junho de 1839*, n.º 1.7.2.1, não paginado.

<sup>85</sup> ANTT, *Ministério do Reino*, Livro 4, n.º 1665, fl. 223.

<sup>86</sup> *Diário do Governo de 7.09.1843*, n.º 210, p. 1389. *Diário do Governo de 1.05.1844*, n.º 102, p. 571.

Em 1839, no que diz respeito à incidência criminal por distrito, verifica-se que, num total de 17 distritos, o de distrito Viana do Castelo ocupava a oitava posição, *ex-aequo* com o distrito de Braga. Em 1843, aquando da publicação de novas estatísticas, Viana do Castelo surge na décima primeira posição, sendo suplantado por Lisboa, Guarda, Porto, Castelo Branco, Beja, Évora, Coimbra, Bragança, Portalegre e Viseu.<sup>87</sup>

Os números, por si sós, podem não traduzir a gravidade da violência em cada distrito. Para corroborar a nossa perspectiva, utilizámos o crime de assassinato. Apesar de, em 1843, o distrito de Lisboa se destacar nas estatísticas pelo elevado número de delitos, o certo é que, no respeitante a homicídios, foi ultrapassado por Vila Real e Guarda, que registaram ambos 27 ocorrências, tendo embora menos habitantes,<sup>88</sup> ao passo que no distrito de Lisboa, no mesmo ano, houve 23.<sup>89</sup>

Sabemos que a sociedade, à medida que avança cronologicamente, vai assumindo uma intolerância cada vez maior face à violência.<sup>90</sup> Como este processo ocorreu primeiro nos meios mais desenvolvidos, não será de estranhar que em Lisboa e no Porto, por exemplo, tenda a predominar uma criminalidade menos gravosa que noutros espaços mais ruralizados, onde a violência ainda era tolerada em determinadas circunstâncias.<sup>91</sup> O mesmo paralelismo se pode estabelecer relativamente a outros contextos geográficos. Por exemplo, enquanto nos países europeus industrializados predominavam os atentados contra a propriedade, em Portugal destacavam-se ainda os crimes contra pessoas. Assim, há um conjunto de condicionantes a que

---

<sup>87</sup> *Diário do Governo* de 20.02.1840, n.º 44, p. 237. *Diário do Governo* de 7.09.1843, n.º 210, p. 1389. *Diário do Governo* de 1.05.1844, n.º 102, p. 571.

<sup>88</sup> Acerca do delito em Lisboa e das suas particularidades, nomeadamente a importância que a pequena criminalidade e o elevado peso que os crimes contra a ordem e tranquilidade pública tinham neste distrito, veja-se Vaz, Maria João Mendes, *A criminalidade em Lisboa entre meados do século XIX e o início do século XX*, III parte, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2006, pp. 293-320. Tese de doutoramento policopiada.

<sup>89</sup> *Diário do Governo* de 7.09.1843. *Diário do Governo* de 1.05.1844, n.º 102, p. 571.

<sup>90</sup> Sobre a crescente intolerância desenvolvida pela sociedade face à violência consulte-se Elias, Norbert, *O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1994, pp. 189-202.

<sup>91</sup> Em 1843, houve 16 assassinatos no Porto. No ano seguinte, registaram-se nove, sendo ultrapassado no mapa dos crimes por Lisboa (28), Bragança (26), Santarém (25), Beja (12), Castelo Branco (12), Coimbra (19), Évora (13), Leiria (11), Portalegre (17), Vila Real (21), Viseu (15), Porto Angra do Heroísmo (4), Aveiro (8), Braga (7), Faro (3), Funchal (1), Horta (1), Ponta Delgada (7) e Viana do Castelo (4). *Diário do Governo* de 16.04.1845, n.º 88, p. 409.

devemos atender quando pretendemos ensaiar comparações entre os distritos, ou circunscrições ainda maiores, e avaliar os seus índices de delinquência.

A tendência de descida da criminalidade no distrito de Viana do Castelo, apesar das pequenas oscilações, manteve-se até 1856, ano em que se registou um incremento considerável.

Em 1844, os delitos contra a propriedade (32,8%) continuaram a suplantar os que atentavam contra a ordem e tranquilidade pública (6,5%), o que é explicável pela manutenção de um cenário de apaziguamento e pela aceitação da nova organização política e social.<sup>92</sup> Por outro lado, representantes do governo e das instituições liberais, nomeadamente os que assumiam funções no domínio da segurança pública, iam exercendo as suas funções com maior eficácia.

Como o Alto Minho era uma região eminentemente rural, as pessoas, dada a sua baixa instrução, tinham maior dificuldade em expressar as suas emoções e, por isso, rapidamente o gesto se sobrepunha à palavra, caindo na agressão e envolvendo-se em desacatos. Afinal, a violência fazia parte do seu dia-a-dia. Sendo um fenómeno usual, não será de estranhar que constituísse uma forma de comunicação face ao bloqueio que se impunha no sentido de verbalizar sentimentos mais perturbadores.<sup>93</sup> Por outro lado, as populações campestres, mais conservadoras, mostravam-se defensoras da tradição, de usos e costumes ancestrais, revelando-se avessas à mudança, desenvolvendo até uma certa desconfiança face a tudo o que, de algum modo, pudesse perturbar a rotina do seu quotidiano. Mas as novidades também tardavam, devido, entre outras razões, ao isolamento a que estavam votadas.<sup>94</sup> Não confiavam nos justiça, que se poderia revelar morosa, dispendiosa e ineficaz, recorrendo antes à justiça pelas próprias mãos.

Em 1845, continua a tendência de descida do número de crimes, baixando de 122 para 106. Na escala da criminalidade, Viana do Castelo ocupava a décima terceira posição em 16 distritos. No entanto, atendendo à natureza dos crimes, verificamos um agravamento da criminalidade considerada grave, uma vez que o número de assassinatos subiu de quatro, em 1844, para seis, invertendo-se assim o sentido de descida que se registava desde 1839.

---

<sup>92</sup> *Diário do Governo* de 16.04.1845, n.º 88, p. 409.

<sup>93</sup> Sobre este assunto leia-se Vaquinhas, Irene, "Alguns aspectos da violência rural nas comarcas de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918", in *Ler História*, n.º 23, 1992, pp. 23-59.

<sup>94</sup> Sobre as vias de comunicação no século XIX, no distrito de Viana do Castelo leia-se Feijó, Rui Graça, *Liberalismo e Transformação Social. A Região de Viana do Antigo Regime a finais da Regeneração...*, pp. 153-155.

Todavia, analisando o quadro nacional, Viana do Castelo está longe de alcançar a vintena de crimes registada por Lisboa, ou os 27 assassinatos contabilizados em Santarém. Por outro lado, o distrito de Viana do Castelo, a par de Évora, registava uma das taxas mais altas de suicídios (cinco), sendo apenas ultrapassado pelo distrito de Lisboa, onde ocorreram 10 casos. Julgamos que estes valores têm a ver com o elevado número de indivíduos com distúrbios mentais que não recebiam qualquer tipo de apoio, ou que, numa situação de desespero e perante a incompreensão de familiares, vizinhos e da comunidade em geral, punham termo à vida.

No entanto, no ano de 1849, assiste-se ao crescimento dos crimes contra o Estado, a ordem e segurança pública, que representam 44,9% dos ocorridos no distrito. Este incremento deveu-se ao elevado número de deserções (45), todas elas no concelho de Viana do Castelo. Podemos aqui estabelecer uma relação entre a deserção e o crime de resistência às autoridades, uma vez que os refractários, refugiados nas casas de familiares ou de membros da comunidade, que por norma os protegiam, não se entregavam facilmente aos captores, fossem administradores do concelho, regedores ou cabos de polícia, originando confrontos. Por vezes, colocadas perante atitudes de resistência das populações, as autoridades cediam às pressões e esquivavam-se ao cumprimento dos seus deveres.

Face a estes números, o governador civil enviou uma circular a todos os administradores dos concelhos, onde referia ter conhecimento dos roubos que “por meio de industria, outros a mão armada” eram cometidos e exigia a tomada de medidas por parte dos seus subordinados, alertando-os para a necessidade não só de combaterem os bandos de ladrões já organizados, mas também de se preocuparem com a prevenção, uma vez que um dos seus deveres era, precisamente, o de zelar pelo património dos povos sob a sua jurisdição<sup>95</sup>.

Na década de cinquenta, nos anos de 1851, 1852 e 1853, registou-se uma acentuada descida da criminalidade no distrito de Viana do Castelo. O mesmo aconteceu noutras regiões de Portugal que já foram objecto de análise pormenorizada, como por exemplo, na ilha de S. Miguel.<sup>96</sup> Entramos num período de estabilidade política, com o início da Regeneração, que terá

---

<sup>95</sup> AMAV, Administração do concelho do Soajo. *Correspondência recebia do Governo Civil*. Documento avulso, não paginado.

<sup>96</sup> Alvo de estudos desenvolvidos por Susana Serpa Silva, que, apoiando-se em dados estatísticos oficiais e na imprensa local, reconhece a tendência para uma descida da criminalidade no distrito de Ponta Delgada a partir da segunda metade da centúria de oitocentos. Confira-se Silva, Susana Paula Franco Serpa, *Violência, Desvio e exclusão na Sociedade Micalense Oitocentista (1842-1910)*, vol. I, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2006, pp. 211-212. Tese de doutoramento policopiada.



repercussões significativas nos vários sectores da sociedade, com claro impacto a nível da criminalidade, não só em termos numéricos, mas também no que concerne à tipologia dos delitos praticados. O estado de maior acalmia possibilitava a implementação de um conjunto de reformas tidas como necessárias e a promulgação de legislação no domínio criminal. Apenas para salientar o desempenho mais eficiente das autoridades, referimos a actuação do administrador do concelho de Arcos de Valdevez, António Pereira de Sá Soto-Mayor. Este funcionário, logo que retomou o cargo de administrador do concelho, em 1851, do qual tinha sido exonerado pela Junta do Porto em 1846, fez ingressar nas cadeias daquela localidade 61 ladrões e salteadores, entre os quais se destacavam assaltantes de renome, como o espanhol João Manuel do Paço, conhecido como “o Provisor”, Manuel José Esteves, cuja quadrilha actuava por todo o Alto Minho, e José Gonçalves do Outeiro, perseguido por múltiplos crimes.<sup>97</sup> A detenção de criminosos, sobretudo dos profissionais, além de significar uma actuação diligente das autoridades locais, era fundamental para a redução das taxas de criminalidade e consequente melhoramento da segurança.<sup>98</sup>

Na década de sessenta, com excepção do ano de 1856, manteve-se a tendência para o decréscimo da delinquência. Naquele ano, verificou-se o aumento exponencial do número de delitos, em particular de roubos, assassinatos, infanticídios, rixas, desordens e ferimentos. Para este quadro contribuiu, certamente, a circunstância de se tratar de um ano de grave crise económica. Sentiam-se ainda os efeitos da crise que, em 1855 e 1854, afectou a cultura do milho.<sup>99</sup> Por outro lado, a crise do sector vinícola atingiu o apogeu em 1856.<sup>100</sup> Em alguns concelhos, a falta de tranquilidade era notória. Ponte de Lima, por exemplo, encontrava-se num estado verdadeiramente caótico, situação que se arrastava do ano anterior: inúmeros roubos

---

<sup>97</sup> Consulte-se Caldas, Eugénio de Castro, *Terra de Valdevez e Montaria do Soajo, Memória monográfica do concelho de Arcos de Valdevez...*, pp. 168-174.

<sup>98</sup> AHGCVC, *Papéis relativos ao Administrador dos Arcos. António Pereira de Sá Sottomayor*, n.º 1.19.2.12-11, não paginado.

<sup>99</sup> Sobre a carestia que afectou o país nos anos de 1855-1856 leia-se Pereira, Miriam Halpern, *Das Revoluções Liberais ao Estado Novo*, Lisboa, Editorial Presença, 1994, p. 39.

<sup>100</sup> Sobre as crises económicas que se fizeram sentir no século XIX veja-se Fonseca, Fernando, Taveira da, “Flutuações e crises económicas”, in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. V, Porto, Circulo de Leitores, pp. 393-415. Sobre a crise que afectou o sector vinícola consulte-se Feijó, Rui Graça, *Liberalismo e Transformação Social. A Região de Viana do Antigo Regime a finais da Regeneração...*, pp. 173-182.

eram perpetrados, o juiz eleito foi assassinado, as tentativas de fuga da cadeia sucediam-se.<sup>101</sup> Num meio essencialmente rural, onde as crises de subsistência afectavam seriamente a economia dos mais pobres, sobretudo os trabalhadores agrícolas indiferenciados, parte considerável da população via o seu nível de vida degradar-se ainda mais. Sem meios de sustento, dedicavam-se à pilhagem e ao roubo, por vezes como forma de garantir a sobrevivência. Alguns caíam na mendicidade e na vagabundagem, o primeiro passo para o ingresso no mundo do crime. A este propósito, importa referir que contextos económicos adversos, marcados pela escassez de recursos, conduzem, em regra, a uma degradação das relações, sejam familiares ou vicinais, daqueles que concorrem para a produção, neste caso agrícola.

Ainda na década de sessenta, tirando os anos de 1860, 1864, 1866, 1868, os números da criminalidade decresceram. No caso particular do ano de 1864, em Valença, houve um acréscimo significativo de furtos e roubos, que estaria relacionado com a presença de uma quadrilha que, segundo as populações, era responsável por ataques contra a propriedade.<sup>102</sup> O aumento registado em 1867 resultou, em grande medida, da criminalização do abandono de recém-nascidos, bem como da expansão da pequena criminalidade no distrito.<sup>103</sup> De algum modo, podemos considerar que o incremento do número de delitos, registado na década de sessenta, decorreu de uma maior e mais eficaz intervenção do Estado, a nível local, em questões de segurança pública, traduzindo-se a sua acção no acréscimo da pequena criminalidade, inserida na categoria de crimes não classificados.<sup>104</sup>

Através da análise dos mapas estatísticos organizados entre 1839 e 1868 e dos dados referentes a 1869 publicados na imprensa, constatamos que as transgressões praticadas no distrito de Viana do Castelo iam desde os crimes de arrombamento, fuga de presos, assuadas, falsificação de moeda, falsificações, assassinatos, infanticídios, suicídios, envenenamento, rixas, desordens e ferimentos, roubos, furtos, incêndios, danos, até atentados ao pudor e de resistência às autoridades. Havia ainda um conjunto de delitos cuja natureza ignoramos, por

---

<sup>101</sup> AHGCVC, *Registo geral - Janeiro de 1856 a Janeiro de 1857*, n.º 1.10.3.2, não paginado.

<sup>102</sup> AMV, *Registo da correspondência expedida para diversas autoridades*, n.º 1.1.4.36, não paginado.

<sup>103</sup> *Relatório apresentado a Junta geral de districto de Viana do Castelo na sessão ordinária de 1868...*, 1868, não paginado.

<sup>104</sup> Sobre este assunto, aplicado à realidade inglesa, leia-se Sharpe, James A., "Crime in England: Long-Term Trends and the Problem of Modernization", in Johnson, Eric. A; Monkkonen, Eric H. (Edit.), *The civilization of crime. Violence in Town and Country since the Middle Ages*, Chicago, University of Illinois Press, 1996, pp. 17-34.

estarem inseridos na categoria de não classificados, e outros que, pela leitura dos mapas, depreendemos que não tiveram lugar no distrito de Viana do Castelo, nomeadamente os crimes políticos e religiosos, de abuso de liberdade de imprensa, latrocínio, descaminho e de perjúrio.

As rixas, desordens e ferimentos continuavam a ser dos delitos praticados com maior frequência no distrito, alternando na posição cimeira com os atentados contra a propriedade, furtos e roubos. Observamos igualmente que, à medida que se assistia à instalação de um clima de maior pacificação e estabilidade, diminuía os crimes contra pessoas e aumentavam os cometidos contra a propriedade, em particular os furtos.

As conjunturas caracterizadas por crises de subsistência propiciavam o aparecimento de um ambiente de conflituosidade, que podemos apelidar de horizontal, entre iguais e membros da mesma comunidade, que, nos meios rurais, se manifestava por causa dos sistemas de rega e da delimitação das áreas de cultivo, ou ainda destruição de muros e colheitas. Em circunstâncias desfavoráveis, os ânimos exaltavam-se com facilidade, dando origem a uma conflituosidade vertical, quando, por exemplo, os agricultores se revoltavam contra os responsáveis pela exportação de cereais em período de carência.<sup>105</sup>

À medida que entramos na década de quarenta, a violência vai ficando arredada do processo de contestação política, contribuindo para a diminuição de assassinatos, bem como de atentados contra o Estado, a segurança e a tranquilidade pública. Por outro lado, a queda dos números relativa aos crimes contra pessoas, que se observou ao longo século XIX, denota sobretudo o abandono gradual de práticas de vingança privada. Estas foram substituídas pelo recurso aos tribunais, aos quais competia expurgar a sociedade da violência e das vinganças com intuítos alegadamente justiceiros.

No entanto, o padrão preponderante da criminalidade no Alto Minho continuava a ser dominado por um elevado número de crimes contra pessoas, não se registando ainda uma “modernização da criminalidade”, ao contrário do que sucedia noutros países, como a Inglaterra, onde o crime contra a propriedade detinha uma posição cimeira, em consequência do processo industrializador e dos fenómenos dele decorrentes.<sup>106</sup> Em países mais desenvolvidos,

---

<sup>105</sup> Sobre as formas de conflitualidade causadas pelas crises de subsistência leia-se Yun Casalilla, Bartolomé, *Crisis de Subsistencias y Conflictividad social en Cordoba a principios del siglo XVI. Una ciudad andaluza en los comienzos de la modernidad*, Cordoba, Estudios Cordobeses, Publicaciones de la Excm. Diputacion provincial, 1980, pp. 155-177.

<sup>106</sup> Segundo Clive Emsley, o crescimento dos crimes roubo e de assaltos na Inglaterra deu-se a partir da segunda metade do século XVIII. Na segunda metade do século XIX, há uma descida do número de crimes de roubo e da

que já tinham atingido a “modernização” dos seus comportamentos criminosos, este processo verificou-se primeiro nos espaços urbanos e só posteriormente teve lugar nas zonas rurais.<sup>107</sup>

Uma outra conclusão possível está relacionada com o decréscimo dos atentados contra pessoas, que acompanhou a tendência de diminuição da criminalidade em geral, sendo um factor preponderante para a determinação das oscilações da delinquência anual. Por outro lado, é necessário considerar que o aumento do número de transgressões registado nalguns anos nem sempre significou, necessariamente, um agravamento do panorama criminal, dado que, por vezes, se verificou o incremento da pequena criminalidade, mas, em contrapartida, havia uma descida dos delitos considerados graves, como, por exemplo, assassinatos.<sup>108</sup>

À medida que o regime liberal vai adoptando medidas no sentido de reformar a justiça e melhorar as áreas da segurança e da tranquilidade pública, assistiu-se ao recuo da delinquência na região do Alto Minho, bem como à sua transformação qualitativa, apesar das múltiplas deficiências apontadas naqueles domínios, bem como da atitude negligente dos seus responsáveis.<sup>109</sup>

---

violência, sendo que o delito predominante durante o período pós-estatístico é o pequeno roubo. Entre 1750 e 1900, o delito de homicídio teve uma expressão numérica bastante reduzida. Confira-se Emsley, Clive, *Crime and Society in England. 1750-1900...*, pp. 18-43.

<sup>107</sup> Veja-se o caso da Alemanha, estudada por Eric A. Johnson, onde, no período compreendido entre 1883 e os inícios do século XX, os crimes violentos, foram mais comuns em pequenas vilas e no campo do que nas cidades, onde predominavam crimes contra a propriedade. Consulte-se, Johnson, Eric, “Urban and Rural Crime in Germany, 1871-1914”, in Johnson, Eric. A; Monkkonen, Eric H. (Edit.), *The civilization of crime. Violence in Town and Country since the Middle Ages...*, pp. 198-200.

<sup>108</sup> A explicação para a diminuição de uma criminalidade grave que se regista no Ocidente, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, traduz a diminuição da violência nas próprias sociedades, para o que contribuíram factores de ordem administrativa, biosocial e cultural. Consulte-se Finnane, Mark, “A decline in violence in Ireland? Crime, policing and social relations, 1860/1914”, in *Crime, Histoire & Sociétés/Crime, History and Societies*, vol. 1, n.º 1, 1997, pp. 51-70.

<sup>109</sup> Segundo a perspectiva de Clive Emsley, o elemento desencadeador das reformas verificadas no domínio da segurança foi o aumento da preocupação da sociedade face ao crime, que passou a suscitar mais interesse, na sequência das transformações resultantes da revolução industrial, nomeadamente o surgimento das chamadas “classes perigosas”. Acerca dos estudos desenvolvidos sobre a delinquência e o desenvolvimento dos corpos policiais, objecto de estudo em vários países da Europa e nos Estados Unidos, leia-se o artigo de síntese das principais linhas historiográficas a respeito deste tema de Romero Samper, Milagrosa, “Delito, Policía, y sociedad. Tendencias actuales de la investigación y debate historiográfico”, in *Cuadernos de Historia Moderna*, n.º 9, Madrid, Universidad Complutense, 1988, pp. 229-248.

## 1.1. Os instigadores de delito

Os factos explanados conduzem-nos à colocação de algumas questões, relacionadas, nomeadamente, com o temperamento das populações e a forma como este influi na expansão ou no declínio da criminalidade no Alto Minho. Todavia, parece-nos evidente que os números do crime não podem ser compreendidos apenas com base na “natureza dos povos”, uma vez que os factores exógenos revestem também uma grande importância. Aliás, já salientámos, a este propósito, a relevância dos contextos e dos encadeamentos que estes podem proporcionar, com claro impacto na vivência e no comportamento dos indivíduos.

No cômputo geral e em comparação com outras regiões do país, o distrito de Viana do Castelo, cuja população oscilava entre os 185.038, no ano de 1849, e os 204.275 habitantes, em 1865, não apresentava elevadas taxas de criminalidade, mas, pelo contrário, a tendência que se manifesta ao longo do século XIX aponta para um notório abaixamento, encontrando-se entre os distritos portugueses com índices mais baixos.<sup>110</sup>

### 1.1.1. Entre a propriedade e a cadeia

Relativamente aos factores que habitualmente são invocados para explicar o comportamento criminal, designadamente o álcool e o jogo, convirá relativizar a sua importância, no que respeita ao distrito de Viana do Castelo.<sup>111</sup>

Ao contrário de outras regiões, não podemos garantir que, no Alto Minho, o álcool fosse um factor determinante no crescimento da criminalidade, dado que, de um modo geral, o seu consumo não era exagerado, apesar da grande quantidade de vendas e tabernas existentes em algumas localidades.<sup>112</sup>

---

<sup>110</sup> Para o estabelecimento de uma comparação entre os índices de criminalidade alcançados no distrito de Viana do Castelo e nos restantes distritos portugueses, ao longo do século XIX, consulte-se Vaz, Maria João, *Crime e Sociedade. Portugal na segunda metade do século XIX...*, pp. 161-188.

<sup>111</sup> Sobre ao jogo enquanto promotor de acções delituosas leia-se Vaquinhas, Irene, *Nome de Código “33856”. “Os Jogos de Fortuna ou Azar” em Portugal entre a repressão e a tolerância (De finais do século XIX a 1927)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, pp. 17-20.

<sup>112</sup> Sobre a relação entre o alcoolismo e os números da criminalidade na ilha de S. Miguel, no século XX, leia-se Silva, Susana Serpa, “Alcoolismo e Criminalidade no século XIX. O caso da ilha de S. Miguel (Açores)”, in *Ler História*, n.º 53, 2007, pp. 93-111.

As referências que encontrámos ao jogo, ou ao seu vício, como causa directa ou indirecta do aumento da criminalidade são muito escassas, revelando-se insuficientes para justificar a propensão para a prática de determinado delito, embora contribuisse para o seu aumento, em particular quando se trata de crimes contra pessoas e contra a propriedade. No conjunto da documentação compulsada referente às infracções participadas semanalmente pelos administradores dos concelhos, descobrimos referência apenas a uma situação que envolveu o jogo. Trata-se de um caso ocorrido em Setembro de 1854, em que António Afonso e António Santos foram presos e entregues ao poder judicial, acusados de extorquirem 6.000 réis a dois trabalhadores através de um jogo apelidado de “vermelhinha”.<sup>113</sup>

Embora possa ser considerado como um factor propiciador do delito, o jogo não é uma prática que por si só o explique. A perseguição de que era objecto por parte das autoridades tinha a ver com o facto de surgir associado à ludibriação, ao engodo e ao desencadeamento de conflitos. Para controlar os seus efeitos, realizavam-se buscas, rondas e perseguições, em vendas, hospedarias, estalagens e botequins, sobretudo aquando da realização de feiras e romarias, à procura de “jogos proibidos” ou jogos de azar, que incluíam a ronda, a banca, o monte e o jogo de dados, entre outros, e ainda para verificar se as cartas utilizadas tinham pago o competente selo.<sup>114</sup> No caso de incumprimento deste requisito, eram apreendidas e os jogadores entregues ao poder judicial.<sup>115</sup>

Pelo decreto de 23 de Setembro de 1828, foram proibidas as rifas, sortes e lotarias, com excepção, pelos seus fins altruístas, das emitidas pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e pela Casa Pia do Desterro.<sup>116</sup> Pela portaria de sete de Agosto de 1837, limitava-se a licença a estas instituições, sendo ainda incluído o hospital de S. José, e a outras que “Sua Majestade conceder de futuro”.<sup>117</sup>

---

<sup>113</sup> AHGCVC, *Correspondência com o ministério do reino Fevereiro de 1854*, n.º 1.9.4.22, não paginado.

<sup>114</sup> A título de exemplo, aquando da festa da Senhora da Agonia, em Viana do Castelo, em 1861, realizaram-se buscas às casas para se verificar se nestas proliferavam os “jogos proibidos”. ADVC, Administrador do concelho de Viana do Castelo. *Ofícios dirigidos ao Governador Civil deste districto - ano 1860*, n.º 5.16.2.2, não paginado.

<sup>115</sup> ADVC, *Correspondência com os administradores dos concelhos. Julho de 1844 a Junho de 1845*, n.º 1.7.2.9, não paginado.

<sup>116</sup> *Collecção de todas as leis, alvarás, decretos, etc na regia officina tipográfica (I semestre de 1828)* – Parte I, Lisboa, Imprensa Nacional, s/d, p. 21.

<sup>117</sup> *Collecção de Leis e outros documentos officiais publicados no 2.º semestre de 1837*, Sétima Série, Segunda Parte..., pp. 56-57.

O jogo, por via da repressão que lhe era movida, ganhava visibilidade e ocupava lugar de destaque na correspondência trocada entre os administradores do concelho e o governo civil. Em 31 de Outubro de 1839, no concelho de Viana do Castelo, na sequência da busca ordenada pelo governo civil em todo o distrito, foram apreendidos 14 baralhos de cartas.<sup>118</sup> Pelo edital publicado no Diário de Governo em 1844, determinava-se que nas casas onde fosse descoberta a prática de jogos proibidos, os respectivos donos ou inquilinos e os jogadores que aí se encontrassem deviam ser presos e remetidos ao poder judicial; os seus nomes seriam publicados em Diário de Governo para serem do conhecimento de todos; e os seus bens seriam alvo de um inventário para, posteriormente, ser remetido ao Ministério Público.<sup>119</sup>

Em Setembro de 1859, face à persistência da prática de jogos de azar em Viana do Castelo, o governador civil ordenou ao administrador do concelho que intimasse os donos de estabelecimentos públicos, estalagens, hospedarias e tabernas, para que, no prazo 24 horas, assinassem um termo em que declaravam não consentirem jogos nas suas casas, sob pena de lhes ser retirada a licença.<sup>120</sup>

Por outro lado, e ainda a propósito dos factores indutores da criminalidade, a mecanização da agricultura ou do trabalho artesanal e a consequente dispensa de mão-de-obra, também não podem servir de argumento, até porque, pelo menos até à década de sessenta do século XIX, não há notícia de que tais transformações tenham ocorrido na actividade económica do Alto Minho.

Segundo Eusébio Furtado Coelho, eram fundamentalmente dois os factores que explicavam a criminalidade no distrito de Viana: o “amor a propriedade” e o estado das cadeias.<sup>121</sup> Na sua perspectiva, o apego dos alto minhotos à terra era causa de desordens, ferimentos, tiros, assuadas, rixas, a que nós acrescentamos injúrias e assassinatos. Entre os motivos mais notórios que estavam na génese de comportamentos que atentavam contra a sociedade e o próprio indivíduo, destacamos o uso e distribuição da água, a delimitação das propriedades, a alteração dos marcos divisórios, a destruição de colheitas por animais, o furto de colheitas e de outros produtos, como madeira, os tapamentos de baldios, o roço do mato em

---

<sup>118</sup> ADVC, Administrador do concelho de Viana do Castelo. *Copiador Geral – 1839-1840*, n.º 5.16.4.18, não paginado.

<sup>119</sup> *Collecção Official de Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva, Anno de 1844-1845...*, pp. 185-186.

<sup>120</sup> AHGCVC, *Registo geral – Agosto de 1848 a Novembro de 1859*, n.º 1.10.3.7, não paginado.

<sup>121</sup> Coelho, Eusébio Cândido C. P. Furtado, *Estatística do Districto de Vianna do Castello*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1861, pp. 200-207.

montes alheios, o corte de árvores e videiras, entre outras motivações ligadas à terra, à produção agrícola e à gestão da propriedade.

Aliás, a importância e a defesa da propriedade, que não consideramos característica exclusiva dos habitantes do distrito vianense, está bem patente no discurso das autoridades. Perante um aumento considerável do número de delitos contra a propriedade registado no mês de Setembro de 1855, o Governo determinou, em portaria do Ministério do Reino de 28 de Setembro do mesmo ano, que se tomassem medidas adicionais tendo em vista impedir o cometimento de tais atentados e a captura dos seus autores.

Por outro lado, a perspectiva de Eusébio Furtado Coelho de que as cadeias do Alto Minho contribuíam para o aumento da criminalidade na região tem alguma razão de ser, uma vez que, como veremos no próximo capítulo, estas constituíam autênticas “escolas de crime”, devido à ausência de condições de funcionamento e de segurança.

Este autor sustentava ainda que certos delitos, não tendo a sua origem nas causas por ele mencionadas, seriam produto de comportamentos irracionais ou de uma moral débil e de almas onde imperaria o desejo de vingança. Presumimos que se referia às agressões cometidas de forma repentista, sem motivação ou explicação aparentes, desencadeadas certamente por um ódio doentio ou pelo desejo de represália.<sup>122</sup>

### **1.1.2. Nas malhas da justiça**

Os meandros da justiça e a permissividade dos seus agentes eram evocados, pelas autoridades administrativas, como factores que concorriam para os números do crime no distrito. No relatório apresentado em 1857 pela Junta Geral de Distrito, consta um diagnóstico da criminalidade na circunscrição administrativa sob sua jurisdição, que, em função das detenções e das diligências efectuadas, concluía que os serviços de polícia tinham cumprido as suas obrigações, mas a organização judicial era deficiente.<sup>123</sup> Dos 178 detidos no distrito nesse ano, apenas 29 foram condenados e os restantes estavam em processo ou foram postos em liberdade. Em 1859, nos concelhos de Viana do Castelo, Arcos de Valdevez, Melgaço, Monção, Ponte de Lima e Valença, foram acusados 219 indivíduos, 82 dos quais foram condenados.<sup>124</sup>

---

<sup>122</sup> Veja-se Coelho, Eusébio Cândido C. P. Furtado, *Estatística do Districto de Vianna do Castello...*, p. 207.

<sup>123</sup> AHGCVC, *Relatório da Junta Geral-1857*, n.º 1.15.5.10-2, não paginado.

<sup>124</sup> Confira-se Coelho, Eusébio Cândido, C. P. Furtado, *Estatística do Districto de Vianna do Castello...*, pp. 201-202.



Libertados por falta de provas, ou inocentados por um júri timorato ou corrompido, os delinquentes regressavam às suas terras de origem, onde, antes de retomarem a actividade criminosa, se vingavam dos responsáveis pela sua captura e das testemunhas que contra eles tinham deposto.<sup>125</sup>

A constituição do júri que intervinha no julgamento dos acusados de delitos estava regulamentada pelo artigo 32.º, do Título IV, do normativo legal datado de 16 de Maio de 1832, que determinava que podia ser jurado todo o cidadão que soubesse “ler, escrever, e contar, e tiver de renda líquida, nas Cidades, e Villas notáveis, cem mil réis por anno, e cinquenta mil réis nas outras Villas, e Aldêas”.<sup>126</sup> O mesmo documento também previa situações impeditivas, que abrangiam “aqueles que se não acharem no exercício de seus Direitos Políticos”; eclesiásticos, magistrados e militares em serviço; os indivíduos com menos de 25 anos e os que tivessem mais 60; os que não residissem na comarca; aqueles que estiverem moral e fisicamente impedidos de exercerem esta obrigação; os que, por outro motivo, não pudessem votar nas eleições dos juizes de paz e de outras “authoridades locais”.<sup>127</sup>

Ainda segundo o disposto no artigo 33.º do referido normativo, em cada comarca devia existir um livro de matrícula, no qual seriam inscritos todos os indivíduos que reuniam os requisitos para serem jurados e eliminados os nomes daqueles que, entretanto, ficassem inibidos, devendo este processo ficar concluído, anualmente, no final do mês de Maio.

---

<sup>125</sup> Sobre o júri leia-se Silva, Susana, Serpa, “1830-1835 – Seis anos de Criminalidade e violência em Ponta Delgada. Subsídios para um estudo multiface”, in *Arquipélago. História*, 2.ª Série, II, 1997, p. 266.

<sup>126</sup> Sobre a instituição do júri leia-se Marques, Mário Reis, “Estruturas jurídicas”, in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 5..., p. 171.

<sup>127</sup> Confirme-se *Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por Sua Majestade Imperial desde que assumiu a regência em 3 de Março de 1832 até à sua entrada em Lisboa em 28 de Julho de 1833*, Segunda Série, Lisboa, Imprensa Nacional, 1836, p. 107. Pela *Reforma Judiciária* são expostas as seguintes excepções: “os membros do corpo legislativo durante o exercício de suas funções: os conselheiros de Estado efectivos e os ministros de Estado efectivos; os conselheiros do Supremo tribunal de Justiça, os juizes da Relação, os de Direito, Correccionais e seus substitutos; os escrivães e os empregados de justiça; os juizes ordinários e de paz, os juizes eleitos, os seus escrivães e oficiais; os membros dos tribunais administrativos e fiscais; os membros da administração civil, nomeados pelo governo e os seus subalternos; os militares em serviço; os eclesiásticos de ordens sacras; os médicos e cirurgiões, bem como os que tiverem mais de sessenta anos ou algum impedimento a nível físico ou moral que os impossibilite do exercício desta obrigação”. Veja-se *Reforma Judiciária aprovada pelos decretos de 29 de Novembro de 1836 e 13 de Janeiro de 1837*, segunda edição oficial, Lisboa, Imprensa Nacional, 1837, p. 14

Posteriormente, seriam elaboradas as pautas de jurados, separando os jurados de pronúncia para as causas crimes dos de sentença para as causas crimes e cíveis.<sup>128</sup> A partir da lista de indivíduos matriculados, proceder-se-ia a um sorteio, sendo os seus nomes retirados aleatoriamente de uma urna. Os primeiros 24 nomes preencheriam a pauta dos jurados de pronúncia e os quarenta e oito seguintes formariam as pautas dos de sentença. Este procedimento devia repetir-se no primeiro dia do primeiro mês de cada quartel do ano.<sup>129</sup>

De acordo com o disposto na Reforma Judiciária de 1837, pelo decreto de 29 de Novembro de 1836, as pautas de jurados que iriam servir no primeiro semestre do ano seguinte deviam ser formadas no segundo domingo do mês de Dezembro do ano anterior, repetindo-se o mesmo processo no segundo domingo de Junho do novo ano para a organização das pautas a vigorar no segundo semestre. O procedimento subsequente era idêntico, o número de jurados é que era distinto: os primeiros 36, cujos nomes fossem retirados da urna iriam integrar a pauta dos jurados de pronúncia e os restantes 48 fariam parte das pautas de sentença.<sup>130</sup>

No concelho de Caminha, a partir do livro de jurados do período compreendido entre 1835 e 1842, verificámos que, num universo de 1026 indivíduos apurados, pertencentes às freguesias daquele concelho, alguns eram excluídos por apresentarem certidão comprovativa de que tinham mais de 60 anos de idade, o que os isentava desta função.<sup>131</sup> Outros invocavam, como motivo de dispensa, o prestígio inerente à posição ou ao cargo que ocupavam. Foi o caso de José de Oliveira Torres, que alegou o desempenho do cargo de vice-cônsul em Espanha para se livrar da condição de júri.<sup>132</sup> Depois da idade, os motivos mais mencionados eram a ocupação profissional, o cargo ou a posição. Entre as profissões, nomeações e funções invocadas que

---

<sup>128</sup> Veja-se *Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por Sua Majestade Imperial desde que assumiu a regência em 3 de Março de 1832 até à sua entrada em Lisboa em 28 de Julho de 1833...*, p. 109.

<sup>129</sup> No concelho de Ponte de Lima, dispondo já da lista dos jurados apurados no segundo quartel do ano de 1837, foram seleccionados aleatoriamente vinte e quatro jurados para pronúncia para as causas crime, e quarenta e oito para sentenças de causas cíveis e crime, cumprindo o estabelecido no normativo legal. AMPL, *CMPL-8839, MAÇO II*, não paginado.

<sup>130</sup> Consulte-se *Reforma Judiciária aprovada pelos decretos de 29 de Novembro de 1836 e 13 de Janeiro de 1837...*, pp. 13-17.

<sup>131</sup> Em períodos eleitorais, uma das formas de coação exercida sobre os eleitores consistia na ameaça de nomeação para jurado. Confirme-se Sousa, Paulo Silveira e, "A construção do aparelho periférico do Ministério da Fazenda em Portugal", in Almeida, Pedro Tavares de; Branco, Rui Miguel C. (coord.), *Burocracia, Estado e Território. Portugal e Espanha (séculos XIX-XX)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, p. 116.

<sup>132</sup> AMC, *Correspondência da Comissão de recenseamento de jurados*, n.º 1.2.2.29, não paginado.

permitted the dispensation of the recenseamento, destacam-se os seguintes: regedor (13), juiz eleito (11), juiz de paz (11), juiz ordinário (3), empregado do juiz eleito (1), subdelegado (1), empregado do juiz de paz (1), escrivão do juiz de paz (4), presidente da junta da paróquia (2), membro da junta de paróquia (3), escrivão da junta de paróquia (1), magistrado (1), administrador do concelho (1), escrivão da administração (1), recebedor (4), membro da câmara municipal (7), secretário da câmara (1), membro do concelho municipal (4), piloto-mor (1). Outras profissões citadas foram as de médico (2), cirurgião (2), boticário (1), fiscal do tabaco (2), repartidor dos tabacos (1) e estanqueiro (3). O serviço militar (2), a doença (2), não saber ler nem escrever (3), estar matriculado na pesca (3), não ter rendimentos (4) e a mudança de morada (4) também serviam para justificar a escusa.<sup>133</sup> Assim, muitos daqueles que tinham uma formação mais sólida eram excluídos, o que, decerto, contribuía para a descredibilização do sistema.

Em 1839, em circular do Ministério do Reino, datada de quatro de Novembro, dava-se conta das dificuldades em completar o número exigido de jurados para cada uma das pautas, devido à confusão que inquinava o processo de selecção. Entre os problemas detectados, sobressaía a não comunicação da mudança de residência e a não aplicação de coimas a quem não cumpria o seu dever, faltando às audiências sem justificação.<sup>134</sup> Em concelhos de dimensão mais reduzida, poderia ser difícil encontrar indivíduos que satisfizessem os requisitos necessários.

No concelho de Paredes de Coura, durante o período compreendido entre 1836 e 1838, constatamos que entre as razões apresentadas para a exclusão das listas de jurados predominava o analfabetismo. Entre os outros motivos citados, surgem a doença, a idade, o exercício de cargos, a condição económica e a falta de rendimentos.<sup>135</sup>

A constituição das pautas de jurados tendia a reflectir o quadro socioprofissional dominante nas comunidades em que eram formadas. No Alto Minho, não é de estranhar a

---

<sup>133</sup> AMC, *Correspondência da Comissão de recenseamento de jurados*, n.º 1.2.2.29, não paginado. Por exemplo João Rodrigues Soro foi aliviado desta obrigação por morar em Viana do Castelo. AMC, *Correspondência da Comissão de recenseamento de jurados*, n.º 1.2.2.29, não paginado.

<sup>134</sup> Confira-se *Collecção de Leis e outros documentos oficiais publicados no ano de 1839...*, p. 487.

<sup>135</sup> AMPC, *Livro de jurados - 1836-1838*, n.º 1.4.3.1-1, fls. 2-28.

presença significativa de indivíduos cuja ocupação se relacionava com o sector agrícola.<sup>136</sup> Esta circunstância fazia com que os trabalhos dos tribunais estivessem condicionados pela maior ou menor intensidade dos afazeres no campo. Portanto, as férias judiciais tinham de coincidir com a época das colheitas para não se prejudicar a principal actividade económica da região.<sup>137</sup>

Em localidades de reduzida dimensão, além dos requisitos de selecção e das situações de excepção expostas, a que se juntava a impreparação para o julgamento de algumas matérias, a acção do júri podia ainda ser afectada pela relação de proximidade que os seus membros mantinham com os réus. Este facto tornava o desempenho dessa função ainda mais arriscada em alturas de instabilidade e luta política, como aconteceu em alguns dos anos da primeira metade do século XIX.

A imprensa local fazia eco das preocupações das populações, alertando para os efeitos perversos sobre a moral pública, devido à impunidade de que beneficiavam os criminosos julgados pelo sistema de júri. Denunciava o facto de muitos dos jurados, além da falta de instrução, serem de duvidosa probidade, pelo que havia decisões tomadas “sob o predomínio da ignorância ou da corrupção.”<sup>138</sup> Ora, esta situação lançava a desconfiança sobre a justiça e o descrédito sobre os tribunais. Urgia, então, conseguir-se a instituição de um júri com homens honestos e instruídos. Para isso, tornava-se imperiosa a abolição de privilégios e isenções, por levarem à exclusão de pessoas com formação mais sólida e restringirem as possibilidades de escolha.<sup>139</sup>

De acordo com o disposto no artigo 2.º da lei de um de Julho de 1867, seriam recenseados para jurados todos “aquelles que tiverem as habilitações litterarias que dispensam a prova do censo, nos termos da legislação actual”. Caso o número de recenseados por este meio não chegasse aos 120, seriam alistados todos aqueles que tivessem uma renda líquida

---

<sup>136</sup> No caso concreto do concelho de Paredes de Coura, constatámos que em 1856, 89,8% dos indivíduos inscritos no livro de jurados eram lavradores; em 1857, 89,4%; em 1958, 91,2%; em 1859, 91,1%; em 1860, 90,2%; em 1861, 81,3%; em 1862, 84,5%; em 1863, 77,9%; em 1864 e 2865, 86%. AMPC, *Rol de Jurados*, n.º 1.4.3.1 – 2.

<sup>137</sup> Como constatou Susana Serpa Silva, a mesma situação se registava em Ponta Delgada. Leia-se Silva, Susana Paula Franco Serpa, *Criminalidade e Justiça na comarca de Ponta Delgada. Uma abordagem com base nos processos penais (1830-1841)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1997, p. 64. Tese de mestrado policopiada.

<sup>138</sup> Confira-se o jornal *A Aurora do Lima*, 22 de Dezembro de 1865, n.º 1503, não paginado.

<sup>139</sup> Veja-se o jornal *O Vianense*, 20 de Outubro de 1864, n.º 992, não paginado.

anual superior a 400.000 réis ou mais.<sup>140</sup> Deste modo, quer com base nas habilitações literárias, quer através do critério censitário, limitava-se o acesso ao júri, com o objectivo de atenuar os riscos resultantes das suas decisões.

O poder administrativo culpava o sistema de júri pelo fracasso das acções empreendidas para combater o crime, considerando-o ineficaz. Já em 1839, o governador civil de Viana do Castelo declarava que “se agora divagão alguns salteadores, é devido à pouca segurança das cadeas, e ao sistema do júri”.<sup>141</sup> Pela carta de lei, datada de 1855, foram introduzidas algumas alterações no sistema. Determinava-se que nos primeiros domingos de Julho e Janeiro se procedesse à formação das pautas de jurados que serviriam por seis meses.<sup>142</sup> No entanto, na procura de bodes expiatórios, os órgãos administrativos não apontavam unicamente o sector judicial, mas, internamente, voltavam-se para os seus subordinados, iniciando um processo de culpabilização que, habitualmente, terminava nos regedores e cabos de polícia.<sup>143</sup>

### 1.1.3. O paradoxo da instrução

O século XIX é considerado como o século da instrução, impulsionada pelo projecto liberal. O ensino foi considerado pelos governos liberais como uma das áreas que necessitava de reformas, mas que, tal como sucedeu noutros domínios, foram adiadas, devido, entre outras razões, à instabilidade política e à debilidade financeira do reino na primeira metade do século XIX.<sup>144</sup> Porém, as primeiras acções reformistas de vulto tiveram lugar em 1835, prosseguiram no

---

<sup>140</sup> *Collecção Official da legislação Portuguesa, Anno de 1867...*, 1868, pp. 252-253.

<sup>141</sup> AHGCVC, *Correspondência com as varias autoridades de Janeiro de 1838 a Junho de 1839*, n.º 1.8.3.2, não paginado.

<sup>142</sup> Confira-se *Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1855*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1856, pp. 406-408.

<sup>143</sup> A título exemplificativo, em 1865, *O Lethes* periódico de Ponte de Lima, acusa o administrador deste concelho de displicência perante os inúmeros crimes que estariam a ocorrer. Este oficiou ao regedor da vila e mencionou que todos eles teriam ocorrido na rua onde habitava o regedor, a rua do Pinheiro. AMPL, Administração do Concelho. *Copiador dos officios e circulares dos Regedores, 1836-1837*, n.º 2.1.5 cx9-6, não paginado.

<sup>144</sup> Segundo Rogério Borralheiro, embora a partir de 1870 o ensino fosse obrigatório, eram muito poucas as crianças que frequentavam a escola. Confirme-se Borralheiro, Rogério, “O ensino das primeiras letras em Braga”, in *Revista Cultural Bracara Augusta*, vol. XLIV, 1993, p. 189.

ministério de Rodrigues da Fonseca Magalhães e ao longo da centúria, embora com importância desigual.<sup>145</sup>

A questão da influência da instrução e da educação no comportamento criminal deu lugar ao aparecimento de posições divergentes. Considerava-se, por exemplo, que as gentes do campo, por causa do seu analfabetismo, teriam mais dificuldade em controlar e verbalizar as suas emoções. Por isso, quando confrontados com situações ou acontecimentos que lhes desagradavam, partiam quase sempre, de forma imediatista e instintiva, para agressão, que constituía um modo de comunicação e de exteriorização de descontentamento.

Podemos descobrir o processo de racionalização dos impulsos das populações rurais aquando da generalização dos comportamentos tidos como “civilizados”, de índole burguesa. Aliás, podemos supor que o crescimento do número de crimes considerados menores, que se registou primeiramente nos centros urbanos, constitui um sintoma dessa imposição comportamental, que, por sua vez, conduzia à criminalização de certos procedimentos até então comumente aceites. Processo semelhante decorreu no Alto Minho durante a década de sessenta do século XIX, com o incremento exponencial dos crimes não classificados, considerados menores, embora nesta categoria estivesse englobado, por exemplo, o abandono de recém-nascidos.

Se, para alguns, a generalização da instrução, justificada pelo desejo de obtenção de melhores condições de vida, tinha efeitos perniciosos, pois gerava sentimentos de cobiça, que, por sua vez, poderiam conduzir ao cometimento de crimes contra pessoas e bens, para outros era fundamental, dado que contribuía para a melhoria da “moral dos povos” e para a diminuição dos níveis de criminalidade. Este ponto de vista era partilhado pelo governador civil, que, em Junho de 1839, após ter reflectido sobre o elevado número de delitos no concelho de Viana do Castelo, teve o seguinte desabafo:

“[...] Parece que devia acontecer o inverso attendendo que a povoação deste concelho a mais illustrada e por consequencia a mais moral do distrito, que nesta villa há todas as authoridades repressoras dos crimes, rodeados de força e prestigio para fazer respeitar a lei.”<sup>146</sup>

---

<sup>145</sup> Sobre as reformas levadas a cabo no século XIX no domínio na instrução pública leia-se Torgal, Luís Reis, “A instrução pública”, in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. V..., pp. 610-611.

<sup>146</sup> AHGCVC, *Correspondência com os administradores do concelho - Janeiro de 1838 a Junho de 1839*, 1.7.2.1, não paginado.

A partir da década de 50 do século XIX, o Alto Minho conheceu um maior investimento no ramo educacional, não apenas público, como também privado.<sup>147</sup> Num artigo do periódico vianense *A Aurora do Lima*, publicado em 1868, advogava-se que o analfabetismo estava longe de ter uma influência tão decisiva sobre o crime como então se supunha, além de que, muitas vezes, se confundia a instrução moral com a educação, e defendia-se que esta poderia funcionar como instrumento ao serviço dos criminosos.<sup>148</sup>

Os pontos de vista atrás expostos são reveladores da ausência de consenso relativamente ao contributo da educação para o aumento ou diminuição da criminalidade, bem como para a “moralização dos povos”. A construção moral do indivíduo resultaria não apenas da instrução, mas de um conjunto de elementos, em particular da formação religiosa.

#### **1.1.4. “A natureza dos povos”**

Embora a “natureza dos povos” seja frequentemente invocada nas fontes consultadas para explicar a alegada propensão das populações do Alto Minho para o crime, parece-nos que esta justificação deve ser encarada com cautela. Numa perspectiva claramente burguesa, que se identificava com a “civildade”, evocava-se a “rudeza” de algumas populações para explicar comportamentos criminosos. O constante apelo à “moralização” dos povos, muito presente no discurso das autoridades administrativas, como elemento fundamental para a diminuição das taxas de criminalidade nas respectivas circunscrições, é revelador da forma preconceituosa como eram apreciados os comportamentos dos membros de determinadas comunidades.

Em 1852, a propósito do estado da segurança individual e colectiva pública no seu concelho, o administrador de Caminha, declarava o seguinte: “Para não ser alterada tanto a segurança pública, como individual, os meios mais próprios e a adoptar são sem duvida a moralização dos povos”.<sup>149</sup> Sustentava que a “moralização” das pessoas passava pelo conhecimento dos seus deveres cívicos e pela obediência às autoridades e às leis. Na sua

---

<sup>147</sup> Sobre o processo de alfabetização das populações do Alto Minho leia-se Rodrigues, Henrique, “Escolarização e alfabetização no Alto-Minho na segunda metade do século XIX”, in *Revista de Demografia Histórica*, XXV, I, 2007, pp. 62-63.

<sup>148</sup> Consulte-se o jornal *A Aurora do Lima*, 27 de Novembro de 1868, n.º 1941, não paginado.

<sup>149</sup> AMC, Administração do concelho, *Copiador de correspondência*, n.º 1.2.2.2, não paginado.

óptica, bem como na dos seus congéneres, os crimes resultariam sobretudo da incompreensão destes preceitos.

A ocorrência de comportamentos criminosos foi mais visível durante a primeira metade do século XIX, embora estes actos se verificassem igualmente na segunda metade da centúria. No entanto, consideramos que tais comportamentos eram mais expressões de insurreição do que propriamente de “incivilização”. Obviamente, para as autoridades seria mais fácil, e até mais confortável, considerar essas atitudes como manifestações de “rudeza”, “imoralidade”, “grosseria” ou “incivilidade”, ou seja, como sinais de um atraso cultural que se revelaria, diariamente, através da incapacidade de compreensão, e consequente incumprimento, das leis e do funcionamento do Estado liberal.<sup>150</sup> A invocação destes argumentos, além de camuflar a sua inépcia, ilibava, ou pretendia ilibar, as autoridades da responsabilidade que lhes cabia na manutenção da ordem e da segurança pública.<sup>151</sup>

São alguns os acontecimentos que, embora tivessem ocorrido em datas e lugares distintos, corroboram a nossa perspectiva, segundo a qual os crimes praticados, em circunstâncias várias, por indivíduos pertencentes a comunidades alto minhotas, tiveram mais a ver com actos de rebeldia do que propriamente com a sua pretensa amoralidade. A gravidade dos actos está patente em muitos dos casos analisados.<sup>152</sup>

---

<sup>150</sup> Sobre as dificuldades do Estado liberal em fazer sentir a sua autoridade junto das populações de determinadas zonas do país, que se manifestava na dificuldade de cobrança de impostos ou no recrutamento militar leia-se Sousa, Paulo Silveira e, “A construção do aparelho periférico do Ministério da Fazenda em Portugal”, in Almeida, Pedro Tavares de; Branco, Rui Miguel C. (coord.), *Burocracia, Estado e Território. Portugal e Espanha (séculos XIX-XX)*..., p. 118.

<sup>151</sup> Acerca das dificuldades do Estado liberal, após a vitória na guerra civil, em garantir a ordem e segurança no país leia-se Marques, Fernando Pereira, “Do vintismo ao cabralismo”, in Reis, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*..., p. 77.

<sup>152</sup> Em 1848, foi assassinado o administrador do concelho de Valadares, Rodrigo Manuel Pereira d'Eça, e o Juiz ordinário do mesmo concelho, Bento Manuel de Mendonça, foi ferido com alguma gravidade. AHGCVC, *Correspondência com os administradores dos concelhos. Janeiro de 1847 a Maio de 1848*, n.º 1.7.2.12, não paginado. Em 1836, na freguesia de São João da Ribeira, concelho de Ponte de Lima, teve lugar um tumulto, em consequência da resistência a um oficial de diligências, aquando da apreensão de um miguelista, António Melo da Gama Araújo e Azevedo. Um comissário de polícia foi agredido fisicamente e um dos intervenientes no tumulto, um lavrador, João de Barros, foi assassinado. AHGCVC, *Registo dos ofícios para o Ministério do reino – Setembro de 1835 a Outubro de 1836*, n.º 1.9.4.10, não paginado. Em 1839, foi morto um cabo de polícia, quando pretendia prender um recruta, em Riba de Mouro, concelho de Monção. AHGCVC, *Registo dos ofícios para o Ministério do Reino de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12, não paginado. No mesmo ano, foi agredido



Em 1852, na freguesia de Gondarém, concelho de Vila Nova de Cerveira, os criados e jornaleiros de Francisco de Sousa Cadaval, daquela freguesia, dirigidos por António José Ferreira, criado do mesmo, agrediram violentamente o oficial de diligências do juiz ordinário e um cabo de polícia, quando estes pretendiam capturar um recruta.<sup>153</sup> Tendo conhecimento da ocorrência, o delegado do procurador régio decidiu investigá-lo. Partiu para Vila Nova de Cerveira e instalou-se na casa de Francisco de Sousa Cadaval, principal suspeito de ser o mandante do crime, o que suscitou, de imediato, desconfianças sobre as conclusões da sua investigação, agravadas pelo passado político dos intervenientes. Este tinha sido administrador do concelho aquando da governação do Conde de Tomar, sendo, portanto, um cabralista. Francisco Sanches era o actual administrador daquela circunscrição administrativa. Por outro lado, o juiz ordinário, não era afecto à casa de Gondarém, cujo representante era Francisco de Sousa Cadaval, nem este nutria especial simpatia pelo juiz ordinário. Por sua vez, o juiz substituto da comarca, além de ser avesso ao sistema político vigente, mantinha relações próximas com Francisco Cadaval.

---

o regedor da freguesia de Gondoriz, do concelho de Arcos de Valdevez, aquando da captura de um recruta. AHGCVC, *Correspondência com as várias autoridades de Janeiro de 1838 a Junho de 1839*, n.º 1.8.3.2, não paginado. Um ano mais tarde, no Soajo, o juiz foi espancado quando ia fazer uma diligência. AHGCVC, *Registo dos ofícios para o Ministério de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12, não paginado. Em 1841, neste mesmo concelho, foi alvo de injúrias o juiz eleito da freguesia de S. Martinho do Soajo. Na mesma altura, juntamente com outros indivíduos, o agressor, a quem foi ordenada prisão, feriu um cabo de polícia. AHGCVC, *Registo dos ofícios dirigidos ao Ministério do Reino*, n.º 1.9.4-13, não paginado. Em 1843, foram assassinados três funcionários da alfândega de Ponte da Barca. AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino de Maio de 1843 a Junho de 1844*, n.º 1.9.4-14, não paginado. Neste mesmo ano, no concelho de Caminha, na freguesia de Cristelo, três guardas do contrato do sabão lançaram pedras contra a casa do juiz eleito. AHGCVC, *Correspondência com várias autoridades desde Junho de 1842 até 22 de Junho de 1844*, n.º 1.8.3-6, não paginado. Ainda na década de quarenta, mais precisamente em 1845, um oficial de diligências da administração do concelho foi agredido, aquando da tentativa de apreensão de um recruta, tendo sido espancado pelo seu irmão. AHGCVC, *Correspondência com os administradores dos concelhos, Julho de 1844 a Março de 1845*, n.º 1.7.2.9, não paginado. Em 1850, por exemplo, foi assassinado o regedor da freguesia de Cristoval, no concelho de Melgaço. AHGCVC, *Correspondência com os administradores dos concelhos de Janeiro de 1850 a Dezembro de 1850*, n.º 1.7.2.12, não paginado. No mesmo ano, António Correia agrediu violentamente, com um punhal, o cabo de polícia que o tentava prender. AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino – 1851*, n.º 1.9.4-19, não paginado. Manuel de Miranda, cabo de polícia, foi assassinado em 1851, quando tentava capturar um recruta para o serviço do exército. AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino – 1851*, n.º 1.9.4-19, não paginado.

<sup>153</sup> AHGCVC, *Correspondência com o ministério do reino Janeiro de 1852 a Fevereiro de 1853*, n.º 1.9.4.20, não paginado.

Neste cenário, seria decerto bem difícil conseguir a governabilidade do concelho de Vila Nova de Cerveira.

Este caso, que não era único no distrito, é revelador da ineficácia do aparelho estatal a nível local, bem como do desrespeito que as instituições e os seus representantes mereciam da população, que não estava disposta a pactuar com a sobreposição das conveniências pessoais e políticas aos interesses colectivos. O próprio governador civil, referindo-se explicitamente ao ocorrido em Vila Nova de Cerveira, admitia a existência de problemas no funcionamento do sistema judicial, ao declarar o seguinte:

“[...] Não é possível, em vista do que fica exposto, que as cousas corram no Julgado de Vila Nova, e nomeadamente na causa que hoje ali move de uma maneira regular, por isso que não é de esperar que os individuos que devem julga-la, pondo de parte preconceitos, tenham só em vista o interesse publico, e a única maneira de poder por-se termo a este conflito, de modo a que se satisfaça as exigências da justiça, será o de fazer com que o respectivo Juis de direito, tome conta do processo, e o decida com a imparcialidade própria de um cargo, menos sujeito a ceder a considerações, a que um substituto raras vezes deixa de ser estranho.”<sup>154</sup>

Todos os elementos obtidos pelo governador civil junto das autoridades implicadas no processo de inquirição denotam um condicionamento do discurso provocado por antagonismos de natureza política e pessoal. O administrador do concelho chegou a afirmar que, caso fosse assassinado, “ou maltratado é da Casa de Sousa que sairão as ordens para tudo quanto se fizer de mal. Fique isto constando na sua repartição.”<sup>155</sup> Foi mais longe, ao afirmar que o sub-delegado “está paralítico e cego e incapaz de exercer causa alguma” e que o escrivão, responsável pelo corpo de delito, informou Francisco de Sousa Cadaval sobre o conteúdo do mesmo, pelo que aconselhava a sua destituição. Concluía que se estava perante um projecto cabralista contra os regeneradores e acusava ainda o delegado do procurador régio da comarca de Valença de perseguição aos regedores, embora reconhecesse que beneficiava de toda a protecção por parte do referido procurador. Decorrido um ano sobre os acontecimentos de Vila Nova de Cerveira, todos os criados de Francisco José de Sousa Cadaval acabaram por ser

---

<sup>154</sup>AHGCVC, *Correspondência com o ministério do reino Janeiro de 1852 a Fevereiro de 1853*, n.º 1.9.4.20, não paginado.

<sup>155</sup> AHGCVC, *Administradores*, 1.21.5.4-2, não paginado.

absolvidos, uma vez que o delegado do procurador régio anulou o processo em 30 de Abril de 1853.<sup>156</sup>

Este episódio mostra que, afinal, em certos casos, mais do que a alegada “rudeza dos povos”, era a ineficiência das autoridades locais que, objectivamente, impedia a aplicação dos mecanismos punitivos e favorecia a proliferação do crime. Atesta ainda a promiscuidade existente entre a política e a justiça, que acabava por ter repercussões muito sérias nesta última, revelando que os seus agentes eram permeáveis às influências políticas.

Impõe-se, entretanto, procedermos a uma análise mais micro no sentido de procurarmos respostas para algumas questões que consideramos pertinentes com vista à caracterização objectiva da delinquência alto minhota: Será possível estabelecer generalizações e falar de um espaço crimínogeno alto minhoto? Podemos considerar que os ímpetos mais violentos e os comportamentos delituosos apresentam especificidades inerentes a cada concelho?

Os habitantes do Soajo, por exemplo, eram tidos como portadores de um “ânimo inquieto”, e a população da freguesia de Seixas, do concelho de Caminha, era apelidada de “indigente e proletária” e, por conseguinte, dada a tumultos e rebeldias, sendo, afinal e apenas, uma freguesia de gente pobre, maioritariamente constituída por pescadores.<sup>157</sup>

Quando imperava a tranquilidade e baixavam os índices de criminalidade, os méritos eram atribuídos às características individuais dos habitantes e à assimilação dos valores subjacentes ao ideário burguês, nomeadamente o amor ao trabalho, a obediência às leis e o respeito pelas autoridades. Estas eram algumas das qualidades invocadas para explicar o reduzido número de crimes verificado no distrito de Viana do Castelo no ano de 1869.<sup>158</sup>

Através do gráfico 4, elaborado com base nas comunicações enviadas pelos administradores dos concelhos ao governador civil entre 1840 e 1844, constatamos que o crime era uma realidade quase uniforme em todo o distrito, atendendo-se às diferenças populacionais de cada concelho. Os municípios com um maior número de ocorrências criminosas eram os mais densamente povoados e de maior dimensão territorial. A partir do recenseamento de 1849, salvaguardadas as devidas reservas resultantes das discrepâncias cronológicas, verificamos que os concelhos populosos eram precisamente os que apresentavam uma taxa mais elevada de

---

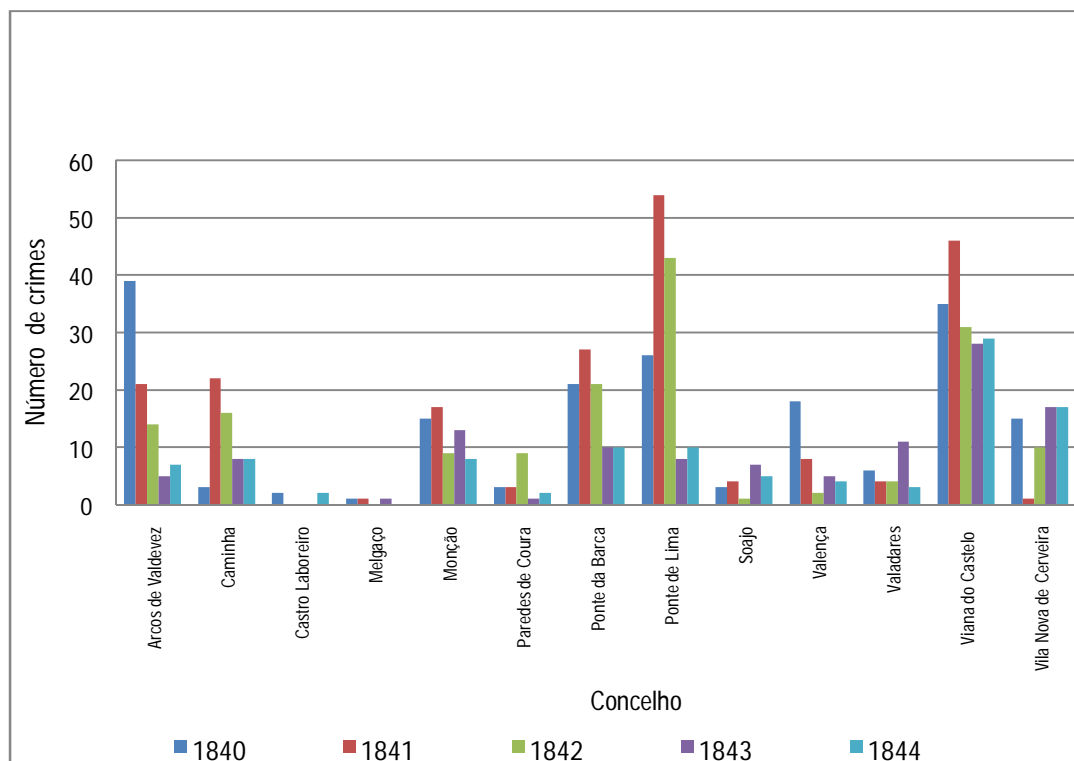
<sup>156</sup> AHGCVC, *Administradores*, 1.21.5.4-2, não paginado.

<sup>157</sup> AHGVC, *Administradores*, n.º 1.21.5.6-8, não paginado. *Relatório da Junta Geral*, n.º 1.13.3.19-7, não paginado.

<sup>158</sup> *A Aurora do Lima*, 8 de Março de 1869, n.º 1981, não paginado.

criminalidade. Estavam nesta situação Viana do Castelo, com 36 084 habitantes, Ponte de Lima, com 29 869 habitantes e Arcos de Valdevez, com 25 824 habitantes.

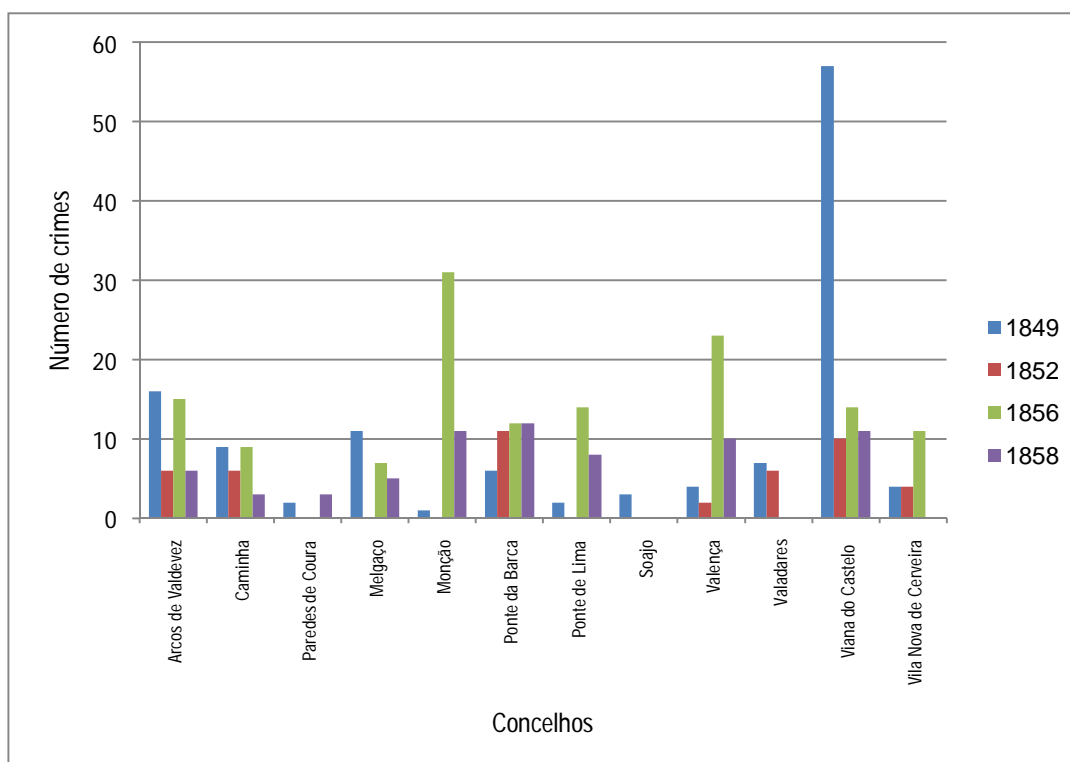
**Gráfico 4.** Crimes cometidos, por concelho, no distrito de Viana do Castelo



Fonte: AHGCVC, *Correspondência do Ministério do Reino - 1 Julho de 1844 a 31 de Dezembro de 1845*, n.º 1.9.4.15, não paginado; *Registo dos officios para o Ministério de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12, não paginado; *Registo dos officios dirigidos ao Ministério do Reino*, n.º 1.9.4-13, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino de Maio de 1843 a Junho de 1844*, n.º 1.9.4-14, não paginado.

No entanto, impõe-se alguma reserva na leitura dos dados constantes do gráfico 4, uma vez que é de admitir a possibilidade de reflectirem a adulteração das informações enviadas pelos administradores dos concelhos. Por exemplo, afigura-se estranho que, num período de cinco anos, o concelho de Melgaço registe um índice de criminalidade tão reduzido, sendo mesmo nulo nos anos de 1842 e 1844.

**Gráfico 5.** Crimes cometidos, por concelho, no distrito de Viana do Castelo



Fonte: AHGCVC, *Documento avulso*, não paginado. *Registo dos officios dirigidos ao Ministério do Reino*, n.º 1.9.4-20, não paginado. *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1856*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1857, p. 277. *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1858...*, p. 13.

Como podemos verificar no gráfico 5, os concelhos pertencentes ao distrito de Viana do Castelo raramente ultrapassavam os 20 crimes por ano e, ressalvadas algumas oscilações, registavam taxas de criminalidade bastante homogêneas, o que contraria o argumento da existência de populações mais violentas do que outras naquele distrito. As únicas excepções que provocaram uma subida dos números de transgressões verificaram-se no ano de 1849, no concelho de Viana do Castelo, devido a um aumento invulgar do crime de deserção, e, no ano de 1856, nos concelhos de Monção, em consequência do acréscimo dos delitos contra pessoas e bens, e de Valença, em resultado do aumento dos atentados contra a propriedade praticados por

salteadores que ameaçavam a segurança dalgumas das freguesias do concelho, nomeadamente Boivão, Gondomil, Sanfins e Taião.<sup>159</sup>

Não podemos garantir que alguma das comunidades do distrito sobressaísse face às outras pelo número de crimes, inviabilizando, assim, certos pressupostos invocados pelo discurso oficial para sustentar a sua asserção, facilmente refutados através de um exercício de prospecção em busca da fundamentação dos mesmos.

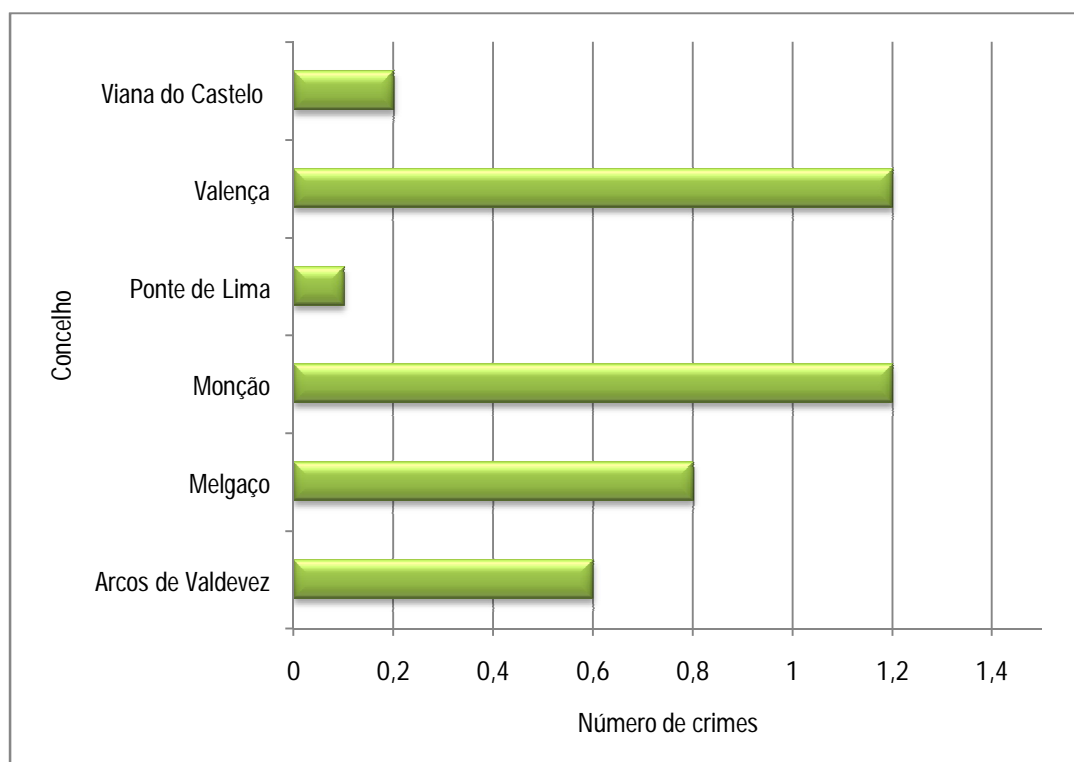
No concelho do Soajo, extinto em 1852, cujos números de que dispomos não vão além de 1849, foram cometidos apenas três crimes neste ano. Se nos reportarmos a anos anteriores, sobre os quais temos informação, verificamos que neste concelho, bem como em todos os restantes do distrito de Viana do Castelo, nenhum sobressai, no cômputo geral da criminalidade, pelo número de delitos praticados.

No sentido de apresentar resultados mais aproximados por concelho, recorrendo ao ano de 1848 e com base na conjugação do binómio população/criminalidade, procurámos apurar o número de crimes por mil habitantes em cada concelho. Como podemos observar no gráfico 6, apenas Ponte da Barca e Caminha ultrapassavam a barreira de um crime por cada mil habitantes, ao passo que o concelho de Caminha era o que apresentava um maior número de ocorrências, com uma média de 1,4 por mil habitantes. Todavia, podemos constatar que nenhum concelho se destaca em relação aos demais, oscilando entre 0,1 e 1,4 crimes por mil habitantes. Nesse ano, a média do distrito foi de 0,6 crimes por mil habitantes.

---

<sup>159</sup> AMV, Administração do concelho. *Correspondência para o Administrador Geral - 1856-1859*, n.º 1.2.1.10, não paginado.

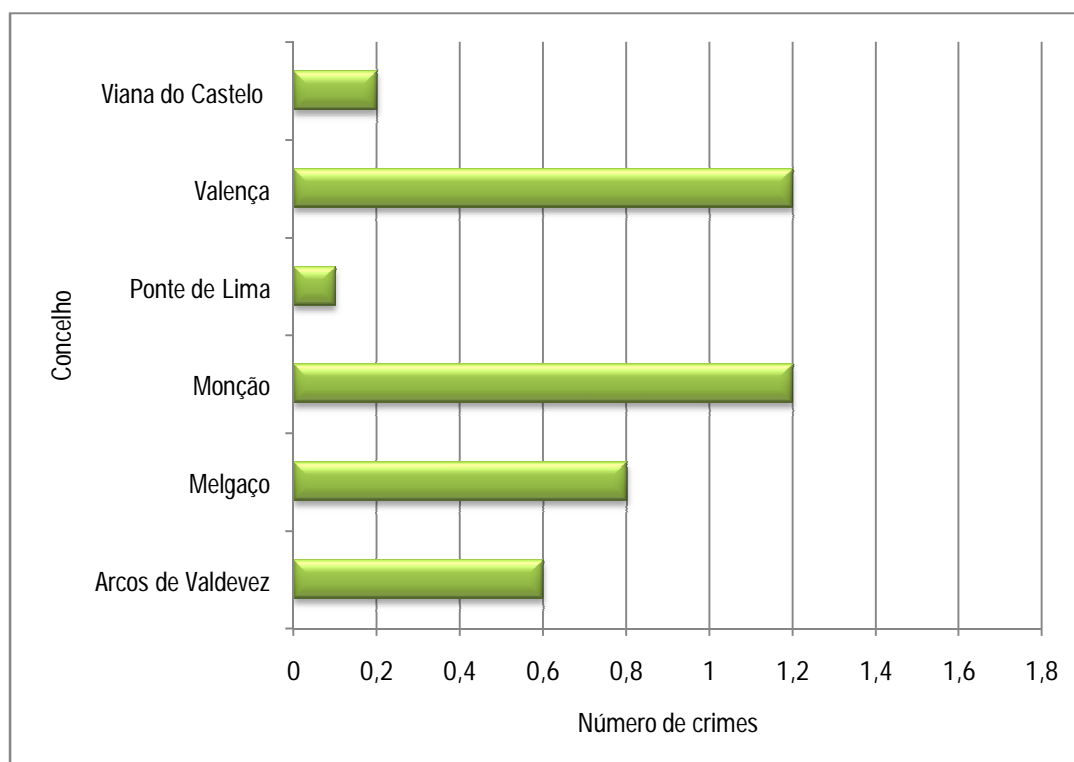
**Gráfico 6.** Crimes, por mil habitantes, cometidos no distrito de Viana do Castelo em 1848



Fonte: AHGCVC, *Correspondência com o ministério do Reino de Janeiro de 1848 a Junho de 1849*, n.º 1.9.4-17, não paginado.

Em 1856, ano que corresponde a um período de aumento da criminalidade, contrariando o movimento de descida que decorria desde a década de quarenta do século XIX, foram quatro os concelhos que ultrapassaram a média de um crime por mil habitantes. Como podemos verificar pela observação do gráfico 6, os concelhos que averbaram um maior número de delitos por mil habitantes foram Valença, Vila Nova de Cerveira, Ponta da Barca e Monção.

**Gráfico 7.** Crimes, por mil habitantes, cometidos no distrito de Viana do Castelo em 1856



Fonte: *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1856...*, 1857, p. 277.

Com excepção do concelho de Ponta da Barca, que registou uma média idêntica (1,2 delitos por mil habitantes) em 1848 e em 1856, nos restantes concelhos, excepto Castro Laboreiro, Soajo e Valadares, entretanto extintos, houve oscilações, não seguindo um padrão uniforme de criminalidade que demonstre uma maior incidência em algum dos concelhos, porque os valores eram muito próximos. A média de atentados por mil habitantes ascendeu a 0,8 no ano de 1856, reflectindo o agravamento da insegurança pública.

Para conhecer o significado dos números, torna-se necessário o estabelecimento de uma correlação com os efectivos populacionais, uma vez que, por norma, os valores mais elevados pertenciam aos concelhos mais populosos, ou seja, Viana do Castelo, Ponte de Lima, Arcos de Valdevez e Monção. Quando se regista um aumento exponencial do crime, mesmo atendendo ao número de habitantes da circunscrição, aquele não é anulado pelo factor populacional, sobressaindo, por isso, no cômputo geral da criminalidade.

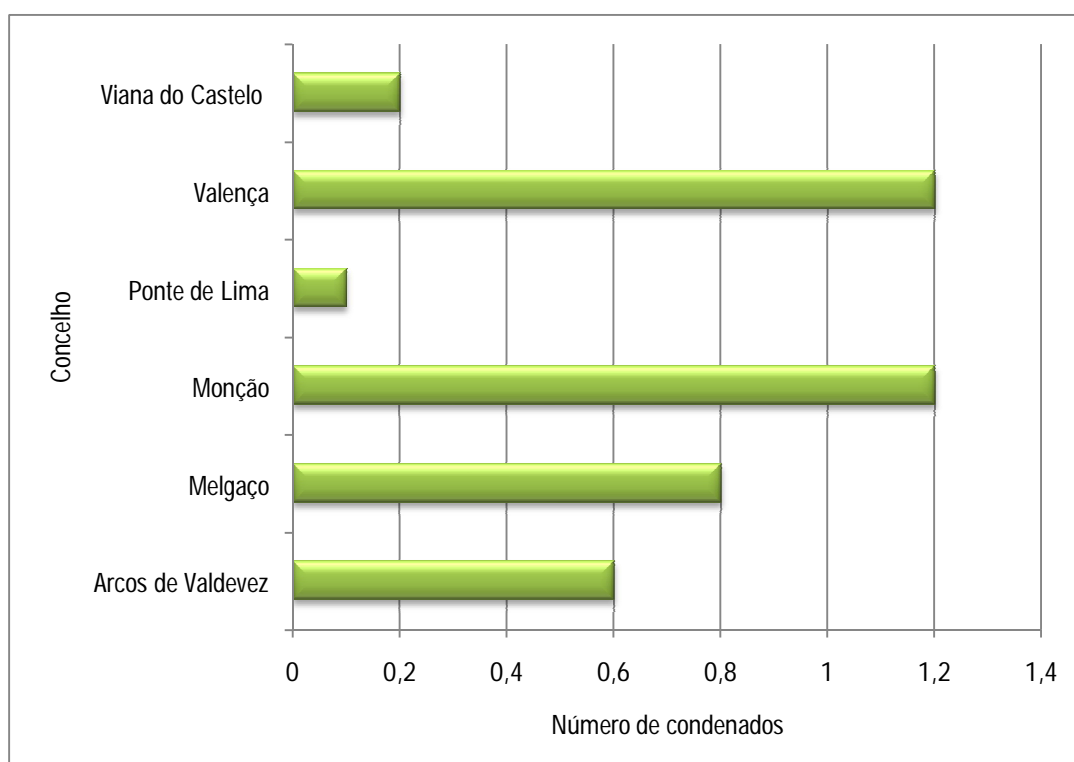
Outra situação anómala ocorre quando um concelho menos populoso atinge um índice elevado de crimes. A título exemplificativo, no ano de 1856, em Ponte de Lima houve 12 delitos, ao passo que em Ponte da Barca ocorreram 14, quando a população era, respectivamente, de



30.641 e 11.372 habitantes.<sup>160</sup> Em consequência, o número de delitos praticados em Ponte de Lima, já de si inferior ao de Ponte da Barca, dilui-se entre os efectivos populacionais, ao passo que neste concelho adquire um impacto social mais relevante.

O número de indivíduos efectivamente condenados por concelho também aponta no sentido da inexistência de qualquer tendência criminógena específica. Os dados referentes ao ano de 1859, conjugados com os efectivos populacionais de cada concelho, sustentam esta conclusão, cujos resultados se apresentam no gráfico 8.

**Gráfico 8.** Número de habitantes condenados em 1859



Fonte: Coelho, Eusébio Cândido C. P. Furtado, *Estatística do Districto de Vianna do Castello...*, p. 221.

A partir da análise deste gráfico, cujos dados se referem às seis comarcas do distrito de Viana do Castelo, verificamos que as variações entre elas não eram significativas e estavam condicionadas pelo número diferenciado de acusados abrangidos, que, por sua vez, era limitado pelo número de efectivos populacionais que abarcava. É de considerar igualmente que, quando nos reportamos ao número dos indivíduos sentenciados, precisamos de ponderar o papel dos

---

<sup>160</sup> Confira-se *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1856*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1857, p. 293.

agentes da justiça, que não pode ser negligenciado, uma vez que contribui de forma inegável para os resultados obtidos nos diferentes concelhos.

Assim, podemos considerar que o espaço crimínogeno do Alto Minho se apresentava como um todo homogéneo, havendo um conjunto de circunstâncias que o caracterizam. De facto, não havia qualquer comunidade que se destacasse pelo número de crimes, que justificasse a atribuição do epíteto de “rudes” aos seus habitantes, ou que permitisse inferir uma predisposição natural para o crime, embora existissem oscilações determinadas pela instabilidade política, por crises económicas ou pela actuação de quadrilhas.

Perspectivamos, no entanto, a existência de particularismos inerentes à construção do crime nas diversas comunidades. Tais originalidades resultavam das diferenças na composição do tecido social dos diferentes concelhos, bem como de condicionantes de ordem económica e geográfica. No respeitante ao factor social, encontramos variações nos protagonistas do crime, determinadas pelo género e pela condição socioprofissional, que podiam reflectir-se no comportamento criminal. Uma das situações paradigmáticas acontecia em Valença, onde, por ser praça militar, os soldados detinham uma posição destacada enquanto protagonistas de delitos. Pela mesma razão, era constante a presença de meretrizes e mulheres de conduta tida como pouco recomendável, que deambulavam pelas ruas da vila ou se amontoavam junto da cadeia militar, onde os amásios se encontravam encarcerados. As gritarias e as desordens eram frequentes, pondo em desassossego a população e afrontando a moral e os bons costumes.

Nos concelhos mais pequenos e com uma população mais reduzida, seria mais difícil encontrar elites capazes, com uma preparação intelectual adequada, para exercerem funções na hierarquia administrativa e judicial. Ora, o que sucedia era precisamente o contrário, ou seja, imperava a incompetência e a negligência, o que facilitava a proliferação do banditismo e do crime. Aliás, este foi um dos argumentos evocados para a extinção de concelhos no Alto Minho, sendo o caso mais elucidativo o do Soajo. Por outro lado, tratando-se de localidades de pequena dimensão, as redes de sociabilidade eram mais coesas e estreitas, dificultando o processo de imposição da ordem por implicar pessoas com as quais existiam relações de proximidade.

No domínio político, não é de estranhar a existência de tumultos no concelho de Ponte de Lima, após a vitória liberal na guerra civil, dada a afectação dos seus habitantes ao miguelismo, ou a multiplicação de quadrilhas nas regiões raianas, pela proximidade com Espanha, onde os bandoleiros se podiam refugiar e abastecer. Ainda em 1839, na sequência das informações transmitidas pelo responsável político de Pontevedra, o Ministério do Reino

alertava os administradores gerais dos distritos do Norte para um foco de instabilidade, junto à praça militar de Monção, fomentado por inimigos comuns, que infestavam os dois lados da fronteira, praticando roubos e todo o tipo de violências.<sup>161</sup>

Os concelhos raianos eram espaços privilegiados para conspirações de miguelistas e carlistas, bem como de incursões de quadrilhas de salteadores.<sup>162</sup> De facto, as comunicações entre as autoridades portuguesas e espanholas dão-nos conta da presença de elementos destas duas facções e da execução de ataques concertados.<sup>163</sup>

Em 1834, as autoridades espanholas reclamavam providências para que fosse desmantelada uma quadrilha formada em Portugal, que entrou em “el pueblo de Estrimo, provincia de Ourense, en la fronteira de Portugal, que habiendo sorprendido en la Casa Municipal al Jues de aquella jurisdiccion, se entregará à cometer los mayores excessos”.<sup>164</sup> Esta situação era recorrente, pois as quadrilhas cruzavam livremente a fronteira. Algumas eram compostas por portugueses e espanhóis, e actuavam nos dois reinos, não só com o intuito de roubar e desestabilizar, mas também de recrutar efectivos. Os miguelistas facciosos e até os membros do clero que se dispunham a aderir a estas organizações eram normalmente bem sucedidos entre os desertores.<sup>165</sup> Dois anos mais tarde, em 1836, as autoridades espanholas

---

<sup>161</sup> ANTT, *Ministério do Reino – registo da correspondência expedida relativa à segurança pública das provincias do Norte*, Livro 2, n.º 1661, fl. 118 v.º.

<sup>162</sup> Acerca da presença e das conspirações preparadas por carlistas a partir dos concelhos alto minhotos da raia veja-se Esteves, Alexandra, “Espanha de Partida, Portugal de chegada: A imigração ilegal no Alto Minho do século XIX”, in *Boletim Cultural*, n.º 8, Câmara Municipal de Melgaço, 2009, pp. 58-60. Sobre a acção de bandos de salteadores na década de 30 do século XIX veja-se Silva, António Martins, “A vitória definitiva do liberalismo e a instabilidade constitucional: cartismo, setembrismo e cabralismo”, in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. V..., p. 102.

<sup>163</sup> É, no entanto, de sublinhar que houve períodos em que a vigilância da fronteira foi devidamente efectuada pelas autoridades portuguesas e espanholas, nomeadamente em 1846, quando em Portugal se vivia um período marcado pela insurreição e por levantamentos populares contra o governo de Costa Cabral, e na Galiza, em igual período, sentia-se uma forte movimentação revolucionária. Verificou-se uma efectiva cooperação entre o governo cabralista e espanhol, que se traduziu numa concertada vigilância da fronteira com o objectivo de evitar a junção de revolucionários de ambos os países. Costa Cabral ordenou, inclusive, o desarmamento e a prisão de insurrectos espanhóis que transpusessem a fronteira da Galiza rumo a Portugal. Veja-se Robles Jáen, Cristóbal, “España y la Crisis Portuguesa de 1846”, in *Hispania*, LX/3, n.º 206, 2000, pp. 1001-1046.

<sup>164</sup> AHGCVC, *Copiador Geral da correspondência com os provedores da comarca*, n.º 1.7.1.6-4, não paginado.

<sup>165</sup> A situação que expomos é reveladora da complementaridade existente, em termos geográficos, entre a Galiza e o Alto Minho. Em Setembro de 1839, foi capturado um indivíduo espanhol, desertor, que habitava em S. Gregório, onde se dedicava à confecção de sapatos que seriam utilizados pelos guerrilheiros que actuavam nos dois lados da

queixavam-se novamente da actuação de uma quadrilha que assolava a província de Pontevedra e que, segundo o governador político daquela província, estava acantonada no concelho de Caminha.<sup>166</sup>

A fronteira potenciava a mobilidade, sobretudo das gentes que residiam na sua proximidade, mas também facilitava de fuga dos criminosos. Em 1838, o governador civil oficiou ao administrador do concelho de Melgaço para que ordenasse aos regedores das freguesias fronteiriças que expedissem diariamente informações sobre as movimentações e ocorrências que tivessem lugar nas suas paróquias, sob pena de serem julgados correcionalmente. O objectivo prioritário era conhecer as movimentações do guerrilheiro espanhol Guilhade. Toda a informação reunida seria posteriormente comunicada ao comandante da força militar, para se organizar a captura da quadrilha que actuava sob o seu comando.<sup>167</sup>

Num período em que ainda proliferavam os boatos acerca do regresso de D. Miguel e eram constantes as conspirações e reuniões de miguelistas, exigiam-se esforços redobrados das autoridades administrativas e militares.<sup>168</sup> Panorama idêntico se verifica noutras regiões de Portugal que faziam fronteira com Espanha, como, por exemplo, o Algarve, onde congeminações entre miguelistas e carlistas também tiveram lugar.<sup>169</sup> Aliás, os rumores sobre o regresso de D. Miguel eram frequentes.

Em 1841, chegou ao conhecimento do Ministério do Reino, através de participações provenientes de Espanha, que absolutistas e membros do clero espanhol tentavam fomentar o “cisma religioso” e criar um sentimento de fanatismo entre os seus concidadãos, com o intuito de incitarem os povos à desobediência às leis e aos representantes da nova ordem política. Era seu objectivo estimular a criação de um clima de insurreição, que, em última análise, levaria a

---

fronteira. AHGCVC, *Ofícios e circulares recebidos de diversas autoridades – 1839*, n.º 1.4.1.4-6, não paginado. Também na Galiza se verificava a presença de membros do clero entre as quadrilhas de bandleiros que infestavam aquela província. Confira-se López Morán, Beatriz, *El bandoleirismo gallego*, Vigo, Xerais, 1984, p. 155.

<sup>166</sup> ANTT, *Ministério do Reino. Ofícios Recebidos*, Maço 2104, não paginado.

<sup>167</sup> AMço *Ofícios e circulares recebidos de diversas autoridades - 1838*, n.º 1.4.1.4-5, não paginado.

<sup>168</sup> Em 1836, o administrador do concelho de Ponte de Lima referiu que, apesar de no seu concelho não ter conhecimento de boatos sobre a vinda de D. Miguel para Portugal, dispunha da informação de que em concelhos próximos tinham lugar reuniões de miguelistas e existiria até um depósito de armas. AHGCVC, *Circular aos administradores do concelho*, n.º 1.17.6.11- 4, não paginado.

<sup>169</sup> Região estudada por Aurizia Anica na sua tese de doutoramento, onde nos dá conta das preocupações com a fronteira em resultado das maquinações desenvolvidas por miguelistas e carlistas. Confira-se Anica, Aurizia, *As Mulheres, a Violência e a Justiça no Algarve de Oitocentos*, Lisboa, Edições Colibri, 2005, p. 137.

uma nova guerra civil em Espanha. Constava-se igualmente que muitos espanhóis facciosos estavam acantonados em Portugal, onde contavam com o auxílio e a protecção dos miguelistas, e que os sediciosos de ambos os reinos conspiravam e planeavam ataques contra o sistema político dos dois países.<sup>170</sup>

Para que tais intentos não fossem levados por diante, foi prescrito um conjunto de medidas, que, no seu conjunto, visavam anular quaisquer tentativas de insurreição. Os administradores gerais de todos os distritos deveriam diligenciar para que fosse garantido o cumprimento dos regulamentos de polícia, de modo a impedir a circulação de indivíduos que não estivessem munidos de passaportes devidamente conferidos e visados. Os espanhóis clandestinos que residissem em Portugal deviam ser presos, permanecendo sob custódia até regularizarem a sua situação, e, caso não o conseguissem, seriam expulsos ou processados, conforme o previsto no alvará de 25 de Junho de 1760 e na Convenção de oito de Março de 1823, assinada entre os governos de Portugal e Espanha. Foi ainda determinado que as autoridades portuguesas mantivessem boa relação com as suas congéneres espanholas, de modo a serem tomadas medidas concertadas para a captura e repressão de desertores e criminosos civis e políticos. As autoridades administrativas teriam igualmente que focar a sua atenção nos sectários de D. Miguel, nas suas movimentações, bem como nas diferentes partes da fronteira portuguesa.<sup>171</sup> No mesmo ano, foi decidido que o administrador geral do distrito de Viana do Castelo ficasse de sobreaviso face ao regresso iminente de António Bernardo de Meneses, conhecido miguelista, proveniente de Roma, que devia ser vigiado e punido caso atentasse contra a lei.<sup>172</sup>

Apesar das precauções adoptadas, os concelhos raianos continuavam a servir de albergue a toda a espécie de dissidentes portugueses e espanhóis, pelo menos até à década de cinquenta.<sup>173</sup> Em 1846, era frequente a presença ilegal de espanhóis, na sua maior parte

---

<sup>170</sup> AHGCVC, *Portarias e ofícios do Ministério do Reino, 1841*, n.º 1.13.4.7-1, não paginado.

<sup>171</sup> AHGCVC, *Portarias e ofícios do Ministério do Reino, 1841*, n.º 1.13.4.7-1, não paginado.

<sup>172</sup> AHGCVC, *Portarias e ofícios do Ministério do Reino, 1841*, n.º 1.13.4.7-1, não paginado.

<sup>173</sup> Em 1850, o Ministério do Reino advertia o governo civil de Viana do Castelo acerca das inúmeras queixas e reclamações que tinha recebido do governo espanhol resultantes das acções contínuas de bandoleiros que se refugiavam na fronteira portuguesa e entravam na Galiza onde realizavam inúmeras depredações. ANTT, *Ministério do Reino, Correspondência*, Livro 4, n.º 1664, fl. 144, fl. 200. Sobre a presença de dissidentes políticos espanhóis nos concelhos raianos do distrito de Viana do Castelo, bem como de desertores e criminosos leia-se Esteves,

desertores, especialmente nos concelhos de Monção e Melgaço, onde conspiravam contra a ordem do seu país.<sup>174</sup> Estas situações, nomeadamente a permanência de facciosos, que, organizados em quadrilhas, atentavam contra a propriedade e os habitantes das localidades fronteiriças, tanto galegas como portuguesas, em nada contribuíam para o melhoramento da segurança das populações, obrigando à presença constante de forças militares.

Foram muitos os miguelistas que transpuseram a linha de fronteira e se refugiaram em Espanha, onde conspiravam com os carlistas. Em 1848, corria o rumor de que carlistas e miguelistas tentavam desembarcar em Vigo para entrarem em Portugal, através de Melgaço, Monção ou Vila Nova de Cerveira, com a intenção de perturbarem a ordem pública, exigindo-se, por isso, a tomada de medidas adicionais por parte dos administradores dos concelhos.<sup>175</sup>

As terras montanhosas, como Castro Laboreiro e Soajo, de difícil acesso, eram as preferidas pelos bandos de salteadores para se acoitarem, pois o terreno oferecia condições propícias para escaparem às investidas que, de vez em quando, eram organizadas em sua perseguição, além de ser nessas zonas que mais facilmente recrutavam os seus membros. As características topográficas dos concelhos que faziam fronteira com a Galiza também favoreciam os crimes de contrabando de vários géneros. Deste modo, é legítimo pensar que factores de natureza geográfica também contribuem para a maior incidência de determinados delitos.

Há, assim, um conjunto de argumentos que abala, ou destrói, os fundamentos de carácter naturalista e que converge para a valorização dos contextos e das suas particularidades, sejam eles de natureza política, económica, cultural ou social.

Face à tendência para um padrão criminal comum a todos os concelhos, outras questões se colocam, sob o ponto de vista não só espacial como temporal. Quais as continuidades e rupturas relativamente aos fenómenos da delinquência e da marginalidade detectadas, em termos espaciais, entre os diferentes concelhos do Alto Minho? Quais as rupturas e continuidades existentes a nível cronológico? Consideramos que a resposta a estas questões exige uma análise diferenciada, com base na natureza dos crimes, uma vez que os delitos conheceram evoluções distintas em termos cronológicos e espaciais, pois, como já salientámos, alguns deles apresentam uma incidência mais acentuada em certas localidades. Por outro lado,

---

Alexandra, "Espanha de Partida, Portugal de chegada: A imigração ilegal no Alto Minho do século XIX", in *Boletim Cultural...*, pp. 59-62.

<sup>174</sup> ANTT, *Ministério do Reino, Correspondência*, Livro 4, n.º 1665, fl. 63.

<sup>175</sup> AHGCVC, *Circulares a várias autoridades – Janeiro a Setembro de 1847*, n.º 1.10.4.11, não paginado.

verificámos que, a nível quantitativo, se pode estabelecer um padrão de crime comum a todos os concelhos. Mas será que o mesmo se aplica à produção criminal? Será que o padrão de descida da violência interpessoal era comum a todos os concelhos? No sentido de obtermos respostas concretas, passaremos a analisar a evolução, desde finais do século XVIII até 1870, dos delitos mais frequentes, ou que, pelas suas consequências, mais fustigaram o distrito de Viana do Castelo.

## **2. Os delitos**

### **2.1. Delitos contra pessoas**

#### **2.1.1. Os homicídios**

O crime de homicídio, muitas vezes perspectivado como instrumento medidor do nível de violência numa sociedade, sofreu um declínio gradual entre Idade Média e o século XVIII, segundo um número considerável de estudos sobre diversas regiões da Europa.<sup>176</sup> As razões evocadas para justificar esse decréscimo são díspares e estão longe de gerar consensos.<sup>177</sup> No

---

<sup>176</sup> Sobre a tradição dos historiadores procurarem medir o nível de violência de uma sociedade através das suas taxas de homicídio, veja-se Spierenburg, Pieter, "Faces of violence: homicide trends and cultural meanings: Amsterdam, 1431-1816", in *Journal of Social History*, 1994, pp. 701-716. Esses estudos reportam-se sobretudo à Inglaterra, onde existem vários trabalhos que incidem sobre o homicídio, destacando-se Stone, Lawrence, "Interpersonal Violence in English Society 1300-1980", in *Past and Present. A journal of historical studies*, n.º 101, 1983, pp. 22-33. Cockburn, J. S., "Patterns of Violence in English Society: homicide in Kent 1560-1985", in *Past and Present. A journal of historical studies*, n.º 130, 1991, pp. 70-106.

<sup>177</sup> As causas que justificam a descida dos valores do suicídio têm sido debatidas sobretudo na Inglaterra, onde alguns autores defendem que a tónica da questão deve ser colocada em factores culturais e nas modificações resultantes do "processo civilizacional", avançado por Norbert Elias, como elemento cerceador do cometimento de actos violentos. Alguns autores, como J. A. Sharpe, consideram que o desenvolvimento económico, a diminuição da pressão demográfica e o crescimento do poder do Estado são alguns dos factores que poderão concorrer para a diminuição dos números do homicídio na Inglaterra. Sharpe, J. A., *Crime in Early Modern England 1550-1750*, New York, Addison Wesley Longman, 1999, pp. 136-141. Outros autores invocam ainda a estabilidade política, a tolerância religiosa, um maior enquadramento da pobreza, o desenvolvimento do patriotismo e da solidariedade nacional, entre outros factores, para justificar a queda dos números do homicídio. Roth, Randolph, "Homicide in Early Modern England 1549-1800: The Need for a Quantitative Synthesis", in *Crime, Histoire et Sociétés/ Crime, History and Societies*, vol. 5, n.º 2, 2001, pp. 50-51.

entanto, os fundamentos desse declínio parecem estar ligados a razões de ordem política, cultural e económica, cuja influência varia consoante o espaço geográfico a que nos reportamos.<sup>178</sup> Em última análise, a diminuição do número de homicídios resultaria da modernização da sociedade, da construção do Estado Moderno, das alterações a nível educacional e religioso, bem como da transformação de valores, nomeadamente através da substituição de normas e valores considerados “feudais” por valores próprios da sociedade burguesa.<sup>179</sup>

A inexistência de estudos que abranjam, de forma sistemática e sequencial, um ciclo suficientemente representativo não nos permite alcançar conclusões devidamente sustentadas sobre a ocorrência crimes de sangue em Portugal, pois as análises efectuadas sobre a prática deste delito, apoiadas em fontes judiciais e estatísticas, reportam-se a períodos bastante reduzidos.<sup>180</sup> Apenas com base em séries continuadas de dados, seria possível traçar a evolução do homicídio no território nacional e, a partir dos resultados, abordar as origens e as causas dos números obtidos.

Com base nas fontes disponíveis e no âmbito do quadro cronológico que delimitámos, é nosso propósito não só abordar quantitativamente os valores do homicídio, mas também, na medida do possível, contribuir para a sua caracterização. Para a consumação desse objectivo,

---

<sup>178</sup> Sobre as taxas de homicídio em Amesterdão veja-se Spierenburg, Pieter, “Knife Fighting in Early Modern Amsterdam”, in Spierenburg, Pieter (ed.), *Men and Violence: Gender, Honor and Rituals in Modern Europe and America*, Columbus, Ohio State University Press, 1996, pp. 105-107.

<sup>179</sup> Leia-se Boschi, Daniele, “Homicide and Knife Fighting in Rome, 1845-1914”, in Spierenburg, Pieter (ed.), *Men and Violence: Gender, Honor and Rituals in Modern Europe and America*, Columbus, Ohio State University Press, 1996, p. 130; Stone, Lawrence, “Interpersonal Violence in English Society 1300-1980”, in *Past and Present...*, pp. 29-30.

<sup>180</sup> Entre os trabalhos da historiografia portuguesa que abordam o tema do homicídio, em diferentes tempos, com base em fontes diversificadas e com abordagens diferentes, destaca-se Duarte, Luís Miguel, *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval: 1459-1481*, Coimbra, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 1999, pp. 269-283; Silva, Susana Paula Franco Serpa, *A Criminalidade na Comarca de Ponta Delgada. Uma abordagem com base nos processos penais (1830-1841)...*, pp. 166-177. Tese de mestrado policopiada; Da mesma autora, *Violência, Desvio e Exclusão na Sociedade Micaelense Oitocentista (1842-1910)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2006, pp. 289-304; Alves, Dina Catarina Duarte, *Violência e Perdão em Óbidos (1595-1680)*, Coimbra, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 2003, pp. 114-116. Tese de mestrado policopiada; Maria João Vaz, na sua análise às estatísticas criminais, produzidas em Portugal no século XIX, aborda os resultados alcançados pelo crime de homicídio. Confira-se Vaz, Maria João, *Crime e Sociedade. Portugal na segunda metade do século XIX...*, pp. 132-158.



recorremos a cinco tipos de fontes: devassas de morte referentes ao período compreendido entre 1762 e 1775 e circunscritas ao concelho de Vila Nova de Cerveira; ocorrências criminais comunicadas pelos administradores dos concelhos ao governador civil do distrito de Viana do Castelo;<sup>181</sup> processos de querela produzidos na década de cinquenta do século XIX na comarca de Monção; estatísticas criminais produzidas entre 1839 e 1868; e ainda fontes de natureza qualitativa, nomeadamente a correspondência trocada entre regedores, administradores dos concelhos e o governo civil.

A discriminação das fontes parece-nos de primordial importância, na medida que em partilhamos a perspectiva de Pieter Spierenburg, ao considerar que o crime de homicídio é aquele que mais se encontra reflectido nas fontes, não só pela sua visibilidade e pelo escândalo que causava, mas também porque não é possível ocultá-lo, ao contrário do que sucede com a vítima de qualquer outro crime, que tem a capacidade de poder optar entre queixar-se às autoridades e agir judicialmente contra o ofensor, ou simplesmente ignorá-lo ou até mesmo encobri-lo. A sonegação de certos delitos pode, aliás, levar à distorção da sua representação nas fontes, originando uma diferença entre a criminalidade real e a criminalidade construída através dos dados documentais.

Assim, salvo casos excepcionais, como, por exemplo, situações em que o assassino consegue dissimular o crime dando-lhe a aparência de acidente, ou consegue desfazer-se do cadáver da vítima, existe uma maior probabilidade de os autores de homicídios se encontrarem mencionados nas fontes do que os de outros delitos. Deste modo, o homicídio é dos crimes que, nas estatísticas, menos problemas levanta com as chamadas “cifras negras”.<sup>182</sup>

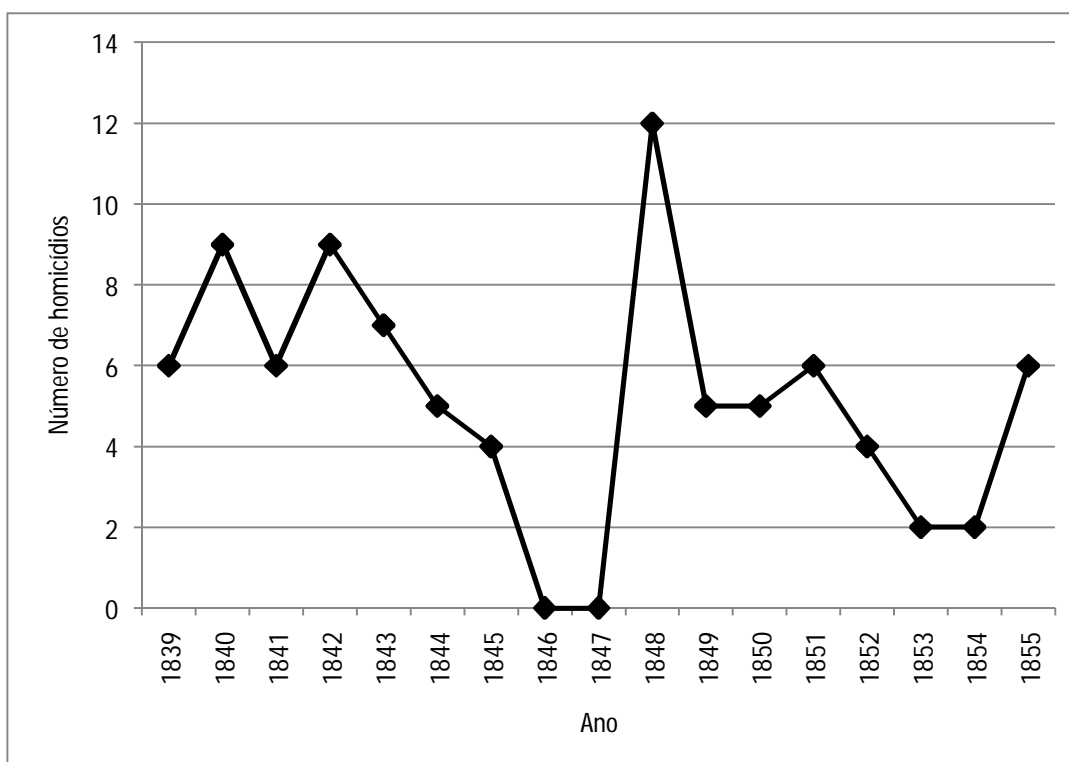
Os dados referentes à criminalidade, que não incluem o infanticídio e o aborto, comunicados pelos administradores dos concelhos ao governo civil de Viana do Castelo, apontam para o cometimento de 88 homicídios, no período compreendido entre Julho de 1839 e Dezembro de 1855, em todo o distrito.

---

<sup>181</sup> No hiato temporal compreendido entre 1839 e 1855, com excepção dos anos de 1846 e 1847.

<sup>182</sup> Spierenburg, Pieter, *A History of Crime. Personal Violence in Europe from the Middle Ages to the Present*, Cambridge, Polity Press, 2008, pp. 3-4.

**Gráfico 9.** Número de homicídios no distrito de Viana do Castelo (1839-1855)

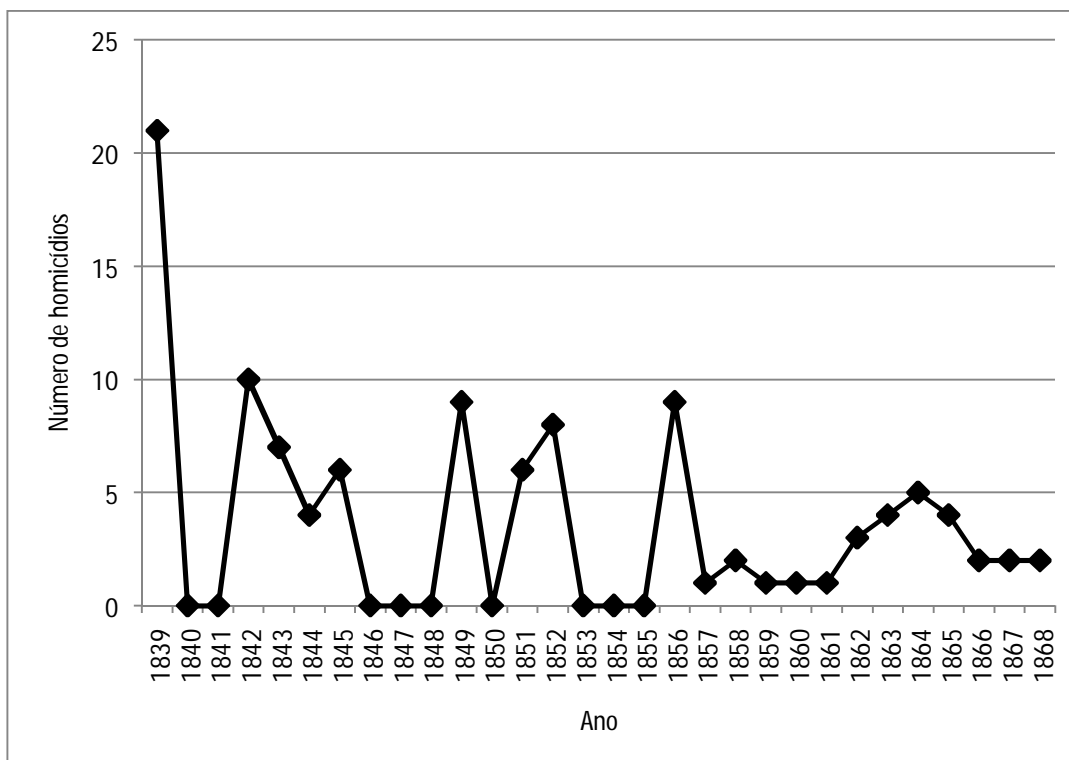


Fonte: AHGCVC, *Registo dos officios para o Ministério de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino de Maio de 1843 a Junho de 1844*, n.º 1.9.4.14, não paginado; *Correspondência do Ministério do Reino - 1 Julho de 1844 a 31 de Dezembro de 1845*, n.º 1.9.4.15, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino - 1851*, n.º 1.9.4.19, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Janeiro de 1852 a Fevereiro de 1853*, n.º 1.9.4.20, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Março 1853 - Janeiro 1854*, n.º 1.9.4.23, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Fevereiro de 1854*, 1.9.4.22, não paginado.

Como se pode constatar pela leitura do gráfico 9, o ano de 1848 destaca-se entre os demais, registando a ocorrência de 12 homicídios. Tais números são justificados pela instabilidade que, à altura, se fazia sentir, em particular no concelho de Ponte de Lima, onde, nesse ano, se verificaram sete dos 12 homicídios compulsados.

Contudo, no que respeita aos assassinatos, os números respeitantes ao distrito de Viana do Castelo, presentes nas estatísticas organizadas, diferem dos apresentados pelos administradores dos concelhos ao governo civil, representados no gráfico 10. Verificamos que a tendência para a descida do número de assassinatos se concretiza a partir de 1857, mantendo-se, sem grandes oscilações, até 1868, nunca ultrapassando os cinco homicídios por ano.

**Gráfico 10.** Número de homicídios comunicado pelos administradores dos concelhos ao governo civil de Viana do Castelo (1839-1868)



Fonte: *Diário do Governo* de 20.02.1840; *Diário do Governo* de 7.09.1843; *Diário do Governo* de 1.05.1844; *Diário do Governo* de 16.04.1845; ANTT, M.N.E.J., Maço 249, Caixa 201, documento não paginado; *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1856*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1857, p. 277; *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1857...*, 1858, p.13; *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1858...*, 1859, pp. 33-34; *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1861...*, 1865, p. 7; *Relatório apresentado a Junta geral de districto de Viana do Castelo na sessão ordinária de 1866...*, 1866, não paginado; *Relatório apresentado a Junta geral de districto de Viana do Castelo na sessão ordinária de 1868...*, 1868, não paginado; *Relatório apresentado a Junta geral de districto de Viana do Castelo na sessão ordinária de 1869...*, 1869, não paginado.

No entanto, é de considerar que os dados de que dispomos, fornecidos pelas comunicações dos administradores dos concelhos ao governador civil para o ano de 1839, apenas têm início no mês de Julho, ao passo que a representação estatística que serviu de fonte para conhecer os delitos praticados nesse mesmo ano, publicada em *Diário do Governo*, cobre o mesmo na sua totalidade. Com excepção destas diferenças mais substanciais, as restantes são menos evidentes e poderão resultar de falhas de comunicação entre as autoridades, ou da sua inexistência, e da perda de dados documentais com a erosão do tempo.

O concelho de Ponte de Lima sobressaía por ser o que registava o maior número de homicídios. No período compreendido entre 1839 e 1855, foram cometidos, nesta

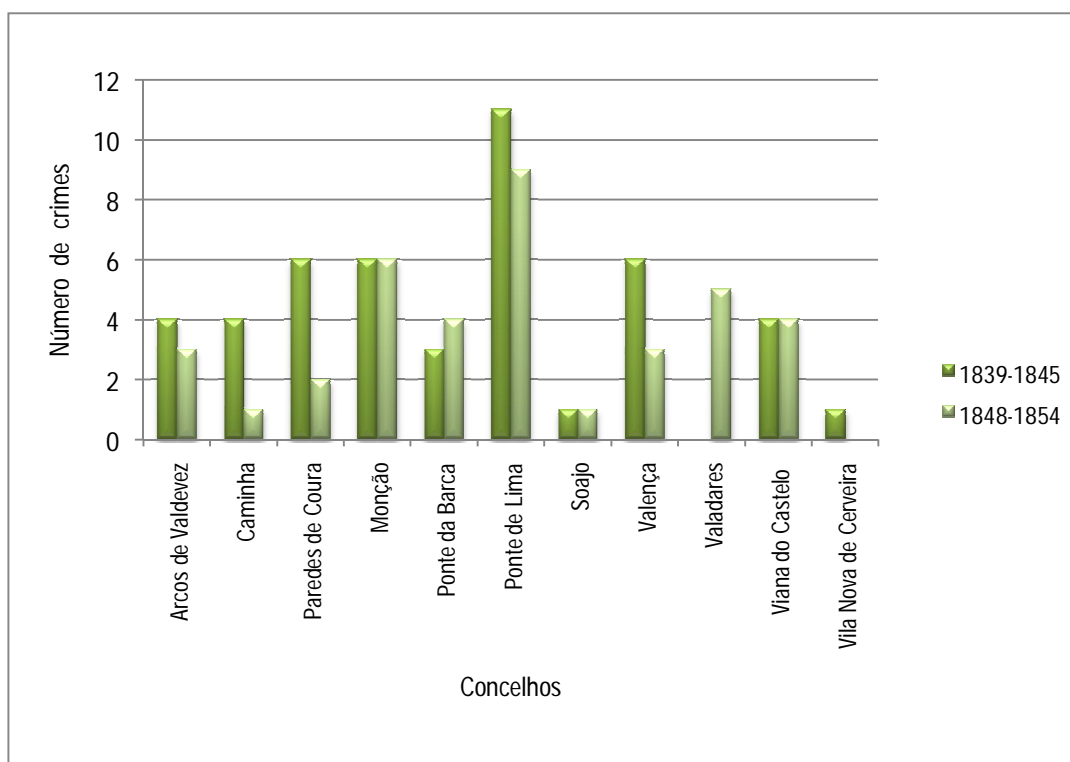
circunscrição, 22 crimes. Seguiam-se os de Monção, que, para o mesmo período apresentava um total de 12 homicídios; Valença com 10; Viana do Castelo com nove; Ponte da Barca com oito; Paredes de Coura com sete; Caminha com seis; Valadares e Arcos de Valdevez com cinco; Vila Nova de Cerveira com três e o Soajo com dois homicídios. Importa ainda referir que, no concelho de Castro Laboreiro, não ocorreram quaisquer delitos desta natureza e, relativamente a Melgaço, não dispomos de dados, uma vez que são escassas as comunicações entre a administração do concelho e o governo civil sobre as ocorrências criminais em geral.<sup>183</sup>

Por outro lado, é igualmente de assinalar que, em igual período, ou seja, em menos de 20 anos, foi-se instalando nesta região uma tendência para a diminuição da prática de crimes de sangue. Como se pode observar no gráfico 11, nos concelhos de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença e Vila Nova de Cerveira, é possível descobrir esta propensão. A este facto não será alheio o contexto de pacificação que se registou no país a partir da década de cinquenta do século XIX. As excepções são Ponte da Barca e Valadares, que, no período compreendido entre 1848 e 1854, registaram uma subida dos valores deste delito, ao passo que Monção e Viana do Castelo mantiveram os mesmos índices.

---

<sup>183</sup> AHGCVC, *Registo dos officios para o Ministério de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12, não paginado; *Correspondência do Ministério do Reino - 1 Julho de 1844 a 31 de Dezembro de 1845*, n.º 1.9.4.15, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino de Maio de 1843 a Junho de 1844*, n.º 1.9.4.14, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino - 1851*, n.º 1.9.4.19, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Janeiro de 1852 a Fevereiro de 1853*, n.º 1.9.4.20, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Março 1853 - Janeiro 1854*, n.º 1.9.4.23, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Fevereiro de 1854*, 1.9.4.22, não paginado.

**Gráfico 11. Crimes cometidos por concelho**



Fonte: AHGCVC, *Registo dos officios para o Ministério de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino de Maio de 1843 a Junho de 1844*, n.º 1.9.4.14, não paginado; *Correspondência do Ministério do Reino - 1 Julho de 1844 a 31 de Dezembro de 1845*, n.º 1.9.4.15, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Janeiro de 1852 a Fevereiro de 1853*, n.º 1.9.4.20, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Março 1853 - Janeiro 1854*, n.º 1.9.4.23, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Fevereiro de 1854*, 1.9.4.22, não paginado.

A partir da análise dos casos prospectados, concluímos que, no Alto Minho, o crime de homicídio resultava mais de acções impulsivas, de retaliações atizadas por rixas antigas e de zaragatas causadas por discussões mais acaloradas do que de actos premeditados.<sup>184</sup> Este panorama era, afinal, idêntico ao de outras regiões da Europa meridional. Em Roma, por

<sup>184</sup> Um dos homicídios premeditados que se destacou pelo seu impacto foi o assassinato do juiz eleito de Bertíandós, freguesia do concelho de Ponte de Lima, em 1856. O mandante do atentado foi o próprio filho da vítima, que contratou Manuel José Dias, soldado conhecido como o “Atirador”, para assassinar o seu pai. Este, bem como o filho da vítima e mais três cúmplices, acabaram por ser descobertos e detidos nas cadeias de Ponte de Lima. O móbil do homicídio seria receber a herança para pagamento de dívidas. AMPL, Administração do Concelho. *Copiador Geral dos officios dirigidos por esta administração a diversas autoridades*, n.º 2.2.1.31, não paginado; *Livro de registo da correspondência expedida para o governo civil*, n.º 2.2.1.5, não paginado.

exemplo, um número significativo de homicídios era consequência de rixas e confrontações físicas e verbais que culminavam em homicídios espontâneos.<sup>185</sup>

Os comportamentos agressivos podiam degenerar em ferimentos mais ou menos graves. Em alguns casos, o agredido agoniava durante vários dias, até perecer vítima dos traumatismos sofridos. Foi o caso de João da Silva, natural da freguesia de Cornes, concelho de Vila Nova de Cerveira, que morreu em Dezembro de 1765, depois de algum tempo de padecimento devido aos ferimentos que lhe foram provocados pelo seu sobrinho.<sup>186</sup>

Num tempo em que a medicina ainda não estava devidamente preparada para responder eficazmente a lesões graves, os ferimentos podiam ser fatais.<sup>187</sup> Daí que as ciências médicas tenham algo a dizer sobre os números dos homicídios e desempenhem um importante papel na evolução dos mesmos. O progresso da medicina foi determinante para a diminuição do número de mortes, uma vez que muitas resultavam de golpes desferidos sem a intenção clara de matar.<sup>188</sup>

Considerando as causas invocadas, o espaço em que decorriam e as armas utilizadas, somos levados a concluir que uma porção considerável dos homicídios não era intencional. Em 50% dos casos comunicados pelos administradores dos concelhos aos governadores civis, conseguimos avaliar a sua natureza e as razões que estiveram na base do seu cometimento. A partir dessa informação, verificamos que os assassinatos ocorridos no Alto Minho se inserem, basicamente, em quatro tipos: acidentais, não consumados, voluntários ou involuntários.

Um episódio de uma morte acidental aconteceu em Maio de 1852, quando o padre António Nogueira atingiu, involuntariamente, José Pereira com um tiro de espingarda. Num fim de tarde, o sacerdote dirigiu-se para junto de uma árvore onde havia um ninho de gavião, com o

---

<sup>185</sup> Confira-se Boschi, Daniele, "Homicide and Knife Fighting in Rome, 1845-1914" ..., pp. 137-138.

<sup>186</sup> AMVN, *Autos de falsidade, devassas, querelas, autos de injúria, precatórias - 1765-1788*, não paginado.

<sup>187</sup> Segundo Corrêa Mendes, "o temperamento apaixonado da raça", juntamente com o álcool, eram os principais responsáveis pelos homicídios em Portugal. Para este autor, Portugal regista um número reduzido destes crimes, quando comparado com os demais países do Sul da Europa. Corrêa, Mendes, *Os Criminosos Portugueses. Estudos de Anthropologia Criminal*, Coimbra, F. França Amado, Editor, 1914, pp. 20-21. Situação semelhante registava-se na Galiza, no século XVIII. Segundo Raquel Iglesias Estepa, "La mayor parte de los homicidios suceden de forma totalmente casual en esse contexto cotidiano de relaciones y de convivencia marcadas por una forte componente de brutalidad." Leia-se Iglesias Estepa, Raquel, *Crimen, criminales y reos. La delincuencia y su represión en la antigua provincia de Santiago entre 1700 y 1834*, Vigo, Ediciones Nigratrea, 2007, p. 75.

<sup>188</sup> Sobre este assunto veja-se Monkkonen, Eric, "New Standars for historical homicide research" in *Crime, Histoire and Sociétés/Crime, History and Societies*, vol. 5, n.º 2, 2001, pp. 16-18.

intuito de matar a ave, ocultando-se entre alguns arbustos. Na mesma altura, a vítima, que também sabia da existência do ninho, encaminhou-se para o local. O padre, de acordo com a sua versão, ao aperceber-se da presença de um vulto escuro, por entre a folhagem, julgou ser a ave e disparou, acertando no referido José Pereira.<sup>189</sup> Os homicídios acidentais representam apenas 4,7% dos casos em que foi possível apurar as circunstâncias da ocorrência.

Em algumas ocasiões, as tentativas de matar alguém saíam goradas, e essas também eram comunicadas pelas autoridades administrativas, representando 18,6% dos casos compulsados. Por norma, estas relacionavam-se com assassinatos calculados e premeditados, ou, pelo menos, assim eram encarados pelas autoridades, atendendo às circunstâncias que envolviam a ocorrência de tais actos.<sup>190</sup>

No entanto, a larga percentagem dos crimes entrava na categoria de homicídio involuntário, não premeditado, representando 44,2% dos casos. Por outro lado, apenas em 32,5% dos incidentes conseguimos descortinar a existência de intencionalidade.<sup>191</sup> Importa salientar que, na documentação recolhida, existem outros episódios em que, apesar de o assassinato assumir contornos que apontam para a ausência de intencionalidade, não foi reconhecido como tal, e por isso não arriscamos a sua inclusão nos homicídios involuntários,

---

<sup>189</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino Janeiro de 1852 a Fevereiro de 1853*, n.º 1.9.4.20, não paginado.

<sup>190</sup> A título de exemplo, veja-se a tentativa de assassinato de Manuel Pereira, marido de Maria Rosa, da freguesia de Entre-Ambos-os-Rios, em Abril de 1854, levado a cabo por esta e pelo seu amante, Francisco António Lopes de Sousa. Os criminosos chegaram a fazer algumas contusões no pescoço do referido Manuel Pereira e conseguiriam matá-lo se este não chamasse por socorro, que imediatamente lhe foi prestado pelo regedor da paróquia e por alguns cabos de polícia, que capturaram o referido amante. Na altura, a sua cúmplice conseguiu fugir, mas foi presa dois dias depois, na freguesia de Germil, do mesmo concelho. O administrador entregou os dois culpados à autoridade judicial com os autos de investigação. AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino Fevereiro de 1854*, n.º 1.9.4.22, não paginado.

<sup>191</sup> AHGCVC, *Registo dos officios para o Ministério de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12, não paginado; *Correspondência do Ministério do Reino - 1 Julho de 1844 a 31 de Dezembro de 1845*, n.º 1.9.4.15, não paginado; *Registo dos officios dirigidos ao Ministério do Reino*, n.º 1.9.4-13, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino de Maio de 1843 a Junho de 1844*, n.º 1.9.4-14, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino - 1851*, n.º 1.9.4-19, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Janeiro de 1852 a Fevereiro de 1853*, n.º 1.9.4.20, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Março 1853 - Janeiro 1854*, n.º 1.9.4.23, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Fevereiro de 1854*, 1.9.4.22, não paginado.

para não incorrermos em conclusões precipitadas. Até porque, como salienta João Fatela, muitos assassinatos, aparentemente espontâneos ou sem explicação, eram afinal premeditados e resultantes de vinganças alimentadas por ódios antigos.<sup>192</sup>

Havia ainda casos de indivíduos que matavam em legítima defesa. Um episódio paradigmático foi o que envolveu José Boceta Lima, médico e cirurgião, que, em Janeiro de 1849, em Valadares, tinha sido ameaçado por ter participado contra dois curandeiros, acusando-os de terem arremessado pedras contra as janelas da sua casa. A dada altura, julgando que o iam atacar, disparou um tiro pela janela, atingindo mortalmente Felipe Esteves Codeço.<sup>193</sup>

Uma outra situação, que não se enquadra na tipologia traçada, diz respeito aos assassinatos cometidos pelos responsáveis pelo transporte de presos e criminosos, alguns já sentenciados e outros que aguardavam a decisão sobre o seu destino. Estes crimes eram perpetrados pelos responsáveis pela sua guarda, normalmente soldados, que disparavam à traição, com o evidente intuito de os abaterem. Embora fossem premeditados, motivados pelo desejo de vingança, eram justificados por alegadas tentativas de fuga e tratados nas fontes como actos de justiça social que visavam expurgar a sociedade dos seus elementos mais indesejados. Com efeito, a eliminação destes indivíduos acabava por ser subestimada pela sua condição de delinquentes.

No campo, as circunstâncias em que as vítimas eram alvo da violência homicida eram as mais variadas: a abrir um caminho ou um rego para a água; a estremar as propriedades; a apanhar lenha ou a roçar mato no monte; a caminho da igreja, para assistir à missa ou tocar o sino; no moinho, para moer o grão; na taberna; em casa; nos saraus; nas feiras, festas e romarias. Preferencialmente cometidos em espaços abertos, nem sempre era possível levar a cabo este tipo de delito em locais ermos e escondidos, sobretudo quando a emoção se sobrepunha à racionalidade. Daí que alguns tivessem lugar em locais de reunião e entretenimento, como vendas e tabernas.<sup>194</sup> Esta situação corrobora a perspectiva segundo a

---

<sup>192</sup> Confira-se Fatela, João, *O Sangue e a Rua. Elemento para uma antropologia da violência em Portugal (1926-1946)*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1989, p. 67.

<sup>193</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino de Janeiro de 1848 a Junho de 1849*, n.º 1.9.4-17, não paginado.

<sup>194</sup> Veja-se, por exemplo, o caso de uma galega grávida que, em Maio de 1840, numa taberna, foi sovada por três mulheres, acabando por falecer. Os ciúmes foram o móbil do crime. AHGCVC, *Registo dos officios para o Ministério do Reino de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12, não paginado.



qual o homicídio resultava em grande parte da brutalidade e da violência latentes, que acompanhavam o quotidiano dos alto minhotos e marcavam as suas relações de convivialidade.

As armas de fogo eram, sem dúvida, o principal instrumento utilizado para matar, como se pode observar no quadro 1. Um número considerável de mortes era causado pelo seu uso, uma vez que o impacto e a gravidade dos ferimentos eram maiores, aumentando a possibilidade de um desfecho trágico. O uso indiscriminado de armas de fogo tendia a ser combatido pelas autoridades, nomeadamente através da promulgação de decretos e da publicação de editais. Contudo, as medidas adoptadas nem sempre eram respeitadas, como acontecia, por exemplo, em relação ao uso e porte de arma sem a respectiva licença.

Muitas das vítimas pereciam em resultado de pancadas que tinham sofrido, umas vezes com as mãos, noutras com recurso a vários instrumentos, sobretudo paus e outros utensílios contundentes. Pela sua brutalidade e pela localização dos golpes, ou ainda pela ausência e ineficácia da assistência médica, o desfecho era, muitas vezes, a morte do agredido.

**Quadro 1.** Armas utilizadas nos homicídios (1836-1865)

Arma	Número de utilizações
Arma branca	11
Arma de fogo	36
Bacamarte	2
Baioneta	1
Enxada	1
Foice	1
Imolação pelo fogo	3

Fonte: AHGCVC, *Registo dos officios para o Ministério de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino de Maio de 1843 a Junho de 1844*, n.º 1.9.4.14, não paginado; *Correspondência do Ministério do Reino - 1 Julho de 1844 a 31 de Dezembro de 1845*, n.º 1.9.4.15, não paginado; *Registo dos officios dirigidos ao Ministério do Reino*, n.º 1.9.4.13, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino - 1851*, n.º 1.9.4.19, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Janeiro de 1852 a Fevereiro de 1853*, n.º 1.9.4.20; *Correspondência com o Ministério do Reino Março 1853 - Janeiro 1854*, n.º 1.9.4.23, não paginado; não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Fevereiro de 1854*, 1.9.4.22, não paginado. Registo do Ministério do

Reino, n.º 1.9.4.11, não paginado; *Registo geral – Janeiro de 1856 a Janeiro de 1857*, n.º 1.10.3.2, não paginado; *Registo geral de Janeiro de 1856 a Junho do mesmo ano*, n.º 1.10.3.2, não paginado; *Registo geral de Julho a 19 de Dezembro de 1857*, n.º 1.10.3.5, não paginado; *Registo geral de Dezembro de 1857 a Julho de 1858*, n.º 1.10.3.6, não paginado; *Registo geral – Agosto de 1858 a Novembro de 1859*, n.º 1.10.3.7, não paginado; *Administradores*, n.º 1.21.51.13, não paginado; *Administradores*, n.º 1.23.1.1-19, não paginado, *Administradores*, n.º 1.21.5.6-12, não paginado.

Pedras e instrumentos agrícolas, armas brancas, como facas e navalhas ou baionetas, também serviam para agredir e provocar a morte de outrem. Encontrámos ainda óbitos causados pelo uso de veneno, por asfixia, afogamento e até por incêndios criminosos.<sup>195</sup> Entretanto, importa referir que, geralmente, o uso de determinada arma dependia do sexo do agressor. Assim, enquanto a mulher recorria mais ao veneno, o homem preferia as armas brancas e de fogo.

Além do estado de demência do homicida, que explicava a ocorrência de alguns assassinatos, designadamente daqueles que se destacavam pela sua brutalidade, as causas económicas estavam, muitas vezes, na origem de atentados contra a vida de terceiros. O homicídio era um meio para antecipar o recebimento de uma herança, que podia servir para saldar dívidas a credores, ou para retaliar um legado não recebido. Os casos a seguir apresentados ilustram bem esta realidade. Na noite de 16 de Outubro de 1848, na freguesia de São Julião de Freixo, Josefa Fernandes, quando estava a esfolhar milho, foi atingida por um tiro disparado por um indivíduo mascarado. Desconheciam-se-lhe inimigos e, à partida, não se vislumbravam motivos para ter sido vítima de tão insidioso acto. No seguimento das indagações

---

<sup>195</sup> AHGCVC, *Registo dos officios para o Ministério de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12, não paginado; *Correspondência do Ministério do Reino - 1 Julho de 1844 a 31 de Dezembro de 1845*, n.º 1.9.4.15, não paginado; *Registo dos officios dirigidos ao Ministério do Reino*, n.º 1.9.4.13, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino de Maio de 1843 a Junho de 1844*, n.º 1.9.4.14, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino - 1851*, n.º 1.9.4.19, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Janeiro de 1852 a Fevereiro de 1853*, n.º 1.9.4.20, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Março 1853 - Janeiro 1854*, n.º 1.9.4.23, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Fevereiro de 1854*, 1.9.4.22, não paginado.

efectuadas, descobriu-se que o autor do atentado tinha sido Francisco Martins de Miranda, sobrinho da vítima, com o objectivo de herdar o seu património.<sup>196</sup>

Na noite de 26 para 27 de Janeiro de 1851, Andreza Alves Cabeças, natural da freguesia de Vitorino de Piães, concelho de Ponte de Lima, foi assassinada na sua própria casa. Por se tratar de uma mulher idosa, pobre e que vivia sozinha, o crime causou estranheza, dado que, pelo menos aparentemente, não existia qualquer móbil. Sabia-se, no entanto, que a vítima tinha deixado o pouco que possuía a pessoas que não eram da sua família, o que levou as autoridades a acreditarem que a morte foi provocada por algum dos seus parentes, com o intuito de vingarem a doação da sua herança a um estranho.<sup>197</sup>

Para além de questões de ordem económica, também factores de natureza passional, designadamente ciúmes, infidelidades ou simples suspeitas, podiam concorrer para o cometimento de assassinatos. Casos de conjugicídio, de mulheres adúlteras que se uniam aos amantes para eliminar os maridos atraídoos, ainda que raramente, são mencionados nas fontes. Por exemplo, em Maio de 1858, Maria Joaquina, amante de Francisco Pereira da Silva, conhecido como “o Peniche”, naturais da freguesia de Troporiz, concelho de Monção, foram acusados do crime de homicídio voluntário de José Marques, marido da referida Maria Joaquina. Ao cair da noite, num sítio ermo e isolado, foi atacado com um ferro e acabou por falecer em consequência dos traumatismos que sofreu.<sup>198</sup>

Outras mortes estão associadas ao cometimento de roubos, sobretudo quando os assaltantes atacavam residências. Nas suas incursões, algumas de grande violência, perante a resistência de algum dos elementos da casa, não tinham qualquer pejo em disparar mortalmente nem de praticar todo o tipo de atrocidades, como a tortura ou a violação de mulheres. Apesar de tudo, comparando o número de mortes que reuniam estas características com os assaltos a casas particulares, aquelas eram raras e ocasionais, embora tivessem um grande impacto na comunidade.

Por norma, os ataques a residências eram praticados seguindo o mesmo *modus operandi*: homens armados cercavam a casa e barravam os caminhos próximos, disparavam

---

<sup>196</sup> AMPL, Administração do Concelho. *Copiador Geral dos ofícios dirigidos por esta administração a diversas autoridades*, n.º 2.2.1.31, não paginado.

<sup>197</sup> AMPL, Administração do Concelho. *Livro de registo da correspondência expedida para o governo civil*, n.º 2.2.1.5, não paginado.

<sup>198</sup> ADVC, *Tribunal da Comarca de Monção*, documento avulso.

tiros para o ar para intimidar os vizinhos que, eventualmente, se dispusessem acudir aos clamores de auxílio, ou para dissuadir as autoridades de intervir. Em Julho de 1848, uma quadrilha de salteadores atacou, a meio da noite, a casa de João Manuel Ribeiro, proprietário da freguesia de Fontão, concelho de Ponte de Lima. Os meliantes, que entraram por uma janela, depois de terem espancado o dono da casa e assassinado a mulher, acabaram por matá-lo, atravessando-lhe a cabeça com uma baioneta. Enquanto resistiu, a vítima gritou por socorro, mas o povo da freguesia não podia acudir porque os salteadores controlavam os acessos.<sup>199</sup>

Alguns assassinatos, relacionados com roubos, ocorriam em estradas e caminhos, quando as vítimas ofereciam resistência, ou quando os autores, com o receio de serem identificados e denunciados, optavam por eliminá-las.

Desejo de vingança, disputas laborais, excesso de álcool, zaragatas imprevistas, menosprezo pela lei e pela autoridade, divergências políticas, são factores que podem igualmente ser invocadas para explicar a ocorrência do crime de homicídio. Por outro lado, importa sublinhar que a honra e o respeito pela propriedade ocupavam uma posição cimeira na escala de valores das gentes do Alto Minho e, por vezes, sobrepunham-se ao direito à vida.<sup>200</sup>

Também no seio da família ocorriam crimes de morte. Entre os anos de 1839 e 1855, os cônjuges estiveram envolvidos em oito homicídios, os pais e filhos em três, os irmãos em dois, os tios e sobrinhos também em dois e ainda os amantes em dois.<sup>201</sup> Os assassinios praticados no círculo familiar eram desencadeados por uma série de circunstâncias,

---

<sup>199</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino de Janeiro de 1848 a Junho de 1849*, n.º 1.9.4-17, não paginado.

<sup>200</sup> Noutras regiões da Europa meridional, designadamente na Córsega, também a preservação da honra e a defesa da propriedade eram os valores que ocupavam o primeiro plano nas preocupações das populações. Serpentin, Antoine Laurent, "La criminalité de sang en Corse sous la domination génoise (fin XVII-début XVIII siècles)", *Crime, Histoire & Sociétés/Crime, History & Societies*, vol. 7, n.º 1, 2003, p. 10.

<sup>201</sup> AHGCVC, *Registo dos officios para o Ministério de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12, não paginado; *Correspondência do Ministério do Reino - 1 Julho de 1844 a 31 de Dezembro de 1845*, n.º 1.9.4.15, não paginado; *Registo dos officios dirigidos ao Ministério do Reino*, n.º 1.9.4-13, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino de Maio de 1843 a Junho de 1844*, n.º 1.9.4-14, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino - 1851*, n.º 1.9.4-19, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Janeiro de 1852 a Fevereiro de 1853*, n.º 1.9.4.20, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Março 1853 - Janeiro 1854*, n.º 1.9.4.23, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Fevereiro de 1854*, n.º 1.9.4.22, não paginado.

nomeadamente por disputas pelo património e pela herança, por questões de trabalho, ciúmes, reacções a calúnias e injúrias. O uso irreflectido e desproporcionado da força pelos pais com fins correctivos, nem sempre era aceite pelos visados, ou seja, pelos filhos, podendo provocar reacções violentas e culminar na morte dos soçados ou dos agressores.

Nos casos analisados, verificámos que, muitas vezes, existia uma ligação de proximidade ou de conhecimento entre o homicida e a sua vítima. Salvo raras excepções, concluímos que eram as próprias relações de convivialidade ou de trabalho entre as duas partes, homicida e assassinado, que explicam a ocorrência do crime.

O homicídio surge-nos como um delito pertencente sobretudo ao universo masculino. Os homens eram os que mais matavam, mas também eram os que mais morriam vítimas de assassinato. Entre 1839 e 1855, 81,6% dos acusados de homicídio eram do sexo masculino e somente 18,4% eram do sexo feminino. Quanto às vítimas destes atentados, 85,2% eram homens, 11,4% mulheres e 3,4% eram crianças.<sup>202</sup> Esta preponderância masculina pode ter o seu fundamento no facto de, no caso particular do Alto Minho, a violência homicida resultar, em larga medida, das relações quotidianas. Simultaneamente, temos de considerar que a vida diária do homem se desdobrava em vários planos, criando assim mais oportunidades para desenvolver relações de sociabilidade e convivência, mas igualmente inimizades, invejas e intrigas. Eram os homens que manejavam as armas, que dirigiam instituições e exerciam cargos públicos e de prestígio. Note-se que entre as vítimas deste tipo de atentados encontramos administradores dos concelhos, regedores, juizes, cabos de polícia e padres.

Por norma, o homicídio era um crime solitário, principalmente quando era calculado e intencional, embora também se verificasse a presença de cúmplices, sobretudo quando se tratava de crimes passionais e relacionados com questões de herança. Havia quem pagasse para matar e quem se dispusesse a fazê-lo por uma boa maquia. Entre 1836 e 1865, houve

---

<sup>202</sup> AHGCVC, *Registo dos officios para o Ministério de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12, não paginado; *Correspondência do Ministério do Reino - 1 Julho de 1844 a 31 de Dezembro de 1845*, n.º 1.9.4.15, não paginado; *Registo dos officios dirigidos ao Ministério do Reino*, n.º 1.9.4.13, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino de Maio de 1843 a Junho de 1844*, n.º 1.9.4.14, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino - 1851*, n.º 1.9.4.19, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Janeiro de 1852 a Fevereiro de 1853*, n.º 1.9.4.20, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Março 1853 - Janeiro 1854*, n.º 1.9.4.23, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Fevereiro de 1854*, n.º 1.9.4.22, não paginado.

pelo menos dois casos, em que os autores morais dos assassinatos, por inépcia ou cobardia, decidiram contratar executantes mais habilitados e de capacidades reconhecidas no submundo da criminalidade alto minhota.

Todavia, nem todos os homicídios tinham rosto, embora, na sua larga maioria, o autor fosse identificado. Mas havia situações em que havia apenas suspeitas ou em que não existia qualquer pista acerca do homicida, o que, naturalmente, gerava um clima de suspeição e de medo nas populações. No período compreendido entre 1839 e 1855, foram identificados os autores de 62,5% dos homicídios praticados, em 19,4% dos casos existiam suspeitas que necessitavam de ser corroboradas e em 18,1% a identidade do autor do atentado era desconhecida e nem sequer havia suspeitos.<sup>203</sup>

Neste tipo de crimes, a descoberta dos culpados e o sucesso da investigação dependia sobretudo da existência de testemunhas, se bem que a identificação não significava, por si só, a sua captura, além de que muitos conseguiam fugir antes de serem presos. Nestas circunstâncias, cabia aos governadores civis enviarem aos seus subordinados e aos congéneres dos demais distritos uma circular contendo a descrição física do criminoso, requerendo a sua prisão e posterior extradição. Em 1847, o governador civil do distrito de Vila Real solicitou ao seu homólogo de Viana do Castelo a detenção de um indivíduo acusado de ter cometido um crime de morte e que há vários anos vivia homiziado em Arcos de Valdevez.<sup>204</sup> Ofícios e circulares similares circulavam por todo o país, com o objectivo de localizar e capturar criminosos contumazes.

Em 1848, na freguesia de Santa Maria de Rebordões, concelho de Ponte de Lima, João Felizardo Fernandes, professor do ensino primário, foi assassinado à porta da sua casa. O criminoso, Manuel José de Lima, apelidado de “o Russo”, apesar de ter sido identificado,

---

<sup>203</sup> AHGCVC, *Registo dos officios para o Ministério de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12, não paginado; *Correspondência do Ministério do Reino - 1 Julho de 1844 a 31 de Dezembro de 1845*, n.º 1.9.4.15, não paginado; *Registo dos officios dirigidos ao Ministério do Reino*, n.º 1.9.4-13, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino de Maio de 1843 a Junho de 1844*, n.º 1.9.4-14, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino - 1851*, n.º 1.9.4-19, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Janeiro de 1852 a Fevereiro de 1853*, n.º 1.9.4.20, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Março 1853 - Janeiro 1854*, n.º 1.9.4.23, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Fevereiro de 1854*, n.º 1.9.4.22, não paginado.

<sup>204</sup> AHGCVC, *Correspondência recebida do Governo Civil de Vila Real*, n.º 1.13.6.1-6, não paginado.

conseguiu escapar. Face ao sucedido, o governador civil expediu uma circular para todos os administradores do distrito a solicitar a prisão do fugitivo, contendo a descrição exaustiva das suas características físicas, designadamente a idade e a altura, a cor dos olhos, do cabelo e da barba, o formato do nariz e da boca, os sinais particulares, como marcas e cicatrizes e a forma usual de trajar. No caso do “Russo”, os elementos de identificação eram os seguintes:

“[...] Manuel José de Lima por alcunha – Ruço de 28 a 30 annos de idade – estatura regular – cor clara-picado das bexigas-cabelo e barba loiros – olhos azuis – nariz e boca regular – trajo de lavrador – e [andando] umas vezes calçado e outras descalço.”<sup>205</sup>

Neste caso, o desfecho foi positivo, ou seja, o autor do crime foi apanhado, mas noutros o resultado foi bem diferente.<sup>206</sup>

Com o passar dos séculos, particularmente entre os séculos XVI e XVIII, a sociedade desenvolveu um forte sentimento de repúdio em relação aos homicídios, quando certas práticas, como os duelos, começaram a ser proibidas e se verificou a “pacificação” do comportamento das elites da sociedade. Estas foram adoptando um modelo de vida menos violento e impetuoso, posteriormente difundido pelos restantes estratos sociais.<sup>207</sup>

A repulsa pelo homicídio, manifestada de forma mais precoce nos países da Europa setentrional, deve ser perspectivada como resultado da diminuição da aceitação da violência nas sociedades europeias e da criação de mecanismos de prevenção para evitar a sua eclosão. No século XIX, esta tendência foi-se reforçando através da consolidação de um discurso moralizador e centrado nos valores burgueses. Apesar de um certo abrandamento da moldura penal, traduzido na contenção da aplicação da pena de morte, o primeiro Código Penal português continuava a prever o recurso a esta sanção.<sup>208</sup>

---

<sup>205</sup> AMPL, Administração do Concelho. *Livro de registo da correspondência expedida para o governo civil*, n.º 2.2.1.12, não paginado.

<sup>206</sup> AMPL, Administração do Concelho. *Copiador geral dos officios dirigidos por esta administração a diversas autoridades*, n.º 2.2.1.31, não paginado.

<sup>207</sup> Veja-se sobre este assunto Spierenburg, Pieter, *A History of Crime. Personal Violence in Europe from the Middle Ages to the Present...*, pp. 106-113. Iglesias Estepa, Raquel, *Crimen, criminales y reos. La delincuencia y su represión en la antigua provincia de Santiago entre 1700 y 1834...*, p. 70.

<sup>208</sup> Sobre a evolução da aplicação da pena de morte em Portugal leia-se Correia, Eduardo, “A evolução histórica das penas”, in *Boletim da Faculdade de Direito*, vol. LIII, 1977, pp. 51-150.

Em 1840, no concelho de Arcos de Valdevez, Jacinto José da Silva foi condenado à morte por ter assassinado Maria Gaia, mulher grávida e solteira, e o seu filho de três anos de idade, moradores na freguesia Ázere daquele concelho. Maria tinha desaparecido em Fevereiro de 1840. A sua larga ausência levantou suspeitas nos vizinhos, que, juntamente com os cabos de polícia, fizeram averiguações. Começaram a correr vozes de que Maria fora assassinada por Jacinto José da Silva, da freguesia de Giela, do mesmo concelho, pai dos seus filhos. O administrador do concelho ordenou a realização de buscas nas freguesias circunvizinhas, em resultado das quais foram encontrados os corpos de Maria e do seu filho. Jacinto foi detido e, provada a sua culpa, foi condenado à pena de morte em Setembro de 1840.<sup>209</sup>

Em alguns dos episódios analisados, verificámos que, face aos primeiros indícios sobre a autoria dos crimes e antes de as autoridades actuarem, o povo antecipava-se e prendia os meliantes, que assim ficavam à mercê da justiça popular. Embora não o possamos afirmar de forma categórica, julgamos que esta reacção da população dependia do motivo do homicídio, das circunstâncias em que foi perpetrado, bem como da posição e da imagem que o homicida e a vítima tinham na comunidade.

### **2.1.2. Rixas, desordens, espancamentos e ferimentos**

As rixas e desordens desembocavam, geralmente, em espancamentos e ferimentos. Os contendores exibiam nódoas, pisaduras ou arranhões perante as autoridades, quando estas não tinham presenciado os desacatos, e, deste modo, os ferimentos acabavam por funcionar como prova da ofensa e da troca de agressões entre dois ou mais indivíduos.

Com o advento da Idade Moderna e do absolutismo, os monarcas passaram a intervir mais empenhadamente na criminalização de actos violentos, mas tal não significou que as populações abandonassem os seus costumes ancestrais.<sup>210</sup> Aliás, em Portugal, a figura do monarca não sobressaía pelo rigor da aplicação da lei, mas antes, parafraseando António

---

<sup>209</sup> AHGCVC, *Registo dos officios para o Ministério do Reino de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12, não paginado. Em 1851, neste mesmo concelho, António Lourenço foi sentenciado à pena capital, por ter assassinado, na sua própria casa, Domingos Pires. AHGCVC, *Administradores*, n.º 1.37.1.2-16, não paginado. Sobre a execução da pena capital no Antigo Regime leia-se Araújo, Ana Cristina, "Cerimónias de execução pública no Antigo Regime - escatologia e justiça", *Revista de História Sociedade e Cultura*, n.º 1, 2001, 169-211.

<sup>210</sup> Iglesias Estepa, Raquel, *Crimen, criminales y reos. La delincuencia y su represión en la antigua provincia de Santiago entre 1700 y 1834...*, pp. 25-26.



Manuel Hespanha, como “dispensador de uma justiça.”<sup>211</sup> Xavier Rousseaux, num trabalho de síntese sobre a evolução da criminalidade e do sentido de justiça nas sociedades medieval e moderna, sustenta que nas zonas rurais de alguns países europeus, como França, Portugal e Espanha, onde os notáveis locais nem sempre tinham capacidade para manter um clima de pacificação social entre famílias e os conflitos podiam desaguar em actos de vingança, os monarcas intervinham no sentido de auxiliar os criminosos através da concessão de cartas de perdão.<sup>212</sup>

Deste modo, a religião, a comunidade e a família continuavam a funcionar como mecanismos de controlo informal e a ditar as normas de conduta, embora se tenha assistido em Portugal, desde meados do século XVIII, ao endurecimento do sistema penal e à intervenção do Estado no domínio da Justiça.<sup>213</sup> No entanto, as populações persistiam em resolver os seus conflitos sem recorrer à mediação dos tribunais. As reacções mais impulsivas do homem moderno resultavam dos padrões comportamentais da época, sendo a violência usualmente espontânea e não premeditada, como já salientámos. Assim, podemos considerar que, apesar da variabilidade dos motivos dos crimes, as circunstâncias físicas e sociais em que estes ocorriam reflectiam inevitavelmente o ambiente em que os intervenientes estavam inseridos.<sup>214</sup>

Para a compreensão destes acontecimentos no Alto Minho, dispomos de informação respeitante aos concelhos de Vila Nova de Cerveira e Paredes de Coura. Em relação ao primeiro, a sequência de dados estende-se de 1752 até 1804, ao passo que, no caso de Paredes de Coura, o período analisado cobre o período compreendido entre 1753 e 1778.

Eram sobretudo questões relacionadas com o trabalho no campo que levavam o homem no século XVIII a envolver-se em desacatos, o que não é de estranhar, atendendo ao contexto rural em que nos encontramos, onde a terra dominava as próprias relações sociais. A destruição de culturas pelos animais que invadiam os campos alheios, a gestão e a repartição das águas de rega, a delimitação de propriedades, o roço dos matos e a apanha de lenha nos montes foram

---

<sup>211</sup> Sobre este assunto leia-se Hespanha, António Manuel, *Justiça e Litigiosidade. História e prospectiva*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, p. 313. A propósito do perdão leia-se igualmente Delgado, Maria Filomena, “O perdão das penas em Portugal”, in *Lusíada. História*, n.º 3, 2006, pp. 17-42.

<sup>212</sup> Rousseaux, Xavier, “Crime, Justice and Society in Medieval and Early Modern Times: Thirty Years of Crime and Criminal Justice History: A Tribute to Herman Diedericks”, in *Crime, histoire et sociétés/Crime, History and Societies*, vol. 1, n.º 1, 1997, pp. 103-104.

<sup>213</sup> Confira-se Hespanha, António Manuel, *Justiça e Litigiosidade. História e prospectiva...*, pp. 321-327.

<sup>214</sup> Leia-se Weisser, Michael R., *Crime and Punishment in Early Modern Europe...*, pp. 7-8.

alguns dos motivos evocados nas fontes para explicar a ocorrência de cenas de violência.<sup>215</sup> Em alguns casos, era a vingança planeada que desencadeava as agressões e levava as vítimas a apresentar queixa junto do poder judicial.<sup>216</sup>

A existência ou não de premeditação do crime determinava a pena a aplicar. Caso houvesse planeamento e do acto resultassem consequências graves para a vítima, o agressor, de acordo com o disposto nas Ordenações Filipinas, incorria na pena de morte. Joaquim José Caetano e Sousa distingue entre ferimento voluntário e involuntário e sustenta que a maior ou menor gravidade do crime depende da existência de relações entre o ofensor e ofendido.<sup>217</sup> No entanto, as vítimas apresentavam, nos seus processos, dois elementos que podiam justificar o agravamento da agressão: o facto de esta ocorrer de noite e ter sido o rosto a parte do corpo atingida.

No período compreendido entre 1732 e 1739, a cadeia de Ponte de Lima acolheu vários condenados pelo crime de ofensas corporais. Foi o caso de Manuel Gonçalves Lima, natural da freguesia do Bárrio, daquele concelho, que “ora preso pella culpa que lhe rezultou da querella de ferimento que contra elle requereo Maria solteira filha que ficou de Antonio Dias do lugar dos outeyros da mesma freguesia”.<sup>218</sup>

---

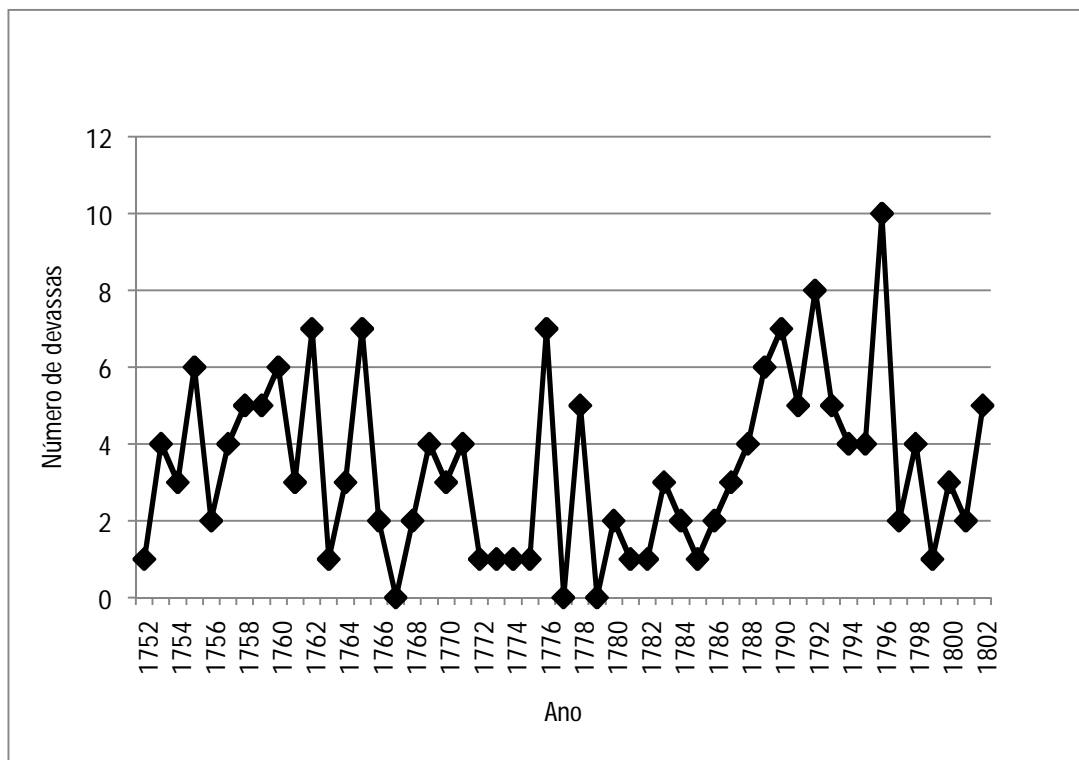
<sup>215</sup> ADVC, *Juízo ordinário do concelho de Paredes de Coura - Autos de queixas e querela*, n.º 5.9.4 Cx 2-6.

<sup>216</sup> Aqueles que feriam propositadamente ou “com armas prohibidas alguém a quem se siga damno grave” incorriam, de acordo com as Ordenações Filipinas, na pena de morte. Veja-se Sousa, Joaquim José Caetano e, *Classes dos crimes, por ordem systematica, com as penas correspondentes, segundo a legislação actual...*, p. 289.

<sup>217</sup> Sousa, Joaquim José Caetano e, *Classes dos crimes, por ordem systematica, com as penas correspondentes, segundo a legislação actual...*, p. 292.

<sup>218</sup> AMPL, *Livro da entrada dos presos na cadeia*, n.º 578, fl. 22.

**Gráfico 12.** Devassas de ferimento – Vila Nova de Cerveira (1752-1802)

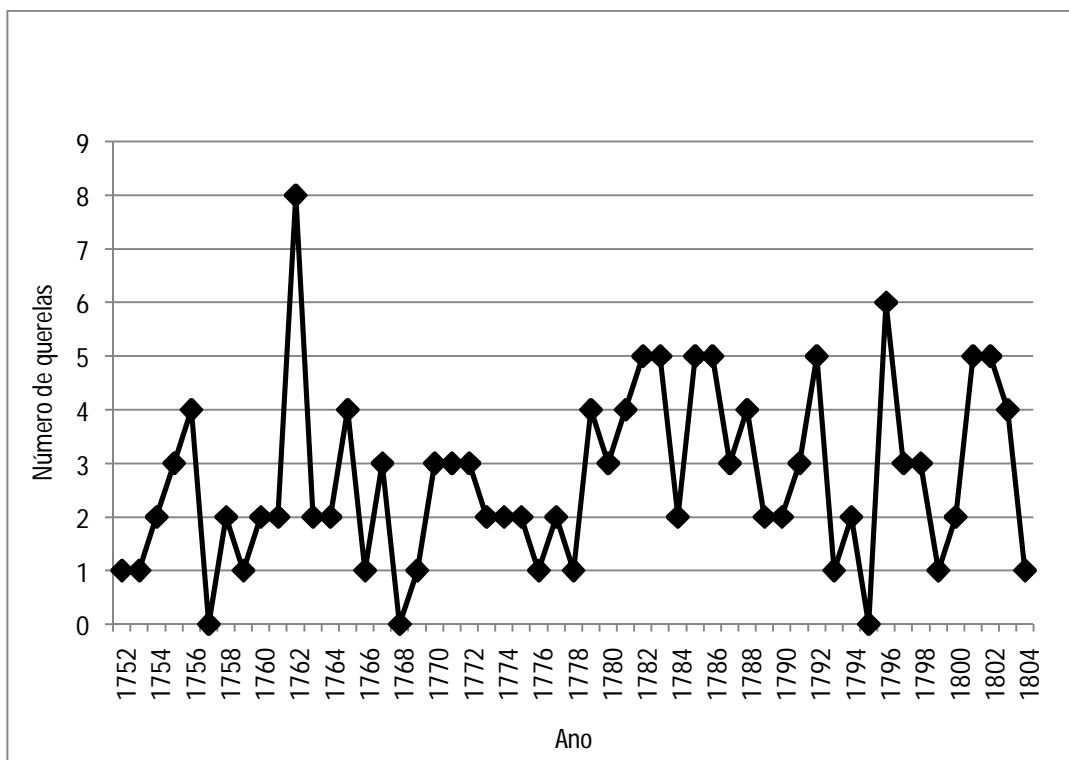


Fonte: AMVNC, *Autos de falsidade, devassas, querelas, autos de injúria, precatórias*. Documento avulso.

O gráfico 12 reporta-se às devassas de ferimento abertas anualmente, desde 1752 até 1802, perfazendo o total 179, no concelho em análise. As vítimas eram maioritariamente elementos do sexo masculino, 115 no total, ao passo que do sexo feminino dispomos de apenas 55 casos.<sup>219</sup> Como se constata, o movimento não foi uniforme, pois, enquanto nas décadas de sessenta e setenta houve uma tendência para a diminuição, a partir de meados da década de oitenta o sentido foi inverso, aumentando substancialmente o número de devassas de ferimento em finais de setecentos.

<sup>219</sup> AMVNC, *Autos de falsidade, devassas, querelas, autos de injúria, precatórias*. Documento avulso, não paginado.

**Gráfico 13.** Querelas de ferimento, nódoas e pisaduras – Vila Nova de Cerveira  
(1752-1804)



Fonte: AMVNC, *Autos de falsidade, devassas, querelas, autos de injúria, precatórias*. Documento avulso.

O gráfico 13 remete para as querelas de ferimentos, nódoas e pisaduras. Através da sua análise, podemos apurar a existência de uma certa regularidade na apresentação anual de querelas de ferimentos contra pessoas, com excepção do ano de 1762, quando foram apresentadas oito querelas desta natureza. As vítimas destas acções eram sobretudo mulheres, correspondendo a 55,2% dos casos, contra 44,8% do sexo masculino.<sup>220</sup> O mesmo não sucede relativamente aos acusados, na sua maioria homens, que aparecem nessa condição em 73,3% das ocorrências, ao passo que as mulheres representam apenas 26,7%. Deste modo, podemos concluir que nesta localidade, em meados de setecentos, rixas e desordens eram protagonizadas principalmente por homens, o que vai de encontro ao quadro existente noutras regiões do país e da Europa do Antigo Regime.<sup>221</sup>

<sup>220</sup> AMVNC, *Autos de falsidade, devassas, querelas, autos de injúria, precatórias*. Documento avulso, não paginado.

<sup>221</sup> Para o caso de Prença-a-Nova veja-se Lopes, Henrique Augusto Dias, *Poder e violência em Proença-a-Nova de 1710 a 1750. Um itinerário do quotidiano através das correições e querelas*, Coimbra, 1996, pp. 80-81. Tese de

Avançando para o século XIX, descobrimos que, nas primeiras décadas, continuam a predominar, na documentação judicial, processos referentes a ofensas corporais, nomeadamente ferimentos. Tomando como exemplo o concelho de Arcos de Valdevez, verificamos que 77,3% das querelas apresentadas eram de ferimentos, mantendo-se a primazia dos homens entre os acusados, com 75,4% dos casos, contra 24,6% de mulheres.<sup>222</sup> Assim, nas primeiras décadas do século XIX, o homem persistia como principal instigador da violência contra terceiros.

As motivações que estavam na base de rixas, desordens e consequentes ferimentos e espancamentos também se mantiveram, até porque não se registaram alterações significativas no quadro social e económico. Assim, homens e mulheres envolviam-se em escaramuças pelas mais variadas razões, designadamente por questões de honra, desentendimentos relacionados com o cultivo terra ou o usufruto dos montes, entre muitas outras. Na origem das contendas também podia estar a resistência às autoridades ou a simples violência gratuita promovida pelos momentos de ócio e sociabilidade, aos quais, não raras vezes, estava associado o jogo e o consumo excessivo de álcool ou a euforia destemperada que emergia em momentos festivos, nomeadamente nas feiras, festas e romarias. As discórdias entre freguesias, desencadeadas pela disputa do mato ou pela demarcação dos montes, assumiam particular gravidade, devido ao elevado número de contendores envolvidos. Todavia, nem sempre as razões das disputas eram explicitadas, ao contrário das suas consequências, quase sempre descritas com todo o pormenor.

Este rol de motivos estão presentes nas ocorrências comunicadas pelos administradores dos concelhos ao governador civil, no período compreendido entre 1839 e 1855, durante o qual, nas palavras do delegado do procurador régio de Ponte de Lima, continuavam a verificar-se “leves ferimentos nascidos de rixas e questões particulares”.<sup>223</sup>

A actividade piscatória também era pretexto para conflitos entre pescadores, que, de vez em quando, se desentendiam ao lançarem as redes no mar ou no rio Minho.<sup>224</sup> Na noite de 27

---

mestrado policopiada. Confirme-se Ruff, Julius, *Violence in Early Modern Europe, 1500-1800*, Cambridge, Cambridge University Press, 2001, pp. 125-126.

<sup>222</sup> ADVC, *Autos de Querela, Juízo de Fora* - Arcos de Valdevez, n.º 4.1.6.16.

<sup>223</sup> AMPL, *Livro de registo da correspondência expedida para a Procuradoria Régia...*, fl. 15 v.º.

<sup>224</sup> Sobre a conflitualidade social em torno da actividade piscatória na Galiza da época moderna leia-se Dubert, Isidro, “Transformacións económicas, coxuntura pesqueira e conflitividade social na Galicia costeira durante a idade moderna”, in *Congresso Internacional de História. Territórios, culturas e poderes. Actas*, vol. I, Braga, Núcleo de

de Agosto de 1805, José Gonçalves Fandiga, pescador do bairro da Ribeira, em Viana do Castelo, andava à pesca da sardinha. Na mesma faina andava José Ramos, que, furtivamente, recolheu as redes pertencentes a José Gonçalves e apoderou-se do peixe que nelas se encontrava. Não sendo a primeira vez que José Ramos cometia tais actos, a vítima apresentou querela contra ele.<sup>225</sup>

O rio era uma importante fonte de recursos para as populações ribeirinhas, um meio de garantir a sua subsistência, mas o carácter incerto desta actividade podia originar comportamentos predatórios, sobretudo em tempos de maiores dificuldades.<sup>226</sup> Por outro lado, o peixe era um alimento muito presente nas mesas alto minhotas, sobretudo quando o consumo da carne era interdito pelo calendário litúrgico, sendo então substituída pelas sardinhas e pelo bacalhau.<sup>227</sup> Os desacatos, envolvendo não apenas pescadores portugueses mas também espanhóis, eram mais frequentes em determinadas épocas do ano, designadamente na altura da pesca da lampreia no rio Minho.<sup>228</sup>

---

Estudos Históricos, Universidade do Minho, 2006, pp. 189-205. Sobre a importância económica, durante o período moderno, da actividade piscatória no Guadalquivir veja-se Carpio, Elias, “Las pescarias del Guadalquivir en el siglo XVI”, in Dubert, Isidro; Sobrado Correa, Hortensio (eds.), *El mar en los siglos modernos*, Tomo I, Santiago de Compostela, Xunta da Galicia, 2009, pp. 294-318.

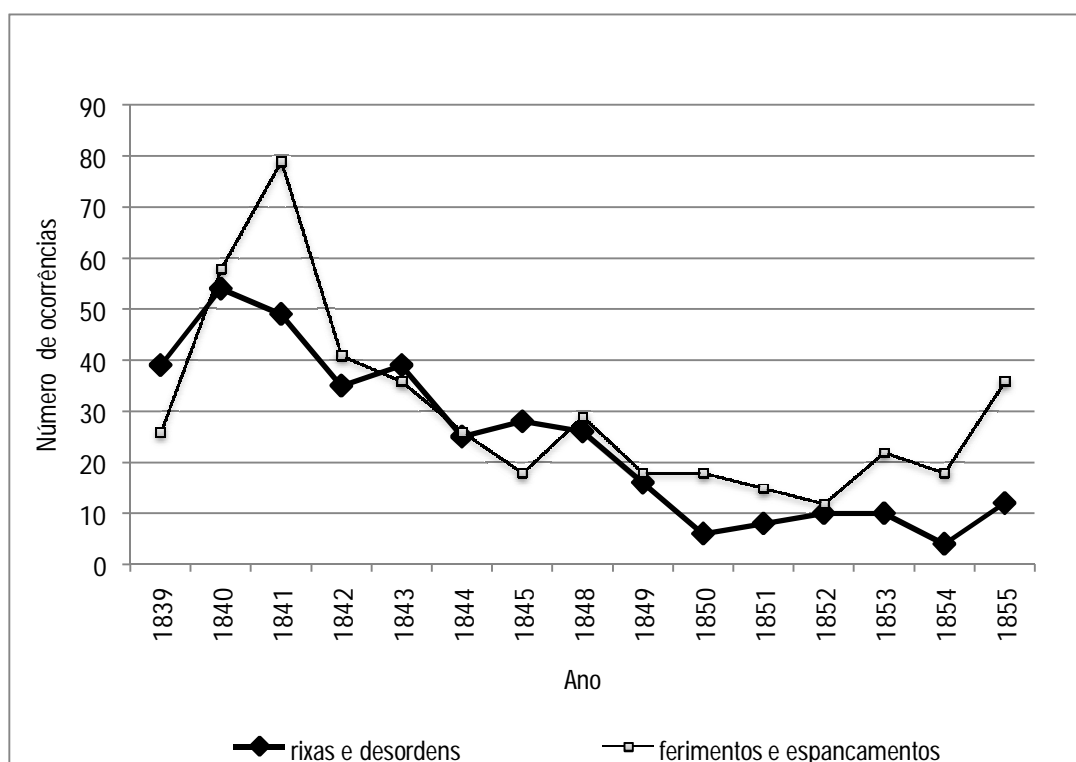
<sup>225</sup> ADVC, Tribunal da Comarca de Viana do Castelo, *Autos de querela*, n.º 5.9.4 Cx.2-1, fls. 10-11.

<sup>226</sup> Acerca das especificidades do trabalho piscatório consulte-se Amorim, Inês, “A organização do trabalho da pesca, em finais do séc. XIX, na Póvoa do Varzim”, in *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*, vol. 1, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 2001, pp. 113-134. Veja-se igualmente Alves, Jorge Fernandes, “A pesca e os pescadores no litoral português”, in *Revista da Faculdade de Letras: História*, série II, vol 8, 1991, pp. 151-184.

<sup>227</sup> Como se viu no ponto anterior, referente ao roubo e ao furto, o bacalhau era dos alimentos mais desejados pelos larápios. Sobre a importância do peixe na mesa dos portugueses desde a Idade Média veja-se Amorim, Inês, “A decadência das pescarias portuguesas e o constrangimento fiscal – entre a Ilustração e o Liberalismo”, in *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 2004, p. 156.

<sup>228</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino de Janeiro de 1848 a Junho de 1849*, n.º 1.9.4-17, não paginado.

**Gráfico 14.** Rixas, desordens e espancamentos no distrito de Viana do Castelo (1839-1855)



Fonte: AHGCVC, *Registo dos officios para o Ministério de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino de Maio de 1843 a Junho de 1844*, n.º 1.9.4.14, não paginado; *Correspondência do Ministério do Reino - 1 Julho de 1844 a 31 de Dezembro de 1845*, n.º 1.9.4.15, não paginado; *Registo dos officios dirigidos ao Ministério do Reino*, n.º 1.9.4.13, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino - 1851*, n.º 1.9.4.19, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Janeiro de 1852 a Fevereiro de 1853*, n.º 1.9.4.20, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Março 1853 - Janeiro 1854*, n.º 1.9.4.23, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Fevereiro de 1854*, 1.9.4.22, não paginado.

O gráfico 14 procura demonstrar a existência de uma relação entre rixas e desordens, ferimentos e espancamentos. Como se pode observar, com excepção do ano de 1841, o decréscimo do número de rixas e desordens era acompanhado pela descida dos valores de ferimentos e espancamentos e, quando ocorria o movimento contrário, estes tendiam a subir.

Os dados constantes do referido gráfico apontam ainda para a descida gradual destes delitos no decurso dos anos. Todavia, é de salientar o ligeiro crescimento no ano de 1855, para o que terá contribuído a crise cerealífera, que agravou as condições de vidas populações e esteve na origem de algumas contendas. Em 1851, várias mulheres, residentes na freguesia de Gondoriz, concelho de Arcos de Valdevez, foram comprar milho ao concelho de Valadares, tendo sido atacadas por um grupo de homens daquele concelho que “as maltractaram, espancando-

as, ferindo-as e rompendo-lhes os saccos, cujo milho ficou espalhado pelo chão.”<sup>229</sup> Esta agressão deveu-se ao facto de se considerar que a compra de milho por indivíduos de fora do concelho contribuía para a diminuição do cereal disponível e para o seu encarecimento.<sup>230</sup>

O lançamento ou a subida de obrigações fiscais contribuía igualmente para despoletar comportamentos insurrectos e turbulentos, que por norma tinham como vítimas os agentes do poder. Estes eram ainda alvos da ira dos populares, pelas medidas que tomavam, pelas leis que representavam e pelas decisões que procuravam impor.

Geralmente, as rixas e desordens tinham um carácter espontâneo, não premeditado, com níveis de intensidade variáveis, podendo limitar-se à ofensa verbal, ou chegar à agressão física mais ou menos violenta. Tanto aconteciam em estradas e caminhos, nos campos e montes, nas casas e quintas, como vendas e tabernas, ou até nos adros igrejas. Por norma, envolviam duas pessoas, embora pudessem assumir maiores proporções, consoante o motivo da rixa e o local onde esta se desenrolava.<sup>231</sup>

Os feridos não eram necessariamente os intervenientes directos, mas podiam ser elementos apaziguadores ou meros espectadores, embora estes também acabassem, por vezes, por se envolver nas escaramuças. Em de Dezembro de 1865, na freguesia de Grade, concelho de Arcos de Valdevez, teve lugar uma desordem entre o taberneiro da aldeia, o pároco e a criada deste. Face às dívidas acumuladas pelo pároco no seu estabelecimento, o taberneiro decidiu deslocar-se à residência paroquial para que o padre Manuel António Mendes pagasse o que devia. Este, confrontado com a conta acumulada, negou-se a pagar, alegando que na lista do taberneiro estavam produtos que ele nunca encomendara nem recebera. Segundo a versão do arcebispo primaz de Braga, a assistir à discussão estava a criada do pároco, responsável pelas compras da casa, que se insurgiu contra o taberneiro, injuriando-o. O pároco, não aprovando o

---

<sup>229</sup> AHGCVC, *Administradores*, 1.37.1.2-16, não paginado.

<sup>230</sup> Em Fevereiro de 1855, na freguesia de São Martinho da Gandra, concelho de Ponte de Lima, contratadores de milho, que estavam a conversar no terreiro daquela freguesia, foram surpreendidos por dois indivíduos armados de paus, que os insultaram por levarem o milho de que o povo precisava, tendo um dos contratadores sido ferido na cabeça com alguma gravidade. AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino de Janeiro a Dezembro de 1855*, n.º 1.9.4-23, não paginado.

<sup>231</sup> Por exemplo, na feira de Paçô, freguesia do concelho de Arcos de Valdevez, ocorreu uma zaragata, provocada pela venda de gado, que implicou mais de duzentas pessoas, causando vários feridos, entre eles Joaquim José Lago, marchante, que acabou por falecer. AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino de Janeiro de 1848 a Junho de 1849*, n.º 1.9.4-17, não paginado.



comportamento da criada, deu-lhe um empurrão e uma bofetada. Segundo o administrador do concelho, foi o padre que chamou o taberneiro à sua residência para saldar a dívida respeitante ao vinho consumido a crédito, mas, quando a conta lhe foi apresentada, além de se ter recusado a pagá-la, fechou a porta de casa e espancou-o.<sup>232</sup>

Como se verifica nestas situações, as testemunhas acabavam por intervir nos conflitos, passando facilmente à condição de contendoras, sendo os desafios e as zangas de mulheres que originavam desacatos, muitas vezes por motivos fúteis, aliás bem documentadas no caso de Ponte de Lima.<sup>233</sup>

Alcançada a década de sessenta do século XIX, persiste a tendência de diminuição do número de desordens e ferimentos, como se pode constatar no quadro 2. Todavia, nos últimos anos desta década, assistiu-se à subida dos valores deste tipo de atentados. Por outro lado, o número de ocorrências desta natureza não reproduz, em toda a sua amplitude, a violência que estava implícita nestes actos, dado que se podia tratar de pequenas escaramuças sem consequências graves para as vítimas.

**Quadro 2.** Rixas, desordens e ferimentos no distrito de Viana do Castelo (1860-1868)

Ano	Número de rixas, desordens e ferimentos
1860	48
1861	12
1862	13
1863	12
1864	32
1865	14
1866	46
1867	38
1868	44

---

<sup>232</sup> AHGCVC, *Administradores*, 1.37.1.2-18, não paginado.

<sup>233</sup> Sobre estas rixas de mulheres, veja-se Esteves, Alexandra, "Violência e conflitualidade em Ponte de Lima na primeira metade do século XIX", in *IV Congresso Histórico de Guimarães. Do Absolutismo ao Liberalismo*, vol. I, Braga, Câmara Municipal de Guimarães, 2009, pp. 295-319.

Fonte: *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1861*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865, p. 7; *Relatório apresentado a Junta geral de districto de Viana do Castelo na sessão ordinária de 1866...*, não paginado; *Relatório apresentado a Junta geral de districto de Viana do Castelo na sessão ordinária de 1868...*, não paginado; *Relatório apresentado a Junta geral de districto de Viana do Castelo na sessão ordinária de 1869...*, não paginado.

Na década de sessenta do século XIX, rixas, desordens e espancamentos que tinham a feira por cenário, passaram a ter grande divulgação através dos periódicos locais. Os títulos de algumas notícias eram bem sugestivos, de modo a chamar a atenção dos leitores, como, por exemplo, “Facadas”.<sup>234</sup>

### 2.1.3. Crimes sexuais

O estupro, a violação, a desfloração ou o incesto eram crimes que, nos séculos XVIII e XIX, mais do que atentados contra as leis jurídicas, eram considerados como uma afronta às normas e aos princípios morais vigentes, embora fosse difícil à sociedade reconhecer e assumir a sua ocorrência, o que explica o enorme manto de silêncio que pairava sobre este tipo de delitos. Predadores sexuais, vítimas, familiares, vizinhos, comunidade em geral, todos contribuíam para a sonegação de tais crimes, quando não para a sua desculpabilização. Assim se compreende a escassez de fontes e as poucas referências aos delitos de violência sexual. Esta circunstância, por sua vez, alerta para a necessidade de nos precavermos contra o risco de os elementos disponíveis serem considerados suficientes para sustentar uma aferição objectiva sobre a prática destes atentados e, por via disso, incorrerem em conclusões precipitadas.<sup>235</sup>

---

<sup>234</sup> No dia 4 de Novembro de 1862, nas páginas do jornal *O Vianense*, foi noticiado o espancamento cometido por um segeiro, de nome Roque, sobre o seu aprendiz, por causa do derramamento de um vaso de tinta de óleo, tendo-o deixado tão maltratado que teve de receber assistência no hospital da Misericórdia de Viana do Castelo. Confirme-se *O Vianense*, 25 de Novembro de 1862, n.º 703, não paginado.

<sup>235</sup> Sobre o carácter impreciso da noção de violência sexual veja-se Rousseaux, Xavier, “La violencia en las sociedades premodernas: Nivelles, una ciudad de Brabante a lo largo de cinco siglos”, in Fortea, Jose, I.; Gelabert, Juan, E.; Mantecón, Tomás, A. (ed.), *Furor et Rabies. Violencia, conflicto y marginación en la Edad Moderna*, Santander, Publicaciones de la Universidad de Cantabria, 2002, p. 135.

Esses dados fornecem-nos somente pistas sobre o modo como as transgressões em causa eram encaradas pelas diferentes franjas da sociedade, as condições em que eram praticadas e as reacções que provocavam.

Tais actos constituíam, invariavelmente, manifestações de poder e de subjugação. Aliás, a violência sexual está intimamente associada à noção de domínio e de superioridade do agressor sobre a vítima, que se podia manifestar no plano económico, físico, social ou até familiar.

Quase todas as formas de violência ou transgressão sexual compulsadas mostram que a sua autoria cabia maioritariamente a elementos do sexo masculino, sendo escassas as referências a comportamentos promíscuos protagonizados por mulheres.

O silenciamento de tais actos tinha a ver com a vergonha e a desonra que recaía sobre as vítimas e até sobre o agregado familiar. No caso da mulher, o estupro ou a violação podiam significar a perda de todo um património futuro, que dependia do estado da sua honra, do grau de pureza e da garantia da virgindade, elementos fundamentais para contrair matrimónio.<sup>236</sup> A honra da mulher estava intimamente associada à sua conduta sexual, sendo a castidade o seu bem imaterial mais importante. Logo, a mulher desonrada, desflorada, estuprada ou violada veria as suas aspirações seriamente prejudicadas no mercado matrimonial. Por isso, abstinha-se de recorrer à justiça, dado que toda a sua vida seria exposta e a sua intimidade devassada.

Deste modo, entre o agressor e a vítima havia um pacto de silêncio tácito que os comprometia, que acabava por proteger o prevaricador e favorecer a reincidência. Este sabia de antemão que à sua vítima em nada interessava denunciá-lo, pois o contrário significava sujeitar-se à difamação e à desonra.<sup>237</sup> Num tempo em que a mulher era ainda encarada como uma figura perniciosa, sedutora e provocadora, capaz de aliciar, através das suas artimanhas, o homem para o cometimento das acções mais perversas, era mais fácil culpar a vítima do que

---

<sup>236</sup> Veja-se Silva, Hugo Ribeiro da; Cardoso, Susana, "Escrituras de perdão num notário do Porto (1650-1700)", in *Revista da Faculdade de Letras. História*, III Série, vol. 5, Porto, 2004, pp. 177-178. Segundo Anna Clark, em finais do século XVIII, na Inglaterra, uma mulher violada tinha a sua honra irrevogavelmente manchada, mesmo que se tivesse debatido com o agressor. Tal resultava da imposição de valores burgueses, que conduziram à valorização da virgindade. Segundo a mesma autora, a desonra era tal que, em Londres, alguns maridos, sabendo que as suas mulheres tinham sido violadas, usavam esse pretexto para se separarem. Clark, Anna, *Women's Silence, Men's Violence. Sexual Assault in England 1770-1845*, London and New York, Pandora, 1987, p. 33.

<sup>237</sup> Situação semelhante se verificava na Galiza. Veja-se Iglesias Estepa, Raquel, *Crimen, criminales y reos. La delincuencia y su represión en la antigua provincia de Santiago entre 1700 y 1834...*, pp. 88-95.

condenar o agressor.<sup>238</sup> Vários adágios populares oitocentistas, ou até mais antigos, procuram ilustrar e atestar o carácter ardiloso e astucioso atribuído à mulher, como, por exemplo: “Mulheres há como as serpentes, formosos, mas venenosas, insinuantes, mas traiçoeiras”; “A mulher, o fogo e os mares são três males.”<sup>239</sup>

A mulher sabia, à partida, que grande parte da sociedade tinha para com ela uma atitude misógina.<sup>240</sup> O agressor podia prestar falso testemunho, invocando a impureza da sua vítima e, assim, a mulher violada podia rapidamente sofrer uma transmutação e, pelo seu comportamento aparentemente dissoluto, passar a ser considerada uma mulher violável.<sup>241</sup> Por outro lado, para além da coacção que o apossador sexual podia exercer sobre a vítima, através de ameaças ou até da compra do seu silêncio e dos seus familiares, importará averiguar até que ponto a sociedade aceitava o recurso à violência masculina perante a recusa do acto sexual por parte da mulher.

A situação era mais gravosa quando se tratava de mulheres sós, desenraizadas, afastadas do ambiente familiar e na dependência de homens que se transformavam em predadores sexuais. Era o que sucedia, por exemplo, com as criadas de servir, que eram violentadas pelos seus patrões ou pelos filhos dos mesmos.<sup>242</sup> Mas o agressor também podia ter laços familiares com a vítima. Neste caso, sentia-se protegido pelo resguardo das paredes da

---

<sup>238</sup> Sobre a tentação que a convivência entre mulheres solteiras podia causar nos homens no Antigo Regime veja-se Neves, António Amaro das, *Filhos das Ervas. A ilegitimidade no Norte de Guimarães: séculos XVII-XVIII*, Viseu, Núcleo de Estudos da População e Sociedade, Universidade do Minho, 2000, pp. 41-43.

<sup>239</sup> Camara, P. Perestrello da, *Collecção de Proverbios, Adagios, Riffãos, Anexins sentenças moraes e idiotismos da lingua portugueza*, Rio de Janeiro, Eduardo e Henrique Laemmert, 1848, p. 112.

<sup>240</sup> Ao longo do século XIX e nos primórdios da centúria seguinte, no mundo saxónico, foram publicados trabalhos no domínio da medicina que procuram negar a possibilidade de um homem violar uma mulher contra a sua vontade, em resultado das características anatómicas do seu aparelho sexual. Bourke, Joanna, *Rape a History from 1860 to the Present Day*, London, Virago Press, 2007, pp. 24-28.

<sup>241</sup> Mantecón Movellán, Tomás A., “Mujeres forzadas y abusos deshonestos en la Castilla moderna”, in *Manuscripts*, n.º 20, 2002, p. 161. Nos inícios do século XIX, com o objectivo de escaparem às acusações que lhes eram dirigidas, alguns homens que molestavam sexualmente as mulheres nas ruas acusavam-nas de terem tentado roubá-los. Clark, Anna, *Women’s Silence, Men’s Violence. Sexual Assault in England 1770-1845...*, p. 66.

<sup>242</sup> Leia-se sobre este assunto Sánchez, José António, “Mujer y violencia: Violación, estupro, malos tratos y asesinatos a comienzos del siglo XIX”, in Cateria, Cinta (coord.), *De la Ilustración al Romanticismo. Cádiz, América y Europa ante la modernidad. VII Encuentro. La mujer en los siglos XVIII y XIX*, Cádiz, Servicio de publicaciones. Universidad de Cadiz, 1993, pp. 347-352.

casa e pelo provável mutismo dos demais membros do agregado. Deste modo, os elementos femininos da família tanto podiam ser vítimas dos abusos dos pais como dos irmãos, embora estes casos fossem ainda mais difíceis de deslindar.<sup>243</sup>

A conjuntura também era complicada para a mulher casada. A função social da mulher, pela sua sexualidade, seria a de assegurar a continuidade da prole. Logo, qualquer acto sexual fora do matrimónio, mesmo que forçado, era condenado, conduzindo não apenas à sua desonra, mas à de toda a família, inclusive do marido, a quem cabia a responsabilidade pela salvaguarda da sua conduta.<sup>244</sup>

Reconhecida a veracidade do atentado, o agressor podia optar pela via da minimização ou reparação de estragos, no caso de ter resultado uma gravidez indesejada, o que implicava o casamento ou o pagamento de uma determinada quantia em dinheiro.<sup>245</sup> Era com esse fito que as jovens, por vezes incentivadas pelos pais, recorriam à intervenção da justiça.<sup>246</sup>

Ora, o acto sexual era restringido ao âmbito do casamento. Esta era a doutrina defendida, quer pela sociedade civil, quer pela Igreja Católica, cuja influência, ao tempo, era incontestável, sendo o púlpito o lugar por excelência para moralizar os costumes e moldar as consciências. No entanto, nos séculos XVIII e XIX, as relações sexuais pré-matrimoniais eram habituais. Tinham lugar em casa, o que pode denotar alguma cumplicidade familiar, no campo,

---

<sup>243</sup> Acerca do incesto na Inglaterra veja-se Kuper, Adam, "Incest, cousin marriage, and the origins of the human sciences in the nineteenth-century England", in *Past and Present. Journal of historical studies*, n.º 174, 2002, pp. 158-183.

<sup>244</sup> Confira-se Peristiany, J. G., *Honra e Vergonha. Valores da Sociedade Mediterrânica*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971, p. 31. Leia-se igualmente Araújo, Maria Marta Lobo de, *Pobres, Honradas e Virtuosas: os dotes de D. Francisco e a Misericórdia de Ponte de Lima (1680-1850)*, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000, p. 11.

<sup>245</sup> As Ordenações Filipinas, no Livro V, Título 18, previam o casamento como solução. O Código Penal de 1852, no artigo 400.º, determinava que nos casos de estupro ou violação, o culpado era obrigado a dotar a mulher ofendida e se casasse com ela "cessará toda a pena". Confira-se *Ordenações Filipinas*, vol. 5, Rio de Janeiro, Edição de Cândido Mendes de Almeida, 1870, pp. 1168-1170. *O Código Penal de 1852. Nos 150 anos do primeiro código penal português (1852-2002)*, Lisboa, Edição do Ministério da Justiça, 2002, p. 123. Também na Espanha, nos primórdios do século XIX, o delinquente era obrigado ao pagamento de um dote à mulher que estuprou pelos danos que lhe causou e pelo prejuízo no mercado matrimonial. Leia-se Sánchez, José António, "Mujer y violencia: Violación, estupro, malos tratos y asesinatos a comienzos del siglo XIX", in Cateria, Cinta (coord.), *De la Ilustración al Romanticismo. Cádiz, América y Europa ante la modernidad. VII Encuentro. La mujer en los siglos XVIII y XIX...*, pp. 347-352.

<sup>246</sup> Veja-se Alves, Dina Catarina Duarte, *Violência e Perdão em Óbidos (1595-1680)...*, pp. 118-120.

nos momentos proporcionados pelos trabalhos agrícolas, nos bailaricos e festas, ou em lugares ermos, como montes e bouças. Muitas vezes, instigadas pela promessa de casamento, as raparigas entregavam-se na certeza da sua concretização.

No caso do desfloramento, nota-se a presença da sedução. No entanto, esta tinha igualmente um lado perverso, pois levava a mulher a abdicar do seu pudor e a submeter-se ao desejo do homem.<sup>247</sup> Perante a promessa de casamento, o indivíduo podia ser obrigado a desposar a jovem seduzida ou entregar-lhe um dote para compensar a sua desonra.<sup>248</sup> Durante o período compreendido entre 1753 e 1801, no concelho de Vila Nova de Cerveira, foram apresentadas 64 querelas de honra e virgindade, na sua maior parte casos de desfloramento; uma querela de honra, de virgindade e rapto; uma de honra, virgindade e incesto e outra de aleivosia.<sup>249</sup> Cabe referir que o rapto por sedução poderia obrigar os progenitores da rapariga a aceitarem a relação, depois da realização do casamento clandestino e consumado. Todavia, também importa considerar que, no século XVIII, a palavra rapto podia ser utilizada como sinónimo de violação.<sup>250</sup>

Dispomos apenas de um processo de querela, referente ao ano de 1866, que envolve o rapto por sedução, subtracção e ocultação de Angelina Monteiro Guimarães, filha de Cristóvão José Monteiro Magalhães, proprietário da vila de Monção, que se envolveu com José António de Abreu Cunha Araújo, delegado do procurador régio daquela comarca. A referida Angelina, de 20 anos de idade, saiu da casa de seus pais na noite de 22 de Agosto desse ano, desconhecendo-se o seu paradeiro, embora se soubesse que, pouco tempo antes do seu desaparecimento, tinha sido tornado público o seu relacionamento com o referido delegado, o que levou o pai da raptada a apresentar queixa contra aquele. No sentido de se livrar da acusação de rapto, Angelina “requereu deposito para casar com Manuel Joaquim Pereira”. No entanto, era público que tal maquinação tinha sido conjecturada pelo delegado, tendo este prometido o dote de 800.000 réis

---

<sup>247</sup> Vigarello, Georges, *História da Violação. Séculos XVI-XX*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp. 71-76.

<sup>248</sup> Confira-se Silva, Susana Paula Franco Serpa, *Criminalidade e justiça na comarca de Ponta Delgada. Uma abordagem com base nos processos penais (1830-1841)*..., p. 185.

<sup>249</sup> AMVC, *Documento avulso*.

<sup>250</sup> Segundo Rafael Bluteau, a palavra rapto “na Theologia moral & Jurisprudencia Canonica, he a razão de roubo, ou tirar de um lugar para outro qualquer mulher, ou seja virgem ou não, honesta, ou inhonesta, com violencia, ou com bom termo, & com a promessa de casar com ella.” Bluteau, Raphael, *Vocabulario Portuguez e Latino, 1712-1718*, Lisboa, Oficina de Pascoal da Silva, 1712-1728, pp. 109-110. Veja-se igualmente Vigarello, Georges, *História da Violação. Séculos XVI-XX*..., pp. 65-70.

para Angelina se casar com o referido Manuel Joaquim Pereira e assim livrar-se da culpa que lhe tinha sido atribuída.<sup>251</sup>

O delito de rapto surge pontualmente mencionado nas participações que os administradores dos concelhos enviavam ao governador civil. Nelas se constata que, mais do que um crime propriamente dito, praticado com o objectivo de obter um resgate ou de atentar contra a vítima, se tratava antes de um acto consentido pelos intervenientes, revelador do desespero causado por uma união não aceite pelos progenitores, devido, nomeadamente, a diferenças sociais e económicas. Num total de oito ocorrências registadas, são vários exemplos que corroboram a nossa asserção.<sup>252</sup>

Tratava-se de uma acção que, geralmente, era premeditada. Além de implicar a conivência da raptada, disposta a abandonar a casa paterna, contava ainda com o envolvimento de terceiros, habitualmente as alcoviteiras, que tinham a função de passar recados e bilhetes secretos entre os apaixonados. Quando os protagonistas eram bem sucedidos, o que nem sempre acontecia, contraíam matrimónio, consumavam o casamento e regressavam, posteriormente, com a certeza de que os seus familiares não teriam outra alternativa que não fosse aceitar a união já consagrada aos olhos de Deus.<sup>253</sup>

Também acedemos a informação sobre raptos marcados pela violência, embora não fosse possível averiguar qual a sua finalidade. Foi o caso do sequestro de Maria Joaquina Rodrigues, cometido em Outubro de 1854, quando regressava da feira de Valadares. Os autores, que empunhavam armas de fogo e punhais, foram António Esteves, Luís Sardinha e Francisco

---

<sup>251</sup> ADVC, *Tribunal da Comarca de Monção*. Documento avulso.

<sup>252</sup> Em 1839, no concelho de Valença, João Manuel de Amorim, criado de servir, raptou a filha do seu patrão. AHGCVC, *Registo dos officios para o Ministério do Reino de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12, não paginado. Em 1843, no concelho de Valadares, um criado de servir raptou a sobrinha do seu amo. AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino de Maio de 1843 a Junho de 1844*, n.º 1.9.4.14, não paginado. Em ambos os casos, os protagonistas apresentavam uma situação económica diversa, sendo o estatuto económico da raptada superior ao do raptor, o que certamente constituiria um entrave para a aceitação da relação por parte da família da jovem.

<sup>253</sup> Ilustrativa do caminho da fuga que muitos casais tomavam quando o seu relacionamento era rejeitado devido a diferenças económicas e de estatuto social, é a novela de Camila Castelo Branco, *A Viúva do Enforcado*, que retrata a história da filha de um abastado comerciante vimaranense, que se apaixona por um simples ourives. Como a união não foi aceite pelo pai, esta decidiu fugir e contrair matrimónio com o jovem ourives, acabando ambos por abalar para Espanha, onde iniciaram uma nova etapa das suas vidas. Branco, Camilo *Castelo, Novelas do Minho – I*, 3.ª edição, Lisboa, Publicações Europa-América, 1999, pp. 143-250.

Calçada. Na sequência das primeiras investigações, foram apenas encontradas as roupas da raptada em casa de um morador da freguesia de Tangil, o que significaria que os raptadores estavam em movimento<sup>254</sup>.

No decorrer do período analisado, entre 1753 e 1801, 84,4% das querelas foram apresentadas directamente pelas vítimas, sendo 10,8% pelos pais e 4,7% pelas mães. Estas eram, usualmente, viúvas, que, pela morte do cônjuge, assumiam a responsabilidade pelas suas filhas. No que respeita à ocupação dos envolvidos, entre as raparigas destacava-se o ofício de criadas internas e de fora, ao passo que entre os querelados havia rendeiros, boticários, criados e até cirurgiões, verificando-se, portanto, uma maior diversidade profissional e, por conseguinte, social.<sup>255</sup>

A querela de honra e virgindade era um meio de pressão, de exigência de assunção de responsabilidades.<sup>256</sup> As relações sexuais pré-matrimoniais eram comuns entre as classes mais baixas, apesar de a virgindade, enquanto construção social, ser muito valorizada. Essas relações eram do conhecimento da comunidade, mesmo quando tinham lugar em locais mais isolados, pois os intervenientes eram, geralmente, da mesma freguesia, onde praticamente todos se conheciam.<sup>257</sup> Em 1764, Isabel, filha de Manuel Fernandes, natural da freguesia de Formariz, concelho de Paredes de Coura, apresentou querela contra José, filho de Manuel Barbosa da mesma freguesia. A rapariga terá perdido virgindade na chamada “bouça da Aramada”, embora as testemunhas sustentassem no seu depoimento que os viram diversas vezes em “zonas escuras”.<sup>258</sup>

---

<sup>254</sup> AHGCVC, *Correspondência com o ministério do reino Fevereiro de 1854*, n.º 1.9.4.22, não paginado.

<sup>255</sup> AMVC, *Documento avulso*.

<sup>256</sup> Em 1823, Manuel Marques, natural do Lindoso, apresentou querela de honra e virgindade contra Manuel Gesteira, pedreiro, natural da mesma localidade, por ter engravidado a sua irmã. Segundo os vizinhos, era frequente, o querelado entrar, de noite, na casa da jovem.<sup>256</sup> No mesmo ano, igualmente no concelho de Lindoso, Manuel José apresentou querela de honra e virgindade contra Domingos Manuel por ser desflorado e engravidado a sua filha. Mais uma vez, as testemunhas foram os vizinhos que testemunharam que ele entrava em casa do querelante a qualquer hora do dia. ADVC, *Sumários de querela. Juízo ordinário do concelho do Lindoso*, n.º 5.9.4 Cx 2-5, fls.17-20.

<sup>257</sup> Acerca do namoro e da sexualidade antes do matrimónio leia-se Grieco, Sara F. Matthews, “O corpo, aparência e sexualidade”, in Duby, Georges; Perrot, Michel (dir.), *História das Mulheres no Ocidente*, vol. 3, Porto, Edições Afrontamento, 1994, pp. 96-99.

<sup>258</sup> ADVC, Arquivo Distrital de Viana, *Juízo ordinário do concelho de Paredes de Coura - Autos de queixas e querela*, n.º 5.9.4 Cx 2-6, não paginado. Em 1766, Isabel Maria, igualmente da freguesia de Formariz, apresentou querela



Entretanto, convém referir que as mulheres gozavam de uma certa liberdade de movimentos, proporcionada pela vida no campo e pela governação da casa, que lhes permitia circular por caminhos e locais ermos e afastar-se do espaço doméstico, aparentemente sem levantar suspeitas, em horários considerados menos próprios. Se o controlo sobre os seus movimentos fosse mais apertado e se elas estivessem confinadas às paredes do lar, tais situações, certamente não teriam lugar.

Alberto Pimentel faz alusão ao facto de as raparigas do Minho casarem já desfloradas, deitando por ter terra a ideia pré-concebida de uma sociedade eminentemente casta, guiada pelos valores transmitidos através do púlpito. Ainda segundo este autor, as raparigas casavam já com alguma vivência sexual, o que não preocupava os seus maridos.<sup>259</sup>

Apesar de serem comumente aceites as relações pré-conjugais, o certo é que, tanto as raparigas desfloradas como os pais, sentindo-se ultrajados por propostas de casamento não concretizadas e pela desonra espalhada pela comunidade, recorriam à via judicial com o objectivo de pressionar o casamento, ou, em alternativa, compensar os malefícios. A situação tornava-se mais gravosa, quando a relação ilícita originava uma gravidez. A rapariga seduzida, instigada pela expectativa da consumação de um futuro matrimónio, além da honra comprometida, corria o risco de ter que lidar com uma gestação indesejada que poderia levá-la ao cometimento de actos desesperados, como o aborto, o infanticídio, o abandono ou a

---

contra Francisco Barbosa, moço solteiro daquela localidade. Segundo as testemunhas, Isabel era moça honrada, mas tomou-se de amores por Francisco, que havia prometido casar com ela, procurando-a em lugares ocultos e mantendo uma relação durante oito meses. Perdeu a “virgindade natural” no dia oito de Maio de 1775, na bouça de António Rodrigues, tendo sido “vistos a ir para aquelle sitio muitas e repetidas vezes”. Abandonou-a em Junho de 1776, assegurando as testemunhas ser a querelante moça de um único rapaz. ADVC, *Juízo ordinário do concelho de Paredes de Coura - Autos de queixas e querela*, n.º 5.9.4 Cx 2-6, não paginado.

<sup>259</sup> Consulte-se Pimentel, Alberto, *As alegres canções do norte*, Lisboa, Livraria Viúva Tavares Cardoso, 1905, p. 15. Esta perspectiva é partilhada por João de Pina Cabral, que considera que a liberdade de movimentos fazia com que imperasse a opinião de que no Alto Minho as noivas não casavam virgens. Leia-se Cabral, João de Pina, *Filhos de Adão, Filhas de Eva. A visão do mundo camponesa no Alto Minho*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1989, p. 79. Segundo Glória Solé, que estudou a ilegitimidade na freguesia de Meadela, concelho de Viana do Castelo, muitas das mulheres que tinham filhos fora do casamento eram criadas, que não eram naturais da freguesia; outras eram raparigas que tinham engravidado dos seus prometidos, acabando muitas por casar com o pai da criança. Leia-se Solé, Maria Glória Parra Santos, *Meadela, Comunidade rural do Alto Minho: sociedade e demografia (1593-1850)*, Guimarães, NEPS, 2001, pp. 208-220.

exposição da criança.<sup>260</sup> Em 1768, Isabel da Cunha, rapariga solteira, da freguesia de Cristelo, concelho de Paredes de Coura, engravidou de Domingos José, também solteiro, residente na freguesia de Resende do mesmo concelho. Com autorização de seu pai, aquela apresentou *querela de honra e virgindade*, por ter engravidado e perdido a sua honra, sendo ela “moça sem fama”.<sup>261</sup>

A situação era mais grave e assumia contornos mais complicados quando o homem era casado. Foi o caso de Maria Lopes, rapariga solteira de Romarigães, concelho de Paredes de Coura, seduzida por Manuel Lourenço, casado, da mesma freguesia. Segundo as testemunhas, este levou-a para uma bouça, onde a engravidou em “um dos dias do mês de Fevereiro”, tendo desse acto nascido uma menina.<sup>262</sup> Nestes processos, procurava-se destacar a natureza virtuosa das raparigas, adjectivadas como “boas moças”, “moça honrada”, “de boa fama”, tendo em vista destacar o ardil para o qual tinham sido aliciadas, criando-se um discurso que promovia a sua inocência, ingenuidade e, por conseguinte, vitimização.<sup>263</sup> Presumimos que se procurava evidenciar o fosso que separava as mulheres sedutoras das seduzidas, de modo a que não surdissem equívocos, capazes de derrubar as pretensões femininas.<sup>264</sup>

Contudo, importa salientar que o fundamento da querela de honra e virgindade poderia ser outro, ou seja, o de obrigar os pais, após ter sido reconhecido o acto de desfloramento e consequente desonra pública da noiva, a aceitar um casamento pouco condizente com a posição social ou económica de um dos nubentes. Perante tal cenário, não restava outra solução que não fosse avançar com o matrimónio.

A querela de honra e virgindade constituía sempre um mecanismo de coação, que teria como objectivo enquadrar a desonra no casamento, conferindo-lhe um carácter compulsivo. Este

---

<sup>260</sup> Segundo António Amaro das Neves, os níveis de natalidade ilegítima no Minho seriam intensos no Antigo Regime. Veja-se Neves, António Amaro das, *Filhos das Ervas. A ilegitimidade no Norte de Guimarães: séculos XVII-XVIII...*, pp. 115.

<sup>261</sup> ADVC, *Juízo ordinário do concelho de Paredes de Coura - Autos de queixas e querela*, n.º 5.9.4 Cx 2-6, não paginado.

<sup>262</sup> ADVC, *Juízo ordinário do concelho de Paredes de Coura - Autos de queixas e querela*, n.º 5.9.4 Cx 2-6, não paginado.

<sup>263</sup> ADVC, *Juízo ordinário do concelho de Paredes de Coura - Autos de queixas e querela*, n.º 5.9.4 Cx 2-6, não paginado.

<sup>264</sup> Sobre as imagens da mulher criadas pela jurisprudência leia-se Machado, Helena, “Bem-Comportadas, Mal-Comportadas” – Imaginários do Feminino nos discursos Judiciários”, in *Cadernos do Noroeste*, vol. 17 (1-2), Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 2002, pp. 187-211.

aspecto é revelador do impacto que a sexualidade feminina tinha na sociedade de então, reflexo do seu enquadramento no seio do casamento, imposto pelos condicionalismos de ordem social e pela influência clerical. A sexualidade feminina era condicionada pelos valores a que estava associada, pelos comportamentos que pressupunha e pelas implicações na continuidade da linhagem familiar, estando por isso inserida na concepção conjugal.

Todos os casos até agora aludidos dizem respeito a relações consentidas, induzidas ou não pela sedução masculina. Situações bem mais graves, desde logo pelas sequelas que provocavam, eram os crimes de estupro e violação. Eram sobretudo casos de crianças estupradas, que, pela sua sordidez, chegavam ao conhecimento das autoridades, dado que, como já assinalámos, a mulher jovem ou adulta optava, muitas vezes, pelo silêncio para evitar ou minimizar os estragos na sua honra.

O abuso de poder revela-se de forma ainda mais despuída e ostensiva quando se trata de atentados de cariz sexual contra crianças. Nestes casos, a posição de autoridade ou de superioridade, bem como a proximidade com a vítima, eram aproveitadas pelo estuprador para cometer todo o tipo de sevícias e atentados. Importa salientar que encontrámos apenas duas situações de incesto, no decorrer do período em análise. Num dos casos, tratou-se de um acto de estupro praticado pelo pai da vítima, uma criança de sete anos de idade.<sup>265</sup> O outro caso envolveu o chefe de família que abandonou o lar para viver maritalmente com uma filha, o que causou grande escândalo na sociedade valenciana de oitocentos.<sup>266</sup>

Era com base na confiança que as crianças eram levadas para o monte ou assentiam acompanhar os adultos para outros locais ermos. De entre os 16 casos de estupro e violação compulsados entre 1839 e 1863, apurámos que em 13 deles as vítimas foram crianças com idades compreendidas entre os dois e os 10 anos de idade. Como referimos, é necessário ter em conta, para não cair na subvalorização do estupro ou da violação de mulheres jovens e

---

<sup>265</sup> AHGCVC, *Correspondência do Ministério do reino - 1 Julho de 1844 a 31 de Dezembro de 1845*, n.º 1.9.4.15, não paginado.

<sup>266</sup> AMV, Administração do Concelho. *Registo da correspondência expedida para diversas autoridades, 1841-1845*, n.º 1.1.4.31, não paginado. Na análise que incide sobre as cidades de Roterdão e Delft no século XVII, Manon van der Heijden constatou a existência de sete crimes de abusos sexuais cometidos por familiares. Todos diziam respeito a raparigas que foram abusadas e em quatro deles os abusadores foram os pais ou padrastos. Confira-se Heijden, Manon van der, "Woman as victims of sexual and domestic violence in seventeenth-century Holland: Criminal cases of rape, incest, and maltreatment in Rotterdam and Delft", in *Journal of social history*, Pittsburgh, vol. 33, n.º 3, 2000, pp. 629.

adultas, que estas se sentiam mais inibidas a denunciar o crime de que tinham sido vítimas, para evitarem a condenação social, contribuindo para que as queixas fossem raras. Aliás, temos conhecimento da sua existência através da comunicação efectuada pelo administrador do concelho ao governador civil, o que não significava que a vítima estivesse de acordo com a sua divulgação, ou que tivesse apresentado queixa.

Todavia, a tentativa de encobrimento de tais actos nem sempre era possível, nomeadamente quando, por exemplo, a violação era acompanhada ou resultava da prática de outros delitos, como assaltos e roubos, que, não raras vezes, eram perpetrados em casas de mulheres sós. Por outro lado, quer pela sua brutalidade, quer por serem do domínio público, os casos de estupro podiam ir parar às páginas dos periódicos, embora não fosse muito usual, como aconteceu com uma tentativa de violação, que teve lugar no concelho de Ponte de Lima, na freguesia da Correlhã, em 1858. O rapaz, de 19 anos de idade, cometeu uma série de atrocidades sobre a vítima, da mesma idade, que, após ter sido esfaqueada, foi abandonada entre a vida e a morte.<sup>267</sup>

O estupro de crianças, quando do conhecimento público, tinha um maior impacto e provocava uma enorme repulsa pelo seu carácter antinatural, sendo os autores qualificados como “monstros” e “verdugos” e os seus actos como “horríveis crimes”. Apesar de serem frequentes, não havia, ao tempo, uma designação específica para estes crimes, apesar de o Código Penal de 1852 prever genericamente a categoria de atentados ao pudor.<sup>268</sup> Pelas informações obtidas nas fontes e como considera Georges Vigarello, predominava a violação de crianças.<sup>269</sup>

Em certas regiões do país, acreditava-se que as relações sexuais com crianças seriam um método de expurgar do organismo doenças venéreas, como a sífilis.<sup>270</sup> O certo é que, depois de sofrerem estes abusos, ficavam contaminadas com esta enfermidade.<sup>271</sup> Aliás, Portugal não

---

<sup>267</sup> Veja-se o jornal *O Vianense*, 21 de Abril de 1858, n.º 15, não paginado.

<sup>268</sup> Consulte-se *O Código Penal de 1852...*, pp. 121-123. Considera-se que os abusos que incidiam sobre crianças só foram encarados como um verdadeiro problema a partir da segunda metade do século XX. Confirme-se Almeida, Ana Catarina Entrudo Pires de, *Abuso Sexual de crianças: Crenças Sociais e discursos da Psicologia*, Braga, Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia, 2003, p. 11. Tese de mestrado policopiada.

<sup>269</sup> Veja-se Vigarello, Georges, *História da Violação. Séculos XVI-XX...*, pp. 76-81.

<sup>270</sup> Confira-se, Silva, Susana Paula Franco Serpa, *Violência, Desvio e Exclusão na Sociedade Micaelense Oitocentista (1842-1910)...*, pp. 336-337.

<sup>271</sup> ADVC, Tribunal da Comarca de Monção, *documento avulso*.

era caso único, pois noutras regiões da Europa acreditava-se que um homem doente poderia curar-se tendo relações sexuais com uma virgem.<sup>272</sup> Alguns destes casos poderiam ter uma explicação patológica. Só assim se entende, por exemplo, o comportamento de Manuel José Correia, conhecido como “Entrudo”, que no dia cinco de Setembro de 1847, pela manhã, entrou na casa de Manuel José Lima, donde raptou Mariana, de apenas dois anos de idade, a quem infligiu uma série de abusos, tendo posteriormente, abandonado a criança num caminho.<sup>273</sup>

A pobreza e a orfandade das crianças eram, certamente, privações de que os estupradores procuravam tirar partido.<sup>274</sup> Os progenitores tomariam conhecimento destas maldades através dos relatos das próprias crianças ou de testemunhas que os presenciaram, ou pelas lesões que evidenciavam. Acreditamos, no entanto, que as crianças, por vergonha, ou por causa das ameaças que sofreram, silenciavam os abusos de que tinham sido vítimas.

Na eventualidade de os pais optarem por recorrer à justiça, a criança teria que ser submetida a uma série de exames realizados por peritos, para serem averiguadas as mazelas causadas e avaliar se tinha havido consumação ou apenas tentativa de estupro, com vista à confirmação ou rejeição dos testemunhos.<sup>275</sup>

---

<sup>272</sup> Vigarello, Georges, *História da Violação. Séculos XVI-XX...*, pp. 101.

<sup>273</sup> AMPL, Câmara Municipal de Ponte de Lima, n.º 1.12.4.5-8, não paginado.

<sup>274</sup> Em 1861, Justina, filha de Raimundo José Coelho, moradora na vila de Valença, foi desflorada por um soldado, de nome José, clamando-se por justiça perante o cometimento de tal atentado contra a honra e integridade da jovem. AMV, Administração do Concelho, *Registo da Correspondência expedida para diversas autoridades*, n.º 1.1.4.34, não paginado. Anos antes, em 1853, em Viana do Castelo, António Alves foi igualmente acusado de ter violado uma criança de nove anos de idade, filha de um barbeiro. AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino Março 1853 - Janeiro 1854*, n.º 1.9.4.23, não paginado. Em 1863, na freguesia de Arão, concelho de Valença, José Antunes, soldado, “satisfaz as suas “paixões lascivas e vontades” num menino de sete anos de idade, filho de Francisca Fernandes. AMV, Administração do Concelho. *Correspondência para o Administrador Geral*, n.º 1.1.4.11, não paginado.

<sup>275</sup> Na Inglaterra, na segunda metade do século XIX, procurava-se analisar o discurso da criança para, através das palavras que utilizava na descrição dos factos e das acções de que tinha sido vítima, avaliar a veracidade da sua versão e a sua eventual precocidade sexual. Deste modo, prendia-se avaliar não só o carácter do acusado, mas igualmente o da suposta vítima. Jackson, Louise, “The child’s Word in court: cases of sexual abuse in London, 1870-1914”, in Arnot, Margaret L.; Osborne, Cornelia (ed.), *Gender and Crime in Modern Europe*, London, Routledge, 2003, p. 229. Segundo Stephen Robertson, no caso dos Estados Unidos, em particular de Nova Iorque, até 1890, manteve-se uma discussão acerca da capacidade dos médicos distinguirem as consequências causadas pelas doenças venéreas, passíveis de serem transmitidas sexualmente, das provocadas por vaginites, o que causaria consequências na avaliação de processos de violação. Considera que nem sempre os médicos estavam

Por vezes, os pais, perante a ausência dos filhos por longos períodos de tempo, conseguiam encontrá-los e evitar que fossem molestados. Foi assim que, em 1842, na freguesia de Moreira do Lima, do concelho de Ponte de Lima, Maria Luísa chegou a tempo de salvar a sua filha, menor de idade, das más intenções de António, que tentava desflorá-la.<sup>276</sup>

Quanto a outras transgressões de cariz sexual, constatámos que o adultério e a mancebia eram percepcionados de forma diferente, conforme o sexo do prevaricador, não só pela justiça, mas igualmente por parte da sociedade, em resultado do papel social distinto que era atribuído ao homem e à mulher. Entre 1839 e 1855, os administradores dos concelhos do distrito de Viana do Castelo comunicaram apenas dois casos de mancebia. Um deles aconteceu em Vila Nova de Cerveira, tendo sido preso pelo regedor um homem casado quando saía da casa de sua manceba.<sup>277</sup> O outro episódio, ocorrido no concelho de Arcos de Valdevez, envolveu António, natural da freguesia de Monte Redondo, e Maria, que foram detidos por mancebia. Consideramos que a escassez de ocorrências relatadas não significa que a sua frequência fosse reduzida, mas, provavelmente, traduz a sua aceitação no seio das comunidades.<sup>278</sup>

No entanto, quando a mulher assumia o papel de adúltera ou de instigadora de infidelidades, o panorama alterava-se, causando grande escândalo, como se pode entrever na correspondência trocada entre as autoridades administrativas. Em 1840, um cabo de polícia da freguesia de Poiares, concelho de Ponte de Lima, quando rondava as casas que considerava suspeitas, descobriu que um homem casado, residente noutra freguesia, dormia com uma

---

preparados para atribuir a existência de actividade sexual nas crianças, dado que esta podia induzir à acusação de incesto. Por isso, preferiam atribuir a presença de certas doenças sexualmente transmissíveis, como a gonorreia, à falta de condições de higiene e não à prática de relações sexuais violentas de que as crianças teriam sido vítimas. Confira-se Robertson, Stephen, *Crimes against Children. Sexual Violence and Legal Culture in New York City, 1880-1960*, Chapel Hill and London, University of North Carolina Press, 2005, pp. 42- 43.

<sup>276</sup> AMPL, Administração do Concelho. *Ciopiador dos ofícios dirigidos à Administração Geral*, n.º 2.2.2.43, não paginado.

<sup>277</sup> AHGCVC, *Registo dos ofícios para o Ministério de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12, não paginado.

<sup>278</sup> Sobre as relações de mancebia entre clérigos e mulheres no Portugal medievo leia-se Queirós, Isabel Maria de Moura Ribeiro de, *Theudas e Mantheudas. A criminalidade feminina no reinado de D. João II através da leitura das cartas de perdão (1481-1485)*, vol. I, Porto, 1999, pp. 37- 43. Tese de mestrado policopiada.

mulher, de nome Ventura, tendo ordenado a detenção de ambos.<sup>279</sup> O escândalo era maior quando o adultério envolvia mulheres casadas.

Em resultado dos elevados contingentes masculinos emigrados para o Brasil, alguns deles casados, eram muitas as mulheres que se sujeitavam às prolongadas ausências dos maridos, transformando-se em “viúvas de homens vivos”.<sup>280</sup> Perante o afastamento, a incerteza do regresso e a inexistência de notícias, algumas mulheres acabavam por experimentar novos relacionamentos, mantendo embora o vínculo do matrimónio. Foi o que sucedeu com Maria Antónia, cujo caso foi exposto pelo administrador do concelho ao delegado do procurador régio. Esta mulher, moradora na freguesia de Moreira do Lima, concelho de Ponte de Lima, casada com Miguel António, que estava ausente no Brasil, tinha uma relação amorosa com João Gabriel, com quem já vivia maritalmente. Para além do escândalo público e moral, do mau viver que dava aos seus filhos, temia-se a reacção do marido, tendo chegado notícias de que este, informado da situação, ameaçou regressar com o intuito de os matar.<sup>281</sup> Transgressões desta natureza preocupavam as autoridades devido à perturbação que podiam provocar na tranquilidade e segurança pública, pois poderiam constituir o primeiro passo para infracções mais graves.<sup>282</sup>

Entre finais do século XVIII e meados do século XIX, alguns dos crimes sexuais praticados no distrito de Viana do Castelo destacam-se pelo uso da violência, pelo comportamento desregrado e impulsivo, como é caso de estupros, violações e raptos violentos,

---

<sup>279</sup> AMPL, Administração do Concelho. *Copiador dos ofícios dirigidos à Administração Geral*, n.º 2.2.2.42, não paginado.

<sup>280</sup> Sobre a emigração de homens casados para o Brasil, consulte-se Rodrigues, Henrique, *Emigração e Alfabetização. O Alto Minho e a Miragem do Brasil*, Viana do Castelo..., pp. 166-168.

<sup>281</sup> AMPL, Administração do Concelho. *Copiador dos ofícios dirigidos por esta administração a diversas autoridades*, n.º 2.2.1.31, não paginado.

<sup>282</sup> Em 1840, a administração do concelho de Ponte de Lima tendo conhecimento de que Rosa do Carmo andava amancebada com Alexandre Sapateiro, homem casado, morador naquela vila, e que esta já se tinha envolvido em escaramuças e rixas com a mulher daquele, decidiu chamar a referida Rosa do Carmo e seu pai à presença do administrador do concelho com o objectivo de estes assinarem um documento, onde esta se comprometia a não provocar a mulher de Alexandre Sapateiro, “nem ter tractas particulares com o dito Çapateiro, de quem lhe provinha o seu descrédito e má nota - sob pena de procedimento legal.” Embora, num primeiro momento, se recusassem a assinar o documento, que neste caso tinha uma função preventiva, acabaram, mais tarde, por comprometer-se a respeitar as disposições nele contidas. AMPL, Administração do Concelho. *Auto de Investigação*, n.º 1935, não paginado.

ao passo que outros caracterizam-se, simplesmente, pela transgressão do que estava social e juridicamente estabelecido, como o adultério e a mancebia.

#### **2.1.4. Aborto, infanticídio e abandono de crianças**

De acordo com os dados compulsados para o período compreendido entre 1839 e 1855, excluindo os anos de 1846 e 1846, sobre os quais não dispomos de registos, a prática do crime de infanticídio representa apenas 0,73% do total das transgressões comunicadas pelos administradores dos concelhos ao governador civil. Contudo, alguns dos delitos classificados como infanticídio, reportam-se não propriamente ao crime em si, mas apenas ao aparecimento de um cadáver, o que, por si só, não garante que tenha havido crime, nem conduz à imputação da sua autoria. Deste modo, muitos destes delitos não têm rosto, desconhecendo-se a identidade do autor e da vítima, muitas vezes encontrada já em adiantado estado de putrefacção, uma vez que um dos principais métodos de ocultação dos cadáveres dos recém-nascidos era o enterramento.

No dia quatro de Novembro de 1844, no adro da igreja de Friastelas, concelho de Ponte de Lima, descobriu-se que, sob uma pedra que ali tinha sido colocada, a terra estava revolvida.<sup>283</sup> Na presença do regedor, do juiz eleito e do pároco, foi então descoberto o cadáver de um recém-nascido, embora não fosse possível apurar se a criança tinha sido morta à nascença ou se teria sucumbido no ventre da mãe.<sup>284</sup> Decorridos quatro dias, descobriu-se que o crime tinha si praticado por Maria Rosa dos Moinhos, rapariga solteira, natural da referida freguesia, com a conivência de António Caetano Alves da Cunha, seu amante. Maria Rosa foi detida, mas o seu cúmplice conseguiu escapar.<sup>285</sup>

Decerto que muitos crimes similares ao acima relatado ficariam impunes, se a mãe da criança conseguisse esconder a gravidez, ou contar com a cumplicidade de vizinhos e

---

<sup>283</sup> AHGCVC, *Correspondência do Ministério do Reino - 1 Julho de 1844 a 31 de Dezembro de 1845*, n.º 1.9.4.15, não paginado.

<sup>284</sup> AMPL, Administração do Concelho. *Livro de Registo da Correspondência para o governador civil*, n.º 2.2.1-12, não paginado.

<sup>285</sup> AMPL, Administração do Concelho. *Livro de Registo da Correspondência para o governador civil*, n.º 2.2.1-12, não paginado.



familiares.<sup>286</sup> Consideramos infanticídio a morte provocada de uma criança após o seu nascimento, e aborto a morte do feto causada voluntariamente ainda no espaço intra-uterino.<sup>287</sup> Estes crimes, geralmente premeditados e intencionais, foram encarados, ao longo dos tempos e conforme os lugares, de modo distinto, designadamente quanto à sua punição.<sup>288</sup>

Como referimos, a investigação dos crimes classificados como infanticídio partia da descoberta de um cadáver, procurando-se averiguar as circunstâncias da morte da criança, se ocorreu antes ou após o parto, se houve ou não crime, se se tratou de aborto ou de infanticídio. Através da correspondência trocada entre as autoridades administrativas, regedores, administradores dos concelhos e governo civil, descobrimos vários casos de suspeita e confirmação de aborto. Este delito seria mais fácil de encobrir na fase inicial de gravidez, evitando-se a exposição a olhares de terceiros durante o período de gestação, e também porque seria mais fácil fazer desaparecer um feto do que o cadáver de um recém-nascido. Por outro lado, havia a possibilidade de alegar que o aborto tinha sido natural e espontâneo. No entanto,

---

<sup>286</sup> Segundo Joana Maria Pedro, que estudou os crimes de aborto, infanticídio e abandono de crianças em Florianópolis, nos séculos XIX e XX, as averiguações sobre o cometimento do crime de infanticídio eram iniciadas com a descoberta do cadáver de uma criança ou pelo aparecimento de uma grávida que de forma repentina aparecia “sem barriga”. Confira-se Pedro, Joana Maria, “Aborto, infanticídio e abandono de crianças: controle público do corpo das mulheres em Florianópolis - séculos XIX e XX”, in *Cadernos do Noroeste*, vol. 11 (1), 1998, pp. 149-166.

<sup>287</sup> Segunda Joaquim José Caetano Pereira e Sousa, infanticídio “he a morte violenta, e meditada de huma criança que nasceu viva, ou que está proxima a nascer. Este delicto considerado mais geral se estende ao embrião, e ao feto ainda encerrados na matriz, e consequentemente comprehende tudo o que respeita ao aborto por causa violenta.” No que respeita ao aborto, este autor entende que “he o parto antes do termo de huma criança, que morre quando nasce, ou quando não podia viver fora do ventre da mãe, ou que não estava ainda perfeitamente formada.” Confira-se Sousa, Joaquim José Caetano Pereira e, *Classes dos Crimes por ordem systematica, com as penas correspondentes segundo a legislação actual...*, pp. 309-310. Sobre a punição do crime de infanticídio leia-se Porret, Michel, *Le crime et ses circonstances. De l'esprit de l'arbitraire au siècle des Lumières selon les réquisitoires des procureurs généraux de Genève*, Genève, Librairie Droz S.A., 1995, pp. 207-223.

<sup>288</sup> Desde a Idade Média que a mulher pratica o aborto através do recurso a meios químicos, como plantas, e físicos. Os métodos usados para a prática do infanticídio incluíam o estrangulamento, o esfaqueamento e as sovas até à morte, além do abandono intencional, que originava a morte da criança por fome, frio e desidratação. Quanto aos castigos aplicados, estes variavam consoante os Estados. Por exemplo na Alemanha, no século XVI, as infanticidas eram enterradas vivas. Mais tarde, passarão a incorrer na pena de morte por afogamento ou decapitação, castigos que prevalecerão até ao século XIX. Valverde Lamsfus, Lola, *Entre el deshonor y la miséria. Infancia abandonada en Guipúzcoa y Navarra siglos XVIII y XIX*, Bilbao, Servicio Editorial Universidad del País Vasco, 1994, pp. 21-23.

nem sempre estes delitos ficavam sem castigo. Por exemplo, em 1790, foi levantada uma devassa contra Maria Quitéria, do lugar de Cortes, Vila nova de Cerveira, por aborto e descaminho de criança.<sup>289</sup>

Com os avanços registados nos domínios da medicina e da anatomia, entre os séculos XV e XVIII, o feto deixou de ser tratado como uma espécie de apêndice da mãe, e, por consequência, a tolerância em relação aos crimes de aborto tendeu a desaparecer. A gravidez e o nascimento de uma criança deixaram de ser considerados acontecimentos privados, vividos entre mãe e filho, para adquirirem uma dimensão pública. Por exemplo, os quadrilheiros já tinham obrigação vigiar as mulheres grávidas para saberem o destino que era dado aos recém-nascidos.<sup>290</sup>

O facto de o feto passar a ser encarado como uma entidade autónoma levou a Igreja a importantes reflexões de carácter teológico e à redefinição da sua postura face ao aborto, à luz dos avanços científicos da época. O mesmo sucedeu com os diversos Estados europeus, que introduziram alterações na legislação civil.<sup>291</sup>

A mudança de atitude dos Estados face aos crimes de aborto e infanticídio relaciona-se igualmente com a generalização do princípio segundo o qual um Estado seria tanto mais forte quanto maior fosse o número dos seus habitantes. Por isso, era necessário evitar a morte dos nascituros, que, no futuro, contribuiriam para a sua prosperidade. Deste modo, o nascimento de qualquer criança adquiria uma dimensão pública pelas potencialidades que ela representava.<sup>292</sup> Trata-se, portanto, da adopção de uma política demográfica com repercussões importantes na forma de encarar a relação da mãe com o recém-nascido e, consequentemente, na repressão dos crimes que contra ele fossem cometidos.

No século XVIII, as crianças passaram a beneficiar de especial cuidado e atenção, deixando de ser encaradas como pequenos adultos. Esta mudança de atitude ocorreu, num primeiro momento, entre os estratos mais elevados da sociedade e, mais tarde, entre os membros dos grupos sociais mais baixos e nos meios rurais, onde o infanticídio era mais frequente e o desconhecimento ou a fraca utilização de meios contraceptivos, contribuíam para

---

<sup>289</sup> AMVNC, *Documento Avulso*.

<sup>290</sup> *Ordenações Filipinas*, vol I, Rio de Janeiro, Edição de Cândido Mendes de Almeida, 1870, p. 167.

<sup>291</sup> Leia-se Galeotti, Giulia, *História do Ab( )rto*, Lisboa, Edições 70, 2007, pp. 71-88.

<sup>292</sup> Confira-se Galeotti, Giulia, *História do Ab( )rto...*, pp. 91-93.

que aquela prática fosse vista como uma solução para reduzir a dimensão do agregado doméstico.<sup>293</sup>

Até ao século XIX, não havia em Portugal legislação que visasse directamente o infanticídio.<sup>294</sup> Se considerarmos o primeiro Código Penal de 1852, constatamos que os crimes de aborto e infanticídio eram englobados nos crimes contra a segurança das pessoas. De acordo com o disposto no artigo 358.º, a culpabilização pela prática do aborto recaía mais sobre o homem e não tanto sobre a mulher, pois previa que “Aquelle que de propósito fizer abortar uma mulher pejada, empregando para este fim violencias ou bebidas ou medicamentos ou qualquer outro meio, se o crime for cometido sem consentimento da mulher, será condemnado na pena de prisão maior temporária com trabalho.”<sup>295</sup> Contudo, a pena seria desagravada para prisão maior temporária se tivesse havido concordância da mulher.<sup>296</sup> Entre as circunstâncias agravantes do delito, estava a profissão dos implicados, em particular médico, cirurgião ou farmacêutico, embora nem sempre agissem de modo consciente e intencional, pois podiam ser ludibriados pelos interessados.<sup>297</sup> Foi o que aconteceu no caso de Maria Luísa Pereira, solteira, residente na freguesia de Vitorino das Donas, concelho de Ponte de Lima, que abortou, com mais ou menos cinco meses de gravidez, tendo lançado o feto a uma cloaca. Tratou-se de um acto premeditado, pois a mulher, alegando sentir-se doente e febril, conseguiu enganar o médico, que a sangrou três vezes, provocando-lhe o parto.<sup>298</sup>

---

<sup>293</sup> Confira-se Arnot, Margaret T., “Understanding women committing newborn child murder in Victorian England”, in D’Cruze, Shani (edit.), *Everyday Violence in Britain, 1850-1950. Gender and Class*, London, Pearson Education, 2000, pp. 55-69.

<sup>294</sup> Como constatou Isabel dos Guimarães Sá, os crimes de infanticídio eram igualados aos de parricídio, estando, portanto, sujeitos à aplicação da mesma moldura penal. Contudo, nas Ordenações Filipinas não havia qualquer referência a esta equiparação, aplicando-se a pena capital, tal como no parricídio. Leia-se Sá, Isabel dos Guimarães, *A Circulação de Crianças na Europa do Sul: o caso dos expostos do Porto no século XVIII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995, pp. 79-80.

<sup>295</sup> Confirme-se *O Código Penal de 1852...*, pp. 113-114.

<sup>296</sup> Segundo Galeotti, Giulia, a mulher não seria o alvo primeiro da justiça por se poder encontrar debilitada pela prática do aborto ou por poder tê-lo praticado em condições mentais anómalas. Galeotti, Giulia, *História do Aborto...*, p. 108.

<sup>297</sup> Veja-se *O Código Penal de 1852...*, p. 114.

<sup>298</sup> AMPL, Administração do Concelho. *Livro de Registo da Correspondência expedida para o governo civil*, n.º 2.2.1.15, não paginado.

No respeitante ao infanticídio, o artigo 356.º do Código Penal de 1852, determinava que o responsável pela morte da criança logo após o seu nascimento, ou nos oito dias seguintes, incorria na pena de morte. No entanto, previa uma atenuante para os crimes de aborto e de infanticídio. Assim, quando as mulheres praticassem delitos desta natureza, com ou sem ajuda dos pais, tendo em vista a ocultação do fruto de uma concepção ilegítima, a pena seria comutada para prisão maior temporária, no caso de infanticídio; e, se se tratasse de aborto consciente e voluntário, havia lugar a prisão correccional.<sup>299</sup>

Como se pode verificar, há uma clara associação do crime de infanticídio à mulher e a desonra aparece como factor determinante no seu cometimento. No século XVIII, Cesare Beccaria defendia que o excesso de virtuosismo imposto pela sociedade conduzia a mulher transgressora de normas morais a uma encruzilhada sem saída, levando-a a optar pela morte do fruto dessa mesma transgressão, para evitar que o manto da vergonha e do vexame recaíssem sobre si e sobre o seu filho.<sup>300</sup> De facto, o reforço da moral no domínio da sexualidade, verificado na época moderna, após a Reforma Protestante e a Reforma Católica, que se traduziu na forte condenação do adultério e na reprovação das relações sexuais fora do casamento, concorreram para o crescimento dos números dos crimes de infanticídio, aborto e abandono de crianças.

As mulheres, induzidas por promessas de casamento não cumpridas ou envolvidas em relações adúlteras, vítimas de estupro ou violações, procuravam eliminar a marca da sua desonra. A pureza e o recato eram qualificativos que a sociedade impunha à mulher, em particular à rapariga solteira que estivesse interessada em conseguir um casamento conveniente. Não é portanto de admirar que o maior número de infanticídios fosse praticado por mulheres solteiras, como forma de salvaguardar o bom nome.

Nos casos em que foi possível descobrir o estado civil das mulheres envolvidas em infanticídios e abortos no distrito de Viana do Castelo, verificou-se que 78,6% foram praticados por mulheres solteiras, 14,3% envolveram mulheres casadas e 7,1% viúvas. Como se constata, também as mulheres casadas e viúvas recorriam ao infanticídio e ao aborto para eliminarem o fruto indesejado de uma relação adúltera ou mal vista pela sociedade. Em 1853, Ventura Rodrigues, residente em Castro Laboreiro, mulher casada, cujo marido se encontrava ausente, tornou-se suspeita de ter cometido infanticídio. Apesar de aparentar estar grávida, apareceu, de

---

<sup>299</sup> Veja-se *O Código Penal de 1852...*, pp. 108-109.

<sup>300</sup> Veja-se Beccaria, Cesare, *Dos Delitos e das Penas*, Lisboa, Serviço da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1998, p. 135.

um momento para o outro, sem sinais de gravidez e sem recém-nascido. O corpo da criança acabou por ser encontrado pelos vizinhos, enterrado numa horta contígua à casa onde morava a infanticida.<sup>301</sup> Decerto que não seriam raros os casos de mulheres de maridos ausentes que, tendo-se envolvido em relações adúlteras, tentavam eliminar o fruto dessas ligações.<sup>302</sup>

Por vezes, a pobreza também era um factor que levava à prática destes delitos. Sustentar mais uma boca não era tarefa fácil para quem, sem qualquer apoio, tinha que enfrentar, diariamente, todo o tipo de privações. Por outro lado, o período de gravidez limitava a mulher na condução dos afazeres domésticos e na lida do campo, embora, pouco tempo após o parto, a mulher minhota retomasse as tarefas habituais e as crianças, ainda em idade precoce, comessem a ajudar os pais na lavoura.

As estatísticas criminais respeitantes ao período compreendido entre 1839 e 1868 não contêm dados referentes ao aborto, mas apenas ao infanticídio. Com base nesta fonte, apurámos que foram praticados, em média, 1,7 infanticídios por ano, embora seja de admitir que, descontado o encobrimento e o secretismo associado a este delito, a sua real dimensão seria bem superior à oficialmente transmitida.

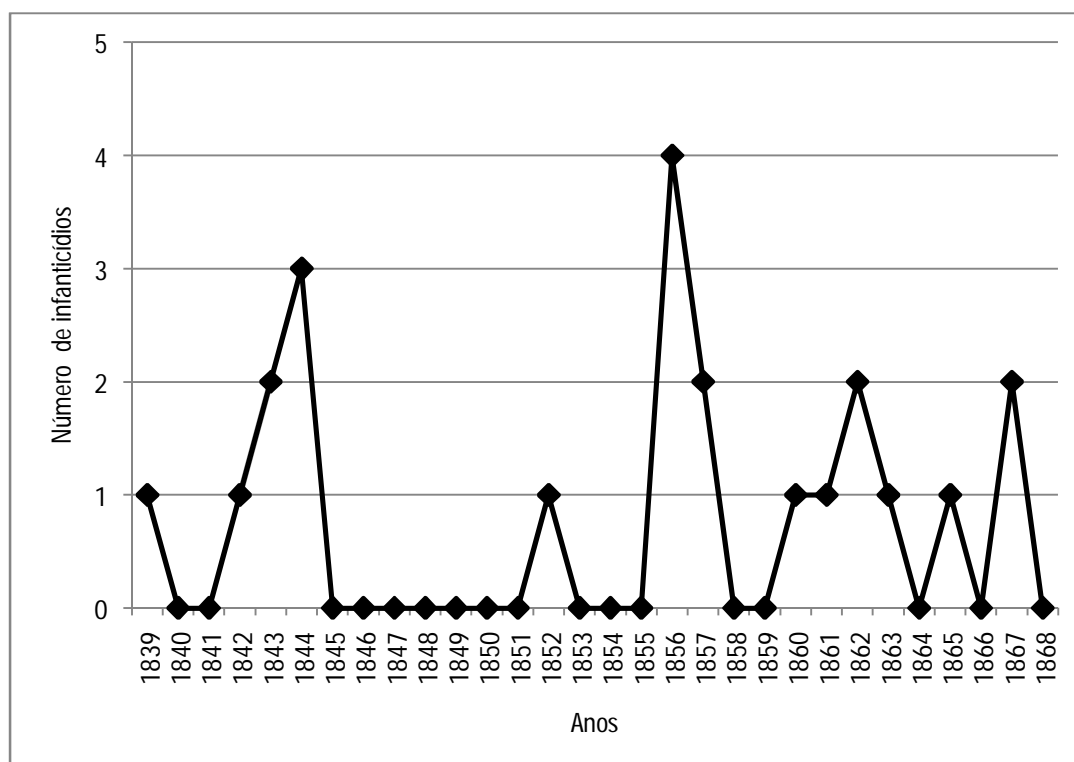
A partir da leitura do gráfico 15, verificamos que os anos representados mostram alguma homogeneidade, com excepção dos anos de 1843 e 1856, nos quais se registou que um maior número de infanticídios.

---

<sup>301</sup> AHGCVC, *Correspondência com o ministério do reino Março 1853-Janeiro 1854*, n.º 1.9.4.23, não paginado.

<sup>302</sup> Segundo Mendes Corrêa, o infanticídio era uma prática recorrente de mulheres que estavam sujeitas a longas ausências dos seus maridos e que se envolviam em relações ilegítimas. Veja-se Corrêa, Mendes, *Os Criminosos Portugueses...*, p. 17.

**Gráfico 15.** Infanticídios no distrito de Viana do Castelo (1839-1868)



Fonte: *Diário do Governo* de 20.02.1840; AHGCVC, Registo dos ofícios dirigidos ao Ministério do Reino, n.º 1.9.4-13, não paginado; *Diário do Governo* de 7.09.1843; AHGCVC, Crimes cometidos em Viana do Castelo, n.º 1.16.5.3-1, não paginado; *Diário do Governo* de 1.05.1844; *Diário do Governo* de 16.04.1845; ANTT, M.N.E.J., Maço 249, Caixa 201, documento não paginado; *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1856*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1857, p. 277; *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1857...*, 1858, p.13; *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1858...*, 1859, pp. 33-34; *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1861...*, 1865, p.7; *Relatório apresentado a Junta geral de districto de Viana do Castelo na sessão ordinária de 1866*, Viana, Typ. de André Joaquim Pereira & filho, 1866, não paginado; *Relatório apresentado a Junta geral de districto de Viana do Castelo na sessão ordinária de 1868...*, não paginado; *Relatório apresentado a Junta geral de districto de Viana do Castelo na sessão ordinária de 1869...*, não paginado.

É de assinalar que o elevado número de infanticídios em 1855 e 1856 pode ser correlacionado com a subida do preço dos cereais e as dificuldades económicas que afectaram a vida das populações, sobretudo das mais pobres.<sup>303</sup> Não podemos afirmar categoricamente que as circunstâncias económicas adversas levaram as mulheres a matar os filhos recém-nascidos, mas a angústia causada pela escassez de alimento, pela precariedade laboral e pela falta de

<sup>303</sup> Sobre a alta dos preços do milho em 1855 e a crise do sector vinícola provocada pelo *oidium* leia-se Feijó, Rui Graça, *Liberalismo e Transformação Social...*, pp. 164-182.

meios de subsistência, poderão ter contribuído para que estas praticassem actos desesperados e irreflectidos.<sup>304</sup>

Considerando o contexto nacional, verificamos que em 1839 foram cometidos 36 infanticídios, 17 dos quais no distrito de Lisboa.<sup>305</sup> Nos distritos de Braga, Beja, Guarda, Vila Real, entre outros, não ocorreu qualquer infanticídio, ao passo que, por exemplo, nos de Viana do Castelo, Coimbra, Évora e Faro, registou-se apenas um. Em 1843, houve uma ligeira descida dos números deste delito, mas, no ano seguinte, a diminuição foi mais acentuada, tendo ocorrido menos 20 casos, ou seja, apenas 14 infanticídios.<sup>306</sup> Para esta quebra contribuiu o distrito de Lisboa, onde, em 1844, não aconteceu qualquer infanticídio, ao passo que no distrito de Viana do Castelo houve três.<sup>307</sup>

De acordo com os dados oficiais, o infanticídio não era um crime muito frequente, visto que, com excepção de Lisboa, que apresentava grandes variações em termos numéricos, mas com tendência para a descida nos anos que observámos, os valores correspondentes aos restantes distritos apontam para a inexistência de qualquer delito ou para um máximo de quatro ocorrências anuais.

Entretanto, afigura-se-nos pertinente referir que, relativamente ao distrito de Viana do Castelo, não dispomos de qualquer alusão à realização de abortos por razões médicas ou terapêuticas, cujo objectivo fosse salvaguardar a vida da mãe. Porém, já no século XVI, em tratados médicos, se fazia referência ao aborto terapêutico, tido como necessário quando as mulheres apresentavam bacias demasiado estreitas ou já tinham sofrido partos difíceis.<sup>308</sup>

Na origem do cometimento do aborto e, em particular, do infanticídio, também estariam razões de natureza psicológica e do foro psiquiátrico.<sup>309</sup> Aliás, em alguns países da Europa

---

<sup>304</sup> Acerca de casos de infanticídio que tiveram lugar em Paris no século XIX leia-se Lemoine, Yves, *Crimes à Paris. Archives de la cour d'assises de la Seine (1817-1885)*, Paris, Éditions Michel de Maule, 2004, pp. 124-126.

<sup>305</sup> *Diário do Governo* de 20.02.1840, n.º 44, p. 237.

<sup>306</sup> *Diário do Governo* de 7.09.1843, n.º 210, p. 1389. *Diário do Governo* de 1.05.1844, n.º 102, p. 571.

<sup>307</sup> *Diário do Governo* de 16.04.1845, n.º 88, p. 409.

<sup>308</sup> Confirme-se Galeotti, Giulia, *História do Ab( )rto...*, pp. 76-77.

<sup>309</sup> Margaret T. Arnot aponta um conjunto de factores explicativos da prática do infanticídio na Inglaterra vitoriana, destacando, para além da pobreza, da actividade sexual pré-matrimonial, da gravidez entre jovens de reduzidos conhecimentos contraceptivos, a naturalidade com que era encarada a morte de uma criança, factores psicológicos e psicossomáticos, que levavam as mulheres a negarem mentalmente a gravidez e, consequentemente, produziam uma supressão dos sintomas associados à mesma, o que as impelia a refutar a existência de uma gravidez e de uma criança. Arnot, Margaret T., "Understanding women committing newborn child murder in Victorian England" ...,

oitocentista, sobretudo na Inglaterra, a loucura que afectava algumas mulheres após o parto constituía o principal argumento de defesa quando eram submetidas a julgamento pelo crime de infanticídio.<sup>310</sup> Em 1844, uma mulher grávida, residente no concelho de Arcos de Valdevez, ingeriu uma grande quantidade de arsénico, com o intuito de pôr termo à sua vida e à da criança que transportava no ventre. Não podemos, todavia, avaliar até que ponto este acto seria resultante do seu estado de perturbação mental ou da angústia causada, presumivelmente, por uma gravidez indesejada.<sup>311</sup>

O desespero das mulheres está patente nos métodos que usavam para abortar ou para matar os filhos logo após o seu nascimento. Para provocar a morte do feto, ainda no espaço intra-uterino, as mulheres e os seus cúmplices, fossem pais ou amantes, recorriam a medicamentos, mezinhas ou a sangramentos. Se, por norma, o infanticídio é um crime individual, em que a protagonista é a mulher só, ou tendo como cúmplice apenas a mãe ou o companheiro, no aborto poderia existir um encadeamento de cumplicidades que promoveriam a criação de uma autêntica rede de apoio à mulher que pretendia abortar. Nos casos que analisámos, os intervenientes eram, além da grávida e da família, a parteira ou o médico que executavam o aborto; a curandeira que fornecia as ervas abortivas a um familiar ou vizinho, que, por sua vez, as entregava ao marido, à mãe ou ao pai, contando com a convívência da restante família; ou ainda o boticário, que facilitava substâncias medicinais susceptíveis de provocar o aborto. A fama de algumas curandeiras extravasava as fronteiras do lugar onde residiam, sabendo-se a quem recorrer em caso de necessidade.

---

pp. 55-69. Acerca de razões psicológicas e motivações do foro psiquiátrico que poderão estar na base da prática do crime de infanticídio veja-se Hoffer, Peter C; Hull, N. E. H, *Murdering Mothers: Infanticide in England and New England 1558-1803*, New York and London, New York University Press, 1984, pp. 145-150.

<sup>310</sup> Confira-se Spierenburg, Pieter, *A History of Murder. Personal Violence in Europe from the Middle Ages to the Present...*, pp. 162-164.

<sup>311</sup> AHGCVC, *Correspondência do Ministério do Reino, 1 Julho de 1844 a 31 de Dezembro de 1845*, n.º 1.9.4.15, não paginado. Anos antes, registou-se um caso similar, que se caracterizou pela extrema violência, e para o qual poderá ter concorrido uma certa alienação ou transtorno mental. Aconteceu em Julho de 1839, na vila de Valença, quando Isabel Martinha lançou a sua filha, recém-nascida, da janela de uma taberna para rua. Em consequência deste acto tresloucado, foi determinado que a criança fosse retirada à mãe e entregue a uma ama-de-leite. AHGCVC, *Registo dos ofícios para o Ministério do Reino de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12, não paginado. AMV, *Administração do Concelho. Correspondência para o Administrador Geral, 1836-1839*, n.º 1.2.1.9, não paginado.



Seria difícil à mulher abortar se não contasse com o apoio familiar, uma vez que alguns dos métodos utilizados podiam causar sérios danos à saúde e até pôr a vida em risco. Por vezes, a família tinha um papel muito activo para evitar que a desonra a atingisse. No dia 24 de Fevereiro de 1839, o regedor da freguesia de Gondoriz, comunicou ao administrador do concelho dos Arcos de Valdevez que Maria, filha solteira de Rosália e de João António de Sousa, dado o seu estado de gravidez, tinha sido intimada para, no dia um de Janeiro, “dar conta da criança”, depois de o cabo de polícia o ter informado de que Maria já teria dado à luz. Os pais da rapariga, convocados para comparecerem na administração daquele concelho, confessaram que a sua filha tinha dado à luz uma criança antes do tempo, alegando tratar-se de um aborto natural, e que a tinham enterrado. Posteriormente, Maria e o feto, entretanto recolhido, foram submetidos a exames. Os médicos concluíram que o feto teria entre cinco e seis meses e que efectivamente já tinha nascido morto, não tendo descoberto quaisquer indícios de que a mãe tivesse contribuído para o desfecho. No entanto, na sequência de um interrogatório, Maria acabou por confessar que tinha abortado em consequência de umas ervas que o seu pai lhe tinha trazido, fornecidas por Joana de Girei, da freguesia de Cosme, para que as tomasse durante nove dias, após os quais começou a sentir “grandes comoções no ventre, e que o ultimo que tomara fora oito dias antes do aborto, ignorando se este lho cauzara”.<sup>312</sup>

Entre as ervas e outras substâncias consideradas abortivas, destacavam-se o aloé, a sabina, a cravagem de centeio, o poejo e o óleo de raiz de algodão.<sup>313</sup> Estes produtos actuariam como veneno ou teriam efeitos sobre os intestinos, provocando a expulsão do feto. No caso de não produzirem o efeito pretendido, as mulheres recorriam a métodos mais drásticos, como sangramentos, quedas violentas ou banhos quentes.<sup>314</sup>

---

<sup>312</sup> AHGCVC, *Assumptos de Policia*, n.º 1.17.5.4-3, não paginado.

<sup>313</sup> Sobre as substâncias que concorriam para a prática de aborto e os instrumentos utilizados para esse fim consulte-se Campos, Ana, *Crime ou Castigo? Da perseguição contra as mulheres até à despenalização do aborto*, Coimbra, Almedina, 2007, p. 37. No entanto, segundo Ary dos Santos, é necessário fazer a distinção entre as substâncias que não produzem qualquer efeito sobre o feto, como o açafraão, a tanásia, a artemísia, a canela ou a marrugem, e aquelas que efectivamente podem ser consideradas abortivas, como a cravagem e o esporão do centeio, a arruda e a sabina. Veja-se Santos, Ary dos, *O Crime de Aborto*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1935, pp. 84-87.

<sup>314</sup> Os meios que Ary dos Santos designou de “mecânicos” eram para o autor os mais eficazes e englobavam: “pancadas violentas no ventre, as massagens, as lavagens, a simples trepidação.” Ainda mais eficazes, segundo o mesmo autor, mas também mais complicados, eram o “descolamento das membranas do ovo e a punção dessas membranas.” Confirme-se Santos, Ary dos, *O Crime de Aborto...*, p. 93. Sobre os métodos de aborto utilizados na

Para o cometimento de infanticídio, optava-se, sobretudo, pelo afogamento ou estrangulamento, enterrando posteriormente os corpos ou lançando-os ao rio, se bem que alguns nascituros fossem sepultados vivos.<sup>315</sup> Estes processos reportam-se ao neonaticídio. Mas se alargamos o conceito de infanticídio aos primeiros anos de vida da criança, reconhecemos a existência de casos de crianças que pereceram vítimas de maus-tratos. Quando usamos este conceito, não nos reportamos apenas à prática de violência física, mas incluímos também a omissão de cuidados básicos por parte da mãe, nomeadamente com a alimentação e a higiene. Em Outubro de 1848, foi encontrado o corpo de Delfina Maria no lugar de Santa Luzia, na freguesia de Cristelo Covo, no concelho de Valença. A criança, com três anos de idade, era filha de Mariana Tavares, da freguesia de Travassô, concelho de Águeda, que foi presa por suspeita de cumplicidade na sua morte.<sup>316</sup>

Geralmente, as mulheres enterravam os filhos, depois de lhes terem causado a morte, nas hortas ou nos campos próximos de casa, ainda que também optassem por sepultá-los em lugares consagrados, como os adros das igrejas. A localização do sepultamento podia indiciar a necessidade de proximidade com a criança morta, ou ser até sinal de arrependimento.<sup>317</sup> Algumas mulheres, por serem pobres e para evitarem despesas, optavam pelo enterro clandestino dos filhos. No fundo, considerariam desnecessário incorrer em gastos com um ser que nem chegou a viver ou expirou nos primeiros dias de vida, sem que alguém tivesse

---

Europa e nos Estados Unidos, no século XIX, leia-se Walkowitz, Judith R., "Sexualidades perigosas", in Duby, Georges; Perrot, Michelle, *História das Mulheres no Ocidente*, vol. 4..., p. 420.

<sup>315</sup> Em 1856, Maria Fernandes, mulher solteira, natural da freguesia de Boivão, concelho de Valença, confessou ter enterrado ainda vivo o recém-nascido que tinha dado à luz. AMV, Administração do Concelho. *Correspondência para o administrador geral, 1859-1869*, n.º 1.2.1.10, não paginado.

<sup>316</sup> AMV, Administração do Concelho. *Correspondência para o Administrador Geral, 1843-1849*, n.º 1.1.4.6, não paginado. Em 1862, o jornal *A Aurora do Lima* noticiou nas suas páginas o adiamento do julgamento, por falta de comparecimento de algumas testemunhas de acusação, de Maria de Lima, natural da freguesia de Mujães, concelho de Viana do Castelo, acusada de ter maltratado e provocado a morte da sua filha. Veja-se o jornal *A Aurora do Lima*, 7 de Abril de 1862, n.º 946, não paginado.

<sup>317</sup> Em 1840, uma mulher da freguesia de Fontão, concelho de Ponte de Lima, que se sabia "andar pejada", desapareceu para dar à luz, regressando sem o nascituro, o que fez supor que teria cometido o crime de infanticídio. Acabou por confessar que a criança nascera morta, tendo-a enterrado no meio de um campo de centeio junto à sua casa. AGHCVC, *Registo dos Ofícios para o Ministério do Reino de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12, não paginado.

concorrido para isso. Tal procedimento podia induzir as autoridades em erro, aquando da descoberta do corpo, levando-as a suspeitar do envolvimento da mãe na morte do filho.<sup>318</sup>

No século XIX, com o progresso da medicina legal, através de análises do feto ou do recém-nascido e da mãe, era possível descobrir em que circunstância tinha ocorrido a morte da criança, designadamente se tinha sido natural ou provocada. Em 1861, em resultado dos exames efectuados ao corpo de uma criança que apareceu morta no dia seguinte ao do seu nascimento, filha de Maria Felgas, natural de Perre, concelho de Viana do Castelo, concluiu-se que esta fora assassinada pela mãe. Apesar de ter sido ordenada a sua detenção, foi autorizada a sua permanência em casa até se restabelecer, ficando à guarda do regedor.<sup>319</sup>

Os cabos de polícia deviam informar regedor da freguesia sobre as mulheres que se encontravam grávidas, sobretudo quando o seu comportamento era suspeito. Após o nascimento, as mães deviam ser intimadas para apresentarem os seus bebés ao regedor. Caso não o fizessem, podiam ser acusadas de infanticídio, embora muitas alegassem, quando submetidas a interrogatório, que tinham entregado a criança na Roda, ou que já tinha nascido morta. Nestas circunstâncias, era indispensável o recurso a exames, nos quais intervinham médicos, cirurgiões e parteiras, tendo em vista a averiguação da veracidade dos depoimentos. Segundo Joaquim José Caetano Pereira e Sousa, os testes efectuados com o objectivo de esclarecer se o feto tinha nascido com vida, ou já se estava morto quando a mãe deu à luz, resumiam-se à abertura do tórax. A presença de sangue na artéria pulmonar era sinal de que o feto tinha respirado, logo nascido com vida.<sup>320</sup> Para evitarem todos estes constrangimentos, algumas mulheres tentavam esconder o momento do parto ou mesmo a gravidez, sobretudo quando se tratava de gravidezes não desejadas. Em todos os casos perscrutados, é patente a tendência da mulher para, num primeiro momento, negar a prática do aborto ou do infanticídio. Apenas sob pressão e quando confrontada com as provas e os depoimentos das testemunhas, acabava por confessar ter cometido esses delitos.<sup>321</sup>

---

<sup>318</sup> Sobre casos desta natureza, veja-se Anica, Aurizia, *A transformação da violência no século XIX. O caso da comarca de Tavira, Lisboa*, Edições Colibri, 2001, p. 206.

<sup>319</sup> ADVIC, Administrador do concelho de Viana do Castelo. *Ofícios dirigidos ao Governador Civil deste districto - 1860*, n.º 5.16.2.2, não paginado.

<sup>320</sup> Sousa, Joaquim José Caetano Pereira e, *Classes dos Crimes por ordem systematica, com as penas correspondentes segundo a legislação actual...*, pp. 309-310.

<sup>321</sup> Em França, no Antigo Regime, as mulheres identificadas como infanticidas, nos interrogatórios a que eram sujeitas, justificavam os seus actos com questões de desonra, miséria extrema e medo da recriminação por parte

Um dos expedientes utilizado pelas mulheres que pretendiam libertar-se de uma gravidez indesejada consistia em esconder-se pouco tempo antes do parto. No entanto, por mais discretas que fossem, dificilmente conseguiam escapar à vigilância e à desconfiança da comunidade, em particular nas localidades mais pequenas, onde o controlo era mais apertado. Rosa, natural da Galiza, era criada de servir de Mário Alexandre de Oliveira, conhecido como “o Galo”, residentes na freguesia de Messegães, concelho de Monção. Em 1858, foi apresentado auto de querela contra os dois por terem abandonado uma menina à porta de uma casa particular. Segundo os testemunhos, a referida Rosa, cuja gravidez era conhecida, tinha desaparecido pouco antes de dar à luz, regressando posteriormente sem a criança. Nos seus depoimentos, as testemunhas declararam que esta criada de servir tinha estado várias vezes grávida do seu patrão, sem que tivesse aparecido qualquer criança, com excepção de uma que, depois de exposta, ela foi buscar à Roda, apresentando-a como sua filha.<sup>322</sup> A propósito deste episódio, importa referir a situação particularmente difícil das criadas de servir, que, longe da sua família, tinham que se sujeitar aos caprichos dos patrões, acabando muitas delas por engravidar. A eliminação do feto ou da criança, ou então a sua exposição ou abandono, era uma exigência de muitos deles, sobretudo se fossem casados, por se recusarem a assumir a descendência das suas serviçais.

Uma questão que, entretanto, se afigura pertinente colocar prende-se com a forma como a comunidade reagia perante estes crimes. O recurso ao aborto estaria, decerto, bastante arreigado, dado que, como já mencionámos, a sua concretização exigia a convivência familiar e a colaboração de elementos exteriores à casa e à família. Por outro lado, sabia-se a quem recorrer, partilhavam-se as técnicas e as substâncias abortivas, havendo um conhecimento intergeracional dentro da comunidade que facilitava a sua prática. Se o aborto era encarado com alguma condescendência, o mesmo não acontecia com o infanticídio, pois a sociedade considerava-o um crime infame. Eram os próprios habitantes das aldeias e vilas que auxiliavam as autoridades na tentativa de identificar as mães dos cadáveres encontrados e de apontar as mulheres cujo comportamento consideravam duvidoso, não se coibindo de dar o seu

---

não só da sua família, mas igualmente dos vizinhos e da própria comunidade. Leia-se Tinková, Daniela, “Protéger ou punir? Les voix de la décriminalisation de l’infanticide en France et dans le domaine des Habsbourg (XVIII-XIX siècles)”, *Crime, Histoire & Sociétés/Crime, History & Societies*, vol. 9, 2005, p. 5.

<sup>322</sup> ADVC, Tribunal da comarca de Monção, *Documentos Avulsos*.

testemunho para comprovar a culpa dos acusados do crime de infanticídio.<sup>323</sup> A dualidade de posições perante estes dois crimes pode resultar da ideia segundo a qual, no acaso do aborto e ao contrário do que sucedia com o infanticídio, o feto ainda não ser uma vida, sobretudo até aos três ou quatro meses de gestação, quando a mãe ainda “não sente a criança”.

O neonaticídio e o aborto eram crimes eminentemente femininos.<sup>324</sup> O papel do homem na sua execução, aqui entendido como aquele que participou na concepção da criança, poderia ser de autor, co-autor ou cúmplice. Neste último caso, a sua intervenção podia ser directa ou indirecta. Julgamos que a sua participação se situava mais neste último patamar, recorrendo a diversas formas de coação e pressão sobre as mulheres. Encontrámos apenas uma ocorrência em que o homem surgiu como protagonista do delito, embora desconheçamos as circunstâncias do seu envolvimento.<sup>325</sup>

Por vezes, os recém-nascidos, subnutridos e mal agasalhados, abandonados ao relento, em espaços públicos ou privados, nas soleiras das portas ou junto aos pátios, com a finalidade de serem encontrados, acabavam por perecer. O número de crianças abandonadas parece ter conhecido um incremento, a partir de meados da década de sessenta do século XIX. Só no ano de 1869, no distrito de Viana do Castelo, encontrámos 18 casos de abandono de crianças recém-nascidas, maioritariamente do sexo masculino, e pelo menos uma delas acabou por falecer.<sup>326</sup> Nas comunicações semanais efectuadas entre as autoridades administrativas sobre as ocorrências criminais, não consta qualquer referência ao abandono de crianças nas décadas anteriores.

Na década de sessenta de oitocentos, as Rodas, instituições de acolhimento de crianças expostas, além de acautelarem o anonimato dos depositantes, procuravam garantir a sobrevivência dos recém-nascidos, livrando-os de uma possível morte, dada a forte possibilidade

---

<sup>323</sup> A prestação de auxílio pelas autoridades e a denúncia de mulheres suspeitas da prática de neonaticídio eram habituais em várias regiões da Europa, nos séculos XVII e XVIII. Veja-se Spierenburg, Pieter, *A History of Murder. Personal Violence in Europe from the Middle Ages to the Present...*, p. 152.

<sup>324</sup> Sobre o carácter essencialmente feminino do delito de infanticídio na Inglaterra e Nova Inglaterra, no período compreendido entre os séculos XVI e XIX, veja-se Hoffer, Peter C; Hull, N. E. H, *Murdering Mothers: Infanticide in England and New England 1558-1803...*, pp. 95-111.

<sup>325</sup> Em 1841, no concelho de Valadares, João José Marco viu um homem com um embrulho debaixo do braço, tendo descoberto que se tratava duma criança. Este indivíduo lançou-a ao rio e partiu, posteriormente, em direcção a Monção. AHGCVC, *Registo dos ofícios dirigidos ao Ministério do Reino*, n.º 1.9.4-13, não paginado.

<sup>326</sup> AHGCVC, *Crimes, 1869*, n.º 1.16.5-1, não paginado.

de serem abandonados ou vítimas de infanticídio.<sup>327</sup> Além das motivações políticas, religiosas, demográficas e assistenciais que pesaram na sua criação, as Rodas constituíram uma resposta às dificuldades económicas e sociais dos progenitores das crianças, dado que a pobreza e a desonra seriam as principais causas do seu abandono.<sup>328</sup>

No século XIX, as Rodas começaram a ser alvo de críticas severas face ao aumento do número de expostos e, consequentemente, do acréscimo da despesa pública com a sua criação e sustentação, passando a ser encaradas como instituições que alimentavam a promiscuidade, ao garantirem um porto seguro para os frutos de ligações ilegítimas e ao permitirem que as mulheres se eximissem ao seu papel de mães. Em 1861, o administrador do concelho de Valença lamentava que as Rodas, criadas com o objectivo “servir de abrigo e recato ao pudor ainda não perdido por uma fragilidade” se tenham transformado em “um subterfúgio à prostituição e à imoralidade”.<sup>329</sup> Por outro lado, as precárias condições de funcionamento e a elevada mortalidade que se registava entre os expostos também não abonavam em seu favor.<sup>330</sup>

---

<sup>327</sup> Sobre as razões subjacentes à fundação das Rodas leia-se Sá, Isabel dos Guimarães, “Abandono de crianças, identidade e lotaria: reflexões em torno de um inventário”, in *Inventário da Criação dos Expostos do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, Lisboa, Santa casa da Misericórdia, 1998, pp. XII-XIII. Veja-se da mesma autora “Abandono de crianças, infanticídio e aborto na sociedade portuguesa tradicional através das fontes jurídicas”, in *Penélope: fazer de desfazer história*, n.º 8, 1992, p. 75.

<sup>328</sup> A propósito das circunstâncias económicas determinantes para a exposição de crianças, entre a segunda metade do século XVIII e os inícios do século XIX, leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, “Meninos de ninguém: as crianças abandonadas no Pico de Regalados (séculos XVII-XX)”, in *Boletim Cultural*, n.º 1, Vila Verde, Câmara Municipal de Vila Verde, 2008, pp. 26-27.

<sup>329</sup> AMV, Administração do Concelho. *Registo da Correspondência expedida para diversas autoridades*, n.º 1.1.4.34, não paginado.

<sup>330</sup> Para um conhecimento da bibliografia produzida no século XIX, que incide sobre as instituições de guarda aos enjeitados, leia-se Marcílio, Maria Luiza, “A criança abandonada na História de Portugal e do Brasil”, in *IV Congresso Histórico de Guimarães. Do Absolutismo ao Liberalismo*, vol. IV, Braga, Câmara Municipal de Guimarães, 2009 pp. 338-339. Sobre as críticas apontadas às Rodas em Portugal leia-se Fonte, Teodoro Afonso da, *No limiar da honra e da pobreza. A infância desvalida e abandonada no Alto Minho (1698-1924)*, Vila Praia de Âncora, Ancorensis e Neps, 2005, pp. 191-192. Acerca do debate sobre a abolição da Roda, veja-se Silva, Susana Paula Franco Serpa, *Violência, Desvio e Exclusão na Sociedade Micaelense Oitocentista (1842-1910)*, vol. II..., pp. 669-680. Tese de doutoramento policopiada. Sobre a elevada mortalidade dos enjeitados, em Coimbra, consulte-se Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, Assistência e Controle Social em Coimbra (1750-1850)*, vol. I, Viseu, Palimage Editores, 2000, pp. 318-323.

Em 1840, o administrador do concelho de Valença enviou uma circular a todos os regedores, informando-os da preocupação do presidente da câmara daquela localidade com o crescente número de expostos, considerando que esse aumento se devia ao incumprimento da obrigação de as mulheres grávidas comunicarem os seus partos e da acção pouco zelosa dos cabos de polícia que tinham a incumbência de vigiar a sua conduta. Subjacentes ao discurso das entidades camarárias, estão questões de carácter financeiro e demográfico, pois receavam que a subida do número de expostos provocasse o aumento das despesas e que a falta de vigilância facilitasse a prática de infanticídios.<sup>331</sup>

Aos cabos de polícia competia verificar, diariamente, se alguma mulher solteira estava grávida. Se tal acontecesse, deviam conduzi-la à presença do regedor, o qual, perante duas testemunhas, a obrigaria a assinar um termo onde se comprometia a participar o nascimento da criança e a criá-la. Se se ausentasse da sua freguesia, antes ou depois de assinar o referido termo, o cabo de polícia devia averiguar o local de destino e informar o regedor e este, por sua vez, devia participar a ocorrência ao administrador do concelho. Caso não fosse possível ao cabo de polícia descobrir o paradeiro da mulher grávida, esperava-se que esta regressasse ao lugar de residência, sendo então detida e conduzida à administração do concelho. Em Valença, foi decidido que, a partir de Setembro de 1840, o regedor e o cabo de polícia seriam responsabilizados e incorreriam nas sanções previstas na lei, se se viesse a descobrir que as mulheres solteiras, que tivessem depositado as suas crianças na Roda, não tinham sido notificadas de acordo com o que estava estabelecido.<sup>332</sup>

A intimação das mulheres grávidas, fossem solteiras, viúvas ou com maridos ausentes, era um mecanismo preventivo, estabelecido pelo alvará de 18 de Outubro de 1806. Tinha em vista conhecer o destino que seria dado aos recém-nascidos, cujas mães se encontrassem numa situação de maior fragilidade e pudessem “dar conta da criança”, colocando-a na Roda, provocando o aborto ou praticando o infanticídio.<sup>333</sup> O sucesso desta medida dependia, em larga medida, do empenho das autoridades responsáveis.

---

<sup>331</sup> AMV, Administração do Concelho. *Registo da Correspondência expedida para diversas autoridades*, n.º 1.1.4.30, não paginado.

<sup>332</sup> AMV, Administração do Concelho. *Registo da Correspondência expedida para diversas autoridades*, n.º 1.1.4.30, não paginado.

<sup>333</sup> Confira-se Silva, António, Delgado da, *Collecção da Legislação Portuguesa, desde a última compilação das Ordenações*, vol. V, Lisboa, Tipographia Maygreense, 1826-30, pp. 414-418.

**Quadro 3.** Resultado das intimações feitas às mulheres solteiras, viúvas e casadas com maridos ausentes, grávidas e não recatadas (1864)

Concelhos	Número de intimações	Crianças criadas pela sua mãe ou à sua conta	Com subsídio	Falecimentos e óbitos de crianças
Arcos de Valdevez	43	34		8
Caminha	29	26		3
Coura	8	8		-
Melgaço	-	-		-
Monção	58	43		14
Ponte da Barca	26	22	(6 meses)	2
Ponte de Lima	18	13	1	3
Valença	40	33		4
Viana do Castelo	7	7		-
Vila Nova de Cerveira	17	11		3
Total	243	197	1	37

Fonte: *Relatório apresentado a Junta geral de districto de Viana do Castelo na sessão ordinária de 1866...*, não paginado.

Como se pode observar no quadro 3, o número de mulheres intimadas conheceu variações consideráveis consoante os concelhos, sendo de admitir que estes resultados dependeriam, como já referimos, da acção das autoridades administrativas. Por exemplo, enquanto no município de Viana do Castelo foram convocadas apenas sete mulheres, solteiras, viúvas ou com maridos ausentes, no concelho de Monção, apesar de menos populoso, foram notificadas 58.<sup>334</sup> Podemos igualmente verificar que a maior parte das mulheres solteiras acabou por criar os seus filhos, provavelmente porque, entretanto, contraíram matrimónio e estes foram legitimados. Por outro lado, é possível encontrar três casos de mulheres que se ausentaram do local de residência logo após terem sido intimadas pelas autoridades: num deles, ocorrido no concelho de Ponte de Barca, uma mulher expôs o seu filho e, seguidamente, desapareceu; nos

<sup>334</sup> A mesma situação de desequilíbrio foi constatada por Teodoro da Fonte para os anos de 1862 e 1863. Fonte, Teodoro Afonso da, *No limiar da honra e da pobreza. A infância desvalida e abandonada no Alto Minho (1698-1924)...*, pp. 270-271.



outros dois, as mulheres, após o parto, partiram com os seus rebentos, desconhecendo-se o destino que tomaram.<sup>335</sup>

A acumulação de críticas ao funcionamento das Rodas, que se fizeram sentir a partir da segunda metade do século XIX, culminaram na sua extinção em 1867, sendo criados, em sua substituição, os hospícios para cumprir a mesma função e pôr fim à clandestinidade dos abandonos.<sup>336</sup> No entanto, apesar de o regulamento sobre a exposição das crianças, em vigor no distrito de Viana do Castelo desde um de Julho de 1866, prever a sua admissão nos hospícios, desde que devidamente justificada, o abandono clandestino continuava a ser possível, uma vez que, como assinalou Teodoro da Fonte, havia um parágrafo no referido regulamento que permitia o acolhimento de crianças que fossem encontradas expostas e abandonadas.<sup>337</sup> Surgiram, por conseguinte, novos rituais de exposição de crianças, a coberto do anonimato, que já não eram deixadas na Roda, mas à porta dos hospícios ou noutros locais, para serem encontradas e encaminhadas para essas instituições.

A partir de 1866, verificou-se o crescimento dos valores do crime no distrito em consequência do aumento exponencial dos delitos inseridos na categoria de não classificados, identificados pelas autoridades como sendo, na sua larga maioria, abandono de crianças, como se pode observar no quadro 4.<sup>338</sup>

---

<sup>335</sup> *Relatório apresentado a Junta geral de districto de Viana do Castelo na sessão ordinária de 1866...*, não paginado.

<sup>336</sup> Veja-se Sá, Isabel dos Guimarães; Cortes, Nuno Osório, "A assistência à infância no Porto do século XIX: expostos e lactados", in *Cadernos de Noroeste*, vol. 5 (1-2), 1992, p. 181.

<sup>337</sup> Confirme-se Fonte, Teodoro Afonso da, *No limiar da honra e da pobreza. A infância desvalida e abandonada no Alto Minho (1698-1924)...*, pp. 201-202.

<sup>338</sup> *Relatório apresentado a Junta geral de districto de Viana do Castelo na sessão ordinária de 1866...*, não paginado; *Relatório apresentado a Junta geral de districto de Viana do Castelo na sessão ordinária de 1868...*, não paginado; *Relatório apresentado a Junta geral de districto de Viana do Castelo na sessão ordinária de 1869...*, não paginado.

**Quadro 4.** Crimes não classificados (1839-1868)

Ano	N.º de crimes não classificados
1839	0
1842	2
1843	1
1844	9
1845	7
1849	8
1851	8
1852	12
1856	7
1857	2
1858	5
1859	8
1860	6
1861	2
1862	6
1863	4
1864	1
1865	9
1866	31
1867	75
1868	94
Total	297

Fonte: *Diário do Governo* de 20.02.1840; *Diário do Governo* de 7.09.1843; *Diário do Governo* de 1.05.1844; *Diário do Governo* de 16.04.1845; AHGCVC, Registo dos officios dirigidos ao Ministério do Reino, n.º 1.9.4-13, não paginado; Crimes cometidos em Viana do Castelo, n.º 1.16.5.3-1, não paginado; ANTT, M.N.E.J., Maço 249, Caixa 201, documento não paginado; *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1857...*, 1858, p.13; *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1856...*, 1857, p. 277; *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1858...*, pp. 33-34; *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1861...*, 1865, p. 7; *Relatório apresentado a Junta geral de districto de Viana do Castelo na sessão ordinária de 1866...*, não paginado; *Relatório apresentado a Junta geral de districto de Viana do Castelo na sessão ordinária de 1868...*, não paginado; *Relatório apresentado a Junta geral de districto de Viana do Castelo na sessão ordinária de 1869...*, não paginado.

O abandono de crianças era comunicado pelo administrador do concelho ao governo civil, juntamente com as demais ocorrências criminais que tinham lugar nos respectivos municípios. No que respeita apenas ao concelho de Viana do Castelo, apurámos a ocorrência de

23 casos, entre Agosto de 1868 e Dezembro de 1869.<sup>339</sup> O abandono de crianças era um delito cometido sobretudo durante a noite.<sup>340</sup> A coberto da escuridão, as crianças eram depositadas, algumas dentro de cestos, à porta de particulares ou dos hospícios, sem que fosse identificado quem as transportava.<sup>341</sup>

### 2.1.5. O suicídio

O primeiro Código Penal português é omissivo acerca do suicídio, sendo, portanto, um acto que, sob o ponto de vista legal, não era punível. No entanto, segundo o artigo 354.º do mesmo documento, para quem auxiliasse o suicida estava prevista a aplicação de pena correcional de degredo perpétuo para a Índia.<sup>342</sup> Apesar de não estar contemplado no Código Penal, o forte enraizamento da moral cristã, associado à penalização imposta pelo Direito Canónico, que proibia a realização dos ritos funerários a suicidas, contribuiu para que o suicídio fosse considerado um acto vergonhoso, não apenas para o suicida, mas também para os seus familiares.

Apenas em 1918, o Papa Bento XV autorizou rituais funerários para os suicidas e loucos que tivessem mostrado arrependimento, o que pode explicar a presença do suicídio nos mapas criminais elaborados no século XIX, apesar de não ser considerado um crime. Por outro lado, a necessidade de se proceder a investigações, de se realizar um corpo de delito, inquirir testemunhas, ou verificar se alguém contribuiu para a sua ocorrência, também explicam a referência ao suicídio nas estatísticas do crime. No século XIX, o estigma social que recaía sobre o suicídio agravou-se relativamente ao século anterior, em resultado do estabelecimento da associação entre o suicídio e a loucura.

As autoridades, regedores e administradores do concelho, demonstravam uma certa relutância na comunicação de suicídios, procurando dissimulá-los ou mesmo encobri-los. Havia

---

<sup>339</sup> AHGCVC, Administrador do concelho de Viana do Castelo. *Ofícios dirigidos ao Governador Civil deste districto. Anos de 1868 a 1870*, n.º 5.16.2.5, não paginado.

<sup>340</sup> AHGCVC, *Crimes, 1869*, n.º 1.16.5-1, não paginado.

<sup>341</sup> Segundo Teodoro da Fonte, a população persistia em confundir os hospícios com as antigas Rodas, continuando a apelidar as hospitaleiras de rodeiras. Veja-se Fonte, Teodoro Afonso da, "Rituais, encenações e estratégias familiares no Alto Minho. As crianças expostas nas Rodas/Hospícios ao longo do século XIX", in *IV Congresso Histórico de Guimarães. Do Absolutismo ao Liberalismo*, vol. IV..., p. 175.

<sup>342</sup> Confirme-se *Código Penal de 1852...*, p. 113.

sempre lugar ao levantamento de uma segunda hipótese, à suposição e à dúvida, devido à ausência de testemunhas ou ao desconhecimento de motivação.<sup>343</sup> Quando esta existia e se afigurava incontestável, não se negava a sua importância, sobretudo quando se tratava de alienação, no intuito de limitar o livre arbítrio do suicida ou o grau de premeditação do acto. Pelo contrário, procurava-se destacar o estado anormal do suicida, de modo a torná-lo inimputável aos olhos da sociedade, do Estado e de Deus. A loucura era a justificação por excelência, até porque o estado de demência ou de desespero evocado pela autoridade civil gerava um sentimento de piedade e não de condenação.

Nos casos estudados, relativos ao período compreendido entre 1836 e 1869, e de acordo com as fundamentações apresentadas, 45% dos suicídios foram justificados pela alienação mental e em 40% dos casos não foi referida a causa; 7,5% resultaram do desespero provocado por doença e igual percentagem de questões passionais, relacionadas com paixões mal resolvidas e desgostos familiares; 5% foram causados por problemas económicos, designadamente dívidas de jogo; e 2,5% deveram-se à vergonha provocada por boatos e calúnias.<sup>344</sup> Deste modo, podemos concluir que as causas de suicídio no Alto Minho se dividiam

---

<sup>343</sup> Em Outubro de 1840, José Luís da Rocha, natural do concelho de Valença, suicidou-se com veneno. No entanto, apesar do recurso à palavra “suicídio” logo na primeira frase do seu ofício, o administrador daquele concelho recuou no discurso ao afirmar que José Luís “o fez por engano”, uma vez que confundiu o pó do arsénico com o dos medicamentos que lhe tinham sido prescritos pelo médico. Todavia, parece-nos pouco verosímil esta justificação, sendo antes uma tentativa de iludir a prática de suicídio. AMV, Administração do Concelho. *Correspondência para o Administrador Geral (1840-1842)*, n.º 1.1.4.5, não paginado. Em 1845, Maria, natural do concelho de Ponte de Lima, descrita pelas autoridades como “não sendo bem ajuizada”, apareceu afogada na freguesia de Santa Marinha de Arcozelo, sabendo-se que o marido tinha dado pela sua falta de madrugada. No entanto, o administrador do concelho parecia não estar certo de esta ter cometido suicídio, colocando a possibilidade de acidente, uma vez que, de madrugada, o caudal do rio podia ter subido e ela ter escorregado em alguma pedra. AMPL, Administração do concelho de Ponte de Lima, *Livro de registo da correspondência expedida para o governo civil*, n.º 2.2.1-12, não paginado.

<sup>344</sup> AGHCVC, *Registo dos ofícios para o Ministério do Reino - Setembro de 1835 a Outubro de 1836*, n.º 1.9.4.10, não paginado; *Correspondência com os administradores dos concelhos. Janeiro de 1850 a Dezembro de 1850*, n.º 1.7.2.12, não paginado; *Correspondência com os administradores dos concelhos*, n.º 1.7.2.19, não paginado; AMV, Administração do Concelho. *Correspondência para o administrador geral, (1840-1842)*, n.º 1.1.4.5, não paginado; *Correspondência para o administrador geral*, n.º 1.2.1.10, não paginado; *Registo Geral de Janeiro a Junho de 1857*, n.º 1.10.3.4, não paginado; ADVC, Administração do Concelho. *Registo da Correspondência expedida*, n.º 5.16.4.14; AMPL, Administração do Concelho. *Copiador dos ofícios dirigidos ao administrador geral*, n.º 2.2.2.43, não paginado; *Livro de registo da correspondência expedida para o governo civil*, n.º 2.2.1-12, não paginado; *Livro*

em quatro grandes categorias: físicas, sentimentais, mentais e económicas. Por outro lado, em vários dicionários, a palavra suicídio, surgida pouco antes nos inícios de setecentos,<sup>345</sup> simplesmente não está mencionada, o que pode indiciar o desconforto que este acto provocava e, por consequência, justificaria o silenciamento que sobre ele recaía. A generalização desta palavra na sociedade portuguesa só acontecerá no século XIX.<sup>346</sup>

A sonegação a que o suicídio foi votado durante séculos dificulta o estudo da sua evolução. As estatísticas, onde constam os suicídios consumados em Portugal a partir de 1837, são pouco fiáveis, uma vez que a maior parte das ocorrências era encoberta, devido ao estigma e à condenação moral que sobre ele recaía.<sup>347</sup> No ano de 1837, onde não estão considerados todos os distritos, nem abrangidos todos os meses, verificaram-se dois suicídios, um em Lisboa e outro no Porto, o que nos parece estar muito aquém dos números expectáveis.<sup>348</sup>

A partir de 1855, com o aparecimento da imprensa no Alto Minho, a ocultação ou a dissimulação dos casos de suicídio tornava-se cada vez mais difícil, pois passaram a ser noticiados e descritos com todos os pormenores. Em Março de 1868, o periódico *O Vianense* relatava uma tentativa de suicídio protagonizado por uma mulher, alegadamente por causa da infidelidade do marido. O mesmo jornal não se coibiu de opinar sobre o sucedido, desvalorizando o móbil de acto tão trágico: “Se pega a moda as colunas dos jornais não

---

*de registo da correspondência expedida para o governo civil*, n.º 2.2.1.15, não paginado; *A Aurora do Lima*, 22 de Abril de 1856, n.º 52, não paginado; 10 de Maio de 1856, n.º 59; 13 de Agosto de 1862, n.º 999, não paginado; *A Razão*, 8 de Julho de 1857, n.º 380, não paginado; 1 de Maio de 1857, n.º 362, não paginado; *O Vianense*, 1 de Julho de 1859, n.º 183, não paginado; 13 de Janeiro de 1860, n.º 275, não paginado; 13 de Abril de 1860, n.º 313, não paginado; 18 de Abril de 1860, n.º 315, não paginado; 21 de Janeiro de 1862, n.º 578, não paginado.

<sup>345</sup> Segundo Georges Menois, antes utilizava-se a expressão “carrasco de si mesmo”, só em inícios dos séculos XVIII surgiu a palavra “suicídio”. Veja-se Minois, Georges, *História do Suicídio*, Lisboa, Editorial Teorema, 1998, p. 10. Segundo Michael MacDonald, a palavra “suicide” não teria surgido na Inglaterra antes de 1630 e a sua generalização não se verificou antes do século XVIII. MacDonald, Michael, “The Secularization of Suicide in England 1660-1800”, in *Past and Present*, n.º 111, 1986, p. 53.

<sup>346</sup> Bluteau, Raphael, *Vocabulário Portuguez e Latino, 1712-1718*, Lisboa, Oficina de Pascoal da Silva, 1712-1728; Mello Bacellar, Bernardo de Lima, *Diccionario da Lingua Portuguesa*, Lisboa, Officina de Jozé Joaquim Aquino Bulhoens, 1783.

<sup>347</sup> Ainda hoje, tal questão se levanta sobre as estatísticas oficiais que incidem sobre os suicídios cometidos no nosso país, em resultado da vergonha associada a este acto. Confira-se Monteiro, Ana; Velhas, Edite, “Estados do tempo e suicídio – coincidência ou consequência?”, in *Colóquio Ibérico de Geografia*, VI, Porto, 1992, pp. 851-870.

<sup>348</sup> *Diário do Governo* de 19-01-1838, n.º 37, p. 65.

comportarão a enumeração de todos os suicídios que terão de dar-se por igual motivo.”<sup>349</sup> O certo é que o adultério e as desavenças conjugais foram apontados causas de tentativa ou consumação do suicídio feminino.

O suicídio e a morte foram conhecendo várias transformações ao longo da história. Aliás, será a própria religião cristã a ditar a condenação do suicídio e o desenvolvimento de um sentimento de repúdio face ao mesmo. A este propósito, é de considerar a pluralidade de atitudes perante o suicídio na Antiguidade Clássica, contrastante com o Cristianismo, que, apesar de ter absorvido o seu legado científico-filosófico, a exclui de qualquer interferência na fundamentação da sua moral, centrada nas Escrituras e na Tradição.

Para Santo Agostinho, o indivíduo que se atrevesse a atentar contra a própria vida estava a usurpar uma prerrogativa pertencente ao Estado e à Igreja, cometendo o maior dos pecados, dada a inexistência de perspectiva de arrependimento.<sup>350</sup> Assim, no concílio de Arles, no ano 452, o suicídio foi definido como o maior dos pecados. Em 533, no concílio de Orleães, foi proibido o funeral religioso para todos os suicidas. Esta decisão foi reforçada em 1284, em Nîmes, quando foram confirmadas as restrições aos funerais de suicidas.<sup>351</sup> S. Tomás de Aquino corroborou a perspectiva de que o suicídio é um atentado praticado contra Deus, mas também contra a sociedade e a caridade.<sup>352</sup>

O sentimento de repúdio associado ao suicídio e a quem o praticava foi-se disseminando por toda a Europa, à medida que se desenvolvia o processo de evangelização do continente. Este acto era visto como um pecado, uma vez que o homem não poderia dispor da sua própria vida, mas apenas devia “administrá-la”. Agravaram-se as punições civis e eclesiásticas sobre os suicidas: os seus cadáveres eram pendurados e arrastados, a sua memória era enxovalhada, os seus bens eram confiscados e a família perseguida. A intenção era punir o corpo, dado que a alma seria julgada mais tarde.

---

<sup>349</sup> *O Vianense*, 26 de Março de 1868, n.º 1505, não paginado.

<sup>350</sup> Sobre o pensamento de Santo Agostinho acerca do suicídio leia-se Netto, Nilson Berenchtein, *Suicídio: Uma análise psicossocial a partir do materialismo histórico dialéctico*, São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007. Tese de mestrado policopiada, p. 28.

<sup>351</sup> Confirma-se Netto, Nilson Berenchtein, *Suicídio: Uma análise psicossocial a partir do materialismo histórico dialéctico...*, p. 28.

<sup>352</sup> Sobre o pensamento de São Tomás de Aquino sobre o suicídio leia-se, Minois, Georges, *História do Suicídio...*, pp. 45-46.

No século XVIII, intensificou-se o debate sobre o suicídio, suscitado por correntes de pensamento, como o racionalismo e o romantismo, que defendiam que se tratava de um acto resultante da loucura e que, por conseguinte, não devia ser penalizado. Para os homens das Luzes, o suicídio não era um problema colectivo, mas individual, e quem o praticava não devia ser encarado como criminoso, mas antes como vítima. Em consequência, na segunda metade do século XVIII, assistiu-se à suavização das penas aplicadas aos suicidas e seus familiares, contribuindo para o efeito a preconização da separação entre o Estado e a Igreja.

Com o advento do século XIX, encerrou-se o debate que se arrastava desde o Renascimento e assistiu-se à culpabilização do suicídio, em grande parte devido ao aparecimento das primeiras estatísticas e ao desenvolvimento das ciências sociais e humanas, que, ao transformá-lo em objecto de estudo, complexificaram-no, contribuindo para a responsabilização, não só do indivíduo que atentava contra a própria vida, mas também da sociedade.<sup>353</sup>

Através das fontes compulsadas, verificámos que, pelos menos da parte das autoridades civis, havia um claro esforço no sentido de isentar de culpa o suicida, apresentando-o como vítima de determinadas contingências que limitariam a sua livre vontade, sendo por isso merecedor de benevolência e compaixão.<sup>354</sup> O uso frequente de palavras como “a infeliz”, “o desgraçado” corrobora esta tendência para a vitimização do suicidário. Desvalorizava-se o livre arbítrio, sendo admitida toda a espécie de factores que poderiam condicionar o espírito humano e contribuir para o cometimento de tais actos. Por exemplo, em caso de suicídio por envenenamento, condenava-se a facilidade com que os normativos legais eram contornados e as substâncias deletérias eram adquiridas em boticas e drogarias.<sup>355</sup>

---

<sup>353</sup> Minois, Georges, *História do Suicídio...*, pp. 389-397.

<sup>354</sup> George Minois identifica o mesmo sentimento de piedade pelos suicidas na Bretanha rural, no período compreendido entre 1715 e 1788, motivada pela sua possível loucura. Minois, Georges, *História do Suicídio...*, pp. 345-350.

<sup>355</sup> O jornal *O Vianense*, na sua edição de 2 de Maio de 1863, publicou um estudo realizado em França em que se concluiu que o suicídio masculino era “vinte e cinco vezes mais frequente” por estrangulação ou suspensão do que por envenenamento e usava quatro vezes mais armas de fogo do que instrumentos contundentes. Por seu turno, a mulher recorria sessenta e quatro vezes mais ao afogamento do que às armas de fogo. Naquele país, a mulher utilizava sobretudo o veneno para se suicidar, enquanto o homem recorria mais à suspensão. *O Vianense*, 2 de Maio de 1863, n.º 769, não paginado.

No Alto Minho, nos casos analisados, o método mais utilizado para o suicídio masculino era o enforcamento, que acontecia, preferencialmente, no quarto, aproveitando a ausência dos outros moradores da casa, ou em locais isolados. O segundo método mais frequente era o disparo de armas de fogo, sobretudo espingardas e bacamartes, e, nalguns casos, recorria ainda ao afogamento, ao envenenamento e a armas brancas, ou até a formas mais singulares, como, por exemplo, a estacas para se trespassar.<sup>356</sup> O afogamento era o processo mais usado pela mulher.

Alguns episódios mostram que os suicidas estavam deveras apostados na concretização dos seus intentos. Josefa, mulher casada, moradora na freguesia de Vitorino de Piães, concelho de Ponte de Lima, aproveitando a saída de toda a família para a missa, atentou contra a própria vida lançando-se num ribeiro. Como este não tinha fundura suficiente, ela própria escavou uma poça com as mãos, onde meteu a cabeça, acabando por morrer.<sup>357</sup>

As mulheres não recorriam a armas de fogo para a prática do suicídio, até porque não estavam ao seu alcance nem tinham prática no seu uso. O mesmo não acontecia em relação às armas brancas, pois, durante o período analisado, uma mulher serviu-se duma faca e outra duma navalha para porem termo à própria vida.<sup>358</sup> Durante o mesmo período, apenas um homem usou a faca para esse fim.<sup>359</sup> Também houve casos de mulheres que se envenenaram, usando arsénico, e outras que se enforcaram. Os métodos femininos podiam ser mais falíveis, originando várias tentativas frustradas de suicídio.

Os suicídios ocorriam preferencialmente de manhã, quando as pessoas saíam de casa para trabalhar no campo ou nos seus ofícios, e alguns “à hora da missa”, por serem os momentos que proporcionavam o isolamento que o acto exigia. Assim se explica que seja a noite o período com um menor número de suicídios, quando o agregado familiar estava reunido, tornando mais difícil, mas não impossível, a concretização de tais acções.

---

<sup>356</sup> AMPL, Administração do concelho. *Livro de registo da correspondência expedida para o governo civil*, n.º 2.2.1-12, não paginado; *O Vianense*, 21 de Janeiro de 1862, n.º 578, não paginado.

<sup>357</sup> AMPL, Administração do Concelho de Ponte de Lima. *Livro de registo da correspondência expedida para o governo civil*, n.º 2.2.1.15, não paginado.

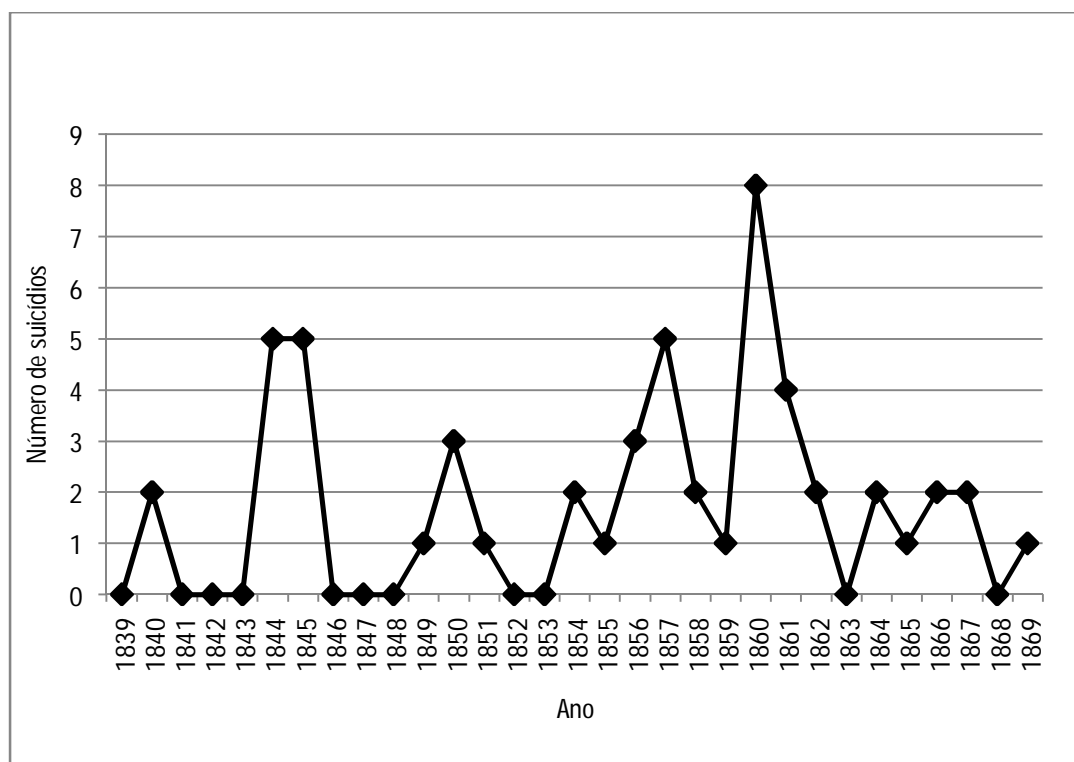
<sup>358</sup> AMV, Administração do concelho, *Correspondência para o administrador geral*, n.º 1.2.1.10, não paginado. *A razão*, 8 de Julho de 1857, n.º 380, não paginado.

<sup>359</sup> AMPL, Administração do Concelho. *Copiador dos ofícios dirigidos ao administrador geral*, n.º 2.2.2.43, não paginado.



Segundo as estatísticas respeitantes ao período compreendido entre 1839 e 1869, com excepção dos anos de 1840, 1841, 1846, 1847, 1848, 1850, 1853, 1854 e 1855, para os quais não dispomos de informação, registaram-se 45 suicídios no distrito de Viana do Castelo. Conjugando os dados das estatísticas com os enviados pelos administradores dos concelhos ao governador civil, conseguimos obter um conhecimento bastante sustentado sobre o número de suicídios nesta região, ao longo de 30 anos, exibido no gráfico 16.

**Gráfico 16.** Suicídios no distrito de Viana do Castelo (1839-1869)



Fontes: *Diários do Governo* de 20.02.1840; 7.09.1843; 1.05.1844; 16.04.1845; ANTT, M.N.E.J., Maço 249, Caixa 201, documento não paginado; AHGCVC, *Registo dos officios para o Ministério de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12, não paginado; *Registo dos officios dirigidos ao Ministério do Reino*, n.º 1.9.4-13, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino de Maio de 1843 a Junho de 1844*, n.º 1.9.4-14, não paginado; *Correspondência do Ministério do Reino - 1 Julho de 1844 a 31 de Dezembro de 1845*, n.º 1.9.4.15, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino-1851*, n.º 1.9.4-19, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Janeiro de 1852 a Fevereiro de 1853*, n.º 1.9.4.20, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Março 1853 - Janeiro 1854*, n.º 1.9.4.23, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Fevereiro de 1854*, 1.9.4.22, não paginado; *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1856...*, 1857, p. 277; *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1857...*, 1858, p. 13; *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1858...*, 1859, pp. 33-34; *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1861...*, 1865, p. 7; *Relatório apresentado a Junta geral de districto de Viana do Castelo na sessão ordinária de 1866...*, não paginado; *Relatório apresentado a Junta*

*geral de districto de Viana do Castelo na sessão ordinária de 1868...*, não paginado; *Relatório apresentado a Junta geral de districto de Viana do Castelo na sessão ordinária de 1869...*, não paginado.

Assim, entre 1839 e 1869, no distrito de Viana do Castelo, houve 53 suicídios. Pela força dos números, sobressaem os anos de 1860, com oito ocorrências, e os de 1844, 1845 e 1857, com cinco em cada um.

O mês em que se registava um maior número de atentados contra a própria vida era Abril, seguido de Março e Julho. No período em análise, verifica-se uma ligeira concentração dos suicídios na Primavera, seguindo-se o Outono, o Verão e, por último, o Inverno.

Se atendermos ao contexto nacional, constatamos que, logo no ano de 1839, nenhum distrito apresenta uma situação anómala, com excepção de Lisboa, que, nesse ano, registou 27 suicídios, valores facilmente explicáveis pelo maior número de efectivos populacionais. Os restantes 16 distritos não iam além de um ou dois suicídios.<sup>360</sup> Em 1843, registou-se um aumento considerável de ocorrências desta natureza, tendo-se verificado 52 casos, mas nos dois anos imediatos baixou para 38 e 37 casos, respectivamente.<sup>361</sup> Quanto ao sexo dos suicidas, verifica-se que, entre 1836 e 1869, 52,5% dos casos analisados dizem respeito a mulheres, ao passo que os homens se ficaram pelos 47,5%.<sup>362</sup>

A falta de cuidados profiláticos para o tratamento de certas moléstias, ou a solidão decorrente da doença, da viuvez, ou da idade avançada, podiam conduzir a situações desesperantes de degradação física e emocional, levando as pessoas a antecipar o fim da sua vida.<sup>363</sup> Por outro lado, a inexistência de um enquadramento institucional que possibilitasse o internamento de indivíduos que padecessem de perturbações psíquicas, também explicará, certamente, alguns dos suicídios cometidos. A maioria dos indivíduos que apresentava sintomas de demência era mantida em casa, no seio da família. Por vezes, era solicitado o seu acolhimento no Hospital de S. José em Lisboa e, posteriormente, no hospital de Rilhafol. No entanto, de acordo com a portaria de 20 de Maio de 1850, só eram admitidos naquele hospital

---

<sup>360</sup> Confira-se *Diário do Governo* de 20.02.1840, n.º 44, p. 237.

<sup>361</sup> Veja-se *Diário do Governo* de 1.05.1844, n.º 102, p. 571; *Diário do Governo* de 16.04.1845, n.º 88, p. 409.

<sup>362</sup> Os nossos resultados têm por base 40 casos estudados.

<sup>363</sup> Ilustrador desta situação é o suicídio de Maria de Sousa, residente na freguesia de Grade, concelho de Arcos de Valdevez, que se enforcou na sua própria casa, em consequência das dores causadas por doenças de que padecia. AHGCVC, *Registo dos officios para o Ministério do Reino, Setembro de 1835 a Outubro de 1836*, n.º 1.9.4.10, não paginado.

indivíduos pobres, sem família ou sem meios de subsistência.<sup>364</sup> Muitos acabavam encerrados nos cárceres locais e outros, abandonados à sua sorte, punham termo à vida. Foi o que aconteceu com uma mulher, declarada demente, natural da freguesia de Estorãos, concelho de Ponte de Lima. No dia 20 de Agosto de 1840, desapareceu, tendo sido encontrada afogada, dias depois, na freguesia de Vila Mou, pertencente ao concelho de Viana do Castelo.<sup>365</sup> Alguns alienados ausentavam-se de casa, vagueavam pelas localidades e, mais tarde, apareciam mortos, concluindo-se, após investigação, que tinham cometido suicídio. Cabia ao administrador do concelho impedir que indivíduos com perturbações mentais deambulasse pelas respectivas circunscrições. Todavia, não lhes era atribuída competência para ordenarem o seu encarceramento ou o internamento em hospitais contra a vontade dos familiares.<sup>366</sup>

Em 1861, com o objectivo de tentar explicar a ocorrência de cinco suicídios cometidos nos últimos seis meses, o governador civil alegava que todos aqueles que “attentaram contra os seus dias, padecem de acessos de alienação mental”.<sup>367</sup> Sem qualquer ajuda, os doentes mentais encontravam-se desamparados, sendo necessário um sinal de aviso, uma tentativa falhada de suicídio, para que as autoridades tomassem as devidas precauções. Em 1854, o administrador do concelho dos Arcos de Valdevez foi louvado por ter conseguido impedir o suicídio de Germana, moça solteira e residente naquela vila. O governador civil, por seu lado, ordenou-lhe que apoiasse a sua recuperação.<sup>368</sup>

Por vezes, as autoridades tomavam conhecimento das motivações que estiveram na origem dos atentados contra a própria vida, através dos escritos deixados pelos suicidas. No entanto, no caso do Alto Minho e durante o período estudado, apenas em duas ocasiões se verificou essa circunstância. Noutras situações, as testemunhas, em geral familiares ou vizinhos, que, ocasionalmente, até conseguiam evitar a consumação do suicídio, descreviam as causas que, no seu entender, o justificariam.

---

<sup>364</sup> *Collecção official da Legilação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa*, anno de 1850, Lisboa, Imprensa Nacional, 1851, p. 216.

<sup>365</sup> ADVC, Administração do concelho de Viana. *Registo da correspondência expedida*, n.º 5.16.4.14, não paginado.

<sup>366</sup> Sobre as prerrogativas do administrador do concelho em relação aos alienados, atenda-se à portaria de 4 de Maio de 1850. *Collecção official da Legilação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa*, anno de 1850..., 1851, p. 188.

<sup>367</sup> AHGCVC, *Registo Geral, Novembro de 1860 a Maio de 1861*, n.º 1.10.3.9, não paginado.

<sup>368</sup> AHGCVC, *Correspondência com os administradores dos concelhos. Janeiro de 1853 a Agosto de 1854*, n.º 1.7.2.17, não paginado.

Os suicídios não eram apanágio de um estrato social ou grupo profissional específico, embora se considere que os militares teriam uma certa propensão para o cometimento de tais actos, devido à facilidade de acederem a armas e ao surgimento de estados depressivos, provocados, nomeadamente, pela dificuldade em lidarem com a dureza da vida castrense.<sup>369</sup> Entre 1839 e 1869, nos casos em que foi possível descobrir informação mais pormenorizada acerca da situação profissional dos que intentaram suicídio, encontrámos duas ocorrências relacionadas com a vida militar: um jovem que se terá suicidado por causa do seu recrutamento, e um militar, ainda no activo, que disparou sobre si próprio.<sup>370</sup> Além de militares, encontrámos um moleiro, um guarda do contrato do tabaco, caixeiros, lavradores, jornaleiros, ferreiros e um padre, entre os suicidas cuja profissão foi registada.

Se não nos podemos escusar de considerar a miséria como factor impulsionador destes actos, não é correcto associar o suicídio apenas às classes populares, já que atinge todos os estratos sociais, estando mais dependente de estados emocionais e psíquicos do que propriamente do estatuto económico-social. Em Novembro de 1855, suicidou-se por envenenamento D. Maria Benedita Calheiros de Lacerda, senhora de elevada condição social, devido a um desgosto familiar.<sup>371</sup> Em Fevereiro de 1844, Filipe de Abreu e Lima, senhor de Paço Vedro, suicidou-se com um tiro de pistola, por razões desconhecidas.

A idade dos suicidas raramente é mencionada. No entanto, a idade avançada de algumas pessoas, mais atreitas a todo o tipo de doenças, é apontada como uma das razões explicativas do suicídio.<sup>372</sup> Segundo Emile Durkheim, apoiado em estudos estatísticos relativos a vários países, a tendência para o suicídio tende a agravar-se à medida que caminhamos para a velhice, sendo nesta etapa da vida que a probabilidade de cometimento deste acto atinge o apogeu.<sup>373</sup>

---

<sup>369</sup> Minois, Georges, *História do Suicídio...*, pp. 367-371.

<sup>370</sup> *O Vianense*, 1 de Junho de 1859, n.º 183, não paginado. *A Aurora do Lima*, 18 de Fevereiro de 1859, n.º 475.

<sup>371</sup> AHGCVC, *Correspondência com o ministério do reino Março 1853-Janeiro 1854*, n.º 1.9.4.23, não paginado.

<sup>372</sup> Foi o caso de João Afonso Loureiro, homem com mais de 70 anos, natural da freguesia de Cabração, concelho de Ponte de Lima, sem problemas económicos, mas que padecia de “moléstia de fígado”, que no dia 15 de Abril de 1844, após ter ouvido missa, se suicidou. AMPL, Administração de Ponte de Lima. *Copiador dos officios dirigidos à Administração Geral*, n.º 2.2.2.43, não paginado.

<sup>373</sup> Sobre este assunto consulte-se Durkheim, Émile, *O Suicídio. Estudo Sociológico*, Lisboa, Editorial Presença, 2007, pp. 88-90.

Embora o suicídio não constituísse um crime juridicamente punível, não deixava de representar um delito aos olhos da sociedade. O forte enraizamento da tradição cristã e o castigo que esta consignava serviam para consolidar e perpetuar a vergonha e o estigma que recaíam sobre quem atentava contra a própria vida. A condição de suicida era denunciada perante a comunidade pela ausência dos rituais fúnebres, de modo a dissuadir atitudes idênticas, inaceitáveis para a Igreja Católica.

O próprio Estado, através dos seus representantes locais, numa atitude paradoxal, fomentava a dissimulação dos casos de suicídio e usava um discurso onde tentava justificá-los através de factores incontroláveis, como a alienação. Assim, explicava-se e desculpabilizava-se o que, eventualmente, poderia ser punido pela Justiça e pela Igreja.

## **2.2. Crimes contra a propriedade**

### **2.2.1. Os furtos e roubos**

A partir do século XVIII, na sequência da transição para uma sociedade industrializada e urbanizada, registaram-se, no contexto europeu, alterações significativas nos padrões da criminalidade.<sup>374</sup> Vários factores concorreram para essas mudanças, assumindo particular relevância o crescimento populacional, o agravamento das condições de vida dos mais pobres e as transformações no mundo do trabalho.

Todavia, estas transformações não ocorreram ao mesmo tempo em toda a Europa, havendo várias regiões que permaneciam isoladas e continuavam a registar padrões criminais próprios das sociedades do Antigo Regime. Era uma criminalidade caracterizada por um elevado número de delitos contra pessoas, superando os atentados contra a propriedade. Mesmo nos países onde a industrialização foi mais precoce, verificava-se a coexistência das duas tipologias de criminalidade, dado que as alterações económicas e sociais aconteceram mais tardiamente em certos locais do que noutros.<sup>375</sup>

Nas regiões onde o processo industrializador chegou mais tarde, nomeadamente em pequenas comunidades, como vilas e aldeias, onde a rusticidade e o isolamento eram mais

---

<sup>374</sup> Há um conjunto de factores que concorrem para a variação dos números da criminalidade, como a demografia, a urbanização, o desenvolvimento económico e a mudança social. Sobre este assunto leia-se Picca, Georges, *La Criminologie*, Paris, Presses Universitaires de France, 2007, p. 41.

<sup>375</sup> Confira-se Weisser, Michael R., *Crime and Punishment in Early Modern Europe*, Sussex, The Harvester Press, 1979, p. 107.

evidentes, descobrimos comportamentos há muito arredados das sociedades que conheceram os efeitos sociais e económicos da industrialização e da urbanização. Nas zonas onde o capitalismo industrial já estava instalado, o *status* social era medido pela riqueza. Onde imperavam os valores da burguesia, verificou-se um maior dinamismo na produção e na circulação de bens, o que não deixava de contribuir para aguçar a apetência dos “amigos do alheio”. Assim, em alguns países da Europa industrializada, de que a Inglaterra é o exemplo mais destacado, assistiu-se, ainda na centúria de setecentos, à transformação dos comportamentos criminais, ascendendo ao primeiro plano os atentados contra a propriedade. Em consequência desta realidade, alguns Estados europeus assumiram, ainda no período moderno, a defesa da propriedade como um dos principais objectivos, o que se veio a reflectir nos respectivos códigos penais.<sup>376</sup>

À medida que se avança para o século XIX, no conjunto dos atentados contra a propriedade, o número de crimes por furto tende a superar o de roubos, o que pode ser interpretado como um sintoma do progresso da sociedade e prenúncio do abrandamento da violência, bem como da adopção de novos valores nas relações sociais. Embora seja ténue, a linha que separa o roubo do furto é significativa. Joaquim José Caetano Pereira e Sousa define o furto nos seguintes termos:

“[...] a tirada clandestina, e fraudulenta da cousa alheia para o fim do lucro contra a vontade daquelle a quem compete a propriedade, ou a posse della.” Procede o furto a respeito de respeito de cousas móveis; porque nas imóveis, só se verifica a usurpação [...]. Diz-se furto tirada clandestina para se diferenciar do roubo, que se comette publicamente, e com violencia.”<sup>377</sup>

Acerca do roubo, o mesmo autor escreve:

“[...] Roubo he a tirada da cousa móvel para o fim do lucro com violencia feita à pessoa. [...] He preciso tambem para verificar-se este crime, que a tirada da cousa alheia seja acompanhada da força, e violencia feita à pessoa. [...] Não é preciso porem que a violencia seja levada ao ultimo grão, mas bastão as ameaças, e os gestos, quando obrigado por ellas o dono da causa a entrega.”<sup>378</sup>

---

<sup>376</sup> Allosa Aparicio, A., *La vara quebrada de la justicia. Um estudio histórico sobre la criminalidad madrileña entre los siglos XVI y XVIII*, Madrid, s/e., 2000, p. 143.

<sup>377</sup> Veja-se Sousa, Joaquim José Caetano e, *Classes dos crimes, por ordem systematica, com as penas correspondentes, segundo a legislação actual...*, p. 325.

<sup>378</sup> Confira-se Sousa, Joaquim José Caetano e, *Classes dos crimes, por ordem systematica, com as penas correspondentes, segundo a legislação actual...*, p. 333.

O aspecto fulcral que distingue o roubo do furto, e acarreta para os seus autores penas distintas, consiste no uso ou não de violência.

Em Portugal, na primeira metade do século XIX, ainda predominavam os atentados contra pessoas. No Alto Minho, até à década de sessenta do mesmo século e no âmbito dos crimes contra a propriedade, o número de roubos superava claramente o de furtos.<sup>379</sup>

Recuando até ao século XVIII, analisando os atentados contra a propriedade cometidos no concelho de Vila Nova de Cerveira, com base em fontes de carácter judicial, devassas e processos de querela, constatamos que os delitos desta natureza estavam relacionados com a conjuntura económica que então se verificava e que, naturalmente, afectava as condições de vida das populações.

O século XVIII foi um período de recessão económica em algumas regiões do Alto Minho, em resultado da grave crise que afectou o sector agrícola, e que teve repercussões sociais, lançando na pobreza muitos daqueles que viviam da terra. Num tempo em que, por vergonha, a pobreza nem sempre era assumida, ou não se conseguia beneficiar do necessário auxílio, ou este se revelava insuficiente, muitos optavam por lançar mão aos bens alheios, caindo, deste modo, na criminalidade.<sup>380</sup>

Furtava-se milho, dinheiro, peças em ouro, como colares, laços e contas, roupa de vestir e de cama. No concelho de Vila Nova de Cerveira, sobretudo no século XVIII, furtava-se gado, principalmente bovino, mas também cavalar.<sup>381</sup> Aliás, o furto de animais até nem era muito difícil, uma vez que era frequente deixá-los a pastar no campo, sem qualquer vigilância. Por outro lado, a sua transacção, que era o principal objectivo dos ladrões, também estaria bastante facilitada. Os animais de pequeno porte, como galinhas e coelhos, também não escapavam à avidez dos laráprios, tendo como destino o consumo imediato. Em finais do século XVIII e inícios do século XIX, as autoridades mostravam-se preocupadas com os constantes furtos de gado nos montes do Alto Minho, sendo motivo de queixas e exposições dirigidas à Intendência Geral da Polícia.<sup>382</sup>

---

<sup>379</sup> Sobre a evolução do padrão criminal em Portugal no século XIX veja-se Vaz, Maria João, *Crime e Sociedade. Portugal na segunda metade do século XIX...*, p. 159.

<sup>380</sup> Sobre a vergonha associada à pobreza leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *Rituais de caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)*, Braga, Edição da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2003, pp. 187-194.

<sup>381</sup> AMVNC, *Autos de falsidade, devassas, querelas, autos de injúria, precatórias - 1765-1788*, documento avulso.

<sup>382</sup> AHGCVC, *Documento Avulso*, não paginado.

Geralmente, os roubos e furtos praticados eram de pequena monta e tinham mais a ver com a luta pela sobrevivência do que propriamente com a ganância. Aliás, no Antigo Regime, os atentados contra a propriedade eram, habitualmente, protagonizados por pobres, ou seja, por aqueles que, dada a sua precariedade laboral e fragilidade económica, estavam mais sujeitos a cair na indigência. Estudos realizados sobre várias regiões da Europa mostram, por exemplo, a existência de uma relação entre o preço do milho e o cometimento de crimes contra a propriedade.<sup>383</sup>

Os autores destes roubos não eram criminosos profissionais, mas sim pequenos agricultores e jornaleiros afectados pelas crises e movidos pelo sentido de oportunidade.<sup>384</sup> Geralmente, os lesados eram de condição social mais elevada. No período compreendido entre 1752 e 1803, entre as vítimas de roubos e furtos praticados no concelho de Vila Nova de Cerveira, encontramos homens ligados à vida militar, gente dos ofícios e pessoas com responsabilidades administrativas, como o alcaide da vila. Em 1770, este foi vítima de um furto protagonizado por uma mulher solteira, de nome Francisca, residente na vila de Cerveira.<sup>385</sup>

Com a entrada no século XIX, o panorama não se alterou. Aliás, conforme se pode verificar no gráfico 17, nos finais do século XVIII, no concelho de Vila Nova de Cerveira, registou-se uma tendência para o crescimento dos valores do crime de furto.

---

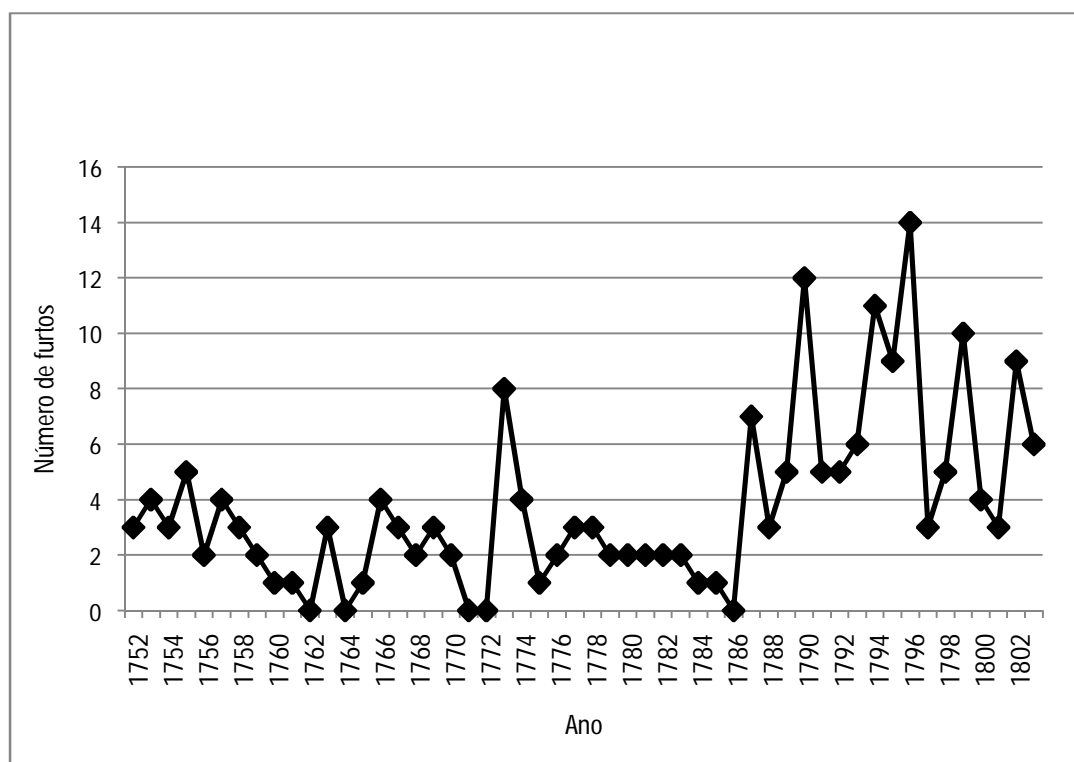
<sup>383</sup> Confira-se Spierenburg, Pieter, *The Spectacle of Suffering. Executions and the evolution of repression: from a preindustrial metropolis to the European experience*, Cambridge, Cambridge University Press, 2008, pp. 137-138. Na época moderna, intelectuais e moralistas espanhóis consideravam que, mais do que a pobreza em si, era a profunda desigualdade económica existente entre ricos e pobres que levava os mais pobres a enveredarem pelo crime, sobretudo quando a fortuna era exibida sem pudor. Confirme-se Alloza Aparicio, Ángel, "En busca de las causas del crimen. Teorías y estudios sobre delincuencia y justicia penal en la España Moderna", in *Espacio, Tiempo y Forma, Serie IV, Historia Moderna*, t. 14, 2001, pp. 483-484.

<sup>384</sup> Sobre as características gerais da agricultura portuguesa no período moderno leia-se Serrão, José Vicente, "O quadro económico. Configurações estruturais e tendências de evolução", in Mattoso, José (dir.) *História de Portugal*, vol. 4..., pp. 73-88. Acerca da crise que afectou o sector agrícola no século XVIII leia-se Oliveira, Aurélio, "A renda agrícola em Portugal durante o Antigo Regime", in *Revista de História Económica e Social*, n.º 6, 1980, pp. 1-56. Veja-se do mesmo autor "«As prosperidades» dos fins do antigo Regime. Duas ou três considerações.", in *IV Congresso Histórico de Guimarães. Do Absolutismo ao Liberalismo*, vol. I..., pp. 488-490.

<sup>385</sup> AMVNC, *Documento Avulso*, não paginado.



**Gráfico 17.** Furtos no concelho de Vila Nova de Cerveira (1752-1803)



Fonte: AMVNC, *Documento avulso*, não paginado.

Entre 1752 e 1803, neste concelho, foram abertas 195 devassas de furto e 10 de roubo.<sup>386</sup> Durante o mesmo período de tempo, foram requeridas pelas vítimas 57 querelas de furto e uma querela de roubo. Entre 1852 e 1803, foram acusados de furto 37 homens e 21 mulheres, entre as quais havia duas galegas.

A primeira metade do século XIX também foi marcada por um cenário de crise, que afectou todo o país e se fez sentir nos domínios económico, político e social. A ameaça napoleónica, a fuga da família real para o Brasil, a ingerência britânica nos assuntos internos de Portugal, os sobressaltos provocados pela revolução liberal de 1820, a restauração do modelo absolutista e a guerra civil, que opôs absolutistas a liberais, contribuíram para a criação de uma clima de instabilidade política, que levou ao agravamento das condições de vida das populações, já de si precárias, tanto dos meios rurais como urbanos. Por outro lado, o esforço bélico que, desde finais do século XVIII, foi exigido em diversos momentos, nomeadamente na Campanha do Rossilhão, na Guerra das Laranjas e com as Invasões Francesas, conduziu ao

<sup>386</sup> AMVNC, *Documento Avulso*, não paginado.

estrangulamento das finanças públicas e impossibilitou a aplicação das reformas e a realização dos investimentos de que o país carecia.<sup>387</sup>

A fragilização da condição económica das populações explica uma parte considerável dos atentados cometidos contra a propriedade durante a primeira metade do século XIX. Muitos destes crimes, motivados pela indigência e pela instabilidade laboral, eram praticados, quase sempre, por pequenos ratoneiros, que agiam isoladamente e sem qualquer plano prévio. Nas décadas de trinta e quarenta, os indivíduos acusados de crimes de furto e roubo eram maioritariamente do sexo masculino, com as mais variadas ocupações, designadamente lavradores, criados e jornaleiros, gente dos ofícios, como marchantes, sapateiros, carpinteiros, alfaiates, caiadores, alfaiates entre outros, além de soldados e de gente sem qualquer profissão, ligada ao mundo da mendicidade e da vagabundagem. Pontualmente, apareciam indivíduos de estatuto profissional mais elevado, como padres, boticários ou cirurgiões.<sup>388</sup>

A par destes pequenos gatunos, existiam ladrões verdadeiramente profissionais, agrupados em quadrilhas, que chegavam a reunir entre 30 e 40 homens. Tratava-se, portanto, de criminalidade organizada. A actuação destes bandos de criminosos era a que mais preocupava as autoridades, não só pela dimensão dos roubos que protagonizavam, mas também pelo clima de insegurança que criavam e pelo medo que incutiam nas populações.

---

<sup>387</sup> Sobre as crises financeiras vividas em Portugal leia-se Mata, Maria Eugénia, “As crises financeiras no Portugal contemporâneo: uma perspectiva de conjunto”, in Campos, Sérgio Matos (coord.), *Crises em Portugal no século XIX e XX*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, pp. 33-55. Leia-se igualmente Mata, Eugénia; Valério, Nuno, *História Económica de Portugal. Uma perspectiva global...*, pp. 129-144.

<sup>388</sup> AHGCVC, *Relação dos indivíduos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão e não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas* - Arcos de Valdevez, n.º 1.13.5.11-7, não paginado. *Relação dos indivíduos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão, e não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas do Julgado de Ponte da Barca*, n.º 1.13.5.12-5, não paginado. *Relação dos indivíduos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão e não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas no Julgado de Caminha*, n.º 1.30.1.1-3, não paginado. *Relação dos indivíduos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão e não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas* – Ponte de Lima, n.º 1.13.6.1-3, não paginado. *Relação dos indivíduos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão e não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas* - Monção, n.º 1.13.5.12-2, não paginado. *Relação dos indivíduos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão e não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas* - Viana do Castelo, n.º 1.13.6.1-1, não paginado.

Em 1834, a propósito do clima de intranquilidade que se vivia no Minho, considerava-se que esta província estava “infestada de ladrões”.<sup>389</sup> Algumas povoações eram particularmente visadas pela gatunagem. Por exemplo, nos primeiros meses de 1838, o concelho de Caminha sofreu vários assaltos, alguns deles perpetrados por quadrilhas de 40 homens.<sup>390</sup> Em 1847, as autoridades revelavam a sua apreensão com a situação que se vivia no concelho de Monção, onde os roubos eram frequentes.<sup>391</sup> Passados três anos, foi a vez de Melgaço se destacar pelo número de roubos e furtos cometidos.<sup>392</sup>

A inoperância das forças policiais e a ineficácia das medidas de prevenção facilitavam a acção dos larápios e, por consequência, a progressão do número de roubos e furtos. O combate à gatunice passaria, desde logo, pela vigilância apertada dos locais suspeitos de acolherem ladrões, nomeadamente hospedarias, estalagens, lojas de bebidas, tabernas, casas de jogo e de prostituição.<sup>393</sup> Admitia-se mesmo que fossem empreendidas acções de fiscalização nas casas de indivíduos cuja conduta fosse duvidosa.<sup>394</sup> Argumentava-se que existiam grupos com especial propensão para o roubo, como os ciganos, os galegos, os vadios e as prostitutas, e que, por isso, deviam ser objecto de um controlo mais apertado.<sup>395</sup> No caso particular das prostitutas, a sua maior exposição pública e o contacto com indivíduos procedentes de escalões sociais distintos, justificava a sua associação ao cometimento de roubos.<sup>396</sup>

---

<sup>389</sup> AHGCVC, *Ordens remetidas pela Perfeitura ao corregedor da Comarca*, n.º 1.2.1 Cx 1-4, não paginado.

<sup>390</sup> AHGCVC, *Correspondência com os administradores dos concelhos – Janeiro de 1838 a Junho de 1839*, n.º 1.7.2.1, não paginado.

<sup>391</sup> AHGCVC, *Confidencial geral – Janeiro de 1847 a Outubro de 1848*, n.º 1.9.3.28, não paginado.

<sup>392</sup> AHGCVC, *Correspondência com os administradores dos concelhos – Janeiro de 1850 a Dezembro de 1850*, n.º 1.7.2.12, não paginado.

<sup>393</sup> AHGCVC, *Registo das circulares expedidas pela primeira repartição desde 2 de Janeiro de 1838 até 25 de Agosto de 1841*, n.º 1.10.4.30, não paginado.

<sup>394</sup> AHGCVC, *Circulares a várias autoridades – Janeiro a Setembro de 1847*, n.º 1.10.4.11, não paginado.

<sup>395</sup> Em Abril de 1848, constando-se que pelo interior do reino vagueava um grande número de ciganos, cometendo roubos e furtos, além de outros crimes, o governador civil de Viana do Castelo ordenou aos administradores dos concelhos sob sua jurisdição que fosse “empregue toda a vigilancia, e expresse as mais terminantes ordens para que seja pontualmente executada a legislação em vigor acerca d’aquelles bandos, procedendo contra elles nos termos das citadas Leis quando não apresentem título de legitimação que os abone; dando imediatamente conta a este governo civil de tudo o que occorrer a semelhante respeito”. AHGCVC, *Circulares a várias autoridades – Janeiro a Setembro de 1847*, n.º 1.10.4.11, não paginado.

<sup>396</sup> Sobre a exposição pública das prostitutas leia-se Pais, José Machado, *A prostituição e a Lisboa boémia do século XIX a inícios do século XX*, Lisboa, Ambar, 2008, pp. 43-62.

De 1839 a 1855, entre os 1635 crimes praticados nos concelhos do distrito de Viana do Castelo, foram participados 699 roubos e 142 furtos, o que corresponde, respectivamente, a 42,7% e a 8,6% da totalidade dos delitos cometidos durante o período analisado.<sup>397</sup> Apesar do elevado número de participações de atentados contra a propriedade, sobretudo de roubos, consideramos pertinente supor que o número real seria bastante superior ao que está patente nas fontes. O facto de as vítimas não darem pela falta dos bens furtados, ou o conhecimento que teriam dos prevaricadores, poderiam levá-las a não apresentar queixa junto das autoridades, o que, obviamente, conduziria à sub-representação destes atentados. Muitos destes crimes ficavam por esclarecer e os seus autores não eram identificados, sobretudo quando não havia testemunhas. Aliás, era extremamente difícil arrancar confissões aos suspeitos, que, por vezes, apesar de confrontados com os depoimentos dos espectadores dos delitos, persistiam em negar a sua autoria.<sup>398</sup>

Com base nos dados estatísticos, constatamos que, na década de quarenta do século XIX, em particular nos anos de 1842 e 1843, o número de furtos suplantou o de roubos, e na década de cinquenta este quadro repetiu-se apenas em 1858 e 1859. Na década de sessenta, acentuou-se a tendência para o crescimento dos valores referentes a furtos em detrimento dos roubos, patente em todos os anos desta década, com excepção de 1860, 1861 e 1867.<sup>399</sup> Esta

---

<sup>397</sup> AHGCVC, *Correspondência do Ministério do Reino - 1 Julho de 1844 a 31 de Dezembro de 1845*, n.º 1.9.4.15, não paginado; *Registo dos officios para o Ministério de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12, não paginado; *Registo dos officios dirigidos ao Ministério do Reino*, n.º 1.9.4.13, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino de Maio de 1843 a Junho de 1844*, n.º 1.9.4.14, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino - 1851*, n.º 1.9.4.19, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Março 1853 - Janeiro 1854*, n.º 1.9.4.23, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Janeiro de 1852 a Fevereiro de 1853*, n.º 1.9.4.20, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Fevereiro de 1854*, n.º 1.9.4.22, não paginado.

<sup>398</sup> Veja-se o caso de Maria Rosa, mulher galega, residente em Ponte de Lima, que roubou 10.000 réis em dinheiro a António de Brito Malheiro, proprietário daquela vila, que afirmava ter sido esta a única a poder ter cometido tal acto. Submetida a interrogatório, esta mulher acabou por ser revistada, tendo-lhe sido encontrado o dinheiro na sua posse. No entanto, esta negou-se a admitir o roubo, alegando, entre outras desculpas, que o montante resultava do pagamento obtido pelo seu trabalho como jornaleira e que se destinava a pagar uma dívida. Desmascarada, Maria Rosa acabou por ser detida. AMPL, Administração do Concelho. *Auto de Investigação*, n.º 1883, não paginado.

<sup>399</sup> *Diários do Governo* de 20.02.1840, n.º 44, p. 237; 7.09.1843, n.º 210, p. 1389; 1.05.1844, n.º 102, p. 571; 16.04.1845, n.º 88, p. 409; ANTT, M.N.E.J., Maço 249, Caixa 201, documento não paginado; AHGCVC, *Registo dos officios para o Ministério de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12, não paginado;

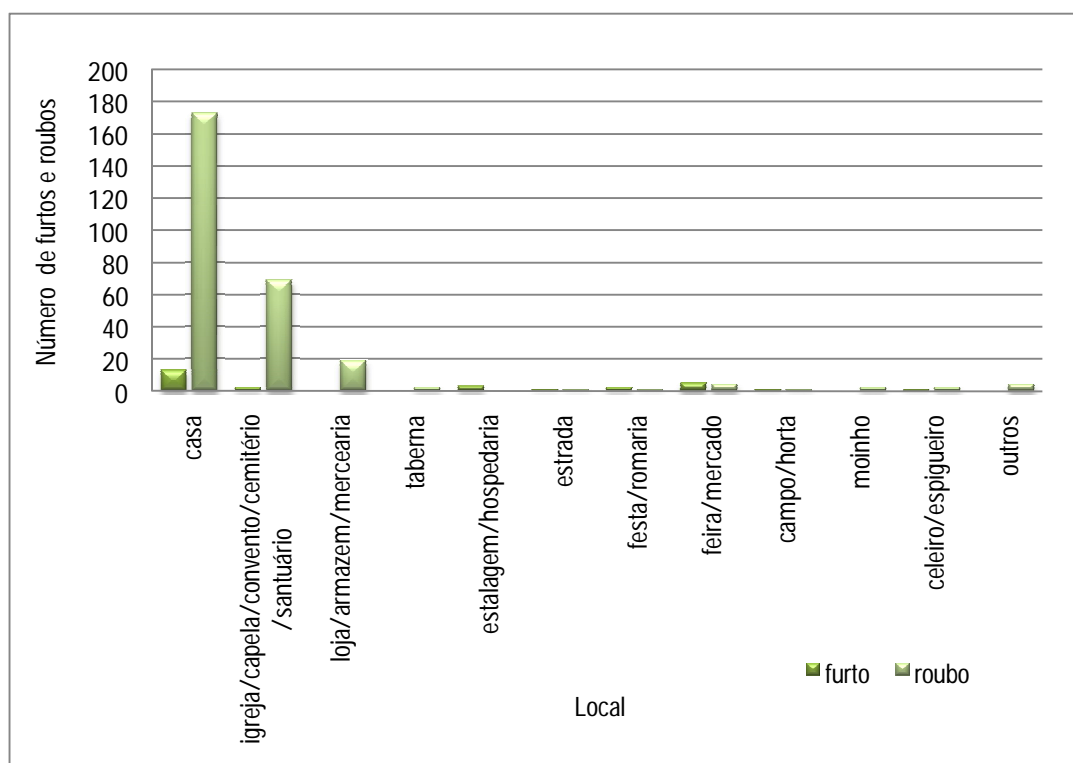
crescente proeminência do furto constitui um importante indicador da aproximação do padrão criminal dos alto minhotos ao de outras regiões da Europa.

Como se pode observar no gráfico 18, e como já salientámos no Capítulo II, a casa sobressaía enquanto espaço onde ocorriam furtos e roubos, umas vezes praticados por indivíduos que a frequentavam habitualmente, outras por desconhecidos, organizados em bandos. As habitações eram alvos apetecíveis, não só pela falta de segurança, mas também porque se sabia que nelas eram guardadas as economias familiares.

---

*Registo dos officios dirigidos ao Ministério do Reino, n.º 1.9.4-13, não paginado; Correspondência com o Ministério do Reino de Maio de 1843 a Junho de 1844, n.º 1.9.4-14, não paginado; Correspondência do Ministério do Reino - 1 Julho de 1844 a 31 de Dezembro de 1845, n.º 1.9.4-15, não paginado; Correspondência com o Ministério do Reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850, n.º 1.9.4-18, não paginado; Correspondência com o Ministério do Reino-1851, n.º 1.9.4-19, não paginado; Correspondência com o Ministério do Reino Janeiro de 1852 a Fevereiro de 1853, n.º 1.9.4-20, não paginado; Correspondência com o Ministério do Reino Março 1853 - Janeiro 1854, n.º 1.9.4-23, não paginado; Correspondência com o Ministério do Reino Fevereiro de 1854, 1.9.4-22, não paginado; Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1856..., 1857, p. 277; Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1857..., 1858, p. 13; Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1858..., 1859, pp. 33-34; Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1861..., 1865, p. 7; Relatório apresentado a Junta geral de districto de Viana do Castelo na sessão ordinária de 1866..., não paginado; Relatório apresentado a Junta geral de districto de Viana do Castelo na sessão ordinária de 1868..., não paginado; Relatório apresentado a Junta geral de districto de Viana do Castelo na sessão ordinária de 1869..., não paginado.*

**Gráfico 18.** Locais de perpetração de furtos e roubos (1839-1855)



Fonte: AHGCVC, *Registo dos officios para o Ministério de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12, não paginado; *Correspondência do Ministério do Reino - 1 Julho de 1844 a 31 de Dezembro de 1845*, n.º 1.9.4.15, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino de Maio de 1843 a Junho de 1844*, n.º 1.9.4.14, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino - 1851*, n.º 1.9.4.19, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Janeiro de 1852 a Fevereiro de 1853*, n.º 1.9.4.20, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Março 1853 - Janeiro 1854*, n.º 1.9.4.23, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Fevereiro de 1854*, n.º 1.9.4.22, não paginado.

Também as lojas e locais de arrecadação de alimentos, como, por exemplo, armazéns de sal ou de milho, despertavam a cobiça da ladroagem. Por regra, tratava-se de pequenos assaltos, sem grande gravidade, motivados pela indigência, que levava os mais miseráveis a roubar alimentos e peças de roupa. As investidas aconteciam, preferencialmente, ao cair da noite, dado que a escuridão favorecia o anonimato, quando já ninguém se encontrava no interior dos estabelecimentos, com recurso a chaves falsas, arrombamento de portas, destruição de janelas ou a buracos nos telhados. Posteriormente, cabia aos peritos convocados pelas autoridades, nomeadamente carpinteiros e pedreiros, examinar o local do crime, identificar o método ou os instrumentos utilizados e avaliar os estragos. Os estabelecimentos mais atingidos pela acção dos larápios eram as mercearias, ourivesarias e padarias. Em 1864, foi assaltada a

padaria de João Pereira, situada na Rua da Matriz, em Viana do Castelo, donde foram surripiados cinco sacos de farinha e algumas moedas de ouro.<sup>400</sup>

Se alguns dos bens roubados se destinavam ao consumo próprio, outros eram vendidos, sobretudo se tinham um elevado valor ou eram em grande quantidade. Veja-se o exemplo do roubo perpetrado por Manuel Alfacinha, soldado, numa loja em Valença. Durante a noite, utilizando uma gazua, penetrou no estabelecimento, tendo-se apoderado de peças de roupa, cujo valor oscilava entre os 60.000 e os 70.000 réis. As peças foram transportadas para Esposende por duas mulheres, suas cúmplices, a fim de serem vendidas, sendo o lucro repartido pelos três. No entanto, a roupa foi apreendida naquela localidade, antes de ser negociada, e os implicados foram capturados e remetidos ao poder judicial.<sup>401</sup>

As tabernas, lugares de convívio que atraíam muitos clientes, não escapavam à cobiça dos larápios. Estes, convencidos de que os assaltos seriam rentáveis, esmeravam-se na sua preparação, sem excluírem, se necessário, o recurso à violência. No dia 24 de Outubro de 1853, pelas nove horas da noite, um bando de ladrões roubou uma taberna na Rua do Pinheiro, em Ponte de Lima. O proprietário, José Pimenta, depois de ter fechado o seu estabelecimento, ouviu bater à porta. Num primeiro momento, recusou-se a abri-la, mas acabou por aceder, dado que do outro lado diziam ser gente de paz, que apenas queria vinho e não tencionava demorar. Entraram então quatro ladrões, que agrediram o dono da taberna e levaram o dinheiro arrecadado.<sup>402</sup>

Hospedarias e estalagens também despertavam o interesse dos ladrões. Sob a capa de forasteiros, conseguiam introduzir-se nesses estabelecimentos, com a justificação de aí pernoitar, e, logo que surgisse a oportunidade, não hesitavam em roubar os restantes hóspedes.

Os sucessivos assaltos a igrejas e capelas eram os que mais preocupavam as autoridades. Cálices, custódias, coroas de imagens, vasos, cruzes, sinos e sinetas, bem como toalhas e vestimentas, além das esmolas, eram pilhados pela ladroagem. As peças em ouro e prata eram um convite para as investidas dos gatunos, quando a sua guarda não era devidamente acautelada.

---

<sup>400</sup> ADVC, Administrador do concelho de Viana do Castelo. *Ofícios dirigidos ao Governador Civil deste districto - anos de 1863- Dezembro de 1864*, n.º 5.16.2.3, não paginado.

<sup>401</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino - 1851*, n.º 1.9.4-19, não paginado.

<sup>402</sup> AMPL, Administração do Concelho - *Copiador Geral dos ofícios dirigidos por esta administração a diversas autoridades*, n.º 2.2.1.31, não paginado.

Para impedir a ocorrência destes ataques, cabia à junta de paróquia e aos párocos das freguesias identificar as peças mais valiosas, ou mais susceptíveis de serem roubadas e, caso fosse necessário, retirá-las das igrejas e guardá-las na residência paroquial ou na casa de algum dos membros das juntas de paróquia ou das confrarias.<sup>403</sup> Aos administradores dos concelhos competia informar os párocos das freguesias sobre estas disposições, que, por sua vez, deviam comunicá-las aos membros da junta de paróquia e aos mesários das confrarias.<sup>404</sup> Os atentados contra as igrejas eram considerados particularmente graves por serem actos sacrílegos.

Durante a década de quarenta, persistiram os assaltos aos lugares de culto. Por diversas vezes, os templos das freguesias dos concelhos de Ponte de Lima, Arcos de Valdevez e Vila Nova de Cerveira foram profanados, com especial incidência nos anos de 1840 e 1841. A sucessão destes acontecimentos acabou por chegar ao conhecimento do Ministério do Reino, que, em Agosto de 1841, oficiou à administração geral do distrito de Viana do Castelo dando conta da preocupação da Rainha, que encarava “com desgostoso sentimento a escandalosa repetição dos sanctos roubos d’igreja naquelle districto”.<sup>405</sup> As autoridades governamentais atribuíam esta escalada de roubos e furtos à falta de aplicação das medidas de prevenção que tinham sido adoptadas, nomeadamente no que respeitava à guarda dos objectos de culto e à realização de rondas. Em alguns casos, as igrejas ficaram completamente despojadas dos seus bens mais preciosos. Foi o que sucedeu, já em 1852, na freguesia da Correlhã, do concelho de Ponte de Lima, tendo sido furtados, entre outros objectos, uma cruz, um resplendor de prata, dois cálices, duas patinas, duas “colherinhas” e uma toalha.<sup>406</sup>

Habitualmente, os templos eram profanados por meio de arrombamento ou com chaves falsas. Mesmo que, por razões de segurança, a igreja não tivesse expostos os seus bens mais valiosos, os gatunos não se coíbiavam de saquear tudo o que pudessem transportar, nem que

---

<sup>403</sup> AHGCVC, *Registo das circulares – desde 4 de Outubro de 1837 até 22 de Abril de 1840*, n.º 1.10.4.7, não paginado.

<sup>404</sup> ADVC, Administração do Concelho. *Registo da correspondência expedida*, Livro 5.16.4-13, não paginado.

<sup>405</sup> AHGCVC, *Portarias e oficiais do Ministério do Reino – 1841*, n.º 1.13.4.7-1, não paginado.

<sup>406</sup> AMPL, Administração do Concelho. *Livro de registo da correspondência expedida para o governo civil*, n.º 2.2.1 – 12, não paginado.



fosse apenas a cera.<sup>407</sup> O produto dos roubos era vendido clandestinamente, ou, se possível, fundido para entrar também nos circuitos mais obscuros de venda.

Campos, hortas, quintais, pomares e eiras serviam para os larápios se abastecerem ilicitamente de cereais, legumes e outros géneros alimentares; dos montes e matas, furtavam lenha.<sup>408</sup> Estes delitos eram mais frequentes em alturas de crise económica, quando os gatunos, actuando sozinhos e movidos pela necessidade, não tinham qualquer pejo em invadir propriedades alheias.

Na ausência de testemunhas, ou caso não houvesse flagrante delito, tornava-se complicado identificar e capturar os autores de roubos e furtos, até porque alguns precaviam-se e actuavam mascarados. Por isso, os transgressores iam reincidindo nas suas práticas delituosas até serem apanhados. António José Dias, natural da Feitosa, freguesia de Ponte de Lima, foi detido em 1854 por ter sido apanhado com um molho de couves. Submetido a interrogatório, confessou ter perpetrado outros crimes semelhantes. Na sequência da investigação levada a efeito, constatou-se que o referido indivíduo “não se emprega noutra vida, que não seja a de roubar de noite as hortas de toda a circunferência desta vila, tanto nela, como nas freguesias próximas.”<sup>409</sup>

Por vezes, as autoridades, ainda que estivessem cientes das actividades criminosas, também tinham consciência de que, por detrás de muitas delas, estava a pobreza dos intervenientes. Em 1850, o administrador do concelho de Valença admitia que em todas as freguesias do seu concelho havia grupos de rapazes que roubavam fruta dos pomares, legumes das hortas e, pela altura das colheitas, espigas e feijões dos campos. Acreditava, no entanto, que os autores eram instigados pela fome, embora não afastasse a possibilidade de poderem

---

<sup>407</sup> Em 1867, o jornal *O Vianense* noticiava nas suas páginas o roubo cometido na igreja da paróquia de Vila Fria, concelho de Viana do Castelo, referindo que, nesse mesmo dia, fora roubada a igreja de Castelo de Neiva, pertencente ao mesmo concelho. *O Vianense*, 14 de Setembro de 1867, n.º 1422, não paginado.

<sup>408</sup> Na região montanhosa de Leão, com o intuito de evitar a recolha abusiva de lenha e madeira dos montes, existiam os chamados “cotos de leña”, que eram fundamentais para enfrentar os longos e frios Invernos desta região. Veja-se Pérez Álvarez, María José, *La Montaña Noroccidental leonesa en la Edad Moderna*, León, Universidad de León, Secretariado de publicaciones, 1996, pp. 77-80.

<sup>409</sup> AMPL, Administração do Concelho - *Copiador Geral dos ofícios dirigidos por esta administração a diversas autoridades*, n.º 2.2.1.31, não paginado.

transformar-se em criminosos profissionais.<sup>410</sup> Se, de facto, alguns roubavam por necessidade, outros eram movidos apenas pelo divertimento e pela provocação. Em 1859, nas festas em honra de Nossa Senhora da Agonia, três rapazes encontraram uma forma original de surripiar guarda-chuvas. Treparam a uma árvore para chegarem a uma tenda, na qual abriram uma fenda para tirar dois guarda-chuvas. Detectados pelas forças policiais, conseguiram fugir, depois de terem entregue o produto do furto a um cúmplice, que foi capturado.<sup>411</sup> Nas ocasiões de ajuntamento de pessoas, nomeadamente em feiras, festas e romarias, todo o cuidado era pouco com os “amigos do alheio”, pois, além de grupos de rapazes que se dedicavam a todo o tipo de patifarias, não faltavam “picadores de bolsas”, ladrões de ocasião e gatunos profissionais.

De vez em quando, furtos e roubos também aconteciam nos moinhos ou nos caminhos de acesso. Os gatunos apoderavam-se de sacos de farinha já moída ou de cereais, como milho, centeio e trigo. A razão de ser destes assaltos tinha a ver com a importância do pão na dieta alimentar das populações, sendo a farinha um elemento imprescindível para a sua confecção, sem bem que, em alguns casos, o objectivo fosse tirar proveito da sua venda.<sup>412</sup>

Na freguesia de Gemieira, no concelho de Ponte de Lima, numa só noite de 1840, foram assaltados três moinhos, donde levaram farinha e vários utensílios.<sup>413</sup> Em Dezembro de 1858, na freguesia da Areosa, concelho de Viana do Castelo, os ladrões arrombaram dois moinhos, pertencentes ao moleiro Manuel Pires Coelho, roubando-lhe sacos com 40 alqueires de farinha e trigo e 10 com milho e centeio. Tratava-se do segundo roubo sofrido por aquele moleiro no espaço de seis meses, e o quinto, contabilizando os assaltos a outros moleiros, praticado no mesmo período de tempo.<sup>414</sup>

Os roubos e furtos eram os crimes mais noticiados nas páginas dos periódicos locais. Descreviam as ocorrências e os bens surripiados, denunciavam a inoperância das autoridades e

---

<sup>410</sup> AMV, Administração do concelho. *Correspondência para o Administrador Geral, 1850-1852*, n.º 1.1.4.7, não paginado. Também no Brasil, mais precisamente na Bahia, “os moleques” que circulavam pelas ruas dedicavam-se, por divertimento ou necessidade, ao roubo de fruta nos pomares. Confirme-se Filho, Walter Braga, *Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do século XIX*, São Paulo/Salvador, Editora Hucitec, 1996, p. 113.

<sup>411</sup> *O Vianense*, 22 de Agosto de 1859, n.º 214, não paginado.

<sup>412</sup> Sobre a importância do pão na dieta alimentar, leia-se Sarti, Rafaella, *Casa e Família. Habitar, Comer e Vestir na Europa Moderna*, Lisboa, Editorial Estampa, 2001, pp. 300-302.

<sup>413</sup> AHGCVC, Administração do concelho. *Copiador dos ofícios dirigidos à Administração Geral*, n.º 2.2.2.42, não paginado

<sup>414</sup> *A Aurora do Lima*, 20 de Dezembro de 1858, n.º 450, não paginado.

a identidade dos assaltantes e, posteriormente, davam conta da sua condenação ou absolvição. Apesar de cumprirem a sua função de informar, a verdade é que os jornais também contribuíam, ainda que involuntariamente, para alimentar o sentimento de insegurança das populações.

Nos primeiros meses de 1865, o concelho de Ponte de Lima foi atingido por uma onda de assaltos. À luz do dia, nas ruas da vila ou nas estradas mais movimentadas, como a que ligava Ponte de Lima a Braga, os transeuntes eram atacados e ameaçados com varapaus para não revelarem a identidade dos salteadores nem apresentar queixa. Todavia, tais acontecimentos eram relatados nas páginas do periódico local, *O Lethes*, que lançava afiadas farpas à administração local e regional, que apelidava de “surda”.<sup>415</sup> Logo no seu primeiro número, este jornal traça o cenário que se vivia no concelho, com um artigo que apresentava o sugestivo título “Ponte de Lima ou Falperra”:

“[...] Não há auctoridade neste concelho. Os factos demonstram que esta a tirar tudo à decantada Falperra, ou ainda pior. Os ladrões andam desaforados por toda a parte. Não se falla senão em malogrados tramas de roubo e assassinato, assaltos dados a algumas casas e até a diversas pessoas nos caminhos ainda mais públicos.”<sup>416</sup>

Estas críticas tinham algum fundamento. Se na primeira edição desta publicação foram divulgados cinco assaltos, na segunda foram noticiados mais quatro, cometidos em caminhos de diversas localidades, onde os ladrões se movimentavam à vontade, sem qualquer receio das autoridades, nomeadamente do administrador do concelho.<sup>417</sup> Durante vários meses, os atentados contra a propriedade permaneceram nas páginas daquele jornal, o que indicia a facilidade com que os ladrões circulavam pelo concelho, inclusive pela vila, e a incapacidade das autoridades para controlar a situação. Aliás, o administrador do concelho obrigava os habitantes a organizarem a sua própria defesa contra as investidas de gatunos e meliantes. Nas aldeias, ao cair da noite, os proprietários das terras organizavam vigílias, para defenderem propriedades, moinhos e celeiros.

Nas zonas de circulação de pessoas e bens, o método usado pelos larápios era o assalto à mão armada. Entre as vítimas mais frequentes, destacavam-se os condutores das malas do

---

<sup>415</sup> *O Lethes*, 7 de Fevereiro de 1865, n.º 2, não paginado.

<sup>416</sup> *O Lethes*, 3 de Fevereiro de 1865, n.º 1, não paginado.

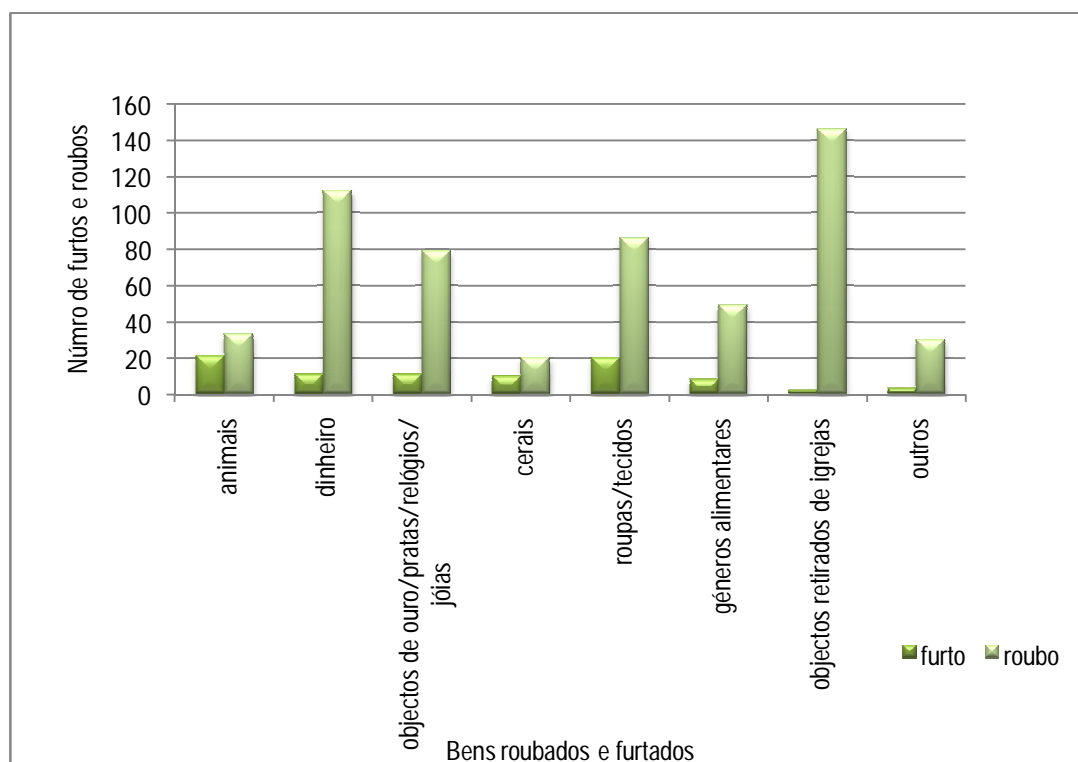
<sup>417</sup> *O Lethes*, 7 de Fevereiro de 1865, n.º 2, não paginado.

correio e os almocreves. Os malfeitores recorriam a disfarces, como, por exemplo, envergando uniformes de guardas do contrato do tabaco para se movimentarem facilmente pelo distrito. Nos assaltos de estrada, os ladrões agiam habitualmente em grupo, tirando partido das condições das vias, que atravessavam montes e bosques, sem iluminação nem vigilância.

Em 1855, a cidade de Viana do Castelo tinha vivido uma situação semelhante: os roubos sucediam-se e as populações eram obrigadas a guardar as suas casas e propriedades, se não queriam ver os seus bens saqueados. Segundo o periódico *A Aurora do Lima*, Viana do Castelo era comparável a uma “cidade dos tartaros; quem quer defender a sua propriedade e a sua vida, ronda a porta de noite armado de bacamarte, ou estabelece na propria casa um posto de guarda, revesando os domesticos na sentinela.”<sup>418</sup>

Quanto aos bens saqueados, como se pode verificar pela leitura do gráfico 19, destacavam-se as peças das igrejas, na sua maioria de ouro e prata. Estes roubos eram planeados e os larápios iam preparados para arrecadar o máximo de objectos possível, o que explica o facto de as alfaías litúrgicas abundarem nas rotas do comércio clandestino.

**Gráfico 19.** Bens furtados e roubados no distrito de Viana do Castelo (1839-1855)



<sup>418</sup> *A Aurora do Lima*, 27 de Dezembro de 1855, n.º 5, não paginado.

Fonte: AHGCVC, *Registo dos officios para o Ministério de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino de Maio de 1843 a Junho de 1844*, n.º 1.9.4.14, não paginado; *Correspondência do Ministério do Reino - 1 Julho de 1844 a 31 de Dezembro de 1845*, n.º 1.9.4.15, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino - 1851*, n.º 1.9.4.19, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Janeiro de 1852 a Fevereiro de 1853*, n.º 1.9.4.20, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Março 1853 - Janeiro 1854*, n.º 1.9.4.23, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Fevereiro de 1854*, n.º 1.9.4.22, não paginado.

O dinheiro era igualmente objecto das investidas dos meliantes. Através da intrusão em casas particulares e lojas, ou de assaltos à mão armada em estradas e caminhos, conseguiam arrecadar quantias apreciáveis de numerário. As festas e as feiras também eram ocasiões que os larápios, sobretudo os “picadores de bolsas”, não desperdiçavam para se apoderarem da carteira alheia. Na feira de Melgaço de sete de Fevereiro de 1868, foi sacado dinheiro das algibeiras de várias pessoas, “mas com tal destreza que os roubados não davam fé, e só lamentavam a sua perda.”<sup>419</sup> Tratou-se de um ataque levado a cabo por um grupo de seis “picadores de bolsas”, pertencentes a um bando composto por homens e mulheres.<sup>420</sup>

A roupa de vestir e de cama, panos e fazendas, faziam parte dos alvos dos ladrões.<sup>421</sup> Em alguns casos, o furto destas peças até podia ser motivado pela indigência, mas noutros serviria, sobretudo, para satisfazer a ganância dos prevaricadores. Dado o seu preço elevado, o vestuário representava um pesado encargo para os mais pobres, que dele precisavam, não com o objectivo de se ornamentarem, mas para acudir à suas carências mais básicas, ou seja, agasalhar-se e proteger-se do frio e das doenças.<sup>422</sup>

Objectos de adornos, como brincos, colares, laços, contas, cordões e anéis ou relógios, cuja posse conferia prestígio e distinção social, também não escapavam à cobiça alheia. Nestes casos, a indigência não constituía o móbil do crime, mas antes a vaidade, o desejo de ostentação e de obtenção do lucro fácil, uma vez que o ouro usado era muito procurado, pelo seu baixo preço. O mesmo não se pode afirmar acerca do roubo de alimentos. Carne de porco,

---

<sup>419</sup> AMMço, Administração do Concelho. *Registo da correspondência para o governo civil*, n.º 1.2.1.1, não paginado.

<sup>420</sup> AMMço, Administração do Concelho. *Registo da correspondência para o governo civil*, n.º 1.2.1.1, não paginado.

<sup>421</sup> Em Setembro de 1846, na rua da Praça Velha, em Viana do Castelo, foi roubada, com recurso a chave falsa, uma loja, da qual foram retirados dois lenços, dois casacos e um par de calças de “casimira preta”. ADVC, Administrador do Concelho de Viana do Castelo. *Officios dirigidos ao Governador Civil deste districto. Principiou em 9 de Outubro de 1845, findou em 31 de Janeiro de 1849*, n.º 5.16.2.2, não paginado.

<sup>422</sup> Veja-se Sarti, Rafaella, *Casa e Família. Habitar, Comer e Vestir na Europa Moderna...*, pp. 335-336.

azeite, unto, bacalhau, presuntos, salpicões, broa, pão, arroz, ovos, toucinho ou chocolate, não eram apenas pilhados das casas, mas também de mercearias e padarias. A alimentação das gentes do campo centrava-se no pão e nos legumes. A carne era rara nas suas mesas, o que explica o elevado número de furtos de carne, sobretudo de porco, a mais comum na dieta alimentar das gentes de oitocentos.<sup>423</sup> O chocolate era outro alvo apetecível, não só para usos culinários, mas igualmente como fármaco, devido à crença nas suas propriedades terapêuticas.<sup>424</sup> Apesar da frequência dos roubos e furtos de dinheiro, objectos de ouro, peças de vestuário, géneros alimentícios e objectos sacros, o pequeno larápio apanhava tudo o que fosse passível de ser transportado.<sup>425</sup>

O roubo de gado era frequente, não apenas de animais de pequeno porte, como coelhos e galináceos para consumo mais ou menos imediato, mas também porcos, mulas, gado ovino e cavalar e, sobretudo, gado bovino, que se destinava, pelo menos em alguns casos, a ser vendido aos talhantes. Em 1837, os constantes descaminhos de gado bovino e ovino no concelho de Caminha, particularmente na freguesia de Gontinhães, desencadearam investigações que conduziram aos marchantes daquele concelho.<sup>426</sup> Havia, inclusive, indivíduos identificados e reconhecidos pelas autoridades como passadores de gado roubado. Em 1844, António Lopes, natural do concelho de Ponte de Lima e conhecido como ladrão e passador de gado, foi enviado, sob custódia, ao administrador do concelho de Ponte de Lima. Este indivíduo foi visto na companhia de Caetano de Lemos, também conhecido por furtar gado neste concelho. Ambos conduziam bois e vacas e, pelos seus antecedentes, suspeitava-se tratar-se de gado roubado. Na sequência do interrogatório a que foi sujeito, António Lopes confessou que o seu comparsa era ladrão de gado e ele próprio passador. Os animais tinham sido roubados em Monção e transportados até Ponte de Lima, onde ficaram à guarda de um cúmplice. Posteriormente, alguns foram vendidos na feira de Prado, distrito de Braga, e outros na feira desta cidade.

---

<sup>423</sup> Sobre a alimentação camponesa no século XIX, veja-se Vaquinhas, Irene, *Violência, Justiça e Sociedade Rural. Os campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1990, p. 344. Tese de doutoramento policopiada.

<sup>424</sup> Sarti, Rafaella, *Casa e Família. Habitar, Comer e Vestir na Europa Moderna...*, pp. 306-307.

<sup>425</sup> Sobre estes furtos de ocasião e o subsequente destino veja-se Santos, Maria José Moutinho dos, *A Sombra e a Luz. As prisões do Liberalismo*, Porto, Edições Afrontamento, 1999, pp. 139-140.

<sup>426</sup> AHGCVC, *Administradores*, n.º 1.12.5.11-3, não paginado.

Quanto mais longe do local do crime o gado fosse vendido, menores seriam as hipóteses de levantarem suspeitas.<sup>427</sup>

A documentação consultada refere ainda o furto de cortiços de abelhas. O móbil deste crime era certamente a recolha do mel, um produto muito apreciado, até porque alguns indivíduos foram apanhados em flagrante delito, mas também podemos admitir que os estragos nas culturas, imputados às abelhas, explicariam o desaparecimento e a destruição de algumas colmeias.<sup>428</sup> O mel e a fruta podiam servir não apenas para compor a sustento das populações alto minhotas, mas também como principal ou único suporte da sua dieta alimentar, sobretudo em tempos de carestia.<sup>429</sup>

Os atentados contra a propriedade podiam constituir o primeiro passo para crimes mais graves, nomeadamente rixas, ofensas corporais e até homicídios. Isto sucedia quando as vítimas, não estando dispostas a esperar pela actuação da justiça, procuravam vingar os crimes com as suas próprias mãos, ou ainda quando pediam satisfações aos prevaricadores sobre os bens que lhes foram usurpados.<sup>430</sup>

Consideramos que a miséria era o principal motivo que levava ao cometimento de atentados contra a propriedade, se bem que a vingança e o desejo de adquirir determinados bens para os quais não se tinha posses ou a simples procura do divertimento também fossem, por vezes, determinantes.<sup>431</sup> Esta asserção é corroborada, em larga medida, pelas autoridades

---

<sup>427</sup> AMPL, *Auto de investigação de 1844*, n.º 1943, não paginado.

<sup>428</sup> Henrique Agostinho Dias Lopes refere que, no período compreendido entre 1712 e 1750, foram apresentados seis processos de correição baseados na destruição de uvas pelas abelhas. Confirme-se Lopes, Henrique Augusto Dias, *Poder e violência em Proença-a-Nova de 1710 a 1750. Um itinerário do quotidiano através das correições e querelas...*, pp. 35-39.

<sup>429</sup> Sobre este assunto veja-se Capela, José Viriato, "Economia Agrária", in Capela, José Viriato (coord.), *As Freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património*, Braga, Casa Museu de Monção, Universidade do Minho, 2005, pp. 605-607.

<sup>430</sup> Em 1841, compareceu na administração do concelho de Ponte de Lima Francisco Carvalho, queixando-se que Manuel Fernandes, natural de Pico de Regalados, lhe tinha roubado dois lenços e uma camisa. O queixoso decidiu enviar uma carta a solicitar-lhe a restituição dos bens roubados. Em resposta, o alegado ladrão apareceu em Ponte de Lima, armado de uma navalha de mola galega e de uma faca de marchante, com ameaças contra Francisco Carvalho. AMPL, Administração do Concelho. *Auto de Investigação n.º 1917*, não paginado.

<sup>431</sup> Aurízia Anica faz referência à existência, na comarca de Tavira, de furtos associados à promoção de eventos festivos particulares. As nossas fontes nem sempre nos permitem conhecer os motivos do crime, centrando-se na forma como foi consumado e no produto do mesmo. Por conseguinte, não podemos apurar se este tipo de furto

administrativas e judiciais da época. Em 1858, a propósito os roubos e furtos que tinham lugar no concelho de Ponte de Lima, o delegado do procurador régio declarava o seguinte: “a razão da sua existência está na miséria e necessidade, de quem as comete. São factos annexos e até inseparáveis da ordem da sociedade.”<sup>432</sup> Por outro lado, verifica-se que o aumento exponencial de furtos e roubos no distrito de Viana do Castelo, em 1855, coincide com a crise cerealífera. Nesse ano, o número total de assaltos a bens alheios ascendeu a 85, ao passo que no ano anterior, em 1854, tinham-se contabilizado 34 casos e, em 1853, 37.<sup>433</sup> Num tempo de grande carestia, como foi o ano de 1855, tudo o que estivesse à mão era furtado: broa, pão, linho, unto, ovos, azeite, salpicões, presuntos, gado bovino, garrafas de vinho, farinha, milho, feijão e trigo, peças de adorno, relógios e objectos de ouro, toalhas, cadeiras, castiçais, faqueiros, caixas de rapé, nem sequer os estendais de roupa foram poupados.<sup>434</sup>

### **2.2.2. Outros crimes contra a propriedade: arrombamentos, incêndios e danos**

O arrobamento, sobretudo de igrejas e casas particulares, era outro tipo de atentado contra a propriedade, associado a roubos e furtos.<sup>435</sup> Entre 1839 e 1855, houve 60

---

também se verificava na região do Alto Minho. Confira-se a propósito Anica, Aurízia, *A transformação da violência no século XIX. O caso de Tavira...*, pp. 120-121.

<sup>432</sup> AMPL, *Livro de registo da correspondência expedida para a Procuradoria Régia*, n.º 1726, fl. 15 v.º.

<sup>433</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino Janeiro de 1852 a Fevereiro de 1853*, n.º 1.9.4.20, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Março 1853-Janeiro 1854*, n.º 1.9.4.23, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Fevereiro de 1854*, n.º 1.9.4.22, não paginado; *Correspondência Com o Ministério do Reino de Janeiro a Dezembro de 1855*, n.º 1.9.4-23, não paginado.

<sup>434</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino de Janeiro a Dezembro de 1855*, n.º 1.9.4-23, não paginado. Acerca dos objectos que mais interessavam aos gatunos, que, em 1855, deram entrada na cadeia da Relação da cidade do Porto veja-se, Santos, Maria José Moutinho, “Criminalidade e comportamentos marginais no Porto em meados do séc. XIX: apontamentos para um estudo”, in *Revista de História*, n.º 11, 1991, p. 181.

<sup>435</sup> Sobre a associação do arrombamento aos crimes de furto e roubo leia-se Silva, Susana, Serpa, “1830-1835 – Seis anos de Criminalidade e violência em Ponta Delgada. Subsídios para um estudo multiface”, in *Arquipélago. História...*, p. 238.



arrombamentos, quase todos com o objectivo de extorquir as riquezas guardadas em espaços fechados, públicos ou privados.<sup>436</sup>

O fogo posto era um delito contra a propriedade, que, geralmente, era premeditado.<sup>437</sup> No século XVIII e princípio de oitocentos, mais propriamente no período compreendido entre 1760 e 1802, foram abertas 17 devassas por fogo posto.<sup>438</sup> Os seus autores, quando se provava ter havido dolo e intencionalidade, incorriam na pena capital, conforme o disposto nas Ordenações Filipinas.<sup>439</sup> Ateava-se fogo a igrejas, montes, caniços, palheiros, casas e baldios. No século XIX, entre 1839 e 1855, registaram-se 17 incêndios com mão criminosa.<sup>440</sup> Além do desejo de vingança, resultante de querelas comunitárias, escaramuças vicinais e quezílias laborais e familiares, outras razões são mencionadas nas fontes, para explicar a ocorrência destas transgressões. Por exemplo, José Marinho da Silva lançou fogo à sua própria drogaria. No dia 13 de Outubro de 1853, em Viana do Castelo, pouco depois da meia-noite, o sino tocou a rebate, a dar sinal de incêndio. Feitas as averiguações, descobriu-se que este tinha origem criminosa, uma vez que foi encontrada carqueja em várias gavetas do estabelecimento e que

---

<sup>436</sup> AHGCVC, *Registo dos officios para o Ministério de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12, não paginado; *Correspondência do Ministério do Reino - 1 Julho de 1844 a 31 de Dezembro de 1845*, n.º 1.9.4.15, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino de Maio de 1843 a Junho de 1844*, n.º 1.9.4.14, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino - 1851*, n.º 1.9.4.19, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Janeiro de 1852 a Fevereiro de 1853*, n.º 1.9.4.20, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Março 1853 - Janeiro 1854*, n.º 1.9.4.23, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Fevereiro de 1854*, n.º 1.9.4.22, não paginado.

<sup>437</sup> Acerca dos incêndios na Cantábria rural do século XVIII e inícios do século XIX veja-se Mantecón Movellán, Tomás António, *Conflictividad y Disciplinamento social en la Cantabria rural del Antiguo Régimen*, Santander, Universidad de Cantabria, Fundación Marcellino, 1997, pp. 333-336.

<sup>438</sup> AMVNC, *Autos de falsidade, devassas, querelas, autos de injúria, precatórias*. Documento avulso.

<sup>439</sup> *Ordenações Filipinas*, vol. 5, Rio de Janeiro, Edição Cândido Mendes de Almeida, 1870, pp. 1233-1235.

<sup>440</sup> AHGCVC, *Registo dos officios para o Ministério de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12, não paginado; *Correspondência do Ministério do Reino - 1 Julho de 1844 a 31 de Dezembro de 1845*, n.º 1.9.4.15, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino de Maio de 1843 a Junho de 1844*, n.º 1.9.4.14, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino - 1851*, n.º 1.9.4.19, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Janeiro de 1852 a Fevereiro de 1853*, n.º 1.9.4.20, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Março 1853 - Janeiro 1854*, n.º 1.9.4.23, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Fevereiro de 1854*, n.º 1.9.4.22, não paginado.

tinha sido despejada terebintina numa escrivaninha. Estas circunstâncias e o facto de o dito Marinho ter segurado por 80.0000 réis uma botica contigua à loja de drogas, e esta por 5.000 réis, vendendo pouco depois aquela por 300.000 réis, e não valendo as drogas “segundo é por voz pública nem talvez a quarta parte daquela porque forão seguras, fazem com que ele seja geralmente indigitado como autor do incêndio”.<sup>441</sup> A irresponsabilidade e as travessuras próprias da juventude também podiam provocar incêndios, resultando de alguns deles avultados prejuízos.<sup>442</sup>

Como se pode constatar pela observação do quadro 5, na década de cinquenta do século XIX ocorreu um número apreciável deste tipo de atentados, destacando-se o ano de 1858 com 14 incêndios de origem criminosa.

**Quadro 5.** Incêndios criminosos no distrito de Viana do Castelo 1858-1868

Ano	Número de incêndios
1856	5
1857	2
1858	14
1859	5
1860	4
1861	5
1862	2
1863	1
1864	2
1865	0
1866	1
1867	0
1868	0

<sup>441</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino Março 1853-Janeiro 1854*, n.º 1.9.4.23, não paginado.

<sup>442</sup> Em 28 de Maio de 1861, António José, o exposto, e Manuel Passos Sagão, ambos com 16 anos de idade, lançaram fogo ao carro de diligências de Sebastião da Silva Neves, que ardeu em parte, causando prejuízos no valor de 30.000 réis. ADV, Administrador do concelho de Viana do Castelo. *Ofícios dirigidos ao Governador Civil deste districto - ano 1860*, n.º 5.16.2.2, não paginado.

Fonte: *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1861*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865, p. 7; *Relatório apresentado a Junta geral de districto de Viana do Castelo na sessão ordinária de 1866...*, não paginado; *Relatório apresentado a Junta geral de districto de Viana do Castelo na sessão ordinária de 1868...*, não paginado; *Relatório apresentado a Junta geral de districto de Viana do Castelo na sessão ordinária de 1869...*, não paginado.

A demolição de muros que cercavam os campos, montes e tapadas era um crime contra a propriedade, que, sendo embora raro, também acontecia no mundo rural alto minhoto, geralmente motivado por sentimentos de ódio ou vingança, e que representava, por vezes, o primeiro passo para a devastação das culturas e plantações protegidas por aquelas construções.<sup>443</sup> Cortavam-se pinheiros, permitia-se a entrada de animais e a destruição das culturas. São os designados delitos de dano, que João José Pereira e Sousa define como:

“[...] diminuição do património de alguém feita por outrem injustamente. Differe do furto, e do roubo, porque se faz sem animo de lucro, e sem violencia. O damno pode ser causado ou pelo homem livre, ou pelo escravo, ou pelo quadrúpede.”<sup>444</sup>

A destruição em propriedade alheia, designadamente o corte de árvores de fruto, era um crime previsto nas Ordenações Filipinas, estabelecendo-se uma moldura penal, determinada pelo valor monetário das árvores cortadas, que ia desde açoites, degredo para Angola por quatro anos, até ao degredo perpétuo para o Brasil.<sup>445</sup> Em 1851, foi apresentada querela contra José António, alfaiate, por ter cortado cinco oliveiras a um lavrador de São João da Portela, concelho de Monção. Uma das testemunhas no processo declarou que ouvira José António dizer que tinha

---

<sup>443</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18; não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino – 1851*, n.º 1.9.4.19, não paginado.

<sup>444</sup> Sousa, Joaquim José Caetano e, *Classes dos crimes, por ordem systematica, com as penas correspondentes, segundo a legislação actual...*, p. 361.

<sup>445</sup> *Ordenações Filipinas*, vol. 5..., pp. 1222. AHGCVC, *Registo dos officios para o Ministério do Reino de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12, não paginado. *Registo dos officios dirigidos ao Ministério do Reino*, n.º 1.9.4.13, não paginado. AMVNC, *Autos de falsidade, devassas, querelas, autos de injúria, precatórias*. Documento avulso.

cortado as oliveiras por “se acharem pegadas” à sua terra.<sup>446</sup> Outros indivíduos do distrito de Viana do Castelo foram acusados de cortarem pinheiros.<sup>447</sup>

## **2.3. Crimes contra o Estado, a ordem e a segurança pública**

### **2.3.1. Resistências, assuadas e sedições**

Resistências, assuadas e sedições surgem como acções empreendidas pelos membros das comunidades contra o poder instituído, tanto nas vertentes política e religiosa como militar, e contra os seus delegados e as suas decisões. Se alguns desses comportamentos se deviam à ignorância, muitos outros eram a expressão do sentimento de justiça e a demonstração de desagrado. Ademais, importa ter em conta o cenário que caracterizou o Alto Minho entre os finais do século XVIII e a segunda metade do século XIX, marcado pela instabilidade política, com reformas e medidas que geravam a contestação popular, e ainda períodos de escassez de produtos alimentares, que, além de provocarem mal-estar nas populações, as predispunham para atitudes mais exaltadas.

O delito de resistência tinha a ver, na larga maioria das situações perscrutadas, com o alistamento militar.<sup>448</sup> Considerando apenas o período compreendido entre 1848 e 1851, verificamos que, dos 23 episódios de resistência ocorridos nos concelhos do distrito de Viana do Castelo, 15 foram motivadas por questões relacionadas com o recrutamento.<sup>449</sup> Com alguma frequência, os populares procuravam a todo o custo proteger os mancebos sorteados para o serviço militar ou os soldados que tinham desertado. Por outro lado, também não deixavam de

---

<sup>446</sup> ADVC, *Tribunal da comarca de Monção*, documento avulso.

<sup>447</sup> AHGCVC, *Relação dos indivíduos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão e não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas - Viana do Castelo*, n.º 1.13.6.1-1, não paginado. *Relação dos indivíduos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão e não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas - Arcos de Valdevez*, n.º 1.13.5.11-7, não paginado.

<sup>448</sup> Acerca do exército e da sua organização no século XIX leia-se Bebian, Rui, “Organização e papel do Exército”, in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. V..., pp. 253-263.

<sup>449</sup> Sobre os motins provocados pelo recrutamento militar leia-se Neto, Margarida Sobral, “A violência em Portugal na Idade Moderna”, in *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXXVII, 2005, p. 22. Leia-se ainda Tengarrinha, José, *Movimentos Populares Agrários em Portugal (1808-1825)*, I vol., Lisboa, Publicações Europa-América, 1994, pp. 170-172. AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino de Janeiro de 1848 a Junho de 1849*, n.º 1.9.4-17, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18, não paginado. *Correspondência com o Ministério do Reino – 1851*, n.º 1.9.4-19, não paginado.

expressar a sua revolta quando se apercebiam das fraudes e de outros subterfúgios que garantiam a isenção de alguns mancebos e levavam ao recrutamento de incapazes e isentáveis.<sup>450</sup>

Era forte a oposição popular ao serviço militar, por causa da sua longa duração, dos braços roubados à terra, aos ofícios e ao comércio, e do descrédito em que a instituição militar tinha caído em consequência da sua partidarização.<sup>451</sup> O exército não oferecia remunerações compensatórias nem condições de vida dignificantes, o que tornava a carreira militar pouco atractiva. Alguns jovens sorteados procuravam escapar, fugindo para Espanha ou emigrando ilegalmente, outros recorriam a soluções mais drásticas, como, por exemplo, à mutilação. Neste caso, quando surgiam suspeitas, havia lugar a processos judiciais, como o que foi movido pelo Ministério Público, em 1862, contra João Manuel Alves, natural da freguesia de Tangil, concelho de Monção, no sentido de averiguar se a mutilação do dedo indicador da mão direita tinha sido accidental ou intencional. Concluiu-se que a mutilação fora provocada, embora o processado alegasse que tinha sido vítima de um acidente de trabalho.<sup>452</sup>

Geralmente, os motins causados pelo alistamento militar, que tinham lugar no espaço rural, eram dirigidos contra os responsáveis pelo recrutamento e pela captura dos jovens alistáveis. Familiares e vizinhos tentavam impedir a detenção daqueles que procuravam escapar ao alistamento, gerando-se tumultos que tanto podiam acontecer na casa onde habitava o recruta sorteado, como nas cercanias ou no lugar onde se encontrava refugiado. Nas situações analisadas, a iniciativa da resistência partia, habitualmente, de um familiar, sendo posteriormente apoiada por terceiros.

Tratava-se de motins locais, sem qualquer intenção política, que tanto podiam ficar-se pelos insultos como provocar ferimentos e, inclusive, mortes.<sup>453</sup> Perante a prisão dos recrutas, os populares reagiam com os instrumentos que na altura tinham mais à mão: varapaus, facas,

---

<sup>450</sup> Sobre a ocorrência de situações desta natureza leia-se Rodrigues, Henrique, *Emigração e Alfabetização. O Alto Minho e a Miragem do Brasil...*, pp. 36-37.

<sup>451</sup> Sobre os militares, o exército e o seu papel na sociedade liberal portuguesa leia-se Vieira, Benedicta Maria Duque, *A Formação da Sociedade Liberal*, Lisboa, CEHC-ISCTE, 2005, pp. 65-73.

<sup>452</sup> ADVC, *Tribunal da comarca de Monção*, documento avulso.

<sup>453</sup> Situações semelhantes eram vividas em Espanha, no século XVIII, no mundo rural, motivadas pelo recrutamento militar obrigatório. Confira-se Borriquero Beltrán, Cristina, "Los motines de quintas", in *Cuadernos de Historia Moderna*, n.º 10, Madrid, Ed. Universidad Complutense, 1989-1990, pp. 147-159.

navalhas, forquilhas, foices ou até armas de fogo.<sup>454</sup> Em alguns casos, as autoridades sofriam na pele os efeitos da fúria popular. O episódio a seguir descrito é bem elucidativo sobre as consequências que podiam resultar das tentativas de detenção de recrutas foragidos. Na madrugada de 18 de Junho de 1854, o regedor da freguesia de São Martinho da Parada, concelho de Monção, acompanhado por guardas do contrato do tabaco, dirigiu-se a casa de João Patrício Neves para prender os seus dois filhos. Estes, exibindo armas de fogo, resistiram às ordens do regedor e acabaram por fugir, enquanto o pai se lançava sobre um dos guardas, ferindo-o com gravidade.<sup>455</sup>

Há que destacar o papel das mulheres alto minhotas nestes acontecimentos. Também elas se dispunham a proteger os filhos, os irmãos ou os sobrinhos sorteados, não se coibindo de insultar e agredir regedores e cabos de polícia.<sup>456</sup> Raramente é mencionado o número exacto de intervenientes nestas amotinações, embora surjam referências a episódios que contaram com a participação de 30, 50, 60 ou 70 indivíduos.<sup>457</sup>

Todavia, não era apenas contra os responsáveis pelo recrutamento que as populações se sublevavam e, por conseguinte, incorriam no delito de resistência à autoridade. Outros acontecimentos são reveladores da sua relutância em acatar as decisões que, no seu entender, prejudicavam os seus interesses.<sup>458</sup> Por exemplo, o pagamento da cômputa ou o seu aumento desencadeavam, por vezes, manifestações hostis, que podiam degenerar em tumultos difíceis de controlar. Em 1848, na freguesia de Gondoriz, concelho de Arcos de Valdevez, o povo em massa

---

<sup>454</sup> Veja-se o caso de José de Amorim, natural da freguesia de Senharei, que, em Dezembro de 1848, feriu com uma foice o regedor da freguesia, quando este se preparava para prender um recruta, sobrinho do agressor. AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino de Janeiro de 1848 a Junho de 1849*, n.º 1.9.4-17, não paginado.

<sup>455</sup> ADV, *Tribunal da comarca de Monção*, Documento avulso, não paginado.

<sup>456</sup> Em Janeiro de 1840, na freguesia do Bárrio, concelho de Ponte de Lima, o oficial de diligências da administração daquele concelho prendeu um recruta sorteado, de seu nome Francisco. O pai, apoiado por um grupo de mulheres, atacou o oficial de diligências, obrigando-o a libertar o filho. Ninguém se dispôs a ajudar o referido oficial, nem mesmo os cabos de polícia, que até o insultaram com palavras injuriosas e o ameaçaram fisicamente. AMPL, *Administração do Concelho. Auto de Investigação de 1840*, n.º 1912, não paginado.

<sup>457</sup> AMPL, *Administração do Concelho. Auto de Investigação de 1845*, n.º 1908, não paginado. *Administração do Concelho. Copiador dos ofícios dirigidos à Administração Geral*, n.º 2.2.2.43, não paginado. *Correspondência com o ministério do reino Março 1853 - Janeiro 1854*, n.º 1.9.4.23, não paginado.

<sup>458</sup> Em Agosto de 1852, a população da freguesia de Covas recusava-se a pagar a cômputa ao pároco daquela freguesia. O alvoroço foi tal que o governo civil se viu na necessidade de enviar para aquele local um contingente militar. AHGCVC, *Registo dos ofícios dirigidos ao Ministério do Reino*, n.º 1.9.4-13, não paginado.

dirigiu-se à residência paroquial, lançando uma série de impropérios contra o pároco, apregoando “que queriam expulsa-lo d’aquella Igreja, porque tinham quem o servisse por menos.”<sup>459</sup> O motim só foi debelado após a intervenção do regedor e de alguns notáveis locais, sendo os implicados sujeitos à acção da justiça. Noutros casos, o povo recusava-se a aceitar o pároco nomeado para a sua freguesia.<sup>460</sup> Há ainda notícia de insurreições motivadas pela actuação escandalosa, ou pouco condicente com as funções que desempenhavam, de alguns clérigos.

No período compreendido entre 1839 e 1845, os administradores dos concelhos comunicaram ao governador civil 14 ocorrências de assuadas, motins e tumultos, seis dos quais tiveram os párocos como alvos.<sup>461</sup> Estes eram ameaçados, insultados e até agredidos para que abolissem ou baixassem a còngrua. Geralmente, os populares juntavam-se à porta da casa do pároco, que nem sempre escapava incólume, sendo, por vezes, necessário recorrer à intervenção militar para acabar com estas amotinações. Os padres também surgem como instigadores de sublevações, aproveitando o púlpito para fazer valer os seus pontos de vista e formatar mentalidades. Em 1845, na freguesia de Santa Leocádia de Geraz do Lima, concelho de Viana do Castelo, no decorrer do ofício religioso, o pároco proferiu palavras insultuosas contra o regedor daquela freguesia e instigou o povo a rebelar-se contra ele, em consequência das disputas que existiam entre ambos, relacionadas com a interferência do pároco em questões que transcendiam as suas competências e que já tinham motivado uma repreensão do

---

<sup>459</sup> AHGCVC, *Confidencial geral, Janeiro de 1847 a Outubro de 1848*, n.º 1.9.3.28, não paginado.

<sup>460</sup> Situação exemplificativa foi a que ocorreu em Junho de 1840, na freguesia de Távora, concelho de Arcos de Valdevez. No dia 21 daquele mês, quando o abade Raimundo José de Macedo se preparava para tomar posse da igreja, foi alvo de um tumulto popular, desencadeado por alguns habitantes da terra que se opunham à sua presença. Três dias mais tarde, quando o se preparava para celebrar a missa, o abade foi apedrejado por mulheres e rapazes, obrigando-o a refugiar-se em Braga até que a situação se recompusesse e pudesse exercer novamente as suas funções. Alguns dos envolvidos pelo tumulto foram identificados e detidos. AHGCVC, *Registo dos ofícios para o Ministério do Reino de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12, não paginado.

<sup>461</sup> AHGCVC, *Registo dos ofícios para o Ministério do Reino de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12, não paginado. Sobre os crimes cometidos contra párocos, no distrito de Coimbra, entre 1850 e 1870, veja-se Roque, João Lourenço, “Subsídios para o estudo da criminalidade na região de Coimbra no século XIX”, in *Revista de História das Ideias. O Sagrado e o Profano*, vol. 9, 1987, pp. 652-657.

administrador do concelho.<sup>462</sup> Por ter incitado os seus paroquianos ao tumulto, este cura foi alvo de um processo judicial.

De facto, na maioria das vezes, as autoridades civis, militares e religiosas, surgiam como alvo de sedições, assuadas e motins populares ou de acções de resistência, em particular aquelas que tinham um contacto mais próximo com a população, como párocos, regedores, cabos de polícia, oficiais de diligências, entre outros. Só muito pontualmente estes eram promotores de acções contestatárias. Entre 1752 e 1803, no concelho de Vila Nova de Cerveira, foram abertas seis devassas com vista à identificação dos responsáveis por crimes de resistência, sendo que numa delas a vítima foi o alcaide da vila de Cerveira<sup>463</sup>.

Além da revolta popular contra o regedor da freguesia de Santa Leocádia de Geraz do Lima, fomentada pelo respectivo pároco, encontrámos poucos casos em que indivíduos com responsabilidades públicas aparecem na condição de instigadores ou participantes. Em Janeiro de 1856, o regedor da freguesia de Vila Nova de Cerveira, querendo que o vapor “Rio Minho” atracasse na sua freguesia, amotinou-se com o povo junto ao cais, ameaçando com prisão o barqueiro que fosse a bordo. A actuação desta autoridade administrativa foi considerada escandalosa nas páginas do periódico vianense *A Aurora do Lima*, que se referiu ao assunto nos seguintes termos: “O regedor deve ser o primeiro a manter a ordem como lhe cumpre, é, pelo contrário quem promove as assoadas populares!”.<sup>464</sup> Deste modo, a intervenção do regedor neste motim constituiu uma subversão das suas funções, exigindo-se a intervenção do administrador do concelho de Vila Nova de Cerveira.<sup>465</sup>

Párocos, regedores, oficiais de diligências, cabos de polícia, responsáveis por acções de fiscalização, nomeadamente funcionários da alfândega e guardas do contrato do tabaco e do sabão, eram vítimas da resistência popular, de amotinacões, e, muitas vezes, as suas acções

---

<sup>462</sup> AHGCVC, *Correspondência do Ministério do Reino - 1 Julho de 1844 a 31 de Dezembro de 1845*, n.º 1.9.4.15, não paginado.

<sup>463</sup> AMVNC, *Documentos avulsos*, não paginados.

<sup>464</sup> *A Aurora do Lima*, 8 de Janeiro de 1856, n.º 9, não paginado.

<sup>465</sup> Na freguesia da Labruja, concelho de Ponte de Lima, no dia 30 de Agosto de 1845, após a realização da missa, o povo revoltou-se contra o pároco da freguesia. À porta da sua residência juntaram-se à volta de 60 homens e mulheres e, entre eles, estava um juiz eleito e um cabo de polícia. Por entre a multidão, ouviam-se vozes que incitavam à morte do padre. AMPL, Administração do Concelho. *Auto de Investigação*, n.º 1908, não paginado.



eram desautorizadas e a sua integridade física posta em risco.<sup>466</sup> Em Maio de 1844, na freguesia de São Martinho da Gandra, concelho de Ponte de Lima, teve lugar uma assuada. Quando os empregados do contrato do tabaco, acompanhados por um cabo de polícia, pretendiam entrar numa casa daquela freguesia para verificar se, como constava, havia pólvora contrabandeada, foram surpreendidos pelas pessoas que estavam nessa casa, “juntando-se para cima de 30 homens que os obrigaram a desistir da diligencia”, tendo que ser auxiliados pelo regedor da freguesia e pelo pároco, para escaparem aos amotinadores.<sup>467</sup> Um dos agitadores acabou por ser preso e entregue ao poder judicial.<sup>468</sup>

As decisões tomadas pelas autoridades, que, de algum modo, atentassem contra os usos e costumes das populações, ou perturbassem o seu quotidiano, também podiam desencadear demonstrações de desagrado e de resistência. Foi o que sucedeu em Valença, em 1854, quando o delegado de saúde tomou um conjunto de decisões para travar a propagação da cólera e a população, para manifestar o seu descontentamento, arremessou pedras contra as janelas da sua casa. Na altura, entre outras medidas, as comunicações com a vizinha Galiza foram cortadas e os médicos receberam instruções para que aconselhassem as famílias a restringirem o contacto com os indivíduos infectados e que arejassem e fumegassem as suas casas.

Também a actuação de recebedores e cobradores de contribuições, por exemplo, não era bem aceite pelas populações, sendo interpretada como uma intromissão abusiva na sua vida particular e nos seus negócios.<sup>469</sup> As feiras eram locais por excelência de motins, tumultos e

---

<sup>466</sup> Sobre as dificuldades do Estado liberal em impor o seu poder a nível local leia-se Monteiro, Nuno Gonçalo, “Conflitos e mobilizações na sociedade rural”, in Reis, António, (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Publicações Alfa, 1990, p. 242.

<sup>467</sup> AMPL, Administração do Concelho. *Copiador dos officios dirigidos à Administração Geral*, 2.2.2.43, não paginado.

<sup>468</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do reino de Maio de 1843 a Junho de 1844*, n.º 1.9.4-14, não paginado. Cinco anos mais tarde, na freguesia de Gontinhães, concelho de Caminha foram disparados vários tiros contra os empregados fiscais que pretendiam apreender o contrabando proveniente da Galiza. AHGCVC, *Correspondência com o ministério do reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18, não paginado.

<sup>469</sup> Tarefa que se complicava com a falta de meios e de recursos humanos do Estado liberal para a execução destas funções. Confirme-se Sousa, Paulo Silveira e, “A construção do aparelho periférico do Ministério da Fazenda em Portugal”, in Almeida, Pedro Tavares de; Branco, Rui Miguel C. (coord.), *Burocracia, Estado e Território. Portugal e Espanha (séculos XIX-XX)...*, pp. 128-129. Em Janeiro de 1848, o rendeiro das contribuições municipais de Ponte de Lima apresentou-se na feira de Freixo, para receber os impostos lançados sobre o bacalhau e o sal. No entanto,

assuadas, provocados sobretudo pela descoberta de furtos e roubos. Identificados os gatunos, estes corriam o risco de serem linchados, valendo-lhes a intervenção das autoridades, que, a muito custo, tentavam controlar a ira dos populares. De vez em quando, o dia de feira também era a oportunidade escolhida para ajustes de contas, que nem sempre se restringiam aos contendores, mas podiam, facilmente, descambar para conflitos de maiores proporções.

De facto, as populações nem sempre acatavam de bom grado as resoluções contidas nas posturas municipais, nem as deliberações que alteravam o seu quotidiano.<sup>470</sup> Os avisos e as repreensões, os aboletamentos e a prisão de indivíduos ou a cobrança de dívidas, operações que nem sempre caíam bem, ou não eram assimiladas pelos habitantes, suscitavam frequentes reacções violentas dos visados contra as autoridades ou titulares de cargos públicos.<sup>471</sup>

Alguma dose de xenofobia, ainda que nem sempre explicitada na documentação, pode ser evocada como motivo bastante para justificar certas manifestações colectivas mais arrebatadas, despoletadas pela presença ou pelo comportamento de determinadas pessoas. Em Março de 1856, numa casa particular, situada na rua da Bandeira, em Viana do Castelo, foi promovida uma reunião familiar com o objectivo de celebrar a chegada de três “brasileiros”, amigos de um irmão do anfitrião. Tendo conhecimento do encontro, um grupo de indivíduos organizou uma assuada à porta da casa. Segundo o periódico *A Aurora do Lima*, que noticiou o

---

perante as ameaças dos contratadores destes produtos, teve que abandonar precipitadamente o local. AHGCVC, *Correspondência com o ministério do Reino de Janeiro de 1848 a Junho de 1849*, n.º 1.9.4-17, não paginado.

<sup>470</sup> Em Junho de 1861, na freguesia de São Salvador da Torre, concelho de Viana do Castelo, houve um crime de resistência à autoridade, com recurso a armas de fogo, tendo como alvos o regedor e o juiz eleito daquela freguesia, envolvendo um número considerável de habitantes da freguesia de Meixedo, do mesmo concelho, que descarregou 25 carros de lenha num local interdito, passando por propriedades privadas. ADV, Administrador do concelho de Viana do Castelo. *Ofícios dirigidos ao Governador Civil deste districto - ano 1860*, n.º 5.16.2.2, não paginado

<sup>471</sup> A título exemplificativo, o tumulto causado por José Manuel, natural de Monção, que, em Agosto de 1843, se recusou a receber em sua casa dois soldados. AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino de Maio de 1843 a Junho de 1844*, n.º 1.9.4-14, não paginado. Em Agosto de 1847, o escrivão de Vila de Punhe, concelho de Viana do Castelo, quando se preparava para citar por dívidas José Ribeiro, foi por este desacatado e insultado. AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino - 1851*, n.º 1.9.4-19, não paginado. Em Março de 1848, em São Romão do Neiva, concelho de Viana do Castelo, teve lugar um delito de resistência aos cabos de polícia, protagonizado por vários indivíduos que se opuseram à prisão de Custódio Manuel Rodrigues, ordenada pelo regedor daquela freguesia. AHGCC, *Correspondência com o Ministério do Reino de Janeiro de 1848 a Junho de 1849*, n.º 1.9.4-17, não paginado.

sucedido, os cabecilhas da arruaça foram “movidos por causas menos nobres”.<sup>472</sup> Por vezes, também os galegos eram vítimas de manifestações de discriminação, sob a forma de algazarras, obrigando à intervenção das autoridades.<sup>473</sup>

No que diz respeito ao perfil dos implicados no crime de resistência, verificamos que, embora existam hiatos temporais não cobertos por todos os concelhos do distrito de Viana do Castelo, a larga maioria dos implicados neste tipo de delito, entre 1804 e 1845, era do sexo masculino (75,4%). A participação das mulheres, que corresponde a 24,6% dos acusados, restringe-se aos concelhos de Arcos de Valdevez e Viana do Castelo.<sup>474</sup> Neste último, a sua intervenção teve a ver com uma assuada, que ocorreu na freguesia de Alvarães, no dia três de Agosto de 1845.<sup>475</sup> O concelho de Arcos de Valdevez sobressai entre os demais por ser o que atingiu o maior número de inculpatos, com 59,7% das ocorrências pesquisadas. Nesta circunscrição administrativa, os crimes de resistência estavam associados a outros, nomeadamente à sedição, como a que aconteceu em 1840, na qual participaram elementos do

---

<sup>472</sup> *A Aurora do Lima*, 13 de Março de 1856, n.º 36, não paginado.

<sup>473</sup> AMPL, Administração do Concelho. *Auto de Investigação de 1844*, n.º 1909, não paginado. Acerca de um motim e de uma assuada que tiveram lugar em Ponta Delgada, em 1833, contra os judeus leia-se Silva, Susana Paula Franco Serpa, *A Criminalidade na Comarca de Ponta Delgada. Uma abordagem com base nos processos penais (1830-1841)*..., pp. 141-143. Em 1844, em Ponte de Lima, ocorreu uma desordem entre galegos, que logo serviu de pretexto para que se gerasse “hum grande alvoroço de povo gritando contra os gallegos [...]”. AMPL, Administração do Concelho. *Auto de Investigação de 1844*, n.º 1909, não paginado.

<sup>474</sup> AHGCVC, *Relação dos indivíduos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão e não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas - Viana do Castelo*, n.º 1.13.6.1-1, não paginado. *Relação dos indivíduos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão e não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas - Monção*, n.º 1.13.5.12-2, não paginado. *Relação dos indivíduos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão e não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas - Ponte de Lima*, n.º 1.13.6.1-3, não paginado. *Relação dos indivíduos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão e não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas no Julgado de Caminha*, n.º 1.30.1.1-3, não paginado. *Relação dos indivíduos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão, e não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas do Julgado de Ponte da Barca*, n.º 1.13.5.12-5, não paginado. *Relação dos indivíduos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão e não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas - Arcos de Valdevez*, n.º 1.13.5.11-7, não paginado.

<sup>475</sup> AHGCVC, *Correspondência com várias autoridades de Agosto de 1844 a Março de 1846*, n.º 1.8.3-8, não paginado.

sexo feminino. Uma outra sedição teve lugar em 1838, tendo sido acusados vários indivíduos de Arcos de Valdevez por resistência armada.<sup>476</sup>

Os envolvidos em crimes de resistência às autoridades eram, na sua maioria, lavradores, que representam 59,4% dos acusados. Entre os restantes implicados, aparece gente dos ofícios e apenas um soldado e um proprietário. Quanto à participação feminina, regista-se a presença de cinco camponesas, uma costureira e uma jornaleira.<sup>477</sup> No que se refere ao estado civil dos pronunciados do sexo masculino, 65% eram casados e os restantes 35% solteiros. Relativamente aos elementos do sexo feminino, cinco eram solteiras, três casadas e duas viúvas. A média de idades era 32 anos, o que, se considerarmos também o estado civil e a condição profissional, nos leva a concluir que a sua situação familiar e socioprofissional estaria estabilizada.

Como salientámos, vários indivíduos surgem pronunciados pelo crime de resistência às autoridades pela sua participação em sedições de carácter político, pondo em causa o poder instituído e a acção dos seus representantes. Os acusados deste delito, mencionados nas fontes, concentram-se no concelho de Arcos de Valdevez. Até 1840, nesta circunscrição administrativa, houve três sedições, sendo uma delas, ocorrida em 10 de Novembro de 1840, contra o governo.<sup>478</sup>

Em Março de 1868, teve lugar uma sedição, envolvendo mais de 100 homens armados, residentes na freguesia do Soajo, que se deslocaram a Arcos de Valdevez, sede do concelho, a

---

<sup>476</sup> AHGCVC, *Relação dos indivíduos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão e não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas - Arcos de Valdevez*, n.º 1.13.5.11-7, não paginado. Sedição é definida por Joaquim José Caetano Pereira e Sousa como “ajuntamento tumultuoso de muitos homens, que se revoltão contra o superior e legítimo para conseguir algum objecto illegal, ou ainda alguma pertença justa, mas com motim, e desordem. Propriamente a sedição se aplica ao tumulto que levanta o povo miudo violento, quando se revoltam os principaes do povo.” Confirme-se Sousa, Joaquim José Caetano e, *Classes dos crimes, por ordem systematica, com as penas correspondentes, segundo a legislação actual...*, pp. 71-73. Pelo Código Penal de 1852, a sedição aparece como reunião ou amotinação, composta por 20 ou mais pessoas, com o objectivo de “constranger, ou impedir, ou perturbar no exercício de suas funções a auctoridade pública, ou qualquer dos seus subalternos ou agentes.” Confirme-se *Código Penal de 1852...*, p. 65.

<sup>477</sup> AHGCVC, *Relação dos indivíduos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão e não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas - Arcos de Valdevez*, n.º 1.13.5.11-7, não paginado. *Relação dos indivíduos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão e não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas - Viana do Castelo*, n.º 1.13.6.1-1, não paginado.

<sup>478</sup> AHGCVC, *Relação dos indivíduos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão e não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas - Arcos de Valdevez*, n.º 1.13.5.11-7, não paginado.

fim de contestarem o aumento da contribuição predial. Esta acção não teve consequências graves, porque as autoridades e alguns habitantes conseguiram persuadir os intervenientes a guardar as armas e a desmobilizar.<sup>479</sup>

As assuadas distinguiram-se das sedições, não só pelo número de participantes, menor que o das sedições, mas igualmente pela sua intencionalidade, sendo, portanto, um delito sujeito a uma moldura penal distinta da sedição.<sup>480</sup> O crime de assuada está implícito na associação de indivíduos que se reúnem para cometer uma transgressão independentemente da sua natureza, enquanto a sedição implica o ajuntamento de indivíduos com o objectivo de atentar contra o poder público e os seus representantes. Desde que não houvesse 20 intervenientes, estas acções revoltosas inscreviam-se no crime de assuada.

Entre 1752 e 1803, considerando apenas o concelho de Vila Nova de Cerveira, ocorreram quatro devassas de assuada. Apenas num dos casos o alvo era uma personalidade de relevo: o pároco da freguesia de Reboreda, daquele concelho.<sup>481</sup> As restantes referem-se a acções de retaliação, como a que teve lugar no Verão de 1787, na freguesia de Sapardos, do concelho de Vila Nova de Cerveira, quando um grupo de pessoas se juntou, à noite, para agredir um rapaz,<sup>482</sup> e a que foi desencadeada em Março de 1790 contra os galegos naturais de Forcadela, província de Pontevedra (Galiza), que roubaram um barco e pretendiam libertar contrerráneas suas, detidas pelas autoridades militares portuguesas que patrulhavam o rio Minho.<sup>483</sup>

No período compreendido entre 1839 e 1855, com excepção dos anos de 1846 e 1847, para os quais não dispomos de elementos, nos diferentes concelhos do distrito registaram-se 11 crimes classificados como assuadas, tendo como alvo diferentes entidades públicas, nomeadamente as autoridades administrativas e fiscais e representantes do poder religioso.<sup>484</sup> Se

---

<sup>479</sup> *Relatório apresentado a Junta Geral de Districto de Viana do Castelo na sessão ordinária de 1868*, Viana do Castelo, Typ. de André Joaquim Pereira & Filho, 1868, pp. 1-2.

<sup>480</sup> Joaquim José Caetano Pereira e Sousa define assuada como “ajuntamento de dez pessoas estranhas para fazer mal a alguém.” Confirme-se Sousa, Joaquim José Caetano e, *Classes dos crimes, por ordem systematica, com as penas correspondentes, segundo a legislação actual...*, pp. 75-77. Pelo Código Penal de 1852, a assuada “é um ajuntamento de dez ou mais indivíduos, destinados a cometer violentamente qualquer crime.” Confira-se *Código Penal de 1852...*, pp. 65-66.

<sup>481</sup> AMVNC, *Documentos avulsos*, não paginados.

<sup>482</sup> AMVNC, *Documentos avulsos*, não paginados.

<sup>483</sup> AMVNC, *Documentos avulsos*, não paginados.

<sup>484</sup> AHGCVC, *Correspondência do Ministério do Reino - 1 Julho de 1844 a 31 de Dezembro de 1845*, n.º 1.9.4.15, não paginado; *Registo dos officios para o Ministério de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º

alargarmos o hiato temporal de análise, descobrimos a existência de 24 indivíduos pronunciados por este delito no distrito de Viana do Castelo, durante o período compreendido entre 1827 e 1842.<sup>485</sup> Um número considerável destes concentra-se no concelho de Viana do Castelo, em particular na assuada que teve lugar na freguesia de Alvarães, em 24 de Julho de 1839.

Para além de assuadas, sedições e resistência, todos os motins e tumultos de cariz político ou conspirações contra a ordem pública eram motivo de preocupação para as autoridades, que procuravam evitá-los através de medidas de carácter preventivo, vigiando indivíduos de conduta suspeita e tidos como avessos ao poder instituído, proibindo a circulação de pasquins difamatórios e de abaixo-assinados contra o governo, controlando tudo o que pudesse propiciar ajuntamentos populares ou facilitasse o surgimento de comportamentos revoltosos.<sup>486</sup>

Em 1843, a administração do concelho de Ponte de Lima foi informada de que vários indivíduos andavam pelas freguesias a recolher assinaturas com o intuito de as utilizarem para hostilizar o governo. Na sequência das averiguações efectuadas, constatou-se que os implicados usavam o subterfúgio de que o signatário estava a contribuir para evitar que fossem lançados impostos para a construção de estradas. Descoberto o embuste, muitos dos ludibriados

---

1.9.4.12, não paginado; *Registo dos officios dirigidos ao Ministério do Reino*, n.º 1.9.4-13, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino de Maio de 1843 a Junho de 1844*, n.º 1.9.4-14, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4-18, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino - 1851*, n.º 1.9.4-19, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Março 1853 - Janeiro 1854*, n.º 1.9.4-23, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Janeiro de 1852 a Fevereiro de 1853*, n.º 1.9.4-20, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Fevereiro de 1854*, n.º 1.9.4-22, não paginado.

<sup>485</sup> AHGCVC, *Relação dos indivíduos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão e não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas - Viana do Castelo*, n.º 1.13.6.1-1, não paginado. *Relação dos indivíduos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão e não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas - Monção*, n.º 1.13.5.12-2, não paginado. *Relação dos indivíduos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão e não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas - Ponte de Lima*, n.º 1.13.6.1-3, não paginado. *Relação dos indivíduos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão e não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas no Julgado de Caminha*, n.º 1.30.1.1-3, não paginado. *Relação dos indivíduos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão, e não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas do Julgado de Ponte da Barca*, n.º 1.13.5.12-5, não paginado. *Relação dos indivíduos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão e não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas - Arcos de Valdevez*, n.º 1.13.5.11-7, não paginado.

<sup>486</sup> AHGCVC, *Segurança pública*, n.º 1.19.3.5-15, não paginado.

dirigiram-se à administração para justificar a presença da sua assinatura no documento.<sup>487</sup> Anos mais tarde, em 1850, no concelho de Valença, o pretexto do aumento da décima para a construção de estradas foi utilizado para indispor o povo contra os governantes e fomentar a revolta.<sup>488</sup>

Nem sempre as autoridades tiveram a capacidade de evitar estas demonstrações contestatárias, algumas de grande violência e de difícil resolução, como as que aconteceram no Soajo. Numa noite de Janeiro de 1852, a pequena vila foi sobressaltada por uma vaga de tumultos, protagonizados por um bando de homens, tendo como alvos os representantes do poder administrativo e judiciário naquela localidade, nomeadamente o juiz eleito, o oficial de diligências do juiz ordinário, o subdelegado do procurador régio e um advogado há pouco estabelecido naquela povoação. A vila do Soajo vivia então sob o espectro da extinção, que se viria a concretizar a 17 de Fevereiro de 1852. No século XIX, o Soajo era um concelho eminentemente rural e montanhoso, condenado ao isolamento, devido à inexistência de estradas, o que conduzia ao fortalecimento de um forte sentimento comunitário.<sup>489</sup>

Os episódios de insubordinação e violência, que emergiram naquela localidade, não foram fortuitos nem descontextualizados, mas antes premeditados e inseridos num processo gradativo, com objectivos claros e alvos bem definidos, que devia culminar na deposição dos representantes do poder administrativo e judiciário.<sup>490</sup>

Em Agosto de 1851, a vila do Soajo revelava sinais de inquietação e o administrador do concelho dava conta disso mesmo ao governador civil do distrito de Viana do Castelo. Temia,

---

<sup>487</sup> AMPL, *Auto de Investigação de 1843*, n.º 1893, não paginado.

<sup>488</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18, não paginado. Note-se que um dos problemas que afectava a construção das estradas era a falta de financiamento. Confirme-se Justino, David, *A formação do espaço económico nacional. Portugal 1810-1913*, vol II, Lisboa, Editorial Vega, 1989, pp. 23-28.

<sup>489</sup> Segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida, as gentes do Soajo apresentam uma personalidade característica, de grande autonomia, em resultado do isolamento a que estavam sujeitas, provocado pelas circunstâncias geográficas e também por um conjunto de antecedentes históricos, que conduziram à criação do concelho do Soajo. Consulte-se, Almeida, Carlos Alberto Ferreira, *Alto Minho*, Lisboa, Editorial Presença, 1987, p.137-140.

<sup>490</sup> Jeroni Fullana Martorell descreve uma situação similar em finais do século XIX, em Palma de Maiorca, na localidade de Campanet. Em resultado da acção do alcaide liberal, após 10 anos de governação conservadora, verificava-se, na referida localidade, uma situação de descontentamento, que culminou numa tentativa falhada de assassinato. Fullana Martorell, Jeroni F. *Crímenes y criminales en la isla de la Calma (Mallorca 1884-1951)*, Palma de Maiorca, Lleonard Muntaner, Editor, 2006, pp. 76-82.

sobretudo, a capacidade de mobilização e de incitamento à revolta de três homens: João Macieira, Domingos António Pereira dos Santos e João do Outeiro. Estes, nas palavras do referido administrador,<sup>491</sup> “andão aliciando os povos deste concelho, à revolta contra as autoridades legitimamente constituídas promovendo com falsíssimos pretextos assinaturas para huma carta que de mim pretendem dar a Sua Majestade, dizendo o dito Macieira que se a sua carta não produzir a minha demissão há-de nas próximas eleições promover uma revolução a fim de expulsar-me e as minhas autoridades deste concelho, e serem nomiadas outras à sua vontade”.

Em Novembro do mesmo ano, Domingos António Pereira dos Santos, antigo escrivão da administração do concelho, surgiu envolvido num incidente de resistência e violência. Aquando da realização das eleições para a câmara e para juiz ordinário, o referido Domingos António, que havia sido acusado de vários crimes no exercício de sua função, acompanhado por um pequeno grupo de apoiantes armados de alfaias agrícolas, foi impedido de exercer o seu direito de voto. A situação acabou por degenerar em tumultos e desordens, com agressões ao regedor, ao subdelegado do procurador régio e ao juiz eleito, não sendo possível concluir o acto eleitoral.<sup>492</sup>

O administrador do concelho do Soajo, António Pereira de Amorim, era contestado e alvo de manifestações de desagrado por parte da população, que sobre ele lançava diversas acusações. Neste contexto, a três de Setembro de 1851, um grupo de habitantes daquela localidade enviou uma carta à rainha D. Maria II, dando conta das arbitrariedades e dos excessos cometidos pelo referido administrador. Confrontado com a situação, o governador civil do distrito solicitou ao administrador do concelho dos Arcos de Valdevez que apurasse a veracidade das acusações levantadas contra aquela autoridade concelhia.<sup>493</sup>

Na sequência das averiguações efectuadas, concluiu-se que o administrador do concelho estaria, de facto, a falhar no cumprimento de algumas das funções que lhe haviam sido destinadas, nomeadamente na fiscalização dos rendimentos públicos e na prevenção da criminalidade. Deste modo, somos levadas a considerar que a origem do ambiente de insurreição que se vivia em terras do Soajo não tinha a ver apenas com a ameaça de extinção do

---

<sup>491</sup> AHGCVC, *Tumultos no Soajo*, n.º 1.19.2.8-6, não paginado.

<sup>492</sup> AHGCVC, *Eleições municipais em Soajo*, n.º 1.19.4.1-8, não paginado.

<sup>493</sup> AHGCVC, *Correspondência com os Administradores do Concelho, de Janeiro de 1851 a Março de 1852*, n.º 1.7.2.15.



concelho, mas devia-se, principalmente, à vontade popular de substituir os detentores de cargos dirigentes, considerados incapazes de cumprir as suas obrigações.

Durante a noite de 13 para 14 de Janeiro de 1852, alguns dos alvos da fúria popular viram as portas das suas casas arrombadas, foram espancados e feridos com gravidade, provando que a insurreição se mantinha. A mesma sorte tiveram aqueles que se dispuseram a auxiliá-los. Os perpetradores de tais actos seriam 12 homens, contra os quais ninguém ousou testemunhar.<sup>494</sup> Os primeiros a ser atacados foram o oficial de diligências e Francisco de Melo Alvim, que, desde há poucos meses, exercia advocacia naquela vila.<sup>495</sup> Seguiram-se Manuel Gonçalves Lage, juiz eleito, e o subdelegado do procurador régio, Luís José Esteves. O juiz ordinário, que também constaria da lista dos agressores, conseguiu escapar por se encontrar ausente na altura dos acontecimentos.<sup>496</sup> Todos os funcionários judiciais, temendo pela própria vida, abandonaram funções, paralisando o aparelho judicial.

No dia 19 de Janeiro de 1852, marchou em direcção ao Soajo uma força militar composta por 80 homens.<sup>497</sup> Juntamente como o major da infantaria, partiu também Miguel Carlos Baptista e Sousa, na qualidade de delegado do governo civil, a fim de auxiliar o administrador do concelho daquela localidade na concretização dos seguintes objectivos: reconduzir ao serviço os funcionários do aparelho judicial e administrativo, que tinham abandonado os seus postos de trabalho em consequência dos distúrbios, e realizar um minucioso auto de investigação sobre os acontecimentos ocorridos, cuja cópia devia ser enviada ao poder judiciário com o objectivo de instaurar os processos contra os perpetradores dos atentados.<sup>498</sup>

Após a apreciação dos factos, constatou-se que a maior parte das acusações imputadas ao administrador do concelho do Soajo eram fundadas, nomeadamente no que respeitava à denúncia de proteger a venda de gado roubado e de não garantir o exercício da justiça, ao permitir que os criminosos circulassem livremente pelo concelho.<sup>499</sup> Em última análise,

---

<sup>494</sup> AHGCVC, *Tumultos...*, n.º 1.19.2.8-6, não paginado.

<sup>495</sup> AHGCVC, *Tumultos...*, n.º 1.19.2.8-6, não paginado.

<sup>496</sup> AHGCVC, *Tumultos...*, n.º 1.19.2.8-6, não paginado.

<sup>497</sup> AHGCVC, *Tumultos...*, n.º 1.19.2.8-6, não paginado.

<sup>498</sup> AHGCVC, *Tumultos...*, n.º 1.19.2.8-6, não paginado.

<sup>499</sup> AHGCVC, *Tumultos...*, n.º 1.19.2.8-6, não paginado.

consideraram o administrador do concelho como principal responsável pela situação de anarquia local, defendendo que a reposição da ordem passaria necessariamente pela sua destituição.<sup>500</sup>

Logo após a saída da força militar, o juiz eleito e os escrivães, receando o regresso dos responsáveis pela sublevação de 13 para 14 de Janeiro de 1852, abandonaram os seus postos e esconderam-se. Verifica-se, assim, que sob a capa de uma aparente acalmia, continuava a reinar a anarquia e as instituições públicas, caídas em descrédito, não funcionavam com a eficácia devida. Por outro lado, as autoridades passaram a considerar a revolta de Janeiro como um acto isolado e ocasional, sem conotações políticas, praticado por um povo que habitava num concelho que “he excepcional pela sua localidade, rudeza, grosseria, e pobreza dos seus habitantes”.<sup>501</sup> Esta interpretação significa que, perante a incapacidade de controlar a situação pela via judicial, optaram pela via mais fácil, refugiando-se em argumentos que remetiam para o temperamento e para o atavismo dos povos, para explicar a insubordinação e o desrespeito pela ordem e pela lei e, conseqüentemente, justificar a extinção e incorporação do Soajo no concelho de Arcos de Valdevez, o que veio a acontecer em 17 de Fevereiro de 1852.<sup>502</sup>

No ano de 1846, em Castro Laboreiro, também ocorreu um motim que culminou na destituição das forças administrativas. Todavia, na sequência da intervenção de uma força militar e do poder administrativo do concelho vizinho de Melgaço, a autoridade foi restabelecida e os ânimos foram apaziguados.<sup>503</sup>

O período compreendido entre 1853 e 1857 foi marcado pela crise agrícola, que se repercutiu sobretudo na produção de milho.<sup>504</sup> A carestia deste cereal, que tinha uma importância

---

<sup>500</sup> Para reforçar a necessidade do afastamento do administrador do concelho do Soajo, apresentaram o exemplo de Pico de Regalados, concelho extinto em 1854. Enquanto Custódio José de Sousa exerceu as funções de administrador deste concelho, era necessária a presença constante de um destacamento militar, devido aos tumultos que tinham origem na antipatia que o povo nutria por ele. No entanto, quando foi substituído por António de Azevedo e Mota, a tranquilidade regressou àquela localidade. AHGCVC, *Tumultos...*, n.º 1.19.2.8-6, não paginado.

<sup>501</sup> AHGCVC, *Tumultos...*, n.º 1.19.2.8-6, não paginado.

<sup>502</sup> De salientar, que, actualmente, apesar de incorporado no concelho dos Arcos, o Soajo, mantém um grande sentido de autonomia e independência, alimentando uma rivalidade com a sede de concelho e os seus habitantes. Almeida, Carlos Alberto Ferreira, *Alto Minho...*, p.137.

<sup>503</sup> AHGCVC, *Correspondência recebida dos administradores dos concelhos*, n.º 1.30.11.17, não paginado.

<sup>504</sup> Acerca dos tumultos causados pelas crises de subsistência no Porto, em Lisboa e no Alentejo, no século XIX, leia-se Roque, João Lourenço, “Subsídios para o estudo da “revolta” em Portugal no século XIX. Alguns exemplos de motins (e outras acções de grupo) na região de Coimbra (1840-1860)”, in *Revista de História das Ideias*, vol. 7,

decisiva para a subsistência das populações, e a oposição ao seu envio para outras partes do reino, estiveram na origem de vários tumultos que aconteceram por todo o distrito de Viana do Castelo, designadamente na freguesia de Seixas, concelho de Caminha, em 1854 e 1855, e em Ponte de Lima, no ano de 1868. Estas acções violentas eram protagonizadas por gente pobre, a mais afectada pela falta e consequente subida vertiginosa do preço do milho.<sup>505</sup> De facto, no século XIX, mantiveram-se estes “motins de fome”, característicos do Antigo Regime, não apenas em Portugal, mas também noutras regiões da Europa.<sup>506</sup>

Em 1854, o administrador do concelho de Caminha declarava que a produção de milho naquele município, apesar de escassa, seria suficiente para alimentar a população local, se não fosse exportada para outras localidades. Por isso, alertava para o seguinte:

“[...] muito temo que ocorram desordens, por ocasião da exportação, quando o preço do milho cada vez é mais subido, e a que os pobres não podem chegar na geral carestia de todos os géneros de primeira necessidade.”<sup>507</sup>

Segundo o referido administrador, a resolução do problema passaria pela entrega no depósito camarário do milho produzido pelos grandes proprietários, lavradores e comerciantes, inviabilizando-se a concessão de guias para a sua exportação nos períodos de recessão e, desse modo, os mais pobres podiam abastecer-se a preços mais acessíveis.<sup>508</sup>

Desconhecemos o número de indivíduos implicados e detidos nestes distúrbios, bem como o sexo, a idade e a ocupação. Cremos, no entanto, que não seriam meros arruaceiros, mas antes grupos de pessoas que, perante o agravamento das suas condições de vida e

---

1985, pp. 252-253. Sobre o preço dos cereais no século XIX leia-se Justino, David, *A formação do espaço económico nacional. Portugal 1810-1913*, vol II..., pp. 23-28.

<sup>505</sup> Sobre a subida dos preços dos cereais registada em 1855 veja-se Feijó, Rui Graça, *Liberalismo e Transformação Social. A Região de Viana do Antigo Regime a finais da Regeneração...*, pp. 170-172.

<sup>506</sup> Sobre os motins populares causados pela escassez de alimentos, na sequência dos maus anos agrícolas registados nos primeiros anos do século XVIII, leia-se Almeida, Luís Ferrand, “Motins populares no tempo de D. João V. Breves notas e alguns documentos.”, in *Revista de História das Ideias*, vol. 5, 1984, pp. 321-343. Para o caso alemão no século XIX leia-se Gailus, Manfred, “Food riots in Germany in the late 1840s”, in *Past and Present*, n.º 145, Oxford, 1994, pp. 157-193. Acerca dos “motins de fome” causados pela escassez de milho em 1835, em Ponta Delgada veja-se Silva, Susana Paula Franco Serpa, *A Criminalidade na Comarca de Ponta Delgada. Uma abordagem com base nos processos penais (1830-1841)...*, pp. 143-147.

<sup>507</sup> AMC, Administração do concelho. *Copiador de correspondência*, n.º 1.2.2.2, não paginado.

<sup>508</sup> AMC, Administração do concelho. *Copiador de correspondência*, n.º 1.2.2.2, não paginado.

acossadas pelo espectro da fome, se insurgiam contra os membros da burguesia instalados nas câmaras municipais e os impulsionadores do comércio de bens cerealíferos, ou seja, os grandes proprietários e comerciantes.<sup>509</sup>

Em todas estas manifestações de descontentamento e de revolta, independentemente da sua natureza ou motivação, predominavam as gentes do povo, sobretudo as mais pobres, aquelas que mais sofriam com as crises de subsistência, o aumento dos impostos, a ausência de braços para o trabalho do campo. Se alguns destes movimentos revelam um cunho de espontaneidade, outros, sem dúvida, denotam uma clara premeditação. A subida dos preços e a precariedade do trabalho empurravam para a miséria uma parte significativa da população, que, para sobreviver, tinha que recorrer à ajuda das instituições de caridade.<sup>510</sup>

Da parte das autoridades era visível o receio de que actos de resistência, sob a forma de assuadas, motins ou tumultos, na maior parte das vezes sem líderes identificados, fossem aproveitados para acções de maior envergadura e ganhassem contornos políticos. Por isso, independentemente da dimensão desses levantamentos populares, era exigida rapidez e eficácia na actuação dessas mesmas autoridades.<sup>511</sup>

---

<sup>509</sup> Na Alemanha, nos motins causados pela carência de bens alimentares intervinham homens e mulheres de meia-idade, trabalhadores acompanhados por crianças, pessoas mais jovens e gente idosa. Confirme-se Gailus, Manfred, "Food riots in Germany in the late 1840s"..., pp. 157-193.

<sup>510</sup> Sobre a subida dos preços em Ponte de Lima na primeira metade do século XIX confira-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *Rituais de caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)*..., p. 240.

<sup>511</sup> Para comprovar esta asserção, dispomos do ofício enviado pelo Ministério do Reino ao governador civil de Viana do Castelo, onde está patente a reacção à ineficácia das medidas tomadas no sentido de pôr termo às constantes convulsões colectivas registadas no concelho de Caminha, causadas pela insuficiência de milho, exigindo-lhe que "examine se o administrador do concelho tem cumprido o seu dever, e quando se tenha havido com omissão e desleixo, proponha outro que seja idóneo e activo, escolhendo, se for possível, algum militar que esteja no caso de ser nomeado para aquele cargo, que semelhantemente faça substituir o regedor da freguesia de Seixas, se o actual não for capaz, que não limite a tirada das armas aos amotinadores, mas faça legalmente extensiva essa medida a todos os indivíduos que usarem dellas sem abonações e licenças devidas." AHGCVC, *Portarias e ofícios do Ministério do Reino*, n.º 1.13.4.5-6, não paginado.

### 2.3.2. O contrabando

Considerado como um delito contra o Estado, pelo prejuízo que causava nas receitas da fazenda pública, o contrabando tinha larga incidência no Alto Minho.<sup>512</sup> Pelo seu carácter clandestino, tal como acontece com os crimes de emigração ilegal e falsificação de moeda, torna-se difícil a sua quantificação, embora seja pertinente considerá-lo sob o ponto de vista qualitativo, tentando compreender o impacto e a dimensão deste fenómeno nesta região de Portugal.<sup>513</sup>

O combate ao contrabando pressupunha a imposição de um efectivo controlo aduaneiro.<sup>514</sup> Como salienta David Justino, “o contrabando só existe porque existem também os direitos de entrada que oneram o produto importado.”<sup>515</sup> O reforço da política proteccionista, que se aplicou a partir de 1820, e que, em traços largos, se manteve até à década de sessenta do mesmo século, contribuiu, por um lado, para a repressão desta prática, mas, por outro, acabou por lhe servir de estímulo.<sup>516</sup>

Na documentação pesquisada, o comércio ilegal surge-nos como uma actividade quotidiana e tacitamente aceite pelas populações, como se depreende, aliás, das palavras do administrador do concelho de Caminha, que, em 1857, afirmava o seguinte:

---

<sup>512</sup> Esta incidência manter-se-á nos finais do século XIX e na primeira metade do século XX com o contrabando de volfrâmio, que tinha lugar no Norte de Portugal e na Galiza. Sobre este contrabando consulte-se Lage, Maria Otilia Pereira, “Passagens ocultas: volfrâmio e contrabando – um negócio de fronteiras”, in *Revista Campos Monteiro*, n.º 3, Coimbra, 2008, pp. 157-165.

<sup>513</sup> Em 1858, o governador civil dava conhecimento ao Ministério da Fazenda da dificuldade em avançar com números concretos sobre a quantidade de mercadorias introduzidas no distrito através da prática do contrabando. As autoridades locais, inquiridas sobre este assunto, ou não conseguiam precisar os números do contrabando, ou apresentavam cálculos considerados arbitrários, que não podiam ser aceites por não serem fiáveis. AHGCVC, Registo Geral, Agosto de 1848 a Novembro de 1859, n.º 1.10.3.7, não paginado.

<sup>514</sup> Confira-se Muñoz Merino, Ana, *El delito del contrabando*, Pamplona, Editorial Aranzadi, 1992, p. 37.

<sup>515</sup> Justino, David, *A Formação do Espaço Económico Nacional. Portugal 1810-1913*, vol. I..., p. 222.

<sup>516</sup> Sobre a lei proteccionista de 18 de Abril de 1821, que visava a proibição da entrada em território nacional de cereais estrangeiros, considera Jaime Ferreira que esta resultava da crise cerealífera que se registou em 1814-1815, que acalmou nos anos seguintes e cujo debate se aprofundou em 1818-1819 e primeira metade de 1820, traduzindo-se numa baixa considerável dos preços, o que levou os agricultores a solicitar a protecção estatal. Segundo o mesmo autor, decorrido um mês sobre a sua publicação, por todo o país, nomeadamente nas zonas fronteiriças, bradava-se contra o contrabando. Veja-se Ferreira, Jaime, “Proteccionismo e contrabando cerealífero, 1821-1822”, in *Análise Social*, vol. XXVI, 1991, pp. 489-511.

"[...] É um facto presenciado por todos neste concelho, e nos mais da dita margem esquerda do Minho se faz muito contrabando e descaminho dos direitos que devem pagar às fazendas e objectos vindos da Galiza: quasi todos vestem de pannos de sedas d'alli vindas e d'ahi se importam muitos géneros de grande e ordinário consumo, como assucar, arroz, azeite, chocolate, vidro, vinho, rum, batatas, cereais, gado *vaccum*, muar e suino e de criação; cigarrilhas e sabão e outras muitas miudezas."<sup>517</sup>

Com base neste comentário, podemos avaliar os elevados prejuízos que esta prática acarretava para os cofres do Estado, dado que os direitos alfandegários constituíam uma das suas principais fontes de receita, e para as actividades produtivas da região, sobretudo para a agricultura. Aliás, a política proteccionista visaria não apenas a obtenção de proventos fiscais, mas igualmente a defesa da indústria e da agricultura nacionais.<sup>518</sup> Em 1845, a câmara municipal de Viana do Castelo aludia à necessidade de se comunicar à Rainha "o lamentável estado em que se acha reduzida a província em resultado do contrabando de cereais estrangeiros."<sup>519</sup>

Os agricultores, não conseguindo competir com os baixos preços dos produtos contrabandeados que chegavam aos mercados, também eram obrigados a reduzir o custo dos seus, diminuindo drasticamente a sua margem de lucro. Eram estes os que mais se insurgiam contra a importação clandestina de cereais e a inépcia das autoridades fiscais, até porque algumas das medidas proteccionistas tomadas na década de vinte do século XIX, nomeadamente no que concerne à produção cerealífera, tinham sido entretanto reforçadas, em 1837, pela pauta proteccionista imposta pelos setembristas. Contudo, já na década de cinquenta do mesmo século, se tinha registado uma redução dos direitos de importação, especialmente na entrada de cereais.<sup>520</sup> Por outro lado, o desequilíbrio entre uma população em crescimento e uma produção cerealífera insuficiente para satisfazer a procura, provocou a subida do preço, o que, além de ter gerado revoltas, obrigou à importação de cereais e,

---

<sup>517</sup> AHGCVC, *Reforma das Alfandegas*, n.º 1.17.6.11-2 (6), não paginado.

<sup>518</sup> Confira-se Mendes, J. Amado, "Comércio, transportes e comunicações", in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. V..., pp. 371-372.

<sup>519</sup> AMVC, *Actas Vereação*, n.º 755, fl. 9.

<sup>520</sup> Sobre as reformas aduaneiras confira-se Mata, Eugénia; Valério Nuno, *História Económica de Portugal. Uma perspectiva global*, 2.ª edição, Lisboa, Editorial Presença, 2003, pp. 142-147.

consequentemente, ao recuo da política proteccionista, que, até então, apenas previa a sua importação em situações de má colheita.<sup>521</sup>

Eram vários os factores que favoreciam a prática e a persistência do contrabando no Alto Minho, sobretudo de produtos oriundos da vizinha Galiza.<sup>522</sup> Um desses factores tem a ver com a extensão do território fronteiriço e o relevo acidentado, o que dificultava uma vigilância eficaz. A proximidade daquela província espanhola favorecia a entrada de todo o género de bens, incluindo animais, sem o pagamento das respectivas taxas aduaneiras. Separadas pelo rio Minho, que, em alguns pontos, era facilmente transponível durante o Verão, as províncias do Minho e da Galiza confluíam por terra, havendo locais, nem sempre bem guardados, que convidavam à transacção furtiva de mercadorias. Era generalizada a perspectiva de que o contrabando era praticado em maior escala pela raia seca do que pela via fluvial, como sucedia em Lindoso.<sup>523</sup> Esta localidade, pertencente ao concelho de Ponte da Barca, detinha a reputação de constituir um ponto de frequente introdução de produtos clandestinos, sobretudo cereais.<sup>524</sup> Outras povoações também eram conhecidas pela constante entrada de produtos vindos da Galiza, como, por exemplo S. Gregório, no concelho de Melgaço.<sup>525</sup>

Mesmo nos lugares da fronteira onde existiam alfândegas, como Caminha, Valença e Monção, verificava-se a importação de bens contrabandeados. Assim, o contrabando fazia-se

---

<sup>521</sup> Confira-se Pereira, Miriam Halpern, *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico: Portugal na Segunda Metade do Século XIX*, Lisboa, Sá da Costa, 1983, pp. 241-242. Segundo a mesma autora, a pauta de 1852 apresentava já um pendor livre-cambista. Confira-se Pereira, Miriam Halpern, “«Decadência» ou subdesenvolvimento: uma reinterpretação das suas origens no caso português”, in *Análise Social*, vol. XIV, 1978, pp. 7-20.

<sup>522</sup> Segundo Humberto Baquero Moreno, na Idade Média, o contrabando com Espanha era uma prática frequente. Confirme-se Moreno, Humberto Baquero, “Conflitos fronteiriços hispano-portugueses nos finais da Idade Média”, in *Revista de Ciências Históricas*, Porto, 2006, p. 18.

<sup>523</sup> Em 1853, o governador civil de Viana do Castelo informou os administradores dos concelhos do distrito de que o Ministério da Fazenda e o Ministério das Obras Públicas tinham conhecimento de que o contrabando de açúcar e géneros coloniais era feito pela raia seca, considerando que “a maior parte dos mercados desta província são abastecidos de géneros daquela procedência.” AHGCVC, *Confidencial Geral de Outubro de 1848 a Outubro de 1855*, n.º 1.9.3.29, não paginado.

<sup>524</sup> Em 1848, perante a penetração maciça de cereais em Portugal pelo Lindoso, em Ponte da Barca, o governador civil organizou uma força de guarda de segurança pública, com o intuito de rondar um conjunto de lugares onde este comércio clandestino era mais frequente. AHGCVC, *Registo dos ofícios para os administradores dos concelhos, Março de 1840 a Março de 1841*, n.º 1.7.2.3, não paginado.

<sup>525</sup> ACHGVC, *Registo geral, Agosto de 1848 a Novembro de 1859*, n.º 1.10.3.7, não paginado.

quer pela via fluvial, através de pequenas lanchas e barcos, quer pela raia seca, ou seja, pelos chamados portos “secos” e “molhados”.<sup>526</sup> Sabia-se que, sobretudo no concelho de Caminha, muitos dos barcos utilizados na pesca no rio Minho também serviam para transportar mercadorias ilegais.<sup>527</sup> De Espanha, nomeadamente da província de Pontevedra, chegavam apelos para que fosse impedida a passagem dos barcos de contrabando – os chamados barcos “ladrões” -, ou então sobre eles exercer uma severa vigilância, até porque muitas dessas embarcações não transportavam apenas mercadorias, mas também salteadores e informações dos conspiradores contra a ordem liberal de ambos os reinos.<sup>528</sup>

A par do contrabando fronteiriço, havia um outro que se desenvolvia ao longo da costa. No entanto, importa esclarecer que não dispomos de dados suficientes que nos permitam abordar e avaliar a importância da introdução ilegal de produtos por via marítima. No entanto, temos informação de que, em 1844, o director da alfândega de Viana do Castelo, para justificar as fracas receitas arrecadas no ano económico de 1843/1844, alegou a redução do número de embarcações entradas no porto de Viana com carga de bacalhau, rejeitando a prática do contrabando e a incúria dos seus empregados como factores explicativos dos poucos resultados conseguidos.<sup>529</sup> Por seu lado, o administrador do concelho de Caminha negava que, no mesmo ano, tivesse havido um decréscimo dos rendimentos da alfândega comparativamente ao anterior, aludindo, no entanto, à falta de confiança nos funcionários daquele organismo.<sup>530</sup>

Em 1851, o governador civil, dando execução à portaria do Ministério da Fazenda, datada de 20 de Agosto de 1851, procedeu a indagações sobre a conduta dos funcionários da alfândega de Viana do Castelo, tendo concluído que não havia qualquer falta de probidade a apontar-lhes. Considerava que não se podia imputar aos empregados fiscais a prática do contrabando ou a criação de situações que favorecessem o seu desenvolvimento, até porque, como sustentava, “o contrabando é tão fácil por estes sítios, pelo abandono das necessárias

---

<sup>526</sup> Em Caminha, ordenou-se que os barcos responsáveis por este comércio ilegal deviam ser proibidos de navegar, devendo ficar amarrados e as chaves entregues aos empregados fiscais. AHGCVC, *Registo dos officios para os administradores dos concelhos desde Setembro de 1854 a Junho de 1855*, n.º 1.7.2.18, não paginado.

<sup>527</sup> ACHGVC, *Registo geral, Agosto de 1848 a Novembro de 1859*, n.º 1.10.3.7, não paginado.

<sup>528</sup> ANTT, Ministério do Reino. *Officios recebidos*, maço 2104, não paginado.

<sup>529</sup> AHGCVC, *Excessiva diminuição dos rendimentos das alfandegas. Officios aos respectivos directores em 13 de Outubro de 1844, perguntando quais as causas d'onde procede tal diminuição*, n.º 1.19.3.3-2, não paginado.

<sup>530</sup> AHGCVC, *Excessiva diminuição dos rendimentos das alfandegas. Officios aos respectivos directores em 13 de Outubro de 1844, perguntando quais as causas d'onde procede tal diminuição*, n.º 1.19.3.3-2, não paginado.



medidas de lhe obstar, que o contrabandista para exercer o seu prejudicial tráfico não carece de se lhe chegar ao empregado para o corromper.”<sup>531</sup> Foi ainda mais longe, ao afirmar que toda a faixa costeira desde Vila do Conde até Caminha estava acessível aos contrabandistas, bem como toda a margem esquerda do rio Minho.

Além de locais tidos como facilitadores da entrada de produtos clandestinos, também havia lugares mais conhecidos pela mostra e venda dos mesmos. Segundo o director das alfândegas do círculo de Valença, uma das feiras onde se transaccionavam mais artigos de contrabando era a de Paredes de Coura.<sup>532</sup> De facto, as feiras e os mercados eram as melhores oportunidades para a transacção de mercadorias contrabandeadas. Assim se compreende a portaria do Ministério do Reino de 24 de Fevereiro de 1853, que ordenava aos administradores dos concelhos e seus subordinados que procedessem à fiscalização de feiras e mercados, verificando a legalidade dos produtos expostos.

Temos igualmente que atender a problemas organizativos e institucionais, que se relacionam com dificuldades a nível da fiscalização da raia e que facilitavam a prática deste comércio ilegal. Por isso, era frequente o poder central solicitar a colaboração das autoridades regionais e locais, nomeadamente do governo civil e dos administradores dos concelhos. Uma vigilância atenta da zona fronteiriça era uma das condições fundamentais para a manutenção da ordem e tranquilidade pública, que era uma das competências atribuídas a estas autoridades.<sup>533</sup>

---

<sup>531</sup> AHGCVC, *Confidencial geral – Outubro de 1848 a Outubro de 1855*, n.º 1.9.2.29, não paginado.

<sup>532</sup> AMVC, *Câmara de Viana do Castelo*, 1.18.5.12, não paginado.

<sup>533</sup> A 30 de Novembro de 1836, o administrador geral do distrito de Viana do Castelo comunicou aos seus subordinados o seguinte: “Cumpra que V. S.<sup>a</sup> em todo o seu concelho empregue a maior responsabilidade na fiscalização se possa para evitar qualquer introdução clandestina de azeite, cereais, gado vacum e outros géneros estrangeiros apreendidos, e procedendo contra os contrabandistas na forma da Lei, devendo entender-se a este respeito com as autoridades fiscaes das alfândegas e dar-lhes toda a possível coadjuvação, a fim de que das suas combinadas diligencias surta o effeito que se pretende.” AHGCVC, *Registo de circulares – desde Outubro de 1835 a 4 de Outubro de 1837*, n.º 1.10.4-8, não paginado. Em 20 de Novembro de 1841, o administrador do concelho de Valença oficiou ao director da alfândega daquela vila, colocando os seus serviços à sua disposição e declarando o seguinte: “São tão repetidas e recomendadas as ordens do governo de Sua Majestade remetidas a esta administração pela Administração Geral deste Districto para que pelos meios ao meu alcance e d’intelligencia com que V. S.<sup>a</sup> obste a introdução de Fazendas estrangeiras e nomeadamente a dos géneros cereaes, arroz e assucar, e sendo certo que taes géneros se introduzem de continuo neste concelho, vindos de Hespanha é do meu dever por à disposição de V. S.<sup>a</sup> todo o auxilio que por esta repartição se lhe poder prestar para por fim a tão nociva, como escandalosa introdução. Sempre que para bem da Fazenda Nacional se lhe torne incessante necessário auxilio e

As alfândegas cobriam áreas muito extensas e, por conseguinte, difíceis de fiscalizar. A situação complicava-se quando o número de funcionários era diminuto, mal distribuído, com baixas remunerações, o que os tornava vulneráveis à corrupção.<sup>534</sup> Em 1857, o administrador do concelho de Vila Nova de Cerveira sustentava que, para se conseguir uma verdadeira repressão da prática do contrabando no seu concelho, seria necessário aumentar o número de guardas e aumentar os salários, que não ia além dos 140 réis, de modo a torná-los menos permeáveis aos aliciamentos dos contrabandistas.<sup>535</sup>

Por outro lado, as próprias autoridades não hesitavam em considerar excessivos os direitos alfandegários que recaíam sobre algumas das mercadorias vindas de Espanha, o que levava os guardas alfandegários a aceitarem quantias mais módicas pelos artigos importados do que as estipuladas nas pautas aduaneiras. A opinião partilhada pelos administradores dos concelhos era quase unânime quanto à necessidade de reduzir as taxas alfandegárias sobre os produtos para, desse modo, se conseguir a diminuição do comércio clandestino.

Uma outro factor que contribuía para o desenvolvimento do contrabando na região do Alto Minho e que dificultava o seu combate, era a convivência das autoridades fiscais, dos administradores dos concelhos e regedores, bem como da população em geral, que retirava, aliás, fartos dividendos desta prática, pois os vendedores auferiam ganhos mais avultados ao obterem produtos que, subtraídos aos direitos alfandegários, se tornavam mais baratos, alargando a sua margem de lucro. Pela via clandestina, eram obtidas mercadorias a preços mais acessíveis e até de melhor qualidade, como sucedia com o sabão. Em 1852, constava-se que vários regedores de freguesias do concelho de Melgaço tinham passado atestados falsos para apresentar nas alfândegas, nos quais se dizia serem nacionais produtos contrabandeados. Na

---

cooperação dos regedores e mais dependentes desta Administração não duvide V. S.<sup>a</sup> reclama-lo porque todos estão prevenidos por mim e requerei severo castigo contra o que num só momento demorar sua coadjuvação. V. S.<sup>a</sup> porem, como mais instruído e especialmente em matéria de fiscalização terá a bondade de advertir-me e avisar-me de que modo passa a ser, com muito desejo, útil e propício ao serviço nacional neste interessante objecto.” AMV, Administração do Concelho. *Registo da Correspondência expedida para diversas autoridades*, 1841-1845, n.º 1.1.4.31, não paginado.

<sup>534</sup> AHGCVC, *Registo Geral – Janeiro a Junho de 1857*, n.º 1.10.3.4, não paginado. Em 1850, foi capturado Manuel José de Lima, chefe dos guardas da Alfândega de Valença, que se encontrava homiziado em Tuy, por convivência com os contrabandistas e delapidação da fazenda pública. AHGCVC, *Correspondência com várias autoridades Novembro de 1849 a Junho de 1851*, n.º 1.8.3.12, não paginado.

<sup>535</sup> AHGCVC, *Reforma das Alfândegas*, n.º 1.17.6.11-2 (6), não paginado.

posse destes documentos, os contrabandistas dirigiam-se às alfândegas para receberem guias de livre-trânsito para o interior do país, colocando em circulação bens contrabandeados que passavam por nacionais.<sup>536</sup> No entanto, estava determinado que todas as mercadorias provenientes de Espanha e que tivessem sido despachadas nas alfândegas não podiam transitar sem os respectivos despachos e guias, sob pena de serem apreendidas.

As autoridades fiscais não estavam isentas de suspeita de conivência no contrabando. Frequentemente, o Ministério da Fazenda, que tutelava as alfândegas, promovia acções inspectivas sobre os funcionários das instituições fiscais. Em 1853, foi investigada a actividade do escrivão e do chefe dos guardas da alfândega de Ponte da Barca. Quanto ao primeiro, constatou-se que exercia um forte ascendente sobre o director desse organismo e que, apesar de suspenso, era quem de facto dirigia o serviço. Quanto ao segundo, embora não houvesse indícios de comportamento ilícito, as autoridades estranharam que um ferrador abandonasse o seu ofício para ocupar um cargo que, além de não ser bem remunerado, era pouco prestigiado junto da população.<sup>537</sup>

No mesmo ano, foi formada uma comissão para avaliar o comportamento do director e do subdirector da alfândega do círculo de Valença, uma vez que eram apontados pela voz pública como responsáveis pela generalização da prática de contrabando, embora não houvesse provas para os incriminar. Dois anos antes, em 1851, tinham sido investigados os guardas da alfândega de Monção, devido à suspeita de que um deles passava cavalos espanhóis e que teria mandado dar um tiro a quem o denunciou.<sup>538</sup> Constava-se ainda que o regedor da freguesia de Cristoval, do concelho de Melgaço, protegia o contrabando de cereais espanhóis e que no lugar de S. Gregório existiam armazéns onde era depositado milho contrabandeado, com o conhecimento das autoridades.<sup>539</sup>

A relação entre os funcionários fiscais e as populações era algo paradoxal. Se algumas condenavam o seu comportamento negligente e corrupto, outras queixavam-se dos excessos praticados no exercício das suas funções. Em 1849, João Rodrigues Bexiga, chefe do porto fiscal de Caminha, Manuel José de Oliveira, guarda da alfândega daquela vila, e outros empregados do

---

<sup>536</sup> AMMço, *Ofícios e circulares remetidos pelo Governo Civil – 1852*, n.º 1.3.1.4-3, não paginado.

<sup>537</sup> AHGCVC, *Confidencial geral – Outubro de 1848 a Outubro de 1855*, n.º 1.9.2.29, não paginado.

<sup>538</sup> AHGCVC, *Correspondência com várias autoridades desde Julho de 1851 a Novembro de 1852*, n.º 1.8.3-13, não paginado.

<sup>539</sup> AHGCVC, *Correspondência com os administradores do concelho. Janeiro de 1851 a Março de 1852*, n.º 1.7.2.15, não paginado.

contrato do tabaco, sabão e pólvora, foram acusados do homicídio de Manuel da Costa, contrabandista de sabão espanhol.<sup>540</sup> Actos desta natureza serviriam para endurecer ainda mais a relação entre a comunidade e os funcionários aduaneiros, os quais, por exercerem uma actividade pouco conceituada, eram frequentemente alvo de todo o tipo de enxovalhos.

Razões de ordem conjuntural explicavam, muitas vezes, o incremento das transacções ilegais. A escassez de determinados produtos no mercado ditava a alta dos preços e estimulava o seu contrabando. É exemplo paradigmático o crescimento do comércio clandestino de vinho, pela raia galaico-minhota, que conheceu um considerável crescimento na década de cinquenta, quando a cultura vinícola foi afectada pelo *oidium*. Em 1857, contrabandeavam-se grandes quantidades de vinho procedente da Galiza, que dava entrada nas alfândegas como se fosse graxa. Inquiridos alguns taberneiros e vendeiros da vila de Valença sobre a proveniência do vinho que comerciavam, todos alegaram que era transportado das cidades de Braga e de Viana do Castelo e que o tinham comprado a almocreves.<sup>541</sup>

Na década de sessenta, aconteceu uma situação similar com o açúcar. A escassez deste produto e a consequente subida do preço fizeram com que o seu contrabando assumisse proporções consideradas escandalosas, exigindo mesmo a intervenção de força militar na vigilância da fronteira. Em 1860, o jornal *O Vianense* noticiou a apreensão de uma grande quantidade de açúcar e a suspensão dos responsáveis alfandegários de Ponte de Barca, acusados de conivência neste negócio ilícito.<sup>542</sup>

Considerava-se ainda que o desenvolvimento do comércio espanhol, apoiado numa rede eficaz de comunicações, que facilitava o transporte de mercadorias até à fronteira com Portugal a um preço inferior ao praticado no nosso país, onde, para mais, gozavam de boa reputação, estimulava as transacções ilegais com a vizinha Galiza.

Em 1857, os administradores dos concelhos propuseram ao presidente da comissão da reforma das alfândegas um conjunto de medidas, com vista à diminuição do comércio clandestino na região fronteira do Alto Minho. As soluções apresentadas previam o aumento do

---

<sup>540</sup> AHGCVC, 1.ª repartição, *Polícia. Concelho de caminha Assumptos de Policia. Captura de presos. Transportes*, n.º 1.17.5.4-5, não paginado.

<sup>541</sup> AHGCVC, *Introdução de vinho espanhol*, n.º 1.17.6.11.-2(2), não paginado. Em Maio do mesmo ano, em Vila Nova de Cerveira, José Joaquim de Sousa Lima conseguiu introduzir duas pipas de vinho provenientes da Galiza, despachadas na alfândega como azeite, pela quantia de 19.200 réis. AHGCVC, *Introdução de vinho espanhol*, n.º 1.17.6.11.-2(2), não paginado.

<sup>542</sup> *O Vianense*, 18 de Junho de 1860, n.º 340, não paginado.

número de empregados nas alfândegas e um processo mais rigoroso de selecção dos mesmos; o aumento dos seus salários; a mobilidade dos funcionários fiscais, de forma a evitar-se o estabelecimento de relações de amizade com os habitantes locais; a diminuição dos direitos de entrada de alguns bens, nomeadamente do açúcar e do gado. Era ainda defendida a instalação de uma alfândega no concelho de Melgaço e a mudança de localização da alfândega de Ponte da Barca para o Lindoso, onde, aliás, já tinha funcionado e era considerada mais precisa.<sup>543</sup>

Entre os produtos contrabandeados originários de Espanha, que entravam na província do Minho pelos concelhos raianos, destacavam-se, pela sua frequência, gado bovino, milho, trigo, açúcar, sabão, arroz, azeite, vinho, aguardente, fazendas de lã, seda e veludo e outros panos de diversas qualidades, manteiga, peixe fresco e charutos.<sup>544</sup> A situação era particularmente grave no que respeitava ao contrabando de gado bovino. Sabendo-se que, anualmente, cerca de 30.000 cabeças de gado passavam da Galiza para Portugal, poderá afirmar-se que apenas uma terça parte pagaria os direitos exarados na lei.<sup>545</sup> Situação idêntica verificava-se com outros produtos, como o tabaco, o açúcar e o sabão. De Espanha, chegavam igualmente, por via clandestina, bilhetes de lotaria, o que acarretava sérios prejuízos para a Misericórdia de Lisboa, a favor da qual revertiam os lucros da venda de lotarias para serem investidos em acções filantrópicas.

Segundo o administrador do concelho de Valença, os produtos que entravam clandestinamente pelas alfândegas do círculo a seu cargo eram, em pequena escala, o vinho e a aguardente e, em maior escala, o açúcar de Havana, procedente de Vigo.<sup>546</sup> Em 1841, pelo concelho de Melgaço, entrava uma grande variedade de mercadorias, designadamente arroz e açúcar.<sup>547</sup> Em 1848, para além do açúcar, havia conhecimento da introdução de café oriundo da Galiza, através das alfândegas de Ponte da Barca e Montalegre, abastecendo assim as

---

<sup>543</sup> AHGCVC, *Registo Geral, Janeiro a Junho de 1857*, n.º 1.10.3.4, não paginado.

<sup>544</sup> Nas alfândegas nacionais “menores”, portanto com excepção das alfândegas de Lisboa e Porto, era proibida a admissão dos seguintes produtos estrangeiros: tecidos de algodão, lã, seda, linhos, vestuário feito com os mesmos tecidos, chá, vinho e outras bebidas espirituosas ou fermentadas, vinagres, cereais, legumes, azeite de oliveira, nabo e bijutarias. AHGVC, *Autoridades Diversas*, n.º 1.19.2-3, não paginado.

<sup>545</sup> AHGCVC, *Registo Geral – Janeiro a Junho de 1857*, n.º 1.10.3.4, não paginado.

<sup>546</sup> A directoria do círculo de Valença era composta pelas alfândegas de Valença, Monção, Vila Nova de Cerveira e Ponte da Barca. AHGVC, *Autoridades Diversas*, n.º 1.19.2-3, não paginado.

<sup>547</sup> AMMço, *Correspondência recebida do Governo Civil – Offícios*, n.º 1.3.2.4-9, não paginado.

populações do Minho e Trás-os-Montes.<sup>548</sup> Os prejuízos desta prática eram consideráveis para a fazenda pública. Por exemplo, em 1860, o açúcar contrabandeado pela raia da Galiza era vendido no distrito a preços que oscilavam entre 3.600 e 3.800 réis por arroba, quando o de igual qualidade se vendia no porto de Viana do Castelo a 4.000 réis.<sup>549</sup> No entanto, o comércio clandestino de gado, de cereais, nomeadamente de milho, e de sabão, era o que mais preocupava as autoridades do distrito de Viana do Castelo. Segundo o governador civil, o contrabando do sabão, pelo “muito lucro que dá”, compensava o risco.<sup>550</sup>

Em 1840, o Ministério do Reino, demonstrando estar a par da entrada clandestina de grande quantidade de gado *vaccum* do reino vizinho, ordenou ao governador civil que fossem adoptadas medidas para acabar com este tráfico.<sup>551</sup> Contudo, apesar da fiscalização, os contrabandistas conseguiam tornear o controlo e a inspecção das autoridades administrativas e alfandegárias. Nos concelhos de Monção, Melgaço e Valadares, com o objectivo de pôr termo aos “descaminhos” que tinham lugar nestas feiras, e de acordo com o previsto nos alvarás de 10 de Março de 1770 e de 25 de Fevereiro de 1802, e na portaria de sete de Setembro de 1838, foi posta em prática a obrigação de os proprietários de gado que se deslocavam para as feiras da raia estarem munidos de guias de trânsito passadas pelas alfândegas. Os habitantes do concelho de Valadares, na tentativa de escaparem a esta obrigação, recorriam a vários subterfúgios para manterem o tráfico de gado. Perante a inacção das autoridades, os funcionários da alfândega eram obrigados a recorrer à força para pôr termo às transacções ilegais.<sup>552</sup>

Em 1849, era do conhecimento do governo civil que os contrabandistas tinham redobrado os seus esforços para introduzir gado pelos concelhos raianos de Caminha, Vila Nova de Cerveira, Valença, Monção, Melgaço, Valadares e Castro Laboreiro. Para aquela autoridade, era inevitável a existência de contrabando de gado, enquanto não baixassem os direitos que

---

<sup>548</sup> AHGCVC, *Circulares a várias autoridades – Janeiro a Setembro de 1847*, n.º 1.10.4.11, não paginado.

<sup>549</sup> *O Vianense*, 23 de Maio de 1860, n.º 330, não paginado.

<sup>550</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino, Janeiro de 1848 a Junho de 1849*, n.º 1.9.4-17, não paginado.

<sup>551</sup> ANTT, *Ministério do Reino, Correspondência expedida para o governo civil de Viana do Castelo*, Livro 1577, fl. 44v.º.

<sup>552</sup> AMM, *Câmara Municipal de Monção*, n.º 1.12.4.1-7, não paginado.

recaíam sobre a sua entrada em Portugal.<sup>553</sup> Verificava-se que, apertando a fiscalização num determinado lugar, os contrabandistas confluíam para outro mais permeável. Por exemplo, após ter melhorado a fiscalização sobre o contrabando de gado bovino nas alfândegas do círculo de Valença, esta prática foi canalizada para o concelho de Caminha.<sup>554</sup>

O contrabando de cereais, que se desenvolvia em diferentes pontos da fronteira galaicominhota, era uma realidade incontornável e do conhecimento do poder estatal.<sup>555</sup> Em 1836, esta actividade era apontada como um obstáculo ao desenvolvimento da agricultura do Alto Minho, solicitando-se, para o travar, a rigorosa aplicação do alvará de 15 de Outubro de 1824.<sup>556</sup> Em 1841, falava-se de uma “grande porção de cereais” estrangeiros que entrava nos diferentes concelhos do Alto Minho.<sup>557</sup> Contudo, no distrito de Viana do Castelo, as detenções por crime de contrabando eram escassas.<sup>558</sup>

Sujeito a apertado controlo, estava igualmente o fabrico e a venda de pólvora, que só podia ser adquirida na “Fábrica Nacional, ou administrações estabelecidas por ordem do Governo”.<sup>559</sup> A circulação deste produto, que não obedecesse aos regulamentos em vigor, colocava-o na rota do contrabando.<sup>560</sup> A pólvora produzida clandestinamente destinava-se não apenas a fins bélicos, mas presumimos que também ao fabrico de foguetes e ao uso nas minas.

---

<sup>553</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino, Janeiro de 1848 a Junho de 1849*, n.º 1.9.4-17, não paginado.

<sup>554</sup> AHGCVC, *Diversas Autoridades – 1849*, n.º 1.19.2.1-5(2), não paginado.

<sup>555</sup> AHGCVC, *Portarias e Ofícios do Ministério do Reino*, n.º 1.14.4.6-2, não paginado.

<sup>556</sup> Confira-se *Collecção de todas as leis, alvarás, decretos etc impressos na regia officina tipográfica* (II semestre de 1824)..., 1845, pp. 47-51.

<sup>557</sup> AHGCVC, *Registo das circulares aos administradores dos concelhos desde 27 de Agosto de 1841 a 28 de Agosto de 1844*, n.º 1.10.4.31, não paginado.

<sup>558</sup> Em Maio 1843, no concelho de Vila Nova de Cerveira, foi detido um indivíduo por contrabandear milho. AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino, Maio de 1843 a Junho de 1844*, n.º 1.9.4-14, não paginado. No ano seguinte, chegava ao conhecimento das autoridades que muitos lavradores, que viviam nos concelhos próximos da raia, solicitavam guias para acompanharem os seus cereais, como se fossem nacionais, quando, de facto, eram de origem espanhola. AHGCVC, *Registo das circulares aos administradores dos concelhos desde 27 de Agosto de 1841 a 28 de Agosto de 1844*, n.º 1.10.4.31, não paginado.

<sup>559</sup> AHGCVC, *Registo de Circulares – Outubro de 1835 a Outubro de 1837*, n.º 1.10.4-8, não paginado.

<sup>560</sup> Sobre o contrabando de pólvora na região de Trás-os-Montes confira-se Martins, Maria da Graça, “Segurança fronteiriça em Trás-os-Montes na correspondência do Governo Civil de Bragança (1870-1874)”, in *População e Sociedade, III Encontro internacional relações Portugal - Espanha. O vale do Douro no âmbito das regiões europeias*, n.º 13, Porto, CEPESE/Edições Afrontamento, 2007, pp. 143-177.

Em 1837, os administradores de concelho receberam instruções para acabarem com o comércio ilícito de pólvora. Dois anos mais tarde, na sequência da portaria do Ministério do Reino de 26 de Agosto, dirigida aos administradores gerais dos distritos de Viana do Castelo e Braga, na qual se reconhecia a continuação do tráfico ilegal daquele produto, os administradores dos concelhos foram intimados a acabar, definitivamente, com o seu contrabando e a punir os funcionários “menos zelosos” no cumprimento desta tarefa.<sup>561</sup> Em resposta à circular do governo civil de 27 de Setembro de 1839, os responsáveis dos concelhos do Soajo, Vila Nova de Cerveira e Paredes de Coura, informaram que, nestas circunscrições, não havia pólvora contrabandeada nem locais de manufactura. Em Ponte da Barca, foi apreendida alguma quantidade deste produto. Nos concelhos de Arcos de Valdevez, Valença e Caminha, a informação a dar à autoridade regional estava pendente do resultado das indagações efectuadas junto dos regedores.

O administrador do concelho de Caminha apresentava uma visão interessante sobre este negócio. Na sua perspectiva, a melhor forma de acabar com o contrabando de pólvora seria através da “destruição do interesse que o homem tem na cultura do mesmo delicto”, o que implicava a fabricação de pólvora de melhor qualidade e a sua venda a preço igual ou inferior ao da contrabandeada.<sup>562</sup> Em 1841, o Ministério do Reino informou o governador civil da denúncia de contrabando diário de pólvora, feita por uma representação dos funcionários do contrato do tabaco em Viana do Castelo.<sup>563</sup> Nesse mesmo ano, foi detido Hilário Rodrigues, natural do concelho de Viana do Castelo, descoberto com duas arrobas e meia de pólvora que trazia a bordo de uma lancha galega.<sup>564</sup>

Já na década de cinquenta, mais propriamente em 1854, houve notícia da existência de locais de fabrico e venda de pólvora nos concelhos de Ponte de Lima e Arcos de Valdevez. Em consequência, foi ordenada a apreensão da pólvora que fosse encontrada à venda fora dos

---

<sup>561</sup> *Collecção de Leis e outros documentos officais publicados no ano de 1839*, 9.<sup>a</sup> série..., pp. 305-306. AHGCVC, *Registo das Circulares expedidas pela primeira repartição desde 2 de Janeiro de 1838 até 25 de Agosto de 1841*, 1.10.4.30, não paginado.

<sup>562</sup> AHGCVC, *Contrabando de pólvora. Circular aos Administradores em 1 de Julho de 1840. Portaria do Ministério do Reino de 19 de Junho*, n.º 1.18.5.12-9, não paginado.

<sup>563</sup> AHGCVC, *Portarias e officios do Ministério do Reino de Janeiro a Dezembro de 1841*, n.º 1.13.4.7-1, não paginado.

<sup>564</sup> AHGCVC, *Registo dos officios dirigidos ao Ministério do Reino*, n.º 1.9.4-13, não paginado.



“estancos” para isso habilitados e a captura dos indivíduos responsáveis por este negócio.<sup>565</sup> Através de indagações realizadas nesse mesmo ano, verificou-se que em todos os concelhos do distrito, com excepção de Castro Laboreiro e Paredes de Coura, se fabricava pólvora clandestinamente, ainda que em pequenas quantidades.<sup>566</sup>

A fiscalização do comércio da pólvora era importante, não só sob o ponto de vista económico, mas também de segurança pública. Uma das preocupações tinha a ver precisamente com o risco de acidentes com trágicas consequências, como o que aconteceu em Melgaço, em 1866, num depósito onde estava armazenado ilegalmente aquele material.<sup>567</sup> Por vezes, estes incidentes constituíam o ponto de partida para posteriores investigações. Foi o que sucedeu em 1869, em Ponte de Lima, após a explosão ocorrida numa casa, que vitimou uma criança, tendo-se descoberto que o seu pai, um comerciante da vila, não tinha qualquer justificação para a posse de três quilogramas de pólvora.<sup>568</sup>

Também o contrabando de tabaco e sabão, que se desenvolveu ainda no século XVIII, era objecto de controlo apertado.<sup>569</sup> Em 1837, os titulares do contrato do tabaco e das saboarias do reino e das províncias ultramarinas pediam providências à Rainha no sentido de contrariar o comércio ilegal de sabão estrangeiro que se praticava por todo o país.<sup>570</sup> No distrito de Viana do Castelo, no mesmo ano, foi montada uma campanha de fiscalização para impedir o contrabando de sabão espanhol, que envolvia vários elementos, entre os quais dois meirinhos e dois escrivães.<sup>571</sup> Os administradores dos concelhos deviam ser previamente informados da realização das acções inspectivas, dado que nem sempre as populações aceitavam de bom grado a presença destes funcionários, havendo, por isso, o risco de ocorrerem tumultos e desordens. Foi o que aconteceu na freguesia de São Martinho da Gandra, concelho de Ponte de Lima, em Maio de 1844, quando quatro funcionários do contrato do tabaco e das saboarias pretenderam

---

<sup>565</sup> AHGCVC, *Correspondência com os administradores dos concelhos, Janeiro de 1853 a Agosto de 1854*, n.º 1.7.2.17, não paginado.

<sup>566</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino, Fevereiro de 1854*, n.º 1.9.4.22, não paginado.

<sup>567</sup> AHGCVC, *Portarias e ofícios do Ministério do Reino de Janeiro a Dezembro de 1866*, n.º 1.14.5.4-6, não paginado.

<sup>568</sup> AHGCVC, *Criminalidade*, n.º 1.16.5.1, não paginado.

<sup>569</sup> Confira-se Subtil, José Manuel Louzada Lopes, *O Vintismo e a Criminalidade (1820-1823)*..., p. 88.

<sup>570</sup> AHGCVC, *Registo de Circulares – Outubro de 1835 a Outubro de 1837*, n.º 1.10.4-8, não paginado.

<sup>571</sup> AHGCVC, *Registo de Circulares – Outubro de 1835 a Outubro de 1837*, n.º 1.10.4-8, não paginado

inspeccionar uma casa onde se suspeitava existir pólvora. O povo amotinou-se e a vida dos funcionários esteve em risco, valendo-lhes a intervenção do regedor e do pároco da freguesia.<sup>572</sup>

Entre finais de 1847 e Março 1848, os empregados do contrato do tabaco, saboarias e pólvora efectuaram várias acções de fiscalização no concelho de Ponte de Lima, tendo sido apreendidas pequenas quantidades de sabão espanhol em casas de habitantes tidos como insuspeitos, incluindo um padre e um proprietário de Arcozelo, o que demonstra que o contrabando estava arreigado na sociedade, não conhecendo barreiras económicas ou sociais.<sup>573</sup> Foram igualmente encontrados, nas buscas e “varejos” em casa de Paulo José Alves, morador na freguesia de Fontão, do mesmo concelho, uns “pés de erva-santa”, e várias mulheres foram descobertas em flagrante de delito, a usar sabão espanhol enquanto estavam nas suas limpezas, sendo todos os prevaricadores punidos com sanções pecuniárias.<sup>574</sup>

De acordo com os artigos 914.º e 916.º da Novíssima Reforma Judiciária, as inspecções e visitas deviam ser feitas pelos oficiais do contrato, devidamente autorizados e na presença de uma autoridade judicial ou administrativa e de duas testemunhas.<sup>575</sup> Por norma, nestas buscas eram encontradas pequenas quantidades de sabão que se destinavam a uso pessoal. Em 1839, o administrador geral de Viana do Castelo comunicava aos seus subordinados a necessidade de realizarem uma efectiva vigilância sobre o contrabando de tabaco em consonância com as autoridades judiciárias, as quais, pela portaria do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, também foram incumbidas desta obrigação.<sup>576</sup>

---

<sup>572</sup> AMPL, *Administração do Concelho. Copiador dos ofícios dirigidos à administração geral*, n.º 2.2.2.43, não paginado.

<sup>573</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino de Janeiro de 1848 a Junho de 1849*, n.º 1.9.4-17, não paginado.

<sup>574</sup> AMPL, *Administração do Concelho. Copiador Geral dos ofícios dirigidos por esta administração a diversas autoridades*, n.º 2.2.1.31, não paginado.

<sup>575</sup> AHGCVC, *Registo das circulares aos administradores dos concelhos, Outubro de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.10.4.12, não paginado.

<sup>576</sup> *Collecção de Leis e outros documentos officais publicados no ano de 1839*, 9.ª série..., 1839, pp. 326-327. AHGCVC, *Registo das Circulares expedidas pela primeira repartição desde 2 de Janeiro de 1838 até 25 de Agosto de 1841*, 1.10.4.30, não paginado.

O comércio contrabandista também se fazia no sentido inverso, ou seja, em território espanhol entravam ilegalmente mercadorias portuguesas.<sup>577</sup> Para esse efeito, existiam em Portugal estruturas organizadas, inclusive a nível logístico, que incluíam a instalação de grandes armazéns junto ao rio Minho, onde eram depositados os produtos que se destinavam a abastecer Espanha pela via ilícita. Aliás, as autoridades espanholas tinham conhecimento da sua existência, tendo solicitado às portuguesas a tomada de providências adequadas.<sup>578</sup>

O armazenamento de produtos destinados ao contrabando também se fazia na outra margem do rio Minho, designadamente em Tui e em La Guardia. Grandes quantidades de açúcar, azeite e sabão aguardavam a melhor oportunidade para serem introduzidas ilegalmente em Portugal.<sup>579</sup> Um dos armazéns pertenceria a D. João António Caminha e seria o local de concentração de indivíduos que contrabandeavam diversas mercadorias destinadas a Portugal.<sup>580</sup> Presume-se que a maioria destes contrabandistas actuava de forma concertada, organizada em redes ou companhias. Em 1851, constava-se a existência de uma companhia contrabandista formada na cidade do Porto, que tinha enviado agentes a Inglaterra com o intuito de comprar uma grande quantidade de tecidos que, posteriormente, seriam introduzidos clandestinamente no país.<sup>581</sup>

Através da documentação pesquisada, apurámos que a exportação ilegal de sal para a Galiza era praticada em toda a extensão do rio Minho, envolvendo um elevado número de barcos e pessoas. Em Junho de 1836, o governador civil comunicou ao ministro e ao secretário dos Negócios do Reino ter recebido requerimentos de várias pessoas que, atraídas pelos lucros avultados, pediam autorização para utilizarem as suas embarcações nesta actividade.<sup>582</sup>

A exportação clandestina de produtos para Espanha, sobretudo em circunstâncias económicas adversas, causava alguma celeuma junto das populações e preocupava as

---

<sup>577</sup> Sobre o contrabando que, ao longo dos séculos, se desenvolveu entre nas terras fronteiriças de Espanha e Portugal leia-se Medina García, Eusebio, *Contrabando en la frontera de Portugal: orígenes, estructuras, conflicto y cambio social*, Madrid, Universidad Complutense de Madrid, 2001, pp. 73-154. Tese de doutoramento policopiada.

<sup>578</sup> AHGCVC, *Confidencial geral, de Outubro de 1848 a Outubro de 1855*, n.º 1.9.3.29, não paginado.

<sup>579</sup> AMV, Administração do Concelho. *Correspondência para a Administração Geral, 1850-1852*, n.º 1.1.4.7, não paginado.

<sup>580</sup> AHGCVC, *Confidencial geral – Outubro de 1848 a Outubro de 1855*, n.º 1.9.2.29, não paginado.

<sup>581</sup> AHGCVC, *Confidencial geral – Outubro de 1848 a Outubro de 1855*, n.º 1.9.2.29, não paginado.

<sup>582</sup> AHGCVC, *Registo dos officios para o Ministério do Reino – Setembro de 1835 a Outubro de 1836*, n.º 1.9.4.10, não paginado.

autoridades.<sup>583</sup> Face à crise cerealífera vivida no distrito de Viana do Castelo, em 1855, que, como já salientamos, provocou a subida dos preços dos cereais, foi interdita a sua exportação. No entanto, as autoridades constataram que no concelho de Valença esta proibição não era respeitada. Tratava-se, aliás, de uma situação que era do domínio público, tendo sido, inclusive, denunciada nas páginas da imprensa.<sup>584</sup>

O contrabando não era uma actividade exclusiva dos homens, já que as mulheres também tinham uma participação significativa. Eram elas as responsáveis pela introdução de pequenas quantidades de sabão e açúcar e, no dia-a-dia, não se coíbiavam de usar produtos contrabandeados.<sup>585</sup> Em Fevereiro de 1851, foi presa e julgada Ana Gonçalves, natural de Longos Vales, concelho de Monção, sob a acusação de contrabando de sabão espanhol, que tinha escondido debaixo duma tábua na cozinha da sua casa. Em Maio do mesmo ano, foi absolvida, por ter sido considerada modesta a quantidade de sabão apreendida, pois representava um valor que não excedia os 330 réis, tendo sido considerada punição suficiente o tempo que entretanto tinha passado na prisão.<sup>586</sup>

Apesar das acções intentadas e das medidas propostas, ainda em finais da década de cinquenta, o comércio ilegal com Espanha não dava mostras de retracção. Perante este cenário, foi ordenado ao governador civil que transmitisse aos administradores dos diversos concelhos

---

<sup>583</sup> Segundo Eusebio Medina Garcia, o contrabando é um fenómeno que conhece um agravamento em conjunturas de crise económica ou de guerra. Confirme-se Medina Garcia, Eusebio, "Orígenes, características y transformación del contrabando tradicional en la frontera de Extremadura con Portugal", in Freire, Dulce; Rovisco, Eduarda; Fonseca, Inês (coords.), *Contrabando na Fronteira Luso Espanhola. Práticas, memórias e patrimónios*, Lisboa, Edições Nelson de Matos, 2009, p. 138. Mas também era nos períodos de maior instabilidade, sobretudo a nível bélico, que a vigilância nas fronteiras era reforçada. Veja-se Lanero Taboás, Daniel; Míguez Macho, Antonio; Rodríguez Gallardo, Ángel, "La «raia» galaico-portuguesa en tiempos convulsos. Nuevas interpretaciones sobre el control político y la cultura de frontera en las dictaduras ibéricas (1936-1945)", in Freire, Dulce; Rovisco, Eduarda; Fonseca, Inês (coords.), *Contrabando na Fronteira Luso Espanhola. Práticas, memórias e patrimónios...*, p. 66.

<sup>584</sup> AHGCVC, *Registo da Correspondência expedida para diversas autoridades*, n.º 1.1.4.33, não paginado.

<sup>585</sup> Acerca da participação da mulher no contrabando algarvio, no decorrer do século XIX, consulte-se Anica, Aurizia, *A transformação da violência do século XIX. O caso da comarca de Tavira...*, pp. 103-105. Algumas análises consideram que é possível fazer uma distinção de papéis, entre homens e mulheres, no que diz respeito ao contrabando. Eram eles que transportavam as mercadorias, ao passo que as mulheres ocupavam-se da sua venda e distribuição. Confirme-se Medina Garcia, Eusebio, "Orígenes, características y transformación del contrabando tradicional en la frontera de Extremadura con Portugal", in Freire, Dulce; Rovisco, Eduarda; Fonseca, Inês (coords.), *Contrabando na Fronteira Luso Espanhola. Práticas, memórias e patrimónios...*, p. 147.

<sup>586</sup> ADVC, *Livro n.º 2 de Registos*, documento avulso.

instruções para cooperarem com os empregados fiscais na repressão do contrabando e para desencadearem, a nível local, rusgas policiais, tendo em vista a descoberta de produtos do contrabando e dos seus promotores.<sup>587</sup>

Na década seguinte, a imprensa do Alto Minho ia fazendo eco dos sucessivos escândalos que envolviam os funcionários das alfândegas e da necessidade de envio de forças militares para fazerem a guarda da zona fronteiriça e acabar com o tráfico ilícito na região.<sup>588</sup> Os jornais de então não se limitavam a noticiar os escândalos, mas também publicitavam o resgate de mercadorias contrabandeadas.<sup>589</sup>

O contrabando era uma actividade apetecível para as gentes do Alto Minho, especialmente para as que moravam em terras raianas. Se, para alguns, ajudava a combater a miséria, para outros podia significar o enriquecimento. As condições naturais do território, as práticas muito arreigadas e as estruturas criadas, decerto que dificultavam a repressão e a destruição da actividade contrabandista.

Ao longo da linha fronteiriça que separa o Minho da província espanhola da Galiza, a par do pequeno contrabando, praticado a título individual, para consumo próprio, e do intermédio, transportado pelas embarcações dos pescadores para as localidades raianas, havia um outro de maior dimensão, com importantes estruturas organizativas, envolvia grandes quantidades de mercadorias e cujo funcionamento exigia a participação concertada de vários intervenientes.

Finalmente, importa salientar que as “tomadias” a que acedemos através de fontes administrativas, e não aduaneiras, certamente não reflectiam a real dimensão da prática do contrabando entre as populações alto minhotas, quer pela incidência pontual que revelam, quer pelas quantidades apreendidas que reportam.

---

<sup>587</sup> AHGCVC, *Portarias e ofícios do Ministério do Reino*, n.º 1.13.4.5-6, não paginado.

<sup>588</sup> A 20 de Junho de 1860, o jornal *O Vianense* noticiava o envio de 12 soldados de cavalaria para Ponte de Lima, e outros tantos soldados de cavalaria e mais 30 praças de infantaria para Ponte da Barca, com o objectivo de auxiliar os empregados fiscais das alfândegas na repressão ao contrabando. Confira-se *O Vianense*, 20 de Junho de 1860, n.º 341, não paginado.

<sup>589</sup> A 5 de Agosto de 1865, o periódico *O Vianense* deu a conhecer a confiscação de açúcar espanhol e de vários panos e tecidos, efectuada pelos guardas da alfândega de Valença. Nos periódicos de Valença, *A Razão* e o *Correio do Norte* estas “tomadias” mereciam ainda maior destaque, sobretudo neste último, divulgando nas edições que consultámos, relativas aos anos de 1864 e 1865, os produtos apreendidos nos vários concelhos do distrito de Viana do Castelo. Nas apreensões noticiadas pela imprensa periódica valenciana, sobressaía a elevada quantidade de açúcar confiscado pelos guardas-fiscais, o que corrobora a perspectiva de crescimento do comércio ilegal deste produto, na década de sessenta do século XIX.

### 2.3.3. A moeda falsa

A circulação de moeda falseada, além do impacto negativo nas finanças públicas, na actividade comercial e na economia em geral, era igualmente causa de discussões e brigas que perturbavam o quotidiano das populações e inquietavam as autoridades.

Sendo a emissão da moeda uma prerrogativa régia, um símbolo de centralização e perpetuação do poder do monarca, as Ordenações Filipinas previam penas severas para os implicados na sua falsificação, admitindo-se, designadamente, a morte natural e a confiscação de bens para os que cunhassem moeda “de sua própria auctoridade, ainda que o metal seja aprovado pelas Leis, e de legítimo toque.”<sup>590</sup> Determinava-se ainda que aqueles que cerceassem moeda ou a corrompessem, atingindo uma diminuição do valor igual ou superior a 1.000 réis, sujeitavam-se à pena de morte natural e à confiscação de bens, de acordo com o disposto nas Ordenações, §4., Título 12, Livro 5.º. Caso o valor fosse inferior a 1.000 réis incorriam na pena de degredo perpétuo para o Brasil e na confiscação de todos os bens, de acordo com o estipulado nas Ordenações, §4., Título 12, Livro 5.º, e no alvará de 17 de Outubro de 1685, na lei de nove de Agosto de 1686 e no alvará de 13 de Julho de 1797. Aqueles que a “comprarem, ou venderem com avanço para a cercearem”, incorriam nas penas previstas nas Ordenações e na lei de 20 de Maio de 1688, e quem a vendesse por um valor superior ficava sujeito ao mesmo quadro penal.

A punição de morte natural também estava prevista para os utilizadores de moeda falsa, desde que disso tivessem conhecimento e a diminuição chegasse ao valor de 1.000 réis, “ou no caso da terceira incidência chegar a quinhentos réis.” Se não atingisse esta quantia, a sanção a aplicar consistia no degredo perpétuo para o Brasil e na confiscação de bens, de acordo com o estipulado nas Ordenações, §3. e 4., Título 12, Livro 5.º, e no alvará de 17 de Outubro de 1685, na lei de nove de Agosto de 1686 e 20 de Maio de 1688.<sup>591</sup>

O Código Penal de 1852 trouxe a suavização das punições previstas para os envolvidos na falsificação de moeda, que passaram a oscilar entre a condenação a trabalho público perpétuo ou temporário e a pena de prisão ou sanção pecuniária. A sua aplicação dependia do

---

<sup>590</sup> Sobre a exclusividade da coroa em fazer moeda, leia-se Sousa, Rita Martins, “Moeda e Estado: políticas monetárias e determinantes da procura (1688-1797)”, in *Análise Social*, vol. XXXVIII, 2003, pp. 771-772.

<sup>591</sup> Sobre as penas previstas para os envolvidos no delito de moeda falsa veja-se Sousa, Joaquim José Caetano Pereira, *Classes dos Crimes, por Ordem Sistemática, com as penas segundo a legislação actual...*, pp. 55-61. Confira-se igualmente *Ordenações Filipinas*, Livro V..., pp. 1160-1162.

modo e do grau de participação na prática do crime, ou seja, se se tratava de fabricantes, cerceadores ou passadores, e do valor e tipo de moeda falseada. Os falsários de moedas de ouro e prata incorriam em sanções mais duras do que as previstas para a falsificação de moedas doutros metais.<sup>592</sup> A refundição da liga e o cerceamento eram as duas formas mais usuais de falsificação de moeda. O cerceamento consistia em retirar parte do metal de uma moeda, sendo esta uma prática comum no Portugal medievo.<sup>593</sup>

No concelho de Vila Nova de Cerveira, constatámos a abertura de duas devassas em resultado do aparecimento de moeda falsa, uma em 1756 e outra em 1792.<sup>594</sup> Em 1837, o administrador do concelho de Monção apreendeu 429 moedas de 40 réis a Aurélio José Rodrigues Gaspar, que, pelas investigações realizadas e de acordo com a comunicação do Ministério do Reino, seriam provenientes da cidade do Porto.<sup>595</sup> No mesmo ano, circulavam pelo país grandes quantidades de moeda falsa de 480 réis, suspeitando-se que teriam sido importadas do estrangeiro.

A portaria do Ministério do Reino, de 12 de Agosto de 1837, exigia às autoridades a tomada de medidas enérgicas e rápidas de combate a este tipo de crime, que passavam pela descoberta dos fabricantes e passadores de moeda falsa. Após o seu achamento, as autoridades administrativas deveriam proceder à elaboração de autos de investigação, que, posteriormente, seriam entregues ao poder judicial.<sup>596</sup>

Em finais de 1838, detectava-se novamente a circulação de moeda falsa no distrito de Viana do Castelo. Com vista à resolução do problema, uma das hipóteses aventadas pelo Ministério do Reino, em ofício que, em Abril de 1839, dirigiu ao governador civil, seria resgatar a moeda de bronze original e proceder à sua substituição.<sup>597</sup> Nesse ano, a situação tornou-se insustentável, em particular no concelho de Viana do Castelo, onde vários habitantes apresentaram queixas verbais na câmara municipal, devido aos transtornos causados pelos

---

<sup>592</sup> Confirmam-se os artigos 206.º, 207.º, 208.º, 209.º, 210.º, 211.º, 212.º, 213.º e 214.º. *Código Penal de 1852...*, pp. 74-76.

<sup>593</sup> Confira-se Duarte, Luís Miguel, *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval (1459-1781)*..., pp. 344-348.

<sup>594</sup> AMVC, *Autos de falsidade, devassas, querelas, autos de injúria, precatórias*, n.º 1765-1788, documento avulso.

<sup>595</sup> AHGCVC, *Portarias e Ofícios do Ministério do Reino*, n.º 1.13.4.5-2, não paginado.

<sup>596</sup> AHGCVC, *Registo de circulares, desde Outubro de 1835 a 4 de Outubro de 1837*, n.º 1.10.4-8, não paginado. Confira-se igualmente *Collecção de Leis e outros documentos oficiais publicados no 1.º semestre de 1837...*, pp. 81-82.

<sup>597</sup> AHGCVC, *Portarias e Ofícios do Ministério do Reino*, n.º 1.13.4.9-2, não paginado.

chamados “patações”. Sem negligenciar os prejuízos financeiros que acarretava, o certo é que a circulação de moeda falsificada era motivo de alterações e desordens, lançando a desconfiança nas populações, até porque a presença dos referidos “patações” era cada vez mais frequente.<sup>598</sup>

Em 1840, o governador civil teve conhecimento de que os “patações” que circulavam pelo distrito eram fabricados em Inglaterra e distribuídos por almocreves, em grandes quantidades, pelos vários concelhos do distrito de Viana do Castelo. A moeda falsa era adquirida por um preço muito inferior ao seu valor facial, sendo depois colocada em circulação. Os implicados neste crime não pertenciam a grupos marginais da sociedade, mas eram antes a indivíduos integrados social e profissionalmente.

No sentido de controlar esta situação, solicitava-se a todos os administradores dos concelhos que ordenassem o exame às mercadorias transportadas pelos almocreves, que fosse apreendida a moeda falsa encontrada e actuassem consoante o disposto na já referida portaria de 12 de Agosto de 1837, com vista à punição dos culpados.<sup>599</sup> Em Junho de 1840, o administrador do concelho de Valença deu conta do mal-estar causado pela grande quantidade de “patações” em circulação, temendo a ocorrência de “algum acidente desagradável.”<sup>600</sup> Nesta vila, os soldados alegavam ter sido remunerados com moeda falsa, logo queriam utilizá-la para pagar as suas despesas. Assim se gerava a discórdia, pois quem recebia moeda falsa queria usá-la e quem a reconhecia rejeitava-a, o que, naturalmente, gerava um sentimento de impotência e de injustiça nas pessoas burladas.

Nem todos os populares, sobretudo os residentes nas aldeias e nos locais mais remotos, eram capazes de distinguir a moeda verdadeira da falsa, sendo os mais fáceis de ludibriar. Por outro lado, corriam boatos de que a moeda falsificada podia continuar em circulação assumindo o mesmo valor da autêntica. No distrito de Viana do Castelo, até já se faziam negócios de câmbio ilícito.<sup>601</sup>

Em Junho de 1840, a circulação de moeda falsa tinha-se espalhado pelos concelhos de Arcos de Valdevez, Caminha, Vila Nova de Cerveira, Ponte da Barca, Valença e Viana do Castelo,

---

<sup>598</sup> AHGCVC, *Registo dos ofícios para o Ministério de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12, não paginado.

<sup>599</sup> AHGCVC, *Registo das circulares expedidas pela primeira repartição desde 2 de Janeiro de 1838 até 25 de Agosto de 1841*, n.º 1.10.4.30, não paginado.

<sup>600</sup> AMV, Administração do Concelho. *Correspondência para o Administrador Geral, 1840-1842*, n.º 1.1.4.5, não paginado.

<sup>601</sup> AMV, *Registo da correspondência expedida para diversas autoridades*, n.º 1.1.4.30, não paginado.



nos quais, além dos danos causados na actividade comercial, gerava zaragatas e cenas de pancadaria. Perante as constantes queixas e reclamações dos populares, o governador civil deu conta da situação ao ministro e ao secretário de estado dos Negócios do Reino.<sup>602</sup> Nesta altura, foram apreendidos alguns “patações” falsos em Ponte de Lima, embora as autoridades acreditassem que se tratava de uma ínfima parcela de uma quantidade considerável dessa moeda que chegou àquele concelho e que, posteriormente, foi transportada para as demais partes do distrito.<sup>603</sup>

Ainda no mesmo ano, a câmara municipal de Monção enviou cinco moedas de bronze para serem examinadas pelo provedor da Casa da Moeda, tendo-se concluído que eram todas falsas. Para não alvoraçar a população, julgou-se inoportuno tomar quaisquer outras providências para além de retirar a moeda do giro.<sup>604</sup> No ano seguinte, foram detidos dois falsificadores de moeda no distrito de Viana do Castelo, o que demonstra que nem toda a moeda falseada em circulação era fabricada fora desta circunscrição.<sup>605</sup>

Depois de alguns anos, sem que se verificassem ocorrências relacionadas com a falsificação de moeda, em 1847 dava-se notícia de uma outra forma de vigarice, envolvendo dinheiro falso. As vítimas eram os soldados espanhóis. Aproveitando-se da sua falta de conhecimento acerca da moeda portuguesa, era-lhes impingido dinheiro falso ou com valor inferior ao que na realidade tinha.<sup>606</sup>

As feiras, sobretudo as mais movimentadas, como a de Ponte de Lima, eram os locais privilegiados para a acção dos passadores de moeda falsa. Em Outubro de 1847, Maria Monteiro, natural da cidade de Braga, foi descoberta a vender “cruzados novos” falsos. Detida pela administração do concelho, foi colocada à disposição do poder judicial para ser instaurado o

---

<sup>602</sup> AHGCVC, *Registo dos ofícios para o Ministério de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12, não paginado.

<sup>603</sup> AMPL, *Registo dos ofícios para os administradores do concelho, Março de 1840- Março de 1841*, n.º 1.7.2.3, não paginado.

<sup>604</sup> AHGCVC, *Portarias e Ofícios do Ministério do Reino*, n.º 1.13.4.9-2, não paginado.

<sup>605</sup> AHGCVC, *Portarias e Ofícios do Ministério do Reino*, n.º 1.13.4.7-1, não paginado. Em 1844, em Paredes de Coura, Maria Baptista, de 50 anos de idade, natural do concelho de Valença foi pronunciada por crime de moeda falsa. AHGCVC, *Relação dos indivíduos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão e não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas – Paredes de Coura*, n.º 1.13.5.12-4, não paginado.

<sup>606</sup> AHGCVC, *Circulares a várias autoridades – Janeiro a Setembro de 1847*, n.º 1.10.4.11, não paginado.

competente processo.<sup>607</sup> Efectivamente, nem todos os transaccionadores de moeda falsa conseguiam passar incólumes, acabando por ser presos quando a potencial vítima descobria o logro. Dois anos mais tarde, em 1849, e de novo em Ponte de Lima, foram denunciados José de Lima e Bernardo, por tentarem impingir dinheiro falso numa loja, estando já referenciados como passadores.<sup>608</sup>

Em 1852, foi encontrada no Porto uma oficina de fabrico de moeda falsa. Eram produzidos soberanos, “meias onças”, “dois duros” e “meias coroas” portuguesas em platina galvanizada de elevada perfeição, o que dificultava a sua detecção. Estas seriam colocadas em circulação sobretudo através das trocas efectuadas nas feiras, o que levaria as autoridades, agora de sobreaviso, a adoptar uma postura mais atenta.<sup>609</sup>

A prisão dos falsificadores levava à descoberta de autênticas redes dedicadas à falsificação e transacção de moeda falsa, com ramificações em várias zonas do Minho e na cidade do Porto. Em Abril de 1853, foi detida nesta cidade uma mulher de nome Maria Antónia, conhecida como “a Coxa”, natural de Guimarães, por tentar passar dinheiro falso. Interrogada, declarou que o dinheiro lhe tinha sido entregue na cidade de Braga, por um homem chamado Manuel Alves, com alcunha de “o Sineiro”, que costumava frequentar as feiras do distrito de Viana do Castelo. Na posse destas informações, as autoridades adoptaram apertadas medidas de vigilância, tendo em vista a sua captura e o fim das suas actividades criminosas.<sup>610</sup>

Nos finais da década de cinquenta, apareceu grande quantidade de moeda cerceada, mais concretamente “cruzados novos” no distrito de Viana do Castelo.<sup>611</sup> O administrador do concelho de Valença apreendeu “cruzados novos” cerceados, que remeteu para o Porto.<sup>612</sup> A imprensa local denunciou este facto e, nas páginas do jornal *O Vianense*, comentava-se que

---

<sup>607</sup> AMPL, *Administração do Concelho. Copiador geral dos officios dirigidos por esta administração a diversas autoridades*, n.º 2.2.1.31, não paginado.

<sup>608</sup> AMPL, *Administração do Concelho. Copiador geral dos officios dirigidos por esta administração a diversas autoridades*, n.º 2.2.1.31, não paginado.

<sup>609</sup> AHGVC, *Correspondência recebida do Governo Civil do Porto*, n.º 1.13.4.1-3, não paginado.

<sup>610</sup> AHGCVC, *Confidencial geral, de Outubro de 1848 a Outubro de 1855*, n.º 1.9.3.29, não paginado. Em 1855, em Vila Nova de Cerveira, foram apreendidos vinte soberanos em moeda falsa. Em resultado das indagações efectuadas, constatou-se que fora seu passador, senão mesmo falsificador, Manuel Joaquim da Rocha, negociante de Ponte de Lima. AHGCVC, *Correspondência com os administradores dos concelhos*, n.º 1.7.2.19, não paginado.

<sup>611</sup> AHGCVC, *Registo Geral – Dezembro de 1857 a Julho de 1858*, n.º 1.10.3.6, não paginado.

<sup>612</sup> *O Vianense*, 30 de Abril de 1858, n.º 19, não paginado.

“depois do cerceamento da moeda antiga, teremos a falsificação também da moderna!”<sup>613</sup> Tal como acontecia com outros crimes, também relativamente à falsificação de moeda se julgava que a sua propagação e a ineficácia das medidas preventivas se deviam à benevolência da justiça e à incompetência das autoridades. A suspeita de que, mesmo dentro dos estabelecimentos prisionais, os falsários prosseguiam com a sua actividade criminosa irritava a opinião pública e abalava a confiança na Justiça.<sup>614</sup>

Em Maio de 1859, a Câmara dos Deputados aprovou um projecto de lei que incidia sobre o crime de falsificação de moeda, mais propriamente sobre as penas em que incorriam os acusados de fabricação ou falsificação de moeda nacional e estrangeira, em metal ou papel, dando origem ao decreto do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, datado de quatro de Junho de 1859.<sup>615</sup> Entre os vários artigos que compunham este decreto, destacamos o artigo 1.º, segundo o qual

“[...] Todo aquelle que fabricar, importar e expozer à venda, vender e distribuir, submnistrar, possuir ou retiver cunhos para moeda, e chapas ou formas, com letras de água para notas, que sirvam exclusivamente para fabricação ou falsificação de moeda nacional ou estrangeira, metallica ou de papeis de credito publico ou de notas de qualquer Banco nacional ou estrangeiro, Companhia ou estabelecimento, legalmente auctorisado para a emissão de notas, incorrerá, independentemente de toda a intenção malefica na pena correccional de três a cinco anos de prisão, e multa correspondente.”

E o artigo 3º, que estabelecia:

---

<sup>613</sup> *O Vianense*, 9 de Abril de 1858, n.º 10, não paginado.

<sup>614</sup> Em 1896, data que extravasa os limites cronológicos da nossa análise, mas que julgamos oportuno referir com o intuito de tornar pertinentes as suspeitas e os boatos que grassavam no Alto Minho acerca do fabrico de moeda falsa nos cárceres, foi descoberto na cadeia de Ponte de Lima um grupo de presos que, impunemente, se dedicava ao falseamento de moeda. Consulte-se Esteves, Alexandra, “A cadeia de Ponte de Lima na segunda metade do século XIX: o espaço físico e os seus protagonistas”, in Araújo, Maria Marta Lobo de; Ferreira, Fátima Moura; Esteves, Alexandra (orgs.), *Pobreza e assistência no espaço ibérico (sécs. XVI-XIX)*, Braga, CITCEM, 2010, p. 138. Em 1859, em Ponte de Lima, Manuel Joaquim da Rocha foi pronunciado pelo crime de passador de moeda falsa. Este indivíduo esteve escondido durante algum tempo, antes de fugir para o Brasil, donde regressou mais tarde, acabando por ser detido. AMPL, *Correspondência expedida para a Procuradoria Régia*, n.º 1726, fl. 8 v.º. Camilo Castelo Branco também alude ao fabrico de moeda falsa na cadeia da Relação do Porto. Leia-se Branco, Camilo Castelo, *Memórias do Cárcere*, Porto, Porto Editora, 2004, pp. 105-106.

<sup>615</sup> *O Vianense*, 23 de Maio de 1859, n.º 179, não paginado.

“Todo aquele que praticar com intenção malefica qualquer acto preparatório do crime de fabricação ou falsificação especificada no artigo 1.º incorrerá na pena correspondente à tentativa do mesmo crime.”<sup>616</sup>

Segundo o disposto no artigo 1.º, do decreto de quatro de Agosto de 1859, cabia ao governador civil a concessão de licença anual, gratuita, após o cumprimento das diligências prescritas, aos estabelecimentos que reunissem condições para o fabrico de moeda.<sup>617</sup> Os proprietários dos estabelecimentos não autorizados incorriam no crime de fabricação de moeda falsa e ficavam sujeitos a penas de prisão de um a três anos.<sup>618</sup>

Entretanto, prosseguia a detenção de indivíduos implicados na transacção de moeda falsa. Em Março de 1860, por ter tentado pagar uns bois a José Francisco Ramos e Ana Martins com quatro “soberanos” falsos, Manuel Luís Ribeiro foi preso em Viana do Castelo e colocado à disposição do poder judicial.<sup>619</sup> Refira-se, a propósito, que alguns dos detentores de dinheiro falso, que tinham sido ludibriados, após se terem apercebido do logro em que tinham caído, tentavam passá-lo a outros e, nessa altura, eram descobertos.

Nesta década continuavam a aparecer, em diferentes partes do reino, libras, “meias coroas”, e moedas de 200 réis falsas. O governo, atendendo ao grave impacto que tal delito causava na economia pública e na tentativa de resolver o problema, procurou organizar a actuação concertada das autoridades. Nesse sentido, foi determinado que os administradores dos concelhos procedessem à elaboração de um auto de notícia, após ter sido detectada a existência de moeda falsa, com a indicação da pessoa que a recebeu, de quem a obteve, das

---

<sup>616</sup> *Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa*, Anno de 1859..., 1860, pp. 229-231.

<sup>617</sup> *Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa*, Anno de 1859..., 1860, pp. 391-392.

<sup>618</sup> *Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa*, Anno de 1859..., 1860, p. 230.

<sup>619</sup> ADVC, Administrador do concelho de Viana do Castelo. *Ofícios dirigidos ao Governador Civil deste districto - ano 1860*, n.º 5.16.2.2, não paginado. Em Abril do mesmo ano, na freguesia de Vascões, concelho de Paredes de Coura, foi detido um homem por ter usado duas libras falsificadas na compra de gado. *O Vianense*, 20 de Abril de 1860, n.º 316, não paginado. No mês seguinte, em Monção, na freguesia de Lapela, teve lugar uma disputa entre dois indivíduos, um dos quais se queixava que o outro lhe tinha feito um pagamento com libras falsas. *O Vianense*, 16 de Maio de 1860, n.º 327, não paginado. Ainda em Maio de 1860, na freguesia de Mazedo, também do concelho de Monção, foi detido Manuel Carvalho, por tentar pagar a décima com uma libra falsa, a qual já tinha tentado passar a um vizinho. *O Vianense*, 18 de Maio de 1860, n.º 327, não paginado.

eventuais testemunhas, bem como da qualidade e da quantidade da mesma. Posteriormente, o auto devia ser remetido ao agente do ministério público, com vista à instauração do processo e demais diligências. Foi ainda estabelecido que os administradores dos concelhos, em colaboração com os agentes do ministério público, levassem a cabo investigações, recorrendo, se necessário, a buscas domiciliárias, com vista à descoberta e captura dos implicados no crime, os quais deveriam ser entregues ao poder judicial. Cabia ainda aos administradores do concelho verificar a existência de fábricas de moeda falsa e proceder às inquirições necessárias nesse sentido.<sup>620</sup>

A falsificação de moeda, apesar da sua escassa ocorrência no distrito, era causa de desavenças, que ocorriam sobretudo nos momentos de maior aglomeração e movimentação de bens e pessoas, com elevada presença de forasteiros, como eram as feiras. A escolha destes locais não era inocente, dado que proporcionavam os momentos ideais para os passadores de moeda falsa tentarem operar impunemente. Quando descobertos, o que acontecia quando as autoridades tinham sido alertadas, gerava-se a confusão e reclamava-se a condenação dos transgressores.

Consideramos que, se tivermos em conta a preocupação manifestada pelas autoridades, a passagem de moeda falsa era, certamente, um crime que ocorria com mais frequência do que aquela que transparece nas estatísticas. A sua baixa representatividade nestes documentos pode ser explicada pela dificuldade de detecção deste delito, dado o seu carácter clandestino, e pelo facto de nem sempre os burlados serem capazes de distinguir as moedas falsas, ou, caso conseguissem, arriscarem o seu uso para não serem prejudicados.

Os passadores de moeda falsa, como referimos, formavam autênticas redes, que actuavam em diversas zonas, com particular predilecção pelas feiras, servindo-se das suas profissões, como, por exemplo, almocreves, para não levantarem suspeitas e assim terem alguma liberdade de movimentos. Tratava-se de um delito que envolvia um elevado número de cúmplices, o que também lhes conferia, pelo menos aparentemente, uma sensação de impunidade.<sup>621</sup>

---

<sup>620</sup> AHGCVC, *Portarias e ofícios do Ministério do Reino*, n.º 1.13.4.6-5, não paginado.

<sup>621</sup> Acerca do carácter colectivo deste delito na Espanha do Antigo Regime, leia-se Cruz Valenciano, Jesús, " Aspectos de la delincuencia en el siglo XVIII. Las Bandas de falsificadores de moneda", in *Cuadernos de Historia Moderna y Contemporánea*, vol. 7, Universidade Complutense, 1986, pp. 33-50.

### 2.3.4. A emigração clandestina

Com raízes no século XVI, a emigração alto minhota rumo a terras brasileiras foi desencadeada, em boa parte, como resposta à desproporção entre o crescimento populacional e os meios de subsistência então disponíveis.<sup>622</sup> Perante a ausência de alternativas para garantir uma vida digna, e até a própria sobrevivência, a muitos não restou outra solução que não fosse partir em busca dum futuro melhor e, quiçá, da fortuna. A emigração não era proibida, mas era encarada com reservas por algumas autoridades, pelas consequências nefastas que acarretavam para o reino.

A diáspora para o Brasil acentuou-se e manteve-se no século XIX, na sequência da crise agrícola que se fez sentir na primeira metade deste século, bem como da descida dos preços dos cereais e das pragas que afectaram a cultura da vinha.<sup>623</sup> A instabilidade política, a pobreza crónica e o desemprego que grassava no seio da população urbana e rural levaram muitos a partir. Por outro lado, as leis respeitantes aos morgados e à progenitura também compeliavam os filhos não primogénitos a emigrar em busca de melhores oportunidades de vida.<sup>624</sup>

Além dos já mencionados, outros motivos contribuíram para alimentar os fluxos migratórios, como, por exemplo, a fuga ao serviço militar ou às malhas da justiça. Muitos conseguiam escapular-se, obtendo passaportes falsos com documentos adulterados ou com nomes inventados.<sup>625</sup> Outros, a quem não era concedido passaporte para fora do reino por se acharem em idade de recrutamento, chegavam a acordo com os capitães dos navios, que os incluíam nos matriculados e assim escapavam ao serviço militar.<sup>626</sup> Em 1854, o administrador do

---

<sup>622</sup> Foi precisamente na década de quarenta do século XVI que foram criadas as primeiras Misericórdias no Brasil. Leia-se Sá, Isabel dos Guimarães, "Misericórdias, Portugueses e Brasileiros", in *Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, pp. 117-133.

<sup>623</sup> A propósito da emigração das gentes do Alto Minho para o Brasil, leia-se Rodrigues, Henrique, *Emigração e Alfabetização. O Alto Minho e a Miragem do Brasil...*, 1995.

<sup>624</sup> Sobre as causas da emigração rumo ao Brasil consulte-se Russell-Wood, A. J. R., "A emigração: fluxos e destinos", in Bethencourt, Francisco; Chaudhuri, Kirti (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. 3, Lisboa, Circulo de Leitores, 1997, pp. 158-168.

<sup>625</sup> AHGCVC, *Portarias e Ofícios do Ministério do Reino*, n.º 1.13.4.5-6, não paginado. Sobre a emigração clandestina veja-se Pereira, Miriam Halpern, *Das Revoluções Liberais ao Estado Novo...*, pp. 205-206.

<sup>626</sup> AHGCVC, *Correspondência com várias autoridades – Dezembro de 1852 a Maio de 1854*, n.º 1.8.3.14, não paginado.

concelho de Arcos de Valdevez comunicou ao governador civil do distrito de Viana do Castelo que vários mancebos do seu concelho, em condições de serem alistados, tinham sido angariados para partirem para o Brasil, fazendo uso de passaportes falsos, ou então obtidos noutros concelhos.<sup>627</sup> Nos anos subsequentes, a sangria de “homens roubados” ao exército continuou nos vários concelhos do distrito.<sup>628</sup>

Ao tempo, o Brasil era o destino preferencial do movimento migratório, para o que contribuía a afinidade linguística, a similitude de costumes e até a existência de ligações familiares.<sup>629</sup> O êxodo dos primeiros membros de uma determinada comunidade, ou membros da família, tinha, por vezes, um efeito de arrastão, levando outros a seguir as mesmas pisadas, movidos pelo sentimento de partilha e identidade. A presença de parentes podia ser um importante factor impulsor e de ligação entre a terra de partida e o local de destino, facilitando a integração dos recém-chegados na nova morada.<sup>630</sup>

O Brasil encetara, desde 1850, um caminho, ainda que sinuoso, conducente à proibição do tráfico de escravos, que culminará em 1888 com a abolição da escravatura. Necessitado de mão-de-obra para labutar nas imensas explorações agrícolas e nas grandes obras públicas que estavam a ser realizadas, o país voltou-se para o mercado europeu, servindo-se duma rede de engajadores na tarefa de angariação de trabalhadores.

Havia ainda outros factores atraíam a partida dos mais desfavorecidos, nomeadamente as facilidades de pagamento das passagens, concedidas pelos proprietários dos navios, e o aliciamento dos engajadores ao serviço de diferentes entidades.<sup>631</sup> O engajamento de potenciais emigrantes preocupava as autoridades portuguesas, uma vez que o futuro quase paradisíaco que lhes era prometido pouco ou nada nada tinha a ver com a realidade, até porque o Brasil não estava propriamente interessado em recrutar mão-de-obra qualificada, mas sim braços fortes para substituir o trabalho escravo. O desenvolvimento de redes de aliciadores, que recorriam a

---

<sup>627</sup> AHGCVC, *Crimes políticos e emigração*, n.º 1.15.2.4.1-1, não paginado.

<sup>628</sup> AHGCVC, *Crimes políticos e emigração*, n.º 1.15.2.4.1-1, não paginado.

<sup>629</sup> Sobre as razões da atracção que, ao longo do século XIX, os portugueses sentiam pelo Brasil como principal destino de emigração, leia-se Klein, Herbert S., “A integração social e económica dos imigrantes portugueses no Brasil nos finais do século XIX e no século XX”, in *Análise Social*, vol. XXVIII (121), 1993, p. 242.

<sup>630</sup> Sobre as causas da emigração veja-se igualmente Cruz, Maria Antonieta, “Agrupamentos dos emigrantes portugueses no Brasil”, in *Revista de História*, Porto, vol. 7, 1986/1987, pp. 12-13.

<sup>631</sup> Consulte-se Cruz, Maria Antonieta, “Do Porto para o Brasil: A outra face da emigração oitocentista à luz da imprensa portuense”, in *Revista de História*, Porto, vol. XI, 1991, p. 186.

mecanismos propagandísticos e procuravam tirar proveito do isolamento e da ignorância das populações, verificou-se a partir de 1830, tendo como alvos prioritários os jovens do sexo masculino, fisicamente robustos, a quem propunham contratos de locação de trabalho.<sup>632</sup> Muitos, levados talvez pelo desespero, empenhavam as suas propriedades, outros gastavam os primeiros anos de trabalho no pagamento da viagem.

Deste modo, ao longo do século XIX, a par do movimento tradicional de emigrantes, que abalavam das suas terras para se dedicaram à actividade comercial, aos ofícios, em suma, em busca de riqueza, emerge um outro fluxo, com base no sistema contratual de locação de serviços, promovido por engajadores.<sup>633</sup>

Estes recrutadores disseminaram-se pelo Norte de Portugal, designadamente por terras do Alto Minho, envolvidos em maquinações de recrutamento de homens, que as autoridades administrativas procuravam controlar. Um dos principais alvos da imprensa da época era precisamente a acção enganadora dos emissários responsáveis pela celebração de contratos de locação de trabalho no Brasil.<sup>634</sup> A mesma preocupação já tinha sido manifestada por Lima Bezerra, em finais do século XVIII.<sup>635</sup> O periódico *O Vianense*, na sua edição de quatro de Junho de 1858, dava conta da libertação, na cidade de Lisboa, de “trinta e três colonos”, naturais dos concelhos de Ponte de Lima e Vila Verde, que partiam para o Brasil, tendo sido reconhecidos pela polícia local como “colonos”, com contratos em contravenção à lei.<sup>636</sup> Um ano antes, o jornal *A Aurora do Lima* insurgia-se contra os efeitos nefastos da emigração sobre a agricultura e a indústria nacionais e contra a perda de braços e de engenho em favor de uma solução que, além de incerta, podia ser perniciosa.<sup>637</sup>

---

<sup>632</sup> Sobre o desenvolvimento do engajamento leia-se Alves, Jorge Fernandes, “Perspectivas sobre a emigração – estudos locais e regionais”, in *Actas das Segundas Jornadas de História Local*, Fafe, Câmara Municipal, 1998, pp. 413-424.

<sup>633</sup> Consulte-se Alves, Jorge Fernandes, “Atalhos batidos. A emigração nortenha para o Brasil”, in *Atalaia-Intermundos*, n.º 6/7, Lisboa, 2000, pp. 297-308.

<sup>634</sup> *A Aurora do Lima*, 2 de Março de 1857, n.º 180, não paginado.

<sup>635</sup> Confirme-se Bezerra, Manuel Gomes de Lima, *Os Estrangeiros do Lima*, vol. 2, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1992, Ed. facsimilada de 1791, pp. 108-109.

<sup>636</sup> *O Vianense*, 4 de Junho de 1858, n.º 34, não paginado.

<sup>637</sup> Segundo a perspectiva do autor do artigo: “[...] Os nossos infelizes compatriotas, que vão encontrar em grande parte, o abandono e a morte, nas mesmas regiões em que a mão especulativa da avareza lhes plantou uma sedutora esperança de melhor fortuna, esperança que cedo lhes cae por terra, quando ao toca-la, eles vêm



A mesma imprensa também não se inibia de publicitar as condições desumanas dos navios, a falta de higiene e de alimentação adequada, as doenças que alastravam e assumiam proporções epidémicas. Chegados ao Brasil, os “colonos” eram logo contratados pelos capitães dos navios, ficando sujeitos a prestar largos anos de serviço a quem os alugava e muitos acabavam por se perder na selva brasileira. Os “colonos” alistados eram assim vistos como escravos brancos, a quem eram infligidos castigos corporais.

Em 1856, o periódico *A Razão* denunciava a actuação de Manuel José Dantas no concelho de Ponte de Lima. Recém-chegado do Brasil, andava a aliciar jovens para o acompanharem na viagem de regresso, com promessas de ordenados chorudos e passagens gratuitas. Chamado a intervir, o administrador do concelho de Ponte de Lima conseguiu dissuadir alguns jovens que estavam prestes a cair no embuste.<sup>638</sup> No mesmo ano, o referido jornal valenciano, dava conta das acusações dirigidas ao abade da freguesia de Trute, concelho de Monção, que estaria envolvido na promoção da emigração de mancebos para o Brasil.<sup>639</sup>

Importava, por isso, alertar os mais incautos para os meios ardilosos utilizados pelos angariadores, informando-os dos riscos a que se sujeitavam ao aceitarem o desafio de alugar o seu trabalho em terras de além-Atlântico. Os engajadores tinham que estar legalizados e os contratos teriam que respeitar um conjunto de requisitos, nomeadamente a designação da propriedade ou da pessoa a quem o “colono” prestaria serviço.<sup>640</sup> Os “colonos” deveriam comparecer no governo civil na companhia do agente com o qual tinham ajustado a passagem, apresentando por escrito as condições do contrato.<sup>641</sup>

Os fluxos migratórios eram motivo de grande apreensão para os vários segmentos da sociedade portuguesa. O Estado temia a sangria de homens jovens provocada por uma emigração essencialmente masculina, que contribuía para um enfraquecimento do país.<sup>642</sup>

---

transformar-se em largo património de escravidão e desgraça.” *A Aurora do Lima*, 2 de Março de 1857, n.º 180, não paginado.

<sup>638</sup> AHGCVC, *Registo geral, de Julho de 1856 a 31 de Dezembro*, n.º 1.10.3.3, não paginado; *Administradores*, n.º 1.23.1.1-32, não paginado.

<sup>639</sup> AHGCVC, *Registo geral, de Julho de 1856 a 31 de Dezembro*, n.º 1.10.3.3, não paginado

<sup>640</sup> AHGCVC, *Registo Geral – Agosto de 1848 a Novembro de 1849*, n.º 1.10.3.7, não paginado. *Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa*, Anno de 1855..., 1856, pp. 227-229.

<sup>641</sup> AHGCVC, *Crimes políticos e emigração*, n.º 1.15.2.4.1-1, não paginado.

<sup>642</sup> Confira-se Alves, Jorge Fernandes, “Perspectivas sobre a emigração – estudos locais e regionais” ..., pp. 413-424.

Segundo o relatório apresentado pelo governo civil de Viana do Castelo, referente ao ano de 1859, a emigração, quer para Espanha, quer para o Brasil, roubava sobretudo efectivos masculinos àquele distrito. Entre 1857 e 1859, a faixa etária mais atingida pela emigração foi a compreendida entre os 15 e os 25 anos.<sup>643</sup>

Os reflexos desta intensa corrente migratória faziam-se notar nos elevados índices de feminilidade e na “masculinização” da mulher alto minhota, que, face à ausência do elemento masculino, assumia a liderança da casa e das propriedades, passando, em consequência, a ter uma vivência mais pública.<sup>644</sup>

Na década de cinquenta, as autoridades do distrito de Viana do Castelo indignavam-se perante a paradoxal evidência de um país que se tinha dedicado “à construção de estradas, ao melhoramento das barras, e a tudo mais que podia contribuir para a prosperidade publica” e via partir os seus homens, que, na ânsia de construir fortuna, se dedicavam fora da sua pátria a trabalhos que os aproximava da escravidão.

O Estado procurava, através de mecanismos legislativos e de regulamentos policiais, controlar o êxodo, sobretudo o que se desenrolava por via clandestina, considerada a mais prejudicial por ser a utilizada por jovens recrutas e por criminosos evadidos da justiça.<sup>645</sup>

O ofício que o governador civil de Viana do Castelo enviou, em 1854, ao administrador do concelho de Caminha, revela bem o seu desagrado pela permissividade que se verificava relativamente à emigração, ao afirmar: “He necessário senão impedi-la porque as leis desgraçadamente a permitem, ao menos dificulta-la e por-lhe todos os embaraços que legalmente possam apresentar-se-lhe e obstar sobretudo a emigração clandestina.”<sup>646</sup> De facto,

---

<sup>643</sup> *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do continente do reino e ilhas adjacentes em 1860...*, 1865, pp. 1-2.

<sup>644</sup> Sobre o papel da mulher na economia da casa alto minhota consulte-se Durães, Margarida, “Qualidade de vida e sobrevivência económica da família camponesa minhota, o papel das herdeiras (sécs. XVIII-XIX)”, in *Cadernos do Noroeste. Olhares sobre mulheres*, vol. 17(2), Braga, Universidade do Minho, 2002, pp. 125-144. Em Setembro de 1854, o administrador do concelho de Vila Nova de Cerveira comunicava a intenção de um elevado número de jovens do sexo masculino e de algumas famílias completas, num total que rondaria as 80 pessoas, embarcarem para o Brasil. AHGCVC, *Administradores*, n.º 1.21.5.4-4, não paginado.

<sup>645</sup> AHGCVC, *Registo Geral, Julho a 19 de Dezembro de 1857*, n.º 1.10.3.5, não paginado.

<sup>646</sup> AHGVC, *Registo dos ofícios para os administradores dos concelhos desde Setembro de 1854 a Junho de 1855*, n.º 1.7.2.18, não paginado.

as autoridades tenderam a focar a sua atenção na emigração clandestina, procurando ainda acautelar a população para as investidas dos aliciadores.

Para além da utilização de mecanismos institucionais no sentido de contrariar o crescimento dos números da emigração, o Estado recorreu igualmente à propaganda, tendo apelado aos párocos, dada a influência que exerciam sobre as populações, para que publicitassem as agruras a que os emigrantes ficariam sujeitos. Porém, em 1857, no distrito de Viana do Castelo, as recomendações do prelado diocesano, transmitidas pelos párocos nos ofícios religiosos, pareciam não ter surtido o efeito desejado, dado que os valores do êxodo não davam sinais de quebra.<sup>647</sup>

Apesar da legislação que visava impedir a emigração clandestina, o certo que é os obstáculos legais eram contornados através dos mais variados subterfúgios.<sup>648</sup> Além do uso de passaportes falsos, muitos dos candidatos à emigração eram registados como “colonos”, o que facilitava a sua saída. Mas um dos expedientes mais utilizado, que permitia aos emigrantes esquivar-se ao controlo do Estado, consistia no seu transporte em lanchas e pequenas embarcações até aos barcos que os conduziriam ao seu destino, quando estes, já inspeccionados, se encontravam afastados dos portos.

A carta de lei de 20 de Julho de 1855 previa um controlo mais apertado da emigração clandestina.<sup>649</sup> De acordo com o artigo 1.º do referido documento, os capitães ou comandantes que admitissem a bordo das suas embarcações indivíduos que não estivessem munidos do passaporte incorriam numa multa de 400 réis. Aqueles que, no mar alto, recebessem passageiros ou colonos, ultrapassando o número de viajantes superior ao que comportava a tonelagem da embarcação, “excepto se os receber para os salvar de naufragio” sujeitavam-se a uma pena que ia desde a aplicação de uma multa no valor de 2.000 réis até à pena de prisão de

---

<sup>647</sup> *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do continente do reino e ilhas adjacentes em 1857*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1858, p. 4.

<sup>648</sup> Já para o século XVIII, Maria de Lourdes de Freitas Ferraz aborda a questão do embarque clandestino de pessoas, sobretudo a partir das Ilhas rumo ao Brasil. Confira-se Ferraz, Maria de Lourdes de Freitas, “Emigração madeirense para o Brasil no século XVIII”, in *Isleña*, n.º 2, Funchal, 1988, pp. 88-101.

<sup>649</sup> Salientamos igualmente a portaria de 19 de Agosto de 1842, que incide sobre a emigração ilegal. *Collecção Official de Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva, Legislação de 1842 em diante*, Lisboa, pp. 321-322. Sobre a evolução legislativa acerca da emigração, consulte-se Rodrigues, Henrique, *Emigração e Emigrantes. Vale do Lima no século XIX*, Viana do Castelo, CER/Henrique Rodrigues, 2006, pp. 23-28.

seis a 12 meses.<sup>650</sup> Igual punição podia ser aplicada a quem não respeitasse as condições higiénicas prescritas ou maltratasse os embarcados.

A observância das normas estipuladas pela referida carta de lei passava pela acção inspectiva, a cargo da autoridade administrativa da localidade de saída da embarcação, do capitão do porto, do delegado ou sub-delegado de saúde e de um empregado da alfândega, no sentido de verificar o cumprimento de todas as obrigações relativas às condições sanitárias, à presença de um médico, se o navio transportasse mais de 50 passageiros ou “colonos”, à quantidade e qualidade da água, aos alimentos e às substâncias medicamentosas, tendo em consideração o número de passageiros permitido pela capacidade da embarcação e a duração prevista da viagem.

Apesar de toda a fiscalização, o embarque de passageiros clandestinos prosseguia. Disso mesmo deu conta o governador civil do distrito de Viana do Castelo ao Ministério do Reino, em Setembro de 1853, ao comunicar que “os navios sahem com o numero legal de passageiros, esperam depois em qualquer ponto da costa, e ali recebem muitos mais, que em lanchas são conduzidos a bordo, e lá seguem para o seu destino, sem irem incumbidos de passaporte.”<sup>651</sup>

Anos antes, em 1839, estava pronto a zarpar do porto de Viana do Castelo, rumo ao Brasil, o brigue “Triunfo do Lima”, suspeitando-se que nele iriam embarcar, clandestinamente, jovens abrangidos pelo recrutamento.<sup>652</sup> É de assinalar, a propósito, que não eram apenas os jovens portugueses que partiam ilegalmente dos portos portugueses para o Brasil, mas também súbditos do reino de Espanha vinham a Portugal para esse fim.<sup>653</sup>

A 28 de Novembro de 1852, entrou no porto de Caminha o brigue brasileiro “Estrela do Norte”, a fim de transportar passageiros, sobretudo de nacionalidade espanhola, para o Brasil. Dois dias após a sua chegada ao porto de Viana, teriam sido contratados passageiros, oriundos

---

<sup>650</sup> *Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa*, Anno de 1855..., 1856, pp. 227-229.

<sup>651</sup> AHGCVC, *Correspondência com o ministério do reino, Março de 1853 – Janeiro de 1854*, n.º 1.9.4.23, não paginado.

<sup>652</sup> AHGCVC, *Correspondência com os administradores do concelho. Janeiro de 1838 a Junho de 1839*, n.º 1.7.2.1, não paginado.

<sup>653</sup> AHGCVC, *Correspondência com os administradores dos concelhos. Julho de 1844 a Março de 1845*, n.º 1.7.2.9, não paginado.

de Vila Nova de Cerveira e da Galiza.<sup>654</sup> Em Fevereiro de 1853, o administrador deste concelho informou o governo civil de Viana do Castelo da pretensão do brigue “Estrela do Norte” receber, fora da barra, um grande número de pessoas sem estarem munidas do passaporte legal. Por sua vez, o administrador do concelho de Caminha, na sequência da comunicação recebida do governador civil, deu conta da visita que realizou ao brigue, juntamente com o escrivão da sua administração, o fiscal do tabaco, sabão e pólvora e o director da alfândega do porto e seus funcionários. Na mesma ocasião, ficaram a bordo da embarcação, durante a noite, alguns guardas da alfândega para evitar a introdução de passageiros ilegais. No entanto, comentava-se que, após ter saído da barra, o barco recebeu passageiros clandestinos transportados numa lancha.<sup>655</sup> Uma das soluções aventadas para impedir ocorrências desta natureza previa que as alfândegas vigiassem a costa na altura em que as embarcações se preparavam para sair dos portos.<sup>656</sup> A dificuldade de estancar esta corrente clandestina era manifesta e demonstrava a falta de eficácia de medidas tomadas pelas autoridades.<sup>657</sup>

Em Março de 1855, saiu do porto de Caminha, rumo ao Rio de Janeiro, o palhote “Incógnito”, após ter sido vistoriado para impedir a emigração ilegal e verificar o cumprimento dos requisitos legais em vigor, e nada de anormal ter sido detectado.<sup>658</sup> Soube-se, posteriormente, que o cirurgião, cuja presença era obrigatória por existirem a bordo mais de 30 passageiros portugueses, conseguiu escapular-se antes da viagem se concretizar. Dias depois, a mesma embarcação arribou ao porto de Vigo, onde foi visitada pela polícia espanhola, que encontrou a bordo “75 individuos d’aquella nação sem passaportes, parte dos quais desertores, criminosos, individuos que se escaparam aos quintos e menores embarcados sem licença de

---

<sup>654</sup> AHGCVC, *Brigue Estrela do Norte*, 1.15.4.9-2, não paginado.

<sup>655</sup> AHGCVC, *Brigue Estrela do Norte*, 1.15.4.9-2, não paginado.

<sup>656</sup> ANTT, Ministério do Reino. *Registo da correspondência expedida relativa à segurança pública das províncias do Norte*, Livro 4, n.º 1665, não paginado.

<sup>657</sup> Em Dezembro de 1854, estava no porto de Caminha uma embarcação que tinha como destino o Brasil. Havia fortes indícios de que o capitão pretendia facilitar o embarque clandestino de passageiros e que, nas palavras do governador civil de Viana do Castelo dirigidas ao administrador do concelho de Caminha, “abusão escandalosamente das diligencias ineficazes que a authority tem tomado para fazer cumprir as disposições das leis, cuja execução tão recomendadas lhe tem sido feita.” AHGCVC, *Registo dos officios para os administradores do concelho desde Setembro de 1854 a Junho de 1855*, n.º 1.7.2.18, não paginado.

<sup>658</sup> *Collecção Official de Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva, Legislação de 1842 em diante...*, pp. 321-322.

seus pais.”<sup>659</sup> Em consequência, todos esses indivíduos foram detidos e o barco foi apreendido. Constatou-se que o referido palhote transportava mais 200 passageiros que a sua tonelagem permitia!<sup>660</sup>

Em Fevereiro de 1857, largou do porto de Viana do Castelo o patacho “Constante”, com 49 passageiros a bordo. Por haver suspeitas de que esta embarcação pretendia receber “colonos” no alto mar, o governador civil oficiou aos seus congéneres de Braga e do Porto, bem como ao capitão do porto e ao administrador do concelho de Viana, para serem tomadas as devidas providências, no sentido de se evitar a concretização de tal plano. No entanto, constou-se no Ministério do Reino que o barco em causa teria recebido, clandestinamente, alguns passageiros, depois de ter saído da barra de Viana do Castelo. De facto, veio a comprovar-se que, durante a noite, vários indivíduos, transportados por lanchas, entraram ilegalmente na referida embarcação. De imediato, a imprensa lançou a suspeição sobre a actuação das autoridades subalternas e, inclusive, sobre o governador civil do distrito de Viana, que foi acusado de encobrimento da situação.<sup>661</sup> Esta autoridade administrativa ordenou que se procedesse à abertura de um inquérito com o objectivo de serem apuradas responsabilidades, tendo-se descoberto que a ocorrência contou com a conivência do Cônsul - Geral de Portugal no Rio de Janeiro.<sup>662</sup>

Importa salientar a gravidade da ocorrência descrita, bem como de outras similares, não só pela presença ilegal de passageiros, mas também pelas condições precárias em que estes viajavam, correndo risco de vida, dado que as embarcações não estavam preparadas para receber um número tão elevado de viajantes. Se em alguns casos, as autoridades conseguiam detectar a presença dos clandestinos, estes também conseguiam, por vezes, iludir a vigilância,

---

<sup>659</sup> AHGCVC, *Registo dos officios para os administradores dos concelhos desde Setembro de 1854 a Junho de 1855*, n.º 1.7.2.18, não paginado.

<sup>660</sup> AHGCVC, *Portarias e officios do Ministério do Reino*, n.º 1.13.4.5-5, não paginado.

<sup>661</sup> AHGCVC, *Registo Geral – Janeiro a Junho de 1857*, n.º 1.10.3.4, não paginado.

<sup>662</sup> AHGCV, *Registo Geral – Janeiro a Junho de 1857*, n.º 1.0.3.4, não paginado. Em Julho do mesmo ano, foi acusado do crime de homicídio o capitão da referida embarcação, João Bento de Puga, por transportar 233 passageiros, quando oficialmente tinham partido 49. AHGCVC, *Portarias e officios do Ministério do Reino*, n.º 1.14.4.6-1, não paginado.

ocultando-se nos porões das embarcações, ou usando qualquer outro tipo de expediente em convivência com os elementos da tripulação.<sup>663</sup>

O recurso a métodos ilegais para emigrar tinha a ver com a incapacidade financeira das populações, que não dispunham de pecúlio suficiente para pagar um passaporte, para além de outros constrangimentos que dificultavam a sua emissão. Os aliciadores tiravam partido destas contrariedades, engendrando formas, ainda que ilícitas, de contornar as complicações burocráticas. Em 1858, constava-se existirem no distrito de Viana do Castelo comissões de emigrados, que, em colaboração com os capitães e donos de navios, tinham conseguido o embarque clandestino de muitos colonos para o Brasil.<sup>664</sup> Em 1863, o Ministério do Reino oficiou ao governador civil, confrontando-o com o facto de o porto da cidade de Viana do Castelo ser, à altura, “mui suspeito de se effectuar nelle com mais frequência a sahida clandestina de emigrantes a bordo dos navios que do mesmo sahem para o Brasil.”<sup>665</sup>

De facto, a legislação que tinha em vista pôr termo à emigração clandestina revelou-se ineficaz, para o que terá contribuído, nomeadamente, a escassez de meios, a falta de articulação da comunicação entre as várias entidades, a negligência e a convivência das autoridades. Na realidade, embora não a possamos quantificar, a emigração ilegal atingiu grandes proporções, como se depreende do testemunho do poder instituído, que não escondia a sua preocupação perante a dimensão e a gravidade do problema. É difícil denegar a existência de falhas no sistema, dado que as suspeitas de embarques clandestinos recaíam sobre as embarcações logo à sua chegada aos portos, cabendo às autoridades colocar todo o empenho e usar os recursos disponíveis para, se fosse caso disso, impedir que os rumores se tornassem realidade.

---

<sup>663</sup> Sobre outro tipo de subterfúgios usados para emigrar ilegalmente para o Brasil veja-se Cruz, Maria Antonieta, “Agruras dos emigrantes portugueses no Brasil”, in *Revista de História...*, pp. 24-25.

<sup>664</sup> AHGCVC, *Registo Geral, Dezembro de 1857 a Julho de 1858*, n.º 1.10.3.6, não paginado.

<sup>665</sup> AHGCVC, *Portarias e ofícios do Ministério do Reino de Janeiro a Dezembro de 1866*, n.º 1.14.5.4-4, não paginado.

### 3. *O crime organizado: a acção das quadrilhas por terras do Alto Minho*

No Alto Minho da primeira metade do século XIX, a par do chamado ladrão formigueiro ou “ratoneiro”, responsável por roubos e furtos ocasionais e de pequena monta, cujo móbil principal seria a sobrevivência, evidenciavam-se criminosos de outra envergadura, que operavam em grupos organizados, de forma premeditada e planeada, praticando todo o tipo de depredações, com particular incidência em assaltos de estradas, roubos e furtos de casas e grejas.<sup>666</sup> Aliás, os membros destas organizações eram cognominados pelas autoridades de “salteadores de estradas e roubadores de igrejas”.<sup>667</sup> A sua actuação alargava-se a outros domínios, que iam desde o apoio à evasão de presos, raptos, falsificação de moeda, contrabando, espancamentos e até homicídios a soldo.<sup>668</sup>

O impacto da actividade destas quadrilhas de salteadores foi significativo na região, assumindo muitas delas um pendor político, convertendo-se em grupos de guerrilheiros e envolvendo-se em acções de contrapoder. O caso mais paradigmático é o da quadrilha liderada por Tomás das Quingostas, que será objecto de um tratamento particular, dados os efeitos e a dimensão que a sua actividade assumiu por todo o distrito de Viana do Castelo, principalmente nos concelhos raianos.

A disseminação destes bandos de salteadores está intimamente conectada com o contexto político, militar, económico e social que marcou Portugal nos primeiros decénios de oitocentistas. Ao tempo, as autoridades administrativas evocavam dois factores que justificariam a formação destas “gavilhas”: a miséria e a corrupção. Ambas resultavam de “sociedades

---

<sup>666</sup> Sobre a acção das quadrilhas em Genebra, nos séculos XVII e XVIII leia-se Dubied, Christophe, “«La lie de la canaille» Larrons, brigands et filous de profession: la répression du banditisme à Genève (1682-1792)”, in *Crime, Histoire & Sociétés/Crime, History and Societies*, vol. 5, n.º 2, pp. 112-116.

<sup>667</sup> AMPL, Administração do Concelho. *Livro de registo expedida para o Governo Civil*, n.º 2.2.1-12, não paginado.

<sup>668</sup> Em 1848, foram presos Domingos José Martins, António José Martins, Manuel José Martins e João Martins, membros da mesma quadrilha e conhecidos como “espancadores nas feiras e romarias e matadores por dinheiro.” AMPL, Administração do Concelho. *Copiador geral dos officios dirigidos por esta administração a diversas autoridades*, n.º 2.2.1.31, não paginado. Desde longa data que o crime organizado existia no nosso país. Sobre os bandos e quadrilhas tardomedievais leia-se Duarte, Luís Miguel, “Bandos, Bandidos e Crimes no Portugal das caravelas”, in *Revista da Faculdade de Letras. História*, Porto, II série, vol. XIII, 1996, pp. 231-248.



enfraquecidas pelas oscilações políticas, que menos podem dar trabalho à miséria e mais largas dão à corrupção pela relaxação dos costumes.”<sup>669</sup>

A primeira metade do século XIX foi marcada por um clima quase endémico de conflito, o que permitiu que toda a espécie de armamento, sobretudo armas de fogo, fosse parar às de populares. Após o desfecho da guerra civil de 1832-1834, o ambiente que se vivia no país era de evidente fragilidade política e administrativa. Numa sociedade militarizada, com um povo armado e grupos de miguelistas apossados e dispostos a enveredar pela via do banditismo, o Estado sentia grande dificuldades em impor a sua autoridade.<sup>670</sup>

Depois da vitória liberal em 1834, a situação do país era desastrosa. Os conflitos bélicos tinham provocado a destruição de culturas, os soldados desmobilizados vagueavam sem ocupação e o regime vitorioso não era aceite por todos, especialmente no espaço rural. Além do mais, o país tinha sido afectado, em 1832, por um surto de cólera de graves repercussões. Os liberais, chegados ao poder, apressaram-se a expurgar a máquina burocrática do país, destruindo as marcas do absolutismo e destituindo os elementos com ele conectados, cujos lugares foram atribuídos aos apaniguados da causa liberal.

A nível local, muitos dos novos poderes instituídos, confrontados com forte resistência para impor a sua autoridade junto das populações, serviram-se de bandos, constituídos por homens com uma certa predisposição para a violência, para conseguirem os seus objectivos. Estes grupos moviam perseguições aos absolutistas, sobretudo nos momentos eleitorais, funcionando como instrumentos de coação, e prestavam-se até para levar a cabo vinganças privadas.<sup>671</sup> Em Portugal, há vários exemplos de bandos que agiam nestes moldes, como foram os casos dos “Midões” e dos “Marçais”, que, no ano de 1834, espalharam o terror na região das Beiras.<sup>672</sup>

---

<sup>669</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18, não paginado.

<sup>670</sup> Sobre o ingresso de miguelistas em quadrilhas de bandidos veja-se Marques, Fernando Pereira, “Do vintismo ao cabralismo”, in Reis, António (dir.), *Portugal Contemporâneo...*, p. 73.

<sup>671</sup> Segundo Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira, no caso de Viana do Castelo, muitos dos tumultos e movimentos de represália, que tiveram lugar após 1834, foram protagonizados por elementos dos exércitos liberais. Confira-se Ferreira, Maria de Fátima Sá e Melo, “Banditismo e política no Alto Minho (1834-1840)” ..., p. 131.

<sup>672</sup> Confira-se Machado, António do Canto; Cardoso, António Monteiro, *A Guerrilha do Remexido*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1981, pp. 48-49. Sobre os “Marçais” veja-se Silva, Célia Maria Taborda da,

Assim, em algumas zonas do país imperava um clima de crispação e anarquia, quase comparável ao vivido no decorrer da guerra civil, exacerbado por tumultos resultantes da subida dos preços dos cereais.<sup>673</sup> Esta conjuntura foi agravada por medidas tomadas pelos liberais, que provocaram o descontentamento de alguns sectores da sociedade, de que foi exemplo o decreto de 28 de Maio de 1834 que determinou a extinção das ordens religiosas. Com esta decisão, vários religiosos, bem como os criados e outros serviçais que estavam na sua dependência, ficaram sem meios de sustento. Muito embora tivesse sido determinada uma pensão anual para os monges, o certo é que da mesma tinham sido excluídos os religiosos que tivessem demonstrado algum apego à causa absolutista ou fossem apaniguados do mesmo regime.<sup>674</sup> Outros exemplos de resoluções tomadas pelos liberais que geraram contestação popular foram as primeiras leis de saúde, datadas de 1835, e as reformas que visavam a reorganização administrativa do território e que implicavam a extinção de vários concelhos.<sup>675</sup>

Conscientes do ambiente do país, acicatados pelas perseguições de que eram alvo e estimulados pelas vitórias dos vizinhos carlistas, os miguelistas começaram a manifestar um maior atrevimento a partir de 1835 e 1836, armando-se e organizando-se sob a forma de guerrilha.

Deste modo, se entende que algumas quadrilhas de bandoleiros se tivessem transformado em grupos de guerrilheiros, ou seja, movimentos politizados, e os seus membros em actores responsáveis pela agitação contra-revolucionária sentida na região.<sup>676</sup> No entanto, é de referir que, em Portugal, também existiram grupos que fizeram um percurso inverso, isto é,

---

*Movimentos sociais no Douro no período de implantação do Liberalismo (1834-1855)*, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 2005, pp. 144-163. Tese de doutoramento policopiada.

<sup>673</sup> Acerca dos tumultos causados pelas crises de subsistência no Porto, em Lisboa e no Alentejo, no século XIX, leia-se Roque, João Lourenço, "Subsídios para o estudo da "revolta" em Portugal no século XIX. Alguns exemplos de motins (e outras acções de grupo) na região de Coimbra (1840-1860)"..., pp. 252-253.

<sup>674</sup> Confirme-se *Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por sua Majestade Imperial desde a sua entrada em Lisboa até à instalação das Câmaras Legislativas*, terceira série, Lisboa, Imprensa Nacional, 1840, p. 134.

<sup>675</sup> Sobre os principais motivos de contestação popular que tiveram lugar no território nacional, após a guerra civil de 1832-1834 até 1846, leia-se Ferreira, Maria de Fátima Sá e Melo, "Modernização e conflito no muno rural do séc. XIX: politização e "política popular" na Maria da Fonte", in *Revista de Faculdade de Letras. História...*, p. 36.

<sup>676</sup> Acerca dos movimentos de insurreição popular, particularmente guerrilhas, que emergiram nos 10 anos seguintes à vitória liberal de 1834, consulte-se Ferreira, Maria de Fátima Sá e Melo, *Rebeldes e Insubmissos. Resistências populares ao Liberalismo (1834-1844)*..., pp. 479-510.

começaram por actuar como guerrilheiros e, tendo perdido vitalidade política, acabaram por se dedicar ao banditismo. Foi o que sucedeu com a guerrilha do “Remexido”, que, após a sua morte e o seu filho ter assumido o comando, deu lugar a um bando de ladrões e salteadores.<sup>677</sup> Mais uma vez, no caso particular do Alto Minho, é pertinente assinalar o exemplo da quadrilha liderada por Tomás das Quingostas, mas por todo o país emergiam nomes associados à luta anti-liberal, como o do padre Joaquim Carragosela, António Costa Macário, conhecido como “o Caca”, sendo o mais conhecido “o Remexido”, antonomásia de José Joaquim de Sousa Reis.<sup>678</sup>

Os maus anos agrícolas que se registaram em finais do século XVIII provocaram um desequilíbrio entre a população e os meios de subsistência disponíveis. Muitos procuraram fugir ao destino emigrando, outros, que optaram por ficar, confrontados com a miséria, acabam por enveredar pelo crime.<sup>679</sup> Cenário idêntico manifestou-se ao longo do século XIX: em resultado das crises cerealíferas, muitos viram o seu pecúlio ser insuficiente para satisfazer as necessidades quotidianas. Nessas alturas, roubava o pequeno larápio e a quadrilha organizada.<sup>680</sup> Tal como ladrão formigueiro, também o bandoleiro roubava víveres para saciar a fome e roupa para cobrir os corpos, e não apenas dinheiro e objectos de valor. Em suma, realizavam autênticas limpezas nas casas que invadiam, levando tudo o fosse passível de ser usurpado.

O tempo de miséria agravava-se com a chegada da estação invernosa e com ela formavam-se as quadrilhas sazonais. Os trabalhos agrícolas escasseavam e o jornaleiro faminto transformava-se, por essa altura, em ladrão sazonal. Grupos de homens, acossados pela pobreza, armavam-se e não hesitavam em atacar as suas próprias povoações ou as vizinhas. Os dias mais curtos e a ausência de iluminação facilitavam a acção dos criminosos. Estes bandos, que, impelidos pela miséria, se reuniam periodicamente, distinguem-se das quadrilhas mais estruturadas e estáveis, que se não limitavam ao assalto ou ao roubo esporádico, nem tinham em vista a satisfação de qualquer necessidade pontual.<sup>681</sup>

---

<sup>677</sup> Leia-se Mesquita, José Carlos Vilhena, “O Remechido, glória e morte de um mito”, in *Remexido...*, pp. 21-22.

<sup>678</sup> Confira-se Machado, António do Canto, Cardoso, António Monteiro, *A Guerrilha do Remexido...*, pp. 55-56.

<sup>679</sup> Confira-se Subtil, José Manuel Louzada Lopes, *O Vintismo e a Criminalidade (1820-1823)...*, 1986, p. 40.

<sup>680</sup> Segundo Beatriz Lopez Morán, em alturas de crise económica nas zonas rurais da Galiza, também se recorria ao roubo para ajudar a combater a miséria. Consulte-se Lopez Morán, Beatriz, *El bandoleirismo gallego*, Vigo, Edicions Xerais de Galicia, 1984, pp. 81-85.

<sup>681</sup> Em Janeiro 1850, após ter sido publicada uma notícia no *Periódico dos Pobres*, publicação da cidade do Porto, que aludia à existência de uma guerrilha composta por 70 salteadores portugueses e espanhóis, localizada no concelho de Arcos de Valdevez, o governador civil desmentiu tal notícia, referindo que não existia qualquer guerrilha

As quadrilhas compostas por bandidos profissionais eram as que mais preocupavam as autoridades e as mais difíceis de neutralizar. A dificuldade em combatê-las resultava do facto de estarem bem organizadas e apetrechadas, do conhecimento das técnicas e das práticas de disfarce e fuga, dos saberes militares de que eram portadores, dos refúgios secretos que possuíam. A solidez dessas organizações assentava ainda nos laços de solidariedade que tinham contruído, não só a nível interno, baseados na noção de respeito pelo líder e pela hierarquia do bando, mas também nas interdependências que estabeleciam com algumas comunidades.

Importa, entretanto, clarificar a forma como a sociedade de então encarava os bandidos profissionais. Será que os protegia e apoiava? Ou, pelo contrário, os recriminava, combatia e condenava? Será que estamos perante uma multiplicação da imagem do bandido social, nobre e generoso, traçada por Eric Hobsbawn?<sup>682</sup> As respostas sustentadas pelas fontes documentais são claras. Existiram quadrilhas que contaram com o apoio declarado das populações e até com a cumplicidade de autoridades administrativas, judiciais e militares, tornando-se extremamente difíceis de combater. Não eram vistos como simples ladrões, assumindo antes a auréola de guerrilheiros defensores de causas políticas.<sup>683</sup> Foram sobretudo as quadrilhas que adoptaram uma linha política que obtiveram o apoio e até a admiração do povo, junto do qual recrutavam os seus membros. O auxílio prestado pelas populações rurais a bandos de malfeitores deve ser entendido à luz do contexto da época. Para pequenos lavradores, jornaleiros e demais trabalhadores assalariados ligados à terra, estes bandidos, mais do que marginais, eram sobretudo protectores, defensores da velha ordem que tinha sido abalada por ideias e reformas de que suspeitavam. Quanto maior fosse a cumplicidade entre a comunidade e a quadrilha, mais esta se solidificava e mais difícil se tornava o seu desmantelamento, o que ajuda a explicar a diferente duração destes bandos. Alguns duravam anos, outros apenas algumas semanas.

---

naquele concelho, mas antes “uma grande quantidade de ladrões que se reunindo tempos a tempos, cometião roubos e outros crimes.” Declarava ainda que este tipo de reuniões de ladrões se verificava por todo o distrito de Viana do Castelo, o que fazia sentido, dado que o seu ofício foi escrito em 12 de Janeiro de 1850, ou seja, em plena estação invernal. AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18, não paginado.

<sup>682</sup> Acerca das características do ladrão nobre, leia-se Hobsbawn, Eric, *Bandidos*, Barcelona, Editorial Crítica, 2003, pp. 58-74.

<sup>683</sup> A propósito da ligação dos chefes e membros de quadrilhas a causas políticas leia-se Nunes, António, “Banditismo e Criminalidade em meados do século XIX na região de Penafiel. (O processo de José do Telhado)”, in *Cadernos do Noroeste*, vol. 11 (1), 1998, pp. 49-85.

Havia ainda a possibilidade de os salteadores repartirem pelos membros da comunidade o proveito obtido com os saques, em troca de protecção e silêncio.<sup>684</sup> Em 1840, sabia-se que na freguesia de São Mamede, concelho de Valença, existia um grande número de salteadores organizados numa quadrilha, que beneficiava da colaboração de uma parte considerável dos habitantes daquela localidade, através da participação em roubos, ou permitindo que o produto dos mesmos e os seus protagonistas se ocultassem nas suas casas. Esta realidade é perceptível nas palavras do administrador do concelho de Valença, que, em Junho de 1840, após uma tentativa para eliminar esta quadrilha, declarou o seguinte:

“[...] entretanto fiz persuadir os desmoralizados habitantes daquela freguesia que em breve terão de sustentar mui grande destacamento de tropa, que se não levantaria em quanto não exterminassem os salteadores que conquanto descaradamente estão acubertando e é tanto que se não contão dez homens que não sejam ladrões, ou não partilhem com elles.”<sup>685</sup>

Perante esta realidade, regedor e cabos de polícia, temendo represálias, tinham receio de intervir. No entanto, o administrador do concelho de Valença explicava que a inoperância daqueles residia no facto de “serem lobos da mesma manada”, evidenciando, deste modo, a existência de um conluio, que para além dos habitantes da freguesia, envolvia as respectivas autoridades administrativas.<sup>686</sup>

Foragidos, condenados, recrutas refractários, desertores, imigrantes ilegais e dissidentes políticos eram elementos potencialmente recrutáveis na sociedade para integrarem os bandos organizados. A incorporação de dissidentes militares, desertores e soldados desmobilizados, foi uma realidade após a vitória liberal na guerra civil, que se manteve pelo menos até 1848. Era difícil a reintegração dos militares na vida civil, os quais optavam, muitas vezes, por enveredar pela actividade criminosa, juntando-se, com as suas armas, aos malfeitores e a participar em roubos e assaltos em busca de sustento.<sup>687</sup>

---

<sup>684</sup> Segundo Hobsbawn, muitos bandidos ganhavam a fama de generosos por repartirem o produto dos seus saques com elementos da comunidade. Porém, tratava-se apenas de compensar o apoio que lhes era concedido. Hobsbawn, Eric, *Bandidos...*, pp. 62-63.

<sup>685</sup> AMV, Administração do Concelho. *Correspondência para o Administrador Geral*, n.º 1.1.4.5, não paginado.

<sup>686</sup> AMV, Administração do Concelho. *Correspondência para o Administrador Geral*, n.º 1.1.4.5, não paginado.

<sup>687</sup> Na sua novela *A Morgada de Romariz*, que decorre no Minho, Camilo Castelo Branco, aborda, entre outras histórias, a de Joaquim da Costa Araújo, o “Faísca”, soldado do regimento do Porto, aquartelado em Valença, que,

A existência destes grupos de assaltantes, bem como o auxílio que lhes era dispensado pelas populações, era um claro indicio de instabilidade social e política. Sobretudo na década de trinta, algumas quadrilhas mostravam nutrir pouca simpatia pelo liberalismo, o que fazia com que obtivessem apoio junto de dissidentes políticos e apoiantes do absolutismo. Criavam-se, assim, solidariedades em torno de grupos de malfetores, encarados como guerrilheiros que pugnavam contra um regime que as populações consideravam ilegítimo e contra as injustiças que fomentava.

À volta da figura de alguns bandidos construíram-se lendas, ideias apoloéticas, nomeadamente a do ladrão generoso, cuja actuação se norteava pela defesa dos mais desfavorecidos. Porém, importa sublinhar que o apoio prestado pelos populares a bandoleiros foi limitado em termos geográficos, circunscrevendo-se aos concelhos montanhosos do Alto Minho e confinantes com a Galiza: Melgaço, Monção, Valadares, Castro Laboreiro, Soajo e parte norte do concelho de Arcos de Valdevez. Por exemplo, a freguesia da Peneda, pertencente a este último concelho, era apelidada de “couto de quantos ladrões existem no Alto Minho”.<sup>688</sup> O concelho de Castro Laboreiro era apontado, em 1836, como local de reunião de facciosos e salteadores portugueses e espanhóis que infestavam as povoações do distrito. Segundo o governador civil, os criminosos perseguidos acolhiam-se neste concelho, porque aí “encontrão protecção nas auctoridades, e nos povos”.<sup>689</sup> Também o município de Melgaço era tido como ponto de encontro de ladrões, no qual “animam-se as quadrilhas de salteadores e protegem-se com o fim de servirem para o bom resultado das primeiras tentativas.” Ou seja, considerava-se que neste concelho, os inimigos do regime liberal estavam a aliciar criminosos para a sua causa em troca de protecção.<sup>690</sup>

Seria abusivo considerar que todas as quadrilhas desfrutaram da convivência dos populares e contaram com o seu apoio para levar a cabo as suas incursões. Na realidade, se o bandido próximo da figura do “bandido social” traçado por Hobsbawn beneficiava de protecção e conseguia levar certas comunidades a sublevar-se contra os representantes do poder instituído, já os bandidos comuns eram censurados e não foram raras as ocasiões em que povo se juntou às

---

ao saber que seu pai tinha recebido uma herança, desertou. Todavia, o desamparo do pai e o desejo de uma vida mais desafogada levaram-no a ingressar numa quadrilha de ladrões. Leia-se Branco, Camilo Castelo, *Novelas do Minho*, Lisboa, Bertrand Editora, 2009, pp. 159-207.

<sup>688</sup> AHGCVC, *Correspondência com os administradores dos concelhos. Janeiro de 1838 a Junho de 1839*, n.º 1.7.2.1, não paginado.

<sup>689</sup> AHGCVC, *Registo das Circulares desde Outubro de 1835 a 4 de Outubro de 1837*, n.º 1.10.4-8, não paginado.

<sup>690</sup> AHGCVC, *Registo das Circulares desde Outubro de 1835 a 4 de Outubro de 1837*, n.º 1.10.4-8, não paginado.

autoridades e participou em batidas e emboscadas para os capturar. Em 1836, foi assaltada a casa do padre João Crisóstomo Guerreiro, na freguesia de Gondarém, concelho de Vila Nova de Cerveira, por uma quadrilha de ladrões, que, tendo sido detectada pela população, acabou por levar apenas objectos de pequeno valor. Todavia, um dos elementos do bando, Manuel do Carvalho, natural da mesma freguesia, identificado pela criada do referido padre, foi capturado e espancado pelo povo, sendo depois entregue às autoridades e remetido para a cadeia de Caminha.<sup>691</sup>

Sobretudo a partir da década de quarenta do século XIX, mais precisamente após 1847, algumas populações começaram a adoptar uma atitude diferente em relação aos salteadores. O apoio e a compreensão foram dando lugar à condenação e à rejeição. Desta mudança deu conta o governador civil, quando, em 10 de Dezembro de 1847, felicitou o administrador do concelho de Valadares pelos resultados positivos alcançados pelas suas gentes nos movimentos de resistência contra ataques de quadrilhas.<sup>692</sup>

Os salteadores condenados e perseguidos pelos populares eram aqueles que não tinham rompido com a sociedade, vivendo no seio da mesma, podendo inclusive ter uma ocupação conhecida. Estes criminosos, que não tinham qualquer pejo em roubar os membros da comunidade em que estavam inseridos, aproximam-se mais do bandido anti-social traçado por Anton Blok, que se opunha precisamente ao “bandido social” de Hobsbawn, referindo-se aos camponeses-bandidos que atacavam outros camponeses.<sup>693</sup> No caso das quadrilhas politizadas, há uma justificação para a sua existência, que ultrapassava as motivações económicas e permitia o estabelecimento de uma imagética em torno das mesmas, que, em última análise, seria a razão para granjearem algum apoio social.

---

<sup>691</sup> AHGCVC, *Registo dos ofícios para o Ministério do Reino – Setembro de 1835 a Outubro de 1836*, n.º 1.9.4.10, não paginado. Em 1839, na freguesia de Cubalhão, antigo concelho de Valadares, apareceram entre quinze a dezasseis quadrilhas compostas por salteadores espanhóis, que foram escorraçadas pelos militares e pelos povos de Valadares, num número que, segundo as fontes, alcançava os 750 indivíduos, até à província de sua naturalidade, a Galiza. AHGCVC, *Registo da correspondência para o Ministério do Reino de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12, não paginado.

<sup>692</sup> AHGCVC, *Correspondência com os administradores dos concelhos. Janeiro de 1847 a Maio de 1848*, n.º 1.7.2.12, não paginado.

<sup>693</sup> Ferreras, Roberto O., “Bandoleiros, cangaceiros e matreiros. Social Banditism historiography in Latin America reviewed”, in *História*, São Paulo, vol. 22, n.º 2, 2003, pp. 217-218.

As autoridades procuravam a todo o custo impedir a ligação entre criminosos e dissidentes políticos. Em 1848, o governador civil de Vila Real alertava o seu homólogo de Viana do Castelo para o risco de uma quadrilha, que actuava na zona compreendida entre Nossa Senhora da Peneda e Castro Laboreiro, poder adoptar uma posição política.<sup>694</sup> Para que os bandoleiros pudessem contar com o apoio das populações, estas tinham que ser conhecedoras das suas intenções e dos fundamentos da sua formação.<sup>695</sup>

No entanto, temos que reconhecer que foram escassos os casos em que as quadrilhas se assumiram como forças de contrapoder. Na sua larga maioria, tratava-se de organizações cuja génese tinha a ver, sobretudo, com razões de natureza económica, sem qualquer intencionalidade guerrilheira. Algumas eram movidas pelo desejo de vingança, em particular contra os representantes do poder instituído, como demonstram algumas situações.<sup>696</sup>

No que diz respeito à sua orgânica interna, a quadrilha gravitava em torno da figura de um líder, uma figura que devia inspirar simultaneamente temor e respeito. Normalmente, este era identificado não pelo nome próprio, mas por uma alcunha, que o relacionava com as suas origens familiares, o lugar de residência, ou que resultava de uma característica física ou sinal psicológico que se evidenciavam. Para além dos já citados “Quingostas” e “Imaginário”, outros líderes ficaram conhecidos pelas suas alcunhas, como “o Provisor”, “o Beira-Alta”, “o Mineiro”, “o Carrapato”, “o Branco”, “o Galhofas”, “o Troquete”, “o Apresentado”, “o Cama”, entre outros. De igual modo, algumas quadrilhas não eram identificadas pelo nome ou pela alcunha do seu chefe, mas pelo nome da terra da sua naturalidade ou da residência da maioria dos seus membros. São

---

<sup>694</sup> AHGCVC, *Correspondência recebida do Governo Civil de Vila Real*, n.º 1.13.6.1-6, não paginado.

<sup>695</sup> Ideia que partilhamos com Manuel Moreno e Jaime Tortella, presente na sua obra *Bandoleros, Disidentes, Desafectos y Expatriados. Rebeldes*, Barcelona, Debolsillo, 2006, p. 44.

<sup>696</sup> Em Maio de 1848, o célebre salteador “o Imaginário” organizou uma emboscada contra o administrador do concelho de Ponte da Barca, Miguel de Azevedo Ataíde Sousa e Meneses, após ter tomado conhecimento de que este tinha assinado documentos que o incriminavam. AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino de Janeiro de 1848 a Junho de 1849*, n.º 1.9.4-17, não paginado. Em 1850, uma quadrilha composta por salteadores espanhóis e que actuava dos dois lados da fronteira, raptou Pedro Sousa, um taberneiro, residente na província galega de Ourense, levando-o para Portugal, mais precisamente para o concelho de Melgaço. Suspeitava-se que o rapto tinha sido levado a cabo em resultado de alguma represália, dado que o sequestrado era um homem pobre, sem fortuna. AHGCVC, *Registo de circulares aos Administradores dos Concelhos. Outubro de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.10.4.12, não paginado.



exemplos a quadrilha das “Chossas”, que, em 1848, actuava no distrito de Viana do Castelo,<sup>697</sup> sendo Aboim das Choças uma das freguesias do concelho de Arcos de Valdevez, e a quadrilha de “S. Mamede”, freguesia do concelho de Valença, cujo líder foi preso em 1841.<sup>698</sup>

Estas organizações, constituídas quase exclusivamente por elementos do sexo masculino, podiam contar nas suas fileiras com mais de 60 homens, mas, em geral, eram poucas as que ultrapassavam os 20 membros.<sup>699</sup> Muitos destes homens estavam ligados por laços de sangue, havendo pais e filhos, primos e irmãos que integravam a mesma quadrilha, o que levava as autoridades a advogar a existência de uma espécie de “herança genética” que justificaria a propensão de certos indivíduos para o crime.<sup>700</sup>

O caso mais conhecido de criminosos unidos por laços de parentesco é o da quadrilha liderada pelo padre Manuel Gonçalves, da qual faziam parte os seus irmãos Gabriel e António Gonçalves, naturais de Forjães, concelho de Esposende, distrito de Braga, conhecida pelos crimes que realizavam naquele município e no de Barcelos. Gabriel e António Gonçalves foram presos em 1848, na freguesia de Vila de Punhe, concelho de Viana do Castelo, pelo regedor desta freguesia, precisamente quando se preparavam para o assassinar, por causa das diligências que estava a empreender na perseguição aos criminosos.<sup>701</sup>

---

<sup>697</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino de Janeiro de 1848 a Junho de 1849*, n.º 1.9.4-17, não paginado.

<sup>698</sup> ANTT, Ministério do Reino, *Registo da Correspondência expedida relativa à segurança pública das províncias do Norte*, Livro 4, n.º 1665, fl. 97.

<sup>699</sup> AHGCVC, *Registo dos officios para o Ministério de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12, não paginado; *Correspondência do Ministério do Reino - 1 Julho de 1844 a 31 de Dezembro de 1845*, n.º 1.9.4.15, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino de Maio de 1843 a Junho de 1844*, n.º 1.9.4-14, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino - 1851*, n.º 1.9.4-19, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Janeiro de 1852 a Fevereiro de 1853*, n.º 1.9.4.20, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Março 1853 - Janeiro 1854*, n.º 1.9.4.23, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Fevereiro de 1854*, 1.9.4.22, não paginado.

<sup>700</sup> Em Fevereiro de 1836 foram detidos a mãe e o irmão do salteador Barreto, dado que toda a família fazia do roubo o seu principal modo de vida e meio de garantir a subsistência. AHGCVC, *Registo dos officios para o Ministério do Reino - Setembro de 1835 a Julho de 1836*, n.º 1.9.4.10, não paginado.

<sup>701</sup> AHGCVC, *Papéis relativos à quadrilha do Presbítero Manoel Gonçalves, 1.ª Repartição*, 1.17.5.6-17, não paginado.

Quanto à situação sócio-profissional dos membros das quadrilhas, para além da presença de dissidentes e ex-militares, de que já demos conta, dispomos de dados que nos permitem adiantar que alguns dos seus elementos estavam integrados na comunidade e exerciam uma profissão, mas, paralelamente, tornavam-se bandidos de ocasião. Assim, nestes bandos de criminosos descobrimos jornaleiros, lavradores, homens dos mesteres e ofícios, guardas do contrato do tabaco, sabão e pólvora, alfaiates, párocos e egressos. Dos 18 indivíduos que encontrámos acusados de assaltos, no concelho de Arcos de Valdevez, entre 1824 e 1836, 14 eram lavradores e dois eram soldados.<sup>702</sup> Já nos séculos anteriores, os militares eram temidos pela população civil, devido aos seus comportamentos, por vezes arrogantes e violentos, envolvendo-se frequentemente em desacatos nos locais onde se encontravam alojados, agredindo os donos e violando as mulheres da casa.<sup>703</sup>

A presença dos guardas do contrato do tabaco, sabão e pólvora em bandos de ladrões levanta algumas reservas, dado termos conhecimento de que, em alguns casos, os bandidos usavam este disfarce para, a pretexto da realização de acções inspectivas, poderem deambular pelas localidades e, inclusive, entrar nas residências particulares. Todavia, em 1838, considerava-se que muitos guardas do contrato do tabaco e sabão integravam as quadrilhas de salteadores que infestavam o reino, servindo-se da sua ocupação para mais facilmente levarem a cabo os seus intentos.<sup>704</sup>

No dia 10 de Janeiro de 1850, foram vistos passar na freguesia de Riba de Ancora, vindos de Ponte de Lima ou Viana do Castelo, em direcção à freguesia de Venade e Azevedo, no concelho de Caminha, oito homens armados, vestidos como guardas do contrato do tabaco, sabão e pólvora, acompanhados por duas mulheres. Nessa noite, uma casa da freguesia de Venade foi assaltada por homens que trajavam da mesma forma, o que levou as autoridades a acreditarem que se tratava efectivamente de guardas do contrato do tabaco, sabão e pólvora. Desconhecemos,

---

<sup>702</sup> AHGCVC, *Relação dos indivíduos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão e não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas - Arcos de Valdevez*, n.º 1.13.5.11-7, não paginado.

<sup>703</sup> A propósito deste assunto deve consultar-se Bebiano, Rui, *A Pena de Marte. Escrita da guerra em Portugal e na Europa (sécs. XVI-XVIII)*, Lisboa, Minerva História, 2000, pp. 447-450.

<sup>704</sup> AHGCVC, *Correspondência com os administradores dos concelhos. Janeiro de 1838 a Junho de 1839*, n.º 1.7.2.1, não paginado. Um ano antes, no concelho de Caminha, numa noite de Novembro, a casa de Luísa Alves, mulher viúva, tinha sido assaltada por uma quadrilha de salteadores, que se intitularam guardas do sabão e alegaram querer examinar a sua casa para verificar se existia algum contrabando deste produto. AHGCVC, *Registo dos ofícios para o Ministério do Reino*, n.º 1.9.4.11, não paginado.

no entanto, se se tratou, ou não, de um disfarce utilizado pelos autores do assalto para facilitar a sua movimentação.<sup>705</sup>

Algumas quadrilhas eram formadas unicamente por desertores e por indivíduos já condenados por outros crimes. Era o caso da quadrilha composta por 20 a 30 indivíduos, maioritariamente identificados como ladrões e desertores, que se acoitava nos montes confinantes com os concelhos de Ponte de Lima, Ponte da Barca, Pico de Regalados, Penela e Aboim da Nóbrega.<sup>706</sup>

A presença de elementos do sexo feminino nas quadrilhas, apesar de diminuta em termos numéricos, não era rara. As mulheres, para além do seu papel sexual, dado que nas fontes eram maioritariamente identificadas como as “amazias” dos bandidos, estavam ligadas aos bandoleiros por laços de parentesco ou por razões sentimentais, mas aparecem também como cúmplices nas acções criminosas.<sup>707</sup> Ajudavam a transportar o produto dos assaltos, faziam serviços de espionagem e estabeleciam a ponte entre a quadrilha e a comunidade.<sup>708</sup> Em 1836, nas cadeias de Valença, estava presa uma galega apelidada de “Lomba”, devido não só à sua “escandalosa conduta”, mas também por ser “sócia e companheira de ladrões”. Era-lhe igualmente imputada a responsabilidade pela introdução de objectos na prisão militar de Valença, com o objectivo de facilitar a evasão dos reclusos que nela se encontravam.<sup>709</sup>

---

<sup>705</sup> AMAV, Administração do Concelho do Soajo. *Correspondência recebida do Governo Civil*, documento avulso, não paginado.

<sup>706</sup> AHGVC, *Confidencial Geral de Outubro de 1848 a Outubro de 1855*, n.º 1.9.3.29, não paginado.

<sup>707</sup> Confira-se Hobsbawn, Eric, *Bandidos...*, pp. 157-160.

<sup>708</sup> Tomás Mantecón Movellán dá conta da participação das mulheres em grupos de bandoleiros ao longo da história moderna e contemporânea, salientando o autor que algumas destas mulheres tiveram que masculinizar os seus comportamentos. Mantecón Movellán, Tomás, “Proscritos y Proscripciones: Una Historia em Perspectiva”, in Castillo, Santiago; Oliver, Pedro (coords.), *Figuras Del Desorden: Heterodoxos, proscritos e marginados*, Madrid, Siglo XXI, 2006, p. 231. Acerca de uma quadrilha capitaneada por uma mulher, que nos inícios do século XX actuava na Galiza, veja-se Vázquez Rodríguez, Xosé Manuel, “A Fentala, unha muller no final das gavillas”, in *Boletín do Museo Provincial de Lugo*, n.º 6, 1993-1994, pp. 52-60.

<sup>709</sup> AMV, Administração do concelho. *Correspondência para a Administração Geral, 1836-1839*, n.º 1.2.1.9, não paginado. Nesta vila, em 1843, foi apresentada ao administrador do concelho Juliana Galega, detida pelo regedor da freguesia de Arão, no concelho de Valença, pela sua conduta escandalosa associada à ladroagem, justificada pelas autoridades pela sua união a Manuel dos Milagres, vulgo o “Moucho”, preso por diversas vezes nas cadeias portuguesas e da Galiza. Tal comportamento ditou a sua expulsão do território português. AMV, *Registo da correspondência expedida para diversas autoridades, 1841-1845*, n.º 1.1.4.31, não paginado.

Em 1850, o governador civil de Viana do Castelo comunicou ao Ministério do Reino a captura de 30 salteadores, entre 15 de Dezembro de 1849 e dois de Janeiro de 1850, encontrando-se entre os detidos apenas uma mulher.<sup>710</sup> Por vezes, a captura das mulheres, apesar de não terem um papel de relevo na orgânica da quadrilha, era importante para a obtenção de informações sobre o seu *modus operandi* e, a partir daí, se gizar o seu desmantelamento. Na madrugada de 18 de Maio de 1840, foi presa Joana Rodrigues, por ser suspeita de conivência nos roubos praticados por João Luís Gonçalves, conhecido como “João Diogo”, chefe da quadrilha de “S. Mamede”.<sup>711</sup> Em Julho de 1841, a galega Maria Vidal, natural da Galiza, foi espancada por Agostinho de Almeida, desertor e membro daquela quadrilha, por aquela ter revelado o sítio onde os salteadores se refugiavam.<sup>712</sup>

Como referimos, a maioria dos assaltos eram realizados ao cair da noite, embora, em alguns casos, os bandoleiros atacassem, em pleno dia, casas, igrejas, moinhos, bem como estafetas do correio e gentes que regressavam das feiras. Numa tarde de Inverno em 1837, o estafeta que transportava o correio do Porto para Viana do Castelo foi atacado por um grupo de salteadores armados de facas e espingardas.<sup>713</sup> Por vezes, para resguardarem a sua identidade, os ladrões usavam máscaras.

Nos seus ataques, estes bandos surgiam devidamente equipados, apetrechados com todo o tipo de armamento, o que bastava para intimidar as suas vítimas. Alguns salteadores guardavam autênticos arsenais nas suas casas. António Joaquim Guimarães, bandoleiro que integrava uma quadrilha que atacava as povoações fronteiriças, foi preso em Outubro de 1850. Tendo sido realizada uma vistoria à sua casa, foi descoberto um subterrâneo, onde estavam escondidas munições e diversas armas, nomeadamente pistolas, caçadeiras e bacamartes.<sup>714</sup> Em 1837,

---

<sup>710</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18, não paginado.

<sup>711</sup> AMV, *Registo da Correspondência expedida para diversas autoridades*, n.º 1.1.4.30, não paginado.

<sup>712</sup> AMV, *Registo da Correspondência expedida para diversas autoridades*, n.º 1.1.4.30, não paginado. Sete anos mais tarde, foi a vez de ser detida Joana Correia, cunhada e amante do salteador Pimenta. Esta mulher foi presa em Ponte de Lima e remetida para a cadeia desta localidade “pela parte que tomava nas suas empresas e conduções de objectos roubados.” AMPL, *Administração do Concelho. Copiador geral dos officios dirigidos por esta administração a diversas autoridades*, n.º 2.2.1.31, não paginado.

<sup>713</sup> AHGCVC, *Portarias e officios do Ministério do Reino*, n.º 1.13.3.5-2, não paginado.

<sup>714</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18, não paginado.

aquando da prisão do salteador Manuel Joaquim Rodrigues, companheiro de Tomás das Quingostas, foram encontrados na sua posse “hum bacamarte de boca de sino carregado de exorbitante carga, oito cartuxos de pólvora embalada, quatro chaves de diferentes tamanhos e molas, huma monteira ou forra galega.”<sup>715</sup>

Os assaltantes raramente eram apanhados em flagrante delito, destroçando facilmente qualquer tentativa de resistência aos seus ataques. Mesmo encontrando alguma oposição por parte das vítimas ou dos populares, ou ainda de regedores e cabos de polícia avisados dos seus ataques, só muito excepcionalmente viam gorados os seus propósitos. O máximo que poderia acontecer era não conseguirem concretizar os seus planos, como aconteceu em Novembro de 1843, na freguesia de Nogueira, concelho de Viana do Castelo, quando um grupo de salteadores tentou assaltar a casa de Domingos Rodrigues Soares, mas teve que fugir sem ter conseguido consumir o roubo por ter aparecido um grande número de pessoas da mesma freguesia.<sup>716</sup> Assim se explica que muitos destas investidas dessem origem a assassinatos e a ferimentos provocados por armas de fogo.

No que diz respeito aos alvos escolhidos pelos criminosos, consideramos que, com excepção de algumas emboscadas realizadas contra titulares de cargos públicos, não existiam quaisquer motivações de índole social ou política que ditassem as suas opções. Ou seja, assaltavam-se indivíduos e casas sobretudo pela sua riqueza, não existindo qualquer elemento que indicie que se tratava de actos justificados pela desigualdade social ou pelo sentimento de injustiça.

Os ataques a casas ou a povoações eram ditados não apenas pelas riquezas que albergavam, mas igualmente pela sua localização, sendo, por norma, seleccionadas as mais isoladas.<sup>717</sup> O *modus operandi* do ataque a habitações particulares era quase sempre o mesmo: alguns dos salteadores invadiam as casas, arrombavam portas e janelas, não hesitando em amarrar e brutalizar quem oferecesse resistência, e roubavam o que lhes apetecia; outros encarregavam-se de cercar a moradia, ficando responsáveis pela sua guarda e vigilância; um

---

<sup>715</sup> AHGCVC, *Portarias e ofícios do Ministério do Reino*, n.º 1.13.3.5-2, não paginado.

<sup>716</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do reino de Maio de 1843 a Junho de 1844*, n.º 1.9.4-14, não paginado.

<sup>717</sup> Em 1836, foi roubada a casa de João Bento, situada no lugar da Lombadinha, na freguesia de Gondoriz, concelho de Arcos de Valdevez. Porém, o objectivo dos ladrões era o de roubar todo o lugar, tirando partido do seu isolamento e da distância que o separava dos restantes lugares da referida freguesia. AGHCVC, *Registo dos ofícios para o Ministério do Reino – Setembro de 1835 a Outubro de 1836*, n.º 1.9.4.10, não paginado.

terceiro grupo tomava conta dos caminhos de acesso, de modo a impedir que alguém pudesse intrometer-se no assalto. Deste modo, vizinhos e autoridades apenas conseguiam socorrer as vítimas após a partida dos meliantes.<sup>718</sup> No entanto, em algumas circunstâncias, os membros da comunidade eram alertados para a possibilidade se serem atacados por alguma quadrilha e, nesse caso, tocava-se o sino a rebate, para que toda a freguesia se precavesse, permitindo que os seus habitantes se organizassem e impedissem a investida dos ladrões.

Alguns destes assaltos tinham desfechos dramáticos. Na noite de oito para nove de Junho de 1848, foi assaltada a casa de João Manuel Ribeiro, proprietário, morador na freguesia de Fontão, concelho de Ponte de Lima. Os salteadores praticaram violências de toda a ordem, tendo assassinado o dono da casa e espancado a mulher. João Manuel Ribeiro, segundo as testemunhas, tinha gritado por auxílio, mas os bandidos, exibindo armas de fogo, tinham tomado todos os caminhos. O terror causado nos vizinhos foi tal que estes não se atreveram a persegui-los.<sup>719</sup>

Numa noite, os ladrões podiam assaltar e roubar mais do que uma habitação. Em Janeiro de 1840, depois de anoitecer, uma quadrilha composta por 30 indivíduos armados, invadiu a freguesia de Soutelo, no concelho de Monção, dirigindo-se para um lugar da referida freguesia onde roubou quatro casas.<sup>720</sup>

Os assaltos a casas habitadas exclusivamente por mulheres eram frequentes. Estas eram alvos privilegiados, desde logo em resultado da pretensa fragilidade feminina, sendo um dado adquirido que seria mais fácil tomar estas habitações do que aquelas que contavam com a presença de elementos do sexo masculino. Nestes casos, os ladrões, ou eram indivíduos da freguesia, conhecedores das casas menos seguras, ou então faziam parte de quadrilhas que deambulavam por territórios mais ou menos extensos e que, para levarem a cabo os seus objectivos, seguiam os procedimentos habituais, ou seja, faziam a prospecção do terreno, vigiavam as movimentações da vizinhança e espiavam os residentes. Os assaltos a casas

---

<sup>718</sup> Na Galiza, o modo de actuação das quadrilhas, nos ataques a casas particulares, era muito semelhante. Veja-se Lopez Morán, Beatriz, *El bandoleirismo gallego...*, pp. 82-83.

<sup>719</sup> AMPL, Administração do Concelho. *Livro de Registo da Correspondência expedida para o Governo Civil*, n.º 2.2.2-12, não paginado.

<sup>720</sup> AHGCVC, *Registo dos ofícios para os administradores dos concelhos desde Agosto de 1839 em diante*, n.º 1.7.2.2, não paginado.

ocupadas unicamente por mulheres sucediam-se nos diferentes concelhos do distrito de Viana do Castelo.<sup>721</sup>

Devido à actuação destes malfeitores, certas estradas ficavam completamente intransitáveis durante períodos mais ou menos longos, impossibilitando a mobilidade de pessoas e mercadorias, o que provocava enormes prejuízos nas populações afectadas. Em 1840, o administrador do concelho de Caminha foi obrigado a solicitar ajuda ao seu homólogo de Vila Nova de Cerveira, no sentido de ser organizada uma emboscada para apanhar os salteadores, pertencentes à quadrilha de “S. Mamede”, que actuavam nas estradas do seu concelho. Os resultados dessa operação foram escassos, uma vez que, apesar da captura de dois bandidos, as malfeitorias dos restantes elementos persistiram. Aliás, estes não eram os únicos no terreno, pois havia diversos salteadores, organizados em pequenos bandos, que actuavam nos concelhos de Vila Nova de Cerveira e Caminha.<sup>722</sup> A estrada que ligava Lanhelas, concelho de Caminha, a Valença era das mais perigosas. Por isso, foi pedida a colaboração dos concelhos de Viana do Castelo e Valença para proteger os viandantes que circulavam por estas paragens.<sup>723</sup> Entretanto, ao concelho de Caminha, em particular à freguesia de Seixas, chegavam mais bandoleiros, como Manuel Afonso Batalha, considerado um dos maiores bandidos de todo o Minho, com reputação de ladrão, arrombador de cadeias e assassino.<sup>724</sup> Como se verifica, as autoridades não conseguiam pôr termo ao crime organizado. Mesmo quando conjugavam esforços, a capacidade de o anular era reduzida.

O administrador do concelho de Valença reconhecia que as vias de comunicação que ligavam o seu concelho ao de Caminha estavam seriamente condicionadas devido aos sucessivos ataques dos malfeitores. Na tentativa de pôr cobro à situação, aquela autoridade tinha ordenado

---

<sup>721</sup> Em Abril de 1839, foi roubada a casa de Maria Alvares, na freguesia de Calvelo, concelho de Ponte de Lima, tendo ainda sido vítima de esfaqueamento, ficando em perigo de vida. AMPL, Administração do Concelho. *Copiador geral dos officios dirigidos por esta administração a diversas autoridades*, n.º 2.1.5. CX8-10, não paginado. Em Junho de 1841, na freguesia de Longos Vales, concelho de Monção, foi saqueada a casa de Luísa Clara Fontes por uma quadrilha de salteadores, roubando várias peças de roupa e algum dinheiro. AHGCVC, *Registo dos officios dirigidos ao Ministério do Reino*, n.º 1.9.4-13, não paginado. Sete anos mais tarde, no mesmo concelho, mas na freguesia de Portela, foi assaltada a casa de Antónia Maria Fernandes, uma mulher viúva. AHGCVC, *Correspondência com os administradores dos concelhos. Janeiro de 1847 a Maio de 1848*, n.º 1.7.2.12, não paginado.

<sup>722</sup> AMV, *Registo da Correspondência expedida para diversas autoridades*, n.º 1.1.4.30, não paginado.

<sup>723</sup> AHGCVC, 1.ª repartição, *Polícia*, 1.17.5.4.5, não paginado.

<sup>724</sup> AHGCVC, 1.ª repartição, *Polícia*, 1.17.5.4.5, não paginado.

aos regedores e cabos de polícia que exercessem uma vigilância apertada sobre os viajantes e capturassem os que transitassem sem passaporte.<sup>725</sup> Na década de cinquenta do século XIX, também a ligação viária de Ponte de Lima a Braga foi afectada, por diversas vezes, pelas constantes investidas de ladrões, organizados em quadrilhas de sete a oito indivíduos.<sup>726</sup>

Em 1856, as estradas do distrito de Viana do Castelo, nomeadamente as dos concelhos de Valença e Paredes de Coura, voltaram a ser invadidas por salteadores. A situação agravou-se com a chegada do Inverno, devido aos sucessivos roubos e ataques a viajantes.<sup>727</sup> A autoria de tais actos era imputada a uma quadrilha, composta por ladrões e desertores, que se escondia nas imediações do Castelo da Furna, no concelho de Valença.<sup>728</sup> Na sequência das acções desenvolvidas com vista ao seu desmantelamento, foi descoberto o lugar de refúgio, localizado no interior de uma caverna, que, além de abrigo, funcionava como depósito de armamento e de produtos roubados.<sup>729</sup>

Muitos salteadores optavam por arquitectar os seus planos de roubos e assaltos nos dias em que as estradas se enchiam de transeuntes que se dirigiam a feiras e mercados. A certeza de que alguns transportavam dinheiro ou objectos de valor era incentivo bastante para desencadear o ataque. Por norma, os assaltantes, montados a cavalo, disparavam alguns tiros para o ar com o objectivo de intimidarem as suas vítimas, cercavam-nas, de modo a que estas não tentassem escapar, roubando depois tudo o que de valor fosse encontrado na sua posse. Em Janeiro de 1844, alguns contratadores de gado, que se deslocavam para a feira de São Gabriel, foram acometidos por um grupo de bandoleiros que lhes roubou todo o dinheiro que traziam consigo.<sup>730</sup> As autoridades apuraram que estes ladrões eram reincidentes neste tipo de investida e que

---

<sup>725</sup> AMV, *Registo da Correspondência expedida para diversas autoridades*, n.º 1.1.4.30, não paginado.

<sup>726</sup> AHGCVC, *Correspondência com os administradores dos concelhos. Janeiro de 1853 a Agosto de 1854*, n.º 1.7.2.17, não paginado.

<sup>727</sup> AHGCVC, *Portarias e ofícios do Ministério do Reino*, n.º 1.13.4.5-6, não paginado.

<sup>728</sup> AMV, Administração do Concelho. *Correspondência para o Administrador Geral*, 1856-1859 n.º 1.2.1.10, não paginado.

<sup>729</sup> AMV, Administração do Concelho. *Correspondência para o Administrador Geral*, 1856-1859, n.º 1.1.4.33, não paginado.

<sup>730</sup> AMPL, Administração do Concelho. *Copiador dos ofícios dirigidos à Administração Geral*, n.º 2.2.2.43, não paginado.



tinham sido os responsáveis por um outro assalto efectuado a um número considerável de pessoas que, em Dezembro de 1843, regressava da feira de Paredes de Coura.<sup>731</sup>

Os constantes assaltos perpetrados pelas quadrilhas afastavam as populações das estradas e dos caminhos que conduziam às feiras, pondo em risco a continuidade da sua realização, pois não estavam dispostas a arriscar os seus bens e a própria segurança, mas que, por outro lado, também ficavam sujeitas à ruína económica. Em 1844, temia-se que os ataques levados a cabo por uma quadrilha constituída por homens de Arcos de Valdevez, que actuava na freguesia da Labruja, concelho de Ponte de Lima, levassem ao encerramento da feira de Paredes de Coura. A solução encontrada para evitar tais ataques previa a colocação de piquetes de polícia em pontos considerados nevralgicos, onde eram mais frequentes as incursões dos criminosos.<sup>732</sup> Todavia, ainda nas décadas de cinquenta e sessenta, persistiam os assaltos a feirantes.<sup>733</sup>

Em 1864, no concelho de Monção, alguns populares e negociantes, que regressavam da feira, foram assaltados por um grupo de ladrões, naturais daquele concelho e do de Arcos de Valdevez. Nesse ano, os administradores dos concelhos de Monção e Arcos de Valdevez organizaram uma caça ao homem, que contou com a participação de populares e dos regedores de diferentes freguesias, mas da qual não resultou a detenção de qualquer bandido.

As consequências dos assaltos praticados por estes bandos de criminosos faziam-se sentir, não apenas no domínio da segurança pública e individual, mas também, e de uma forma até mais gravosa, na vida económica das populações, podendo mesmo atingir proporções calamitosas. Em 1843, o Ministério do Reino dava conta ao governador civil de Viana do Castelo da situação que se verificava na comarca de Monção, cujos habitantes viviam num receio permanente de perderem as suas vidas e os seus bens por causa “da temerária ousadia e

---

<sup>731</sup> AMPL, Administração do Concelho. *Copiador dos ofícios dirigidos à Administração Geral*, n.º 2.2.2.43, não paginado.

<sup>732</sup> AMPL, Administração do Concelho. *Copiador dos ofícios dirigidos à Administração Geral*, n.º 2.2.2.43, não paginado.

<sup>733</sup> Em 1851, algumas pessoas que vinham da feira de Arcos de Valdevez foram roubadas pelos salteadores, que dispararam tiros e feriram com uma bala João Bento Rodrigues. AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino - 1851*, n.º 1.9.4-19, não paginado. Anos mais tarde, em 1855, uma quadrilha que se acoitava na serra da Labruja e nos montes limítrofes, atacou várias pessoas no dia da feira de Paredes de Coura, na estrada que ligava esta localidade a Arcos de Valdevez. AMPL, Administração do Concelho. *Livro da Correspondência expedida para o Governador Civil*, n.º 2.2.1.15, não paginado.

escandalosa atrocidade com que os bandoleiros assaltam as estradas e as casas, roubando e matando, como ultimamente tem acontecido."<sup>734</sup>

Os ataques contra a propriedade, além das moradas particulares e das estradas, também visavam igrejas, armazéns, vendas e tabernas, espigueiros e moinhos. Aliás, eram frequentes os assaltos a espigueiros e a moinhos para roubar cereais e farinha.<sup>735</sup>

O auxílio prestado à evasão de criminosos detidos, designadamente de parceiros que tinham sido capturados, era outro dos delitos executados por grupos de malfeitores. Tratando-se de companheiros presos, as quadrilhas entravam em acção aquando do seu transporte para a cadeia ou da transferência para outros estabelecimentos prisionais. Em 1841, dois indivíduos tentaram libertar Manuel Morgado, salteador de igrejas, natural de Ponte da Barca, que estava confiado à guarda dos empregados do concelho de Ponte de Lima, tendo estes disparado sobre o fugitivo, que veio a falecer.<sup>736</sup> Porém, importa não perder de vista a conjuntura da época, marcada por abusos e excessos praticados pelas forças militares, o que nos leva a adiantar que as tentativas de fuga eram, algumas vezes, utilizadas para camuflar fuzilamentos sumários cometidos por tropas, sendo pouco crível que essas mortes não pudessem ser evitadas.<sup>737</sup>

Independentemente da qualidade da actuação dos representantes locais do poder administrativo, a escassez de recursos humanos devidamente habilitados parece ter sido, a partir da década de trinta do século XIX, um dos principais obstáculos à realização de acções eficazes contra as quadrilhas. Para a realização de batidas, emboscadas e demais acções, que pretendiam libertar as localidades da ameaça dos bandidos, era necessário recorrer à ajuda militar. Porém, a

---

<sup>734</sup> AHGCVC, *Portarias e ofícios do Ministério do Reino*, n.º 1.13.4.8-1, não paginado.

<sup>735</sup> Em Dezembro de 1841, na freguesia de São João da Ribeira, Ponte de Lima, foram roubados dois moinhos. De um deles, pertencente a José Maria Rodrigues, foram levados três alqueires de milho, e de outro, pertencente a um vigário da mesma freguesia, não só surripiaram 20 alqueires de milho, como ainda maltratam as mulheres que lá se encontravam. Nesse mesmo ano e na referida freguesia, na noite de 22 para 23 de Dezembro, uma quadrilha de ladrões tentou roubar o espigueiro de Manuel José de Oliveira, mas foram impedidos de concretizar os seus intentos, devido à intervenção da vizinhança, que acudiu ao pedido de socorro do dono. AHGCVC, *Registo dos ofícios dirigidos ao Ministério do Reino*, n.º 1.9.4-13, não paginado. AMPL, Administração do Concelho. *Copiador dos ofícios dirigidos à Administração Geral*, n.º 2.2.2.43, não paginado.

<sup>736</sup> AMPL, Administração do Concelho. *Copiador dos ofícios dirigidos à Administração Geral*, n.º 2.2.2.43, não paginado.

<sup>737</sup> Segundo a perspectiva apresentava por Célia Maria Taborda da Silva, os fuzilamentos de salteadores praticados por militares podem ser parcialmente justificados pelo mau funcionamento da justiça. Silva, Célia Maria Taborda da, *Movimentos sociais no Douro no período de implantação do Liberalismo (1834-1855)*..., p. 132.

intervenção de tropas acarretava efeitos contraproducentes, pelo descontentamento que despertava nas populações, devido aos gastos que a sua presença implicava.

A actuação das quadrilhas foi desigual entre as décadas de trinta e sessenta do século XIX, período que nos propomos a analisar, dada a escassez de informações relativas aos anos anteriores. As tabernas constituíam um importante ponto de paragem para viajantes, onde era possível conhecer as novidades e obter informações sobre as casas e os habitantes locais. Daí que alguns destes espaços estivessem associados à actividade bandoleira.<sup>738</sup>

Os anos mais complicados foram vividos a partir de 1835 até ao final da década. O ambiente de terror imposto pela acção de algumas quadrilhas era tal que, em algumas localidades, se vivia uma situação próxima da anarquia e da ingovernabilidade. Reconhecida a ineficácia das medidas até então adoptadas, reclamava-se a intervenção das autoridades militares e a colaboração das populações locais para o extermínio dos bandoleiros que deambulavam pelo Alto Minho.<sup>739</sup> O mesmo aconteceu em outras regiões do país como o Baixo Alentejo, Algarve e as Beiras.<sup>740</sup>

Nos finais de 1835, devido aos constantes ataques de salteadores e ao carácter político que a principal quadrilha que actuava o Alto Minho começava a assumir, desenhou-se um plano de ataque aos bosques onde os bandidos se escondiam, envolvendo os batalhões das guardas nacionais de Ponte de Lima, Ponte da Barca, Arcos de Valdevez e Monção e o destacamento de voluntários da Rainha. Todavia, tal operação foi sabotada pelas condições atmosféricas próprias da estação invernosa, que tornaram penosa a jornada dos participantes na emboscada. Mesmo assim, foram capturados cinco criminosos, vindo um deles a falecer em resultado dos ferimentos sofridos.<sup>741</sup> Resultado muito escasso, a mostrar que a acção das autoridades não era eficaz para combater o crime organizado.

Os salteadores não tinham qualquer pejo em atacar, em plena luz do dia, as povoações. Já não se limitavam às estradas, nem procuravam o resguardo da noite. Este atrevimento inquietava os responsáveis locais, pois poderia indiciar a existência de uma relação de

---

<sup>738</sup> Veja-se Mantecón Movellán, Tomás, "Proscritos e Proscripciones: Una Historia em Perspectiva"..., p. 241.

<sup>739</sup> AHGCVC, *Registo das circulares desde Outubro de 1835 a 4 de Outubro de 1837*, n.º 1.10.4-8, não paginado.

<sup>740</sup> Sobre os bandos e guerrilhas que após a vitória liberal de 1834 passaram a actuar nas Beiras, cometendo todo o tipo de crimes leia-se Ferrão, J. M. Dias, *João Brandão*, Lisboa, Livraria Moraes, 1931, pp. 71-114.

<sup>741</sup> AGHCVC, *Registo dos ofícios para o Ministério do Reino – Setembro de 1835 a Outubro de 1836*, n.º 1.9.4.10, não paginado.

cumplicidade com alguns membros das comunidades.<sup>742</sup> A portaria de 17 de Setembro de 1836 alertava para a urgência de pôr termo às depredações realizadas por grupos de salteadores nas províncias do reino, incumbindo as autoridades administrativas da perseguição e prisão dos bandoleiros.<sup>743</sup>

Em 1836, começou a constar que facciosos políticos e salteadores portugueses e espanhóis estavam a actuar em conjunto nos dois lados da fronteira, e que, sendo perseguidos num dos lados, encontravam refúgio no outro.<sup>744</sup> Estes acontecimentos eram mais notórios nos concelhos raianos, cuja população, mais avessa à mudança e à vitória liberal, continuava a dar sinais de apego ao passado miguelista. O apoio concedido pelas populações fronteiriças a bandidos e guerrilheiros não causava estranheza às autoridades administrativas, como se depreende das palavras do governador civil do distrito de Viana do Castelo, que, em 1850, declarou o seguinte:

“[...] não porque me pareça extraordinário o que alli se passa, porque em todos os países as povoações de fronteira são mais do que frequentadas por bandoleiros, pelas razões conhecidas que n’esses lugares protegem a sua vida aventureira, mas porque mesmo a especialidade desses pontos geográficos em relação a segurança pública, exige um cuidado particular da parte das autoridades em conter o mal que lhe é inherente nos seus limites necessários, pela acção enérgica da policia que cumpre dar o impulso compativel com os meios de que disponho.”<sup>745</sup>

O governador civil atribuía à insubordinação dos povos fronteiriços o apoio que estes concediam aos bandidos.<sup>746</sup> Eram conhecidas as reuniões de “inimigos da Pátria” portugueses e espanhóis e quadrilhas de salteadores nos concelhos de Melgaço e Castro Laboreiro.<sup>747</sup> Em Dezembro de 1836, o governador político da província de Ourense comunicava:

---

<sup>742</sup> AHGCVC, *Registo das circulares desde Outubro de 1835 a 4 de Outubro de 1837*, n.º 1.10.4-8, não paginado.

<sup>743</sup> *Collecção de Leis e outros documentos officiais publicados desde 10 de Setembro até 31 de Dezembro de 1836*, Sexta Série, Lisboa, Imprensa Nacional, 1837, p. 10.

<sup>744</sup> AHGCVC, *Registo das Circulares desde Outubro de 1835 a 4 de Outubro de 1837*, n.º 1.10.4-8, não paginado.

<sup>745</sup> AHGCVC, *Registo da Correspondência expedida aos diversos Ministérios – 4 de Julho de 1849 a 9 de Agosto de 1850*, n.º 1.9.4.18, não paginado.

<sup>746</sup> Sobre a presença de quadrilhas que, a partir da segunda metade do século XVIII, na fronteira da Extremadura espanhola com Portugal, se dedicavam ao contrabando leia-se Medina Garcia, Eusebio, “Orígenes, características y transformación del contrabando tradicional en la frontera de Extremadura con Portugal”, in Freire, Dulce; Rovisco, Eduarda; Fonseca, Inês (coords.), *Contrabando na Fronteira Luso Espanhola. Práticas, memórias e patrimónios...*, pp. 148-150.

<sup>747</sup> AHGCVC, *Registo das Circulares desde Outubro de 1835 a 4 de Outubro de 1837*, n.º 1.10.4-8, não paginado.

“[...] Seguem noticias que he recebido de alguns meus confidentes parece indudable que la major parte de los facciosos ladrones que han osado levantar en esse reino el grito de la revolucion que despues de haber sido batidas tan valorosa y heroicamente penetraram en esta Provincia, tienen su guarida en la Posada de la Rajada del pueblo de dadofreire y Portelhina del concejo de la villa de Castro Laboreiro. Se me há asegurado igualmente que el comerciante llamado Herdeiro estabelecido en dicho pueblo acobija y protege aquellos malvados, e que convendria hacerle pasar a resedir a outro punto.”<sup>748</sup>

As suspeitas começaram a ganhar fundamento quando as autoridades espanholas intensificaram as suas participações acerca de atentados cometidos por quadrilhas compostas por espanhóis e portugueses ou apenas por portugueses. Era o caso da quadrilha formada por 30 a 40 homens, todos portugueses, que, segundo as autoridades espanholas, tinha assaltado duas casas e um patacho do outro lado da fronteira, em três noites do mês de Setembro de 1836.<sup>749</sup>

Contudo, também se assistia à situação inversa, ou seja, quadrilhas espanholas, algumas de pendor político, vagueando pelos concelhos raianos portugueses. Em 1837, o administrador do concelho de Melgaço participou às autoridades militares a existência de um grupo de sediciosos espanhóis na freguesia de São Paio. Foi então organizada uma batida, mas o resultado não foi muito positivo, dado que apenas foram capturados dois ladrões, um dos quais foi morto pelas forças militares por alegadamente ter tentado fugir.<sup>750</sup> Em 1839, apareceram na freguesia de Cubalhão, concelho de Valadares, 15 a 16 guerrilhas e bandos de salteadores espanhóis, que, perseguidos, foram empurrados para o concelho de Castro Laboreiro.<sup>751</sup>

A partir da segunda metade do século XVIII, e de forma mais evidente na primeira metade do século XIX, assistimos ao aumento do número de imigrantes galegos em território nacional. Tal facto está relacionado com a prestação do serviço militar, mais precisamente com as alterações introduzidas pelas autoridades espanholas no sistema de alistamento, que passou a vigorar a partir de 1770, com vista a garantir uma base constante de recrutados e substituir as

---

<sup>748</sup> AHGCVC, *Correspondência recebida do governo civil de Vila Real*, n.º 1.12.4.12-2, não paginado.

<sup>749</sup> AHGCVC, *Registo dos officios para o Ministério do Reino – Setembro de 1835 a Julho de 1836*, n.º 1.9.4.10, não paginado.

<sup>750</sup> AHGCVC, *Portarias e officios do Ministério do Reino*, n.º 1.13.3.5-2, não paginado.

<sup>751</sup> AHGCVC, *Registo da correspondência para o Ministério do Reino de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12, não paginado.

levas descontínuas.<sup>752</sup> Assim, a maioria dos galegos que arribava ilegalmente ao Alto Minho tinha como primeiro objectivo fugir ao serviço militar. Os imigrantes clandestinos que não conseguiam arranjar ocupação em território português, como sucedia habitualmente com os jovens refractários que andavam “a monte”, confrontados com o espectro da miséria ou até da morte, acabavam, muitas vezes, por engrossar as fileiras de bandos de salteadores, que operavam nos dois lados da fronteira e encontravam no Alto Minho terreno fértil para as suas acções.<sup>753</sup> Era difícil impedir a passagem dos bandos armados, responsáveis por homicídios, furtos e roubos, assuadas e revoltas, quando a vigilância na fronteira não era a que se exigia.<sup>754</sup> As autoridades espanholas consideravam que, para evitar a livre circulação de quadrilhas, era necessário que a polícia barrasse a entrada e impedisse a movimentação, num e noutro reino, de qualquer indivíduo portador de passaporte suspeito ou que não possuísse tal documento.<sup>755</sup>

Um dos crimes considerados mais graves cometidos por estas quadrilhas na década de trinta, foi o rapto de um rico proprietário de Paredes de Coura, João Bento Pereira Dantas, no dia quatro de Fevereiro de 1839. Depois de saquearem a casa do sequestrado, a pretensão do bando, composto por mais de 18 indivíduos, era obter dinheiro através do pagamento de um resgate.<sup>756</sup> Após este rapto, outros se seguiram, sendo todos os sequestrados adeptos do constitucionalismo.

Convém salientar que, se a década de trinta foi prolixa em atentados perpetrados pelas quadrilhas, também foi um período marcado pela perseguição e prisão de muitos dos chefes ou

---

<sup>752</sup> Veja-se Rey Castelao, Ofelia, “Movimentos migratórios en Galicia, siglos XVI-XIX”, in Eiras Roel, António, Rey Castelao, Ofelia (coord.), *Migraciones internas y médium-distance en la Península Ibérica, 1500-1900, I Conferencia Internacional de Demografía Histórica*, vol. II, Santiago de Compostela, Consellería de Educación e Ordenación Universitaria, 1994, pp. 85-139.

<sup>753</sup> Um exemplo elucidativo desta situação é Gabriel Martins Rincon, desertor do exército de Aragão, que acabou detido na cadeia de Melgaço como salteador. AHGCVC, *Registo da Correspondência expedida aos diversos Ministérios – 4 de Julho de 1849 a 9 de Agosto de 1850*, n.º 1.9.4.18.

<sup>754</sup> Em 1850, uma quadrilha que actuava no Minho e na Galiza foi responsável por um homicídio em Gondomar, “partido de Tui”, sendo alguns dos seus membros capturados, mas outros atravessaram a fronteira e refugiaram-se em Portugal. AHGCVC, *Autoridades Espanholas e outras que têm relação com negócios de Espanha – 1850*, n.º 1.16.5.2-6, não paginado.

<sup>755</sup> AHGCVC, *Negócios de Espanha*, n.º 1.19.3.3-13, não paginado.

<sup>756</sup> AHGCVC, *Correspondência com as várias autoridades de Janeiro de 1838 a Junho de 1839*, n.º 1.8.3.2, não paginado. Sobre os pormenores e a importância deste rapto leia-se Ferreira, Maria de Fátima Sá e Melo, “Banditismo e política no Alto Minho (1834-1840)” ..., pp. 170-171.

elementos preponderantes destas organizações, como se pode verificar no quadro 6, referente à captura e ao assassinio de presos pelas autoridades, com a colaboração dos militares, no período compreendido entre 1834 e 1839.

**Quadro 6.** Salteadores detidos no distrito de Viana do Castelo (1834-1839)

Ano	Salteadores
Novembro de 1834	Prisão de Manuel Veloso
Novembro de 1834	Assassinato de Luís José Caldas
Dezembro de 1834	Prisão de Manuel José Rodrigues
Dezembro de 1834	Prisão de Manuel António Gonçalves
Novembro de 1835	Prisão de João de Castro
Novembro de 1835	Prisão de António Gomes
Dezembro de 1835	Prisão de Francisco Joaquim Gonçalves, o “Branco”
Dezembro de 1835	Prisão e morte de João Pila da Pocinha
Dezembro de 1835	Prisão de António Luís Coelho
Dezembro de 1835	Prisão de José Luís Fernandes Coelho
Dezembro de 1835	Prisão de Manuel José Cardoso
Dezembro de 1835	Prisão de José António Araújo, o “Mineiro”
Janeiro de 1836	Prisão de António Manuel Barreto
Fevereiro de 1836	Prisão de José Pinheiro Albardeiro
Fevereiro de 1836	Prisão do “Cascalheira”
Maio de 1836	Prisão de Manuel José Gomes
Junho de 1836	Prisão de José Joaquim Codeceira
Junho de 1836	Prisão de Francisco António Domingos
Junho de 1836	Prisão de Inácio José Gomes
Junho de 1836	Prisão de Manuel Luís da Costa
Julho de 1836	Prisão de António Alves Carreiras
Julho de 1836	Prisão do “Galhofas”
Julho de 1836	Prisão de Joaquim José de Sá
Abril de 1837	Prisão de Manuel Joaquim Rodrigues
Abril de 1837	Prisão de José Caetano
Maio de 1837	Assassinato de D. Jerónimo Manuel Pereira
Maio de 1837	Prisão de José Joaquim Afonso
Maio de 1837	Prisão de José Caetano de Barros
Junho de 1837	Prisão de António Joaquim Rodrigues
Janeiro de 1838	Prisão de quatro salteadores
Março de 1838	Assassinato de Francisco Soares Coxo

Fonte: ANTT, Ministério do Reino, *Ofícios Recebidos*, Maço 2104, não paginado; Ministério do Reino, *Registo da Correspondência expedida relativa à segurança pública das províncias do Norte*, Livro 1, n.º 1660, fl. 183 v.º; AHGCVC, Sub-Prefeitura de Monção, *Copiador para o Prefeito*, n.º 1.13.4.6-1, não paginado; *Copiador Geral da Correspondência com os provedores da comarca*, n.º 1.13.6-1, não paginado; *Registo dos ofícios para o Ministério do Reino – Setembro de 1835 a Outubro de 1836*, n.º 1.9.4.10, não paginado; *Registo das circulares desde Outubro de 1835 a 4 de Outubro de 1837*, n.º 1.10.4-8, não paginado; Correspondência recebida dos administradores dos concelhos, n.º 1.36.1.1-15, não paginado; *Registo dos ofícios para o Ministério do Reino*, n.º 1.9.4.11, não paginado. *Correspondência com os administradores dos concelhos. Janeiro de 1838 a Junho de 1839*, n.º 1.7.2.1, não paginado.

A década de quarenta do século XIX conheceu alguns períodos de intensa actividade das quadrilhas, contrastando com outros de relativa acalmia. A situação agudizou-se a partir de 1846, em resultado do cenário de instabilidade política que se instalou nesta região e que propiciou o surgimento de grupos armados.<sup>757</sup> A luta contra estes bandos, que atentavam fundamentalmente contra a propriedade, mas cujos efeitos se repercutiam no domínio da ordem e segurança pública, mantinha-se, embora se tivesse noção de que o pendor político, que caracterizara algumas destas quadrilhas na década de trinta, se tinha praticamente perdido, sendo apenas retomado em 1846, quando se reavivou a expectativa de uma possível restauração do miguelismo. Assim, o móbil subjacente à sua organização e às investidas era, na maior parte dos casos, de cariz eminentemente económico.<sup>758</sup>

O combate que as autoridades administrativas, militares e judiciais travaram contra os grupos de salteadores traduziu-se não apenas na perseguição e captura de vários criminosos, mas também na sua condenação. O quadro 7 refere-se aos bandoleiros condenados no concelho de Caminha, no ano de 1840, bem como às penas que lhes foram aplicadas.

---

<sup>757</sup> Sobre o caso particular de Arcos de Valdevez e Soajo, leia-se Caldas, Eugénio de Castro, *Terra de Valdevez e Montaria do Soajo, Memória monográfica do concelho de Arcos de Valdevez...*, pp. 168-170.

<sup>758</sup> Em 1845, várias casas e pessoas foram assaltadas na freguesia de Cabaços, concelho de Ponte de Lima. Contudo, os roubos praticados pela quadrilha em causa, composta por desertores e criminosos sentenciados, eram de pouca monta: fios de contas de ouro, saias e outras roupas de uso diário, broas de pão e um carneiro, que acabou por ser cozinhado no monte. Daqui, se depreende que estes homens roubavam por necessidade, dado que não podiam prover o seu sustento legalmente, em consequência dos crimes que tinham praticado. AMPL, Administração do Concelho. *Livro de registo expedida para o Governo Civil*, n.º 2.2.1-12, não paginado.



### Quadro 7. Salteadores condenados no concelho de Caminha em 1840

Nomes	Pena
António Ribeiro	Degredo perpétuo
António Machado Loureiro	Degredo por oito anos
José Ribeiro Lamela	Degredo perpétuo
João Gonçalves de Catarina	Degredo perpétuo
Manuel Alves Ferreira	Degredo perpétuo
Manuel José da Costa	Degredo perpétuo
Narciso José da Luz	Degredo por oito anos
António José leite	Livre em ratificação da pronúncia, mas tem que responder a outro crime em Viana do Castelo por deserção.
Francisco Xavier Peixoto	Livre em ratificação de pronúncia, mas tem que responder a outro crime em Viana do Castelo.
Manuel Luís Peixoto	Livre em ratificação de pronúncia, mas tem que responder a outro crime em Viana do Castelo.
Joaquim Cabaços	Livre em audiência.
António Laranjeira	Está detido para ser apresentado ao Juiz de direito substituto.

Fonte: AHGCVC, 1.ª repartição, *Polícia*, 1.17.5.4.5, não paginado.

Em 1843, o administrador do concelho de Ponte de Lima, que tinha conseguido prender diversos meliantes e recuperar os objectos que tinham sido roubados, foi louvado pelos serviços prestado no combate ao banditismo.<sup>759</sup> No mesmo ano, no concelho do Soajo, foram capturados vários criminosos, o que corrobora a perspectiva de que os primeiros anos da década de quarenta foram de intensa perseguição às quadrilhas, tendo em vista o seu desmantelamento.<sup>760</sup>

Todavia, em 1844, voltaram a registar-se assaltos e roubos protagonizados por grupos de criminosos organizados. Caminha, Monção, Vila Nova de Cerveira, Valença, Melgaço, Valadares e Castro Laboreiro foram os concelhos mais afectados. Reaparecem, então, as acusações de inoperância, laxismo e negligência, dirigidas pelo governo civil de Viana do Castelo aos seus subordinados. Em Abril de 1844, perante os sucessivos roubos praticados por uma quadrilha operante no concelho de Valença, o governador civil lançou duras críticas ao administrador daquela circunscrição administrativa.<sup>761</sup> Os representantes do poder administrativo deviam fazer uso de todos os meios ao seu alcance e dentro das suas prerrogativas, para garantirem a

<sup>759</sup> AHGCVC, *Portarias e ofícios do Ministério do Reino*, n.º 1.13.4.8-1, não paginado.

<sup>760</sup> AHGCVC, *Correspondência com os administradores dos concelhos. Agosto de 1843 a Março de 1844*, n.º 1.7.2.7, não paginado.

<sup>761</sup> AHGCVC, *Correspondência com os administradores dos concelhos. Abril a Junho de 1844*, n.º 1.7.2.7, não paginado.

manutenção da ordem e segurança pública, e, por conseguinte, pôr termo à acção dos criminosos, requisitando, se necessário, força militar de apoio.

Do outro lado da fronteira, a Galiza solicitava auxílio a Portugal, nomeadamente às autoridades alto minhotas, na extradição de salteadores espanhóis, no caso de estes passarem a raia. No entanto, havia alguns entraves à perseguição destes bandidos, uma vez que os representantes do poder local português não podiam permitir a entrada de contingentes militares sem autorização governativa.<sup>762</sup> O certo é que, em 1845, no concelho de Melgaço, actuava um grupo constituído por sete salteadores de nacionalidade portuguesa e espanhola, que se dedicava a furtos, roubos e arrombamentos.<sup>763</sup>

A inexistência de uma acção concertada entre as autoridades portuguesas e espanholas permitia que as quadrilhas perseguidas pelas forças espanholas entrassem em Portugal sem qualquer resistência, onde encontravam pontos de abrigo. Em 1847, o governo civil aludia ao facto de essas quadrilhas atravessarem frequentemente o Minho e alcançarem o território português, reforçando, por isso, a necessidade de vigilância dos locais mais acessíveis para se refugiarem.<sup>764</sup> Com o objectivo de impedir a sua circulação pelos dois lados da fronteira, as autoridades portuguesas decidiram proibir a utilização de barcas não habilitadas para o transporte de passageiros de um lado para outro do Minho e ordenaram que fossem detidos todos os desertores espanhóis e internados os indivíduos dessa nacionalidade cujo modo de vida não fosse conhecido.

Em 1846, tinha-se iniciado a segunda guerra carlista, que se prolongou até 1849. Eram vários os carlistas, oriundos sobretudo da província da Galiza, que, durante o reinado de Isabel II, se refugiaram em Portugal, onde conspiravam, instigando à revolta, colaborando com chefes de quadrilhas e apoiando a guerrilha. Em 1847, as autoridades portuguesas tinham conhecimento de que muitos insurrectos do reino vizinho residiam em Portugal, nas terras próximas ao rio Minho, integrando as quadrilhas que, ao tempo, assolavam os dois reinos. Considerou-se, por isso, imperioso capturar todos os espanhóis não naturalizados ou que não estivessem munidos dos documentos legais que autorizassem a sua permanência. Os exilados políticos, por sua vez, não sendo acusados de outros crimes, deviam ficar internados a 10 léguas de distância da fronteira.<sup>765</sup>

---

<sup>762</sup> AHGCVC, *Administradores*, n.º 1.30.1.2-6, não paginado.

<sup>763</sup> AHGCVC, *Administradores*, n.º 1.30.1.2-7, não paginado.

<sup>764</sup> AHGCVC, *Circulares a várias autoridades – Janeiro a Setembro de 1847*, n.º 1.10.4-11, não paginado.

<sup>765</sup> AHGCVC, *Circulares a várias autoridades – Janeiro a Setembro de 1847*, n.º 1.10.4-11, não paginado.

No ano seguinte, constava que, em várias povoações próximas da raia, residiam muitos galegos insurrectos que conspiravam e organizavam rebeliões que deviam ter lugar na Galiza. Apesar de não ser permitida a instalação de refugiados políticos espanhóis junto à raia, eram frequentes os encontros de carlistas e miguelistas, o gerava mal-estar nas populações e preocupação nas autoridades.<sup>766</sup> Em Dezembro de 1848, as autoridades portuguesas tomaram conhecimento da intenção de agentes miguelistas e carlistas entrarem em Portugal por Vila Nova de Cerveira, Monção ou Melgaço, com o objectivo de perturbar a ordem pública, tendo por isso sido ordenada uma vigilância mais apertada sobre os estrangeiros e a captura de todos aqueles que não se apresentassem munidos do respectivo passaporte.<sup>767</sup>

Particularmente grave foi a situação vivida em 1848. O clima de anarquia que se tinha instalado permitiu que criminosos fossem libertados, que presos conseguissem escapar das cadeias e que pelas fronteiras mal guardadas penetrassem facínoras espanhóis. Nesse ano, a acção das quadrilhas alastrou a todo o distrito de Viana do Castelo, a onda de violência intensificou-se e a ordem e segurança públicas foram postas em causa. Alguns concelhos, nomeadamente os de Ponte de Lima e Ponte da Barca, foram mais atingidos que outros, obrigando à presença militar, sobretudo a partir da chegada do Outono.

No quadro 8, estão explicitados os crimes cometidos pelos salteadores em 1848. Como se pode constatar, a sua actividade no concelho de Ponte de Lima traduziu-se em investidas de várias ordens, destacando-se, no entanto, os assaltos a casas e roubos de estrada.

---

<sup>766</sup> Foi essa circunstância que, em 1847, no concelho de Melgaço, levou à prisão de Tomás Francisco, um tráfuga natural da província de Ourense, que serviu com armas D. Miguel e D. Carlos, encontrando-se em Portugal desde 1842, onde servia como criado de António Caetano Araújo Azevedo. AHGCVC, *Negócios especiais com Espanha - 1847*, n.º 1.16.5.4-2, não paginado.

<sup>767</sup> AHGCVC, *Registo de circulares expedidas a diversas autoridades* – 13 de Janeiro de 1847 a 29 de Setembro de 1849, n.º 1.10.4-11, não paginado.

**Quadro 8.** Ataques de salteadores nos concelhos de Ponte de Lima e Ponte da Barca (1848)

Mês	Concelho	Acontecimento
Janeiro	Ponte de Lima	Um carreteiro foi acometido por salteadores na estrada de Braga junto à capela de Santo Amaro na freguesia de Fornelos, a quem roubaram um carro de bacalhau que transportava.
Fevereiro	Ponte de Lima	Assalto à casa de José Alves Cabeças, da freguesia da Facha.
Fevereiro	Ponte da Barca	Espancamento praticado pelo salteador "o Imaginário", sobre alguns indivíduos de S. Martinho de Castro.
Fevereiro	Ponte da Barca	Espancamento praticado pelo salteador "o Imaginário" e outros indivíduos, sobre Luís Galinha, depois de estes terem promovido a fuga de um recruta. No mesmo dia foi espancado pelo salteador o filho do guarda da Alfandega.
Abril	Ponte de Lima	Roubo praticado por uma quadrilha de salteadores, na freguesia de Calheiros. Roubaram dinheiro, pratas e roupas, ferindo um irmão do roubado que gritou por socorro.
Maio	Ponte da Barca	Recolhia-se o administrador do concelho de Ponte da Barca, acompanhado de dois indivíduos, quando surgiu o salteador, "o Imaginário", que o feriu com duas balas e fugiu.
Junho	Ponte de Lima	Uma quadrilha de salteadores assaltou pelo meio da noite a casa de João Manuel Ribeiro, proprietário da freguesia de Fontão. Entraram na moradia por uma janela, que arrombaram e espancaram a mulher e o dono da casa, acabando por os matar.
Setembro	Ponte de Lima	Assalto cometido por bando de salteadores à casa de António Joaquim Fernandes, proprietário da freguesia de São Julião de Freixo.
Setembro	Ponte de Lima	Assalto à casa do vigário de Santa Maria de Rebordões.

Fonte: AMPL, Administração do Concelho. *Copiador geral dos ofícios dirigidos por esta administração a diversas autoridades*, n.º 2.2.1.31, não paginado; Administração do Concelho. *Livro de registo expedida para o Governo Civil*, n.º 2.2.1-12, não paginado; AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino de Janeiro de 1848 a Junho de 1849*, n.º 1.9.4-17, não paginado.

A dificuldade em impedir a actividade destes grupos, designadamente dos que actuavam em Ponte de Lima, resultava, em parte, do facto de os bandidos agirem encapuzados, o que complicava a sua identificação, e de apenas se reunirem aquando da preparação e execução dos ataques, retomando, em seguida, as suas ocupações habituais. Por conseguinte, as autoridades teriam que alterar os seus processos para conseguirem capturar estes criminosos, recorrendo a outros, como a espionagem, a vigilância de movimentos e a denúncia.<sup>768</sup>

As zonas fronteiriças também não escaparam à acção dos bandoleiros, continuando os ataques de quadrilhas portuguesas em Espanha, bem como a presença de bandoleiros e guerrilheiros espanhóis em Portugal. Para a persistência e o agravamento do sentimento de insegurança pública e privada nos concelhos raianos terão contribuído vários factores, nomeadamente a falta de coordenação e a negligência das autoridades portuguesas e espanholas

<sup>768</sup> AHGCVC, *Confidencial Geral. Outubro de 1848 a Agosto de 1855*, n.º 1.9.3-29, não paginado.

no combate ao crime organizado. Em Agosto de 1848, um grupo de salteadores, na sua maioria portugueses, atacou um proprietário galego, numa localidade galega situada em frente a Vila Nova de Cerveira. Além de lhe roubarem dinheiro, armas e munições de guerra, sequestraram-no, tendo-o soltado em Portugal, após terem procedido à divisão do saque.<sup>769</sup> A sucessão de crimes protagonizados por ladrões nesta região fronteiriça levou à união de esforços militares dos dois reinos e à organização de uma operação que visava encurralar os meliantes. Efectivamente, os criminosos foram cercados, tendo sido capturados 11 portugueses e seis espanhóis suspeitos de participação em crimes de assalto e roubo.<sup>770</sup>

O panorama que, em 1848, se verificava no Alto Minho estendia-se a todo o país, o que levou a Secretaria de Estado dos Negócios do Reino a estabelecer um conjunto de resoluções para serem aplicadas pelos governadores civis e pelos seus subordinados. Entre essas decisões destacava-se a obrigação de os administradores serem auxiliados nas suas diligências pelos regedores e estes pelos cabos de polícia, ficando estes autorizados a usar em serviço armas brancas e de fogo. A portaria do Ministério do Reino, datada de 19 de Janeiro de 1848, determinava que os administradores dos concelhos delegariam nos regedores as competências para promoverem, nos termos da lei, todas e quaisquer diligências, no âmbito da segurança pública, com o objectivo de prenderem criminosos e forasteiros, com a obrigação de os apresentarem, logo após a sua captura, ao respectivo administrador. De acordo com o mesmo documento, cabia aos regedores e cabos de polícia zelar pela ordem e tranquilidade pública das respectivas freguesias, prestar todo o apoio que fosse solicitado pelas autoridades judiciais para a captura de indivíduos suspeitos, bem como garantir o policiamento nos dias de feira, arraial e reuniões populares. Foi ainda decidido que nas localidades rurais, competia ao regedor, logo que tivesse conhecimento da presença de alguma quadrilha na sua freguesia ou nas imediações, organizar patrulhas formadas por cabos de polícia para evitar o cometimento de assaltos, requerendo, se necessário, a colaboração dos regedores das povoações mais próximas, e informar o administrador do concelho sobre a situação.<sup>771</sup>

---

<sup>769</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino de Janeiro de 1848 a Junho de 1849*, n.º 1.9.4-17, não paginado.

<sup>770</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino de Janeiro de 1848 a Junho de 1849*, n.º 1.9.4-17, não paginado.

<sup>771</sup> Sobre estas determinações e outras não explicitadas consulte-se a portaria do Ministério do Reino de 19 de Janeiro de 1849 na *Collecção Official da legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva*, Anno de 1848..., pp. 4-6.

Na década seguinte, os bandos de criminosos prosseguiram com os atentados contra a propriedade pública e privada. Para a sua persistência contribuiu, decerto, a opulência de alguns e a miséria de muitos, o que servia para aguçar a cobiça dos mais pobres, lançando-os na pilhagem de bens que lhes eram inacessíveis devido à indigência em que estavam mergulhados. Por outro lado, a organização judicial era alvo de críticas, nomeadamente a instituição do júri, por ser considerado impreparado para o julgamento de crimes mais graves e permitir a soltura de alguns dos seus autores. Em 1836, quando decorria o julgamento de Manuel Joaquim Veloso, líder da quadrilha denominada “Cruzada de S. Gregório”, o administrador do concelho de Melgaço teve conhecimento de que os seus antigos apaniguados tinham subornado metade dos jurados. A situação foi resolvida atempadamente e o salteador foi condenado a degredo perpétuo.<sup>772</sup> Em 1851, o administrador do concelho de Valença afirmava que se os processos dos salteadores não fossem julgados pelo júri, certamente as forças policiais seriam mais activas e zelosas na captura dos bandidos e as testemunhas sentir-se-iam mais seguras para depor contra os criminosos. De certo modo, esta autoridade administrativa considerava que o processo de limpeza do distrito de salteadores e bandidos estava a ser inquinado pelo júri, que, ao garantir-lhes, na maioria das vezes, a impunidade, fazia com que a polícia receasse capturá-los e as testemunhas temessem apresentar depoimentos com medo de represálias.<sup>773</sup> Em 1844, o administrador do concelho de Ponte de Lima confessava a sua decepção ao governador civil, pois os esforços que tinha encetado para capturar os salteadores não resultaram, uma vez que os representantes da Justiça na sua comarca rapidamente os punham em liberdade. Acrescentava, em jeito de desabafo, que no seu concelho seria difícil combater os criminosos, enquanto, por um lado, o juiz de direito continuasse a absolvê-los e o “Visconde de Bertandos d’outro lado a protegê-los”.<sup>774</sup>

Para pôr cobro aos ataques das quadrilhas, que se sucediam de um e outro lado da fronteira, as autoridades portuguesas e espanholas organizaram uma batida militar, a realizar no início de Agosto de 1850. Tratava-se, portanto, de uma acção concertada, que tinha como objectivo a captura de desertores, refractários e assaltantes, bem como a destruição de barcos designados “ladrões”, que funcionavam como meio de transporte de salteadores e de produtos

---

<sup>772</sup> AHGCVC, *Negócios políticos no concelho de Melgaço – 1836*, n.º 1.18.5.12-11, não paginado.

<sup>773</sup> AMV, Administração do Concelho. *Correspondência para o Administrador Geral*, 1850-1852, n.º 1.1.4.7, não paginado.

<sup>774</sup> AMPL, Administração do Concelho. *Livro de registo expedida para o Governo Civil*, n.º 2.2.1-12, não paginado.

contrabandeados.<sup>775</sup> Do lado português, participavam na missão os concelhos de Caminha, Valença, Vila Nova de Cerveira, Melgaço, Monção e Valadares, através das respectivas administrações, contando com o apoio de forças militares, embora estas não pudessem transpor os limites da fronteira portuguesa. No decorrer da batida, foram destruídos barcos, vistoriadas tabernas, revistadas casas e inquiridos indivíduos suspeitos. No final da missão, o balanço da representação portuguesa traduziu-se na destruição de 28 barcos em Vila Nova de Cerveira, Valença, Monção, na apreensão de oito armas, na detenção de dois galegos e dois portugueses, suspeitos ou culpados de participação em bandos de salteadores, de nove recrutas refractários e de um desertor. Do lado espanhol, foram destruídos três barcos e detidos um recruta e um desertor portugueses.

Os resultados pouco satisfatórios obtidos pelas autoridades dos dois reinos foram justificados com o facto de, conforme os indícios recolhidos, os perseguidos terem sido previamente avisados da realização da batida. Por exemplo, no decorrer da busca na freguesia de Troviscoso, concelho de Monção, procurou-se, em vão, encontrar Pedro Rodrigues Pereira para o prender.<sup>776</sup> O administrador do concelho de Valadares reconheceu que os três únicos bandoleiros publicamente referenciados não foram capturados porque foram avisados por uma espia.<sup>777</sup> O certo é que, após a realização da batida, ao longo da década de cinquenta, roubos, assaltos e raptos persistiam nas zonas fronteiriças. As autoridades espanholas continuavam a queixar-se das incursões de bandoleiros portugueses e espanhóis na Galiza, que se acoitavam em Portugal, sobretudo em Melgaço, resultando infrutíferas as tentativas de os prender.<sup>778</sup>

---

<sup>775</sup> AHGVC, *Confidencial Geral de Outubro de 1848 a Outubro de 1855*, n.º 1.9.3.29, não paginado.

<sup>776</sup> AHGCVC, 1.ª Repartição, *Polícia*, 1.18.5.2-8, não paginado.

<sup>777</sup> AHGCVC, 1.ª Repartição, *Polícia*, 1.18.5.2-8, não paginado.

<sup>778</sup> AHGCVC, *Correspondência com os administradores dos concelhos*, n.º 1.7.2.16, não paginado.





O dismantelamento de algumas quadrilhas ou a prisão dos respectivos cabecilhas, não impedia o aparecimento de novos líderes ou a formação de outros bandos. Em 1851, começou-se a falar de uma nova quadrilha, capitaneada por um indivíduo alcunhado de “Beira Alta”, que contrabandeava e roubava em terras do Alto Minho, especialmente no concelho de Monção.<sup>779</sup> Esta quadrilha dedicava-se, sobretudo, ao contrabando de gado bovino, suspeitando-se que usufruía da protecção ou da conivência de alguns regedores e cabos de polícia.

Alcançada a estabilidade política no país, a manutenção destas organizações criminais assentava, essencialmente, em motivações de índole económica, designadamente o desejo de obtenção de lucros através de negócios ilegais, como o contrabando e a falsificação de moeda, ou a necessidade de escapar à miséria e garantir a subsistência, o que conduzia, sazonalmente, à reunião de indivíduos que roubavam e furtavam tudo o que pudessem aqambarcar.

No ano de 1855, tal como em 1848, a actividade das quadrilhas atingiu dimensões bem preocupantes no distrito. Tratando-se de um ano de crise agrícola e, consequentemente, de escassez e subida do preço dos cereais, podemos estabelecer a conexão entre a miséria e a formação de grupos de bandoleiros, e considerar a matriz do seu fundamento como essencialmente económica, remetendo para segundo plano outras razões que, de vez em quando, eram alegadas para explicar a existência destes bandos, designadamente o laxismo das autoridades locais na fiscalização da circulação de pessoas e do porte de armas. Este aumento de agressões parece ter começado dois anos antes. Em 1853, perante o surgimento de novos e violentos ataques de salteadores, muitos deles à luz do dia, foi recomendada a realização de rondas nocturnas e de acções de vigilância em hospedarias, tabernas e vendas, no sentido de dissuadir os criminosos.

A invocação do factor económico para justificar a maioria dos ataques levados a cabo pelas quadrilhas durante a primeira metade do século XIX, é legitimada pelos bens que roubavam, pois, além de dinheiro, peças de ouro e outros objectos de valor, também lhes interessavam roupas e géneros alimentícios.<sup>780</sup> À medida que a situação do país foi normalizando, foi diminuindo o número de ataques e de organizações criminosas. A década de sessenta do século XIX marcou a entrada num período de recessão deste fenómeno.

As fontes a que acedemos não nos permitiram conhecer as redes sociais em que estes ladrões estavam inseridos no seu quotidiano, pois desconhecemos os mecanismos utilizados para

---

<sup>779</sup> AHGCVC, *Circulares a várias autoridades – Janeiro a Setembro de 1847*, n.º 1.10.4-11, não paginado.

<sup>780</sup> Confira-se Lopez Morán, Beatriz, *El bandoleirismo gallego...*, p. 203.

colocar em circulação os bens roubados e a forma como conseguiam o seu sustento quando permaneciam largos períodos nas serras, bosques e montes. Todavia, não excluimos a hipótese de existência de redes de apoio, assentes em cumplicidades e contrapartidas.

### 3.1. Os chefes das quadrilhas

As quadrilhas que assolaram o Alto Minho entre 1835 e 1870 não tiveram todas a mesma duração e relevância. Algumas destacaram-se pela sua longevidade, pela agressividade dos seus ataques, pelo impacto das suas acções, pela admiração popular e pelo carisma dos seus chefes. Estes são alguns dos elementos que nos ajudam a perceber as disparidades, encontradas nas fontes, relativamente às quadrilhas e aos seus protagonistas. Se em alguns casos as referências são pontuais, indiciando que a actuação do grupo foi esporádica, noutros somos levados a concluir que se tratou de bandos mais duradouros e difíceis de neutralizar, certamente bem organizadas e que beneficiariam do apoio popular.

As autoridades, num discurso mais ou menos apologético, procuravam acentuar a malignidade, a rudeza e a propensão das quadrilhas para o crime violento, não se coibindo de lhes atribuir epítetos pejorativos, como “monstros” e “facinorosos”, entre outros. Os intervenientes na sua captura eram elevados à categoria de heróis regionais, como foi o caso de António Pereira de Sá Sotomaior, partidário do miguelismo, mas convertido à causa liberal, após o termo da guerra civil. Conhecido pela perseguição acérrima aos criminosos, este homem foi responsável pela captura de João Manuel do Paço, salteador espanhol, conhecido como “o Provisor”, após a sua fuga da cadeia de Valença em Agosto de 1858.<sup>781</sup>

A primeira figura que se propusemos destacar como chefe da quadrilha que maior impacto causou no Alto Minho foi a do já referido Tomás das Quingostas. A sua relevância

---

<sup>781</sup>AHGCVC, *Registo Geral, Agosto de 1848 a Novembro de 1859*, n.º 1.10.3.7, não paginado. António Pereira de Sá Sotomaior, miguelista convicto, tendo-se batido pelo príncipe proscrito no cerco do Porto, “converteu-se” ao liberalismo após a vitória desta força política. Aliás, as forças militares por ele organizadas foram as responsáveis pela captura do miguelista Pita Bezerra. Em 29 de Janeiro de 1831, integrou a câmara de Arcos de Valdevez, nomeada por D. Miguel, por alvará de 12 de Novembro de 1830, como vereador, e foi administrador do concelho de Arcos de Valdevez nos seguintes anos: 1837; 1846; 1850-1859; 1860-1862; 1866-1867. Leia-se Caldas, Eugénio de Castro, *Terra de Valdevez e Montaria do Soajo, Memória monográfica do concelho de Arcos de Valdevez...*, pp. 169-170. Veja-se igualmente Gomes, José Cândido, *As terras de Valdovês: memórias históricas e descritivas do concelho dos Arcos de Val de Vez*, vol. II, Arcos de Valdevez, Typographia Lusitana, 1899, p. 30.

prendia-se com as várias particularidades que o aproximam do “bandido social” traçado por Hobsbawn, e fizeram do seu bando não uma mera associação de malfeitores, mas antes um movimento de guerrilha anti-liberal, de pendor miguelista.<sup>782</sup> Rapidamente nos apercebemos de que a base de apoio de Quingostas e dos seus sequazes extravasava as classes populares, pois incluía personalidades tidas como miguelistas e figuras políticas ligadas ao regime liberal, que lhes davam cobertura e os avisavam das movimentações das autoridades. Esta aproximação da quadrilha ao poder político pode ser considerada como um dos factores que contribuiu para a sua longevidade. A existência desses apoios não era segredo e serviu de pretexto para o lançamento de suspeitas sobre alguns sectores do poder administrativo, judicial e militar. As acusações de conluio e cumplicidade não se limitaram aos extractos mais baixos da hierarquia administrativa e militar, mas atingiram membros de categorias mais elevadas das duas instâncias de poder.

Tomás das Quingostas, vulgo de Tomás Joaquim Codeço, nasceu na aldeia de S. Paio, concelho de Melgaço, tendo sido baptizado, em 15 de Agosto de 1808, com nome de Tomás de Aquina. Nasceu no seio de uma família relativamente abastada de agricultores, tendo frequentado a escola.<sup>783</sup> Esteve detido na cadeia da Relação do Porto até à entrada das tropas comandadas por D. Pedro naquela cidade, sendo conhecido já na década de vinte do século XIX como bandido e membro de um bando que atacava na região de Melgaço. Posteriormente, regressou à sua aldeia natal onde se dedicou ao crime. Em 1834, evadiu-se das cadeias de Lamego, instalando-se novamente no concelho de Melgaço, circulando entre este e o de Valadares, no qual permanecia a maior parte do tempo, alternando com temporadas na Galiza, onde se dedicava ao bandoleirismo, cometendo roubos, agressões e assassinatos.<sup>784</sup>

---

<sup>782</sup> Joaquim Rocha, autor que estudou a figura de Tomás das Quingostas, refere, no trabalho sobre esta bandoleiro, que em criança se dizia que Quingostas “roubava aos ricos, dava aos pobres”, sendo uma espécie de Robin dos Bosques da região. Confira-se Rocha, Joaquim, *Tomaz das Quingostas. 2.º Centenário do seu nascimento*, Melgaço, Câmara Municipal de Melgaço, 2008, pp. 102-103.

<sup>783</sup> Entre os trabalhos produzidos que incidiram sobre este personagem da história do Alto Minho, destacam-se Castro, Francisco Cyrne, “Notícias de Tomás das Quingostas”..., pp. 89-102; Ferreira, Maria de Fátima Sá e Melo, “Banditismo e política no Alto Minho (1834-1840)”..., pp. 125-176. Da mesma autora *Rebeldes e Insubmissos. Resistências populares ao Liberalismo (1834-1844)*..., pp. 161-197; Rocha, Joaquim, *Tomaz das Quingostas. 2.º Centenário do seu nascimento*, Melgaço, Câmara Municipal de Melgaço, 2008; Caldas, Eugénio de Castro, *Terra de Valdevez e Montaria do Soajo, Memória monográfica do concelho de Arcos de Valdevez*..., pp. 171-174.

<sup>784</sup> Castro, Francisco Cyrne, “Notícias de Tomás das Quingostas”..., p. 89.

As primeiras alusões a Tomás das Quingostas, que encontramos na documentação produzida pelas autoridades administrativas, datam de Novembro de 1834. Embora se trate de uma referência indirecta, o seu nome surgia associado ao de Luís José Caldas, de quem se dizia ser parceiro.<sup>785</sup> Luís José Caldas, conhecido guerrilheiro, estava na altura preso na cadeia de Valadares. Considerando-se que aquele estabelecimento prisional não reunia condições para albergar um preso de tão elevada perigosidade, determinou-se a sua transferência para Valença. Todavia, o detido foi fuzilado pela escolta militar que o acompanhava. A morte de Luís Castro Caldas não foi bem recebida pelas instâncias superiores, que tentaram atribuir ao provedor de Melgaço, responsável pela sua captura, a culpa pelo sucedido.<sup>786</sup> De facto, os constantes fuzilamentos praticados pelas escoltas militares estavam a contribuir para a descredibilização do regime recém-implantado, numa região que revelava fortes resistências ao liberalismo, parecendo haver uma intenção mais teórica do que prática de demarcação “entre o governo legítimo e o da usurpação”.<sup>787</sup> Por isso, era necessário acabar com as execuções sumárias de presos e com as represálias que os vencedores da guerra civil estavam a praticar sobre os vencidos.

Maria de Fátima de Sá e Melo Ferreira inclui Luís Castro Caldas entre os perseguidos, no concelho de Melgaço, no período compreendido entre Abril e Maio de 1834, por guerrearem contra a causa liberal. Outros dos procurados como chefes de guerrilhas eram Caetano da Ponte, o chamado “Vasconcelos”, Pitta Bezerra e, finalmente, Tomás das Quingostas.<sup>788</sup>

O ano de 1834 foi marcado pela detenção de salteadores e guerrilheiros, sobretudo no concelho de Melgaço, devido à acção enérgica encetada pelo provedor daquele concelho contra o banditismo. Assim, em Dezembro de 1834, foram presos mais dois salteadores de renome: Manuel José Rodrigues, alcunhado “o Forno”, e Manuel António Gonçalves, conhecido como sócio número um da extinta quadrilha liderada por Manuel Veloso e sócio número dois de Tomás das Quingostas.

Por esta altura, Quingostas vagueava com os seus seguidores pela Galiza, onde praticavam todo o tipo de depredações. Quando passava a Portugal, reunia-se com os seus apaniguados no lugar de São Gregório, em Melgaço, e em diversos locais do concelho de

---

<sup>785</sup> AHGCVC, *Copiador para o Prefeito*, n.º 1.13.6-1, não paginado.

<sup>786</sup> AHGCVC, *Copiador Geral da correspondência com os provedores da comarca*, n.º 1.7.1.1-4, não paginado.

<sup>787</sup> AHGCVC, *Copiador Geral da correspondência com os provedores da comarca*, n.º 1.7.1.1-4, não paginado.

<sup>788</sup> Confira-se Ferreira, Maria de Fátima Sá e Melo, “Banditismo e política no Alto Minho (1834-1840)” ..., p. 127.

Valadares, nomeadamente nas freguesias de Penso, São Martinho e Paderne.<sup>789</sup> Em 1834, ainda não estava claramente definida a veia política desta organização criminosa, sendo encarada como mais uma quadrilha de ladrões, na linha das que já existiam no sistema político anterior. Este raciocínio pode depreender-se das palavras do sub-prefeito de Monção ao tentar caracterizar a sua actividade na Galiza, afirmando que

“[...] Não he de estranhar que aquella quadrilha pratique semelhantes attentados na Galiza quando muitos dos seus capatazes estão no costume de hirem as villas ameaçar as authorities, quando sabem que elas querem proceder contra elles, o que acontecia frequentemente nesta comarca no tempo do Usurpador, e que já mesmo que depois de Aclamado o Legitimo Governo teve lugar.”<sup>790</sup>

Estas palavras são reveladoras de um equilíbrio político muito frágil nos concelhos raianos do distrito de Viana do Castelo, submetidos à pressão de criminosos, mas para o qual também contribuía uma conjuntura que permitia a sua insubmissão.

Em Janeiro de 1835, Quingostas regressou ao concelho de Melgaço e, em finais desse mês, levou a cabo um assalto contra comerciantes galegos.<sup>791</sup> Na mesma altura, surgiu nova polémica envolvendo, mais uma vez, o provedor de Melgaço, responsabilizado pelo fuzilamento de um preso durante a sua transferência para a cadeia de Valença. As acusações foram lançadas pelo corregedor de Barcelos, com base nas informações transmitidas pelo juiz de fora daquela localidade, que não mantinha boa relação com o provedor. Contudo, a sub-prefeitura de Monção saiu em defesa do provedor e da escolta que acompanhava o preso, considerando que este foi vítima da troca de tiros durante uma emboscada maquiada por Tomás das Quingostas.<sup>792</sup> Desde cedo, o juiz de fora de Melgaço tinha procurado alertar outros poderes para a perigosidade da quadrilha de Quingostas, aludindo, em Maio de 1835, a “quatro mortes e que nos três dias tem ferido com tiro três pessoas, dous dos quais em perigo de vida, e hum gravemente ferido.”<sup>793</sup> Para esta autoridade, a força que a quadrilha vinha adquirindo não se devia à inércia das autoridades militares, mas antes ao auxílio prestado pelas populações, o qual, no seu entender, era explicado pelo medo e pelo “espírito revoltoso”.<sup>794</sup>

---

<sup>789</sup> AHGCVC, *Copiador para o Prefeito*, n.º 1.13.6-1, não paginado.

<sup>790</sup> AHGCVC, *Copiador para o Prefeito*, n.º 1.13.6-1, não paginado.

<sup>791</sup> Confira-se Rocha, Joaquim, *Tomaz das Quingostas. 2.º Centenário do seu nascimento...*, p. 107.

<sup>792</sup> AHGCVC, *Copiador para o Prefeito*, n.º 1.13.6-1, não paginado.

<sup>793</sup> AHGCVC, *Copiador para o Prefeito*, n.º 1.13.6-1, não paginado.

<sup>794</sup> AHGCVC, *Copiador para o Prefeito*, n.º 1.13.6-1, não paginado.

As actividades criminosas do bando de Quingostas, que estava sediado na freguesia de S. Paio, concelho de Melgaço, prosseguiram com grande violência. Entretanto, as autoridades tomaram conhecimento de que esta quadrilha estava a aliciar as populações para a realização de ataques contra o governo e a organizar uma guerrilha, seguindo orientações providas de Espanha, o que significava a união com os guerrilheiros carlistas.<sup>795</sup> Tinham, igualmente, a noção de que o número de seguidores de Quingostas tinha aumentado através da inclusão de elementos espanhóis.<sup>796</sup>

Em Julho de 1835, um soldado do destacamento militar foi esfaqueado por Tomás das Quingostas.<sup>797</sup> Nessa data, a sua quadrilha era constituída por mais de 12 homens e movimentava-se entre os concelhos de Melgaço e Valadares, contando com a conivência das populações locais, às quais os bandidos solicitavam, através de carta, dinheiro e comida.<sup>798</sup> Entretanto, avolumavam-se os argumentos que procuravam alicerçar a força da “gavilha” na “frouxidão das autoridades locais, de Melgaço e Valadares e dos seus empregados.”<sup>799</sup> Comentava-se que a circulação de Quingostas e dos seus seguidores era facilitada pela protecção de que usufruíam por parte de algumas autoridades, nomeadamente do administrador do concelho de Valadares, tido como afecto ao miguelismo. Em Janeiro de 1836, o provedor do concelho de Melgaço recorreu à expressão “um Boi só não leva o carro” para reforçar a ideia de que, na região, era a única autoridade que se empenhava no combate às acções terroristas de Quingostas.<sup>800</sup> Aliás, o presidente da câmara municipal desta localidade era João de Sousa Azevedo Sotomaior, miguelista convicto, conhecido por dar asilo a salteadores, em particular ao “guerrilheiro Coutinho”, que residia habitualmente na sua casa, e João de Araújo, vereador daquela municipalidade, que fora capitão-mor, nomeado por D. Miguel. Aires da Rocha e Manuel José

---

<sup>795</sup> AHGCVC, *Copiador Geral da correspondência com os provedores da comarca*, n.º 1.7.1.6-4, não paginado.

<sup>796</sup> AHGCVC, *Copiador Geral da correspondência com os provedores da comarca*, n.º 1.7.1.6-4, não paginado.

<sup>797</sup> AHGCVC, *Copiador Geral da correspondência com os provedores da comarca*, n.º 1.7.1.6-4, não paginado.

<sup>798</sup> Eugénio de Castro Caldas cita excertos de um trabalho, não publicado, realizado por José Maria de Castro Caldas, em que este faz alusão à presença do bando do Quingostas na serra da Peneda e às referências populares sobre a obrigação das populações locais abastecerem os bandidos com alimentos e tabaco, deixados em locais previamente combinados. Estas práticas ficaram perpetuadas pela atribuição de certas designações, como Lapa do Tabaco, local onde as populações deixavam os víveres e demais mercadorias. Confirme-se Caldas, Eugénio de Castro, *Terra de Valdevez e Montaria do Soajo, Memória monográfica do concelho de Arcos de Valdevez...*, p. 171.

<sup>799</sup> AHGCVC, *Copiador para o Prefeito*, n.º 1.13.6-1, não paginado.

<sup>800</sup> AHGCVC, *Negócios políticos no concelho de Melgaço – 1836*, n.º 1.18.5.12-11, não paginado.

Barbeitas, que também faziam parte da referida câmara, tinham sido capitães das ordenanças, responsáveis pela perseguição aos liberais da região.<sup>801</sup>

No Verão de 1835, multiplicaram-se as investidas de Quingostas e da sua quadrilha e as várias tentativas para conseguir o seu desmantelamento revelavam-se infrutíferas, o que ditará uma mudança de estratégia. Em Outubro desse ano, lançou-se um novo plano, que previa a atribuição de um prémio pecuniário a quem o denunciasse e entregasse às autoridades.<sup>802</sup>

No mês seguinte, face ao pendor cada vez mais político assumido por esta organização, foi planejado um ataque, que envolveu alguns batalhões de guardas nacionais, do qual resultou a prisão de vários dos parceiros do guerrilheiro. Aliás, os poderes nacionais tomaram consciência da verdadeira importância desta guerrilha, quando, nesse mesmo mês, Quingostas sitiou a vila de Valadares, arrombou a cadeia e dela retirou José Luís Alves Azevedo, um preso político que tinha sido oficial do exército realista, mais propriamente ex-capitão das ordenanças da freguesia de São Miguel de Valadares.<sup>803</sup> Segundo testemunhas, praticou este acto “dando vivas ao usurpador e cantando o Hynno Absolutista”.<sup>804</sup> Neste ataque, Quingostas comandava cerca de 40 homens bem armados. As autoridades, nomeadamente as judiciais, mostravam-se atemorizadas com o aumento do número de rebeldes e com a aceitação que estes gozavam em algumas povoações.<sup>805</sup>

Apesar da realização de uma batida e da captura de alguns dos seus sequazes, nomeadamente do famigerado “Branco”, o certo é que Quingostas continuava a monte. O governador civil, consciente de que o insucesso das diversas tentativas para o capturar se devia ao apoio de que desfrutava, optou, mais uma vez, por uma nova estratégia, que assentava na responsabilização das populações. Assim, em Dezembro do mesmo ano, foram afixados editais em todos os concelhos da raia, ordenando que “logo que conste que o chefe dos salteadores, ou alguns de seus sócios he acoutado em qualquer casa, o chefe de família ficará desde logo responsável pelo individuo que agasalhou, e será entregue à authoridade judiciária para o julgar

---

<sup>801</sup> AHGCVC, *Registo do Ministério do Reino*, n.º 1.9.4.11, não paginado.

<sup>802</sup> AHGCVC, *Registo de circulares, desde Outubro de 1835 a Outubro de 1837*, n.º 1.10.4-8, não paginado. Em finais desse mesmo mês, foi preso um dos seus companheiros, João de Castro. ANTT, *Ministério do Reino, Ofícios*, Maço 2104, não paginado.

<sup>803</sup> ANTT, Ministério do Reino – *Correspondência expedida para o governo civil de Viana do Castelo*, Livro n.º 1576, fl. 9 v.º. Veja-se Ferreira, Maria de Fátima Sá e Melo, “Banditismo e política no Alto Minho (1834-1840)”..., p. 133. AHGCVC, *Registo de circulares, desde Outubro de 1835 a Outubro de 1837*, n.º 1.10.4-8, não paginado.

<sup>804</sup> AHGCVC, *Registo de circulares, desde Outubro de 1835 a Outubro de 1837*, n.º 1.10.4-8, não paginado.

<sup>805</sup> ANTT, *Ministério do Reino, Ofícios*, Maço 2104, não paginado.

conforme a lei.”<sup>806</sup> Havia agora a tentativa de responsabilizar como cúmplice quem contactasse com o grupo.

No dealbar de 1835, José Manuel Gonçalves, professor, que tinha sido encarregado pelo administrador do concelho de Melgaço de vigiar Quingostas, foi ferido por este em plena feira, na freguesia de Paderne, concelho de Valadares, numa clara demonstração de poder, sob o olhar de várias testemunhas, que nada fizeram para impedir tal atentado nem para socorrer o ferido. Se o carácter político do bando era já uma certeza, também o apoio dos povos das freguesias de Valadares e Melgaço se tinha tornado uma realidade.<sup>807</sup> Por medo ou concordância, as populações mantinham-se silenciosas e apoiavam o grupo de rebeldes e saqueadores. Na freguesia de S. Paio, à chegada de militares e de representantes do poder administrativo e judicial, os populares afastavam-se, usando sinais para avisar o bando, quando este ali se encontrava, da presença das autoridades.<sup>808</sup>

Em inícios de 1836, Quingostas foi visto a disparar contra soldados espanhóis que o impediram de utilizar um barco furtado no rio Minho.<sup>809</sup> Alguns dias depois, realizava novo atentado, tendo mais uma vez a freguesia de Paderne como palco. Desta vez, o alvo foi uma pequena escolta militar, destacada para manter a ordem numa festividade daquela localidade:

“[...] Tendo os officiais ido a uma romage que se fez no dia 16 do corrente na freguesia de Paderne do concelho de Valladares, divertirem-se, levarão consigo huma escolta do mesmo destacamento, e na occasião de sahir a porção, em alguma distancia de onde estava a dita escolta, appareo-lhe o Monstro Thomas com dous companheiros e atirando-lhe três tiros, começou a insultallos chamando-lhe negros e outros vários nomes.”<sup>810</sup>

Deste modo, Quingostas e os seus companheiros alardeavam um atrevimento cada vez maior, não se coibindo de provocar as autoridades judiciais, militares e administrativas, nem de se exibirem em reuniões das populações, como eram as festas.<sup>811</sup> Circulava com total liberdade pelas estradas que uniam o concelho de Melgaço ao de Valadares, sendo frequentador assíduo de uma

---

<sup>806</sup> AHGCVC, *Registo de circulares, desde Outubro de 1835 a Outubro de 1837*, n.º 1.10.4-8, não paginado.

<sup>807</sup> ANTT, *Ministério do Reino, Offícios*, Maço 2104, não paginado.

<sup>808</sup> ANTT, *Ministério do Reino, Offícios*, Maço 2104, não paginado.

<sup>809</sup> AHGCVC, *Negócios políticos no concelho de Melgaço – 1836*, n.º 1.18.5.12-11, não paginado.

<sup>810</sup> AHGCVC, *Negócios políticos no concelho de Melgaço – 1836*, n.º 1.18.5.12-11, não paginado.

<sup>811</sup> AHGCVC, *Registo de circulares, desde Outubro de 1835 a Outubro de 1837*, n.º 1.10.4-8, não paginado.



venda, na freguesia de Penso, pertencente àquele concelho.<sup>812</sup> Contudo, sofreu um revés, quando foi capturado João Pinheiro Albardeiro, seu amigo pessoal e membro da quadrilha que liderava.<sup>813</sup> Meses mais tarde, será a vez de Joaquim José de Sá, um desertor, natural do concelho de Paredes de Coura, também ser preso.<sup>814</sup>

Apesar destas contrariedades, Quingostas continuava a movimentar-se impunemente por algumas freguesias dos concelhos de Melgaço e Valadares, dando-se ao luxo de arrancar os editais com mensagens contra si, substituindo-os por outros, da sua lavra, nos quais apregoava não só a sua invencibilidade, como a sua luta contra as autoridades locais. Um deles apresentava o seguinte conteúdo:

“[...] Como as reais ordens são dadas por desavergonhados hé o motivo porque se rasgão e se fossem dadas pelo governo se aceitarão benignamente e portanto o que foi causa deste edital foi a de me roubar o quanto eu tinha em minha casa porque só em comedeiras se podem sustentar cai nas mesmas penas que me recolher também cai no mesmo tempo que este tirar, eu se bem o digo melhor o faço as minhas casas são debaixo das estrelas sou firme contra os meus inimigos.”<sup>815</sup>

Em Março de 1836, as autoridades espanholas davam conta da presença de Quingostas na Galiza.

“[...] Por la Peroja y Caldela estan invadiendo esta Provincia los facciosos segun las partes que acabo de recibir; es pues preciso que V. inmediatamente tome todas las medias convenientes para faborecer los pueblos atacados sem perder de vista esos puntos, y avisando a lo momento a las Authoridades Portuguesas para que se sirban tener pronta su tropa para auxiliarnos en caso necessário.”<sup>816</sup>

Era evidente a união de esforços da quadrilha miguelista e da guerrilha carlista, comandada por Lopez. Quingostas e os seus companheiros eram os responsáveis por um sistema de angariação de desertores portugueses para as fileiras daquela guerrilha. O apoio logístico

---

<sup>812</sup> AHGCVC, *Negócios políticos no concelho de Melgaço – 1836*, n.º 1.18.5.12-11, não paginado.

<sup>813</sup> ANTT, *Ministério do Reino, Ofícios*, Maço 2104, não paginado.

<sup>814</sup> ANTT, *Ministério do Reino, Ofícios*, Maço 2104, não paginado.

<sup>815</sup> ANTT, *Ministério do Reino, Ofícios*, Maço 2104, não paginado.

<sup>816</sup> AHGCVC, *Negócios políticos no concelho de Melgaço – 1836*, n.º 1.18.5.12-11, não paginado.

prestado à guerrilha carlista por parte do bando de Quingostas era evidente para as autoridades espanholas.<sup>817</sup>

Em Junho de 1836, quando a quadrilha de Tomás Quingostas era já rotulada de miguelista, foi preso José Joaquim Codeceira “saltador de reinos, ladrão de estrada, assassino, e sócio de Quadrilha e Miguelista”, um dos responsáveis pelo aliciamento de desertores portugueses para integrarem as forças inimigas de Isabel II, tendo ele próprio combatido ao lado dos guerrilheiros.<sup>818</sup> Esta ligação entre apaniguados das causas miguelista e carlista tornava imperiosa a destruição da quadrilha portuguesa e elevava a fasquia do seu grau de perigosidade.

A captura de elementos ligados ao bando de Quingostas resultava, em muitos casos, de acções de espionagem, executadas por homens a soldo das autoridades.<sup>819</sup> Todavia, a prisão desses criminosos não implicava, necessariamente a sua punição. Muitos acabavam inocentados e postos em liberdade, ou conseguiam evadir-se dos estabelecimentos prisionais e vingar-se dos responsáveis pela sua detenção. O administrador do concelho de Melgaço não se inibia de lançar suspeitas sobre a existência de protecção aos salteadores e aos miguelistas, por parte do poder judicial, e de apoio exterior nas evasões de criminosos. Em 11 de Junho de 1836, depois de ter sofrido várias ameaças e farto da chacota de que era alvo, vendo a sua autoridade ser desacreditada por indivíduos que viviam à margem da lei, apresentou o seu pedido de demissão ao governador civil, pois, segundo as suas palavras, “bibo bexado de ver a protecção que tem tais corifeus, e descaramento e ouzadia com eu elles se portão.”<sup>820</sup>

Quingostas escapou por pouco à prisão, num ataque de surpresa lançado pelas autoridades, após terem sido informadas da intenção do salteador se deslocar a uma romaria, tendo que passar pela freguesia de Gave, situada no concelho de Valadares. A quadrilha foi realmente surpreendida, mas o seu líder não foi apanhado.<sup>821</sup>

Em finais de 1836, eram conhecidos os encontros, que tinham lugar no concelho no Melgaço, entre salteadores e miguelistas, sob o comando de Quingostas, que se presumia terem

---

<sup>817</sup> Como se pode depreender desta afirmação: “com haver varias indagaciones contra los malebolos inimigos de las instituciones librés y de la justa cuaza de S. S. e tambien I. C. que clandestinamente prestan aisilios á las facciones de Galicia sigun fundadas noticias que há recebido el Ex.mo Sr. Capitan General de este exercito y Reyno.” AHGCVC, *Negócios políticos no concelho de Melgaço – 1836*, n.º 1.18.5.12-11, não paginado.

<sup>818</sup> AHGCVC, *Negócios políticos no concelho de Melgaço – 1836*, n.º 1.18.5.12-11, não paginado.

<sup>819</sup> AHGCVC, *Negócios políticos no concelho de Melgaço – 1836*, n.º 1.18.5.12-11, não paginado.

<sup>820</sup> AHGCVC, *Negócios políticos no concelho de Melgaço – 1836*, n.º 1.18.5.12-11, não paginado.

<sup>821</sup> AHGCVC, *Negócios políticos no concelho de Melgaço – 1836*, n.º 1.18.5.12-11, não paginado.

como objectivo desenvolver acções de desacreditação do governo liberal, a nível local, através de investidas contra as autoridades e contra a propriedade. Durante esse ano, tinham circulado pelos diferentes concelhos do distrito boatos sobre a realização de reuniões miguelistas e a existência de depósitos de armas.<sup>822</sup>

Em Outubro de 1836, realizou-se, naquele concelho, uma reunião que juntou 18 miguelistas, na sua maior parte oficiais amnistiados, oriundos da cidade de Braga, aos quais se juntaram, dias depois, mais 13 da mesma cidade. Segundo as guardas nacionais de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca, estes indivíduos incorporados na “gavilha” de Tomás Quingostas formaram um grupo de 45 homens, que, na noite de 21 para 22 de Outubro daquele ano, passou para a Galiza.<sup>823</sup> O objectivo final seria a realização de um levantamento pró-miguelista a partir de Melgaço, contando com a participação dos vários adeptos do miguelismo nesta região.<sup>824</sup>

Logo nos primórdios de 1837, Quingostas atacou a casa de uma viúva rica da freguesia de Merufe, concelho de Valadares. Seguido por mais de 20 homens, feriu com uma facada a dona da casa e, além de dinheiro e roupa, roubou-lhe papéis importantes com a intenção de a chantagear e, desse modo, obter mais dinheiro.<sup>825</sup> Aliás, o guerrilheiro recorria frequentemente a este estratagema para extorquir dinheiro.<sup>826</sup>

Em Março de 1837, uma força militar marchou em direcção aos concelhos de Monção, Melgaço e Valadares, com a missão não só de pôr termo aos roubos, mas também de perseguir e destruir a quadrilha de Quingostas.<sup>827</sup> Mas este conseguiu escapulir-se para Espanha com cinco dos seus companheiros. O objectivo das autoridades passou então a ser impedir o seu regresso a Portugal. No entanto, esta empresa não era fácil de executar, dada a extensão da raia, a facilidade em transpor o rio Minho e a falta de zelo e de empenho das autoridades administrativas.<sup>828</sup> O major José Figueiredo Frazão, comandante das forças destacadas para o Alto Minho para darem caça à quadrilha do Quingostas, denunciava precisamente esse desinteresse e as implicações daí

---

<sup>822</sup> AHGCVC, Segurança pública, *Circular dos Administradores do concelho de 9 de Julho de 1836*, 1.17.6.11-4, não paginado.

<sup>823</sup> AHGCVC, *Negócios políticos no concelho de Melgaço – 1836*, n.º 1.18.5.12-11, não paginado.

<sup>824</sup> AHGCVC, *Registo de circulares, desde Outubro de 1835 a Outubro de 1837*, n.º 1.10.4-8, não paginado.

<sup>825</sup> AHGCVC, *Registo do Ministério do Reino*, n.º 1.9.4.11, não paginado.

<sup>826</sup> AHGCVC, *Registo do Ministério do Reino*, n.º 1.9.4.11, não paginado.

<sup>827</sup> AHGCVC, *Registo de circulares, desde Outubro de 1835 a Outubro de 1837*, n.º 1.10.4-8, não paginado.

<sup>828</sup> AHGCVC, *Portarias e ofícios do Ministério do Reino*, n.º 1.13.4.5-2, não paginado.

advenientes. Estas acusações surgiram na sequência das picardias, que, desde 1834, impediam uma colaboração mais estreita entre o poder militar, judicial e administrativo, e davam azo ao aparecimento de suspeitas, intrigas e à troca de acusações entre os seus responsáveis.

A quadrilha de Tomás Quingostas acabou por entrar numa fase de franco declínio, o cerco apertou-se cada vez mais e vários dos seus companheiros foram presos ou fuzilados por militares ávidos de vingança.<sup>829</sup> Em Maio de 1837, foi detido mais um dos seus parceiros, Francisco Xavier Sisneiros, natural da cidade de Lisboa. Conhecido como o “Lisbonense”, era considerado um agente do miguelismo no Alto Minho, tendo sido detido em Riba de Mouro, concelho de Valadares.<sup>830</sup> Pouco depois, António Joaquim Rodrigues, conhecido como “Lourenço Correio”, foi capturado pelas forças do Major José de Figueiredo Frazão.<sup>831</sup> Na mesma altura, foi detectada a presença de Quingostas no concelho de Melgaço, acompanhado apenas por um desertor e três camponeses.<sup>832</sup> As autoridades planeavam a deportação da sua família, que residia no concelho de Melgaço, como forma de o punir. Pelo menos era essa a vontade do major Frazão, que considerava serem os membros da família os responsáveis pelo aviso da presença das tropas.<sup>833</sup> No entanto, o governador civil não anuiu a tal pretensão, por considerar que extravasava as suas competências.

Apesar de a quadrilha ser, essencialmente, uma organização masculina, o certo é em algumas ocasiões foram feitas referências à presença de elementos femininos, nomeadamente às duas irmãs que o acompanhavam e a duas mulheres, designadas pelas autoridades de “amigas” de Quingostas.<sup>834</sup>

A tarefa do Major Frazão estava a ser dificultada pela escassa cooperação das autoridades administrativas, particularmente dos regedores. Várias explicações podem ser avançadas no sentido de explicar esta atitude, nomeadamente a sua baixa instrução, o desconhecimento das suas obrigações e o receio de represálias por parte dos salteadores ou dos seus companheiros e

---

<sup>829</sup> AHGCVC, *Registo do Ministério do Reino*, n.º 1.9.4.11, não paginado.

<sup>830</sup> AHGCVC, *Correspondência recebida dos Administradores*, n.º 1.30.1.1-17, não paginado. Confira-se Ferreira, Maria de Fátima Sá e Melo, “*Rebeldes e Insubmissos. Resistências populares ao Liberalismo (1834-1844)*...”, p. 195.

<sup>831</sup> AHGCVC, *Registo dos ofícios para o Ministério do Reino*, n.º 1.9.4.11, não paginado.

<sup>832</sup> AHGCVC, *Correspondência recebida dos Administradores*, n.º 1.30.1.1-17, não paginado

<sup>833</sup> Castro, Francisco Cyrne, “Notícias de Tomás das Quingostas”..., p. 93.

<sup>834</sup> AHGCVC, *Negócios políticos no concelho de Melgaço – 1836*, n.º 1.18.5.12-11, não paginado.

familiares.<sup>835</sup> O certo é que esta sua postura tinha permitido que deambulasse livremente pelas feiras e festividades, cometessem delitos à luz do dia e circulassem pelas localidades, sem que fossem importunados.

A complacência das autoridades e das populações levou à presença de forças militares, desde Fevereiro de 1837, nos concelhos de Monção, Melgaço e Valadares, instaladas em casas de particulares, cujos proprietários não só os abrigavam, mas também os sustentavam. A situação arrastou-se pelo menos até Julho do mesmo ano.<sup>836</sup> Após a saída das tropas, Quingostas reapareceu em Melgaço.

Entretanto, Quingostas tinha conseguido um indulto junto das autoridades espanholas, com a condição de não sair da província de Ourense. Mas acabou por desrespeitar o compromisso assumido e entrou em Portugal, onde os seus crimes não tinham sido perdoados.<sup>837</sup> Em Agosto de 1837, ficou sob custódia, à ordem do chefe político da província de Ourense, cabendo a Portugal reclamar a sua extradição, tendo sido solicitada, para esse efeito, a intervenção do Ministério dos Negócios Estrangeiros.<sup>838</sup>

Contudo, os ventos pareciam soprar a favor de Tomás das Quingostas. Em 14 de Julho de 1837, iniciou-se a “revolta dos Marechais”, um pronunciamento militar anti-setembrista, de inspiração cartista, encabeçada pelos duques da Terceira e da Saldanha. Esta revolta iniciou-se em Ponte da Barca, com a sublevação dos militares que estavam envolvidos na caça a Quingostas e seus companheiros, tendo terminado oficialmente em Setembro de 1837, com a vitória das forças governamentais.<sup>839</sup>

Durante o período do pronunciamento militar, as atenções deixaram de estar centradas em Quingostas, e este, tirando partido da situação, conseguiu estabelecer contactos com o Visconde das Antas, que lhe atribuiu um salvo-conduto, em Dezembro do mesmo ano. Abandonada a clandestinidade, alguns dos seus seguidores saíram da clandestinidade, regressando às respectivas aldeias sem serem incomodados.

---

<sup>835</sup> AHGCVC, *Registo do Ministério do Reino*, n.º 1.9.4.11, não paginado.

<sup>836</sup> AHGCVC, *Portarias e ofícios do Ministério do Reino*, n.º 1.13.3.5-2, não paginado.

<sup>837</sup> AHGCVC, *Portarias e ofícios do Ministério do Reino*, n.º 1.13.4.5-2, não paginado.

<sup>838</sup> ANTT, Ministério do Reino - *Registo da correspondência expedida relativa à segurança pública das províncias do Norte*, Livro 1, n.º 1660, fl. 3 v.º.

<sup>839</sup> Sobre este assunto, leia-se Marques, Fernando Pereira, “Do vintismo ao cabralismo”, in Reis, António (dir.), *Portugal Contemporâneo...*, pp. 86-87. Bonifácio, Maria de Fátima, *D. Maria II*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2005, pp. 95-97.

Tomás Quingostas tornou-se comandante da guarda volante do Alto Minho, tendo como missão capturar soldados desertores que fugiam para a Galiza, bem como guerrilheiros galegos, adeptos do carlismo, e evitar roubos e furtos, cooperando na manutenção da ordem e da tranquilidade no Alto Minho.<sup>840</sup> No seu novo cargo, ia cumprindo, a preceito, as funções de que estava incumbido. Porém, em Agosto de 1838, assassinou o presidente da câmara do Soajo, João Manuel Domingues, e em Novembro do mesmo ano prendeu João Pires e o padre António José Alves, com a justificação de que davam guarida a guerrilheiros espanhóis. Apesar de não se terem confirmado essas suspeitas, a detenção foi efectuada com o pretexto de terem na sua posse pólvora e sabão contrabandeados.<sup>841</sup> Algumas das acções levadas pelo seu “exército”, bem como a sua ligação a guerrilhas espanholas ditaram o seu fim. Acusado de assassinato, Tomás das Quingostas foi morto em Janeiro de 1839 pela escolta que o transportava para a prisão, que alegou tentativa de fuga. Caía assim aquele que chegou a ser apelidado de “pequeno general do Alto Minho”, que foi assassino, salteador, guerrilheiro, comandante de tropas e herói popular.

As reacções à sua morte não se fizeram esperar. Além do já referido rapto do proprietário João Bento Pereira Dantas, uma quadrilha comandada pelo “Beira-Alta”, primo de Quingostas, miguelista, guerrilheiro e salteador, invadiu, em 1839, a casa de António José Afonso da Costa, na freguesia de Merufe, concelho de Monção, arrastou-o para fora da sua habitação e assassinou-o.<sup>842</sup>

Nenhum dos salteadores que sucederam a Quingostas conseguiu granjear a sua popularidade e o reconhecimento junto das populações, talvez porque se tratava de homens considerados autenticamente marginais, que recorriam à violência, ao assalto e ao furto apenas para satisfazerem os seus interesses pessoais, sem quaisquer motivações de natureza política. Deste modo, os nomes que adiante abordaremos não se destacaram pela simpatia e protecção de que beneficiaram junto das comunidades, mas antes pelo terror que espalharam e pela malignidade dos crimes que praticaram.

---

<sup>840</sup> AHGCVC, *Registo do Ministério do Reino*, n.º 1.9.4.11, não paginado. Em algumas regiões do país, nomeadamente nas Beiras, a instabilidade e o medo causado pela acção de grupos de guerrilha levou as autoridades locais a estabelecerem acórdãos com os salteadores, baseados na deposição das armas em troca da concessão de perdão. Estes acórdãos eram efectuados sem o conhecimento das instâncias governamentais. Confirme-se Silva, Célia Maria Taborda da, *Movimentos sociais no Douro no período de implantação do Liberalismo (1834-1855)*..., p. 167.

<sup>841</sup> AHGCVC, *Correspondência com os administradores dos concelhos, Janeiro de 1838 a Junho de 1839*, n.º 1.7.2.1, não paginado. Castro, Francisco Cyrne, “Notícias de Tomás das Quingostas”..., p. 100.

<sup>842</sup> Confirma-se Castro, Francisco Cyrne, “Notícias de Tomás das Quingostas”..., p. 102.

Um das figuras mais conhecidas foi o célebre salteador o “Imaginário”, alcunha de António José de Barros, natural da freguesia de Vale, concelho de Arcos de Valdevez. Viveu na cidade de Vigo, na Galiza, onde possuía uma venda, e chegou a ser detido por crimes praticados naquela província espanhola.<sup>843</sup> Em Fevereiro 1848, com a idade de 33 anos, quando já se encontrava em Portugal, foi acusado de espancar uns indivíduos numa aldeia de Ponte da Barca.<sup>844</sup> No mesmo mês, além de ter agredido outras pessoas, colaborou na fuga de um desertor que se encontrava sob custódia na casa do juiz ordinário Cosme de Brito Furtado de Mendonça.<sup>845</sup> Na mesma altura, esta autoridade judicial era acusada pelo governador civil de, juntamente com o administrador do concelho de Ponte da Barca, prestar auxílio e dar cobertura aos criminosos.<sup>846</sup>

A actuação da quadrilha liderada pelo “Imaginário” teve especial incidência nos concelhos de Ponte da Barca e Arcos de Valdevez, tendo também efectuado algumas incursões pelos concelhos de Soajo e Valadares.<sup>847</sup> Entre os vários atentados que cometeu, o de maior gravidade foi o homicídio do administrador do concelho de Ponte da Barca, Miguel de Azevedo Ataíde Sousa e Meneses, em 22 de Maio de 1848. Apesar da perseguição que lhe foi movida, o “Imaginário” conseguiu escapar, beneficiando do apoio que recebia de membros do poder administrativo no concelho do Soajo, nomeadamente do respectivo escrivão, e de um indivíduo de nome Luís Coelho, afamado ladrão, residente em Ponte da Barca, que lhe dava notícias de “sua amazia”.<sup>848</sup> O “Imaginário” acabou por ser detido em 1850, em Ponteareas, na Galiza, tendo as autoridades portuguesas requerido a sua extradição para cumprir a pena de degredo perpétuo em Bissau, a que fora condenado pelo assassinato do administrador do concelho de Ponte da Barca.<sup>849</sup> A entrega do preso aconteceu em 1852, no lugar de S. Gregório, concelho de Melgaço, tendo sido conduzido para a cadeia de Valença.<sup>850</sup>

---

<sup>843</sup> AHGVC, *Confidencial Geral de Outubro de 1848 a Outubro de 1855*, n.º 1.9.3.29, não paginado.

<sup>844</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino de Janeiro de 1848 a Junho de 1849*, n.º 1.9.4-17, não paginado.

<sup>845</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino de Janeiro de 1848 a Junho de 1849*, n.º 1.9.4-17, não paginado.

<sup>846</sup> AHGVC, *Confidencial Geral de Janeiro de 1847 a Outubro de 1848*, n.º 1.9.3.29, não paginado.

<sup>847</sup> AHGVC, *Confidencial Geral de Outubro de 1848 a Outubro de 1855*, n.º 1.9.3.29, não paginado.

<sup>848</sup> AHGVC, *Confidencial Geral de Outubro de 1848 a Outubro de 1855*, n.º 1.9.3.29, não paginado.

<sup>849</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18, não paginado.

<sup>850</sup> AMMço, *Administração do Concelho, Ofícios e circulares recebidas de diversas autoridades, 1852*, n.º 1.3.4.6-3, não paginado.

O ano de 1848 foi sobressaltado pela acção de um criminoso, cuja actuação incidiu igualmente sobre os concelhos da Beira Lima. Tratava-se de Manuel José Gomes, conhecido como “o Vergas”, natural da freguesia de Cabração, concelho de Ponte de Lima, onde se encontrava culpado pelo crime de salteador. Em Novembro de 1848, partiu para Lisboa, tendo conseguido obter passaporte em Caminha.<sup>851</sup>

Na década de cinquenta do século XIX, destacaram-se os nomes de José do Outeiro e Manuel Bento Pereira, conhecido como “o Veiga”. José do Outeiro era líder de uma quadrilha, à qual eram imputados vários roubos e assassinatos, e que, em 1853, se encontrava no concelho de Valadares, acusado do crime de homicídio.<sup>852</sup> Foi detido dois anos depois, no Soajo, próximo da fronteira da Galiza, por António Pereira de Sá Sotomaior, o já mencionado administrador do concelho dos Arcos de Valdevez, depois de anos de tentativas goradas de captura. No entanto, a quadrilha que este bandido comandava continuou operacional, pelo que foi transferido para a cadeia da sede do distrito, considerada mais segura, em vez de permanecer na de Arcos de Valdevez.<sup>853</sup>

Manuel Bento Loureiro era, em 1855, um conhecido assaltante, responsável por uma quadrilha a quem se atribuía uma série de crimes perpetrados no concelho de Ponte de Lima.<sup>854</sup> Detido em 1855, após a organização de um plano orquestrado pelas administrações dos concelhos de Ponte de Lima, Arcos de Valdevez e Ponte da Barca, conseguiu fugir da escolta que o transportava para a cadeia de Ponte de Lima. Contudo, em Dezembro do mesmo ano, foi recapturado e conduzido à cadeia daquela vila.<sup>855</sup>

Outros nomes se destacaram pelos actos de terror que protagonizaram, uns como participantes, outros como líderes de grupos de salteadores. Todavia, é impossível conhecer o impacto das suas actividades criminosas, dada a escassez de informação disponível a seu respeito. Entre os casos que cabem nesta categoria, excluindo, portanto, os já mencionados e que foram detidos na década de trinta do século XIX, destacamos os que estão presentes no quadro 9.

---

<sup>851</sup> AHGCVC, *Correspondência com várias autoridades de Agosto de 1847 a Outubro de 1849*, n.º 1.8.3.11, não paginado.

<sup>852</sup> AHGVC, *Confidencial Geral de Outubro de 1848 a Outubro de 1855*, n.º 1.9.3.29, não paginado.

<sup>853</sup> AHGCVC, *Correspondência com diversas autoridades, Junho de 1854 a Junho de 1855*, n.º 1.8.3.15, não paginado.

<sup>854</sup> AHGCVC, *Correspondência com o ministério do reino Março 1853 a Janeiro 1854*, n.º 1.9.4.23, não paginado.

<sup>855</sup> AHGCVC, *Correspondência com o ministério do reino Março 1853 a Janeiro 1854*, n.º 1.9.4.23, não paginado.



**Quadro 9.** Membros de quadrilhas presos ou assassinados, nas décadas de 40 e 50 do século

XIX, no distrito de Viana do Castelo

Data da prisão ou morte	Nome do salteador	Observações
1841	João Gonçalves, conhecido como “João Diogo”	Chefe da designada quadrilha de S. Mamede, concelho de Valença.
1841	João Cortes	Sócio de uma grande quadrilha, natural de Burgos, Espanha. Preso em Valença
1846	António Maria de Jesus	Salteador acusado de vários roubos na freguesia de Correlhã, concelho de Ponte de Lima, condenado a dois anos para Castro de Marim, evadiu-se.
1847	José de Mello, por alcunha o “Gonçala”	Salteador e assassino, actuava no concelho de Ponte de Lima, foi assassinado.
1848	João Vicente de Águalevada	Salteador, natural do concelho de Ponte de Lima.
1848	Francisco José da Costa Pimenta, conhecido salteador que actuava no concelho de Ponte de Lima	Morto em 1848.
1848	João Gonçalves Calheiros, conhecido como o “Troquete”	Membro da quadrilha do Pimenta.
1848	José Francisco	Membro da quadrilha do Pimenta.
1848	Manuel Luis Gonçalves, denominado o “Antiga”	Sócio da quadrilha do Pimenta.
1848	João Martins, conhecido como o “Corredoura de Santa Leocádia de Geraz do Lima”	Membro de quadrilha de ladrões.
1848	José Martins e António José Martins, conhecidos como os “ferreiros de São Romão da Uxa”	Temidos como espancadores em feiras e romarias e matadores por dinheiro.
1848	António Varêlo	Um dos salteadores que fazia parte da designada quadrilha das Choças, nos Arcos de Valdevez.
1848	António Gonçalves da Cunha, conhecido como o “Carrapato”	Membro de quadrilha de ladrões.
1850	Gabriel Martins Rancon	Natural da província de Granada e desertor do regimento de Aragão, membro de quadrilha.
1850	José Joaquim de Sousa	Membro de quadrilha.
1854	Manuel José Esteves	Membro de quadrilha.
1854	Domingos José de Carvalho	Salteador

Fonte: AMV, *Registo da Correspondência expedida para diversas autoridades*, n.º 1.1.4.30, não paginado; *Registo da Correspondência expedida para diversas autoridades*, 1841-1845, n.º 1.1.4.31, não paginado AMPL, Administração do Concelho. *Copiador geral dos ofícios dirigidos por esta administração a diversas autoridades*, n.º 2.2.1.31, não paginado; Administração do Concelho. *Livro de registo expedida para o Governo Civil*, n.º 2.2.1-12, não paginado; AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino de Janeiro de 1848 a Junho de 1849*, n.º 1.9.4-17, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Fevereiro de 1854*, n.º 1.9.4.22, não paginado; *Registo dos ofícios para os administradores dos concelhos desde Setembro de 1854 a Junho de 1855*, n.º 1.7.2.18, não paginado. ADV, *Administração do Concelho de Viana do Castelo. Ofícios dirigidos ao Governador Civil desde districto*, n.º 5.16.2.2, não paginado.

Estes são apenas alguns dos membros ou líderes de quadrilhas que foram apanhados pelas autoridades, vivos ou mortos. É, decerto, um número reduzido, que representaria uma pequena parte dos salteadores que circulavam pelo distrito de Viana do Castelo. Contudo, não podemos precisar o seu peso percentual na totalidade dos bandidos, na medida em que raramente era referido o número de elementos do grupo, sendo igualmente difícil quantificar as investidas executadas pelo mesmo bando, até porque era frequente a transferência de membros de uma quadrilha para outra, ou até a criação de uma nova após o desmantelamento da original.

Assim, muitos outros salteadores foram identificados, mas conseguiram escapar às malhas da justiça e mais ainda foram aqueles que permaneceram no anonimato, refugiando-se em locais ermos e isolados, ou escondendo-se atrás de máscaras e disfarces que lhes permitiam conciliar a actividade bandoleira com um quotidiano insuspeito.

### **3.2. Os galegos e a criminalidade no Alto Minho**

Desde a Idade Moderna que a Galiza se tornou uma terra de emigração.<sup>856</sup> Como já referimos, factores de vária ordem, designadamente de natureza económica, política, religiosa e cultural, levaram homens e mulheres desta província espanhola a alimentarem fluxos migratórios em busca de melhor sorte.<sup>857</sup> Essa tendência acentuou-se no século XVIII, na sequência do aumento populacional que não encontrava correspondência nos meios de subsistência disponíveis, apesar dos esforços levados a cabo no sector agrícola no sentido de acompanhar esse crescimento, nomeadamente através da introdução de novas culturas. O sistema de transmissão de heranças, que conduzia à fragmentação das parcelas agrícolas, também contribuía para agravar as dificuldades da população.<sup>858</sup>

A crise agrícola que afectou a Galiza setecentista obrigou homens e mulheres a partirem, num primeiro momento, rumo aos reinos de Castela, León e Andaluzia. Posteriormente, terminados os conflitos luso-espanhóis, que decorreram entre 1641-1668 e

---

<sup>856</sup> Sobre este assunto consulte-se González Lopo, Domingo, "La emigración a Portugal desde el suroeste de Galicia en los siglos XVIII al XX", in *Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal séculos XIX e XX*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1993, pp. 373-391.

<sup>857</sup> Sousa, Fernando Alberto Pereira de, *A população portuguesa nos inícios do século XIX*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1979, p. 309. Tese de doutoramento policopiada.

<sup>858</sup> Segundo Ramón Villares, a população da Galiza duplicou entre os finais do século XVI e meados do século XVIII. Confirme-se Villares, Ramón, *História da Galiza*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991, pp. 84-87.

1704-1714, foram muitos os que abalaram para Portugal, sobretudo a partir de 1720.<sup>859</sup> No entanto, importa salientar que a emigração galega rumo a terras lusas não é exclusiva do período moderno, detectando-se a sua presença após a reconquista cristã e a participação no seu povoamento.<sup>860</sup>

A contiguidade geográfica, a identificação cultural e linguística, a perspectiva de melhores salários, eram atractivos suficientes para os contingentes de galegos que se foram instalando em Portugal até à segunda metade do século XIX, altura em que se voltaram para outras paragens, com especial destaque para a América colonial, sobretudo Brasil, Argentina, Uruguai, Venezuela e Cuba. Aliás, segundo Ramón Villares, a emigração é o elemento que mais define a população galega do século XIX.<sup>861</sup>

Chegados a terras lusas, uns dirigiam-se para os centros urbanos, especialmente para Lisboa e Porto, onde trabalhavam como cocheiros, carvoeiros, cozinheiros e aguadeiros, outros instalavam-se nas zonas rurais de diferentes partes do país.<sup>862</sup> Neste caso, tratava-se quase sempre de uma emigração temporária ou sazonal, como sucedia com os galegos que, todos os anos, na época das vindimas, labutavam nas quintas vitícolas do Douro ou, na altura das sementeira e da ceifa do trigo, nos campos do Alentejo.<sup>863</sup> Havia ainda outros que se dedicavam

---

<sup>859</sup> Sobre as tendências da emigração galega durante os séculos XVIII e XIX leia-se Fernández Cortizo, Camilo, “La emigración gallega a las provincias portuguesas del Miño y de Trás-os-Montes y Alto Duero durante el siglo XVIII y la primera mitad del XIX”, in *Congresso Internacional de História. Territórios, Culturas e Poderes. Actas*, vol. I..., pp. 41-58.

<sup>860</sup> A documentação estudada por Manuela Santos Silvas, nomeadamente os topónimos, tem demonstrado a existência de uma presença galega medieval na região da Estremadura, logo após a Reconquista, motivada por preocupações relacionadas com a ocupação e a defesa do território. Confirme-se Silva, Manuela Santos, “Galegos e minhotos à conquista do litoral do centro de Portugal: vestígios da sua presença e acção na região medieval de Óbidos”, in *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam*, vol. II..., pp. 397- 408.

<sup>861</sup> Segundo Jorge Fernandes Alves, a imigração galega rumo à cidade do Porto manteve-se na segunda metade do século XIX, não sendo influenciada pela alternativa que constituía a América colonial, decaindo apenas nos finais desta centúria. Alves, Jorge Fernandes, *Os “Brasileiros”. Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 1993, p. 116. Tese de doutoramento policopiada.

<sup>862</sup> Veja-se Sousa, Fernando Alberto Pereira de, *A população portuguesa nos inícios do século XIX ...*, pp. 309-310.

<sup>863</sup> Sobre os movimentos migratórios sazonais, motivados pelos trabalhos agrícolas realizados pelos galegos desde a época moderna leia-se Alves, Jorge Fernandes, “Imigração de galegos no Norte de Portugal (1500-1900)”, in Eiras Roel, Antonio; González Lopo, Domingo (coord.), *Movilidad e migracions internas na Europa latina...*, pp. 1-2. Sobre o carácter das migrações galegas rumo a Portugal veja-se Durães, Margarida, “As mulheres estrangeiras no noroeste de Portugal: imigrações femininas galegas do ponto de vista português (Sécs. XIX-XX)”, in Hernández

a serviços mais estáveis, como criados de servir, jornaleiros ou caixeiros, procurando reunir um pecúlio suficiente que lhes permitisse um regresso desafogado à terra natal.

Portugal aceitava de bom grado a mão-de-obra galega. Aliás, os galegos eram conhecidos pela sua capacidade de trabalho, bem como pela sua mobilidade, sempre em busca de tarefas mais rentáveis.<sup>864</sup> Todavia, as suas qualidades laborais não os livravam de serem alvos de expressões populares com conotações pejorativas e pouco abonatórias, que circulavam já no século XVIII, como, por exemplo, “Cincoenta gallegos não fazem um homem.”<sup>865</sup>

No século XVIII, também o norte de Portugal foi afectado por uma crise agrícola, que afectou sobretudo a cultura do milho. À crise agrícola, e consequente falta de alimentos, juntava-se a escassez de actividade manufactureira. Mais uma vez, a emigração servirá de válvula de escape. Milhares de homens partiam rumo a terras de Vera Cruz, deixando desprovidos alguns sectores da economia portuguesa, nomeadamente a agricultura, que tiveram que recorrer ao recrutamento de criados e jornaleiros, muitos dos quais galegos.<sup>866</sup>

A presença dos emigrantes galegos na sociedade alto minhota de setecentos fez-se sentir, não apenas pelo seu trabalho, mas igualmente pelos comportamentos desviantes. Encontrámo-los envolvidos em pequenos crimes, como furtos, rixas e desordens, ou acusados de utilizarem linguagem injuriosa e obscena. Estas transgressões decorreriam, certamente, das contrariedades que abalavam as relações quotidianas e do desgaste causado pelas agruras do trabalho e pela debilidade da sua condição económica. Em 1757, no concelho de Paredes de Coura, Maria, natural da Galiza, foi acusada de furto por um militar.<sup>867</sup>

---

Borge, Julio; González Lopo, Domingo L. (Edits.), *Actas del Colóquio Internacional Cátedra Unesco 226 sobre Migracións*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela Publicacións, 2006, p. 134.

<sup>864</sup> Confirme-se Alves, Jorge Fernandes, “Peregrinos de trabalho. Perspectivas sobre a inmigración galega en Porto”, *Estudios Migratorios*, n.º 4, December de 1997, p. 70.

<sup>865</sup> Camara, P. Perestrello da, *Collecção de Proverbios, Adagios, Rifãos, Anexins sentenças moraes e idiotismos da lingua portugueza*, Rio de Janeiro, Eduardo e Henrique Laemmert, 1848, p. 75.

<sup>866</sup> Leia-se Alves, Jorge Fernandes, “Peregrinos de trabalho. Perspectivas sobre a inmigración galega en Porto”..., p. 71. Sobre a passagem de galegos pelo distrito de Viana do Castelo, veja-se, Durães, Margarida; Lagido, Emília, Caridade, Cristina, “Une population qui bouge: les migrations temporaires et saisonnières à partir de Viana do Castelo (XVIIIe –XIXe siècles)”, in *Obradoiro de la historia moderna*, n.º 15, 2006, pp. 29-76.

<sup>867</sup> ADVC, *Juízo ordinário do concelho de Paredes de Coura. Autos de queixas e querela*, n.º 5.9.4 Cx 2-6, não paginado. No mesmo concelho, alguns anos mais tarde, numa manhã de Agosto de 1778, Cipriano, galego, antigo criado do reverendo da freguesia de Agualonga, agrediu, violenta e premeditadamente, Francisca, uma rapariga

Alguns galegos acabavam mesmo por ser expulsos pelo seu mau comportamento, o que também acontecia às mulheres que apresentavam “mau viver”, ou seja, que se dedicavam à meretrícia. Em 1787 e 1797, respectivamente, Antónia e Maria, duas mulheres galegas que residiam em Vila Nova de Cerveira, foram expulsas.<sup>868</sup>

No século XIX, a Galiza continuava a exportar mão-de-obra para o Alto Minho, como se pode constatar através da análise da correspondência trocada entre o governo civil e os administradores dos concelhos do distrito de Viana do Castelo, em particular os da zona fronteiriça, ou seja, Monção, Melgaço, Valença do Minho, Castro Laboreiro, Caminha, Vila Nova de Cerveira, Ponte da Barca, Arcos de Valdevez, Valadares e Sanfins, nos quais, mais do que de imigrantes espanhóis, se falava de galegos. Apesar de os primórdios de oitocentos terem sido marcados por um conjunto de vicissitudes que poderiam dissuadir a presença galega no Alto Minho, nomeadamente acontecimentos de carácter bélico, como a Guerra das Laranjas, as Invasões Francesas, os conflitos entre liberais e absolutistas, ou as epidemias, como a cólera, que grassou de forma endémica dos dois lados da fronteira, a verdade é que esses condicionalismos não impediram os galegos de abandonarem as suas terras.

No distrito de Viana do Castelo, muitos emigrantes galegos exerciam os ofícios de pedreiros, cesteiros, serradores e cereiros, alguns dedicavam-se à venda da sardinha, sendo conhecidos por tocarem gaita-de-foles, mas a maior parte entregava-se aos trabalhos da lavoura. Segundo o governador civil, eram poucos os que vinham trabalhar temporariamente para o distrito.<sup>869</sup> Em 1853, este organismo elaborou um mapa com o número aproximado de galegos que anualmente trabalhava no distrito de Viana do Castelo, tendo sido apurados os resultados constantes do quadro 10.<sup>870</sup>

---

solteira daquela freguesia. ADVN, *Juízo ordinário do concelho de Paredes de Coura. Autos de queixas e querela*, n.º 5.9.4 Cx 2-6, não paginado.

<sup>868</sup> AMVNC, *Autos de falsidade, devassas, querelas, autos de injúria, precatórias - 1765-1788*, documento avulso, fl. 128.

<sup>869</sup> AHGVC, *Correspondência com várias autoridades. Dezembro de 1852 a Maio de 1854*, n.º 1.8.3.14, não paginado.

<sup>870</sup> Segundo Jorge Fernandes Alves, em 1890, existiam, no distrito de Viana do Castelo, 1230 espanhóis. Alves, Jorge Fernandes, “Peregrinos de trabalho. Perspectivas sobre a inmigración galega en Porto”..., p. 71.

**Quadro 10.** Número de galegos que trabalhava no distrito de Viana do Castelo (1853)

Concelho	Nº de galegos
Arcos de Valdevez	141
Caminha	88
Castro Laboreiro	15
Paredes de Coura	12
Melgaço	82
Monção	86
Ponte da barca	220
Ponte de Lima	54
Valença	200
Valadares	300
Viana do Castelo	300
Vila Nova de Cerveira	70
Total	1268

Fonte: AHGCVC, *Correspondência com várias autoridades. Dezembro de 1852 a Maio de 1854*, n.º 1.8.3.14, não paginado.

O maior número de galegos concentrava-se na cidade de Viana do Castelo e em alguns dos concelhos raianos. A sua presença nas localidades fronteiriças é facilmente explicável pela proximidade geográfica, ao passo que a sua concentração naquela cidade portuária teria a ver com a expectativa de mais facilmente conseguirem ocupação ou de partirem para outras paragens.

A dispersão de galegos por terras lusas reflectia-se nos registos criminais. Muitos dos delitos relacionavam-se com o exercício das suas profissões, como sucedia com aqueles que trabalhavam em casas particulares como criados de servir. Tentados por bens que não estavam ao alcance das suas bolsas, surripiavam-nos, tirando partido da confiança que os patrões neles depositavam. Na noite de nove para 10 de Julho de 1854, em Vila Nova de Cerveira, foi assaltada a residência de João Manuel Romeu, tendo-lhe sido furtada a quantia de 105.600 réis em dinheiro, uns brincos com dois diamantes e um lenço de seda. Descobriu-se, posteriormente, que o autor do crime tinha sido Francisco Figueiras, um criado galego da casa,

que, aproveitando a ausência dos donos, levou a cabo os seus intentos e fugiu para a Galiza.<sup>871</sup> Um ano mais tarde, um outro criado galego, Francisco Gomes, foi detido em Valença, por furtar o relógio de bolso do seu patrão.<sup>872</sup>

Para além de atentados cometidos contra a propriedade alheia, alguns galegos envolviam-se em confrontações verbais e físicas, que, mais uma vez, eram propiciadas pela sociabilidade e pela convivência diária. Em 1843, em Monção, ocorreu uma briga entre o dono de uma taberna e um freguês galego, que levou à intervenção de militares que também se encontravam naquele estabelecimento, e que terminou em agressões físicas.<sup>873</sup>

Nas ocorrências criminais que, entre 1839 e 1855, foram participadas, semanalmente, pelos administradores dos concelhos ao governador civil, os galegos surgem ainda implicados noutros delitos, como assaltos, resistência às autoridades, falta de passaporte ou uso de passaporte falso. Durante o período referenciado, encontrámos apenas um caso de maior gravidade, envolvendo um galego acusado de assassinato.<sup>874</sup> A partir de 1855, com o aparecimento da imprensa escrita no distrito de Viana do Castelo, os delitos praticados por galegos e outros criminosos passaram a ser publicitados e sujeitos ao julgamento da opinião pública.<sup>875</sup>

---

<sup>871</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino Fevereiro de 1854*, n.º 1.9.4.22, não paginado.

<sup>872</sup> AHGCV, *Correspondência com O Ministério do Reino de Janeiro a Dezembro de 1855*, n.º 1.9.4-23, não paginado.

<sup>873</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino de Maio de 1843 a Junho de 1844*, n.º 1.9.4-14, não paginado. Num outro episódio, que teve lugar em Setembro de 1863, na cidade de Viana do Castelo, em plena via pública, Vicente Santos, cocheiro e criado de servir de Sebastião da Silva Neves, insultou António Joaquim de Vasconcelos, que quase fazia “uso de um pau que trazia” para retaliar as palavras que lhe foram dirigidas. AHGCVC, Administrador do concelho de Viana do Castelo. *Ofícios dirigidos ao Governador Civil deste districto. Anos de 1863-dezembro de 1864*, n.º 5.16.2.3, não paginado.

<sup>874</sup> AHGCVC, *Registo dos officios para o Ministério de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino de Maio de 1843 a Junho de 1844*, n.º 1.9.4-14, não paginado; *Correspondência do Ministério do Reino - 1 Julho de 1844 a 31 de Dezembro de 1845*, n.º 1.9.4.15, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino - 1851*, n.º 1.9.4-19, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Janeiro de 1852 a Fevereiro de 1853*, n.º 1.9.4.20, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Março 1853 - Janeiro 1854*, n.º 1.9.4.23, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Fevereiro de 1854*, 1.9.4.22, não paginado.

<sup>875</sup> Em 1863, nas páginas d' *O Vianense* de 24 de Março, noticiava-se o escândalo causado por uma desordem provocada por um galego “acompanhado por uma mulher, que dizem ser sua amante, tentar esfaquear o marido da

Além das fontes mencionadas, também a documentação de carácter judicial nos permite tirar algumas conclusões acerca da participação dos galegos na actividade criminal. Os processos judiciais demonstram que estes se envolviam particularmente em atentados contra a propriedade, que, por vezes, eram cometidos em parceria com portugueses, sobretudo quando se tratava de acções orquestradas por quadrilhas. Noutros casos, os problemas com a justiça deviam-se a comportamentos violentos, que culminavam em agressões e ferimentos, envolvendo apenas galegos, ou também portugueses. Geralmente, tratava-se de pequenas quezílias, ajustes de contas ou reacções a provocações, enfim, incidentes de pouca gravidade.<sup>876</sup>

**Quadro 11.** Galegos pronunciados no distrito de Viana do Castelo (1821-1840)

Ano	Nome	Crime	Naturalidade/residência
1821	Nicolau galego	Ladrão	Viana do Castelo
1823	José galego	Fuga de presos	Braga
1824	Joaquina Rosa	Salteadora/companheira de salteadores	Galiza
1827	José Bolhoza	Furto	Pontevedra, Galiza
1829	António Alves	-	Galiza
1830	Maria Rosa	Ladra	Galiza
1831	António da Silva	Roubo	Lobios, Galiza
1832	André galego	Furto	Refoios, Ponte de Lima
1835	Custódio galego	Furto	Prado
1835	Manuel Morim, galego	Ladrão	Galiza
1836	Joaquim do Couto, galego	Crime de tiros e facadas	São Bento de Arbo, Galiza
1836	Joana Fernandes	Furto	Galiza
1838	António Vicente Serra d'agoa	Roubo	Forcadela, Galiza
1838	Tiago, filho de António Vicente Serra d'agoa	Roubo	Forcadela, Galiza
1839	D. José Maria Queiroga de Betanços.	Crime de lesa-Majestade	Galiza
1839	D. Manuel Afonso	Confidente de guerrilhas	Galiza
1839	Padre Pedro	Confidente e agente de guerrilhas	Barce, Galiza
1840	Joaquina Vicente	Roubo	Galiza

filha, valendo os gritos da esposa e a intervenção do povo para que a cena não passasse a sanguinolenta.” *O Vianense*, 24 de Março de 1863, n.º 753, não paginado. Sobre a publicidade efectuada pela imprensa periódica acerca dos actos de delinquência protagonizados por galegos leia-se Alves, Jorge Fernandes; Ferreira, M. Fernanda; Monteiro, Maria do Rosário, “Imigração galega na cidade do Porto. (2.ª metade do século XIX)”, in *Revista da Faculdade de Letras: História*, série II, vol. 9, 1992, p. 216.

<sup>876</sup> ADVC, Tribunal da Comarca de Monção, *Documentos avulso*, não paginados.



Fonte: AHGCVC, *Relação dos indivíduos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão e não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas* - Arcos de Valdevez, n.º 1.13.5.11-7, não paginado; *Relação dos indivíduos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão e não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas* - Viana do Castelo, n.º 1.13.6.1-1, não paginado; *Relação dos indivíduos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão e não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas* - Ponte de Lima, n.º 1.13.6.1-3, não paginado; *Relação dos indivíduos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão e não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas* - Monção, n.º 1.13.5.12-2, não paginado; *Relação dos indivíduos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão e não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas no Julgado de Caminha*, n.º 1.30.1.1-3, não paginado.

Como se pode constatar pela observação do quadro 11, a maior parte dos acusados esteve implicada em crimes contra a propriedade. Apenas quatro mulheres aparecem associadas à prática deste delito, o que poderá estar relacionado com o número mais reduzido de elementos deste sexo provenientes da Galiza.<sup>877</sup>

A prostituição era uma das actividades que colocava a mulher galega na mira da justiça. Por exemplo, Josefa das Dores, que vivia em Valença, foi várias vezes detida pela prática de meretrícia. Sobre ela recaía também a acusação de ter infectado vários soldados com sífilis, acabando por ser expulsa e entregue às autoridades de Tui.<sup>878</sup> Eram várias as mulheres galegas de conduta moral duvidosa que deambulavam por Valença. Sendo praça militar, a presença de tropas atraía as meretrizes, que tentavam insinuar-se como suas amásias. Quando iam visitar os soldados detidos no presídio militar da vila, envolviam-se em todo o tipo de confrontos à porta do cárcere, chegando, inclusive, a vias de facto.<sup>879</sup>

A propagação de doenças venéreas, sobretudo entre a população militar, os distúrbios e os escândalos que provocavam, a suspeita da prática de roubos e furtos, o ambiente de imoralidade que ajudavam a criar, constituíam razões bastantes para que as autoridades de Valença se preocupassem com a permanência de meretrizes, não só galegas, mas também portuguesas.<sup>880</sup> O cometimento de crimes e a conduta imoral eram os principais responsáveis

---

<sup>877</sup> Sobre o número de mulheres estrangeiras existentes nos distritos de Braga e Viana do Castelo, em finais do século XIX e inícios do século XX, veja-se Durães, Margarida, "As mulheres estrangeiras no noroeste de Portugal: imigrações femininas galegas do ponto de vista português (Sécs. XIX-XX)", in Hernández Borge, Julio; González Lopo, Domingo L. (Edits.), *Actas del Colóquio Internacional Cátedra Unesco 226 sobre Migracións...*, pp. 146-150.

<sup>878</sup> AMV, *Registo da correspondência expedida para diversas autoridades*, n.º 1.1.4.30, não paginado.

<sup>879</sup> AHGCVC, *Registo da correspondência expedida para diversas autoridades*, n.º 1.1.4.31, não paginado.

<sup>880</sup> AHGCVC, *Registo da correspondência expedida para diversas autoridades, 1850-1854*, n.º 1.1.4.31, não paginado.

pela expulsão de mulheres galegas do território português.<sup>881</sup> Como é óbvio, nem todas as mulheres providas da Galiza se dedicavam à meretrícia, mas havia, de facto, algumas implicadas em pequenos furtos de frutas, hortaliças e cereais, sobretudo milho, o que constitui um indício da sua pobreza.<sup>882</sup>

Os galegos acusados de crimes cometidos em território nacional davam entrada nas cadeias portuguesas, onde aguardavam o julgamento e onde podiam permanecer para cumprir a pena a que tinham sido condenados. A sua detenção também podia acontecer na sequência de pedidos das autoridades espanholas, até que se processasse a sua extradição. Na fuga protagonizada pelos presos da cadeia de Valença em 1858, contavam-se alguns galegos.

Um dos presos galegos mais perigosos que passou pelos cárceres alto minhotos foi José Rio. Condenado à morte em Espanha, evadiu-se para Portugal, onde foi capturado em 1858 e conduzido à cadeia de Caminha. Para evitar o cumprimento da sentença que lhe tinha sido aplicada, matou o seu companheiro de cárcere, de modo a ser julgado em Portugal, o que efectivamente aconteceu, tendo sido condenado a trabalhos públicos para toda a vida.<sup>883</sup>

Um dos problemas que se colocava relativamente à presença de estrangeiros, nomeadamente galegos, nos cárceres portugueses dizia respeito à sua subsistência. Afastados das terras de naturalidade, sem poderem contar com o amparo de familiares e sem meios para se sustentarem, estes homens e mulheres tinham que enfrentar todo o tipo de privações. Restava-lhes, por conseguinte, contar com o auxílio prestado pelas instituições de assistência ou com a ajuda do Estado, cuja intervenção neste domínio se desenvolveu ao longo do século XIX. Em 1854, o administrador do concelho de Melgaço questionava o governador civil sobre quem tinha a obrigação de sustentar um preso galego que estava albergado nas cadeias da vila, tendo sido informado de que “deve ser socorrido com os outros presos indigentes, porque a caridade

---

<sup>881</sup> A conduta moral duvidosa das mulheres galegas não estava relacionada apenas com a prática da prostituição, mas igualmente com facto de viverem amancebadas com homens casados, ou por viverem com outros homens, estando já casadas. Maria Pepe Monteiro, casada, natural de Ribadavia, Galiza, foi expulsa de Portugal, em 1855, por viver amancebada com um homem da vila de Valença, tendo-se descoberto que abandonara seu marido. AMV, *Registo da correspondência expedida para diversas autoridades*, n.º 1.1.4.33, não paginado.

<sup>882</sup> AHGCVC, *Registo da correspondência expedida para diversas autoridades*, n.º 1.1.4.30, não paginado. *Registo da correspondência expedida para diversas autoridades, 1846-1849*, n.º 1.1.4.31, não paginado.

<sup>883</sup> AHGCVC, *Registo geral, Agosto de 1848 a Novembro de 1859*, n.º 1.10.3.7, não paginado.

pública deve estender-se a todos os que sofrem.”<sup>884</sup> Contudo, nem sempre este princípio era aplicado. Manuel José Alonso, natural da Galiza, detido no presídio de Valença, lamentava-se ao governador civil de Viana do Castelo, considerando estar a ser vítima da acção negligente do administrador do concelho de Valença, que não lhe concedia os 40 réis diários que dava aos outros detidos. Sendo estrangeiro e não tendo quem lhe acudisse, encontrava-se numa situação de “morrer com a fome extrema”.<sup>885</sup> Em 1855, dois presos galegos, detidos no mesmo presídio, apresentaram um requerimento idêntico, tendo sido contemplados com a ração diária atribuída aos presos pobres.<sup>886</sup>

Em 1854, o governador civil de Viana do Castelo referia-se a uma campanha organizada na cidade de Lisboa com o objectivo de retirar da cidade os grupos de vadios e de pequenos delinquentes galegos. Regularmente, chegavam ao distrito de Viana do Castelo, oriundos da capital, grupos constituídos por cinco a seis galegos para serem entregues na Galiza. A sujeição à longa e penosa jornada, realizada por corpos mal alimentados e agasalhados, obrigados a pernoitar nas cadeias, fazia destas jornadas autênticos calvários. Dado o estado de fraqueza física, muitos tinham que ser transportados em carroças até à fronteira.

Nem todos os galegos condenados no distrito de Viana do Castelo eram encarcerados. Entre 1840 e 1870, cinco foram sentenciados a trabalhos públicos na praça militar de Valença, por períodos que iam dos três meses a dois anos, todos eles julgados por crime de furto.<sup>887</sup>

No século XIX, outras razões, sobretudo de natureza política e também relacionadas com o recrutamento militar, contribuíram para a vinda de galegos para o território nacional, muitos deles ilegalmente.<sup>888</sup>

O aumento de imigrantes galegos registado a partir da segunda metade do século XVIII, e de forma ainda mais evidente na primeira metade do século XIX, estava relacionado com a prestação do serviço militar, mais precisamente com as alterações introduzidas pelas

---

<sup>884</sup> AHGCVC, *Correspondência com os administradores dos concelhos. Janeiro de 1853 a Agosto de 1854*, n.º 1.7.2.17, não paginado.

<sup>885</sup> AHGCVC, *Documento Avulso*, não paginado.

<sup>886</sup> AHGCVC, *Registo dos ofícios para os administradores do concelho desde Setembro de 1854 a Junho de 1855*, n.º 1.7.2.18, não paginado.

<sup>887</sup> AHGCVC, *Registo geral dos presos sentenciados a trabalhos públicos - distrito de Viana do Castelo - 1ª repartição*, n.º 1.6.3.20.

<sup>888</sup> Sobre as causas dos movimentos migratórios ao longo da história, veja-se Nielfa Cristóbal, Gloria, “A proposito de las migraciones en la historia”, in *Cuadernos de Historia Moderna*, n.º 9, Madrid, 1988, pp. 217-227.

autoridades espanholas no sistema de recrutamento, que passou a vigorar a partir de 1770, com vista a garantir uma base constante de recrutados, substituindo as leva descontinuas.<sup>889</sup> Assim, grande parte dos imigrantes que arribavam ilegalmente a terras do Alto Minho eram galegos, do sexo masculino e, na maioria dos casos, tinham como primeiro objectivo fugir ao serviço militar.<sup>890</sup> Os fluxos migratórios clandestinos agravaram-se com a proibição de emissão de passaportes a potenciais recrutas, como aconteceu em determinados períodos, nomeadamente em 1846.<sup>891</sup> De qualquer modo, não era permitida a permanência em Portugal de súbditos espanhóis abrangidos pelos recrutamentos realizados desde 1834 naquele reino, bem como de indivíduos fugidos à justiça.<sup>892</sup>

Entre 1835 e 1852, contabilizámos a captura de 113 imigrantes ilegais no distrito de Viana do Castelo. Este número parece-nos francamente escasso face às cifras divulgadas pelas autoridades espanholas relativas à entrada clandestina de habitantes daquele reino em Portugal. No entanto, é de admitir a possibilidade de nem todos os imigrantes terem sido detidos, ou podem ter sido capturados por outras autoridades, ou ainda não ter sido efectuada a competente participação ao governo civil. A maior parte dos imigrantes ilegais foram capturados nos concelhos de Melgaço (27), Vila Nova de Cerveira (13), Valença (11), Monção (9), Caminha (9), Viana do Castelo (9) e Castro Laboreiro (7). Sendo o concelho de Melgaço o que tinha maior

---

<sup>889</sup> Veja-se Rey Castelao, Ofelia, "Movimentos migratórios en Galicia, siglos XVI-XIX", in Eiras Roel, António; Rey Castelao, Ofelia (coord.), *Migraciones internas y médium-distance en la Península Ibérica, 1500-1900, I Conferência Internacional de Demografia Histórica...*, pp. 85-139.

<sup>890</sup> Note-se que também muitos jovens do Alto Minho partiram para Espanha, maioritariamente para a província da Galiza, com o objectivo de fugir ao recrutamento militar. Sobre este assunto leia-se Rodrigues, Henrique Fernandes, "Emigração clandestina de portugueses para Espanha no século XIX. (Análise dos livros de recenseamento militar, 1855-1856)", in Eiras Roel, António; Rey Castelao, Ofelia (coord.), *Migraciones internas y médium-distance en la Península Ibérica, 1500-1900...*, pp. 399-416.

<sup>891</sup> Consulte-se Rey Castelao, Ofelia, "Movimentos migratórios en Galicia, siglos XVI-XIX", in Eiras Roel, António; Rey Castelao, Ofelia (coord.), *Migraciones internas y médium-distance en la Península Ibérica, 1500-1900, I Conferência Internacional de Demografia Histórica...*, pp. 85-139.

<sup>892</sup> Em 1778, foi assinado um tratado entre Portugal e Espanha, com o objectivo de se estabelecer o intercâmbio de desertores e refractários capturados, reafirmado em contactos diplomáticas levados a cabo em 1803 e 1806. Veja-se López Taboada, José Antonio, "Emigración gallega a Portugal en la primeira metade del siglo XIX", in Eiras Roel, António; Rey Castelao, Ofelia (coord.), *Migraciones internas y médium-distance en la Península Ibérica, 1500-1900, I Conferência Internacional de Demografia Histórica...*, pp. 85-130.

porção de território contíguo à Galiza, não é de estranhar que uma grande parte das detenções tenha ocorrido nesse município.

De entre os detidos, 47 eram desertores e 33 não tinham passaporte. A ausência deste documento devia-se, sobretudo, aos seus elevados custos. Em 1839, a sua emissão custava 70 réis, o que representava uma despesa que nem todos podiam suportar.<sup>893</sup> Havia ainda indivíduos acusados da prática de crimes diversos: 15 salteadores; nove portadores de passaporte falso; cinco fugitivos de cadeias espanholas; três carlistas; dois contrabandistas; dois “impostores”; um guerrilheiro e um alienado.<sup>894</sup>

A larga maioria dos detidos era do sexo masculino, havendo apenas duas mulheres. Uma delas, Isabella Samnella, presa em 1849, em Vila Nova de Cerveira, era procurada em Espanha por auxílio prestado à fuga de presos da cadeia de Tui.<sup>895</sup> A outra, Ventura Paderni, era uma conhecida criminosa, que se encontrava em Portugal sem passaporte, após se ter evadido das cadeias espanholas.<sup>896</sup>

Um número considerável de detidos acabava por ser extraditado para Espanha (66,4%), até porque a sua captura tinha sido requisitada pelas autoridades deste país. Outros permaneciam nas cadeias do distrito, a aguardar decisão sobre o seu destino, podendo ser julgados em Portugal, caso fossem acusados do cometimento de crimes em território nacional, e, nesse caso, a sua estadia nos cárceres portugueses podia alongar-se por mais tempo.

A recusa de extradição de presos, requerida pelas autoridades espanholas, levantava alguma celeuma. Essa situação acontecia quando o preso era acusado de crimes nos dois lados da fronteira. Foi o caso de António Areal, detido em Agosto de 1847, nas cadeias de Monção, procurado por homicídio e deserção. O governador militar de Tui exigia a sua entrega, mas o

---

<sup>893</sup> A este propósito consulte-se López Taboada, José Antonio, “Emigracion gallega a Portugal en la primeira mitad del siglo XIX”, in Eiras Roel, Antonio; Rey Castelao, Ofelia (coord.), *Migraciones internas y médium-distance en la Península Ibérica, 1500-1900, I Conferência Internacional de Demografia Histórica...*, pp. 85-130.

<sup>894</sup> AHGCVC, *Presos espanhóis entregues à Espanha*, n.º 1.15.3.5, não paginado; *Presos espanhóis entregues à Espanha*, n.º 1.15.3.6, não paginado; AHGCVC, *Presos espanhóis entregues à Espanha*, n.º 1.16.3.7, não paginado. *Correspondência das Authoridades hespanholas. Sobre a prizão de salteadores. Mandar internar alguns emigrados*, 1.16.5.5-5, não paginado; *Negócios especiais de Hespanha - Hespanhoes prezos em Portugal, que seguram ser entregues ás autoridades do seu paiz*, n.º 1.16.5.4-3, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino - 1851*, n.º 1.19.4.9, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino de Janeiro de 1852 a Fevereiro de 1853*, n.º 1.9.4 -20, não paginado.

<sup>895</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino - 1851*, 1.19.4.9, não paginado.

<sup>896</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino - 1851*, 1.19.4.9, não paginado.

administrador do concelho daquela localidade estava reticente, uma vez que ele era culpado pela morte de um carabineiro em solo português.<sup>897</sup> Outros imigrantes ilegais, logo depois de serem detidos, eram enviados para os governos civis de Viana do Castelo e Porto, para ser avaliado o destino que deviam tomar.

Muitos dos mancebos espanhóis, que atravessavam ilegalmente a fronteira para escapar ao recrutamento militar e procuravam guarida em Portugal, tinham dificuldades em garantir o seu sustento, acabavam por ingressar em quadrilhas e enveredar pelo banditismo. Em 1835, as autoridades galegas, conhecedoras deste fenómeno, oficiaram ao governador civil de Viana do Castelo, solicitando que “se no permita que ninguna persona desconocida pase de um reino a outro sin o qual indispensable documento sea arrestado como sospechoso.”<sup>898</sup> Nesse ano, muitos desertores galegos estavam refugiados na zona da fronteira compreendida entre Castro Laboreiro e Valadares, constituindo um autêntico manancial de homens recrutáveis para o serviço das quadrilhas que actuavam na região, em particular a de Tomás das Quingostas.<sup>899</sup> A inoperância revelada pelas autoridades portuguesas na captura deste assaltante era incompreensível aos olhos das suas congéneres da Galiza, onde tinha perpetrado uma série de desmandos, dada a facilidade com que se movimentava no Alto Minho.<sup>900</sup>

A ineficácia na vigilância do território fronteiriço acarretava sérias consequências a nível da segurança de pessoas e bens, dado que, tanto as quadrilhas de ladrões como os pequenos larápios se dedicavam, sem grande dificuldade, a pilhar igrejas e habitações galegas e portuguesas.<sup>901</sup> A resposta portuguesa, no sentido de pôr termo à situação, traduziu-se no reforço

---

<sup>897</sup> AHGCVC, *Autoridades hespanholas*, n.º 1.16.5.2, não paginado.

<sup>898</sup> AHGCVC, *Autoridades hespanholas*, n.º 1.16.5.2, não paginado.

<sup>899</sup> AHGCVC, *Autoridades hespanholas*, n.º 1.16.5.2, não paginado.

<sup>900</sup> AHGCVC, *Autoridades hespanholas*, n.º 1.16.5.3-5, não paginado.

<sup>901</sup> É, no entanto, de sublinhar que houve períodos em que a vigilância da fronteira foi devidamente efectuada pelas autoridades portuguesas e espanholas, nomeadamente em 1846, quando em Portugal se vivia um período marcado pela insurreição e por levantamentos populares contra o governo de Costa Cabral, e na Galiza, em igual período, sentia-se uma forte movimentação revolucionária. Verificou-se uma efectiva cooperação entre o governo cabralista e o espanhol, que se traduziu numa concertada vigilância da fronteira com o objectivo de evitar a junção de revolucionários de ambos os países. Costa Cabral ordenou, inclusive, o desarmamento e a prisão de insurrectos espanhóis que transpusessem a fronteira da Galiza rumo a Portugal. Veja-se Robles Jáen, Cristóbal, “España y la Crisis Portuguesa de 1846”, in *Hispania...*, pp. 1001-1046.

da guarda da fronteira nos locais mais propícios à penetração e movimentação de desertores, nomeadamente em Castro Laboreiro e S. Gregório.<sup>902</sup>

Por outro lado, a cumplicidade entre o bandido português Quingostas e o guerrilheiro espanhol Mateo Guilhade, conhecido salteador e carlista, era motivo de grande preocupação para as autoridades dos dois países. Este, por várias vezes, se refugiou em Portugal com a cumplicidade dos membros da quadrilha de Quingostas e de miguelistas. Em Junho de 1837, por exemplo, foi detectada a sua presença na cidade de Braga.<sup>903</sup> Em Agosto desse mesmo ano, sabia-se que estava refugiado em Melgaço e, do lado português, temia-se a união de forças absolutistas e a aliança entre os adeptos do miguelismo e do carlismo.<sup>904</sup>

Ao longo da década de trinta do século XIX, era frequente as autoridades galegas solicitarem a Portugal a captura dos soldados que tinham desertado. Todavia, esta missão revelava-se complexa, quando se tinha conhecimento que os foragidos contavam com a conivência das populações que os acolhia e sustentava em troca da prestação de um trabalho não remunerado.<sup>905</sup> Esta situação revelava-se vantajosa para os lavradores locais, pelo que não estavam interessados em denunciar a existência de trânsfugas nas suas comunidades.

Porém, as denúncias de conivência lançadas pelas autoridades galegas não se limitavam aos habitantes das povoações da raia, mas estendiam-se às congéneres portuguesas, acusando-as de facilitismo e permissividade, por não conseguirem impedir que muitos desertores atravessassem a fronteira, não só por terra, mas também pelo rio Minho, nos chamados “barcos ladrões”,<sup>906</sup> usados por salteadores e contrabandistas. A emissão de passaportes falsos por funcionários corruptos, a troca de dinheiro, também figurava no rol de queixas contra as autoridades portuguesas.<sup>907</sup> Algum crédito terá de ser dado a estas denúncias, pois sabia-se que

---

<sup>902</sup> AHGCVC, *Registo dos ofícios para o Ministério do Reino – Setembro de 1835 a Outubro de 1836*, n.º 1.9.4.10, não paginado.

<sup>903</sup> AHGCVC, *Autoridades hespanholas*, n.º 1.16.5.2-3, não paginado.

<sup>904</sup> AHGCVC, *Registo do Ministério do Reino*, n.º 1.9.4.11, não paginado.

<sup>905</sup> AHGCVC, *Autoridades hespanholas*, n.º 1.16.5.3-5, não paginado.

<sup>906</sup> Em Março de 1836, o Ministério do Reino alertava para a necessidade de se vigiarem os chamados “barcos ladrões”, que atravessavam o rio Minho, dado que muitos eram utilizados para transporte de mercadorias contrabandeadas e “inimigos da liberdade de ambos os povos.”. ANTT, Ministério do Reino, *Ofícios recebidos, Maço 2104*, não paginado.

<sup>907</sup> Sobre a venda de passaportes falsos leia-se Esteves, Alexandra, “Espanha de Partida, Portugal de chegada: A imigração ilegal no Alto Minho do século XIX” ..., pp. 54-56.

muitos desertores galegos alcançavam facilmente Portugal, sem possuírem qualquer documento legal que autorizasse a sua entrada, invocando alguns a condição de vindimadores, e beneficiando da total indiferença dos responsáveis dos concelhos fronteiriços.<sup>908</sup>

Portugal também tinha algumas razões de queixa da actuação das autoridades espanholas. Indivíduos provenientes da Galiza e de outras províncias de Espanha, que, por falta de passaporte ou por serem desertores, tinham sido detidos e entregues às autoridades competentes deste país, acabavam por reaparecer no nosso território, por contra eles não ter sido formado processo algum ou por terem pago pela obtenção da liberdade.<sup>909</sup> As acusações trocadas entre as autoridades de ambos os reinos dificultavam a organização de acções concertadas com vista à captura de desertores, de criminosos, de membros de quadrilhas e conspiradores políticos.

A questão do recrutamento ganhava especial relevância pelo facto de, por esta altura, a Espanha se confrontar com a primeira das guerras carlistas (1833-1840) e as forças constitucionais necessitarem de homens para combater os partidários do carlismo.<sup>910</sup> Em 1836, o governo da província de Ourense dava conta de ter sido “decretado uma Quinta” de 50.000 homens com o objectivo de neutralizar as forças absolutistas dos partidários de D. Carlos, solicitando a aplicação de medidas por si prescritas para impedir o que julgava

“[...] escandaloza emigracion que en cuadrillas mas o menos numerosas hacen para esse reino todos los jovenes de esta y demas Provincias de la Galicia, pêro como la frontera es larga e montanhosa, no me es posible cubrila de um modo capaz de cortar completamente tales males.”<sup>911</sup>

O contexto de guerra e as cisões políticas colocavam outro problema: muitos dos desertores galegos que alcançavam o território nacional, não só integravam as fileiras de quadrilhas que actuavam dos dois lados da fronteira, como se uniam a facciosos políticos

---

<sup>908</sup> AHGCVC, *Registo de circulares desde Outubro de 1835 a 4 de Outubro de 1837*, n.º 1.10.4-8, não paginado.

<sup>909</sup> AHGCVC, *Prezos hespanhois entregues às autoridades hespanholas*, n.º 1.16.3.7, não paginado.

<sup>910</sup> Confirme-se Canal, Jordi, “Guerra Civil e Contrarrevolución en España y en la Europa del Sur en el siglo XIX”, in *Ler História*, n.º 51, 2006, pp. 24-25.

<sup>911</sup> AHGCVC, *Autoridades hespanholas*, n.º 1.16.5.2-2, não paginado.



portugueses e espanhóis, que sob o título de “carlistas”, realizavam todo o tipo de malfetorias na Galiza, nomeadamente assaltos, roubos e furtos.<sup>912</sup>

A possibilidade de, a partir de Portugal, se concretizar uma conspiração organizada pelos partidários de D. Carlos preocupava a Galiza e tornava ainda mais urgente a vigilância da fronteira. Por outro lado, a presença de carlistas, que beneficiavam da protecção dos miguelistas, também desagradava aos liberais portugueses. Contudo, numa conjuntura política adversa, compreende-se a maior exigência na vigilância dos territórios e dos seus habitantes, bem como a criminalização de certos comportamentos, que, noutras circunstâncias, seriam encarados com alguma condescendência. Em 1846, chegou à cidade do Porto um grupo de galegos com o propósito de comprar pólvora e utensílios de guerra, tendo passado, no regresso às terras de origem, pelos concelhos de Melgaço ou Castro Laboreiro.<sup>913</sup> No ano seguinte, constatava-se a presença de facciosos espanhóis na margem portuguesa do rio Minho, que se dedicavam ao cometimento de roubos.<sup>914</sup> Este facto corroborava a perspectiva de que os criminosos espanhóis continuavam a transpor a fronteira sem qualquer dificuldade, transformando Portugal no seu porto de abrigo. Em 1848, comentava-se a presença de 60 criminosos espanhóis na região compreendida entre Melgaço e Caminha, que, juntando-se aos portugueses nas feiras locais, concertavam investidas que levavam a cabo nas províncias de Ourense e Pontevedra.<sup>915</sup> Assim, em finais da década de quarenta e inícios da década de cinquenta, o Alto Minho continuava ser morada de criminosos estrangeiros, onde se refugiavam depois de terem praticado crimes na Galiza.<sup>916</sup>

Em 1846, em resultado dos acontecimentos políticos que tiveram lugar em Espanha, entraram no distrito de Viana do Castelo, entre Abril e Agosto, 50 refugiados políticos. Entre estes, destacava-se o elevado número de militares, como se pode ver no gráfico 20.

---

<sup>912</sup> AHGCVC, *Autoridades hespanholas*, n.º 1.16.5.3-5, não paginado.

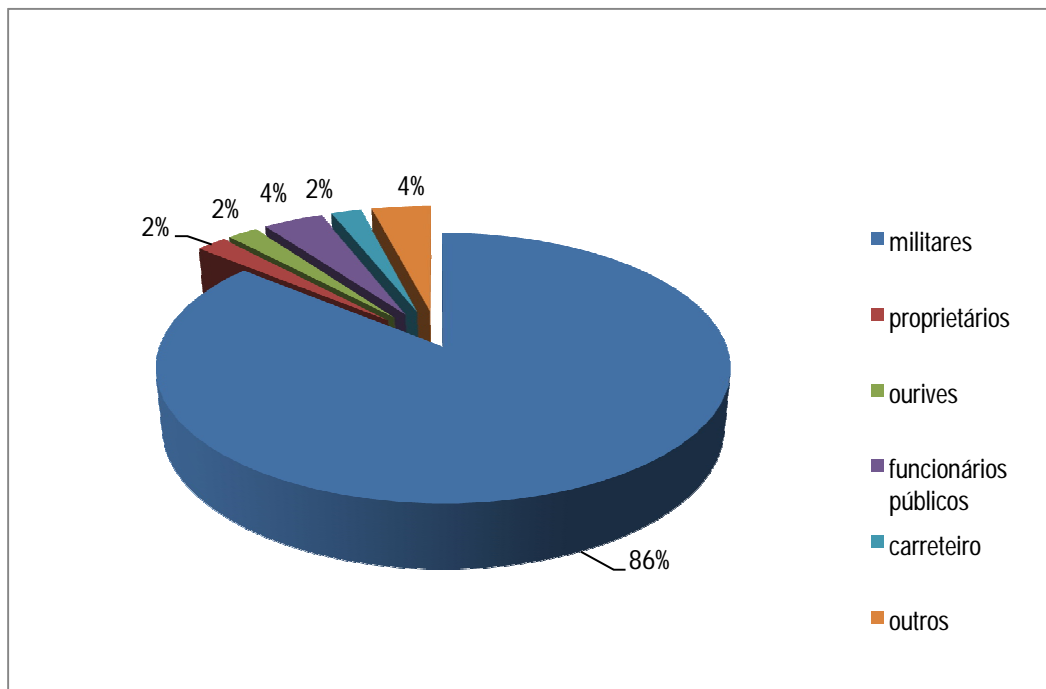
<sup>913</sup> AHGCVC, *Administradores*, n.º 1.13.1.2-11, não paginado.

<sup>914</sup> AHGCVC, *Confidencial Geral – Janeiro de 1847 a Outubro de 1848*, n.º 1.9.3.28, não paginado.

<sup>915</sup> AHGCVC, *Confidencial Geral – Outubro de 1848 a Outubro de 1855*, n.º 1.9.3.28, não paginado.

<sup>916</sup> Em Abril de 1849, foi detectada a presença no território compreendido entre Castro Laboreiro e a Peneda de 80 facciosos espanhóis, comandados por Romero e Baylon, cujas actividades tinham como objectivo abalar a segurança dos dois países. AHGCVC, *Confidencial Geral – Outubro de 1848 a Outubro de 1855*, n.º 1.9.3.28, não paginado.

**Gráfico 20.** Profissões de refugiados políticos que chegaram ao distrito de Viana do Castelo (Abril a Agosto de 1846)



Fonte: *Relação dos espanhóis refugiados no distrito de Viana do Castelo em consequência dos acontecimentos políticos ocorridos em Espanha – 1846*, n.º 1.19.2.2, não paginado.

A larga maioria atravessou a fronteira por terra, pelos concelhos de Melgaço, Vila Nova de Cerveira e Monção, outros por mar, desembarcando em Viana do Castelo e Caminha. Em Portugal, eram desarmados e enviados para os depósitos de Cascais e Peniche, onde permaneciam sob vigilância, de modo a impedir o seu afastamento desses locais ou o regresso às zonas fronteiriças.

As fontes testemunham a presença de grupos de refugiados espanhóis, que a partir de lugares situados junto à fronteira portuguesa, como, por exemplo, S. Gregório, no concelho de Melgaço, procuravam organizar-se em guerrilhas carlistas, contando com a protecção das populações locais, que lhes davam guarida.<sup>917</sup> Em 1858, perante sucessivas acusações de facilitismo no acolhimento de súbditos espanhóis em Portugal e na concessão de bilhetes de residência e passaporte para transitarem no interior do país, as autoridades ordenaram que nos concelhos raianos não fossem admitidos espanhóis que não estivessem munidos de passaporte, nem lhes fosse permitido aí residirem ou emitido aquele documento para o interior do país,

<sup>917</sup> AHGCVC, *Registo dos ofícios para os administradores dos concelhos desde Setembro de 1854 a Junho de 1855*, n.º 1.7.2.18, não paginado. *Correspondência com os administradores dos concelhos*, n.º 1.7.2.19, não paginado.

“sem se haverem por aquelle modo legitimado, ou sido, abonados pelo agente consular da sua nação, residente no ponto de entrada, ou pelo que existir na terra mais próxima.”<sup>918</sup>

Portugal era também o refúgio procurado por muitos evadidos das prisões espanholas. Em 1853, Espanha solicitava a extradição de Camilo Domingues, Fernando Domingues e António Veloso, detidos em Valença, por se tratar de condenados que fugiram da cadeia de Bande, na Galiza, em 1851.<sup>919</sup> Também havia muitos que atravessavam ilegalmente a fronteira, furando os cordões sanitários impostos pela ocorrência de epidemias, como aconteceu em 1854, aquando da ocorrência de um surto de cólera na Galiza que acabou atingir o Alto Minho.<sup>920</sup>

Importa, finalmente, distinguir a criminalidade praticada pelos galegos que se encontravam a residir ou a trabalhar legalmente em Portugal, da que era praticada por aqueles que chegavam a Portugal carregando o estigma da ilegalidade. A sua entrada, para além de constituir um crime em si, era um passo para o seu envolvimento em delitos de maior envergadura, através da integração em quadrilhas de salteadores e bandos de guerrilheiros, que se dedicavam à prática de uma criminalidade organizada e profissional. É ainda de sublinhar que a entrada clandestina de espanhóis, especialmente de galegos, em território português, constituía um factor de instabilidade e de perturbação da tranquilidade pública, pelo que se impunha a colaboração e a acção concertada das autoridades dos concelhos fronteiriços. No entanto, essa cooperação nem sempre se verificou, o que não deixava de facilitar a actividade dos transgressores.

### 3.3. A imprensa local e o crime

O século XIX, especialmente na segunda metade, foi um tempo de crescentes preocupações sociais, centradas nas questões da marginalidade, delinquência e segurança, ganhando particular relevância o aumento dos números da criminalidade.<sup>921</sup> A harmonia e o bem-

---

<sup>918</sup> AHGCVC, *Registo Geral, Dezembro de 1857 a Julho de 1858*, n.º 1.10.3.6, não paginado.

<sup>919</sup> AHGCVC, *Negócios Especiais com Espanha – 1853*, n.º 1.16.5.4-3, não paginado.

<sup>920</sup> AHGCVC, *Authoridades hespanholas – 1854*, n.º 1.16.5.2-8, não paginado.

<sup>921</sup> Sobre o crescente espaço que as notícias sobre crimes foram adquirindo nas páginas dos jornais, ao longo do século XIX e inícios do século XX leia-se Garnel, Maria Rita Lino, *Vítimas e Violências na Lisboa da I República*, Coimbra, Faculdade de Letras, 2005, pp. 237-239. Tese de doutoramento policopiada.

estar da sociedade eram valores a preservar, pelo que as condutas que os fizessem perigar deviam ser objecto de prevenção e repressão por parte de todos os cidadãos.<sup>922</sup>

Cada vez mais a sociedade dirigia a sua atenção para o submundo da pobreza, da prostituição, do jogo e do crime. Estes domínios, tidos como os mais ocultos e marginais da organização social, passaram a despertar o interesse do poder político e religioso, bem como da ciência e da imprensa. Esta, ao mesmo tempo que ia de encontro às preocupações dos leitores, alimentava a visão de uma sociedade subvertida, assente na proliferação de comportamentos delituosos. Não se limitava a noticiar as ocorrências, mas, por vezes, descrevia-as com todos os pormenores, por mais sórdidos e macabros que fossem. Deste modo, bandidos de ocasião e criminosos de profissão ganharam um protagonismo nunca antes conseguido, ocupando lugar de destaque nos jornais oitocentistas, onde eram explanados não só os delitos que cometeram, mas também a metodologia e os recursos que utilizaram. Enfim, a arte e o engenho dos criminosos eram expostos ao público interessado. Bandidos e salteadores como “o Provisor” e “o Chato”; desordeiros como os irmãos “Calçadas”; assassinos como António do Soutulho; espancadores como João Pereira de Sá, conhecido por “o Torto”, ou ladrões e violadores como Manuel de Barros, por alcunha “o Catarrão”, tinham as suas façanhas criminosas relatadas nas colunas dos periódicos.<sup>923</sup>

A descrição pormenorizada dos crimes preocupava alguns sectores da sociedade, que temiam a proliferação de imitadoras ávidos de notoriedade e popularidade e, por isso, reivindicavam o fim de um certo sensacionalismo que, pelo efeito de contágio, poderia estimular a prática de crimes.<sup>924</sup> Para Jean-Gabriel de Tarde, a imitação, um fenómeno psicológico,

---

<sup>922</sup> Sobre a crescente preocupação da sociedade com os números do crime veja-se Vaz, Maria João, “Crimes e Cidades: Lisboa nos finais do século XIX”, in Vaz, Maria João; Relvas, Eunice; Pinheiro, Nuno (orgs.), *Exclusão na História. Actas do Colóquio Internacional sobre Exclusão Social*, Oeiras, Celta Editora, 2000, pp. 139-140. Veja-se igualmente Silva, Susana Paula Franco Serpa, *Violência, Desvio e exclusão na Sociedade Micalense Oitocentista (1842-1910)*, vol. I..., pp. 204-205. Acerca do grande interesse manifestado pelo público oitocentista relativamente aos acontecimentos criminais, leia-se Santos, Maria José Moutinho dos, *A Sombra e a Luz. As prisões do liberalismo...*, pp. 97-102.

<sup>923</sup> *O Vianense*, 19 de Novembro de 1858, n.º 104, não paginado; *O Vianense*, 28 de Março de 1859, n.º 156, não paginado; *O Correio do Minho*, 25 de Dezembro de 1864, n.º 103, não paginado; *O Lethes*, 9 de Junho de 1865, n.º 35, não paginado; *A Aurora do Lima*, 3 de Abril de 1856, n.º 44, não paginado; *A Aurora do Lima*, 10 de Julho de 1861, n.º 834.

<sup>924</sup> Sobre este assunto consulte-se Santos, Maria José Moutinho dos, *A Sombra e a Luz. As prisões do liberalismo...*, p. 101.

concorria para o cometimento de todo o tipo de delitos. Mendes Correa, que subscrevia esta asserção, atribuía à imitação a ocorrência de suicídios em série na cidade do Porto. Na sua perspectiva, os responsáveis por estas ocorrências eram os jornais, que “ainda não há muito se encarregavam, elles mesmos, de fazer a propaganda d’esses meios, noticiando com pormenores os suicídios.” Esta afirmação foi proferida em inícios do século XX, referindo-se, por conseguinte, a um passado não muito longínquo.<sup>925</sup> Roberto Frias manifestou opinião semelhante, alegando que a imprensa, quando enveredava por um estilo descritivo, contribuía para o aumento dos números do crime.<sup>926</sup>

A esta dupla faceta da imprensa oitocentista podemos acrescentar uma outra, que designaremos de delatória. Esta característica contribuiu para que, no distrito de Viana do Castelo, alguns periódicos entrassem em rota de colisão com representantes do poder local, cuja actuação era posta em causa nas notícias publicadas. Em sua defesa, os visados alegavam que as informações eram exageradas, descontextualizadas e distorcidas, transmitindo, portanto, uma imagem deturpada e falsa sobre o estado da ordem e da segurança pública nas respectivas localidades, além de servirem para atemorizar as populações. O conflito mais grave ocorreu em 1855, entre o periódico a *A Razão*, ligado ao Partido Regenerador, publicado em Valença, e os administradores dos concelhos de Monção, Paredes de Coura, Valença, Valadares e Vila Nova de Cerveira.<sup>927</sup> Num dos seus números, aquele jornal não se inibiu de tecer duras acusações sobre a idoneidade dos titulares dos cargos administrativos e judiciais, denunciando casos de corrupção, indulgência e favorecimento de criminosos, classificando como catastrófico o estado da segurança dos referidos concelhos.

Logo no seu primeiro número, o bissemanário de Ponte de Lima *O Lethes*, jornal de carácter noticioso, político e literário, lançou severas críticas ao administrador do concelho. Pela forma como era retratado, este município seria um autêntico couto de ladrões, que circulavam impunemente, um espaço onde imperava a imoralidade e reinava a verdadeira anarquia.<sup>928</sup> A título exemplificativo, atente-se neste pequeno excerto, de Fevereiro de 1865, de uma notícia

---

<sup>925</sup> Corrêa, Mendes, *Os Criminosos Portugueses. Estudos de Anthropologia Criminal...*, pp. 318-322.

<sup>926</sup> Frias, Roberto, *O crime (Apostamentos para a systematisação da criminalidade)*, Porto, typ. Alexandre da Fonseca Vasconcellos, 1880, pp. 77-79.

<sup>927</sup> Confirme-se Oliveira, A. Lopes de, *A Imprensa Vianense*, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1996, p. 87.

<sup>928</sup> *O Lethes* iniciou a sua publicação em 1865, tendo-se mantido até 1883. Veja-se Oliveira, A. Lopes de, *Imprensa Vianense...*, p. 64.

intitulada “Ponte de Lima ou Falperra?”, onde, a propósito da segurança ou, melhor dizendo, da sua falta, se escrevia o seguinte:

“[...] A autoridade administrativa a nada se move. Saberá o senhor governador civil do estado de abandono do nosso concelho? Por certo que sabe, mas nada o move também. É mister pois andar armado, ter em casa um arsenal para poder resistir aos ataques dos malfeitores, visto que não há autoridade. Lembramos aos povos o representarem á camara dos senhores deputados pedindo providencias. Este estado de cousas é insuportável.”<sup>929</sup>

Este ataque cerrado aos responsáveis pela segurança pública, principalmente a Rocha Barros, o administrador do concelho, manteve-se ao longo do primeiro ano de publicação d’*O Lethes*. Descontado algum exagero no relato dos acontecimentos, o certo é que conseguiu provocar alguma celeuma entre as autoridades, levando inclusive aquele administrador a tentar culpabilizar o regedor da paróquia de Ponte de Lima, alegando desconhecimento dos factos mencionados no periódico.<sup>930</sup>

Esta tomada de posição do jornalismo não era inocente. Nesta época, muitos periódicos eram manipulados pelas diferentes forças partidárias, pelo que não podiam ser lidos acriticamente. Deste modo, a imprensa, enquanto fonte para a obtenção de um conhecimento objectivo da criminalidade de uma dada circunscrição, tem de ser cruzada com outro tipo de fontes, designadamente estatísticas, judiciais e administrativas. Porém, esta parcialidade dos jornais não pode ser absolutizada, ou seja, não podem ser completamente descredibilizados enquanto veículos portadores de informação, até porque alguns procuraram especializar-se em diferentes áreas, havendo uns que privilegiaram a vertente recreativa ou humorística, outros voltaram-se para as artes ou para a informação, entre outras opções, o que significa que nem todos estavam alinhados com os partidos.<sup>931</sup>

A imprensa periódica permite não só conhecer alguns crimes e a postura que a sociedade tinha perante os mesmos, mas serve igualmente para transmitir informação oficial vinculada à máquina da justiça e da administração do Estado, ao divulgar nas suas páginas os

---

<sup>929</sup> *O Lethes*, 3 de Fevereiro de 1865, n.º 1, não paginado.

<sup>930</sup> AMPL, Administração do Concelho. *Copiador dos officios e circulares dos Regedores*, n.º 2.1.5 cx9-6, não paginado.

<sup>931</sup> Sobre a imprensa periódica portuguesa no século XIX leia-se Torgal, Luís Reis; Vargues, Isabel Nobre, “Produção e reprodução cultural”, in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. V..., pp. 693-694. Veja-se igualmente Santos, Maria de Lurdes Lima dos, “Sociabilidade, comunicação e aprendizagem”, in Reis, António, (dir.), *Portugal Contemporâneo...*, pp. 373-378.

crimes julgados nas audiências gerais, as levas de degredados, as estatísticas das cadeias, as detenções efectuadas, o número de mendigos existente no distrito, entre outras informações.<sup>932</sup> Posteriormente, estes dados oficiais serviam de pretexto para a escrita de artigos de opinião, onde os cidadãos expunham os seus pontos de vista, originando um profícuo debate de ideias, como o que se desenvolveu nas páginas d'*O Vianense*, a propósito da pena de morte ou das reformas sobre a instituição do júri, o que fazia com que questões centrais do país se tornassem mais próximas e fossem discutidas pelos cidadãos alfabetizados do distrito. Por exemplo, a pena de morte suscitou e alimentou acesa polémica nas páginas dos jornais. Em 19 de Abril de 1864, *O Vianense* lançava a seguinte interrogação: “A supressão da pena de morte será perigosa para a segurança pública?”<sup>933</sup> Na mesma data, *A Aurora do Lima* abordava o assunto, em consequência da discussão acerca do projecto de lei que previa a sua abolição.<sup>934</sup> Contudo, esta controvérsia assumiu particular destaque nas páginas d'*O Vianense*, que, ao longo de vários números, fez apologia da abolição da pena capital.<sup>935</sup>

A imprensa periódica, sobretudo a sedeadada na cidade de Viana do Castelo, mostrava-se atenta às teorias mais recentes sobre comportamentos criminais, que iam de encontro à teoria positivista, então em voga. No seu número de 14 de Setembro de 1857, o decano dos jornais vianenses, *A Aurora do Lima*, apresentava nas suas páginas “observações aturadas e inteligentes acerca de tudo quanto diz respeito aos crimes em geral, deram lugar aos seguintes resultados que são tão novos como importantes.” Entre essas observações, destacavam-se as causas explicativas de acções criminosas e eram enumerados os factores que, por um lado, podiam predispor ou dissuadir os indivíduos a enveredar por um comportamento delituoso e, por outro, explicavam por que alguns tinham uma maior tendência para o crime, sendo dada importância à idade e ao sexo, às estações do ano e ao clima, à instrução e à profissão.<sup>936</sup>

---

<sup>932</sup> No caso das audiências gerais, os casos em julgamento eram descritos ao pormenor em alguns periódicos, como foi o caso do *Aurora do Lima*, que, num processo relativo a uma escaramuça ocorrida numa noite de S. João, na freguesia de Santa Marta de Portuzelo, Viana do Castelo, não só foram reproduzidos os diálogos, como foi avaliada a prestação do juiz, do delegado do ministério público e do defensor dos réus. *A Aurora do Lima*, 23 de Novembro de 1868, n.º 1839, não paginado.

<sup>933</sup> *O Vianense*, 19 de Abril de 1864, n.º 915.

<sup>934</sup> *A Aurora do Lima*, 20 de Abril de 1864, n.º 1250, não paginado;

<sup>935</sup> *O Vianense*, 24 de Agosto de 1865, n.º 118, não paginado; 2 de Setembro de 1865, n.º 111, não paginado; 25 de Junho de 1867, n.º 1389, não paginado.

<sup>936</sup> *A Aurora do Lima*, 14 de Setembro de 1857, n.º 259, não paginado.

O tratamento informativo dos crimes dependia da sua natureza. Os mais noticiados eram os roubos, o que não é de estranhar, dado serem os mais frequentes. O jornal *O Lethes*, nas suas edições compreendidas entre Fevereiro e Setembro de 1865, publicou 22 notícias sobre roubos e furtos que tiveram lugar no concelho de Ponte de Lima.

Por norma, os atentados cometidos contra a propriedade eram noticiados de forma objectiva, sem grandes desenvolvimentos, ao passo que os crimes de assassinato, envenenamento, suicídio e de natureza sexual eram relatados de forma mais emotiva, decerto com a intenção de provocar a reacção do leitor.<sup>937</sup> Nestes casos, a construção da notícia e a escolha da linguagem tinham em vista dar espectacularidade ao acontecimento e provocar emoções tão díspares como raiva e comoção. Estes crimes permitiam ao jornal adjectivar, opinar e especular sobre o crime, criando um maior impacto junto do leitor, até porque a sua frequência era muito mais reduzida quando comparada com pequenas rixas, furtos e roubos.

Assim, consoante a sua natureza, os delitos eram publicados com abordagens distintas. Em determinados casos, o jornal clamava por justiça, exigia a prisão de criminosos, procurando, de certo modo, condicionar os órgãos de justiça.<sup>938</sup> Este tipo de tratamento fazia com que as mafeitorias ganhassem publicidade e fossem discutidas na praça pública, transformando-se em assunto quotidiano, o que poderia gerar efeitos perniciosos, nomeadamente a tomada de posições radicais, potenciadoras de actos de retaliação.

A dualidade de critérios no tratamento da criminalidade deve ser evidenciada, na medida em que a imprensa, ao seleccionar determinados delitos em detrimento de outros e ao fazer uma abordagem diferenciada, podia induzir interpretações distorcidas do comportamento criminoso. Por exemplo, as fugas dos estabelecimentos prisionais eram noticiadas com alarmismo, o que certamente serviria para preocupar as comunidades, e as capturas dos foragidos eram celebradas com vivas às autoridades. A fuga de 14 presos da cadeia de Valença

---

<sup>937</sup> Segundo Joanne Jonnes, a imprensa inglesa de meados do século XIX enveredava por temáticas semelhantes, que tratava de forma sensacionalista, particularmente assassinatos, violência doméstica e violações. Confirme-se Jonnes, Joanne, "'She resisted with all her migt': sexual violence against women in late nineteenth-century Manchester and local press", in D'Cruze, Shani, *Everyday Violence in Britain, 1850-1950...*, pp. 104-105.

<sup>938</sup> Em 1856, perante um caso de violação de uma menina de oito anos, o colunista referiu: "A ser verdade, pedimos à authority seja inexorável para com o perpetrador de tão horrível crime, fazendo-lhe aplicar os rigores da lei." *A Aurora do Lima*, 5 de Janeiro de 1856, n.º 8, não paginado.



de 1858 foi amplamente noticiada.<sup>939</sup> Os jornais não só descreveram o acontecimento, como acompanharam a detenção dos fúgitivos, louvando a actuação das autoridades responsáveis pela sua captura, nomeadamente o administrador do concelho de Monção.<sup>940</sup>

Nas páginas d'*O Vianense*, a propósito de um assassinato, sobre o qual foram publicadas duas notícias, é notória a exposição pormenorizada da ocorrência, como se pode ler no excerto abaixo citado:

“[...] No fim da tarde de 22 do corrente vinham de Santo Andre de Palma, de trabalhar no seu officio António Gonçalves e João da Cunha Dias, ambos casados e da freguesia de Villa de Punhe, e ao chegarem ao Monte branco, no sitio das Enfias, da freguesia de Alvarães, tomaram-se de razões por causa de 100 reis, e João da Cunha descarregou no companheiro uma paulada tão forte que o deitou por terra sem sentidos e fugiu immediatamente. António Gonçalves apenas veio a si, levantou-se todo ensanguentado, e seguiu para casa, que distava mais de 3 kilometros, e ahi chegado contou o occorrido meteu-se na cama, tremendo de frio e muito abatido. Os encomodos foram aumentando progressivamente, e no dia seguinte era cadáver.”<sup>941</sup>

Alguns casos de homicídio eram explorados até ao limite, dando cobertura a todos os desenvolvimentos em torno da ocorrência, a que não faltava alguma dose de fantasia, até se chegar à captura dos autores, ou, no caso de ferimentos e espancamentos, até à recuperação ou morte da vítima. Um episódio ilustrativo foi o que envolveu Manuel Alves de Carvalho, official de diligências, vítima de um brutal espancamento, ocorrido no dia um de Fevereiro de 1861, e que deixou a cidade de Viana do Castelo em estado de choque. A revolta pelo cometimento deste crime surgia exposta no *A Aurora do Lima*, que escrevia:

“[...] Justiça! Justiça! – é o brado unisono de uma cidade inteira, que se envergonha, com razão, de ser alvergue de assassinos, e que se indignaria até á exasperação quando sobre eles, quem quer que sejam, não caísse inexoravel a espada da justiça. Justiça, pois! – bradamos nós também.”<sup>942</sup>

---

<sup>939</sup> Veja-se *A Aurora do Lima*, 30 de Agosto de 1858, n.º 404, não paginado; *O Vianense*, 1 de Setembro de 1858, n.º 71, não paginado.

<sup>940</sup> *O Vianense*, 28 de Março de 1859, n.º 56; 4 de Abril de 1859, n.º 59, não paginado.

<sup>941</sup> *O Vianense*, 27 de Agosto de 1867, n.º 1414, não paginado.

<sup>942</sup> *A Aurora do Lima*, 4 de Fevereiro de 1851, n.º 771, não paginado.

Através da leitura das edições seguintes deste periódico, é possível ficar a conhecer as etapas posteriores da história, incluindo a promoção de uma subscrição pública com o objectivo de auxiliar a recuperação da vítima, o seu estado de saúde e a identificação dos espancadores.<sup>943</sup>

Também os suicídios foram amplamente divulgados pela imprensa, que não se coibia de apresentar os aspectos mais lúgubres respeitantes àqueles que atentaram contra a própria vida. Entre 1858 e 1868, *O Vianense* publicou 10 notícias sobre suicídios. *A Aurora do Lima*, por exemplo, descrevia com todos os pormenores os actos de natureza semelhante, dramatizando-os, e procurando descobrir as causas que estariam na sua origem.<sup>944</sup> Outros jornais, publicados em diversas localidades, davam igual relevo ao tema.<sup>945</sup> Sugeriam-se hipóteses, procuravam-se testemunhos, sem demonstrar qualquer preocupação com a privacidade das vítimas e dos familiares, ou seja, no fundo procuravam-se explicações para um acto que se revelava incompreensível para maioria dos leitores.<sup>946</sup>

Apesar das disparidades sobre o modo como o crime era abordado, o certo é que este adquiriu um espaço próprio nas páginas dos jornais do distrito de Viana do Castelo, sobre os

---

<sup>943</sup> *A Aurora do Lima*, 6 de Fevereiro de 1851, n.º 772, não paginado; 11 de Fevereiro n.º 774, não paginado; 18 de Fevereiro, n.º 777, não paginado.

<sup>944</sup> Neste jornal, entre 1855 e 1870, foram publicadas sete notícias sobre suicídios.

<sup>945</sup> Veja-se Santos, Maria José Moutinho dos, *A Sombra e a Luz. As prisões do liberalismo...*, p. 98.

<sup>946</sup> A propósito do suicídio de Rafael Pires Moreira, este jornal escrevia nas suas páginas o seguinte: “Na manhã do dia 18 do corrente, suicidou-se, enforcando-se em uma trave com uma corda, Rafael Pires Moreira, lavrador, da freguesia de Ancora, no julgado de caminha. Este infeliz ha longo tempo andava com a mania de se suicidar; e por mais de uma vez lhe frustraram os seus loucos intentos; deixou mulher e um filho.” *Aurora do Lima*, 22 de Abril de 1856, n.º 52, não paginado. Anos mais tarde, em 1869, num outro caso de suicídio, nota-se a clara intenção de descrever, com todos os detalhes, a tentativa falhada de suicídio de José Monteiro. O jornal centrou-se então nas causas que impediram a sua concretização: “Na tarde de sabbado um rapaz de 22 annos de idade, por nome José Monteiro, da freguezia de Souto de Abbade, concelho de Ponte de Lima, caixeiro do sr. Gonçalo Barbosa Alheira, com loja de mercearia no largo de S. Domingos, d`esta cidade, tentou suicidar-se descarregando um tiro de pistola na cabeça. A inexperiência no manejo de tal arma, a pouca presença de espirito para commettimento tão grave, ou melhor talvez a violencia que foi preciso empregar para descarregar o tiro, por isso que a pistola era velha e ordinaria, obstou felizmente á morte instantanea d`este desgraçado, porque a bala resvalou pelo temporal do lado direito, e se bem que perigoso, o ferimento não foi tal que os facultativos desesperem de o salvar. Encontrou-se uma carta escripta por este infeliz a sua mãe, em que lhe declarava que só á sua má estrella devia attribuir-se a resolução desesperada de que ia lançar mão. São varios os motivos que se dão como causadores d`este atentado.” *A Aurora do Lima*, 17 de Maio de 1869, nº 2010, não paginado.

quais incidimos a nossa análise. De acordo com a sua periodicidade, eram raros os números que não continham referências a actos transgressivos.

Estes periódicos não se limitavam a relatar os crimes praticados nos respectivos concelhos, mas publicitavam igualmente os que tinham lugar noutras localidades e, quando a gravidade do delito o justificava, noutros distritos. Aliás, era frequente a publicação de notícias alusivas a delitos, considerados relevantes, pela sua gravidade, violência empregada, ou pelo seu carácter hediondo, de jornais de outras regiões.<sup>947</sup>

A par do relato das ocorrências delituosas, a imprensa periódica desempenhou um outro importante papel no distrito de Viana do Castelo e que consistiu na abordagem crítica de alguns dos problemas mais prementes que afectavam a sociedade alto minhota em meados do século XIX. Entre esses problemas, mereceram destaque a falta de apoio aos alienados, a prostituição, a emigração engajada para o Brasil, o contrabando, o vício do jogo, a circulação de moeda falsa, a falta de polícia e, em particular, o estado das cadeias do distrito e a necessidade de reformas.

Os jornais *O Vianense*, *A Aurora do Lima*, e *O Lethes* dedicaram algumas das suas páginas à falta de apoio prestada aos alienados. Dada a inexistência de instituições de recolhimento para estes doentes, restava-lhes permanecer no seio das suas famílias o eventual internamento nos hospitais da capital do reino, deambular pelos espaços públicos a pedir esmola, ou viver recolhidos nos estabelecimentos prisionais, longe dos olhares públicos, de forma confrangedora e desumana.<sup>948</sup> Em 1860, um dos jornais de Viana do Castelo revelava o caso de Sebastião, que aguardava nas cadeias daquela cidade a sua partida para o hospital de Rilhafoles.<sup>949</sup> Muitos destes doentes mentais tinham comportamentos agressivos e acometiam anónimos e familiares e, por vezes, a alienação era a justificação evocada para explicar suicídios. Por isso, se apelava ao internamento “destes infelizes”.<sup>950</sup>

---

<sup>947</sup> A título de exemplo, sob o título “Malvada Mãe”, foi publicado um artigo de um jornal de Coimbra, o *Tribuna Popular*, onde se contava que, numa localidade próxima de Penacova, uma mulher, com a cumplicidade das suas filhas, matou um filho, de 14 anos de idade, lançando-o propositadamente à fogueira. Dizia ainda que, depois de consumado o acto, a mulher enlouquecera, tendo sido presa, juntamente com as suas filhas. *A Aurora do Lima*, 7 de Junho de 1869, n.º 2018, não paginado.

<sup>948</sup> *O Vianense*, 23 de Abril de 1863, n.º 765, não paginado; *A Aurora do Lima*, 27 de Maio de 1870, n.º 2165, não paginado.

<sup>949</sup> *O Vianense*, 20 de Abril de 1860, n.º 316, não paginado.

<sup>950</sup> *O Vianense*, 11 de Setembro de 1862, n.º 673, não paginado.

A referência a mulheres, cuja conduta em público era considerada atentatória da moral e dos bons costumes, também serviu para preencher algumas páginas da imprensa local. O seu comportamento a roçar a obscenidade, os desacatos que provocavam e a inépcia das autoridades para as expulsar de determinados espaços públicos eram os principais motivos para não passarem despercebidas. As escaramuças entre meretrizes, vizinhos e transeuntes eram frequentes e muitas destas mulheres terminavam a noite atrás das grades, por o seu comportamento ter contribuído para a eclosão de autênticos motins.<sup>951</sup>

A presença destas mulheres, sobretudo ao cair da noite, era tida como um estorvo que inibia algumas famílias de saírem à rua.<sup>952</sup> No caso particular de Viana do Castelo, havia determinados locais que estavam associados às “mulheres perdidas”. Grupos de prostitutas concentravam-se no adro da capela de Nossa Senhora da Agonia ou sob a arcada da igreja de Nossa Senhora da Vitória e ainda numa taberna junto ao arco de São Pedro, no fim da rua D. Luís, onde eram frequentes “actos escandalosos e de completa desmoralização”.<sup>953</sup> A sua comparência nestes lugares, além de causar embaraço e mal-estar nos habitantes, contribuía para o desprestígio dos mesmos, apesar de ter sido proibida a sua permanência nas imediações dos templos religiosos e de casas de espectáculos, precisamente sítios que seriam frequentados por “senhores de bem”.<sup>954</sup> Se a sua presença, por si só, já era motivo de preocupação, a sua língua também era receada, pois era frequente lançarem, a partir de casa, toda a espécie de impropérios sobre os transeuntes.<sup>955</sup> Defendia-se, por isso, que as prostitutas deviam ser controladas e confinadas a determinados locais, afastando-as de espaços públicos, bem como de portas e janelas. Contudo, afigurava-se difícil a concretização dessa pretensão. Em 1862, n.º

---

<sup>951</sup> No dia 17 de Janeiro, foram presas duas prostitutas na rua do Marquês, em consequência do seu envolvimento em desordens com a vizinhança. AHGCVC, 1.ª Repartição, G.S.P., 1.13.4.4.-2, não paginado.

<sup>952</sup> *O Vianense*, 12 de Novembro de 1861, n.º 448, não paginado.

<sup>953</sup> *O Vianense*, 19 de Julho de 1860, n.º 352, não paginado; 22 de Dezembro de 1864, n.º 1017, não paginado; 27 de Agosto de 1868, n.º 1567, não paginado.

<sup>954</sup> Veja-se *Código Administrativo de 1842*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1849, p. 105. Segundo José Machado Pais, a prevenção de um eventual encontro entre prostitutas e mulheres respeitáveis, no mesmo espaço público, era um dos objectivos dos regulamentos, nomeadamente do Regulamento *Policial das Meretrizes e Casas Toleradas da Cidade de Lisboa*, de 1858. Confira-se Pais, José Machado, *A Prostituição e a Lisboa oémia. Do século XIX a inícios do século XX...*, p. 23.

<sup>955</sup> Em Espanha, no século XIX, sobretudo a partir da década de 40, a imprensa dava igualmente destaque às desordens causadas pelas prostitutas. Confirme-se Rabaté, Colette, *Eva o Maria? Ser Mujer en la Época Isabelina (1833-1868)*, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 2007, p. 249.

*Vianense* noticiava-se a circulação pela cidade de Viana do Castelo de grupos de “filles de marbre”, sem qualquer interferência das forças responsáveis pelo policiamento.<sup>956</sup>

Presumimos que as inquietações veiculadas pela imprensa relativamente à prostituição, para além de se relacionarem com a defesa dos costumes e da moral pública, eram consequência da desconfiança que recaía sobre estas mulheres, tidas como transmissoras do mal venéreo, ou seja, da sífilis.<sup>957</sup> A conjugação destes dois factores, o moralista e o sanitário, constituiu, decerto, a justificação para o relevo que a imprensa periódica conferiu às prostitutas e ao seu comportamento. Em 1856, o brigadeiro comandante da força militar de infantaria estacionada no distrito de Viana do Castelo, confrontado com a infecção dos soldados com o vírus *sypphitus*, solicitou ao governador civil a tomada de providências. Este ordenou que as prostitutas de fora do concelho fossem expulsas e que as doentes fossem internadas no hospital de São Marcos, em Braga.<sup>958</sup> Não era a primeira vez que as meretrizes apareciam infectadas com sífilis na cidade de Viana do Castelo. Em 1839, o administrador do concelho fez reunir a maioria das prostitutas para serem examinadas, tendo a Misericórdia de Viana do Castelo passado carta de guia às que se encontravam contagiadas para se apresentarem no hospital de São Marcos.<sup>959</sup> Verifica-se, deste modo, que a prostituição passou a ser encarada não apenas como um problema de ordem pública, mas também sanitário.<sup>960</sup>

Os diferentes jornais do distrito imputavam ao escasso e ineficaz policiamento a responsabilidade pela consumação de crimes, pela ocorrência de cenas de violência e pela circulação de prostitutas, mendigos, vadios e gaiatos pelos espaços públicos.<sup>961</sup> Na perspectiva dos periódicos locais, a inoperância residia nos administradores dos concelhos, responsáveis pela manutenção da ordem e segurança pública, e nos seus subordinados, regedores e cabos

---

<sup>956</sup> *O Vianense*, 3 de Julho de 1862, n.º 643, não paginado.

<sup>957</sup> A associação da sífilis à prostituição é antiga, remontando à idade moderna. Sobre este assunto leia-se Jütte, Robert, “Syphilis and Confinement. Hospitals in Early Modern Germany”, in *Institutions of Confinement, asylums and prisons in Western Europe and North America, 1500-1950*, Cambridge, Cambridge University Press, 1996, pp. 97-101.

<sup>958</sup> AHGCVC, *Registo Geral de Julho de 1856 a 31 de Dezembro*, n.º 1.10.3.3, não paginado

<sup>959</sup> ADVC, Administrador do concelho de Viana do Castelo, *Copiador Geral -1838*, n.º 5.16.4.17, não paginado.

<sup>960</sup> Leia-se Gómez Bravo, Gutmaro, “El delito y la enfermedad en la España del cambio de siglo”, in *Cuadernos de Historia Contemporánea*, vol. Extraordinario, 2007, pp. 114-116.

<sup>961</sup> *O Vianense*, 25 de Fevereiro de 1865, n.º 1044, não paginado. *A Aurora do Lima*, 28 de Junho de 1856, n.º 78, não paginado.

de polícia, uma vez que era àqueles que competia a organização da polícia rural, a inspecção de casas de jogos, hospedarias e estalagens, a fiscalização sobre uso e porte de armas, a vigilância de mendigos e vagabundos, a segurança em festividades, mercados, feiras e espectáculos públicos, bem como a circulação de alienados.<sup>962</sup> Em suma, era ao administrador do concelho que competia tomar as devidas providências em matéria de segurança pública. Por isso, a imprensa periódica não se coibia de lhe assacar responsabilidades quando algo não corria de feição.

Os administradores dos concelhos eram igualmente acusados de ineficácia na inspecção em áreas relacionadas com a saúde pública, designadamente no ramo alimentar. De facto, segundo o regulamento em vigor, era sua incumbência vistoriar as casas de venda de comidas e bebidas.<sup>963</sup> As preocupações e as acusações subiam de tom quando surgiam epidemias, não só no distrito, mas também à escala nacional, dado o receio de propagação.

O estado de indignação, difundido pelos periódicos, perante a inoperância das autoridades está bem patente na edição d'*O Vianense* de 28 de Outubro de 1862, depois de uma cena de pancadaria que envolveu duas mulheres, em plena rua de Viana do Castelo:

"[...] E acontece isto mesmo em frente da casa do senhor regedor, e n'uma terra com pretenções a policiada! Cumpram com os seus deveres senhores autoridades! Poupem-nos o desgosto de todos os dias termos de censurar a falta de polícia, por scenas [sic] semelhantes as que hontem presenciamos." <sup>964</sup>

A insuficiência de efectivos policiais, a negligência e a inépcia chocavam a opinião pública e imprimiam um sentimento de insegurança junto das populações, sobretudo aquando da realização de eventos que implicavam grandes ajuntamentos de pessoas, como festas, feiras e mercados.<sup>965</sup> Um ano mais tarde, em 1863, a propósito da polícia civil, o jornal *A Aurora do Lima* escrevia que, com excepção de Lisboa e Porto, e das localidades guardadas por forças militares, "a segurança das pessoas, a defesa da propriedade, elementos essenciaes da vida

---

<sup>962</sup> Sobre as funções do administrador do concelho em matéria de segurança pública veja-se *Código Administrativo de 1842...*, pp. 103-106.

<sup>963</sup> *A Aurora do Lima*, 28 de Junho de 1856, n.º 78, não paginado. Confira-se *Código Administrativo de 1842...*, p. 105.

<sup>964</sup> *O Vianense*, 28 de Outubro de 1862, n.º 693, não paginado.

<sup>965</sup> *O Vianense*, 22 de Dezembro de 1864, n.º 1017, não paginado.

social, se acham n`este paiz inteiramente entregues ao bom senso nacional, e á boa indole do povo.”<sup>966</sup>

Estas palavras demonstram bem o descontentamento que, no século XIX e sobretudo nos meios mais ruralizados, havia em relação ao policiamento, basicamente efectuado pelas forças das regedorias. Nesta altura, Lisboa e Porto estavam já servidos com corpos de guardas municipais, dependentes do Ministério do Reino. A polícia era, aliás, um dos assuntos da ordem do dia para a imprensa, quase sempre num tom recriminatório, embora tivéssemos encontrado também alguns escritos laudatórios para assinalar as acções bem sucedidas levadas a cabo pelas forças da ordem.<sup>967</sup>

Preocupações relacionadas com o bem-estar público motivavam a escrita de artigos sobre a emigração engajada, sendo publicadas notícias e artigos de opinião que denunciavam as incoerências dos contratos de alistamento, bem como os malefícios da emigração para a economia nacional.<sup>968</sup> A circulação de moeda falsa ou cerceada também mereceu o interesse dos jornais. Este delito, além dos prejuízos que acarretava, causava sérias perturbações no quotidiano das populações, até porque era necessário colocá-las de sobreaviso para que não fossem burladas, aconselhando-as a certificar-se da autenticidade das moedas que lhes eram entregues.

Um dos assuntos mais debatidos nas páginas dos jornais do Alto Minho, muito particularmente n’*O Vianense*, foi o estado das cadeias e a situação miserável dos reclusos.

---

<sup>966</sup> *A Aurora do Lima*, 19 de Janeiro de 1863, n.º 1065, não paginado. Sobre a guarda municipal do Porto leia-se Santos, Maria José Moutinho dos, “A introdução da polícia civil em Portugal: entre projectos e realidades, os equívocos de uma polícia de segurança.”, in Almeida, Pedro Tavares de; Marques, Tiago Pires (coords.), *Lei e Ordem. Justiça Penal, Criminalidade e Polícia (séculos XVIII-XIX)*, Lisboa, Livros Horizontes, 2006, pp. 134-135.

<sup>967</sup> Em 1858, após a realização das festividades em honra de Nossa Senhora da Agonia, não se tendo verificado a ocorrência de delitos graves, o jornal *O Vianense* teceu a seguinte consideração sobre a polícia da cidade de Viana do Castelo: “Polícia da feira – tendo reclamado com justa razão, num dos nossos últimos números, a vigilância da polícia, cumpriremos hoje também um dever de imparcialidade, observando que a ordem e segurança publica foram mui satisfactoriamente mantidas por ocasião da feira. – Não consta pelo menos de roubos d’importancia, nem de ferimentos. – Ora, se isto foi no meio d’uma extraordinária concurrencia de feirantes e romeiros, com muito maior facilidade se poderá obter em circunstancias normaes o mesmo resultado. Não se descuide portanto a policia; e, em vez de censura, de bom grado aproveitaremos a ocasião de prestar aos seus esforços o elogio que mereçam”. *O Vianense*, 20 de Agosto de 1858, n.º 66, não paginado.

<sup>968</sup> *O Vianense*, 4 de Junho de 1858, n.º 34, não paginado; *A Aurora do Lima*, 2 de Março de 1857, n.º 180, não paginado.

Vários epítetos foram utilizados para as adjectivar: “prostíbulos imundos”, “lazaretos impastados”, “sentinas de miséria e corrupção”, “escolas de imoralidade”, espaços que insultavam a moral e eram um “escarneio da civilização” ou “inferno”.<sup>969</sup> Este interesse mostra que não havia um total alheamento para com um dos segmentos mais marginalizados da sociedade: os presos. A imprensa expunha nas suas páginas o sentir de uma sociedade minimamente informada e letrada, que não se coibia de criticar a inércia dos sucessivos ministérios e legislaturas, que não avançavam com as reformas necessárias neste sector. No entanto, o melhoramento das cadeias não era reivindicado apenas por uma questão de humanidade e filantropia ou pelo estado confrangedor em que se encontravam os detidos, mas, sobretudo, em nome do progresso da própria sociedade. Considerava-se que a cadeia não devia ser encarada como um mero espaço de punição, mas também de regeneração. Na sua edição de 3 de Dezembro de 1862, *A Aurora do Lima* lançava a seguinte questão: “Para que é pois atirar á podridão do lodo um homem que, depois de regenerado, poderia tornar-se útil à sociedade?”<sup>970</sup> A reabilitação do criminoso só podia ser levada a cabo a partir do momento em que as prisões fossem dotadas das condições indispensáveis para esse efeito.

Os estabelecimentos prisionais do distrito de Viana do Castelo apresentavam condições deploráveis, que impediam a perspectivação e o cumprimento do duplo objectivo a que já se propunham as cadeias dos Estados Unidos e de vários países europeus, ou seja, punir e regenerar. Os jornais da região, conhecedores de outras realidades, pugnavam pela transformação das cadeias em oficinas, adoptando o modelo já introduzido nas prisões de Lisboa, Coimbra e Setúbal onde existiam oficinas de trabalho para os encarcerados. Mas também se encarregavam de apontar as variadas e perigosas falhas do sistema. Entre elas, destacava-se o facto de, nas cadeias do distrito, a separação dos reclusos se basear apenas no sexo, não se atendendo ao grau de perigosidade nem à idade. No mesmo espaço, conviviam crianças, adolescentes e adultos, indivíduos apenas indiciados partilhavam o seu quotidiano com criminosos condenados.<sup>971</sup> Na sua edição de 13 de Abril de 1864, o jornal valenciano *Correio do Norte* enumerava, com realismo, os principais problemas que afectavam as cadeias:

“[...] em todas a mesma acumulação de indivíduos, a mesma carência de condições higienicas no edificio prisional, a mesma ausencia de policia e moralidade, a mesma falta,

---

<sup>969</sup> *A Aurora do Lima*, 10 de Junho de 1863, n.º 1123, não paginado.

<sup>970</sup> *A Aurora do Lima*, 3 de Dezembro de 1862, n.º 1046, não paginado.

<sup>971</sup> *O Vianense*, 5 de Maio de 1866, n.º 203, não paginado.



enfim, de verdadeiras qualidades que deve ter uma prisão para que della possa aproveitar aos encarcerados, tornando-os cidadãos probos e honestos, e regenerando-os que é um dos fins da pena."<sup>972</sup>

Este relato não se afastava da realidade, sendo corroborado por testemunhos idênticos expressos nas páginas d'*A Aurora do Lima* e d'*O Vianense*. A prisão celular ainda não existia, nem no distrito nem no país. Por isso, os detidos, em vez de estarem presos em celas, estavam agrupados em salas. Os cárceres estavam implantados nos centros das povoações, com arquiteturas que os aproximavam das masmorras típicas do Antigo Regime. Os carcereiros eram mal remunerados e a limpeza era deficiente. Tudo isto contribuía para que as prisões fossem descritas como focos de corrupção moral e física, centros infecciosos de doenças e locais propiciadores do desenvolvimento de surtos epidémicos. Deste modo, a fechar o retrato, as cadeias eram desenhadas como autênticas "escolas de criminalidade", onde os detidos apregoavam as suas façanhas, maquinavam planos para o futuro e planeavam as suas próprias fugas. Em vez de lugares de expiação e regeneração, os estabelecimentos prisionais contribuíam para agravar a rebeldia dos criminosos; em vez de espaços de trabalho, eram locais onde reinava a ociosidade e o vício, onde circulavam bebidas alcoólicas, havia lugar ao jogo e até ao fabrico de moeda falsa; em vez do silêncio, imperava a linguagem insultuosa.<sup>973</sup> Aliás, o uso de linguagem desbragada não se restringia ao espaço carcerário e aos seus "moradores", mas era igualmente proferida com o intuito de agredir verbalmente os transeuntes, sobretudo aqueles que se recusavam a depositar a esmola na cesta presa por uma corda, que os presos faziam balançar quando se apercebiam da aproximação de passantes. Em 1865, nas páginas do jornal *O Lethes* noticiava-se o mal-estar causado pelas ofensas que os presos lançavam contra quem passava, a partir das janelas da cadeia de Ponte de Lima. O caso assumia uma certa gravidade pelo facto de a prisão estar localizada num dos pontos mais concorridos da vila.<sup>974</sup>

A cadeia era vista como um espaço que permitia o apuramento do lado instintivo do homem, em detrimento da sua humanização, e o preso era apresentado como "um terrível animal, que salta, grita, blasfema, injuria, maldiz, ri-se, escarnece."<sup>975</sup> Por isso, a imprensa da época reclamava que se desse trabalho aos reclusos, que se alimentasse o seu corpo e o seu

---

<sup>972</sup> *Correio do Norte*, 13 de Abril de 1864, n.º 30, não paginado.

<sup>973</sup> *O Vianense*, 9 de Abril de 1858, n.º 10, não paginado.

<sup>974</sup> *O Lethes*, 25 de Abril de 1865, n.º 25, não paginado.

<sup>975</sup> *O Vianense*, 29 de Julho de 1859, n.º 203, não paginado.

espírito e que a passagem pelo cárcere não servisse para incentivar a reincidência na actividade criminosa, mas antes para impedir o crescimento dos números da delinquência. A solução, a seu ver, passava pela adopção do sistema penitenciário seguido por outros países europeus, o único que procurava a correcção do criminoso.

Outras propostas foram publicitadas nas páginas dos jornais. Sugeriam por exemplo, que fosse aproveitada a experiência profissional dos detidos para regular as actividades a desenvolver no cárcere, funcionando como uma espécie de mestres para aqueles que entravam na prisão sem ocupação.<sup>976</sup> Os lucros obtidos com o trabalho prisional seriam canalizados para o pagamento de despesas com a sustentação dos presos indigentes.

As acções de beneficência dirigidas aos presos também eram motivo de notícia. No século XIX, a caridade foi dando lugar à filantropia, ou seja, à doutrina política e filosófica que encarava a felicidade humana como uma construção alcançável através do desenvolvimento de actos altruístas e humanitários, que teriam como objectivo último atenuar, senão mesmo eliminar as injustiças sociais. A concepção do homem caridoso, que auxilia o pobre com a intenção de obter a sua salvação espiritual, dá lugar à filantropia, entendida como dever social. Valores como beneficência e o humanitarismo faziam parte de um corpo de qualidades que deviam ser cultivadas por determinados grupos sociais, nomeadamente pela alta e média burguesia, na medida em que estes se tinham transformado em pontos-chave na construção da imagem social do indivíduo. Estes valores eram postos em prática através de actos de generosidade para com as franjas mais marginalizadas da sociedade.<sup>977</sup> Ainda no século XVIII, em 1793, Leopoldo Berchtold evocou frequentemente a palavra filantropia, considerando que os membros das classes superiores deviam respeitar e dar atenção aos membros mais desfavorecidos da sociedade.<sup>978</sup> Segundo este mesmo autor, os pais deviam entregar aos filhos a

---

<sup>976</sup> *O Vianense*, 29 de Julho de 1859, n.º 203, não paginado.

<sup>977</sup> Segundo Maria Antónia Lopes, a palavra beneficência era utilizada por escritores religiosos “com o significado de acto de bondade de fazer bem, geralmente atribuído a Deus, ou, também, como manifestação de caridade.” Todavia, como refere a mesma autora, em finais de setecentos, generalizou-se em Portugal a versão iluminista do termo, que será adoptada pelo Liberalismo, assumindo-se como uma acção meramente laica, desprovida de qualquer sentido religioso, associada à filantropia. Consulte-se Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, Assistência e Controle Social em Coimbra (1750-1850)*, vol. I..., pp. 63-64.

<sup>978</sup> Berchtold, Leopoldo, *Ensaio sobre a extensão dos limites da beneficência a respeito assim dos homens, como dos mesmos animais*, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1793, pp. 8-9.

responsabilidade pelas acções de beneficência que já praticavam e conduzi-los a locais onde proliferavam os mais necessitados, como, por exemplo, às cadeias.<sup>979</sup>

Uma das formas de exibição de altruísmo consistia precisamente na dádiva de esmolas aos presos pobres dos cárceres. Tais gestos eram publicitados nas páginas da imprensa, que reservavam o espaço necessário para a exaltação da magnanimidade do doador. Na prática, a concessão de esmolas por parte de particulares podia ser motivada por preocupações relacionadas como a necessidade de contribuir para a construção ou conservação da imagem social do benfeitor, dado o impacto que estes gestos tinham junto da opinião pública. Todavia, não podemos negligenciar a existência de motivações espirituais, nomeadamente o desejo de obtenção de uma recompensa futura, que passaria pela expiação dos pecados e obtenção da salvação eterna.<sup>980</sup>

Dinheiro, alimento e roupa de cama e de vestir faziam parte das dívidas que os particulares concediam aos presos indigentes com o objectivo de minorar o seu sofrimento. Assim, em ocasiões especiais, como no Natal, por ocasião da celebração de aniversários dos monarcas, ou através de subscrições públicas, eram levados a cabo gestos benfeitores para com os encarcerados que não passavam despercebidos à imprensa, que os registava e louvava. Descreviam-se os jantares, exaltava-se a variedade e a abundância da ementa, contrastante com a frugalidade que caracterizava o alimento diário dos reclusos pobres.<sup>981</sup>

No dia 25 de Dezembro de 1858, os presos da cadeia de Viana do Castelo tiveram direito a um jantar, promovido por Joaquina Ferreira Maia Queiroz, sendo o gesto recompensado com rasgados elogios n' *O Vianense*, onde foram exaltadas as suas virtudes da benfeitora:

"[...] acção esta que aquella excelente senhora, minorando o sofrimento dos pobres encarcerados, soube dar mais um testemunho dos seus piedosos sentimentos e bondoso coração."<sup>982</sup>

---

<sup>979</sup> Berchtold, Leopoldo, *Ensaio sobre a extensão dos limites da beneficência a respeito assim dos homens, como dos mesmos animais...*, p. 11.

<sup>980</sup> Sobre a relação existente entre a concessão de esmolas e a obtenção de recompensas espirituais leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *Rituais de caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)...*, pp. 34-44.

<sup>981</sup> Em Dezembro de 1863, a propósito do jantar oferecido aos presos pobres da cadeia de Viana do Castelo, patrocinado pelo Ministro da Marinha, o jornal *O Vianense* não se coibiu de descrever o "banquete": "constou de boa sopa, excelente cozido e vitela guizada, e de arroz doce e fruta para sobremesa, além do competente vinho". Leia-se *O Vianense*, 5 de Dezembro de 1863, n.º 858, não paginado.

<sup>982</sup> *O Vianense*, 27 de Dezembro de 1858, n.º 119, não paginado.

Digno de nota nas páginas d'*O Vianense* era o jantar que todos os anos tinha lugar na quinta-feira santa, organizado pela Ordem Terceira de São Francisco de Viana do Castelo, destinado aos presos da cadeia. No mês de Setembro do mesmo ano e no ano seguinte, em 1859, foi a vez do Conde da Lousã realizar o mesmo obséquo, inserido nas comemorações de aniversário do rei D. Pedro V, o que lhe valeu aplausos idênticos nas páginas dos jornais vianenses. Em 16 de Setembro de 1861, data de aniversário daquele monarca, o governador civil, Jacomé Borges, encontrava-se nas caldas de Monção, tendo oferecido fartas esmolos aos presos da cadeia.<sup>983</sup> Doações em dinheiro, como as que foram realizadas pelo Marquês de Saldanha e Jacomé Borges Pacheco Pereira, aos presos pobres da cadeia de Viana do Castelo, em 1861, eram aplaudidas pelos jornais.<sup>984</sup>

A imprensa alto minhota mostrava assim uma posição paradoxal face ao criminoso. Se por um lado mostrava um certo fascínio, por outro exigia a sua punição exemplar. A mesma postura contraditória se aplicava ao preso, que lhe suscitava compaixão, pelas condições desumanas a que era sujeito no decurso da sua reclusão em estabelecimentos fétidos e imundos, num tempo em que a justiça não conseguia libertar-se das teias em que se tinha enredado.

---

<sup>983</sup> *A Aurora do Lima*, 23 de Setembro de 1861, n.º 866, não paginado.

<sup>984</sup> *A Aurora do Lima*, 4 de Março de 1861, n.º 783, não paginado.



## **Capítulo IV**

### **OS MECANISMOS DE PUNIÇÃO: A CADEIA**



## 1. A cadeia no Antigo Regime

Os espaços de detenção, destinados a indivíduos acusados ou culpados de terem violado as normas legais de convivência, existem desde tempos imemoriais, tendo, no entanto, sofrido mutações sucessivas na sua concepção.<sup>1</sup> A cadeia, tal como a conhecemos hoje, enquanto dispositivo judicial, ou seja, enquanto forma de punição, é relativamente recente, remontando a finais do século XVIII, inícios do século XIX. Para alcançar o estatuto de sanção privativa da liberdade, a cadeia percorreu diversas etapas ao longo da sua própria história. A sua evolução foi traçada a partir do cruzamento e da confrontação de factores jurídicos e penais, bem como de condições sociais que determinaram a sua transformação, permitindo que lugares de mera reclusão e afastamento do indivíduo da sociedade dessem lugar, pelo menos no plano teórico, a espaços que visavam a punição e regeneração do condenado.

Recuando às primeiras civilizações, verificamos que as cadeias sempre existiram com a finalidade de custodiar pessoas tidas como culpadas de algum crime, ou até como lugares de tortura.

Na Grécia Antiga, a prisão era utilizada como um instrumento coercivo, que tinha o claro objectivo de obrigar os devedores a pagar as suas dívidas e, ao mesmo tempo, impedir a sua fuga aos credores. Para os atenienses, a prisão era um lugar onde os indivíduos aguardavam a formulação ou cumprimento da sentença, de tortura ou execução.<sup>2</sup>

No mundo romano, o encarceramento foi instituído como medida preventiva, aplicada aos incriminados enquanto esperavam a instauração dos respectivos processos. Não havia locais específicos para albergar os detidos nem uma arquitectura prisional própria, sendo, por conseguinte, encerrados nos mais variados lugares. Existia, no entanto, o *ergastulum*, que era um espaço dentro da casa do senhor destinado à reclusão de escravos ou dos membros da

---

<sup>1</sup> Leia-se Sanz Delgado, Enrique, "Las Viejas cárceles: Evolución de las garantías regimentales", in *ADPCP*, Tomo LVI, 2004, pp. 1-2. Peña Mateos, Jaime, "Antecedentes de la prisión como pena privativa de libertad en Europa hasta el siglo XVII", in García Valdés, Carlos (dir.), *História de la prisión. Teorías economicistas. Crítica*, Madrid, Edisofer, 1997, pp. 63-64. Morris, Norval; David J. Rothman (edit.), *The Oxford History of Prison. The Practice of Punishment in Western Society*, New York, Oxford, Oxford University Press, 1998, p. 7.

<sup>2</sup> Confirme-se Morris, Norval; David J. Rothman (edit.), *The Oxford History of Prison. The Practice of Punishment in Western Society...*, pp. 4-8.



família que, segundo a perspectiva do *paterfamilias*, tivessem violado a disciplina familiar.<sup>3</sup> Tratava-se, portanto, de uma forma de detenção doméstica e privada.

Tal como os gregos, também os romanos admitiam a reclusão do indivíduo por dívidas e, segundo alguns autores, foi concedida, em certas circunstâncias, a comutação da pena capital por prisão perpétua. No entanto, quer no tempo da República, quer no Império, o Direito não previa a pena de prisão pública.<sup>4</sup>

Em Portugal, durante o período medieval, a cadeia desempenhava, fundamentalmente, uma função preventiva e coerciva, sendo muito raramente utilizada com uma finalidade repressiva.<sup>5</sup> Era, sobretudo, um lugar de custódia, embora a passagem por este espaço pudesse ser encarada como um castigo, pelas torturas e privações a que os detidos eram submetidos.

Segundo Luís Miguel Duarte, as formas de punição medievais, nomeadamente a aplicação da pena capital, a condenação ao desterro e até mesmo a aplicação de castigos físicos, tinham um sentido pedagógico e fins dissuasórios, além de que, em termos económicos, se revelavam mais vantajosas.<sup>6</sup> As cadeias, que começaram por ser concebidas para receber presos colocados a ferros e agrilhoados, eram locais lúgubres, exíguos e insalubres, sem quaisquer condições de habitabilidade e segurança, donde não era muito difícil escapulir-se. Aliás, as evasões eram frequentes. Aos reclusos valia, ainda que nem sempre, o apoio dos familiares, tanto na alimentação como no vestuário, até porque o carcereiro limitava-se a guardá-los e a receber as carceragens, não lhes prestando qualquer tipo de auxílio.

No Portugal medievo, a cadeia era o destino reservado sobretudo aos pobres, já que os abastados e pertencentes a categorias sociais mais elevadas conseguiam quase sempre escapar a essa punição. Se a prisão era um pesadelo para o encarcerado e um fardo para a família, também acarretava alguns encargos financeiros para a Coroa, embora, segundo Luís Miguel

---

<sup>3</sup> Veja-se Ruiz Rodriguez, Ignacio, "Evolución histórica de las penas privativas de libertad", in García Valdés, Carlos (dir.), *História de la prisión. Teorías economicistas. Crítica...*, p. 79. Peña Mateos, Jaime, "Antecedentes de la prisión como pena privativa de libertad en Europa hasta el siglo XVII"..., pp. 65-66. Morris, Norval; David J. Rothman (edit.), *The Oxford History of Prison. The Practice of Punishment in Western Society...*, p. 14. Paoli, Ugo Enrico, *La vida en la Roma Antigua*, Barcelona, Editorial Iberia, 2000, p. 93.

<sup>4</sup> Leia-se Peña Mateos, Jaime, "Antecedentes de la prisión como pena privativa de libertad en Europa hasta el siglo XVII"..., p. 66.

<sup>5</sup> Sobre as prisões medievais leia-se Duarte, Luís Miguel, *Justiça e Criminalidade no Portugal Medievo: 1459-1481*, Coimbra, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 1999, pp. 392-426.

<sup>6</sup> Duarte, Luís Miguel, *Justiça e Criminalidade no Portugal Medievo: 1459-1481...*, p. 392.

Duarte, as prisões medievais pudessem funcionar nas habitações dos carcereiros e nos calabouços dos castelos.<sup>7</sup> Apenas no reinado de D. Manuel I se iniciou a edificação de estruturas destinadas a funcionarem como cárceres, dispondo de melhores condições de habitabilidade, de que é exemplo a cadeia de Ponte de Lima, cuja construção foi concluída em 1511.

No século XVI, com o surgimento dos Estados Modernos, os monarcas vão procurar regular os conflitos sociais através do Direito, apoiando-se num complexo aparelho burocrático e em exércitos fortes, como forma de ser conseguida a estabilidade social e o bem-estar público. Deste modo, o Direito passou a ser utilizado como um instrumento que permitia ao monarca manter o equilíbrio social, apesar de ter que enfrentar fortes resistências, nomeadamente da parte do clero e da nobreza, sempre muito ciosos dos seus privilégios.<sup>8</sup> A justiça era uma ferramenta concentrada nas suas mãos, que lhe permitia intervir nos diferentes níveis da sociedade, impondo-se como uma forma de controlo social, administrada de acordo com os seus interesses.<sup>9</sup> Porém, a magistratura deste período caracterizava-se pela arbitrariedade e pela corrupção, além de ser, por vezes, condicionada na sua aplicação por certas práticas ancestrais e costumes socialmente intrincados.

Genericamente, era um tempo em que as penas tinham um duplo objectivo: punir o criminoso e dissuadir os membros da sociedade de se tornarem futuros criminosos. Daí, a publicidade e o sofrimento físico que rodeavam a sua aplicação.<sup>10</sup> A execução da pena constituía quase sempre um espectáculo público, acompanhado pelas manifestações de júbilo ou de escárnio dos assistentes, e rodeada de um aparato que a transformava num verdadeiro cerimonial punitivo, próximo da grandiosidade que caracterizava outros momentos festivos,

---

<sup>7</sup> Duarte, Luis Miguel, "Crimes na Serra", *Estudos de homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*, vol. 2, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, p. 92.

<sup>8</sup> Consulte-se Trinidad Fernandez, Pedro, "Penalidad y gobierno de la pobreza en el Antiguo Régimen", in *Estudios de Historia Social*, Madrid, 48/49, 1989, pp. 7-64.

<sup>9</sup> Veja-se Dinges, Martin, "El uso de la justicia como forma de control social en la Edad Moderna", in Fortea, José I.; Gelabert, E. Juan; Mantecón, Tomás A. (eds.), *Furor et rabies: violencia, conflicto y marginación en la Edad Moderna*, Santander, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cantabria, 2002, p. 48. Leia-se igualmente Sá, Isabel dos Guimarães, "Justiça e Misericórdia(s): devoção, caridade e construção do estado ao tempo de D. Manuel I", in *Penélope*, n.º 29, 2003, pp. 12-15.

<sup>10</sup> Sobre as cerimónias de execução pública leia-se Spierenburg, Pieter, *The Spectacle of Suffering. Executions and the evolution of repression: from a preindustrial metropolis to the European experience*, Cambridge, Cambridge University Press, 2008. Veja-se igualmente Araújo, Ana Cristina, "Cerimónias de execução pública no Antigo Regime - escatologia e justiça", in *Revista de História Sociedade e Cultura*, n.º 1, 2001, pp. 169-211.

tendo como objectivo último criar uma atmosfera de terror. O condenado ficava sujeito a tormentos faseados e prolongados, com efeitos terrivelmente dolorosos, dado que podia ser torturado, queimado ou esquartejado, até que a morte sobreviesse.<sup>11</sup>

O crime era encarado como um ataque ao soberano, uma vez que a lei constituía a expressão da sua vontade. Por isso, o castigo era a forma tida como adequada para retaliar a sua violação.<sup>12</sup> Estas manifestações públicas de repressão e violência eram consideradas necessárias, dado que alguns Estados europeus, confrontados com uma estabilidade precária, precisavam de demonstrar publicamente quem detinha o monopólio da administração da justiça.

O castigo era infligido sobre o corpo do criminoso, mas visava o crime, que, nos Estados deste período, era encarado como uma brecha no sistema vigente, pondo em causa o clima de pacificação que se prendia instaurar e manter, pelo que se justificaria o recurso a processos violentos para o combater.<sup>13</sup> Esta realidade é precisamente contrária à que encontraremos nos Estados liberais, que, ao concentrarem-se na punição do criminoso, admitiam a sua reabilitação.

Ainda nesta época, a Europa vai assistir a uma alteração do sistema penal, não porque tivesse ocorrido a humanização da justiça criminal, mas em resultado de um conjunto de circunstâncias, nomeadamente da necessidade de os Estados disporem de homens para os seus exércitos, para a colonização das terras recém-descobertas e para as obras públicas.<sup>14</sup> Ora, homens mutilados e incapacitados não serviam para satisfazer essas necessidades. Por isso, os castigos corporais foram, muitas vezes, substituídos pela condenação ao degredo, pela incorporação no exército, pelo envio para as galés ou pelo trabalho em obras públicas.

---

<sup>11</sup> Sobre os suplicios aplicados leia-se Boullant, François, *Michel Foucault et les prisons*, Paris, Presses Universitaires de France, 2003, pp. 37-41.

<sup>12</sup> Confira-se Foucault, Michel, *Vigiar e Punir. História da violência nas prisões*, Petrópolis, Editora Vozes, 2007, pp. 41-46.

<sup>13</sup> Acerca da relação existente entre as formas de repressão, a formação e o desenvolvimento dos Estados modernos na Europa pré-industrial leia-se Spierenburg, Pieter, *The Spectacle of Suffering. Executions and the evolution of repression: from a preindustrial metropolis to the European experience...*, pp. 77-80.

<sup>14</sup> Sobre as condenações às galés e ao trabalho nos arsenais, bem como as dificuldades que afectavam a vida dos condenados leia-se Estévez, Rosa Maria Pérez, "Delincuencia en la España del siglo XVIII: los presidiarios de Marina", in *Cuadernos de investigación histórica*, 3, Madrid, 1979, pp. 259-273. Sobre os vadios e criminosos condenados ao arsenal de Ferrol no século XVIII consulte-se igualmente Martín García, Alfredo, "Levas honradas y levas de maleantes: los trabajadores forzosos en un arsenal del antiguo régimen", in *Obradoiro de Historia Moderna*, n.º 8, 1999, pp. 231-260.



**Figura 1.** Edifício do antigo tribunal e cadeia de Caminha

Em Portugal, o degredo constituía uma sanção penal utilizada desde a Idade Média, já prevista nas Ordenações Afonsinas, à qual os monarcas recorreram para colonizar as zonas fronteiriças e consolidar a presença nessas regiões. A partir do século XV, os condenados passaram a cumprir esta punição nas áreas mais despovoadas e inóspitas do território nacional ou nas possessões portuguesas em África, na América e, posteriormente, na Ásia.<sup>15</sup> Assim, com a expansão além-mar, os destinos dos degredados alteraram-se, devido à indispensabilidade de colonização das terras recém-descobertas ou conquistadas, sendo então enviados, num primeiro momento, para São Tomé e Príncipe, Brasil, entre outras paragens, e, posteriormente, para certas regiões do Brasil, para o continente africano e para a Índia.<sup>16</sup> Tratava-se afinal, de cumprir um duplo objectivo: expurgar o território dos seus elementos indesejáveis e usá-los em proveito do Estado.<sup>17</sup>

A partir do século XVI, para fazer face à necessidade de homens para as grandes armadas, a condenação às galés, que revestia um carácter vexatório, ganhou particular relevância no ordenamento penal português e passou a ser cada vez mais utilizada.<sup>18</sup> Em Espanha, essa punição foi mais frequente no século XVII, sendo gradualmente substituída por outras, como a condenação a trabalhos nas minas de mercúrio em Almadén e nos presídios no Norte de África, onde era necessária mão-de-obra para sua manutenção e para a construção de fortificações. Posteriormente, no decorrer do século XVIII, estas fortalezas transformaram-se em colónias penais.<sup>19</sup>

Assim, a evolução das penas na Europa do período moderno resultou sobretudo das necessidades económicas e sociais dos Estados, mantendo-se, no entanto, os castigos

---

<sup>15</sup> Sobre a pena de degredo leia-se Toma, Maristela, "História, legislação e degredo em Portugal", in *Justiça e História*, vol. 10, n.º 5, 2005, pp. 51-92.

<sup>16</sup> Confira-se Oliveira, Marta Tavares Escocard, "As Misericórdias e a assistência aos presos", in *Cadernos do Noroeste*, vol. 11 (2), 1998, pp. 72-73.

<sup>17</sup> Saliente-se que a pena de degredo, juntamente com a pena de morte, constitui uma das modalidades penais mais citadas nas Ordenações Filipinas. No entanto, a preconização desta pena para determinados crimes não constitui sinónimo da sua efectiva aplicação. *Ordenações Filipinas*, Livro 5, Rio de Janeiro, Edição Cândido Mendes de Almeida, 1870.

<sup>18</sup> Sobre a condenação às galés leia-se Braga, Paulo Drumond, "Os forçados das galés. Percursos de um grupo marginalizado", in *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam*, vol. I, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 1999, pp. 187-200.

<sup>19</sup> Veja-se Trinidad Fernández, Pedro, "Penalidad y gobierno de la pobreza en el Antiguo Régimen", *Estudios de Historia Social...*, pp. 7-64.

corporais. Em alguns, foi igualmente alterada a forma como as punições eram aplicadas. Embora continuassem a visar o corpo, foi desaparecendo o aparato cénico que as acompanhava.

Em Portugal, a pena de morte raramente era aplicada, bem como os açoites e a amputação de membros.<sup>20</sup> Porém, o anúncio de uma execução pública despertava grande curiosidade e alvoroço. Segundo Maria Teresa Cardoso, no século XVIII, no Porto, os representantes das instâncias judiciais superiores não participavam no cortejo que antecedia o momento da execução. O condenado, acompanhado pelos irmãos da Misericórdia, percorria a pé, arrastado ou a atazanar, os locais públicos, de modo a ser cumprida a finalidade intimidatória e pedagógica da pena.<sup>21</sup> O povo marcava presença, ladeando as ruas por onde passava o cortejo e juntando-se no local da execução.<sup>22</sup> Chegado ao patíbulo, o condenado era garroteado, enforcado ou consumido pelo fogo.<sup>23</sup> Neste último caso, para se evitar o sofrimento desmedido, os sentenciados eram previamente mortos, com recurso ao garrote ou ao afogamento, com excepção dos culpados de delitos religiosos, que ardiam vivos em fogueiras. Todos os gastos decorrentes do suplício e da execução eram pagos com o património do réu. No caso de não possuir bens suficientes para esse efeito, era a Justiça que suportava as despesas.

Consideramos que a teatralidade que envolvia a execução pública dos castigos, com fins dissuasores, teve uma expressão muito reduzida no Portugal do Antigo Regime, o que certamente estará relacionado com a ideia de uma soberania construída a partir da graça e da misericórdia. Mais do que castigador, o monarca era aquele que, num gesto de magnanimidade, concedia o perdão.<sup>24</sup> Por altura de grandes celebrações régias, podiam inclusive ser concedidos perdões colectivos.<sup>25</sup>

---

<sup>20</sup> Leia-se Hespanha, António Manuel, *Justiça e Litigiosidade: História e prospectiva*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, p. 311. A este propósito veja-se do mesmo autor “A punição e a graça”, in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 4, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 239-250.

<sup>21</sup> Confirme-se Correia, Eduardo, “A evolução histórica das penas”, in *Boletim da Faculdade de Direito*, vol. LIII, 1977, pp. 99-100.

<sup>22</sup> Veja-se Cardoso, Maria Teresa Costa Ferreira, *Os presos da Relação do Porto entre a cadeia e a Misericórdia (1735-1740)*, Braga, Universidade do Minho, 2005, pp. 186-188. Tese de mestrado policopiada.

<sup>23</sup> Nas Ordenações estavam ainda previstas outras formas de execução, como a lapidação, a crucificação e o envenenamento. *Ordenações Filipinas*, Livro V, Rio de Janeiro, Edição Cândido Mendes de Almeida, 1870.

<sup>24</sup> Sobre o “perdão” leia-se Delgado, Maria Filomena, “O perdão das penas em Portugal”, in *Lusíada. História*, n.º 3, 2006, pp. 15-42. Monteiro, Isilda Braga da Costa, “A litigiosidade e o “perdão” em Vila Nova de Gaia (séculos XVII e XVIII)”, in *Revista de Ciências Históricas*, vol. XI, Porto, 1996, pp. 101-112.

Nos séculos XVI e XVII, o cárcere mantinha a sua função preventiva dos idos tempos medievos. No entanto, dadas as deficiências que envolviam os dispositivos indispensáveis ao cumprimento da ordem penal, a permanência nas cadeias transformava-se em autêntica punição. Era o que sucedia com os condenados ao degredo, sujeitos a longas esperas que antecedia a sua partida para os lugares de destino, antecipando assim o cumprimento do castigo.<sup>26</sup>

Durante este período, a cadeia era ainda um espaço de custódia, uma morada provisória, e não representava propriamente um castigo, mas constituía antes um meio para garantir a sua efectivação. Funcionava em edifícios antigos e adaptados, implantados nos centros das vilas e cidades, sem as mínimas condições de higiene, onde os detidos se amontoavam e grassavam doenças, que, por vezes, se transformavam em epidemias que acabavam por contagiar a restante população. Eram lugares onde imperava a arbitrariedade do carcereiro, a corrupção, a violência.

Para além do seu carácter preventivo, a cadeia continuava a assumir uma função coerciva. Como instrumento repressivo, era usada muito raramente, não excedendo, todavia, períodos de tempo fixados, que podiam ir de 15 dias a três meses.<sup>27</sup>

As condições das cadeias portuguesas no período moderno têm sido reveladas sobretudo através dos estudos realizados no âmbito da história social, muito particularmente da

---

<sup>25</sup> A título exemplificativo, para celebrar o casamento de D. João VI e D. Carlota Joaquina, em 1784, foram perdoados e soltos todos os presos das cadeias do reino, com excepção dos culpados dos seguintes crimes: “blasfemarem de Deus e de seus santos, e moeda falsa, e falsidade e testemunho falso, matar ou ferir sendo de preposito e com espingarda ou qualquer outra arma de fogo, ou dar tiro com propósito de matar, ou ferir, posta que não, matasse nem ferisse; propinação de veneno da inda que morte senão haja seguido, morte feita traiçoadamente, pôr fogo acintemente, arrombamento de caejas, forçar mulheres, soltar os presos, sendo carcereiro, por vontade ou pesta; entrar em mosteiro de freiras com preposito, e fim desonesto, ferir ou espancar a qualquer Juis posto que pedaneo, ou ventanario seja, sobre seu officio, Impedir com efeito a diligencia da justiça usando para isso de força; ferir alguma pessoa tomada as manus; furto que exceda o valor de hum marco de prata; ferida feita no rosto com tenção de a dar e se com efeitos se deo, e ultimamente o crime de ladrão furnigeiro sendo pella terceira vez preso e condenação de açoutes sendo por furto.” AMM, *Registos das leis*, n.º 1 – A 13-2-33, fls. 49-50.

<sup>26</sup> Leia-se Hespanha, António Manuel, *Justiça e Litigisidade: História e prospectiva...*, pp. 298-299.

<sup>27</sup> Veja-se Correia, Eduardo, “A evolução histórica das penas” ..., p. 101.

história da assistência.<sup>28</sup> Estes trabalhos permitem-nos conhecer as agruras que mais acometiam a população prisional do Portugal moderno.<sup>29</sup> A escassez de alimento, a ausência de condições de higiene, a doença e a promiscuidade eram realidades que inquinavam o espaço carcerário.<sup>30</sup> Os detidos, além de terem que suportar os cheiros nauseabundos e fétidos, eram ainda obrigados a partilhar o espaço com pequenos bicharocos, cuja presença foi assinalada por Maria Antónia Lopes, na cadeia da Portagem, em Coimbra.<sup>31</sup> Tal como acontecia no Portugal medievo, as fugas sucediam-se devido à ausência de condições de segurança dos edifícios, que careciam, aliás, de obras urgentes, mas que eram sucessivamente proteladas.<sup>32</sup>

A prisão, que muitas vezes significava a primeira etapa de um castigo ainda por cumprir, constituía um autêntico calvário para homens, mulheres e crianças, que partilhavam um

---

<sup>28</sup> Atente-se nos trabalhos de Araújo, Maria Marta Lobo, "Pobres nas malhas da lei: a assistência aos presos nas Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima", in *Cadernos do Noroeste*, vol. 11 (2), 1998, pp. 83-114. Da mesma autora, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa; Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000, pp. 249-266; 669-679. "O hospital do Espírito Santo de Portel na Época Moderna", in *Cadernos do Noroeste*, Série História 3, 20, (1-2), 2003, pp. 386-387; "Na barra dos tribunais: os presos e a Misericórdia de Portel (séculos XVI-XVII)", *Congresso Internacional de História. Territórios, Culturas e Poderes. Actas*, vol. I..., pp. 303-318; *A Misericórdia de Monção: fronteira, guerras e caridade (1561-1810)*, Braga, Misericórdia de Monção, 2008, pp. 293-303. Abreu, Laurinda, *Memórias da alma e do corpo. A Misericórdia de Setúbal na Modernidade*, Viseu, Palimage, 1999, pp. 427-430. Cardoso, Maria Teresa Costa Ferreira, "A cadeia da Relação do Porto e a assistência prestada aos presos pela Misericórdia do Porto (1735-1740)", *Noroeste. Revista de História*, 2, 2006, pp. 349-371. Castro, Maria de Fátima "Presos, enjeitados e meninos desamparados no programa assistencial da Misericórdia de Braga", *Noroeste. Revista de História*, 2, 2006, pp. 373-404.

<sup>29</sup> Esta situação parece não ter sido exclusiva das cadeias portuguesas. Para conhecer os problemas que afectavam as cadeias em Espanha, bem como a sua população prisional, entre os séculos XVI e XVIII, leia-se Antonio Escudero, José, "Cinco siglos de cárceles", in *Historia 16*, Extra VII, Outubro 1978, pp. 5-30. Pérez Álvarez, María José, "Delito y Castigo: Presos y cárceles en el León del Antiguo Régimen", in Rubio Pérez, Laureno, *Pobreza, Marginación y Asistencia en la Península Ibérica (siglos XVI-XIX)*, León, Universidad de León, Área de Publicaciones, 2009, pp. 97-135. Veja-se igualmente Heras Santos, José Luis de las, *Justicia penal de los Austrias en la corona de Castilla*, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 1994, pp. 265- 290.

<sup>30</sup> Araújo, Maria Marta Lobo de, "Na barra dos tribunais: os presos e a Misericórdia de Portel (séculos XVI-XVII)" ..., pp. 303-306.

<sup>31</sup> Sobre a cadeia da Portagem de Coimbra leia-se, Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, Assistência e Controle Social em Coimbra (1750-1850)*, vol. I, Viseu, Palimage Editores, 2000, pp. 525-533.

<sup>32</sup> Cardoso, Maria Teresa Costa Ferreira, "A cadeia da Relação do Porto e a assistência prestada aos presos pela Misericórdia do Porto (1735-1740)" ..., pp. 350-351.



quotidiano que se ia prolongando por tempo indeterminado. Tratava-se, afinal, de uma punição antecipada que era imposta sobre os seus corpos, martirizados pelas privações que sofriam e pela sujeição a condições infames.

Nos finais do século XVI, a Europa foi assolada por uma crise económica, resultante da subida dos preços dos alimentos e agravada por um forte surto de peste. Em consequência, verificou-se um aumento do número de indigentes e, ao mesmo tempo, a necessidade de distinguir os verdadeiros dos falsos pobres. Como solução, foram criadas casas de correcção, onde os vadios e os pequenos criminosos eram enclausurados e submetidos a uma severa disciplina, a fim de serem regenerados socialmente pela via do trabalho.<sup>33</sup>

Neste século, na Inglaterra, foi instaurado o internamento de ociosos, vagabundos e pequenos delinquentes, que ficavam sujeitos a um regime de trabalho obrigatório e a uma disciplina rígida. Nasciam, assim, as primeiras casas de correcção, cujo objectivo primeiro era corrigir, com base no trabalho e na formação moral, a ociosidade. A primeira experiência foi levada a cabo no castelo de Bridewell (1552). O sucesso obtido levou à disseminação de casas de correcção por toda a Inglaterra, nomeadamente em Oxford, Salisbury, Gloucester, Norwich, seguindo o mesmo modelo. Esta foi a resposta da Inglaterra ao aumento do número de pobres, provocado pela crise do sistema feudal, que conduziu à diáspora rural rumo aos centros urbanos. Chegados às cidades, homens e mulheres com dificuldades em garantir a sua subsistência, viviam ociosamente, dedicando-se à mendicidade, ao pequeno furto e, no caso das mulheres, à prostituição. Nas casas de correcção, eram sujeitados a um tratamento diferenciado, segundo diversas gradações, quanto à penosidade do regime de trabalho a cumprir. Esta foi a medida pensada para a regeneração de pobres que se mostravam renitentes em trabalhar, apesar de não padecerem de qualquer incapacidade.

Mais tarde, na primeira metade do século XVII, foram criadas na Holanda instituições similares. Na génese da sua implantação estão, entre outras, motivações de ordem económica, relacionadas com a pujança da actividade comercial holandesa e com a luta pela independência dinamizada precisamente pela classe mercantil. A Holanda necessitava de canalizar todos os braços disponíveis para o trabalho, não estando em condições de desperdiçar força produtiva, numa altura em que parte da Europa mergulhava numa conjuntura de declínio económico e

---

<sup>33</sup> Sobre este assunto leia-se Trinidad Fernández, Pedro, "La reforma de las cárceles en el siglo XIX: las cárceles de Madrid", in *Estudios de Historia Social*, Madrid, 22-23, 1982, p. 73.

demográfico.<sup>34</sup> As casas de trabalho holandesas tinham como objectivo a aprendizagem forçada da disciplina, baseando o seu funcionamento no trabalho constante, na aplicação de castigos corporais e na educação religiosa.<sup>35</sup> Os estabelecimentos destinados aos elementos do sexo masculino eram apelidados de *Rasp-huis*. Esta designação estava relacionada com a principal actividade desenvolvida nestes locais, e que consistia em pulverizar madeira, cujo pó seria posteriormente utilizado pelos tintureiros para obter um pigmento usado nos fios. Pela sua dureza, era considerado o trabalho ideal para os ociosos. Existiam também casas destinadas a mulheres, as *Spinhuys*, onde eram encerradas prostitutas, pequenas ladras, delinquentes e mulheres com problemas alcoólicos, que ocupavam o seu tempo a tecer.

O exemplo holandês foi seguido por outras cidades europeias, sobretudo alemãs, como Lübeck, Hamburgo, Dantzig e Bremen, onde foram criadas as *Zuchthäuse*, e suíças, como Berna, Basileia e Freiburg. A influência dos estabelecimentos holandeses estendeu-se também à Bélgica, mais propriamente à cidade de Gand, onde foi criada a *Maison de Force*. Nesta, os internados, que também trabalhavam na raspagem da madeira, recebiam, aquando da sua libertação, uma verba para retribuir o seu esforço e que lhes permitia reiniciar a vida em liberdade.<sup>36</sup> O sucesso das casas de trabalho holandesas fez com que de várias partes da Europa chegassem emissários com a intenção de observarem o funcionamento deste modelo para o aplicarem nos respectivos países.<sup>37</sup>

Em 1600, também na Holanda, em particular nas zonas calvinistas, foram fundadas as casas de trabalho destinadas a jovens rebeldes, entregues pelas suas famílias para serem corrigidos.<sup>38</sup> A sua permanência nestes estabelecimentos podia durar anos, onde, além da instrução escolar, também eram educados com base em princípios religiosos.

---

<sup>34</sup> Sobre o surgimento das casas de trabalho holandesas leia-se Melossi, Dario; Pavarini, Massimo, *Cárcere e Fábrica. As origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX)*, Rio de Janeiro, Editora Revan, 2006, pp. 39-48.

<sup>35</sup> Veja-se Peña Mateos, Jaime, "Antecedentes de la prisión como pena privativa de libertad en Europa hasta el siglo XVII" ..., p. 74.

<sup>36</sup> Leia-se Peña Mateos, Jaime, "Antecedentes de la prisión como pena privativa de libertad en Europa hasta el siglo XVII" ..., p. 75.

<sup>37</sup> Confirme-se Melossi, Dario; Pavarini, Massimo, *Cárcere e Fábrica. As origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX)* ..., p. 57.

<sup>38</sup> Note-se que, no século XVI, não podemos falar de Holanda, mas sim de Províncias Unidas do Norte, que proclamaram a sua independência da Espanha em 1581. No entanto, a guerra com Espanha continuou até 1648, ano em que os espanhóis assinaram o Tratado de Münster, reconhecendo a soberania da República Holandesa das Províncias Unidas.

Mais tarde, outros Estados, nomeadamente os católicos, instituíram as suas casas de trabalho. Em França, avançou-se com o *Hôpital*, um modelo de internamento mais simples e distinto do implementado nos países protestantes, que se caracterizava pela ausência de trabalho obrigatório. O primeiro foi criado em Lyon, ainda na primeira metade do século XVI. Contudo, só no século XVII, em 1656, foi inaugurado o *Hôpital Général* de Paris, que resultou da fusão de vários estabelecimentos de reduzida dimensão, albergando uma população heterogénea, incluindo viúvas e órfãos. Em França, o encerramento de pobres visava mais a supressão da mendicidade do que propriamente a imposição de hábitos de trabalho. Em finais do século XVI, em Itália, foram criados hospícios em Turim, Parma, Génova e Pisa. A instituição criada neste país mais parecida com uma casa de trabalho surgiu em Florença, no século XVII.

Em Espanha foram implementados, nos inícios do século XVII, estabelecimentos penais, chamados *galeras*, com o objectivo de corrigir a mulher corrompida pelo vício, transformando-a em mulher virtuosa e honrada, através da submissão a uma dura disciplina. Estas casas acolhiam vagabundas, ociosas, prostitutas, criminosas, órfãs, feiticeiras, que aí permaneciam por tempo indeterminado. As *galeras* estavam fechadas ao mundo exterior, as mulheres passavam os seus dias a trabalhar e a rezar.<sup>39</sup> Logo após o seu ingresso, era-lhes retirada a roupa, os cabelos eram rapados e obrigadas a vestir um uniforme.<sup>40</sup>

A reclusão celular propriamente dita será implementada, em termos institucionais, apenas no século XVIII, sendo a casa de correcção de São Miguel, em Roma, a precursora deste modelo, que previa o trabalho diário colectivo e o isolamento individual nocturno.<sup>41</sup> Outras instituições de vários países acabaram por adoptar este figurino. Anos mais tarde, em Gand, foi construída a já referida *Maison de Force*. Para além da adopção do modelo celular nocturno, o edifício estava dividido em diferentes secções, albergando cada uma delas indivíduos com características específicas.<sup>42</sup>

A posição da Igreja Católica face à pobreza alterou-se na viragem do século XVII para o século XVIII. Estas casas de trabalho e correcção, surgidas na Europa moderna, eram

---

<sup>39</sup> Veja-se Trinidad Fernández, Pedro, "Penalidad y gobierno de la pobreza en el Antiguo Régimen"..., pp.7-64.

<sup>40</sup> Sobre o quotidiano nas galeras consulte-se Fiestas Loza, Alicia, "Las Carceles de Mujeres", in *Historia* 16, Extra VII, Octubre 1978, pp. 90-99.

<sup>41</sup> Confira-se Santos, Maria José Moutinho dos, *A Sombra e a Luz. As prisões do Liberalismo*, Porto, Edições Afrontamento, 1999, p. 37.

<sup>42</sup> Veja-se Melossi, Dario; Pavarini, Massimo, *Cárcere e Fábrica. As origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX)*..., pp. 82-83.

instituições laicas, dirigidas pelas autoridades das cidades, onde a Igreja desempenhou um papel menor, com excepção das instituições que estavam sob a sua alçada. Implantadas nas zonas economicamente mais desenvolvidas e mais industrializadas, com uma maior necessidade de mão-de-obra, albergavam, sobretudo, delinquentes que tivessem cometido pequenas transgressões. Com as crises económicas aumentava o número de mendigos e vadios, sendo nestas alturas que se elaboravam projectos que visavam o recolhimento de pobres. O factor económico, que terá sido um dos principais impulsionadores da criação destas instituições de internamento, foi sendo substituído pela necessidade de corrigir os elementos nelas encerrados, vindo ao de cima a finalidade utilitarista e religiosa. Deste modo, se inicialmente a privação da liberdade começou por ser encarada como uma forma de exploração económica, o momento seguinte será dominado pela perda da liberdade com um sentido correctivo e moralizador.

Em Portugal, o combate à pobreza desenrolou-se num quadro muito específico.<sup>43</sup> A falta de relevância de Portugal neste processo de confinamento de pobres deveu-se ao facto de ter adoptado uma organização distinta do seu quadro assistencial. Enquanto nos vários países europeus a assistência aos marginalizados e indigentes se fazia a uma escala local, em Portugal coube à Coroa o papel de a promover numa dimensão nacional. Porém, a inexistência de uma política de encerramento compulsivo de pobres não significava ausência de repressão à vadiagem. Pelo menos é o que podemos concluir da legislação promulgada ao longo dos séculos XVII e XVIII, consonante com aquela que, em igual período, era produzida a nível europeu. Convém, aliás, salientar que a legislação portuguesa que procura obrigar os ociosos ao trabalho, não é original deste período, mas tem as suas raízes no tempo medievo, bem como a aplicação da pena de degredo àqueles que se eximissem a esta obrigação.<sup>44</sup> Pelo decreto de 13 de Agosto foi determinada a prisão de todos os vadios para servirem nas galés. Mais tarde, os decretos de 16 de Maio de 1641 e 19 de Maio de 1644 previam a detenção de todos aqueles que fossem

---

<sup>43</sup> O único caso conhecido de internamento de pobres com uma finalidade reabilitadora, baseada no trabalho e na formação cristã, é o do hospício e irmandade de Nossa Senhora da Piedade, fundado em Évora, em 1587, pelo Arcebispo daquela cidade. No entanto, esta parece ter sido uma excepção sem continuidade, pelo menos a avaliar pela produção historiográfica existente até ao momento. Sobre o encerramento de pobres, nos séculos XVI e XVII, em Évora, leia-se Abreu, Laurinda "Reclusão e controle de pobres: o lado desconhecido da assistência em Portugal", in *Revista Portuguesa de História*, t. XXXVI, vol. 1, 2002/2002, pp. 527-540.

<sup>44</sup> Veja-se Sá, Isabel dos Guimarães, "Pobreza", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol III, Lisboa, Circulo de Leitores, 2001, p. 548.

encontrados em casas de jogos, para posteriormente serem remetidos para a Índia.<sup>45</sup> Decretos publicados nos anos seguintes continuavam a estabelecer a prisão de vadios e ociosos para serem desterrados para Angola, Índia e Macau.<sup>46</sup>

Portugal não foi original neste aproveitamento de mendigos e vadios para a defesa e colonização dos territórios ultramarinos, pois a Espanha, por exemplo, seguiu um procedimento idêntico. Tratava-se de uma medida de carácter utilitarista, que servia para afastar os criminosos e os potenciais delinquentes. O recurso ao degredo de vadios e ociosos, bem como a implantação de misericórdias por todo o país, serão dois dos factores que, provavelmente, terão contribuído para a ausência de uma política de encerramento de pobres.<sup>47</sup>

Pelo decreto de quatro de Novembro de 1755, foi imposto o castigo de trabalhos públicos aos vadios e ociosos da cidade de Lisboa. A aplicação desta pena denota, para além do seu carácter punitivo, uma intenção de reabilitação face ao vício da ociosidade, patente no próprio decreto ao expressar o seguinte:

“[...] E porque o sobredito castigo póde servir de emenda a muitos dos que forem a elles condemnados: e não he da Minha Real, e pia intensão injuriar os homens, mas sim desterrar do povo, que Deos me confiou, a ociosidade, e os delitos que dela seguem: Sou outro sim Servido que as sobreditas penas, e sentenças, em que ellas se julgarem, não irroguem infâmia, nem possam ser allegadas em Juizo, nem fora delle para inhabilidade alguma, qualquer que ela seja.”<sup>48</sup>

A valorização do trabalho em detrimento da esmola resultava igualmente da difusão das ideias iluministas através das academias e sociedades económicas, que o encaravam não apenas sob uma perspectiva economicista, mas também moralizadora, o que acabará por ter implicações na visão que a sociedade constrói sobre os pobres e a sua utilidade para o

---

<sup>45</sup> Confirme-se Thomaz, Manuel Fernandes, *Repertorio Geral, ou Indice Alphetico das Leis Extravagantes do Reino de Portugal*, Tomo Segundo, Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1819, p. 400.

<sup>46</sup> Decretos de 11 de Abril de 1673; 21 de Junho de 1675; 16 de Março de 1680; quatro de Março de 1688; sete de Março de 1691; 17 de Fevereiro de 1699; 23 de Setembro de 1701; 14 de Fevereiro de 1702; oito de Maio de 1719; 29 de Janeiro de 1723; Thomaz, Manuel Fernandes, *Repertorio Geral, ou Indice Alphetico das Leis Extravagantes do Reino de Portugal...*, p. 401.

<sup>47</sup> Sobre este assunto consulte-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *Rituais de caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (séculos XVII-XVIII)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2003, pp. 23-24.

<sup>48</sup> Silva, António Delgado da, *Collecção da Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das Ordenações*, Lisboa, Typografia Maignense, 1830, p. 400.

progresso social. Emerge a concepção de que a esmola promove o ócio, quando o reino precisava de gente para trabalhar os campos e para os exércitos.

Na sequência de uma política de vigilância e controlo da população, foi publicado o alvará de 25 de Junho de 1760, que visava a criação da Intendência Geral da Polícia, no qual se previa a concessão de esmola apenas aos pobres que para esse efeito obtivessem licença. Os que não tivessem autorização

“[...] Serão levadas nesta corte perante o Intendente Geral da Policia e nas cidades das proveniências perante os comissários constituídos nas cabeças das comarcas os quaes ouvindo verbalmente os reos sem outra ordem ou figura de juízo lhes emporão as penas estabelecidas pela referida lei, de nove de Janeiro de mil seicentos e quatro e decreto de quatro de Novembro de mil setecentos e cincoenta e cinco fazendo as executar na forma por elles ordenada e porque entre os referidos mendigos aquelles que forem cegos e devilitados pra todo o trabalho se fazem dignos da minha real piedade, ordeno que o mesmo intendente geral faça formar uma relação delles em cada freguesia pelos ministros respectivos para que eu possa dar a este respeito as providencias necessárias.<sup>49</sup>

Esta medida vem no seguimento das provisões tomadas ao longo do século XVII, que procuravam imprimir uma maior vigilância sobre os indigentes.<sup>50</sup>

Relativamente às mulheres de conduta duvidosa, não estava prevista a reclusão compulsiva, mas antes o banimento, se o seu comportamento imoral fosse ostensivo. O internamento temporário em hospitais ou nas cadeias estava previsto apenas em caso de

---

<sup>49</sup> AMM, *Registo de ordens reais – 1742*, n.º 1-A-14-2-9, fl. 25.

<sup>50</sup> É o caso de *O Regimento de Quadrilheiros de 1603*. Aos quadrilheiros cabia saber “se em sua quadrilha” andavam homens mal-afamados e vadios. Caso existissem, deviam ser presos e levados ao corregedor ou ao Juiz do Crime. Confira-se Sousa, José Roberto Monteiro de Campos Coelho e, *Systema, ou Collecção dos Regimentos Reaes*, Lisboa, Oficina de Francisco Borges de Sousa, 1783, pp. 443-446. É igualmente necessário atender ao alvará de nove de Janeiro de 1604, acerca das licenças a conceder aos mendigos. Segundo este alvará, nenhuma pessoa podia pedir esmola sem licença dos corregedores e ouvidores das comarcas do reino e dos provedores. Esta devia ser atribuída aos homens e mulheres que, por deficiência física ou idade avançada, não tivessem condições para trabalhar. Os que fossem encontrados a mendigar sem a respectiva licença seriam condenados a açoites e ao degredo a “dez legoas fora da Cidade, Villa, ou logar e termo”. Confira-se Silva, José Justino de Andrade e, *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa*, Lisboa, Imprensa de J. J. A. Silva, 1854, p. 160. Veja-se ainda Santos, Maria José Moutinho dos, “Delinquência urbana e formas de repressão em Portugal nos finais do Antigo Regime (1760-1801)”, in Rubio Pérez, Laureno, *Pobreza, Marginación y Asistencia en la Península Ibérica (siglos XVI-XIX)*..., pp. 199-219.

aparecimento de moléstias. No entanto, desde que se mostrassem discretas, a sua presença era tacitamente aceite.<sup>51</sup>

Podemos, todavia, fazer referência a dois tipos de instituições criadas no mundo católico pós-tridentino, que acabavam por implicar o enclausuramento de mulheres, devido à sua conduta sexual, tendo em vista a sua protecção ou regeneração. Tratava-se dos recolhimentos fomentados a partir do século XVI, onde as mulheres ingressavam livremente ou impelidas por terceiros. Uns visavam a preservação da honra feminina, o resguardo da pureza e virgindade, até ao casamento; outros destinavam-se a recolher mulheres, cuja honra já havia sido manchada por uma vida imoral, ou seja, por comportamentos tidos como impróprios do sexo feminino, como a prostituição. Muitas destas instituições foram erigidas sob a invocação de Santa Maria Madalena.<sup>52</sup> O seu objectivo era a reabilitação moral e a regeneração social destas mulheres, com base numa disciplina rígida, na inculcação de preceitos e normas morais, no trabalho e, como não podia deixar de ser, na prática religiosa. Cumprido o tempo de enclausuramento, estas mulheres, devidamente reabilitadas e com a honra reposta, eram devolvidas à sociedade.<sup>53</sup>

No século XVIII, indo de encontro ao espírito utilitarista da época, foi criada a *Casa Pia da Correção da Corte*, inaugurada em 1780.<sup>54</sup> Destinava-se a recolher homens e mulheres de maus costumes, com comportamentos associados à vadiagem, à mendicidade e à prostituição, tendo em vista a sua reabilitação através do trabalho. Mais tarde, esta instituição irá sobressair pela sua vertente educativa. A fundação deste estabelecimento constituiu uma excepção no quadro nacional, apesar das tentativas de desenvolvimento de projectos análogos noutras partes do país, mas que não se concretizaram.<sup>55</sup>

---

<sup>51</sup> Thomaz, Manuel Fernandes, *Repertório Geral, ou Índice Alfabético das Leis Extravagantes do Reino de Portugal...*, p. 46.

<sup>52</sup> Sobre estas instituições leia-se Sá, Isabel dos Guimarães, "Entre Maria e Madalena: a mulher como sujeito e objecto de caridade em Portugal e nas colónias: séculos XVI-XVIII", separata do Congresso Internacional da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, *O rosto feminino da sociedade Portuguesa. Actas*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995, vol. 2, pp. 333-334.

<sup>53</sup> Sobre este assunto leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *Pobres, Honradas e Virtuosas: os dotes de D. Francisco e a Misericórdia de Ponte de Lima (1680-1850)*, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000, pp. 17-42.

<sup>54</sup> Leia-se Lopes, Maria Antónia, "Intervenção da Coroa nas instituições de Protecção Social de 1750 a 1820", in *Revista de História das Ideias*, vol. 29, 2008, pp. 161-163.

<sup>55</sup> Acerca a intenção de fundar uma Casa Pia na cidade do Porto leia-se Santos, Maria José Moutinho, "A Real Casa Pia de Correção e Educação do Porto, 1792-1804", in *Revista da Faculdade de Letras. História*, Porto, III Série, vol.

Ao mesmo tempo que a Europa procedia ao internamento dos seus pobres, marginais, loucos e indivíduos potencialmente perigosos, a situação das suas prisões permanecia inalterada, embora a passagem pelas casas de correcção não fosse entendida como forma de cumprimento de uma pena judicialmente imposta.

No sentido de ser percepcionada a evolução do papel da cadeia enquanto dispositivo penal, é necessária a evocação das casas de trabalho e de correcção, enquanto modelos institucionais que as precederam. Muitos dos princípios que regiam estas casas de correcção vão ser aplicados no sistema prisional dos finais do século XVIII e início do século XIX. Estas instituições, onde a detenção se encontrava associada ao trabalho e o ócio era um vício a combater, também visavam a reabilitação moral do indivíduo, tendo em vista a sua reinserção na sociedade.

Durante os séculos XVII e XVIII, verificou-se uma alteração das sensibilidades, nomeadamente no que diz respeito ao corpo, que se veio a repercutir na aplicação das penas e na atitude face aos castigos corporais.<sup>56</sup> Até então, a punição, que incidia sobre o corpo do réu, pretendia transmitir uma mensagem dissuasória.<sup>57</sup> Porém, estes castigos públicos, transformados em espectáculos teatralizados, baseados no sofrimento corporal, foram perdendo destaque a partir de finais de setecentos. Simultaneamente, a cadeia começou a ser utilizada como lugar de punição, onde eram encerrados os autores de pequenos delitos, além de continuar a funcionar como um instrumento de coação e de reclusão de devedores.

Aquando da sua passagem por Portugal, em 1783, John Howard declarou que algumas cadeias portuguesas se encontravam em melhor estado que as inglesas, por servirem unicamente para encerrar criminosos, excluindo o aprisionamento de devedores desde 1772.<sup>58</sup> Pelo contrário, uma boa parte da população prisional da Inglaterra era constituída por devedores.

---

2, 2001, pp. 129-144. Sobre as propostas, avançadas a partir de Coimbra, para a criação de instituições com as mesmas características leia-se Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, Assistência e Controle Social em Coimbra (1750-1850)*..., pp. 142-153.

<sup>56</sup> Consulte-se Spierenburg, Pieter, "Four Centuries of Prison History, Punishment, Suffering, the Body and Power", Finzsch, Norbert; Jütte, Robert (eds.), in *Institutions of Confinement, Hospitals, Asylums, and Prisons in western Europe and north America, 1500-1950*, Cambridge, University Press, 1996, pp. 17-35.

<sup>57</sup> Confira-se Fraile, Pedro, *Un espacio para castigar. La cárcel e la ciencia penitenciaria en España (siglos XVIII-XIX)*, Barcelona, Ediciones del Serbal, 1987, pp. 13-16.

<sup>58</sup> Leia-se Dixon, Hepworth William, *John Howard, and the prison-world of Europe*, New York, Robert Carter & Brothers, 1850, p. 317.



Neste país, no século XVIII, as queixas relativamente ao sistema prisional avolumavam-se, o quotidiano dos presos era vivido de forma ociosa, passado entre o jogo, a ingestão de bebidas alcoólicas e o convívio com a população civil, a qual, com autorização dos carcereiros, tinha acesso às instalações prisionais. Aliás, a administração das cadeias era estabelecida e gerida pelos carcereiros em acordo com os prisioneiros.<sup>59</sup>

Com o avançar do século XVIII, registaram-se mudanças na forma de conceber o sistema prisional, em consequência das transformações que começaram a ser reclamadas por filósofos, juristas, higienistas e outros pensadores, que advogavam alterações à própria sociedade e que implicavam a realização de reformas que se estenderiam ao domínio penal.<sup>60</sup> Nomes como Montesquieu, Voltaire, John Lock ou Beccaria foram os arautos dessa transformação conceptual, ao reclamarem a necessidade de pôr termo a privilégios assentes no nascimento e ao defenderem a igualdade de todos perante a lei.

O Direito Penal do século XVIII promovia a desigualdade, pois admitia tratamentos diferenciados em função da condição social, o que, obviamente, condicionava a aplicação de castigos. Os repertórios de leis eram, por norma, escassos e caóticos, o que dava azo a todo o tipo de arbitrariedades, contrapondo-se à severidade e dureza das penas. A pena de morte era prevista para um vasto número de crimes, como acontecia, no caso português, nas Ordenações Filipinas. O monarca, detentor de um poder absoluto e divino, exercia a justiça e aplicava os castigos, delegando nos juizes os poderes de julgar e condenar.

Ora, a situação do Direito e a forma como a justiça era aplicada estavam em clara contradição com o movimento iluminista, que marcou esta época. Filósofos e juristas começaram a criticar severamente o estado das prisões e a legislação penal em vigor. Consideravam que o Direito devia afastar-se de quem o exercia e adquirir um carácter independente e imparcial. A privação da liberdade começou a ser entendida como uma forma penal efectiva, em nome do princípio segundo o qual quem atentasse contra a ordem social estabelecida devia ser punido com a perda da liberdade. Por outro lado, os problemas existentes nos cárceres começaram a merecer o interesse da classe política, abrindo espaço para o debate de teorias e a defesa de reformas.

---

<sup>59</sup> Veja-se Morris, Norval; David J. Rothman (edit.), *The Oxford History of Prison. The Practice of Punishment in Western Society...*, pp. 72-75.

<sup>60</sup> Sobre as prisões francesas em finais do Antigo Regime leia-se Petit, Jacques-Guy, *Ces peines obscures. La prison pénale en France (1780-1875)*, Paris, Fayard, 1990, pp. 21-31.

Intelectuais influenciados pelo Racionalismo procuravam levar a cabo uma reforma do Direito, passando o crime a ser considerado um mal que atentava contra toda a sociedade e não um pecado contra Deus. A ideia de pacto social desmentia a concepção do crime como atentado contra Deus ou contra o monarca. Deste modo, os suplicios perdiam sentido enquanto expressão de vingança pública.<sup>61</sup> À sociedade competia a função de julgar e todos os seus membros seriam potenciais juizes, cabendo-lhes vigiar, constantemente, as acções de todos os cidadãos e punir aqueles que ousassem atentar contra ela.

Os pensadores e reformadores deste período procuravam novas modalidades penais que, mais do que punir, visavam a reforma moral do indivíduo, em substituição dos castigos cruéis do Antigo Regime. Em 1721, Montesquieu, por exemplo, criticou a natureza e a atrocidade das punições então aplicadas. Neste campo, foi fundamental a obra de Beccaria, que apresentou um conjunto de sugestões para a reforma do Direito Penal, procurando combater as injustiças que se verificavam, até então, no processo judicial. As suas propostas implicavam alterações na legislação criminal e a humanização e racionalização das penas, considerando as vigentes como ineficazes e arbitrárias. Na sua obra *Dos Delitos e das Penas*, Cesare Beccaria apresentou uma síntese crítica ao sistema jurídico-penal em vigor, defendendo um novo sistema penal.<sup>62</sup> Segundo este autor, o castigo não devia ter uma finalidade expiatória, mas sim dissuasória, que não se limitava ao réu, mas estendia-se aos restantes membros da sociedade, para evitar o cometimento de crimes idênticos. A este propósito, Beccaria defende que

“[...] devem escolher-se as penas e o método de infligi-las de tal maneira que, observadas as devidas proporções, se produzirá um efeito mais eficaz e mais duradouro sobre o espírito dos homens, e menos torturante sobre o corpo do réu.”<sup>63</sup>

Beccaria não desenvolveu muito o papel da cadeia no âmbito dos sistemas penais, concentrando-se mais no Direito Penal. No entanto, defendeu que as penas que se arrastavam por dias, meses e anos poderiam ter uma finalidade mais intimidatória do que constituir castigos

---

<sup>61</sup> Sobre o declínio da aplicação da pena de açoites em Espanha, a partir de finais do século XVIII, leia-se Ortego Gil, Pedro, “Algunas consideraciones sobre la pena de azotes durante los siglos XVI-XVIII”, in *Hispania*, LXII/3, n.º 212, 2002, pp. 902-905.

<sup>62</sup> Sobre o pensamento de Beccaria leia-se Moreno Castillo, María Asunción, “Estudio del pensamiento de Cesare Beccaria, en la evolución del aparato punitivo”, in García Valdés, Carlos (dir.), *Historia de la prisión. Teorías economicistas. Crítica...*, pp. 91-109.

<sup>63</sup> Confira-se Beccaria, Cesare, *Dos delitos e das penas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1998, pp. 84-85.

severos, de execução imediata.<sup>64</sup> Assim, o tempo e o encerramento começam a desenhar-se como componentes essenciais que se aplicarão no novo sistema punitivo.

Foi também importante a chamada de atenção feita por John Howard, que, na sua obra *The State of Prisons in England and Wales*, publicada em 1777, denunciou o estado das prisões inglesas em particular e das cadeias europeias em geral. No seu périplo pela Europa, John Howard visitou várias instituições de encarceramento, designadamente cadeias, casas de trabalho e de correcção. Relativamente aos espaços prisionais que visitou na Europa, o cenário era negro, salvo raras excepções, como os estabelecimentos holandeses, aos quais teceu elogios.<sup>65</sup> Descreveu as prisões europeias como instituições marcadas pela corrupção e pela arbitrariedade, sem condições de higiene, onde reinava a promiscuidade e a doença. Genericamente, as suas críticas incidiam sobre a alimentação, escassa ou até inexistente; a carência de enxergas; o ar era quase irrespirável, devido à ausência ou insuficiência de janelas. Este filantropo insurgia-se ainda contra o pagamento das carceragens e a falta de critérios na distribuição dos detidos. Também as casas de trabalho e estabelecimentos de correcção foram alvo de censura, por causa do uso frequente da tortura.

Howard, que considerava a cadeia como o espaço de punição por excelência, avançou com um conjunto de reformas que julgava fundamentais para o seu bom funcionamento, defendendo, nomeadamente, a separação e classificação dos presos, maior cuidado com a higiene e segurança. Propunha o fornecimento de dietas alimentares equilibradas, adaptadas à idade dos reclusos, à sua actividade física e à estação do ano; o uso de uniformes; a separação dos detidos durante a noite; a obrigatoriedade de um ensino baseado nos princípios cívicos, a leitura de textos religiosos; a proibição do jogo e da ingestão de bebidas alcoólicas. Defendia ainda o trabalho prisional, que, além de ser adequado ao preso, devia proporcionar-lhe algum benefício, nomeadamente no seu processo de regeneração. Rejeitava a aplicação de castigos físicos aos reclusos, sugerindo, em alternativa, o recurso a processos mais subtis de punição, nomeadamente a diminuição ou eliminação de uma refeição, ou a atribuição de trabalhos mais duros. No que se referia aos presos doentes, sustentava que estes deveriam dispor de enfermarias bem arejadas e limpas e beneficiar de um tratamento especial em relação ao

---

<sup>64</sup> Fraile, Pedro, *Un espacio para castigar. La cárcel e la ciencia penitenciaria en España (siglos XVIII-XIX)*..., p. 28.

<sup>65</sup> Confira-se Melossi, Dario; Pavarini, Massimo, *Cárcere e Fábrica. As origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX)*..., pp. 80-81.

vestuário, à higiene pessoal e à alimentação.<sup>66</sup> No essencial, Howard mostrava-se partidário de uma nova organização das cadeias, baseada nos princípios da racionalidade, saúde pública e religião.

Relativamente às cadeias portuguesas, John Howard fez alusão à prática da separação dos detidos, com base no sexo. No entanto, manifestou a sua estranheza pelos longos períodos de tempo que homens e mulheres passavam na prisão a aguardar decisão da justiça.<sup>67</sup>

A obra filantrópica de Howard difundiu-se por toda a Europa e influenciou trabalhos posteriores. Portugal não foi excepção. Em 1793, Leopold Berchtold, numa obra escrita em português, aludia às reformas propostas por Howard para os estabelecimentos prisionais e alertava para a urgência da sua concretização. Um dos pontos que mereceu especial atenção dizia respeito aos cuidados a ter para a preservação da saúde e do bem-estar físico dos presos, insistindo na necessidade de se garantir a circulação de ar e a disponibilidade de água nas cadeias, bem como o ensinamento de hábitos de higiene e a limpeza dos cabelos dos reclusos, que deviam, aliás, ser rapados. As roupas de cama e de vestir tinham de estar sempre limpas, de modo a ser extirpada a possibilidade de infecções. A limpeza das vestes devia ser efectuada aquando da chegada dos presos, pelo que eram necessários fornos para se proceder à desinfecção das peças transportadas para o interior do cárcere. O asseio das prisões também não podia ser descuidado. Deviam ser constantemente varridas, o chão lavado e os colchões tinham de ser batidos, além de que deveria existir sempre vinagre, sabão e lenha para serem conservadas limpas.<sup>68</sup>

Acerca do sustento dos presos indigentes, Leopold Berchtold, indo de encontro ao pensamento de Howard, entendia que deviam receber uma esmola diária, constituída por um arrátel e meio de pão, e dinheiro para comprar outros géneros alimentares, ou então, em vez de dinheiro, serem-lhes fornecidos directamente todos os alimentos para a sua dieta diária.

---

<sup>66</sup> Sobre as propostas de John Howard para o melhoramento do estado das prisões veja-se Bejerano Guerra, Fernando, "John Howard: Inicio y bases de la reforma penitenciaria", in García Valdés, Carlos (dir.), *História de la prisión. Teorias economicistas. Crítica....*, pp. 113-132.

<sup>67</sup> Veja-se Dixon, Hepworth William, *John Howard, and the prison-world of Europe....*, pp. 317-319.

<sup>68</sup> Confira-se Berchtold, Leopoldo, *Ensaio sobre a extensão dos limites da beneficência a respeito assim dos homens, como dos mesmos animais*, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1793, pp. 177-189.

Propunha ainda a separação dos reclusos em função do sexo e da natureza dos delitos, bem como a existência de períodos reservados à devoção e leitura dos textos sagrados.<sup>69</sup>

A realidade portuguesa distanciava-se em muitos aspectos das propostas apresentadas por John Howard e subcritas por Berchtold. O testemunho deixado por D. João de Almeida Portugal, marquês de Alorna, que se reporta à sua reclusão no forte da Junqueira, que se prolongou por 19 anos (1758-1777), é elucidativo.<sup>70</sup>

Algumas das passagens deste depoimento, publicado pela primeira vez em 1857, revelam a desumanização a que eram submetidos os encarcerados e dão conta das arbitrariedades a que estavam sujeitos. Sobre o tratamento dado aos enfermos na Junqueira, o marquês de Alorna teceu as seguintes considerações:

“[...] Os doentes são ordinariamente mais mal tratados do que no seu estado de saúde: desviam-se deles os guardas muito mais; atendem menos aos seus requerimentos e às suas palavras de desafogo; e o aperto, e segredo, conservam-se sempre no mesmo rigor sem a menor relaxação.”<sup>71</sup>

No que concerne ao papel dos reformadores setecentistas, importa ainda destacar o contributo de Jeremias Bentham. No seu ponto de vista, a cadeia devia servir para inculcar um conjunto de valores aos presos, de modo a que, quando fossem libertados, pudessem contribuir para o desenvolvimento social. Na sua perspectiva, a cadeia devia desempenhar uma função produtiva e ressocializadora. Nesse sentido, Bentham apresentou, em 1791, o *Panóptico*. Tratava-se de uma estrutura composta por uma torre implantada no centro de um edifício circular, constituído por várias celas que comunicavam pelo interior através de portas e tinham janelas por onde entrava a luz do dia. Entre a torre de vigilância e as celas, existia um espaço que separava os presos dos guardas.

O *Panóptico* constitui uma das primeiras formas de arquitectura funcional, aplicável não apenas às prisões, mas a outras instituições, como manicómios, casas de trabalho, escolas e hospitais. Funcionava como um espaço que permitia a punição e facilitava a vigilância

---

<sup>69</sup> Berchtold, Leopoldo, *Ensaio sobre a extensão dos limites da beneficência a respeito assim dos homens, como dos mesmos animais...*, pp. 190-191.

<sup>70</sup> A prisão de D. João de Almeida foi determinada pelo marquês de Pombal, por suspeitas de cumplicidade na conspiração preparada pelos Távoras contra a vida de D. José.

<sup>71</sup> Leia-se Portugal, D. João de Almeida, *As prisões da Junqueira*, Lisboa, Frenesi, 2005, [1857], p. 31.

permanente, ao mesmo tempo que garantia a eficiência a nível produtivo. A sua concepção obedecia a um princípio inspectivo, dado que todos aqueles que se encontrassem encerrados num espaço desta natureza poderiam ser alvo de uma vigilância constante, sem que se apercebessem, embora tivessem sempre presente essa possibilidade.

Em última análise, podemos admitir a hipótese de que Bentham projectaria no *Panóptico* a sua perspectiva de um modelo social. Para ele, a prisão devia actuar como uma escola, onde seriam incutidos os valores da sociedade nos reclusos, tendo em vista a sua regeneração. Para que a prisão cumprisse a sua função reabilitadora, era necessário que o seu funcionamento interno obedecesse a um conjunto de requisitos, que passavam pela distribuição dos presos de acordo com a idade, o sexo, a reincidência e grau de perigosidade. Porém, opunha-se ao isolamento total, uma vez que poderia causar infelicidade e, inclusive, conduzir o preso à loucura.<sup>72</sup>

Bentham reconheceu a importância que devia ser conferida ao vestuário, à higiene e à alimentação dos detidos. Tal como John Howard, fez a apologia do trabalho carcerário, que devia ser organizado como se de uma empresa se tratasse, e propôs a aplicação de castigos, ainda que a título excepcional, com fins disciplinadores. A cadeia era concebida não apenas como um espaço punitivo, mas que servia também para provocar no detido sentimentos que fragilizavam a sua auto-estima, como, por exemplo, a vergonha. O uso de máscaras e a roupa com mangas de diferentes comprimentos, por exemplo, serviam para provocar no preso uma imagem negativa de si mesmo e impeli-lo à mudança.<sup>73</sup>

Segundo Jeremias Bentham, a cadeia devia ser encarada sobretudo como um espaço de regeneração, que resultaria do efeito da disciplina, da religião e do trabalho sobre o detido, permitindo a formação de um novo homem, que deixasse de constituir um perigo para a sociedade. Mas foi mais longe, ao defender a intervenção de um fiador, que teria como missão acompanhar e apoiar o ex-recluso e determinar um conjunto de ocupações que lhe seriam reservadas, com o objectivo de garantir que se tornaria útil à sociedade.<sup>74</sup>

---

<sup>72</sup> Trinidad Fernández, Pedro, "La reforma de las cárceles en el siglo XIX: las cárceles de Madrid" ..., p. 117.

<sup>73</sup> Fraile, Pedro, *Un espacio para castigar. La cárcel e la ciencia penitenciaria en España (siglos XVIII-XIX)* ..., pp. 39-53.

<sup>74</sup> Acerca de Jeremias Bentham leia-se González Parra, Ricardo, "Jeremy Bentham. El utilitarismo y su influencia en la reforma del sistema penitenciario", in García Valdés, Carlos (dir.), *Historia de la prisión. Teorías economicistas. Crítica...*, pp. 133-147.

Assim, em finais do século XVIII, a juntar aos apelos reformistas, verificou-se uma maior consciência social face à situação e ao papel do cárcere nos sistemas punitivos vigentes. Foi ainda durante este século que surgiram preocupações de carácter filantrópico, que visavam a alteração dos comportamentos improdutivos dos homens, através do inculcamento de princípios morais e de higiene. Assistiu-se a uma crescente humanização, ao aumento da preocupação em relação ao outro, encarando-se o homem como um ser social e, como tal, todas as suas potencialidades deviam ser aproveitadas em benefício da sociedade em que estava inserido. Por outro lado, as experiências prisionais desenvolvidas nos Estados Unidos começaram a despertar interesse, levando muitos curiosos europeus a partir para aquele país com o intuito de conhecer as suas cadeias.<sup>75</sup>

Deste modo, a cadeia como pena efectiva generalizar-se-á por toda a Europa, deixando de ser encarada apenas como um mero local de custódia. Começava-se a gerar a ideia de que os edifícios prisionais deviam transmitir uma mensagem, por isso interessava criar construções capazes de “comunicar” com os detidos, de os convidar à reflexão, o que não era possível na maior parte dos cárceres europeus de finais de setecentos.

No século XVIII, surgiram novas formas de conceber o poder, que serão postas em prática na centúria seguinte. Os regimes liberais vão tentar reformar no sistema prisional, caracterizado até então pela pluralidade jurídica e pela desigualdade. Simultaneamente, a sociedade concentra-se no réu, reconhecendo-se a necessidade de o observar e de o estudar, no sentido de serem concebidos métodos que permitissem a sua transformação. Essa procura e a forma de a concretizar estão presentes nas palavras de Pedro Trinidad, ao referir que, em resultado das transformações ocorridas no século XVIII, “el castigo abandona progresivamente el cuerpo del condenado para buscar el alma, con el fin de actuar sobre su voluntad.” Este preceito será cumprido na larga maioria dos países europeus no século XIX.<sup>76</sup>

---

<sup>75</sup> Veja-se Róldan Barbero, Horacio, *História de la Prision en España*, Barcelona, Publicaciones del Instituto de Criminología de Barcelona, 1988, p. 89.

<sup>76</sup> Trinidad Fernández, Pedro, “La reforma de las cárceles en el siglo XIX: las cárceles de Madrid” ..., p. 81.



**Figura 2.** Antiga cadeia de Melgaço



## 2. O liberalismo e as cadeias

Em finais do século XVIII, inícios do século XIX, assistiu-se a uma transformação da concepção da liberdade e ao desenvolvimento do seu sentido valorativo, como consequência da adopção de um conjunto de princípios, como o isolamento, a obediência e a disciplina, que foram transpostos para o sistema punitivo. Essas mudanças ocorreram na Europa, mas primeiramente nos Estados Unidos, onde tiveram lugar as reformas penitenciárias, baseadas na disciplina, no trabalho e na regeneração.

As penas a aplicar passaram a ser medidas pelo tempo, dado que o indivíduo era privado da sua liberdade pelo período de tempo julgado suficiente para reparar o mal que praticara contra a sociedade, durante o qual, como refere Foucault, ficaria afastado de “tudo o que motivou a infracção, às cumplicidades que o facilitaram.”<sup>77</sup> Assim, a prisão assumia uma tripla função: castigar, proteger e regenerar os culpados. Funcionava, segundo Michelle Perrot, como “uma ilusória válvula de segurança” para uma sociedade predominantemente burguesa, apoiada nos valores do trabalho e da propriedade.<sup>78</sup>

A cadeia, concebida com objectivos eminentemente correcionais, impunha-se, no plano teórico, como mecanismo por excelência não só de punição e de reabilitação do condenado, mas também de prevenção para impedir o avanço da criminalidade. Estes propósitos que a prisão se propunha cumprir exigiam transformações na organização do espaço prisional e, consequentemente, o surgimento de novos modelos de arquitectura carcerária, que, levados à prática, servirão de mote à emergência de teorias que os sustentam, desencadeando acesos debates transfronteiriços.<sup>79</sup>

No início do século XIX, nos Estados Unidos, vigoravam dois modelos carcerários: o de Auburn e o da Pensilvânia ou Filadélfia. O sistema de Auburn, o chamado *silent sistem*, implementado no estado de Nova Iorque, previa o isolamento nocturno, refeições e trabalho colectivos, o silêncio absoluto e a aplicação de castigos corporais. O sistema implementado no estado *quaker* da Pensilvânia, o *solitary system*, confinava os presos a celas individuais durante todo o tempo de condenação. Admitia o isolamento total, que se estendia às refeições e ao

---

<sup>77</sup> Confirme-se Foucault, Michel, *Vigiar e Punir. História da violência nas prisões...*, p. 199.

<sup>78</sup> Leia-se Perrot, Michelle, *Os Excluídos da História. Operários, mulheres e prisioneiros*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1992, p. 266.

<sup>79</sup> Barreiros, José António, “As instituições criminais em Portugal no século XIX: subsídios para a sua história”, in *Análise Social*, vol XVI; (63), 1980, p. 587.

trabalho, embora consentisse visitas seleccionadas. Tratava-se, portanto, de uma instituição carcerária de regime de isolamento celular contínuo, que pretendia obter a regeneração do preso com base num processo de auto-reflexão.<sup>80</sup>

Estes dois sistemas diferenciam-se a vários níveis, nomeadamente na importância conferida ao isolamento e na forma de conceber o trabalho. Se um privilegiava a dimensão produtiva do trabalho, o outro apostava na reabilitação do condenado através da reflexão espiritual, a que o era obrigado pelo isolamento a que estava sujeito.

Estes dois modelos foram amplamente debatidos na Europa. A discussão girava em torno de saber qual dos sistemas seria mais viável sob o ponto de vista correctivo, económico, da segurança e até da saúde mental do preso. Os detractores do sistema pensilvânico encaravam o isolamento total como algo de anti-natural, que levaria os prisioneiros à loucura e que podia favorecer o cometimento de suicídios. Por outro lado, numa perspectiva economicista, este regime exigia um grande esforço financeiro, dado que as celas individuais teriam de estar dotadas de todos os recursos necessários para o quotidiano dos reclusos, fechados durante vinte e quatro horas, incluindo utensílios de trabalho.<sup>81</sup> Os críticos do sistema de Auburn consideravam-no uma réplica menor do modelo de Pensilvânia, dada a inconsistência que revelava ao prever o silêncio total e, simultaneamente, a reunião dos reclusos durante as sessões de trabalho e nas refeições, o que levaria à existência de um sistema incoerente, onde imperava o castigo físico.<sup>82</sup>

Delegações francesas, compostas por homens como Beaumont, Tocqueville, que se mostraram defensores do regime de Filadélfia, ou a equipa inglesa, comandada pelo filantropo William Crawford, bem como missões da Prússia e Bélgica, atravessaram o Atlântico para conhecer os regimes americanos.

O sistema de Auburn acabou por ser o adoptado na maior parte dos estados norte-americanos, dado que permitia a função reabilitadora da prisão, sem implicar os elevados custos

---

<sup>80</sup> Para os Quakers americanos, tal como para os puritanos ingleses, a prisão celular seria a forma mais segura de detenção, mantendo o preso devidamente protegido de possíveis conspirações e de um possível contágio moral. Por outro lado, era o sistema mais adequado para a promoção da reflexão e para a regeneração do detido. Veja-se, Perrot, Michelle, *Les Ombres de l'histoire. Crime et châtiment au XIX siècle*, Paris, Flammarion, 2001, p. 231.

<sup>81</sup> Confirme-se Muñoz Pereira, Javier G., "La recepción en Europa de los sistemas penitenciarios norteamericanos", in García Valdés, Carlos (dir.), *Historia de la prisión. Teorías economicistas. Crítica...*, p. 164.

<sup>82</sup> Acerca das críticas ao sistema de Auburn e Pensilvânia leia-se Morris, Norval; David J. Rothman (edit.), *The Oxford History of Prison. The Practice of Punishment in Western Society...*, p. 107.

do modelo da Pensilvânia. Na Europa, o sistema de isolamento celular contínuo acabou por prevalecer nos vários congressos penitenciários realizados.<sup>83</sup> No entanto, a dúvida que persistiu em muitos Estados incidiu sobre o que fazer com os presos: mantê-los em silêncio e separados permanentemente, de forma a penitenciarem-se pelos seus crimes, ou antes permitir a sua reunião e ocupá-los com trabalhos adequados?

Nos países europeus mais evoluídos, a reforma do sistema penitenciário foi desencadeada entre 1820 e 1850, quando começaram a ponderar a estruturação de um modelo baseado na ideia de reabilitação do condenado. Para esta transformação contribuiu a imposição de valores burgueses, que incluíam a condenação da ociosidade e a valorização do trabalho, imprimindo a esta reforma um cunho utilitarista. Por outro lado, surgiram grupos filantrópicos, que se preocupavam não apenas com o apoio aos presos, mas que também chamavam a atenção para as carências que urgia resolver para que a sua reabilitação fosse conseguida. Foi o caso dos *Quaker* na Inglaterra, que, através de acções de voluntariado, assumiram a reforma das cadeias como uma das suas reivindicações, denunciando as suas carências e alertando para a importância da regeneração do detido pela via da religião.<sup>84</sup>

Assim, a par da acção dos reformadores, importa considerar o papel desempenhado pelos utilitaristas e por grupos evangélicos nos movimentos que pugnavam pela melhoria das condições de funcionamento e de acolhimento dos cárceres. O racionalismo de uns e o puritanismo de outros foram afrontados pela presença da doença, da promiscuidade e da corrupção na generalidade das cadeias. Não se tratava de grupos que condenavam as penas aplicadas, mas defendiam antes o seu refinamento.<sup>85</sup>

Uma das consequências da acção dos *Quakers* foi a formação das primeiras sociedades de prisões, compostas por filantropos e políticos que procuravam divulgar os problemas dos cárceres. Os membros destas associações conheciam o estado das cadeias através das visitas

---

<sup>83</sup> Melossi, Dario; Pavarini, Massimo, *Cárcere e Fábrica. As origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX)*..., p. 97.

<sup>84</sup> Veja-se Morris, Norval; David J. Rothman (edit.), *The Oxford History of Prison. The Practice of Punishment in Western Society*..., pp. 86-88. Entre os *Quakers*, celebrou-se Elizabeth Fry pelas visitas que efectuava aos presos, pela chamada de atenção sobre os seus problemas, desenvolvendo uma campanha contra a aplicação da pena de morte e defendendo a separação dos presos, bem como o trabalho e o silêncio. Sobre este personagem leia-se Hatton, Jean Betsy, *The dramatic biography of prison reformer Elizabeth Fry*, Oxford, Monarch Books, 2005.

<sup>85</sup> Leia-se Henriques, U.R.Q., "The rise and decline of the separate system of prison discipline", in *Past and Present*, n.º 54, 1972, pp. 63-64.

que realizavam, apresentando propostas para a resolução dos seus problemas, designadamente no plano arquitectónico. A primeira associação, a *Society for the Improvement of Prison Discipline*, surgiu na Inglaterra, em 1816. Outras se seguiram. Em França, em 1819, foi fundada a *Société royale pour l'amélioration des prisons*; na Alemanha foi criada, em 1826, a *Rheinisch-Westphälische Gefängnisgesellschaft*.<sup>86</sup> A criação destas associações foi fundamental para o estabelecimento de plataformas de discussão sobre as prisões e os detidos.

Em 1823, na Inglaterra, através do *Goal Act*, procurou-se uniformizar a administração das cadeias de todo o país, através da implementação de um conjunto de normas que deviam nortear o seu funcionamento, entre os quais se destacavam o apoio de cirurgiões e capelães, a proibição de consumo de álcool, a separação dos detidos com base na idade, na gravidade do crime cometido e na situação do preso, ou seja, se estava detido preventivamente ou se já estava condenado. Foi proposta ainda a criação de um sistema de classificação para as cadeias.<sup>87</sup> Todavia, estas medidas não foram concretizadas devido à confusão que ainda caracterizava o sistema prisional inglês, que será centralizado apenas a partir da década de trinta de oitocentos. Nesta década, o *solitary system* teve um grande número de adeptos na Inglaterra. Em 1842, entrou em funcionamento a cadeia de Pentonville, seguindo o exemplo pensilvânico, tornando-se rapidamente no modelo para as prisões locais inglesas de menor dimensão.

Deste modo, caminhava-se no sentido de trocar o modelo repressivo, centrado na ideia de fazer pagar o criminoso pelo mal que tinha infligido à sociedade, por um sistema mais humanista, que pretendia garantir a prevenção da criminalidade e a readaptação social do delinquente.

Em Portugal, com o advento do liberalismo, a cadeia impõe-se como pena efectiva. Nos finais do século XVIII e primórdios de oitocentos, por influência do Iluminismo, verificara-se uma mitigação das penas. A tendência para a humanização dos castigos está patente no decreto de cinco de Março de 1790, que reconhecia que os “segredos prolongados dos presos são uma espécie de tormento, que já não tem lugar”, aceitando ainda disposições que visavam facilitar a

---

<sup>86</sup> Confira-se Nutz, Thomas, “Global Networks and Local Prison Reforms: Monarchs, Bureaucrats and Penological Experts in Early Nineteenth-Century Prussia”, in *German History*, vol. 23, n.º 4, 2005, pp. 442-443.

<sup>87</sup> Morris, Norval; David J. Rothman (edit.), *The Oxford History of Prison. The Practice of Punishment in Western Society...*, p. 89.

comutação da pena em determinados delitos.<sup>88</sup> Desta suavização foram ainda exemplo os decretos de sete de Janeiro e de 11 de Março de 1797 e de 12 de Dezembro de 1801, que previam a comutação da pena de morte em determinadas circunstâncias.<sup>89</sup> Neste quadro, importa assinalar a acção de Pascoal de Mello Freire, que se destacou como grande reformador no âmbito do pensamento iluminista.

Recuando ao reinado de D. Maria I, verificamos que uma das suas preocupações foi levar a cabo o processo de actualização das Ordenações. Em 1783, Pascoal de Mello Freire foi encarregado de proceder à revisão, primeiro do Livro II, relativo ao direito público político-administrativo, e, em seguida, ao Livro V das Ordenações, referente ao direito criminal. Do seu trabalho resultaram os projectos de um código de direito público e um projecto de código criminal. Para apreciá-los, foi nomeada uma “Junta de Censura e Revisão”, que começou por avaliar o projecto de código público.<sup>90</sup> Este projecto acabou por ser rejeitado e a mesma sorte teve o código criminal, que nem sequer foi discutido.

Na esteira de Beccaria, Mello Freire criticou o direito criminal patente nas Ordenações.<sup>91</sup> No seu projecto de *Código Criminal*, retirava o aparato cénico da aplicação da pena, mas permitia que esta se mantivesse com fins dissuasórios e intimidatórios. Afirmava ser:

“[...] O castigo necessário, que a lei faz soffrer ao criminoso, tem por fim não só a reparação do damno feito, mas obstar e impedir que elle continue a fazer mal, e que os outros o façam com o exemplo da sua impunidade.”<sup>92</sup>

---

<sup>88</sup> Secco, António Luis de Sousa Henriques, “Da História do Direito Criminal Portuguez desde os mais remotos tempos”, in *Revista de Legislação e Jurisprudência*, 1871, p. 580.

<sup>89</sup> Sobre a constituição destes decretos, consulte-se Correia, Eduardo, “A evolução histórica das penas”..., pp. 106-107.

<sup>90</sup> Leia-se Silva, Nuno J. Espinosa Gomes, *História do Direito Português. Fontes do Direito*, 3.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, pp. 405-407.

<sup>91</sup> Esta ligação ao pensamento de Beccaria está patente no *Novo Código de Direito Público de Portugal*, obra de Pascoal de Mello Freire, publicada apenas em 1844, mas cuja data de redacção se desconhece. No título 3, § 25, Mello Freire sustenta o seguinte: “e como as penas devem ser à proporção dos delitos, e aumentar-se ou diminuir-se segundo pedir a segurança pública, a qual de nenhum modo, se pode conseguir suposta a malícia dos homens, sem as penas de morte natural, ou civil, e de infâmia, degredo, cárcere perpétuo ou temporal, e pecuniárias.” Veja-se Correia, Eduardo, “A evolução histórica das penas”..., p. 109. Leia-se igualmente Marques, Tiago Pires, *Crime e Castigo no Liberalismo em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, p. 21.

<sup>92</sup> Confira-se Freire, Pascoal José de Mello, *Código Criminal intentado pela rainha D. Maria I, com as provas*, 3.<sup>a</sup> edição, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1844, p. 6.

No seu plano, que não alcançou a força de lei, Mello Freire, apesar de se assumir como defensor do princípio da proporcionalidade das penas e da equiparação das mesmas, independentemente da condição social do condenado, e da sua atenuação, ao retirar-lhe algum rigor,<sup>93</sup> previa a aplicação da pena de morte para vários delitos, aceitando mesmo, para crimes de alta traição, o esquartejamento *post mortem*, bem como a pena de açoites.<sup>94</sup> Defendia que, no momento da leitura da sentença, os condenados deviam ser informados sobre duração e o tipo de trabalho a que seriam submetidos, que seriam determinados pela gravidade do crime, e que os melhores espaços prisionais deveriam ser destinados aos sentenciados por crimes menores ou aos simples suspeitos.<sup>95</sup>

É de mencionar ainda a figura de António Ribeiro dos Santos, contemporâneo de Pascoal de Mello Freire, cuja obra e pensamento criticou, tendo-se afirmado como um abolicionista e opositor à aplicação da pena de morte.<sup>96</sup> Foi um dos detractores do projecto de código público apresentado por Mello Freire, o que pode ser justificado pelo seu alinhamento em correntes ideológicas antagónicas. Se Mello Freire se mostrava adepto do absolutismo, Ribeiro dos Santos, por sua vez, estava mais próximo das ideias liberais.<sup>97</sup>

---

<sup>93</sup> O princípio da equiparação das penas, independentemente do estatuto social do condenado, está patente no seu projecto de Código Criminal, no Título 4, §. 13, ao determinar que “Os juizes farão dar os mesmos castigos e penas corporaes e infamantes a todos os criminosos, sem distincção de pessoa, naquelles casos, em que a lei a não fizer;” , embora preveja que a distincção deve ser feita na aplicação das penas pecuniárias, atendendo à riqueza pessoal. No §. 14, reforça a ideia de igualdade da pena: “A qualidade da pessoa, e a sua maior ou menos intelligencia e entendimento não são desculpa, antes agrava o delicto; e por consequencia não diminue, antes aumenta a pena.” Freire, Paschoal José de Mello, *Código Criminal intentado pela rainha D. Maria I, com as provas...*, p. 8.

<sup>94</sup> Veja-se Freire, Paschoal José de Mello, *Código Criminal intentado pela rainha D. Maria I, com as provas...*, pp. 6-7.

<sup>95</sup> Consulte-se Freire, Paschoal José de Mello, *Código Criminal intentado pela rainha D. Maria I, com as provas...*, p. 7.

<sup>96</sup> Confira-se Albuquerque, Rui de; Albuquerque, Martim, *História do Direito Português*, Vol. II, Lisboa, s./ed., 1983, pp. 151-153. No seu artigo “Discurso sobre a Pena de Morte e Reflexões sobre alguns Crimes”, Ribeiro dos Santos refere o seguinte: “Não he meu animo combater o uso de Pena de Morte na Republica; e se a Lei a-manda, a Lei deve ser obedecida: desejava porém, se os meus votos podessem chegar um dia ao Throno de Nossos Principes, que ella fosse menos frequente, e se reduzisse aos unicos casos, em que fosse absolutamente necessaria.” Santos, António Ribeiro dos, “Discurso sobre a Pena de Morte e Reflexões sobre alguns Crimes”, in *Jornal de Coimbra*, n.º XXXIII, parte II, s./d., p. 102.

<sup>97</sup> Confira-se Costa, Mário Júlio de Almeida, *História do Direito Português*, Coimbra, Almedina, 1992, pp. 375-377.

O primeiro liberalismo português assumiu uma dupla ambição: a abolição das penas cruéis e arbitrárias e a reforma do sistema prisional.<sup>98</sup> As prisões, no estado em que se encontravam na década de vinte do século XIX, abortavam qualquer tentativa de regeneração dos detidos. Porém, não podemos menosprezar as medidas de carácter reformista desenvolvidas durante o período vintista, entre as quais se destacava a criação de comissões de exame e melhoramento das cadeias comarcãs.<sup>99</sup> A 13 de Março de 1821, uma ordem emanada das Cortes alertava o governo para a necessidade de serem criadas comissões com o objectivo de zelar pelo melhoramento dos estabelecimentos prisionais.<sup>100</sup>

O Vintismo preconizava o isolamento do condenado e valorizava o papel da educação, da religião e do trabalho carcerário no seu processo regenerativo.<sup>101</sup> Todavia, a curta duração da primeira experiência liberal limitou o alcance destas reformas, algumas das quais foram retomadas anos mais tarde, ainda na centúria de oitocentos.<sup>102</sup>

O panorama geral das cadeias portuguesas deste período colocou-as no centro do debate sobre a saúde pública. Desenvolveu-se a ideia de que estes edifícios, implantados nos centros das localidades, além de funcionarem como depósitos de pobres, eram focos de insalubridade, devido à falta de asseio e higiene, e de doenças, que rapidamente podiam extravasar o espaço prisional e adquirir uma dimensão endémica.<sup>103</sup>

A propósito das cadeias, escreveu Feliciano de Castilho:

“[...] Estas infelizes moradas são muitas vezes origem de horrorosas epidemias: a construção destas casas deveria ser ditada com vistas na saúde, e na moral. Ventiladores devidamente arrançados: desinfectadores: varandas donde noite e dia se vigiassem presos como nos

---

<sup>98</sup> Leia-se Santos, Maria José Moutinho dos, *A Sombra e a Luz. As prisões do Liberalismo...*, pp. 43-44.

<sup>99</sup> Sobre estas comissões leia-se Subtil, José Manuel Louzada Lopes, *O Vintismo e a Criminalidade (1820-1823)*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1986, p. 147. Tese de mestrado policopiada.

<sup>100</sup> Oliveira, Luísa Tiago de, *A Crise do Antigo Regime e as Cortes Constituintes de 1821-1822. A Saúde Pública no Vintismo*, Lisboa, Edições Sá da Costa, 1992, p. 200.

<sup>101</sup> Subtil, José Manuel Louzada Lopes, *O Vintismo e a Criminalidade (1820-1823)...*, 1986, p. 149.

<sup>102</sup> Por testemunho de João Baptista da Silva Lopes, temos conhecimento de que na cadeia do Limoeiro foi mandado construir, pela comissão das cadeias de 1822, um pátio para os presos poderem desentorpecer e usufruir de ar puro. Confirma-se Lopes, João Baptista da Silva, *História do cativo dos presos d'estado na Torre de São Julião da Barra de Lisboa durante a dezastrada epoca da usurpação do legitimo governo constitucional deste reino de Portugal*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1833, p. 53.

<sup>103</sup> Sobre a associação dos pobres à falta de higiene leia-se sobretudo Vigarello, Georges, *O Limpo e o Sujo. A higiene do corpo desde a Idade Média*, Lisboa, Fragmentos, 1988, pp. 155-157.

Estados Unidos da América: tê-los constantemente empregados em apropriados trabalhos; estes, e outros semelhantes são os meios de melhorar as cadeias, sobre o que não há que demorar, porque este objecto se acha encarregado e bem dignos membros de uma comissão a esse fim formada.”<sup>104</sup>

Para além destes aspectos, cresceu a ideia de que a falta de condições dos cárceres proporcionava a corrupção dos costumes, ao permitir que pequenos delinquentes convivessem com os criminosos mais refinados, e impedia uma efectiva separação dos detidos, de acordo com a idade e qualidade dos crimes praticados. Este quadro era agravado pelo ambiente ocioso e corrupto, que era prejudicial não apenas para os presos, mas também para a própria sociedade, quer sob o ponto de vista moral, quer sob o ponto de vista físico. Deste modo, não é de estranhar que, em matéria de saúde pública, os estabelecimentos prisionais fossem motivo de grande preocupação para as autoridades. Impunha-se, por isso, a construção de novas cadeias que acautelassem a saúde física e mental dos reclusos.

Em 30 de Outubro de 1815, a Junta de Saúde Pública propôs um conjunto de disposições que visavam a melhoria das condições de salubridade de várias instituições, nomeadamente das cadeias, hospitais e instituições de educação, tendo em vista a prevenção de moléstias, que usualmente grassavam nestes espaços, e a adopção de métodos que visariam a sua eliminação.<sup>105</sup>

Os primórdios do liberalismo foram ainda marcados pela necessidade de sistematização da legislação penal. Por essa altura, em 1821, Jeremias Bentham apresentou às Cortes de Portugal projectos de código constitucional, civil e penal, que acabaram por ser rejeitados.<sup>106</sup>

O decreto de seis de Setembro de 1826 determinava a criação de comissões com vista ao melhoramento das cadeias, constituídas por nove membros em Lisboa e no Porto, e por cinco nas restantes cabeças de comarca, devendo integrar “pessoas de conhecida probidade, zelosas do serviço de Deos, e do Rei, e amantes do Bem Publico.”<sup>107</sup> Entre as suas funções, destacava-se a inspecção de calabouços, prisões subterrâneas, segredos, enxovias e prisões em

---

<sup>104</sup> Oliveira, Luisa Tiago de, *A Crise do Antigo Regime e as Cortes Constituintes de 1821-1822. A Saúde Pública no Vintismo...*, p. 47.

<sup>105</sup> Confira-se Crespo, Jorge, *A História do Corpo*, Lisboa, Difel, 1990, pp. 217-218.

<sup>106</sup> Veja-se Ferrão, Francisco António Fernandes da Silva, *Theoria do Direito Penal aplicado ao Código Penal Português*, vol. I, Lisboa, Typographia Universal, 1856, p. LIII.

<sup>107</sup> *Collecção de todas as leis, alvarás, decretos etc impressos na regia officina tipográfica (II semestre de 1826) – Parte I – Folheto VII*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1845, p. 32.



geral, verificando as suas condições de higiene e salubridade, os dispositivos de segurança, a existência de meios que permitissem a separação dos presos conforme o sexo e o tipo de delitos.

Estas comissões estavam igualmente incumbidas de averiguar a forma como se provia o sustento dos presos, tendo que elaborar um relatório onde deveria constar o resultado das visitas, bem como, se necessário fosse, propostas das obras a realizar. Na mesma altura, foi decidido o encerramento de todas as prisões subterrâneas e de todas as que, estando localizadas próximas da água, não dispusessem de pavimento com elevação considerada suficiente. Os carcereiros foram proibidos de exigirem pagamento aos detidos pelo aluguer de espaços na cadeia, competindo ao juiz determinar o local onde o preso cumpriria a pena.<sup>108</sup>

Todavia, como referiu D. Francisco de Almeida na sua obra *Breves considerações sobre a necessidade e meios de melhorar as prisões de Portugal*, aludindo ao trabalho desenvolvido pelas comissões criadas em 1822 e 1826,

“[...] consta-nos mesmo que algumas medidas propostas por aquellas commissões tiverão hum principio de execução. Forão porem de breve duração aquelles melhoramentos, e os homens a cujo saber e zelo elles erão devidos foram substituidos por empregados de notória incapacidade.”<sup>109</sup>

A reforma do sistema carcerário será lenta e hesitante, em resultado das várias adversidades e da instabilidade que afectaram Portugal na primeira metade do século XIX. A ausência de condições políticas e económicas adiou a aplicação da reforma celular, que será concretizada apenas em 1885 com a inauguração da penitenciária de Lisboa, inspirada na prisão inglesa de Pentonville, fundada em 1842.

Por todo o país, os condenados permaneciam enclausurados em edificios antigos e degradados, que não dispunham de quaisquer condições para assegurar a missão reabilitadora da prisão. O trabalho era ocasional, a higiene escassa, a disciplina arbitrária e o quotidiano miserável, apesar da Constituição de 1822, no Tit. V, artigo 208.º, consagrar que

---

<sup>108</sup> *Collecção de todas as leis, alvarás, decretos etc impressos na regia officina tipográfica (II semestre de 1826) – Parte I – Folheto VII...*, pp. 33-34.

<sup>109</sup> Consulte-se para este assunto D'Almeida, D. Francisco, *Breves considerações sobre a necessidade e meios de melhorar as prisões de Portugal*, Paris, Oficina Typografica de Casimir, 1834, pp. 6-7.

"[...] as cadeias serão seguras, limpas, e bem arejadas, de sorte que sirvam para segurança, e não para tormento dos presos".<sup>110</sup>

Este documento preconizava igualmente a necessidade de os reclusos estarem separados de acordo com a natureza dos crimes cometidos, o que era de todo impossível concretizar devido às limitações físicas das prisões. A Carta Constitucional de 1826 reiterava a importância da segurança, limpeza e arejamento das cadeias e previa a existência de "casas para separação dos réus, conforme as circunstâncias e natureza dos seus crimes."<sup>111</sup>

Nestas circunstâncias, em que a dignidade e a segurança dos encarcerados estavam arredadas dos espaços prisionais, conceitos como reabilitação e ressocialização não passavam de meras idealizações teóricas e de concepções promovidas por reformadores.

O período da governação miguelista, entre 1828 e 1834, travou as reformas no domínio prisional. Porém, deu a conhecer a alguns liberais os horrores e as agruras do cárcere.<sup>112</sup>

João Baptista da Silva Lopes deixou-nos o seu testemunho acerca da sua passagem pelos cárceres do Limoeiro e de São Julião da Barra, durante a governação miguelista. Relatou algumas das privações que marcavam o quotidiano das prisões portuguesas da altura, nomeadamente o facto de os dissidentes políticos serem obrigados a conviver com toda a espécie de delinquentes, mulheres honradas estarem misturadas com meretrizes e simples suspeitos partilharem o espaço com criminosos condenados. Divulgou o drama de crianças que acompanhavam os pais nas agruras do cárcere e cresciam num ambiente pervertido. Denunciou a falta de vigilância, o consumo de álcool, a venda de tabaco e de bens contrabandeados, o fabrico de moeda falsa, a violência e as cenas de pancadaria que ocorriam com frequência.<sup>113</sup> Os cheiros nauseabundos, o ambiente pestilento provocado pela humidade e pela falta de higiene e

---

<sup>110</sup> *Constituição de 1822*, em <http://www.arqnet.pt/portal/liberalismo/c1822t5.html>, consultado no dia 13 de Novembro de 2009.

<sup>111</sup> *Carta Constitucional de 1826*, em <http://www.arqnet.pt/portal/liberalismo/c1826t8.html>, consultado no dia 13 de Novembro de 2009.

<sup>112</sup> Veja-se Santos, Maria José Moutinho dos, *A Sombra e a Luz. As prisões do Liberalismo...*, p. 45. Leia-se ainda Ferrão, J. M. Dias, *João Brandão*, Lisboa, Livraria Moraes, 1931, pp. 48-49.

<sup>113</sup> Lopes, João Batista da Silva, *História do cativo dos presos d'estado na Torre de São Julião da Barra de Lisboa durante a dezastrôza epoca da usurpação do legitimo governo constitucional deste reino de Portugal*, vol. I..., pp. 38-39.

de limpeza, a negligência dos carcereiros, também fazem parte do rol das impressões que João Baptista da Silva Lopes nos deixou sobre a sua passagem pelas referidas cadeias.<sup>114</sup>

Sobre o Limoeiro, Oliveira Martins escreveu que funcionava como “a sala de espera de S. Julião, cujas casamatas e segredos regurgitam de habitantes.”<sup>115</sup> Os espaços mais tenebrosos eram as enxovias, para onde eram remetidos os mais pobres, submetidos a um tratamento brutal. A visão de corpos desnudados, mal nutridos, amontoados num espaço sobrelotado, parece ter marcado João Baptista da Silva Lopes.

A experiência deste rol de tormentos alertou, certamente, a consciência liberal para o carácter desumano dos cárceres. Alguns liberais, obrigados ao exílio, partiram para Londres e Paris, onde tiveram oportunidade de conhecer os avanços nos domínios penal e prisional, acabarão por influenciar a realidade portuguesa através das obras que publicaram.<sup>116</sup>

Em 1834, desde Paris, D. Francisco de Almeida traçou um quadro negro das prisões portuguesas, caracterizando-as como espaços que tinham como único objectivo impedir a evasão dos detidos, onde imperava a imundice e “aonde a falta de ar puro deteriora em breve tempo a saúde a saúde do desgraçado e muitas vezes do innocente preso; a comida mesquinha e da má qualidade.”<sup>117</sup>

Para este autor, o cárcere devia servir não apenas para guardar os presos, mas também para proporcionar a sua regeneração. Para que cumprisse esta dupla finalidade, seria necessário avançar com um conjunto de reformas nas áreas da segurança e da salubridade da cadeia e da reabilitação do detido. Defendia que a segurança podia ser conseguida através da construção de edifícios com uma arquitectura que facilitasse a vigilância e, para salvaguardar a

---

<sup>114</sup> Acerca da falta de condições da cadeia de São Julião da Barra, refere João Batista da Silva Lopes o seguinte: “O novo palácio era demaziado umido, a ponto que nos primeiros mezes tudo em poucas horas se cobria de bolor: o pão, que do jantar sobejava, estava no outro dia bolorento, sem se poder comer: a roupa mesmo apodrecia e se desfazia em pedasos. O ar, que ali se respirava era umido e quente, impragnado de miasmas pútridos, e particularmente eterogeneas, que se desenvolvão dos escrementos, que ficavão 24 oras depositados nos barris de limpeza, que nós mesmos levávamos á porta, qualquer que fosse a categoria do individuo.” Lopes, João Batista da Silva, *História do cativoiro dos prezos d'estado na Torre de São Julião da Barra de Lisboa durante a dezastrôza epoca da usurpação do legitimo governo constitucional deste reino de Portugal*, vol. I..., p.121.

<sup>115</sup> Martins, Oliveira, *Portugal Contemporâneo*, vol. I, Lisboa, Guimarães Editores, 1986, p. 146.

<sup>116</sup> Leia-se Marques, Tiago Pires, *Crime e Castigo no Liberalismo em Portugal...*, pp. 27-28.

<sup>117</sup> D'Almeida, D. Francisco, *Breves considerações sobre a necessidade e meios de melhorar as prisões de Portugal...*, p. 6.

saúde dos reclusos, era necessário evitar a sobrelotação das cadeias, dotando-as de espaços abertos, onde os presos pudessem praticar exercício físico e respirar ar puro.

No respeitante à correcção do detido, D. Francisco advogava que esta se baseava em quatro domínios: moral, intelectual, físico e no que o autor designa de “mixtos”.<sup>118</sup> Os “mixtos” resultavam da combinação de elementos morais com os físicos e dos que permitiam o desenvolvimento intelectual com os físicos, que eram o silêncio, o isolamento e a divisão dos detidos. Assumia-se como defensor do silêncio absoluto entre presos, que proporcionasse um ambiente de meditação, e mostrava-se partidário do sistema auburniano, que previa refeições colectivas e o isolamento nocturno e durante o trabalho. Considerava-o o mais apropriado à realidade portuguesa, por ser mais económico, e porque o sistema pensilvânico provocava efeitos nocivos na saúde mental dos detidos. Na sua perspectiva, estes deviam estar separados com base “no sexo, idade, natureza da acusação e jerarquia.”<sup>119</sup>

D. Francisco de Almeida, consciente da impossibilidade de edificação de novos cárceres, devido à difícil conjuntura económica que o país atravessava, propunha o reaproveitamento de alguns edifícios, como os conventos, de onde tinham sido expulsas as ordens religiosas.

Preconizava a criação de dois tipos de prisões: as *custódias*, destinadas aos acusados, e os cárceres para os criminosos efectivamente condenados. Propunha ainda a criação de presídios no Ultramar e de casas de refúgio com fins correctivos, destinadas a menores de 16 anos e a indivíduos recém-saídos da prisão.

Outros autores portugueses também se preocuparam com a reforma do sistema penitenciário. Foi o caso de Silvestre Pinheiro Ferreira, que a partir da capital francesa, escreveu uma obra sobre esse tema.<sup>120</sup> Há ainda que considerar neste domínio o trabalho de José Ferreira Borges, intitulado *Instituições da Medicina Forense*, que versa sobre questões da medicina legal.

Após a vitória liberal em 1834, apesar da enunciação de algumas medidas, e do forte apelo reformista desenvolvido por representantes da sociedade civil, as cadeias, na generalidade do país, continuavam a funcionar segundo fins repressivos, mais se assemelhando aos depósitos de marginais, à semelhança dos cárceres do Antigo Regime.

---

<sup>118</sup> D’Almeida, D. Francisco, *Breves considerações sobre a necessidade e meios de melhorar as prisões de Portugal...*, p. 15.

<sup>119</sup> D’Almeida, D. Francisco, *Breves considerações sobre a necessidade e meios de melhorar as prisões de Portugal...*, p. 120.

<sup>120</sup> Confira-se Santos, Maria José Moutinho dos, *A Sombra e a Luz. As prisões do Liberalismo...*, p. 48.

Na década de trinta de oitocentos, sobressai o projecto apresentado por José Manuel da Veiga em 1833, aprovado provisoriamente em 1837, onde estavam previstas, entre outras, as penas de degredo, exílio, trabalhos públicos, reclusão e prisão correcional, excluindo os castigos físicos, como açoites e mutilações. No respeitante à pena de prisão, José Manuel da Veiga lançou propostas interessantes, condizentes com o que se passava nos Estados Unidos e noutros países europeus. Propôs ainda algumas medidas já preconizadas por reformadores do século anterior: a separação dos presos consoante a natureza do delito cometido e o trabalho sistemático, cuja receita seria entregue ao preso aquando da sua libertação. Este plano, que surgiu na sequência da carta de lei de 1835, que convidava à apresentação de projectos de Código Penal, não foi aplicado.<sup>121</sup>

Na década de trinta do século XIX, foram publicados vários decretos com o intuito de regularizar a polícia interna dos cárceres. Entre esses diplomas, destacam-se os decretos de 29 de Novembro de 1836 e 13 de Janeiro de 1837, bem como a portaria de sete de Julho de 1837. Pela carta de lei de 29 de Julho de 1839, consubstancia-se o primeiro projecto penitenciário português. Este documento autorizava o governo a arrendar o edifício e a cerca do extinto convento de Xabregas à Companhia de Fiação de Tecidos Lisbonense, por um período de 15 anos. De acordo com o artigo 2.º do referido diploma, ficava

“[...] igualmente authorisado o Governo a separar do mesmo edificio, de acôrdo com a Companhia, o local necessario para o estabelecimento de uma Casa de correcção e trabalhos, uma vez que isto não prejudique o estabelecimento da Companhia.”<sup>122</sup>

Assim, pelo decreto de 13 de Agosto do mesmo ano, determinava-se a criação desta instituição apelidada de “Casa de correcção, e trabalhos ou Penitenciaria”, onde poderiam ser recolhidos indivíduos condenados à pena de serviços públicos, ou até mesmo a outras penas, tendo em vista não apenas a aplicação de um castigo, mas igualmente a sua regeneração através do trabalho.<sup>123</sup> Os reclusos ficariam obrigados à execução de tarefas estipuladas pela Companhia de Fiação, bem como ao silêncio durante as refeições, no decurso das sessões

---

<sup>121</sup> Sobre o projecto de código penal de José Manuel da Veiga leia-se Correia, Eduardo, “A evolução histórica das penas”..., pp. 114-115.

<sup>122</sup> *Collecção de Leis e outros documentos oficiais publicados no ano de 1839...*, p. 241.

<sup>123</sup> *Collecção de Leis e outros documentos oficiais publicados no ano de 1839...*, pp. 522-523.

laborais e à noite. No ano seguinte, foram publicados os respectivos regulamentos, mas este projecto fracassou por razões de ordem financeira.<sup>124</sup>

Três anos antes da promulgação do primeiro projecto penitenciário português, tinha sido criada uma outra instituição com objectivos correctivos. Referimo-nos à instalação de um Asilo de Mendicidade no antigo convento dos Capuchos, destinado a recolher os vadios e mendigos, em cumprimento do disposto no decreto de 14 de Abril de 1836.<sup>125</sup> Tratava-se de duas instituições, embora uma não tenha sido concretizada, que assumiam a intenção de cumprir uma missão simultaneamente disciplinadora e correctiva.

Em termos legislativos, não podemos deixar de fazer referência a dois diplomas publicados por Bernardo Costa Cabral quando ocupava a pasta da Justiça. Trata-se dos decretos de 20 de Novembro e de 20 de Dezembro de 1839, que determinavam a fiscalização dos estabelecimentos prisionais, cabendo aos magistrados a execução dessa incumbência.<sup>126</sup>

Periodicamente, mas pelo menos uma vez por trimestre ou sempre que julgassem necessário, os magistrados percorriam as cadeias para apurarem se estas careciam de obras, se eram cumpridas as normas de higiene e de limpeza, se os carcereiros tinham cometido alguma ilegalidade, como, por exemplo, facilitação da fuga de presos, permissão de jogos, consumo de bebidas alcoólicas, uso de violência excessiva sobre os detidos, incumprimento das normas relativas à disciplina, à entrada e à soltura dos reclusos. Competia-lhes igualmente indagar junto dos presos sobre o andamento dos respectivos processos, ouvindo-os individualmente, além de os questionar sobre as suas necessidades e a actuação do carcereiro, bem como averiguar se os presos pobres recebiam os subsídios que o Estado atribuía. Cabia ainda a esses magistrados superintender a alimentação e a segurança dos detidos, além da assistência em caso de doença. Caso fossem detectadas infracções, os responsáveis ficavam sujeitos a multas.

---

<sup>124</sup> Determinada pelos decretos de um de Dezembro de 1842 e lei de sete de Março de 1843. *Collecção Official de Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva, Legislação de 1842 em diante*, Lisboa, Imprensa Nacional 1842, pp. 410-411. Confira-se igualmente Santos, Maria José Moutinho dos, *A Sombra e a Luz. As prisões do Liberalismo...*, pp. 48-49.

<sup>125</sup> Veja-se Relvas, Eunice, *Esmola e Degredo. Mendigos e Vadios em Lisboa (1835-1910)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002, p. 66.

<sup>126</sup> *Collecção de Leis e outros documentos officiais publicados em 1839*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1839, pp. 515-516 e 559-560.

A título de exemplo, transcrevemos o auto de visita, realizado em 1859, pelo delegado do procurador régio à cadeia de Ponte de Lima.

“[...] Em seguida perguntou a cada um dos presos se tinham alguma queixa a fazer-lhe, qual era, e o seu motivo, e assim em relação aos seus processos, como em relação a algum Empregado do Juízo ou mesmo do Carcereiro, e ouvindo-os, com toda a atenção não lhe apresentarão queixa alguma: viu e examinou que o número de presos era o de oito reservando-se para no mappa do movimento dos Processos crimes que vai enviar a competente Procuradoria Régia declarar seus crimes, nomes, e estado de seus Processos. Foi informado que os facultativos do partido da Câmara visitavam frequentes vezes os Presos e observavam o seu estado de saúde. Fez o Magistrado todas as indagações para saber se ali havia alguém que a troco de recompensas prometia obter aos Presos despachos favoráveis em seus Processos foi informado que não havia a tal respeito motivo de queixa, e por isso não tinha que providenciar.”<sup>127</sup>

Se no plano teórico estavam criadas condições para que os estabelecimentos prisionais funcionassem de forma condigna, na prática tal não acontecia. As autoridades, salvo raras excepções, mostravam-se bastante permissivas e até mesmo coniventes com procedimentos irregulares, pactuando com ilegalidades e fechando os olhos à corrupção que afectava o quotidiano das prisões.<sup>128</sup> Geralmente, como no caso específico da cadeia de Ponte de Lima, verificava-se a tendência para o uso do discurso normalizado, recorrendo a fórmulas estereotipadas, focando sempre os mesmos aspectos, sem atender à real situação das prisões.

Em 1840, o médico José Maria Grande apresentou à Câmara dos Deputados uma proposta que previa a criação de duas prisões penitenciárias, uma em Lisboa e outra no Porto, nas quais vigoraria um sistema idêntico ao de Auburn. Os presos disporiam de celas individuais, às quais recolheriam à noite, após o dia de trabalho. Aliás, os reclusos estariam sempre isolados, com excepção dos momentos partilhados nas oficinas de trabalho, nos tempos de instrução, nos momentos destinados às refeições ou quando assistiam aos ofícios religiosos.

Segundo a mesma proposta, os detidos seriam classificados e repartidos segundo a gravidade dos delitos e das penas aplicadas. Os condenados a penas inferiores a dois anos de

---

<sup>127</sup> AMPL, *Auto de Visita às cadeias desta Comarca*, n.º 542, fl. 1v.º.

<sup>128</sup> Veja-se o caso do carcereiro da cadeia de Ponte de Lima, Domingos Alves, demitido em 1844, por ter procedido à transferência de quatro presos da “Cadeia Velha” para a “Cadeia Nova”, que tinha menos condições de segurança e que devia ser ocupada apenas por pequenos criminosos. Esta transferência facilitou a fuga de três dos quatro presos transferidos para esse mesmo espaço prisional. Por isso, foi acusado de desobediência e de ter facilitado a fuga desses mesmos encarcerados. AMPL, *Livro para os autos das visitas às cadeias desta comarca*, n.º 545, fls. 23v.º-24.

reclusão seriam colocados numa secção apelidada de Casa de Repressão e os sentenciados a uma maior número de anos ocupariam outra ala do edifício designada de Penitenciária. José Maria Grande propunha ainda que, a par das oficinas de trabalho, houvesse uma divisão destinada ao ensino dos labores mecânicos, bem como uma ou mais capelas para os ofícios religiosos e uma ou mais escolas. Prevía também a existência de espaços destinados ao isolamento absoluto, que seria imposto aos presos indisciplinados, mas excluía a aplicação de castigos corporais.<sup>129</sup> Para garantir o funcionamento do sistema, era criado o cargo de Inspector-Geral das Prisões do Reino.

O projecto de José Maria Grande foi discutido em 1844 na Câmara dos Deputados, acabando por esbarrar em obstáculos de natureza económica. No entanto, o debate gerado por esta proposta demonstrou o elevado conhecimento que os intervenientes dispunham sobre a questão penitenciária, o que pode estar relacionado com os conhecimentos obtidos sobre o problema durante os anos de exílio a que foram obrigados muitos liberais. Em resultado da discussão, ficou prevista a formação de uma comissão que teria como finalidade analisar o projecto, comparando-o com outros já apresentados.<sup>130</sup>

Entretanto, em 1843 foi publicado o *Regulamento Provisório da Polícia das Câdeas*, documento fundamental para a uniformização do funcionamento dos estabelecimentos carcerários portugueses.<sup>131</sup> Nele estavam especificadas as autoridades responsáveis pela inspecção e superintendência do espaço prisional, as competências dos carcereiros na sua administração interna, designadamente em matéria de segurança, higiene e limpeza das instalações. Do mesmo *Regulamento* constavam ainda as funções dos vários funcionários que, no exercício das suas funções, poderiam intervir no espaço carcerário, como guardas, médicos, boticários, entre outros.

Verifica-se igualmente uma tentativa de disciplinar e moralizar as prisões, impondo aos detidos a assistência aos ofícios religiosos, obrigando-os ao rigoroso cumprimento dos horários estabelecidos e exigindo-lhes que sejam “obedientes, socegados e honestos”. Com o mesmo objectivo, o referido *Regulamento* estipulava um conjunto de proibições, que abrangiam o jogo, o consumo desregrado de álcool, a venda de bens e alimentos, a posse de objectos que pudessem

---

<sup>129</sup> Correia, Eduardo, “A evolução histórica das penas”..., pp. 126-128.

<sup>130</sup> Confira-se Marques, Tiago Pires, *Crime e Castigo no Liberalismo em Portugal...*, p. 39.

<sup>131</sup> *Collecção Official de Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva*, Legislação de 1842 em diante..., pp. 6-16.



comprometer a segurança da prisão, entre outras. Por outro lado, também eram contemplados os direitos dos detidos, nomeadamente a interdição de lhes serem infligidos castigos corporais ou de lhes ser aplicado o sistema de agravamento de penas.

Segundo este documento, as prisões deviam ser espaços seguros, limpos e arejados e as enxovias ou “segredos” deviam ser substituídas por oficinas. Nas cadeias da cidade de Lisboa e do Porto, os presos deviam estar distribuídos de acordo com o sexo, o tipo de crime cometido, a condição social, a idade e o estado do processo. No entanto, a maioria das prisões existentes não dispunha de condições para que a separação dos detidos com base nestes critérios fosse aplicada.<sup>132</sup>

Em Portugal, a década de quarenta de oitocentos acabou de forma turbulenta. A revolta que eclodiu em 1846 e a guerra civil que se seguiu não permitiram a necessária mudança nas prisões portuguesas, persistindo, por isso, o cenário de insalubridade, promiscuidade e corrupção. Em 1846, o belga Édouard Ducpétiaux e o inglês John Russell promoveram o primeiro congresso penitenciário, na cidade de Frankfurt, onde foi defendido o *solitary system* corrigido. No ano seguinte, em Bruxelas, realizou-se um segundo congresso, no qual participou um representante português, Braancamp de Almeida, que se debruçou sobre a questão dos menores detidos e a criação de casas especiais para acolher este tipo de delinquentes. Foi então preconizada a criação de escolas específicas para o ensino de pedagogia penitenciária, bem como de colónias agrícolas e de sociedades que visassem garantir a reinserção dos jovens delinquentes, aquando da sua libertação, de modo a evitar a sua reincidência em actividades criminosas.

Estes dois congressos, juntamente com um terceiro que teve lugar novamente em Frankfurt, em 1857, parecem ter sido organizados com o intuito de fazer triunfar o sistema de Filadélfia, atendendo à apologia que dele se fez, ainda que se tratasse do modelo pensilvânico corrigido.<sup>133</sup> Neste último congresso, em que a representação portuguesa esteve a cargo de Manuel Thomas de Souza Azevedo, foi defendido o sistema celular, exceptuando, no entanto, os detidos de menor idade, que ficariam sujeitos apenas ao isolamento nocturno, e foi recomendada a criação de áreas agrícolas para os presos de idade avançada ou doentes, sem

---

<sup>132</sup> *Collecção Official de Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva, Legislação de 1842 em diante...*, p. 14.

<sup>133</sup> Sobre estes congressos leia-se Mattos, João da Silva, *Reforma Penitenciária*, Lisboa, Typographia da Viuva Sousa Neves, 1885, pp. 6-10.

capacidade para suportar o método de isolamento absoluto. Tal como nos congressos anteriores, foi preconizada a eliminação das penas corporais e de trabalhos públicos, tendo sido igualmente proposta a criação de escolas de formação para funcionários e guardas das penitenciárias, bem como de instituições de carácter intermédio destinadas a receber indivíduos recém-saídos das cadeias, com o objectivo de evitar reincidências. Foi ainda reconhecida a conveniência de serem publicados relatórios sobre as diligências levadas a cabo pelos Estados no combate à criminalidade, bem como sobre os resultados obtidos.<sup>134</sup>

Desde Pascoal de Mello Freire, houve diversas tentativas para a criação de um código penal, quer através do estabelecimento de comissões, quer através da atribuição de prémios pecuniários, mas sem resultado. Todavia, em 1845, foi criada nova comissão para esse efeito. O Código Penal conheceu a luz do dia em 1852, inspirado em alguns códigos estrangeiros, nomeadamente o francês de 1810, o brasileiro de 1830 e o espanhol de 1848.<sup>135</sup> Entre outras medidas, preconizava a substituição dos castigos corporais pela prisão, que se tornaria a principal sanção penal.<sup>136</sup> No entanto, não previa a adequação dos cárceres a esta alteração, nem o sistema penitenciário a adoptar (Pensilvânia ou Auburn). As cadeias apenas são referenciadas nos artigos 97.º e 98.º do referido Código.<sup>137</sup> Fica somente a vaga ideia de construção de novas cadeias, havendo um claro retrocesso face ao projecto de 1840 e a outra legislação já publicada sobre esta matéria, deixando em aberto várias questões que seriam objecto de regulamentação posterior.

---

<sup>134</sup> Mattos, João da Silva, *Reforma Penitenciária...*, p. 9.

<sup>135</sup> Confira-se Costa, Mário Júlio de Almeida, *História do Direito Português...*, pp. 416-417.

<sup>136</sup> Sobre o Código Penal de 1852 e as suas falhas, nomeadamente a manutenção da pena de morte, a indefinição face ao sistema penitenciário, bem como a permanência de penas perpétuas e de trabalhos públicos leia-se Santos, Maria José Moutinho dos, "Liberalismo, legislação criminal e codificação. O Código Penal de 1852, Cento e cinquenta anos da sua publicação" in *Revista da Faculdade de Letras. História*, Porto, III Série, vol. 3, 2002, pp. 97-102.

<sup>137</sup> No artigo 97.º está referido: "As casas destinadas para a execução da pena de prisão com trabalho serão distintas das cadeias destinadas para o cumprimento da pena de prisão simples, e umas e outras distintas das cadeias destinadas para o cumprimento da pena de prisão correcional, e para a retenção dos pronunciados até à condenação." O artigo 98.º estipula: "A conveniente separação dos presos, e a polícia das prisões, assim como as penas disciplinares contra os presos que usarem de ameaças, injúrias ou violências contra os carcereiros ou seus propostos, ou contra outros presos, ou que por outro qualquer modo infringirem os regulamentos das prisões, serão determinadas nos regulamentos administrativos do governo, salva a acção em juízo que possa ter lugar." Confira-se *Código Penal de 1852*, Lisboa, Edição do Ministério da Justiça, 2002, p. 46.

O novo Código Penal suscitou diversas manifestações de desagrado, por se tratar, segundo algumas opiniões, de um documento desajustado da realidade. Levy Maria Jordão no seu *Comentário ao Código Penal Português* e de Silva Ferrão na *Teoria do Direito Penal aplicada ao Código Penal Português*, por exemplo, expressaram a sua discordância. O próprio governo revelou-se insatisfeito, tendo nomeado, em seis de Junho de 1853, uma comissão para proceder à sua revisão.

Em 1856, face à inexistência de uma reforma do sistema penitenciário em Portugal, Silva Ferrão, evocando o exemplo francês declarava:

“[...] Mas, ao menos em França procura-se activamente reformar o systema penitenciário das prisões. Trata-se de prevenir de morigerar o povo; de construir em todos os departamentos casas de correcção. Abem-se ali as vantagens do systema da *Phyladelphia* combinadas com as d *Auburn*; os inconvenientes de um e de outro; [...] entre nós o que se faz? Que se tem feito nesse sentido? Que providencias, que princípios estão consignados no nosso Codigo em relação à reforma, indispensável reforma, do nosso systema penitenciário, segundo os ditames da sciencia e da experiencia?”<sup>138</sup>

Silva Ferrão recusava o argumento das dificuldades económicas para justificar o protelamento da reforma do sistema prisional. Entendia que esta iria contribuir para a melhoria das finanças do país, pois faria baixar as despesas com a administração da justiça, em resultado da diminuição dos números da criminalidade e das reincidências, da redução dos gastos com o policiamento e a vigilância, além do trabalho que poderia ser realizado nos cárceres. Assim, na sua perspectiva, o investimento realizado na reforma carcerária seria compensado em poucos anos.<sup>139</sup>

Acerca da indefinição do Código Penal de 1852 sobre o sistema penitenciário, afirmou o seguinte:

“Accresce que este Art. do Cod., admittindo a ideia do systema penitenciário, nenhuma nos deu acerca da escolha, que fez entre os vários systemas. A solução da questão talvez

---

<sup>138</sup> Confirma-se Ferrão, Francisco António Fernandes da Silva, *Theoria do Direito Penal aplicada ao Codigo Penal Portuguez*, vol. II..., p. 46.

<sup>139</sup> Ferrão, Francisco António Fernandes da Silva, *Theoria do Direito Penal aplicada ao Codigo Penal Portuguez*, vol. II..., p. 46.

pareceu difícil, e para se evitar a dificuldade se deixou esse gravíssimo, e mais que essencial, ponto do Cod. Pen., no silêncio, na obscuridade!”<sup>140</sup>

De facto, o Código Penal de 1852 não contém qualquer orientação sobre o carácter das reformas a implementar nas cadeias, o que deixava algum vazio sobre este assunto e abria espaço para a contestação. Por sua vez, Levy Maria Jordão criticou o facto de no Código Penal estarem ausentes as novas ideias penitenciárias que circulavam por toda a Europa e que estavam plasmadas nos códigos de vários Estados.<sup>141</sup>

Basílio Alberto de Sousa Pinto, na sua obra *Lições do Direito Criminal Portuguez*, fez igualmente a apologia do sistema penitenciário de Filadélfia.<sup>142</sup> Para além de censurar a omissão do Código Penal sobre o modelo carcerário, atacou igualmente a associação, que lhe estava subjacente, do trabalho à ideia de agravamento da pena, apenas com uma finalidade punitiva e não com uma intenção moralizadora.<sup>143</sup>

Importa salientar que, no panorama nacional, além do sistema de Auburn e de Filadélfia, cujas deficiências eram conhecidas e debatidas, tende a emergir um terceiro, apelidado de eclético ou misto, por fundir elementos dos dois anteriores, e ainda um quarto, denominado de *francez ou prisão individual*. Este previa a colocação dos reclusos em celas separadas, dispondo cada uma de todos os dispositivos necessários para que cumprissem a pena no seu interior, entretidos com o trabalho, sem comunicarem com outros detidos, embora pudessem contactar com os funcionários da prisão e receber visitas.

A manutenção da situação vigente nos cárceres portugueses começou a adquirir contornos mais gravosos, quando a consciência da necessidade de alterações profundas no

---

<sup>140</sup> Ferrão, Francisco António Fernandes da Silva, *Theoria do Direito Penal applicada ao Codigo Penal Portuguez*, vol. II..., p. 146.

<sup>141</sup> Jordão, Levy Maria, *Commentario ao Codigo Penal Portuguez*, tomo I, Lisboa, Typographia de José Baptista Morando, 1853, p. 119.

<sup>142</sup> Veja-se Pinto, Basílio Alberto de Sousa Pinto, *Lições do Direito Criminal Portuguez*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1861, pp. 136-153.

<sup>143</sup> Sobre isto, refere Basílio Alberto de Sousa Pinto: “Sendo tantas as vantagens do systema penitenciario, é digna de grande reparo a omissão que se encontra no Codigo Penal a este respeito, porque nem o germen d’elle alli se pode descobrir. Querem alguns encontra-lo na prisão com trabalho: porém o systema penitenciario não consiste só no trabalho, nem mesmo no trabalho forçado, mas voluntario; e no Código somente se encontra aquelle e não este; no systema penitenciario o trabalho adoça a prisão em lugar de a aggravar; no Codigo o trabalho é empregado para aggravar, e não para modificar a prisão”. Pinto, Basílio Alberto de Sousa Pinto, *Lições do Direito Criminal Portuguez...*, p. 153.

sistema se alargou à sociedade civil. O desenvolvimento da imprensa escrita desempenhou um papel fundamental, pois não só denunciava os crimes perpetrados e as condições degradantes das prisões, como se mostrava conhecedora das reformas prisionais encetadas nos Estados Unidos da América e na Europa. No caso do Alto Minho, a partir de 1855, os periódicos passaram a ter uma intervenção de relevo na revelação do estado em que se encontram as cadeias do distrito de Viana do Castelo.

Em 1856, o jornal *A Aurora do Lima* denunciava a inoperância dos agentes políticos portugueses no debate sobre a reforma das cadeias, dando como exemplo de eficácia o advogado francês Carlos Lucas.<sup>144</sup> Apelava-se à admissão do sistema celular em Portugal e à introdução do trabalho nas cadeias portuguesas.<sup>145</sup> Em 1858, *O Vianense* dava conta da viagem empreendida, em 1857, por Manuel Thomas de Sousa Azevedo pela Inglaterra, França, Holanda, Itália e Alemanha, com intuito de conhecer as instituições de reclusão dessas nações europeias.<sup>146</sup> No ano seguinte, o mesmo jornal apelava à reforma do sistema carcerário, nos seguintes termos:

“[...] A reforma do systema carcerário – mas uma reforma completa e radical, que satisfaça igualmente à segurança publica e à possível reabilitação dos encarcerados – reforma finalmente a que presidiam os dicatames da justiça, em harmonia com os da sã philosophia e da humanidade, - é por certo uma das mais imperiosas reclamações a que deve attender o governo do paiz.”<sup>147</sup>

Já um ano antes, em 1856, Manuel Thomas de Souza Azevedo tinha visitado as penitenciárias da Inglaterra, Suíça, Bélgica e França. Estas deslocações, à imagem das que, na década de trinta do mesmo século, Beaumont, Tocqueville e Crawford fizeram para conhecer as cadeias norte-americanas, tinham um papel fundamental na disseminação dos modelos penitenciários e no apuramento das suas características, permitindo a produção de relatórios, obras e ensaios que funcionarão como a base da cultura penitenciária.

Manuel Thomas de Souza Azevedo era partidário do sistema celular aliado ao trabalho, à instrução religiosa e moral, à leitura e realização de passeios. O isolamento causado pela

---

<sup>144</sup> Veja-se o jornal *A Aurora do Lima*, 3 de Junho de 1856, n.º 68, não paginado.

<sup>145</sup> Consulte-se o periódico *A Aurora do Lima*, 21 de Junho de 1856, n.º 76, não paginado.

<sup>146</sup> Leia-se *O Vianense*, 27 de Agosto de 1858, n.º 69, não paginado.

<sup>147</sup> Confirme-se *O Vianense*, 20 de Julho de 1859, n.º 201, não paginado.

separação absoluta dos detidos seria atenuado através das visitas do director, dos médicos, dos capelães e mestres, bem como dos guardas e dos representantes de associações de beneficência e caridade. A defesa da separação absoluta dos detidos assentava no pressuposto de que seria essa a única via para a auto-reflexão e para a apreensão dos conceitos religiosos. O objectivo da prisão celular, conforme esclarece Souza Azevedo, não devia ser confundido com o “solitary confinement”, dado que o único ponto em comum era a separação dos presos, salientando que a sua finalidade consistia em “melhorar a condição physica e moral do preso, robustecendo-lhe o corpo, e cuidando-lhe da alma”. O seu tempo era dividido entre o trabalho, a instrução, as visitas e os passeios.<sup>148</sup> Sustentava, por outro lado, que a edificação de prisões devia obedecer a um conjunto de requisitos, designadamente existência de espaços para o funcionamento de escolas e capelas, de pátios, passeios e jardins para os presos poderem realizar as suas caminhadas, bem como de condições que permitissem a divisão entre os detidos.<sup>149</sup>

Os dados que Manuel Thomas de Souza Azevedo forneceu, através dos dois relatórios resultantes das visitas que empreendeu em 1856 e 1857, nomeadamente sobre modelos de reclusão, incluindo casas de correcção e trabalho e espaços agrícolas, a sua orgânica e normas de funcionamento, bem como as sugestões que apresentou, como a criação de sociedades de protecção e apoio a ex-reclusos, constituem material de trabalho suficiente para empreender uma viragem nos estabelecimentos prisionais portugueses.

Pelo decreto de 30 de Dezembro de 1857, determinava-se a nomeação de uma comissão especialmente encarregada de elaborar e propor ao governo um projecto que visasse a reforma das cadeias.<sup>150</sup> Entre outras matérias, competia à referida comissão pronunciar-se sobre o número de penitenciárias a construir, a sua localização e modelo de administração.<sup>151</sup>

---

<sup>148</sup> Consulte-se Azevedo, Manuel Thomaz de Sousa, *Relatório apresentado ao Ministério da Justiça em 20 de Outubro de 1858*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859.

<sup>149</sup> Veja-se Azevedo, Manuel Thomaz de Sousa, *Relatório apresentado ao Ministério da Justiça em 20 de Outubro de 1858...*, p. 176.

<sup>150</sup> Esta comissão era constituída, inicialmente, por Diogo António de Sequeira Pinto, Alberto António de Moraes Carvalho, Thomás Carvalho, António Correia Caldeira, José Maria Pereira Forjaz, Manuel Thomas de Sousa Azevedo e Tiberio Augusto Blanc. Mais tarde, pelo decreto de 12 de Agosto de 1858, foi alargada a mais dois vogais, o Marquês da Vallada e José Cardoso Braga. Dirigindo-se ao rei, o Ministro da Justiça, José Silvestre Ribeiro, justificou a formação desta comissão, invocando o estado lastimável em que se encontrava a generalidade das prisões portuguesas e a necessidade de a sua reforma ser preparada por pessoas de reputado mérito. *Collecção Official da*

Havia o propósito de construir duas penitenciárias, uma em Lisboa e outra no Porto, bem como de efectuar reparações nas cadeias das capitais de distrito. Pelo decreto de 11 de Julho de 1859, o Ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Mártens, pediu ao Ministério das Obras Públicas a planta do convento de Alcobaça com o intuito de verificar se podia ser utilizada como modelo na construção da nova penitenciária. Simultaneamente, solicitou que uma pessoa idónea auxiliasse o Conselheiro Presidente da Relação do Porto, o Procurador Régio da Relação do Porto e o Governador Civil na procura de soluções para construir uma penitenciária nesta cidade.<sup>152</sup>

Aliás, pelo decreto de seis de Julho de 1859, tinha-se solicitado aos governadores civis que informassem o Ministério da Justiça,

“[...] acerca do estado, e da capacidade da cadeia da comarca, cabeça do mesmo districto; das condições especiais dessa cadeia; se está estabelecida em edificio publico ou particular; qual o numero de presos que pode receber; qual o movimento regular dos presos do districto, e se é susceptivel dos melhoramentos necessários para recolher os presos de todo o districto que devem entrar em julgamento; bem como se, no caso de não ter a cadeia na capital do districto as condições indicadas, há na mesma capital algum edificio publico disponivel que tenha essas condições.”<sup>153</sup>

A década de sessenta iniciou-se com novo trabalho legislativo no domínio da reforma penitenciária. Logo em 29 de Fevereiro de 1860, o Ministro da Justiça, João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens, apresentou uma *Proposta de Lei Orgânica das Prisões*, que não foi aprovada.<sup>154</sup> Igual destino teve a *Proposta de Reforma das Prisões*, elaborada em 1861 pelo seu sucessor, Alberto António Morais de Carvalho.<sup>155</sup> Neste documento, além de ser defendida a separação absoluta, tanto diurna como nocturna, dos detidos nas prisões celulares

---

*Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1858*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859, p. 307.

<sup>151</sup> *Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1857...*, 1858, pp. 498-499.

<sup>152</sup> *Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1859...*, 1860, pp. 338-339.

<sup>153</sup> *Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1859...*, 1860, pp. 326-327.

<sup>154</sup> Sobre os conteúdos desta proposta leia-se Santos, Maria José Moutinho dos, *A Sombra e a Luz. As prisões do Liberalismo...*, p. 59.

<sup>155</sup> Marques, Tiago Pires, *Crime e Castigo no Liberalismo em Portugal...*, p. 61.

administradas directamente pelo Estado e nas prisões distritais, era reconhecida a necessidade de serem realizados melhoramentos nos cárceres existentes, enquanto as novas edificações não estivessem prontas.

Como já assinalámos, o sistema prisional auburniano encontrou alguns adeptos em Portugal, como D. Francisco de Almeida, José Maria Grande e Vasconcelos Alvim. O sistema pensilvanico, aplicado em Filadélfia, serviu de modelo para a elaboração do *Projecto de Código Penal de 1861*, e no qual interveio Levy Maria Jordão, que previa a aplicação do sistema designado francês. Neste sistema, a par do isolamento contínuo, propunha-se a existência de trabalho obrigatório, de instrução religiosa, moral e profissional e de caminhadas ao ar livre.<sup>156</sup> A primeira parte deste documento foi concluída em 1859, mas a sua totalidade apenas foi entregue em 1861, tendo sido apresentado às Cortes em Janeiro de 1862.<sup>157</sup>

Será necessário aguardar até um de Julho de 1867 para que o modelo pensilvânico fosse promulgado, embora só tenha entrado em vigor em 20 de Novembro de 1884, data em que foi regulamentado o sistema de prisão celular.

Entretanto, a partir de 1864, foi-se legislando no sentido de avançar com a construção de uma prisão penitenciária na cidade de Lisboa. A comissão criada pelo decreto de sete de Julho de 1864, composta por Guilherme da Silva Abranches, João José de Simas, ambos médicos, e pelo engenheiro Joaquim Júlio Pereira de Carvalho, escolheu um terreno em Campolide, num local chamado Terra do Seabra, para a sua edificação.<sup>158</sup> Parecia ser esse o lugar ideal, uma vez que ficava afastado de grandes aglomerados populacionais e de possíveis focos de insalubridade.<sup>159</sup>

Depois de escolhido o local e o engenheiro da comissão ter sido encarregado de avançar com a planta do edifício, foi criada uma outra comissão com o objectivo de seleccionar o sistema

---

<sup>156</sup> Barreiros, José António, "As instituições criminais em Portugal no século XIX: subsídios para a sua história" ..., p. 604.

<sup>157</sup> *Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1859...*, pp. 592-593. Veja-se Santos, Maria José Moutinho dos, "Liberalismo, legislação criminal e codificação. O Código Penal de 1852, Cento e cinquenta anos da sua publicação" ..., p. 101.

<sup>158</sup> *Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1864...*, 1865, p. 430.

<sup>159</sup> *Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1864...*, p. 537.



penitenciário a adoptar e de organizar um projecto de proposta de lei, do qual deviam constar as regras e os princípios gerais necessários para a instituição do modelo escolhido.<sup>160</sup> Com a saída de Gaspar Pereira da Silva da pasta da Justiça, o processo de construção da penitenciária de Lisboa ficou bloqueado, sendo retomado anos mais tarde.

Um ano antes, em 1863, o Ministério das Obras Públicas tinha aprovado um projecto para a construção de um tribunal e uma cadeia em Ponte Delgada, devido à destruição desta última pelo terramoto que atingiu os Açores em 1852. Apesar do longo tempo que demorou a sua edificação, cerca de vinte anos, este constituiu o primeiro exemplo de aplicação de regime celular em Portugal.<sup>161</sup>

A década de sessenta de oitocentos foi ainda marcada por duas grandes obras de referência, que revelam a situação em que se encontravam os estabelecimentos carcerários e a necessidade premente de reformas. Em 1860, João Maria Calisto analisou o estado das cadeias portuguesas, que apelidou de escolas de “abjecta imoralidade”.<sup>162</sup> Denunciou a proliferação da corrupção entre os carcereiros, baseada no favorecimento dos presos mais ricos em detrimento dos mais pobres; a ausência de critérios de distribuição dos presos e a inexistência de condições de salubridade, higiene e limpeza, o que facilitava a proliferação de todo o tipo de doenças, como reumatismo, diarreia, edemas ou o designado tifo das prisões; a escassez e fraca qualidade da alimentação; o facto de os presos não terem roupas suficientes para se agasalharem.<sup>163</sup>

Admitindo a falta de condições para que se pudesse avançar com o sistema penitenciário, este autor apontou outras soluções de aplicação imediata e facilmente adaptáveis, que visavam tornar menos negro o quadro prisional português. Para além das críticas e das

---

<sup>160</sup> Esta comissão era por composta por Alberto António de Moraes Ferrão, João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens, Guilherme da Silva Abranches, João Maria Pereira Forjaz, José António Ferreira Lima, Levy Maria Jordão, António Aires de Gouveia, Henrique O'Neill e Joaquim Júlio Pereira de Carvalho *Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1864...*, p. 872.

<sup>161</sup> Leia-se Santos, Maria José Moutinho dos, *A Sombra e a Luz. As prisões do Liberalismo...*, p. 85; Marques, Tiago Pires, *Crime e Castigo no Liberalismo em Portugal...*, p. 63.

<sup>162</sup> Confirme-se Calisto, João Maria, *Algumas Palavras sobre o Estado Actual das Prisões em Geral e a sua Reforma*, Coimbra, s./ed., 1860, p. 5.

<sup>163</sup> Veja-se Calisto, João Maria, *Algumas Palavras sobre o Estado Actual das Prisões em Geral e a sua Reforma...*, pp. 4-19.

sugestões, João Maria Calisto, um defensor do modelo auburniano, apresentou ainda as suas ideias sobre o sistema penitenciário, a forma como este devia ser concebido e os critérios a respeitar, nomeadamente no que se reportava à estrutura do edifício, à sua concepção e divisões, acreditando no princípio da regeneração do detido com base no trabalho e no isolamento.<sup>164</sup>

Aires de Gouveia corroborou o cenário traçado por João Maria Calisto, decalcando as suas críticas. Na sua obra, aludiu à inadequada localização e ao estado lastimoso dos cárceres, à corrupção e à imundice, à insalubridade e à promiscuidade moral e física reinantes. Perante este quadro, Aires de Gouveia defendeu que nenhum dos cárceres existentes em Portugal tinha condições para cumprir as funções a que se destinavam, devendo ser todos destruídos e, em seu lugar, erigidos outros com as devidas condições. No entanto, reconhecendo a inexequibilidade desta solução radical, apresentou algumas sugestões com o claro intuito de aliviar tal cenário. Entre essas propostas, destacam-se a implementação do trabalho, a proibição do consumo de álcool e tabaco nas prisões; um maior cuidado com a alimentação e a higiene dos detidos; a separação dos reclusos e o aumento do salário dos carcereiros.<sup>165</sup>

Aires Gouveia criticou a proposta do Ministro da Justiça, João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens, apresentada em 29 de Fevereiro de 1860, considerando-a desajustada e ultrapassada. Entre outros pontos, atacou a ausência de referências à construção de espaços de reclusão destinados apenas aos delinquentes menores e a admissão do princípio da obrigatoriedade do trabalho prisional para alguns detidos e do seu carácter facultativo para outros.<sup>166</sup>

Este autor, após ter visitado várias cadeias europeias, mostrou-se adepto do modelo penitenciário caracterizado pelo isolamento contínuo, considerado o único capaz de permitir a reabilitação do condenado. Escolhido o regime a aplicar, recomendava que as novas prisões fossem erigidas fora dos centros urbanos e que a sua lotação não ultrapassasse os 450 reclusos.<sup>167</sup> A solidão do preso seria atenuada pelas visitas efectuadas pelo director da cadeia, capelães, médico, mestres e guardas. O trabalho constituía o elemento fundamental para a sua

---

<sup>164</sup> Consulte-se Calisto, João Maria, *Algumas Palavras sobre o Estado Actual das Prisões em Geral e a sua Reforma...*, pp. 20-58.

<sup>165</sup> Gouveia, Aires de, *A Reforma das cadeias em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1860, p. 89.

<sup>166</sup> Gouveia, Aires de, *A Reforma das cadeias em Portugal...*, p. 96.

<sup>167</sup> Gouveia, Aires de, *A Reforma das cadeias em Portugal...*, p. 106.

regeneração e moralização, bem como a instrução, ministrada por classes, admitindo a existência de quatro, estabelecidas de acordo com o conhecimento dos alunos e a sua idade.

Defendia ainda a criação de estabelecimentos penitenciários femininos nas cidades de Lisboa, Braga e S. Miguel, e de masculinos nas cidades de Porto, Coimbra, Évora e na ilha Terceira. Estas instituições seriam suportadas pelo Governo e destinadas a condenados com penas superiores a 18 meses e com idades compreendidas entre os 16 e os 60 anos. Previa também estabelecimentos comuns, para homens e mulheres, implantados “na terra mais populosa de cada duas comarcas confinantes.”<sup>168</sup> Estes últimos destinavam-se a indivíduos cuja pena era inferior a 18 meses e seriam dirigidas pelas duas câmaras das duas comarcas confinantes.

A construção de penitenciárias, no sentido de dar resposta ao novo ideário penal, que presumia a reabilitação do indivíduo com base na educação, no trabalho e na auto-reflexão proporcionada pelo isolamento celular, era exigida para a concretização deste paradigma, impossível de cumprir no estado em que as cadeias portuguesas se encontravam. No Alto Minho, a ideia de reforma carcerária ia sendo alimentada apenas pela realização de algumas obras de manutenção e de reparação, mas as prisões continuavam a funcionar, na segunda metade do século XIX, como os cárceres do Antigo Regime.

Havia, assim, um grande distanciamento entre a realidade concreta e o intenso debate teórico sobre os regimes prisionais, que envolvia personalidades de diferentes áreas do saber, nomeadamente do Direito e da Medicina. Por todo o reino, o número de cadeias era manifestamente insuficiente e as existentes continuavam a funcionar em condições muito precárias, o que impossibilitava qualquer tentativa de regeneração dos detidos.<sup>169</sup>

A descrença no desenvolvimento do sistema penitenciário estava evidenciada nas páginas dos periódicos. Em 1863, o jornal vianense, *A Aurora do Lima*, dava conta do seu cepticismo, após o debate, que teve lugar na Câmara Popular, centrado no pedido autorização do governo para despende 200.000 réis na construção de penitenciárias, ao escrever nas suas páginas o seguinte:

“[...] Perdido seria o tempo que gastássemos em provar a utilidade d`esta medida, que a religião e a moral aconselham: ninguém hoje põe em duvida que a sociedade tem o dever,

---

<sup>168</sup> Gouveia, Aires de, *A Reforma das cadeias em Portugal...*, p. 148.

<sup>169</sup> Consulte-se Vaz, Maria João, *Crime e Sociedade. Portugal na segunda metade do século XIX*, Oeiras, Celta Editora, 1998, pp. 44-45.

não só de punir os culpados, mas também de cuidar na regeneração d' eles e prevenir-lhes as reincidências. As cadeas, taes como existem no nosso paiz, são um esgarçamento da civilização e um insulto á moral."<sup>170</sup>

Entre as várias tentativas para avançar com alterações no panorama prisional existente, encontra-se a introdução e a regulamentação do trabalho em algumas delas, como foi o caso do Limoeiro, que, segundo o disposto no decreto de 13 de Fevereiro de 1863, era obrigatório para os presos pobres e para os que cumpriam pena maior com trabalho, sendo facultativo para os demais. O Estado comprometia-se a canalizar uma parte dos lucros obtidos para a alimentação dos presos, incluindo a carne em duas refeições semanais, e para o sustento dos mais carenciados. Outra parte do lucro era destinada aos presos, que a receberiam aquando da sua libertação, embora pudessem dispor de metade da quantia que mensalmente lhes era atribuída para entregar às suas famílias.

Conforme o previsto no referido normativo legal, seriam criadas escolas para os detidos aprenderem rudimentos da Língua Portuguesa e da Matemática, além de se manter a educação religiosa, já contemplada em legislação anterior.<sup>171</sup> Porém, a maior parte prisões não dispunha de condições para albergar estruturas que possibilitassem o trabalho e o ensino dos presos.

No que diz respeito à inserção do ensino nas prisões portuguesas, que não era uma questão pacífica, o pioneirismo pertence à Cadeia da Relação do Porto, que, em Agosto de 1861 arrancou com a sua experiência neste domínio.<sup>172</sup> Em França, por exemplo, considerava-se que este ensino não devia ir além das primeiras letras, ou de uma vertente mais profissionalizante. Temia-se que a educação conduzisse à autonomia intelectual do condenado, que poderia causar efeitos perniciosos na sociedade.<sup>173</sup>

A crença na reabilitação e na recuperação do condenado será um dos argumentos evocados para justificar a abolição da pena de morte. A Reforma Penal e Prisional de 1867 acabará por permitir a concretização de muitas das ideias anteriormente defendidas, nomeadamente a supressão da pena de trabalhos públicos e a abolição da pena de morte para

---

<sup>170</sup> *A Aurora do Lima*, 10 de Junho de 1863, n.º 1123, não paginado.

<sup>171</sup> *Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1863...*, 1864, pp. 56-57.

<sup>172</sup> Confira-se Santos, Maria José Moutinho dos, "O ensino nas prisões: o exemplo da cadeia da Relação do Porto no século XIX", in *Revista da Faculdade de Letras. História*, n.º 10, 1993, p. 293.

<sup>173</sup> Leia-se Perrot, Michelle, *Os Excluídos da História. Operários, mulheres e prisioneiros...*, pp. 268-269.

crimes civis. Porém, a alteração do quadro penal não significará uma mudança automática do sistema carcerário e a introdução imediata do modelo penitenciário. Esta reforma, sob o ponto de vista penal, revela uma suavização e humanização das penas, impondo-se o sistema celular como elemento fundamental no domínio da penalidade.

De acordo com a lei de um de Julho de 1867, foi introduzido em Portugal o regime de “prisão maior celular”, a cumprir em penitenciárias, prevendo-se a construção de uma em Lisboa e duas no Porto, sendo uma apenas para condenados do sexo masculino e outra somente para elementos do sexo feminino. As duas cadeias destinadas aos condenados do sexo masculino teriam capacidade para receber 500 detidos, ao passo que a projectada para mulheres teria uma lotação de 200 lugares. Para além das celas, as penitenciárias deviam dispor de aposentos para os funcionários, capela, arquivo, farmácia, banhos e espaços para provisões, bem como de espaços ao ar livre para circulação dos detidos.<sup>174</sup> Prevvia-se ainda a construção de um muro que rodearia todo o complexo prisional, que garantisse a segurança e assinalasse o isolamento com o mundo exterior.

Independentemente do tipo de delinquente, foi preconizada a implementação de um regime único, variando unicamente a duração da pena. Em todas as penitenciárias, cadeias distritais e comarcãs, estava contemplada a aplicação do sistema celular absoluto, um sistema filadelfiano corrigido. As penas previstas estavam divididas em penas de “prisão maior celular”, de dois a oito anos, e penas correccionais, quando não eram superiores a dois anos.

Os presos condenados a “prisão maior celular” cumpririam as penas em completo isolamento, na sua cela, sendo obrigados ao trabalho, com excepção dos considerados incapazes pela sua idade avançada ou doença.<sup>175</sup> A pena de “prisão maior celular” seria cumprida nos três estabelecimentos penitenciários a construir para esse fim. Para os condenados a esta pena eram permitidas visitas, a comunicação com os funcionários da cadeia e a realização de exercícios ao ar livre. Além da educação religiosa, todos os reclusos receberiam formação escolar, que seria direccionada para a instrução primária ou para a aprendizagem e o aperfeiçoamento de um ofício. O produto do trabalho seria dividido em quatro partes e distribuídas pelo Estado, pela família, pelos lesados ou parte ofendida e pelo preso quando saísse da prisão.

---

<sup>174</sup> *Collecção Official da Legislação Portuguesa, Anno de 1867...*, 1868, p. 271.

<sup>175</sup> Título II, art. 20º, *Collecção Official da Legislação Portuguesa, Anno de 1867...*, p. 270.

Os condenados a “prisão correccional”, que seria cumprida nas cadeias distritais quando a sua duração fosse superior a três meses, estavam igualmente sujeitos a uma separação absoluta, mas o trabalho era facultativo. Se fosse necessária a construção de um novo estabelecimento prisional, este devia ser erigido dos arredores da capital do distrito, dispondo de pátio interior, de um número de celas determinado pela quantidade de condenados nos últimos três anos a “prisão correccional” superior a três meses no referido distrito, capela, divisões para os funcionários, locais apropriados para a higiene dos detidos e espaços ao ar livre para passeios e realização de exercícios físicos.<sup>176</sup> Nestas cadeias, o preso era obrigado a pagar o seu sustento e o aluguer da sua cela. Caso não tivesse condições económicas para satisfazer estas exigências, teria como solução contribuir com o seu trabalho.

No caso de condenação a “prisão correccional”, ou na situação de prisão preventiva inferior a três meses, o detido cumpriria pena em cadeias comarcãs. Estas, como já foi salientado, também teriam que adoptar o regime celular, devendo, tal como as distritais, ser adaptadas para esse efeito, ou até mesmo construídas de raiz. As cadeias comarcãs com mais de 30 celas deveriam dispor de uma capela e as que tivessem um número inferior também poderiam construir uma se não representasse um encargo demasiado grande para o município.<sup>177</sup> De acordo com o artigo 63.º do mesmo Regulamento, nas cabeças dos concelhos que não fossem sede de comarca haveria “uma cadeia de simples detenção policial e transito de presos.” Neste caso, utilizar-se-iam as cadeias já existentes, sendo as despesas suportadas pelas câmaras municipais.<sup>178</sup>

Todo o sistema de inspecção e governo das cadeias seria superintendido pelo Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, a quem competia aprovar os planos para a edificação e reparação de qualquer estabelecimento prisional e determinar o número de celas de que seriam dotados.

A instabilidade política sentida no país fará com que a aplicação da Reforma Penal e das Prisões seja adiada. Entretanto, as decrepitas e degradadas prisões continuavam à espera de serem substituídas por novas construções, beneficiando apenas de algumas obras de conservação, tornando-se, por isso, impraticável a aplicação da nova filosofia penal em estruturas que se revelavam inadequadas para a receber.

---

<sup>176</sup> *Collecção Official da Legislação Portuguesa, Anno de 1867...*, p. 270.

<sup>177</sup> *Collecção Official da Legislação Portuguesa, Anno de 1867...*, pp. 273-274.

<sup>178</sup> *Collecção Official da Legislação Portuguesa, Anno de 1867...*, p. 274.

Antes da abertura da primeira penitenciária, há que salientar a fundação da primeira Casa de Detenção e Correção, na cidade de Lisboa, em 1871, com um dilatado atraso face às determinações do Código Penal de 1852. Tratava-se de uma instituição penal destinada a receber jovens vadios e delinquentes condenados. Importa ainda referir o aparecimento, em 1872, de um segundo regulamento provisório de cadeias, que mais não era do que um reajustamento do estabelecido em 1843, que incluía regras respeitantes ao trabalho nos cárceres, ao sustento e à transferência dos presos, e estabelecia que a fiscalização e a administração das cadeias ficava a cargo dos procuradores régios e dos seus delegados. Regulamentava-se ainda sobre o sustento.<sup>179</sup>

Pelo decreto de 20 de Novembro de 1884, foi criado o Conselho Geral Penitenciário com a função de auxiliar na implementação do regime penitenciário em Portugal. Ao mesmo tempo, foi publicado o *Regulamento Provisório da Cadeia Geral Penitenciária do Distrito da Relação de Lisboa*, contendo o regime adoptado na primeira penitenciária portuguesa. Um ano mais tarde, em 1885, a Penitenciária de Lisboa receberá os seus primeiros condenados. No entanto, as críticas relativamente ao sistema celular persistirão, dirigidas não apenas ao regime adoptado naquela Penitenciária, mas igualmente à incapacidade de avançar com reformas nos outros estabelecimentos prisionais.

Desde 1850, em alguns países, como, por exemplo, na Inglaterra, o regime penitenciário era alvo de críticas, particularmente o modelo de *solitary system*, seguido pela primeira penitenciária portuguesa, motivadas pelos distúrbios mentais que o isolamento provocava nos presos submetidos a este modelo e sobretudo pela ausência dos resultados esperados, o que colocava em causa a capacidade reformadora do regime penitenciário.<sup>180</sup>

A ideia da regeneração e o correccionalismo não visaram apenas o sistema prisional, mas esta concepção também se estendeu ao degredo, a pena mais aplicada em Portugal, mesmo após a reforma de um de Julho de 1867. Pelo decreto de nove de Dezembro de 1869, foram criadas colónias penais, cujo objectivo, para além de punir, era contribuir para “a regeneração moral dos condemnados, e promover além d’isso, o desenvolvimento da povoação, da agricultura, da industria e do commercio.”<sup>181</sup> Os meios a utilizar para a obtenção da reabilitação dos condenados à pena de degredo seriam idênticos aos do sistema prisional, ou seja, o

---

<sup>179</sup> *Collecção Official da Legislação Portuguesa, Anno de 1872*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873, pp. 345-348.

<sup>180</sup> Confira-se Henriques, U.R.Q., “The rise and decline of the separate system of prison discipline” ..., pp. 84-86.

<sup>181</sup> *Collecção Official da Legislação Portuguesa, Anno de 1869*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1870, p. 711.

trabalho, a instrução e a educação moral e religiosa. O interesse na sua correcção estava por sua vez associado ao desenvolvimento das próprias colónias, às quais se pretendia que os degredados, cumprida a sua pena, ficassem ligados. Para que isso acontecesse, determinou-se a doação de terrenos, garantiu-se a promoção de uniões matrimoniais, transportando para as “colónias” mulheres que estivessem interessadas.

O século XIX foi marcado por um profícuo debate centrado no papel das prisões no âmbito da penalidade, no seu funcionamento, nas reformas aplicar e nas suas finalidades. Entre litígios e consensos, determinados pelo seguimento de diferentes sistemas e linhas ideológicas, emergiu a ideia da prisão correcionalista, que parecia alcançar alguma unanimidade. No entanto, esta concepção que se pretendia concretizar através da construção de penitenciárias e da adopção de sistemas celulares, começou a ser contrariada, mesmo nos países precursores da reforma penitenciária, pela tendência que encarava o correcionalismo como um mito, dado que a cadeia continuava a ser considerada como uma escola de delinquência.<sup>182</sup> Isto significava que a prisão tinha falhado num dos objectivos fulcrais que lhe tinha sido proposto, ou seja, alterar comportamentos.

Note-se que, após uma intensa discussão sobre a necessidade de melhorar as condições de vida dos presos nos cárceres, ocorreu uma outra que pretendeu alertar para o perigo das condições excessivamente confortáveis concedidas nas cadeias, que, segundo alguns, estariam na base da explicação de certos fenómenos, como a reincidência.<sup>183</sup>

Assim, o desajuste entre um discurso teórico e uma realidade que parecia imutável, resultante do adiamento constante de medidas que visavam a reforma do sistema prisional português, fazia com que muitas delas, depois de aplicadas, se revelassem ultrapassadas e até mesmo desajustadas.

---

<sup>182</sup> Confirme-se Fernández, Pedro Trinidad, “La reforma de las cárceles en el siglo XIX: las cárceles de Madrid” ..., p. 179

<sup>183</sup> Confirme-se Vaz, Maria João, *Crime e Sociedade. Portugal na segunda metade do século XIX...*, p. 45.



### 3. O espaço prisional no Alto Minho

#### 3.1. As condições físicas das cadeias

Instaladas em edifícios remontantes ao Antigo Regime, ou mesmo a épocas anteriores, as cadeias do distrito de Viana do Castelo chegaram ao século XIX num estado próximo da ruína, funcionando como autênticos depósitos de homens. Esta realidade não surpreende, uma vez que, salvo raras excepções, a única função que lhes era atribuída consistia na guarda dos presos, mas nem essa finalidade era devidamente cumprida. Idêntico panorama se verificava por todo o reino, a que nem as cadeias da capital, como Limoeiro ou o Castelo, escapavam.<sup>184</sup>

As prisões, geralmente implantadas no centro das localidades, suscitavam reacções antagónicas nas populações, de repúdio, por um lado, e de compaixão, por outro. A par da proximidade pouco confortável com criminosos de toda a espécie e do receio de doenças e epidemias que podiam provir das prisões, também havia manifestações de solidariedade para com os reclusos, quer através da esmola, quer através da simples palavra de conforto que lhes faziam chegar por entre as grades.<sup>185</sup> Durante o período analisado, não foi construída qualquer cadeia no distrito de Viana do Castelo, e as obras efectuadas nas já existentes foram insuficientes e de pouca monta.<sup>186</sup> Assim, edifícios antigos, degradados e pestilentos continuavam a servir finalidades distintas daquelas para que foram erigidos, envergonhando as autoridades e contribuindo para o definhamento dos presos e a perversão das comunidades locais.

---

<sup>184</sup> Sobre este assunto veja-se Santos, Maria José Moutinho dos, *A Sombra e a Luz. As prisões do Liberalismo...*, p. 78. Norman Johnston justifica o atraso da reforma penitenciária, materializada na construção de novas estruturas prisionais concordantes com o novo ideário, que concebia a cadeia como um espaço de reabilitação, com a agitação política que afectou alguns países, nomeadamente a França e a Rússia. Este argumento também se ajusta à realidade portuguesa. Confira-se Johnston, Norman, *Forms of Constraint. A History of Prison Architecture*, Chicago, University of Illinois Press, 2000, pp. 88-89.

<sup>185</sup> Era o caso da cadeia de Ponte de Lima, que resultou do aproveitamento de uma das torres da muralha medieval, embora a sua conclusão remonte a 1511, como já referimos. Veja-se Esteves, Alexandra, *A Morada Indesejada. Os presos da cadeia de Ponte de Lima (1732-1739)*, Ponte de Lima, Liga dos Amigos do Hospital, 2005, p. 15.

<sup>186</sup> Em Espanha, no século XIX, em algumas cadeias, como a de Badajoz, a situação era idêntica. Apesar dos apelos sucessivos dos alcaides para se realizarem intervenções de fundo naquele estabelecimento prisional, eram efectuados apenas pequenos reparos, pelo que a cadeia continuava a ser um problema higiénico e sanitário. Confira-se Marcos Arévalo, Javier, *El Hacinamiento, la marginación y la pena de muerte. (La cárcel de Badajoz en el siglo XIX)*, Badajoz, Gafisur, 1984, pp. 38-39.

O mau estado das cadeias, aliás reconhecido pelas autoridades locais, era a prova evidente da discrepância entre o discurso feito de boas intenções e a execução do que era apregoado. Em 1834, o prefeito interino da província do Minho assumia que as prisões não cumpriam os requisitos mínimos de higiene e segurança, considerando-as “insalubres e imundas que accarretam aos infelizes serrados nelas alem dos males que já sofrem com a perda de liberdade, outros que detriorão a sua saúde, quando deles são vitima.”<sup>187</sup> Quase 30 anos mais tarde, em 1861, Eusébio Furtado Coelho traçou um cenário idêntico, ao descrever as prisões alto minhotas deste modo: “São em primeiro lugar escolas de corrupção e malvadez. Affectam, por curta que seja a demora ali, a saúde dos desgraçados presos. Em uma palavra, as cadeias do districto são logares de completa perdição do espirito e do corpo dos que n’ellas entram.”<sup>188</sup> Igualmente na década de sessenta da centúria de oitocentos, o governador civil de Viana do Castelo, num relatório acerca do estado do distrito, alertava para a situação de ruína de todas as cadeias existentes. O seu estado de degradação era tal que as fugas sucediam-se a um ritmo regular e a saúde dos reclusos era colocada em risco. Em todas era possível a separação dos presos conforme o sexo, mas já não era exequível a divisão em função da idade, nem entre os encarcerados condenados e os apenas pronunciados. A referida autoridade denunciava ainda a inexistência, no distrito, de uma cadeia que não só respeitasse os princípios básicos de separação dos detidos, mas que também cumprisse os critérios impostos pela ciência penitenciária, tendo em vista, através do cumprimento da pena, a regeneração do condenado. A realidade que se verificava estava muito longe de satisfazer esse objectivo, pois o cárcere servia apenas para agravar o estado moral e a condição física do condenado.<sup>189</sup>

Em 1837, no distrito de Viana do Castelo, havia 13 cadeias civis em funcionamento. Entretanto, seis tinham já sido desmanteladas na sequência de reformas administrativas empreendidas, todas elas pertencentes a antigos coutos ou a concelhos extintos e integrados no município de Ponte de Lima. Foi o caso da cadeia do extinto concelho de Gondufe, onde também eram realizadas as antigas sessões da câmara, de Bertiaandos, entretanto demolida, Correlhã,

---

<sup>187</sup> AMC, Câmara Municipal de Caminha, *Livro de Actas de Janeiro de 1834 a Abril de 1837*, n.º 1.6.1.5, fls. 64v.º-65.

<sup>188</sup> Coelho, Eusébio Cândido C. P. Furtado, *Estatística do Districto de Vianna do Castello*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1861, p. 208.

<sup>189</sup> *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1860*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865, p. 4.

Santo Estevão da Facha, Rebordões do Souto, Albergaria e S. Julião de Freixo. No concelho de Valença, para além da cadeia civil, existiam ainda cinco presídios militares.<sup>190</sup>

O concelho de Ponte de Lima era o único que dispunha de duas cadeias civis. A denominada “Cadeia Velha”, localizada em pleno centro da vila, além de muito arruinada, era pouco segura e, segundo o administrador do concelho, “imprópria num governo constitucional.”<sup>191</sup> A chamada “Cadeia Nova”, situada junto à torre que albergava a outra cadeia, tinha apenas dois andares, dispondo cada um de uma sala, designada de “livre”, e destinava-se a condenados a penas correccionais, acusados de delitos menores e considerados de baixa perigosidade. Embora a sua construção datasse do século XIX, não tinha quaisquer condições de higiene<sup>192</sup> e também apresentava deficientes condições de segurança.<sup>193</sup>

Em resposta ao ofício do conselho de saúde de 30 de Março de 1837, os administradores dos concelhos do distrito de Viana do Castelo, salvo raras excepções, reconheceram a necessidade de intervenção nas prisões das respectivas circunscrições. Várias razões foram evocadas, nomeadamente a saúde dos detidos e da comunidade, a exiguidade dos edifícios, a partilha dos mesmos com outras instituições, como tribunais e paços do concelho, a deterioração causada pelo tempo, a falta de segurança e a pouca ventilação.<sup>194</sup>

---

<sup>190</sup> AHGCVC, *Hospitais, recolhimentos, lazaretos, cazas de asilos e estabelecimentos insalubres – 1837*, n.º 1.16.5.4-5, não paginado. Em finais do século XIX, Pinho Leal reconhece a existência de apenas três prisões militares: a das “Portas do Meio”, do “Sol” e da “Coroadá”, que, segundo refere, “mais parecem jaulas de feras, do que casas destinadas à reclusão de homens, pela sua hediondez, falta d’ar e este mephitico.” Confira-se Leal, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno. Dicionário Geographico, Estatístico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Histórico, Biographico e Etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande número de aldeias*, vol. Décimo, Lisboa, Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, 1882, p. 131.

<sup>191</sup> AHGCVC, *Hospitais, recolhimentos, lazaretos, cazas de asilos e estabelecimentos insalubres – 1837...*, não paginado.

<sup>192</sup> AMPL, *Correspondência expedida para a Procurador Régio*, n.º 164, fl. 111.

<sup>193</sup> Confira-se Esteves, Alexandra, “A cadeia de Ponte de Lima na segunda metade do século XIX: o espaço físico e os seus protagonistas”, in Araújo, Maria Marta Lobo de; Ferreira, Fátima Moura Ferreira; Esteves, Alexandra (orgs.), *Pobreza e assistência do espaço ibérico (séculos XVI-XX)*, Braga, CITCEM, Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”, 2010, p. 129.

<sup>194</sup> AHGCVC, *Hospitais, recolhimentos, lazaretos, cazas de asilos e estabelecimentos insalubres – 1837...*, não paginado. Problemas idênticos eram partilhados pelas cadeias do distrito de Viseu, nos finais do século XVIII e inícios do século XIX. Leia-se Ramos, Anabela, “O Purgatório dos Vivos: Um espreitar pelas cadeias do distrito de Viseu no século XVIII e 1.ª metade do século XIX”, in *Congresso Internacional de História. Territórios, Culturas e*

A cadeia de Viana do Castelo era uma das que suscitava mais preocupações. Segundo o administrador do concelho, o edifício era demasiado pequeno face ao número de presos que albergava, não oferecia qualquer comodidade e carecia de intervenção urgente, pois constituía um atentado contra a saúde pública.<sup>195</sup>

No período medieval, Viana do Castelo tinha os seus calabouços situados na zona onde actualmente está erigida a igreja matriz. Contudo, o aumento demográfico terá levado à edificação de uma nova cadeia, agora fora das muralhas que circundavam a vila, concluída em inícios do século XVI. Tratava-se de uma construção acoplada aos paços de concelho, cuja frente estava voltada para a chamada Praça do Forno.<sup>196</sup> A segurança do edifício era garantida pelas grossas grades que protegiam as janelas e o pátio interior estava resguardado por uma armação de madeira. O quotidiano carcerário era regulado por um sino, tal como sucedia, aliás, noutras cadeias, como nas Ponte de Lima, Monção, Caminha e Arcos de Valdevez.

Por alvará régio, em 1687, procedeu-se à reforma do edifício onde funcionava a cadeia. Contudo, obras de maior envergadura estavam concluídas em 1700, tendo sido renovado o interior e “aumentado em quatro cazas vizinhas, cuja expropriação custou 650.000 réis.”<sup>197</sup> Decorridos 42 anos, novas obras foram realizadas neste estabelecimento.<sup>198</sup>

Em 1803, o corregedor determinou a realização de obras na cadeia, tendo em vista o reforço das suas condições de segurança.<sup>199</sup> Só em 1812, recebeu mais algumas beneficiações, levadas a cabo com as sobras das sisas, apesar de em 1805 se ter considerado essencial

---

*Poderes. Actas*, vol. I..., pp. 405-415. A falta de segurança era um dos problemas que, no século XVIII, também atingia a cadeia de Proença-a-Nova, devido ao seu estado de ruína. Veja-se Lopes, Henrique Augusto Dias, *Poder e violência em Proença-a-Nova de 1710 a 1750. Um itinerário do quotidiano através das correições e querelas*, Coimbra, 1996, pp. 54-59. Tese de mestrado policopiada.

<sup>195</sup> AHGCVC, *Hospitais, recolhimentos, lazaretos, cazas de asilos e estabelecimentos insalubres – 1837...*, não paginado.

<sup>196</sup> Confira-se Carvalho, António, *Acontecimentos que Viana Sentiu II*, Viana do Castelo, Junta de freguesia de Viana do Castelo, 2005, p. 71.

<sup>197</sup> Confira-se AMVC, *História de Viana do Castelo – 1850*, n.º 1130, fls. 81 e 82.

<sup>198</sup> Capela, José Viriato Eiras, *O Minho e os seus Municípios. Estudos económico-administrativos sobre o município português nos horizontes da reforma liberal*, Braga, Universidade do Minho. Mestrado de História das Instituições e Cultura Moderna e Contemporânea, 1995, p. 206.

<sup>199</sup> Capela, José Viriato Eiras, *Política de corregedores. A actuação dos corregedores nos municípios minhotos no apogeu e crise do Antigo Regime (1750-1834)...*, p. 241.

intervir no edifício da câmara, onde se incluía a cadeia, dado o estado de “desamparo em que se encontra, não estando em condições para receber presos.”<sup>200</sup>

Era reconhecido o perigo que este estabelecimento representava para a saúde pública, numa altura em que proliferava o receio face aos miasmas, tidos como agentes infectantes, causadores de epidemias. O medo aumentou após o primeiro surto de cólera que atingiu Portugal em 1832. Mas o risco para a saúde pública era real, dado que existia uma cloaca junto ao muro da cadeia que exalava um cheiro nauseabundo.

Outras pequenas intervenções tiveram ainda lugar em 1840, 1842 e 1844, nomeadamente no telhado do cárcere. Apesar das reparações efectuadas, a cadeia de Viana do Castelo era, em 1850, ainda caracterizada como uma masmorra fétida, insalubre, com problemas de ventilação, onde não entrava luz, indigna de uma cadeia de comarca, cabeça de distrito. Acrescia o facto de estar situada no centro da localidade. Em 1854, o delegado do procurador régio solicitou à câmara municipal a realização de obras urgentes.<sup>201</sup> Já na década de sessenta do século XIX, foram executados novos consertos na cobertura e na casa do guarda.<sup>202</sup>

Na enxovia, onde estavam instalados os criminosos considerados mais perigosos, havia salões que possibilitavam a distribuição dos presos conforme o sexo. Apesar do discurso dos teóricos insistir, sobretudo a partir da década de trinta do século XIX, na necessidade de separar os reclusos, colocando-os em celas individuais, na prática continuavam amontoados em salões de detenção colectiva. Instrumentos utilizados na condução dos presos, como grilhetas e algemas, não podiam faltar. O espaço carcerário vianense era acanhado para os cerca de 80 reclusos que costumava albergar.<sup>203</sup>

---

<sup>200</sup> AMVC, *Acta de Vereação*, n.º 775, fl. 242.

<sup>201</sup> AMVC, *Actas de vereação*, n.º 788, fl. 195v.º.

<sup>202</sup> AMVC, *Actas de Vereação*, 788-H, fls. 27, 133; *Actas de Vereação*, 788-L, fls. 65v.º, 175.

<sup>203</sup> O problema da falta de espaço colocava-se em várias cadeias, devido ao elevado número de presos que albergavam. Em Abril de 1847, a cadeia do Limoeiro albergava 1026 presos. Macedo, Francisco Ferraz, *Os criminosos evadidos da Cadeia central do Limoeiro a 29 de Abril de 1847*, Lisboa, Typ. da Papelaria Palhares, 1901, p. 8.



Reconhecida a situação deplorável dos cárceres e perante a impossibilidade de se erigir um novo edifício, procurava-se atenuar a situação através de pequenos reparos e de algumas medidas avulsas que visavam, sobretudo, tornar menos promíscuo o ambiente carcerário e que implicavam a divisão dos presos conforme o sexo, a gravidade do delito, bem como a separação entre os civis e os militares. Porém, nem esta repartição era possível na cadeia de Viana do Castelo se a mesma continuasse a acolher um grande número de presos militares, como acontecia em Dezembro de 1849, quando havia 28 a ocupar a sala maior do cárcere.<sup>204</sup> Tratava-se de um problema antigo, dado que, já em 1837, tinha sido necessário proceder à transferência dos reclusos militares, que se encontravam na cadeia civil, para o Castelo de Santiago da Barra, apesar de não reunir as necessárias condições de segurança para os acolher.<sup>205</sup> O governador civil, por seu lado, pressionava a câmara municipal para que promovesse e financiasse as obras indispensáveis na prisão do Castelo e aumentasse o número de guardas responsáveis pela sua guarnição. Corrigidas as deficiências, seria então possível libertar espaço na cadeia civil e proceder-se a uma efectiva separação dos detidos, além de que, sob o ponto de vista disciplinar e moral, não seria saudável a convivência de jovens recrutas, ainda que refractários, com criminosos de toda a estirpe.<sup>206</sup>

Em 1850, apesar do reconhecimento da urgência de melhorar a prisão de Viana do Castelo, a câmara debatia-se com a falta de recursos financeiros para a sua efectivação. A situação foi agravada pela diminuição da colheita do vinho nesse ano, que se reflectiu na quebra das rendas municipais.<sup>207</sup> De acordo com o artigo 133.º do Código Administrativo, cabia às câmaras municipais suportar as despesas com as obras realizadas no espaço carcerário.<sup>208</sup>

---

<sup>204</sup> AHGCVC, *Correspondência com várias entidades, Novembro de 1849 a Junho de 1851*, n.º 1.8.3.12, não paginado.

<sup>205</sup> A prisão do Castelo, também conhecida como da “Roqueta”, não dispunha de condições de segurança. Em 1836, devido à transferência para as suas instalações de 10 presos da cadeia de Monção condenados à pena de degredo, foi exigida a colação de grades novas e o fornecimento de homens para uma sentinela segura. AHGCVC, *Correspondência recebida do Governo Civil do Porto*, n.º 1.13.4.1-3, não paginado.

<sup>206</sup> AHGCVC, *Correspondência com várias entidades, Novembro de 1849 a Junho de 1851*, n.º..., não paginado.

<sup>207</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18, não paginado.

<sup>208</sup> Confira-se *Código Administrativo Portuguez de 18 de Março de 1842*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1849, pp. 40-42.

Porém, com baixos rendimentos e pesados encargos, não tinham capacidade financeira para cumprir essa obrigação, pelo que se viam na necessidade de recorrer à ajuda externa.<sup>209</sup>

Por outro lado, havia normas que tinham que ser respeitadas nas reparações a efectuar nos tribunais e nas cadeias. A portaria de 10 de Maio de 1844 determinava que o inspector das obras públicas ordenasse aos seus delegados distritais que apoiassem as câmaras municipais quando lhes fossem solicitados conselhos ou instruções acerca da execução de obras nos seus municípios. A portaria de 16 de Dezembro de 1852 proibia as câmaras municipais de empreenderem obras de grande envergadura sem antes consultarem o director das obras públicas do seu distrito.<sup>210</sup> A portaria do Ministério da Justiça, datada de 20 de Setembro de 1859, estabelecia que os municípios, sempre que pretendessem fazer grandes reparações nas cadeias ou construir novos edifícios para esse fim, deviam auscultar os directores das obras públicas. Este conjunto de disposições destinava-se a evitar que as câmaras fizessem gastos desnecessários e escolhessem ou construíssem edifícios pouco adequados para albergar as prisões.<sup>211</sup>

As obras que tinham sido iniciadas pela câmara de Viana do Castelo foram entretanto suspensas em 1855. O Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, por portaria de 19 de Outubro de 1855, tentou, em vão, remover essa suspensão.<sup>212</sup> Nova portaria de 24 de Abril de 1855, do mesmo Ministério, insistia na necessidade de ser desbloqueado o embargo das obras.<sup>213</sup> O certo é que, em 1856, o delegado do procurador régio considerava intolerável o estado da cadeia daquela localidade, impondo-se o cumprimento, por parte da câmara, das ordens expedidas pelo governo central e pelo governador civil para que as mesmas fossem executadas imediatamente.<sup>214</sup>

---

<sup>209</sup> *Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1857*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1858, p. 1.

<sup>210</sup> *Collecção Official de Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva, Anno de 1844-1845...*, p. 82. *Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1852...*, 1853.

<sup>211</sup> *Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1859...*, 1860, pp. 591-592.

<sup>212</sup> AHGCVC, *Portarias e Offícios do Ministério da Justiça – 1856*, n.º 1.14.4.4-1, não paginado.

<sup>213</sup> AHGCVC, *Registo Geral de Janeiro de 1856 a Junho do mesmo ano*, n.º 1.10.3.2, não paginado.

<sup>214</sup> AHGCVC, *Registo Geral de Julho de 1856 a 31 de Dezembro*, 1.10.3.3, não paginado.



A falta de segurança da cadeia era resolvida, em parte, com a transferência de reclusos para outras prisões consideradas mais seguras. Este procedimento vinha de encontro ao disposto no decreto de três de Março de 1838, que previa ainda a vigilância desses estabelecimentos por forças militares ou membros da guarda nacional, e no *Regulamento das Cadeias de 1843*, que, no capítulo I, artigo 3.º, atribuía aos agentes do Ministério Público competência para decidir “sobre a mudança dos presos das cadeias quando não seguras forem”.<sup>215</sup>

Os gastos com a transferência dos detidos ficavam a cargo da câmara municipal, cabendo ao carcereiro entregá-los aos comandantes das escoltas responsáveis pelo seu transporte. Em 1837, a câmara municipal de Monção deliberou que os soldados que se deslocassem ao concelho para acompanharem presos receberiam 80 réis por dia e o comandante da escolta, sendo um oficial, nunca ganharia menos de 100 réis.<sup>216</sup>

A 11 de Dezembro de 1857, o governador civil de Viana do Castelo solicitou ao presidente do Tribunal da Relação do Porto que, devido à falta de segurança e consequente risco de evasão, os criminosos de elevado grau de perigosidade fossem removidos do estabelecimento prisional daquela cidade.<sup>217</sup> Dois anos mais tarde, considerava-se que as obras projectadas, orçadas em 848.780 réis, para ampliar o espaço prisional, que implicavam a remoção das cloacas do interior do edifício e reparações diversas, não eram suficientes para tornar mais confortável a situação dos detidos.<sup>218</sup> Surgiu então a hipótese de transferir a cadeia para o antigo convento dos Crúzios, embora esta operação também acarretasse custos muito elevados. Este edifício, sob a tutela do Ministério da Guerra, estava entregue ao regimento de infantaria n.º 3 para ali funcionar um hospital militar.<sup>219</sup> No entanto, esse serviço acabou por ser instalado no

---

<sup>215</sup> *Collecção de Leis e outros documentos oficiais publicados no ano de 1838*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1838, p. 75. *Collecção Official de Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva*, Legislação de 1842 em diante..., pp. 6-7.

<sup>216</sup> AMM, *Acórdãos desde 26 de Maio de 1837 até 7 de Setembro de 1837*, n.º 1.A.20.2.23, fl. 2v.º.

<sup>217</sup> AHGCVC, *Registo Geral – Julho a 19 de Dezembro de 1857*, n.º 1.10.3.5, não paginado.

<sup>218</sup> AHGCVC, *Registo Geral – Agosto de 1848 a Novembro de 1859*, n.º 1.10.3.7, não paginado.

<sup>219</sup> O convento dos Crúzios foi demolido em 1877, para dar lugar à estação do caminho-de-ferro de Viana do Castelo. Até essa data, o convento esteve sob a tutela do Ministério da Guerra. No entanto, ainda no século XVIII, serviu de hospício para frades doentes e inválidos. Mais tarde, nos primórdios do século XIX (1812-1813), albergou o hospital militar, por ter ardido o da Misericórdia. Confira-se Pinho, Isabel Maria Ribeiro T. de, “Os crúzios de Viana do Castelo e a sua expressão artística”, in *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*, Série I, vol. V, VI, 2006-2007, pp. 467-488.

extinto convento de Santo António, ficando, assim, na posse de dois conventos, quando afinal só precisava de um.<sup>220</sup>

A opção pela utilização dos antigos conventos fazia sentido, embora como solução de recurso, na medida em que se tratava de estruturas que, devidamente adaptadas, possibilitavam a separação dos presos e a instalação de oficinas, além de terem água, terrenos e pátios interiores que permitiam aos detidos a realização de exercícios físicos e pequenos passeios.<sup>221</sup> Aliás, a própria arquitectura prisional foi influenciada, ao longo dos tempos, por outras construções, designadamente hospitais, casas de correcção, lazaretos e mosteiros.<sup>222</sup>

Já em 1853, o governador civil considerara que o edifício que servia de prisão não era susceptível de ser melhorado e todas as despesas com os reparos seriam em vão, dado que o próprio local onde estava impantado não era o mais apropriado. Nessa altura, tinha sido levantada a hipótese de transferir a cadeia para a casa da vedoria. No entanto, também essa tentativa saiu gorada, por se entender que não oferecia condições.<sup>223</sup> Mas o verdadeiro motivo que impediu essa mudança teve a ver com a circunstância de a referida casa estar localizada numa das ruas mais concorridas da cidade.<sup>224</sup>

Em 1836, tinha-se projectado passar as sessões da câmara municipal e a secretaria da administração do concelho, bem como as salas destinadas às audiências e às reuniões de

---

<sup>220</sup> AHGCVC, *Registo Geral – Agosto de 1848 a Novembro de 1859*, n.º 1.10.3.7, não paginado.

<sup>221</sup> No caso de Coimbra, apresentado por Maria Antónia Lopes, a cadeia da Portagem tinha, desde o século XVIII, sérias limitações, não dispondo de quaisquer condições de habitabilidade, pelo que foi proposta a sua transferência para outras instalações, nomeadamente para o extinto convento de Santo António da Estrela. Esta proposta, como sucedeu com outras, não teve seguimento. Em 1856, os presos daquela cidade acabaram por ser transferidos para uma antiga hospedaria. Sobre esta cadeia veja-se Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, Assistência e Controle Social em Coimbra (1750-1850)*..., pp. 525-533. Na vizinha Espanha, com a nacionalização dos bens da igreja, foram propostas reformas semelhantes. Em 1837, face à ruína das cadeias de São Narciso e Serramos, de Valencia, foi proposta a concessão ao Estado dos antigos conventos para serem convertidos em cadeias. No entanto, tal como em Portugal, estas e outras reformas esbarraram em constrangimentos de ordem financeira. Leia-se Llorca Ortega, José, *Cárceles, presidios y casas de corrección en la Valencia del XIX. Apuntes históricos sobre la vida penitenciaria valenciana*, Valencia, Editorial Tirant lo blanch, 1992, pp. 202-203. No entanto, Portugal, ao contrário de outros países europeus, não aproveitou os mosteiros e conventos amortizados para albergar estruturas prisionais. Confira-se Santos, Maria José Moutinho dos, *A Sombra e a Luz. As prisões do Liberalismo...*, p. 95.

<sup>222</sup> Confirme-se Johnston, Norman, *Forms of Constraint. A History of Prison Architecture...*, pp. 31-32.

<sup>223</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino, Março 1853 – Janeiro 1854*, n.º 1.9.4.23, não paginado.

<sup>224</sup> AHGCVC, *Correspondência com várias autoridades – Dezembro de 1852 a Maio de 1854*, n.º 1.8.3.14, não paginado.

jurados para as instalações da Misericórdia, cujo hospital seria transferido para o extinto convento de Santo António. Desse modo, todo o edifício dos paços do concelho funcionaria como cadeia, dispondo de condições para se criar um espaço arejado e com luminosidade e que facilitaria a separação dos presos. Este plano não foi concretizado, com excepção da concessão do convento de Santo António, que efectivamente passou para as mãos da Misericórdia.<sup>225</sup>

Em finais do século, a situação do cárcere vianense não se tinha alterado. Um testemunho deixado por um dos jornais locais é revelador dos efeitos terríveis que a cadeia provocava no detido:

"[...] aqui o preso não está numa cella; mas numa sala, onde o veneno corruptor circula de veia em veia pela fora do contacto; aqui o preso não tomou a posição de vegetal pensante, mas é um terrível animal, que salta, grita, blasfema, injuria, maldiz, ri-se, escarnece, brinca e até raciocina, calcula, forma planos, de tal sorte combinados que mal podem falhar no escalamento ou arrombamento de uma casa ou no assassinato de um semelhante; aqui o preso também não sofre, nem se sente sofrer, porque com tão agradável e espirituosa suia o espírito distrai-se, não há melancolia que assombre o rosto." <sup>226</sup>

Mais tarde, a cadeia foi transferida para o antigo convento de S. Domingos, no centro de Viana do Castelo. Aqui, o cárcere não passará de uma masmorra, embora tenha funcionado nessas instalações até ao século XX.<sup>227</sup>

Nos vários concelhos do Alto Minho, o cenário não diferia muito do que se verificava em Viana do Castelo. Em Monção, a cadeia era tida como um foco de infecção, sobretudo nos meses mais quentes, devido à falta de ventilação e de limpeza, que provocavam um cheiro nauseabundo, que se propagava por todo o edifício, onde estavam também instalados os paços do concelho.<sup>228</sup> Em 1800, para acautelar a saúde pública, foi proibida venda de víveres à porta da prisão, ficando os infractores sujeitos ao pagamento de uma coima no valor de 6.000 réis.<sup>229</sup>

As obras de conservação eram insignificantes e motivadas sobretudo por arrombamentos praticados amiúde pelos presos. Os consertos de pequena monta eram

---

<sup>225</sup> ADVC, Administração do Concelho de Viana do Castelo. *Copiador Geral – 1835*, n.º 5.16.4.15, não paginado.

<sup>226</sup> *O Vianense*, 27 de Agosto de 1858, n.º 69, não paginado.

<sup>227</sup> Figueiredo da Guerra, em 1923, dá conta de ter funcionado neste convento vianense o Tribunal Judicial, bem como outras repartições. Consulte-se Guerra, L. de Figueiredo, *Guia de Vianna do Castello*, s.l., Typographia Comercial "Aurora do Lima", 1923, p. 16.

<sup>228</sup> AMM, *Acórdãos desde 26 de Maio de 1837 até 7 de Setembro de 1837*, n.º 1.A.20.2.23, fl. 43v.º.

<sup>229</sup> AMM, *Acórdãos desde 26 de Maio de 1837 até 7 de Setembro de 1837*, n.º 1.A.20.2.16.

justificados pela necessidade de intervir na totalidade do edifício dos paços do concelho, sendo considerado inútil fazer grandes intervenções nas salas da cadeia.<sup>230</sup> Já em 1837, o administrador do concelho tinha denunciado a exiguidade e a má construção das instalações carcerárias, o que causava grande desconforto aos reclusos.<sup>231</sup> A prisão de Monção, constituída por duas enxovias e uma sala, tinha uma janela em cada uma destas divisões e funcionava nos baixos do edifício dos paços do concelho.<sup>232</sup>

Em 1858, a Junta Geral de Distrito admitia, no seu relatório, o estado especialmente gravoso da cadeia de Monção e a necessidade de obras urgentes.<sup>233</sup> Para além das duas enxovias, tinha os chamados segredos, cuja existência foi evidenciada por John Howard aquando da sua visita a Portugal, ainda no século XVIII.<sup>234</sup>

A cadeia de Melgaço não se encontrava em melhor estado. O edifício servia também de câmara municipal e tribunal. Funcionava no piso térreo, dispondo de duas salas, sendo uma destinada às mulheres e outra aos homens. A dos homens, que tinha apenas uma tarimba, era acanhada e escura, tal como a das mulheres. Não havia cozinha, nem instalações para o carcereiro, que morava numa casa próxima.<sup>235</sup>

Em 1854, foram projectadas obras na prisão, com o objectivo de garantir a segurança e evitar as constantes transferências de presos para Valença, que eram financiadas pela câmara municipal, em acordo com o juiz ordinário daquele julgado.<sup>236</sup> Essas obras, orçadas em 30.720 réis, foram concluídas em 1855.<sup>237</sup> Em Março de 1857, o governador civil de Viana do Castelo comunicou à câmara municipal daquela localidade a necessidade se serem efectuadas novas

---

<sup>230</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino, 1851*, n.º 1.9.4.19, não paginado.

<sup>231</sup> AHGCVC, *Hospitais, recolhimentos, lazaretos, cazas de asilos e estabelecimentos insalubres – 1837...*, não paginado.

<sup>232</sup> AHGCVC, *Câmara Municipal de Monção*, n.º 1.12.4.1-11, não paginado. Sobre as Casas do Concelho de Monção leia-se Brochado, Cláudio Laranjeira, “Monção nos séculos XVII e XVIII: elementos para um perfil urbano”, in Capela, José Viriato (coord.), *Monção nas Memórias Paroquiais de 1758*, Casa Museu de Monção, Universidade do Minho, 2003, pp. 32-33.

<sup>233</sup> *A Aurora do Lima*, 31 de Dezembro de 1858, n.º 455, não paginado.

<sup>234</sup> Confira-se Bejerano Guerra, Fernando, “John Howard: Inicio y bases de la reforma penitenciaria”..., p. 121.

<sup>235</sup> Veja-se Coelho, Eusébio Cândido C. P. Furtado, *Estatística do Districto de Vianna do Castello...*, p. 209.

<sup>236</sup> AMMço, Administração do Concelho. *Ofícios e circulares remetidos pelo Governador Civil, 1854*, n.º 1.3.1.1-5, não paginado.

<sup>237</sup> AMMço, Administração do Concelho, *Ofícios e circulares remetidos pelo Governador Civil, 1855*, n.º 1.3.2-1, não paginado.

intervenção, recomendando ainda a auscultação do juiz ordinário para a definição dos melhoramentos prioritários. Depois de orçamentada a despesa, que não podia exceder os 300.000 réis, deveria ser solicitada autorização ao conselho de distrito, sendo os fundos necessários retirados da verba destinada a obras públicas.<sup>238</sup>

Em 1816, a cadeia de Vila Nova de Cerveira, que também funcionava no edifício dos paços do concelho, foi alvo de algumas reparações, embora o seu estado de conservação não exigisse a sua mudança para outro local, ou a construção de uma nova.<sup>239</sup> Já em 1761, o corregedor Sebastião Vieira de Matos Girão Resende tinha ordenado a execução de arranjos na prisão e nos paços do concelho.<sup>240</sup> Novos consertos foram levados a cabo em 1780, mas agora por causa de um arrombamento.<sup>241</sup> No início do século XIX, o corregedor António Caetano Pereira de Lima e Sampaio considerou oportunas obras no cárcere, no sentido de o tornar mais seguro e evitar futuros arrombamentos.<sup>242</sup> Mais tarde, em 1822, na sequência da intervenção da comissão de melhoramento das cadeias, a câmara acordou que fosse examinado o cárcere da vila, para se avaliar a necessidade e os custos de melhoramentos a efectuar.

A cadeia não tinha problemas de salubridade, não constando que nela se desenvolvessem doenças ou que algum preso tivesse falecido. Em 1834, foi ponderada a constituição de uma comissão encarregue de zelar pela higiene e segurança das instalações, bem como pela alimentação e ocupação dos reclusos.<sup>243</sup> Contudo, em 1842, as instalações estavam bastante degradadas, devido à falta de manutenção, tendo-se transformado num

---

<sup>238</sup> AHGCVC, *Registo Geral de Janeiro a Junho de 1857*, n.º 1.10.3.4, não paginado.

<sup>239</sup> AMVNC, Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, *Actas de Sessões da Câmara*, 1821-1824, Documentos avulsos, fls. 20-30.

<sup>240</sup> Confira-se Capela, José Viriato Eiras, *Política de corregedores. A actuação dos corregedores nos municípios minhotos no apogeu e crise do Antigo Regime (1750-1834)*, Braga, Universidade do Minho. Instituto de Ciências Sociais. Centro de Ciências Históricas e Sociais e Mestrado de História das Instituições e Cultura Moderna e Contemporânea, 1997, pp. 358-359.

<sup>241</sup> Veja-se Capela, José Viriato Eiras, *Política de corregedores. A actuação dos corregedores nos municípios minhotos no apogeu e crise do Antigo Regime (1750-1834)*..., p. 364.

<sup>242</sup> Leia-se Capela, José Viriato Eiras, *Política de corregedores. A actuação dos corregedores nos municípios minhotos no apogeu e crise do Antigo Regime (1750-1834)*..., p. 379.

<sup>243</sup> AMVNC, Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, *Actas de Sessões da Câmara*. 1834-1840, Documentos avulsos, fl. 15.

espaço húmido e doentio, devido às infiltrações de água.<sup>244</sup> Os presos estavam completamente desprotegidos dos rigores do Inverno, não dispondo sequer de um recanto para dormir sem ficarem molhados.<sup>245</sup> Apenas em 1849 foram arranjadas as janelas e as portas.<sup>246</sup> Um ano mais tarde, em resposta às solicitações do juiz ordinário, a câmara decidiu efectuar algumas obras com vista à melhoria da segurança e comodidade do espaço prisional.<sup>247</sup> No entanto, demoraram meses a realizar-se e limitaram-se aos telhados.<sup>248</sup>

O reconhecimento da necessidade de obras nos estabelecimentos prisionais ocorria quase sempre no decorrer da estação invernal, quando os presos mais se lamentavam da ausência de condições, devido ao frio e à humidade, que propiciavam o aparecimento de doenças, sobretudo respiratórias.

O cárcere de Caminha, de planta rectangular e constituído por salas intercomunicáveis, funcionava no piso inferior do edifício do tribunal, situado no centro da vila, cuja construção remontava ao século XVII. Em 1837, o administrador do concelho daquela localidade referiu que a prisão tinha beneficiado de algumas reparações recentes.<sup>249</sup> Porém, dois anos mais tarde, mais intervenções são levadas a cabo, custeadas pela câmara municipal, incluindo a colocação de novas grades de ferro nas janelas, a reparação de telhados, portadas, sobrados e paredes, bem como a abertura de uma porta para os presos acederem à enxovia.<sup>250</sup>

---

<sup>244</sup> A humidade era um dos muitos problemas que afectava os cárceres, causadora de moléstias que podiam adquirir contornos epidémicos. No século XIX, na cadeia da Portagem, em Coimbra, a humidade era um dos problemas que afectava o ambiente da cadeia e a saúde dos presos. Confirme-se Lopes, Maria Antónia, "Cadeias de Coimbra: espaços carcerários, população prisional e assistência aos presos pobres (1750-1850)", in Araújo, Maria Marta Lobo de; Ferreira, Fátima Moura Ferreira; Esteves, Alexandra (orgs.), *Pobreza e assistência do espaço ibérico (séculos XVI-XX)*..., pp. 105-108.

<sup>245</sup> AMVNC, Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, *Actas de Sessões da Câmara*.1842-1846, Documentos avulsos, fls. 11 v.º-12.

<sup>246</sup> AMVNC, Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, *Actas de Sessões da Câmara*.1848-1850, Documentos avulsos, fl. 63 v.º.

<sup>247</sup> AMVNC, Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, *Actas de Sessões da Câmara*.1848-1850, Documentos avulsos, fl. 100.

<sup>248</sup> AMVNC, Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, *Actas de Sessões da Câmara*.1850-1852, Documentos avulsos, fl. 32.

<sup>249</sup> AHGCVC, *Hospitais, recolhimentos, lazaretos, cazas de asilos e estabelecimentos insalubres – 1837...*, não paginado.

<sup>250</sup> AMC, *Livro das Actas de 1839 até Dezembro de 1841*, n.º 1.6.1.6, fls. 23-24v.º.

Presumimos que esta cadeia fosse mais compartimentada que as suas congêneres do distrito. Havia uma “cadeia dos homens”, uma “cadeia das mulheres”, a “cadeia de cima”, que estaria situada no piso superior, onde funcionava o tribunal, para além de um outro espaço não especificado, que seria contíguo ao campanário do sino das cadeias, uma espécie de loja que também serviria como prisão.<sup>251</sup> Aquando das obras efectuadas em 1851, foram feitas referências à existência de uma cozinha, que, presumimos, serviria para preparar as refeições dos reclusos. Nessa altura, foram assoalhadas várias divisões, foram colocados vidros e novas grades nas janelas, o telhado foi consertado e as paredes caiadas.<sup>252</sup>

Já em 1865, são exigidos novos reparos, agora circunscritos às enxovias. Verifica-se, aliás, uma notória preocupação com os pormenores para garantir a segurança destes compartimentos. As exigências prendiam-se sobretudo com a escolha dos materiais e com a segurança das grades, que deviam ser devidamente chumbadas.<sup>253</sup>

Caminha dispunha ainda de uma cadeia militar. Em 1839, o governador militar da vila solicitou a transferência dos presos militares para a cadeia civil, mas esse pedido foi rejeitado pelo juiz ordinário daquele julgado, bem como pelo carcereiro, que se recusou a aceitar a entrega de um recruta no estabelecimento prisional civil. O Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, por sua vez, entendeu que o juiz ordinário tinha exorbitado as suas competências, ordenando que, dada a ausência de condições da cadeia militar, os presos deviam ingressar na cadeia civil.<sup>254</sup>

A cadeia de Paredes de Coura funcionava num edifício em forma de torre quadrangular, que, segundo o administrador do concelho, se encontrava em bom estado, em 1837.<sup>255</sup> No piso térreo, estava localizada a enxovia, no segundo ficava a cadeia dos homens e no terceiro a das mulheres. Além de não possuir instalações para o carcereiro nem tarimbas para os detidos, só tinha uma janela em cada um dos pisos. Em 1862, foi declarada a necessidade de rebocar o interior do edifício e de consertar os telhados, em virtude do estado em que o edifício se

---

<sup>251</sup> AMC, *Livro das Actas de 1839 até Dezembro de 1841*, n.º 1.6.1.6., fl. 40v.º.

<sup>252</sup> AMC, *Livro para as sessões da câmara*, 2 de Janeiro de 1851 até 23 de Setembro de 1854, n.º 1.6.1.9, fls. 44v.º- 45.

<sup>253</sup> AMC, *Livro para as sessões da câmara*, n.º 1.6.1.12.

<sup>254</sup> ANTT, Ministério do Reino, *Ofícios Recebidos*, Maço 1945, não paginado.

<sup>255</sup> AHGCVC, *Hospitais, recolhimentos, lazaretos, cazas de asilos e estabelecimentos insalubres – 1837...*, não paginado.

encontrava.<sup>256</sup> Nas duas décadas anteriores apenas tinham sido realizadas pequenas reparações.<sup>257</sup> No ano seguinte, foi proposta a construção, junto à cadeia, de duas salas, uma para o carcereiro e outra para servir de prisão particular, sendo a obra orçada em 300.000 réis.<sup>258</sup> Nesse mesmo ano, no mês de Maio, foram chamados à câmara municipal mestres pedreiros, no sentido de se avaliar a viabilidade financeira de edificação de novas estruturas anexadas à prisão antiga. Estas obras poderão ter sido desencadeadas pelo relatório feito pelo administrador do concelho de Valença, na sequência da visita feita, em Fevereiro de 1863, àquele estabelecimento prisional. O estado geral da cadeia foi considerado degradante, considerando-se imperioso o assoalhamento da enxovia e a colocação de uma escada de acesso à mesma, o resguardo das janelas com vidraças interiores e a colocação de tarimbais em todos os pisos.<sup>259</sup> Porém, estas intervenções não foram suficientes para melhorar as suas condições e, em finais do século XIX, entre 1892 e 1895, o cárcere antigo foi arrasado e construído um novo de pequenas dimensões.

A cadeia de Arcos de Valdevez estava igualmente situada no centro da vila. Escura e mal arejada, era constituída por duas enxovias, uma para receber mulheres e outra para os homens, e duas salas pequenas e mal seguras, também destinadas a presos de sexos distintos. Em 1837, o administrador do concelho considerava-a muito pequena e com poucas garantias de segurança, o que obrigava a despesas suplementares com a sua guarda.<sup>260</sup>

---

<sup>256</sup> AMPC, Câmara Municipal de Paredes de Coura. *Actas de Sessões*, n.º 1.12.3.3, fl. 72.

<sup>257</sup> AHGCVC, Câmara de Paredes de Coura, n.º 1.21.5.3-9, não paginado.

<sup>258</sup> AMPC, Câmara Municipal de Paredes de Coura. *Actas de Sessões*, n.º 1.12.3.4, fl. 10.

<sup>259</sup> AMV, Administração do concelho. *Correspondência para o Administrador Geral, 1863*, n.º 1.1.4.11, não paginado.

<sup>260</sup> AHGCVC, *Hospitais, recolhimentos, lazaretos, cazas de asilos e estabelecimentos insalubres – 1837...*, não paginado.





**Figura 4.** Antiga cadeia de Paredes de Coura

A falta de segurança era um dos problemas mais graves que afectava este estabelecimento. Em 1839, estavam encarcerados 19 recrutas, que, devido ao elevado risco de fuga, foram deslocados para as cadeias de Ponte de Lima e de Ponte da Barca.<sup>261</sup> A situação ia sendo resolvida, não só através da transferência de presos, mas também com o reforço da guarda, na qual participavam os residentes no concelho, obrigados a fazer sentinela todas as noites. Em 1851, por insistência do governador civil, a câmara municipal procedeu-se à avaliação das intervenções necessárias, cujo orçamento ascendia aos 220.000 réis.<sup>262</sup> Entre os consertos a realizar na cadeia dos homens, constava a construção de uma tarimba e de uma escada para a enxovia, na qual seria rasgada uma janela e uma porta; na das mulheres, estava previsto o assoalhamento, a caiação das paredes e a colocação de soalho e de tarimbas na enxovia.<sup>263</sup> A entrada para a prisão também seria assoalhada, bem como a casa onde vivia o carcereiro. O telhado foi reparado, as grades foram devidamente chumbadas nas portas e janelas e foi aberta uma cloaca na cadeia dos homens.<sup>264</sup>

Em 1856, procurou-se melhorar o arranjo e a limpeza do cárcere, tendo-se procedido ao caimento da cadeia e a novo conserto nos seus telhados. A prisão dos homens e das mulheres beneficiou de novas intervenções em 1857. As obras executadas revelam a preocupação em melhorar a salubridade das instalações, sobretudo através da abertura de janelas e de portas. Ainda nesse ano, o administrador do concelho exigiu que se realizassem reparações na cadeia dos recrutas, o que mostra a existência de um espaço específico, possivelmente uma sala, para receber presos militares. Assim, nestas cadeias, apesar dos constrangimentos orçamentais, houve tentativas, ainda que tímidas, de aplicar a separação dos reclusos, baseada não apenas no sexo, com objectivo de evitar a contaminação moral entre os detidos. Em 1861, na documentação consultada, surgem referências à existência de uma outra sala, designada de

---

<sup>261</sup> AHGCVC, *Registo dos ofícios para as diversas autoridades – Julho de 1839 a Maio de 1840*, n.º 1.8.3.4, não paginado.

<sup>262</sup> AMAV, Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, *Registo das Actas de Sessões, Junho de 1848 a Agosto de 1851*, documentos avulsos, fl. 178.

<sup>263</sup> AMAV, Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, *Registo das Actas de Sessões, Junho de 1848 a Agosto de 1851*, documentos avulsos, fls. 192v.º-195.

<sup>264</sup> AMAV, *Caderno de Escrituração do Tesoureiro do Município José Pereira Gomes*, documentos avulsos, não paginado.

“livre”.<sup>265</sup> Até final da década de sessenta, foram efectuadas pequenas reparações, de modo a aumentar a comodidade e a segurança do estabelecimento prisional.<sup>266</sup>

O cárcere de Ponte da Barca, situado entre o edifício municipal e os paços do concelho, era constituído por três salas, cada uma com duas janelas.<sup>267</sup> Em 1837, segundo o administrador do concelho, era um dos melhores edifícios do género em toda a província do Minho, embora não deixasse de reclamar junto da câmara a realização de alguns consertos.<sup>268</sup> No entanto, a segurança das instalações era posta em causa pela frequência com que se registaram fugas na primeira metade do século XIX, obrigando à transferência de alguns detidos considerados mais perigosos para as cadeias dos concelhos vizinhos de Ponte de Lima e Arcos de Valdevez.

As cadeias de Valença, quer civis quer militares, estavam num estado degradante, dada a ausência de condições de higiene e segurança, e a impossibilidade de se proceder à divisão dos detidos. Valença, como já foi referido, dispunha de uma prisão civil, constituída por duas salas superiores e uma enxovia, considerada pouco segura e com graves problemas de ventilação, circunstâncias que levavam à transferência dos presos para as cadeias militares.<sup>269</sup> Localizada no centro da vila, a funcionar no edifício dos paços do concelho, considerava-se que nem mesmo obras de grande vulto seriam suficientes para resolver os problemas que afectavam a sua estrutura, pelo que se colocava como solução mais adequada a construção de uma nova cadeia. O custo da obra, que acabou por não se concretizar, foi estimado em 4.000.000 réis.<sup>270</sup> Em 1838, já se projectava a mudança da cadeia para a casa do aljube, um edifício pertencente à câmara municipal, considerado mais arejado e central e que possibilitava a divisão dos presos, embora precisasse de alguns arranjos.

---

<sup>265</sup> Desconhecemos, todavia, a quem se destinava este compartimento. AMAV, Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, *Conta corrente da câmara com o tesoureiro do concelho, relativo à receita e despesa do município em cada ano económico*, documentos avulsos, fl. 4.

<sup>266</sup> AMAV, Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, *Conta corrente da câmara com o tesoureiro do concelho...*, fl. 12.

<sup>267</sup> AHGCVC, *Câmara Municipal do concelho da Barca*, n.º 1.12.5.3-9, não paginado.

<sup>268</sup> AHGCVC, *Hospitais, recolhimentos, lazaretos, cazas de asilos e estabelecimentos insalubres – 1837...*, não paginado.

<sup>269</sup> AMV, Administração do concelho. *Correspondência para o Administrador Geral, 1836-1839*, n.º 1.2.1.9, não paginado.

<sup>270</sup> AMV, Administração do concelho. *Correspondência para o Administrador Geral, 1836-1839*, n.º 1.2.1.9, não paginado.

No entanto, esta hipótese foi abandonada por não ser viável, retomando-se a alternativa de construir uma nova prisão ou a sua transferência para outro edifício, embora também fosse ponderado um plano antigo, que previa a venda dos paços do concelho e, com a receita arrecadada, erigir uma cadeia com as comodidades necessárias.<sup>271</sup> De facto, em 1835, dado o estado de ruína em que se encontrava, o cárcere esteve para ser demolido. Pela portaria do Ministério do Reino de 11 de Maio de 1835, fez-se constar à câmara municipal que a prisão passaria para a cadeia eclesiástica da mesma vila, o aljube, que funcionaria como espaço público de detenção. O velho edifício devia ser vendido e a receita seria aplicada nas reparações necessárias na nova cadeia pública.<sup>272</sup> Aliás, em 1834, tinha sido ordenado pelo prefeito interino da Prefeitura do Minho a transferência dos presos da prisão civil para o aljube.<sup>273</sup> Em 1835, a câmara municipal, dado o estado ruinoso dos paços do concelho e da cadeia, solicitou a demolição do edifício.

Porém, nenhuma das soluções aventadas foi concretizada e, apesar do estado de ruína do cárcere civil, as obras iam sendo adiadas, até porque se mantinha a possibilidade de transferir os presos para uma das cinco prisões militares.<sup>274</sup>

O concelho de Ponte de Lima dispunha, no século XIX, de dois estabelecimentos prisionais, a chamada “cadeia velha”, e a “cadeia nova”. Esta última, apesar de edificada em 1823, apresentava graves problemas de segurança e, por isso, destinava-se a receber detidos de baixa perigosidade.<sup>275</sup> Tratava-se de uma obra de baixo custo, que não resolveu os problemas que afectavam a cadeia antiga. Pelo contrário, a falta de segurança propiciava a fuga dos reclusos,

---

<sup>271</sup> AMV, Administração do concelho. *Correspondência para o Administrador Geral, 1836-1839*, n.º 1.2.1.9, não paginado.

<sup>272</sup> AHGCVC, *Copiador geral da correspondência com os provedores da comarca*, n.º 1.7.1.6-4, não paginado.

<sup>273</sup> AHGCVC, *Copiador geral da correspondência com os provedores da comarca*, n.º 1.7.1.6-4, não paginado.

<sup>274</sup> AMV, Administração do concelho. *Correspondência para o Administrador Geral, 1850-1852*, n.º 1.1.4.7, não paginado. Segundo Pinho Leal, ainda em finais do século XIX, se mantinha a ideia de construir um edifício para albergar o tribunal, a cadeia as sessões da câmara municipal e a administração da fazenda, mas que não fora possível concretizar por falta de dinheiro. Confirma-se Leal, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno. Dicionário Geographico, Estatístico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Histórico, Biographico e Etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande número de aldeias*, vol. Décimo... pp. 133-134.

<sup>275</sup> AMPL, *Livro de Actas da Câmara Municipal*, n.º 2.3.1.cx 6-2, fl. 135 v.º.

obrigando, por várias vezes, à sua transferência para outros estabelecimentos prisionais.<sup>276</sup> Decorridos menos de 20 anos desde a sua construção, foram necessárias obras, que consistiram, sobretudo, em tapar com pedraria os arcos sobre os quais assentava, deixando-se apenas uma porta.<sup>277</sup> Em alguns momentos, as instalações serviram para alojamento de militares e residência do carcereiro e da família.<sup>278</sup> Uma das razões de queixa dos presos tinha a ver com o facto de os espaços térreos serem usados pelos marchantes da vila, nos quais depositavam as vísceras e os restos das carnes que vendiam, o que provocava um cheiro nauseabundo, que chegava aos pisos superiores do cárcere.<sup>279</sup> No entanto, convém salientar que este estabelecimento, contíguo à cadeia velha, surgiu do reconhecimento, pelas autoridades municipais, da indispensabilidade de criar outro espaço, dado o estado de ruína em que já se encontrava a única cadeia da vila. Assim, em assembleia-geral de sete de Julho de 1821 optou-se pela edificação desta nova estrutura.<sup>280</sup>

A primeira cadeia de Ponte de Lima, a “cadeia do Castelo”, funcionava no paço quinhentista erigido por Leonel de Lima. Tendo sido considerada pequena para receber os presos da correição da antiga comarca de Entre Douro e Minho, foi mandada erigir uma nova, concluída em 1511.<sup>281</sup> Esta resultava da adaptação de uma torre edificada no reinado de D. Pedro I, que integrava a muralha medieval da vila.<sup>282</sup> Em finais do século XVI, a “cadeia do

---

<sup>276</sup> AMPL, Administração do concelho. *Copiador dos officios dirigidos por esta administração do concelho à câmara municipal – 1840*, n.º 2.2.2.38, não paginado.

<sup>277</sup> AMPL, Administração do Concelho, *Copiador dos officios dirigidos por esta administração do concelho a Câmara Municipal – 1840*, n.º 2.2.2.38, não paginado.

<sup>278</sup> AMPL, *Administração do concelho de Ponte de Lima – Copiador dos officios dirigidos por esta administração a diversas autoridades*, n.º 2.2.2.31, não paginado.

<sup>279</sup> Araújo, José Rosa, *Limiana - Página Regional de Arqueologia, Artística e Etnografia*, Ponte de Lima, Associação para a defesa do Ambiente e do Património Cultural de Ponte de Lima, 1993, s./p.

<sup>280</sup> AMPL, *Livro de Actas da Câmara Municipal*, n.º 2.3.1.cx6-2, fls. 35-36.

<sup>281</sup> Confira-se Lemos, Miguel Roque dos Reis, *Anais Municipais de Ponte de Lima*, 2.º ed, Ponte de Lima, 1977, p. 68.

<sup>282</sup> A nova cadeia resultou do aproveitamento de uma torre da antiga muralha, conforme se depreende das seguintes palavras, proferidas em 1840, em reunião da câmara municipal de Ponte de Lima, a propósito da cadeia velha: “D’huma daquellas formidáveis Torres que o Senhor Dom Pedro Primeiro fez providente construir nesta villa para deffender seus vassallos dos ataques bárbaros do estrangeiro inimigo, fizerão nossos maiores as cadeias neste concelho na qual tem sido martirizados, ora criminosos de primeira classe ora inocentes de avaliadas virtudes.”. AMPL, *Copiador dos officios dirigidos ao Governo e altos funcionários públicos*, n.º 2.2.2.37, fls. 8-8v.º No entanto, Miguel Roque dos Reis Lemos considera que a sua construção resultou do rasgo na muralha, a partir do qual foi

Castelo" já estava muito arruinada. No entanto, a nova prisão de Ponte de Lima, segundo o alvará de 11 de Junho de 1579, passado pelo cardeal D. Henrique, e confirmado mais tarde por D. Filipe III, em 1634, não podia acolher moradores da vila e seu termo, sobretudo, se se tratasse de nobres e fidalgos.<sup>283</sup> Estes deviam ir para a "cadeia do Castelo", privilégio que só termina em 1770, devido ao estado de ruína em que se encontrava esta construção.

Assim, desde o século XVIII, a "cadeia velha", uma torre acastelada, de planta quadrangular, funcionava como o único cárcere da vila. Era constituída pela chamada "cadeia de bayxo" e pela "cadeia do meyo", reservadas aos homens, por norma em maior número, e a "cadeia de sima", destinada às mulheres.<sup>284</sup> A "cadeia de bayxo" ou enxovia era um lugar doentio, escuro e húmido, sem esgotos e sem ventilação adequada. Os restantes espaços, além de serem afectados pelas mesmas deficiências, tinham os soalhos esburacados e os telhados exigiam reparação urgente, pois a água da chuva entrava facilmente no interior do edifício.<sup>285</sup>

A "cadeia velha" dava sinais de degradação desde o século XVIII, mas a situação foi-se agravando com a chegada da nova centúria, contrariando o novo ideário sobre o espaço carcerário.<sup>286</sup> À luz das novas concepções, esta prisão era intolerável, dado que privava os reclusos do sol, do ar e da luz, submetia-os a cheiros nauseabundos e impedia a divisão dos presos com base noutros critérios que não apenas no sexo. O facto de estar localizada no centro da malha urbana, próxima de habitações e de lojas de comércio, tornava-a um potencial foco de epidemias com consequências devastadoras para a população, pelo que era ainda mais premente a tomada de medidas que visassem a higienização das instalações e dos seus ocupantes. Por outro lado, as prisões eram ocupadas sobretudo por gente pobre, sem hábitos de higiene, que, em muitos casos, nem roupa tinha para cobrir o corpo.<sup>287</sup>

---

erigida uma torre alta e acastelada. Confira-se Lemos, Miguel Roque dos Reis, *Anais Municipais de Ponte de Lima...*, pp. 58-59.

<sup>283</sup> AMPL, *Apointamentos para as memórias das antiguidades de Ponte de Lima*, n.º 2.6.1.53, fls. 76-77. D. Filipe III de Portugal confirma alvará de D. Henrique apresentado pela vila de D. de Lima nas Cortes de Lisboa de 1579, Pergaminho n.º 64, não paginado.

<sup>284</sup> AMPL, *Livro de entrada e saída dos presos da cadeia de Ponte de Lima*, n.º 578, fl. 58 v.º.

<sup>285</sup> AMPL, *Livro para os autos das visitas às cadeias desta comarca*, n.º 545, fl. 36v.º.

<sup>286</sup> Sobre os reparos na cadeia de Ponte de Lima, ao longo do século XVIII, confira-se Araújo, Maria Marta Lobo, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)...*, pp. 672-673.

<sup>287</sup> Sobre a associação dos pobres à falta de higiene leia-se sobretudo Vigarello, Georges, *O Limpo e o Sujo. A higiene do corpo desde a Idade Média...*, pp.155-157.

Logo na primeira década do século XIX, foram diagnosticados vários problemas, nomeadamente nas enxovias, pela ausência de cloacas, tornando o ar irrespirável. Propunha-se já uma reforma da mesma, dado que junto à cadeia existiam duas paredes, uma delas pertencendo à antiga muralha, que podia funcionar como anexo, levantando as restantes paredes e cobrindo a estrutura. Em 1817, o corregedor António Caetano Pereira de Lima e Sampaio apelidou-a de “masmorra insepultável”.<sup>288</sup> Em 1840, este estabelecimento apresentava várias lacunas a nível da segurança, sendo inadiável a realização de reparações, calculados em 150.000 réis.<sup>289</sup> A ausência de quaisquer comodidades era gritante, vivendo os reclusos num ambiente de completa insalubridade.

Devido à proximidade do rio Lima, quando as águas venciam as margens, o que acontecia usualmente nos meses do Outono e Inverno, a enxovia ficava completamente inundada, obrigando à mudança dos presos para os andares superiores. Pelo menos até 1848, por não ser possível o assoalhamento, não dispunha de tarimbadas, pelo que os presos dormiam directamente no chão de terra batida.<sup>290</sup> Em 1840, após ter sido informado da despesa prevista para o conserto das cadeias de Ponte de Lima, o governo determinou que as mesmas fossem vistoriadas pelo conselheiro inspector das obras públicas do reino, antes de dar o seu aval.<sup>291</sup>

Uma série de arrombamentos e consequentes fugas de presos, que ocorreram na primeira metade do século XIX, evidenciavam a insegurança do principal estabelecimento prisional de Ponte de Lima. Esta situação implicava ainda a necessidade de manter na vila um destacamento militar para guardar os detidos ou, se fosse caso disso, deslocá-los para as cadeias de Viana do Castelo, ou para a praça militar de Valença.

Esta prática de transferência de detidos para estabelecimentos considerados mais seguros, que se foi mantendo ao longo dos anos, não só acarretava custos, como podia propiciar fugas.<sup>292</sup> Este procedimento também não deixava de agravar a situação dos reclusos, pois ficavam afastados das suas famílias e amigos, que muitas vezes lhes serviam de amparo.

---

<sup>288</sup> AMPL, *Correições da Câmara*, n.º 2.2.4.cx 6-3, fl. 25.

<sup>289</sup> AHGCVC, *Registo dos ofícios para o Ministério do Reino de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12, não paginado.

<sup>290</sup> AMPL, *Livro para os autos das visitas às cadeias desta comarca*, n.º 545, fl. 36.

<sup>291</sup> AHGCVC, *Portarias e ofícios do Ministério do Reino*, n.º 1.13.4.11-2, não paginado.

<sup>292</sup> Em 1841 e 1860 foram transferidos presos para as cadeias de Viana do Castelo, Valença, Braga e para a cadeia da Relação do Porto, por não haver segurança em Ponte de Lima. AMPL, *Livro para os autos das visitas às cadeias desta comarca*, n.º 545, fl. 14 v.º; *Livro para os autos das visitas às cadeias desta comarca*, n.º 545, fl. 48 v.º;

Na década de quarenta do século XIX, a câmara de Ponte de Lima colocou a hipótese de construção de uma nova cadeia, tendo, inclusive, escolhido o local para esse efeito e elaborado o projecto. Em 1841, procurou obter o apoio da Rainha, usando como argumento não apenas o estado de degradação do cárcere, mas também o facto de muitos dos seus apoiantes e da causa liberal nele terem estado encarcerados.<sup>293</sup> Na mesma altura, aparentemente sem sucesso, apelou ainda para que fosse restaurado um antigo imposto sobre o gado bovino vendido na feira da vila, com o intuito de conseguir financiamento para a construção da nova cadeia.<sup>294</sup> Como não conseguiu a verba, solicitou igualmente autorização para contrair um empréstimo para poder executar a obra.<sup>295</sup> Estas propostas não produziram qualquer efeito, permanecendo as cadeias no mesmo estado. De facto, a incapacidade financeira da câmara para custear obras de alguma envergadura na cadeia era um argumento antigo, já invocado na primeira metade do século XVIII.<sup>296</sup>

Outro problema centenário, decorrente da arquitectura e da falta de segurança da prisão, residia na facilidade com que os detidos comunicavam com o exterior, dando azo ao planeamento de fugas, bem como à introdução de objectos contundentes, que poderiam ser utilizados em qualquer ocasião. As conversas entre encarcerados e transeuntes, separados apenas pelas grossas grades da prisão, eram habituais. Contudo, este não era caso único entre as cadeias do distrito. Bem pior era o ambiente que se vivia nas imediações das cadeias valencianas das “Portas do Sol”, onde mulheres solteiras, meretrizes e amantes de presos se envolviam em desordens e trocas de insultos.<sup>297</sup> Estas contendas acabam por se estender aos

---

AHGCVC, *Correspondência com várias autoridades de Agosto de 1844 a Março de 1846*, n.º 1.8.3-8, não paginado; *Registo Geral de Janeiro de 1856 a Junho do mesmo*, n.º 1.10.3.2, não paginado. *Administradores*, n.º 1.21.3-4-3, não paginado.

<sup>293</sup> AMPL, *Copiador dos ofícios dirigidos ao Governo e altos funcionários públicos*, n.º 2.2.2.37, fl. 8v.º.

<sup>294</sup> AMPL, *Copiador dos ofícios dirigidos ao Governo e altos funcionários públicos*, n.º 2.2.2.37, fl. 9. Em 1845, com o mesmo objectivo, o município de Ponte de Lima requereu novamente licença para lançar, por um período de 10 anos, a contribuição de 100 réis por cabeça de gado bovino que se vendesse nas feiras do concelho. AMPL, *Livro das Actas da Câmara Municipal*, n.º 2.3.2.2, fl. 86.

<sup>295</sup> AHGCVC, *Correspondência com várias autoridades de Agosto de 1844 a Março de 1846*, n.º 1.8.3.8, não paginado.

<sup>296</sup> Confira-se Capela, José Viriato Eiras, *Política de corregedores. A actuação dos corregedores nos municípios minhotos no apogeu e crise do Antigo Regime (1750-1834)...*, p. 282, 330.

<sup>297</sup> Não era um problema exclusivo das cadeias do distrito de Viana do Castelo. Na primeira metade do século XIX, John Bowring, na sua descrição sobre o Limoeiro, entre outras graves deficiências, destacou a inexistência de



presos, que, movidos pelo ciúme, se digladiavam entre si. Em 1843, com o agravar desta situação, o administrador do concelho de Valença ordenou a detenção de todas as meretrizes que fossem encontradas junto às grades das referidas prisões.<sup>298</sup>

A necessidade de novos espaços prisionais era sentida por toda a parte. Em 1858, o delegado do procurador régio de Ponte de Lima aludia ao facto de todas as comarcas municipais estarem empenhadas na procura dos meios necessários para a edificação de novas cadeias. Ponte de Lima não era excepção, tendo a câmara municipal recebido autorização para contrair um empréstimo para esse fim. Todavia, por falta de meios para garantir o capital e o pagamento de juros, ficou-se pela intenção, continuando os presos a sofrer os horrores da velha prisão.<sup>299</sup> No ano seguinte, as dificuldades financeiras do município limiano mantinham-se, para as quais também contribuiu a moléstia que ao tempo afectava as vinhas e que se repercutiu negativamente nos rendimentos da edilidade.<sup>300</sup>

A impossibilidade de avançar com a construção de uma nova cadeia levou as autoridades de Ponte de Lima a enveredarem pela política de intervenções pontuais, seguida pelas suas congéneres dos outros concelhos.<sup>301</sup> Só em finais do século XIX, a câmara conseguiu levar a cabo obras de maior envergadura.<sup>302</sup>

Além dos estabelecimentos prisionais referidos, existiam outros de dimensão mais reduzida, pertencentes aos concelhos de Valadares, Castro Laboreiro, Soajo e Sanfins, os quais foram extintos na sequência das reformas administrativas empreendidas ao longo século XIX. Em 1850, a cadeia de Castro Laboreiro, segundo o administrador deste concelho, já não estava

---

barreiras físicas eficazes que evitassem o contacto entre presos e os transeuntes. Segundo este autor, vários crimes praticados nessa altura, na cidade de Lisboa, foram maquinados por entre as grades da cadeia, através das quais entravam alimentos, bebidas e ferramentas. Leia-se Bowring, John, *Some Account of the State of Prisons in Spain and Portugal*, London, 1824, p. 307.

<sup>298</sup> AMV, Administração do Concelho. *Registo da Correspondência expedida para diversas autoridades*, n.º 1.1.4.31, não paginado.

<sup>299</sup> AMPL, *Correspondência expedida para a Procuradoria Régia*, n.º 1726, fl. 5v.º.

<sup>300</sup> AMPL, *Correspondência expedida para a Procuradoria Régia*, n.º 1726, fl. 7.

<sup>301</sup> Em 1850, as obras previstas tinham em vista três objectivos tidos como prioritários: evitar que chovesse no seu interior, dar alguma comodidade aos reclusos e impedir as evasões. AMPL, *Livro para os autos das visitas às cadeias desta comarca*, n.º 545, fl. 48v.º

<sup>302</sup> Veja-se Esteves, Alexandra, "A cadeia de Ponte de Lima na segunda metade do século XIX: o espaço físico e os seus protagonistas", in Araújo, Maria Marta Lobo de; Ferreira, Fátima Moura Ferreira; Esteves, Alexandra (orgs.), *Pobreza e assistência do espaço ibérico (séculos XVI-XX)...*, pp. 128-130.

em condições de receber presos, pois a enxovia nem sequer tinha porta. Nessa mesma data, manifestava a sua repulsa em colocar nela “homens cristaons pela falta de limpeza”.<sup>303</sup> Tal descrição valeu uma comunicação do governador civil à câmara municipal de Castro Laboreiro, que, em resposta, não só acusou o administrador de concelho de mentir, referindo que a enxovia tinha efectivamente uma porta, como o culpava de facilitar a fuga de presos.<sup>304</sup>

A cadeia de Valadares, constituída por dois pisos, acolheu um total de 12 reclusos durante 1852, o que revela a pouca importância que tinha no distrito. Sanfins também teve cárcere. Em 1836, o administrador do concelho alertava para a necessidade de serem empreendidas reparações, cujo custo ascenderia a 7.200 réis.<sup>305</sup>

A cadeia do Soajo era constituída por uma enxovia e uma sala, mas em 1844 encontrava-se em mau estado, sendo pouco segura para a recolha de presos.<sup>306</sup>

Todas as cadeias do distrito funcionavam em espaços acanhados e quase despidos de mobiliário, com poucas divisões, que, na maioria dos casos, não iam além de salas e enxovias.<sup>307</sup> Nos salões destinados a albergar colectivamente os presos, havia apenas, ainda que nem sempre, tarimbais, latrinas, bem como mantas, travesseiros e enxergas de palha. Algumas dispunham de urinóis, como acontecia na cadeia de Valença, que, entre 1859 e 1870, adquiriu três para a cadeia civil.<sup>308</sup> Para além de toda a parafernália de instrumentos associados ao espaço prisional, como algemas e grilhetas, no seu interior havia ainda cântaros e púcaros, destinados a guardar alimentos e líquidos, baldes para despejar as imundices e o material para a sua limpeza, como vassouras, escovas e apanhadores. A falta de condições e de comodidades básicas para albergar seres humanos era evidente. Por outro lado, a sobrelotação de alguns destes estabelecimentos tornava a situação ainda mais insustentável, dado que as poucas mantas e enxergas disponíveis não chegavam para todos.

---

<sup>303</sup> AHGCVC, *Administradores*, n.º 1.21.5.7-11, não paginado.

<sup>304</sup> AHGCVC, *Câmara de Castro Laboreiro*, n.º 1.12.4.2-29, não paginado.

<sup>305</sup> AHGCVC, *Administradores*, n.º 1.31.1.2-9, não paginado.

<sup>306</sup> Nesse mesmo ano, recebeu alguns melhoramentos, que incluíram o assoalhamento da enxovia, o arranjo janela foi arranjada, a colocação duma tarimba na sala e a caiação do edifício. AHGCVC, *Câmara Municipal do Soajo*, n.º 1.12.4.7-12, não paginado.

<sup>307</sup> Sobre a organização do espaço carcerário da cadeia da Relação do Porto leia-se Santos, Maria José Moutinho dos, *A Sombra e a Luz. As prisões do Liberalismo...*, pp. 88-95.

<sup>308</sup> AMV, Administração do Concelho. *Relação dos presos socorridos*, n.º, 1.6.5.3 – 1, não paginado.

Nenhum dos estabelecimentos prisionais mencionados dispunha de enfermaria. De acordo com a portaria de 17 de Maio de 1850, atendendo à localização de muitas cadeias comarcãs na malha central dos povoados e do perigo que representavam para a saúde pública, foi decidido que em todos os concelhos onde houvesse médico municipal, este seria responsável pelas visitas à prisão. Estas deviam realizar-se duas vezes por semana, em dias incertos, e, nos casos em que não existisse, essa função caberia ao cirurgião da câmara. Tais visitas já estavam estipuladas no regulamento de 1843, igualmente com a finalidade de inspecionar o estado sanitário das prisões e dos presos.<sup>309</sup> Se houvesse mais de um médico, ou mais de um cirurgião do partido, o encargo da visita e inspecção seria distribuído por todos os médicos, e, na falta destes, pelos cirurgiões. No entanto, o facto de os facultativos terem essa obrigação não significava que a cumprissem. Em 1851, aquando da visita do delegado do procurador régio à cadeia de Ponte de Lima, o carcereiro alertou para o facto de estas visitas semanais não estarem a ser realizadas. Esta situação levou o delegado do procurador régio a intimar o presidente da câmara a cumprir a lei.<sup>310</sup>

Aquando da visita, o facultativo inspector devia prescrever o tratamento adequado aos presos afectados por moléstias que podiam ser curadas dentro da cadeia, indicar aqueles que deviam ser transferidos para os hospitais e anotar as medidas higiénicas indispensáveis, que seriam requeridas junto do delegado do procurador régio. Para evitar as fugas, um guarda acompanhava os presos enviados para o hospital, aí permanecendo até receberem alta. Apesar das precauções, as evasões aconteciam. Em 1803, vários reclusos da cadeia de Viana do Castelo, enviados para o hospital por causa de uma enfermidade, conseguiram fugir.<sup>311</sup>

Com excepção da cadeia de Caminha, desconhecemos a existência de qualquer outro estabelecimento prisional que dispusesse de cozinha, pelo que os alimentos, tal como sucedia com a água, tinham de ser levados do exterior. No caso da cadeia de Ponte de Lima, constatamos a existência de apenas uma lareira, que seria utilizada para aquecer as paredes frias do cárcere.

---

<sup>309</sup> *Collecção Official de Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva, Legislação de 1842 diante...*, p. 13.

<sup>310</sup> AMPL, *Livro para os autos das visitas às cadeias desta comarca*, n.º 545, fl. 55.

<sup>311</sup> Capela, José Viriato Eiras, *Política de corregedores. A actuação dos corregedores nos municípios minhotos no apogeu e crise do Antigo Regime (1750-1834)...*, p. 240. Numa madrugada do mês de Novembro de 1859, escapuliu-se um preso que estava a ser tratado no hospital civil de Viana do Castelo. *O Vianense*, 23 de Novembro de 1859, n.º 255, não paginado.

O abastecimento de água era outro grave problema que afectava as cadeias portuguesas. Em 1860, exceptuando as cadeias do Limoeiro e da Relação no Porto, nenhuma outra tinha água, dentro de portas, para consumo, higiene pessoal dos presos e limpeza das instalações.<sup>312</sup> Habitualmente, era transportada em grandes vasilhas para o interior da prisão e aí conservada em vasos e púcaros. Cabia à câmara municipal, à comissão das cadeias ou à administração do concelho pagar à pessoa, geralmente uma mulher, que prestava esse serviço, embora esse encargo também pudesse ser assumido pelas Misericórdias, como acontecia em Ponte de Lima.<sup>313</sup>

A iluminação das prisões era garantida por candeias e lampiões, alimentados pelo azeite adquirido pelas câmaras municipais, administrações dos concelhos ou comissões de cadeias. Na cadeia de Ponte de Lima, ao cair da noite, era dada “uma luz de azeite” aos presos, que consistia em uma canada e meia por mês.<sup>314</sup> Em Valença, entre 1859 e 1870, a administração do concelho gastou entre 95 e 500 réis em azeite. Não sabemos, no entanto, se o produto se destinava apenas à cadeia civil ou se era dividido entre esta e a cadeia militar, que albergava um elevado número de presos civis, que para lá eram transferidos por apresentar melhores condições de segurança.<sup>315</sup> A iluminação nocturna dos cárceres não era justificada unicamente

---

<sup>312</sup> Gouveia, Aires de, *A Reforma das cadeias em Portugal...*, p. 87.

<sup>313</sup> No caso da cadeia de Ponte de Lima, a pessoa responsável por levar a água aos presos recebeu da Santa Casa da Misericórdia, entre 1806 e 1857, um montante mensal que oscilou entre os 200 e 300 réis. Já na década de sessenta, esta instituição passou a gastar, anualmente, 3.600 réis, exactamente o mesmo valor que, na mesma época, a câmara municipal de Arcos de Valdevez pagava por idêntico serviço. No entanto, a partir de 1864, esta edilidade passou a pagar a quantia de 6.000 réis. Por sua vez, a administração do concelho de Valença pagou, entre 1865 e 1870, 400 réis mensais à aguadeira. AMAV, Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, *Conta corrente da câmara com o tesoureiro do concelho, relativo à receita e despesa do município em cada ano económico*, documentos avulsos, fl. 28; *Conta corrente da câmara com o tesoureiro do concelho, relativo à receita e despesa do município em cada ano económico*, documentos avulsos, fl. 67. AMV, Administração do Concelho. *Relação dos presos socorridos*, n.º, 1.6.5.3 – 1, não paginado.

<sup>314</sup> AMPL, Administração do Concelho. *Copiador Geral dos ofícios dirigidos por esta administração a diversas autoridades*, n.º 2.2.1.31, não paginado.

<sup>315</sup> AMV, Administração do Concelho. *Relação dos presos socorridos*, n.º, 1.6.5.3 – 1, não paginado. Na cadeia de Monção, no ano de 1837, em três meses foram gastos 2.700 réis em azeite. No mesmo ano, nos meses de Julho, Agosto e Setembro foram gastos, só para iluminar as enxovias, 4.095 réis. Já a cadeia de Melgaço, em 1840, despendeu em azeite, para o ano todo, 14.400 réis. Nas cadeias de Viana do Castelo, em 1836, gastava-se, mensalmente, à volta de 3.000 réis. AMM, *Acórdãos desde 26 de Maio de 1837 até 7 de Setembro de 1837*, n.º

pelo conforto dos presos, mas também pela segurança, uma vez que a escuridão podia facilitar os planos de fuga.

No nosso entendimento, os sucessivos governos foram demasiado ambiciosos ao projectarem a construção de penitenciárias, em vez de optarem por um plano de melhoramento das várias cadeias, cuja execução, além de mais fácil e económica, também produziria resultados mais imediatos. Uma medida que poderia ser aplicada por todo o país, sem exigir grandes investimentos e de resultados mais rápidos, e que permitiria a desejada separação individual dos detidos, era o aproveitamento dos conventos, que, após 1834, estavam nas mãos da fazenda nacional. Apesar das obras de adaptação que exigiam, podiam dar lugar a cadeias mais seguras e mais confortáveis. Não se investiu nas antigas cadeias, agravou-se a situação dos reclusos das prisões comarcãs e dos julgados, enquanto a primeira penitenciária apenas chegará a Portugal nos finais do século XIX. A falta de segurança era um problema que afectava todos os estabelecimentos prisionais do distrito, tanto os civis como os militares. A atestá-lo está a transferência de levas de presos das cadeias do distrito de Viana do Castelo para a cadeia da Relação do Porto. Ainda em 1836, o governador civil oficiou ao presidente desta Relação dando-lhe conta da necessidade de transferir um grande número de criminosos.<sup>316</sup> A esta falta de segurança, juntava-se a inexistência de qualquer comodidade, a escassez de luz, o ar irrespirável, a falta de ventilação, a ausência de hábitos de higiene, a sobrelotação e a exiguidade dos espaços. Se a instabilidade social e política, que se manteve ao longo da primeira metade de oitocentos, serve para, em certa medida, explicar o atraso na remodelação do sistema prisional,<sup>317</sup> o mesmo argumento já não pode ser invocado, na segunda metade da mesma centúria, para justificar a inoperância dos responsáveis, comprometendo seriamente os propósitos que tinham sido delineados para o melhorar e, consequentemente, fazendo com que

---

1.A.20.2.23. AMMço, Câmara Municipal de Melgaço – *Actas de sessões*, n.º 1.1.2-9, não paginado. ADVC, Administrador do concelho de Viana do Castelo. *Copiador Geral – 1835*, n.º 5.16.4.15. não paginado.

<sup>316</sup> AHGCVC, *Registo do Ministério do reino*, n.º 1.9.4.11, não paginado.

<sup>317</sup> Segundo Maria João Vaz, não existiam, neste período, condições políticas que permitissem a concretização de reformas, nomeadamente nos espaços prisionais, mantendo-se, por conseguinte, como estruturas típicas de Antigo Regime. Vaz, Maria João, “Prisões de Lisboa no último quartel do século XIX”, in Dorés, António Pedro, (org.), *Prisões na Europa. Um debate que apenas começa*, Oeiras, Celta Editora, 2003, p. 12.

as prisões continuassem a funcionar, invocando as palavras de João Maria Calisto, como “escolas de abjecta imoralidade”.<sup>318</sup>

### 3. 2. A população encarcerada

Com base nos livros de entrada das cadeias de Ponte de Lima e de Vila Nova de Cerveira encontrámos, nestas duas instituições, presos cuja detenção tinha sido ordenada por diversas entidades administrativas e judiciais existentes nos séculos XVIII e XIX, como corregedores, juizes de fora, alcaides, juizes ordinários, administradores de concelho, regedores ou delegados e subdelegados do procurador régio. Também descobrimos que a situação dos reclusos era variada, pois achámos indivíduos detidos por simples suspeita, misturados com os que estavam pronunciados ou já condenados, ou ainda com outros que aguardavam a aplicação da pena ou cujos processos estavam prontos para julgamento. A cadeia funcionava, portanto, como um espaço de custódia ou de cumprimento de pena, embora, muitas vezes, ultrapassasse estas funções, tornando-se num lugar de castigo físico, pela lenta degradação que provocava nos corpos, e até de antecipação da morte para aqueles que não conseguiam resistir à fome, à doença e ao frio a que eram sujeitos.<sup>319</sup>

A cadeia não era apenas um lugar ocupado sobretudo por gente pobre, mas era também um lugar gerador de pobreza. Os presos tinham que suportar a sua estadia no cárcere, onde, por força das circunstâncias, convivia todo o tipo de pessoas, desde o mais vil assassino, ao jovem delinquente ou até mesmo crianças, que, por vezes, se viam obrigadas a partilhar com algum familiar, geralmente a mãe, um quotidiano feito de promiscuidade.<sup>320</sup> Era o caso de Luís,

---

<sup>318</sup> Confira-se Calisto, João Maria, *Prisões em Portugal e sua reforma...*, p. 5.

<sup>319</sup> Veja-se o caso de Fortunato João de Araújo, natural da freguesia de S. Miguel de Fontoura, concelho de Valença, que, em 21 de Agosto de 1870, ingressou no hospital da Misericórdia de Viana do Castelo com gangrena, vindo da cadeia de Viana do Castelo, falecendo a 3 de Setembro do mesmo ano. ADVIC, Misericórdia de Viana do Castelo, *Registo de entradas e saídas dos enfermos, 1863-1873*, n.º 3.26.3.34, fl. 142.

<sup>320</sup> Situação idêntica se verificava, entre os séculos XVI e XVII, na cadeia de Portel, estudada por Marta Lobo, onde homens e mulheres também foram encarcerados com os seus filhos. Veja-se Araújo, Maria Marta Lobo de, “Na barra dos tribunais: os presos e a Misericórdia de Portel (séculos XVI e XVII)” ..., pp. 307-308. Sobre a presença das crianças nos cárceres portugueses de oitocentos leia-se Lopes, Maria Antónia, “Crianças e jovens em risco nos séculos XVIII e XIX. O caso português no contexto europeu”, in *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 2, 2002, pp. 179-184. Sobre o carácter extremamente heterogéneo da população prisional no século XIX, julgamos

de 11 anos de idade, que, em 1732, se encontrava na cadeia de Ponte de Lima com a sua mãe, Maria Pereira, e com a irmã, Maria Francisca, naturais de Rio Galinhas, Marco de Canavezes. Esta criança, órfã de pai, por não ter quem cuidasse dela, não teve outra alternativa que não fosse juntar-se aos familiares mais próximos, na prisão.<sup>321</sup>

Nenhuma cadeia do distrito de Viana do Castelo dispunha de instalações que permitissem a separação dos presos em função da idade.<sup>322</sup> Esta situação revestia especial gravidade quando toda a família, incluindo, portanto, os progenitores e os filhos, ingressava no cárcere, sujeitando-se ao cumprimento da pena imposta a um ou mais membros do agregado familiar.<sup>323</sup>

Importa ainda salientar que nem mesmo a gravidez constituía factor impeditivo de prisão das mulheres, acabando muitas delas por dar à luz durante o período de reclusão. Em 1850, estava presa na cadeia de Viana do Castelo Maria Custódia, onde acabou por dar à luz, solicitando ao administrador civil do concelho que a criança fosse depositada na Roda da cidade. Essa pretensão foi satisfeita, comprometendo-se a mãe a recuperar o filho quando fosse libertada.<sup>324</sup> Uma vez que a presença de uma criança no cárcere era razão suficiente para que esta fosse colocada na Roda ou tivesse acesso a algum alimento que poderia não existir no exterior, algumas mulheres tentavam introduzir os recém-nascidos, por entre as grades, no

---

pertinente referir uma passagem da obra de Francisco Ferraz de Macedo, referente aos presos encerrados nos estabelecimentos prisionais, no ano de 1847: “Emfim, as prisões do Reino estavam atulhadas de homens, mulheres e menores de todas as categorias moraes, sociaes e politicas, em completa promiscuidade. Pelo rigor empregado, e exigido em taes condições, era quasi impossivel extremar n’uma enxovia o innocente do assassino premeditado, o suspeito do implicado do ladrão consciente, o politico de nobres intenções do bandido de punhal.” Macedo, Francisco Ferraz, *Os criminosos evadidos da Cadeia central do Limoeiro a 29 de Abril de 1847...*, p. 8.

<sup>321</sup> AMPL, *Livro de entrada de presos na cadeia – 1732*, n.º 538, fl. 10v.º. António Fiúza, de cinco anos, passou pela cadeia de Ponte de Lima acompanhando a sua mãe, Maria, a Amarela. AMPL, *Livro de entrada e saída de presos na cadeia – 1732*, n.º 578, fl. 51v.º. Em 1865, uma outra criança, de nome João, com apenas oito anos de idade, encontrava-se na cadeia de Vila Nova de Cerveira, juntamente com a sua mãe, transferidos da cadeia de Valença. AMVNC, Administração do Concelho, *Assentos de Prisão e Soltura de Presos*, Documento avulso, não paginado.

<sup>322</sup> Sobre a prisão de crianças na Inglaterra vitoriana leia-se Priestley, Philip, *Victorian Prison Lives. English Prison Biography. 1830-1914*, London, Methuen, 1985, pp. 55-57.

<sup>323</sup> Era o caso de Teresa Liberata Rodrigues, que, em 1857, estava presa na cadeia de Vila Nova de Cerveira, juntamente com o seu marido e a sua filha. AMVNC, Administração do Concelho, *Assentos de Prisão e Soltura de Presos*, Documento avulso, não paginado.

<sup>324</sup> ADVN, Administrador do concelho de Viana do Castelo. *Ofícios dirigidos ao governador civil deste distrito, 1860*, n.º 5.16.2.2, não paginado.

interior da prisão. Foi precisamente o que fez Maria Roqueira, da vila de Valença. Em Maio de 1853, através das grades da cadeia daquela vila, entregou um menino a Maria Teresa e fugiu. Apesar de a detida alegar que a criança não era sua e não ter leite, o médico foi chamado para comprovar a sua versão. Recorrendo aos fundos da comissão da cadeia, a criança, que se encontrava em risco de vida, foi sendo alimentada com leite e açúcar.<sup>325</sup>

Quer no cárcere de Ponte de Lima, entre 1732 e 1739, quer no de Vila Nova de Cerveira, entre 1857 e 1870, encontrámos crianças pronunciadas e condenadas por crimes desde os 12 anos de idade.<sup>326</sup> A sua reclusão devia-se à inexistência de instituições vocacionadas para as acolher, como já acontecia noutros países.<sup>327</sup>

Recuando ao século XVIII e tomando como exemplo a cadeia de Ponte de Lima, verificamos que, no período compreendido entre 1732 e 1739, a maior parte da sua população prisional concentrava-se nas faixas etárias compreendidas entre os 21 e os 30 anos e entre os 31 e 40 anos de idade. A concentração dos detidos nestas duas faixas etárias prende-se com o facto de a prática de crimes ter maior incidência entre os jovens adultos. No entanto, tendo em conta as entradas naquele estabelecimento e a quantidade de presos que referem a sua idade, constata-se que o número de menores de idade é significativo. Embora as razões nem sempre fossem explicitadas, os furtos de pequena monta, os ferimentos e o envolvimento em processos de honra e virgindade eram os motivos que, mais frequentemente, ditavam a detenção desses menores.

A nossa análise assenta apenas na população detida em Ponte de Lima e Vila Nova de Cerveira, por ausência de fontes referentes à população encarcerada nas outras cadeias do distrito.

---

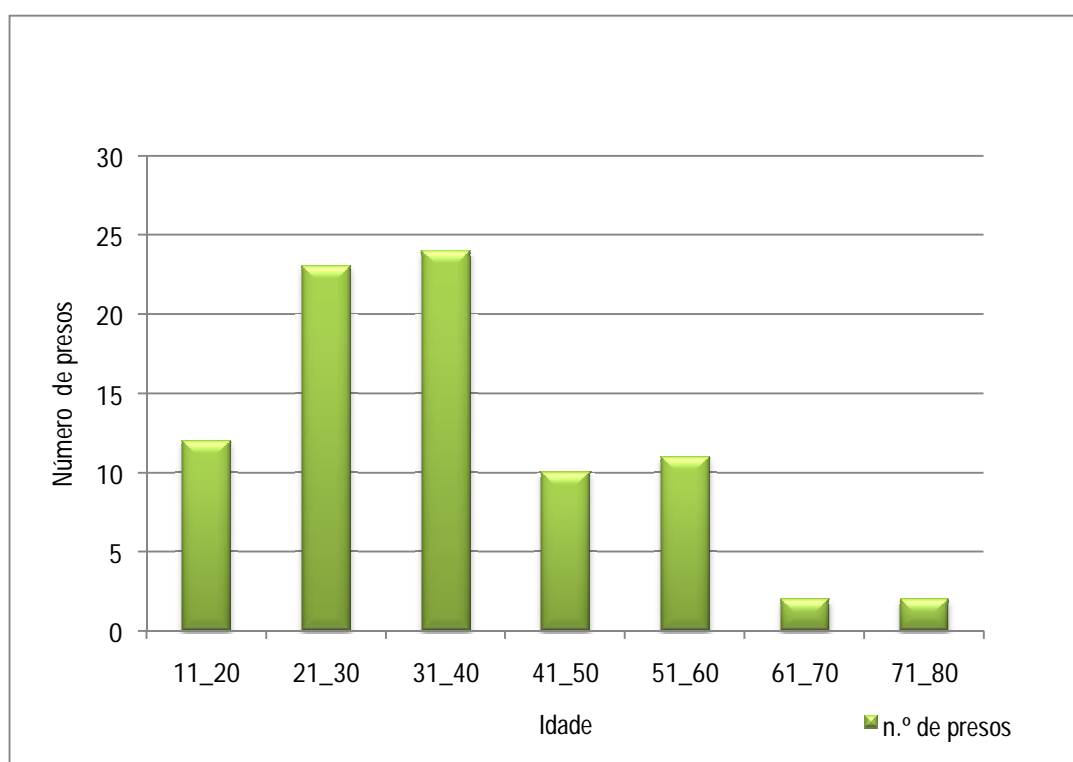
<sup>325</sup> AMV, *Registo da correspondência expedida para diversas autoridades, 1850-1854*, n.º 1.1.4.31, não paginado.

<sup>326</sup> Maria José Moutinho dos Santos dá-nos conta da existência de jovens raparigas com idades compreendidas entre os 15 e os 20 anos de idade, que, por se dedicarem à meretrícia, se encontravam detidas na cadeia da Relação do Porto. Confirme-se Santos, Maria José Moutinho, "Criminalidade e comportamentos marginais no Porto em meados do século XIX: apontamentos para um estudo", in *Revista da História*, 11, 1991, p. 180.

<sup>327</sup> Em 1896, a propósito da chegada à cadeia do Limoeiro, vinda do Porto, de oito crianças contaminadas com sífilis e condenadas a prisão maior, com idades compreendidas entre os 10 e os 12 anos, Faustino da Fonseca, aí encerrado, alertou para o perigo que podia resultar da presença no mesmo espaço de crianças e "homens pervertidos no ultimo grau", podendo culminar na "na inversão sexual e com ella terriveis contagios de doenças scretas." Leia-se Fonseca, Faustino da, *Tres mezes no Limoeiro*, Lisboa, Deposito-Livraria Bordalo, 1896, p. 49.



**Gráfico 1.** Idade dos presos da cadeia de Ponte de Lima (1732-1739)



Fonte: AMPL, *Livro de entrada de presos na cadeia – 1732*, n.º 538.

Logo na primeira metade do século XIX, tendo em conta a realidade exterior, começou ser discutida a necessidade de serem criados estabelecimentos destinados à detenção de menores delinquentes. D. Francisco de Almeida propôs a fundação de casas de refúgio e de correcção destinadas a acolher jovens menores de 16 anos.<sup>328</sup> Já nos inícios do século, Joaquim José Caetano e Sousa, nas reflexões que teceu acerca do crime, defendeu que não se podia imputar um crime a alguém, incluindo a criança, “que não he capaz de dolo ou de culpa”, cuja razão não permitia conhecer a obrigação de sujeição às leis. Segundo a sua perspectiva, a idade a partir da qual as crianças começavam a ter consciência dessa obrigação variava de acordo com o clima, a educação e o temperamento. No caso específico português, tratando-se de rapazes, era usual considerar-se “infante” ou impúbere aquele que não ultrapassasse a idade de sete e de 14 anos, respectivamente, e 12, no caso das raparigas.<sup>329</sup> Os que tivessem mais de

<sup>328</sup> D’Almeida, D. Francisco, *Breves considerações sobre a necessidade e meios de melhorar as prisões de Portugal...*, pp. 29-30.

<sup>329</sup> Confirme-se Sousa, Joaquim José Caetano e, *Classes dos crimes, por ordem systematica, com as penas correspondentes, segundo a legislação actual*, 2.ª edição, Lisboa, Oficina de J. F. M. de Campos, 1816, pp. 4-5.

20 anos de idade eram considerados maiores e, como tal, estavam submetidos ao direito ordinário. A reclusão de menores era, de facto, uma questão premente, tendo sido matéria de debate no segundo congresso penitenciário, que teve lugar em Bruxelas, em 1847.<sup>330</sup>

Se a criação de instituições destinadas à reclusão de crianças e adolescentes começou a despertar interesse, também a associação dos menores ao crime surgia agora plasmada nas páginas da imprensa periódica, reclamando-se a resolução deste problema.<sup>331</sup> Segundo a perspectiva dominante, veiculada pelos periódicos de então, o encerramento destas crianças e jovens nos cárceres locais seria a resposta mais adequada. Todavia, uma análise mais ponderada e objectiva rapidamente concluiria que a cadeia funcionaria para eles como uma autêntica escola do crime, onde podiam aprender as técnicas mais rebuscadas da criminalidade, que os conduziria à reincidência e os faria cair, a cada passo, nos cárceres, por delitos cada vez mais graves.<sup>332</sup> Assim sendo, em lugar de resolver o problema, serviria antes para o agravar. Esta ideia de reclusão de jovens criminosos juntamente com experimentados facínoras repugnava a João Maria Calisto, como se depreende das suas palavras:

“[...] mistura indigna, rapazes ainda imberbes e mancebos inexperientes, ouvindo com uma atenção digna de melhor escola, as historias contadas pelos maiores scelerados, pelos homens mais exercitados na prática dos crimes, e instruindo-se dês’arte nas façanhas d’estes heroes, nas suas aventuras e successos, suas astúcias e estratagemas.”<sup>333</sup>

Os grupos de crianças que vagueavam pelas localidades e se dedicavam à vagabundagem e ao pequeno crime eram o resultado da inexistência de uma política coerente de apoio à infância, apesar da entrada em funcionamento, em 1854, do asilo da infância desvalida de Viana do Castelo e do apoio prestado por algumas instituições de assistência.

---

<sup>330</sup> Confira-se Mattos, João da Silva, *Reforma Penitenciária...*, pp. 6-10.

<sup>331</sup> Sobre as preocupações com a delinquência juvenil leia-se Shore, Heather, “The trouble with boys: gender and the “invention” of the juvenile offender in early nineteenth Britain”, in Arnot, Margaret L.; Osborne, Cornelia (Ed.), *Gender and Crime in Modern Europe*, London, Routledge, 2003, pp. 75-92.

<sup>332</sup> Faustino da Fonseca, que esteve detido na cadeia do Limoeiro e conheceu, por conseguinte, a realidade carcerária, escreveu: “o exemplo do crime attrae á pratica do crime. O velho criminoso é mais considerado pela população das cadeias do que o gatuno novato e inexperiente.” E continua “É terrível a influencia que as narrações dos velhos legionários do crime teem sobre os que entram na cadeia a primeira vez.” Consulte-se Fonseca, Faustino da, *Tres mezes no Limoeiro...*, pp. 46-47.

<sup>333</sup> Consulte-se Calisto, João Maria, *Algumas Palavras sobre o Estado Actual das Prisões em Geral e a sua Reforma...*, p. 19.

O primeiro Código Penal português não considerava que uma criança menor de sete anos, ou com idade compreendida entre os sete e os 14 anos, enquanto autora de um acto sem discernimento, pudesse ser considerada criminosa.<sup>334</sup> Estabelecia ainda a idade inferior a 20 anos como circunstância atenuante no cometimento de um crime. Determinava, igualmente, que as penas de morte e de trabalhos públicos não podiam ser aplicadas a menores de 17 anos e que os menores de 14 anos, que tivessem praticado algum crime “sem consciência”, deveriam ser entregues aos pais, parentes ou tutores, ou, então, encerrados no estabelecimento de educação mencionado na sentença. No caso de o menor de 14 anos ter cometido um crime que se inscrevesse numa das penas maiores (pena de morte, trabalhos públicos, prisão maior com trabalho ou simples, degredo, expulsão do reino ou perda de direitos políticos) e o tivesse feito com “pleno discernimento”, seria condenado à pena de prisão com ou sem trabalho, por um período de tempo que não devia exceder os 10 anos. Se a pena aplicada fosse correcional (pena de prisão correcional, desterro, suspensão temporária dos direitos políticos, multa e repreensão), não devia ser maior do que a metade da prescrita ao condenado, caso ele tivesse mais de 14 anos.<sup>335</sup> Deste modo, promovia-se a prisão como a principal sanção a aplicar aos menores, até mesmo no caso dos que, por serem considerados inimputáveis, eram condenados às casas de educação e correcção, apesar de esses estabelecimentos ainda não existirem em Portugal.<sup>336</sup>

Atendendo ao gráfico 2, referente à idade dos presos que, entre 1857 e 1870, deram entrada na cadeia de Vila Nova de Cerveira, verificamos que era nas faixas etárias dos 21 aos 30 e dos 31 aos 40 anos que se concentrava a maior parte dos detidos. No entanto, decorridos mais de 100 anos, subsistia a detenção de crianças em espaços de reclusão inapropriados, não só pela sua tenra idade, mas também pelo tipo de criminosos com quem conviviam. Dos 21 detidos com idades compreendidas entre os 11 e os 20 anos de idade, três tinham menos de 16 anos, tendo dois deles sido condenados a três anos de prisão.

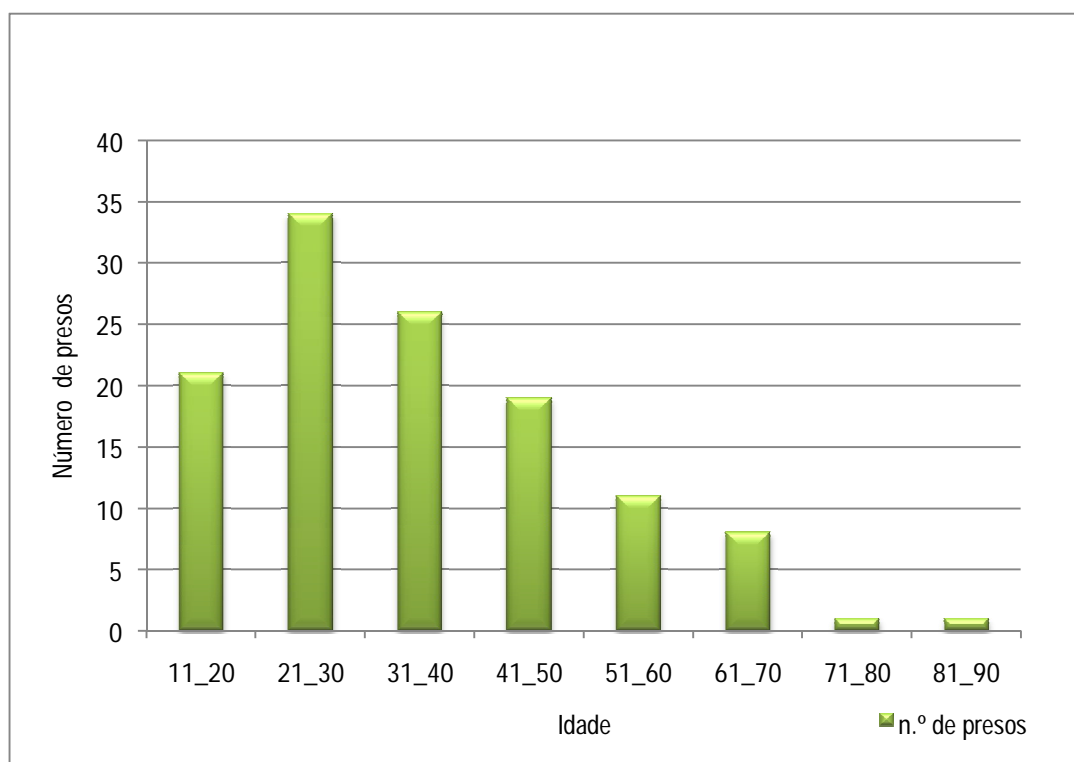
---

<sup>334</sup> *O Código Penal de 1852...*, pp. 31-32.

<sup>335</sup> *O Código Penal de 1852...*, p. 41.

<sup>336</sup> Como refere Maria José Moutinho dos Santos, será necessário aguardar mais 20 anos para que surja, em Lisboa, a primeira casa de correcção destinada a menores, e mais 50 para que seja erguida a do Porto. Santos, Maria José Moutinho dos, *A Sombra e a Luz. As prisões do Liberalismo...*, p. 164.

**Gráfico 2.** Idade dos presos da cadeia de Vila Nova de Cerveira (1857-1870)



Fonte: AMVNC, Administração do Concelho, *Assentos de Prisão e Soltura de Presos*, Documentos avulso, não paginado.

A maior parte dos jovens que dava entrada nas cadeias eram do sexo masculino, sendo o roubo a transgressão mais frequente de que eram acusados. Alguns deles encontravam-se afastados das suas terras de origem, o que pode ser indício de cometimento de crime como meio de garantir a subsistência.<sup>337</sup> Mas outros dedicavam-se a práticas delituosas em locais bem próximos das suas residências.<sup>338</sup>

Muitas vezes, a detenção de jovens estava associada aos crimes resultantes de vadiagem e mendicidade. Em 1862, no distrito de Viana do Castelo, havia 200 mendigos menores de 12 anos, sendo 120 do sexo masculino e 80 do sexo feminino. Em Vila Nova de

<sup>337</sup> Veja-se o caso de Lúcio da Silva Mateus, natural de Braga, órfão de pai, sapateiro de ofício. Entrou na cadeia de Vila Nova de Cerveira em Novembro de 1865, foi julgado no ano seguinte e condenado a três anos de prisão. AMVNC, Administração do Concelho, *Assentos de Prisão e Soltura de Presos*, Documentos avulso, não paginado.

<sup>338</sup> Por exemplo, António Joaquim, um jovem de 15 anos, natural da freguesia de Castelo de Neiva, esteve preso na cadeia de Viana do Castelo, depois de ter confessado a autoria de vários roubos. ADVN, Administração do concelho de Viana do Castelo. *Ofícios dirigidos ao governador civil deste districto. Anos de 1863 – Dezembro de 1864*, n.º 5.16.2.3, não paginado.

Cerveira, estavam referenciados 51, o segundo número mais alto do distrito.<sup>339</sup> Este elevado número de pequenos mendigos pode ser explicado pela sua proximidade da fronteira com a Galiza, que permitia que a esta localidade chegassem crianças e jovens em busca de sustento, mas que acabavam por imergir numa vida errante e, por consequência, no mundo da marginalidade.<sup>340</sup> Mas também havia crianças e jovens portugueses capturados pelas autoridades da vizinha Galiza.<sup>341</sup>

Muitas destas crianças, além do quadro de miséria em que se encontravam mergulhadas, provinham de ambientes familiares disfuncionais. Surgem-nos nos livros de entradas como filhos de pai ou mãe já falecidos, com filiação desconhecida, com um dos progenitores a trabalhar longe do local de residência ou ainda como expostos. Estas circunstâncias, se não justificam, pelo menos ajudam a compreender o ingresso de crianças na marginalidade e a sua presença nas prisões.

A cadeia era um espaço ocupado sobretudo pelo sexo masculino. O homem dominava este lugar, o que pode ser explicado pela sua maior expressão no universo da criminalidade, sobretudo da mais gravosa e daquela que chegava ao conhecimento das autoridades e era susceptível de implicar prisão.<sup>342</sup> Mas quem eram estes homens e mulheres que entravam nas prisões?

---

<sup>339</sup> Arcos de Valdevez tinha cinco mendigos nesta categoria, Caminha 56, Paredes de Coura tinha oito; Melgaço cinco, Monção 23, Ponte da Barca 29 e Valença tinha 28. AHGCVC, *Mendigos existentes - 1866*, n.º 1.16.6.9-4, não paginado.

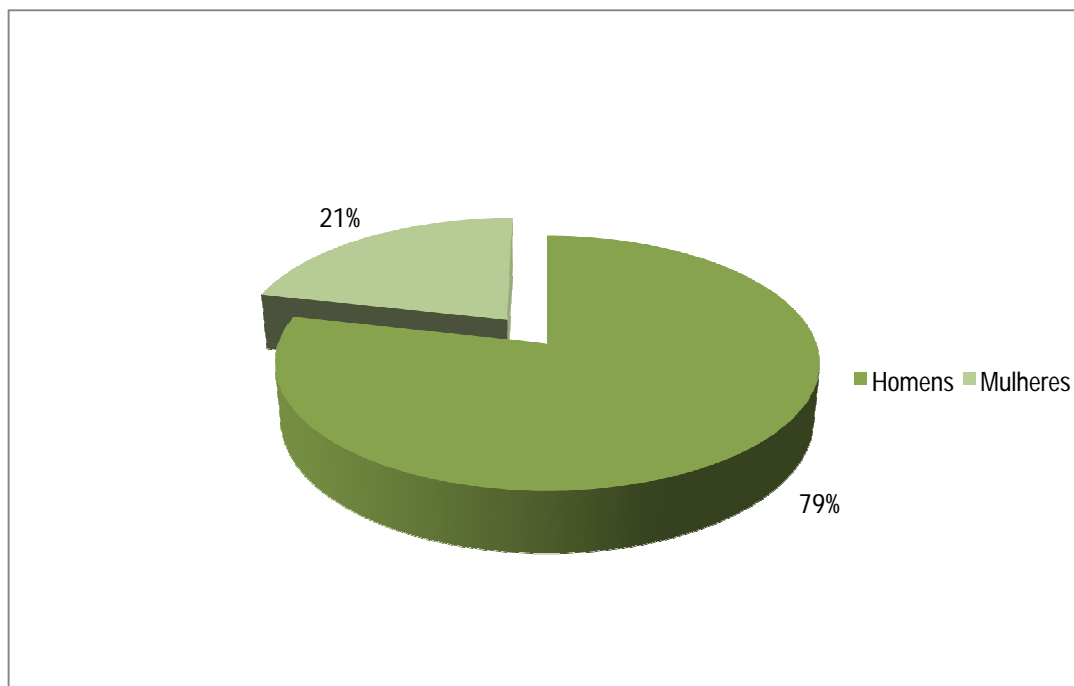
<sup>340</sup> Manuel Sarrapio, de 15 anos de idade, natural de Pontevedra, estava preso nas cadeias de Vila Nova de Cerveira, onde cumpria uma pena de três anos. AMVNC, Administração do Concelho, *Assentos de Prisão e Soltura de Presos*, Documentos avulso, não paginado.

<sup>341</sup> Em Setembro de 1857, foi capturado, naquela província espanhola, um rapaz português, com 14 anos de idade, que se encontrava num estado de miséria extrema e que parecia sofrer de outros problemas, uma vez que desconhecia o seu nome, a identidade dos seus progenitores e a terra da sua nacionalidade. AHGCVC, *Registo Geral – Julho a Dezembro de 1857*, n.º 1.10.3.5, não paginado.

<sup>342</sup> Anabela Ramos aponta igualmente uma diminuta presença das mulheres na cadeia de Viseu no século XVIII. “O Purgatório dos Vivos: Um espreitar pelas cadeias do distrito de Viseu no século XVIII e 1.ª metade do século XIX”..., 2006, p. 409. O mesmo acontecia na cadeia da Portagem, de Coimbra, cuja população prisional, entre 1768 e 1779, foi estudada por Maria Antónia Lopes, onde, apesar das oscilações anuais, os homens estavam em maioria. Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, Assistência e Controle Social em Coimbra (1750-1850)*..., pp. 537-539.

Como se pode ver no gráfico 3, na cadeia de Ponte de Lima, entre 1732 e 1739, 79% dos presos eram do sexo masculino e apenas 21% do sexo feminino, sendo de assinalar que, em 1737 e 1738, não havia qualquer mulher neste estabelecimento prisional.

**Gráfico 3.** Presos da cadeia de Ponte de Lima, segundo o sexo (1732-1739)



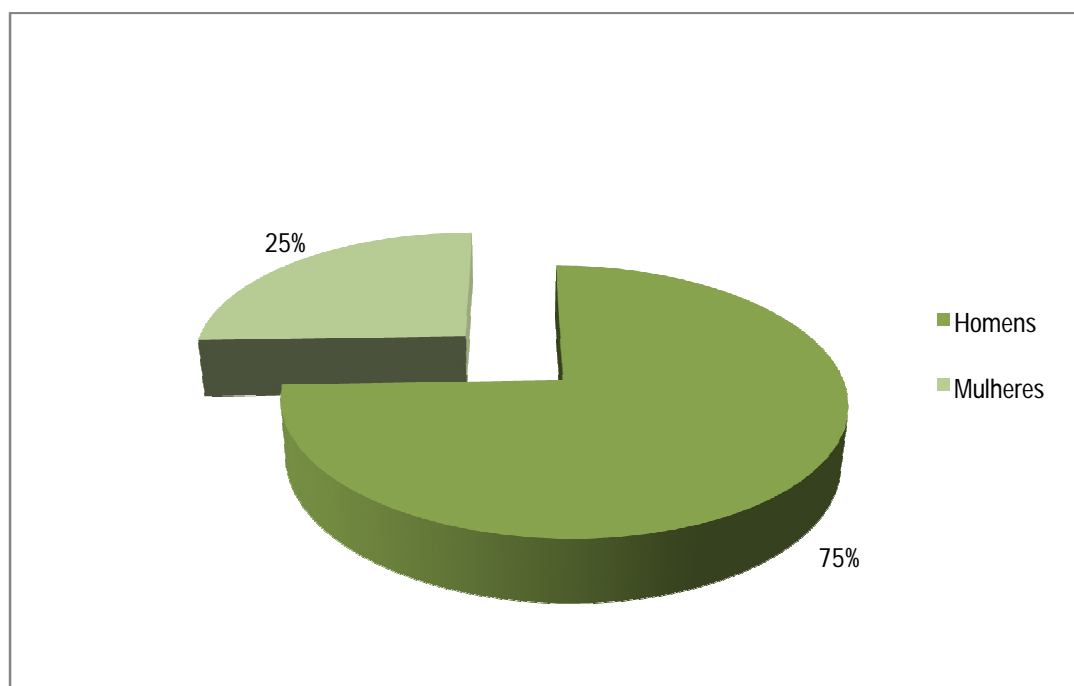
Fonte: AMPL, *Livro de entrada de presos na cadeia – 1732*, n.º 538.

Neste mesmo estabelecimento prisional, entre 1865 e 1870, verificamos um crescimento, ainda que pouco significativo, da presença feminina, tendo passado de 21%, para 25%, como se pode observar no gráfico 4. Porém, em alguns períodos, o número de mulheres detidas suplantou o de homens.<sup>343</sup>

---

<sup>343</sup> Estes momentos de exceção ocorreram em Outubro de 1865, quando entre a população prisional se contavam cinco mulheres e três homens e, no mesmo mês do ano seguinte, quando havia também cinco mulheres e três homens. AMPL, *Autos de Visita às cadeias desta comarca*, n.º 542, fls. 41, 47.

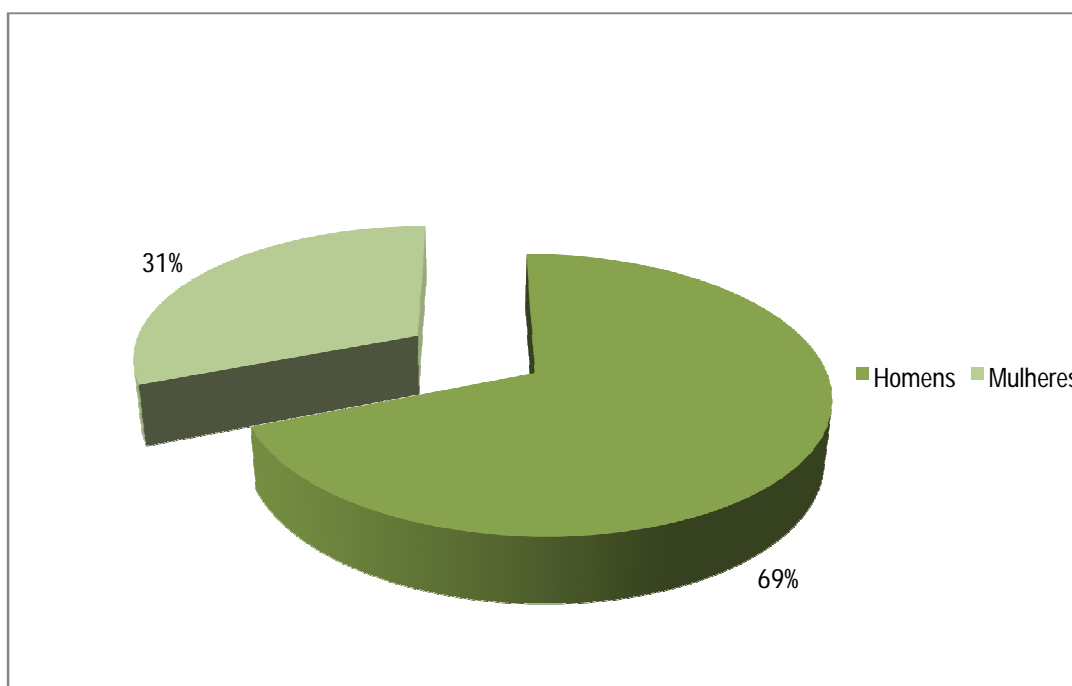
**Gráfico 4.** Presos da cadeia de Ponte de Lima, segundo o sexo (1865-1870)



Fonte: AMPL, *Autos de Visita às cadeias desta comarca*, n.º 542.

Em Vila Nova de Cerveira, entre 1857 e 1870, o número de mulheres também era bastante inferior ao de homens, como se pode ver no gráfico 5.

**Gráfico 5.** Presos da cadeia de Vila Nova de Cerveira, segundo o sexo (1857-1870)



Fonte: AMVNC, Administração do Concelho, *Assentos de Prisão e Soltura de Presos*, Documento avulso, não paginado.

Muitas mulheres entravam no cárcere acompanhadas pelos seus maridos. Aliás, não era incomum a existência de laços familiares entre os detidos, encontrando-se, sobretudo, casais, pais e filhos, tios e sobrinhos. A explicação para este facto tinha a ver, sobretudo, com a sua participação no cometimento do mesmo delito.

A detenção dos homens acontecia, por vezes, na sequência do pedido formulado por mulheres. Através do *Livro de Entradas* da cadeia de Ponte de Lima, referente ao período compreendido entre 1732 e 1739, conseguimos identificar o requerente do encarceramento em 52,1% dos casos estudados. Entre estes, 42,5% das detenções foram requeridas por mulheres e 57,5% por homens.<sup>344</sup> Foram várias as mulheres a solicitar a prisão de homens, e vice-versa. Aliás, as mulheres reclamaram o encarceramento de homens em 86% dos casos analisados e de elementos do mesmo sexo em apenas 14%. Os homens, por seu lado, pediram a prisão de elementos do sexo feminino em 35,7% dos casos e de indivíduos do mesmo sexo em 64,3%. Por vezes, entre o mandante da prisão e o detido existia uma relação de parentesco.<sup>345</sup> Apesar de o

<sup>344</sup> AMPL, *Livro de entrada de presos na cadeia – 1732*, n.º 538.

<sup>345</sup> Ana Maria de Sousa Correia foi presa por requerimento de seu marido, que a acusou de imolar pessoas suas inimigas. AMPL, *Livro de entrada de presos na cadeia – 1732*, n.º 538, fl.23.



número de requerimentos apresentado por mulheres ter sido menor do que o dos homens, não deixa de ser considerável, o que coloca em causa, até certo ponto, a ideia da passividade feminina.

Como se pode observar no quadro 1, entre 1732 e 1739, o juiz de fora e o corregedor foram os principais responsáveis pelo encarceramento de homens e mulheres na cadeia de Ponte de Lima, embora essa competência também fosse exercida por outras entidades.

**Quadro 1.** Entidades responsáveis pelo encarceramento na cadeia de Ponte de Lima (1732-1739)

Entidade responsável pelo encarceramento	Número de casos
Alcaide	4
Corregedor	17
Juiz ordinário	1
Juiz da Alfandega	1
Juiz <sup>346</sup>	5
Juiz de fora	22
Desembargo do Paço	1
Juízo do mestrado da Ordem de Cristo	1
Superintendente do tabaco	1
Senado	1
Provedor da comarca	1
Relação do Porto	1

Fonte: AMPL, *Livro de entrada de presos na cadeia – 1732*, n.º 538.

Com as alterações dos quadros administrativo e judicial impostas pela nova ordem liberal, foram extintos antigos poderes e, em sua substituição, emergiram novas entidades. Assim, entre 1857 e 1870, são outras as autoridades responsáveis pela detenção de indivíduos no cárcere de Vila Nova de Cerveira. Dentre as mencionadas no quadro 2, sobressai, pelo número de intervenções, o administrador do concelho. Pelo Código Administrativo de 1842, o administrador do concelho podia ordenar a prisão ou mandar prender os culpados nos casos em que não era exigível a prévia formação de culpa.<sup>347</sup>

<sup>346</sup> Criámos este campo para representar os casos em que a categoria do juiz não foi explicitada pelo escrivão.

<sup>347</sup> Confirme-se o artigo 252.º do *Código Administrativo...*, p. 110.

**Quadro 2.** Entidades responsáveis pelo encarceramento na cadeia de Vila Nova de Cerveira  
(1857-1870)

Entidade responsável pelo encarceramento	Número de casos
Juiz ordinário	15
Regedor	6
Administrador do concelho	37
Juiz <sup>348</sup>	3
Subdirector da Alfandega	2
Subdelegado do julgado de Vila Nova de Cerveira	5

Fonte: AMVNC, Administração do Concelho, *Assentos de Prisão e Soltura de Presos*, Documentos avulso, não paginado.

Quanto à idade e ao estado civil da população prisional feminina, verificámos que, entre 1732 e 1739, 51,8% das mulheres detidas na cadeia de Ponte de Lima eram solteiras, 24,1% eram casadas e as viúvas atingiam igual percentagem.<sup>349</sup> As idades oscilavam entre os 35 e os 40 anos. Prevalciam, portanto, as mulheres sós, sem suporte familiar, cujo quotidiano era feito, muitas vezes, de uma luta constante contra a miséria. Nestas circunstâncias, o ingresso no mundo da marginalidade parecia inevitável.

No que diz respeito aos homens, o panorama era distinto. A população prisional masculina era constituída sobretudo por indivíduos jovens, com idades compreendidas entre os 20 e os 40 anos, e repartia-se, maioritariamente, entre solteiros e casados, representando 43,1% e 49,5%, respectivamente dos detidos, havendo apenas 7,4% de viúvos.<sup>350</sup>

Reportando-nos à população prisional feminina de Vila Nova de Cerveira, podemos inferir, a partir dos dados recolhidos, que, pelo menos aparentemente, a solidão não pode ser evocada como argumento justificativo do cometimento de crimes. Assim, 53,1% das encarceradas eram casadas, 34,4% solteiras e apenas 12,5% viúvas. A média das idades rondava os 35 anos. Todavia, estamos num tempo em que, nesta região, o casamento não era sinónimo de companhia do cônjuge, uma vez que muitas mulheres transformavam-se em autênticas viúvas de homens vivos, em consequência da elevada emigração masculina. Por isso, podemos estar efectivamente perante mulheres sós, embora a solidão surja camuflada pela instituição do casamento. Por outro lado, a ausência dos maridos obrigava-as a assumir o

---

<sup>348</sup> Criámos este campo para representar os casos em que a categoria do juiz não foi explicitada pelo escrivão.

<sup>349</sup> AMPL, *Livro de entrada de presos na cadeia – 1732*, n.º 538.

<sup>350</sup> AMPL, *Livro de entrada de presos na cadeia – 1732*, n.º 538.

comando e a defesa do património doméstico, o que, de alguma forma, facilitaria o seu envolvimento em comportamentos delituosos. Entre as detidas na cadeia de Vila Nova de Cerveira contavam-se várias mulheres galegas, que tendo arribado a terras minhotas em busca de uma vida melhor, não conseguiram, nem pelo trabalho nem pelo casamento, um quotidiano de estabilidade.<sup>351</sup>

À semelhança do que acontecia no cárcere de Ponte de Lima de setecentos, também no de Vila Nova de Cerveira se destacavam os homens casados, que correspondiam a 60% da população prisional.<sup>352</sup> Os solteiros representavam 38,3%, ao passo que apenas 1,7% dos presos eram viúvos.<sup>353</sup> A idade média dos reclusos era de cerca de 36 anos. No caso dos homens, a solidão ou o abandono não eram certamente razões explicativas da sua detenção.

A vida das reclusas não era certamente fácil. Dada a sua reduzida expressão entre a população prisional, eram remetidas para os espaços mais acanhados, onde se misturavam criminosas de toda a espécie, desde a homicida, à pequena ladra, passando pela meretriz ou pela infanticida. Por outro lado, é de assinalar a inexistência de qualquer autoridade feminina no interior da prisão.<sup>354</sup> Como não havia carcereiras nem guardas prisionais do sexo feminino, as reclusas ficavam à mercê dos caprichos e do temperamento do carcereiro. O seu peso diminuto no cômputo geral da população prisional será, provavelmente, um dos factores justificativos da pouca atenção que lhes foi dispensada, nomeadamente no que respeita à construção de espaços específicos destinados à reclusão celular de mulheres.<sup>355</sup>

---

<sup>351</sup> Foi o caso, algo caricato, de Rosa Maria Jesus, mulher galega, que habitava na freguesia de Gondarém, pertencente ao concelho de Vila Nova de Cerveira, que, por ordem do administrador, deu entrada no estabelecimento prisional desta vila, após ter espancado o seu marido. AMVNC, Administração do Concelho, *Assentos de Prisão e Soltura de Presos*, Documento avulso, não paginado.

<sup>352</sup> No estudo que fez acerca dos estabelecimentos carcerários de Alcalá no século XIX, Gutmaro Gomes Bravo obteve resultados diferentes, verificando-se, entre a população masculina, o predomínio de presos solteiros sobre os casados. No caso das mulheres, o número de casadas e de solteiras era muito próximo, registando-se ainda a presença de mulheres viúvas. Confirme-se Gómez Bravo, Gutmaro, *Crimen y castigo. Cárceles, justicia y violencia en la España del siglo XIX*, Madrid, Catarata, 2005, p. 180.

<sup>353</sup> AMVNC, Administração do Concelho, *Assentos de Prisão e Soltura de Presos*, Documento avulso, não paginado.

<sup>354</sup> Sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres nos cárceres da Inglaterra vitoriana leia-se Priestley, Philip, *Victorian Prison Lives. English Prison Biography. 1830-1914...*, pp. 69-73.

<sup>355</sup> Acontece com a Reforma Penal e Prisional de 1 de Julho de 1867, quando ficou prevista a construção de uma penitenciária, destinada unicamente a mulheres, na cidade do Porto. *Collecção Official da Legislação Portuguesa, Anno de 1867...*, 1868, p. 271. A relutância na construção de penitenciárias exclusivamente femininas prendia-se

Como já referimos, em todos os cárceres do distrito estava prevista a separação dos detidos com base no sexo. No entanto, nem sempre esse princípio era efectivamente aplicado, dado que a degradação e estado de ruína dos edifícios possibilitava a comunicação entre os presos dos dois sexos, gerando, assim, um ambiente de promiscuidade que as autoridades, apesar de tudo, procuravam evitar.<sup>356</sup>

Continuando a traçar o perfil de homens e mulheres que entravam nos estabelecimentos prisionais, impõe-se saber qual a sua naturalidade, se eram ou não residentes no concelho em cuja sede estava instalada a cadeia. Como já foi salientado, no caso de Ponte de Lima, até 1770, os presos da cabeça do concelho, sobretudo nobres e fidalgos, não podiam ingressar na “cadeia velha”, pelo menos teoricamente, devendo, por conseguinte ser remetidos para a “cadeia do Castelo”. Todavia, o estado de ruína em que este edifício se encontrava desde finais do século XVII, explica a presença de moradores da vila na cadeia da correição, ainda antes data estipulada.<sup>357</sup> Entre 1732 e 1739, a cadeia de Ponte de Lima albergou detidos oriundos de diferentes localidades do Norte de Portugal.<sup>358</sup> Porém, o seu peso no cômputo geral da população prisional variou consoante os anos. Se em 1732, a larga maioria dos presos não era do concelho de Ponte de Lima, já nos anos seguintes pertenciam maioritariamente a este município. Em 1735, 70% dos detidos provinham dos concelhos vizinhos, o que revela a existência de um

---

com a reduzida condenação de mulheres, pelo que não se justificaria o investimento. Deste modo, as mulheres continuariam a ser encerradas nos mesmos estabelecimentos que os homens, sem disporem da supervisão de qualquer elemento feminino, o que as colocava à mercê dos abusos que poderiam ocorrer numa instituição totalmente masculina. Em meados do século XIX, em alguns Estados norte-americanos, o crescimento dos números do crime e o aumento da população prisional feminina determinaram a criação de secções ou alas exclusivamente femininas nas penitenciárias, supervisionadas por mulheres. Veja-se Rafter, Nicole Hahn, *Partial Justice. Women, Prisons, and Social Control*, New Jersey, Transaction Publishers, 2004, pp. 26-27.

<sup>356</sup> Nas cadeias de Espanha, também se verificava este cenário de promiscuidade causado pela convivência entre homens e mulheres no mesmo espaço. Antonio Escudero, José, “Cinco siglos de carceles”, in *Historia 16...*, p. 30.

<sup>357</sup> AMPL, *Apointamentos para as memórias das antiguidades de Ponte de Lima*, n.º 2.6.1.53, fls. 76-77.

<sup>358</sup> A nossa análise geográfica é baseada nos limites actuais do concelho de Ponte de Lima composto por 51 freguesias. Todavia, no século XVIII, este concelho era formado por vinte e oito freguesias, mas este panorama foi alterado com a reforma administrativa de 1836, com a extinção de coutos que foram integrados neste concelho, bem como os respectivos territórios. Foram integrados Correlhã, Gondufe, Feitosa, Cabaços, Rebordões, Facha (Vitorino das Donas, Seara, S. Miguel da Facha), Bertandos (Bertiandos, Santa Comba e Estorãos), Queijada (Queijada, Boalhosa). Do antigo concelho de Albergaria de Penela foram integradas as seguintes freguesias: Sandiães, Gaifar, São Lourenço do Mato, Calvelo, Fornelos, São Julião de Freixo, Friastelas e, mais tarde, Fojo Lobal e Vilar das Almas.

processo de circulação de presos entre as várias localidades.<sup>359</sup> Já no ano subsequente, 68,8% dos reclusos eram naturais do município, sendo os restantes das terras limítrofes. Esta tendência manteve-se em 1736, embora a percentagem dos pertencentes a Ponte de Lima tenha descido para 55,6%.<sup>360</sup> Em 1738 e 1739, a residência da maioria era no concelho limiano, correspondendo a 76,5% e 70,6% da população prisional, respectivamente.<sup>361</sup>

O maior número dos detidos do concelho de Ponte de Lima provinha das várias freguesias que o compunham, representando 74,7% da população prisional, destacando-se as localidades de Moreira do Lima, Refóios, Labruja, Arcozelo e São Pedro de Arcos. Os restantes 25,3% eram da vila, sendo as ruas de São João de Dentro e de São João de Fora as mais nomeadas pelos presos como morada. Refira-se, no entanto, que alguns dos reclusos apontavam a vila como local de residência, embora fossem naturais de outras terras.

Os presos não naturais do concelho de Ponte de Lima provinham, sobretudo, das terras vizinhas de Arcos de Valdevez, Viana do Castelo, Ponte da Barca, Albergaria de Penela e Paredes de Coura. Alguns vinham de localidades mais distantes, como Santa Maria de Bouro, Braga, Marco de Canavezes e Porto.

No século XIX, a larga maioria dos detidos na cadeia de Vila Nova de Cerveira era natural do concelho, como se constata no gráfico 6, abaixo representado.

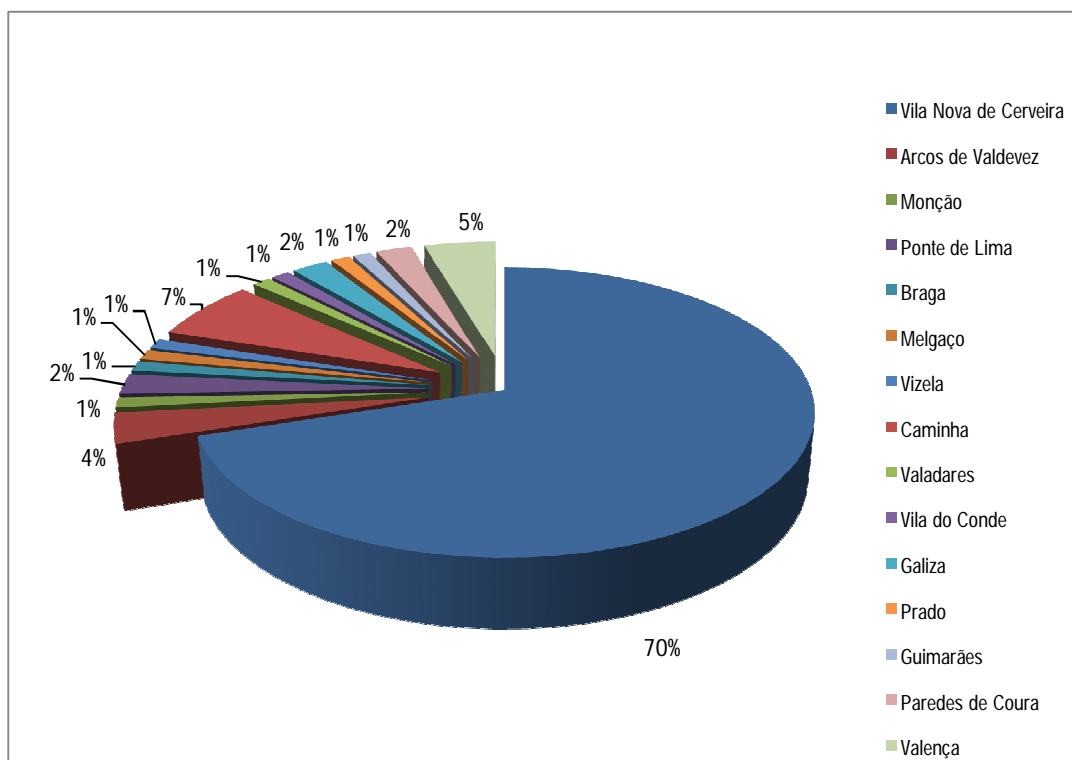
---

<sup>359</sup> AMPL, *Livro de entrada de presos na cadeia – 1732*, n.º 538.

<sup>360</sup> AMPL, *Livro de entrada de presos na cadeia – 1732*, n.º 538.

<sup>361</sup> AMPL, *Livro de entrada de presos na cadeia – 1732*, n.º 538.

**Gráfico 6.** Naturalidade dos presos da cadeia de Vila Nova de Cerveira (1857-1870)



Fonte: AMVNC, Administração do Concelho, *Assentos de Prisão e Soltura de Presos*, Documento avulso, não paginado.

Havia ainda indivíduos oriundos doutros municípios mais próximos. Como se verifica pela análise do gráfico 6, o número de presos provenientes da Galiza não era maior porque, se alguns se apresentavam como naturais desta província espanhola, a maior parte apontava Vila Nova de Cerveira como local de residência, o que nos levou a assumir como variável de análise a residência e inclui-los entre os habitantes deste concelho.

Por razões de segurança e de sobrelotação, os reclusos do distrito de Viana do Castelo podiam ser distribuídos pelos diversos estabelecimentos prisionais das cabeças dos concelhos. Um elevado número era deslocado para as cadeias de Valença. Por se tratar de uma praça militar, acreditava-se que estariam mais bem guardados nos cárceres desta vila. Em 1851, albergavam 13 presos provenientes das comarcas de Ponte de Lima, Arcos de Valdevez e Monção. Contudo, em Fevereiro desse ano, alguns conseguiram evadir-se, embora tenham sido capturados pouco tempo depois.<sup>362</sup> No ano seguinte, subsistia a prática de transferir para Valença os presos das diversas comarcas do distrito.<sup>363</sup> Em 1856, na sequência de mais uma tentativa de

<sup>362</sup> AMV, *Registo da correspondência expedida para diversas autoridades, 1850-1854*, n.º 1.1.4.31, não paginado.

<sup>363</sup> AMV, *Correspondência para o Administrador Geral, 1850-1852*, n.º 1.1.4.7, não paginado.

fuga, foi ponderada a hipótese de deslocar uma parte deles para as cadeias da Relação do Porto, tendo sido alegada “a pouca segurança que apresentação as desta vila.”<sup>364</sup>

As cadeias de Valença não eram as únicas a receber reclusos procedentes doutras localidades. O mesmo sucedia, por exemplo, com a cadeia de Viana do Castelo, que também funcionava como local de concentração de indivíduos oriundos de diferentes prisões do distrito. No mês de Março de 1839, na cadeia desta vila havia 18 presos, 12 dos quais transferidos das diferentes prisões do distrito, designadamente de Caminha, Monção, Melgaço e, sobretudo, de Ponte de Lima. A deslocação de alguns desses detidos deveu-se ao tipo de pena aplicada ou ao grau de perigosidade, pois três deles tinham sido condenados à calceta e deveriam ser enviados, posteriormente, para Valença, e outros três, acusados de assassinato, tinham sido sentenciados à pena capital.<sup>365</sup> Em Maio de 1839, dos sete presos que ingressaram no estabelecimento de Viana do Castelo, quatro vieram transferidos das cadeias de Ponte de Lima, presumivelmente devido à sua perigosidade, até porque três deles tinham sido julgados “pelo crime de matador.”<sup>366</sup> Mas também houve reclusos das cadeias de Viana do Castelo que foram enviados para Ponte de Lima. Nos casos perscrutados, as razões da transferência prendiam-se com o facto de serem naturais desta vila.<sup>367</sup>

Havia ainda casos de presos que tinham sido capturados no seu lugar de naturalidade ou residência, mas que, a pedido das autoridades competentes, eram depois remetidos com o auto de prisão para a cadeia da localidade onde cometeram o delito.<sup>368</sup>

---

<sup>364</sup> AMV, *Registo da correspondência expedida para diversas autoridades, 1855-1859*, n.º 1.1.4.33, não paginado. Por vezes, as transferências envolviam um elevado número de detidos, como sucedeu em 1862, quando foram enviados para Valença 12 presos da cadeia dos Arcos. AMV, *Correspondência para o Administrador Geral, 1862*, n.º 1.1.4.10, não paginado.

<sup>365</sup> AMVC, Administrador do Concelho de Viana do Castelo. *Copiador Geral -1838*, n.º 5.16.4.17, não paginado.

<sup>366</sup> AMVC, Administrador do Concelho de Viana do Castelo. *Copiador Geral -1838*, n.º 5.16.4.17, não paginado.

<sup>367</sup> Por exemplo, António José Pereira Lixa, natural de Ponte de Lima, detido na cadeia de Viana do Castelo por ter tentado tirar um preso de dentro da mesma, foi enviado para as cadeias da sua terra de naturalidade. AMVC, Administrador do Concelho de Viana do Castelo. *Copiador Geral -1838*, n.º 5.16.4.17, não paginado.

<sup>368</sup> Foi precisamente o que aconteceu a António Portela e João Portela, naturais da freguesia de Meadela, concelho de Viana do Castelo, que, em Dezembro de 1864, foram presos nesta cidade por terem roubado dois indivíduos em Figueiró dos Vinhos. Esta diligência foi solicitada pelo administrador deste concelho, tendo os dois detidos sido enviados para esta vila. AMVC, Administrador do Concelho de Viana do Castelo. *Ofícios dirigidos ao Governador Civil deste distrito - anos de 1863 a Dezembro de 1864*, n.º 5.16.2.3, não paginado.

Nem todos os detidos aceitavam de bom grado a decisão de serem transferidos para outra cadeia. O estado de saúde, as dificuldades de mobilidade, a inocência eram alguns dos argumentos evocados para não serem deslocados, além de que o afastamento da terra natal, numa altura em que o preso tinha que pagar a carceragem e garantir o seu sustento, podia contribuir para agravar ainda mais a sua situação. Em 1845, na vila de Ponte da Barca, em plena praça pública, um preso foi espancado pelo administrador do concelho, por se recusar a ser enviado para as cadeias de Valença. Tratava-se de Francisco José Pereira de Mesquita que tinha solicitado, em vão, para não ser transferido, porque “esta era a cadeia, que lhe foi destinada para ser conservado, que estava segura, que o carcereiro se responsabilizava pela sua guarda, que estava innocentada por decisão unânime do júri, e que a sua soltura dependia da decisão do despacho do delegado do procurador régio [...] e finalmente que o seu estado de saúde não permitia que fizesse tal jornada.”<sup>369</sup> Face à dificuldade manifestada pelo médico, requisitado para o efeito, de avaliar o estado de saúde do detido, o administrador do concelho sacou de uma arma e desferiu-lhes fortes coronhadas, obrigando-o a partir por entre a população que se tinha apinhado junto da cadeia.<sup>370</sup>

As cadeias do distrito de Viana do Castelo, especialmente as que se localizavam nas terras fronteiriças, contavam com a presença regular de galegos. O motivo da sua detenção podia estar relacionado com o cometimento de transgressões em território nacional ou com solicitações vindas de Espanha a requerer a sua captura por terem cometido crimes ou por se terem evadido das prisões desse país.

Os espaços prisionais, apesar de serem destinados àqueles que infringiam os preceitos da justiça, também recebiam alienados. A sua reclusão surgiu na sequência do espírito burguês dominante na época, apostado em libertar a sociedade dos engulhos ao progresso. Ora, o louco era tido como factor de perturbação. Tido como desprovido de racionalidade, não podia ser considerado um Homem na verdadeira acepção da palavra, não dispondo, por isso, de liberdade. Logo, o seu encerramento não podia ser encarado como um acto de desumanidade, mas antes como um passo crucial para o desenvolvimento da sociedade, através do afastamento dos seus elementos menos capazes, apesar da visão mais humanista que foi desenvolvida no século XVIII sobre as doenças e os doentes mentais. Em França, já desde finais de setecentos,

---

<sup>369</sup> AHGCVC, *Autoridades diversas*, n.º 1.18.5.12-17, não paginado.

<sup>370</sup> AHGCVC, *Autoridades diversas*, n.º 1.18.5.12-17, não paginado.



os padecentes de perturbações mentais foram afastados, progressivamente, do convívio com outros indivíduos sujeitos ao internamento, como vagabundos, mendigos, entre outros.<sup>371</sup>

Em Portugal, os doentes mentais continuaram a ser enclausurados e alguns, com melhor sorte, internados em hospitais.<sup>372</sup> Pela vergonha e pelo desprezo que lhes votava a sociedade em geral, apenas os alienados mais miseráveis, oriundos de famílias pobres, eram condenados ao encerramento. Os pertencentes a famílias mais abastadas eram confinados ao espaço doméstico, mais propriamente a um compartimento da casa, onde poderiam passar o resto da vida.<sup>373</sup> Havia ainda a possibilidade de serem encaminhados para recolhimentos, se bem que provisoriamente.<sup>374</sup>

Geralmente, os hospitais recusavam-se a receber os doentes mentais, alegando sobrelotação e ausência de condições materiais para os assistir. Quando eram acolhidos nos hospitais gerais, o tratamento que lhes era proporcionado pouco diferia do aplicado na prisão, pois não ia além da simples reclusão, sem que lhes fosse ministrada qualquer terapêutica específica.<sup>375</sup> A única benesse concedida por alguns hospitais consistia no isolamento num espaço individual, ao passo que, na cadeia, o doente mental permanecia em salões colectivos,

---

<sup>371</sup> Leia-se Pichot, P.; Fernandes, Barahona, *Um Século de Psiquiatria e a Psiquiatria em Portugal*, Lisboa, Roche, 1984, p. 18. O encerramento de loucos vai-se processando à medida que a alienação vai deixando de ser encarada como estado resultante de factores externos ao indivíduo, nomeadamente esotéricos, e passa a ser explicada racionalmente, sob o ponto de vista patológico, como uma doença. Confirme-se Alvarez-Uria, Fernando, *Miserables y locos. Medicina mental y orden social en la España del siglo XIX*, Barcelona, Tusquets editores, Cuadernos Ínfimos, 1983, pp. 26-27. Sobre a assistência prestada aos alienados em Espanha, no século XIX, leia-se Carasa Soto, Pedro, “Cambios en la tipología del pauperismo en la crisis el antiguo régimen”, in *Investigaciones históricas: Época moderna y contemporánea*, n.º 7, 1987, pp. 143-144.

<sup>372</sup> Em Espanha, na Idade Média e nos séculos vindouros, alguns loucos foram encerrados em mosteiros, mas a maior parte permanecia no seio da família, vigiada pelos membros da comunidade. Confirme-se Porter, Roy, *Historia Social de la Loucura*, Barcelona, Editorial Crítica, 1989, p. 27.

<sup>373</sup> Veja-se Pereira, Pedro Teixeira; Gomes, Eva; Martins, Olga, “A Alienação no Porto: o Hospital de Alienados do Conde Ferreira (1883-1908)”, in *Revista da Faculdade de Letras. História*, Porto, III série, vol. 6, 2005, p. 99.

<sup>374</sup> Foi no recolhimento de São Tiago, em Viana do Castelo, que permaneceu um alienado, menor de idade, até ser enviado para o hospital de Rilhafoles, em 1859. Esclareça-se que este era um espaço feminino. Talvez por essa razão tenha recebido a criança até ser removida para o hospital de Rilhafoles. AHGCVC, *Alienados*, n.º 1.16.6.1-15, não paginado.

<sup>375</sup> A “falta de condições” foi o argumento sucessivamente utilizado para afastar os alienados dos hospitais e promover a sua transferência.

transformando-se em motivo de troça dos restantes presos.<sup>376</sup> Em 1870, um doente mental, que se encontrava preso na cadeia de Caminha, deu entrada no hospital da Misericórdia desta vila. Durante os três dias em que esteve hospitalizado não lhe foi administrado qualquer tratamento, a não ser o fornecimento de refeições à base de carne e pão.<sup>377</sup>

O ingresso dos doentes mentais nas cadeias não era ditado unicamente pela moléstia de que padeciam, mas também pelos comportamentos que, de algum modo, perturbavam a ordem e a segurança pública.<sup>378</sup> Uma parte considerável dos que chegavam às cadeias encontrava-se privada de bens materiais e até de qualquer enquadramento familiar. Tratava-se de indivíduos que deambulavam pelas ruas, alguns deles mendigando ou atacando os transeuntes e tudo o que estivesse ao seu alcance, outros tomando atitudes menos próprias, pelo que tinham de ser afastados do contacto com as demais pessoas.

Decorrido um determinado período de tempo, que se podia prolongar por semanas ou anos, sem que fosse desencadeada a sua transferência para um hospital apropriado, os doentes mentais abandonavam a prisão. Alguns regressavam para junto da família, à qual competia velar pela sua conduta, mas outros, entregues à sua sorte, acabavam por regressar ao cárcere, criando-se um ciclo vicioso, que só era quebrado com o internamento hospitalar. Usualmente, os doentes mentais do distrito de Viana do Castelo eram enviados para os hospitais de Braga e de São José em Lisboa, mas, a partir de 1848, passaram a ser transferidos para o hospital de Rilhafoles, a funcionar no antigo convento dos padres de S. Vicente de Paula, também em Lisboa.<sup>379</sup>

Para ser admitido no hospital de Rilhafoles, era necessário que o doente viesse acompanhado de um atestado médico que comprovasse o seu estado de alienação, evitando-se,

---

<sup>376</sup> Veja-se o caso paradigmático de José da Lomba, que, devido à sua loucura crónica, de vez em quando atacava os habitantes de Viana do Castelo. Em 1836, dada a indisponibilidade do hospital da Misericórdia para o receber, foi preventivamente preso na cadeia da vila, sendo solicitada, posteriormente, a sua transferência para o hospital de São. José. ANTT, Ministério do Reino, *Ofícios recebidos*, Maço 2104, não paginado.

<sup>377</sup> ADVIC, Santa Casa da Misericórdia de Caminha, *Processos de doentes 1869-1870*, n.º 7.36.3.3-4, não paginado.

<sup>378</sup> No século XIX havia ainda dificuldades em formular uma definição de loucura, dado que esta variava consoante os alienistas, não existindo igualmente um pensamento uniformizado sobre as causas que estavam na sua origem. Confirme-se Chevalier, Louis, *Classes laborieuses et classes dangereuses*, Paris, Éditions Perrin, 2007, pp. 334-338.

<sup>379</sup> Sobre a ausência de condições do hospital de São José para receber os doentes mentais oriundos de todo o país leia-se Pereira, Ana Leonor, "A institucionalização da loucura em Portugal", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 21, Novembro de 1986, pp. 87-88.

desse modo, o internamento de indivíduos saudáveis, e de uma guia particular ou da instituição que se responsabilizava pelo pagamento do tratamento. Segundo o disposto no regulamento desta instituição, a aceitação de enfermos podia ser requerida por familiares ou determinada pelas autoridades competentes. Em todos os casos que analisámos, o envio de pacientes pelo governador civil contava com suporte decisório do administrador do concelho, que, por sua vez, se apoiava em atestados médicos.<sup>380</sup>

Alguns doentes mentais entravam nas cadeias do distrito por terem praticado delitos graves, designadamente homicídios, ou ateamento de incêndios. Todavia, dada a sua condição de inimputáveis, devidamente corroborada pelas entidades médicas, tentava-se a sua transferência para os hospitais.

A presença nas cadeias de indivíduos com perturbações mentais, para além de não ser benéfica para os mesmos, constituía também um inconveniente para as autoridades, uma vez que o ambiente prisional e a ausência de terapia adequada contribuíam para deteriorar a situação destes doentes e desestabilizar os demais reclusos, dando origem a gritarias, desordens, lançamento de palavras consideradas indecentes e subversivas, provocando até a destruição do escasso mobiliário. A única assistência profiláctica que recebiam na cadeia era a concedida pelos médicos da câmara, embora estes não estivessem devidamente preparados para lidar com enfermidades do foro mental. Em 1845, um doente mental, que tinha estado na cadeia de Vila Nova de Cerveira, foi enviado para o hospital de São José, mas conseguiu evadir-se desta instituição e regressou àquela vila, onde causou distúrbios e acabou por ser novamente detido.<sup>381</sup>

Por vezes, o facto de os alienados compartilharem o espaço prisional com os demais detidos originava manifestações de descontentamento. Em 1870, foi enviado o seguinte requerimento ao governador civil de Viana do Castelo:

---

<sup>380</sup> Segundo o Código Administrativo de 1842, cabia ao administrador do concelho evitar a divagação de doentes mentais pelas localidades sob sua jurisdição. Quando capturados e remetidos para o hospital, primeiro de São José e depois de Rilhafoles, deviam ir acompanhados por um atestado do médico que os examinou, devidamente rubricado pelo administrador do concelho, pois só assim o doente seria admitido no hospital. Confirme-se *Código Administrativo...*, p. 108.

<sup>381</sup> AHGCVC, *Alienados*, n.º 1.16.6.2-2, não paginado. Em 1870, na cadeia de Ponte de Lima, encontrava-se um louco que, num momento de fúria e armado de força sobre-humana, destruiu o soalho, portas e tarimbais. A reparação dos danos causados por este alienado só aconteceu em 1896. AHGCVC, *Alienados*, n.º 1.16.6.1-10, não paginado. AMPL, *Livro das Actas da Câmara Municipal de Ponte de Lima*, n.º 2.3.2.19, fl. 185v.º.

“Nos os presos desta prisão desta cidade de Viana do Castelo, Como se acha aqui um doudo [...] e sendo um doudo tam disconforme como he que nem de noute nem de dia se pode aguentar nem se pode ter junto de pessoa alguma como V. EX.<sup>a</sup> se pode inteirar com o carcereiro e com os vizinhos mais próximos desta prisão. Por isso pedíamos por esmola e caridade a V. EX.<sup>a</sup> a fim de ver se o mandava remover o mais breve possível. Porque não he pessoa de estar junto com a mais sociedade dos ditos presos que estamos fartos de estar com elle de noite e de dia a 4 semanas.”<sup>382</sup>

Efectivamente, os loucos eram pessoas *non grata* na sociedade e nas instituições, verificando-se um autêntico jogo do empurra, do qual as cadeias não ficavam alheias, procurando também livrar-se deles. Tratando-se, na larga maioria dos casos, de pobres e vagabundos, os que ingressavam nas cadeias eram sustentados pelos fundos destinados aos presos pobres.

Em alguns casos, os familiares não aceitavam de bom grado o afastamento dos doentes e o seu ingresso nos hospitais de Braga ou Lisboa, comprometendo-se, por isso, a cuidar do seu tratamento. O que nem sempre constituía a melhor solução. No entanto, a portaria de quatro de Maio de 1850 determinava que os administradores dos concelhos não podiam encarcerar nem promover a transferência de um alienado para o hospital contra a vontade da família, desde que esta assumisse a responsabilidade.<sup>383</sup> Em Junho de 1841, foi decidido o internamento no hospital de São José de uma rapariga que estava detida na cadeia de Caminha e que, em resultado do exame efectuado por dois médicos, foi considerada louca. No entanto, a mãe opôs-se, comprometendo-se a cuidar da filha. O administrador do concelho, apesar de reconhecer a falta de condições da cadeia daquela vila para nela ser dispensado um tratamento que minorasse os efeitos da demência, solicitou autorização ao governador civil, que foi concedida, para que a rapariga continuasse na cadeia. Libertada em Outubro do mesmo ano, a mãe enviou-a para a casa de um familiar de Vila Nova de Cerveira, donde regressou em Janeiro de 1842, mas novamente para o cárcere, devido aos distúrbios que causou naquela vila.<sup>384</sup> Este facto prova que a solução encontrada no seio familiar não foi a mais adequada e não evitou que a doente fosse novamente encarcerada.

A atitude desta mãe era uma excepção, dado que, normalmente, as famílias, quer por falta de condições económicas, quer por medo ou vergonha, aceitavam o internamento dos seus

---

<sup>382</sup> AHGCVC, *Alienados*, n.º 1.16.6.1-12, não paginado.

<sup>383</sup> *Collecção Official de Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1850...*, 1851, p. 188.

<sup>384</sup> AHGCVC, *Alienados*, n.º 1.16.6.1-3, não paginado.

doentes mentais. Quando não dispunham de meios para financiar o seu transporte para o hospital, a autoridade administrativa devia solicitar o financiamento às Misericórdias, que, de acordo com a portaria de 29 de Maio de 1850, tinham a obrigação de assegurar o tratamento dos alienados pobres e os gastos inerentes à sua deslocação para um hospital adequado.<sup>385</sup> Mas nem sempre assumiam esta incumbência. Em 1853, a Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima recusou o pagamento do transporte de Maria Teresa para o hospital de Lisboa, comprometendo-se a pagar apenas a deslocação até ao porto de mar, onde a alienada ia embarcar, alegando que a portaria de 29 de Maio de 1850 não a obrigava a custear a viagem da doente até Lisboa, porque o tratamento não estava a seu cargo.<sup>386</sup> Quando isto acontecia e os doentes não tinham meios, os gastos eram suportados pelas esmolas destinadas aos presos pobres.<sup>387</sup> A recusa de algumas Misericórdias de prestar assistência aos alienados e aceitá-los nos seus hospitais prendia-se com a complicada situação financeira que atravessavam na centúria de oitocentos, embora se dispusessem a conceder-lhes o óbolo.<sup>388</sup>

A permanência dos doentes mentais no cárcere podia arrastar-se por vários anos, até conseguirem internamento num hospital ou o regresso ao ambiente familiar. Em 1861, António José Malheiro, natural da freguesia de Seixas, concelho de Caminha, assassinou um indivíduo. Apesar de ter sido considerado inimputável, por sofrer de perturbações mentais, foi remetido para as cadeias de Viana do Castelo, em 1862. A partir de Dezembro desse mesmo ano, foi posto à disposição do governo civil para ser transportado para o hospital de Rilhafoles, o que ainda não tinha acontecido em Fevereiro de 1863. Nessa mesma data, o delegado do procurador régio expressava o seu desagrado pela situação em que se encontrava este doente, declarando que “repugna à humanidade semilhate detenção ali; nem eu, por a inspecção que tenho na cadeia, posso tornar-me indiferente na demora que tem tido o destino de tal preso.”<sup>389</sup>

---

<sup>385</sup> *Collecção Official de Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1850*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1851, p. 221.

<sup>386</sup> AHGCVC, *Alienados*, n.º 1.16.6.1-9, não paginado.

<sup>387</sup> AMPL, Administração do Concelho, *Livro de registo da correspondência expedida para o governo civil*, n.º 2.2.2.1.11, não paginado.

<sup>388</sup> Em 1842, a Misericórdia de Ponte de Lima concedeu uma esmola no valor de 160 réis a um louco, conhecido como o “Entrudo”, que estava preso nas cadeias daquela vila. ASCMPL, *Livro de Receita e Despesa 1839-1842*, n.º 585.

<sup>389</sup> AHGCVC, *Alienados*, n.º 1.16.6.1-5, não paginado.

Em Maio de 1863, António Malheiro deu entrada naquele hospital, onde veio a falecer de apoplexia dois anos depois.

Houve casos de indivíduos que foram arrastados para o cárcere, sem que lhes fosse devidamente diagnosticada a sua alienação. Quando se tratava de pessoas sós, com algum património, o objectivo do encerramento poderia ser a extorsão de bens. A verdadeira condição dos doentes só era descoberta depois de avaliação médica, quando já se encontravam desgastados pelas agruras da prisão. A alienação, como via para o internamento e consequente afastamento da sociedade, começou a ser falsamente imputada a alguns indivíduos, por questões de ordem económica, ou porque eram considerados incómodos.<sup>390</sup>

Em 1842, para evitar o internamento de pessoas saudáveis nos espaços reservados a doentes psiquiátricos, legislou-se sobre o envio de doentes para o hospital de São José de Lisboa, restringindo-se a admissão a indivíduos cuja doença mental tivesse sido devidamente diagnosticada. Cabia às autoridades administrativas cuidar da identificação dos suspeitos de alienação, encaminhá-los para os facultativos da câmara a fim de ser efectuado o diagnóstico, e, se se verificasse a presença de sintomas de alienação, devia ser emitido um atestado, que, no caso de o doente ser pobre, sem familiares e bens, serviria de guia para ingressar no hospital de São José. Contudo, se a doença não fosse confirmada pelos médicos, ou se o doente dispusesse de suporte familiar e de recursos económicos para custear os seus tratamentos, não seria passada guia para entrar naquele estabelecimento, a não ser que estivessem dispostos a pagar o terapia.<sup>391</sup> Assim, apenas os doentes mais pobres, aqueles que por norma também entravam na cadeia, conseguiriam o internamento e beneficiariam de cuidados gratuitos no hospital de São José. A imposição destes requisitos estava relacionada com a sobrelotação dos espaços

---

<sup>390</sup> Em 1862, Maria das Dores, em resultado de uma agressão que cometeu sobre outra mulher, foi considerada louca pelo médico da câmara municipal de Ponte da Barca. Como não podia ingressar no hospital da Misericórdia daquela vila, foi remetida para o hospital de São Marcos. Todavia, nem aqui a aceitaram, a pretexto de que apenas em Rilhafões lhe poderiam dar cura. Remetida para Ponte de Lima e Viana do Castelo para receber tratamento, os respectivos administradores, com base em avaliações médicas, concluíram que a dita mulher não era doente mental, sofrendo “apenas uma pacífica monumalia em grau fácil de desvanecer, mas que se agrava com os tratamentos de rigor como são as prisões”, por isso, em vez de ser enviada para a cadeia, foi conduzida para uma casa particular. AHGCVC, *Alienados*, n.º 1.16.6.1-8, não paginado.

<sup>391</sup> *Collecção Official de Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva, Legislação de 1842 em diante...*, p. 402.

destinados a alienados, em grande parte devido à inexistência de estruturas suficientes para os acolher.

Quando o hospital de Rilhafoles abriu portas, um dos problemas mais prementes tinha a ver precisamente com a sobrelotação. Em 1864, acolhia 551 alienados, apesar de estar dimensionado para receber, no máximo, 350.<sup>392</sup> As entidades administrativas só podiam encaminhar para esta instituição alienados curáveis e os alienados incuráveis cujo comportamento poderia ser ofensivo e colocar em causa a ordem pública. No entanto, o que na realidade acontecia era o envio indiscriminado de alienados incuráveis e inofensivos juntamente com alienados curáveis, cujas famílias tinham condições para os acompanhar e custear os tratamentos. Este comportamento das autoridades administrativas, além de revelar uma atitude preconceituosa face aos alienados, manifestada através do accionamento de mecanismos que visavam o seu afastamento das respectivas localidades, também prejudicava o próprio ambiente hospitalar, pois a sobrelotação dificultava a manutenção e a limpeza das instalações, a higiene dos doentes, facilitando assim a propagação de epidemias.

Para evitar a persistência da actuação negligente das autoridades administrativas, foram definidas normas mais rígidas que deviam ser respeitadas na selecção dos alienados incuráveis tidos como perigosos. A definição do grau de perigosidade do alienado teria de ser fundamentada em autos de investigação, que incluíam o depoimento de testemunhas credíveis, sendo da competência do médico apreciar o tipo de alienação, se era curável ou não, e de que forma se manifestava. Determinava-se ainda que, antes do envio do doente, a direcção do hospital deveria ser contactada para averiguar a possibilidade da sua admissão.<sup>393</sup> Este procedimento passou a ser seguido pelas autoridades administrativas de Viana do Castelo, criando-se um processo para cada doente, que continha os dados médicos, um auto de investigação com os depoimentos de testemunhas, documentos a atestar a sua pobreza, passados pelo regedor e pelo pároco da freguesia onde residia, e o pedido dirigido ao director do hospital de Rilhafoles para receber o doente. Para demonstrar a sua perigosidade, aludia-se

---

<sup>392</sup> No relatório referente ao ano de 1850/1851, o director do hospital de Rilhafoles, Francisco Martins Pulido, avançava com a existência de 1708 alienados em todo o país, quando o seu hospital não tinha capacidade para receber mais de 350. Sublinhe-se que o número apontado por Martins Pulido poderia pecar por defeito. Pichot, P.; Fernandes, Barahona, *Um Século de Psiquiatria e a Psiquiatria em Portugal...*, p. 254.

<sup>393</sup> *Collecção Official de Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1864*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865, pp. 769-770.

frequentemente ao seu estado “furioso”, a tendências destruidoras, bem como aos impulsos incendiários e homicidas de que seriam portadores e a eventuais propensões suicidas.<sup>394</sup>

Ao tempo, a alienação era tida como causa de pobreza. Alguns doentes mentais eram retratados como desgovernados, gastadores e dominados por impulsos incontroláveis que os levavam a destruir os próprios bens. No caso das mulheres, a situação podia ser ainda mais grave, dado que, por vezes, eram abandonadas pelos seus maridos, sem meios para garantir o seu sustento.

**Quadro 3.** Loucos que ingressaram nas cadeias do distrito de Viana do Castelo (1836-1870)

Ano	Cadeia	Nome
1836	Viana do Castelo	José da Lomba
1836	Caminha	Joaquim António Pires
1836	Viana do Castelo	Maria Mulata
1841	Caminha	Rapariga
1843	Ponte de Lima	Rapaz de 22 anos
1843	Arcos de Valdevez	João Manuel Pereira
1843	Ponte de Lima	Manuel José Correia
1843	Melgaço	João Caetano
1844	Vila Nova de Cerveira	Domingos António Dias de Amorim
1845	Viana do Castelo	António
1849	Valença	Manuel Bento Alves
1852	Melgaço	João Canton
1853	Ponte de Lima	Maria de Jesus
1855	Ponte da Barca	Luís Fernandes
1857	Ponte de Lima	José de Moz
1859	Viana do Castelo	João Lourenço Valente
1863	Viana do Castelo	José António malheiro
1870	Ponte de Lima	Francisco, o Laranjeira
1870	Viana do Castelo	Um homem

Fonte: AHGCVC, *Alienados*, n.º 1.16.6.1-3, não paginado; 1.16.6.1-5, não paginado; 1.16.6.1-11, não paginado; n.º 1.16.6.1-5, não paginado. Administradores, n.º 1.30.1.2-4, não paginado; *Correspondência com diversas autoridades, Junho de 1854 a Junho de 1855*, n.º 1.8.3.15, não paginado; ANTT, Ministério do reino, *Registo da Correspondência expedida relativa à segurança pública das províncias do Norte*, n.º 1699, não paginado.

Como se pode verificar pelo quadro 3, a alienação conduziu mais homens que mulheres às cadeias do distrito, tendo sido a de Viana do Castelo a que recebeu maior número de

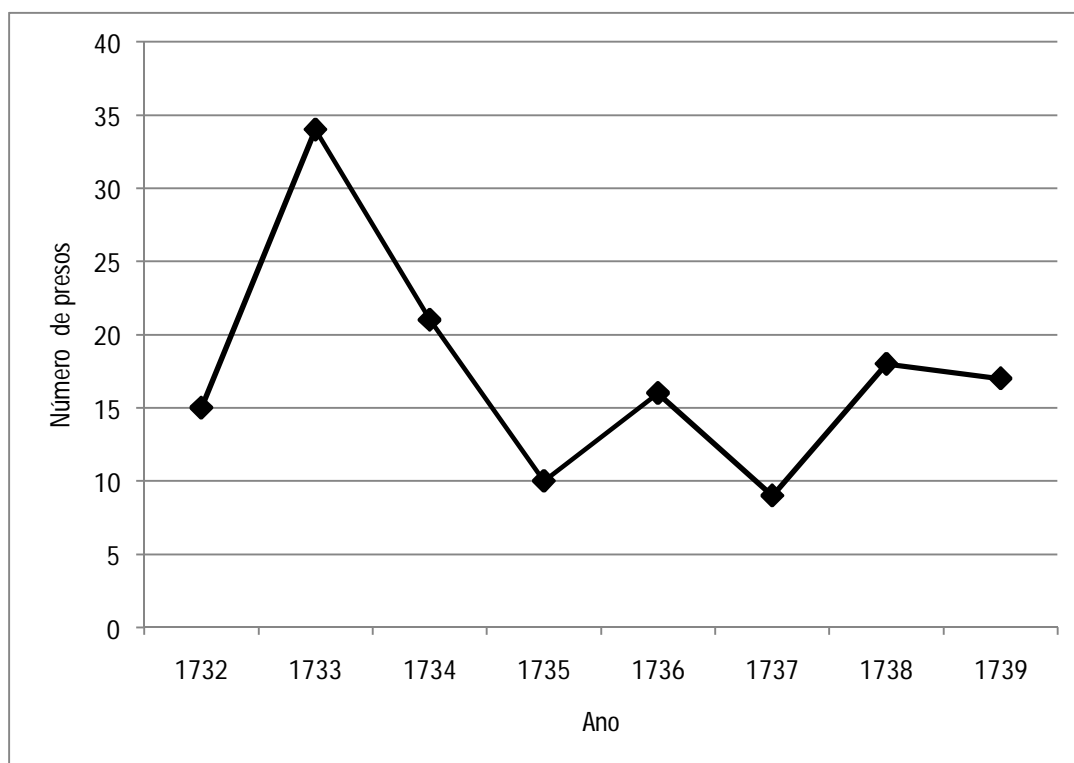
<sup>394</sup> AHGCVC, *Alienados*, n.º 1.16.6.1-12, não paginado; n.º 1.16.6.1-10, não paginado.



doentes, uma vez que estes eram enviados de outros pontos do distrito para depois serem embarcados rumo aos hospitais de Lisboa.<sup>395</sup>

O número de detidos que ingressava nos estabelecimentos prisionais era condicionado, não só pelos níveis de criminalidade, por sua vez dependente das mudanças registadas no quadro económico, política e social da região, mas também pela actuação dos poderes administrativos e judiciais e pela função que a prisão ia assumindo no quadro penal. Considerado o período compreendido entre 1732 e 1739, a cadeia de Ponte de Lima acolheu, em média, 18 indivíduos por ano. Como se pode observar no gráfico 7, o número mais elevado de entradas ocorreu no ano de 1733 e o mais baixo verificou-se em 1737, com 34 e nove entradas, respectivamente.

**Gráfico 7.** Entrada de presos na cadeia de Ponte de Lima (1732-1739)

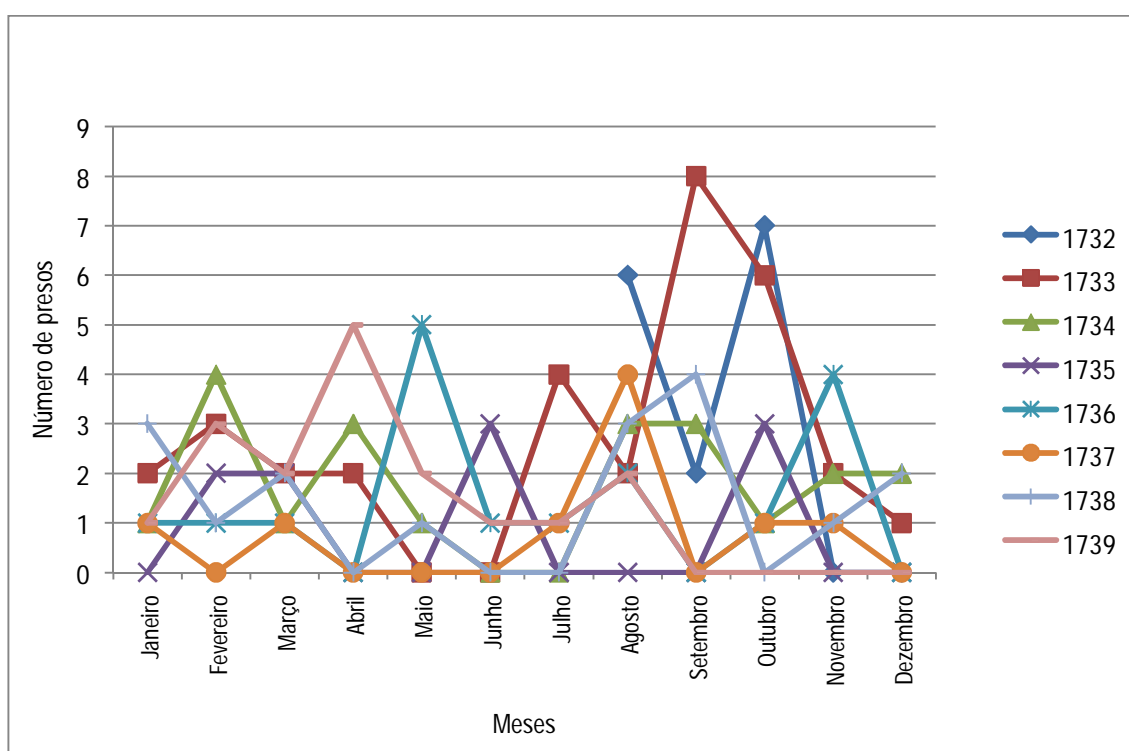


Fonte: AMPL, *Livro de entrada de presos na cadeia – 1732*, n.º 538.

<sup>395</sup> Curiosamente, não encontramos qualquer referência à transferência de alienados para o hospital de Santo António no Porto, que recebia doentes mentais da região Norte, embora fosse natural que os presos deste distrito, dada a proximidade geográfica, fossem transferidos para esta instituição. Neste hospital, a secção destinada a doentes desta natureza estava em más condições, funcionando no porão do referido hospital. Pereira, Pedro Teixeira; Gomes, Eva; Martins, Olga, "A Alienação no Porto: o Hospital de Alienados do Conde Ferreira (1883-1908" ..., p. 100.

Como mostra o gráfico 8, foi entre o final do Verão e o início do Outono, mais precisamente nos meses de Agosto, Setembro e Outubro, que, em igual período, se registou a tendência para o ingresso de um número mais elevado de presos na cadeia de Ponte de Lima.

**Gráfico 8.** Distribuição mensal dos presos na cadeia de Ponte de Lima (1732-1739)



Fonte: AMPL, *Livro de entrada de presos na cadeia – 1732*, n.º 538

Este aumento do número de entradas reflecte o contexto espacial onde este cárcere está situado. Tratando-se de um meio essencialmente rural, o quotidiano das populações era condicionado pelos trabalhos no campo e pelo calendário litúrgico que assinalava os momentos de lazer e de religiosidade. O Verão era o tempo das colheitas, das festas e romarias, que, além de propiciarem ocasiões de sociabilidade e convivência, também originavam, por vezes, comportamentos mais impetuosos e situações de maior conflituosidade, instigados pelo consumo excessivo de álcool, por uma conversa mais azeda ou uma dança mais atrevida. Em resultado, muitos terminavam o dia na cadeia.

Se nos situarmos na centúria seguinte, continuamos a constatar a existência de oscilações anuais e mensais nos ingressos na cadeia de Ponte de Lima. Todavia, essas variações diferem das ocorridas no século anterior, em resultado do novo papel que o cárcere

passou a desempenhar no quadro penal, deixando de constituir apenas um local de custódia para se tornar pena efectiva.

Observando o quadro 4, verificamos que o número máximo de detidos foi atingido nos meses de Abril e Junho e o mínimo nos meses de Junho e Julho do ano seguinte, com 41 e seis detidos, respectivamente.

**Quadro 4.** Presos da cadeia de Ponte de Lima na década de 50 do século XIX

Mês \ Ano	1850	1851	1852	1853	1854	1855	1856	1857	1858	1859	Média mensal
Janeiro		18			20	23		22			20,8
Fevereiro		20			22	18	29	23			22,4
Março	32	20	16		17	13	13	23			19,1
Abril	41	20			19	14	31	27			25,3
Maio	38	7			23	17	25	19			21,5
Junho	41	6			17	23	21	27		8	20,4
Julho	34	6			22	22	20	23		10	19,6
Agosto	28	11			17	26	20	11		11	17,8
Setembro	20	12			20	24	20	10	14	11	16,4
Outubro		13			21	27	26	9		14	18,3
Novembro		17			23	24	23	11		11	18,2
Dezembro	20	16	16	21	22	27	20	10		8	17,8
Média	31,8	13,8	16	21	20,3	21,4	22,5	17,9	14	10,4	

Fonte: AMPL, *Autos de visitas às cadeias desta comarca*, n.º 542.

Em 1851, verificou-se uma tendência para a diminuição do número de detidos. Relativamente aos anos de 1852 e 1853, dada a escassez de dados, não foi possível fazer uma avaliação devidamente sustentada. A partir de 1854, aquela tendência inverteu-se, prolongando-se pelos anos de 1855 e 1856. Para esta subida contribuiu, certamente, a crise que afectou a agricultura do concelho de Ponte de Lima, em particular os sectores vinícola e cerealífero. A partir de 1857 e até ao final da década, assistiu-se, de novo, ao decréscimo do número de detenções.

**Quadro 5.** Presos da cadeia de Ponte de Lima na década de 60 do século XIX

Ano Mês	1860	1861	1862	1863	1864	1865	1866	1867	1868	1869	Média mensal
Janeiro	10	8	10	3	10	9	2	4	11	8	7,5
Fevereiro	7	9	9	4	8	14	2	5	13	9	8,0
Março	8	11	7	5	10	13	3	6	12	9	8,4
Abril	7	21	7	8	10	12	4	7	13	11	10,0
Maiο	7	12	3	6	10	11	4	8	10	10	8,1
Junho	12	12	4	3	4	6	5	9	11	9	7,5
Julho	15	12	7	4	4	5	5	9	13	13	8,7
Agosto	14	12	3	5	3	5	7	9	8	19	8,5
Setembro	14	11	3	7	6	4	6	11	9	20	9,1
Outubro	17	12	3	6	8	8	8	11	8	8	8,9
Novembro	18	12	2	7	10	10	3	14	6	6	8,8
Dezembro	8	8	3	7	7	2	5	13	7	7	6,7
Média anual	11,4	11,7	5,08	5,42	7,5	8,25	4,5	8,83	10,1	10,8	

Fonte: AMPL, *Autos de visitas às cadeias desta comarca*, n.º 542.

Observando o quadro 5, confirma-se a tendência de diminuição do número de presos nas cadeias de Ponte de Lima, iniciada a partir de 1857, e que, exceptuando o ano de 1865, se manteve até ao fim da década de sessenta. A distribuição mensal dos presos durante esta década não nos permite o estabelecimento de um padrão ou de um quadro explicativo preciso, uma vez que todos os meses apresentam uma média de reclusos muito aproximada, com excepção do mês de Dezembro. O mês de Abril, seguido do de Setembro, torna a sobressair como aquele que, por norma, apresenta um maior número de detidos. Mais uma vez, afigura-se pertinente invocar os excessos associados às festas religiosas e à conflituosidade gerada pelo trabalho colectivo das sementeiras e das colheitas como circunstâncias explicativas do aumento das detenções naqueles períodos.

Apesar da tendência continuada para a descida da população prisional da cadeia de Ponte de Lima, esta seria, por certo, uma das mais concorridas, a par das de Viana do Castelo e Valença. No entanto, julgamos que este decréscimo, que será ainda mais notório nas décadas seguintes, estava relacionado com o mau estado das instalações e consequentemente com a sua falta de segurança, que impossibilitaria a reclusão de um elevado número de indivíduos e determinaria a transferência dos mais perigosos para outros estabelecimentos.<sup>396</sup>

<sup>396</sup> Confirme-se Esteves, Alexandra "A cadeia de Ponte de Lima: o espaço carcerário e os seus protagonistas (1840-1880)", in *Congresso Internacional de História. Territórios, Culturas e Poderes. Actas*, vol. I..., pp. 338-339.

Para além das variações quantitativas, importa também atender à situação da população carcerária. Tomando como exemplo o quadro 6, referente apenas ao ano de 1850, constatamos que, nas cadeias de Ponte de Lima, havia presos já sentenciados e outros a aguardar julgamento ou apenas com nota de culpa atribuída. Situação similar acontecia nos restantes anos, mudando apenas o número de reclusos que se encontrava em cada uma destas condições.

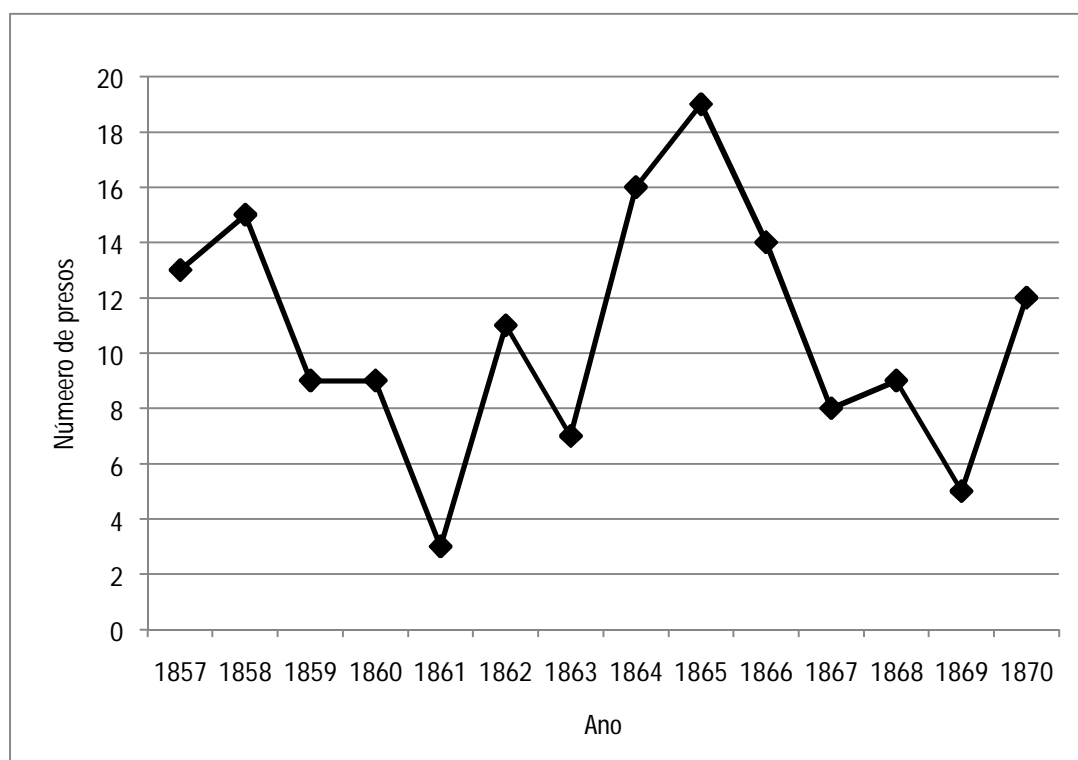
**Quadro 6.** Situação dos presos da cadeia de Ponte de Lima no ano de 1850

Mês	N.º	Situação do preso
Janeiro	18	Quatro a cumprir sentença, a “maior parte dos outros com processos pronto para entrarem em julgamento”.
Fevereiro	20	Cinco a cumprir sentença
Março	20	Cinco a cumprir sentença
Abril	20	Quadro a cumprir sentença, a “maior parte dos outros com processos pronto para entrarem em julgamento”.
Maio	7	Quatro a cumprir sentença
Junho	6	Sem informação
Julho	6	Quatro a cumprir sentença
Agosto	11	Três a cumprir sentença, cinco com “processos preparados para julgamento.”
Setembro	12	Três a cumprir sentença, sete com “processos preparados para julgamento, uma condenação correccional.”
Outubro	13	Três a cumprir sentença, sete com “processos preparados para julgamento e um com nota de culpa.”
Novembro	17	Dois a cumprir sentença, nove com “processos preparados para julgamento e seis com nota de culpa.”
Dezembro	16	Dois a cumprir sentença, treze com “processos preparados para julgamento.”

Fonte: AMPL, *Autos de visitas às cadeias desta comarca*, n.º 542.

Relativamente ao cárcere de Vila Nova de Cerveira, dispomos de dados relativos à entrada de indivíduos durante o período compreendido entre 1857 e 1870. O ano em que houve um maior número de ingressos foi o de 1865, com 19 presos, ao passo que em 1861 entraram somente três, estando apenas um a cumprir sentença.

**Gráfico 9.** Entrada de presos na cadeia de Vila Nova de Cerveira (1857-1870)



Fonte: AMVNC, Administração do Concelho, *Assentos de Prisão e Soltura de Presos*, Documento avulso, não paginado.

Também as profissões daqueles que ingressavam no cárcere, quer no de Ponte de Lima no século XVIII, quer no de Vila Nova de Cerveira no século XIX, corroboram a perspectiva de que a população prisional tendia a reflectir o contexto económico da região e que pelo menos alguns cárceres do Alto Minho eram ocupados sobretudo por gente de poucos recursos.

Na altura da reclusão, nem todos se atreviam a indicar o seu ofício ou ocupação. Alguns não exerciam de facto qualquer profissão, sendo classificados pelas autoridades como vagabundos ou mendigos, outros, como era o caso das meretrizes, preferiam omiti-la, para evitarem embaraços ou vexames.<sup>397</sup> No caso da cadeia de Ponte de Lima, é interessante assinalar que, entre 1732 e 1739, apenas 18,6% dos detidos mencionou a sua ocupação. Em relação às mulheres, não será de estranhar que muitas delas não indicassem qualquer

---

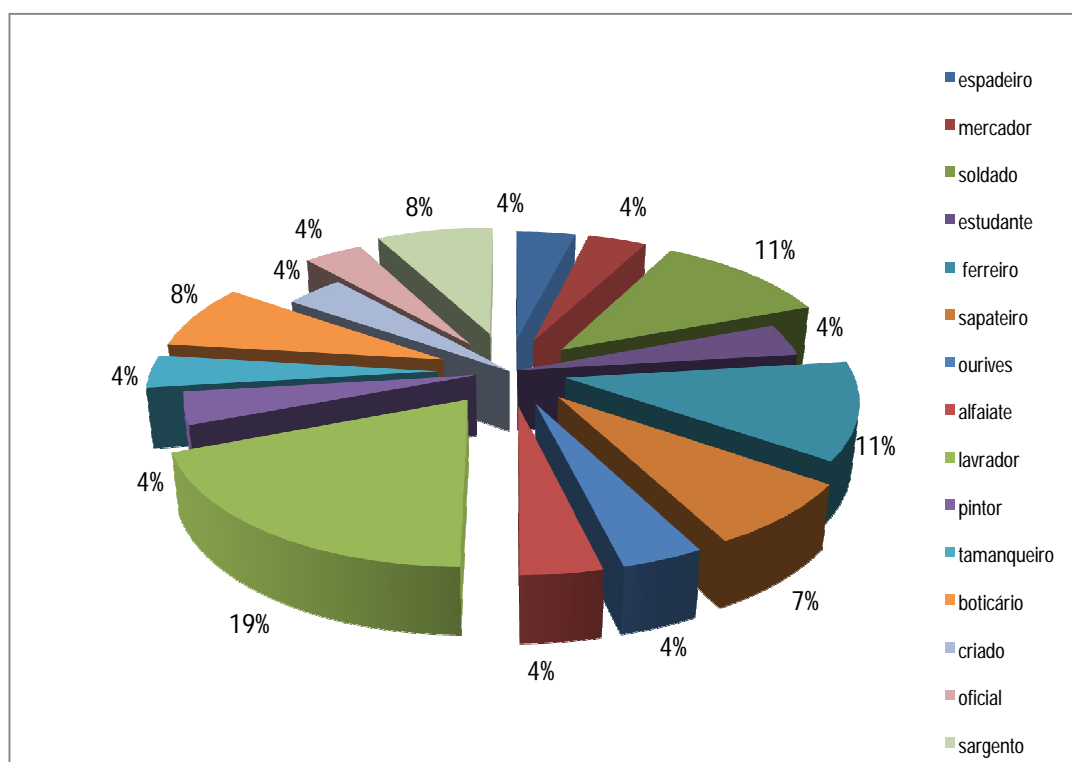
<sup>397</sup> Em 1733, Valéria Teixeira, rapariga órfã, de 29 anos de idade, que vivia na rua de S. João de Fora, ingressou voluntariamente na cadeia de Ponte de Lima, tendo chamado a atenção a forma como se apresentou, pois, para uma rapariga pobre, vinha bem vestida e muito ornamentada, o que tornava duvidosa a sua situação. AMPL, *Livro de entrada de presos na cadeia – 1732*, n.º 538, fl. 36.

actividade, porque simplesmente não a tinham ou eram domésticas e esta situação podia não ser considerada uma profissão.

Se nesta altura muitos habitantes de Ponte de Lima abandonavam as suas terras e demandavam outras paragens em busca de melhor sorte, também havia quem se instalasse neste concelho em busca de trabalho na lavoura. Alguns arranjavam trabalho como assistentes e jornaleiros, mas outros acabavam por enveredar pela delinquência, que, muitas vezes, lhes garantia o passaporte para a cadeia.

Como se pode ver no gráfico 10, era no amanho da terra que se empregava a maioria dos detidos na cadeia limiana.

**Gráfico 10.** Ocupação dos presos da cadeia de Ponte de Lima (1732-1739)



Fonte: AMPL, *Livro de entrada de presos na cadeia – 1732*, n.º 538.

Ao tempo, Ponte de Lima era um pequeno centro urbano, com uma economia dinamizada por mercadores e mesteiros, pelo que não é de surpreender a sua presença, em números significativos, entre os detidos. Nos homens dos ofícios destacavam-se os sapateiros,

os tamanqueiros, os ourives, os alfaiates e os ferreiros. De vez em quando, surgiam quezílias entre indivíduos que exerciam o mesmo ofício.<sup>398</sup>

Também não espanta o facto de haver homens do exército entre os detidos nas cadeias da vila, dada a propensão de alguns para se envolverem em zaragatas com a população civil ou para terem comportamentos impróprios com os moradores das casas onde estavam alojados, agredindo os donos e violando as mulheres.<sup>399</sup> Muitos eram enviados para as cadeias por crimes de indisciplina, espionagem e deserção, o que também indicia a crise que atingiu o exército português ao longo do século XVIII.<sup>400</sup> Após o término dos conflitos militares, os soldados desmobilizados, esfarrapados, famintos e doentes, podiam constituir um perigo para a segurança das gentes e das propriedades.

Entre os indivíduos que deram entrada nesta cadeia, destacam-se ainda dois boticários. Tal como sucedia com um número considerável de presos, que declarava desconhecer os motivos da sua detenção, também neste caso não foi possível apurar as razões que ditaram o seu encarceramento.<sup>401</sup>

Considerando a ocupação dos detidos no cárcere de Vila Nova de Cerveira na centúria seguinte, patente no gráfico 11, continuamos a encontrar sobretudo indivíduos ligados ao trabalho da terra, ou seja, lavradores, criados de servir e jornaleiros. No que respeita às

---

<sup>398</sup> Em Outubro de 1736, Alexandre Alvares, sapateiro, deu entrada nas cadeias de Ponte de Lima em resultado de uma querela de ferimento que contra ele apresentou Domingos da Costa Barros, que, além de se dedicar a idêntico mester, também partilhava a rua onde Alexandre tinha a sua oficina. AMPL, *Livro de entrada de presos na cadeia – 1732*, n.º 538, fl. 97.

<sup>399</sup> Alguns destes soldados eram reincidentes. Era o caso de Pedro Dantas, natural da freguesia de Refóios, que, entre 1732 e 1739, ingressou por três vezes na cadeia de Ponte de Lima, a última das quais em 1737, por crime de furto na freguesia de Santa Marinha de Arcozelo, permanecendo preso, de acordo com o seu termo de soltura, até Janeiro de 1739. AMPL, *Livro de entrada de presos na cadeia – 1732*, n.º 538, fl. 128.

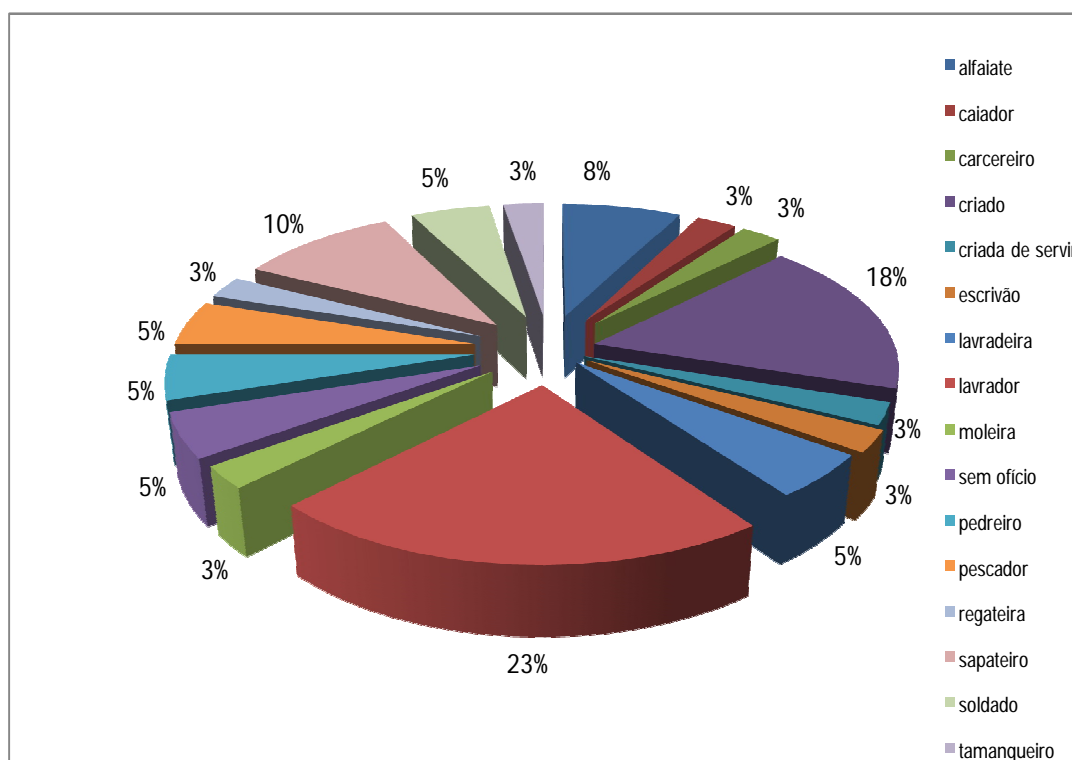
<sup>400</sup> A propósito destas realidades leia-se Bebian, Rui, *A Pena de Marte. Escrita da guerra em Portugal e na Europa (sécs. XVI-XVII)*, Lisboa, Minerva História, 2000, pp. 447-450. Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Misericórdia de Vila Viçosa e a assistência aos soldados em finais do século XVIII*, separata do livro de “Actas do Congresso do V Centenário da Fundação do Hospital do Espírito Santo de Évora”, Évora, 1996, p. 161. Costa, Fernando Soares, “Milícia e Sociedade”, in Barata, Manuel Themudo; Teixeira, Nuno Severiano, *Nova História Militar*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, p. 96.

<sup>401</sup> Um deles, Luís Botelho de Magalhães, preso em 1739, juntamente com sua sobrinha, foi detido em resultado de uma queixa apresentada pelo médico Gregório de Magalhães, que pode ter sido resultante do exercício da sua profissão. AMPL, *Livro de entrada de presos na cadeia – 1732*, n.º 538, fls. 136-136v.º.



mulheres, encontramos agora ocupações mais diversificadas, pois, além das que se dedicavam às lidas do campo e aos afazeres domésticos na casa de terceiros, descobrimos ainda uma regateira e uma moleira. Tratava-se, portanto, de mulheres do povo, obrigadas a ganhar a vida e cujo trabalho as impelia à exposição pública, susceptível de as levar ao envolvimento em episódios menos recomendáveis.

**Gráfico 11.** Ocupação dos presos da cadeia de Vila Nova de Cerveira (1857- 1870)



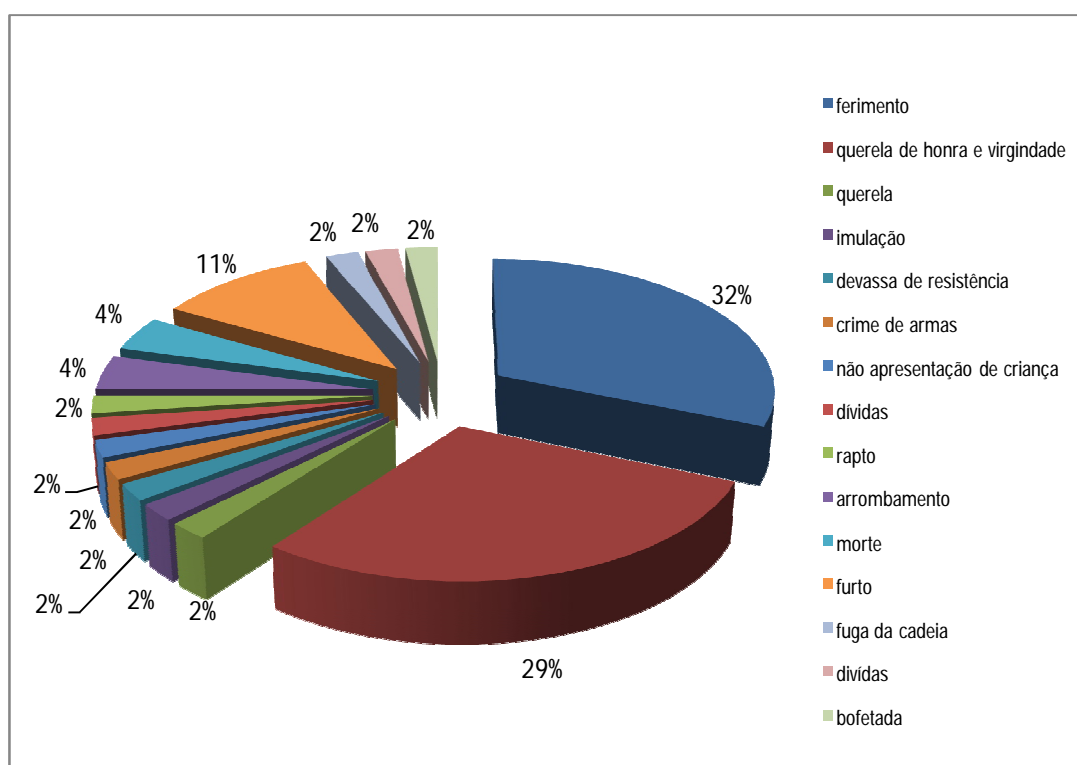
Fonte: AMVNC, Administração do Concelho, *Assentos de Prisão e Soltura de Presos*, Documentos avulso, não paginado.

Entre 1857 e 1870, para além dos trabalhadores rurais, também gente dos ofícios, nomeadamente sapateiros, alfaiates, pedreiros e caiadores, entrou no estabelecimento prisional desta vila.

A presença de um carcereiro no *Livro de Entrada* de presos da cadeia de Vila Nova de Cerveira está relacionada com a evasão de um recluso, pela qual foi considerado culpado. Por isso, em Dezembro de 1870, Manuel António de Castro deu entrada na prisão, sendo transportado para Valença no ano seguinte, onde foi ouvido pelo crime que lhe foi imputado.

Resta-nos conhecer os crimes, mencionados nos gráficos 12 e 13, que estiveram na origem das detenções, quer na cadeia de Ponte de Lima, no contexto setecentista, quer na cadeia de Vila Nova de Cerveira no século XIX.

**Gráfico 12.** Crimes cometidos pelos presos da cadeia de Ponte de Lima (1732-1739)



Fonte: AMPL, *Livro de entrada de presos na cadeia – 1732*, n.º 538.

Na cadeia de Ponte de Lima, eram muitos os que se encontravam presos devido ao envolvimento em rixas e duelos sangrentos, por questões de honra, ajustes de contas, motivos profissionais ou disputas de bens e propriedades. Os intervenientes procuravam, em regra, fazer justiça com as próprias mãos, sem esperar pela intervenção dos tribunais. Estes crimes, tipicamente masculinos, ocorriam sobretudo a coberto da noite. Por vezes, as vítimas destas acções violentas eram mulheres.<sup>402</sup>

Além das agressões físicas, o furto, cometido sobretudo por homens de fora do concelho, era outro importante motivo de encarceramento. No entanto, é de salientar o registo

<sup>402</sup> Foi o que sucedeu a Maria, uma mulher solteira e órfã, da freguesia do Bárrio, do concelho de Ponte de Lima, que foi agredida Manuel Gonçalves Lima, residente na mesma localidade. AMPL, *Livro de entrada de presos na cadeia – 1732*, n.º 538, fl. 22.

de apenas dois casos de homicídio durante o período em estudo. Um foi cometido por Gaspar Barbosa, natural do concelho de Paredes de Coura, detido no dia de feira em Ponte de Lima, por ter assassinado Plácido da Cunha; o outro foi praticado por Domingos da Costa, natural da freguesia do Baldreu, concelho de Vila Verde, acusado da morte de Luís Martins.<sup>403</sup> Encontrámos ainda indivíduos do sexo masculino acusados dos crimes de posse de armas, de dívidas, de atentarem contra a propriedade e de tentativa de fuga da prisão.

A sociedade impunha à mulher normas rígidas de conduta, que delimitavam o caminho que deviam seguir e, caso essas regras fossem infringidas, sujeitavam-se a ser punidas. Da sua própria natureza e da condição de mulher emergem as razões da sua delinquência.<sup>404</sup>

De entre a variedade de crimes cometidos pelas mulheres, o abandono de crianças era específico da condição feminina. Foi por este motivo que Mariana, mulher solteira, de 30 anos de idade, natural da freguesia de Ferreiros, Amares, foi enviada pela justiça deste concelho para a cadeia de Ponte de Lima.<sup>405</sup>

As ofensas corporais, associadas às injúrias, constituíam a principal causa de prisão das mulheres. No entanto, a violência feminina era essencialmente verbal e manifestava-se, sobretudo, através de gritaria e da troca de insultos, embora algumas fossem detidas por agressão física.<sup>406</sup>

No que diz respeito ao envolvimento de mulheres em atentados contra a propriedade, apenas dispomos de um caso de furto, praticado por Francisca Fernandes, solteira, de Ponte de Lima acusada da prática dessa transgressão “por Manuel de Azevedo do Arrabalde de São João de Fora desta villa”.<sup>407</sup>

No século XVIII, enquanto na cadeia de Ponte de Lima sobressaem os indivíduos implicados em crimes contra pessoas, materializados nos delitos de ferimento, imolação, rapto,

---

<sup>403</sup> AMPL, *Livro de entrada de presos na cadeia – 1732*, n.º 538, fl. 60v.º.

<sup>404</sup> Veja-se Castan, Nicole, “Criminosa”, in Farge, Arlette; Zemon, Natalie (dir.), *História das Mulheres. Do Renascimento à Idade Moderna*, vol. 3, Porto, Edições Afrontamento, 1994, pp. 534-551.

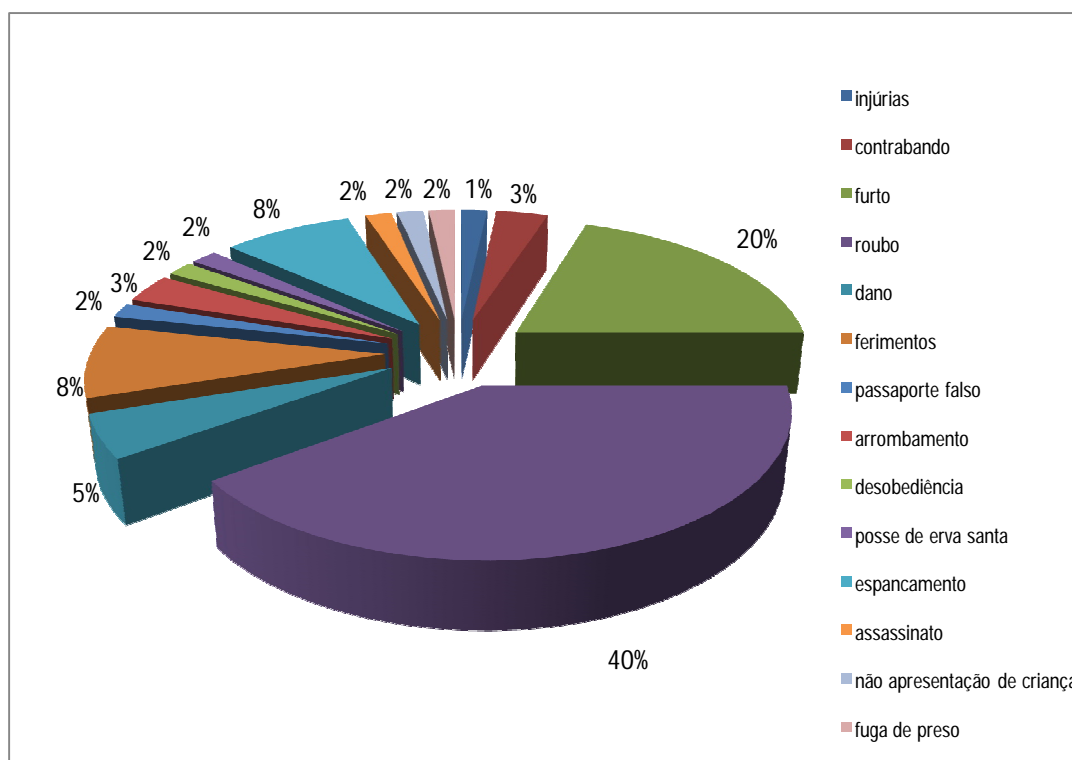
<sup>405</sup> AMPL, *Livro de entrada de presos na cadeia – 1732*, n.º 538, fl. 61v.º.

<sup>406</sup> Por exemplo, em 1732, Anastácia e Mariana, duas irmãs dos Arcos de Valdevez, órfãs, foram presas na cadeia de Ponte de Lima, na sequência da queixa apresentada por Domingos Fernandes e pela sua mulher, Cristina Soares, residentes em Ponte de Lima, acusando-as de lhes terem provocado um ferimento de noite. AMPL, *Livro de entrada de presos na cadeia – 1732*, n.º 538, fl. 61v.º.

<sup>407</sup> AMPL, *Livro de entrada de presos na cadeia – 1732*, n.º 538, fl. 139v.º.

morte e de natureza sexual, na de Vila Nova de Cerveira predominam os acusados de atentados contra a propriedade.

**Gráfico 13.** Crimes cometidos pelos presos da cadeia de Vila Nova de Cerveira (1857-1870)



Fonte: AMVNC, Administração do Concelho, *Assentos de Prisão e Soltura de Presos*, Documentos avulso, não paginado.

Os crimes contra a propriedade representavam 68% das transgressões cometidas pelos indivíduos que deram entrada naquela prisão, ao passo que os atentados contra pessoas, a ordem e a segurança pública correspondiam a 20% e a 12%, respectivamente. O crescimento dos delitos contra a propriedade está relacionado com as alterações do padrão criminal que ocorreu em Portugal no século XIX, sinal de que os crimes não resultavam unicamente da rudeza ou do impulso dos transgressores, mas também de circunstâncias económicas, designadamente a valorização da propriedade, consequência da imposição dos valores burgueses e a consequente criminalização de actos cometidos contra a mesma. Ao mesmo tempo que a propriedade se valorizava, o indivíduo civilizava-se, não partindo de forma tão arrebatada para a violência e para a agressão física.

A população do Portugal moderno nem sempre estava disposta e preparada para recorrer à justiça, cujos representantes eram, por vezes, encarados como intrusos, nem para

suportar os custos da resolução de um conflito, quando o podia fazer, pela via extra-judiciária, pelas suas próprias mãos. A justiça era morosa, dispendiosa e pouco eficaz, daí o recurso a meios e instrumentos tidos como mais expeditos.

Se a violência era condenável aos olhos da sociedade oitocentista, não o era para as comunidades rurais setecentistas, que a encaravam como um meio natural de resolução de contendas, como elemento regulador das relações sociais, o que explica o elevado número de atentados contra pessoas.<sup>408</sup> Por outro lado, comportamentos antes tacitamente aceites pelas populações, começaram a ser criminalizados, e novos delitos, como a desobediência à autoridade, emergiram a partir da recusa das populações em aceitar os novos organismos e poderes instituídos com o liberalismo. Assim, se as transformações económicas, sociais e culturais explicam as mutações no campo da criminalidade, estas, por sua vez, terão, reflexos na prisão, não só na determinação do número dos que nela ingressavam, mas também na razão da sua entrada.

Durante o período analisado, entraram nas cadeias de Ponte de Lima 12 indivíduos acusados da prática de crimes contra a honra e a virgindade. Todas as queixas foram apresentadas pelas mulheres, em dois casos com apoio dos pais. Estas acusações não significam necessariamente a existência de violação, podendo tratar-se da desfloração consentida a troco da promessa de casamento.

Com base no cruzamento da informação disponível no *Livro de Entrada e Saída* dos presos da cadeia de Ponte de Lima, respeitante ao período compreendido entre 1732 e 1739, é possível conhecer, em alguns casos, o tempo de detenção no referido cárcere. (Cf. Apêndice)

A análise do tempo de permanência na cadeia de Ponte de Lima permite afirmar que a larga maioria dos presos não ficava detida mais de um mês, embora a estadia de alguns se prolongasse por vários anos. Um crime de ferimento, por exemplo, tanto podia implicar alguns dias no cárcere, como levar à reclusão do autor durante mais de um ano.<sup>409</sup> Detectámos vários indivíduos que, entre 1732 e 1739, reincidiram no seu ingresso naquele estabelecimento

---

<sup>408</sup> Sobre este assunto, leia-se Alves, Dina Catarina Duarte, *Violência e Perdão em Óbidos (1595-1680)*, Coimbra, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 2003, pp. 88-93. Tese de mestrado policopiada.

<sup>409</sup> Manuel, um escravo de Ângela Fernandes, morador em Lanheses, concelho de Viana do Castelo, que entrou na cadeia de Ponte de Lima em Março de 1737 e dela saiu apenas em Fevereiro de 1739. A sua detenção resultou do envolvimento numa devassa de ferimento feito a Gonçalo Barbosa, de São Pedro de Arcos, Ponte de Lima. AMPL, *Livro de entrada de presos na cadeia – 1732*, n.º 538, fl. 110v.º.

prisional.<sup>410</sup> Os casos de detenção mais prolongada aconteciam com os implicados em furtos, roubos, homicídios, ferimentos, raptos ou uso de armas.

A liberdade era o destino da maioria destes homens e mulheres. No entanto, após a passagem pela prisão, outros tinham destinos bem diferentes, como aconteceu, em 1734, a José de Magalhães, Mulato, Domingos de Barros, Lucas Peixoto Ferreira, Domingos Fragoso, Manuel Velho, e António de Abreu Lima e Ana Maria, condenados ao desterro na Índia.<sup>411</sup> A este propósito, convirá recordar que após a permanência no cárcere, outras penas podiam ser aplicadas, designadamente o degredo, os açoites, a condenação às galés ou a trabalhos forçados, ou até mesmo a morte.

A concepção da cadeia enquanto espaço ocupado predominantemente por indivíduos de poucos recursos, para além de ser construída a partir do cruzamento de dados obtidos, respeitantes ao sexo, idade e profissão, é-nos transmitida directamente pelos escrivães, aquando do ingresso nos presos no estabelecimento prisional de Ponte de Lima. Dada a inexistência da fotografia e a necessidade de registar as principais características dos presos, para que, em caso de fuga, mais facilmente pudessem ser identificados e capturados, qualquer particularidade era anotada: o vestuário, a altura, a cor do cabelo, das sobrancelhas e dos olhos, a forma do rosto e do corpo, a presença de cabelos brancos, rugas ou barba, bem como a falta de dentes, a presença de cicatrizes ou deficiências físicas. Com as observações que registavam, os escrivães construíam autênticos retratos dos presos, que nos permitem concluir que a maioria deles vinha miseravelmente vestido, sinal inequívoco da sua pobreza.

### **3.3. Quotidianos encerrados**

#### **3.3.1. O alimento diário**

Até à implantação da ordem liberal, o Estado estava arredado da obrigação de cuidar da alimentação da população prisional. À cadeia deslocavam-se familiares, amigos e até vendedores com o propósito de abastecer os encarcerados. Temos conhecimento de que, por exemplo, às

---

<sup>410</sup> Foram eles Pedro Dantas, que foi detido três vezes; um soldado, natural de Refóios, Ponte de Lima, que entrou na cadeia em 1734, 1735 e 1737; Manuel Barbosa, que deu entrada duas vezes, em 1732 e 1738; e Domingos de Barros, que nela entrou em Agosto e Setembro de 1733 AMPL, *Livro de entrada de presos na cadeia – 1732*, n.º 538, fls. 5, 26, 31, 61, 109, 120.

<sup>411</sup> AMPL, *Livro de entrada de presos na cadeia – 1732*, n.º 538, fl. 40.

portas da prisão de Monção se reuniam frequentemente comerciantes, tendo em vista a inclusão dos presos daquele estabelecimento entre a sua clientela.<sup>412</sup> Aos mais necessitados, desprovidos de pecúlio suficiente para satisfazer as suas necessidades alimentares, restava-lhes o apoio assistencial prestado, sobretudo, pelas Misericórdias e outras instituições, como hospitais, conventos e confrarias, ou estender a mão por entre as grades à caridade dos passantes.<sup>413</sup>

Com o liberalismo, o Estado assumiu novas responsabilidades perante a população prisional e uma delas foi precisamente a alimentação.<sup>414</sup> A circular de 27 de Setembro de 1836, determinava que, dada a circunstância de em alguns concelhos do reino não haver Misericórdias ou confrarias que se encarregassem da sustentação dos presos pobres, se procedesse à criação de comissões, compostas por homens de reconhecida idoneidade, que tinham como missão prover a subsistência dos reclusos, por meio de subscrições e outras iniciativas.<sup>415</sup> A portaria de 30 de Junho de 1838 veio reforçar a tendência para a intervenção estatal na sustentação dos detidos mais carenciados, embora a restringisse às circunscrições administrativas onde não havia Misericórdias.

“[...] e sendo outro sim manifesto que o Governo não pode tomar a seu cargo a sustentação dos presos pobres em todas as Cadêas do Reino, o que aliás é um dever das respectivas Misericórdias, como se deduz da Ordenação Livro 5.º, Tit. 132 §. 3.º e Tit. 140 §. 6.º, e do Alvará de 18 de Outubro de 1806 §. 11.º. [...] e que não havendo ali Misericórdia, e em todas as partes onde a não houver, deverá o mesmo Administrador Geral, usando da faculdade outorgada pelo Artigo 108 §. 5.º do Código Administrativo, fazer aplicar, para satisfação desta obra de caridade, as sobras dos rendimentos das Irmandades e Confrarias do Districto.”<sup>416</sup>

---

<sup>412</sup> AMM, *Livro dos Acórdãos da Câmara*, 1.20.2.16, fl. 5.

<sup>413</sup> Segundo Marta Lobo, os conventos e as ordens regiliosas de Vila Viçosa contribuíam, na época moderna, para a alimentação dos presos nos dias da Semana Santa. Araujo, Maria Marta Lobo de, “A aguardar justiça: os presos pobres em Portugal durante a Época Moderna”, in Ribeiro, Gladys Sabina; Neves, Edson Alvisi; Ferreira, Maria de Fátima Cunha Moura (org.), *Diálogos entre Direito e História: cidadania e justiça*, Rio de Janeiro, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2009, p. 116.

<sup>414</sup> É necessário destacar o estabelecimento, em 1795, de uma esmola no valor de 120 000 réis, atribuída aos presos pobres das cadeias de Lisboa, para a compra de pão. Consulte-se Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, Assistência e Controle Social em Coimbra (1750-1850)*..., p. 510.

<sup>415</sup> *Collecção de leis e outros documentos oficiais publicados desde 10 de Setembro até 31 de Dezembro de 1836*..., 1837, p. 29.

<sup>416</sup> *Collecção de Leis e outros documentos oficiais publicados no ano de 1838*..., p. 303.

Importa salientar a interferência do Estado liberal no controlo da actividade assistencial, através da canalização dos recursos sobranes das confrarias para o financiamento da ajuda aos presos pobres. Um episódio bem ilustrativo da ingerência estatal nesse domínio, bem como da intromissão das autoridades administrativas nas instituições confraternais, ocorreu em 1856, quando o administrador do concelho de Ponte de Lima requisitou uma esmola no valor de 200 réis à confraria de Nossa Senhora da Penha de França, destinada à iluminação da cadeia.<sup>417</sup>

Em 1839, o Ministério do Reino colocou sob a sua tutela o sustento dos necessitados e os melhoramentos das cadeias, competindo aos administradores dos concelhos assegurar, a nível local, a assistência aos detidos ingentes e, em resultado da circular de 29 de Maio de 1837, às Juntas Gerais propor o modo como esse auxílio devia ser concretizado, bem como os locais para a edificação de novos estabelecimentos prisionais.<sup>418</sup>

O orçamento do reino desse mesmo ano destinava a quantia de 11.040 réis ao financiamento das obras de beneficiação das cadeias comarcãs, tirando as de Lisboa e Porto, excluindo o sustento dos presos pobres. No entanto, foi atribuída uma verba ao Ministério da Justiça para suportar as despesas com as prisões daquelas duas cidades, contemplando, nestes casos, o alimento dos presos necessitados e os gastos com a enfermaria.<sup>419</sup>

De acordo com o disposto no n.º 5, do artigo 227.º, do Código Administrativo de 1842, foi outorgada ao governador civil a assistência aos reclusos e a realização das obras de beneficiação das cadeias e, conforme o previsto no n.º 2 do artigo 249.º, foi atribuída ao administrador do concelho igual responsabilidade no sustento dos detidos e da polícia das prisões.<sup>420</sup> A função inspectiva, que tinha sido conferida, prioritariamente, às autoridades judiciais, também podia ser exercida pelas autoridades administrativas em determinadas circunstâncias, nomeadamente nos casos de detenção em flagrante delito e quando não era exigida a prévia formação de culpa. Ficou determinado pelo *Regulamento das Cadeias de 1843*, no capítulo IX, artigo 25.º, que deviam ser fornecidas refeições diárias aos presos, “não só boas, mas de variados alimentos”, ficando excluída a possibilidade de serem substituídas pelo valor equivalente em dinheiro. O fornecimento de géneros devia ser realizado através de arrematação

---

<sup>417</sup> Confirme-se Esteves, Alexandra, “A Confraria da Nossa Senhora da Penha: formas de sociabilidade e assistência, em Ponte de Lima, do século XIX”, in Martins, Cândido, *Ponte de Lima. Estudos de História Local*, Ponte de Lima, Município de Ponte de Lima, 2009, pp. 95-96.

<sup>418</sup> ANTT, *Ministério do reino, Cadeias 1839-1843*, maço 1992, não paginado.

<sup>419</sup> ANTT, *Ministério do reino, Cadeias 1839-1843*, maço 1992, não paginado.

<sup>420</sup> *Código Administrativo...*, p. 104.



pública, previamente publicitada nos Diários do Governo. Apenas os reclusos cuja pobreza tinha sido reconhecida pelo administrador do concelho usufruíam do direito à sopa da caridade.<sup>421</sup>

A partir de 28 de Agosto 1845, o encargo com o sustento dos presos pobres e com a administração das cadeias passou para a alçada das Procuradorias Régias da Relação.<sup>422</sup> Mais tarde, a portaria de 22 de Julho de 1850 determinou que o Estado só tinha de socorrer os presos carenciados depois da intervenção das câmaras municipais, misericórdias, hospitais, juntas de paróquia, confrarias, irmandades e comissões formadas na sequência da circular de 27 de Setembro de 1836. Aos delegados do procurador régio, juntamente com os administradores dos concelhos, competia averiguar os detidos que precisavam de ser ajudados. Determinava-se igualmente “que só na falta ou insuficiência dos socorros locais devem os Delegados promover ou requisitar dos Governos Civis pelos Administradores de Concelho as quantias necessárias para suprir essa falta ou insuficiência, a fim de que não deixe de nenhum modo de se prover ao seu sustento, feto, curativo dos presos necessitados.”<sup>423</sup>

As comissões mandadas criar no distrito de Viana do Castelo, em 1839, por portaria do Ministério do Reino, tinham, entre outras incumbências relacionadas com o sustento dos presos pobres, o dever de cuidar da sua alimentação. Estes organismos concelhios deviam diligenciar para que recebessem um arrátel de pão por dia, uma tigela de caldo, composto por feijões e hortaliça, com um pouco de unto e azeite, e que o almoço devia ser servido, invariavelmente, às 11 horas da manhã. Quando fosse economicamente possível, seria ainda fornecido, ao pôr-do-sol, peixe, bacalhau, ou outro peixe barato numa tigela, ou algumas colheres de farinha de pau.<sup>424</sup>

Deste modo, repartia-se entre instituições de beneficência, autoridades locais, judiciais e administrativas o auxílio aos presos necessitados, bem como a responsabilidade pela execução dos melhoramentos nos espaços prisionais. No caso particular do distrito em análise, também devem ser assinaladas algumas acções filantrópicas desenvolvidas a título individual, em voga

---

<sup>421</sup> *Collecção Official de Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva, Legislação de 1842 em diante...*, p. 12.

<sup>422</sup> *Collecção Official de Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva, Anno de 1844-1845...*, p. 728.

<sup>423</sup> *Collecção Official de Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa...*, 1851, p. 434.

<sup>424</sup> AMVNC, *Escrituração pertencente à comissão das cadeias do concelho, suas sessões e deliberações, 1840-1857*, documento avulso, não paginado.

sobretudo na segunda metade do século XIX. Em Viana do Castelo, distintos membros da sociedade local contribuíam para esta causa, através de dádivas e da promoção de jantares destinados aos presos indigentes. Ainda em 1861, os marqueses de Saldanha e Jacomé Borges Pacheco Pereira, ofereceram 180.000 réis e 4.500 réis, respectivamente, para os presos pobres da cadeia desta cidade. Há ainda que destacar o papel da Igreja, através dos padres, que, apelando à caridade cristã dos seus paroquianos, promoviam a angariação de donativos.<sup>425</sup>

No caso concreto de Ponte de Lima, além da ajuda prestada pelo Estado e pela Misericórdia, temos notícia de doações efectuadas por particulares.<sup>426</sup> Ainda neste concelho, por altura do S. Miguel, em 29 de Setembro, época das colheitas, era usual fazer-se o peditório de um donativo de milho, que depois era vendido e gerava uma receita em dinheiro que oscilava entre 8.000 e 10.000 réis.<sup>427</sup>

Em alguns municípios, procedia-se igualmente à arrematação de bens apreendidos, sendo o montante arrecadado destinado ao sustento dos mais necessitados, incluindo os presos. Esta prática era habitual em Monção. Nesta localidade, os bens confiscados pela alfândega eram leiloados e o dinheiro obtido era distribuído pela população carenciada da vila.<sup>428</sup>

---

<sup>425</sup> Em 1861, os párocos conseguiram reunir a importância de 26.175 réis destinada aos encarcerados pobres. *O Vianense*, 5 de Março de 1861, n.º 445, não paginado. O papel da Igreja no apoio ao sustento dos presos pobres não foi ainda objecto de um estudo aprofundado em Portugal, pelo que a informação sobre esta matéria é escassa. Por exemplo, na cidade de Braga, vários arcebispos visitaram os presos e concederam-lhes esmolas. Sobre este assunto veja-se Araújo, Maria Marta Lobo de, “A aguardar justiça: os presos pobres em Portugal durante a Época Moderna”..., pp. 116-117. Sabemos que em algumas regiões de Espanha os presos carenciados não foram esquecidos, sendo atribuídas esmolas por dignitários eclesiásticos, como aconteceu, por exemplo, em Valencia. Confirme-se Llorca Ortega, José, *Cárceles, Presidios y casas de corrección en la Valencia del XIX. (Apuntes históricos sobre la vida penitenciaria valenciana)*..., pp. 228-229.

<sup>426</sup> Esteves, Alexandra, “Da caridade à filantropia: o auxílio aos presos pobres da cadeia de Ponte de Lima”..., pp. 221-236.

<sup>427</sup> AMPL, *Administração do concelho de Ponte de Lima – Copiador dos officios dirigidos por esta administração a diversas autoridades*, n.º 2.2.2.31, não paginado.

<sup>428</sup> Em 1822, no mês de Abril, foram entregues a quatro presos 500 réis e a duas presas 240 réis, em resultado do leilão de três presuntos confiscados. Ainda no mesmo mês, foi atribuído aos pobres, incluindo três detidos, o montante de 300 réis, em consequência da arrematação de três porcos. No mês de Julho do mesmo ano, novamente três encarcerados foram beneficiados com 300 réis em resultado de nova apreensão, bem como no ano seguinte, no mês de Janeiro, quando foi dada a esmola a vários reclusos no valor de 260 réis. AMM, *Livro dos Acórdãos da Câmara*, n.º 1.A.20.2.20, fls. 21-21 v.º.

A assunção pelo Estado do encargo de prover a alimentação dos encarcerados não se traduziu numa melhoria das refeições, que continuavam a ser escassas e pouco variadas. As verbas disponibilizadas eram insuficientes e a fome continuava a ser uma ameaça permanente nas cadeias oitocentistas, sobretudo em anos de crise agrícola. A subida dos preços dos cereais tornava ainda mais custoso o mantimento dos detidos e agravava as condições de vida das populações, que, apesar dos sentimentos caritativos, viam reduzida a sua capacidade para colaborar nas subscrições realizadas para auxiliar os presos mais necessitados. Assim, relativamente ao Antigo Regime, o cenário pouco se alterou e o Estado continuou a ter que recorrer à ajuda prestada pelas instituições de assistência.<sup>429</sup>

A fome era uma ameaça que atormentava a população encarcerada, em consequência da miséria que afectava a sua larga maioria, dos custos que a reclusão implicava, bem como da inexistência de um sistema eficaz de assistência. Além das acções filantrópicas, realizadas a título individual, foram as instituições de caridade, como as Misericórdias e outras confrarias, que, no século XIX, após a implantação do regime liberal, continuaram a contribuir para minorar a penúria dos reclusos.<sup>430</sup>

Os carcereiros estavam proibidos de vender víveres e bebidas aos detidos. Esta interdição implicava, no entanto, a entrada de pessoas estranhas nas instalações prisionais, tornava ainda mais permeável a sua segurança e propiciava a ocorrência de práticas de corrupção e de comportamentos abusivos, que envolviam o carcereiro e os reclusos.<sup>431</sup> Em algumas cadeias europeias existiam espaços onde os presos podiam adquirir alimentos, produtos de higiene e limpeza e até material para escrever.<sup>432</sup> Esses locais de venda eram

---

<sup>429</sup> O papel da Misericórdia na assistência aos presos, incluindo a nível da alimentação, será abordado, de forma mais pormenorizada, no Capítulo V.

<sup>430</sup> A fome não era realidade exclusiva das cadeias portuguesas do século XIX. Na Inglaterra vitoriana, eram muitos os presos que, aquando das visitas, se queixavam da falta de alimento. Veja-se Higgs, Michelle, *Prison Life in Victorian England*, Chalford, Tempus, 2007, pp. 39-40 e Priestley, Philip, *Victorian Prison Lives. English Prison Biography. 1830-1914...*, p. 153.

<sup>431</sup> Santos, Maria José Moutinho dos, *A Sombra e a Luz. As prisões do Liberalismo...*, pp. 229-230.

<sup>432</sup> Na época moderna, nas grandes cadeias de Espanha, já existiam tabernas e lojas onde os presos se abasteciam de comida e bebida, embora sujeitos aos abusos dos alcaides que as administravam. Heras Santos, José Luis de las, *Justicia penal de los Austrias en la corona de Castilla...*, p. 279. Sobre as lojas nas cadeias europeias de oitocentos leia-se O'Brien, Patricia, "The Prison on the continent: Europe, 1865-1965", in Morris, Norval; David J. Rothman (edit.), *The Oxford History of Prison. The Practice of Punishment in Western Society...*, p. 184. No século XIX, mais precisamente em 1896, na cadeia do Limoeiro, uma sineta avisava os presos para a compra do vinho.

normalmente explorados pelos carcereiros, o que também dava azo a situações de abuso e de exploração, designadamente em matéria de preços.

O frenesim gerado pela entrada no cárcere de familiares, amigos e comerciantes propiciava a maquinação de planos de fuga, concertados com o conluio de elementos do exterior e com recurso a todo o tipo de produtos e objectos que podiam facilitar a evasão. Em 1836, entrou na cadeia de Viana do Castelo uma mulher com um frasco de água-forte para entregar aos presos.<sup>433</sup> Em 1848, constava-se que entrava vinho em excesso para alguns presidiários da cadeia de Ponte de Lima, o que não era permitido, uma vez que a ingestão de bebidas alcoólicas em demasia podia dar origem a atitudes mais violentas.<sup>434</sup>

Decerto que era difícil manter a disciplina no respeitante à alimentação da população prisional, dado que a presença de víveres fornecidos aos presos pobres propiciava comportamentos corruptos, sendo fundamental, no sentido de os evitar, o profissionalismo do carcereiro. Este devia zelar para que só aqueles beneficiassem de apoio alimentar, que nenhum recluso vendesse o caldo ou o pão que lhe tivesse sido fornecido e ainda que os alimentos fossem servidos conforme o horário previsto.<sup>435</sup> Nas cadeias não existia qualquer espaço reservado para as refeições, nem mesas nem bancos. Por isso, os encarcerados comiam sentados no chão ou de pé, no mesmo sítio onde permaneciam durante o dia. Existia, todavia, louça, que não devia primar pela limpeza, devido à escassez de água.

Na cadeia de Viana do Castelo, a situação alimentar parece ter sido especialmente complicada nos anos de 1836 e 1837. Em Setembro de 1836, o administrador do concelho começou a organizar uma comissão, cujo objectivo principal seria a promoção de uma subscrição pública para ser fornecida, diariamente, uma sopa económica aos presos mais necessitados.<sup>436</sup> Porém, os resultados ficaram aquém do esperado e a fome continuou a ameaçar os encarcerados até ao início do ano seguinte. Em 1837, solicitou auxílio à câmara municipal, no sentido de, em conjunto, encontrarem uma forma de garantir a sua subsistência, dado que havia

---

Junto à grade podiam receber os quatro decilitros de vinho que, diariamente, tinham licença para comprar. Outro toque avisava-os da distribuição do azeite e do petróleo, que também podiam comprar junto à grade. O juiz da prisão vendia pão, açúcar, chá, peixe frito, entre outros produtos, aos presos. Confirme-se Fonseca, Faustino da, *Tres mezes no Limoeiro...*, p. 16, 31.

<sup>433</sup> AHGCVC, *Registo de circulares, desde Outubro de 1835 a Outubro de 1837*, n.º 1.10.4-8, não paginado.

<sup>434</sup> AMPL, *Livro para os autos das visitas às cadeias de Ponte de Lima desta comarca*, n.º 545, fl. 41v.º

<sup>435</sup> AMVNC, *Administração do Concelho. Assentos de prisão e soltura de presos*, documento avulso, fl. 2v.º

<sup>436</sup> ADVC, *Administrador do Concelho. Copiador Geral-1835*, n.º 5-16-4-15, não paginado.

“alguns até nas circunstancias de perecerem à pura mingua”. Todavia, a câmara, alegando escassez de receitas, mostrou-se indisponível para colaborar.<sup>437</sup> Em 1843, os detidos estiveram 35 dias sem o apoio caritativo da comissão.<sup>438</sup> Situação ainda mais grave ocorreu em 1849, quando estiveram quatro meses sem esmola. O cenário que se vivia era desesperante, com os encarcerados a gritar junto às grades por alimento, gemendo de fome e ameaçando cometer suicídio. Num século que assumia como valores o progresso e a civilização, o espectáculo degradante, mais próximo do Antigo Regime, proporcionado por presos esfomeados, ao qual assistiam indignadas as populações locais, podia suscitar o aparecimento de críticas contra os representantes do poder local e os governos instituídos. Nesse ano, em todo o distrito, havia uma média diária de 50 presos considerados indigentes, que necessitavam de ser providos, mas o governo civil não dispunha de fundos para lhes acudir.<sup>439</sup>

Os problemas com a alimentação eram experienciados com especial acuidade pela população prisional das cadeias civil e militar de Valença, para as quais era transferido um elevado número de reclusos. Quando estes eram deslocados, as comissões das respectivas cadeias deixavam de concorrer para o seu sustento, o que obrigava a comissão de cadeias de Valença a assumir esse encargo e, desse modo, rapidamente esgotava os seus recursos. Para além do mais, Valença era considerada uma vila pobre, habitada essencialmente por militares e pelas suas famílias, o que fazia com que as subscrições públicas para minorar a falta de fundos também se revelassem pouco rentáveis. Em 1840, o administrador do concelho propunha ao governador civil a imposição de um sistema de cotas, de modo a que as outras comissões garantissem o sustento dos reclusos dos respectivos concelhos, incluindo os transferidos para Valença, para assim se evitar a falência financeira da comissão daquela vila, o que não foi atendido. A situação chegou ao ponto de se ter permitido que os presos, devidamente guardados, mendigassem pelas ruas da vila e, em algumas ocasiões, foram mesmo incentivados a pedir esmola por entre as grades da cadeia.<sup>440</sup> Em 1842, em Vila Nova de Cerveira, foi solicitada autorização para que um preso pobre e menor pudesse sair da prisão, acompanhado

---

<sup>437</sup> AMVC, *Acta de vereação*, n.º 780.

<sup>438</sup> AHGCVC, *Correspondência recebida de diversas autoridades*, n.º 1.18.5.12, não paginado.

<sup>439</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1..9.4.18, não paginado.

<sup>440</sup> Na cidade espanhola de Toledo, a situação era idêntica, com os presos famintos a mendigar esmola, por entre as grades, aos transeuntes. Veja-se Antonio Escudero, José, “Cinco siglos de carceles” ..., p. 28.

por um oficial, para esmolar, uma vez que a Misericórdia e demais irmandades recusaram-se a contribuir para o sustento dos detidos e a maioria dos habitantes era gente de poucas posses.<sup>441</sup>

Em 1843, a comissão das cadeias de Valença apenas conseguia atribuir 40 réis diários a cada recluso, enquanto a cadeia de Ponte de Lima, em igual período abonava os seus presos com 100 réis.<sup>442</sup> O montante disponível nem sempre chegava para completar o mês. Esta situação continuou a verificar-se nos anos e décadas seguintes, sendo frequente os presos ficarem um mês sem comparticipação da comissão. Entre Novembro de 1845 e Janeiro de 1846, a comissão das cadeias de Valença suspendeu a atribuição do subsídio por falta de meios. Perante o estado de miséria dos encarcerados, o administrador do concelho mandou distribuir, à sua custa, um pequeno subsídio para que não morressem à fome.<sup>443</sup> Face a esta situação, foi concedido, por alvará de 25 de Janeiro de 1846, autorização para que as confrarias e irmandades do concelho contribuíssem com quantia de 960 réis para o sustento dos presos pobres, tendo sido arrecadados 93.920 réis para este fim. Em Junho do mesmo ano, essa quantia já estava esgotada, devido ao elevado número de presos que estas cadeias albergavam.<sup>444</sup>

Às dificuldades sentidas nos anos de 1846 e 1847, não era certamente alheio o clima de conflituosidade que marcava a cena política, materializada na revolta da Maria da Fonte e na Patuleia. Efectivamente, o ano de 1846 revelou-se extremamente difícil para a sustentação dos presos pobres. Desde o início do ano que o governador civil insistia na falta de fundos para aplicar neste domínio, em resposta aos constantes pedidos das comissões e dos próprios reclusos. Em Setembro desse mesmo ano, solicitou ao Ministério da Justiça a disponibilização de nova verba, para que os presos não morressem à míngua, dado que praticamente todos os que estavam recolhidos nas cadeias do distrito eram indigentes.<sup>445</sup> No caso de Ponte de Lima,

---

<sup>441</sup> AMVNC, *Escrituração pertencente à comissão das cadeias do concelho, suas sessões e deliberações, 1840-1857*, documento avulso, não paginado.

<sup>442</sup> AMV, Administração do Concelho. *Correspondência para o Administrador Geral, 1843-1849*, n.º 1.1.4.6, não paginado.

<sup>443</sup> AMV, Administração do Concelho. *Registo da Correspondência expedida para diversas autoridades*, n.º 1.1.4.31, não paginado.

<sup>444</sup> Em 1847, os detidos ficaram novamente sem sustento alimentar, por falta de fundos, nos meses de Junho, Julho, Outubro e Novembro. AMV, Administração do Concelho. *Correspondência para o Administrador Geral, 1843-1849*, n.º 1.1.4.6, não paginado.

<sup>445</sup> AHGCVC, *Ministérios, desde 1.º de Janeiro até 26 d'Agosto do mesmo ano*, n.º 1.9.4-16, não paginado.

presumivelmente, por causa das dificuldades financeiras com que se confrontava, a Misericórdia local deixou de prover os presos pobres com a quantia que mensalmente lhes concedia.<sup>446</sup> Em 1847, face ao quadro de miséria dos presos e de ruína das cadeias do distrito, apelava-se à caridade cristã e clamava-se pela intervenção da Igreja através dos párocos, exortando-os a apelarem às populações para contribuírem com donativos de cereais e vinho.<sup>447</sup> Nesse ano, em Viana do Castelo, o pedido de colaboração estendeu-se à Misericórdia, a algumas irmandades, como a dos Mareantes, e às Ordens Terceiras de S. Francisco e de S. Domingos. Da parte da Misericórdia não houve resposta, registando-se antes uma atitude de total alheamento.<sup>448</sup> Perante a ausência de comodidades e a escassez de alimento, foi criada uma comissão *ad-hoc* com o objectivo de melhorar rapidamente a situação das prisões, sobretudo a nível alimentar.<sup>449</sup>

Devido à falta de fundos que afectava a comissão das cadeias, os presos pobres estiveram sem receber apoio, desde meados de Junho de 1851 até ao início de Julho. A Misericórdia, apesar de ter sido contactada para intervir, recusou-se a prestar auxílio, alegando não ter orçamentado esse contributo e não dispor de meios para prestar ajuda aos 33 presos pobres que estavam detidos nas cadeias de Valença. As demais irmandades mostraram-se igualmente indisponíveis.<sup>450</sup> A solução passava pelo governo civil, que tinha competência para autorizar a entrega de uma quantia suficiente para custear a despesa ordinária e a deslocação dos presos que tinham sido transferidos para as cadeias de Valença. Aquela autoridade, consciente da difícil situação dos detidos, providenciou junto do juiz da comarca o seu regresso às cadeias de origem.<sup>451</sup> Em 1853, os presos pobres estiveram novamente sem alimento, desta vez durante um mês, o que os levou a dirigir as suas súplicas ao administrador do concelho, a quem pediam pão.<sup>452</sup> Valença, para além de receber os detidos dos outros concelhos, tinha ainda

---

<sup>446</sup> AMPL, Administração do concelho. *Copiador Geral dos ofícios dirigidos por esta administração a diversas autoridades*, n.º 2.2.1.31, não paginado.

<sup>447</sup> AHGCVC, *Circulares a várias autoridades, Janeiro a Setembro de 1847*, n.º 1.10.4.11, não paginado.

<sup>448</sup> AHGCVC, *Correspondência com as várias autoridades – Janeiro a Julho de 1847*, n.º 1.8.3-10, não paginado.

<sup>449</sup> AHGCVC, *Correspondência com as várias autoridades, Janeiro a Junho de 1847*, n.º 1.8.3.10, não paginado.

<sup>450</sup> AMV, Administração do Concelho. *Correspondência para o Administrador Geral, 1850-1852*, n.º 1.1.4.7, não paginado.

<sup>451</sup> AHGCVC, *Correspondência com os administradores dos concelhos, Janeiro de 1851 a Março de 1852*, n.º 1.7.2.15, não paginado.

<sup>452</sup> AMV, Administração do Concelho. *Correspondência para o Administrador Geral, 1853-1855*, n.º 1.1.4.8, não paginado.

o encargo de garantir o sustento dos condenados a trabalhos públicos que para lá eram remetidos.

As refeições servidas aos presos pobres de Valença eram constituídas apenas por um pão e duas tigelas de caldo. Em 1840, eram gastos 80 réis com a subsistência diária de cada um.<sup>453</sup> Nesta vila, como os presos civis estavam divididos entre a cadeia civil e a militar e a distância que as separava ainda era considerável, optou-se por permitir que os presidiários civis partilhassem as refeições com os militares, pagando-se ao comandante do presídio, no final de cada mês, o montante despendido com a alimentação dos detidos civis.<sup>454</sup>

Pelo mesmo cenário passaram as cadeias de Melgaço em Agosto de 1845, Arcos de Valdevez e Monção em Outubro do mesmo ano, dado que o governo civil não dispunha de fundos para distribuir pelas respectivas comissões de beneficência.<sup>455</sup> A situação só não era pior, porque, para evitar que os presos perecessem à fome, os tesoureiros das comissões adiantavam dinheiro para o fornecimento de alimento. As autoridades administrativas recorriam ainda às confrarias para que avançassem com os montantes disponíveis, que, posteriormente, lhes seriam devolvidos.

Praticamente todos os presos das cadeias do distrito eram considerados indigentes, o que fazia com que o montante disponibilizado para o seu sustento se revelasse insuficiente, chegando apenas para garantir a sua alimentação, sem que fosse possível acudir a outras necessidades, como a compra de roupa de vestir e de cama ou a segurança da cadeia.<sup>456</sup> Transferido o dinheiro para os governos civis, cabia a estes fazer a sua distribuição, consoante a população prisional de cada cadeia. O facto de os reclusos estarem dispersos pelas diferentes prisões do distrito, não facilitava esta tarefa. Usualmente, o esquema seguido no distrito previa que, no início de cada mês, os recebedores dos concelhos adiantassem aos tesoureiros das respectivas comissões das cadeias as somas que provavelmente lhes caberia nesse mês. No

---

<sup>453</sup> AMV, Administração do Concelho. *Correspondência para o Administrador Geral, 1840-1842*, n.º 1.1.4.5, não paginado.

<sup>454</sup> AMV, Administração do Concelho. *Correspondência para o Administrador Geral, 1840-1842*, n.º 1.1.4.5, não paginado.

<sup>455</sup> AHGCVC, *Correspondência com os administradores dos concelhos de Julho de 1845 a Junho de 1846*, n.º 1.7.2.9, não paginado.

<sup>456</sup> No mês de Fevereiro de 1869, existiam, em todas cadeias do distrito, um total de 95 presos considerados indigentes, recebendo cada um, em média, uma ração diária avaliada em 40 réis. *O Vianense*, 15 de Abril de 1869, n.º 163, não paginado.



princípio do mês seguinte, os administradores dos concelhos, na condição de presidentes dessas comissões, remetiam ao governo civil as contas com as despesas feitas e a relação dos indivíduos socorridos, o qual, por sua vez, expedia os montantes para os recebedores do concelho de todo o distrito, com as referidas relações. Quando os recebedores não despachavam o dinheiro no início do mês, a comissão tinha que recorrer ao crédito, o que acarretava uma despesa maior.

Compreende-se assim que a situação fosse mais precária nas cadeias onde existiam mais presos atingidos pela miséria, e, conseqüentemente, mais bocas para alimentar. Os casos de insuficiência financeira verificada em algumas comissões resultavam, por vezes, de negligência e de procedimentos perdulários, dado que os dinheiros recebidos pelo tesoureiro da comissão, em vez de serem geridos pelos membros deste organismo filantrópico, eram entregues aos carcereiros, que nem sempre os administravam da forma mais conveniente. Em alguns casos, as referidas comissões nem reclamavam as prestações mensais a que tinham direito para o cumprimento do seu encargo.<sup>457</sup>

Face aos problemas que atingiam o mantimento dos encarcerados, Aires de Gouveia propunha, em 1860, que a sua alimentação estivesse a cargo dos municípios e as refeições fossem de boa qualidade, devendo ser constituídas por carne, pelo menos três vezes por semana, mas sem excessos.<sup>458</sup>

Através do relatório que Manuel Thomaz de Sousa Azevedo apresentou em 1858, é possível conhecer a dieta alimentar de algumas cadeias europeias, uma vez que na sua exposição dá algum relevo à composição e à forma como os alimentos eram servidos. Constatou que, por exemplo, nos estabelecimentos prussianos de detenção, a alimentação era constituída essencialmente por legumes, fornecidos três vezes por dia; havia uma refeição semanal de carne, servida aos domingos; e, nas chamadas “casas centrais”, a alimentação era “sadia, abundante e distribuída sem diferença a todos os presos.” Noutros estabelecimentos de reclusão que visitou, nomeadamente na Holanda, Itália, Áustria e Alemanha, verificou que as refeições eram confeccionadas à base de pão e legumes. A presença da carne tinha uma

---

<sup>457</sup> Foi precisamente o que aconteceu, nos meses de Setembro e Outubro de 1844, com a comissão das cadeias de Monção. AHGCVC, *Correspondência com os administradores dos concelhos, Julho de 1844 a Março de 1845*, n.º 1.7.2.9, não paginado.

<sup>458</sup> Veja-se Gouveia, Aires de, *A Reforma das cadeias em Portugal...*, p. 89. Já João Maria Calisto sugeria que os presos fossem alimentados com três refeições diárias. Leia-se Calisto, João Maria, *Algumas Palavras sobre o Estado Actual das Prisões em Geral e a sua Reforma...*, p. 51.

periodicidade variável, pois, em certos casos, só era servida em momentos festivos ou duas vezes por semana. Em algumas cadeias, os detidos podiam melhorar a refeição, adquirindo produtos para complementar a dieta fornecida pela instituição. A forma como as refeições eram servidas variava, nomeadamente, de acordo com a natureza do estabelecimento e a sua finalidade.<sup>459</sup>

Com excepção da cadeia de Caminha, em relação à qual são feitas referências sobre a existência de uma cozinha, embora não tenhamos conhecimento se nela eram preparadas refeições, nas demais prisões do distrito este compartimento estava excluído da arquitectura prisional.<sup>460</sup> Em 1839, aquando da formação das comissões de cadeias, foi estabelecido que a comida podia ser preparada na cozinha do carcereiro, cuja residência podia ser próxima da cadeia, havendo até alguns que nela residiam, ou de outra pessoa considerada idónea, a quem a comissão concederia todo o apoio logístico, como a louça, os víveres e a lenha.<sup>461</sup>

No caso da cadeia de Ponte de Lima, todos os fundos eram bem-vindos, até porque a maioria dos reclusos se declarava indigente. Dada a inexistência de cozinha, era preparado, diariamente, um caldeirão de caldo e cozido pão grosso que seriam distribuídos aos presos, na proporção de uma tigela a cada um e um vintém de pão.<sup>462</sup> O pão constituía a base do sustento dos mais pobres, dado o seu baixo preço quando comparado com outros alimentos.<sup>463</sup> As refeições concedidas aos presos não primavam pela alternância e variedade, sendo extremamente pobres em proteínas, por não incluírem a carne. A ausência de carne e de peixe é

---

<sup>459</sup> Para um maior aprofundamento sobre esta temática consulte-se Azevedo, Manuel Thomaz de Sousa, *Relatório Apresentado ao Ministério da Justiça em 20 de Outubro de 1858*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859.

<sup>460</sup> Em Novembro de 1839, a Misericórdia de Caminha aceitou contribuir para o sustento dos presos pobres da cadeia da vila com uma esmola bissemanal composta por um vintém de pão e uma tigela de caldo. ADVC, Misericórdia de Caminha. *Actas de sessões da Mesa*, n.º 7.35.4.1, fl. 23.

<sup>461</sup> AMVNC, *Escrituração pertencente à comissão das cadeias do concelho, suas sessões e deliberações, 1840-1857*, documento avulso, não paginado.

<sup>462</sup> Na Inglaterra vitoriana, a alimentação dos presos variava consoante as cadeias e os próprios presos, sendo, no entanto, servidas sempre três refeições: o pequeno-almoço, o jantar e a ceia. A dieta alimentar dos presos incluía, basicamente, pão, papas de cereais, batatas, carne, sopa e cacau. Higgs, Michelle, *Prison Life in Victorian England...*, p. 38.

<sup>463</sup> Araújo, Maria Marta Lobo de, *Rituais de Caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)...*, p. 134.

explicada pelo seu elevado custo e o reduzido subsídio concedido pelo Estado.<sup>464</sup> A baixa riqueza nutricional da alimentação, associada à escassez de vestuário e à falta de comodidades da prisão, contribuía para o enfraquecimento dos corpos e, consequentemente, para o aparecimento de moléstias.<sup>465</sup>

Na cadeia de Ponte de Lima, a esmola era sempre distribuída através das refeições previamente confeccionadas, não sendo concedida em dinheiro por se recear o seu desvio para satisfazer vícios, como a compra de vinho, nem era distribuída em géneros, dada a inexistência de condições para que os presos pudessem cozinhar.<sup>466</sup> O sustento dos presos não foi sujeito a arrematação pública, por se considerar que esta prática tinha efeitos negativos, na medida em que permitia uma margem de lucro que iria reverter a favor do arrematante. Em 1848, o pão era fornecido por António Luís Veloso e o caldo por Domingos Alves, que era, aliás, o carcereiro.<sup>467</sup> Em 1853, os presos queixavam-se da qualidade das refeições, atribuindo as culpas aos responsáveis pela sua confecção.<sup>468</sup> Em Abril desse mesmo ano, o delegado do procurador régio, em visita à cadeia, verificou que os presos só recebiam uma refeição diária, constituída por uma tigela de caldo, fornecida pela Misericórdia, considerando-a insuficiente. A ajuda de amigos e familiares ou o óbolo conseguido por entre as grades ajudavam a atenuar a sua penúria. Porém, a partir de 1853, ficaram proibidos de pedir esmola. Aliás, já em 1839, essa interdição vigorava

---

<sup>464</sup> Sobre a ausência da carne da mesa dos mais humildes leia-se Veloso, Carlos, *A alimentação em Portugal no século XVIII, nos relatos dos viajantes estrangeiros*, Coimbra, Minerva - História, 1992, p. 45. Leia-se igualmente, Braga, Isabel Drumond, *Cultura, Religião e Quotidiano. Portugal (século XVIII)*, Lisboa, Hugin, 2005, p. 169.

<sup>465</sup> Nas cadeias de Madrid, no século XVII, a alimentação ministrada aos presos apresentava os mesmos problemas, tinha um baixo valor nutricional, baseada apenas no consumo de pão e de legumes. Confira-se Vázquez González, María Dolores, *Las cárceles de Madrid en el siglo XVII*, Madrid, Universidad Complutense de Madrid, 1992, p. 283. Tese de doutoramento policopiada.

<sup>466</sup> Era usual a distribuição da esmola sob a forma de alimentos. Segundo Marta Lobo, na idade moderna, a esmola da Santa Casa Misericórdia de Ponte de Lima concedida aos presos era distribuída sob a forma de pão e dinheiro. Confirme-se Araújo, Maria Marta Lobo de, "A aguardar justiça: os presos pobres em Portugal durante a Época Moderna" ..., p. 112.

<sup>467</sup> AMPL, Administração do Concelho. *Livro de registo da correspondência expedida para o governador civil*, n.º 2.2.1-12, não paginado.

<sup>468</sup> AMPL, *Livro para os autos das visitas às cadeias de Ponte de Lima desta comarca*, n.º 545, fl.72. Também na cadeia da Relação do Porto os presos reclamavam, aquando das visitas do procurador régio, da fraca qualidade dos alimentos. Confirme-se Santos, Maria José Moutinho dos, *A Sombra e a Luz. As prisões do Liberalismo...*, p. 237.

para os presos pobres que beneficiassem de auxílio.<sup>469</sup> Ainda no mês de Junho de 1848, julgamos que em resultado das diligências do delegado do procurador régio, as refeições melhoraram, para o que terá contribuído a intervenção do Estado.

A alimentação ministrada aos presos voltou a ser criticada em 1854, não só pelos detidos, como também pelo carcereiro, o que incidia que já não cabia a este a preparação das refeições.<sup>470</sup> As queixas recaíam não apenas sobre a quantidade, mas igualmente sobre a qualidade. A diminuição da quantidade de comida devia-se ao aumento dos preços dos géneros utilizados na sua confecção.<sup>471</sup> Nesse ano, face às dificuldades em alimentar os presos durante os meses invernosos, sobretudo em Dezembro, o delegado do procurador régio interveio, tendo providenciado as refeições de alguns presos carenciados, para que não sofressem os supícios da fome.<sup>472</sup> Esta conjuntura manteve-se ao longo do ano de 1855. Em finais desse ano, com a subida do valor do contributo mensal da Misericórdia, as refeições melhoraram e até foram elogiadas. Na década de cinquenta, já os presos eram alimentados, diariamente, com duas tigelas de caldo, uma ao jantar e outra à ceia, e um vintém de pão.<sup>473</sup> Nos anos seguintes, as queixas persistiram, quer relativamente à quantidade, quer à qualidade. Estes eram dois aspectos sobre os quais o administrador do concelho tinha que intervir, como responsável pelo sustento dos presos. Aliás, sempre que estes e o carcereiro se insurgiam contra as refeições, o delegado do procurador régio remetia as reclamações ao administrador do concelho.

Em 1858, o sustento dos presos indigentes da cadeia de Ponte de Lima continuava a ser subsidiado pelo Estado e pela Misericórdia.<sup>474</sup> Pelo menos até 1857, temos conhecimento documental da participação desta instituição (cf. Capítulo V). No entanto, a tendência será para que o Estado assuma o monopólio deste encargo e a Misericórdia intervenha na resolução de

---

<sup>469</sup> AMVNC, *Escrituração pertencente à comissão das cadeias do concelho, suas sessões e deliberações, 1840-1857*, documento avulso, não paginado.

<sup>470</sup> AMPL, *Livro para os autos das visitas às cadeias de Ponte de Lima desta comarca*, n.º 545, fl. 79.

<sup>471</sup> AMPL, *Livro para os autos das visitas às cadeias de Ponte de Lima desta comarca*, n.º 545, fl. 81v.º.

<sup>472</sup> AMPL, *Livro para os autos das visitas às cadeias de Ponte de Lima desta comarca*, n.º 545, fl. 85.

<sup>473</sup> Nas últimas décadas do século XIX, nos presídios da cidade espanhola de Valência, as refeições reduziram-se praticamente a arroz e feijões. Leia-se Llorca Ortega, José, *Cárceles, Presídios y casas de corrección en la Valencia del XIX. (Apuntes históricos sobre la vida penitenciaria valenciana)*..., p. 243.

<sup>474</sup> AMPL, *Correspondência expedida para a Procuradoria Régia*, n.º 1726, fl. 5 v.º.

casos pontuais.<sup>475</sup> A este menor intervencionismo das Misericórdias, certamente não eram alheias as dificuldades económicas por que atravessavam neste período.<sup>476</sup> Até à segunda metade do século XIX, a Misericórdia de Ponte de Lima contribuía não apenas para minorar a fome e saciar a sede dos detidos, mas também cuidava da salubridade, através da compra de cântaros e canecos para a água e de louça para as refeições.

No que diz respeito à intervenção das Misericórdias na ajuda alimentar aos presos carenciados, convém salientar que, segundo as autoridades administrativas, não havia no distrito nenhuma instituição desta natureza que tivesse este encargo, excepto a Misericórdia de Viana do Castelo, que, por um legado, era obrigada a dar 24 jantares anuais aos presos pobres, distribuídos por dois domingos de cada mês. Tratava-se de um legado instituído desde 1768 por Francisco de Torres de Aguiar, natural da cidade do Porto, no valor de um conto de réis, cuja única finalidade era a realização dos referidos jantares, que foram mantidos até Outubro de 1864, data em que, com a concordância do delegado do procurador régio, foram interrompidos.<sup>477</sup>

Dois dias antes do jantar, o irmão do mês de segunda condição teria de se deslocar à cadeia para averiguar quais os presos que tinham ingressado nesta instituição, desde o último jantar, para serem acrescentados à lista. Posteriormente, esta seria passada ao mordomo dos presos, ou, no seu impedimento, ao irmão do mês da primeira condição, o qual teria de verificar quais os reclusos que reuniam os requisitos necessários para serem admitidos para o jantar, ou seja, quais eram efectivamente pobres e estavam desprovidos de quaisquer bens. A informação sobre os admitidos era levada ao provedor, a quem cabia a decisão final de determinar os escolhidos para o jantar. Por último, os seus nomes eram lançados num caderno, para usufruírem dos jantares durante todo o período da sua detenção.<sup>478</sup>

---

<sup>475</sup> Confirme-se Esteves, Alexandra, "A cadeia de Ponte de Lima na segunda metade do século XIX: o espaço físico e os seus protagonistas", in Araújo, Maria Marta Lobo de; Ferreira, Fátima Moura Ferreira; Esteves, Alexandra (orgs.), *Pobreza e assistência do espaço ibérico (séculos XVI-XX)...*, pp. 138-145.

<sup>476</sup> A Misericórdia do Porto suspendeu, em 1855, a distribuição dos jantares bissemanais aos presos da Cadeia da Relação daquela cidade, alegando dificuldades de ordem económica. Santos, Maria José Moutinho dos, *A Sombra e a Luz. As prisões do Liberalismo...*, pp. 231.

<sup>477</sup> AHGCVC, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Actas de Sessões*, 3.24.3.5, fl. 110v.º

<sup>478</sup> AHGCVC, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Actas de Sessões*, 3.24.3.5, fl. 112.

As refeições eram preparadas no hospital da Misericórdia pelo criado e pela hospitaleira.<sup>479</sup> A loiça, que tinha sido fornecida pelo instituidor do legado, ficava ao cuidado da hospitaleira. Depois de confeccionadas, as refeições eram levadas para a cadeia pelo irmão do mês de segunda condição. Este convocaria os outros irmãos da Misericórdia necessários para o transporte, os quais tinham que levar os seus balandraus, devendo igualmente participar o mordomo dos presos ou, no seu impedimento, o irmão da primeira condição, a quem competia garantir que os alimentos fossem distribuídos com zelo e disciplina.

Aquando da instituição dos jantares, ficou estabelecido que, por norma, estes deviam ser compostos por um arrátel de carne de vaca, uma porção de toucinho, uma tigela de caldo com hortaliça, um vintém de pão branco ou broa. Em algumas ocasiões, era ainda incluído um prato de arroz e, nos dias em que o consumo de carne estivesse interdito, devia ser fornecido caldo de feijão com hortaliça, uma posta de peixe fresco ou bacalhau e um vintém de pão.<sup>480</sup>

Basicamente, entre 1835 e Outubro de 1864, período de tempo em que temos conhecimento da composição destas refeições, com excepção do hiato temporal compreendido entre Maio de 1838 e Junho de 1848, a vontade do instituidor foi respeitada. Aliás, a tendência foi para a sua melhoria, com a introdução de azeite, vinagre, cebolas e especiarias. O repolho e a couve tronchuda eram os legumes mais utilizados. Por altura da Quaresma, era serviço o bacalhau com feijão, arroz e hortaliça, em substituição da carne. No ano de 1858, no segundo

---

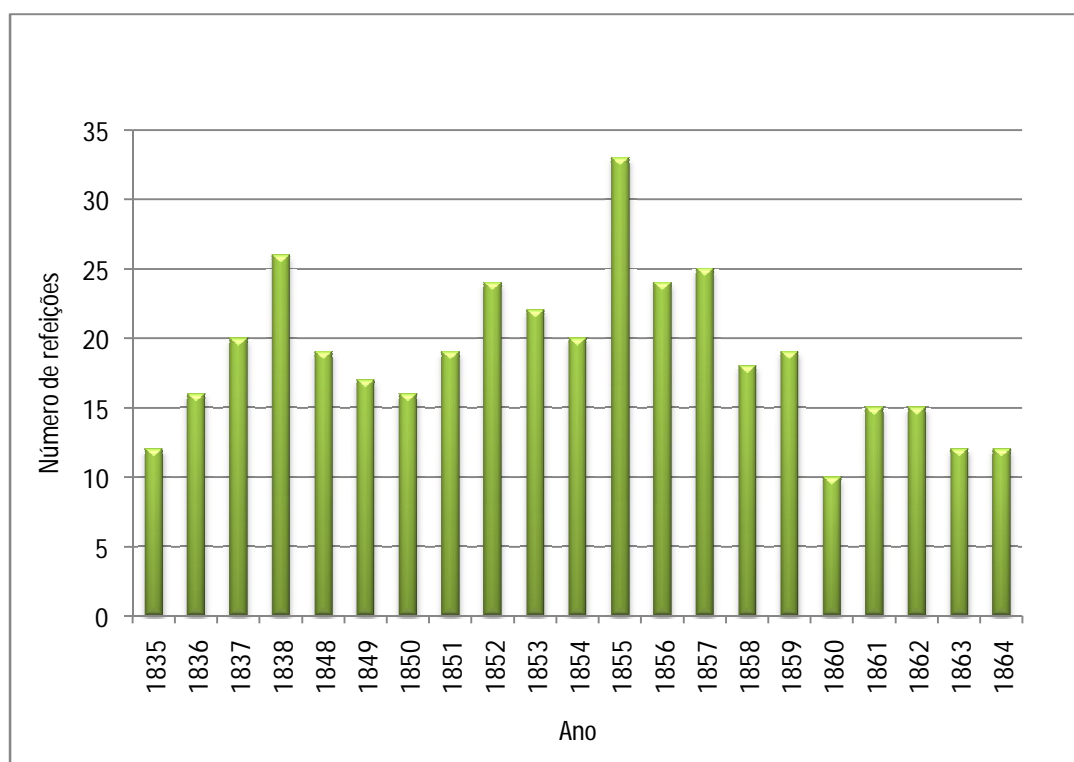
<sup>479</sup> AHGCVC, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Actas de Sessões*, 3.24.3.5, fl. 111. No século XVIII, a Misericórdia do Porto preparava a refeição a ser fornecida aos presos, todas as quartas-feiras e domingos, no hospital de D. Lopo de Almeida, tirando partido das suas instalações e do pessoal de que dispunha. Depois de preparados, os alimentos eram transportados por vários elementos da Misericórdia até à cadeia. Já no século XIX, tirando partido da sua proximidade com a cadeia e das suas melhores instalações, o jantar dos presos passou a ser confeccionado no hospital Real de Santo António. Cardoso, Maria Teresa Costa Ferreira, *Os presos da Relação do Porto entre a cadeia e a Misericórdia (1735-1740)*..., p. 140.

<sup>480</sup> AHGCVC, Misericórdia de Viana do castelo, *Escritura da instituição de 24 jantares por ano aos presos da cadeia, feito por Francisco Torres*, n.º 3.27.3. Cx 5-28, não paginado. É de salientar a existência de alturas no ano em que os preceitos religiosos ditavam alterações na dieta alimentar, mas nem sempre fáceis de cumprir. Veja-se o caso da cidade de Madrid, que, até ao século XIX, tinha dificuldades em conseguir peixe fresco por ocasião do Natal e no período da Quaresma. Leia-se Simón Palmer, María del Carmen, "Aspectos religiosos de la cocina de Palacio", in Garrido Aranda, Antonio, *Los Sabores de España y America*, Huesca, Editorial Val de Onsera, 1999, p. 231.

jantar do mês de Fevereiro, pela Quaresma, não se optou pelo bacalhau, mas antes por pescada, servida com os mesmos acompanhamentos.

Entre Junho de 1835 e Maio de 1838, a média de refeições concedidas variou, apresentando uma tendência ascendente, à qual não foi alheia o aumento da população prisional. Como se pode verificar no gráfico 14, a média de refeições preparadas á custa deste legado mais do que duplicou.

**Gráfico 14.** Média de refeições preparadas por mês para os presos pobres da cadeia de Viana do Castelo (1835-1864)



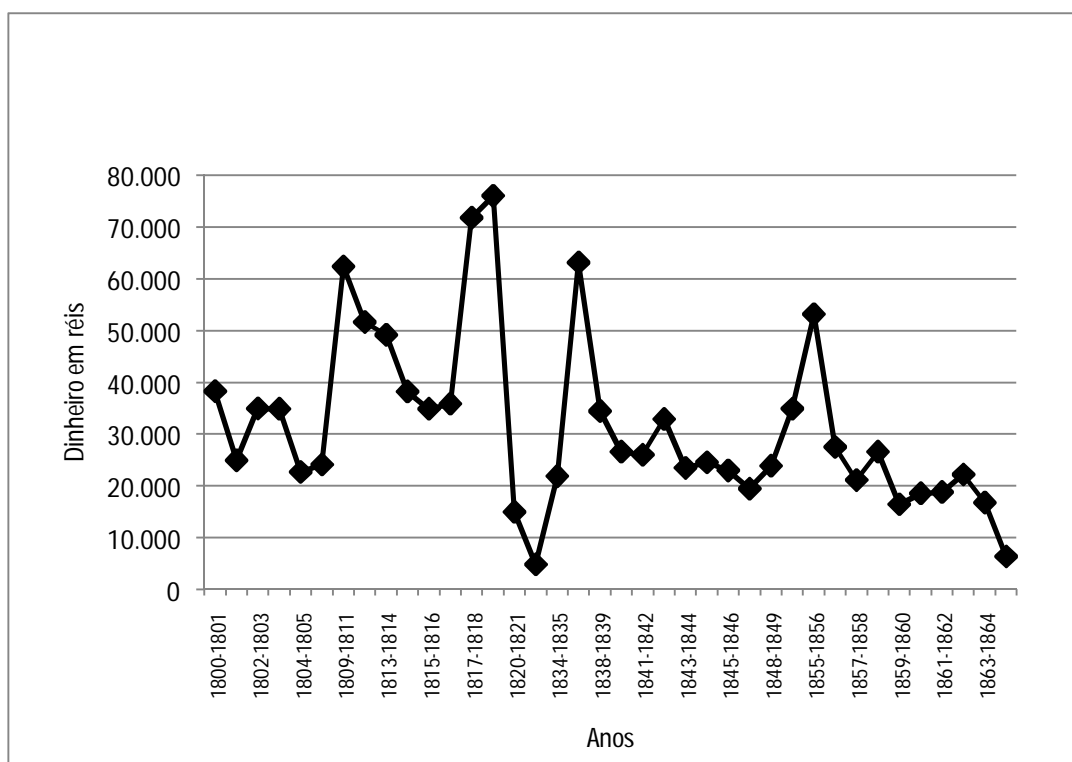
Fonte: ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo. *Processos relativos à despesa mensal com as dietas dos doentes do hospital, jantares dos presos e recolhidas*, n.º 3.27.3 Cx 3-1.

Em alguns meses, foi ultrapassada a fasquia das 30 refeições. Por exemplo, em Maio de 1838, aquando do primeiro jantar, foram confeccionadas 36. Posteriormente, entre 1848 e 1851 não foi ultrapassada a média de 20, sendo o ano de 1855 aquele em que foi distribuído o maior número, para o que terá contribuído, certamente, a crise que nesse ano afectou o Alto Minho e que arrastou muitos pobres para o cárcere. No segundo jantar do mês de Março desse mesmo ano, foram preparadas 42 refeições. A partir desta data, com ligeiras alterações, assistiu-se à diminuição do número de repastos, o que pode ter sido determinado pela escassez

do fundo disponível e consequente apuramento das condições de acesso às refeições previstas pelo legado, até porque a população prisional da cadeia vianense não diminuiu, mas, pelo contrário, continuava a crescer.

No período compreendido entre 1800 e 1864, observamos oscilações nos gastos com os géneros alimentícios que entravam na confecção das refeições, como se pode observar no gráfico 15, o que se devia à presença de mais ou menos presos pobres no cárcere.

**Gráfico 15.** Montante despendido com os jantares do legado (1800-1864)



Fonte: ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Livros de Receita e Despesa*, n.os. 3.24.1.8; 3.24.1.9; 3.24.1.10; 3.24.1.11; 3.24.1.12; 3.24.1.13; 3.24.1.14; 3.24.1.15; 3.24.1.16; 3.24.1.17; 3.24.1.18; 3.24.1.19; 3.24.1.20; 3.24.1.21; 3.24.1.22; 3.24.1.23; 3.24.1.24; 3.24.1.25; 3.24.1.26; 3.24.1.27; 3.24.1.28; 3.24.1.29; 3.24.1.30; 3.24.1.31; 3.24.3.8; 3.22.4.1; 3.22.4.2; 3.22.4.3; 3.24.1.37; 3.24.1.39; 3.24.1.40; 3.24.1.41; 3.24.4.4; 3.24.1.42; 3.24.1.43; 3.24.1.44; 3.24.2.1; 3.24.2.2; 3.24.2.3; 3.24.2.4; 3.24.2.5; 3.24.2.6; 3.24.2.7; 3.24.2.8; *Borrão das contas de receita e despesa (1805-1806)*, n.º 3.24.4.6.

A ausência de fontes referentes aos períodos compreendidos entre 1807 e 1808, 1822 e 1833 e entre 1850 e 1854, não nos possibilitam uma análise sequencial. Existem ainda alguns anos que não foram cobertos pela contabilidade da Misericórdia. A despesa com os jantares era contabilizada entre Junho e Julho de cada ano, embora, em alguns casos, fosse referente a 20 meses, englobando por conseguinte quase dois anos. São esses anos que



representam os picos das despesas representados no gráfico 15. Essa situação verificou-se em 1809-1811, quando os gastos com os 20 jantares atingiram 62.380 réis; em 1817-1818, que inclui todos os jantares realizados entre Julho de 1817 e Dezembro de 1818, perfazendo a despesa de 71.835 réis; e em 1819-1820, referente ao período compreendido entre Janeiro de 1819 e Julho de 1820, em que as despesas com o legado ascenderam a um total de 76.080 réis. Nas duas situações restantes, em que se assistiu a um aumento abrupto das despesas, em 1838-1839 e 1855-1856, estas resultaram de um aumento do número de presos pobres que entraram na cadeia de Viana do Castelo, o que é perceptível se cruzarmos a informação dos gráficos 14 e 15, verificando-se que foi em 1838 e 1855 que mais presos usufruíram das refeições do legado. Importa ainda assinalar que a ligeira quebra sentida no ano 1864 é explicável pelo facto de apenas terem sido ministrados três jantares, uma vez que estes foram suspensos em Outubro do mesmo ano.

Não dispomos de dados que nos permitam identificar as causas da supressão deste legado. Podemos, no entanto, supor que os fundos se extinguíram, deixando de ser possível alimentar as bocas dos presos mais necessitados, até porque se afigura pouco provável que o Estado, apesar da sua maior intervenção neste domínio, prescindisse do auxílio das instituições de assistência. Aliás, era usual o apelo à sua participação, uma vez que os fundos disponíveis eram, por norma, irrisórios para acudir às necessidades de todos os indigentes das cadeias do distrito.

Este definhamento financeiro pode ser explicado pela ausência da habitual substituição da carne pelo peixe, na altura da Quaresma, que não teve lugar em 1861. A partir do segundo jantar de Fevereiro desse ano, nos seus jantares bimensais, os presos apenas tiveram à sua disposição o habitual pão, arroz e hortaliças, o mesmo acontecendo no mês de Março, regressando a carne às suas mesas no mês de Abril desse ano. A mesma situação aconteceu no ano seguinte. No entanto, em 25 de Março desse ano, houve um jantar especial em honra de Nossa Senhora da Misericórdia, composto por broa, bacalhau em grande quantidade, arroz, feijão branco e vinho verde.<sup>481</sup>

---

<sup>481</sup> No jantar seguinte, em Abril de 1862, o peixe esteve de novo ausente da ementa. Mas em Julho desse mesmo ano, mais uma refeição especial, paga pela mesa cessante, foi servida aos 13 presos necessitados. Em 1863, nos meses da Quaresma, a carne não foi substituída por qualquer alimento, aumentando-se, em compensação, a quantidade de feijão. A ausência do peixe não pode, decerto, ser explicada por problemas de abastecimento, dado estarmos numa localidade junto ao mar, de tradição piscatória. Porém, em 1864, último ano do legado, o bacalhau voltou a entrar nas refeições concedidas aos presos por altura da Quaresma. Na Misericórdia de Ponte de Lima, no

Os presos pobres da cadeia de Viana do Castelo, para além dos jantares dos legados, contavam ainda com os organizados pela Ordem Terceira de S. Francisco, que tinham lugar na Quinta-Feira Santa. Outros eram promovidos, de vez em quando, por personalidades da sociedade vianense com o objectivo de comemorar determinados eventos.

A privação de alimentação era uma das sanções aplicadas com fins disciplinares. Uma vez que os presos já estavam desprovidos de liberdade, a melhor forma de os castigar seria pela boca, retirando-lhes o alimento. Em 1854, esta punição foi imposta pelo administrador do concelho de Ponte de Lima aos presidiários com o objectivo de impor a ordem e a disciplina.<sup>482</sup>

Apesar das deficiências notórias que ainda caracterizavam a alimentação dos presos das cadeias do distrito, é inegável a melhoria registada a nível da intervenção do Estado neste domínio ao longo do século XIX, depois de um tempo em que os detidos tinham que, por si sós, zelar pelo seu mantimento, contando apenas com o apoio das instituições de assistência e da caridade privada.

### 3.3.2. Vestir os corpos

A roupa constitui, simultaneamente, um sinal da indigência dos reclusos e da degradação das prisões. Algumas descrições dos detidos, realizadas pelos escrivães, eram um autêntico atestado da sua miséria. A propósito de um preso que, no século XVIII, ingressou na cadeia de Ponte de Lima foi escrito que vinha “vestido com huma vestia de saragoça meyo rota e calçóis da mesma também rotos e humas meyas de lam branca também velhas e huns sapatos de baqua muito velhos e aromendados e humas fevellas velhas de ferro e com huma capa da mesma saragoça muito rota e romendada.”<sup>483</sup>

---

que se refere às esmolas concedidas aos presos sob a forma de alimento, verificava-se, em relação ao peixe, a preponderância da sardinha. Araújo, Maria Marta Lobo de, *Rituais de Caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)*..., p. 157. Este peixe era tido como um alimento barato, algo desprezado pelos mais abastados. Veja-se Veloso, Carlos, *A alimentação em Portugal no século XVIII, nos relatos dos viajantes estrangeiros*..., p. 61.

<sup>482</sup> Atente-se, todavia, que esta não era uma prática corrente, ao contrário do que acontecia noutras regiões da Europa, como na Inglaterra. Veja-se McConville, Sean, “The Victorian Prison. England, 1865-1965”, in Morris, Norval; David J. Rothman (edit.), *The Oxford History of Prison. The Practice of Punishment in Western Society*..., pp. 133-135.

<sup>483</sup> AMPL, *Livro de entrada de presos na cadeia – 1732*, n.º 578, fl. 115.

No século XVIII, apesar de a maioria da população prisional de Ponte de Lima ser constituída por gente pobre, nem todos os reclusos se apresentavam vestidos de acordo com essa condição. Não trajavam todos do mesmo modo, como podemos verificar pela descrição de José de Magalhães: "estatura hordinaria e tem a cara redonda, e parda o cabello grenho, inda pouca barba, e estava vestido com huma vestia de pano azul, e hum sertum de baeta da mesma cor, huns calções de saragoça meyas de laya brancas e huns sapatos de Bezerra com seu chapeo na Cabessa".<sup>484</sup>

Geralmente, os encarcerados apresentavam-se vestidos como José de Magalhães. No entanto, havia quem se distinguisse pelos trajes que envergava, como foi o caso de Luís de Vasconcelos, sargento-maior da praça de Valença, que chegou ao estabelecimento prisional de Ponte de Lima, em 1738, com "uma cabeleira curta e vestido de pano encarnado, a cazaca com cazas e botoins de prata vestia de camisa e calções do mesmo pano meyas de seda cor de perola sapatos de bezerra de fava preta com fivellas de prata."

A indumentária tinha uma carga simbólica e constituía um importante elemento de distinção social. Os ricos e os pobres diferenciavam-se pelo tipo de vestuário, pelas cores e pela qualidade dos tecidos usados na sua confecção.<sup>485</sup> Enquanto o pobre vestia roupas sujas e esfarrapadas, aqueles que pertenciam a uma condição social mais elevada trajavam tecidos caros, como a seda, a camurça ou o veludo, e exibiam pormenores mais rebuscados, como, por exemplo, botões de ouro ou prata, além de cabeleiras.<sup>486</sup>

Os tecidos mais utilizados pelas gentes pobres eram baratos e grosseiros, como a saragoça, a baeta e, mais raramente, a lã, o pano pardo, a serafina, o burel e a estopa. Também são feitas referências a peças de linho, que era produzido localmente, usado por elementos do sexo masculino e feminino.<sup>487</sup> A lã era o material mais usado nas meias dos homens, geralmente

---

<sup>484</sup> AMPL, *Livro de entrada de presos na cadeia – 1732*, n.º 578, fl. 29.

<sup>485</sup> Leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *Rituais de Caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (Século XVII-XIX)*..., p. 301.

<sup>486</sup> AMPL, *Livro de entrada de presos na cadeia – 1732*, n.º 578, fl. 116.

<sup>487</sup> Sobre a produção do linho em Ponte de Lima veja-se Bezerra, Manuel Gomes de Lima, *Os Estrangeiros do Lima*, vol. 1, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1992, Ed. facsimilada de 1785, p. 147.

brancas.<sup>488</sup> São escassas as alusões a tecidos mais caros e finos, designados “estrangeiros”, como a camurça e a seda, que apenas estavam ao alcance de bolsas mais recheadas.<sup>489</sup>

Relativamente às cores das peças de vestuário envergadas pelos detidos no momento da sua entrada na prisão, verifica-se que as mais mencionadas eram cores sóbrias e escuras, como o preto, o azul e o verde. O vermelho também estava presente, embora mais associado ao vestuário feminino. O branco era igualmente muito utilizado, sobretudo nos lenços das mulheres e nas meias dos homens. O uso de cores mais berrantes e chamativas estava reservado aos estratos sociais mais elevados.

Geralmente, os homens vestiam camisa, calção, meias e calçavam sapatos de “bezerro” com fivelas, ao passo que as mulheres envergavam saia, gibão e mantilha. Quase todas as mulheres presas estavam descalças, mas podiam usar adornos diversos, como brincos de ouro, colares de pérolas e de contas. Deste modo, o vestuário e os adornos constituíam, juntamente com as características físicas, um elemento identificativo dos detidos aquando do seu ingresso no cárcere, não existindo qualquer procedimento que incluísse a higienização do indivíduo ou a entrega de uniforme com vista à homogeneização da população prisional.<sup>490</sup> Habitualmente, a cadeia era um espaço matizado pelo contraste das cores dos trajes dos presos, que não exibiam qualquer marca que simbolizasse o seu estado de privação de liberdade.<sup>491</sup>

---

<sup>488</sup> Para os homens e mulheres da época moderna, a roupa branca tinha uma capacidade purgante, produzindo uma espécie de lavagem a seco, substituindo o banho. Confira-se Sarti, Raffaella, *Casa e família. Habitar, comer e vestir na Europa Moderna*, Lisboa, Editorial Estampa, 2001, pp. 294-298, pp. 324-329.

<sup>489</sup> AMPL, *Livro de entrada de presos na cadeia – 1733*, n.º 578, fl. 67.

<sup>490</sup> Na Inglaterra vitoriana, aquando da sua entrada na cadeia, os presos podiam ter que vestir um uniforme, cuja cor variava consoante o tipo de detenção. Os detidos sob custódia vestiam um uniforme distinto dos efectivamente condenados. Neste período, nas cadeias locais inglesas também se registavam variações na cor e na forma dos uniformes, mas existia sempre a distinção entre o detido e o condenado. A cor também era usada para diferenciar os crimes pelos quais os criminosos eram enviados para o cárcere e para distinguir os prisioneiros do sexo feminino dos do sexo masculino. Por outro lado, caso as roupas que envergavam na altura do seu ingresso fossem insuficientes ou inadequadas para uma estadia no cárcere, os presos podiam requerer o uniforme prisional. Confira-se Higgs, Michelle, *Prison Life in Victorian England...*, pp. 21-25. Em Espanha, os presos permaneciam no cárcere com a sua própria roupa, mas, a partir da Ordenança de 1834, os condenados tinham que usar um uniforme. Llorca Ortega, José, *Cárceles, Presidios y Casas de Corrección en la Valencia del XIX. (Apuntes históricos sobre la vida penitenciaria valenciana)...*, p. 249.

<sup>491</sup> Um dos elementos associados ao preso, que perdurou no imaginário ocidental até aos dias de hoje, foi o do uniforme às riscas, já usado no século XVIII nas colónias penitenciárias da América do Norte, e transportado, mais tarde, no século XIX, para prisões inglesas e alemãs. Não foi ainda suficientemente estudada a aplicação da risca no

As vestes dos presidiários envelheciam e ficavam encardidas com a falta de lavagem e a própria sujidade do cárcere, pelo que, se não dispusessem de mudas regulares, o seu aspecto tornava-se ainda mais miserável. Quanto à roupa de cama a situação não era melhor. O montante atribuído pelas comissões de cadeias era tão reduzido que, como vimos, nem chegava para alimentar os presos, pouco ou nada sobrando para a compra de roupa de cama. Em 1846, o governador civil afirmava que, entre 1843 e 1846, praticamente todos os reclusos do distrito eram considerados indigentes, sendo reduzida a prestação diária a atribuir a cada um, pelo que não era possível investir na compra de vestuário.<sup>492</sup>

A situação era particularmente grave nos meses invernosos, dado o estado de ruína de algumas prisões e a ausência de quaisquer comodidades, permitindo a entrada da chuva e do frio. Neste quadro, facilmente se imagina o sofrimento de detidos, cobertos apenas com velhos andrajos. Era sobretudo nessas alturas do ano que as autoridades tomavam consciência da dimensão dos problemas que afectavam os estabelecimentos prisionais.<sup>493</sup>

Em Valença, a acção das confrarias foi fundamental para atenuar as dificuldades financeiras do Estado. Em 1855, as irmandades do concelho contribuíram para sustento dos presos pobres com a quantia de 32.200 réis, que foi aplicada, na sua totalidade, na compra de enxergas e mantas. Em Novembro desse ano, as cadeias da vila acolhiam 32 presos pobres, mas como não havia enxergas e mantas para todos, muitos deles eram obrigados a dormir

---

uniforme dos presos, quando e porque começou a ser utilizada. No entanto, o uso da risca horizontal parece estar associada às grades que vertical e horizontalmente traçavam os quadrados, que funcionavam como barreira física à liberdade. Assim, como refere Michele Pastoureau, parece que o uso da risca está ligado à ideia de impedimento, banimento, pela associação que estabelece com o verbo riscar. De facto, aqueles que usavam o uniforme listrado, condenados ao cárcere, eram afastados, por tempos mais ou menos longos, da sociedade. Sobre esta interessante ligação e a aplicação das riscas nos uniformes dos presos leia-se Pastoureau, Michel, *O tecido do diabo. Uma história das riscas e dos tecidos listrados*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996, pp. 66-72.

<sup>492</sup> AHGCVC, *Correspondência com várias autoridades de Agosto de 1844 a Março de 1846*, n.º 1.8.3.8, não paginado.

<sup>493</sup> Em Dezembro de 1851, foi entregue na administração do concelho de Valença, para ser aplicado pela comissão das cadeias, a quantia de 60.000 réis, sendo 35.000 destinados à aquisição de enxergas e mantas para os reclusos das prisões daquela vila. Porém, em 1853, com a aproximação do Outono, admitia-se a incapacidade financeira para adquirir “camas e vestidos”, pois o montante disponível chegava apenas para garantir o seu alimento. AHGCVC, *Correspondência com os administradores dos concelhos, Janeiro de 1851 a Março de 1852*, n.º 1.7.2.15, não paginado; *Correspondência com o Ministério do Reino Março de 1853-Janeiro de 1854*, n.º 1.9.4.23, não paginado.

directamente sobre a madeira das tarimbas. Esta situação, para além de incómoda, conduzia ao aparecimento de doenças, sobretudo do foro respiratório.<sup>494</sup> A comissão daquela vila, que acudia às necessidades dos detidos das cadeias civil e militar do “Sol”, tinha distribuído, em 1857, 20 mantas pelos dois estabelecimentos. No entanto, como se pode observar no quadro 7, nem todos os reclusos dispunham de enxergas e travesseiros.

---

<sup>494</sup> Em 1855, dois presos das cadeias de Valença adoeceram com “pleurizes”, ou seja, com dores agudas provocadas pela inflamação da pleura, em consequência desta situação. A pleurisia é uma doença do foro respiratório, mais frequente nos meses mais frios e chuvosos. Confirme-se Barreira, Aníbal José de Barros, *A assistência hospitalar no Porto. 1750-1850*, Faculdade de Letras. Universidade do Porto, 2002, p. 290. Dissertação de doutoramento policopiada.

**Quadro 7.** Relação das mantas, enxergas e travesseiros distribuídos pelos presos pobres das cadeias de Valença (1857)

Nomes	Camas			Cadeias		Observações
	Mantas	Enxergas	Travesseiros	Civil	Sol	
João de Araújo de Carvalho	1	1	1		+	
José Manuel Domingues	1	1	1		+	velha
Francisco José da Silva	1				+	
Francisco Gomes	1	1	1		+	
Manuel Gomes	1				+	
Benigno Gil	1	1	1		+	
José Fontela	1				+	velha
João Manuel de Passo	1				+	
João Luis Rodrigues	1				+	
João Relim	1				+	
Manuel José Fernandes	1	1	1	+		velha
Antônio Narciso Vieira	1			+		
Francisco d'Amorim	1	1	1	+		
Manuel José Domingues Duque	1			+		velha
Sebastião	1			+		velha
Manuel Joaquim Alves	1			+		
Maria José Valente	1	1	1	+		
Paulo Garcia	1			+		
Maria Joaquina	1			+		
Miguel Alves d'Oliveira	1			+		velha
Luís Antônio da Costa	1			+		

Fonte: AMV, Administração do concelho. *Relação dos presos socorridos*, 1.6.5.3-1, não paginado.

Em 1858, o administrador do concelho de Valença chegou mesmo a utilizar a expressão “estado de nudez e miséria” para descrever o estado em que se encontravam os presos da cadeia daquela vila, sem roupa para cobrirem os corpos.<sup>495</sup>

<sup>495</sup> AMV, Administração do Concelho. *Correspondência para o Administrador Geral, 1856-1859*, n.º 1.2.1.10, não paginado.

Após a entrada no cárcere e atestada a sua pobreza, o preso recebia a roupa de cama, que era marcada, e era anotado o tipo de auxílio que recebia. Contudo, a roupa só lhe era concedida provisoriamente, ou seja, enquanto durasse a reclusão. Antes de sair da cadeia, tinha que a devolver, sendo, posteriormente, entregue a outro recluso.

Ao longo da década de cinquenta do século XIX, o número de presos nas cadeias de Valença não parou de aumentar. Em Janeiro de 1858, a cadeia acolhia 28 reclusos, se bem que a maior parte proviesse das comarcas de Monção e Melgaço. Como não havia enxergas e mantas suficientes para os proteger do frio do Inverno, foi requerido o auxílio das comissões das terras de origem.<sup>496</sup> O administrador do concelho, por sua vez, com o conhecimento do delegado do procurador régio, solicitou financiamento adicional para a aquisição de agasalhos.<sup>497</sup> As enxergas, as mantas e a palha de colmo só foram compradas um mês mais tarde, o que significou que os detidos tiveram que suportar durante um mês a gélida prisão de Valença.<sup>498</sup>

No entanto, em 1869, as condições pareciam ter melhorado. Como se pode observar no quadro 8, salvo duas excepções, todos os presos apoiados pela comissão tinham enxergas e, com excepção de um, todos possuíam mantas, ainda que só alguns dispusessem de travesseiros.

---

<sup>496</sup> AMV, Administração do Concelho. *Correspondência para o Administrador Geral, 1856-1859*, n.º 1.2.1.10, não paginado.

<sup>497</sup> AMV, *Registo da Correspondência para diversas autoridades, 1855-1859*, n.º 1.1.4.33, não paginado

<sup>498</sup> AMV, Administração do Concelho. *Correspondência para o Administrador Geral, 1856-1859*, n.º 1.2.1.10, não paginado.



**Quadro 8.** Relação das mantas, enxergas e travesseiros distribuídos pelos presos pobres das cadeias de Valença (1869)

Nomes	Enxergas	Mantas	Número de travesseiros
Bernardo Teixeira	1	2	
António José de Sousa	1	2	1
António José Peres	1	1	
Francisco Pereira da Silva	1	2	
Manuel Gonçalves	1	2	1
José Joaquim Dias	1	2	
Bento José Gonçalves	1	2	
Manuel Lino Pereira da Silva	1		1
José Monteiro	1	2	1
Manuel da Fonseca	1	2	
Joaquim Carlos de Castro	1	2	
António José Fernandes		2	
Caetano José Fernandes	1	1	
Joaquim Magalhães	1	2	
José António de Sousa	1	1	
Domingos de Almeida	1	2	
José Joaquim Codeceira	1	1	
José Luís Lopes		1	
Manuel José d'Abreu	1	2	
Rosa Maria, viúva	1	1	
Inocência Rosa	1	1	
Maria Joaquina	1	1	
Maria da Rocha	1	1	

Fonte: AMV, Administração do concelho. *Relação dos presos socorridos*, 1.6.5.3-1, não paginado.

Além da roupa concedida pela comissão, comprada com a ajuda do Estado e de fundos disponibilizados pelas instituições de apoio, os presos ainda podiam usufruir das doações das organizações assistenciais ou de particulares, o que significava que outros presos pobres possuíam igualmente roupa de cama, mas não estava sujeita à inspecção da comissão.

Em 1855, em pleno mês de Fevereiro, os detidos da cadeia de Viana do Castelo também dormiam directamente no chão, devido à falta de enxergas, e sem qualquer tipo de protecção, por não terem mantas para proteger os corpos enregelados.<sup>499</sup> Na tentativa de resolver

<sup>499</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino de Janeiro a Dezembro de 1855*, n.º 1.9.4-23, não paginado.

o problema, foram requisitadas mantas e enxergas do hospital destinado aos coléricos, entretanto instalado na cidade.

Ao longo do século XIX, face ao reduzido subsídio atribuído pelo Estado, os presos continuaram a usufruir do amparo das Misericórdias, confrarias e outras instituições de assistência, que distribuíam peças de vestuário, mantas e travesseiros, mas apenas aos que auxiliavam sob a invocação de “presos pobres”.<sup>500</sup> Podiam ainda beneficiar da ajuda de particulares para minorar o seu sofrimento, através de dádivas que incluíam roupas, panos e até dinheiro.<sup>501</sup>

Em 1861, as mantas e enxergas disponíveis na cadeia de Viana do Castelo para os presos pobres provinham da caridade pública. Mas, como não havia tarimbas, eram colocadas no chão velho e sujo, o que provocava a sua rápida deterioração. Para resolver o problema e proporcionar algum conforto aos reclusos, foi solicitado financiamento para a feitura de 20 leitos de madeira e ainda o fornecimento de lençóis de pano, de estopa e de algodão.<sup>502</sup> Também em Valença, em 1860, o delegado do procurador régio considerou indispensável a confecção de novas enxergas e a reparação das existentes.<sup>503</sup>

Além do vestuário, que devia ser devolvido, a Misericórdia de Ponte de Lima ajudava os presos com mantas, enxergas e travesseiros, sobretudo aqueles que tinham que dormir nas tarimbas sem colchão e nas enxergas sem palha.<sup>504</sup> Na enxovia, os detidos nem tarimba tinham, dormindo directamente no chão, que não era assoalhado, dispondo apenas de enxergas com a palha putrefeita pela humidade e “cinco trabeceiros em péssimo estado”.<sup>505</sup>

---

<sup>500</sup> Sobre as doações de roupa da Misericórdia de Ponte de Lima, nos séculos XVIII e XIX, leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *Rituais de Caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (Século XVII-XIX)*..., pp. 287-302.

<sup>501</sup> Em 1869, era noticiado pelo jornal vianense, *A Aurora do Lima*, a doação, feita por uma senhora da terra, de 28 camisas aos presos pobres da cadeia de Viana do Castelo. *A Aurora do Lima*, 27 de Setembro de 1869, n.º 2066, não paginado.

<sup>502</sup> ADVC, Administrador do Concelho de Viana do Castelo. *Ofícios dirigidos ao Governador Civil deste districto, 1860*, n.º 5.16.2.2, não paginado.

<sup>503</sup> AMV, Administração do Concelho. *Correspondência para o Administrador Geral, 1856-1859*, n.º 1.2.1.10, não paginado.

<sup>504</sup> Marta Lobo faz referência a doações de roupa, calçado e palha, efectuadas pela Misericórdia de Ponte de Lima. Confira-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*..., p. 676.

<sup>505</sup> AMPL, *Livro para os autos das visitas às cadeias de Ponte de Lima desta comarca*, n.º 545, fls. 36-37v.º.

Em 1850, também o Estado, através do subsídio atribuído aos presos pobres, adquiriu mantas e enxergas para aqueles que não tinham com que se cobrir nas noites frias de Inverno, ficando, no entanto, obrigados à sua devolução quando fossem libertados.<sup>506</sup>

As peças de roupa distribuídas na prisão estavam marcadas para garantir a sua restituição, além de que, conforme o disposto no *Regulamento das Cadeias de 1843*, a sua transacção como forma de adquirir outros bens no interior da cadeia era fortemente reprimida pelas autoridades, sendo a transferência temporária para o isolamento uma das sanções previstas. Este era, aliás, o castigo aplicado aos presos da cadeia de Ponte de Lima com problemas de disciplina.<sup>507</sup> Já em 1839, fora decidido que cada preso pobre receberia uma manta para se cobrir durante a noite e, na mesma altura, também ficou estipulado que as roupas brancas deviam ser lavadas com intervalo de oito dias.<sup>508</sup> As comissões, sempre que os recursos financeiros permitiam, procuravam adquirir vestuário, mantas e enxergas.<sup>509</sup>

Havia um especial cuidado na atribuição de mantas e enxergas aos reclusos mais idosos, aqueles que mais sofriam com os rigores do frio e que estavam mais expostos à doença.

---

<sup>506</sup> O delegado do procurador régio, no seu auto de 1850, afirmou o seguinte: “[...] observando que estando próxima a Estação do Inverno, se tornava necessaria a distribuição de mantas e enxergas, que se tinham comprado com o subsídio, de que se fez menção nos Autos antecedentes entre os presos que de uma e outra cousa necessitavam; em consequência de que mandou vir a sua presença José Joaquim Vieira da Rocha; e por este foi entregue doze mantas novas e oito enxergas novas, as quaes forão entregues ao carcereiro actual Manuel da Costa, que as recebeu, e por elle Doutor Dellegado lhe foi encarregado que entregara já uma manta a cada hum preso pobre que a não tivesse e que logo que as enxergas fossem cheias, fizesse a mesma distribuição de cada uma dellas; recomendando que no acto de saída de qualquer preso, recebesse do mesmo a manta, e enxerga que lhe tivesse entregue, e não havendo mais a tratar.” AMPL, *Livro para os autos das visitas às cadeias de Ponte de Lima desta comarca*, n.º 545, fl. 49v.º.

<sup>507</sup> Sobre os problemas com a roupa que era atribuída aos presos pobres, bem como a respectiva devolução veja-se Santos, Maria José Moutinho dos, *A Sombra e a Luz. As prisões do Liberalismo...*, pp. 244-249.

<sup>508</sup> AMVNC, *Escrituração pertencente à comissão das cadeias do concelho, suas sessões e deliberações, documento avulso*, não paginado. Para o caso particular da cadeia da Relação do Porto, Maria José Moutinho dos Santos refere que o Regulamento Interno desta cadeia, datado de 1861, obrigava o carcereiro a mandar os presos vestir uma camisa lavada todas as semanas. Santos, Maria José Moutinho dos, *A Sombra e a Luz. As prisões do Liberalismo...*, p. 275.

<sup>509</sup> Em Novembro de 1852, a comissão de Vila Nova de Cerveira era responsável pela sustentação de quatro presos pobres, com os quais despendeu, nesse mês, 4.600 réis, sendo 400 réis aplicados na compra de uma única manta para os quatro. AMVNC, *Escrituração pertencente à comissão das cadeias do concelho, suas sessões e deliberações, documento avulso*, não paginado.

Em 1851, durante os meses de Inverno, os oito detidos mais velhos da cadeia de Ponte de Lima tinham cada a sua manta e uma enxerga cheia de palha.<sup>510</sup> No mesmo, ano chegaram mais mantas e enxergas àquela prisão.<sup>511</sup> Porém, no ano de 1854, o delegado do procurador régio chamava a atenção para a necessidade de agasalhar os presos indigentes, através de esmolos e da “subscrição que se tem promovido e que brevemente se realizarão”.<sup>512</sup>

No que respeita ao agasalho dos detidos, importa sublinhar que era necessário comprar, lavar e coser a roupa, adquirir linhas e panos para a confeccionar, bem como palha para as enxergas. Tudo isto acarretava custos. Tomando o caso de Valença, verificamos que, entre 1856 e 1870, era costume lavar a roupa de cama uma vez por ano, normalmente por altura da Primavera ou do Verão. Todavia, no período analisado, houve anos em que nada foi gasto com esse fim, o que nos leva a concluir que tal prática nem sempre terá sido respeitada. Durante esse tempo, também se procedeu, por diversas vezes, à substituição da palha das enxergas.<sup>513</sup>

Como se pode observar no gráfico 16, as despesas da comissão de Valença, entre 1856 e 1870, prendiam-se, sobretudo, com a alimentação dos detidos, ao passo que os gastos com roupa de cama, azeite, transporte de água e material logístico eram relativamente escassos.

---

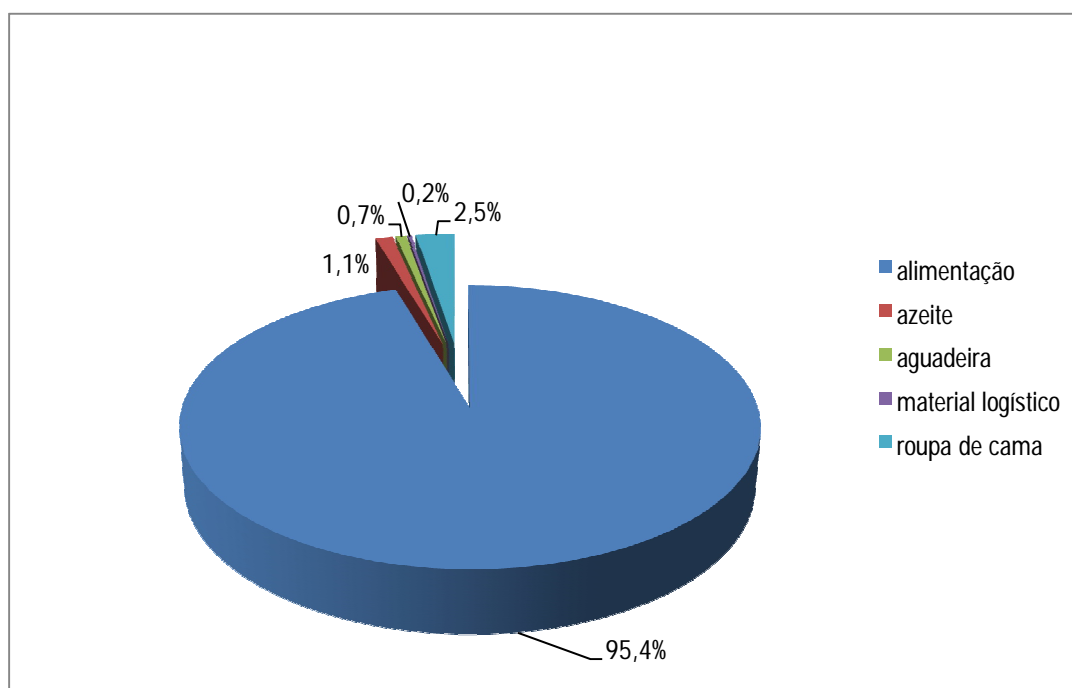
<sup>510</sup> AMPL, *Livro para os autos das visitas às cadeias de Ponte de Lima desta comarca*, n.º 545, fl. 51.

<sup>511</sup> O delegado do procurador régio afirmava no seu Auto de Visita ter achado: “[...] que existião distribuídas pelos prezos oito enxergas sendo uma velha, e sete novas, e oito Mantas, seis novas e duas velhas, estando em guarda uma enxerga nova, e seis mantas novas, e nove velhas”. AMPL, *Livro para os autos das visitas às cadeias de Ponte de Lima desta comarca*, n.º 545, fl. 55.

<sup>512</sup> AMPL, *Livro para os autos das visitas às cadeias de Ponte de Lima desta comarca*, n.º 545, fl. 76 v.º.

<sup>513</sup> Em 1870, foram gastos 2.500 réis com a sua aquisição e o transporte. Estes custos eram justificados pelo facto de serem necessários vários alqueires de palha para encher cerca de 20 enxergas. AMV, Administração do concelho. *Relação dos presos socorridos*, 1.6.5.3-1, não paginado.

**Gráfico 16.** Despesa efectuada pela comissão nas cadeias de Valença (1856-1870)



Fonte: AMV, Administração do Concelho. *Relação dos presos socorridos*, n.º 1.6.5.3-1, não paginado.

Ainda a este propósito, convirá referir que o grosso do financiamento obtido por estes organismos estava destinado precisamente à alimentação dos presos. Só a partir de 1859 é que a comissão passou a assumir as despesas com a compra de azeite para a iluminação do cárcere, e somente desde 1865 é que começou a pagar ao responsável, geralmente uma mulher, pelo transporte de água. Nas despesas com a roupa de cama, não incluímos apenas a aquisição de mantas, enxergas e travesseiros, mas igualmente o seu conserto e lavagem, bem como a compra e transporte de palha. Não são muitas as referências à compra de roupa, mas quando existem, verifica-se que as despesas eram avultadas.

O número de peças de roupa de cama variava consoante os cárceres, dependendo do investimento feito pelas comissões neste sector, do apoio prestado por particulares, por instituições de assistência ou pelas câmaras municipais, bem como do número de presos que geralmente dava entrada nestes estabelecimentos. Em 1859, a cadeia de Melgaço dispunha apenas de duas enxergas e três mantas doadas cinco anos antes pela câmara municipal, de seis enxergas e igual número de mantas. No mesmo ano, a cadeia de Monção possuía seis enxergas velhas, 12 mantas, 24 lençóis, 24 fronhas, 23 travesseiros e um cobertor. Em Arcos de Valdevez, todos os presos tinham mantas e enxergas. Em 1859, nos cárceres de Ponte de Lima

e Viana do Castelo, as peças existentes estavam deterioradas e não chegavam para todos os reclusos que então albergavam.<sup>514</sup> Como se constata, em meados do século XIX, havia uma grande carência de roupa de cama para os presos das cadeias do Alto Minho.

O carcereiro devia cuidar para que os reclusos se apresentassem com o mínimo de asseio, obrigando-os a lavar-se, a fazer a barba e a cortar as unhas e cabelos, quando necessário. O *Regulamento das Cadeias de 1843* concedia ao carcereiro competência para os obrigar a andar vestidos, proibia a venda ou a penhora de roupa e determinava que não podiam dormir em cima de terra batida ou de lajes de pedra.<sup>515</sup>

Para além das comissões, administrações do concelho, Misericórdias e dos particulares, também as câmaras municipais, embora pontualmente, procediam à distribuição de roupa de vestir e de cama pelos presos mais carenciados. Em Outubro de 1864, a câmara de Viana do Castelo adquiriu, para esse efeito, seis mantas e seis enxergas.<sup>516</sup> Algumas edilidades, além de custearem as reparações e a limpeza do cárcere, também se dispunham a assumir os gastos com a lavagem da roupa.<sup>517</sup>

Até 1870, nas cadeias do distrito de Viana do Castelo, não havia um sistema organizado e permanente de fornecimento de roupa de cama, e muito menos de vestir, aos presos pobres, com todas as consequências que esta situação acarretava, sobretudo a nível de saúde. A compra de agasalhos estava sujeita às verbas sobrantes dos gastos com a alimentação e ao apoio concedido pelas instituições referidas e por particulares.<sup>518</sup>

### 3.3.3. A violência e a disciplina

A ausência de uma arquitectura prisional adequada e as carências das estruturas existentes propiciavam um ambiente de conflituosidade e violência no seio dos cárceres. Em

---

<sup>514</sup> Confira-se Coelho, Eusébio Cândido C. P. Furtado, *Estatística do Districto de Vianna do Castello...*, pp. 209-210.

<sup>515</sup> AMVNC, Administração do Concelho. *Assentos de prisão e soltura de presos, documento avulso*, fl. 2v.º.

<sup>516</sup> AMVC, *Actas de Vereação*, n.º 788-H.

<sup>517</sup> Em Agosto de 1855, a câmara municipal de Arcos de Valdevez despendeu 645 réis com esse fim. AMAV, Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, *Documento avulso*, não paginado.

<sup>518</sup> Em 1861, parte das doações dos marqueses de Saldanha, de Jacomé Borges Pacheco Pereira e de alguns reverendos, que procederam à angariação de donativos destinados aos presos pobres nas suas paróquias, e que perfizeram a quantia de 26.175 réis, foi canalizada para a compra de mantas e enxergas. *O Vianense*, 5 de Março de 1861, n.º 445, não paginado.

primeiro lugar, o ajuntamento de toda a espécie de criminosos, de diferentes idades, era certamente um convite à indisciplina e à promiscuidade. Encorajando-se mutuamente, enfrentavam o carcereiro, subornavam-no, planeavam fugas, colocavam em circulação toda a espécie de instrumentos e objectos, incluindo produtos de roubos. No interior da cadeia, a vigilância era assegurada apenas pelo carcereiro e pelo “juiz da prisão”; no exterior, simplesmente não existia, ou então era realizada, a contragosto, por civis ou militares, que nem sempre estavam disponíveis para esse serviço. Ainda na segunda metade do século XIX, era este o panorama que se verificava nas cadeias do distrito de Viana do Castelo, onde imperava a ociosidade e os dias eram passados entre amenas cavaqueiras, jogos proibidos e brigas.<sup>519</sup>

Em certas cadeias, como a de Ponte de Lima, seria frequente a livre circulação dos detidos fora do espaço de reclusão e que elementos estranhos tivessem acesso às instalações. Registaram-se mesmo casos de mulheres de presos que passavam a noite com eles, o que, além de gerar um ambiente de promiscuidade, propiciava a preparação e a concretização de fugas.<sup>520</sup>

No respeitante aos contactos entre os presos, pelo menos na cadeia de Ponte de Lima, era permitida a junção de elementos de sexos distintos, desde que entre eles existisse uma relação pessoal. Em 1854, Eduardo Maximiano Pereira da Rocha Melo, detido na “cadeia velha” daquela vila, foi autorizado a passar as tardes com a sua amásia, que se encontrava detida na “cadeia nova”.<sup>521</sup> Pelo que se poderá depreender das acusações que, em 1854, o administrador do concelho apresentou ao juiz de Ponte de Lima, também não seria incomum os reclusos receberem na cadeia as respectivas mulheres.<sup>522</sup> Este procedimento violava o disposto no

---

<sup>519</sup> Sobre a presença do ócio e do jogo nas cadeias veja-se Fraile, Pedro, *Un espacio para castigar. La cárcel e la ciencia penitenciaria en España (siglos XVIII-XIX)*..., pp. 109-110.

<sup>520</sup> Em 1848, o “juiz” da cadeia de Ponte de Lima comunicou ao delegado do procurador régio que a mulher de um preso, de nome Francisco Fernandes Sarrilha, pernoitava com o marido. AMPL, *Livro para os autos das visitas às cadeias de Ponte de Lima desta comarca*, n.º 545, fl. 41.

<sup>521</sup> AMPL, Administração do Concelho. *Copiador geral dos officios dirigidos por esta administração a diversas autoridades*, n.º 2.2.1.31, não paginado.

<sup>522</sup> AMPL, Administração do Concelho. *Copiador geral dos officios dirigidos por esta administração a diversas autoridades*, n.º 2.2.1.31, não paginado.

*Regulamento das Cadeias de 1843*, que proibia qualquer elemento estranho de pernoitar nas instalações prisionais.<sup>523</sup>

Acreditamos que a conflituosidade entre os reclusos atingia dimensões bem maiores do que a expressa nas fontes, até porque só chegavam ao conhecimento das autoridades os casos mais graves e que não tinham sido resolvidas pelo carcereiro ou pelo “juiz da prisão”. Não dispomos, no entanto, de qualquer testemunho documental que seja comprovativo da ocorrência de revoltas colectivas provocadas pela escassez de alimento, como sucedeu em prisões europeias.<sup>524</sup>

O ambiente da prisão dependia do comportamento não só dos presos, que podiam ser mais ou menos disciplinados, mas também da rigidez ou frouxidão do carcereiro e do “juiz da prisão”, aos quais competia zelar pela ordem e disciplina. O “juiz da prisão” era um preso, escolhido pelos seus pares, que auxiliava o carcereiro na prevenção e resolução de conflitos, evitando o recurso às autoridades judiciais.<sup>525</sup> Cabia-lhe ainda a missão de defender os interesses dos restantes presos e, sob a fiscalização do carcereiro, organizar a limpeza da cadeia e a higiene dos companheiros.<sup>526</sup> Na cadeia de Ponte de Lima, encontrámos uma “juíza” na prisão destinada às mulheres e um “juiz” na prisão dos homens.<sup>527</sup> Qualquer recluso que pretendesse queixar-se da conduta de algum dos seus companheiros devia dirigir-se ao “juiz” da cadeia, que,

---

<sup>523</sup> *Collecção Official de Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva, Legislação de 1842 em diante...*, p. 8.

<sup>524</sup> Sobre as revoltas provocadas pela escassez ou má qualidade da alimentação na Inglaterra vitoriana leia-se Marston, Edward, *Prison. Five hundred years of live behind bars*, Surrey, National Archives, 2009, p. 125. Maria Antónia Lopes faz referência à existência, no século XVIII, de motins na cadeia da Portagem, na cidade de Coimbra, provocados pelas carências que afligiam a população prisional. Leia-se Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, Assistência e Controle Social em Coimbra (1750-1850)*, vol. I..., p. 527.

<sup>525</sup> Em Setembro de 1848, o magistrado refere, no seu “Auto de Visita”, a acção apaziguadora da “juíza” da prisão, que tentou, ainda que em vão, resolver os conflitos entre duas detidas: “A Juíza da prisão do sexo feminino informou que das prezas, que se achavão na prisão, Maria do Espírito Santo, e Maria d’Alheira, são insubordinadas, e não lhe tem obedecido, quando ella tracta de apazigua-las, principalmente Maria d’Alheira, a qual alem de dezobediente, he summamente descomposta de lingoa, tendo athe chegado a insulta-la quando a reprehende de seus excessos, e athe já por duas vezes os levou ao ponto de a espancar, com uma canhotia...”. AMPL, *Livro para os autos das visitas às cadeias de Ponte de Lima desta comarca*, n.º 545, fls. 40-40 v.º.

<sup>526</sup> AMVNC, *Escrituração pertencente à comissão das cadeias do concelho, suas sessões e deliberações, documento avulso*, não paginado.

<sup>527</sup> AMPL, *Livro para os autos das visitas às cadeias de Ponte de Lima desta comarca*, n.º 545, fl. 40 v.º.



por sua vez, encaminhava a ocorrência para o carcereiro. Era a este que competia fazer a participação às autoridades competentes.<sup>528</sup>

A negligência, a prepotência ou até a corrupção de carcereiros e juízes podiam dar origem a desacatos.<sup>529</sup> Segundo o *Regulamento das Cadeias de 1843*, estava vedada aos carcereiros a aplicação de castigos corporais aos presos, cabendo-lhes manter a ordem, impedir zaragatas e gritarias, bem como jogos de cartas e o consumo desmesurado de bebidas alcoólicas.<sup>530</sup>

O recurso aos “juízes de prisão” para resolver os conflitos nem sempre produzia os resultados desejados. Durante o período em análise, a violência nas cadeias expressava-se, por um lado, através dos conflitos entre os próprios detidos; por outro, através da organização de planos de evasão e de actos de insubordinação contra a autoridade carcerária.

A prisão era um espaço de insurreição e violência, não apenas verbal mas também física. Eram frequentes as ameaças e trocas de insultos entre os detidos, mas estes também não se coíbiavam de lançar todo o tipo de impropérios sobre os passantes, o que chocava a opinião pública.<sup>531</sup> Esta situação parece ter sido particularmente comum em Ponte de Lima, levando a imprensa a insurgir-se contra esses comportamentos e a culpar o carcereiro por não os impedir.<sup>532</sup>

Dentro do espaço carcerário, havia reclusos que se destacavam pela sua personalidade irascível ou pela malignidade dos seus actos, criando um clima de medo, que lhes permitia subjugar ou até assassinar os companheiros. Alguns, pela sua maior inteligência ou capacidade de mobilização, arvoravam-se em mestres do crime e ocupavam o tempo a apregoar as suas

---

<sup>528</sup> *Collecção Official de Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva, Legislação de 1842 em diante...*, p. 11.

<sup>529</sup> Em 1896, a propósito da figura do “juiz da prisão”, Faustino da Fonseca, que esteve detido no Limoeiro, refere o seguinte: “O juiz, pelo regulamento e pelo que ainda hoje se faz, é rei absoluto na prisão, tendo auctoridade sobre os presos apesar de ser também preso e no geral da peor espécie. Ainda não há muitos annos compravam-se os logares de juiz e peitavam-se os empregados encarregados da nomeação. O cargo rendia muito boas libras obtidas em todo o género de explorações.” Veja-se Fonseca, Faustino da, *Tres mezes no Limoeiro...*, p. 39.

<sup>530</sup> *Collecção Official de Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva, Legislação de 1842 em diante...*, p. 8.

<sup>531</sup> *O Lethes*, 25 de Abril de 1865, n.º 25, não paginado.

<sup>532</sup> Em Setembro de 1848, a “juíza” da cadeia das mulheres queixou-se junto do delegado do procurador régio do comportamento das detidas Maria d’Alheira e Maria do Espírito Santo, que a ameaçaram agredi-la com uma canhota. AMPL, *Livro para os autos das visitas às cadeias de Ponte de Lima desta comarca*, n.º 545, fls. 40-40v.º.

façanhas ou a exortar os companheiros a enfrentarem as decisões da justiça, o que contribuía para que as prisões fossem apelidadas de verdadeiras escolas de delinquência.<sup>533</sup>

Um dos episódios mais marcantes foi protagonizado por José Rio, condenado à morte em Espanha, que fugiu para Portugal, onde foi capturado em 1858 e conduzido à cadeia de Caminha. Para evitar o cumprimento da sentença que lhe tinha sido aplicada, matou o companheiro de cárcere, de modo a ser julgado em Portugal, o que efectivamente aconteceu, tendo sido sentenciado a trabalhos públicos para toda a vida.<sup>534</sup> O cometimento destes crimes era facilitado pela falta de vigilância e pela impossibilidade de separação dos detidos consoante o seu grau de perigosidade.

O consumo desregrado de álcool, bem como os jogos de cartas, que eram, aliás, proibidos, potenciavam os comportamentos mais impulsivos dos reclusos. O “juiz” da prisão de Ponte de Lima chegou mesmo a denunciar junto do delegado do procurador régio o consumo exagerado de vinho, tanto na prisão dos homens como na das mulheres.<sup>535</sup> Apesar de proibido em excesso, o álcool entrava nas cadeias de várias formas, como nos dá conta Aires de Gouveia, que, em 1860, escreveu o seguinte:

“[...] Todos sabem como o criminoso negocia através das grades os artefactos, e recebe da mão d’amazias e rameiras o produto que, em breve convertido em vinho, em aguardente, ou em incentivo de jogo é origem de tantas funestas desgraças.”<sup>536</sup>

No caso de Ponte de Lima, as bebidas alcoólicas eram introduzidas, clandestinamente, pelo postigo da porta ou pela janela da enxovia. O mesmo acontecia em Melgaço, onde, em 1852, um indivíduo que, tendo sido impedido de entregar a um preso, através de uma janela, uma quantidade de vinho superior ao permitido, insultou o guarda responsável pela vigilância

---

<sup>533</sup> Segundo João António Pereira, esta situação verificava-se nas cadeias de finais de oitocentos, em resultado da detenção colectiva que ainda se praticava em todas as cadeias do país, com excepção da Penitenciária de Lisboa. Pereira, João António, *As Prisões. Dissertação Inaugural apresentada á Escola Médico-Cirurgica do Porto*, Porto, Typographia de V. Gandra, 1881, p. 35.

<sup>534</sup> Também na prisão de Caminha, quatro anos antes, um preso que veio remetido da cadeia da Relação do Porto, com vista à sua extradição para Espanha, assassinou um companheiro de cárcere, conhecido pela alcunha de “Lixo”. AHGCVC, *Registo geral, Agosto de 1848 a Novembro de 1859*, n.º 1.10.3.7, não paginado; *Registo dos officios para os administradores do concelho desde Setembro de 1854 a Junho de 1855*, n.º 1.7.2.18, não paginado.

<sup>535</sup> AMPL, *Livro para os autos das visitas às cadeias de Ponte de Lima desta comarca*, n.º 545, fls. 41-42v.º.

<sup>536</sup> Gouveia, Aires, A., *A Reforma das cadeias em Portugal...*, p. 126.

exterior do cárcere.<sup>537</sup> Mas o vaivém de gente que diariamente ocorria à prisão e a facilidade com que os reclusos comunicavam entre si e com o exterior, às vezes com a convívência do carcereiro, também facilitava o acesso ao álcool.<sup>538</sup>

Se a introdução desmesurada de bebidas alcoólicas era preocupante, a infiltração de instrumentos destinados a preparar e concretizar as fugas era igualmente motivo de inquietação.<sup>539</sup> Muitas vezes, só eram detectados quando as grades das janelas ou das portas já tinham sido serradas.<sup>540</sup>

---

<sup>537</sup> AMMço, Administração do concelho. *Ofícios e circulares recebidos de diversas autoridades*, 1852, n.º 1.3.4.6-3, não paginado.

<sup>538</sup> Sobre a liberdade de movimentos e de comportamentos, de que usufruíam os presos da cadeia de Viana do Castelo, é bastante elucidativo a seguinte excerto retirado do jornal *O Vianense* de 1859: “[...] aqui o preso não está numa cella; mas numa sala, onde o veneno corruptor circula de veia em veia pela fora do contacto; aqui o preso não tomou a posição de vegetal pensante, mas é um terrível animal, que salta, grita, blasfema, injúria, maldiz, ri-se, escarnece, brinca e até raciocina, calcula, forma planos, de tal sorte combinados que mal podem falhar no escalamento ou arrombamento de uma casa ou no assassinato de um semelhante; aqui o preso também não sofre, nem se sente sofrer, porque com tão agradável e espirituosa suia o espírito distrai-se, não há melancolia que assombre o rosto; ele não sofre, porque a prisão é olhada como uma espécie de armistício tacitamente pactuado com os cidadãos e que mal acabado se romperão as hostilidades; ele não sofre, porque quando aborrido da monotonia que enfastia, vem para as grades conversar com os conhecidos, e conhecidas que transitam na rua, e ahi em pleno dia, numa desmoralizadora e indecente palestra, se entretem o tempo que lhe apraz; enfim ele não sofre porque o apetite é satisfeito, não só pelo alimento que a sociedade lhe subministra, mas porque há umas ceiras pendidas nas grades, que lacrimosas exclamações acompanhadas de uma descomposta mímica explicam aos que passam para que ellas servem, e elles enternecidos não são surdos à voz da caridade”. *O Vianense*, 29 de Julho de 1859, n.º 203, não paginado.

<sup>539</sup> AMPL, *Livro para os autos das visitas às cadeias de Ponte de Lima desta comarca*, n.º 545, fl. 42v.º.

<sup>540</sup> Em 1854, as grades da cadeia de Melgaço apareceram limadas, tendo-se procedido a uma investigação com o objectivo de apurar os autores. AMMço, *Ofícios e circulares remetidos pelo Governador Civil*, 1854, n.º 1.3.1.1-5, não paginado. Em Novembro de 1857, os presos da cadeia de Viana do Castelo foram encontrados na posse de vários instrumentos que se destinavam ao arrombamento da prisão, tendo em vista a concretização de um plano de fuga. Leia-se *A Aurora do Lima*, 25 de Novembro de 1857, n.º 290, não paginado. Em 1840, quatro presos conseguiram evadir-se da cadeia de Ponte Lima depois de terem conseguido cortar as grades com uma serra que tinha sido entregue pela irmã de um dos implicados. AHGCVC, *Registo dos ofícios para o Ministério de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12, não paginado. Na cadeia de Arcos de Valdevez, em 1849, alguns presos tentaram evadir-se, tendo reunido, para o efeito, vários instrumentos. AHGCVC, *Correspondência com o ministério do reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18, não paginado. Depois de ter sido cometido um assassinato no interior da cadeia do Limoeiro, em 1884, a polícia de Lisboa levou a cabo uma rusga pelas prisões, tendo encontrado centenas de baralhos de cartas, punhais feitos com limas, tesouras, facas, navalhas e

De vez em quando, os reclusos eram apanhados na posse de produtos furtados. Em 1856, na cadeia de Valença, Ana Maria, cuja detenção fora determinada pelo crime de furto, foi surpreendida pelo administrador do concelho a desfazer camisas e a colocar-lhes punhos novos para impedir a sua identificação pelos lesados.<sup>541</sup> Segundo Maria José Moutinho dos Santos, na cadeia da Relação do Porto, eram as mulheres que, geralmente, procediam à introdução do produto de roubos no cárcere, tirando partido do seu papel de esposa, amante ou de simples mulher de recados.<sup>542</sup> Em 1838, tendo chegado ao conhecimento do administrador do concelho de Viana do Castelo que vários presos tinham em seu poder objectos supostamente roubados, ordenou ao carcereiro que efectuassem uma busca pela prisão e os revistassem na sua presença e de outras testemunhas, tendo sido descobertas várias peças de ouro escondidas dentro de caixas e na própria roupa de dois detidos. Um deles, Manuel José da Costa, tinha um cordão de ouro e um fio de contas também de ouro escondidos na bainha das ceroulas.<sup>543</sup>

Os presos que mais facilmente conseguiam dominar os estabelecimentos prisionais do Alto Minho e manter ligações com o exterior eram os membros de quadrilhas e bandos de salteadores, cuja fama e ferocidade eram reconhecidas e transportadas para a cadeia, conseguindo intimidar os carcereiros, que não resistiam a conceder-lhes maior liberdade de movimentos e, por essa via, acabavam por facilitar a sua fuga. Aliás, as evasões mais aparatosas foram as protagonizadas por este tipo de meliantes.<sup>544</sup> No ano de 1850, o delegado do procurador régio de Ponte de Lima denunciou a falta de segurança em torno da cadeia.<sup>545</sup>

---

armas de fogo. Segundo Faustino Fonseca, era habitual, anos antes da sua passagem pelo Limoeiro, os presos passarem as noites a jogar “a lasca, a vermelhinha, a ronda, o monte, o trinta e um, etc., tirando os juizes um importante baralho de todos os jogos e vendendo vinho do seu bailique para os jogadores.” Fonseca, Faustino da, *Tres mezes no Limoeiro...*, p. 76, 95.

<sup>541</sup> AMV, Administração do Concelho. *Registo da Correspondência expedida para diversas autoridades, 1855-1859*, n.º 1.1.4.33, não paginado

<sup>542</sup> Santos, Maria José Moutinho dos, *A Sombra e a Luz. As prisões do Liberalismo...*, p. 332.

<sup>543</sup> AHGCVC, Administrador do concelho de Viana do Castelo. *Copiador Geral -1837*, n.º 5.16.4.16, não paginado.

<sup>544</sup> Em 1841, o governador civil informou o Ministério do Reino de mais uma fuga da cadeia de Monção, protagonizada por membros de uma quadrilha: “Tendo-se evadido da cadeia de Monção quatro salteadores que na mesma se achavam presos e sendo a terceira vez, que esta ocorrência tem lugar devido à pouca segurança das referidas cadeias.” AHGCVC, Ministério do Reino, 3.ª repartição, *Cadeias – 1839-1843*, Maço 1992, não paginado.

<sup>545</sup> AMPL, *Livro para os autos das visitas às cadeias de Ponte de Lima desta comarca*, n.º 545, fl. 48.

O isolamento e, mais raramente, a privação de alimentos eram as punições aplicadas aos detidos mais agressivos e que provocavam desacatos.<sup>546</sup> Caso estas medidas não resultassem, procedia-se à sua transferência para outro estabelecimento prisional.<sup>547</sup> Porém, o castigo de isolamento não podia ter uma duração superior a três dias e a sua aplicação, bem como as razões que o determinaram, tinham de ser comunicadas às autoridades.<sup>548</sup> A enxovia era o local para onde eram enviados os presos mais perigosos. Em 1858, na enxovia da cadeia de Ponte de Lima, estavam detidos indivíduos que já tinham sido responsáveis pelo arrombamento das prisões de Viana do Castelo e de Braga. Daí, o receio do carcereiro em ter à sua guarda criminosos com tal cadastro.<sup>549</sup>

A violência física e verbal era uma realidade quotidiana do espaço prisional. Na sua génese encontramos a conjugação de diversos factores, nomeadamente o consumo de álcool, o jogo, a aglomeração indiscriminada de detidos, o excesso de lotação, a permissividade do carcereiro, a fragilidade do sistema de vigilância e a inoperância da justiça.

#### **3.3.4. O trabalho e a oração**

Num tempo em que ainda não era considerada como um espaço capaz de reabilitar moralmente o indivíduo, mas apenas como uma etapa intermédia que podia anteceder a aplicação da pena efectiva, a cadeia já era um lugar onde se admitia a possibilidade de recuperação espiritual. Este processo envolvia elementos exteriores ao cárcere, que acreditavam na possibilidade de humanizar a prisão, através do recurso à oração. Esta ideia desenvolveu-se ainda na Idade Moderna, e leva-nos a presumir que, no caso português, muito antes de se verificar a imposição de uma concepção regenerativa do cárcere, que só veio a acontecer em

---

<sup>546</sup> Este castigo foi aplicado ao “juiz” da prisão e a um outro preso da cadeia de Ponte de Lima, em Dezembro de 1854. AHGCVC, *Registo dos officios para os administradores do concelho desde Setembro de 1854 a Junho de 1855*, n.º 1.7.2.18, não paginado.

<sup>547</sup> Veja-se o caso de José Alvim e António Vieira, que, por terem posto em causa o sossego da prisão, foram enviados provisoriamente para a enxovia, até serem transferidos para outro estabelecimento prisional. AMPL, *Livro para os autos das visitas às cadeias de Ponte de Lima desta comarca*, n.º 545, fl. 101v.º.

<sup>548</sup> Nas cadeias inglesas, os presos prevaricadores não só eram condenados a uma dieta composta de pão e água, mas também ao isolamento, que não podia exceder os três dias, embora, em situações consideradas mais graves, pudesse chegar a 14 dias. Em certas circunstâncias, os indisciplinados também eram submetidos a castigos corporais. Higgs, Michelle, *Prison Life in Victorian England...*, pp. 44-45.

<sup>549</sup> AMPL, *Livro para os autos das visitas às cadeias de Ponte de Lima desta comarca*, n.º 545, fls. 120-120v.º.

finais do século XIX, vigorou a ideia da reabilitação espiritual.<sup>550</sup> Assim se entende a intervenção dos irmãos das Misericórdias, das Ordens Terceiras e de outras irmandades no espaço prisional, preocupando-se com a formação moral do recluso, que seria conseguida através da oração, dos sacramentos e da participação em actos religiosos. No fundo, procurava-se evitar a “descristianização” dos presos através de um conjunto de práticas, que incluíam a realização de ofícios religiosos, confissão na terça-feira da última semana da Quaresma e a celebração de datas importantes, como o Natal e a Quaresma.<sup>551</sup> Na Semana Santa, todos os reclusos deviam confessar-se e receber a comunhão. Ora, era também neste período que um maior número de fiéis acorria às igrejas, ocupando os sacerdotes, que assim não podiam cumprir a sua missão nos cárceres. Perante esta situação, o bispo do Porto, em Março de 1845, propunha que

“[...] para se fazer aquele acto religioso da confissão e comunhão dos presos ainda com mais decência, regularidade e proveito espiritual dos mesmos, na emenda dos seus pecados, e crimes, do que até agora se tem feito, fosse ele antecipado para a semana anterior, ou deferido para a semana seguinte depois do domingo da Ressurreição no que concordo o presidente da relação que me afirma haver outrora oficiado por isso ao ministério n’este mesmo sentido.”<sup>552</sup>

Os presos da cadeia de Ponte de Lima, além da oração matinal e depois da refeição, eram obrigados a rezar todas as noites, em coro, e com o terço de Nossa Senhora na mão.<sup>553</sup> Porém, e em termos práticos, pouco se fez para os corrigir moralmente e prepará-los para o regresso ao convívio da sociedade.<sup>554</sup>

Em 1847, o governador civil do distrito de Viana do Castelo afirmava que

---

<sup>550</sup> Sobre esta ideia de regeneração espiritual, leia-se Oliveira, Marta Tavares Escocard, “As Misericórdias e a assistência aos presos”..., p. 69.

<sup>551</sup> Nas cadeias inglesas do século XIX, a religião constituía parte integrante do quotidiano dos presos. Os presos dispunham de uma capela, eram obrigados a assistir a ofícios religiosos e recebiam a visita de capelães. Higgs, Michelle, *Prison Life in Victorian England...*, pp. 54-56.

<sup>552</sup> ANTT, MNEJ, *Maço 682*, caixa 884, n.º 2, não paginado.

<sup>553</sup> AMPL, *Livro para os autos das visitas às cadeias de Ponte de Lima desta comarca*, n.º 545, fl. 37.

<sup>554</sup> O mesmo se verificava nas cadeias espanholas, onde os presos também tinham obrigações no domínio espiritual, tendo que rezar diariamente e assistir a ofícios religiosos. Pérez Álvarez, María José, “Delito y Castigo: Presos y cárceles en el León del Antiguo Régimen”..., p. 130.

"[...] A religião é o agente que mais poderosamente pode influir sobre os faccioneros dos cárceres, e meio mais eficaz para moralisar os seus corações receosos, mas desgraçadamente pouco ou nada se tem elle empregado no nosso paiz."<sup>555</sup>

No entanto, esta mesma autoridade, aquando da visita que efectuou às cadeias do seu distrito, constatou que em nenhuma delas era celebrada a missa, requerendo explicações ao Arcebispo de Braga e rogando-lhe que intercedesse junto dos arceprestes para que a missa fosse celebrada nas prisões todos os domingos e nos dias determinados pela Igreja.<sup>556</sup> Aos sacerdotes destacados para este serviço ou aos religiosos egressos, que recebiam um subsídio estatal, competia cuidar da formação moral dos presos, de acordo com a doutrina da Igreja Católica.<sup>557</sup> A missa era tida importante no processo de regeneração espiritual, ajudando o criminoso na purificação da alma e na expiação dos pecados.<sup>558</sup>

No caso particular de Viana do Castelo, o governador civil pretendia que o arcepreste obrigasse os egressos residentes naquela vila ou a uma légua de distância a celebrarem missa para os presos, nos domingos e nos dias determinados pela Igreja Católica, bem como a realização de uma espécie de "visitas morais". Esta pretensão não foi atendida, tendo o arcepreste evocado "falta de decência e incompetência do local para isso destinado", propondo, em alternativa, que assistissem aos ofícios religiosos que tinham lugar na Misericórdia.

Na mesma altura, o governador civil solicitou ao Arcebispo de Braga que fosse diligenciada a construção de oratórios nas cadeias públicas do distrito. Todavia, esta pretensão

---

<sup>555</sup> AHGCVC, *Correspondência com várias autoridades de Agosto de 1847 a Outubro de 1849*, n.º 1.8.3.11, não paginado.

<sup>556</sup> Na cadeia do Limoeiro, os presos assistiam à missa todos os domingos, que tinha lugar pelas nove horas da manhã e nos dias considerados santificados pelo calendário litúrgico. Fonseca, Faustino da, *Tres mezes no Limoeiro....*, p. 17.

<sup>557</sup> AHGCVC, *Correspondência com várias autoridades de Agosto de 1847 a Outubro de 1849*, n.º 1.8.3.11, não paginado.

<sup>558</sup> O artigo 35.º, do capítulo XI, do regulamento de polícia das cadeias civis determinava "[...] como empregar a necessária vigilancia para que os presos ouçam a Missa nos Domingos e Dias Sanctificados; [...] e para que pratiquem os actos religiosos de devoção e boa ordem." *Collecção Official de Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva, Legislação de 1842 em diante*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1842, p. 13.

não foi acolhida por aquela autoridade eclesiástica, por, alegadamente, não caber nas suas prerrogativas.<sup>559</sup>

Como a cadeia de Ponte de Lima não tinha oratório ou capela, um cidadão da terra, João Lourenço, mandou construir, em 1613, a capela de Nossa Senhora da Penha de França, em frente da grade da enxovia, em altura e posição apropriadas para que os presos pudessem assistir aos ofícios religiosos.<sup>560</sup> Assim, este legado permitiu à Santa Casa Misericórdia da vila prestar-lhes assistência espiritual.<sup>561</sup> Porém, em meados do século XIX, a missa já não era celebrada na referida capela, mas no interior da cadeia. Por vezes, o capelão faltava às suas obrigações, como aconteceu em 1868.<sup>562</sup> Nesses casos, a alternativa era a deslocação dos presos à igreja da Misericórdia, devidamente escoltados por cabos de polícia, dada a inexistência de uma força militar.<sup>563</sup> A deambulação dos reclusos algemados pelas ruas, acompanhados por escolta policial, não deixava de constituir um quadro pouco dignificante e até vexatório.<sup>564</sup>

---

<sup>559</sup> AHGCVC, *Correspondência com várias autoridades de Agosto de 1847 a Outubro de 1849*, n.º 1.8.3.11, não paginado.

<sup>560</sup> A autorização para a realização do ofício religioso pelos irmãos da Misericórdia de Ponte de Lima, destinado aos presos da cadeia da vila, foi concedida, no ano de 1590, pelo arcebispo de Braga, nos termos que se seguem: "[...] dom frei Agostinho de Jesus [...] damos licença que se possa dizer missa na ermida que ora novamente se fez defronte da cadeia da correição da villa de Ponte de Lima, pelo Provedor e Irmãos da Casa da Misericórdia da mesma villa, para nela os presos ouvirem a missa que é de invocação de Nossa Senhora." ASCMPL, *Documento Avulso*, não paginado.

<sup>561</sup> Sobre a construção da capela de Nossa Senhora da Penha de França leia-se Lemos, Miguel Roque dos Reis, *Anais municipais de Ponte de Lima...*, p. 104.

<sup>562</sup> AMPL, *Correspondência expedida para a Procuradoria Régia*, n.º 1726, fl. 47.

<sup>563</sup> Esclareça-se que a igreja da Misericórdia situa-se a escassos metros da cadeia, não mais que 100 metros.

<sup>564</sup> AMPL, *Correspondência expedida para a Procuradoria Régia*, n.º 1726, fl. 47.





**Figura 5.** Capela de Nossa Senhora da Penha de França, em Ponte de Lima

No que diz respeito ao trabalho nos cárceres, no caso particular do distrito de Viana do Castelo, não se vislumbra, pelo menos até 1870, qualquer tentativa da sua inclusão no quotidiano dos reclusos, muito embora a função moralizadora do trabalho já estivesse presente no discurso vintista.

Embora o Código Penal de 1852 prevísse a aplicação da pena de prisão maior com trabalho, as instalações carcerárias eram muito acanhadas e não permitiam a construção de oficinas e em muitas delas a população prisional era tão reduzida que o investimento não seria compensatório, além de que não havia dinheiro para custear a aquisição de matérias-primas e ferramentas.<sup>565</sup>

O trabalho não surge com uma finalidade reabilitadora, mas servia antes para agravar a pena aplicada. O artigo 38.º do referido Código excluía a sua obrigatoriedade em caso de prisão correcional.<sup>566</sup> A forma como o trabalho foi apresentado no primeiro Código Penal português deu azo a críticas. Um dos seus principais detractores foi Basílio Alberto de Sousa Pinto, que se opunha à ideia de trabalho forçado, considerando que este devia ser antes perspectivado como uma espécie de lenitivo, que visava amenizar a passagem pela prisão.<sup>567</sup>

Relativamente ao destino a dar à receita proveniente do trabalho nas cadeias, José Manuel da Veiga defendia que deveria ser entregue aos presos aquando da sua libertação. Em 1860, João Maria Calisto advogava que uma parte do lucro devia reverter a favor dos reclusos e a outra seria entregue ao Estado, que a aplicaria no melhoramento das cadeias e na compra de roupa e de alimentos para detidos.<sup>568</sup> Segundo o disposto no artigo 20º, do Título II, da lei de um de Julho de 1867, os condenados a prisão maior celular, com excepção dos considerados incapazes, ficavam obrigados ao trabalho, cuja receita seria repartida pelo Estado, pela família, pelos lesados ou ofendidos e ainda pelos presidiários.<sup>569</sup> Os presos condenados a pena correcional, que não dispusessem de recursos económicos para pagar o seu sustento no cárcere e o aluguer da cela, tinham como solução contribuir com o trabalho para custear essas despesas.

---

<sup>565</sup> *Código Penal de 1852...*, p. 34.

<sup>566</sup> *Código Penal de 1852...*, p. 35.

<sup>567</sup> Pinto, Basílio Alberto de Sousa Pinto, *Lições do Direito Criminal Portuguez...*, p. 153.

<sup>568</sup> Calisto, João Maria, *Algumas Palavras sobre o Estado Actual das Prisões em Geral e a sua Reforma...*, pp. 30-31.

<sup>569</sup> *Collecção Official da Legislação Portuguesa, Anno de 1867*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, p. 270.

Nas prisões nacionais de maior dimensão, a aposta no trabalho voluntário começou a ser concretizada e a dar frutos. Em 1858, na cadeia do Limoeiro, que dispunha de oficinas, uma média de 580 presos ocupou-se em diversos mesteres, uns como sapateiros, esparteiros e escoveiros, outros como palheiros ou latoeiros, conseguindo amealhar 9.998.485 réis.<sup>570</sup> De facto, até à década de setenta, as únicas cadeias a promover o trabalho numa escala considerável, ainda que voluntário, foram as de Lisboa e Porto.<sup>571</sup>

Face à impossibilidade de generalizar o trabalho nas cadeias, foi decidido que os presos deviam ocupar o seu tempo com a execução de tarefas que lhes fossem atribuídas pelos carcereiros. Mas tratava-se apenas de serviços esporádicos, geralmente encomendados pelas autoridades administrativas e judiciais. Por isso, o ócio, que preenchia grande parte do quotidiano das cadeias locais, resultava, em boa medida, da negligência do carcereiro ou da não requisição de serviços por parte das entidades competentes. No entanto, apesar de todo o tipo de condicionalismos, havia uma diversidade de afazeres, relacionados, nomeadamente, com o melhoramento do espaço carcerário, que podiam ser executados pelos presos. Em 1855, o administrador do concelho de Ponte de Lima, aquando da última visita à cadeia, tinha ordenado que os detidos fizessem algumas latrinas, disponibilizando para esse efeito as ferramentas necessárias. Pretendia, desta forma, dar uma ocupação aos reclusos e, ao mesmo tempo, beneficiar as instalações. Todavia, essas tarefas não foram realizadas, porque o carcereiro, pago pelo município, não se empenhou na sua execução, sendo, por isso, acusado de desmazelo.<sup>572</sup>

Pelo menos até 1870, em relação às pequenas cadeias locais, não se pode falar propriamente de trabalho carcerário, nem se vislumbravam esforços, por parte das autoridades, no sentido de o promover. As pequenas tarefas que, esporadicamente, os detidos eram incumbidos de realizar não tinham qualquer intenção moralizadora, nem serviam sequer para financiar a sua estadia no cárcere ou prestar auxílio à família. Mas em algumas cadeias da Europa eram os presos que confeccionavam as suas roupas, fabricavam o mobiliário que utilizavam e realizavam outras tarefas, o que servia também para aliviar as despesas do Estado.

---

<sup>570</sup> Já em 1863, cerca de 292 reclusos das cadeias civis de Lisboa trabalharam nas oficinas, tendo obtido proventos que rondaram os 7.900.500 reis. *O Vianense*, 24 de Março de 1864, n.º 904, não paginado.

<sup>571</sup> Sobre o trabalho na cadeia da Relação do Porto veja-se Santos, Maria José Moutinho dos, *A Sombra e a Luz. As prisões do Liberalismo...*, pp. 305-323.

<sup>572</sup> AMPL, *Administração do concelho de Ponte de Lima – Copiador dos officios dirigidos por esta administração a diversas autoridades*, n.º 2.2.2.31, não paginado.

### 3.3.5. As celebrações

Por ocasião de comemorações que tinham lugar no exterior do cárcere, os presos beneficiavam de acções filantrópicas, sob a forma de alimentos, roupas e esmolas. Assim, mais do que personagens intervenientes nas celebrações, aguardavam apenas que grandes e pequenos benfeitores aproveitassem as datas festivas para darem corpo aos valores tão em voga na Europa oitocentista, como a filantropia. Os reclusos tornavam-se, então, alvos da atenção dos representantes da Igreja Católica, do poder político e judicial, afinal da própria sociedade.

Os momentos marcantes da vida humana, como o nascimento, o aniversário, o casamento, a morte, bem como a subida ao trono, eram celebrados com magnificência pelas famílias reais e comemoradas por toda a sociedade.<sup>573</sup> Nessas alturas, também os reclusos usufruíam da magnanimidade régia, sendo presenteados com perdões, esmolas e jantares. Em 1855, em Arcos de Valdevez, a aclamação do rei D. Pedro V foi festejada, durante três dias, com iluminações, música e jantares oferecidos aos reclusos, sendo os gastos suportados pela câmara municipal.<sup>574</sup> Também em 1862, por ocasião do casamento do rei D. Luís com D. Maria Pia, os presos da cadeia daquela vila foram brindados com um jantar.<sup>575</sup> Estes repastos serviam para promover a generosidade dos monarcas, ao mesmo tempo que potenciavam a sua onnipresença, através de acções de beneficência.<sup>576</sup> Por altura da sua ascensão ao trono, D. Luís, que já tinha mostrado o seu lado indulgente, tão ao gosto dos monarcas portugueses, concedeu perdão a alguns detidos e comutou a pena de outros.<sup>577</sup> A comemoração dos aniversários reais era igualmente pretexto para a promoção de acções destinadas aos mais desprotegidos da sociedade. Em 1858, para celebrar o aniversário de D. Pedro V, o governador

---

<sup>573</sup> Sobre os festejos realizados nestas ocasiões leia-se Ferreira-Alves, Joaquim Jaime B., “«O Magnífico Aparato»: formas da festa ao serviço da família real no século XVIII” in *Revista de História*, vol. 12, 1993, pp. 155-220.

<sup>574</sup> AMAV, Câmara Municipal, *Documento avulso*, não paginado.

<sup>575</sup> AMAV, *Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, Conta corrente da câmara com o tesoureiro do concelho, relativo à receita e despesa do município em cada ano económico*, documento avulso, não paginado.

<sup>576</sup> Desde o reinado de D. João II, que os monarcas promoviam jantares para a comunidade, incluindo os mais desfavorecidos, como doentes, pobres e presos. Marco Daniel Duarte dá como exemplo o jantar comemorativo do casamento do príncipe D. Afonso com D. Isabel, no século XV, e o jantar promovido por D. Maria I, em 1799, que beneficiou todos os presos. Sobre este assunto leia-se Duarte, Marco Daniel, “«Sacrum convivium». Formas e conteúdos da ceia do rei de Portugal na Idade Moderna a partir de figurações icónicas”, in *De Arte*, 4, 2005, p. 115.

<sup>577</sup> *O Vianense*, 10 de Dezembro de 1861, n.º 560, não paginado.

civil de Viana do Castelo organizou um lauto banquete para os presos da cidade.<sup>578</sup> Além destes, também os órfãos, as viúvas e os pobres beneficiavam de acções caridosas que eram promovidas aquando dos festejos régios.<sup>579</sup>

A passagem de personalidades por terras do distrito de Viana do Castelo, ou qualquer acontecimento de relevo, propiciavam uma melhoria, ainda que momentânea, da situação dos presos, sobretudo a nível alimentar. Em 1861, o governador civil encontrava-se nas termas de Monção, mas não quis interromper o ritual que nos últimos anos tinha seguido para celebrar o aniversário de D. Pedro V, pelo que decidiu presentear os reclusos daquela vila com uma esmola.<sup>580</sup>

Em 1863, os detidos da cadeia de Viana do Castelo foram agraciados com um jantar organizado pelo delegado do procurador régio, cujas despesas ficaram a cargo do Ministro da Marinha. O jantar foi composto por caldo, cozido e vitela guisada, de arroz doce e fruta para sobremesa, não tendo faltado o vinho. Além do jantar, que pode considerar-se um autêntico banquete, foi distribuída por cada um a quantia de 200 réis.<sup>581</sup>

Todos estes eventos eram estampados nas páginas dos periódicos locais, que não se mostravam parcos na exaltação do altruísmo dos benfeitores, os quais, por sua vez, viam as suas acções caritativas serem compensadas com o reconhecimento público, embora esperassem que também contribuíssem para a salvação da sua alma.<sup>582</sup>

Na Páscoa e no Natal, os presos também não eram esquecidos. No século XVI, os reclusos da cadeia de Monção já tinham, na altura do Natal, um jantar mais avantajado,

---

<sup>578</sup> No ano seguinte, o aniversário do rei foi festejado do mesmo modo, com jantares oferecidos às crianças do asilo e aos presos. *O Vianense*, 17 de Setembro de 1858, n.º 78, não paginado; 19 de Setembro de 1859, n.º 226, não paginado.

<sup>579</sup> Confira-se Ferreira-Alves, Joaquim Jaime B., “«O Magnífico Aparato»: formas da festa ao serviço da família real no século XVIII”..., p. 210 e do mesmo autor, “A Festa Barroca no Porto ao serviço da família real na segunda metade do século XVIII”, in *Revista da Faculdade de Letras: História*, série III, vol. 5, 1988, p. 22.

<sup>580</sup> *A Aurora do Lima*, 23 de Setembro de 1861, n.º 886, não paginado.

<sup>581</sup> *O Vianense*, 5 de Dezembro de 1863, n.º 858, não paginado. No ano seguinte, o Ministro da Marinha, Mendes Leal, entregou uma esmola ao administrador do concelho de Viana do Castelo, que a utilizou para servir um jantar aos encarcerados. *A Aurora do Lima*, 11 de Janeiro de 1864, n.º 1204, não paginado.

<sup>582</sup> O mesmo se verificava em Espanha, no século XIX, onde as acções de caridade destinadas aos pobres eram anunciadas com uma certa antecipação, até para serem presenciadas por público. Confira-se Simón Palmer, María del Carmen, “Aspectos religiosos de la cocina de Palacio”..., p. 236.

organizado pela Misericórdia da vila.<sup>583</sup> Em 1858, foi a Misericórdia de Viana do Castelo que preparou a ceia da noite de consoada para os presos da cadeia da cidade. Nesse mesmo ano, no dia de Natal, foi preparada uma outra refeição celebrativa, organizada, a título individual, por D. Joaquina Ferreira Sequeira Queiroz.<sup>584</sup>

Como já referimos, na Quinta-Feira Santa, os detidos da cadeia de Viana do Castelo usufruíam do jantar que, a partir de 1863, era promovido pela Ordem Terceira.<sup>585</sup> Até 1861, era a Misericórdia desta cidade que, nesse dia, oferecia um jantar aos presos. Porém, em 1862, essa prática foi substituída pela dádiva de uma esmola.<sup>586</sup> No decorrer da Quaresma e da Semana Santa, aquela instituição promovia ainda um conjunto de actividades que permitiam a participação dos reclusos nas celebrações religiosas, sendo cumprido o preceito quaresmal da desobriga e distribuída a comunhão. Os gastos da câmara municipal dos Arcos de Valdevez também indiciam algum investimento no dia em que “ia o Senhor aos presos”, aplicado na limpeza e caiação da cadeia, bem como na compra de cera e incenso.<sup>587</sup> Mesmo o cárcere, com um ambiente inóspito, merecia o apelo da cor e do cheiro que o momento exigia.

Noutras localidades do país, também era a Misericórdia que organizava o jantar na Quinta-Feira Santa, como era o caso de Monção, Vila Viçosa e do Porto.<sup>588</sup> Em Caminha, nesse dia, a Misericórdia concedia aos presos uma esmola em dinheiro.<sup>589</sup> Em Ponte de Lima, a data

---

<sup>583</sup> Para o caso de Monção veja-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Misericórdia de Monção: fronteira, guerras e caridade (1561-1810)*..., p. 302

<sup>584</sup> *A Aurora do Lima*, 27 de Dezembro de 1858, n.º 453, não paginado.

<sup>585</sup> Em Braga, a Ordem Terceira realizava um peditório a favor dos presos desfavorecidos, que tinha lugar na segunda-feira da Semana Santa, destinado sobretudo aos seus irmãos detidos. Confirme-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*..., p. 677.

<sup>586</sup> ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Livro de Receita e Despesa*, n.º 3.24.2.5, fl. 46 v.º.

<sup>587</sup> AMAV, *Documento avulso*, não paginado.

<sup>588</sup> Para o caso de Monção veja-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Misericórdia de Monção: fronteira, guerras e caridade (1561-1810)*, Monção, Misericórdia de Monção..., p. 302. No Porto, havia o jantar de S. Lázaro, que, tradicionalmente, se realizava no quinto domingo da Quaresma. Eram servidas iguarias e as mesas eram ornamentadas e iluminadas. Veja-se Cardoso, Maria Teresa Costa Ferreira, *Os presos da Relação do Porto entre a cadeia e a Misericórdia (1735-1740)*..., p. 148.

<sup>589</sup> AMC, Misericórdia de Caminha, *Receita e Despesa*, n.º 7.35.1.14.

era assinalada com um jantar organizado pela Misericórdia e, em alguns anos do século XIX, pela concessão de uma esmola, que, em 1835, foi de 1.920 réis.<sup>590</sup>

No dia dois de Julho, a propósito da celebração do dia de Santa Isabel, a Misericórdia de Viana do Castelo distribuía esmolas pelos mais pobres, incluindo os detidos, que também eram obsequiados com um jantar.<sup>591</sup> No século XIX, era usual aquela instituição promover um peditório no dia um de Novembro, cuja receita era destinada aos presos necessitados.<sup>592</sup>

Os reclusos tornavam-se assim os destinatários de actos de exteriorização da religiosidade colectiva, celebrada em vários momentos ao longo do ano, materializada na concessão da esmola.<sup>593</sup> Ao mesmo tempo que eram alvo de beneficência, funcionavam igualmente como instrumentos do projecto de magnificência das instituições que os apoiavam, gerando-se uma relação de reciprocidade. Todavia, as benesses que recebiam a pretexto das mais variadas celebrações funcionavam, sobretudo, como paliativos para as agruras que diariamente padeciam, não alterando as condições degradantes a que habitualmente eram sujeitos. Isto não significa que os presos não organizassem, de vez em quando, os seus momentos festivos, apesar de estes lhes estarem interditos, causando balbúrdia e algazarra, que podiam extravasar as paredes dos cárceres.<sup>594</sup>

### 3.3.6. A doença na cadeia

Para estudar a relação entre a prisão e o desenvolvimento de enfermidades, é necessário fazer a distinção entre as doenças causadas pela ausência de condições nas instalações carcerárias e as que os presos transportavam para o interior. Os presos ingressavam na cadeia, sem que fossem submetidos a exame médico ou a qualquer processo de

---

<sup>590</sup> Cinco anos mais tarde, a esmola ascendeu a 1.360 réis. ASCMPL, *Livro das despesas*, n.º 580; *Livro das despesas*, n.º 582.

<sup>591</sup> ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Livro de Receita e Despesa*, n.º 3.24.2.5.

<sup>592</sup> ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Livro de Receita e Despesa*, n.º 3.24.2.5.

<sup>593</sup> O mesmo sucedia em Valencia (Espanha), onde os presos pobres beneficiavam da caridade de confrarias, grêmios, dignitários da Igreja e entidades particulares. Confirme-se Llorca Ortega, José, *Cárceles, Presidios y casas de corrección en la Valencia del XIX. (Apuntes históricos sobre la vida penitenciaria valenciana)*..., p. 225.

<sup>594</sup> Em 1854, numa tarde de Outubro, os presos da cadeia de Ponte de Lima lançaram vários foguetes por entre as grades, pondo em sobressalto os moradores da vila. Tal acto foi repreendido pelo administrador do concelho, que privou os responsáveis de alimento e lançou-os na enxovia. AMPL, Administração do Concelho. *Copiador Geral dos officios dirigidos por esta administração a diversas autoridades*, n.º 2.2.1.31, não paginado.

higienização, o que constituía, por si só, um perigo para a população já encarcerada, uma vez que podiam ser portadores de doenças contagiosas que facilmente transmitiam.<sup>595</sup> Entre 1732 e 1739, grande parte dos indivíduos que deram entrada na cadeia de Ponte de Lima tinha falta de dentes, o que indiciava uma alimentação deficitária e a ausência de hábitos de higiene oral. Em igual período, 7% dos reclusos que ingressaram no mesmo estabelecimento apresentava marcas de “bexigas”.<sup>596</sup> Luís tinha 11 anos quando foi detido e exibia sinais daquela doença. Foi descrito como sendo “alvarinho do rosto mas com marcas de bexigas ainda verdes que não esta são dellas vestido com huns calções de saragoça em meyo uzo e huma vestia de Estopa branca olhos retos digo olhos castanhos claros”.<sup>597</sup> A varíola, enfermidade vulgarmente conhecida por “bexigas”, era bastante comum nesta época. Ainda no século XIX, assumia proporções de um autêntico flagelo, atingindo sobretudo as crianças.<sup>598</sup>

A doença que afectava os presos, em particular os mais pobres, constituía muitas vezes o resultado de uma alimentação escassa e pouco variada, das carências a nível habitacional e da falta de hábitos de higiene. Mesmo antes de entrarem no cárcere, o ambiente em que viviam roçava a imundice, partilhado com os animais as ruas, os caminhos e a própria casa. Por outro lado, os efeitos terapêuticos das substâncias medicamentosas a que recorriam, na tentativa de curar algum mal, eram certamente muito limitados ou nulos. Neste contexto, não é de estranhar a associação da pobreza à doença, sendo os mais indigentes os primeiros a vergar com a chegada das epidemias oitocentistas.<sup>599</sup>

---

<sup>595</sup> Ainda em finais do século XIX, relativamente às cadeias da cidade do Porto, Domingos Lopes Fidalgo faz referência à inexistência de qualquer obrigação, por parte dos presos, em banhar-se aquando do seu ingresso no cárcere e do perigo que esta prática acarretava, não só a nível da higiene, mas também como factor facilitador do desenvolvimento de doenças endémicas nas cadeias. Confira-se Fidalgo, Domingos Lopes, *Impressões de uma visita às cadeias do Aljube e relação do Porto. Dissertação Inaugural apresentada á Escola Médico-Cirurgica do Porto*, Porto, Papelaria e Typographia Morgado, 1899, p. 51.

<sup>596</sup> As “bexigas” (varíola) mantiveram-se no século XIX, podendo a assumir a dimensão de surtos epidémicos, com perigosidade suficiente para vitimar alguns doentes por elas atingidos. Sobre o impacto das “bexigas” no distrito de Coimbra leia-se Roque, João Lourenço, “Epidemias no distrito de Coimbra no Século XIX”, *Separata da Revista Portuguesa de História*, Tomo XXXIV, 2000, pp.104-106.

<sup>597</sup> AMPL, *Livro de entrada e saída de presos...*, n.º 578, fl. 10 v.º.

<sup>598</sup> Sobre este assunto veja-se Crespo, Jorge, *A História do Corpo...*, p. 184. Sobre as doenças que mais afectavam os portugueses na segunda metade do século XIX consulte-se Barreira, Aníbal José de Barros, *A assistência hospitalar no Porto. 1750-1850...*, pp. 285-291.

<sup>599</sup> Veja-se Roque, João Lourenço, “Epidemias no distrito de Coimbra no Século XIX” ..., pp. 138-139.



Não nos debruçaremos, no entanto, sobre as doenças transportadas pelos presos aquando da sua detenção, uma vez que não dispomos de informação documental para suportar um estudo desta natureza, ocupando-nos apenas das moléstias provocadas pelos diversos condicionalismos que afectavam os cárceres e que justificavam a imagem de poços ou destilarias de doenças que lhes era atribuída.<sup>600</sup>

### **3.3.6.1. A limpeza dos cárceres e a higiene dos presos**

Nenhuma cadeia do distrito de Viana do Castelo dispunha de instalações minimamente aceitáveis sob o ponto de vista da higiene e do conforto. Eram espaços arruinados e insalubres, sem sistema de esgotos, onde a chuva, o vento e o frio entravam sem dificuldade, mas onde a luz dificilmente penetrava, a ventilação era quase inexistente e os cheiros nauseabundos se acumulavam.<sup>601</sup>

A cadeia de Ponte de Lima, por exemplo, implantada nas proximidades do rio Lima, estava sujeita às constantes inundações no Inverno, dado que, nesta estação, o leito do rio facilmente galgava as margens e alcançava a enxovia, um espaço não assoalhado e sem tarimbas, o que obrigava à transferência de presos para os pisos superiores.<sup>602</sup> Naturalmente, os elevados índices de humidade que se verificavam em nada favoreciam a saúde dos detidos, obrigados a dormir directamente no chão e protegidos apenas por mantas que rapidamente se

---

<sup>600</sup> Esta visão não se limitava às cadeias portuguesas. No século XVIII, a cadeia inglesa de Newgate era vista como um autêntico túmulo para os vivos, devido às doenças que frequentemente atingiam os seus presos e pelos surtos de tifo que conheceu. Confira-se Grovier, Kelly, *The Goal. The Story of Newgate-London's Most Notorious Prison*, London, John Murray, 2008, pp. 217-223. Nos finais da centúria de oitocentos, as cadeias continuavam a ser apontadas como espaços promotores de doenças, não só pela falta de condições, mas também pela falta de sensibilidade das autoridades. Em finais do século XIX, na cadeia da Relação do Porto, existia uma enxovia destinada a crianças. Fidalgo, Domingos Lopo, *Impressões de uma visita às cadeias do Aljube e relação do Porto. Dissertação Inaugural apresentada á Escola Médico-Cirurgica do Porto...*, p. 47.

<sup>601</sup> Veja-se que, em finais do século XIX, até a cadeia do Limoeiro, tida como uma das mais bem administradas do país, apresentava condições de higiene consideradas sofríveis. Pereira, João António, *As Prisões. Dissertação Inaugural apresentada á Escola Médico-Cirurgica do Porto...*, p. 32.

<sup>602</sup> As cadeias de León, estudadas por María Jozé Pérez Alvarez, apresentavam, nos inícios do século XIX, problemas muito semelhantes, nomeadamente no que se relaciona com a ventilação e a humidade. Veja-se Pérez Álvarez, María José, "Delito y Castigo: Presos y cárceles en el León del Antiguo Régimen"..., pp. 119-124.

deterioravam.<sup>603</sup> Aliás, a humidade era um problema que afectava vários estabelecimentos prisionais do Alto Minho.

Acerca da cadeia de Ponte de Lima, não podiam ser mais esclarecedoras as palavras do delegado do procurador régio daquela vila, proferidas em 1858, sobre a forma como o ambiente carcerário contribuía para degradação da saúde dos presos:

“[...] O estado das cadeas da comarca é deplorável, e não oferece a menor comodidade para habitação dos presos. Além de uma medonha e lúgubre enxovia, tem duas salas organizadas por forma que os presos estão privados de luz e ar, em uma habitação os homens, na outra as mulheres. A sua situação nesta comarca é muito infeliz, muito desgraçada.”<sup>604</sup>

Este cenário manteve-se ao longo de todo o ano de 1859, o que o levou a reiterar os efeitos nocivos daquele estabelecimento prisional, considerando-o reprovado “por todas as leis da humanidade, e da civilização, e condenado pelo século.”<sup>605</sup>

As condições de funcionamento das cadeias de Monção e Valença também estavam muito longe de poderem ser consideradas aceitáveis. Nesta última, segundo o delegado do procurador régio, em 1859, “faltavam todas as condições hygienicas”. Todavia, na de Monção, havia, pelo menos, alguma preocupação com a limpeza das instalações. Na cadeia de Arcos de Valdevez, onde o sol só chegava pela tarde, a circulação do ar era deficiente. Face à ausência de condições, recorria-se a alguns expedientes, como, por exemplo, usar de curtumes e velas para evitar a “infecção” do ar e o aparecimento de doenças.<sup>606</sup>

Desde o século XVIII, os avanços no domínio da medicina permitiram o estabelecimento de uma relação entre o surgimento da doença e a falta de higiene.<sup>607</sup> Por outro lado, os

---

<sup>603</sup> AMPL, *Livro para os autos das visitas às cadeias de Ponte de Lima desta comarca*, n.º 545, fls. 36-36 v.º.

<sup>604</sup> AMPL, *Correspondência expedida para a Procurador Régio*, n.º 1726, fl. 5 v.º.

<sup>605</sup> AMPL, *Correspondência expedida para a Procurador Régio*, n.º 1726, fl. 16.

<sup>606</sup> AMV, Administração do concelho. *Correspondência para o Administrador Geral, 1836-1839*, n.º 1.2.1.9, não paginado.

<sup>607</sup> Na prisão inglesa de Newgate, a falta de higiene foi apontada como a principal causa da propagação de doenças naquele estabelecimento, o que levou, no século XVIII, à tomada de medidas tendo em vista uma melhor salubridade. Por exemplo, procedeu-se à criação de um pátio para que presos pudessem praticar exercício físico e tomar ar fresco. Confira-se Marston, Edward, *Prison. Five hundred years of live behind bars...*, pp. 55-56. Sobre a prática do exercício físico nas cadeias inglesas do século XIX leia-se Priestley, Philip, *Victorian Prison Lives. English Prison Biography. 1830-1914...*, pp. 84-89.

movimentos políticos liberais assumiram novas preocupações no domínio da saúde pública.<sup>608</sup> Já na primeira metade do século XIX, a higiene era tida como elemento fundamental para a manutenção da saúde dos presos, não só em resultado dos progressos a nível do higienismo, mas também devido ao receio provocado pelas grandes epidemias de tifo, febre-amarela e cólera que assolaram a Europa. Em 1860, João Maria Calisto elaborou a seguinte lista de doenças motivadas pela ausência de condições dos cárceres portugueses:

“[...] A languidez, a fraqueza, o abatimento moral e physico, o catarrho obstinado, a diarreia, theumatismo, a palidez, a moleza das carnes, o edema, a anasarca, o escorbuto, as cachexias diversas, fabres graves contagiosas, ou os chamados typhos das prisões, entre outras muitas molestias.”<sup>609</sup>

Conforme o disposto no *Regulamento das Cadeias de 1843*, a limpeza da prisão era da responsabilidade do carcereiro, a quem cabia varrer, lavar, arejar e defumar as instalações.<sup>610</sup> Todavia, nem sempre cumpria essas funções com o devido cuidado. Em 1858, o delegado do procurador régio da comarca de Ponte de Lima, aquando da inspecção à cadeia, registou o estado deplorável em que esta se encontrava devido à falta de asseio.<sup>611</sup>

Em 1839, as comissões criadas nos concelhos do distrito de Viana do Castelo já tinham decidido que as cadeias deviam ser varridas diariamente, logo pela manhã, e os pavimentos das salas lavados todos os meses, se bem que, nos meses de Verão, ou quando se temia a proliferação de surtos epidémicos, essa lavagem deveria ser efectuada semanalmente. Determinaram ainda que as paredes dos cárceres deviam ser caiadas pelo menos duas vezes por ano, as roupas dos presos lavadas com o intervalo de oito dias e que as latrinas estivessem bem tapadas, devendo lançar-se, com frequência, cal desfeita em água nos canos.<sup>612</sup>

---

<sup>608</sup> Johnston, Norman, *Forms of Constraint. A History of Prison Architecture...*, pp. 46-47.

<sup>609</sup> Calisto, João Maria, *Algumas Palavras sobre o Estado Actual das Prisões em Geral e a sua Reforma...*, p. 8.

<sup>610</sup> *Collecção Official de Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva*, Legislação de 1842 em diante..., p. 8.

<sup>611</sup> AMPL, *Livro para os autos das visitas às cadeias de Ponte de Lima desta comarca*, n.º 545, fl. 120v.º.

<sup>612</sup> Saliente-se que nem todos os cárceres dispunham de latrinas, sendo substituídas por vasos, cujo despejo era pouco frequente. Calisto, João Maria, *Algumas Palavras sobre o Estado Actual das Prisões em Geral e a sua Reforma...*, p. 7.

A limpeza das cadeias podia ser accionada e custeada por várias entidades, nomeadamente câmaras municipais e misericórdias.<sup>613</sup> A câmara municipal de Arcos de Valdevez, que se destacava neste domínio, apresentou, ao longo do século XIX, um conjunto de despesas relacionadas com o asseio e a manutenção da prisão, designadamente a caiação das paredes, o saneamento das latrinas, a expurgação das cloacas e a lavagem da roupa dos presos.<sup>614</sup> Mas nem todas as câmaras municipais se mostravam disponíveis para colaborar na limpeza e higienização dos cárceres. Em 1855, a câmara municipal de Viana do Castelo recusou atender ao pedido do delegado do procurador régio para que fosse lançado carvão na cloaca da cadeia, alegando que essa tarefa não podia ser custeada pelos cofres municipais.<sup>615</sup>

Apesar de o *Regulamento das Cadeias de 1843* conceder aos carcereiros competência para obrigarem os presos a lavar-se todos os dias, cortar as unhas, a barba e o cabelo, tal não se verificava, devido não só às limitações físicas e à inexistência de água no interior das instalações, mas também ao desleixo dos próprios carcereiros.<sup>616</sup> Em 1856, o delegado do procurador régio de Viana do Castelo, na sequência da *Visita* à cadeia desta cidade, manifestou o seu desagrado pela falta de limpeza que observou.<sup>617</sup> Em 1860, Aires de Gouveia denunciou um quadro similar nos seguintes termos:

“[...] Que preso entre limpo ou sujo, lavado ou não, haja de demorar-se dez dias ou dez anos, é consideração completamente indiferente, ou, melhor, não chega mesmo a ter honras de consideração. Quem nunca se lembrou de mandar distribuir agua nas cadeias, para lavagem dos presos? Que carcereiro nosso o fez, não dizemos diariamente, mas semanalmente? Qual o encarcerado que, findo um mez de cadeia, torna a lavar sequer o rosto? [...] A cadeia é o primeiro foco de corrupção moral e physuca no nosso paiz.”<sup>618</sup>

Entretanto, importa referir que, em matéria de higiene, alguns países europeus se foram afastando do desmazelo que ainda persistia nas cadeias portuguesas. Por exemplo, na Inglaterra

---

<sup>613</sup> Entre finais do século XVIII e inícios do século XIX, a Misericórdia de Santarém responsabilizava-se não só pelo fornecimento de alimento e água aos presos, como também pela limpeza dos cárceres. Confira-se Rodrigues, Martinho Vicente, *Santa Casa da Misericórdia de Santarém – Cinco séculos de história*, Santarém, Edição da Santa Casa de Santarém, 2004, p. 229.

<sup>614</sup> AMAV, Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, *Documento avulso*, não paginado.

<sup>615</sup> AMVC, Câmara Municipal de Viana do Castelo, *Actas de Vereação*, 788-A, fl. 124v.º.

<sup>616</sup> *Collecção Official de Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva, Legislação de 1842 em diante...*, p. 13.

<sup>617</sup> AHGCVC, *Registo Geral – Janeiro de 1856 a Janeiro de 1857*, n.º 1.10.3.2, não paginado.

<sup>618</sup> Veja-se Gouveia, Aires, A., *A Reforma das cadeias em Portugal...*, p. 912.

vitoriana, no momento do encarceramento, os presos eram submetidos a um processo de higienização, tomavam banho, os cabelos eram cortados e, posteriormente, submetidos a um exame médico. Em simultâneo, as suas características físicas eram anotadas.<sup>619</sup>

### 3.3.6.2. As enfermidades

Ainda em meados do século XIX, as cadeias, além de continuarem a contribuir para a ruína física dos presos, constituíam também um perigo para a saúde pública, em resultado da sua localização e da facilidade de contacto com o exterior. Eram lugares onde, certamente, a sujidade das instalações se confundiria com a sujidade dos presos e os cheiros pútridos criariam uma atmosfera que em tudo contrariava as perspectivas higienistas dominantes na época.

Aquando do aparecimento de surtos epidémicos, eram desencadeadas acções preventivas, no sentido de evitar a propagação da doença, como aconteceu no caso da cólera.<sup>620</sup> Aliás, a medicina preventiva conheceu importantes avanços no Portugal liberal de oitocentos.<sup>621</sup> Em 1848, entre as medidas adoptadas para controlar o surto de cólera, constavam as inspecções regulares e minuciosas às instalações carcerárias e o incitamento aos cuidados redobrados com a limpeza.<sup>622</sup>

Dada a falta de condições dos estabelecimentos prisionais, as doenças evoluíam mais rapidamente e o seu processo de propagação era mais célere. Aliás, as autoridades tinham consciência de que a insalubridade das cadeias não prejudicava apenas os reclusos, mas

---

<sup>619</sup> Consulte-se Higgs, Michelle, *Prison Life in Victorian England...*, pp. 21-25. Veja-se igualmente Priestley, Philip, *Victorian Prison Lives. English Prison Biography. 1830-1914...*, pp. 18-23.

<sup>620</sup> Na cadeia da Relação do Porto, entre Novembro de 1846 e Maio de 1847, teve lugar uma epidemia que não ultrapassou as paredes daquela instituição, mas vitimou 30 presos. Sobre esta epidemia e as medidas tomadas para a combater leia-se Barreira, Aníbal José de Barros, *A assistência hospitalar no Porto. 1750-1850...*, pp. 347-349.

<sup>621</sup> Maria Antónia Lopes destaca algumas medidas que mostram o desenvolvimento da medicina preventiva no Portugal oitocentista, nomeadamente as seguintes: a proibição do enterramento no interior das igrejas; a perseguição de charlatães e curandeiros; a matrícula e o exame médico imposto às meretrizes; a realização de acções inspectivas aos estabelecimentos de beneficência e de educação; a criação de redes de inspectores sanitários nos concelhos; a generalização da vacina; e as importantes medidas desenvolvidas com o intuito de controlar os surtos epidémicos que tiveram lugar, nomeadamente de cólera e de febre-amarela. Veja-se Lopes, Maria Antónia, "Os pobres e a assistência", in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Circulo de Leitores, 1993, p. 509.

<sup>622</sup> AHGCVC, *Circulares a várias autoridades – Janeiro a Setembro de 1847*, n.º 1.10.4.11, não paginado.

também podia afectar a população das localidades onde estavam situadas. Por isso, quando a cólera atingiu o distrito de Viana do Castelo, na década de cinquenta do século XIX, foram reforçadas as medidas de higiene, foi ordenada a caiação de todas as prisões e a limpeza e lavagem mais assídua das instalações.<sup>623</sup>

No caso concreto de Ponte de Lima, foi determinada a lavagem semanal da cadeia, dado o risco de doença que nesse mesmo ano ameaçava o Alto Minho, e que acabou por atingir aquele município em Novembro de 1855.<sup>624</sup> Verificou-se, porém, que esta decisão não foi posta em prática pelo carcereiro, o que revela uma conduta negligente e irresponsável. Além do mais, a imprensa local alertava a opinião pública para os riscos a que estava sujeita, não se inibindo de denunciar a incúria demonstrada pelas autoridades administradoras das prisões, apelidando as cadeias de “lazaretos”, de espaços moral e fisicamente inquinados e corrompidos, que incentivavam o ócio e o vício.<sup>625</sup>

Todavia, é de assinalar que não encontrámos notícia de qualquer morte causada pela cólera nos estabelecimentos prisionais do Alto Minho, ao contrário do que aconteceu, por exemplo, na cadeia espanhola de Badajoz, onde, em 1833, um elevado número de vidas foram ceifadas por esta doença.<sup>626</sup>

Devido à falta de higiene, outras enfermidades proliferavam nos cárceres, como, por exemplo, a sarna, uma doença de pele altamente contagiosa.<sup>627</sup> A humidade e a falta de ventilação propiciavam o aparecimento de reumatismo e doenças do aparelho respiratório. Em 1808, a Misericórdia de Ponte de Lima despendeu 200 réis com o tratamento de vários presos doentes que se encontravam na cadeia da vila.<sup>628</sup> Em Novembro de 1842, a comissão de Vila Nova de Cerveira subsidiou o tratamento de um preso espanhol que se encontrava na cadeia

---

<sup>623</sup> Também na cadeia da Relação do Porto foram tomadas medidas para evitar a propagação da doença. Consulte-se Barreira, Aníbal José de Barros, *A assistência hospitalar no Porto. 1750-1850...*, p. 343.

<sup>624</sup> Sobre as medidas tomadas nas cadeias de Valência face à ameaça de propagação de doenças infecto-contagiosas leia-se Llorca Ortega, José, *Cárceles, Presidios y Casas de Corrección en la Valencia del XIX. (Apuntes históricos sobre la vida penitenciaria valenciana)*..., pp. 363-364.

<sup>625</sup> *O Vianense*, 27 de Agosto de 1858, n.º 69, não paginado.

<sup>626</sup> Marcos Arévalo, Javier, *El Hacinamiento, la marginación y la pena de muerte. (La cárcel de Badajoz en el siglo XIX)*..., p. 77.

<sup>627</sup> A cadeia da Relação do Porto, estudada por Teresa Cardoso, conheceu, durante o período analisado pela autora, surtos de doenças contagiosas, como sarna, tifo e tuberculose. Cardoso, Maria Teresa Costa Ferreira, *Os presos da Relação do Porto entre a cadeia e a Misericórdia (1735-1740)*..., p. 159.

<sup>628</sup> ASCMPL, *Livro das despesas*, n.º 580.

daquela localidade, gravemente doente com uma moléstia pulmonar.<sup>629</sup> Em Abril de 1848, o delegado do procurador régio, aquando da sua visita ao cárcere de Ponte de Lima, admitiu que a falta de condições da enxovia era responsável pelo adoecimento de vários presos.<sup>630</sup>

As enfermidades mais comuns nas cadeias desta época eram as do foro respiratório e gastrointestinal, a que certamente não eram alheias as carências alimentares, o reumatismo, provocado pelas baixas temperaturas e pelos elevados níveis de humidade, e as doenças dermatológicas, causadas pela falta de higiene e de salubridade.

Quando a doença já estava instalada, procurava-se impedir o seu alastramento e curar os enfermos. Segundo o *Regulamento das Cadeias de 1843*, competia ao carcereiro verificar a autenticidade das enfermidades e, sempre que julgasse necessário, requisitar a intervenção do facultativo.<sup>631</sup> Como já se referiu, os presos, em caso de moléstias ligeiras, eram tratados no próprio cárcere e, quando o seu estado era mais grave, eram transferidos para as unidades hospitalares dos respectivos concelhos, ou, eventualmente, para outras consideradas mais eficazes na terapia dos males de que padeciam.

No caso dos doentes tratados nas cadeias, procurava-se colocá-los nos locais que, dentro dos condicionalismos existentes, lhes poderiam proporcionar algum conforto, afastando-os das enxovias, que eram os espaços mais perniciosos para a sua saúde.<sup>632</sup> Temos conhecimento de que, em Caminha, era a câmara municipal que pagava ao boticário a despesa com a compra de medicamentos destinados aos pobres, aos expostos e aos presos.<sup>633</sup>

Para evitar a propagação de doenças nos cárceres, eram essenciais as visitas periódicas do pessoal médico. Aliás, o *Regulamento das Cadeias de 1843* determinava que as deslocações

---

<sup>629</sup> AMVNC, *Escrituração pertencente à comissão das cadeias do concelho, suas sessões e deliberações, documento avulso*, não paginado.

<sup>630</sup> AMPL, *Livro para os autos das visitas às cadeias de Ponte de Lima desta comarca*, n.º 545, fl. 36.

<sup>631</sup> Confirme-se *Collecção Official de Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva, Legislação de 1842 em diante...*, p. 6.

<sup>632</sup> Em 1851, o governador civil de Viana do Castelo solicitava a opinião do médico da câmara daquela cidade sobre a remoção do preso Manuel Vieira, que, apesar de doente, se encontrava na enxovia da cadeia daquela localidade, para onde tinha sido transferido por decisão do carcereiro. AHGCVC, *Circulares com várias autoridades, Novembro de 1849 a Junho de 1851*, n.º 1.8.3.12, não paginado. *Correspondência com várias autoridades Novembro de 1849 a Junho de 1851*, n.º 1.8.3.12, não paginado.

<sup>633</sup> Entre 1845 e 1851, o boticário recebeu por este encargo a quantia de 20.000 réis, paga em duas prestações. AMC, *Livro das Actas de Agosto de 1842, até Maio de 1846*, n.º 1.6.1.7; *Livro das Actas de Maio de 1846, até 26 de Dezembro de 1850*, n.º 1.6.1.8.

dos facultativos deviam ter uma periodicidade bissemanal.<sup>634</sup> Aquando da visita, o facultativo inspector devia prescrever o tratamento adequado aos presos afectados por enfermidades que podiam ser curadas dentro da cadeia, indicar aqueles que deviam ser transferidos para os hospitais e anotar as medidas higiénicas necessárias, que seriam requeridas junto do delegado do procurador régio. No entanto, estas disposições não eram aplicáveis às prisões que dispusessem de enfermarias e de pessoal médico próprio, o que não acontecia em Ponte de Lima, tendo por isso que valer-se dos recursos humanos disponibilizados pela câmara municipal.

Todavia, em 1851, os presos da cadeia de Ponte de Lima, aquando da deslocação do delegado do procurador régio, denunciaram o facto de as visitas do pessoal médico não serem efectuadas com a regularidade estabelecida, acontecendo apenas quando algum dos reclusos adoecia.<sup>635</sup> Por esta razão, aquela autoridade oficiou ao presidente da câmara com o objectivo de transformar estas visitas ocasionais em visitas semanais, como forma de evitar o aparecimento e a propagação de doenças. De facto, a partir de então, a equipa sanitária da câmara municipal passou a visitar os presos semanalmente. Quando havia risco de epidemias, as visitas eram diárias, como aconteceu em 1854, face à ameaça do flagelo da cólera.<sup>636</sup>

Um dos casos mais graves, detectado nesta prisão, ocorreu em Dezembro de 1851, quando se descobriu que o detido José Gonçalves Novo tinha contraído malária. Contudo, a situação foi controlada, tendo sido assistido no hospital da vila, para onde eram conduzidos os presos doentes, uma vez que esta cadeia comarcã não possuía enfermaria.<sup>637</sup>

Em 1806, a Misericórdia de Ponte de Lima disponibilizou 220 réis para a compra de enxofre e azeite, ingredientes tidos como indispensáveis para o curativo de um preso doente.<sup>638</sup> Este acto mostra que, ainda no século XIX, aquela instituição arcava com as despesas de remédios destinados aos reclusos.<sup>639</sup> O mesmo procedimento era seguido pela Misericórdia de

---

<sup>634</sup> *Collecção Official de Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva, Legislação de 1842 em diante...*, p. 13.

<sup>635</sup> AMPL, *Livro para os autos das visitas às cadeias de Ponte de Lima desta comarca*, n.º 545, fl. 55.

<sup>636</sup> AMPL, *Livro para os autos das visitas às cadeias de Ponte de Lima desta comarca*, n.º 545, fl. 73.

<sup>637</sup> AMPL, *Livro para os autos das visitas às cadeias de Ponte de Lima desta comarca*, n.º 545, fl. 57v.º.

<sup>638</sup> ASCMPL, *Livro das despesas*, n.º 580.

<sup>639</sup> Pelo menos até à segunda metade do século XVIII, a Misericórdia de Ponte de Lima enviava os seus médicos e físicos à cadeia da vila para assistirem os presos enfermos, custeando igualmente as despesas com a botica. Araújo, Maria Marta Lobo, "Pobres nas malhas da lei: a assistência aos presos nas Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima" ..., p. 105.



Viana do Castelo relativamente ao tratamento dos presos pobres, que, em alguns casos, passava pelo recurso a sanguessugas, consideradas eficazes para expelir do corpo os humores corrompidos, que seriam os responsáveis pelo surgimento das doenças. Aquela instituição pagou, por diversas vezes, as sanguessugas necessárias para o cumprimento da terapia prescrita pelos médicos.<sup>640</sup>

Para além dos remédios, a Misericórdia de Viana do Castelo suportava os custos inerentes às dietas alimentares dos presos enfermos, indicadas pelos médicos do partido, que incluíam o consumo de determinados alimentos, como galinha, carne, pão de trigo ou arroz.<sup>641</sup> A receita da dieta alimentar constituía por si só uma forma de tratamento do doente, dado que o consumo de certos produtos não fazia parte da alimentação habitual das populações pobres.<sup>642</sup> Por exemplo, a carne estava praticamente arredada da nutrição dos presos mais carenciados.<sup>643</sup>

---

<sup>640</sup> Por exemplo, em 1859, pagou oito sanguessugas, a 50 réis cada uma, destinadas ao preso Manuel Martins Magro. ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Livro de Receita e Despesa*, n.º 3.24.2.2, p. 24. As purgas também eram levadas a cabo através de sangrias executadas com recurso a lancetas e clisteres. Leia-se Lebigre, Arlette, “Sangrar e Purgar!”, in Le Goff, Jacques, *As Doenças têm história*, Lisboa, Terramar, 1997, pp. 290-298.

<sup>641</sup> No século XVII, também os presos doentes das cadeias de Madrid recebiam uma dieta especial, constituída por pão, sopa, carne e fruta, bem como alimentos doces, biscoitos, peras assadas e pêssegos. Confirme-se Vázquez Gonzálvez, María Dolores, *Las cárceles de Madrid en el siglo XVII...*, p. 290. Os presos doentes da cadeia da Relação do Porto recebiam uma dieta diferente, melhorada, que incluía galinha e carneiro. Cardoso, Maria Teresa Costa Ferreira, *Os presos da Relação do Porto entre a cadeia e a Misericórdia (1735-1740)...*, p. 163.

Na Inglaterra, no século XIX, os médicos das prisões tinham a prerrogativa de se pronunciarem sobre a composição das dietas alimentares dos presos. Leia-se Higgs, Michelle, *Prison Life in Victorian England...*, p. 41.

<sup>642</sup> Sobre a dieta alimentar dos hospitais portugueses no período moderno leia-se Sá, Isabel dos Guimarães, “Os hospitais portugueses entre a assistência medieval e a intensificação dos cuidados médicos no Período Moderno”, in *Actas do Congresso Comemorativo do V Centenário da Fundação do Hospital do Espírito Santo de Évora*, 1996, p. 100. Acerca da dieta alimentar concedida pelo hospital da Misericórdia de Ponte de Lima aos doentes leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, “Os hospitais de Ponte de Lima na era pré-industrial”, Separata do livro *Actas do século XVIII Seminário Internacional sobre Participação, Saúde e Solidariedade – Riscos e Desafios*, Braga, ICS, 2006, pp. 487-488.

<sup>643</sup> Na Idade Moderna, a dieta dos pobres era bastante monótona, baseada sobretudo no consumo de pão. Confira-se Sarti, Raffaella, *Casa e família. Habitar, comer e vestir na Europa Moderna...*, pp. 294-298. Nas cadeias da Inglaterra vitoriana, os médicos trabalhavam com certos limites, a nível das substâncias medicamentosas. Normalmente, o tratamento do doente passava pela melhoria da sua dieta alimentar. Só nos casos mais graves era determinado o ingresso do doente no hospital. Marston, Edward, *Prison. Five hundred years of life behind bars...*, pp. 118-119.

Nenhuma das cadeias do distrito dispunha de enfermaria ou espaço reservado para os presos doentes.<sup>644</sup> No ano de 1779, deram entrada no hospital da Misericórdia de Ponte de Lima quatro presos, três do sexo masculino e um do sexo feminino.<sup>645</sup> O seu internamento nas unidades hospitalares era, por certo, preferível à permanência no espaço prisional, não só porque podiam usufruir de algum conforto, mas também evitavam o repúdio e a discriminação dos seus companheiros, ou até mesmo do carcereiro e dos guardas. Acerca da solidão e do abandono a que os presos doentes podiam ser sujeitos, é bastante esclarecedor o testemunho de D. João de Almeida Portugal sobre um caso verificado na prisão da Junqueira:

“[...] O padre João de Matos, com 80 anos, cego de ambos os olhos, muito tardio em todos os movimentos, já desenganado dos médicos por causa de uma hidropisia, de que morreu, esteve muito tempo só na prisão, sem que ninguém o ajudasse; e deixando-lhe um dos guardas a porta aberta por acaso, enquanto andava dando os jantares, foi repreendido asperamente pelo desembargador, e reputada aquela desordem como motivo prejudicial aos interesses da coroa.”<sup>646</sup>

A reduzida dimensão e a grande procura das unidades hospitalares, como sucedia em Ponte de Lima, no século XVIII, podem ter condicionado a admissão e o tratamento de presidiários.<sup>647</sup> Além do mais, a permanência de um preso no hospital exigia a presença de sentinela para evitar as fugas.<sup>648</sup> Em Janeiro de 1847, o provedor da Misericórdia de Viana do Castelo foi informado do requerimento de um preso, que pretendia ser transferido para o hospital daquela instituição, para ser devidamente tratado da sua enfermidade. Em resposta, aquela entidade declinou qualquer responsabilidade pela sua segurança, pelo que o requerente

---

<sup>644</sup> Usualmente, as cadeias espanholas dispunham de enfermarias, embora funcionassem em condições bastante precárias, pelo que, por vezes, os detidos tinham que ser transferidos para unidades hospitalares. Veja-se Serna Alonso, Justo, *Presos y pobres en la España del XIX. La determinación social de la marginación*, Barcelona, PPU, 1988, pp. 113-114.

<sup>645</sup> ASCMPL, *Doentes da enfermaria*, Livro n.º 7, fls. 185, 185 v.º, 186 v.º, 187.

<sup>646</sup> Confira-se Portugal, D. João de Almeida, *As prisões da Junqueira...*, p. 31.

<sup>647</sup> Sobre o hospital da Misericórdia de Ponte de Lima leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, “Os hospitais de Ponte de Lima na era pré-industrial”... p. 487.

<sup>648</sup> Em Novembro de 1859, um preso condenado por crime de furto evadiu-se do hospital de Viana, para onde tinha sido enviado para receber tratamento. *O Vianense*, 23 de Novembro de 1859, n.º 255, não paginado. Em Badajoz, era negada a entrada dos presos no hospital quando se considerava que a segurança da instituição estava em causa. Marcos Arévalo, Javier, *El Hacinamiento, la marginación y la pena de muerte. (La cárcel de Badajoz en el siglo XIX)...*, pp. 72-73.

acabou por ser assistido no estabelecimento prisional.<sup>649</sup> Em 1862, Luís José Lourenço, detido na cadeia de Valença, teve que ser internado no hospital militar da vila por não ter sido possível enviá-lo para qualquer outro, dada inexistência de guardas disponíveis para fazer a sua vigilância.

O facto de um preso doente ser portador de doença contagiosa podia constituir impedimento para ser aceite nas unidades hospitalares. Quando ingressavam no hospital, os encargos eram suportados pelas entidades responsáveis pela sustentação dos presos, nomeadamente a administração do concelho. No caso de Luís Lourenço, a administração do concelho de Valença solicitou apoio à Misericórdia da vila para que lhe fossem concedidos alimento e remédios adequados para a cura da sua maleita.<sup>650</sup> A sentinela para a guarda dos presos no hospital era requerida às forças militares.<sup>651</sup>

Aos presos doentes podia ainda ser dada a oportunidade de se restabelecerem em casa. Em 1845, José Bento Pinheiro, detido na cadeia de Vila Nova de Cerveira e que padecia de uma doença grave, obteve licença para se curar no seu domicílio.<sup>652</sup> Por não se poder tratar no hospital, este detido seria, provavelmente, portador de uma enfermidade contagiosa.

As Misericórdias podiam ainda custear o transporte de doentes, assumindo o pagamento do aluguer das cavalgaduras necessárias para esse efeito, ou passar-lhes cartas de guia, que abriam as portas da caridade das instituições congéneres. Em 1837, a Misericórdia de Braga passou carta de guia e forneceu cavalgadura a José Rodrigues da Silva, preso na cadeia daquela cidade, até à Misericórdia de Arcos de Valdevez, além de ter solicitado que lhe fosse concedida esmola para o auxiliar na viagem.<sup>653</sup>

Face ao quadro que apresentava o quotidiano prisional do Alto Minho, dentro do limite cronológico que estabelecemos para a nossa análise, verificamos que os epítetos

---

<sup>649</sup> AHGCVC, *Correspondência com as várias autoridades – Janeiro a Julho de 1847*, n.º 1.8.3-10, não paginado.

<sup>650</sup> AMV, Administração do Concelho. *Registo da Correspondência para diversas autoridades, 1860-1862*, n.º 1.1.4.34, não paginado.

<sup>651</sup> Em 1852, foi requerido ao comandante de Infantaria n.º 3 o destacamento de um elemento da guarda municipal de Viana do Castelo para fazer a guarda de um preso. AHGCVC, *Correspondência com as várias autoridades – Julho de 1851 a Novembro de 1852*, n.º 1.8.3-13, não paginado. Em 1864, foi admitida uma mulher com uma contusão, que entrou e saiu no mesmo dia e, em 1870, um homem que permaneceu vários dias, acabando por falecer devido a uma gangrena. ADV, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Registo de entradas e saídas dos enfermos, 1863-1873*, n.º 3.26.3.34, fls. 28, 142.

<sup>652</sup> AHGCVC, *Correspondência recebida do Ministério da Justiça, 1845*, n.º 1.13.5.1.1-7, não paginado.

<sup>653</sup> AMMço, Administração do Concelho. *Ofícios e circulares de diversas autoridades*, n.º 1.4.1.4-4, não paginado.

frequentemente utilizados para adjectivar os cárceres do Antigo Regime se aplicam, salvo raras excepções, já em pleno século XIX, à realidade alto minhota. Expressões como “depósitos de homens” e “escolas de crime” procuram traduzir a negra realidade das prisões, onde, a par da fome, do frio e da doença, a conflituosidade, a corrupção e a ociosidade marcavam presença.

### 3.4. As fugas

A principal função, se não mesmo a única, das prisões era a de guardar os presos.<sup>654</sup> Todavia, a falta de condições dos edifícios que, no século XIX, albergavam as cadeias do distrito de Viana do Castelo constituiu um dos factores que mais contribuiu para as sucessivas evasões de reclusos.<sup>655</sup> Estes tinham consciência da fragilidade das estruturas que os alojavam, procurando, por isso, tirar partido da situação através de arrombamentos e de outras estratégias. Por outro lado, a localização dos cárceres no centro das povoações, com janelas e portas que lhes permitiam a comunicação constante com o mundo exterior, facilitava a preparação de fugas. De fora, por entre as grades, chegavam o alimento, o conforto e a esmola, mas também planos de evasão. No interior, o preso aguardava a melhor oportunidade para avançar com a fuga ou que os seus comparsas o livrassem do cativeiro.<sup>656</sup>

---

<sup>654</sup> D. Francisco de Almeida salientou esta realidade, referindo que os principais esforços das autoridades portuguesas iam apenas no sentido de evitar a fuga dos presos. Consulte-se Almeida, D. Francisco, *Breves considerações sobre a necessidade e meios de melhorar as prisões de Portugal...*, p. 6.

<sup>655</sup> Esta realidade não se limitava ao distrito de Viana do Castelo. Em 1860, Aires de Gouveia, ao referir-se aos cárceres portugueses, declarava o seguinte: “Em nenhum há a precisa segurança, como a cada instante atestam as repetidas fugas, e não obstante o repulante exterior de repetidos varões de ferro [...]” Gouveia, Aires de, *A Reforma das cadeias em Portugal...*, p. 87. Note-se, porém, que estas críticas não se verificaram apenas em oitocentos, pois, já no século XVIII, foi denunciada a insegurança da cadeia de Vila Viçosa e a consequente fuga de presos, no sentido de sensibilizar a entidade camarária para a necessidade de construção de uma nova cadeia. Confira-se Araújo, Maria Marta Lobo de, “Pobres nas malhas da lei: a assistência aos presos nas Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima”..., p. 92. Por outro lado, a associação entre o estado deplorável dos cárceres e as constantes fugas parece não ter sido exclusiva das cadeias portuguesas, pois o mesmo se verificou em Espanha. Veja-se Pérez Álvarez, María José, “Delito y Castigo: Presos y cárceles en el León del Antiguo Régimen”..., pp. 113-114.

<sup>656</sup> A descrição de uma fuga de quatro presos da cadeia de Ponte de Lima, em Janeiro de 1840, mostra como os fugitivos se aproveitaram das várias fragilidades daquele estabelecimento prisional, designadamente a má localização, a falta de vigilância, a fácil comunicação com o exterior e o estado de ruína, como se depreende da descrição feita pelo administrador do concelho: “A noite do dia 31 de mez findo, evadirao-se da cadea de Ponte de

A porta que se abria para a limpeza do cárcere, o descuido na vigilância ou a distração do carcereiro eram oportunidades que os presos não desperdiçavam para se escapulirem.<sup>657</sup> A transferência para os hospitais ou para outras cadeias constituíam, igualmente, ocasiões propícias para a fuga.<sup>658</sup> Por outro lado, a morosidade da justiça e as condições degradantes a que estavam sujeitos faziam crescer a ânsia de conseguir a liberdade a qualquer custo.<sup>659</sup>

As evasões não planeadas, que resultavam sobretudo do aproveitamento das condições favoráveis do momento, como as acima mencionadas, não eram as mais usuais. Um número considerável de fugas que ocorreu nos cárceres de Viana do Castelo, durante o período analisado, resultou de um plano previamente elaborado, fazendo uso dos mais variados expedientes, que iam desde o arrombamento de portas, destruição de paredes, escalada de chaminés, arranque de tábuas e abertura de buracos no telhado, até à manietação dos guardas

---

Lima os quatro presos constantes na not junta. A chea, não permitindo que os presos podessem ser vigiados do lado do rio, e tendo os criminosos obtido uma serra, com que limarão as grades, fugirão, e só depois da evasão dos quatro, é que a guarda percebeu a fuga, circunstancia esta, a que se dese não terem fugido todos os presos da cadeia." Em resultado da investigação efectuada, foi detida a irmã de uns reclusos, que se presume ter sido responsável pela entrega da serra com a qual cortaram as grades. AHGCVC, *Registo dos ofícios para o Ministério de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12, não paginado.

<sup>657</sup> Em 1870, Francisco Geraldês, natural de Espanha, fugiu da cadeia de Melgaço, quando se procedia à limpeza das instalações. AMMço, Administração do Concelho, *Registo da Correspondência para o Governo Civil, 1866*, n.º 1.2.1.2, não paginado.

<sup>658</sup> O salteador e chefe de uma quadrilha, Manuel Bento Loureiro, conhecido como o "Veiga", escapuliu-se, em 1855, da escolta militar que o conduzia da cadeia de Ponte da Barca para a de Ponte de Lima. AMMço, *Ofícios e circulares remetidos pelo Governo Civil, 1855*, n.º 1.3.1.2-1, não paginado.

<sup>659</sup> Um das fugas mais espectaculares que teve lugar no século XIX, aconteceu no dia 29 de Abril de 1847 da cadeia do Limoeiro. Nesse dia, as portadas da cadeia foram abertas por soldados que estavam a guardar a prisão e, com excepção de 16 presos políticos, todos os reclusos se evadiram. Veja-se Macedo, Francisco Ferraz, *Os criminosos evadidos da Cadeia central do Limoeiro a 29 de Abril de 1847...*, p. 9. Luís Miguel Duarte salienta que as fugas das cadeias medievais portuguesas eram muito frequentes. Confirme-se Duarte, Luís Miguel, *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval: 1459-1481...*, pp. 413-420. Ana Maria Rodrigues, que estudou as fugas das prisões no Portugal no século XV, corrobora esta perspectiva. Confira-se Rodrigues, Ana Maria, *Espaços, Gente e Sociedade no Oeste. Estudos sobre Torres Vedras medieval*, Cascais, Patrimónia Histórica, 1996, pp. 317-318. Paulo Drumond Braga e Isabel Drumond Braga, que realizaram um estudo sobre a criminalidade nos Açores no reinado de D. Sebastião, demonstraram que o número de fugas dos cárceres deste arquipélago era bastante significativo. Leia-se Braga, Isabel Drumond; Braga, Paulo Drumond, "A criminalidade nos Açores no reinado de D. Sebastião: delitos e perdões", in *Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XIX. Actas de Colóquio*, Horta, 1995, pp. 529-530.

e ao corte das grades com limas de ferros.<sup>660</sup> Alguns detidos optavam por métodos ainda mais ousados, como lançar fogo ao cárcere ou escavar túneis subterrâneos.<sup>661</sup> Outros, não querendo perder tempo com grandes engenhos ou desgastar-se fisicamente, optavam por subornar os responsáveis pela vigilância.<sup>662</sup> Houve ainda quem tentasse fugir embriagando o carcereiro.<sup>663</sup>

A constante entrada e saída de estranhos na prisão facilitava a introdução de objectos facilitadores da fuga, designadamente gazuas, limas e serrotes, muitas vezes dissimulados nas cestas que transportavam alimentos. Dada a inexistência de oficinas de trabalho, afigura-se pouco provável que as ferramentas usadas para escapar fossem conseguidas dentro da própria cadeia, a não ser que se tratasse de utensílios usados para consertos das instalações, realizados pelos reclusos, que aproveitariam a ocasião para, sorrateiramente, os esconder.

Encontrámos apenas elementos do sexo masculino envolvidos em tentativas de fuga, talvez por serem mais destemidos, por possuírem uma compleição física que lhes permitia aventurarem-se em acções que exigiam alguma força e destreza, ou simplesmente porque representavam a maioria da população prisional. As mulheres remeteram-se simplesmente ao papel de cúmplices.

---

<sup>660</sup> Sobre os planos de fuga utilizados pelos presos do Portugal medievo leia-se Duarte, Luís Miguel, *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval: 1459-1481...*, pp. 413-420.

<sup>661</sup> Foi o caso de um indivíduo, acusado de vadiagem, detido na cadeia de Ponte da Barca, que tentou evadir-se ateando fogo às instalações. O fogo foi controlado e o preso transferido para a cadeia de Ponte de Lima. AHGCVC, *Registo dos ofícios dirigidos ao Ministério do Reino*, n.º 1.9.4-13, não paginado. Ao contrário do que acontecia noutras prisões europeias, como as espanholas, não encontrámos casos de presos que tenham tentado fugir da cadeia sob disfarce. Em Espanha, era frequente os presos disfarçarem-se de mulheres ou de clérigos para ludibriar os carcereiros e conseguir a liberdade. Leia-se Antonio Escudero, José, "Cinco siglos de carceles"..., p. 30. Maria José Moutinho dos Santos também nos dá conta de uma situação desta natureza na cadeia da Relação do Porto. Confira-se Santos, Maria José Moutinho dos, *A Sombra e a Luz. As prisões do Liberalismo...*, p. 345. Também Faustino da Fonseca se referiu à uma fuga de um detido da cadeia do Limoeiro, disfarçando-se de empregado das obras públicas. Descreveu ainda, entre outras fugas, a de um preso espanhol que se barbeou e vestiu de mulher, conseguindo sair da prisão no meio dos familiares dos presos. Fonseca, Faustino da, *Tres mezes no Limoeiro...*, pp. 68-73.

<sup>662</sup> Segundo Maria José Moutinho dos Santos, um número considerável de fugas, que teve lugar na cadeia da Relação do Porto, contou com a conivência dos funcionários daquela prisão, nomeadamente guardas, sentinelas, chaveiros, e carcereiros. Confira-se Santos, Maria José Moutinho dos, *A Sombra e a Luz. As prisões do Liberalismo...*, p. 340.

<sup>663</sup> Em Novembro de 1836, os presos da cadeia de Caminha pretendiam recorrer a este subterfúgio para fugirem. AHGCVC, *Registo de circulares, desde Outubro de 1835 a 4 de Outubro de 1837*, n.º 1.10.4-8, não paginado.

Por norma, o *modus operandi* da fuga passava pela arquitectura de um plano, desenvolvido por um grupo restrito de presos, ou, como acontecia na maior parte dos casos, por apenas um, com ou sem cumplicidade do exterior, que depois poderia ser aproveitado pelos restantes. Por vezes, existia uma relação de parentesco entre os evadidos. Quando havia familiares detidos, o sentimento de partilha e confiança era naturalmente maior, fazendo com que a fuga fosse também um momento compartilhado, como aconteceu na evasão da cadeia militar de Valença, em 1858, protagonizada por Francisco Gomes, conhecido por “o Chato”, e Manuel Gomes, pai e filho, respectivamente.<sup>664</sup>

Os arrombamentos mais aparatosos das prisões partiam do exterior, tendo como protagonistas os membros de quadrilhas e bandos de salteadores, com o objectivo de libertarem os seus sequazes. A este propósito, basta recordar o assalto cometido por Tomás das Quingostas, em 1835, à cadeia de Valadares. (cf. Capítulo III). Estes ataques eram dos mais temidos, pelo que a presença de presos de elevada perigosidade, cuja associação a grupos de salteadores era reconhecida, fosse motivo de fundada preocupação. Em Fevereiro de 1855, a presença de nove presos considerados perigosos e a inexistência de condições de segurança na cadeia de Ponte de Lima fizeram temer um possível ataque de salteadores, o que levou à sua transferência para a cadeia de Viana do Castelo.<sup>665</sup> As autoridades tinham consciência de que a falta de segurança podia ser agravada pela presença de indivíduos de elevada perigosidade, aumentando nessas circunstâncias o risco de evasão.

Todas as fugas, cuja hora é conhecida, tiveram lugar depois das seis da tarde, ao cair da noite ou pela madrugada dentro. A predominância do horário nocturno é explicável pela própria localização das cadeias. Implantadas no centro das localidades, a movimentação de gente nas suas imediações, durante o dia, podia dissuadir os presos de tentarem fugir. Porém, a chegada da noite e a desertificação das ruas favoreciam a concretização dos projectos de evasão, além de que muitas cadeias nem sequer dispunham de recursos humanos para garantir a vigilância nocturna. Em 1840, o administrador do concelho de Ponte de Lima declarava o seguinte:

“[...] Estando a cadeia desta villa em uma posição tal, que não haver receio de que os presos se evadão durante os dias bastará que a referida cadeia seja só guardada de noite, e nesta

---

<sup>664</sup> AHGCVC, *Registo Geral – Agosto de 1848 a Novembro de 1859*, n.º 1.10.5.7, não paginado.

<sup>665</sup> AHGCVC, *Correspondência com diversas autoridades, Junho de 1854 a Junho de 1855*, n.º 1.8.3.15, não paginado.

conformidade não poderá haver dúvida em colocar duas sentinellas em vez de uma, sendo para isso bastante a força existente.”<sup>666</sup>

Algumas fugas ocorriam entre o toque do recolher e a organização da sentinela nocturna, quando a segurança da cadeia se encontrava mais desguarnecida, ou seja, no momento em que o carcereiro dava o seu lugar à sentinela composta por civis ou militares. Geralmente, ao escurecer, as prisões passavam a dispor de uma maior vigilância no seu exterior, embora nem todas dispusessem deste serviço. Não podemos afirmar que houvesse uma época do ano mais propícia para fugir, embora se registasse um ligeiro aumento com a chegada do Outono.

A falta de meios humanos para a realização de uma vigilância eficaz das cadeias e da população prisional era um dos maiores problemas que afectava todos os estabelecimentos de reclusão do Alto Minho.<sup>667</sup> Por vezes, não existia mais ninguém para guardar a prisão além do carcereiro, e, quando existia, nem sempre se tratava de gente devidamente preparada, pois a força de segurança era constituída por civis requisitados para cumprir essa função. Ora, chegados à prisão, os presos rapidamente se apercebiam desta fragilidade.

Devido à inexistência de uma força militar, a guarda da cadeia de Ponte de Lima estava entregue aos habitantes das freguesias do concelho. Em 1836, já abundavam as queixas das populações contra a prestação deste serviço.<sup>668</sup> Em Setembro de 1841, depois da retirada do último destacamento militar, a segurança da cadeia era assegurada por sete homens, geralmente civis. Entretanto, em 1858, já era composta por um cabo de polícia e “quatro paisanos”.<sup>669</sup> Chegavam das suas freguesias ao fim da tarde, para “pelas trindades se postar a guarda”, ou seja, pelas seis horas e meia da tarde, no Inverno, e pelas oito e meia, na Primavera e Verão, terminando o seu turno às sete horas da manhã do dia seguinte. Entre essa hora e as quatro da tarde, a vigilância era garantida pelo carcereiro, que, todas as tardes, pelas quatro

---

<sup>666</sup> AHGCVC, *Registo dos officios para os administradores dos concelhos, Março de 1840 a Março de 1841*, n.º 1.7.2.3, não paginado.

<sup>667</sup> Em Junho de 1839, o capitão da guarda nacional de Ponte de Lima comunicou ao administrador do concelho que não podia continuar a assegurar o serviço de vigilância das cadeias da vila por não ter gente suficiente para esse fim. AMPL, *Administração do Concelho, Copiador Geral dos officios dirigidos por esta administração a diversas autoridades e particulares*, n.º 2.1.5. Cx 8-10, não paginado.

<sup>668</sup> AMPL, *Administração do concelho de Ponte de Lima – Copiador Geral*, n.º 2.2.1.29, não paginado.

<sup>669</sup> AMPL, *Administração do concelho de Ponte de Lima – Copiador dos officios e circulares aos regedores*, n.º. 2.1.5 cx. 9-6, não paginado.



horas, ia bater ferros na companhia de quatro cabos da vila.<sup>670</sup> Estes deviam andar armados e, caso não dispusessem de armas de fogo, podiam usar instrumentos agrícolas, como chuços e foices.

Para garantir a vigilância da cadeia durante a noite, cada uma das freguesias situadas dentro de meia légua de distância em circunferência da vila de Ponte de Lima, seguindo uma escala baseada na localização geográfica, devia fornecer, diariamente, um determinado número de homens, até se esgotar a sua população masculina. Quando esta condição estava prestes a verificar-se, o administrador do concelho informava o regedor doutra freguesia para que preparasse o próximo contingente de vigilantes. Os habitantes da vila estavam isentos, mas os residentes nas freguesias nem sempre se dispunham a cumprir esta obrigação.<sup>671</sup>

Estes guardas, na sua maioria lavradores, insurgiam-se contra a obrigatoriedade de executar esta tarefa, apesar de ser remunerada, pois, além dos riscos que comportava, causava grandes transtornos nos trabalhos agrícolas, sobretudo na altura das sementeiras e das colheitas.

A força militar apenas se deslocava a Ponte de Lima aquando da realização das audiências gerais e desde que fosse requerida para a guarda dos reclusos, ou ainda para proceder à sua transferência para outras prisões, ficando, nesse caso, aquartelada na “cadeia nova”.<sup>672</sup> Aliás, com o decorrer do tempo, este espaço foi perdendo a função prisional para se converter em alojamento dos militares e residência do carcereiro e da família.<sup>673</sup>

A elevada perigosidade de alguns detidos, a inexistência de guarnições militares para guardar a cadeia, além do incómodo que o exercício dessa tarefa causava às populações civis, determinavam a transferência dos presos para Valença. No início de Outubro de 1838, estavam

---

<sup>670</sup> AMPL, Administração do Concelho. *Copiador dos ofícios dirigidos à Administração Geral*, n.º 2.2.2.42, não paginado.

<sup>671</sup> Por exemplo, nos inícios de Abril de 1858, o administrador do concelho reclamou junto do regedor da freguesia de Bertandos, pelo facto de, apesar de ter sido avisado atempadamente, apenas dois homens terem comparecido ao serviço durante o período previsto, ao passo que uma outra localidade, Moreira do Lima, contava fornecer dezanove homens até ao final desse mesmo mês. AMPL, *Administração do concelho de Ponte de Lima – Copiador dos ofícios e circulares aos regedores*, n.º. 2.1.5 cx. 9-6, não paginado.

<sup>672</sup> AMPL, *Administração do concelho de Ponte de Lima – Copiador dos ofícios dirigidos por esta administração à câmara municipal*, n.º 2.2.2.38, não paginado.

<sup>673</sup> AMPL, *Administração do concelho de Ponte de Lima – Copiador dos ofícios dirigidos por esta administração a diversas autoridades*, n.º 2.2.2.31, não paginado.

na cadeia de Melgaço oito salteadores e assassinos que exigiam uma guarda diária composta por 15 civis, os quais, como noutros locais, não realizavam de bom grado este serviço devido aos transtornos que causava nos seus afazeres, solicitando-se, por isso, a transferência dos criminosos mais perigosos para Valença.<sup>674</sup>

No distrito de Viana do Castelo, não havia forças militares suficientes para guardar todas as prisões. Em Dezembro de 1851, devido ao elevado número de detidos na cadeia de Monção e à impossibilidade de colocar um regimento militar na vila, foi necessário proceder à sua transferência para Valença.<sup>675</sup> Em 1852, o administrador do concelho de Castro Laboreiro comunicou ao governador civil que a prisão carecia de uma guarda composta, pelo menos, por quatro homens para a sua vigilância, noite e dia, uma vez que as populações se mostravam indisponíveis para executar esta tarefa.<sup>676</sup>

Assim, a falta de segurança, o desleixo e a impreparação dos guardas, a que se juntava, por vezes, a sobrelotação dos estabelecimentos prisionais, funcionavam como factores propiciadores de fugas.<sup>677</sup> No entanto, havia ainda outras fragilidades que favoreciam as evasões dos cárceres do Alto Minho. Por vezes, os detidos conseguiam tirar partido das fraquezas do carcereiro e persuadi-lo a colaborar nos seus planos de fuga.<sup>678</sup> Este funcionário, por norma mal pago e sem as mínimas condições de trabalho, podia cair facilmente nas malhas da corrupção, recebendo subornos e aceitando cooperar com os detidos.<sup>679</sup> Alguns, com receio de serem

---

<sup>674</sup> AHGCVC, *Correspondência com várias autoridades desde Janeiro de 1838 a Junho de 1839*, n.º 1.8.3-2, não paginado.

<sup>675</sup> AHGCVC, *Correspondência com várias autoridades desde Julho de 1851 a Novembro de 1852*, n.º 1.8.3-13, não paginado.

<sup>676</sup> AMMço, Administração do Concelho de Castro Laboreiro, *Ofícios e circulares remetidos por diversas autoridades, 1852*, n.º 1.4.42-4, não paginado.

<sup>677</sup> Por exemplo, em 1841, a comarca de Monção estava “infestada de ladrões” e registou, nesse ano, duas fugas, resultantes não apenas da falta de segurança das instalações carcerárias e da deficiente vigilância exterior, mas igualmente do excessivo número de presos. AHGCVC, *Portarias e ofícios do Ministério do Reino*, n.º 1.13.4.11-5, não paginado.

<sup>678</sup> Também em Espanha, uma parte considerável das fugas era explicada pela negligência do alcaide, cujo salário não compensava as responsabilidades inerentes ao cargo e os perigos que corria. Veja-se Pérez Álvarez, María José, “Delito y Castigo: Presos y cárceles en el León del Antiguo Régimen”..., pp. 113-114; Palop Ramos, José Miguel, “Delitos e penas en la España del siglo XVIII”, *Estudios. Revista de Historia Moderna*, n.º 22, 1996, p. 84.

<sup>679</sup> Já nos séculos XVII e XVIII, em algumas cadeias do distrito, se verificava um comportamento negligente dos carcereiros, o que constituía quase um convite à fuga. Veja-se Ribeiro, António Magalhães da Silva, *Práticas de*

descobertos pelas autoridades, não se limitavam a receber o suborno e juntavam-se aos fúgitivos. Foi precisamente o que aconteceu em 1834, na cadeia de Viana do Castelo, quando o carcereiro fugiu juntamente com os presos. A evasão só não assumiu proporções maiores porque a força militar entrou na cadeia.<sup>680</sup> Em 1813, devido à fuga do carcereiro de Monção, foi necessário proceder à nomeação de um substituto para o seu lugar.<sup>681</sup> Outros episódios similares podiam ser invocados para comprovar a queda em tentação dos carcereiros e a sua convivência em múltiplas escapatórias que tiveram lugar nas cadeias do distrito.<sup>682</sup>

Os carcereiros transformavam-se nos principais bodes expiatórios das fugas, sendo, desde logo, alvos de investigação nos casos em que estas não resultavam de arrombamento.<sup>683</sup> No entanto, alguns dos que se dispunham a colaborar nos planos de fuga eram impelidos pelo medo. Em 1848, na cadeia de Ponte de Lima, Francisco Fernandes Sarrilha e António José de Melo, conhecidos pelo seu comportamento insurrecto e por provocarem o carcereiro, elaboraram um plano de fuga. Na altura prevista, juntamente com outros presos que se mostraram dispostos a aproveitar a oportunidade, arrancaram a cloaca e subiram até ao piso das mulheres, sendo o objectivo final escapular-se pelo telhado. Entretanto, tentaram corromper o carcereiro com dinheiro, de forma a facilitar a saída. De início, este recusou cooperar, mas depois de se

---

*caridade na Misericórdia de Viana da Foz do Lima (séculos XVI-XVIII)*, 2.º vol., Braga, Universidade do Minho, 2009, pp. 596-598. Tese de doutoramento policopiada. Em Coimbra, a cadeia da Portagem também foi atingida pela negligência destes profissionais. Veja-se Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, Assistência e Controle Social em Coimbra (1750-1850)*..., p. 527. Também no Portugal medievo parece ter sido recorrente a fuga por distração ou suborno do carcereiro. Veja-se Duarte, Luís Miguel, *Justiça e Criminalidade no Portugal Medievo: 1459 -1481*..., p. 419. Rodrigues, Ana Maria, *Espaços, Gente e Sociedade no Oeste. Estudos sobre Torres Vedras medieval*..., pp. 321-324.

<sup>680</sup> AMVC, *Acta de vereação*, n.º 777, fls. 9-10.

<sup>681</sup> AMM, *Livro de Acórdãos da Câmara*, n.º 1.20.2.18.

<sup>682</sup> Em Dezembro de 1844, abalaram da cadeia do Soajo dois presos. De imediato, se procedeu à captura do carcereiro, por haver fortes suspeitas de cumplicidade. AHGCVC, *Correspondência do Ministério do Reino - 1 Julho de 1844 a 31 de Dezembro de 1845*, n.º 1.9.4.15, não paginado.

<sup>683</sup> Veja-se como, no caso de dúvida acerca dos meios usados pelos presos para se evadirem, as suspeitas recaíam de imediato sobre o carcereiro. O exemplo seguinte apresentado refere-se a dois presos que, em Janeiro de 1840, fugiram da cadeia de Valença: "Não se declarando no officio os meios de que se servirão os presos para a sua evasão, e podendo acontecer que seja culpado o carcereiro, V. S.<sup>a</sup>, procedendo às devidas indagações dará de tudo conta a authority judicial para proceder como for legal, auxiliando a acção da justiça por todos os meios ao seu alcance." AHGCVC, *Registo dos officios para os administradores do concelho desde Agosto de 1839 em diante*, n.º 1.7.2.2, não paginado.

aperceber do elevado número de presos envolvidos, acabou, aparentemente, por ceder, mas pediu-lhes para adiarem a fuga para outro dia, para assim ter tempo de alertar as autoridades.<sup>684</sup>

Este episódio mostra a existência de comunicação entre os detidos dos diferentes espaços, já que presos dos três pisos estavam implicados no plano de fuga, e o envolvimento de indivíduos do exterior, que os ajudaram nos preparativos e lhes dariam o apoio necessário aquando da saída.<sup>685</sup> Revela ainda a ausência de vigilância e policiamento que deviam existir em redor da cadeia, de forma a controlar o contacto dos presos com o exterior, e a impreparação do carcereiro, que se deixou intimidar pelos presos.

Após ter ouvido o carcereiro e colhido o depoimento de dois reclusos, o delegado do Ministério Público resolveu proceder à transferência dos responsáveis pelo plano para a prisão de Viana do Castelo. Foram também ordenadas obras para reforçar a segurança da cadeia, designadamente o conserto do telhado, o reforço de fechaduras e a colocação de uma porta com um postigo que pudesse ser fechado, para impedir a introdução de instrumentos que facilitassem o arrombamento.<sup>686</sup>

A colaboração dos carcereiros nas evasões podia ser deliberada ou resultar de mero descuido. O certo é que, quando se verificava a participação de uma fuga, a primeira questão que se colocava incidia sempre sobre a eventual conivência deste funcionário. Refira-se que, em alguns casos, o carcereiro morava na cadeia, o que, à partida, tornava mais apertada e atenta a vigilância sobre os detidos. Quando não residia na prisão, e, além disso, tinha outras ocupações, a situação era mais complicada. Por exemplo, em 1865, o carcereiro de Ponte de Lima também era regedor da vila.

Muitos carcereiros deixavam escapar os presos por negligência, outros eram cúmplices. Em Agosto de 1844, na cadeia de Ponte de Lima, teve lugar uma fuga, durante a deslocação de quatro detidos, João Francisco Gonçalves, Caetano José Lemos, Domingos Martins Grelo e Manuel António da Rocha, da cadeia velha para a chamada “cadeia nova”. Esta transferência,

---

<sup>684</sup> AMPL *Livro para os autos das visitas às cadeias de Ponte de Lima desta comarca*, n.º 545, fls. 40-43v.º.

<sup>685</sup> O carcereiro ouviu “Sarrilha” a comunicar o plano à sua mulher: “Havia de vir gente de Coura, Arcos, e Ponte ganhas para os ajudar de fora a fugir das Cadeias, que os de Coura os arranjará, um que ele dizia chamar-se Josemar que este Declarante não sabe quem seja, assim como não sabe nem pode saber e perceber quem ele dizia havia de arranjar homens em que avião de vir da Ponte ganhas e dos Arcos.” AMPL, *Livro para os autos das visitas às cadeias de Ponte de Lima desta comarca*, n.º 545, fls. 40-43v.º.; ANTT, Ministério do Reino, *Ofícios recebidos*, Maço 2104, não paginado.

<sup>686</sup> AMPL, *Livro para os autos das visitas às cadeias de Ponte de Lima desta comarca*, n.º 545, fls. 40-43v.º.

ordenada pelo carcereiro sem a devida autorização das instâncias superiores, foi considerada um abuso de poder. Por isso, foi demitido das suas funções por suspeita de colaboração na evasão de três dos fugitivos.<sup>687</sup>

Os carcereiros não eram os únicos culpados pela fuga dos presos, pois também os guardas que vigiavam as instalações tinham a sua quota-parte de responsabilidade, não resistindo, por vezes, à corrupção. Uma das mais graves e escandalosas fugas dos cárceres do Alto Minho, que beneficiou da conivência da sentinela e foi amplamente divulgada pela imprensa da época e comentada pela opinião pública, ocorreu em Agosto de 1858, na cadeia militar de Valença, donde se evadiram 14 presos, entre os quais havia quatro soldados.<sup>688</sup> Este acontecimento provocou grande alvoroço na população, não só pelo elevado número e perigosidade dos fugitivos, mas também por ter ocorrido na cadeia de Valença, tida como a mais segura do distrito. No quadro 9, estão referenciados os 10 presos civis que se evadiram deste estabelecimento prisional, sendo de assinalar que nenhum deles era natural de Valença.

**Quadro 9.** Relação dos presos civis que se evadiram das “Cadeias do Sol” de Valença, em Agosto de 1858

Nomes	Naturalidade
Francisco Gomes – o Chato	Monção
Manuel Gomes	Monção
João Manuel do Passo – o provisor	Espanha
Lourenço Relin	Espanha
Francisco José Pereira	Braga
Paulo Garcia	Espanha
Miguel Alves de Oliveira	Monção
Manuel Alves de Oliveira	Monção
António José da Silva	Amares
Manuel José Alvellos	Esposende

Fonte: *Relação dos presos socorridos*, n.º 1.6.5.3 – 1, não paginado.

Sem cumplicidades, qualquer tentativa de evasão da cadeia militar estaria, à partida, condenada ao insucesso. No dia da fuga, pela uma hora da madrugada, os presos arrombaram as grades de uma janela da prisão, por onde saíram. Um dos guardas puxou a corda usada para descer a muralha, a fim de impedir que os evadidos fossem capturados pela força militar que os

<sup>687</sup> AMPL, *Livro para os autos das visitas às cadeias de Ponte de Lima desta comarca*, n.º 545, fls. 23-24v.º.

<sup>688</sup> *O Vianense*, 30 de Agosto de 1858, n.º 70, não paginado.

perseguiu. Em Setembro de 1858, oito dos 14 fugitivos já tinham sido capturados pelas autoridades de Valença, Monção e Vila do Conde.<sup>689</sup> Em Novembro, foi apanhado outro foragido, um preso espanhol, criado do “Provisor”, um afamado bandido.<sup>690</sup> Até Abril de 1859, já tinham capturados 13 dos evadidos, nesse mês foram apanhados Francisco Gomes, conhecido como “o Chato”, e Manuel Gomes, pai e filho, respectivamente.<sup>691</sup>

Todavia, este não foi um caso isolado na praça militar de Valença. Já em 1837 quatro presos civis tinham conseguido fugir, nas mesmas circunstâncias, com auxílio de uma sentinela, arrombando a cadeia.<sup>692</sup> Em Dezembro de 1856, os reclusos civis, tendo subornado a sentinela, tentaram evadir-se, sem sucesso, da cadeia militar das “Portas do Sol” de Valença. Dado o seu grau de perigosidade, a circunstância de a maior parte pertencer à comarca de Monção e de já terem sido julgados, as autoridades valencianas solicitaram a sua transferência para a cadeia da Relação do Porto. Tal mudança parece não ter tido concretizada, uma vez que, entre os que tentaram escapulir-se, estavam João Manuel do Passo, “o Provisor”, Lourenço Relin, Manuel Gomes, que, dois anos mais tarde, conseguiram escapar da mesma cadeia militar.<sup>693</sup>

No dia 14 de Maio de 1859, uma outra fuga do presídio militar alarmou as autoridades valencianas. Pelas 10 horas da noite, dois presos civis evadiram-se através de uma passagem subterrânea que tinham escavado e que os conduzia a uma pequena abertura no centro da vila. Posteriormente, descobriu-se que os restantes detidos também se preparavam para escapar, o que certamente teriam conseguido se os soldados da praça não tivessem detectado a presença dos dois fugitivos. Este episódio serviu para pôr em causa a segurança da cadeia militar, dado que, para fazer um túnel subterrâneo, foram utilizadas ferramentas introduzidas

---

<sup>689</sup> *O Vianense*, 1 de Setembro de 1858, n.º 71, não paginado.

<sup>690</sup> *O Vianense*, 2 de Novembro de 1858, n.º 97, não paginado.

<sup>691</sup> AHGCVC, *Registo Geral – Agosto de 1848 a Novembro de 1859*, n.º 1.10.5.7, não paginado.

<sup>692</sup> Em Setembro de 1851, evadiram-se nove reclusos, mas em Outubro do mesmo ano já todos tinham sido capturados em resultado da perseguição que lhe foi movida pelos guardas da cadeia e demais militares da praça. Cinco anos mais tarde, vários presos civis, tendo corrompido a sentinela que os guardava, tentaram fugir numa noite de Dezembro, mas os seus planos foram frustrados. ANTT, Ministério do Reino – *Registo da correspondência expedida relativa à segurança pública das províncias do Norte*, Livro 1, n.º 1660, fls. 108v.º-109. AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino – 1851*, n.º 1.9.4-19, não paginado

<sup>693</sup> AHGCVC, *Administradores*, n.º 1.27.1.1-3, não paginado.

clandestinamente nas suas instalações. Esta evasão, se se tivesse concretizado, teria atingido proporções muito maiores do que a ocorrida em Agosto de 1858.<sup>694</sup>

Quando estes incidentes tinham lugar numa prisão militar como a de Valença, que albergava os presos mais perigosos do distrito, a solução era transferi-los para a cadeia da Relação do Porto. Em 1851, um preso fugiu da cadeia do Soajo, tendo beneficiado da colaboração dos guardas, que acabaram por ser detidos.<sup>695</sup> Guardas e sentinelas não só facilitavam a evasão dos presos, a troco de subornos, como, inclusive, os acompanhavam na fuga, tornando-se também eles foragidos.

Segundo o disposto no artigo 190.º do Código Penal de 1852, todo aquele que tentasse, pela via da força, tirar um preso à autoridade pública ou aos seus agentes, seria punido com penas de resistência. O artigo 191.º do referido Código Penal previa a condenação à pena de seis meses até um ano de prisão para quem tentasse a evasão por meio de arrombamento, ou, estando sob a guarda de agentes ou empregados da autoridade pública, através do recurso à violência. Se a fuga fosse empreendida através de outros meios, a pena não iria além dos seis meses.

Os guardas e agentes responsáveis pela segurança dos presos condenados à pena de morte ou a outra pena perpétua incorriam na pena de trabalhos públicos temporários, caso tivessem promovido, de forma intencional, a sua fuga. Se se tratasse de reclusos condenados a penas temporárias, ficavam sujeitos ao degredo temporário. De acordo com o artigo 193.º, caso a fuga de presos condenados à morte ou a trabalhos perpétuos tivesse lugar sem acção dolosa dos agentes ou guardas, estes seriam condenados à pena de prisão entre um mês e um ano. Nas mesmas circunstâncias, mas tratando-se de presos condenados a penas temporárias, a pena oscilava entre 15 dias e seis meses. Todavia, as sanções previstas perderiam efeito se os evadidos fossem capturados. O artigo 194.º do referido Código determinava que no caso de a fuga ser conseguida por meio de arrombamento ou outra violência e contasse com a conivência dos empregados ou agentes responsáveis pela guarda dos detidos, estes seriam condenados à pena de trabalhos públicos. Caso o auxílio fosse prestado por outros indivíduos, estes incorriam na pena de degredo temporário.<sup>696</sup> Em Abril de 1836, fugiram três presos da cadeia de Caminha. Não conseguindo as autoridades proceder à sua captura, prenderam o irmão de um dos

---

<sup>694</sup> AHGCVC, *Registo Geral – Agosto de 1848 a Novembro de 1859*, n.º 1.10.3.7, não paginado.

<sup>695</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino – 1851*, n.º 1.9.4-19, não paginado.

<sup>696</sup> *Código Penal de 1852...*, pp. 69-71.

foragidos, por se acreditar ter prestado auxílio na fuga.<sup>697</sup> Para além dos carcereiros, guardas e sentinelas, os familiares e membros de quadrilhas eram aqueles que mais ajudavam nas evasões, quer através do seu planeamento, quer através do apoio que prestavam aos fugitivos, protegendo-os nas suas casas, dando-lhes agasalho e alimento, ou avisando-os das movimentações das autoridades.

Além de carcereiros, guardas e sentinelas, a responsabilidade das fugas podia ainda ser imputada às autoridades administrativas e judiciais, servindo de pretexto para a troca de acusações mútuas. Em 1849, sem que tivesse sido detectado qualquer sinal de arrombamento, três presos evadiram-se da cadeia de Ponte da Barca. As diligências efectuadas com vista à sua captura revelaram-se complicadas devido à inexistência de livros de entrada de presos e, consequentemente, à impossibilidade de o administrador do concelho dispor de informações que permitissem a identificação dos foragidos.<sup>698</sup>

Algumas tentativas de fuga eram frustradas, em resultado de denúncias, que, geralmente, partiam de presos que conheciam os planos de evasão, mas eram excluídos do rol dos fugitivos ou recusavam-se a participar na sua organização. Importa recordar a dificuldade, que se verificava em todos os cárceres do Alto Minho, de compartimentação dos presos com base na natureza dos delitos cometidos, pelo que, no mesmo espaço, convivia todo o tipo de delinquentes. Enquanto alguns cumpriam pesadas penas e se dispunham a arriscar a fuga, outros, prestes a regressar à liberdade, recusavam-se a alinhar e denunciavam os envolvidos nessas aventuras. Por outro lado, era difícil esconder uma evasão, sobretudo quando implicava a demolição de alguma estrutura da cadeia, pois a abertura de um buraco, o arrombamento de uma parede ou a destruição de grades dificilmente passariam despercebidos.

Alguns denunciantes, sem medo de represálias, não tinham qualquer pejo em identificar-se, ao passo que outros faziam chegar a informação às autoridades a coberto do anonimato. Em Fevereiro de 1851, vários reclusos da cadeia de Valença viram gorados os seus intentos de evasão, depois de terem serrado a grade da prisão, devido à denúncia de um companheiro.

---

<sup>697</sup> AHGCVC, *Registo dos officios para o Ministério do Reino, Setembro de 1835 a Outubro de 1836*, n.º 1.9.4.10, não paginado.

<sup>698</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino de Janeiro de 1848 a Junho de 1849* - 1.9.4.17, não paginado.



Também foi a delação de um parceiro que, em Maio de 1836, impediu a concretização da fuga dos presos da cadeia de Arcos de Valdevez.<sup>699</sup>

As revelações dos planos de evasão também podiam partir do exterior. Em Dezembro de 1857, vários detidos da cadeia de Viana do Castelo tinham orquestrado uma fuga. Conseguiram fazer um buraco numa das paredes interiores do cárcere, de forma a descerem para uma loja também interior, cujas portas seriam fáceis de arrombar, e daí atingiriam a porta principal. Todavia, foram surpreendidos pela denúncia de uma das suas amásias, que delatou o plano às autoridades.

Conseguidas ou não, as fugas exigiam tomadas de posição por parte das autoridades. Caso fosse bem sucedidas, impunha-se, naturalmente, tentar apanhar os evadidos e, se fosse caso disso, proceder à imediata reparação dos estragos causados nas instalações. Na cadeia de Monção, logo após a evasão dos presos, ocorrida em 20 de Maio de 1841, através de arrombamento, foi contratado um pedreiro para tapar o buraco que tinha sido feito na enxovia.<sup>700</sup> Novamente arrombada em Junho do mesmo ano, a câmara municipal viu-se obrigada a financiar a reparação dos danos provocados na enxovia e nas tarimbas.<sup>701</sup> Na tentativa de apanhar os foragidos, batiam-se matas e caminhos e vasculhavam-se as casas suspeitas. Quando capturados, ou, no caso de a fuga não ter sido concretizada, os presos eram transferidos para estabelecimentos prisionais considerados mais seguros, ou seja, para Valença ou para a cadeia da Relação do Porto.

---

<sup>699</sup> AHGCVC, *Registo dos ofícios para o Ministério do Reino – Setembro de 1835 a Outubro de 1836*, n.º 1.9.4.10, não paginado.

<sup>700</sup> AMM, *Acórdãos desde 15 de Setembro de 1840 até 26 de Julho de 1842*, n.º 1.A.20.2.24.

<sup>701</sup> AMM, *Acórdãos desde 15 de Setembro de 1840 até 26 de Julho de 1842*, n.º 1.A.20.2.24.

**Quadro 10.** Fugas que tiveram lugar nas cadeias do distrito de Viana do Castelo  
(1834-1870)

Data	Cadeia	N.º de presos evadidos
Janeiro de 1829	Monção	1
Janeiro de 1829	Vila Nova de Cerveira	1
Agosto de 1834	Viana do Castelo	2
Maio de 1835	Monção	2
Novembro de 1835	Monção	2
Abril de 1836	Caminha	3
Outubro de 1836	Monção	6
Outubro de 1837	Ponte de Lima	4
Novembro de 1837	Ponte de Lima	4
Dezembro de 1837	Valença	4
Janeiro de 1838	Ponte da Barca	3
Janeiro de 1838	Ponte da Barca	1
Dezembro de 1838	Ponte da Barca	2
1839	Ponte da Barca	6
Setembro de 1839	Ponte da Barca	2
Outubro de 1839	Ponte da Barca	1
Outubro de 1839	Ponte da Barca	2
Dezembro de 1839	Ponte da Barca	2
Julho de 1839	Valença	1
Janeiro de 1840	Soajo	1
Janeiro de 1840	Ponte de Lima	4
Janeiro de 1840	Vila Nova de Cerveira	2
Fevereiro de 1840	Valença	1
Março de 1841	Valença	1
Maio de 1841	Monção	2
Junho de 1841	Monção	4
Agosto de 1844	Ponte de Lima	3
Dezembro de 1844	Soajo	2
Outubro de 1845	Monção	3
Agosto de 1846	Viana do Castelo	2
Setembro de 1847	Vila Nova de Cerveira	1
Setembro de 1847	Valença	-
Abril de 1848	Castro Laboreiro	1
Junho de 1848	Melgaço	3
Junho de 1848	Valença	1
Junho de 1848	Ponte de Lima	2
Setembro de 1849	Soajo	1
Janeiro de 1849	Soajo	1
Abril de 1849	Ponte da Barca	3
Maio de 1850	Vila Nova de Cerveira	1
Agosto de 1850	Ponte da Barca	2
Outubro de 1850	Ponte da Barca	1
Setembro de 1850	Valença	-
Novembro de 1850	Melgaço	1
Maio de 1850	Vila Nova de Cerveira	1

Janeiro de 1851	Soajo	1
Fevereiro de 1851	Castro Laboreiro	1
Setembro de 1851	Valença	9
Junho de 1852	Monção	1
Dezembro de 1852	Vila Nova de Cerveira	1
Junho de 1854	Arcos de Valdevez	8
Agosto de 1854	Valença	1
Dezembro de 1854	Ponte da Barca	2
Setembro de 1857	Paredes de Coura	4
Agosto de 1858	Valença	14
Maior de 1859	Valença	2
Fevereiro de 1870	Melgaço	1
Dezembro de 1870	Vila Nova de Cerveira	1

Fonte: AMMço, *Correspondência recebida do Governo Civil – Ofícios*, n.º 1.3.2.4-9, não paginado; ANTT, Ministério do Reino – *Registo da correspondência expedida relativa à segurança pública das províncias do Norte*, Livro 1, n.º 1660, fl. 151v.º; Ministério do Reino – *Registo da correspondência expedida relativa à segurança pública das províncias do Norte*, Livro 2, n.º 1661, fl. 265; Ministério do Reino – *Registo da correspondência expedida relativa à segurança pública das províncias do Norte*, Livro 2, n.º 1661, fl. 265; AMV, Administração de Valença, *Correspondência para o Administrador Geral, 1850-1852*, n.º 1.1.4.7, não paginado; AMPL, *Livro para os autos das visitas às cadeias de Ponte de Lima desta comarca*, n.º 545, fls. 23-24v.º; AHGCVC, *Correspondência do Ministério do Reino - 1 Julho de 1844 a 31 de Dezembro de 1845*, n.º 1.9.4.15, não paginado; *Registo dos ofícios para o Ministério de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12, não paginado. *Correspondência com o Ministério do Reino de Janeiro de 1848 a Junho de 1849* - 1.9.4.17, não paginado. *Correspondência com o Ministério do Reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18, não paginado. *Correspondência com o Ministério do Reino – 1851*, n.º 1.9.4.19, não paginado. *Correspondência com o Ministério do Reino Janeiro de 1852 a Fevereiro de 1853*, n.º 1.9.4.20, não paginado. *Correspondência com o Ministério do Reino, Fevereiro de 1854*, n.º 1.9.4.22; *Copiador Geral da Correspondência com os provedores da comarca*, n.º 1.7.1.6-4, não paginado.

Como se pode observar pelo quadro 10, que considera apenas as fugas concretizadas, as décadas de trinta e quarenta do século XIX foram as que registaram maior número de evasões, atingindo 17 e 20 fugas, respectivamente. No respeitante à década de vinte, apenas dispomos de referências para o ano de 1829, o que não nos permite tirar conclusões devidamente sustentadas. Entre 1829 e 1870, verificaram-se 58 evasões, um número extremamente elevado, que atesta as várias fragilidades do sistema prisional, as quais se mantiveram ao longo da década de cinquenta, durante a qual ocorreram 17 casos. Com a chegada da década de sessenta, a situação melhorou, pelo menos aparentemente, não tendo sido encontrado registo de quaisquer fugas nas fontes consultadas, o que não significa que, de facto, não tenham ocorrido. Cremos que a melhoria nessa década tenha resultado, sobretudo, do aperfeiçoamento do sistema de vigilância e não da realização de benfeitorias nas instalações prisionais, até porque estas continuavam a ser reclamadas pelas entidades locais. Por outro

lado, houve um progresso no ambiente de segurança no distrito, que se traduziu, por exemplo, na diminuição da actividade das quadrilhas.

O impacto das fugas estava relacionado com o número e o grau de perigosidade dos presos envolvidos. Se na maioria dos casos, os implicados eram apenas um ou dois, noutros envolvia uma parte significativa da população prisional, como sucedeu em Valença e Arcos de Valdevez.

De entre as cadeias com maior frequência de fugas destacavam-se as de Valença, Ponte da Barca e Monção. No caso de Monção, e numa altura em que a comarca estava infestada de criminosos e a sua cadeia albergava um elevado número de presos sem dispor de uma força militar para a guardar, as evasões eram explicadas, principalmente, pela falta de segurança.

As sucessivas fugas da cadeia de Ponte da Barca, tida como uma das mais seguras do Alto Minho, que tiveram lugar nos anos de 1838 e 1839, colocaram em sobressalto a população desta localidade. Nos inícios de 1838, chegou-se ao ponto de, num curto espaço de tempo, um recluso, Vicente José da Costa, ter conseguido fugir duas vezes. Na sequência deste episódio, o administrador substituto do concelho foi suspenso pelo governo civil, por não ter acautelado, como lhe competia, a segurança dos presos. O subdelegado do procurador régio da vila foi incumbido de instaurar um processo contra o referido administrador substituto, para averiguar o seu grau de responsabilidade e apurar a eventual culpabilidade do carcereiro nos acontecimentos.<sup>702</sup> Em 1839, o governador civil do distrito manifestou a sua estranheza pelo facto de, apesar de a cadeia ser considerada segura, segundo a avaliação do administrador do concelho, se repetirem as fugas, concluindo que a explicação só podia estar na negligência do carcereiro ou da autoridade administrativa.<sup>703</sup> Este reparo parece ter surtido algum efeito, uma vez que a conduta do carcereiro foi investigada e alvo de processo.

Não deixa de ser estranho que Ponte da Barca apresentasse um número tão elevado de evasões, muito superior ao verificado em Ponte de Lima em igual período, até porque a prisão desta vila era bem mais concorrida, com uma população prisional que, por norma, superava a de Ponte da Barca e com estruturas carcerárias bastante frágeis. Assim sendo, afigura-se-nos pertinente a hipótese avançada pelas autoridades da época, que apontava para a actuação

---

<sup>702</sup> AHGCVC, *Correspondência com as várias autoridades de Janeiro de 1838 a Junho de 1839*, n.º 1.8.3.2, não paginado.

<sup>703</sup> AHGCVC, *Registo dos ofícios para os administradores do concelho desde Agosto de 1839 em diante*, n.º 1.7.2.2, não paginado.

permissiva ou até mesmo desleixada de alguma das entidades responsáveis pela gestão do espaço prisional, para justificar o que passava na cadeia de Ponte da Barca. Os estabelecimentos prisionais que registaram menos evasões foram os de Viana do Castelo, Caminha, Castro Laboreiro, Melgaço, Arcos de Valdevez e Paredes de Coura.

Entre 1834 e 1870, nas cadeias civil e militar de Valença, houve 11 fugas, que podem ser explicadas pelo elevado número de detidos que albergavam, muitos deles transferidos de outros concelhos, e ainda pela falta de segurança das instalações. Deste modo, as sucessivas evasões que tiveram lugar nesta vila desconstróem a ideia, que percorreu o Alto Minho oitocentista, de que as cadeias de Valença eram as mais seguras do distrito, por disporem de forças militares. Afinal, os recursos humanos existentes não eram suficientes para compensar as outras fragilidades, que não diferiam muito das que afectavam as restantes prisões.

O tempo de sorte de muitos foragidos era curto, dado que, graças ao empenho das autoridades, muitos deles eram rapidamente capturados. Logo que era detectada a fuga, o administrador do concelho participava a ocorrência aos regedores das freguesias e ao governador civil, que, por circular, alertava os administradores dos restantes concelhos, com a descrição física dos fugitivos. Aquela autoridade, além de informar as congéneres dos outros distritos, podia ainda avisar as autoridades da vizinha Espanha no caso de as evasões terem acontecido nas cadeias das vilas raianas ou os foragidos serem naturais desse país.

A descrição dos evadidos era um elemento essencial para a sua captura. Num tempo em que ainda não existia a fotografia, a sua identificação estava dependente dos dados constantes das circulares remetidas. Na exposição das características do evadido, eram feitas referências à constituição física, forma do rosto, idade, naturalidade, aos sinais ou cicatrizes particulares, como, por exemplo, as marcas de bexigas, bem como a roupa que envergava na altura da fuga.<sup>704</sup>

---

<sup>704</sup> Veja-se o seguinte exemplo, respeitante à descrição de um preso evadido da cadeia de Vila Nova de Cerveira em 1870: “[...] José António Cabral, que se evadiu das cadeias de Vila Nova de Cerveira, onde se achava pronunciado por crime de furto, e que tem os seguintes sinais: rosto redondo, cabelo e barba preta, altura regular, cor amarelada, com uma cicatriz na face direita, veste calça de preta riscada, e camisola grossa.” AMPC, Administração do Concelho, *Circulares recebidas do Governo Civil*, n.º 1.3.6.2.2, não paginado. Outra ainda mais completa de dois presos que fugiram também da cadeia de Vila Nova de Cerveira, em 1840: “Manuel Bento Fernandes, filho de José Moçorinho da freguesia de Cornes deste concelho, idade 24 anos, altura 58 polegas, rosto redondo – cabelo e olhos castanhos – barba pouca e algumas espinhas carnis no rosto – vestido com jaqueta de pano azul, golla de rebuço e botões amarelos - calça também azul com prega pelo lado; e António Lorangeira da freguesia de Seixas concelho

A maior parte dos foragidos era capturada fora do concelho donde se tinha evadido. Por exemplo, um preso espanhol, que, em Maio de 1850, tinha escapado da cadeia de Vila Nova de Cerveira foi capturado em Arcos de Valdevez.<sup>705</sup> Porém, alguns conseguiam alcançar lugares mais longínquos. Em Agosto de 1850, dois presos fugiram da prisão de Ponte da Barca, sendo um deles capturado no mês seguinte no distrito de Viseu. Outros ainda eram capturados quando estavam a cometer novos crimes.<sup>706</sup> Aliás, alguns destes meliantes iam adquirindo a fama de “arrombadores de cadeias”, por terem conseguido realizar esta proeza mais do que uma vez.

O processo que envolvia a captura dos presos colocava a nu as rivalidades e as más relações entre o poder administrativo e poder judicial, que se estendiam a vários domínios, e eram evidentes no que respeita à gestão quotidiana dos cárceres. Em Agosto de 1844, o administrador do concelho de Ponte de Lima lançava sérias e graves acusações contra o juiz de direito, acusando-o de inépcia e de negligência na forma como lidou com os responsáveis e protagonistas da fuga que tinha ocorrido na cadeia daquela vila. No auto que lavrou, o juiz atribuiu a responsabilidade da fuga ao carcereiro, que, depois de ter estado escondido durante um dia, “logo no seguinte apareceu passeando na vila com toda a frescura sem receio algum de castigo.” Por outro lado, um dos fugitivos passeava impunemente na sua freguesia, ameaçando publicamente vingar-se dos autores da sua captura.<sup>707</sup>

As constantes fugas que se registaram nas cadeias do Alto Minho, sobretudo ao longo das décadas de trinta, quarenta e cinquenta do século XIX, são reveladoras das múltiplas deficiências que afectavam o sistema prisional, designadamente o estado de ruína dos cárceres, a falta de segurança, a escassez de recursos humanos e a falta de idoneidade de alguns carcereiros.

---

de Caminha, idade 24 anos; altura 56 polegadas rosto redondo cabelo e olhos castanhos – cor trigueira, mal vestido, e roupa muito suja, conhecido por criado de marchantes e solícito de V. S.<sup>a</sup> a prisão dos mesmos se transitarem no seu concelho.” AMMço, Administração do concelho - *Ofícios e circulares recebidos de diversas autoridades, 1840*, n.º 1.4.1.5-1, não paginado.

<sup>705</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18, não paginado.

<sup>706</sup> Em Junho de 1840, na freguesia da Correlhã, concelho de Ponte de Lima, um dos presos que, meses antes, se tinha evadido da cadeia concelhia foi apanhado quando tentava escapulir-se com o produto de um roubo que tinha perpetrado. AMPL, Administração do Concelho. *Copiador dos ofícios dirigidos à Administração Geral*, n.º 2.2.2.42, não paginado.

<sup>707</sup> AMPL, Administração do Concelho. *Livro de registo da correspondência expedida para o Governo Civil*, n.º 2.2.1-12, não paginado.

### 3.5. Gestão e administração das cadeias

#### 3.5.1. O carcereiro e os guardas

Ao longo do século XIX, a situação dos carcereiros das prisões do distrito de Viana do Castelo era bastante heterogénea, nomeadamente no que respeita à situação profissional, à remuneração e até à forma de pagamento. Enquanto alguns exerciam o cargo a tempo inteiro, outros acumulavam-no com outras ocupações, como a de alcaide, oficial de diligências ou regedor. Por outro lado, se uns continuavam na sua residência habitual, como sucedia em Ponte de Lima e Melgaço, outros viviam na prisão, como acontecia, por exemplo, com o carcereiro da cadeia de Arcos de Valdevez.<sup>708</sup>

Para mostrar a diferente situação dos carcereiros do distrito, considerámos a situação que se verificava em alguns estabelecimentos prisionais, no ano de 1839. Nesta data, o carcereiro da cadeia de Arcos de Valdevez recebia 160 réis por cada carceragem, mas desempenhava ainda a função de oficial de diligências da câmara, pela qual auferia 30.000 réis; o de Ponte da Barca ganhava mais de 4.000 réis anuais pelas carceragens, aos quais juntava 20.500 réis pelo exercício de outras tarefas na câmara. Nos casos de Caminha, Castro Laboreiro e Paredes de Coura, não ganhavam qualquer ordenado, arrecadando apenas as carceragens, que não eram muito avultadas. O mesmo acontecia em Valença, onde o carcereiro, através das carceragens, conseguia arrecadar à volta de 20.000 réis anuais; o da vila de Melgaço também não tinha salário. Em Monção e Vila Nova de Cerveira, eram pagos pela câmara municipal, recebendo, respectivamente, 13.200 réis e 14.400 réis anuais. Em Valadares, também era a câmara que, até 1837, suportava esse encargo, com o qual despendia 12.000 réis anuais, mas, em 1839, este funcionário recebia apenas as carceragens.

---

<sup>708</sup> Em 1856, o carcereiro da cadeia de Ponte de Lima estava a viver, juntamente com a sua família, na chamada “cadeia nova”. No entanto, o administrador deste concelho não reagiu bem à presença do carcereiro naquele local, requerendo a sua expulsão ao juiz de direito da vila, por ser um espaço utilizado para aquartelar os destacamentos militares, que se deslocavam a Ponte de Lima para guardar os presos e para outros serviços de natureza policial. AMPL, Administração do Concelho. *Copiador Geral dos ofícios dirigidos por esta administração a diversas autoridades*, n.º 2.2.1.31, não paginado. Também na cadeia da Relação do Porto, devido à falta de condições, alguns funcionários e magistrados acabaram por adoecer em consequência da exposição prolongada às agruras dos cárceres. Santos, Maria José Moutinho dos, “O Tribunal e a cadeia da Relação do Porto: Percursos e espaços da justiça”, in *Comemoração dos Quatrocentos anos da Casa da Relação do Porto*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1995, p. 62.



**Figura 6.** Antiga cadeia de Valadares



No Soajo, a função era exercida pelo juiz ordinário, cujo salário resultava apenas das carceragens. Já em Ponte de Lima, o carcereiro era simultaneamente guarda da câmara recebendo pelo exercício destas duas actividades uma gratificação anual no valor de 40.000 réis, sujeita, no entanto, a variações resultantes da mudança do executivo camarário. Nos concelhos em que os rendimentos dos carcereiros provinham unicamente das carceragens, o seu salário ficava dependente do número de presos que ingressava na cadeia.

Em todos os concelhos do Alto Minho, a função de carcereiro era mal remunerada, pouco apetecível e desconsiderada socialmente.<sup>709</sup> Em 1839, segundo o governador civil de Viana do Castelo, a maioria dos indivíduos que exercia este cargo não tinha preparação adequada e revelava pouco zelo no cumprimento dos seus deveres, o que se devia à dificuldade em encontrar homens realmente interessados nessa profissão.<sup>710</sup> Para resolver o problema, propunha a abolição das carceragens, porque permitiam a prática de abusos, não só por parte dos carcereiros, mas também de outros funcionários da justiça.<sup>711</sup> Defendia ainda que deviam ser nomeados pelos juizes de direito das respectivas comarcas e remunerados pelos cofres dos municípios.

Porém, as dificuldades que afectavam o exercício deste ofício e contribuíam para lhe retirar respeitabilidade não eram de fácil resolução. Desde o século XVII que se legislava no sentido de impor a disciplina no espaço prisional e atribuir ao carcereiro responsabilidades nesse âmbito. Assim, o alvará de 28 de Abril de 1681, além de recomendar cautela na escolha da pessoa a assumir este encargo, impunha que o seu mandato devia ter a duração máxima de três anos, ao fim dos quais poderia ser reconduzido, desde que não houvesse quaisquer suspeitas ou acusações contra ele. O mesmo documento estipulava que os carcereiros das cidades e cabeças

---

<sup>709</sup> Em 1860, Aires de Gouveia defendia o aumento dos salários dos carcereiros e uma maior responsabilização pelas suas acções no espaço prisional. Veja-se Gouveia, Aires de, *A Reforma das cadeias em Portugal...*, p. 89.

<sup>710</sup> AHGCVC, *Registo dos ofícios para o Ministério do Reino de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12, não paginado.

<sup>711</sup> A corrupção dos carcereiros era um problema do conhecimento geral e que gerava discriminação entre os detidos, resultante sobretudo da diferente condição social e económica, como podemos inferir das palavras de João Maria Calisto, “[...] em muitas prisões os carcereiros escolhem para os presos ricos, em prejuízo dos pobres, os melhores quartos ou salas de habitação, com as melhores comodidades possíveis, ficando d’este modo separados dos outros, em quanto que os quartos, e as casas mais insalubres, e tudo o que é pior fica para os desgraçados, que não têm dinheiro para lhe pagar.” Confira-se Calisto, João Maria, *Algumas Palavras sobre o Estado Actual das Prisões em Geral e a sua Reforma...*, p. 13.

de comarca, com excepção de Lisboa e Porto, receberiam, além dos valores correspondentes às carceragens, um salário de 20.000 réis anuais. Estabelecia ainda algumas obrigações que deviam assumir, bem como os castigos em que incorriam no caso de deixarem fugir os presos ou de permitirem que deambulassem fora da cadeia. Verifica-se, portanto, uma nítida necessidade de regulamentar o exercício deste ofício e de controlar aqueles que o desempenhavam.<sup>712</sup>

Já o alvará de 13 de Julho de 1678 aludia aos abusos dos carcereiros, prevendo a aplicação de sanções pecuniárias e a pena de degredo em Castro Marim, África ou Brasil, consoante a qualidade do criminoso favorecido, àqueles que deixassem os presos andar em liberdade fora da cadeia.<sup>713</sup> No Livro I, das Ordenações Filipinas, nos Títulos 33, 34 e 77, estavam também patentes as obrigações dos carcereiros e a forma como estes deviam actuar. A título exemplificativo, segundo o disposto no Título 33, estavam interditas a prática do jogo; a reunião de presos de sexos diferentes no mesmo espaço; o envolvimento do carcereiro com as detidas; a venda de pão e vinho.<sup>714</sup> O Título 34 determinava que, quando entrava na cadeia da corte, cada preso teria que pagar 10 réis ao carcereiro, recebendo em troca uma candeia e água e, no momento da sua libertação, 10 réis a quem o desferrasse e 60 réis de carceragem.<sup>715</sup> O Título 77 estipulava os deveres dos carcereiros das vilas e cidades, que eram idênticas às previstas para os seus congéneres das cadeias da corte, ficando também eles sujeitos a punições por deixarem os presos andar livremente fora das instalações prisionais ou por serem coniventes em casos de evasão.<sup>716</sup> A persistência do comportamento negligente e corrupto dos carcereiros levou à publicação de um novo documento, o alvará de 20 de Julho de 1686, que previa o agravamento das penas previstas para estas infracções.<sup>717</sup>

No período compreendido entre 1732 e 1739, a cadeia de Ponte de Lima teve três carcereiros, a quem cabia manter a ordem, vigiar a população prisional e cuidar da segurança. O

---

<sup>712</sup> Silva, José Justino de Andrade e, *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa, 1641-1683 e suplemento à segunda série 1641-1685*, Lisboa, Imprensa F. X. de Souza, 1857, pp. 77-79.

<sup>713</sup> Silva, José Justino de Andrade e, *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa, 1641-1683 e suplemento à segunda série 1641-1685...*, pp. 55-56.

<sup>714</sup> *Ordenações Filipinas*, Livro I..., pp. 76-78.

<sup>715</sup> *Ordenações Filipinas*, Livro I..., p. 79.

<sup>716</sup> *Ordenações Filipinas*, Livro I..., pp. 178-179.

<sup>717</sup> Silva, José Justino de Andrade e, *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa, 1683-1700...*, 1859, pp. 61-62.

carcereiro, que era nomeado pelo Senado da Câmara, não podia libertar os criminosos sem autorização das instâncias judiciais superiores, sendo responsabilizado pela sua fuga. Competia-lhe zelar pelo espaço prisional e por todo o material e equipamento nele existente, nomeadamente ferros, algemas, correntes e grilhões. Ao novo alcaide, além dos presos que se encontravam nas cadeias, eram sempre entregues todas as chaves das cinco portas do edifício, ou seja, “duas chavez da primeira porta da entrada desta cadeia e duas da segunda porta, e huma da terceira”.<sup>718</sup> Nesta época, eram os carcereiros que, muitas vezes, denunciavam, através de requerimentos, o mau estado das cadeias, a falta de segurança e a necessidade de obras.<sup>719</sup> Em 1753, o corregedor estipulava que os vereadores-juizes só podiam remover os presos da cadeia de Ponte de Lima para a cadeia da Relação do Porto, ou para a da cabeça de comarca, ou seja, a de Viana do Castelo.<sup>720</sup> Ao carcereiro cabia informar o corregedor sobre o cumprimento, ou não, desta decisão.

No Portugal liberal, a legislação respeitante ao carcereiro, designadamente sobre a sua conduta e as obrigações que lhe cabiam, não estipulava nada de original, limitando-se, em certa medida, a reproduzir a anteriormente publicada, o que indicia o desfasamento entre a teoria subjacente à feitura das leis e a sua aplicabilidade.

Num número considerável de cadeias do distrito de Viana do Castelo, o facto de os rendimentos dos carcereiros provir das carceragens e dos emolumentos estava na origem de graves acusações contra estes profissionais, que tinham a ver com a cobrança de valores indevidos ou com o pagamento da carceragem a indivíduos que não se podiam considerar presos, mas antes detidos sob custódia. Este procedimento contrariava o disposto no artigo 2.º do Título 7, das tabelas dos emolumentos da “Novíssima Reforma Judiciária” de 21 de Maio de 1841.<sup>721</sup> Já em sete Setembro de 1837, com o objectivo de evitar estes abusos, se tinha estabelecido o valor das carceragens e a obrigatoriedade de afixar em lugar visível os emolumentos que os presos deviam pagar.

---

<sup>718</sup> AMPL, *Livro de entrada e saída de presos da cadeia de Ponte de Lima*, n.º 578, fl. 58v.º.

<sup>719</sup> Sobre os consertos na cadeia do Castelo, em Guimarães, no século XVIII, veja-se Capela, José Viriato Eiras, “O concelho de Guimarães nos capítulos de correição dos séculos XVIII-XIX”, in *Revista de Guimarães*, n.º 103, 1993, pp. 225-296.

<sup>720</sup> Veja-se Capela, José Viriato Eiras, *Política de corregedores. A actuação dos corregedores nos municípios minhotos no apogeu e crise do Antigo Regime (1750-1834)*..., p. 302.

<sup>721</sup> AHGCVC, *Registo das circulares para os Administradores dos concelhos desde 27 de Julho de 1841 a 28 de Junho de 1844*, n.º 1.10.4.31, não paginado.

O artigo 133.º do Código Administrativo de 1842 e a portaria de três de Agosto de 1840 atribuíam às câmaras municipais competência para assumirem o encargo de pagar ao carcereiro.<sup>722</sup> Nas décadas de quarenta, cinquenta e sessenta, estes organismos foram adoptando esse compromisso, como se pode depreender do quadro 11.

---

<sup>722</sup> Confira-se *Código Administrativo...*, pp. 40-41.

**Quadro 11.** Salários dos carcereiros no distrito de Viana do Castelo (1836-1870)

Localidade	Cargo	Ano	Vencimento	Entidade pagadora
Arcos de Valdevez	Carcereiro	1854	16.000 réis	Câmara municipal
	Carcereiro	1855	16.000 réis	
	Oficial de diligências e carcereiro	1856	24.000 réis	
	Oficial de diligências e carcereiro	1857	24.000 réis	
	Oficial de diligências e carcereiro	1858	24.000 réis	
	Oficial de diligências e carcereiro	1859	24.000 réis	
	Oficial de diligências e carcereiro	1860	24.000 réis	
	Oficial de diligências e carcereiro	1861	24.000 réis	
	Oficial de diligências e carcereiro	1862	24.000 réis	
	Oficial de diligências e carcereiro	1863	24.000 réis	
	Oficial de diligências e carcereiro	1864	30.000 réis	
	Oficial de diligências e carcereiro	1865	30.000 réis	
	Carcereiro	1866	20.000 réis	
	Carcereiro	1867	40.000 réis	
	Carcereiro	1868	50.000 réis	
	Carcereiro	1869	50.000 réis	
	Carcereiro	1870	50.000 réis	
Paredes de Coura	Carcereiro e oficial da câmara	1857	12.000 réis	Câmara Municipal
Ponte de Lima	Carcereiro	1845	12.000 réis	Câmara Municipal
	Carcereiro	1846	4.000 réis	
	Carcereiro	1847	14.650 réis	
	Carcereiro	1848	18.000 réis	
Viana do Castelo	Carcereiro	1836	30.000 réis	Câmara Municipal
	Carcereiro	1850	30.000 réis	
	Carcereiro	1851	30.000 réis	
	Carcereiro	1853	30.000 réis	
	Carcereiro	1854	30.000 réis	
	Carcereiro	1855	30.000 réis	
	Carcereiro	1856	30.000 réis	
	Carcereiro	1864	30.000 réis	
	Carcereiro	1865	30.000 réis	
	Carcereiro	1866	30.000 réis	
	Carcereiro	1867	30.000 réis	
	Carcereiro	1868	30.000 réis	
	Carcereiro	1870	30.000 réis	
Monção	Carcereiro	1837	12.000 réis	Câmara Municipal
	Alcaide e carcereiro	1838	32.400 réis	
	Carcereiro	1849	19.200 réis	

Fonte: AMPC, Câmara Municipal de Paredes de Coura, Actas de Sessões, n.º 1.12.3.3, não paginado; AMPL, *Livro de Contas da Câmara*, n.º 2.1.5 cx8-13, fl. 155. AMM, *Acórdãos desde 19 de Maio de 1832 até 23 de Maio de 1837*, n.º 1.A.20.2.22; *Acórdãos desde 26 de Maio de 1837 até 7 de Setembro de 1840*, n.º 1.A.20.2.23; AMAV, Câmara Municipal, *Actas de Sessões*, documentos avulsos; AMVC, Acta de Vereação-788-H; 788-L; 788-M; 787; 788; 788-B; 788-A; 780.

Por exemplo, em Arcos de Valdevez, entre 1854 e 1870, o carcereiro foi exercendo esta tarefa, ora em regime de exclusividade, ora em acumulação com a de oficial de diligências. No ano de 1839, não era pago pelo exercício do cargo, apenas como oficial de diligências, recebendo, no entanto, os valores correspondentes às carceragens. Em 1854, o carcereiro em exercício de funções apresentou um requerimento à câmara daquela vila, “apoiado no numero dez do artigo cento e trinta e tres do Código Administrativo e princípios consignados na Portaria de tres de Agosto de mil oitocentos e quarenta, e na Ordenação Livro primeiro, títulos cinquenta e oito, sessenta e cinco e sessenta e seis” para que lhe fosse pago um ordenado pelo desempenho das suas funções. Esse pedido foi atendido, passando a receber 16.000 réis anuais. Noutras localidades do Alto Minho, parece ter sido habitual a acumulação do cargo de carcereiro com o de oficial de diligências, ainda que provisoriamente, como se verificava em Caminha, em 1869.<sup>723</sup>

No caso de Viana do Castelo, até 1831, os lugares de alcaide e carcereiro pertenciam à mesma pessoa, mas, a partir desta data, considerou-se que deviam ser exercidos por duas pessoas distintas, uma vez que o carcereiro devia estar sempre na cadeia.<sup>724</sup> Por deliberação camarária de 27 de Abril de 1831, José Domingos das Pereiras ficava apenas como carcereiro da cadeia civil da vila, mas este não concordou com a decisão e requereu, e conseguiu, a restituição dos dois cargos, o que, obviamente, lhe trazia compensações financeiras. Não deixou, no entanto, de ser acusado de comportamento discriminatório e de receber recompensas dos presos para os deixar sair do cárcere.<sup>725</sup>

Em Monção, embora disponhamos dos valores pagos ao carcereiro apenas em três anos, verificamos que, pelo menos num deles, acumulou esse cargo com o de alcaide. Noutros anos, como em 1849, verificamos que o lugar deixado vago pelo titular daquelas funções foi ocupado pelo oficial de diligências.<sup>726</sup>

---

<sup>723</sup> AMC, Câmara Municipal de Caminha, *Registo de toda a correspondência da câmara municipal com todas as autoridades*, n.º 1.7.3.4, não paginado.

<sup>724</sup> Segundo António Ribeiro Magalhães, a câmara municipal de Viana do Castelo já tinha proposto, em 1719, a separação, não concretizada, dos dois cargos, para que o seu desempenho fosse mais eficiente. Ribeiro, António Magalhães da Silva, *Práticas de caridade na Misericórdia de Viana da Foz do Lima (séculos XVI-XVIII)*..., pp. 597-598.

<sup>725</sup> AMVC, *Actas de Vereação*, n.º 777, fl. 155.

<sup>726</sup> AMM, *Acórdãos desde 15 de Novembro de 1848 até 22 de Setembro de 1852*, n.º 1.A.20.2.31, fls. 15v.º-16v.º

Como já foi referido, a profissão de carcereiro não seria das mais atractivas, dadas as responsabilidades e os riscos que comportava. Nessas circunstâncias e dada a falta de rigor na escolha dos candidatos, não será de estranhar que indivíduos de conduta duvidosa acabassem por exercer este ofício, ainda que por pouco tempo, pois rapidamente evidenciavam ausência de perfil adequado.<sup>727</sup> Entre os requisitos que um carcereiro devia possuir constavam a idoneidade e saber ler e escrever.<sup>728</sup> Em Caminha, por exemplo, foi o próprio administrador do concelho a reconhecer que o carcereiro da vila tinha uma “certa inclinação para o vinho.”<sup>729</sup> Tratava-se, naturalmente, de um defeito bem grave que podia colocar em causa a segurança dos presos e a tranquilidade pública.

Em 1870, o carcereiro da cadeia de Viana do Castelo recebia cerca de 10.000 réis anuais pelas carceragens dos presos que não eram considerados pobres.<sup>730</sup> Por vezes, estes funcionários entravam em conflito com a edilidade, por atrasos ou até pelo não pagamento dos salários. Parece ter sido esta a razão que motivou o requerimento de Domingos Alves, apresentado ao governador civil de Viana do Castelo, em 1843, para obter da câmara municipal de Ponte de Lima o ordenado que lhe era devido pelas suas funções de carcereiro. Em Outubro de 1839, o carcereiro de Ponte de Lima era também guarda municipal e recebia pelo exercício desses dois cargos.<sup>731</sup> Temos conhecimento de que, em 1844, Domingos Alves apenas recebeu 2.000 réis de pagamento pelas suas funções de carcereiro da municipalidade, mas auferiu igualmente 32.000 réis referentes a uma dívida que a câmara municipal tinha para com ele. Em

---

<sup>727</sup> Sobre o impacto da acção de indivíduos menos eficientes na cadeia da Relação do Porto leia-se, Maria José Moutinho dos, *A Sombra e a Luz. As prisões do Liberalismo...*, pp. 213-214. Em 1849, a câmara municipal de Monção encontrou algumas dificuldades em substituir o carcereiro Francisco Soares, falecido em Abril desse ano. No mês seguinte, foi proposto José Cunha Gandarela, considerada pessoa idónea. Porém, o seu nome foi rejeitado, em inícios de Agosto, pelo juiz da comarca, que pediu a nomeação de outro carcereiro. AMM, *Acórdãos desde 15 de Novembro de 1848 a 22 de Setembro de 1852*, n.º 1.A.20.2.31, fls. 25v.º- 26.

<sup>728</sup> Em Espanha, em igual período, a cadeia era gerida directamente pelo alcaide, que devia reunir os seguintes requisitos: ter idade superior a 30 anos, ser bem dotado fisicamente, saber ler e escrever e ser adicto à monarquia. Veja-se Marcos Arévalo, Javier, *El Hacinamento, la marginación y la pena de muerte. (La cárcel de Badajoz en el siglo XIX)*..., p. 45.

<sup>729</sup> AHGCVC, 1.ª Repartição, *Policia*, n.º 1.17.5.4-5, não paginado.

<sup>730</sup> AHGCVC, *Registo dos ofícios para o Ministério do Reino de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12, não paginado.

<sup>731</sup> AMPL, Administração do Concelho. *Copiador dos ofícios dirigidos à Administração Geral*, n.º 2.1.5 cx 9-7, não paginado.

1845, esteve afastado do cargo, ao que presumimos devido à mudança, sem a competente autorização das instâncias superiores, de presos para a “cadeia nova”, o que foi considerado abuso de poder, acabando por ser demitido por suspeita de colaboração na fuga de três dos quatro reclusos.<sup>732</sup> Porém, Domingos Alves regressou no ano seguinte, mantendo-se neste cargo até 1848, ano em que foi substituído.<sup>733</sup>

O lugar de carcereiro era de nomeação camarária. Sempre que o lugar ficava disponível, eram afixados editais e os candidatos ao cargo deviam apresentar os seus requerimentos à câmara municipal da localidade. Depois de escolhido, devia apresentar um fiador respeitável e prestar juramento. A falta de idoneidade era motivo suficiente para que o juiz pudesse recusar a nomeação efectuada pela câmara.

Ao longo do período analisado, não encontramos dados que nos permitam concluir a ocorrência de actos violentos praticados pelos carcereiros sobre os presos.<sup>734</sup> As únicas actuações repressivas, que aconteceram nas cadeias do distrito de Viana do Castelo e de que temos notícia, reportam-se ao isolamento e à privação de alimento, excluindo, portanto, a aplicação de castigos corporais, justificadas pelo comportamento insubordinado da população prisional.<sup>735</sup> Consideramos, no entanto, que o receio de represálias terá inibido os presos de denunciarem o uso da violência física por parte dos carcereiros, o que explicará a ausência de registos sobre esses abusos.<sup>736</sup> A queixa mais grave foi apresentada, em 1854, por um preso espanhol contra João Miguel Xavier da Silva, o carcereiro da cadeia de Caminha. A acusação, aliás mal fundamentada, teria a ver com a transferência de presos para a enxovia. O carcereiro

---

<sup>732</sup> AMPL *Livro para os autos das visitas às cadeias de Ponte de Lima desta comarca*, n.º 545, fls. 23-24v.º.

<sup>733</sup> AMPL, *Livro de Contas da Câmara*, n.º 2.1.5 cx8-13, fl. 155.

<sup>734</sup> Temos conhecimento de situações desta natureza, nomeadamente espancamentos cometidos pelo carcereiro sobre presos, ocorridas na cadeia de Ponte de Lima, em finais do século XIX. Confira-se Esteves, Alexandra, “A cadeia de Ponte de Lima na segunda metade do século XIX: o espaço físico e os seus protagonistas”, in Araújo, Maria Marta Lobo de; Ferreira, Fátima Moura Ferreira; Esteves, Alexandra (orgs.), *Pobreza e assistência do espaço ibérico (séculos XVI-XX)...*, pp. 136-137.

<sup>735</sup> Sobre as arbitrariedades cometidas no presídio de Valencia, em Espanha, no século XIX, entre as quais destacamos os correctivos físicos impostos aos confinados veja-se Serna Alonso, Justo, *Presos y Pobres en la España del XIX. La determinación social de la marginación...*, pp. 265-283.

<sup>736</sup> Também na Inglaterra vitoriana eram raras as queixas contra o governador da cadeia. Veja-se Higgs, Michelle, *Prison Life in Victorian England...*, pp. 117-118.



acabou por ser acusado de cobrança de emolumentos excessivos e não permitidos e ainda de comportamento desumano.<sup>737</sup>

O *Regulamento das Cadeias Cíveis de 1843* procurava evitar os comportamentos arbitrários dos carcereiros, proibindo-os, nomeadamente, de punir fisicamente os presos e de os transferir de uma cadeia para outra, de lhes exigir dinheiro em troca de algum favor e de os obrigar a comprar ou vender algum bem. Mas também estabelecia que os reclusos teriam de tratar o carcereiro com respeito e que os desordeiros e indisciplinados deviam ser afastados dos restantes.<sup>738</sup> Nestes casos, o procedimento habitual consistia em encerrá-los nas enxovias ou no chamado “segredo”, que era um cubículo escuro e onde era quase impossível respirar.<sup>739</sup>

As queixas formuladas contra os carcereiros provinham, sobretudo, das entidades judiciais e administrativas, que se insurgiam contra a sua negligência, que dava azo à evasão de detidos, o desrespeito pelo que estava regulamentado no que respeitava à transferência de presos, a extorsão de dinheiros e outras condutas menos próprias. Foram precisamente acusações desta natureza as formuladas, em 1855, contra Manuel da Costa, o carcereiro da cadeia de Ponte de Lima.<sup>740</sup>

Nas visitas efectuadas pelos magistrados à cadeia de Ponte de Lima, entre 1840 e 1870, período durante o qual o referido Manuel da Costa foi carcereiro, os presos, apesar de questionados, entre outras matérias, sobre a forma de tratamento e a actuação dos carcereiros, não apresentaram qualquer queixa. A única medida de coação utilizada por este funcionário, para manter a disciplina, consistiu no envio de alguns indisciplinados para a enxovia.<sup>741</sup> Os próprios procuradores régios nunca lhe apontaram quaisquer falhas no seu serviço, o que não significava, necessariamente, que não tivessem acontecido. A ausência de reparos sobre a sua

---

<sup>737</sup> AHGCVC, 1.ª Repartição, *Polícia*, n.º 1.17.5.4-5, não paginado.

<sup>738</sup> *Collecção Official de Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva, Legislação de 1842 em diante...*, p. 9

<sup>739</sup> Já no século XVIII, John Howard, aquando da sua visita às cadeias portuguesas, constataria a existência de quartos secretos para os presos. Veja-se Bejerano Guerra, Fernando, “John Howard: Inicio y bases de la reforma penitenciaria”..., p. 121.

<sup>740</sup> AMPL, *Administração do concelho de Ponte de Lima – Copiador dos officios dirigidos por esta administração a diversas autoridades*, n.º 2.2.2.31, não paginado.

<sup>741</sup> AMPL *Livro para os autos das visitas às cadeias de Ponte de Lima desta comarca*, n.º 545, fl. 101 v.º.

actuação poderá ter ficado a dever-se à falta de interesse dos magistrados, que se limitariam a ouvir os presos, mas sem dar o devido seguimento às eventuais denúncias.<sup>742</sup>

No entanto, através de vários factos analisados, concluímos que, genericamente, os carcereiros se mostravam bastante permissivos, até mesmo coniventes com procedimentos irregulares, permitindo ilegalidades e fechando os olhos à corrupção que caracterizava o quotidiano das prisões.<sup>743</sup> De acordo com o *Regulamento das Cadeias de 1843*, competia-lhes cuidar do asseio das instalações prisionais. Todavia, na cadeia de Arcos de Valdevez, era a pessoa que levava água aos presos que também executava essa tarefa.<sup>744</sup>

Os carcereiros nem sempre executavam convenientemente as disposições consignadas no *Regulamento de 1843*, agindo, por vezes, de forma displicente e discricionária. Os abusos seriam certamente ainda mais frequentes antes da publicação deste documento, uma vez que a maioria das prisões não dispunha de regulamento interno, o que dava azo a todo o tipo de arbitrariedades.

Ainda segundo o referido *Regulamento*, estes funcionários deviam arrecadar as carceragens em conformidade com o estipulado na lei, estando proibidos, nomeadamente, de receber ou soltar presos sem autorização da autoridade competente, de os deixar ausentar-se ou circular fora das instalações carcerárias, bem como de ficar com as suas roupas e demais pertences aquando da sua libertação ou em caso de fuga. Deviam, por outro lado, garantir as condições para que os presos fossem bem guardados quando se deslocassem para fora da prisão, e passar revista, de manhã e à noite, às instalações, incluindo grades e portas. O mesmo articulado proibia os jogos, o consumo excessivo de bebidas espirituosas e a junção de reclusos de ambos os sexos.

Além de zelarem pelo cumprimento destas regras, os carcereiros deviam ainda cuidar para que não entrassem na cadeia produto de roubos ou indivíduos considerados suspeitos e impedir que os presos se envolvessem em gritarias e lançassem impropérios para o exterior.<sup>745</sup>

---

<sup>742</sup> Note-se que, pelo decreto de 20 de Dezembro de 1839, eram condenados os comportamentos opressivos dos carcereiros sobre os presos, cuja prática, quando descoberta, podia conduzir à sua suspensão. *Collecção de Leis e outros documentos oficiais publicados no ano de 1839*, 9.ª série, Lisboa, Imprensa Nacional, 1839, p. 559.

<sup>743</sup> AMPL, *Livro para os autos das visitas às cadeias desta comarca*, n.º 545, fls. 23 v.º - 24.

<sup>744</sup> AMAV, Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, *Caderno de escrituração do tesoureiro do município*, documento avulso, não paginado.

<sup>745</sup> Sobre as obrigações do carcereiro leia-se *Collecção Official de Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva, Legislação de 1842 em diante...* pp. 7-9.

Porém, era difícil controlar os detidos nas cadeias do século XIX, uma vez que subsistiam os constrangimentos que dificultavam essa tarefa, designadamente o encarceramento colectivo, o excesso de população prisional e a vigilância deficiente.<sup>746</sup> O *Reglamento* supramencionado continha ainda instruções sobre os procedimentos que o carcereiro devia seguir em matéria de alimentação, doença, assistência religiosa e falecimento dos reclusos.<sup>747</sup>

Face ao ambiente de desordem, envolvendo presidiários e carcereiros, surgiram partidários da criação de um código disciplinar, a aplicar em todas as prisões do reino, com o objectivo de pôr termo à arbitrariedade e à abjecta imoralidade que nelas imperavam em finais de oitocentos.<sup>748</sup>

A escassez de recursos humanos para fazer a guarda das cadeias era outro grave problema que afectava o sistema prisional. Ao tempo, não existia a figura do guarda prisional, o que se deveria mais à exiguidade das instalações a vigiar do que propriamente à escassez de população prisional, uma vez que, como já tivemos oportunidade de salientar, em algumas ocasiões até era bem numerosa, designadamente nas cadeias de Viana do Castelo, Ponte de Lima e, em particular, na de Valença. Por isso, eram constantes os apelos à presença de força militar para exercer a vigilância exterior e nocturna dos estabelecimentos prisionais, sobretudo quando havia criminosos considerados perigosos entre os detidos, já que o risco de fuga era maior.<sup>749</sup> Nessas circunstâncias, até os próprios carcereiros receavam entrar nas cadeias. Em

---

<sup>746</sup> Sobre a violência vivida na Cadeia da Relação do Porto leia-se Santos, Maria José Moutinho dos, *A Sombra e a Luz. As prisões do Liberalismo...*, pp. 326-336.

<sup>747</sup> Em Espanha, entre os principais deveres dos carcereiros, contava-se a obrigação de fazer cumprir os regulamentos internos e a legislação vigente, tendo que controlar a população carcerária, prestar-lhe cuidados de saúde e, quando necessário, requisitar os serviços dos agentes da saúde, organizar o sustento dos presos pobres, cuidar da vigilância e do asseio do espaço prisional e ainda assegurar a separação dos presos de acordo com o sexo. Veja-se Marcos Arévalo, Javier, *El Hacinamiento, la marginación y la pena de muerte. (La cárcel de Badajoz en el siglo XIX)*..., p. 45.

<sup>748</sup> Confirme-se Mattos, João da Silva, *Reforma Penitência...*, p. 149.

<sup>749</sup> Segundo Maria José Moutinho dos Santos, os guardas prisionais da cadeia da Relação do Porto eram, preferencialmente, antigos militares, considerados os mais aptos para o exercício dessas funções, o que mostra a existência de uma ligação entre o exercício desta tarefa e a vida militar. Santos, Maria José Moutinho dos, *A Sombra e a Luz. As prisões do Liberalismo...*, p. 205. Em Inglaterra, os governadores das prisões, a realidade mais próxima da figura do carcereiro, mas com mais poderes, também eram, tradicionalmente, ex-militares. Já os guardas prisionais eram recrutados, localmente, entre os residentes na comunidade onde estava situada a cadeia. Veja-se Higgs, Michelle, *Prison Life in Victorian England...*, p. 112, 119.

1836, o administrador do concelho de Viana do Castelo solicitou o reforço da presença militar na vila, nomeadamente na guarda da cadeia, dada a quantidade e perigosidade dos detidos.<sup>750</sup> Nesse ano, o serviço de vigilância era prestado pelos homens da guarda nacional, que, ininterruptamente, policiavam o exterior do cárcere.<sup>751</sup>

Apelos semelhantes provinham dos concelhos de Monção, Melgaço e Ponte de Lima. Como já foi referido, era exigida às populações a participação na tarefa de guardar os presos, o que não era aceite de bom grado por causa dos transtornos que acarretava para os seus afazeres diários. Não se tratava de um serviço remunerado, embora a câmara municipal de Arcos de Valdevez tenha pago a Joaquim Pinto, em Junho de 1851, ainda que a título excepcional, 720 réis pelo desempenho dessa função.<sup>752</sup>

Em Outubro de 1840, a cadeia de Ponte de Lima continuava a ser vigiada pelos civis da terra. Nessa data, calculava-se que era imprescindível uma guarda efectiva composta por seis guardas e um cabo, e que, para a substituir, era necessário um destacamento militar composto por “um sargento, dois cabos e 12 praças.”<sup>753</sup> A solução prevista para os elementos que apresentavam maior perigosidade, ou seja, a sua transferência para outras cadeias, podia não ser a mais apropriada. Em alguns casos, até dava origem a desacatos, sobretudo durante a noite, que envolviam os elementos da população civil convocados para fazer a vigilância da cadeia.<sup>754</sup> Este tipo de desordens nocturnas não aconteciam apenas em Ponte de Lima, mas também em Viana do Castelo, onde homens da guarda nacional tinham o hábito de se divertir

---

<sup>750</sup> ADVC, Administrador do Concelho. *Copiador Geral*, n.º 5.16.4.15, não paginado.

<sup>751</sup> AHGCVC, *Registo do Ministério do Reino*, n.º 1.9.4.11, não paginado.

<sup>752</sup> AMAV, Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, *Caderno de escrituração do tesoureiro do município*, documento avulso, não paginado.

<sup>753</sup> AMPL, Administração do Concelho. *Copiador dos ofícios dirigidos à administração geral*, n.º 2.2.2.42, não paginado.

<sup>754</sup> Parecem ter sido frequentes os desacatos entre os indivíduos recrutados para a realização da guarda da cadeia, tendo-se verificado, em algumas ocasiões, disparo de tiros. Não parecem ter sido incidentes isolados, pelo menos é o que podemos depreender das palavras do administrador do concelho dirigidas ao regedor da paróquia, em Outubro de 1845: “Sirva-se V. S.ª prontificar hoje às 8 horas da noite, uma guarda de 4 homens de policia que metam uma guarda que vigie toda a cadeia, comandados três pelo quarto que será um cabo, cujo serviço deverá ser feito com toda a exactidão, sem que se cometam desacatos pela dita guarda, como costuma acontecer quando V. EX.ª fornece a dita guarda. Poderá pela manha, ao romper do dia levantar-se sem nova ordem.”, AMPL, Administração do Concelho - *Copiador dos ofícios e circulares dos Regedores, 1836-1837*, n.º 2.1.5 cx 9-6, não paginado.

durante a noite, batendo nas portas dos moradores, em vez de cumprirem o seu dever.<sup>755</sup> A falta de supervisão dava azo a todo o tipo de desmandos e de episódios reveladores de desleixo, como aqueles em que as sentinelas eram encontradas a dormir.<sup>756</sup>

A falta de pessoal devidamente preparado para a guarda das cadeias e a inexistência de um corpo efectivo para o cumprimento dessa missão, para além de facilitar as evasões, permitia que os carcereiros persistissem, impunemente, no desrespeito pelas normas estabelecidas. Aliás, nem sempre foi pacífica a relação entre o carcereiro, que encarava a prisão como território seu, e aqueles que tinham sido destacados para o seu policiamento.<sup>757</sup>

### 3.5.2. O papel dos magistrados

A nova ordem liberal, apesar da tentativa de regularização do espaço prisional através da publicação de um conjunto de diplomas que visava a uniformização da sua gestão, enfrentou várias resistências, resultantes da actuação arbitrária e insubordinada das autoridades locais. Juizes de direito, juizes ordinários, delegados do procurador régio, subdelegados, administradores dos concelhos e governadores civis, além de médicos, capelães e representantes das instituições assistenciais, intervinham nos cárceres, embora nem sempre em consonância.

No interior da cadeia, as noções de hierarquia e autoridade apoiavam-se nas figuras do carcereiro e do “juiz da prisão”, ainda que nem sempre fossem respeitadas, o que dava origem a um ambiente de completa anarquia, dominado pelos criminosos mais perspicazes ou com maior capacidade de liderança. Para esta desorganização contribuíam os próprios carcereiros e

---

<sup>755</sup> ADVC, Administração do Concelho, *Copiador dos officios e circulares dos Regedores, 1836-1837*, n.º 2.1.5 cx 9-6, não paginado.

<sup>756</sup> Em Agosto de 1837, a sentinela responsável pela guarda dos presos da cadeia de Viana foi encontrado a dormir. ADVC, Administração do Concelho, *Copiador dos officios e circulares dos Regedores, 1836-1837*, n.º 2.1.5 cx 9-6, não paginado.

<sup>757</sup> Em 1840, o administrador de Ponte de Lima insinuou a existência de uma má relação entre o carcereiro e os guardas da cadeia, devido à ingerência destes na vigilância da cadeia, que até então estava sob o controlo do carcereiro. AMPL, Administração do concelho de Ponte de Lima. *Copiador dos officios dirigidos por esta administração à câmara municipal*, n.º 2.2.2.28, não paginado.

os “juizes da prisão”, com práticas nem sempre condizentes com o lugar que ocupavam. Estes últimos procuravam, aliás, tirar partido da sua posição para colherem alguns benefícios.<sup>758</sup>

No que concerne à intervenção dos magistrados, foi com Bernardo de Costa Cabral na pasta da Justiça que foram publicados dois importantes documentos legais, datados de 20 de Novembro e de 20 de Dezembro de 1839, que previam a inspecção e o controlo dos estabelecimentos prisionais através das chamadas *Visitas*. Eram acções inspectivas a cargo dos magistrados, com o objectivo de se averiguar se as leis e os regulamentos eram correctamente aplicados, bem como se o funcionamento e as condições de habitabilidade respeitavam as normas vigentes. Os transgressores estavam sujeitos a coimas e a multas.<sup>759</sup>

Periodicamente, os magistrados percorriam as diversas prisões para verificarem se careciam de obras, se eram cumpridas as regras de higiene e de limpeza, se os carcereiros tinham cometido alguma ilegalidade, como, por exemplo, facilitação da fuga de presos, permissão de jogos, consumo de bebidas alcoólicas, uso de violência excessiva, incumprimento dos regulamentos relativos à disciplina e à entrada e soltura dos reclusos. Competia-lhes igualmente indagar junto dos presos sobre o andamento dos respectivos processos, ouvindo-os individualmente, questioná-los sobre as suas necessidades e a actuação do carcereiro, bem como averiguar se os presos pobres recebiam os subsídios do Estado, ou se lhes tinha sido concedida ajuda da Misericórdia ou de particulares.<sup>760</sup> Competia ainda a esses magistrados

---

<sup>758</sup> Foi o que tentou, em 1858, João de Araújo e Carvalho, “juiz” da cadeia do Sol, que requereu um subsídio maior que o atribuído aos demais presos por ocupar o lugar de “juiz”, o que não foi atendido, por contrariar o estipulado no *Regulamento das cadeias de 1843*. AMV, Administração do Concelho. *Correspondência para o Administrador Geral, 1856-1859*, n.º 1.2.1.10, não paginado.

<sup>759</sup> Veja-se Santos, Maria José Moutinho dos, *A Sombra e a Luz. As prisões do Liberalismo...*, pp. 46-64.

<sup>760</sup> A prestação do carcereiro era um dos aspectos a considerar na acção inspectiva dos magistrados. Aquando das suas visitas, deviam averiguar a forma como os carcereiros cumpriam o estabelecido, a nível judicial, sobre a “prisão e soltura dos presos; sobre o tempo por que forem mandados por incommunicáveis; sobre o lugar designado para a sua detenção; sobre a transferência determinada de umas para outras prisões; se cumprem nos assentos de prisão e soltura a Portaria de vinte e um de Fevereiro de mil oitocentos trinta e oito, e o Artigo cento e cinquenta e nove da Terceira Parte da Reforma Judiciária; se recebem dos presos carceragens indevidas, peitas, ou dinheiro por aluguer dos quartos; se lhes fazem opressão, violencia, ou mau tratamento; se lhes vendem ou compram objectos de qualquer natureza; se lhes permitem jogos, e a reunião de presos de diferente sexo: e, finalmente, se executam por si, e seus subordinados todas as outras obrigações do seu cargo segundo os antigos e novos Regimentos, e segundo o aís que dispõe este decreto.” *Collecção de Leis e outros documentos officiais publicados no ano de 1839...*, p. 559.

superintender a alimentação e a segurança dos detidos, além da assistência em caso de doença.

O artigo 8.º do decreto de 20 de Novembro de 1839 determinava que as acções fiscalizadoras desenvolvidas por estes magistrados não deviam colidir com as actividades levadas a cabo pelas autoridades administrativas, responsáveis pelo melhoramento das cadeias e pela sustentação dos presos pobres. Procurava-se, deste modo, evitar o choque das diferentes entidades no tratamento de assuntos respeitantes aos estabelecimentos prisionais.<sup>761</sup>

Segundo as normas vigentes, os presidentes da Relação, os juízes de direito nas comarcas e os juízes ordinários nos julgados, deveriam, no princípio de cada mês ou sempre que considerassem conveniente, visitar as prisões que estavam sob a sua jurisdição.<sup>762</sup> Idêntica competência estava atribuída aos procuradores régios, delegados e subdelegados.<sup>763</sup> Após cada visita, procedia-se à elaboração de auto, cujo destinatário seria o superior hierárquico, que, por sua vez, o encaminharia para o governo, e no qual deviam constar as principais falhas detectadas e eventuais sugestões para a sua correcção.

Mais tarde, o *Regulamento de 1843* continua a prever a acção inspectiva dos presidentes dos Tribunais das Relações, juízes de direito e juízes ordinários, bem como do dos procuradores régios, delegados e subdelegados, mas também atribuía algum poder fiscalizador às autoridades administrativas, às quais, segundo artigo 4.º, do Capítulo I,

---

<sup>761</sup> *Collecção de Leis e outros documentos oficiais publicados no ano de 1839...*, p. 516.

<sup>762</sup> O que se depreende do artigo 7.º, que refere o seguinte: “[...] os ditos Presidentes, e o da Relação dos Açores, onde se procederá a igual visita, farão applicar estas disposições as demais Cadêas do Reino, no que for compatível, e pelo modo que lhe parecer mais conveniente.” *Collecção de Leis e outros documentos oficiais publicados no ano de 1839...*, p. 516. Também pelo artigo 2.º, do decreto de 20 de Dezembro, se determinava que “aos Juizes de Direito na sede das Comarcas que não forem das Relações; aos Juizes Substitutos nos Concelhos em que residem; e aos Juizes Ordinários nos Julgados que não forem Cabeças dos dous Circulos de Comarca incumbe fazer igual visita em cada trimestre, e sempre que considerem necessaria.” *Collecção de Leis e outros documentos oficiais publicados no ano de 1839...*, p. 559. O decreto de 20 de Dezembro de 1839 estabelece uma outra periodicidade. Pelo artigo 1.º, os Presidentes da Relações das Relações deviam visitar as cadeias das mesmas Relações uma vez em cada trimestre, ou sempre que julgassem oportuno. *Collecção de Leis e outros documentos oficiais publicados no ano de 1839...*, p. 559.

<sup>763</sup> Confira-se os artigos 3.º e 4.º do decreto de 20 de Dezembro. *Collecção de Leis e outros documentos oficiais publicados no ano de 1839...*, p. 559.

“[...] cabe também alguma inspecção nas Cadêas, quanto às prisões que podem fazer em flagrante, e nos casos em que se não exige prévia formação de culpa; quanto ao melhoramento das Cadêas, e quanto á sustentação dos presos, como tudo dispõe o Código Administrativo.”<sup>764</sup>

Dispomos de informação relativa aos autos das *Visitas*, que mensalmente foram lavrados com base na acção inspectiva levada a cabo, primeiro pelos subdelegados e, a partir de 1843, pelo delegado do procurador régio à cadeia de Ponte de Lima. Também temos prova documental de algumas visitas efectuadas pelos juízes de direito e pelos juízes substitutos, que nos permitem analisar a actuação dos magistrados, bem como as recomendações enviadas a outras entidades responsáveis pela gestão das cadeias. A interferência dos magistrados colidia com outros poderes, nomeadamente com as câmaras municipais, às quais cabia a execução dos melhoramentos nos cárceres, e com os administradores dos concelhos, responsáveis pela sustentação dos presos pobres. Todavia, o reconhecimento das dificuldades na resolução dos problemas ajudava a atenuar os diferendos que, por vezes, opunham as diversas entidades. Esta atitude mais compreensiva foi assumida, por exemplo, pelos procuradores régios de Ponte de Lima perante a câmara municipal. Desde 1840, os diferentes procuradores insistiam, sem êxito, na necessidade de obras de beneficiação no estabelecimento prisional daquela localidade. A verdade é que, embora fossem realizadas pequenas reparações, as obras de grande envergadura não avançavam. As razões destes sucessivos adiamentos tinham a ver com as restrições financeiras que tolhiam a actividade dos municípios e que foram, aliás, compreendidas pelos representantes da justiça que, por sua vez, as faziam constar dos relatórios que enviavam aos seus superiores hierárquicos.<sup>765</sup> No caso da cadeia de Monção, várias obras foram executadas pelo município, por ordem do juiz de direito, nos anos de 1838 e

---

<sup>764</sup> *Collecção Official de Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva, Legislação de 1842 em diante...*, p. 7.

<sup>765</sup> Em 1858, a cadeia de Ponte de Lima encontrava-se num estado deplorável e, nas palavras do delegado do procurador régio em exercício de funções, “não offerece a menor comodidade para habitação dos presos”. Porém, este mesmo magistrado reconhecia as limitações do município, ao afirmar que “a Câmara por falta de meios, para garantia do capital e juros, não o tem podido realizar e assim continuarão os presos sofrendo os horrores de huma prisão condenada pela civilização e humanidade.” No ano seguinte, em 1859, a delegado continuou a justificar o estado da cadeia com a falta de recursos do município, incapaz de fazer face às avultadas despesas que as obras iriam implicar. AMPL, *Correspondência expedida para a Procuradoria Régia*, n.º 1726, fls. 5v.º; 7.



1841.<sup>766</sup> Efectivamente, este magistrado agiu de acordo com as suas atribuições, que incluíam a realização da avaliação do espaço carcerário e a comunicação à edilidade local das reparações que deviam ser executadas.<sup>767</sup> Mas nem sempre as notificações dos magistrados tinham o seguimento esperado.

A intervenção dos magistrados no espaço carcerário podia ainda resultar da sua participação nas comissões que foram criadas para tratar da melhoria das cadeias e da organização do sustento dos presos. Foi nessa condição que o delegado do procurador régio de Vila Nova de Cerveira esteve presente na sessão da câmara dessa localidade, tendo aproveitado a ocasião para denunciar o estado de ruína em que se encontrava a cadeia local.<sup>768</sup> Os magistrados podiam ainda interferir na nomeação dos carcereiros, aprovando ou recusando as escolhas efectuadas pelos executivos camarários.

A relação entre os magistrados e os administradores dos concelhos esteve, muitas vezes, longe de ser pacífica, até porque estes, como veremos, intervinham em áreas muito próximas das dos magistrados, no que concerne às prisões. No caso concreto de Ponte de Lima, as críticas endereçadas ao administrador do concelho prendiam-se, essencialmente, com a falta de qualidade ou a insuficiência da alimentação dos presos pobres. Quando estes ou o carcereiro se queixavam de situações desta natureza, o delegado do procurador régio determinava que o administrador do concelho fosse imediatamente avisado.<sup>769</sup> Foi o que sucedeu em Dezembro de 1853, quando, após ter examinado os alimentos e tendo-os achado insuficientes e mal preparados, decidiu solicitar a intervenção do administrador do concelho, que parece ter resultado, uma vez que, na visita seguinte, em Janeiro de 1854, teve oportunidade de verificar

---

<sup>766</sup> AMM, *Acórdãos desde 15 de Setembro de 1840 até 26 de Julho de 1842*, n.º 1.A.20.2.24, fl. 35.

<sup>767</sup> O mesmo se verificou em 1850 e 1854, em Vila Nova de Cerveira, por ordem do juiz ordinário. AMVNC, *Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, Actas de Sessões da Câmara, 1848-1850*, fl. 100; *Actas de Sessões da Câmara, 1852-55*, documentos avulsos, fl. 57.

<sup>768</sup> AMVNC, *Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, Actas de Sessões da Câmara, 1842-1846*, documentos avulsos, fl. 11v.º-12.

<sup>769</sup> Em Abril de 1848, o delegado do procurador régio considerou escasso o alimento concedido aos presos pobres, constituído unicamente por uma refeição ministrada pela Misericórdia da vila, solicitando ao administrador do concelho a tomada de providências para que se procedesse ao fornecimento de mais refeições. Em Junho do mesmo ano, aquando da visita à cadeia, este magistrado verificou que, para além da sopa concedida pela Misericórdia, os presos também eram alimentados com um vintém de pão fornecido pelo Estado. AMPL, *Livro para os autos das visitas às cadeias de Ponte de Lima desta comarca*, n.º 545, fls. 36v.º; 38.

que as refeições tinham de facto melhorado.<sup>770</sup> Ainda em Julho desse mesmo ano, o magistrado Gonçalo Manuel da Rocha Barros, tendo constatado que a dieta alimentar não era do agrado do carcereiro nem dos presos, que se insurgiam contra a escassez e a má confecção, decidiu oficiar ao administrador do concelho para que providenciasse a resolução desse problema.<sup>771</sup> Importa referir que alguns delegados também faziam questão de louvar o sustento dos presos, fornecido pelo Estado e pelas instituições de assistência.<sup>772</sup>

As deficiências apontadas à alimentação dos presos pobres, designadamente nos anos de 1854 e 1855, não resultavam da falta de empenho do administrador do concelho, mas da subida do preço dos cereais, na sequência da crise que atingiu o sector agrícola, que se veio a repercutir na preparação das refeições.<sup>773</sup> O agravamento da crise cerealífera e a inexistência de fundos para adquirir os produtos levaram a que, em alguns dias do mês de Dezembro de 1854, os reclusos fossem alimentados à custa do delegado do procurador régio.<sup>774</sup> Só em Setembro de 1855 as dificuldades com o mantimento dos presos parecem ter sido resolvidas, graças ao aumento do donativo mensal concedido pela Misericórdia de Ponte de Lima.<sup>775</sup>

A troca de críticas e de acusações entre os delegados do procurador régio e os administradores de concelho não eram motivadas apenas por problemas relacionados com a alimentação dos detidos, mas tinham a ver também com a detenção e a libertação de criminosos, a fuga e a captura de evadidos.<sup>776</sup> Magistrados houve que foram mesmo acusados de

---

<sup>770</sup> AMPL, *Livro para os autos das visitas às cadeias de Ponte de Lima desta comarca*, n.º 545, fl. 73.

<sup>771</sup> AMPL, *Livro para os autos das visitas às cadeias de Ponte de Lima desta comarca*, n.º 545, fl. 80.

<sup>772</sup> AMPL, *Correspondência expedida para a Procuradoria Régia*, n.º 1726, fls. 7v.º, 9, 15v.º.

<sup>773</sup> Sobre a subida dos preços dos cereais veja-se Feijó, Rui Graça, *Liberalismo e Transformação Social. A Região de Viana do Antigo Regime a finais da Regeneração*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1992, pp. 170-172.

<sup>774</sup> AMPL, *Livro para os autos das visitas às cadeias de Ponte de Lima desta comarca*, n.º 545, fl. 85.

<sup>775</sup> AMPL *Livro para os autos das visitas às cadeias de Ponte de Lima desta comarca*, n.º 545, fls. 93-93v.º.

<sup>776</sup> Em 1850, o governador civil de Viana do Castelo sentiu necessidade de reforçar junto do juiz ordinário de Melgaço as atribuições da autoridade administrativa, a nível do serviço das cadeias, nomeadamente no que concerne à prisão de indivíduos, referindo que "os presos em flagrante, os detidos em custódia para o recrutamento, os que transitam por ordem de diferentes autoridades, os desertores, os criminosos que casualmente se encontram, e muitos outros em fim de competência da polícia, não podem, nem precisão de ter para ser presos mandados especiais de captura. Aos carcereiros só cumpre averiguar se o preso que recolhe vem efectivamente à ordem da autoridade competente e se o rejeita estando certo de que esta lho mandou, grave pena sofrerá, quer elle seja pago pelo município, quer seja official do juízo, porque em qualquer dos casos é a

favorecer alguns presos em detrimento de outros, em função das relações pessoais e da condição económica, que lhes permitia usufruir de um tratamento privilegiado.<sup>777</sup>

Como já referimos, também a acção do carcereiro era alvo da acção inspectiva dos magistrados, aquando das suas *Visitas*. No caso particular da cadeia de Ponte de Lima, parece-nos que essa fiscalização não era muito rígida, sendo baseada, sobretudo, na inquirição dos presos, que, compreensivelmente, se inibiam de denunciar procedimentos menos próprios por parte dos carcereiros, com receio de represálias. No decorrer do período analisado, apenas se registou uma suspensão, a de Domingos Alves, já referida, e uma repreensão por causa da limpeza da cadeia, em 1858.<sup>778</sup> O pessoal médico era igualmente visado pela fiscalização dos magistrados, que auscultavam os presos sobre a periodicidade das visitas à cadeia e a qualidade dos serviços que lhes prestavam.

Se no plano teórico estavam criadas condições para que os estabelecimentos prisionais funcionassem de forma condigna, na prática tal não acontecia. As autoridades mostravam-se bastante permissivas, até mesmo coniventes com procedimentos irregulares, permitindo ilegalidades e fechando os olhos à corrupção. Mas, por regra, o que se verificava, como no caso específico da cadeia de Ponte de Lima, era a tendência para o uso do discurso normalizado, recorrendo a fórmulas estereotipadas, focando sempre os mesmos pontos, sem atender à real situação das prisões. Mas nem todos os magistrados alinharam por este padrão, optando, antes, pela denúncia do estado de degradação das cadeias.

Em 1851, o delegado do procurador régio de Monção manifestava a sua preocupação com a falta de segurança da cadeia e a inexistência de forças militares naquela vila para assegurar o serviço de vigilância dos presos.<sup>779</sup> Em Viana do Castelo, o delegado do procurador régio, na sequência da visita à cadeia daquela localidade, tendo verificado que os presos dormiam directamente no chão, solicitou a intervenção do governador civil, que, em resposta, promoveu a formação de uma comissão para recolha de esmolas destinadas à compra de roupa para os presos e diligenciou a transferência de roupas de cama do hospital dos coléricos para os

---

responsabilidade do carcereiro que se lhe fará efectiva". AHGCVC, *Correspondência com várias autoridades Novembro de 1849 a Junho de 1851*, n.º 1.8.3.12, não paginado.

<sup>777</sup> AMPL, Administração do Concelho. *Copiador geral dos officios dirigidos por esta administração a diversas autoridades*, n.º 2.2.1.31, não paginado.

<sup>778</sup> AMPL *Livro para os autos das visitas às cadeias de Ponte de Lima desta comarca*, n.º 545, fls. 23-24v.º; 120v.º.

<sup>779</sup> AHGCVC, *Correspondência com várias autoridades desde Junho de 1851 a Novembro de 1852*, n.º 1.8.3.13, não paginado.

presidiários.<sup>780</sup> Neste município, verificou-se que os assuntos respeitantes à cadeia e aos presos eram tratados entre o governador civil e o delegado do procurador régio, comunicando, posteriormente, a primeira entidade os pareceres da segunda ao administrador do concelho e à câmara municipal para que providenciassem a concretização das medidas exigidas pelo magistrado. Este procedimento não era exclusivo de Viana do Castelo. Em 1839, na sequência da participação que lhe foi enviada pelo juiz de direito dando conta do mau estado da prisão de Caminha, o governo civil endereçou um ofício à câmara dessa localidade pedindo esclarecimentos sobre a existência de condições para o financiamento das obras que o referido magistrado mencionava na sua comunicação.<sup>781</sup>

Eram poucos os magistrados que se mostravam verdadeiramente empenhados em expor os reais problemas das cadeias, nomeadamente no que respeitava à segurança e salubridade das instalações, bem como à alimentação e ao conforto dos encarcerados, optando antes por soluções pontuais, que serviam apenas para adiar as reformas estruturais que se exigiam.

### **3.5.3. A intervenção das autoridades administrativas**

No Estado liberal, outros interventores, para além dos homens da justiça, actuavam junto das instituições prisionais.<sup>782</sup> Se já no Antigo Regime cabia às câmaras municipais promover e financiar as reparações das cadeias, por vezes sob pressão dos corregedores e, em alguns casos, nomear os carcereiros, com o advento do liberalismo e a instauração de uma nova ordem administrativa, também os administradores dos concelhos e os governadores civis passaram a assumir responsabilidades neste âmbito, nomeadamente no funcionamento das cadeias e na organização do sustento dos presos pobres. Era precisamente neste dois domínios que actuavam os seus representantes, ou seja, a nível concelhio os administradores dos

---

<sup>780</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino, de Janeiro a Dezembro de 1855*, n.º 1.9.4-23, não paginado.

<sup>781</sup> AMC, *Livro das Actas de 1839 até Dezembro de 1841*, n.º 1.6.1.6, fls. 22v.º-24.

<sup>782</sup> Sobre as alterações impostas pelo Estado Liberal a nível da organização administrativa veja-se Marques, Mário Reis, “Estruturas jurídicas”, in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. V..., p. 171-175.

concelhos, superintendidos, a nível distrital, pelos governadores civis.<sup>783</sup> A estes competia, de acordo com o Código Administrativo de 1836, assegurar o sustento dos presos e o bom funcionamento das cadeias e aos administradores dos concelhos inspeccioná-las e também prover o sustento dos mais carenciados.<sup>784</sup> Pela circular de 29 de Maio de 1837, as Juntas Gerais de Distrito ficaram incumbidas de averiguar os locais mais apropriados para a instalação das cadeias e os meios mais adequados para garantir o sustento dos reclusos considerados indigentes.<sup>785</sup> Convém salientar que o Código Administrativo de 1842 continuava a atribuir o melhoramento das cadeias e a organização do sustento dos presos pobres aos governos civis. No entanto, a inspecção das cadeias era atribuída principalmente às autoridades judiciais, determinando, porém, a realização de uma acção fiscalizadora, por parte das autoridades administrativas, das detenções em flagrante delito e nos casos em que não se exigia formação de culpa prévia. Estipulava ainda que o sustento dos presos fosse estabelecido por arrematação e respeitando o estabelecido no *Regulamento das Cadeias de 1843*.<sup>786</sup>

Pelo decreto de 28 de Agosto de 1845, a administração das cadeias e o sustento dos presos pobres passou para as mãos das autoridades judiciais, ao estabelecer que todos os actos estabelecidos nos Capítulos 9.º e 10.º do referido *Regulamento* deixavam de ser incumbência das autoridades administrativas para passarem a ser obrigação das autoridades judiciais. Estes capítulos referiam-se precisamente à organização da alimentação dos presos pobres.<sup>787</sup> Porém, no distrito de Viana do Castelo, pelo menos nos concelhos sobre os quais dispomos de elementos documentais para averiguar a identidade dos responsáveis pela organização do sustento dos presos indigentes, verificámos que este encargo continuou a pertencer aos administradores dos concelhos, embora sujeitos à fiscalização dos magistrados e do governador civil. Em 1849, esta entidade recordou ao presidente da Relação do Porto a sua competência no

---

<sup>783</sup> Pela portaria de 30 de Junho de 1838, cabia aos governos civis a organização do sustento a conceder aos presos indigentes nas localidades onde não existissem Misericórdias, de acordo com o artigo 108.º, § 5.º do Código Administrativo. *Collecção de Leis e outros documentos oficiais publicados no ano de 1838*, 8.ª série..., p. 303.

<sup>784</sup> ANTT, Ministério do Reino, 3.ª Repartição, *Cadeias 1838-1843*, Maço 1992, não paginado. Confira-se o art.º 109, § 5 do Código Administrativo de 1836. *Código Administrativo Portuguez*, 4.ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional, 1838, p. 64.

<sup>785</sup> *Collecção de Leis e outros documentos oficiais publicados no 1º semestre de 1837, Sétima Série...*, p. 313.

<sup>786</sup> *Código Administrativo...*, p. 78.

<sup>787</sup> *Collecção Official de Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva, Anno de 1844-1845...*, p. 728.

tocante ao recebimento dos fundos para prover os presos necessitados do distrito de Viana do Castelo.<sup>788</sup>

Mais tarde, pela lei de um de Julho de 1867, que incide sobre a reforma penal e das prisões, foi clarificado o exercício de jurisdições com a divisão dos estabelecimentos prisionais em cadeias penitenciárias, distritais e comarcãs, com modalidades de gestão distintas.<sup>789</sup> Para as cadeias distritais previa-se a criação de comissões administradoras compostas pelo governador civil do distrito, que seria o presidente, pelo presidente da câmara municipal, pelo provedor da misericórdia, pelo pároco da freguesia mais populosa do distrito e por um médico e ainda por dois cidadãos nomeados, de dois em dois anos, pela câmara municipal, entre os 40 maiores contribuintes. No caso das cadeias comarcãs, previa-se também a criação de comissões, presididas pelo presidente da câmara e constituídas pelo administrador do concelho, pelo provedor da Misericórdia, pelo pároco da freguesia mais populosa da cabeça do concelho, por um médico e por dois habitantes, escolhidos pela câmara, entre os 40 maiores contribuintes. Importa ainda referir que, segundo o disposto no artigo 60.º, Título XIV, da lei supracitada, a inspecção e o governo das cadeias ficavam sob a tutela do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça.<sup>790</sup>

No distrito de Viana do Castelo, desde finais de 1839, os administradores dos concelhos, como chefes das comissões criadas pela portaria do Ministério do Reino de dois de Dezembro desse ano, para cuidarem do policiamento e da limpeza das cadeias e da sustentação dos presos carenciados, passaram a receber uma verba distribuída pelo governador civil, que mais não era do que auxílio prestado pelo Estado aos presos pobres. Competia-lhes escolher dois cidadãos tidos como honrados e de reconhecidas qualidades filantrópicas para integrar essas comissões, gerir os dinheiros e providenciar para que fossem devidamente aplicados na alimentação e no agasalho dos presos, bem como no asseio e policiamento das cadeias.

Em Viana do Castelo, a primeira comissão, formada logo nos inícios de 1840, para além do administrador do concelho, contava com a participação do provedor da Santa Casa da Misericórdia daquela vila, de modo a que à verba concedida pelo Estado se juntasse o auxílio prestado por aquela instituição. Este exemplo foi seguido noutras vilas alto minhotas,

---

<sup>788</sup> AHGCVC, *Correspondência com várias autoridades de Agosto de 1847 a Outubro de 1849*, n.º 1.8.3.11, não paginado.

<sup>789</sup> Confira-se Santos, Maria José Moutinho dos, *A Sombra e a Luz. As prisões do Liberalismo...*, p. 201.

<sup>790</sup> *Collecção Official da Legislação Portuguesa, Anno de 1867...*, 1868, pp. 273-274.

procurando-se obter igualmente a colaboração dos párocos, tendo em vista aproveitar a sua capacidade mobilizadora junto dos seus paroquianos para conseguir apoios para a causa dos presos carenciados. Também em Viana do Castelo, o delegado do procurador régio, a quem já era confiada a inspecção das cadeias, e de cuja polícia e limpeza também estava encarregado, foi convidado a coadjuvar os trabalhos da comissão.<sup>791</sup> Na maioria dos concelhos do Alto Minho, este procedimento e o trabalho das comissões mantiveram-se, pelo menos, até à década de sessenta do século XIX.

O papel exercido pelos administradores dos concelhos a nível da inspecção e do melhoramento das cadeias esteve na origem de relações nem sempre fáceis com as câmaras municipais, que continuavam responsáveis pelas obras das prisões. Esta conflituosidade resultava da dificuldade em garantir a salubridade, higiene e limpeza do espaço prisional sem a realização de obras, que, como já foi referido, nem sempre estavam ao alcance das câmaras municipais.<sup>792</sup> A não execução das reparações que se julgavam indispensáveis conduzia, de vez em quando, a discussões bem acesas entre estas duas autoridades, como a que envolveu o administrador do concelho de Castro Laboreiro e os responsáveis municipais. O conflito foi provocado pelas obras na cadeia da vila, que o administrador do concelho considerava urgentes. No entanto, a câmara entendeu que os argumentos evocados por aquela entidade eram descabidos e inusitados.<sup>793</sup>

O Código Administrativo de 1842, de acordo com o número II, do artigo 249.º, atribuía aos administradores dos concelhos não só o sustento dos presos pobres, mas igualmente a polícia das cadeias.<sup>794</sup> O policiamento destes espaços implicava a fiscalização da actividade dos carcereiros, a participação das falhas detectadas, a organização da vigilância da prisão e a colaboração na captura de presos evadidos. No que diz respeito ao carcereiro, os administradores deviam zelar para que estes não praticassem quaisquer abusos sobre os presos ou lhes facilitassem o caminho para a fuga ou ainda que tivessem comportamentos negligentes.

---

<sup>791</sup> AHGCVC, *Registo dos ofícios para o Ministério do Reino de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12, não paginado.

<sup>792</sup> Sobre as dificuldades financeiras que afectavam os municípios do Minho, entre os finais do Antigo Regime e 1834, consulte-se Capela, José Viriato, *O Minho e os seus Municípios. Estudos económico-administrativos sobre o município português nos horizontes da reforma liberal...*, pp. 93-109.

<sup>793</sup> AHGCVC, *Administradores*, n.º 1.21.5.7-11, não paginado; *Câmara Municipal de Castro Laboreiro*, 1.12.4.2-29, não paginado.

<sup>794</sup> *Código Administrativo ...*, p. 104.

Até porque, pelo § 11.º do artigo 124.º do Código Administrativo de 1836, cabia aos administradores dos concelhos a inspecção das cadeias, casas de detenção e correcção, não só para zelar pelo seu bom funcionamento, como também para precaver a evasão de criminosos.<sup>795</sup> Para aperfeiçoar as condições de segurança dos estabelecimentos prisionais, os administradores deviam agir de forma coordenada com os magistrados. Aliás, foi essa a recomendação do governador civil de Viana do Castelo, em Outubro de 1854, ao administrador do concelho de Arcos de Valdevez, a propósito das carências da cadeia desta vila e dos meios possíveis para as corrigir, ou a conveniência de os presos serem removidos para a cadeia da Relação do Porto, de modo a que, nas palavras do governador civil,

“[...] V. S<sup>a</sup> evitar por todos os meios possíveis, que venha a ter lugar uma evasã; e desviando por este modo os meios possíveis, que venha a ter lugar alguma evasão, desviando por este modo sobre si a responsabilidade com que possa caber-lhe, se por ventura a mesma vier a verificar-se, por falta das necessárias providencias.”<sup>796</sup>

Em várias ocasiões, o governo civil determinou a transferência de presos para Valença e desta para a cadeia da Relação do Porto, embora tivesse informado os magistrados locais dessas movimentações.<sup>797</sup> Nessas mudanças, também intervinham os administradores dos concelhos, em consonância com as autoridades judiciais, cuja avaliação acerca da falta de segurança das cadeias era tida em conta na decisão sobre a transferência dos reclusos. Mas nem sempre era fácil a convivência entre administradores do concelho e magistrados, muitas vezes marcada pela tensão e pela picardia.<sup>798</sup>

---

<sup>795</sup> *Código Administrativo...*, pp. 70-71.

<sup>796</sup> AHGCVC, *Registo dos officios para os administradores do concelho desde Setembro de 1854 a Junho de 1855*, n.º 1.7.2.18, não paginado.

<sup>797</sup> Tome-se como exemplo a transferência de vários presos da cadeia de Valença, em Abril de 1852, para a cadeia da Relação do Porto, decidida pelo governo civil. No entanto, este não deixou de comunicar a sua decisão ao juiz de direito de Viana do Castelo, tendo alegado falta de segurança das prisões daquela vila, bem como o elevado número de presos condenados em primeira instância. AHGCVC, *Correspondência com várias autoridades desde Julho de 1851 a Novembro de 1852*, n.º 1.8.3-13, não paginado.

<sup>798</sup> Em Ponte de Lima, em Agosto de 1844, o administrador do concelho expôs ao governador civil graves acusações sobre a actuação do juiz de direito daquela vila, chegando afirmar que não se responsabilizava pela segurança pública da vila, enquanto aquela autoridade permanecesse no concelho. AMPL, *Administração do Concelho, Livro de Registo da Correspondência expedida para o Governo Civil*, n.º 2.2.1-12, não paginado.



Por diversas vezes, os governadores civis insistiram na premência de obras nas cadeias, através de ofícios que endereçavam às câmaras municipais, responsáveis pela sua execução.<sup>799</sup> O bom funcionamento e o melhoramento dos cárceres estavam assim dependentes de uma acção concertada e eficiente das autoridades camarárias, administrativas e judiciais.

Se os magistrados não se coíbiavam de notificar os governadores civis e os administradores dos concelhos sobre os problemas das prisões que pretendiam ver resolvidos, a situação inversa também se registava.<sup>800</sup> Os reparos dirigidos aos magistrados prendiam-se sobretudo com a morosidade da justiça. A lenta resolução dos processos provocava longas estadias nas prisões. Quanto mais morosa era a justiça, mais presos se acumulavam nas cadeias e mais a pobreza os atingia, o que tornava justificáveis as críticas dos administradores dos concelhos, que tinham que gerir verbas exíguas destinadas ao sustento dos indigentes encarcerados.<sup>801</sup>

A inacção das entidades perante os graves problemas que afectavam as cadeias do Alto Minho e a sua população prisional, provocada pela inoperância ou pela falta de meios, gerava sucessivas trocas de acusações e tentativas de sacudir as responsabilidades, envolvendo as autoridades administrativas e judiciais.

---

<sup>799</sup> Em Agosto de 1855, o governo civil de Viana do Castelo dirigiu um ofício à câmara municipal reclamando a execução de obras urgentes na cadeia da cidade, ao que o presidente anuiu, ordenando a sua realização. AMVC, *Actas de vereação*, n.º 788-A, fl. 116. Anos antes, em 1851, o governo civil exigiu iguais reparos à câmara municipal de Arcos de Valdevez. AMAV, Câmara Municipal de Arcos de Valdevez, *Actas de Sessões, 10 de Junho de 1848 a 29 de Agosto de 1851*, Documentos avulsos, fl. 183.

<sup>800</sup> O governado civil de Viana do Castelo oficiou, em Dezembro de 1843, ao juiz de direito daquela localidade solicitando-lhe providências no sentido de evitar que os presos sofressem no cárcere. AHGCVC, *Correspondência recebida de diversas autoridades*, n.º 1.18.5.12, não paginado.

<sup>801</sup> Em Janeiro de 1846, numa altura em que os presos pobres não recebiam subsídio há dois meses por falta de verbas, o administrador do concelho de Valença fez notar ao juiz de direito que vários presos se queixavam de lentidão no andamento dos seus processos. Igual aviso foi enviado ao delegado do procurador régio daquela comarca. AHGCVC, *Registo da Correspondência expedida para diversas autoridades 1846-1849*, n.º 1.1.4.31, não paginado.

## **Capítulo V**

### **A ASSISTÊNCIA AO CORPO E À ALMA NAS CADEIAS**



## 1. Ser pobre e estar preso

Antes da imposição da ordem liberal, apenas casuisticamente o Estado contribuía para o sustento dos presos pobres. Aliás, não considerava a prestação desse apoio uma questão prioritária, ficando essa tarefa entregue às Misericórdias e a outras instituições de assistência.<sup>1</sup> Pontualmente, a esmola caía nos bolsos de alguns presos, em circunstâncias muito específicas.<sup>2</sup> Foi o caso de uns marinheiros que, em 1796, se encontravam detidos nas cadeias de Viana do Castelo, a quem, por ordem do juiz de fora, a câmara atribuiu uma esmola de quatro vinténs diários, atendendo à sua ocupação e ao facto de estarem ao serviço da Coroa.<sup>3</sup>

Com o Vintismo, foi dado o primeiro passo no sentido de conhecer e intervir na realidade prisional, através da criação de comissões, em 1822, para o melhoramento das cadeias. Quatro anos mais tarde, em 1826, procedeu-se à criação de novos organismos com a mesma finalidade, que, entre outras funções, deviam avaliar a melhor forma de se providenciar o sustento dos presos pobres.<sup>4</sup> Porém, os resultados não se fizeram notar.<sup>5</sup>

Em Setembro de 1834, o prefeito interino da província do Minho, face ao estado de degradação das cadeias desta região, determinou que a sua administração fosse entregue a cidadãos, que não podiam ser menos de três, nomeados pelas câmaras municipais de três em três meses, que ficariam responsáveis pela “habitação, segurança e salubridade dos presos.” Esses cidadãos teriam a incumbência de visitar, alternadamente, as prisões e ouvir as queixas dos detidos.<sup>6</sup> Esta medida vinha de encontro ao estabelecido no relatório de 16 de Maio de 1832, que suportava o decreto promulgado nessa data, e que, além do referido, também previa que “a conta administrativa e moral da direcção das casas de detenção, e das prisões, é dada á

---

<sup>1</sup> As outras instituições de assistência, nomeadamente algumas confrarias e Ordens Terceiras, apenas auxiliavam os presos que fossem seus membros, embora também pudessem fornecer jantares a todos, em datas importantes do calendário litúrgico, como o Natal e a Páscoa.

<sup>2</sup> Sobre o auxílio prestado na Inglaterra, no século XVIII, aos indivíduos detidos, incluindo vadios e mendigos, leia-se Hitchcock, Tim, *Down and Out in Eighteenth-Century London*, London, Hambledon Continuum, 2004, pp. 173-180.

<sup>3</sup> AMVC, *Acórdãos da Câmara*, n.º 776, fl. 120v.º.

<sup>4</sup> *Collecção de todas as leis, alvarás, decretos etc impressos na regia officina tipográfica (II semestre de 1826) – Parte I – Folheto VII*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1845, pp. 33-34.

<sup>5</sup> Como salientou D’Almeida, D. Francisco, *Breves considerações sobre a necessidade e meios de melhorar as prisões de Portugal*, Paris, Oficina Typografica de Casimiro, 1834, pp. 6-7.

<sup>6</sup> AMC, Câmara Municipal de Caminha. *Livro de Actas de Janeiro de 1834 a Abril de 1837*, n.º 1.6.1.5, não paginado.

Camara, a qual instrue o Concelho da Comarca, donde a conta passa para o Prefeito, para chegar ao Governo, e ás câmaras, com as observações competentes.”<sup>7</sup>

Em consequência da ordem da Prefeitura, a câmara municipal de Caminha providenciou, em Outubro do mesmo ano, que a comissão daquela vila devia contar com seis elementos, sugerindo, de imediato, três nomes.<sup>8</sup> Em Viana do Castelo, a composição da comissão para a administração e polícia das prisões resultou do acordo entre a autoridade local e a administrativa, tendo sido escolhidos, em Setembro de 1834, três nomes para a integrarem, entre os quais constava um bacharel de medicina.<sup>9</sup> No entanto, esta decisão parece não ter tido qualquer seguimento, porque, na sessão da câmara municipal de 24 de Janeiro de 1835, foi apresentado um ofício do provedor do concelho, recordando à câmara a necessidade de formar “uma comissão philantropica de três cidadãos probos, e de sentimentos religiosos, e caritativos para promoverem o amparo e socorro dos infelizes”, exigindo que se procedesse, de imediato, à nomeação de indivíduos para esse fim.<sup>10</sup>

Recorde-se que a circular de 27 de Setembro de 1836 estabelecia a criação de comissões destinadas à sustentação dos presos pobres, cabendo às administrações gerais a sua organização em todos os concelhos onde existissem estabelecimentos prisionais.<sup>11</sup>

Em Setembro de 1836, o administrador do concelho de Viana do Castelo dava conta do seu empenho na constituição da comissão para o sustento dos presos pobres que se encontravam na cadeia sob sua jurisdição.<sup>12</sup> Neste município, o número de reclusos necessitados oscilava, anualmente, entre 120 e 140, calculando-se os gastos com os mesmos em 300.000 réis por ano, quantia que não podia ser obtida unicamente através de peditórios públicos, pelo

---

<sup>7</sup> *Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por sua Magestade Imperial desde que assumiu a regência em 3 de Maio de 1832 até á sua entrada em Lisboa em 28 de Julho de 1833, Segunda Série...*, 1836, p. 68.

<sup>8</sup> AMC, Câmara Municipal de Caminha. *Livro de Actas de Janeiro de 1834 a Abril de 1837*, n.º 1.6.1.5, não paginado

<sup>9</sup> AMVC, *Acta de Vereação*, n.º 777 A, fls. 15-15v.º.

<sup>10</sup> AMVC, *Acta de Vereação*, n.º 777 A, fl. 36.

<sup>11</sup> *Collecção de Leis e outros documentos officiais publicados desde 10 de Setembro até 31 de Dezembro de 1836, Sexta Série...*, 1837, p. 29.

<sup>12</sup> ADVC, Administrador do Concelho. *Copiador Geral-1835*, n.º 5.16.4.15, não paginado.

que tinha de ser incluída nas despesas do concelho.<sup>13</sup> Porém, a câmara municipal não se mostrou receptiva a esta solução, por não dispor de verbas para esse efeito.

Por portaria do Ministério do Reino de dois de Dezembro de 1839, foram mandadas criar comissões para o melhoramento das cadeias, para o seu policiamento e sustentação dos presos carenciados. Estes organismos deviam ser instalados não só nas cabeças de comarca, como também nos julgados. De imediato, foi disponibilizada a quantia de 497.700 réis para o seu funcionamento, entregue ao governador civil, ao qual competia proceder, mensalmente, à sua distribuição pelas referidas comissões. Como a importância que lhes cabia era diminuta para fazer face às despesas que tinham de suportar, tinham que recorrer a peditórios públicos e procuravam manter relações próximas com as Misericórdias e com as casas mais abastadas do concelho, a fim de conseguirem a sua colaboração no auxílio aos presos carenciados. Para manterem organizadas as suas contas e perpetuadas as suas decisões, tinham que possuir livros de actas, onde deviam constar as deliberações tomadas, bem como as receitas e despesas. A contabilidade estava a cargo do tesoureiro, nomeado pelas comissões, que devia ser uma pessoa de reconhecida idoneidade.

O seu trabalho não se circunscrevia à angariação e administração de fundos, mas, como já referimos, estendia-se à alimentação dos reclusos, bem como à limpeza e ao melhoramento das cadeias. Deviam diligenciar para que a prisão fosse varrida e lavada com uma periodicidade variável, que as paredes fossem caiadas, as latrinas tapadas e as roupas dos presos lavadas. Competia-lhes ainda zelar para que na cadeia houvesse iluminação e tarimbais suficientes, bem como roupa de cama, ficando os “juizes da prisão” responsabilizados, sob a superintendência do carcereiro e da comissão, pelo asseio das salas, pela higiene dos presos e pela manutenção da ordem e do sossego na cadeia.<sup>14</sup> Organizado o sustento alimentar dos detidos, a comissão devia providenciar para que estes deixassem de mendigar. Todavia, este objectivo não foi conseguido, uma vez que, dada a escassez de fundos com que estas comissões se debatiam, os presos até eram incitados a manter essa prática, chegando mesmo a ser transportados para o exterior do cárcere para pedirem esmola aos passantes.<sup>15</sup>

---

<sup>13</sup> ADVC, Administrador do Concelho. *Copiador Geral - 1837*, n.º 5.16.4.16, não paginado.

<sup>14</sup> AMVNC, *Escrituração pertencente à comissão das cadeias do concelho, suas sessões e deliberações*, 1840-1857, documento avulso.

<sup>15</sup> AMVNC, *Escrituração pertencente à comissão das cadeias do concelho, suas sessões e deliberações*, 1840-1857, documento avulso.

A fundação destas comissões não deixou de suscitar críticas. Logo após a sua criação, o governador civil de Viana do Castelo considerou que a medida seria certamente mais benéfica se essas entidades, em vez de serem instaladas em todas as localidades, se concentrassem nas sedes de comarca, para onde seriam transferidos os presos dos julgados. Estas cadeias funcionariam somente como casas de detenção e de custódia, até os presos serem transferidos para as prisões comarcãs. Esta crítica faz algum sentido, uma vez que a repartição igualitária do montante destinado às comissões iria originar situações de injustiça, dado que a população dos estabelecimentos prisionais do distrito, em termos numéricos, era muito desigual. As prisões mais populosas ficariam certamente em desvantagem e os seus reclusos continuariam a passar por dificuldades, ao passo que as mais pequenas, como as de Castro Laboreiro e do Soajo, seriam beneficiadas.<sup>16</sup> De facto, no distrito de Viana do Castelo, a distribuição das verbas foi feita de forma distinta, tendo sido adoptado como critério o número de presos de cada estabelecimento.

Estes organismos teriam ainda, entre as suas competências, a obrigação de comunicar ao governador civil os melhoramentos efectuados nos cárceres e a apresentação de sugestões para tornar menos penosa a estadia dos reclusos.<sup>17</sup> As quantias disponibilizadas pelo governo eram extremamente diminutas. Por conseguinte, os membros das comissões tinham que geri-las com o máximo rigor.<sup>18</sup>

No quadro 1, encontramos as quantias distribuídas pelos vários estabelecimentos prisionais, entre os meses de Fevereiro e Junho de 1840, que, como se pode constatar, foram aplicadas, sobretudo, no sustento dos presos pobres e na limpeza e higienização das instalações

---

<sup>16</sup> AHGCVC, *Registo dos Ofícios para o Ministério do Reino de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12, não paginado.

<sup>17</sup> AHGCVC, *Registo das circulares expedidas pela primeira repartição desde 2 de Janeiro de 1838 até 25 de Agosto de 1841*, n.º 1.10.4.30, não paginado.

<sup>18</sup> Em Fevereiro de 1840, as comissões receberam as suas primeiras verbas, que, além daquele mês, incluíam os meses de Dezembro e Janeiro. Para o pagamento da prestação seguinte, deviam comunicar o número de presos existentes na cadeia do concelho. Logo na primeira prestação, verificamos que os estabelecimentos prisionais que receberam uma parcela maior foram os de Ponte de Lima, Arcos de Valdevez, Monção e Melgaço, enquanto as cadeias de Soajo, Castro Laboreiro, Paredes de Coura e Vila Nova de Cerveira não beneficiaram de qualquer apoio porque não tinham reclusos. AHGCVC, *Registo das circulares expedidas pela primeira repartição desde 2 de Janeiro de 1838 até 25 de Agosto de 1841*, n.º 1.10.4.30, não paginado.

carcerárias. A existência de remanescente em todas as comissões pode ser um indício do receio, aliás justificado, que estes organismos tinham dos atrasos no recebimento de novas verbas.



**Quadro 1.** Despesa das comissões com os presos pobres no distrito de Viana do Castelo - 1840

Concelhos	Despesa												Total entregue às comissões	Despesa total	Saldo existente em poder das comissões
	Com o sustento dos presos						Com a limpeza das cadeias e compra de objectos								
	1840					Total	1840					Total			
	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho		Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho				
Arcos de Valdevez	6.870	7.905	11.839	7.131	4.959	38.704	2.060	4.585	4.460	4.635	110	15.850	65.125	54.554	10.517
Caminha	4.370	1.740	5.030	14.195	12.560	37.895	-	-	-	-	2.400	2.400	66.915	40.295	26.620
Melgaço	1.370	6.020	4.230	5.105	5.510	22.235	-	-	-	-	-	-	41.115	22.235	18.880
Monção	-	-	600	1.200	540	2.340	-	1.600	-	-	-	1.600	25.590	3.940	21.650
Ponte da Barca	840	2.730	900	1.740	1.890	8.100	330	110	150	150	386	1.125	20.570	9.225	11.345
Ponte de Lima	-	10.325	12.060	20.760	35.760	78.895	-	-	-	-	-	-	127.170	78.895	48.275
Valadares	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.250	-	2.250
Valença	1.980	2.060	2.640	4.740	4.950	16.370	910	-	-	-	-	910	25.390	17.280	8.110
Viana do Castelo	14.635	13.030	15.520	16.870	16.760	76.815	-	-	-	-	-	-	116.795	76.815	39.980
Vila Nova de Cerveira	-	-	1.800	330	-	2.130	-	-	480	-	-	480	6.780	2.610	4.170
Total	30.065	43.810	54.619	72.061	82.929	283.484	3.300	6.295	5.090	4.785	2.895	22.365	497.700	305.8	

Fonte: AHGCVC, *Registo dos officios para o Ministério do Reino de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12, não paginado.

Os concelhos de Castro Laboreiro, Paredes de Coura e Soajo não aparecem referenciados no quadro por ainda não terem sido criadas comissões, dado que até Junho de 1840 ainda não tinham recebido qualquer preso. O valor das quantias a atribuir era calculado em função do número de reclusos pobres existentes nos cárceres. No primeiro semestre de 1840, podemos verificar que as parcelas maiores desse financiamento foram atribuídas a Ponte de Lima, Viana do Castelo, Arcos de Valdevez e Caminha. Estranhamente, Valença não se encontra entre as localidades que recebeu somas mais avultadas, atendendo ao elevado número de detidos que albergava. Acresce o facto de na cadeia dessa localidade estarem ainda encerrados os condenados à pena de trabalhos públicos, que também precisavam do auxílio do Estado. Esta situação motivou reclamações por parte das autoridades valencianas, que justificavam o aumento do número de presos pobres com as transferências de reclusos de Monção, Melgaço e Valadares para as cadeias daquela vila.<sup>19</sup>

A situação em Valença agravou-se a partir de Setembro de 1840, com a entrada de novas levas de reclusos de outros estabelecimentos alto minhotos, pois a única comissão existente sentia-se incapaz de acudir a todos os casos que reclamavam a sua intervenção. Os presos recém-chegados dirigiram uma petição à comissão, reclamando a concessão do subsídio que já recebiam na cadeia donde provinham.<sup>20</sup> Tratava-se de um problema sem solução à vista e que se arrastou até meados do século XIX, uma vez que as comissões das terras de origem dos transferidos não colaboraram no seu sustento. Dentro das suas limitações financeiras, as confrarias da vila apoiavam esta causa, mas a administração do concelho entendia que as instituições de assistência donde eram naturais os detidos também deviam cooperar para aliviar o seu sofrimento.

As comissões debatiam-se com orçamentos deficitários, pelo que aos seus membros não restava outra alternativa que não fosse avançar com dinheiros próprios, designadamente quando os cofres ficavam vazios e a entrega de novas verbas se atrasava, o que sucedia, aliás, com bastante frequência. Quando estas situações aconteciam, muitos presos não conseguiam

---

<sup>19</sup> AMV, Administração do Concelho de Valença. *Correspondência para o Administrador Geral, 1840-1842*, n.º 1.1.4.5, não paginado.

<sup>20</sup> Tome-se como exemplo a petição de António José Gomes, de 1863: "Diz António José Gomes, solteiro, da freguesia de S. João de Sá lugar de Vilarinho hoje preso nas cadeias civis desta vila de Valença sem ter que comer nem quem lhe traga a Santa por aqui he remetido porque Peço a V. S.ª que seja servido mandar abonar a dita esmola que se costuma dar os infelizes presos". AMV, *Relação dos presos socorridos*, n.º 1.6.5.3-1, não paginado.

escapar às agruras da fome e as reclamações avolumavam-se.<sup>21</sup> Por outro, os comerciantes, com receio de não serem ressarcidos, recusavam-se a fiar o fornecimento dos produtos alimentares.<sup>22</sup>

Os rendimentos das comissões provinham, essencialmente, do montante atribuído pelo Estado, das esmolas de particulares e dos donativos das irmandades, se bem que os peditórios públicos e as derramas lançadas sobre as confrarias também contribuíssem para melhorar as receitas. Em 1842, quando a comissão das cadeias de Valença deixou de receber o montante destinado ao sustento dos presos nos meses de Outubro e Novembro, foram os habitantes da vila que, através das suas esmolas, os socorreram.<sup>23</sup>

O apoio financeiro concedido pelo Estado era extremamente reduzido face ao elevado número de presos pobres que existia nas cadeias do Alto Minho.<sup>24</sup> Pelo menos desde 1843, era atribuída, anualmente, a quantia de 700.000 réis para a ser distribuída por todos concelhos.<sup>25</sup>

Nos anos de 1840 e 1841, Melgaço também apresentava gastos elevados com o sustento dos detidos pobres, ainda que fossem bastante inferiores aos de Ponte de Lima, o que é explicável pelo menor número de presos que recebia.

---

<sup>21</sup> Foi precisamente o que aconteceu em Abril de 1844 e Novembro de 1848, na cadeia de Valença. AMV, Administração do Concelho. *Correspondência para o Administrador Geral, 1843-1849*, n.º 1.1.4.6, não paginado.

<sup>22</sup> Em 1848, em Ponte de Lima, os padeiros da vila não forneciam o pão aos presos, sem que este lhes fosse pago mensalmente. AMPL, *Correspondência com os administradores dos concelhos, Janeiro de 1847 a Maio de 1848*, n.º 1.7.2.12, não paginado.

<sup>23</sup> AMV, Administração do Concelho. *Correspondência para o Administrador Geral, 1840-1842*, n.º 1.1.4.5, não paginado.

<sup>24</sup> Na cadeia da Relação do Porto, o sustento concedido aos presos também era considerado escasso. Consulte-se Santos, Maria José Moutinho dos, *A Sombra e a Luz. As prisões do Liberalismo*, Porto, Edições Afrontamento, 1999, p. 235.

<sup>25</sup> No entanto, a partir desse ano, o governo civil reivindicava um acréscimo de 300.000 réis. Só a cadeia de Ponte de Lima despendeu 232.200 réis no ano de 1842, 224.530 réis em 1843 e 161.500 réis em 1844. AMPL, Administração do Concelho. *Copiador dos ofícios dirigidos por esta administração a diversas autoridades*, n.º 2.2.1.31, não paginado.

**Quadro 2.** Quantia atribuída para o sustento dos presos pobres de Melgaço (1840-1841)

Mês	Quantia entregue à comissão inspectora das cadeias	
	1840 (em réis)	1841 (em réis)
Janeiro	22.480 (importância das prestações relativas aos meses de Dezembro, Janeiro e Fevereiro)	12.610
Fevereiro	0	11.355
Março	7.695 (quantia para Março e Abril)	6.090
Abril	0	5.480
Maio	3.285	0
Junho	5.580	11.685
Julho	5.500	27.140 (quantia referente aos meses de Julho, Agosto, Setembro e Outubro.)
Novembro	6.600	6.000 (quantia referente aos meses de Novembro e Dezembro)
Total	51.140	80.360

Fonte: AMMço, *Correspondência recebia do Governo Civil - Offícios*, n.º 1.3.2.4-9.

Dispondo o governo civil de 700.000 réis anuais, significava que, por mês, apenas disporia de 58.000 réis para distribuir por todas as comissões, o que era manifestamente pouco, até porque eram assistidos, mensalmente, cerca de 80 presos, correspondendo a cada um 725 réis. Face a estas limitações, os montantes disponíveis eram canalizados essencialmente para a sua alimentação, descurando-se o melhoramento e a limpeza das cadeias.

Ao longo da década de quarenta, as dificuldades persistiram, apesar da atribuição da tutela do sustento dos presos ao Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça. O endividamento das comissões continuou, as tentativas de verem aumentadas as suas verbas anuais não surtiram efeito e, consequentemente, a incapacidade de conciliar a escassez de recursos com o elevado número de reclusos não foi superada.<sup>26</sup> Em 1845, no total das cadeias do distrito, eram assistidos, mensalmente, 67 presidiários, mas as verbas disponibilizadas não

---

<sup>26</sup> Em Novembro de 1845, perante a inexistência de apoio financeiro para o sustento dos presos de Paredes de Coura, o governador civil aconselhou o administrador do concelho a promover um peditório público a favor dos detidos. AHGCVC, *Correspondência com os administradores dos concelhos. Junho de 1845 a Julho de 1846*, n.º 1.7.2.10, não paginado.

se alteraram. Por isso, foi solicitado o seu aumento para um conto de réis.<sup>27</sup> No quadro 3 estão apresentadas as verbas atribuídas às comissões dos concelhos do distrito de Viana do Castelo de Janeiro a Setembro, uma vez que não dispomos de informação para todo o ano.

**Quadro 3.** Verba atribuída às comissões do distrito de Viana do Castelo (1845)

Mês Comissão	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril, Maio, Junho	Julho	Agosto	Setembro
Arcos de Valdevez	10.000	10.000	9.000	5.000		21.000	8.000
Caminha		2.000	10.000				
Melgaço	1.000	2.000	3.000	15.000	5.000		
Monção	2.000	2.000	2.000	8.500			
Paredes de Coura	2.000	2.000	2.800				8.000
Ponte da Barca	2.000	2.000	3.000			6.000	
Ponte de Lima	15.000	15.000	24.000	33.000	20.000	28.000	20.000
Soajo				1.745			
Valença	53.000	23.000	19.200	21.720	35.000	36.000	10.000
Viana do Castelo	7.000	14.000	15.000		18.000		6.000
Vila Nova de Cerveira	1.000	1.000	1.000				
Total	93.000	73.000	89.000	84.665	78.000	91000	52.000

Fonte: AHGCVC, *Correspondência com os administradores dos concelhos*, n.º 1.7.2.9, não paginado.

Embora não disponhamos de dados sequenciais respeitantes a todos os meses e à totalidade dos estabelecimentos prisionais, é possível concluir, através do quadro 3, que, em 1845, as cadeias de Valença e, em particular, as de Ponte de Lima e de Viana do Castelo foram as que receberam grande parte das verbas disponibilizadas. Apesar de o decreto de 28 de Agosto de 1845 determinar que o sustento dos presos pobres passasse para o Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, no distrito de Viana do Castelo era o governador civil que continuava a receber as verbas para esse efeito, distribuindo-as, posteriormente, pelos concelhos sob sua jurisdição.<sup>28</sup> Esta situação estava, aliás, prevista na portaria 22 de Julho de 1850, na

<sup>27</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino, 1 de Julho de 1844 a 31 de Dezembro de 1845*, n.º 1.9.4.15, não paginado.

<sup>28</sup> Apesar do ofício do Ministério do Reino de seis de Setembro de 1845 determinar o seguinte: “Tendo a lei de 23 de Abril antecedente que sancionou a despesa do presente anno económico commettido ao Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça o encargo relativo à sustentação dos presos indigentes, e à policia das cadeas civis; e havendo na consequencia d’aquella disposição sido encarregada aos Procuradores régios das Relações de Lisboa e

qual se admitia não ter sido possível aplicar a todas as comarcas do reino, com excepção das Procuradorias Régias de Lisboa e Porto, o referido decreto, permanecendo, por isso, nas mãos das autoridades administrativas o sustento dos presos, nos termos da circular de 6 de Setembro de 1845.<sup>29</sup>

Os anos de 1846 e 1847 foram marcados pela instabilidade política, que também se repercutiu no sustento dos presos pobres. O seu número aumentou, o que levou o governador civil a reclamar, em 1846, um aumento da verba anual.<sup>30</sup> As comissões tiveram que recorrer a subscrições públicas para tentarem resolver as dificuldades financeiras.<sup>31</sup>

Em 1848, o município de Viana do Castelo organizou uma comissão de beneficência, cuja missão consistia em promover a angariação de fundos para o sustento dos presos indigentes, recorrendo para o efeito à colaboração das irmandades, bem como dos párocos.<sup>32</sup> Nesse mesmo ano, o governador civil tinha informado ao Ministério da Justiça do estado de miséria em que se encontravam as cadeias do distrito, particularmente a de Viana do Castelo, uma vez que para este estabelecimento estavam a ser transportados presos de outros concelhos. Solicitou-lhe, por isso, a concessão dos meios indispensáveis para garantir a sua alimentação.

---

Porto, a gerência administrativa e policial das referidas cadeias por Decreto expedido pelo sobredito ministério em data de 28 de Agosto próximo passado: Encarrega-me o Ex.mo Snr. Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Reino, de assim o communicar a V. EX.<sup>a</sup> para seu devido conhecimento e intelligencia; e de lhe dizer, que haja de o participar n'esta conformidade a todos os administradores dos concelhos e seus subordinados, afim de que cessem na gerência, que até agora lhes competia em relação à policia ou administração das cadeias civis existentes nos seus respectivos concelhos entregando-a aquelle dos mencionados procuradores régios a que competir, ou aos seus delegados logo que para esse fim recebam delles aviso, mandando dissolver quaesquer comissões, que para o effeito da sustentação dos ditos presos, por ventura se houvessem nomeado, e louvando no real nome da Mesma Augusta Senhora essas Comissões que merecerem esta demonstração da sua régia benevolência por seus serviços prestados e dedicação em prol dos infelizes encarcerados." AHGCVC, *Portarias e officios do Ministério do Reino de Janeiro a Dezembro de 1845*, n.º 1.13.9-1, não paginado.

<sup>29</sup> *Collecção official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa...*, pp. 434-435.

<sup>30</sup> AHGCVC, *Correspondência com várias autoridades de Agosto de 1844 a Março de 1846*, n.º 1.8.3-8, não paginado.

<sup>31</sup> AHGCVC, *Correspondência com os administradores dos concelhos, Julho de 1845 e Julho de 1846*, n.º 1.7.2.10, não paginado.

<sup>32</sup> ADV, Administração do Concelho. *Officios dirigidos aos Governador Civil deste districto*, n.º 5.16.2.2, não paginado.

No ano seguinte, havia cerca 50 de presos do Alto Minho que era preciso alimentar. No entanto, à semelhança do que aconteceu noutros anos, o dinheiro não chegava para cobrir as despesas.<sup>33</sup> Esse número aumentou nos anos seguintes e, conseqüentemente, os encargos com o seu sustento também cresceram.

Em Agosto de 1850, o governador civil de Viana do Castelo enviou instruções aos administradores dos concelhos para que fosse cumprida a portaria do Ministério da Justiça de 22 de Julho daquele ano. Este documento determinava que a importância de 12 contos de réis, destinada ao sustento dos presos pobres e à polícia das cadeias, seria proporcionalmente distribuída por todos os governos civis dos distritos administrativos e que o Estado só teria de socorrer os presos pobres depois de câmaras municipais, hospitais, irmandades, confrarias, misericórdias, juntas de paróquia e comissões de beneficência o terem feito.<sup>34</sup> Para isso, determinava-se que os administradores dos concelhos actuassem em consonância com os agentes do Ministério Público, a fim de averiguarem os que deviam ser socorridos pela caridade pública. As verbas disponibilizadas por aquelas entidades seriam canalizadas unicamente para o sustento dos presos pobres, devendo ainda ser requisitadas ao governo civil as somas em falta para cobrir as despesas com o seu sustento e tratamento, depois de esgotados os recursos disponibilizados.

Os administradores dos concelhos deviam remeter, mensalmente, a relação nominal dos presos indigentes, bem como a indicação das despesas efectuadas e das receitas obtidas e respectiva proveniência. Também lhes cabia a tarefa de, juntamente com os representantes do Ministério Público, persuadir as comissões de beneficência de que as suas funções não se limitavam à gestão dos fundos concedidos pelo tesouro público para a sustentação dos presos. Mas a sua principal tarefa era conseguir donativos e esmolas para este fim, devendo, inclusive, propor a sua recomposição, quando entendessem que não davam resposta aos objectivos propostos.

Aos administradores e aos delegados do Ministério Público competia ainda analisar a situação económica das confrarias e irmandades, convencer as Misericórdias de que era sua obrigação socorrer os presos pobres e averiguar a quantia que essas instituições podiam aplicar

---

<sup>33</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino de Julho de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.9.4.18, não paginado.

<sup>34</sup> *Collecção official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa...*, pp. 434-435.

com esta finalidade. Os recursos camarários seriam reservados ao melhoramento das cadeias, devendo os administradores dos concelhos requerer às câmaras que incluíssem essa rubrica nos respectivos orçamentos. Por lei, também as juntas de paróquia eram comissões de beneficência, e, por isso, deviam participar no sustento destes presos.<sup>35</sup>

Em 1850 e 1851, Valença continuou a ser o concelho que mais verbas absorveu, as quais oscilavam entre 28.000 e 60.000 réis mensais, o que se justificava pelo facto de as suas cadeias serem as que acolhiam o maior número de reclusos.

A situação foi particularmente difícil entre 1854 e 1856.<sup>36</sup> Tratou-se de um período que, além de ter conhecido uma grave crise cerealífera, que provocou o encarecimento dos géneros alimentícios, também foi marcado pela prisão de vários criminosos, o que fez com que algumas cadeias ficassem sobrelotadas.

O crescimento do número de presos pobres é visível nos gráficos 1 e 2, referentes às cadeias de Valença e Vila Nova de Cerveira, respectivamente.

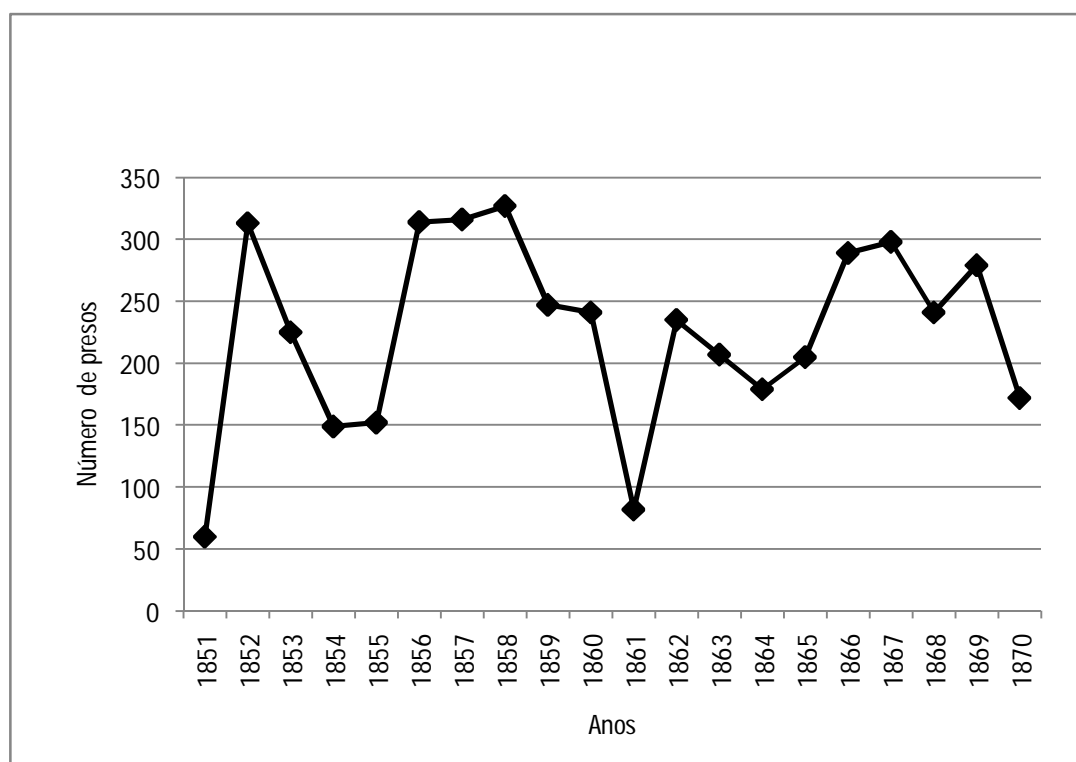
---

<sup>35</sup> AHGCVC, *Registo de circulares aos Administradores dos concelhos – Outubro de 1849 a Dezembro de 1850*, n.º 1.10.4.12, não paginado.

<sup>36</sup> Em 1854, na cidade de Viana do Castelo, a situação era de carestia, com o milho a alcançar o preço de 600 réis por alqueire. Confirma-se Loureiro, José Carlos Magalhães, “As confrarias vianenses no século XIX: da evolução dos ingressos à emergência de novas formas de sociabilidade religiosa”, in *Cadernos Vianenses*, n.º 31, 2002, p. 155.



**Gráfico 1.** Presos das cadeias de Valença que receberam esmola (1851-1870)



Fonte: AMV, *Relação dos presos socorridos*, n.º 1.6.5.3-1; 1.5.5.5-13.

O gráfico 1 diz respeito ao número de presos assistidos entre Novembro de 1851 e Dezembro de 1870 pelas comissões de Valença. Conforme se pode observar, foi nos anos de 1852, 1855, 1856 e 1857 que registou um maior número de presos socorridos. Em 1855, havia, em média, 32 detido pobres que beneficiavam de apoio, ao passo que, em Setembro de 1840, existiam apenas oito.<sup>37</sup>

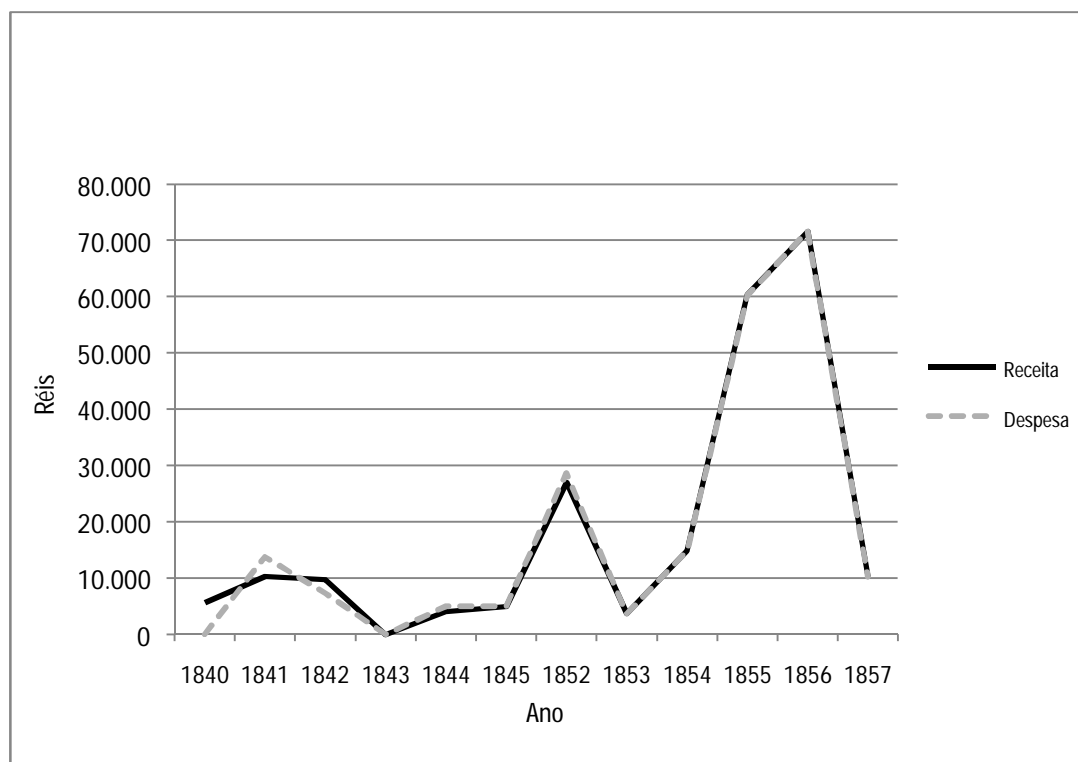
Em 1852, Vila Nova de Cerveira registou igualmente um ligeiro acréscimo das suas despesas, que se acentuou nos anos de 1855 e 1856. Na cadeia desta vila, foram auxiliados nove presos pobres em 1853, 21 em 1854, 77 em 1855, ou seja, em três anos a população prisional carenciada mais do que triplicou.<sup>38</sup> Relativamente ao ano de 1856, não dispomos do número de presos assistidos mensalmente, mas a soma dos 10 meses em que os socorridos foram contabilizados aponta para 72. As quantias despendidas nos meses de Janeiro e Maio,

<sup>37</sup> Neste ano, gastava-se com cada preso cerca de 80 réis diários, que se traduziam em duas tigelas de caldo e pão, mas nas décadas seguintes de cinquenta e sessenta, já se despendia apenas 40 réis diários.

<sup>38</sup> AMVNC, *Escrituração pertencente à comissão das cadeias do concelho, suas sessões e deliberações*, 1840-1857, documento avulso.

para os quais não dispomos de dados sobre os assistidos, mostram a tendência de subida do número de indigentes naquele estabelecimento.<sup>39</sup>

**Gráfico 2.** Receita e despesa da comissão de auxílio ao sustento dos presos pobres em Vila Nova de Cerveira (1840-1857)



Fonte: AMVNC, *Escrituração pertencente à comissão das cadeias do concelho, suas sessões e deliberações, 1840-1857*, documento avulso.

Esse desequilíbrio está bem patente no ano de 1841, quando a comissão daquela vila deixou de ter recursos para sustentar o único preso a precisar de auxílio. Os fundos sumiram, não se tinham promovido subscrições públicas e a Misericórdia, a braços com a assistência aos pobres da vila, alegava não dispor de rendimentos para auxiliar outros necessitados.<sup>40</sup>

Apesar do período difícil que Misericórdias e confrarias atravessavam neste período, o seu contributo fazia-se sentir nas receitas colocadas ao dispor das comissões responsáveis pelo sustento dos presos pobres. No ano de 1851, estas tiveram ao seu dispor 1.069.861 réis, dos

<sup>39</sup> AMVNC, *Escrituração pertencente à comissão das cadeias do concelho, suas sessões e deliberações, 1840-1857*, documento avulso.

<sup>40</sup> AMVNC, *Escrituração pertencente à comissão das cadeias do concelho, suas sessões e deliberações, 1840-1857*, documento avulso.

quais 112.820 resultaram das esmolas concedidas pelas confrarias do distrito.<sup>41</sup> Esta quantia foi distribuída todos os meses, mas de forma desigual, pelas várias comissões existentes no distrito, continuando Valença a surgir como o concelho que mais verba recebeu.

Embora a década de cinquenta de oitocentos tenha sido um período politicamente mais pacífico e de progresso em vários sectores, o certo é que o sustento dos presos carenciados não parece ter sido uma das prioridades na área da assistência. Os governadores civis continuavam a clamar por um aumento das verbas para esse fim e os reclusos, por seu lado, não deixavam de se queixar do seu estado de indigência. Em 1852, no caso particular de Valença, foi essencial o auxilio prestado pelas confrarias do concelho, que contribuíram com 43.600 réis para o sustento destes necessitados, incluindo os de outras localidades, o que foi criticado pelo administrador do concelho, por entender que as confrarias e irmandades dos municípios donde provinham os reclusos que se encontravam nos estabelecimentos daquela vila também deviam dar a sua contribuição.

Só no primeiro semestre de 1852 foram socorridos, no distrito, 188 presos.<sup>42</sup> Esse apoio foi suportado em grande parte pelo Estado, mas as instituições de assistências locais também deram o seu contributo. Realce-se que os detidos estavam desigualmente distribuídos pelos estabelecimentos prisionais do Alto Minho. Se alguns estavam sobrelotados, outros tinham poucos reclusos para amparar.<sup>43</sup>

A despesa voltou a crescer em 1853 e o financiamento destinado ao sustento dos presos pobres era, praticamente, todo consumido pela sua alimentação, ficando assim descuidado o seu agasalho e os melhoramentos indispensáveis nos vários estabelecimentos prisionais. Os sinais também não eram animadores, dado que não se aguardava uma diminuição do número de presos, o que efectivamente não veio a acontecer, nem as esmolas de confrarias e Misericórdias aumentaram. Em contrapartida, o montante distribuído, anualmente, pelo Estado, mantinha-se nos 560.000 réis.

---

<sup>41</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino, 1851*, n.º 1.9.4-19, não paginado.

<sup>42</sup> AHGCVC, *Correspondência com o Ministério do Reino, Janeiro de 1852 a Fevereiro de 1853*, n.º 1.9.4-20, não paginado.

<sup>43</sup> Por exemplo, a cadeia de Vila Nova de Cerveira, entre Junho e Dezembro de 1852, teve um máximo de cinco reclusos. Nesse ano, recebeu verbas para adquirir duas caixas e um saco para os peditórios públicos a favor dos presos, comprar mantas para os proteger dos rigores do Inverno e reparar algemas e um cadeado. AMVNC, *Escrituração pertencente à comissão das cadeias do concelho, suas sessões e deliberações, 1840-1857*, documento avulso.

Nos anos de maior carestia desta década, a subida das despesas não encontrou resposta nas dídivas dos particulares, porque estas também diminuíram. Essa quebra foi bem visível ainda em 1855. Nesse ano, entre os meses de Julho e Outubro, as esmolas em géneros e dinheiro dos particulares, conseguidas em todo o distrito, não foram além de 4.720 réis. Todavia, em compensação, aumentou o contributo das confrarias face ao período anterior, tendo ascendido a 58.700 réis.

Assim, ao longo da década de cinquenta, verifica-se que o Estado não conseguia, ou não queria, arcar sozinho com este compromisso assistencial. Tirando partido da ingerência nas instituições de assistência, nomeadamente nas Misericórdias e noutras confrarias, encaminhou os seus recursos para esse sector, desenvolvendo as suas próprias estruturas e procurando deste modo disfarçar as dificuldades financeiras.<sup>44</sup> É nesta tendência que se enquadra o artigo 108.º, § 5.º do Código Administrativo de 1836, ao atribuir aos governadores civis competência para encaminharem o produto das rendas de confrarias para as instituições mais necessitadas.<sup>45</sup>

A partir do século XIX, as confrarias, que procuravam conjugar a sua natureza devocional com alguma prática caritativa, tendo como primeiros destinatários os irmãos que delas faziam parte, apesar de não excluïrem os restantes membros do *corpus* social, foram impelidas a uma intervenção social mais alargada, embora condicionada pela autoridade estatal, representada, num primeiro momento, pelo administrador do concelho e, posteriormente, pelo governador civil do distrito.<sup>46</sup> Importa, aliás, referir que a implantação da monarquia constitucional em Portugal conduziu a um controlo mais apertado, por parte das entidades estatais, sobre a acção social da Igreja. De facto, desde finais do século XVIII, e de forma mais acentuada após a implantação do regime liberal, a administração das confrarias foi sujeita a uma maior intervenção do poder secular, o que se veio a reflectir nos tradicionais modelos de

---

<sup>44</sup> Aliás, esta tendência não se limitava a este domínio da assistência. Sobre este assunto leia-se Sá, Isabel dos Guimarães, "Assistência", in Azevedo, Carlos Moreira (Dir.), *Dicionário de História Religiosa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 148.

<sup>45</sup> *Código Administrativo Portuguez...*, pp. 62-63.

<sup>46</sup> As confrarias portuguesas conheceram um processo de declínio a partir da segunda metade do século XVIII, em resultado de um conjunto de circunstâncias que vão desde o decréscimo dos seus rendimentos, resultante de gestões danosas, à falta de pagamento de empréstimos de capital, até à legislação pombalina, passando pela obrigatoriedade do pagamento da décima sobre os rendimentos destas instituições. Confira-se para este assunto Penteado, Pedro, "Confrarias", in Azevedo, Carlos Moreira (Dir.), *Dicionário de História Religiosa...*, pp. 459-470.

actuação. Os seus estatutos e compromissos ficaram a depender do aval da autoridade estatal, que passou a fiscalizar a sua gestão e a definir os critérios de distribuição dos recursos sobrantes pelas diferentes modalidades de beneficência pública.

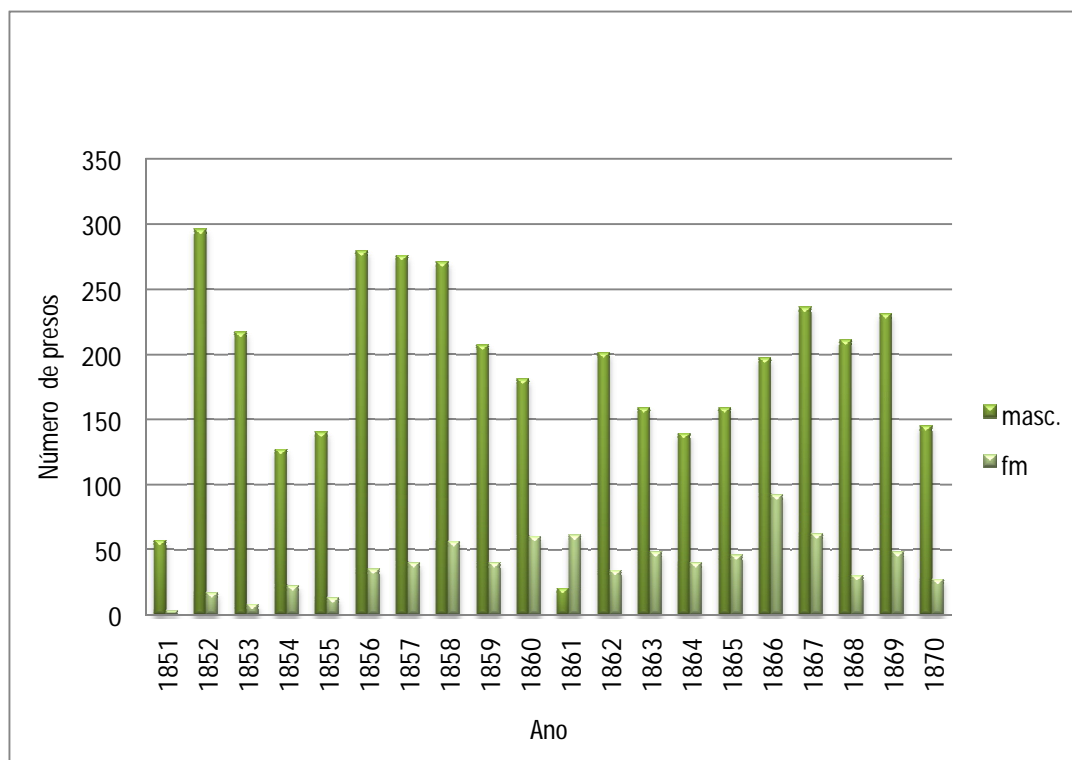
Até ao fim da década de cinquenta do século XIX, os problemas com o sustento dos presos pobres não foram resolvidos, uma vez que os subsídios estatais eram insuficientes. Nem a alimentação dos presos era garantida, cortando-se na sua ração diária para se conseguir matar a fome de tantas bocas famintas. Desesperados, os presos dirigiam pedidos de ajuda às autoridades, queixavam-se que o carcereiro não os deixava sair da cadeia para pedir esmola, não tendo como se sustentar, lavar as roupas ou cuidar da sua higiene.<sup>47</sup>

Mas quem eram estes homens e mulheres que obtinham ajuda do Estado, de confrarias e de particulares para custear a sua estadia no cárcere? Dispomos de informações bastante detalhadas sobre os detidos nos cárceres de Valença que pediam ajuda. Entre 1851 e 1870, a esmagadora maioria dos presos pobres de Valença que recebia esmola era do sexo masculino, como se pode verificar no gráfico 3, o que facilmente se explica pelo facto de a população prisional ser constituída maioritariamente por homens. Convém salientar que, relativamente ao ano de 1861, a situação é pouco clara, na medida em que dispomos de informação apenas para os meses de Janeiro, Fevereiro, Março, Abril e Agosto, o que pode distorcer a nossa análise.

---

<sup>47</sup> AMV, AMV, *Relação dos presos socorridos*, n.º 1.6.5.3-1, não paginado.

**Gráfico 3.** Sexo dos presos das cadeias de Valença que receberam esmola  
(1851-1870)



Fonte: AMV, *Relação dos presos socorridos*, n.º 1.6.5.3-1; 1.5.5.5-13.

O facto de a esmola não se estender a todos os meses do ano, como aconteceu em 1861, pode ser interpretado como um sinal de falta de verba, o que aconteceu, como já referimos, em várias ocasiões na cadeia civil de Valença.

No que diz respeito à condição socioprofissional dos esmolados, as informações são escassas, uma vez que nas listas elaboradas pela administração do concelho muito raramente era mencionada a sua ocupação. Apenas encontramos referência a um caseiro, a uma marchante e a seis mendigos. No entanto, entre 1851 e 1855, muitos presos beneficiários da ajuda estatal aparecem qualificados como “indigentes”, embora desconheçamos os motivos que os conduziram a esse estado. Outras informações são fornecidas, como as alcunhas, essenciais para a sua identificação, e o estado civil. Este pormenor era mencionado no caso das mulheres solteiras e viúvas, no sentido de reforçar a ideia de solidão, falta de amparo e, portanto, a necessidade premente de assistência.<sup>48</sup>

<sup>48</sup> Sobre as dificuldades sofridas pelas mulheres viúvas, sobretudo quando tinham filhos a seu cargo, veja-se Carasa Soto, Pedro, “Cambios en la tipología del pauperismo en la crisis el antiguo régimen”, in *Investigaciones históricas: Época moderna y contemporánea*, n.º 7, 1987, p. 146.

Mas nem todos aqueles que se diziam pobres beneficiavam de auxílio, pois tinham que cumprir determinados requisitos estabelecidos no *Regulamento das Cadeias de 1843*. Segundo o artigo 26.º, do Capítulo IX, do referido documento, nenhum preso podia ser abonado

“[...] de sopa da caridade, ou de alguma ração a título de serviço, nem classificado como pobre para os demais efeitos necessários, sem prévio despacho do Administrador do Bairro ou Concelho, proferido com inteiro conhecimento das circunstâncias especiais do preso, e averbado pelo Carcereiro ou Guarda Livros no assento da prisão, para em vista de tudo se formar a tabella de rações de que tracta o art. 7.º n.º 3.”<sup>49</sup>

Em Valença, para se certificar da autenticidade da pobreza dos suplicantes, o administrador do concelho colhia informações junto dos regedores e párocos da sua freguesia de residência ou naturalidade. Na eventualidade destes terem sido transferidos de outro estabelecimento prisional, procurava, com a ajuda do carcereiro, averiguar o seu grau de pobreza junto dos oficiais de outras localidades ou daqueles que os transportavam.

Dispersas pelos anos de 1862, 1863, 1864 e 1870, dispomos de 69 petições apresentadas pelos presos das cadeias civil e militares de Valença. Acreditamos que se trata apenas de uma pequena amostra da totalidade dos requerimentos, uma vez que, durante esses anos, centenas de presos foram sustentados nas cadeias desta vila. A maior parte dos pedidos eram escritos pelo ou a pedido do peticionário, a título individual, embora também tenham sido detectadas petições colectivas, onde uma parte substancial ou a totalidade dos requerentes se dirigia ao administrador do concelho para se queixar da falta de esmola, de água, ou para lançar acusações sobre o carcereiro.<sup>50</sup>

A grande maioria dos peticionários era do sexo masculino e natural dos concelhos de Monção, Valença e Vila Nova de Cerveira, representando 77% dos requerimentos apresentados, sendo as mulheres autoras das restantes 23%, como se pode observar no quadro 4.<sup>51</sup>

---

<sup>49</sup> *Collecção Official de Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva*, Legislação de 1842 em diante..., p. 12.

<sup>50</sup> Também Maria Antónia Lopes detectou a presença de petições colectivas apresentadas pelos presos da cadeia da Portagem. Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, Assistência e Controle Social em Coimbra (1750-1850)*, vol. I, Viseu, Palimage Editores, 2000, pp. 583-584.

<sup>51</sup> AMV, *Relação dos presos socorridos*, n.º 1.6.5.3-1, não paginado.

**Quadro 4.** Naturalidade/residência dos peticionários detidos nas cadeias de Valença (1862-1870)

Localidade/País	N.º de indivíduos
Arcos de Valdevez	2
Espanha (Galiza)	7
Melgaço	2
Monção	16
Paredes de Coura	4
Valença	19
Vila Nova de Cerveira	8
Total	58

Fonte: AMV, *Relação dos presos socorridos*, n.º 1.5.5.5-13.

A presença de naturais da Galiza entre os requerentes é explicável pela proximidade geográfica. Para esses, a cadeia de Valença era muitas vezes o seu último poiso antes de serem extraditados para o outro lado da fronteira.

Apenas muito circunstancialmente, os peticionários referiam a sua ocupação, que, em geral, estava associada ao trabalho no campo. Cruzando a informação sobre os requerimentos com as listas de presos que foram assistidos, verificamos que os pedidos de 96% dos suplicantes foram atendidos e apoiados no mês seguinte à entrega da petição. Deste modo, apenas 4% viram os seus requerimentos indeferidos, certamente porque a sua pobreza não tinha sido devidamente comprovada.





**Figura 1.** Edifício dos antigos Paços do Concelho e cadeia de Viana do Castelo

Para obterem esmola, os peticionários alegavam viver apenas do rendimento do seu trabalho, da força dos seus braços, pelo que, dada a sua condição de reclusos, estavam impedidos de garantir o seu sustento. De facto, a detenção de um único elemento do agregado familiar podia causar grandes danos na economia doméstica, uma vez que não contribuía e precisava de ser sustentado. Alguns presos conseguiam garantir a sua subsistência durante os primeiros tempos de detenção, mas, quando esta se prolongava, acabavam por cair na indigência e não lhes restava outra alternativa que não fosse suplicar apoio para escapar aos tormentos da fome e do frio. Para tornarem o quadro mais negro, invocavam a solidão e a falta de amparo, provocadas pela orfandade ou pela ausência da família, que não podia ou não queria prestar-lhes apoio.<sup>52</sup> Outros alegavam o elevado número de filhos que tinham para sustentar. Convém recordar que muitas crianças, algumas com menos de oito anos de idade, estavam encarceradas com os seus progenitores, designadamente nas cadeias de Valença. A situação tornava-se particularmente complicada para as mães solteiras.<sup>53</sup>

Uma outra razão evocada pelos presos para serem esmolados prendia-se com a distância a que se encontravam dos seus entes mais próximos, familiares e amigos, o que dificultava seriamente a prestação de ajuda. O afastamento podia ser longo, se tivermos em conta a escassez e o mau estado as vias de comunicação existentes na altura. Acresce o facto de as cadeias de Valença serem as que, Alto Minho, mais presos recebiam de fora do concelho, o que desagradava à administração do concelho, pois tinha que custear o seu sustento. Abandonados pelas autoridades dos municípios da sua naturalidade, decerto que não usufruíam do melhor dos tratamentos, por serem tidos como os responsáveis pela diminuição do apoio aos demais reclusos.

A situação seria particularmente dolorosa para os galegos, que, afastados das suas terras de origem, também solicitavam que lhes fosse concedida assistência durante o período

---

<sup>52</sup> Sobre o papel da família na assistência leia-se Carasa Soto, Pedro, "Beneficencia y «cuestión social»: una contaminación arcaizante", in *Historia Contemporánea*, n.º 29, 2004, pp. 652-655. A solidão foi o motivo apresentado por Francisco Ruas para receber esmola. Estava preso na cadeia de Valença, pelo menos desde 1863, era solteiro e não tinha pai nem mãe. AMV, *Relação dos presos socorridos*, n.º 1.6.5.3-1, não paginado.

<sup>53</sup> Veja-se o caso paradigmático de Maria Joaquina da Rocha, presa na cadeia civil de Valença, pelo menos desde 1859, com a sua filha de apenas cinco anos de idade. Em 1863, continuava a pedir para ser ajudada. O carcereiro daquele estabelecimento não só reconhecia o desamparo da suplicante, como refere que a filha desempenhava a função de mensageira, levando para o exterior os recados dos presos. AMV, *Relação dos presos socorridos*, n.º 1.6.5.3-1, não paginado.

em que estavam encarcerados em Portugal.<sup>54</sup> Estes casos constituíam prova de que esta protecção não se restringia a nacionais, mas também estava acessível a todos os que fossem pobres e estivessem encerrados nas cadeias portuguesas, abrangendo os mesmos cuidados, nomeadamente a nível de saúde.<sup>55</sup>

A cadeia reflectia a miséria que grassava na sociedade. Para enfatizar a sua pobreza, os detidos usavam diversas expressões: “sendo muito pobre que não tem senão o dia e noite”, “he muito pobre”, “absolutamente pobre”, “pobre e necessitada”, sugerindo uma gradação do estado a pobreza. Para além da referência à indigência, fazia-se alusão à falta de alimento, uma vez que esta era tida como a necessidade mais básica, a primeira a satisfazer, usando expressões como “tem passado rios de fome”, “está a morrer de fome”, “achando-se muito pobre e morto de fome”, entre outras.<sup>56</sup>

A cadeia não era apenas morada de gente pobre, mas funcionava também como um mecanismo gerador de miséria, num tempo em que a justiça era cara e morosa, provocando longas estadias na prisão e o dispendio das poucas economias daqueles que por ela aguardavam.<sup>57</sup> Por isso, não é de surpreender que, para obterem auxílio, alguns evocassem a falta de recursos por terem gasto todo o seu pecúlio nas barras da justiça.<sup>58</sup> Curiosamente, não deixa de causar alguma estranheza que, ao contrário do que acontecia noutros casos já

---

<sup>54</sup> Em Dezembro de 1864, estavam presos em Valença dois espanhóis, naturais da comarca de Ponferrada, transferidos da cadeia da Relação do Porto, tendo permanecido alguns dias na praça de Valença até serem extraditados para Espanha. AMV, *Relação dos presos socorridos*, n.º 1.6.5.3-1, não paginado. Entre 1855 e 1870, sete galegos receberam esmola.

<sup>55</sup> Em 1842, estava detido na cadeia de Vila Nova de Cerveira um espanhol gravemente doente com uma moléstia pulmonar, cujo tratamento foi custeado pela comissão daquela localidade. AMVNC, *Escrituração pertencente à comissão das cadeias do concelho, suas sessões e deliberações*, 1840-1857, documento avulso.

<sup>56</sup> AMV, *Relação dos presos socorridos*, n.º 1.6.5.3-1, não paginado.

<sup>57</sup> As acusações de uma justiça morosa e dispendiosa arrastam-se desde a idade moderna. Veja-se Araújo, Maria Marta Lobo de, “Na barra dos tribunais: os presos e a Misericórdia de Portel (séculos XVI-XVII)”, in *Congresso Internacional de História. Territórios, Culturas e Poderes. Actas*, vol. I, Núcleo de Estudos Históricos, Universidade do Minho, Braga, 2006, p. 314.

<sup>58</sup> Em Março de 1863, José Cunha dirigiu uma petição ao administrador do concelho de Valença pedindo esmola, uma vez que, estando preso há mais de um mês, tinha gasto tudo o que possuía com a justiça. AMV, *Relação dos presos socorridos*, n.º 1.6.5.3-1, não paginado.

estudados, os presos indigentes detidos em Valença não alegassem a idade avançada ou a doença para receber esmola.<sup>59</sup>

Nas suas petições, os presos nem sempre explicitavam o motivo do seu encarceramento. Mas alguns faziam-no, talvez com o intuito de alertarem para a desproporcionalidade entre o pesado fardo que carregavam e a pouca relevância da transgressão que tinham praticado. Foi o que fez Margarida Josefa Pereira, que, em 1853, apelou ao administrador do concelho de Valença, fazendo referência à sua recente maternidade e à reduzida gravidade do crime de que estava acusada:

“Diz Margarida Josefa Pereira solteira da freguesia de São Julião da vila deste concelho, que ella supplicante foi presa e conduzida a cadeia desta villa onde se acha com hum menino de cinco mezes na maior miseria desta vida sem ter meios alguns nem casa nem pousada, nem quem a favoreça na cadeia e asim nestas circunstancias em que se acha recorre a vondade de Vossa Senhoria de lhe mandar avonar a santa esmola que os mays presos recebem que estão em tais circunstancias. Pois a supplicante está pronunciada no cartório de Penas por via de humas espigas de caniço que seos inimigos acalparao [sic], e tem de se livrar em audiencia geral.”<sup>60</sup>

Apenas dispomos de mais três petições em que os presos apresentam o motivo da sua detenção: um por crime de espancamento, outro por contrabando e uma mulher por causa do pagamento de uma multa.<sup>61</sup>

Nas suas petições, os presos pediam essencialmente o necessário para colmatar as suas necessidades elementares, ou seja, alimento e roupa de cama. Por exemplo, em Julho de 1864, Bernardo Teixeira, detido na praça de Valença, na chamada cadeia “das Portas do Meio”, pediu uma enxerga, por estar a dormir directamente na tarimba e para ser transferido para o presidio da praça “por motivo de se ganhar mais 20 réis e juntamente andar mais na minha liberdade.”<sup>62</sup>

---

<sup>59</sup> No distrito de Viseu, entre os séculos XVIII e XIX, Anabela Ramos encontrou presos a pedir esmola, não só por causa da miséria, da fome e do frio, mas também devido a doença e para conseguirem obter a sua libertação. Leia-se Ramos, Anabela, “O Purgatório dos Vivos: Um espreitar pelas cadeias do distrito de Viseu no século XVIII e 1.ª metade do século XIX”, in *Congresso Internacional de História. Territórios, Culturas e Poderes. Actas*, vol. I, Braga, Núcleo de Estudos Históricos, Universidade do Minho, 2006, p. 411.

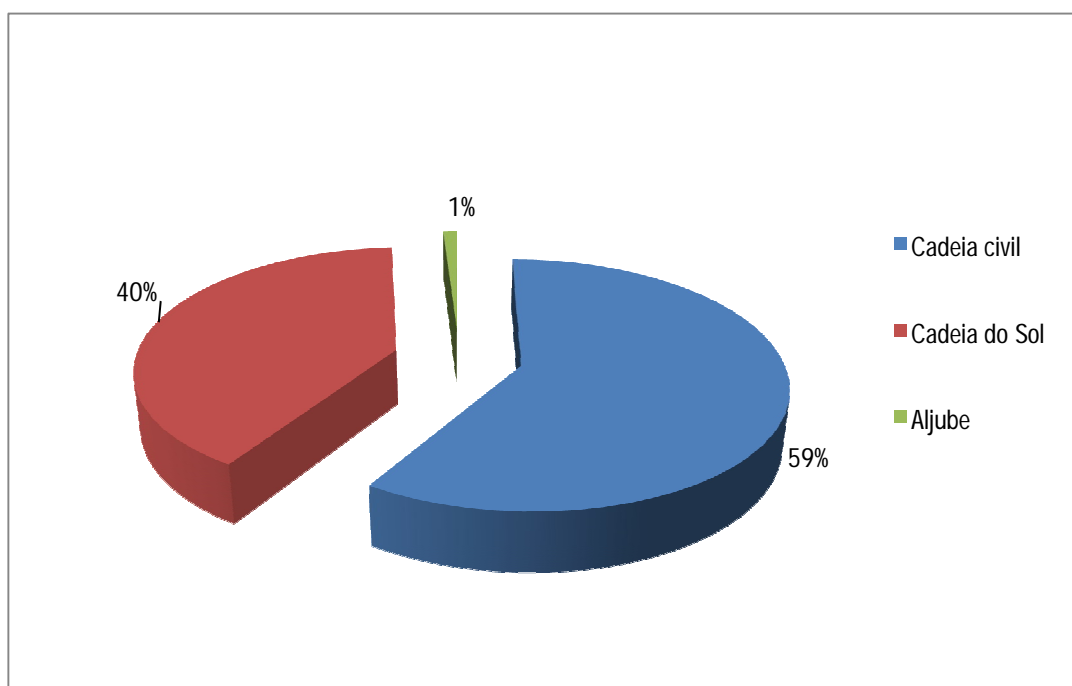
<sup>60</sup> AMV, *Relação dos presos socorridos*, n.º1.5.5.5-13, não paginado.

<sup>61</sup> AMV, *Relação dos presos socorridos*, n.º1.5.5.5-13, não paginado.

<sup>62</sup> AMV, *Relação dos presos socorridos*, n.º 1.6.5.3-1, não paginado.

Em Valença, os presos civis que se encontravam nas cadeias militares eram igualmente assistidos com a esmola diária concedida pelo Estado. No entanto, quando esta escasseava ou não existia, eram socorridos pelas entidades militares responsáveis pela gestão dos espaços carcerários. Aliás, conforme se pode verificar no gráfico 4, uma elevada percentagem dos presos esmolados entre 1855 e 1870 estava encerrada no presídio militar, denominado nas fontes de “Cadeia do Sol”, que acolhia alguns dos condenados mais perigosos do Alto Minho.

**Gráfico 4.** Distribuição dos presos assistidos pelas cadeias de Valença (1855- 1870)



Fonte: AMV, *Relação dos presos socorridos*, n.º 1.6.5.3-1.

A percentagem de 1% representada no gráfico 4 refere-se a seis mulheres, que, no período compreendido entre Agosto e Outubro de 1867, estiveram detidas no Aljube. Não temos conhecimento da razão que levou as autoridades a providenciar a sua transferência temporária, mas o certo é que se tratava de mulheres pobres que, ao tempo, estavam detidas em Valença e a receber esmola.

Tanto recebiam ajuda os presos sentenciados como os não sentenciados. Como já foi salientado, a justiça do tempo era morosa e se alguns ficavam detidos apenas dias ou meses,

outros viam o seu período de encarceramento prolongar-se por anos, não a cumprir sentença, mas a aguardar a decisão da justiça.<sup>63</sup>

Ao longo do ano, os presos apresentavam mais do que uma petição, o que acontecia quando o primeiro pedido não era satisfeito, ou quando tinham a necessidade de o renovar. Foi o caso de Francisco Ruas, que requereu a concessão de esmola em Outubro de 1863, mas que não foi concedida, uma vez que seu nome não consta das listas dos socorridos nesse ano. Em Julho do ano seguinte, fez nova tentativa, desta vez atendida, tendo passado a receber esmola logo no mês seguinte.<sup>64</sup> Em muitos casos, as petições sucediam-se conforme os anos que durava a detenção dos requerentes.

A informação disponível nas fontes acerca da condição dos detidos nas cadeias de Valença não vai além do ano de 1862. No entanto, alguns dos que, nesse ano, tinham o estatuto de “não sentenciados”, continuavam detidos no ano seguinte, embora desconheçamos em que circunstância.<sup>65</sup>

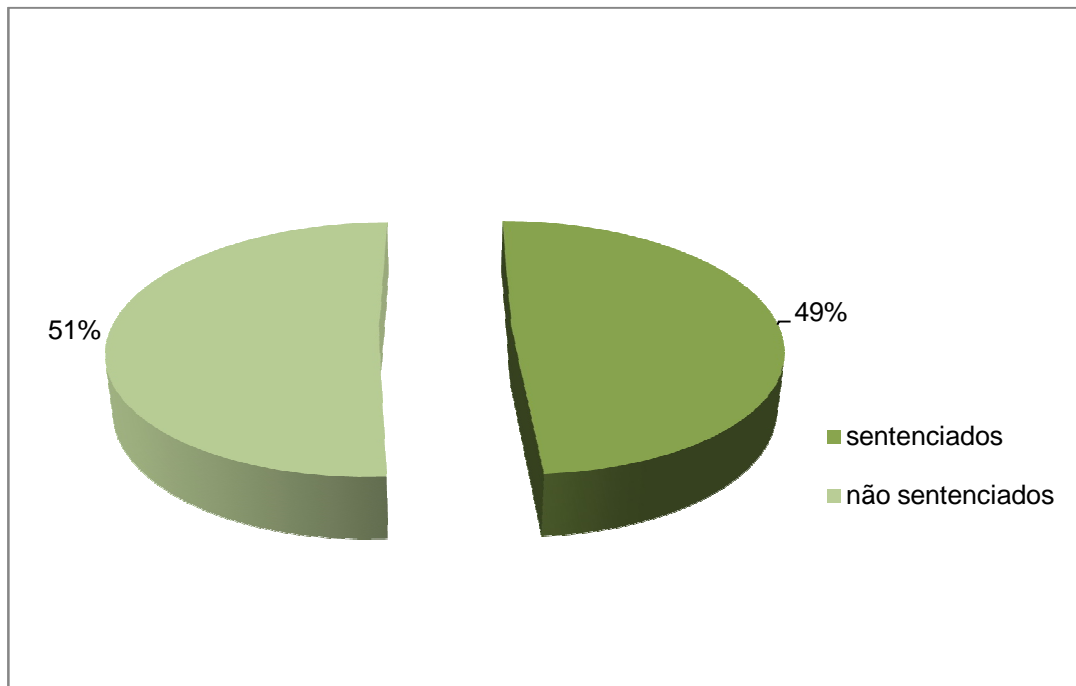
---

<sup>63</sup> É bastante elucidativo o caso de Luís António Gonçalves, preso em Valença, a ser esmolado desde Abril de 1852, como preso não sentenciado, situação em que ainda se encontra em Outubro de 1855, ou seja, esteve quase três anos sem ver definida a sua situação. AMV, *Relação dos presos socorridos*, n.º 1.5.5.5-13, não paginado.

<sup>64</sup> AMV, *Relação dos presos socorridos*, n.º 1.5.5.5-13, não paginado.

<sup>65</sup> Foi o caso de Fortunato José Gonçalves, que entrou na cadeia civil de Valença em Março de 1861, como não sentenciado, mantendo essa condição até Maio de 1862, tendo permanecido nesse estabelecimento, ou pelo menos, foi esmolado até Janeiro de 1863. AMV, *Relação dos presos socorridos*, n.º 1.6.5.3-1, não paginado.

**Gráfico 5.** Situação dos presos das cadeias de Valença que receberam esmola  
(1851-1862)



Fonte: AMV, *Relação dos presos socorridos*, n.º 1.6.5.3-1, não paginado.

Como se pode constatar no gráfico 5, era muito ténue a diferença entre a percentagem dos presos sentenciados e não sentenciados que eram assistidos. Em muitos casos, os beneficiários, embora tivessem começado a receber ajuda na condição de não sentenciados, continuavam a usufruir desse apoio depois de condenados. Como já foi realçado, a apoio não era concedido em dinheiro, mas sob a forma de alimento e, sempre que possível, em roupa. O seu valor variava consoante os anos e o número de presos, oscilando, no caso de Valença, entre 1855 e 1870, entre um mínimo de 20 e o máximo de 80 réis. Na grande maioria dos casos, a esmola alternava entre os 40 e os 60 réis, montante suficiente para fornecer aos presos uma ou duas refeições diárias. Os que estivessem detidos com filhos menores auferiam de um acréscimo adicional fixo, na ordem dos 20 réis. Durante o período indicado, 35 receberam por diferentes lapsos de tempo.<sup>66</sup>

Importa ainda considerar aqueles presos que, aguardando no cárcere a partida para o degredo, também podiam beneficiar de assistência. O mesmo acontecia com os condenados a trabalhos públicos, que se concentravam no presídio de Valença, e que até precisavam de ser bem nutridos para conseguirem aguentar as adversidades que tinham de enfrentar. Era o caso

<sup>66</sup> AMV, *Relação dos presos socorridos*, n.º 1.6.5.3-1, não paginado.

de António José Ferreira, condenado a trabalhos públicos no presídio militar de Valença, que foi esmolado várias vezes, desde 1862 até 1870, ainda antes de ser julgado.<sup>67</sup> É de referir que a reincidência na actividade criminosa não impedia a concessão de esmola. Nas listas dos presos assistidos é possível detectar vários casos de recaída no mundo no crime, mas nem por isso os implicados deixaram de ser assistidos nas várias passagens pelo cárcere.

Analisado o contributo estatal no domínio da assistência, abordaremos a colaboração de algumas Misericórdias do Alto Minho oitocentista nesta área, completando-se, assim, juntamente com o socorro prestado pelos particulares e pelas confrarias, o círculo daqueles que, por imposição ou sentido de dever filantrópico, concorriam para o sustento dos encarcerados.

## **2. A acção das Misericórdias nas prisões**

Visitar os presos constituía uma das obras de misericórdia e uma das práticas mais antigas. Esta foi uma responsabilidade que os monarcas atribuíram às Misericórdias e que estas executaram de acordo com a sua disponibilidade financeira.<sup>68</sup> As Misericórdias usufruíam ainda da prerrogativa de entrar nas cadeias e limpá-las.<sup>69</sup> Estas instituições não só cuidavam do vestir e do alimento dos presos pobres, mas também os amparavam na doença, davam andamento aos seus *livramentos* e apoiavam-nos no cumprimento de algumas penas, como o degredo ou a pena capital. Este apoio estendia-se à hora da morte, sempre que os presos com a marca da indigência pereciam no cárcere, cuidando do enterro do corpo e da salvação da alma através da

---

<sup>67</sup> AMV, *Relação dos presos socorridos*, n.º 1.6.5.3-1, não paginado.

<sup>68</sup> Sobre os privilégios concedidos pelos monarcas às Misericórdias no domínio da assistência aos presos leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, "A aguardar justiça: os presos pobres em Portugal durante a Época Moderna", in Ribeiro, Gladys Sabina; Neves, Edson Alvisi; Ferreira, Maria de Fátima Cunha Moura (org.), *Diálogos entre Direito e História: cidadania e justiça*, Rio de Janeiro, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2009, pp. 110-111. Veja-se igualmente Sá, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português 1500-1800*, Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 1997, pp. 64-65. Da mesma autora, "As Misericórdias nas sociedades portuguesas do período moderno", in *Cadernos do Noroeste*, n.º 15 (1-2), 2001, pp. 339-340.

<sup>69</sup> Leia-se Sá, Isabel dos Guimarães, "Justiça e Misericórdia(s): devoção, caridade e construção do estado ao tempo de D. Manuel I", in *Penélope*, n.º 29, 2003, p. 12.



celebração de missas.<sup>70</sup> O acompanhamento espiritual era, aliás, um preceito concretizado através dos ofícios religiosos, que tinham lugar nas proximidades das cadeias, sob o patrocínio das Misericórdias, ou através da participação dos presos nas cerimónias religiosas da Semana Santa. Para satisfazer estes deveres, as Misericórdias montavam estruturas, mais ou menos aparatosas, de acordo com a sua capacidade económica e com o número de presos que tinham de socorrer.

A instauração da monarquia constitucional acarretou mudanças significativas nas áreas de intervenção das Misericórdias, que se traduziram, designadamente, na supressão de alguns serviços que prestavam, além de ficarem sujeitas à fiscalização e à acção inspectiva a cargo dos órgãos administrativos criados pela nova ordem política.<sup>71</sup> Estas alterações acabaram por se reflectir no serviço assistencial que prestavam.

Apesar da maior preocupação com o sustento dos presos carenciados, constatamos, através dos diferentes documentos legais promulgados ao longo da primeira metade do século XIX, sobretudo entre a década de trinta e cinquenta, que o Estado só admitia e avaliava a sua intervenção em função da acção que as Misericórdias, confrarias, hospitais e outras instituições desempenhavam, a nível local, no auxílio ao sustento dos presos indigentes.<sup>72</sup>

Mais do que interferir directamente no sustento dos presos pobres, o Estado liberal começou por orientar e fiscalizar a acção das instituições de assistência neste domínio, nomeadamente no que respeita à aplicação das suas verbas. A intervenção do governo era efectuada através do governo civil e das administrações dos concelhos, fazendo uso das competências consignadas em diversos normativos legais, nomeadamente na portaria de dois de

---

<sup>70</sup> Acerca dos serviços prestados pelas Misericórdias aos presos, leia-se Escocard, Marta Tavares, "As Misericórdias e a assistência aos presos", in *Cadernos do Noroeste*, vol. 11 (2), 1998, pp. 70-71.

<sup>71</sup> Foi o caso dos expostos que passaram para as mãos das autoridades municipais. Leia-se Sá, Isabel dos Guimarães; Lopes, Maria Antónia, *História Breve das Misericórdias Portuguesas. 1498-2000*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 86-87. Sobre o auxílio prestado pelas Misericórdias aos presos, entre os finais do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX, consulte-se Paiva, José Pedro; Lopes, Maria Antónia (Coord.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Sob o signo da mudança: de D. José a 1834*, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2008, pp. 32-33.

<sup>72</sup> Referimo-nos à circular de 27 de Setembro de 1836, à portaria de 30 de Junho de 1838 e à portaria de 22 de Julho de 1850, diversas vezes citadas na nossa análise. Acerca do papel desempenhado pelo Estado, ao longo do século XIX, no domínio da assistência aos presos pobres leia-se Lopes, Maria Antónia, "Os pobres e a assistência", in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 509-512.

Setembro de 1835<sup>73</sup> e no primeiro Código Administrativo português de 1836. Este documento concedia ao governador civil autoridade para fiscalizar as despesas das irmandades, dissolver, se necessário, as Mesas nomeadas por compromisso e canalizar as suas verbas para os estabelecimentos mais carenciados.<sup>74</sup> Estas linhas de actuação foram, mais tarde, reafirmadas no Código Administrativo de 1842.<sup>75</sup> Também o administrador do concelho passou a interferir nas contas, no funcionamento e na actuação de confrarias e irmandades.<sup>76</sup> Durante o século XIX, as Misericórdias de Ponte de Lima e Viana do Castelo mostraram uma atitude proactiva neste domínio, embora seja evidente uma diminuição do auxílio a partir da década de sessenta.<sup>77</sup> Devido ao elevado número de Misericórdias no distrito em estudo, foram seleccionadas as de Viana do Castelo, Ponte de Lima e Caminha para uma análise mais aprofundada sobre a beneficência aos detidos pobres.

O donativo que a Misericórdia de Ponte de Lima concedia aos presidiários, entre 1806 e 1839, era distribuído ao domingo, com uma periodicidade semanal.<sup>78</sup> A partir de Março de 1840, a despesa mensal com a esmola destinada aos presos foi substituída pelo fornecimento do

---

<sup>73</sup> *Collecção de Leis e outros documentos oficiais publicados desde 15 de Agosto de 1834 até 31 de Dezembro de 1835*, Quarta Série..., 1837, p. 301.

<sup>74</sup> Confira-se o disposto nos §. 2., §.3. e §. 5. do artigo 108 do Código Administrativo de 1836. *Código Administrativo Portuguez*, 4.ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional, 1838, pp. 62-63.

<sup>75</sup> Veja-se o artigo 226 do Código Administrativo de 1842. *Código Administrativo Portuguez de 18 de Março de 1842...*, pp. 72-73.

<sup>76</sup> Pelo disposto no artigo 248.º do Código Administrativo de 1842, o administrador do concelho era responsável pela inspecção e vigilância dos estabelecimentos de beneficência. *Código Administrativo...*, pp. 101-102.

<sup>77</sup> Referimo-nos, no caso de Ponte de Lima, aos trabalhos desenvolvidos por Maria Marta Lobo de Araújo, designadamente, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*, Barcelos, Misericórdias de Vila Viçosa e de Ponte de Lima, 2000, pp. 249-268; 669-680 e "Pobres nas malhas da lei: a assistência aos presos nas Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima", in *Cadernos do Noroeste...*, pp. 83-114. No caso de Viana do Castelo, há que destacar o trabalho de Ribeiro, António Magalhães da Silva, *Práticas de caridade na Misericórdia de Viana da Foz do Lima (séculos XVI-XVIII)*, 2.º vol., Braga, Universidade do Minho, 2009, pp. 605-606. Tese de doutoramento policopiada.

<sup>78</sup> Até ao século XVIII, a esmola era distribuída duas vezes por semana, à quarta-feira e ao domingo. Confira-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*..., p. 676. Também no século XVIII, os presos da cadeia de Ponte da Barca eram visitados duas vezes por semana pelos mordomos da Misericórdia. Veja-se Pereira, Maria das Dores de Sousa, *Entre Ricos e Pobres: A actuação da Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca (1630-1800)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca, 2008, p. 249.

caldo, que implicava um dispêndio mensal que ascendia aos 4.000 réis. Podia tratar-se da continuação do mesmo serviço, porque desconhecemos se o apoio atribuído pela Santa Casa, entre 1806 e 1839, consistia em alimentos ou dinheiro. A Misericórdia nem sempre confeccionava o caldo, mas custeava a sua preparação, que estava a cargo do carcereiro. Em Ponte de Lima, era o administrador do concelho que organizava o sustento alimentar dos pobres, por isso os montantes disponibilizados pela Misericórdia seriam, decerto, entregues a esta autoridade e utilizadas para pagar ao carcereiro e aos padeiros.<sup>79</sup>

O peso da esmola concedida pela Misericórdia de Ponte de Lima era inegável para o sustento dos presos carenciados. Após a publicação da portaria de dois de Dezembro de 1839, que instituiu as comissões para o melhoramento das cadeias, o sustento dos detidos foi beneficiado. Em Março de 1840, na sequência da solicitação apresentada pelo administrador do concelho e pelo presidente da câmara, a Misericórdia aceitou contribuir para sustento dos presos através de um donativo mensal, estabelecido de acordo com as suas rendas e despesas.<sup>80</sup> Assim, a prática da esmola semanal foi substituída pela concessão desta verba que, presumimos, seria entregue ao administrador do concelho. Em 1845, esta autoridade referia que a Misericórdia era a única instituição da vila que colaborava na assistência aos presos pobres.<sup>81</sup> O auxílio prestado era direccionado para a aquisição de alimentos e para a iluminação da cadeia, não prevendo, portanto, a distribuição de dinheiro.<sup>82</sup>

Como se pode verificar no gráfico 6, é precisamente após 1840 que a despesa com estes presos ultrapassa a fasquia dos 30.000 réis. Até então o valor da esmola semanal estava sujeito a variações, oscilando entre um mínimo de 20 e o máximo de 700 réis por semana, conforme o número de presos que necessitavam de auxílio e a situação financeira da instituição.

---

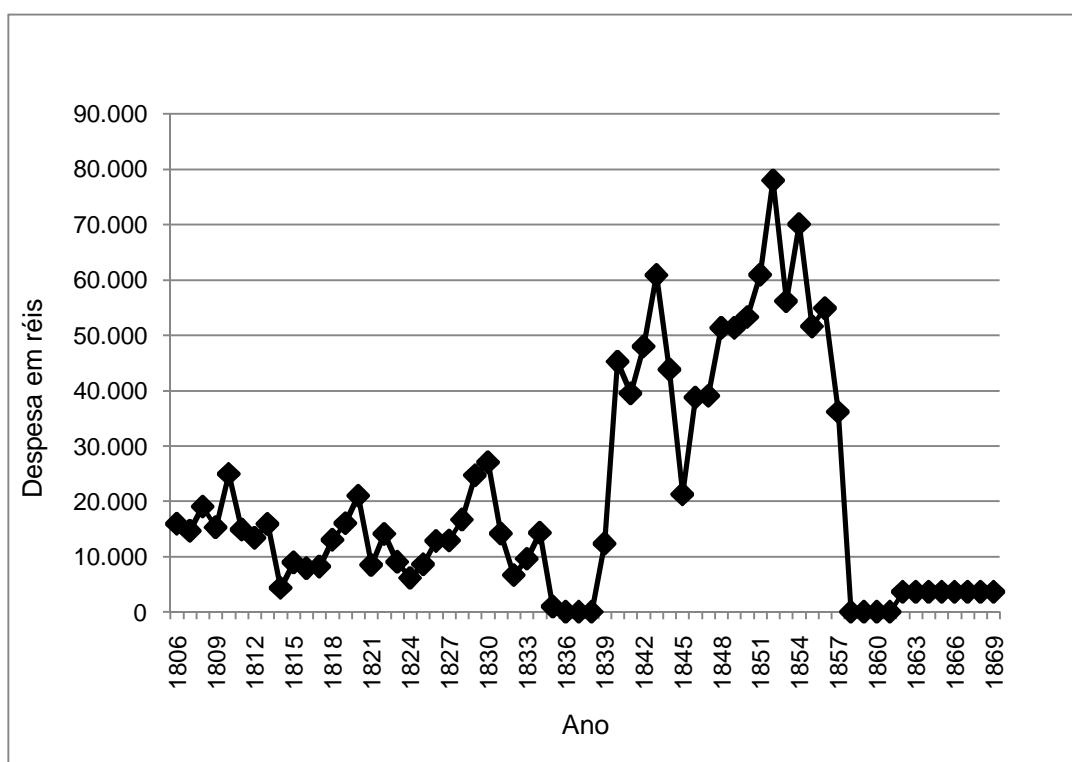
<sup>79</sup> Porém, em 1848, na visita que efectuou à cadeia de Ponte de Lima, o delegado do procurador régio apurou que os presos apenas recebiam uma tigela de caldo diariamente, e que era financiada pela esmola concedida pela Misericórdia da vila. Em Junho do mesmo ano, em nova visita efectuada à mesma cadeia, o magistrado constatou que o sustento alimentar ministrado aos presos era suportado pela Misericórdia e pelo Estado. AMPL, *Livro para os autos das visitas às cadeias de Ponte de Lima desta comarca*, n.º 545, fls. 36v.º, 38.

<sup>80</sup> AHSCMPL, *Livro dos assentos da Mesa*, n.º 9, fl. 74v.º

<sup>81</sup> AMPL, Administração do Concelho - *Copiador Geral dos ofícios dirigidos por esta administração a diversas autoridades*, n.º 2.2.1.31, não paginado.

<sup>82</sup> AMPL, Administração do Concelho - *Copiador Geral dos ofícios dirigidos por esta administração a diversas autoridades*, n.º 2.2.1.31, não paginado.

**Gráfico 6.** Despesa da Misericórdia de Ponte de Lima com os presos (1806-1869)



Fonte: AHSCMPL, *Livro das Despesas*, n.º 580; n.º 581; n.º 582; n.º 583; n.º 585; n.º 586; n.º 588.

Esta tendência ascensional das despesas com os presos pobres manteve-se ao longo da década de quarenta do século XIX, com excepção do ano de 1846, que foi marcado por convulsões políticas que tiveram lugar no Minho e que afectaram as várias instituições, incluindo as de assistência. Nessa altura, a Misericórdia chegou mesmo a falhar na sua obrigação, sendo repreendida pelo administrador do concelho.<sup>83</sup> Mas não foi apenas nesse ano que a sua actuação sofreu sobressaltos. Durante o período compreendido entre 1835 e Julho de 1839, deixamos de ter informação sobre o auxílio prestado aos presos pobres. Entre 1833 e 1835, a ajuda desta instituição limitou-se ao socorro prestado a alguns detidos para o seu *livramento* e à esmola concedida na Quinta-Feira Santa de 1835. Nos primeiros anos da década de cinquenta, a Misericórdia continuou a investir neste sector da assistência, não despendendo, até 1856, menos de 50.000 réis anuais.

A partir de 1858, não foi encontrada informação relativa ao valor da contribuição da Misericórdia de Ponte de Lima para o apoio aos presos pobres, nem sobre a sua manutenção.

<sup>83</sup> AMPL, Administração do Concelho, *Copiador Geral dos officios dirigidos por esta administração a diversas autoridades*, n.º 2.2.1.31, não paginado.

Presumimos que esse apoio terá sido interrompido, uma vez que, em Setembro de 1858, o administrador do concelho comunicou ao governador civil que, nos meses de Julho e Agosto desse ano, a Misericórdia não disponibilizou os habituais 400 réis, sem, no entanto, avançar com o motivo dessa suspensão.<sup>84</sup> A partir de 1862, surgiram, de novo, referências à intervenção desta instituição, a propósito do pagamento da pessoa que levava água aos presos. Aliás, este serviço foi financiado, ininterruptamente, desde o início da nossa análise, ou seja, desde 1806.

A Misericórdia de Ponte de Lima, além da esmola semanal e do montante de 4.000 réis mensais para o caldo dos reclusos, da remuneração da pessoa que transportava água para a cadeia e do contributo para ajudar a custear as despesas com o *livramento* dos detidos, também os assistia na doença, pagando a botica e cuidando para que recebessem tratamento médico.<sup>85</sup> Os doentes mentais encerrados nos cárceres também não eram esquecidos.<sup>86</sup>

Os gastos com a justiça eram avultados, sendo inoportáveis para indivíduos de poucos recursos, daí que o auxílio neste domínio se revelasse fundamental, embora acarretasse uma subida apreciável das despesas. Entre 1806 e 1868, a Misericórdia de Ponte de Lima prestou apoio judicial a vários presos, procurando garantir a sua soltura. O mesmo aconteceu em Viana do Castelo e Caminha. Como os beneficiários eram essencialmente pobres, esta ajuda podia incluir o pagamento das carceragens e de todas as custas dos processos, das despesas com os escrivães, advogados, médicos ou testemunhas e com cartas de guia e alvarás de soltura, bem como outras diligências que podiam ser necessárias.<sup>87</sup>

A instituição encarregava-se ainda de prestar outros apoios aos detidos, tendo em vista proporcionar-lhes algum conforto e ajudá-los a enfrentar um quotidiano feito de miséria. Comprava cestas e cordas para, através das janelas, poderem obter a esmola que mendigavam, adquiria louça para comerem, cântaros para guardar a água, candeias para iluminar a cadeia e

---

<sup>84</sup> AMPL, Administração do Concelho. *Livro de registo da correspondência expedida para o Governo Civil*, n.º 2.2.1.15, não paginado.

<sup>85</sup> Em 1857, a Câmara Municipal de Ponte de Lima solicitou à Misericórdia que custeasse o sustento e o tratamento de uma presa doente que se encontrava na cadeia da vila, tendo esse pedido sido atendido. AHSCMPL, *Copiador da Correspondência*, n.º 28, fl. 11v.º.

<sup>86</sup> Em Janeiro de 1842, esta instituição concedeu uma esmola a um doente mental, conhecido como o “Entrudo”, no valor de 160 réis. AHSCMPL, *Livro de Receita e Despesa 1839-1842*, n.º 585, fl. 58v.º.

<sup>87</sup> Veja-se um caso respeitante à Misericórdia de Viana do Castelo, que teve que despendar várias quantias em dinheiro com o processo de uma presa, referentes à instrução do processo. ADV, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Livro de Receita e Despesa*, n.º 3.24.2.2, fl. 89.

consertava os “canecos” por onde os presos bebiam.<sup>88</sup> Parecem pequenas coisas, mas que faziam, decerto, grande diferença para quem nada tinha e onde tudo faltava. A assistência concedida pela Misericórdia aumentava em determinadas alturas do ano, nomeadamente na Semana Santa e por ocasião da festa em honra da sua padroeira, Santa Isabel.<sup>89</sup>

Ao longo do período moderno, foi a Misericórdia quem vestiu os presos pobres da cadeia de Ponte de Lima, os quais, aquando da sua libertação, eram obrigados a devolver as mantas emprestadas por aquela instituição.<sup>90</sup> No século XIX, continuou a conceder este apoio.

O cumprimento da pena de degredo exigia a reunião de várias condições, nomeadamente embarcações preparadas para transportar os condenados, que ficavam a aguardar nas cadeias, por vezes durante largos períodos, a sua partida para o destino. Por isso, também beneficiavam de assistência.<sup>91</sup>

---

<sup>88</sup> Também a Misericórdia de Braga investia na compra de equipamento para os presos. Confira-se Castro, Maria de Fátima, “Presos, enjeitados e meninos desamparados no programa assistencial da Misericórdia de Braga”, in *Noroeste. Revista de História. Congresso Internacional de História. Actas*, vol. I..., p. 377.

<sup>89</sup> Sobre os jantares fornecidos aos presos pela Misericórdia de Ponte de Lima no período moderno leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, “Festas e rituais de caridade nas Misericórdias”, in *Piedade Popular: Sociabilidades, representações e espiritualidades: actas do Colóquio Internacional*, Lisboa, Centro de História da Cultura, 1999, pp. 501-516. Refere também Marta Lobo que a Misericórdia de Valença, no século XVIII, enviava esmolas para os presos detidos no aljube da praça militar. Da mesma autora veja-se “As Misericórdias portuguesas enquanto palcos de sociabilidades no século XVIII”, in *História: Questões e Debates*, 2009, p. 159. Também em Coimbra, o auxílio da Misericórdia aos presos aumentava por altura das três festas que todos os anos eram celebradas pela confraria daquela cidade. Confirme-se Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, Assistência e Controle Social em Coimbra (1750-1850)*..., p. 574. No século XVIII, na Misericórdia de Setúbal, estudada por Laurinda Abreu, no final da Semana Santa era concedido um jantar aos presos que se caracteriza pela abundância. Confirme-se Abreu, Laurinda, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: Aspectos de sociabilidade e poder*, Setúbal, Santa Casa da Misericórdia, 1990, pp. 101-102. Também a Misericórdia de Guimarães fornecia um jantar aos presos das duas cadeias desta localidade, na Quinta-feira de Trevas. Leia-se Costa, Américo Fernando da Silva, *A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães: caridade e assistência no meio vimaranense dos séculos XVII e XVIII*, Guimarães, Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, 1999, pp. 183-184.

<sup>90</sup> Sobre as doações de roupa da Misericórdia de Ponte de Lima, nos séculos XVIII e XIX, leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *Rituais de Caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (Séculos XVII-XIX)*, Ponte de Lima, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2003, pp. 287-302.

<sup>91</sup> Sobre a demora que podia existir na aplicação da pena de degredo confira-se Coates, Timothy J., *Degredados e Órfãos: colonização dirigida pela coroa no império português, 1550-1755*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, pp. 72, 79. Segundo Maria José Moutinho dos Santos, as

O artigo 42.º, do capítulo XIV, do *Regulamento das Cadeias de 1843* estabelecia que os presos sentenciados ao degredo, logo que a decisão tivesse transitado em julgado, deviam ser enviados para o presídio da Cova da Moura, de modo a acelerar o cumprimento da pena.<sup>92</sup> Após a sua extinção, a prisão de espera dos degredados, na capital, seria o Limoeiro, mas antes aguardavam a sua transferência para a capital noutros estabelecimentos prisionais. Em Julho de 1850, havia seis condenados a degredo perpétuo na cadeia de Ponte de Lima e no mês seguinte contava com mais dois.<sup>93</sup> Os oito foram depois enviados para a cadeia de Braga, donde seriam levados para a Relação do Porto, para, mais tarde, serem conduzidos para o seu destino em África.<sup>94</sup>

A partida das naus com degredados para os destinos ultramarinos era motivo de notícia na imprensa local.<sup>95</sup> Em 30 de Julho de 1858, o periódico *O Vianense* anunciava a saída da nau “Vasco da Gama” com desterrados para Angola e, meses mais tarde, de uma outra embarcação, desta feita com 380 condenados e 100 familiares dos mesmos.<sup>96</sup> Em Lisboa, a partida de levas de degredados não só era notícia na imprensa, como também constituía um espectáculo, se bem que muito pouco dignificante, para o povo que não resistia à curiosidade de observar ao vivo algumas das celebridades do crime.<sup>97</sup> Em Março de 1870, foram enviados para

---

circunstâncias políticas que afectaram Portugal na primeira metade do século atrasavam o envio regular de degredados. Veja-se Santos, Maria José Moutinho dos, *A Sombra e a Luz. As prisões do Liberalismo...*, p. 188.

<sup>92</sup> *Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva, Legislação de 1842 em diante...*, p. 15.

<sup>93</sup> AMPL, *Livro para os autos das visitas às cadeias de Ponte de Lima desta comarca*, n.º 545, fls. 47v.º- 48. Em Junho de 1842, a Misericórdia de Ponte de Lima atribuiu a um degredado uma esmola no valor de 480 réis. AHSCMPL, *Livro das Despesas*, n.º 585, fl. 67. No século XVIII, mais propriamente entre 1735 e 1740, período cronológico estudado por Teresa Cardoso, a Misericórdia do Porto concedia alimento, vestuário e equipamento aos condenados ao degredo. Confira-se Cardoso, Maria Teresa Costa Ferreira, *Os presos da Relação do Porto entre a cadeia e a Misericórdia (1735-1740)*, Braga, Universidade do Minho, 2005, pp. 168-174. Tese de mestrado policopiada. Sobre a ajuda prestada pela Misericórdia de Ponte da Barca aos indivíduos condenados à pena de degredo leia-se Pereira, Maria das Dores de Sousa, *Entre Ricos e Pobres: A actuação da Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca (1630-1800)...*, pp. 249-250.

<sup>94</sup> AMPL, *Livro para os autos das visitas às cadeias de Ponte de Lima desta comarca*, n.º 545, fl. 49v.º

<sup>95</sup> *O Vianense*, 30 de Julho de 1858, n.º 57, não paginado.

<sup>96</sup> *O Vianense*, 6 de Outubro de 1858, n.º 86, não paginado.

<sup>97</sup> Veja-se a forma como eram apresentados pela imprensa alguns dos indivíduos que partiram de Lisboa para o degredo, em 1 de Outubro de 1858: “Entre os presos que embarcaram, foi o irmão do celebre Filipe de Outeiro, condenado a 9 annos de degredo acompanhado por um seu filho menor, que contra vontade do pae aceitou

Lisboa 107 presos condenados à pena de degredo que estavam detidos na cadeia da Relação do Porto, entre os quais se encontravam vários naturais do distrito de Viana do Castelo, sendo cinco do concelho de Ponte de Lima.<sup>98</sup>

A Misericórdia de Ponte de Lima também concedia donativos para aqueles que eram libertados e esmolava os presos quando estes eram transferidos para outros cárceres, sobretudo para a cadeia da Relação do Porto.<sup>99</sup> O mesmo procedimento era seguido pela Misericórdia de Viana do Castelo. Aquando da deslocação dos presos políticos que estavam detidos na cadeia da praça de Chaves, apoiou-os no dia da sua saída, em Novembro de 1831, com um total de 23.020 réis.<sup>100</sup>

Esta ajuda não era condicionada por critérios de natureza geográfica. Em Janeiro de 1809, a Misericórdia concedeu uma esmola no valor 3.120 réis aos presos ingleses que estavam na cadeia de Viana do Castelo.<sup>101</sup> Tratar-se-ia, provavelmente, de soldados que estavam em Portugal a combater o invasor francês e que, devido a comportamentos mais impetuosos, foram detidos.<sup>102</sup> Já na época moderna, assistiu naturais da vizinha Galiza, o que mostra que os

---

partilhar o seu sofrimento. Foram também os dois estudantes de Coimbra, que assassinaram o seu condiscipulo, convidando-o para uma caçada aonde traiçoeiramente o mataram e um rapaz de doze anos, acusado de haver assassinado o pae, a mãe, e uma irmã!". Leia-se *O Vianense*, 1 de Outubro de 1858, n.º 84, não paginado. No jornal, *A Aurora do Lima*, em 1861, ao publicar-se a saída de mais uma leva de degredados noticiou-se: "No dia 3 saiu para Angola, com escala em Cabo Verde e S. Thomé e Príncipe, o vapor *D. Pedro* da companhia união mercantil. A seu bordo foram 100 degradados, entre eles o celebre Pompêo Augusto Cesar, empregado que foi do ministerio da fazenda, condenado pelo crime de falsificação de recibos das classes inactivas, servindo-se do selo da repartição, para os fazer correr no mercado. Foi tambem uma mulher acusada de bruxarias e artes diabolicas correlativas." Consulte-se *A Aurora do Lima*, 6 de Maio de 1861, n.º 808, não paginado.

<sup>98</sup> *A Aurora do Lima*, 28 de Março de 1870, n.º 2140, não paginado.

<sup>99</sup> AHSCMPL, *Livro das Despesas*, n.º 580. Em Abril de 1840, despenderam-se 200 réis com os presos que saíram da cadeia. AHSCMPL, *Livro das Despesas*, n.º 585, fl. 18 v.º. Já no período moderno se procedia a esta prática. Confira-se Araújo, Maria Marta Lobo, "Pobres nas malhas da lei: a assistência aos presos nas Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima"..., p. 104. Da mesma autora, "O hospital do Espírito Santo de Portel na Época Moderna", in *Cadernos do Noroeste*, vol. 20, (1-2), 2003, p. 315.

<sup>100</sup> ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Receita e Despesa*, n.º 3.24.4.8, fl. 4vº.

<sup>101</sup> AHSCMPL, *Livro das Despesas*, n.º 580.

<sup>102</sup> Em Junho de 1809, a câmara de Ponte de Lima aprovou o embargo do cereal para fornecimento das tropas inglesas e portuguesas, bem como a sua exportação. Confira-se Capela, José Viriato; Matos, Henrique; Borralheiro, Rogério, *O heróico patriotismo das províncias do Norte. Os concelhos na Restauração de 1808*, Braga, Casa Museu de Monção. Universidade do Minho, 2008, p. 343.



esmolados não eram discriminados conforme a sua nacionalidade.<sup>103</sup> Os galegos, até pela proximidade geográfica, também receberam assistência da Misericórdia de Caminha.<sup>104</sup>

Como também já foi referido, a Misericórdia de Ponte de Lima não descurava a assistência espiritual aos detidos, que, por entre as grades, acompanhavam as cerimónias litúrgicas que tinham lugar na capela situada junto da cadeia. Em Viana do Castelo, a Misericórdia pagava as despesas com a cera, aquando da comunhão dos presos na Semana Santa.

Conseguimos apurar a ocorrência de apenas uma condenação à morte na vila de Ponte de Lima, verificada em 1840.<sup>105</sup> Este facto explica a inexistência de gastos com o apoio a padecentes, situação que já se mantinha desde a Idade Moderna, visto que, segundo o compromisso, no dia de Todos os Santos, os irmãos deviam deslocar-se ao local da execução para recolher as ossadas dos cadáveres.<sup>106</sup> No caso de Viana do Castelo, a Misericórdia despendeu, entre Julho de 1842 e Junho de 1843, 2.290 réis com uma vítima.<sup>107</sup>

---

<sup>103</sup> Confira-se Araújo, Maria Marta Lobo, “Pobres nas malhas da lei: a assistência aos presos nas Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima”..., p. 95. A mesma autora dá conta da concessão de esmola a galegos pela Misericórdia de Melgaço. Confira-se Araújo, Maria Marta Lobo, “Nas franjas da sociedade: os esmolados das Misericórdias do Alto Minho (séculos XVII-XVIII)”, in *Diálogos*, n.º 9:2, 2005, p. 134. António Magalhães constatou que a Misericórdia de Viana da Foz do Lima assumiu o sustento e os custos com a justiça de 10 presos franceses detidos na cadeia da vila. Veja-se Ribeiro, António Magalhães da Silva, *Práticas de caridade na Misericórdia de Viana da Foz do Lima (séculos XVI-XVIII)*, 2.º vol..., pp. 605-606.

<sup>104</sup> Do país vizinho também eram naturais seis presos assistidos pela Misericórdia de Viana do Castelo em 1817, sendo, no entanto, desconhecidos os motivos da sua detenção. ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Caminha, *Receita e Despesa*, n.º 7.35.1.21, fl. 32v.º. ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Livro de Receita e Despesa*, n.º 3.24.1.24, fl. 23.

<sup>105</sup> O nosso conhecimento sobre esta condenação relaciona-se com a existência de um ofício do governador civil dirigido ao Ministério do Reino, no qual dá conta do seu desagrado por não ter recebido qualquer comunicação da existência de uma execução pública. AHGCVC, *Registo dos officios para o Ministério de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12, não paginado.

<sup>106</sup> Confira-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVII)*..., p. 679.

<sup>107</sup> Tratava-se de José Silva, cuja condenação foi comunicada ao governador civil pelo Ministério do Reino através da portaria de 18 de Fevereiro de 1843. Natural de Arcos de Valdevez, foi acusado de matar uma mulher grávida. Temos ainda conhecimento da execução, levada a cabo em Viana do Castelo, em 1838, de António Manuel Barreto, natural de Capareiros, acusado e condenado por roubo na estrada pública, assassinato e resistência à justiça. Confira-se Leal, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno. Dicionário Geographico*,

Aliás, apesar de prevista nas Ordenações Filipinas para um leque variado de crimes, a pena de morte poucas vezes terá sido aplicada, sendo comutada, pelo exercício da graça, pelos monarcas, que assim faziam jus à imagem de um reino de brandos costumes.<sup>108</sup> Note-se que, desde o século XVIII, mais propriamente desde 1772, ainda no reinado de D. José I, mais nenhuma mulher foi condenada à pena capital, tendo-se assistido ao crescimento do movimento abolicionista com a inauguração do período liberal. As últimas condenações por crimes políticos registaram-se em 1834. Embora tenha sido mantida pelo Código Penal de 1852, foi sendo sucessivamente comutada desde 1846. Pelo artigo 16.º do Acto Adicional à Carta de 1852, a pena de morte foi abolida apenas para crimes políticos, sendo extinta para todos os demais crimes civis pela lei de um de Julho de 1867.<sup>109</sup>

Apesar das suas condições insalubres e pouco dignas a que estavam sujeitos, não encontramos referências a reclusos que tenham perecido no cárcere, o que explica a inexistência de despesas relacionadas com o enterramento de presos falecidos nas cadeias, quer no caso da Misericórdia de Ponte de Lima, quer na de Caminha e Viana do Castelo.

Entre 1762 e 1852, a intervenção da Misericórdia de Caminha foi dirigida, fundamentalmente, para a doação de esmolas e a prestação de auxílio nos assuntos de justiça. Com o “translado das culpas” de um preso galego, detido na cadeia da vila, e a assinatura da carta precatória para Viana do Castelo, a Misericórdia gastou 37.400 réis.<sup>110</sup> Desconhecemos, todavia, em que consistia o donativo concedido aos presos, embora se saiba que a sua distribuição não se restringia aos detidos na cadeia caminhense, alargando-se aos naturais desta

---

*Estatístico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Histórico, Biographico e Etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande número de aldeias*, vol. Décimo, Lisboa, Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, 1882, pp. 449. AHGCVC, *Diversas autoridades desde Junho de 1842 até Junho de 1844*, n.º 1.8.3.6, não paginado. Em Coimbra, a última execução pública teve lugar em Julho de 1839. Sobre o apoio prestado pela Misericórdia de Coimbra aos padecentes leia-se Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, Assistência e Controle Social em Coimbra (1750-1850)...*, pp. 580-582.

<sup>108</sup> Leia-se Hespanha, António Manuel, “A punição e a graça”, in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 4 Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 239-250.

<sup>109</sup> Acerca da abolição da pena de morte em Portugal consulte-se Cruz, Guilherme Braga da, “O movimento abolicionista e a abolição da pena de morte em Portugal”, in *Obras Esparsas*, vol. II. *Estudos de História do Direito. Direito Moderno*. 2.ª parte, Coimbra, Coimbra Editora, 1981, pp. 27-243. *Collecção Official da Legislação Portuguesa...*, p. 269.

<sup>110</sup> ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Caminha, *Livro de Receita e Despesa*, n.º 7.35.2.21, fl. 32v.º

localidade que estavam encerrados noutros estabelecimentos prisionais, nomeadamente na cadeia da Relação do Porto.<sup>111</sup>

A partir de Novembro de 1839, os presos pobres passaram a receber esmola duas vezes por semana.<sup>112</sup> Esta dádiva surgiu na sequência de um ofício do administrador do concelho da vila em que pedia aos irmãos da Mesa da Misericórdia que colaborassem no seu sustento. Correspondendo a esse apelo, decidiram contribuir com um vintém de pão e uma tigela de caldo, duas vezes por semana.<sup>113</sup>

No caso da Misericórdia de Viana do Castelo, a despesa com os presos carenciados não apresenta uma evolução tão linear como a de Ponte de Lima, como se pode constatar no gráfico 7. Esta situação prende-se com o facto de grande percentagem dos gastos neste domínio estarem relacionados com os 24 jantares que a Misericórdia destinava aos reclusos, suportados pelo legado de Francisco de Torres de Aguiar, e que representavam a grande fatia das despesas da Misericórdia. Em 1864, quando foi decidido pôr termo a esses jantares, os gastos da Misericórdia com o sustento dos pobres baixaram drasticamente, conforme se pode observar no mesmo gráfico.

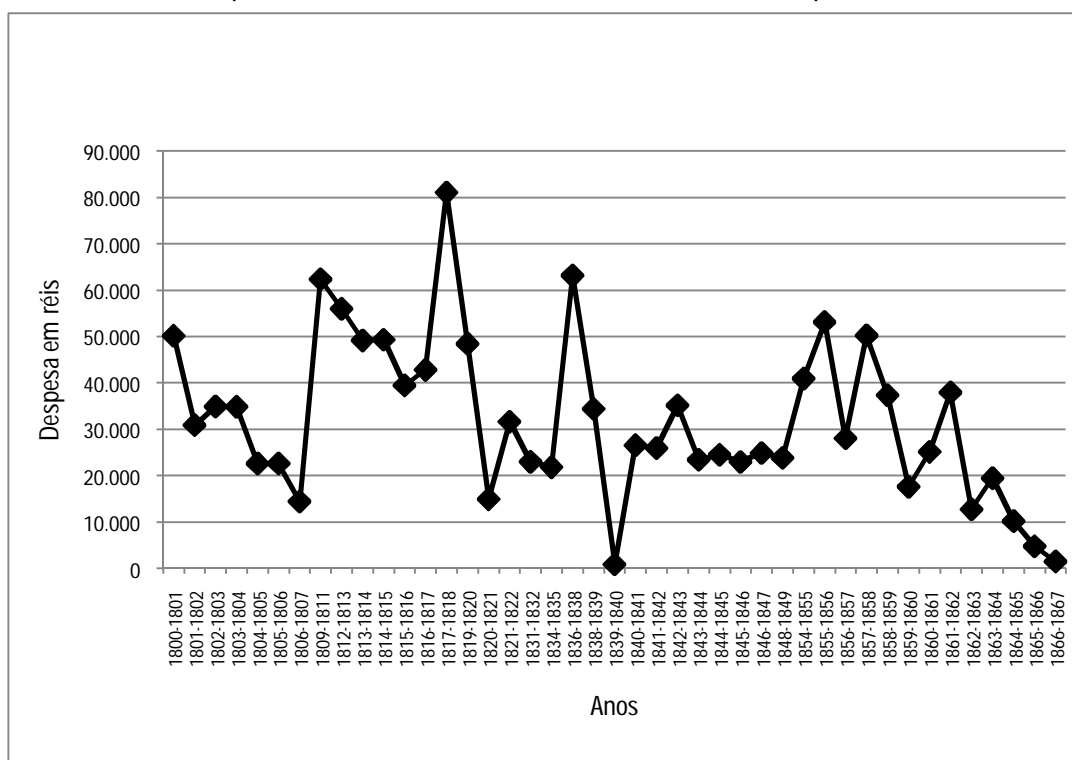
---

<sup>111</sup> ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Caminha, *Livro de Receita e Despesa*, n.º 7.35.1.29, fl. 96v.º.

<sup>112</sup> Esta determinação implicou um aumento das despesas da Misericórdia com os presos, tendo sido gastos, de 1339 a 1840, 17.840 réis. De 1840 a 1841, foram despendidos 10.050 réis e, entre Julho de 1841 e Julho de 1842, 9.360 réis. ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Caminha, *Receita e Despesa*, n.º 7.35.1.29, n.º 7.35.1.31.

<sup>113</sup> ADVC, Misericórdia de Caminha, *Actas de Sessões da Mesa*, n.º 7.35.4.1, fls. 23-23v.º.

**Gráfico 7.** Despesa da Misericórdia de Viana do Castelo com os presos (1800-1867)



Fonte: ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Livros de Receita e Despesa*, n.º 3.24.1.8; 3.24.1.9; 3.24.1.10; 3.24.1.11; 3.24.1.12; 3.24.1.13; 3.24.1.14; 3.24.1.15; 3.24.1.16; 3.24.1.17; 3.24.1.18; 3.24.1.19; 3.24.1.20; 3.24.1.21; 3.24.1.22; 3.24.1.23; 3.24.1.24; 3.24.1.25; 3.24.1.26; 3.24.1.27; 3.24.1.28; 3.24.1.29; 3.24.1.30; 3.24.1.31; 3.24.3.8; 3.22.4.1; 3.22.4.2; 3.22.4.3; 3.24.1.37; 3.24.1.39; 3.24.1.40; 3.24.1.41; 3.24.4.4; 3.24.1.42; 3.24.1.43; 3.24.1.44; 3.24.2.1; 3.24.2.2; 3.24.2.3; 3.24.2.4; 3.24.2.5; 3.24.2.6; 3.24.2.7; 3.24.2.8. *Borrão das contas de receita e despesa (1805-1806)*, n.º 3.24.4.6.

Porém, esta não era a única forma de os presos saciarem a fome com a ajuda da Misericórdia. A instituição providenciava igualmente alimento aos detidos de reconhecida pobreza durante os dias da sua prisão. Desconhecemos as razões que arrastaram os indivíduos para o cárcere, bem como o período de encarceramento, mas é conhecido o tempo durante o qual beneficiaram do auxílio que lhes foi dispensado.<sup>114</sup>

O *livramento* dos presos consumia uma parte muito significativa dos apoios concedidos pela Misericórdia, que, só no ano de 1800, despendeu 11.886 réis com três reclusos.<sup>115</sup> A seguir aos gastos nesta área, apareciam os relacionados com o tratamento dos enfermos. Na

<sup>114</sup> Durante o período analisado, os dias de ração atribuída aos presos poderiam variar entre três, quatro e 16. Em 1860, Maria Custódia Vieira beneficiou durante três dias da ração concedida pela Misericórdia de Viana do Castelo. ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Livro de Receita e Despesa*, n.º 3.24.2.3, fl. 9v.º.

<sup>115</sup> ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Livro de Receita e Despesa*, n.º 3.24.1.8, fl. 89.

Misericórdia de Viana do Castelo, tal como na de Ponte de Lima, a cura dos reclusos implicava o custeamento da botica e a melhoria da dieta alimentar, que era determinada pelo médico da câmara e seguida pela Misericórdia.

O transporte de presos era outra das despesas suportadas pela Misericórdia de Viana do Castelo. Esta instituição pagava o aluguer de cavalgadas e de carros puxados por animais, sempre que tal fosse requisitado pela administração do concelho, pelo delegado do procurador régio ou pelo juiz de direito.<sup>116</sup> Trata-se de um serviço que só é detectado nas fontes a partir da segunda metade do século XIX, como se pode verificar no quadro 5.

**Quadro 5.** Despesa da Misericórdia de Viana do Castelo com o transporte de presos

Ano	Localidade para onde se dirigiam	Despesa
1857	Esposende	900 réis
1858	-	1.200 réis
1860	Esposende	900 réis
1860	Caminha	240 réis
1860	Ponte de Lima	1.200 réis
1862	Barcelos – Porto	900 réis
1862	Barcelos – Porto	960 réis
1862	Barcelos	900 réis
1863	-	900 réis
1863	Barcelos	900 réis
1863	Barcelos – Porto	960 réis
1864	Barcelos	480 réis
1865	Barcelos	1.000 réis

Fonte: ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Livros de Receita e Despesa*, n.º 3.24.2.1; 3.24.2.2; 3.24.2.3; 3.24.2.4; 3.24.2.5; 3.24.2.6; 3.24.2.7; 3.24.2.8.

As cavalgadas eram requeridas sobretudo para transportar até Barcelos ou Esposende os presidiários que seguiam para a cadeia da Relação do Porto. Nestas localidades, a carta de guia de que eram portadores franqueava-lhes as portas para a caridade da Misericórdia seguinte,

---

<sup>116</sup> Como aconteceu em 1858, quando a Misericórdia de Viana do Castelo teve que pagar uma cavalgada, por exigência do administrador do concelho daquela localidade. ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Livro de Receita e Despesa*, n.º 3.24.2.2, fl. 21v.º.

onde recebiam apoio para seguir viagem. Estas cartas de guia e as cavalgadas foram sempre requisitadas pelas autoridades administrativas e judiciais.

Os gastos com cavalgadas também estavam relacionados com as deslocações motivadas pela doença. Nestes casos, a carta de guia era ainda mais necessária, uma vez que o preso podia necessitar de cuidados que seriam disponibilizadas pelas confrarias situadas nas localidades situadas entre Viana do Castelo e Porto. A cavalgada podia estar ou não implícita na carta de guia concedida pela instituição.<sup>117</sup> A solicitação à Misericórdia de cartas de guia por parte das autoridades administrativas e judiciais, prendia-se com o papel de estimuladora à circulação de pobres que esta instituição vinha desempenhando ao longo dos séculos, precisamente através da concessão deste tipo de documentos, que funcionavam como verdadeiros passaportes.

Os menores de idade também usufruíram do apoio das Misericórdias. No dia da festa em honra de Santa Isabel, em 1862, a Misericórdia de Viana do Castelo, além de ter organizado um jantar para os presos, entregou a cada um uma esmola no valor de 300 réis e concedeu a uma menina menor de idade, que também estava encerrada no cárcere da cidade, um donativo no valor de 120 réis.<sup>118</sup>

Os irmãos da Misericórdia que se ocupavam da assistência aos reclusos variavam consoante a capacidade económica da instituição e o número de necessitados que tinham de socorrer. Na Misericórdia de Viana do Castelo, o cargo de mordomo dos presos e procurador das causas era exercido pela mesma pessoa.<sup>119</sup> Esta funcionaria como elo de ligação entre os detidos, a Misericórdia e a Justiça, devendo a escolha recair sobre um irmão com características e preparação adequadas para o cumprimento desta missão que, entre outras responsabilidades, abrangia o *livramento* dos detidos.

Assim, pelo menos até à década de sessenta do século XIX, podemos considerar que, no caso particular das cadeias de Viana do Castelo, Ponte de Lima e, em menor medida, de Caminha, as Misericórdias continuaram a exercer uma acção paliativa num quotidiano carregado de dificuldades que perdurava nessas cadeias, apesar de um maior intervencionismo estatal.

---

<sup>117</sup> Em 1860, a Misericórdia de Viana do Castelo custeou o transporte de dois presos, um com e outro sem cavalgada. ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Livro de Receita e Despesa*, n.º 3.24.2.3, fl. 33v.º

<sup>118</sup> ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Livro de Receita e Despesa*, n.º 3.24.2.5, fl. 41.

<sup>119</sup> ADVC, Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Livros de Receita e Despesa*, n.º 3.24.2.9; n.º 3.24.2.10; n.º 3.24.2.11 e 3.24.2.12.



**Figura 2.** Antiga cadeia de Ponte de Lima

## **Capítulo VI**

### **TRABALHOS PÚBLICOS**





## 1. Os espaços de condenação

A pena de trabalhos públicos era considerada por uma corrente de homens do século XIX, ligados sobretudo ao Direito, como uma das condenações mais violentas. No entanto, a sua abolição tardou em ser consumada, sendo apenas uma realidade finissecular. Era, efectivamente, uma das penas mais vis, que, sob a capa da função reabilitadora do trabalho, se traduzia não só na privação de liberdade, mas também no desgaste físico e na exposição pública do condenado. A exibição de grupos de homens acorrentados a trabalhar em obras pesadas seria, por certo, um espectáculo aviltante, próximo das penas cruéis e infamantes do Antigo Regime.

A pena de trabalhos públicos pode ser considerada como a sucessora da condenação às galés ou ao serviço prestado nos navios e estaleiros, estabelecida pela lei de 1551, no reinado de D. João III.<sup>1</sup> Porém, já 30 anos antes, em 1521, se estabelecera que aqueles que tinham sido condenados ao degredo nas ilhas atlânticas ou em África deviam ser transferidos para as galés.<sup>2</sup> Estas eram embarcações compridas, movidas por velas e remos.<sup>3</sup> Aqueles que exerciam a função de remadores podiam ser de três categorias: escravos, forçados ou voluntários. Os forçados eram aqueles que estavam agrilhoados e impossibilitados de sair da embarcação. Para além de remar, tinham, entre outras obrigações, de coser as velas e o seu vestuário. Aos forçados, pelo *Regimento das Galés*, devia ser fornecido o mantimento necessário para o seu sustento logo no início do mês, roupa de vestir com uma periodicidade anual, bem como

---

<sup>1</sup> Leia-se Eduardo, Correia, “A evolução histórica das penas”, in *Boletim da Faculdade de Direito*, vol. LIII, 1977, pp. 118-119. A condenação às galés parece ter surgido em França, em meados do século XV. Leia-se Heras Santos, José Luis de las, “Los Galeotes de los Austrias: La penalidad al servicio de la armada”, in *Historia Social*, n.º 6, inverno 1990, p. 128.

<sup>2</sup> Coates, Timothy J., *Degredados e Órfãs: colonização dirigida pela coroa no império português, 1550-1755*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 87.

<sup>3</sup> Segundo Luís Miguel Duarte, desde o reinado de D. João I, ou mesmo antes, verificava-se a aplicação da força de criminosos para remar nas galés. Sobre a condenação às galés no Portugal medievo, veja-se Duarte, Luís Miguel, *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval: 1459-1481*, Coimbra, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 1999, pp. 447-450. Segundo Timothy Coates, as galés conheceram um forte desenvolvimento em Portugal no reinado de D. João I, que, em 1389, alugou dez embarcações deste género a Ricardo II da Inglaterra. Coates, Timothy J., *Degredados e Órfãs: colonização dirigida pela coroa no império português, 1550-1755...*, p. 86.

enxergas e cobertas. Tinham ainda direito aos cuidados de um barbeiro e cirurgião. Estavam guardados por oficiais e soldados, cabendo a estes últimos impedir que fugissem.<sup>4</sup>

Apenas os condenados com idade superior a 18 anos de idade e com menos de 50 podiam cumprir esta pena. Tratava-se de uma punição aplicada por comutação de outras sanções, estabelecendo-se para o efeito uma tabela de equivalências. Quando conduzidos para as embarcações, os sentenciados eram acorrentados com cadeias nos pés e colares ao pescoço.<sup>5</sup> A condenação às galés manteve-se nas Ordenações Filipinas, apenas sendo substituída se o réu tivesse menos de 16 anos ou mais de 55, ou ainda em caso de doença grave que o impossibilitasse de suportar tal punição.<sup>6</sup>

A condenação às galés foi sendo substituída pela prestação do serviço de obras públicas, até porque, em meados do século XVII, este tipo de embarcação foi desaparecendo, para dar lugar a outras que não exigiam remadores.<sup>7</sup> O surgimento do trabalho como modalidade penal já tinha sido previsto pelo alvará de quatro de Novembro de 1755, que condenava ao trabalho nas obras públicas da cidade de Lisboa todos os vadios e mendigos, impondo-lhes “a pena de trabalharem com bragas nas obras da mesma Cidade”.<sup>8</sup> Por ocasião do terramoto de Lisboa de 1755, os forçados foram encaminhados para a desobstrução dos aquedutos de

---

<sup>4</sup> Veja-se Sousa, José Roberto Monteiro Campos Coelho, *Systema ou Collecção dos Regimentos Reaes*, Tomo III, Lisboa, Oficina de Francisco Borges de Sousa, 1785, pp. 100-104.

<sup>5</sup> Sobre a condenação às galés, leia-se Correia, Eduardo, “A evolução histórica das penas”..., p. 96.

<sup>6</sup> Confira-se *Ordenações Filipinas*, Livro V, Rio de Janeiro, Edição Cândido Mendes de Almeida, 1870, p. 1319.

<sup>7</sup> Em Espanha, nos séculos XVI, XVII e XVIII, a condenação às galés e aos arsenais era considerada uma das penas mais duras. Geralmente, esta era aplicada àqueles que tinham cometido os seguintes crimes: homicídio, deserção, fuga de outros presídios, contrabando, falsificação e roubo. Mas na prática eram enviados todos os tipos de criminosos, com excepção dos condenados por crimes políticos e incendiários. As penas variavam entre um mínimo de quatro anos e um máximo de 10, embora este máximo pudesse ser prolongado, o que acontecia muitas vezes. A partir de 1748, a pena às galés foi suprimida, sendo substituída pela condenação ao trabalho nas minas de Almadén, aos presídios do Norte de África e em obras nos arsenais e portos. Sobre este assunto consulte-se Estévez, Rosa Maria Pérez, “Delincuencia en la España del siglo XVIII: los presidiarios de Marina”, in *Cuadernos de investigación histórica*, 3, Madrid, 1979, pp. 259-273. Sobre a presença de mão-de-obra forçada nas minas de Almadén leia-se Menéndez Navarro, Alfredo, *Un mundo sin sol. La salud de los trabajadores de las minas de Almadén, 1750-1900*, Granada, Servicio de Publicaciones de Universidad de Granada, 1996, pp. 64-76.

<sup>8</sup> Confira-se Silva, António Delgado da, *Collecção da Legislação Portuguesa desde a última Compilação das Ordenações...*, p. 400.

Lisboa.<sup>9</sup> Pelo decreto de 12 de Dezembro de 1801, foi decidida a revisão, na Casa da Suplicação, dos processos dos réus encerrados nas cadeias públicas do reino, condenados por sentença definitiva à morte e a outras penas que podiam ser comutadas em galés, perpétuas ou temporárias, consoante a gravidade dos crimes cometidos, devendo ser ocupados nos trabalhos públicos da cidade de Lisboa.<sup>10</sup> Entre esses trabalhos, contava-se a limpeza da cidade, nomeadamente dos canos e das ruas.<sup>11</sup>

Um decreto datado de 11 de Janeiro de 1802, na continuação do publicado em 11 de Dezembro do ano anterior, referia os delitos mais graves que continuavam sujeitos à pena capital, determinando-se que, com excepção desses, os criminosos deviam ser entregues ao intendente da polícia que os encaminharia, ainda que se tratasse de condenados às galés, para os trabalhos públicos.<sup>12</sup> Assim, os sentenciados às galés também passaram a andar com a calceta no pé e corrente de ferro, juntos ou separados, sendo utilizados na realização de obras públicas. A pena podia ser cumprida nos estabelecimentos penais do reino ou nas possessões ultramarinas. Durante o dia, executavam as tarefas que lhes estavam destinadas, fora da prisão ou nas suas imediações, recolhendo ao cair da noite.

---

<sup>9</sup> Confirme-se Coates, Timothy J., *Degredados e Órfãos: colonização dirigida pela coroa no império português, 1550-1755...*, p. 86. O mesmo se verificou em Espanha, onde os trabalhos forçados nas galés e nos presídios de Norte de África foi sendo substituído, a partir da segunda metade do século XVIII, pelos trabalhos nas obras públicas. Confirme-se Oliver Olmo, Pedro, "Historia y reinención del utilitarismo punitivo", in Gastón Aguas, José Miguel; Mendiola Gonzalo, Fernando (coord.) *Los trabajos forzados en la dictadura franquista: Bortxazko lanak diktadura frankistan*, s. l., Instituto Gerónimo de Uztáriz-Memoriak Bideak, 2007, pp. 18-29.

<sup>10</sup> Veja-se Silva, António Delgado da, *Collecção da Legislação Portuguesa desde a última Compilação das Ordenações*, Lisboa..., pp. 766-767.

<sup>11</sup> O direito romano já previa a aplicação da pena de trabalhos públicos nas minas do Estado. Confirme-se Heras Santos, José Luis de las, *Justicia penal de los Austrias en la corona de Castilla*, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 1994, p. 302.

<sup>12</sup> Leia-se Secco, António Henriques, "Da História do Direito Criminal Português desde os mais remotos tempos", in *Revista de Legislação e Jurisprudência*, vol IV, 1871, p. 581; Ribeiro, João Pedro, *Índice Chronologico Remissivo da Legislação Portuguesa Posterior à Publicação do Código Filipino com hum Appendice- Parte III. Desde o Principio do Reinado do Senhor D. José até o fim do Anno de 1805*, Lisboa, Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1806, pp. 236-237.

Com o Vintismo impõe-se a tentativa de conjugar a pena de degredo, prevista para o cometimento de crimes mais graves, com a de trabalhos públicos, aplicada na punição de delitos cuja moldura penal não excedia os cinco anos de degredo.<sup>13</sup>

No distrito de Viana do Castelo, no período compreendido entre 1840 e 1870, a grande percentagem dos criminosos sentenciados a trabalhos públicos (70,4%) cumpria pena na praça militar de Valença, onde podiam beneficiar de melhores condições, já que também havia soldados sujeitos à mesma punição.<sup>14</sup> Nesta praça estariam bem guardados, não havendo, portanto, necessidade de segurança adicional, além de que poderiam ser empregues nos serviços de melhoramento daquele espaço, que por ser público, não podiam ser executados pelos prisioneiros militares.<sup>15</sup>

A aparente liberdade de que desfrutavam estes condenados era, desde logo, condicionada pelos ferros e pelas algemas que tolhiam os seus movimentos e os sujeitavam à humilhação pública. Este facto conferia um carácter vexatório e ignóbil à luz dos valores do novo século. Seria certamente este o motivo que levava muitos a desejarem cumprir o castigo o mais longe possível do seu local de residência ou naturalidade, ao contrário do que acontecia, por exemplo, com os condenados à pena de prisão.<sup>16</sup>

Os críticos da sua aplicação não se opunham ao trabalho, ao qual atribuíam, aliás, uma função regeneradora, mas sim ao facto de ser executado em plena praça pública, o que

---

<sup>13</sup> Sobre a pena trabalhos públicos no período vintista leia-se Subtil, José Manuel Louzada Lopes, *O Vintismo e a Criminalidade (1820-1823)*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1986, pp. 138-142. Tese de mestrado policopiada.

<sup>14</sup> Segundo Lopes de Oliveira, as prisões militares de Valença ficavam por baixo dos terraplenos das cortinas das Portas do Sol, do Meio e da Coroada. Confirme-se Lopes, A. Oliveira de, *Valença do Minho*, Póvoa do Varzim, s. ed, 1978, p. 162.

<sup>15</sup> Também em Espanha os presos condenados a trabalhos públicos eram mantidos em presídios militares. Consulte-se Llorca Ortega, José, *Cárceles, presidios y casas de corrección en la Valencia del XIX. Apuntes históricos sobre la vida penitenciaria valenciana*, Valencia, Editorial Tirant lo blanch, 1992, pp. 120-121.

<sup>16</sup> Tome-se como exemplo o caso de Caetano José de Azevedo, que, tendo sido condenado, em 1845, à pena de dois anos de trabalhos públicos na comarca de Ponte de Lima, donde era natural, foi enviado para Viana do Castelo e requereu transferência para a cadeia da Relação do Porto. O mesmo se passou com Manuel Pinto Barbosa, também natural de Ponte de Lima, onde foi julgado e condenado a dois anos de trabalhos públicos, em 1851. Colocado pelo delegado do procurador régio à disposição do governador civil, requereu o cumprimento de pena na calcetaria do Porto. AHGCVC, *Registo geral dos presos sentenciados a trabalhos públicos, distrito de Viana do Castelo – 1.ª Repartição*, n.º 1.6.3.20.

desvirtuava a sua real finalidade, pois constituía uma humilhação para o condenado, em lugar de contribuir para a sua reabilitação.<sup>17</sup> Sobre esta matéria, parecem-nos bastante elucidativas as palavras de Aires de Gouveia, quando, na sua obra *A Reforma das cadeias em Portugal*, declara o seguinte:

“[...]Trabalho, sim, e a todos os presos, como a todos os homens; mas trabalho sem affronta, sem escarneo, para reforma, para moralisação, e não gerando e desinvolvendo desvergonhamento, supplicamól-o nós, necessita-o o delinquente, ordenado-o o direito. O que, porém, não ordena este, nem necessita aquelle, e nós oppugnâmos, e a moralidade social repulsa, é que seja feito na praça pública, á luz do sol, á vista dos cidadãos honestos, originando a falsíssima ideia de que o trabalho é castigo, é baixeza, é vilania.”<sup>18</sup>

Alguns dos condenados não conseguiam suportar as duras condições a que eram sujeitos, agravadas pelos rigores do cárcere e pela escassez ou ausência de meios de subsistência. Sujeitos a um tormento físico que os debilitava lentamente, a morte sobrevinha.<sup>19</sup> Quer nas cadeias civis, quer no presídio militar de Valença, os sentenciados tidos como indigentes partilhavam as refeições com os presos pobres, confeccionadas à base de legumes e cereais. Entre 1840 e 1870, no presídio militar de Valença, pereceram três reclusos, dois dos quais estavam condenados trabalhos públicos para toda a vida.<sup>20</sup> Um deles estava a cumprir apenas um ano de pena, falecendo no hospital de Valença, em 1841, pouco tempo antes de sair em liberdade<sup>21</sup>.

Em várias regiões da Europa, nomeadamente na França, Inglaterra, Bélgica e Prússia, esta pena já tinha sido abolida, o que não acontecia em Portugal. Aliás, manteve-se no Código Penal de 1852, o que constituiu um dos motivos das críticas a este documento.<sup>22</sup> Acabou por ser abolida pela lei de um de Julho de 1867, sendo substituída pela pena de prisão maior celular e

---

<sup>17</sup> Sobre os trabalhos públicos na Inglaterra vitoriana leia-se Priestley, Philip, *Victorian Prison Lives. English Prison Biography. 1830-1914...*, pp. 131-134.

<sup>18</sup> Veja-se Gouveia, Aires de, *A Reforma das cadeias em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1860, p. 62.

<sup>19</sup> Leia-se Correia, Eduardo, “A evolução histórica das penas”..., pp. 119-120.

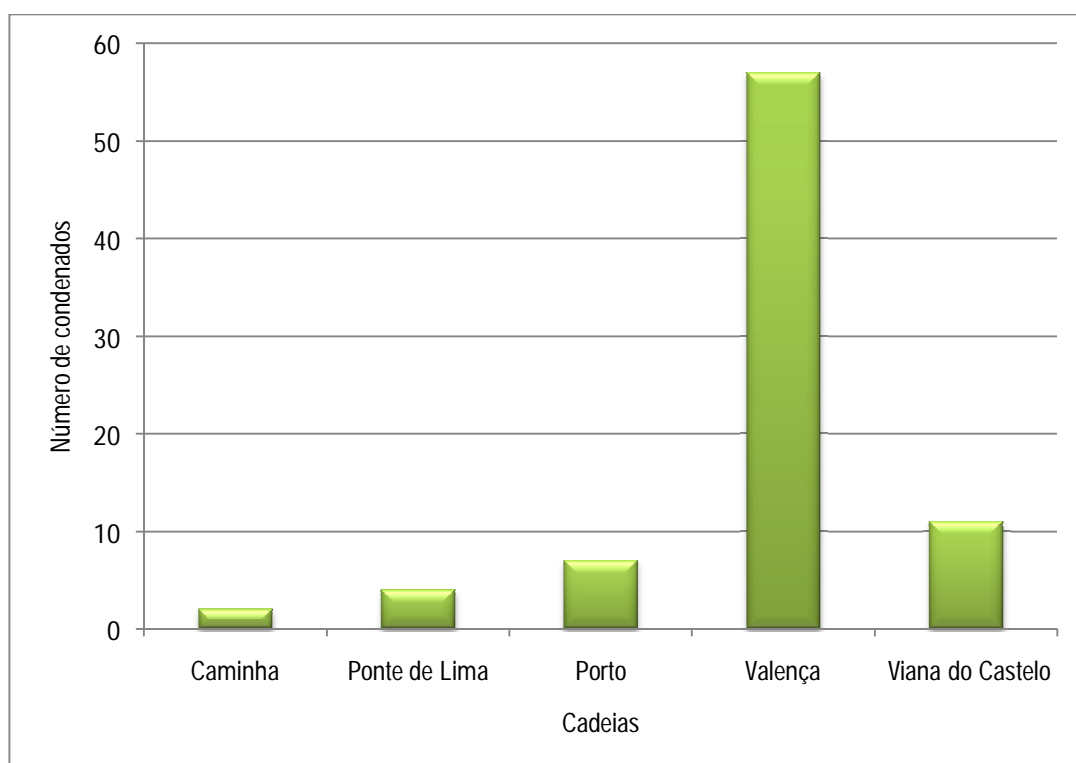
<sup>20</sup> *Registo geral dos presos sentenciados a trabalhos públicos, distrito de Viana do Castelo – 1.ª Repartição*, n.º 1.6.3.20, não paginado.

<sup>21</sup> AHGCVC, *Registo dos officios dirigidos ao Ministério do Reino*, n.º 1.9.4-13, não paginado.

<sup>22</sup> Consulte-se Jordão, Levy Maria, *Commentario aoCodigo Penal Portuguez*, tomo IV, Lisboa, Typographia de José Baptista Morando, 1854, p. 9.

de degredo.<sup>23</sup> Tratou-se, porém, de uma derrogação mais teórica do que prática, uma vez que se admitia a continuação da sua aplicação enquanto não estivessem construídos os estabelecimentos previstos por esta lei.<sup>24</sup> A efectiva abolição dos nossos quadros legislativos só aconteceu em 1884.<sup>25</sup>

**Gráfico 1.** Local de cumprimento da pena de trabalhos públicos (1840-1870)



Fonte: AHGCVC, *Registo geral dos presos sentenciados a trabalhos públicos, distrito de Viana do Castelo – 1.<sup>a</sup> Repartição*, n.º 1.6.3.20.

Embora a maior parte dos condenados a trabalhos públicos cumprisse o castigo no presídio de Valença, outros, por determinação das autoridades ou por requerimento, podiam ser enviados para outros locais. Como se pode verificar no gráfico 1, a seguir a Valença, aparece Viana do Castelo como a segunda localidade onde estes sentenciados mais cumpriam pena,

<sup>23</sup> *Collecção Official da Legislação Portuguesa, Anno de 1867...*, 1868, p. 268.

<sup>24</sup> O artigo 64.º da lei de 1 de Julho de 1867 estabelecia o seguinte: " Depois da publicação da presente lei e enquanto não for competentemente declarado em inteira execução o systema de prisão cellular n'ella estabelecido, serão applicadas aos réus nas respectivas sentenças condemnatorias as penas estabelecidas na mesma lei; mas nas ditas sentenças serão tambem condemnados em alternativa os mesmos réus nas penas que pelo código penal forem applicaveis a esses crimes." Confira-se *Collecção Official da Legislação Portuguesa, Anno de 1867...*, p. 274.

fosse na cadeia civil ou na cadeia militar do Castelo.<sup>26</sup> Houve alguns que foram parar a outras prisões do distrito, como Ponte de Lima e Caminha, e outros à cadeia da Relação e à calcetaria da cidade do Porto.<sup>27</sup>

Encontrámos ainda vários casos de condenados que, durante o cumprimento do castigo, conheceram diversos locais de detenção e de execução de pena. Essas deslocações podiam ser requeridas pelas autoridades, mas na maior parte dos casos resultavam da vontade expressa do sentenciado. É paradigmático o caso de José de Melo, punido com cinco anos de trabalhos públicos na comarca de Ponte de Lima. Tendo começado a cumprir pena na calcetaria do Porto, solicitou a sua transferência para Viana do Castelo, onde esteve algum tempo, até ser enviado para Ponte de Lima.<sup>28</sup> Posto em liberdade por ocasião das convulsões que afectaram o distrito em Maio de 1846, continuou com a sua carreira no mundo do crime, acabando por ser assassinado. Descobrimos alguns casos em que os condenados também solicitavam a deslocação do lugar de execução da pena para ficarem mais próximos do seu local de residência ou naturalidade e, dessa forma, serem mais facilmente auxiliados pelos familiares e amigos.

Pelo decreto de seis de Junho de 1842, devido ao elevado número de condenados a trabalhos públicos que estavam detidos nas cadeias por falta de presídios de galés, determinava-se que os estabelecimentos prisionais onde houvesse esses presos fossem consideradas, provisoriamente, como presídios de galés, desde o momento em que lhes tivesse sido aplicada a pena por sentença transitada em julgado, ou por decretos de comutação depois de julgados. Este documento tinha como objectivo facilitar a utilização da mão-de-obra destes condenados nas obras dos concelhos, a pretexto do cumprimento de castigo.<sup>29</sup>

---

<sup>26</sup> Em 1844, Luís Nazaré, condenado à pena de trabalhos públicos por três anos, foi autorizado pelo governador civil a trabalhar como carpinteiro nas obras da ponte de Viana do Castelo. AHGCVC, *Registo geral dos presos sentenciados a trabalhos públicos, distrito de Viana do Castelo – 1.ª Repartição*, n.º 1.6.3.20, não paginado.

<sup>27</sup> Só em Julho de 1845 partiram da cadeia de Viana do Castelo para a cadeia da Relação do Porto quatro presos condenados a trabalhos públicos. AHGCVC, *Correspondência com várias autoridades de Agosto de 1844 a Março de 1846*, n.º 1.8.3-8, não paginado. A propósito da condenação à calceta, Camilo Castelo Branco, na sua obra *Memórias do Cárcere*, exclamou “Não sei de pena mais dura nem mais aviltante!”. Confirme-se Branco, Camilo Castelo, *Memórias do Cárcere*, Porto, Porto Editora, 2004, p. 215.

<sup>28</sup> AHGCVC, *Registo geral dos presos sentenciados a trabalhos públicos, distrito de Viana do Castelo – 1.ª Repartição*, n.º 1.6.3.20, não paginado.

<sup>29</sup> *Collecção official de Legislação redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva, Legislação de 1842 em diante...*, p. 192. Esta medida será reafirmada no artigo 42.º do *Regulamento das Cadeias de 1843*. *Collecção*



O cumprimento desta punição era, por norma, levado a cabo num reduzido número de localidades e de praças de guerra, tirando proveito das condições de segurança que ofereciam. A inexistência de efectivos que garantissem uma vigilância eficaz fazia com que alguns indivíduos expiassem as suas culpas no interior das prisões. Certamente, era o que acontecia com aqueles que se encontravam em Caminha, Ponte de Lima e até na cadeia civil de Viana do Castelo, uma vez que se tratava de estabelecimentos prisionais com falta de recursos humanos para garantir a guarda dos presos que tivessem de trabalhar fora do cárcere.

Segundo José Caeiro Matta, a pena de trabalhos públicos era amplamente aplicada, porque o seu cumprimento não respeitava o estipulado no artigo 33.º do Código Penal de 1852. Logo, quando os condenados não cumpriam a sua pena nos trabalhos públicos de Lisboa e Porto, acabavam por cumpri-la no interior das prisões.<sup>30</sup>

Nem sempre o presídio da praça militar de Valença dispunha das condições logísticas para acolher os condenados civis, dado que também albergava os militares. Em Dezembro de 1840, o governador militar daquela praça comunicou ao governador civil que não podia receber civis sentenciados a trabalhos públicos, por não possuir as grilhetas necessárias para usarem quando saíam da prisão para labutar na praça.<sup>31</sup>

Os condenados a trabalhos públicos que eram enviados para a praça militar de Valença ficavam encerrados, habitualmente, na cadeia militar das “Portas do Sol”, onde se lhes aplicava “o ferro e a corrente”. Caso estivessem detidos na cadeia civil, conhecida a pena, deviam ser transferidos para aquela. Em 1843, havia 161 detidos na prisão das “Portas do Sol”, esgotando por completo a sua capacidade. Em Setembro desse ano, o governo militar da praça de Valença comunicou ao administrador daquele concelho que, caso fosse enviado mais algum preso para cumprir a pena de trabalhos públicos naquele presídio, teria que ficar detido na enxovia da cadeia civil da vila.<sup>32</sup>

Antes de ser decidido o local para onde seriam enviados, o poder judicial colocava os sentenciados a trabalhos públicos à disposição do poder administrativo, a quem cabia escolher

---

*Official da Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva, Legislação de 1842 em diante...*, p. 15.

<sup>30</sup> Leia-se Matta, José Caeiro, *Direito Criminal Português*, vol. 1, Coimbra, F. França Amado Editor, 1911, p. 285.

<sup>31</sup> AHGCVC, *Registo dos officios para o Ministério de 3 de Julho de 1839 a 31 de Dezembro de 1840*, n.º 1.9.4.12, não paginado.

<sup>32</sup> AMV, Administração do concelho, *Correspondência para o Administrador Geral, 1843-1849*, n.º 1.1.4.6, não paginado.

onde iriam cumprir a sua pena. Ao governador civil competia verificar quais as cadeias classificadas como presídios e que estivessem prontas a receber este tipo de reclusos. Pelos decretos de 12 de Setembro e 20 de Novembro de 1839, as guias dos sentenciados a trabalhos públicos seriam remetidas pelo Ministério Público à competente entidade administrativa do distrito onde tinham sido julgados, ficando, desde logo, à sua disposição para efeito de execução da pena.<sup>33</sup> O artigo 42.º do *Regulamento das Cadeias* de 1843 veio reafirmar esta disposição ao considerar que o Ministério Público devia providenciar para que os réus fossem entregues, com a brevidade possível, às autoridades competentes.<sup>34</sup>

Em caso de requisição, pelo próprio condenado, de transferência do local de condenação, era também ao governador civil que cabia decidir sobre a sua viabilidade, bem como garantir a segurança na sua deslocação até à entrega ao administrador do concelho, tendo que para isso entender-se com as forças militares que formavam as escoltas. Só entre Maio de 1840 e Junho de 1853, foram colocados à disposição do governo civil de Viana do Castelo 72 condenados a trabalhos públicos.<sup>35</sup>

Mas em que tarefas se ocupavam os presos sentenciados a trabalhos públicos? Em Valença, eram colocados à disposição da câmara municipal e do governo militar. No entanto, para a câmara municipal era mais dispendioso utilizar os condenados em trabalhos municipais do que jornaleiros livres, uma vez que teriam que pagar a sua vigilância. Aliás, as obras públicas fora dos presídios não dispunham das condições necessárias para beneficiarem do contributo destes presidiários, devido, nomeadamente, aos custos que acarretavam para a fazenda pública e ao desvio de efectivos militares que eram necessários para outro tipo de serviços. Assim, era mais prático empregá-los em tarefas militares, sobretudo na limpeza da praça, ou então tirar partido da sua formação profissional, como era o caso, por exemplo, de carpinteiros e

---

<sup>33</sup> Veja-se Carvalho, J. I. Delgado de, *Manuel do Processo Criminal Moderno*, vol. I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1897, p. 58. *Collecção de Leis e outros documentos oficiais publicados no ano de 1839*, 9.ª série..., pp. 362-363.

<sup>34</sup> *Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador Antonio Delgado da Silva, Legislação de 1842 em diante...*, p. 14.

<sup>35</sup> AHGCVC, *Registo Geral, Julho a Dezembro de 1857*, n.º 1.10.3.5, não paginado. Segundo José Manuel Subtil, no período compreendido entre Fevereiro de 1822 e Março de 1823, a lotação prisional média do presídio de Valença rondava os 73 presos. Consulte-se Subtil, José Manuel, *O Vintismo e a Criminalidade (1820-1823)*..., p. 141.

pedreiros.<sup>36</sup> Em Janeiro de 1844, estavam detidos na praça militar de Valença Francisco Veiga e António Mendes, pedreiros, cujos conhecimentos estavam a ser utilizados para reparar as fortificações.<sup>37</sup> Em 1840, foram recrutados cinco condenados para os arranjos das calçadas da praça de Valença, uma vez que os sentenciados militares não as podiam realizar por serem consideradas obras públicas.<sup>38</sup>

Muitos condenados a trabalhos públicos passavam longas temporadas no cárcere antes de a sua situação ser resolvida. A sua estadia na prisão não se prendia unicamente com a deliberação acerca do local onde iriam cumprir a sentença, mas igualmente com a espera provocada pelos pedidos de comutação de pena, o que inviabilizava a sua partida enquanto não houvesse decisão superior.<sup>39</sup>

Quando eram destinados a cumprir pena na praça militar de Valença ou nas prisões civis, os sentenciados considerados pobres eram sustentados pelos fundos geridos pela comissão das cadeias daquela vila. À semelhança do que acontecia com os demais presidiários, também eles padeceram as agruras da fome. Em Junho de 1841, apresentaram uma reclamação ao governador civil, referindo que, diariamente, apenas lhes estavam a ser concedidos 50 réis e não 100, conforme o estipulado.<sup>40</sup> Em determinados meses de 1842 e 1843, nem sequer receberam subsídio.<sup>41</sup> A situação foi particularmente difícil entre finais de

---

<sup>36</sup> Em Espanha, os condenados a trabalhos públicos eram utilizados na construção de caminhos, estradas, canais e nos serviços urbanos. Confirme-se Llorca Ortega, José, *Cárceles, presidios y casas de corrección en la Valencia del XIX. Apuntes históricos sobre la vida penitenciaria valenciana...*, p. 132. José Manuel Subtil destaca as seguintes tarefas realizadas pelos reclusos do presidio de Valença, entre Fevereiro de 1822 e Março de 1823: carpinteiros, rancheiros, “trem de praça”, escriturários, trabalhos na horta e nas obras de fortificação da praça. Confira-se Subtil, José Manuel, *O Vintismo e a Criminalidade (1820-1823)...*, p. 140.

<sup>37</sup> AMV, Administração do concelho, *Correspondência para o Administrador Geral, 1843-1849*, n.º 1.1.4.6, não paginado.

<sup>38</sup> Administração do concelho. *Correspondência para o Administrador Geral 1840-1842*, n.º 1.1.4.5, não paginado.

<sup>39</sup> Foi o caso de Manuel Martins Carneiro, natural da freguesia da Meadela, concelho de Viana do Castelo, condenado em 1 de Março de 1842 à pena de trabalhos públicos, que devia ser cumprida no local a designar pelo governador civil. Em Abril desse ano, encontrava-se ainda na cadeia de Viana do Castelo, aguardando pela decisão sobre um requerimento em que solicitava o perdão da sua pena sem cumprimento de sentença. AHGCVC, *Registo dos ofícios dirigidos ao Ministério do Reino*, n.º 1.9.4-13, não paginado.

<sup>40</sup> AMV, Administração do concelho. *Correspondência para o Administrador Geral 1840-1842*, n.º 1.1.4.5, não paginado.

<sup>41</sup> AMV, Administração do concelho, *Correspondência para o Administrador Geral, 1843-1849*, n.º 1.1.4.6, não paginado; Administração do concelho. *Correspondência para o Administrador Geral 1840-1842*, n.º 1.1.4.5, não

1845 e inícios de 1846, quando deixou de estar disponível qualquer verba para os alimentar.<sup>42</sup> Convém notar que, em Portugal, os condenados aos trabalhos públicos não tinham direito a qualquer pagamento pelos serviços que realizavam. Este facto levou Silva Ferrão a apelidar esta pena de “rigorosa escravidão”.<sup>43</sup>

Estes presos não usavam uniformes, correndo o risco, sobretudo os mais pobres, de trabalharem desnudados, sujeitos às destemperanças climáticas. Em Março de 1841, o governo civil de Viana do Castelo determinara que lhes deviam ser atribuídos, diariamente, 40 réis para a alimentação e 20 réis para os gastos com o vestuário. Porém, conhecendo-se as dificuldades financeiras que enfrentavam as comissões responsáveis pelo sustento dos presos pobres, incluindo a compra e o arranjo do vestuário, seria difícil cumprir o estipulado.<sup>44</sup> Assim, na década de quarenta do século XIX, cabia ao governador militar determinar os trabalhos em que devia ser empregue a força dos condenados, bem como zelar pela sua segurança e vigilância, competindo às autoridades administrativas garantir o seu sustento.

O Código Penal de 1852 continuou a prever a aplicação de trabalhos públicos perpétuos ou temporários entre três e 15 anos.<sup>45</sup> O gráfico 2 diz respeito à duração das penas dos condenados no distrito de Viana do Castelo, entre 1840 e 1870.

---

paginado. Em Janeiro de 1844, eram alimentados, na cadeia militar de Valença, com 40 réis diários. AMV, Administração do concelho, *Correspondência para o Administrador Geral, 1843-1849*, n.º 1.1.4.6, não paginado

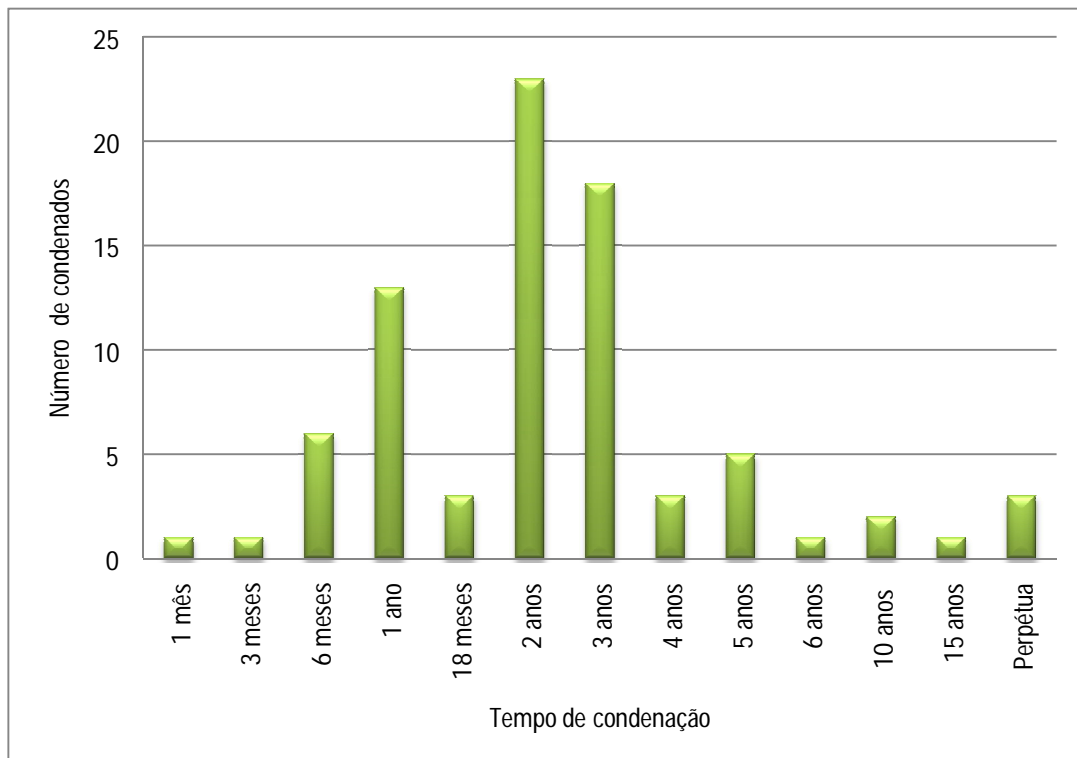
<sup>42</sup> AMV, Administração do concelho, *Correspondência para o Administrador Geral, 1843-1849*, n.º 1.1.4.6, não paginado.

<sup>43</sup> Veja-se Ferrão, Francisco António Fernandes da Silva, *Theoria do direito penal applicada ao código penal portuguez*, vol 2, Lisboa, Typographia Universal, 1856, p. 130.

<sup>44</sup> AMV, Administração do concelho. *Correspondência para o Administrador Geral 1840-1842*, n.º 1.1.4.5, não paginado.

<sup>45</sup> Confirme-se *Código Penal de 1852*, Lisboa, Edição do Ministério da Justiça, 2002, p. 34.

**Gráfico 2.** Tempo de condenação (1840-1870)



Fonte: AHGCVC, *Registo geral dos presos sentenciados a trabalhos públicos, distrito de Viana do Castelo – 1.ª Repartição*, n.º 1.6.3.20.

Estes resultados mostram que a duração mais comum da pena dos que cumpriram a pena de trabalhos públicos no distrito de Viana do Castelo foi entre dois e três anos, além de revelarem uma maior frequência na aplicação desta sanção na década de quarenta e inícios da de cinquenta do que nos anos seguintes do século XIX. Entre Novembro de 1840 e 1852, no distrito de Viana do Castelo, cumpriram pena de trabalhos públicos 71 indivíduos. Entre 1853 e 1870, verificaram-se apenas sete condenações.<sup>46</sup> A pena de trabalhos públicos para toda a vida, cumprida na praça militar de Valença, foi aplicada somente a três indivíduos.

<sup>46</sup> AHGCVC, *Registo geral dos presos sentenciados a trabalhos públicos, distrito de Viana do Castelo – 1.ª Repartição*, n.º 1.6.3.20.

## 2. Os condenados

Segundo o disposto no Código Penal de 1852, a pena de trabalhos públicos não podia ser aplicada às mulheres, nem aos menores de 17 anos ou maiores de 60, bem como a indivíduos que sofressem de doença incapacitante.<sup>47</sup>

Conseguimos apurar a idade de apenas 42% dos condenados a trabalhos públicos no distrito de Viana do Castelo, entre 1840 e 1870. Na sua maioria, eram jovens adultos, cuja média de idades rondava os 33 anos.<sup>48</sup> Na década de quarenta, antes da promulgação do primeiro Código Penal português, encontrámos dois indivíduos considerados como menores de idade, não tendo sido identificado qualquer preso com mais de 50 anos.

No que concerne à naturalidade, é de salientar que entre os indivíduos que cumpriam pena de trabalhos públicos no distrito, sobretudo em Valença e Viana do Castelo, havia originários de outras jurisdições, designadamente de Chaves, Lisboa, Braga e Porto. Nem sempre eram esclarecidas as razões da vinda de condenados de outros distritos, mas entendemos que se tratava de indivíduos que cumpriam pena no distrito de Viana do Castelo por ser a região onde tinham praticado os crimes que ditaram a sua condenação.

Há ainda que referir a presença de naturais da vizinha Espanha, mais propriamente da província da Galiza, cuja condenação tinha sido ditada pelo cometimento de crimes em território português. Em todos os casos analisados, o delito que mais motivou a sua detenção foi o furto. É paradigmática a pena de José Adreira, natural da Galiza, julgado em Monção, em 1847, acusado do crime de furto, pelo qual foi sentenciado a dois anos de trabalhos públicos. Esteve preso na cadeia de Monção até Março de 1848, altura em que foi transferido para Valença, onde permaneceu até 1849.

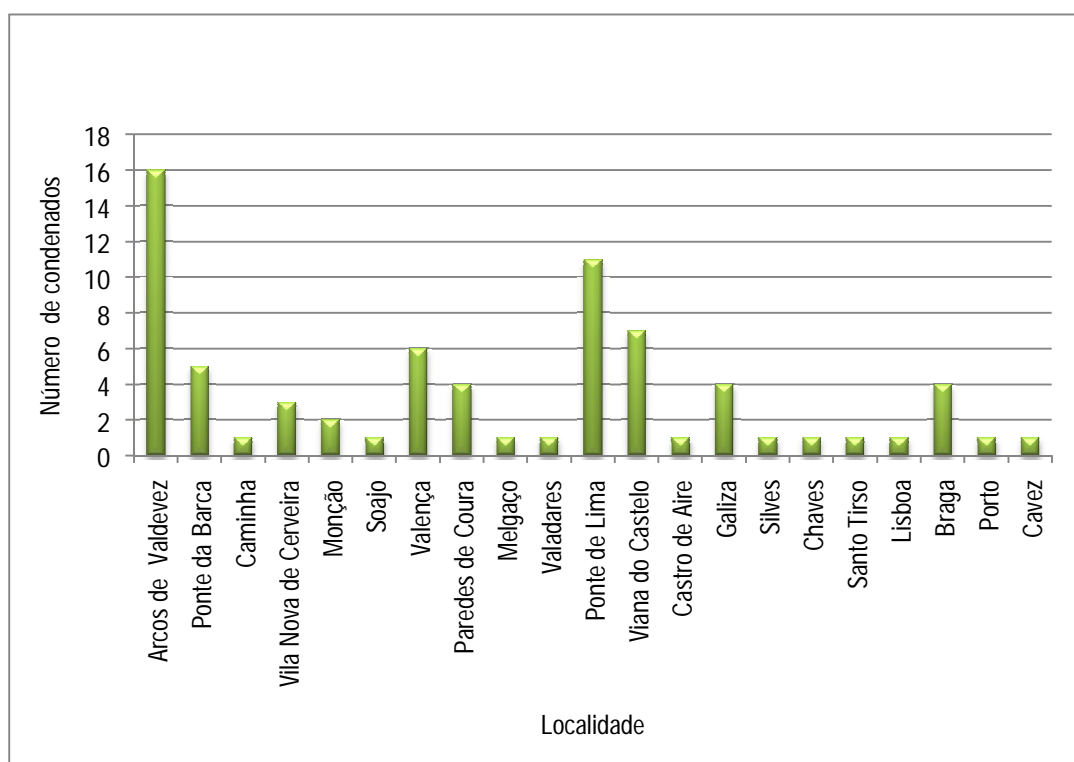
Conforme se pode verificar no gráfico 3, entre os concelhos de origem dos sentenciados sobressai o de Arcos de Valdevez, seguido pelos de Ponte de Lima e de Viana do Castelo.

---

<sup>47</sup> *Código Penal de 1852...*, pp. 40-41.

<sup>48</sup> AHGCVC, *Registo geral dos presos sentenciados a trabalhos públicos, distrito de Viana do Castelo – 1.<sup>a</sup> Repartição*, n.º 1.6.3.20, não paginado.

**Gráfico 3.** Naturalidade dos presos condenados a trabalhos públicos (1840-1870)

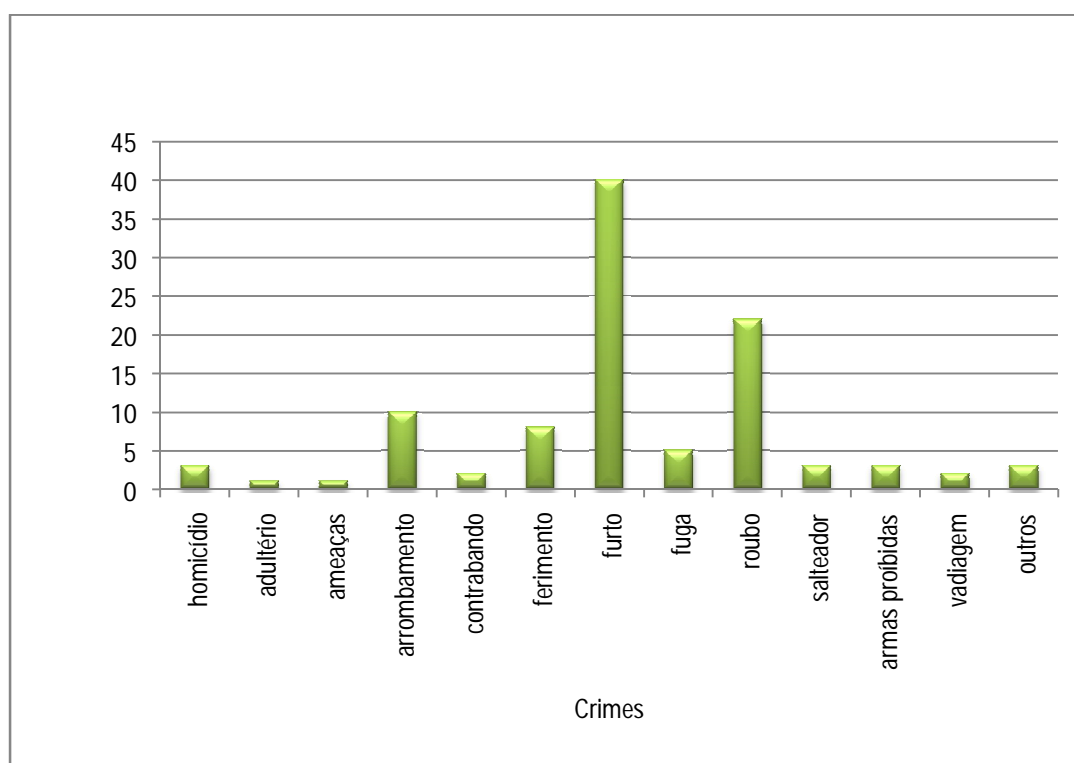


Fonte: AHGCVC, *Registo geral dos presos sentenciados a trabalhos públicos, distrito de Viana do Castelo – 1.ª Repartição*, n.º 1.6.3.20.

Os condenados a trabalhos públicos no concelho de Arcos de Valdevez passavam pela prisão de Viana do Castelo até serem conduzidos para Valença. Os naturais do concelho de Ponte de Lima cumpriram pena no presídio de Valença ou em Viana do Castelo, no Porto ou até na cadeia daquela vila. O mesmo se passava com originários do concelho de Viana do Castelo, cuja pena era executada na cadeia da sede do concelho, no Porto ou na prisão militar de Valença. Os condenados dos restantes municípios eram remetidos sobretudo para Valença.

Conforme se pode ver no gráfico 4, os crimes contra a propriedade, ou seja, o roubo, o furto e o arrombamento, foram os que mais pesaram nas condenações a trabalhos públicos.

**Gráfico 4.** Crimes cometidos pelos condenados a trabalhos públicos (1840-1870)



Fonte: AHGCVC, *Registo geral dos presos sentenciados a trabalhos públicos, distrito de Viana do Castelo 1.ª Repartição*, n.º 1.6.3.20.

De acordo com os artigos 434.º, 435.º e 441.º do Código Penal de 1852, estava prevista a aplicação da pena de trabalhos públicos no Ultramar para os culpados pelo crime de roubo.<sup>49</sup> No caso de crime de arrombamento, este surge sempre associado ao roubo ou furto. Três destes delitos tiveram como alvos igrejas donde foram retirados objectos sagrados, o que motivou o agravamento das sanções aplicadas aos seus autores.

Nos três casos perscrutados do crime de homicídio, foi aplicada a pena de trabalhos públicos perpétuos. Num deles, Domingos Manuel Soares, acusado do crime de homicídio voluntário, foi condenado no juízo de Arcos de Valdevez, em 1870, a 10 anos de prisão celular, seguidos de 12 anos de degredo em África ou, em alternativa, a trabalhos públicos para toda a vida.<sup>50</sup>

<sup>49</sup> *Código Penal de 1852...*, pp. 131-132.

<sup>50</sup> AHGCVC, *Registo geral dos presos sentenciados a trabalhos públicos, distrito de Viana do Castelo – 1.ª Repartição*, n.º 1.6.3.20, não paginado.



Ainda conforme o disposto no Código Penal de 1852, a pena de trabalhos públicos perpétuos também estava prevista para os casos de culpabilidade no crime de falsificação de moeda (artigo 206.º); falsificação de escritos (artigo 215.º); cárcere privado (artigo 332.º); homicídio voluntário (artigo 349.º); incêndio (artigo 466.º); de ferimento, caso se verificasse morte do ofendido 40 dias depois da ocorrência do crime (artigo 366.º); e de roubo de objectos sagrados dos lugares de culto (artigo 441.º).

Os responsáveis pelo crime de associação criminosa, vulgo salteadores, incorriam na pena de trabalhos públicos temporários. No distrito de Viana do Castelo e durante o hiato temporal analisado, esta punição foi aplicada a três indivíduos, dois naturais de Arcos de Valdevez e um do Soajo, a qual foi cumprida no presídio de Valença.<sup>51</sup>

Foram ainda condenados à pena de trabalhos públicos indivíduos acusados do crime de vadiagem. Note-se que, no século XIX, aumentou a necessidade de distinguir os verdadeiros dos falsos pobres. Enquanto os verdadeiros mendigos se tornaram alvo de beneficência, a falsa pobreza não só era censurada, mas também reprimida, o que passava pela punição e sujeição aos mecanismos judiciais da época ou pela incorporação nos corpos militares. Procurava-se, desse modo, inculcar os valores do trabalho e a disciplina nos indivíduos que estavam em condições físicas e mentais de serem úteis à sociedade, de acordo com os valores burgueses predominantes.<sup>52</sup> Cabia às autoridades administrativas zelar pelo bem-estar público e reprimir a vagabundagem, sendo concedida aos vadios a oportunidade de optarem entre assentar praça voluntariamente, ou serem submetidos a um processo judicial que os podia conduzir ao cárcere.<sup>53</sup>

Até à promulgação do Código Penal de 1852, o vadio, entendido como aquele que vivia na ociosidade, à custa de terceiros, sem procurar garantir o seu sustento, provocando escândalo público pela sua conduta, podia incorrer na pena de açoites e condenação às galés, de acordo

---

<sup>51</sup> AHGCVC, *Registo geral dos presos sentenciados a trabalhos públicos, distrito de Viana do Castelo – 1.ª Repartição*, n.º 1.6.3.20. *Código Penal de 1852...*, pp. 87-88.

<sup>52</sup> AHGCVC, *Registo das circulares expedidas pela Primeira repartição desde 2 de Janeiro de 1838 até 25 de Agosto de 1841*, n.º 1.10.4.30, não paginado.

<sup>53</sup> Sobre a participação dos vadios no serviço militar e o interesse do Estado em recorrer à sua incorporação como forma de minorar as constantes deserções dos jovens em idade de serem recrutados veja-se Silva, Susana Serpa, “Mendicidade e vadiagem na comarca de Ponta Delgada (Segundo quartel do século XIX)”, in Vaz, Maria João; Relvas, Eunice; Pinheiro, Nuno (orgs.), *Exclusão na História. Actas do Colóquio Internacional sobre Exclusão Social*, Oeiras, Celta Editora, 2000, pp. 183-185.

com as Ordenações e com as Leis Extravagantes (leis de 12 de Março de 1603, de 30 de Dezembro de 1605 e de 25 de Dezembro de 1608; decretos de 23 de Setembro de 1701 e de quatro de Novembro de 1755 e lei de 25 de Junho de 1760).<sup>54</sup> Em determinadas circunstâncias, como no caso de ser encontrado em casas de jogo, ou a vender sem estar munido da respectiva licença, sujeitava-se à pena de degredo para a Índia e de prisão, respectivamente.

Em 1839, no sentido de reforçar o combate à vadiagem foi evocado pelo governador civil do distrito de Viana do Castelo o decreto de quatro de Novembro de 1755, que definia o vadio como sendo “o que não busca meio de subsistência, e vive na sociedade à custa de terceiro”, e previa a sua condenação a trabalhos públicos na cidade de Lisboa, e “os que não tem ocupação, ou a tem deixado para viver na ociosidade”, segundo alvará de 15 de Dezembro de 1809.<sup>55</sup> De acordo com as portarias de 12 de Junho e 17 de Julho de 1839, aqueles que fossem considerados vadios podiam optar pela integração no serviço militar, desde que tivessem a robustez física suficiente.<sup>56</sup> Todavia, impunha-se uma criteriosa selecção dos indivíduos classificados como vadios que poderiam ser admitidos no serviço militar, para evitar que este fosse corrompido pelos maus hábitos.<sup>57</sup> O receio da vagabundagem crescia em resultado da

---

<sup>54</sup> Confirme-se Sousa, Joaquim José Caetano Pereira, *Classes dos Crimes, por Ordem Systemática, com as penas segundo a legislação actual*, 2.ª edição, Lisboa, Oficina de J. F. M. de Campos, 1816, pp. 117-118.

<sup>55</sup> AHGCVC, *Registo das circulares expedidas pela Primeira repartição desde 2 de Janeiro de 1838 até 25 de Agosto de 1841*, n.º 1.10.4.30, não paginado. Sobre a evolução da legislação de coação e repressão à vadiagem, veja-se Relvas, Eunice, *Esmola e degredo. Mendigos e Vadios em Lisboa (1835-1910)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002, pp. 99-100.

<sup>56</sup> Em 1869, o governador civil de Viana do Castelo enviou a todos os administradores dos concelhos sob sua jurisdição as principais directrizes sobre a vigilância, inspecção e policiamento de vadios e mendigos, que deviam ser cumpridas por aqueles, de acordo com n.º 8 do artigo 249.º do Código Administrativo. Entre essas obrigações, contava-se a de não permitir que qualquer mendigo pedisse esmola sem estar munido de uma licença passada pelo administrador do concelho. Esse documento só podia ser concedido aos indivíduos que fossem naturais do concelho ou que nele residissem por um período de tempo superior a dois anos, reconhecidamente pobres, e que pela sua idade ou estado físico estivessem impossibilitados de trabalhar. A naturalidade, residência e pobreza deviam ser provadas por atestados passados pelos párocos e regedores da paróquia, e a impossibilidade de trabalhar devia ser justificada através de um exame realizado por um facultativo. Os indivíduos considerados válidos e capazes de ganhar a vida, ou os que não tivessem provado devidamente a sua pobreza e fossem encontrados a mendigar sem licença seriam autuados e entregues ao poder judicial para serem punidos na conformidade das leis. AHGCVC, *Cópia de várias circulares de 5 de Novembro de 1868 a Dezembro de 1873*, n.º 1.10.4.15, não paginado.

<sup>57</sup> AHGCVC, *Circulares a várias autoridades – Janeiro a Setembro de 1847*, n.º 1.10.4.11, não paginado.

associação deste crime aos atentados contra a propriedade, sobretudo furtos e roubos. Um dos indivíduos condenados a trabalhos públicos no presídio de Valença, Francisco José de Araújo, com sentença de dois anos e meio, foi considerado culpado do crime de vadiagem e ladroagem.<sup>58</sup> Com a promulgação do Código Penal de 1852, o vadio passou a incorrer na pena de prisão, de acordo com o artigo 256.º. A falsa pobreza era igualmente alvo de condenação, que oscilava entre os dois meses e os dois anos de prisão.<sup>59</sup>

O quadro 1 mostra a movimentação e as libertações dos presos condenados a trabalhos públicos, no distrito de Viana do Castelo, entre 1839 e 1870. No que diz respeito aos indivíduos que conseguiram obter a liberdade no período representando, alguns deles tinham iniciado o cumprimento da sua pena antes de 1839. Mesmo assim, a informação neste domínio é deficitária, uma vez que não possuímos alvarás de soltura correspondentes a todo o período em análise, circunscrevendo-se a alguns anos da década de cinquenta.

---

<sup>58</sup> AHGCVC, *Registo geral dos presos sentenciados a trabalhos públicos, distrito de Viana do Castelo – 1.ª Repartição*, n.º 1.6.3.20, não paginado.

<sup>59</sup> Sobre a forma como o Código Penal de 1852 encarava e condenava a vadiagem, veja-se Fatela, João, “«Para se lhes dar destino... » Modos de repressão dos vadios em Portugal na segunda metade do século XIX” in Vaz, Maria João; Relvas, Eunice; Pinheiro, Nuno (orgs.), *Exclusão na História. Actas do Colóquio Internacional sobre Exclusão Social...*, pp. 149-156.

**Quadro 1.** Movimento de indivíduos condenados a trabalhos públicos no distrito de Viana do Castelo (1839-1870)

Ano	N.º de condenados a trabalhos públicos	N.º de alvarás de soltura
1839	8	-
1840	1	-
1841	7	-
1842	3	1
1843	3	-
1844	3	-
1845	5	-
1846	1	-
1847	2	-
1848	7	-
1849	2	2
1850	2	3
1851	19	4
1852	9	11
1853	1	6
1854	1	9
1855	0	5
1856	0	-
1857	0	-
1858	0	-
1859	0	-
1860	2	-
1861	0	-
1862	0	-
1863	2	1
1864	0	2
1865	0	-
1866	0	-
1867	0	-
1868	1	-
1869	0	-
1870	1	-

Fonte: AHGCVC, *Registo geral dos presos sentenciados a trabalhos públicos, distrito de Viana do Castelo – 1.<sup>a</sup> Repartição*, n.º 1.6.3.20.

Foi entre os finais da década de trinta e inícios da década de cinquenta do século XIX que se verificou o maior número de condenações a trabalhos públicos no distrito de Viana do Castelo, com especial destaque para o ano de 1851. São também estes os anos de maior instabilidade a nível da segurança e do bem-estar público na região. O facto de as condenações incidirem mais neste período explica, ainda que parcialmente, a concentração dos alvarás de

soltura na década de cinquenta, até porque, como referimos, tratava-se, na maior parte dos casos, de indivíduos condenados a penas que oscilavam entre os dois e três anos.

Durante o dia, enquanto executavam as tarefas que lhes eram atribuídas, os sentenciados estavam agrilhoados com uma corrente de ferro no pé, ou tinham que permanecer acorrentados, por vezes uns aos outros, o que constituía, certamente, um vexame. Alguns pediam para usarem apenas as algemas e os ferros individuais, como fizeram Severino Joaquim Ribeiro e António Joaquim de Sousa e Mello, que solicitaram para não utilizarem uma corrente que os amarrasse um ao outro, uma vez que as sentenças não os obrigavam a isso, pelo que o pedido foi atendido.<sup>60</sup>

No caso do presídio de Valença, tratando-se de uma estrutura militar, os sentenciados civis conviviam com os condenados militares. Embora fossem entregues às autoridades administrativas pelo Ministério Público, ao entrarem naquela praça ficavam sujeitos às tarefas atribuídas pelo governador militar da praça. O administrador do concelho de Valença interferia, unicamente, na sustentação dos condenados civis de fracos recursos.

Durante os seus afazeres diários, os sentenciados conviviam uns com outros, o que facilitava a maquinação de planos de fuga, apesar dos ferros, algemas e grilhetas que dificultavam os seus movimentos. Acrescia o facto de a noite ser partilhada com os condenados a prisão. No caso da cadeia das “Portas do Sol” de Valença, presos civis e militares conviviam diariamente. Ora, o quotidiano destes reclusos era pautado pela ociosidade e podiam, e faziam-no certamente, gizar e compartilhar os seus planos de evasão com os sentenciados a trabalhos públicos. Entre 1840 e 1870, no presídio de Valença, registaram-se duas fugas levadas a cabo por condenados a trabalhos públicos. Uma delas, protagonizada por António José Martins, condenado, em Maio de 1847, pelos delitos de roubo, espancamento e ferimento, contou com a ajuda de um soldado que o acompanhou na evasão. No entanto, o fugitivo acabou por ser capturado e regressou ao presídio de Valença.<sup>61</sup> Mas se alguns estavam sentenciados a trabalhos forçados por fugirem da cadeia, outros encontravam-se a cumprir a mesma pena por terem deixado os presos escapulir-se do cárcere.<sup>62</sup>

---

<sup>60</sup> AHGCVC, *Correspondência com os Administradores dos Concelhos*, n.º 1.7.2.16, não paginado.

<sup>61</sup> AHGCVC, *Registo geral dos presos sentenciados a trabalhos públicos, distrito de Viana do Castelo – 1.ª Repartição*, n.º 1.6.3.20.

<sup>62</sup> Foi o caso de António José de Barros, condenado, em 1840, a trabalhos públicos por um ano, por ter deixado fugir um preso. AHGCVC, *Registo geral dos presos sentenciados a trabalhos públicos, distrito de Viana do Castelo – 1.ª Repartição*, n.º 1.6.3.20, não paginado.

Expiada a pena, cabia ao administrador do concelho informar o governador civil, remetendo-lhe o alvará de soltura do prisioneiro. Este documento devia ser apresentado pelo condenado no juízo onde tinha sido julgado para obter baixa na culpa. Nem sempre o castigo era cumprido na totalidade. Em alguns casos, os condenados viram as suas penas comutadas e noutros beneficiaram de indultos, conhecendo o sabor da liberdade mais cedo do que o previsto.<sup>63</sup>

---

<sup>63</sup> António José de Sousa Melo, condenado, em 26 de Junho de 1852, a seis anos de trabalhos públicos, foi posto em liberdade em 1855, aproveitando o indulto que foi concedido. AHGCVC, *Registo geral dos presos sentenciados a trabalhos públicos, distrito de Viana do Castelo – 1.ª Repartição*, n.º 1.6.3.20, não paginado.



## CONCLUSÃO





O quotidiano dos habitantes da região do Alto Minho era bem mais agressivo e violento do que as estatísticas oficiais deixavam transparecer. Sendo o distrito de Viana do Castelo eminentemente rural, o dia-a-dia das suas populações era preenchido, em boa parte, com os trabalhos agrícolas, procurando tirar o seu sustento das pequenas parcelas de terra, amanhadas à custa, sobretudo, da força dos braços. Mas se a terra era fonte de mantimento, constituía também, com alguma frequência, pretexto para a eclosão de conflitos e crimes, que nem sempre caíam sob a alçada da lei, e que envolviam homens e mulheres.

Os episódios de violência que ocorriam nas terras do Alto Minho não ultrapassavam, na maior parte dos casos, os limites da rua ou do lugar. Todavia, podiam ganhar a forma de motins e revoltas, nomeadamente em conjunturas adversas, causadas pela instabilidade política e económica ou pela subida do preço dos cereais, como aconteceu em alguns anos das décadas de cinquenta e sessenta do século XIX. Nessas ocasiões, as gentes do povo, em particular os mais pobres, aqueles que mais sofriam com as crises de subsistência, com o aumento dos impostos e com a ausência de braços para o trabalho, não hesitavam em dar voz ao seu descontentamento. Se alguns desses movimentos revelam um cunho de espontaneidade, outros, sem dúvida, denotam uma clara premeditação. Deste modo, somos levados a admitir a existência de dois tipos de violência que se manifestavam na região alto minhota: uma, planeada e organizada, de maior impacto e visibilidade, e outra, de carácter espontâneo e ocasional e menos perceptível.

A violência espontânea era, muitas vezes, despoletada por questões que tinham a ver, por exemplo, com disputas que envolviam familiares ou vizinhos, relacionadas com a posse ou a delimitação da propriedade, a conduta moral, as lides do campo e dos ofícios ou a simples convivência diária. Os protagonistas eram sobretudo do sexo masculino, embora as mulheres não estivessem completamente arredadas, pois, de vez em quando, também apareciam implicadas na prática de pequenos delitos, ou até em crimes bem mais graves, como o infanticídio, o envenenamento e o homicídio.

Tratava-se de uma conflituosidade que não resultava apenas dos móveis que a desencadeavam ou da intervenção dos actores que a protagonizavam, mas também era condicionada pelos espaços em que se desenrolava, uma vez que a materialização dos seus objectivos podia depender do local onde era praticada. Verifica-se, de forma clara, que à medida que se estreitam os laços entre os contendores, diminuía o espaço de consecução da violência, podendo, então, considerar-se que, conforme se estreitava a sua territorialidade, perdia a sua

função de punição pública para dar lugar ao castigo privado. Deste modo, nas feiras e nas romarias, nos mercados e nas ruas ou caminhos, agrediam-se vizinhos e desconhecidos, alargando-se não só as possibilidades de conflito como o número de potenciais contendores. A casa era o palco por excelência da violência doméstica, mas também era alvo de investidas vindas de fora, sob a forma de furtos e roubos, envolvendo, neste caso, ataques à integridade física dos seus moradores.

Por vezes, havia uma clara ligação entre as causas do conflito e o local onde ocorria. Por exemplo, as disputas que aconteciam nos campos eram suscitadas por diferendos relacionados com a água, as delimitações das propriedades ou as incursões de gado em terras alheias. No caso dos montes, a maioria dos desaguisados, alguns de graves consequências, que arrastavam freguesias inteiras, eram gerados pela disputa do seu usufruto. Este facto possibilita-nos afirmar que as contendas resultavam essencialmente de questões relacionadas com a economia doméstica. Já as cenas de violência que eclodiam em festas, romarias, mercados e feiras ou em locais de sociabilidade, como vendas e tabernas, eram despoletadas por inúmeras razões, algumas bem comezinhas, se bem que, pelo menos em alguns casos, o consumo desregrado de bebidas alcoólicas contribuisse para a exaltação dos ânimos e o descontrolo dos impulsos.

São vários os factores que podem ser invocados para justificar a permanência destes comportamentos mais arrebatados até à década de setenta do século XIX. Desde logo, é de apontar uma certa inépcia demonstrada pelas instituições administrativas e judiciais, cujos membros, devido, por exemplo, à falta de distanciamento em relação à comunidade, acabavam por cair em descrédito, pairando sobre eles a desconfiança relativamente à forma como exerciam os seus cargos. Face a isto, as populações, para resolver as suas querelas, não hesitavam em fazer justiça pelas próprias mãos, contribuindo para que a violência e o conflito se tornassem costumeiros. Por outro lado, uma certa dificuldade na verbalização das emoções levava-as a enveredar, sem mais rodeios ou subterfúgios, pela via da agressão, que tanto podia ficar pela injúria como chegar à violência física, em resposta à provocação, a um gesto menos próprio ou a uma palavra mais ríspida.

Note-se, todavia, que apesar desta realidade nos parecer evidente, as autoridades continuavam a insistir no recurso a bodes expiatórios, procurando escapar à responsabilidade pela insegurança que assolava o distrito, em lugar de apostarem em medidas mais exigentes e estruturais, como, por exemplo, a escolarização das populações e a expansão das vias de comunicação.

Assim, para entrever a origem do conflito e da violência no Alto Minho, foi necessário contornar o discurso oficial, muitas vezes inconsistente, que apresentava a violência e os actos delituosos a ela associados como incidentes ocasionais, cuja origem podia ser imputada a grupos facilmente identificáveis, como vagabundos e foragidos ao serviço militar, e que resultariam simplesmente de situações conjunturais. Porém, foram vários os indícios que nos permitiram abordar a violência, o conflito e a agressividade como uma realidade estrutural e transversal à sociedade alto minhota. Uma delas relacionava-se com a forma como a violência era exercida. Esta não pode ser encarada apenas sob o ponto de vista físico, pois a violência verbal era uma arma usada pelas comunidades, sempre que considerassem que os seus valores ou os usos e costumes estavam a ser postos em causa. O recurso à injúria ou à alcunha não era mais do que um mecanismo de controlo social informal, que podia servir para ofender e humilhar o visado ou como prelúdio de cenas de pancadaria.

Os instrumentos habitualmente utilizados para agredir traduzem a existência de uma violência essencialmente instintiva e conectada com o dia-a-dia do homem e da mulher do Alto Minho. Batia-se recorrendo às alfaias agrícolas, ao pau ou à pedra, enfim, ao que estivesse mais à mão, embora o recurso às armas brancas e de fogo se tivesse intensificado no século XIX.

A existência da violência como uma realidade estrutural pode ser comprovada se tomarmos em consideração os tempos em que a mesma tinha lugar. Assim, verificamos que é possível estabelecer uma correlação entre o acréscimo das acções violentas e o calendário religioso e agrícola, marcado pelas festas em honra dos santos padroeiros e pelas sementeiras e colheitas, respectivamente, que constituíam oportunidades por excelência de reunião e sociabilidade das populações alto minhotas.

No sentido de fazer valer a nossa perspectiva, podemos ainda olhar ao enquadramento socioprofissional dos contendores, embora nem sempre seja possível fazê-lo. A este propósito, constatámos que se tratava sobretudo de indivíduos com ocupação, na sua maioria oriundos das classes populares. Além destes, encontrámos mendigos, vadios e desertores envolvidos em acções criminosas, designadamente em atentados contra a propriedade. Deste modo, será legítimo concluir que o delito não era obra exclusiva de grupos marginais e de criminosos profissionais, pois homens e mulheres devidamente inseridos na sociedade também tinham a sua quota-parte de responsabilidade. Se muitas destas acções apenas conheciam a sanção social, outras caíam nas malhas da justiça.

A actividade criminal conheceu oscilações, às quais não foram alheios os acontecimentos que marcaram a primeira metade do século XIX, bem como as alterações registadas no contexto económico. As invasões francesas, a guerra civil, as intrigas políticas desencadeadas na fronteira galaico-minhota por carlistas e miguelistas, o clima de suspeição que se tinha instalado, o desrespeito que as populações demonstravam pelas novas instituições formadas na era pós-miguelista, bem como a falta de policiamento nas zonas rurais, contribuíam igualmente para o aumento dos números do crime. O cisma religioso, a falta de segurança das cadeias, que facilitava fugas, e o sistema de júri, que promovia a impunidade dos transgressores, foram factores que também concorreram para o aumento das acções criminosas e para a sua reincidência.

A década de trinta do século XIX revelou-se particularmente perniciosa no domínio da criminalidade com um claro agravamento dos números de delitos, que só começaram a estabilizar a partir da década de quarenta. Esta tendência de descida manteve-se até 1856, ano de adversidades a nível económico e de crescimento não só dos números do crime, como da criminalidade violenta. Contudo, nos anos seguintes, subsistiu a tendência de diminuição, com excepção de alguns anos da década de sessenta do século XIX.

Porém, as razões acima mencionadas não se fizeram sentir do mesmo modo em todos os concelhos, nem explicam toda a criminalidade praticada no Alto Minho. Se os atentados contra pessoas foram uma realidade transversal a toda a região, salvo ligeiras variações, bem como os praticados contra a propriedade, cuja frequência está mais dependente do contexto económico do que geográfico, o mesmo não se pode dizer de alguns delitos que inserimos na categoria de atentados contra a segurança, a ordem e a tranquilidade pública, que nos levam a falar da existência de uma criminalidade de fronteira. Referimo-nos muito particularmente ao contrabando, que, tirando partido da ineficácia do sistema de vigilância, era praticado sobretudo nas zonas raianas e costeiras, por onde entrava todo o género de bens, incluindo animais, com claro prejuízo para o Estado e para os agricultores. Uma boa parte dos produtos contrabandeados era traficado em feiras e mercados do distrito, como acontecia, por exemplo, na feira de Paredes de Coura.

Outros atentados contra o Estado, como o crime de falsificação de moeda, não foram influenciados pelo factor geográfico. Este delito, para além do seu impacto negativo na economia nacional, era ainda responsável pela ocorrência de outros crimes, como rixas, desordens e

ferimentos, que muitas vezes tinham lugar nas feiras, lugares por excelência de traficância de moeda falsa.

Dada a proximidade geográfica, eram muitos os naturais da província espanhola da Galiza que demandavam as terras do Alto Minho. Alguns deles, sobretudo os que tinha entrado ilegalmente e não conseguiam vencer as barreiras da integração, acabavam por cair nas malhas do crime. Mas do outro lado chegavam também criminosos foragidos, que procuravam em território português um resguardo mais seguro, para escaparem à perseguição que lhes era movida pelos agentes da justiça.

A emigração ilegal era outro delito que preocupava o Estado oitocentista. Aliás, a imprensa da época dava conta da apreensão que esse fenómeno causava em toda a sociedade, alertando para as consequências nefastas que acarretava para o desenvolvimento da agricultura e da indústria nacionais. À sangria de homens que legalmente abandonava o país, juntavam-se muitos outros que partiam clandestinamente e cujo número é impossível de calcular. A legislação destinada a combatê-la revelou-se ineficaz, pela falta de meios e de uma comunicação articulada entre as diferentes entidades e até pela existência de redes de convivência.

Ainda que inconstante, o quadro da criminalidade do Alto Minho, entre os finais do século XVIII e a década de sessenta do século XIX, era dominado pelos atentados contra pessoas. Era um quadro bem distinto do verificado nos Estados europeus que já tinham conhecido o processo de industrialização e nos quais sobressaíam os crimes contra a propriedade. Nesses Estados, verifica-se o predomínio do furto sobre o roubo, o que era interpretado como sinal de progresso, significando que as populações tinham sofrido um processo civilizacional, que se reflectiu no refreamento dos seus impulsos mais violentos. Também no distrito de Viana do Castelo essa transformação ocorreu tardiamente e, por norma, o roubo tinha primazia sobre o furto. Nesta região roubava-se e furtava-se sobretudo por necessidade, mas igualmente por vingança e até por divertimento.

Como salientámos, os crimes contra pessoas eram os dominantes no decorrer do período analisado. Rixas, desordens e discussões, que culminavam em ferimentos mais ou menos graves, faziam parte do quotidiano dos homens e das mulheres do Alto Minho. Digladiava-se, entre muitas outras razões, pela honra ofendida ou pelo cometimento de furtos e roubos; pelo usufruto dos montes ou pela delimitação das propriedades; por diferendos laborais ou disputas domésticos; por desejo de vingança ou resistência às autoridades. Em suma, tudo servia de pretexto para desencadear a contenda. Esta podia ficar-se pela troca de insultos, ou

chegar à agressão física e até mesmo ao homicídio. Aliás, este era um crime que, no distrito de Viana do Castelo, acontecia mais como consequência de zaragatas e de discussões acaloradas do que de actos premeditados e intencionais. Ao longo do século XIX, verificou-se uma tendência para a diminuição do número de homicídios no Alto Minho, acompanhando o crescimento do sentimento de repulsa para com este crime, resultante do desenvolvimento de um discurso moralizador e burguês, até porque o Código Penal de 1852 continuava a prever a aplicação da pena capital.

Houve ainda um conjunto de crimes, cujo cometimento pode ser explicado, ainda que não de forma inequívoca, pelo quadro mental e pela tábua de valores imperantes na região. Foi também através da mentalidade e dos valores que nos apercebemos da postura da sociedade perante os crimes. Se nuns casos, apostava na sua divulgação, noutros procurava a todo o custo sonegá-los. Havia um enorme silêncio a pairar sobre os delitos de natureza sexual, nomeadamente sobre o estupro e a violação, explicado pelo estigma que recaía sobre as vítimas e até sobre as respectivas famílias. As abusadas, cuja honra e pureza tinham sido manchadas, ficavam com a sua imagem social destruída e o seu futuro seriamente comprometido. Os testemunhos da época levam-nos a considerar que eram frequentes as relações sexuais pré-matrimoniais, pelo menos entre as camadas mais baixas da população. No entanto, a virgindade, enquanto construção social, era valorizada e a rapariga solteira, se tinha pretensões matrimoniais, devia acautelar a sua imagem de pureza e castidade. Mas nem só mulheres adultas eram vítimas de crimes sexuais. Também as crianças, por vezes dentro das próprias casas, eram sujeitas a este tipo de agressão. Nestes casos, por norma, o estuprador tinha uma relação de proximidade e de confiança com a criança, o que facilitava a concretização dos seus intentos. Os agressores procuravam tirar partido das suas fragilidades, da sua pobreza ou da sua orfandade, para além da sua inocência. Estes crimes eram dos que mais chocavam a opinião pública, levantando verdadeiras ondas de revolta contra os seus autores.

Também a mentalidade e os valores associados à honra feminina e masculina explicam o relativismo das posições que as comunidades, e a própria justiça, assumiam face ao adultério e à mancebia. Se em relação ao homem havia condescendência, a mulher infiel desonrava-se a si e à família, em particular ao marido, tornando-se alvo de chacota e de um chorrilho de epítetos condenatórios. A questão da honra pode ainda ser evocada, juntamente com a pobreza e até a perturbação mental, para explicar um conjunto de delitos tipicamente femininos, geralmente premeditados, como o aborto, o infanticídio e o abandono de crianças.

Os delitos de resistência, assuada e sedição não eram mais do que sintomas da dificuldade da população em aceitar algumas das opções tomadas pelas instituições e pelas entidades que as representavam, sobretudo quando punham em causa usos e costumes ancestrais. O recrutamento militar e as fraudes que falseavam os sorteios eram dos principais motivos que levavam as pessoas a agrupar-se e a rebelar-se contra as autoridades. E mais uma vez o crime leva-nos para a necessidade de compreender o contexto económico da região. Esta repulsa das gentes do Minho contra o serviço militar, que Camilo Castelo Branco tão bem retratou na sua obra *O Comendador*, prendia-se com o receio das famílias em perder braços indispensáveis para cultivar as terras, labutar nos ofícios e na actividade comercial.

Não era apenas o recrutamento militar que suscitava a formação de ajuntamentos populares, pois a contestação também era dirigida a todos aqueles que, no entender dos contestatários, os prejudicavam, sobretudo sob o ponto de vista financeiro. Párocos e cobradores de contribuições eram, por essa razão, alguns dos visados pela ira popular. Todavia, os que mais sofriam na pele a cólera das populações eram, entre outros, os cabos de polícia, os regedores, os oficiais de diligências, ou seja, os que tinham um contacto mais directo com as comunidades.

Alguns dos factores já explanados, nomeadamente aqueles que se prendem com a dificuldade em aceitar a vitória liberal após a guerra civil, contribuíram para o desenvolvimento de uma criminalidade organizada, praticada por guerrilhas que, após terem perdido o seu pendor político, deram lugar a bandos de salteadores, que infestaram a região, sobretudo até à década de cinquenta de oitocentos. A sua actuação, e até uma certa impunidade, foi facilitada pela proximidade com Espanha, dado que bandos galegos atacavam o território português e quadrilhas lusas levavam a cabo autênticas razias na vizinha Galiza, sem que as autoridades dos dois lados da fronteira conseguissem pôr-lhes cobro.

As quadrilhas, que, ao tempo, actuaram no Alto Minho, representam a realidade mais próxima do que podemos apelidar de criminalidade organizada. Eram grupos dotados de uma estrutura hierárquica, alguns liderados por homens carismáticos que conseguiram, por vezes, conquistar a simpatia e a colaboração das comunidades e, pelo menos em alguns casos, aproximaram-se da imagem do bandido social traçada por Hobsbawn. O apoio a estes bandos era prestado sobretudo pelas localidades serranas e mais isoladas, nomeadamente Melgaço, Monção, Valadares, Castro Laboreiro, Soajo e na parte norte do concelho de Arcos de Valdevez. Dissidentes políticos, vagabundos, desertores, galegos foragidos, simples "ladrões formigueiros",



entre outros, unidos por fortes laços de solidariedade, compunham estes bandos que aterrorizavam e pilhavam casas e povoações inteiras e abalavam a ordem e a tranquilidade pública. Sobretudo a partir de finais da década de quarenta do século XIX, a posição da sociedade face a estes bandidos foi-se alterando e a convivência foi dando lugar à rejeição, o que contribuiu para o seu progressivo desaparecimento.

É interessante constatar que, em oitocentos, assistimos ao aumento do interesse da sociedade pelo crime, que se traduz no aumento de obras de carácter científico publicadas por homens do Direito e da Medicina, bem como o crescente destaque que este assunto passou a ter nas páginas da imprensa. A este relevo não foi alheio um certo exagero no tratamento de algumas acções criminosas, que, na realidade, não se justificava, mas que serviu para alimentar a curiosidade popular e, ao mesmo tempo, criar um clima de medo e insegurança. Era raro o número dos jornais *O Vianense* ou *A Aurora do Lima* que, no seu bloco noticioso, não concedessem um tratamento de relevo à violência e ao crime.

A mesma atenção era dispensada pelos periódicos da época às cadeias do distrito de Viana do Castelo. Face ao estado desolador em que se encontravam os estabelecimentos prisionais, denunciavam o estado de degradação, a promiscuidade e insalubridade que as caracterizava, a aniquilação física e moral a que os encarcerados estavam sujeitos e não hesitavam em zurzir o comportamento negligente e a inépcia das autoridades. Se muitos Estados iniciaram a reforma dos seus cárceres entre a segunda metade do século XVIII e os primórdios do século seguinte, Portugal não fazia parte desse lote. Obviamente, a instabilidade política sentida no país ao longo de toda a primeira metade de oitocentos, bem como as suas limitações financeiras, não ajudaram à sua concretização. Algumas das tentativas reformistas surgidas no período vintista ruíram nos anos seguintes, dado que, durante o período de governação miguelista, as reformas preconizadas foram travadas, adiando-se a reestruturação de um sector cujo estado de deterioração se foi tornando cada vez mais evidente.

Se no plano teórico e legislativo a década de trinta da mesma centúria trouxe algumas novidades, estas não se reflectiram nas prisões do Alto Minho. As cadeias comarcãs e dos julgados continuaram, durante muitos anos, a funcionar como masmorras pútridas e insalubres, algumas próximas da ruína, num quadro idêntico ao existente nos cárceres do Antigo Regime. Os presos mais do que passarem por um processo de regeneração ou reabilitação, eram obrigados a lutar pela sobrevivência. Em todas elas, além da separação dos reclusos consoante o sexo, não havia condições físicas que impedissem a convivência entre todo o tipo de

delinquentes, nem tão-pouco evitar a promiscuidade, a violência e a indisciplina que grassavam nestes estabelecimentos, transformando-os em autênticas escolas de criminalidade.

A estas limitações acrescia a falta de segurança das instalações prisionais, o que dava azo a evasões sucessivas, por vezes com a conivência de carcereiros e guardas, ou de elementos externos à cadeia. Perante este quadro, a intervenção das autoridades não ia além de medidas que apenas procuravam remediar a situação e não de a corrigir. É assim que entendemos as reparações que, pontualmente, eram efectuadas nos edifícios prisionais, a transferência de presos e o reforço provisório da vigilância. Para esta inépcia contribuiu, certamente, o facto de, na região alto minhota, a criminalidade nunca ter sido encarada como um verdadeiro problema social, que implicasse a tomada de medidas adequadas, incluindo o devido acautelamento da segurança de pessoas, bens e lugares, incluindo as cadeias.

Todos estes problemas e limitações eram do conhecimento das autoridades distritais e do poder central, que nem sempre exerciam convenientemente as suas competências, nem mostravam o necessário empenho na resolução dessas dificuldades. Os testemunhos dos magistrados, após as suas *Visitas* aos cárceres, são bem reveladores da ligeireza com que encaravam as carências da realidade prisional, que procuravam camuflar com fórmulas estereotipadas. Julgamos que o problema carcerário não era uma questão prioritária no distrito, como também não o era para o país.

Ainda que o Estado tivesse redimensionado o seu papel no auxílio aos homens e mulheres pobres encerrados nos cárceres, essa mudança ocorreu dentro de um processo mais lato, que passou pelo modo como este preconizava a sua intervenção no domínio da assistência. Até à década de sessenta do século XIX, a ajuda prestada pelas Misericórdias continuou a ser crucial, dada a insuficiência das verbas estatais para custear a despesa com o vestuário e a alimentação dos presos pobres. A agravar este cenário, a prisão continuava a ser a morada por excelência de gente de poucos recursos, de homens, mulheres e crianças que, carregando já histórias de vida difíceis, tomavam contacto com uma realidade que pouco mais dura poderia ser do que a que enfrentavam quotidianamente. Assim sendo, as autoridades colocariam a si próprias a seguinte questão: para quê melhorar o espaço prisional, quando ele é habitado essencialmente por gente pobre, sem hábitos de higiene, habituada a pouco alimento e a viver em casas degradadas? Muito provavelmente, concluiriam que se apostassem na melhoria das condições de acolhimento das cadeias estariam a pôr em causa a sua função punitiva e dissuasora.

Mesmo que uma ou outra autoridade ambicionasse investir na moralização dos hábitos dos encarcerados, esse objectivo seria difícil de concretizar devido à total ausência de meios. A tentativa de, por exemplo, inculcar práticas de higiene pessoal na população encarcerada seria extremamente difícil, dada a inexistência de estruturas próprias de abastecimento de água. A introdução de hábitos de trabalho esbarrava em constrangimentos de natureza similar e até o cumprimento dos deveres religiosos era dificultado pela ausência de oratórios dentro das cadeias.

Assim, a prisão continuava a ser considerada como um prolongamento da realidade do quotidiano, marcado pela fome, pela doença, pelo frio, pelo desespero e pelo abandono, onde aos padecimentos do corpo se juntavam as dores da alma.

Aproveitando a ideia de isolamento associada ao espaço carcerário, representada pelas grades, símbolo de exclusão e ausência de liberdade, nele eram encerrados os alienados. Perante a inexistência de estruturas próprias e da recusa dos hospitais em recebê-los, eram enviados para as cadeias, onde permaneciam longos períodos até ver concretizada a sua transferência para hospital de São José e, a partir de 1848, para o de Rilhafoles, ambos situados em Lisboa.

Assim, a prisão era encarada como um lugar de espera. Nela aguardava-se a partida para o hospital, para o degredo, para os trabalhos públicos ou pela aplicação da pena capital. Viver nestas prisões era viver em comunidade, partilhar todos os momentos do dia, as aventuras e desventuras, espreitar e conversar por entre as grades com conhecidos e passantes, e esperar pelo alimento e pela bebida transportados por familiares ou amigos, ou distribuídos pelo carcereiro. Mas a própria prisão era também um espaço de transgressão e corrupção. Aqui planeavam-se fugas e crimes, entrava o produto de roubos e furtos, fabricava-se moeda falsa e corrompiam-se parceiros, guardas e carcereiros.

Não queremos desmerecer totalmente as medidas que foram adoptadas, como a *Reforma Provisória da Polícia das Cadeias* em 1843, embora muitas das suas disposições não fossem cumpridas nas cadeias do Alto Minho, nem a legislação promulgada, através do Código Penal de 1852 ou da lei de um de Julho de 1867. No entanto, esta parecia demasiado ambiciosa para o país e de difícil concretização, na medida em que a aplicação das penas previstas passaria pela construção de novos cárceres, pois os existentes não tinham condições para se adaptarem a uma nova realidade penal. Instalou-se o impasse, pois não foram edificadas novos estabelecimentos prisionais, nem as cadeias comarcãs e as dos julgados

receberam os melhoramentos que se impunham. O sistema demonstrou a sua total incoerência ao investir todos os esforços na construção de uma penitenciária, com base num modelo que, à luz das experiências internacionais, já se encontrava ultrapassado. O certo é que, até 1870, a situação dos cárceres do Alto Minho permaneceu inalterada, o mesmo sucedendo nos anos vindouros. Tal facto revela a persistência de uma visão essencialmente punitiva da cadeia, ficando arredada a sua função reabilitadora.



## **FONTES E BIBLIOGRAFIA**



## FONTES MANUSCRITAS

### **ADVC- Arquivo Distrital de Viana do Castelo**

#### **Administração do Concelho**

*Registo da Correspondência expedida para o Governo Civil*

1835-1837

1839-1840

1845-1849

1860-1861

1863-1864

1868-1870

*Registo de correspondência expedida para várias autoridades*

1837-1839

1839-1841

### **Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Caminha**

*Livro de acordãos*

1750-1769

1769-1822

1822-1849

*Processos de doentes 1860-1870*

*Livros de receita e despesa*

*1762-1763; 1777-1778; 1798-1799; 1804-1805; 1815; 1816-1817; 1817-1818; 1825-1826.*

### **Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo**

*Livros de actas de Sessões*

*Assento da casa da suplicação, requerido pelos mordomos dos presos*

*Conta de toda a Receita e Despesa*



1846-1847

1847-1848

*Borrão das Contas de Receita e Despesa*

*Documento das despesas feitas com as presas Micaela Sousa e sua filha (XVIII)*

*Documentos relativos à aquisição de alimentos*

1836

1837-1838

*Escritura da instituição de 24 jantares por ano aos presos da cadeia, feito por Francisco Torres*

*Processos relativos à despesa mensal com as dietas dos doentes do hospital, jantares dos presos e recolhidas*

*Livros de receita e despesa*

1800-1801; 1801-1802; 1802-1803; 1803-1804; 1804-1805; 1805-1806; 1806-1807; 1807-1808; 1808-1809; 1809-1811; 1811-1812; 1812-1813; 1813-1814; 1815-1816; 1816-1817; 1817-1818; 1819; 1819-1820; 1820-1821; 1821-1822; 1822-1823; 1823-1824; 1824-1825; 1825-1828; 1831-1835; 1838-1839; 1839-1840; 1840-1841; 1841-1842; 1842-1843; 1843-1844; 1844-1845; 1845-1846; 1846-1847; 1847; 1848-1849; 1854-1855; 1855-1856; 1856-1858; 1858-1859; 1859-1860; 1860; 1860-1861; 1861-1862; 1862-1863; 1863-1864; 1864-1865; 1865-1866; 1866-1867; 1867-1868.

*Registo das despesas feitas pelo enfermeiro-mor (1848-1867)*

*Registo de entradas e saídas dos enfermos - 1863-1873*

**Juizo de direito da comarca dos Arcos de de Valdevez**

**Juízo de fora de Arcos de Valdevez**

*Autos de querela (1827-1835)*

**Juízo de direito da comarca de Valença**

*Autos de querela (1826-1836)*

*Rol dos culpados (1826-1835)*

**Juízo ordinário do Lindoso**

*Sumários de querela (1812-1824)*

**Juízo ordinário do concelho de Paredes de Coura**

*Autos de queixas e querela*

**Juízo ordinário do Couto de São Fins**

*Registo de autos de queixas e querelas*

**Tribunal Judicial de Monção**

*Documentos avulsos*

*Autos de corpo de delito*

**Tribunal Judicial de Viana do Castelo**

*Autos de querela*

*Procuradoria Régia*

**AHGCVC - Arquivo Histórico do Governo Civil de Viana do Castelo****Junta Geral**

*Relatório da Junta Geral de Distrito de 1853*

*Relatório da Junta Geral de Distrito de 1854*

*Relatório da Junta Geral de Distrito de 1857*

*Relatório da Junta Geral de Distrito de 1854*

*Relatório da Junta Geral de Distrito de 1866*

## **Governo Civil**

*Ofícios dos Administradores de concelho, enviando requerimentos de vários indivíduos que solicitam a entrega e uso de armas caçadeiras que lhes haviam sido tiradas - 1847-1848.*

*Representações pedindo se lhes entreguem as armas caçadeiras que se lhes tinham tirado, e seu uso.*

*Ofícios dos juizes de direito, juizes ordinários e sub-delegados do procurador régio, em resposta à circular de 19 de Dezembro de 1849, exigindo que prestassem auxilio às autoridades administrativas na perseguição dos criminosos - 1849-1850.*

*Ofícios dos Admiradores e Provedor do concelho, informando sobre a captura de alguns desordeiros e salteadores entre os quais (...) sobre a perseguição politica ao abade de Fontão e outro sobre aboletamento de destacamentos militares, a captura de emigrantes clandestinos, de passaportes falsos etc. – Janeiro de 1836 – Novembro de 1836.*

*Ofícios dos Administradores de concelhos, em resposta à circular de 22 de Outubro, que exigia a “apreensão de livros, papéis e mais objectos pertencentes aos corpos que entraram na última revolta” - 1847.*

*Ofícios dos Administradores de concelho, participando a morte de Tomás das Quingostas, a captura de salteadores e guerrilhas, de mancebos sorteados, etc. – 1839 Janeiro a 1839 Fevereiro.*

## **Governo Civil/Assistência social e saúde pública/Correspondência recebida relativa a mendigos e vadios**

1840-1859; 1866; 1869.

## **Governo Civil/Assistência Social e Saúde Pública/Correspondência relativa a moléstias nos concelhos**

*Arcos de Valdevez (1835-1857)*

*Caminha (1840-1849; 1854; 1855)*

*Melgaço (1854)*

*Monção (1854)*

*Valença (1853; 1854-1855)*

*Viana do Castelo (1849-1857)*

*Vila Nova de Cerveira (1854)*

*Ponte da Barca (1854)*

*Ponte de Lima (1857)*

### **Governo Civil/Assistência Social e Saúde Pública/Estabelecimentos de saúde**

*Correspondência recebida relativa a despesas do hospital de S. José com doentes do distrito de Viana (1869-1879)*

*Correspondência recebida relativa a hospitais, recolhimentos, lazaretos, casas de asilo e estabelecimentos insalubres – 1837.*

### **Governo Civil/Assistência Social e Saúde Pública/Epidemias**

*Papéis relativos à cólera (1854-1855)*

### **Governo Civil/1.ª Repartição/Guarda da segurança pública**

*Partes diárias da guarda municipal de segurança pública de Viana e do seu distrito – 1839-1840*

### **Governo civil/ 1.ª Repartição/Polícia e criminalidade**

*Processo relativo à quadrilha do presbítero Padre Manuel Gonçalves do Gabriel – 1848-1849.*

*Correspondência relativa a assuntos de polícia*

*1861-1862; 1868; 1870-1872*

*Correspondência relativa a assuntos de polícia de Arcos de Valdevez (1835-1856)*

*Correspondência relativa a assuntos de polícia do concelho de Caminha (1835-1859)*

*Crimes e participações dos administradores dos concelhos – Monção – 1865.*

*Crimes e participações dos administradores dos concelhos – 1869.*

*Operações de combinação com as autoridades da Galiza para a perseguição de malfeitores – 1850.*

*Relações dos culpados*

*Arcos de Valdevez*

1838; 1839; 1840; 1841.

*Castro Laboreiro*

1840-1841

*Melgaço*

1841-1845

*Monção*

1845

*Paredes de Coura*

1839-1841

*Ponte da Barca*

1839-1841

*Ponte de Lima*

1839-1840

*Soajo*

1839-1840

*Viana do Castelo*

1839-1840

*Vila Nova de Cerveira*

1839-1841

*Relação dos indivíduos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão e não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas - Arcos de Valdevez*

*Relação dos indivíduos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão e não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas no Julgado de Caminha*

*Relação dos indivíduos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão, e não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas do Julgado de Ponte da Barca*

*Relação dos indivíduos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão e não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas - Ponte de Lima*

*Relação dos indivíduos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão e não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas - Viana do Castelo*

*Relação dos indivíduos nacionais e estrangeiros que estão pronunciados a prisão e não seguros e dos que vão tendo baixa nas culpas - Monção*

*Registo Geral dos presos sentenciados a trabalhos públicos 1841-1873*

*Autos de averiguação para procedimento criminal contra o Administrador do Concelho dos Arcos, António Pereira de Sá Sotomaior.*

*Processo relativo ao réu Bernardo Teixeira, natural da freguesia de Basto de Caves, de Guimarães, ex-soldado da 7ª Companhia do regimento de Infantaria, n.º 3, condenado a trabalhos públicos por toda a sua vida e mais documentos relativos a presos detidos nas cadeias de Valença – 1864-1870*

*Correspondência recebida das autoridades espanholas. Prisão de salteadores – 1845.*

*Correspondência recebida das autoridades, recebida relativamente a presos espanhóis entregues a Espanha.*

1835, 1836, 1838.

*Processo relativo ao preso, condenado a 10 anos de trabalhos públicos, Manuel José Cardoso, natural de Vila Muia de Ponte da Barca, em virtude de roubo da Igrejas 1862-1869.*

*Processo relativo a assuntos de Espanha no sentido de serem adoptadas - medidas para obstar a passagem de salteadores e revoltosos – 1844.*

*Processo relativo à captura do espanhol António Porto, preso na freguesia de São Gregório, Melgaço, em 1843-1845.*

*Processo relativo ao preso espanhol Manuel José Alonso – 1846*

*Sinopse comparativa dos crimes cometidos e anos diversos*

### **Governo Civil/1ª repartição/Polícia e Criminalidade/Tranquilidade Pública**

*Concelho de Arcos de Valdevez*

1850; 1862

*Caminha*

1850

*Castro Laboreiro*

1850

*Monção*

1850

*Viana do Castelo*

1850

*Vila Nova de Cerveira*

1850

*Segurança pública*

1836, 1837, 1849-1850, 1857.

*Segurança pública - Violências praticadas por um oficial na freguesia de Paderne, Melgaço - 1839.*

### **Governo Civil/1ª repartição/Presos pobres e polícia de cadeias**

*Recibos de quantias destinadas à manutenção dos presos - 1845.*

### **Governo Civil/Alfândegas**

*Reforma das Alfândegas – 1857*

*Excessiva diminuição dos rendimentos das alfândegas. Offícios dos respectivos directores em 13 de Outubro de 1844, perguntando quais as causas d'onde procede tal diminuição.*

## **Governo Civil/Introdução de vinho espanhol**

1857

## **Governo Civil/Portarias e Ofícios que têm relação com portarias de diferentes ministérios**

*Concelho dos Arcos (1837-1859)*

*Concelho de Caminha (1837-1851)*

## **Governo Civil/Correspondência recebida das autoridades espanholas e outras relativas a assuntos espanhóis**

1835; 1836; 1837; 1838; 1839; 1844; 1845; 1846; 1847; 1852; 1853; 1854; 1850; 1852; 1853; 1854; 1855; 1856; 1857; 1858; 1859; 1860; 1861.

## **Governo Civil/ 1ª repartição/1.ª Secção**

*Contrabando de Pólvora*

*Ofícios dos administradores dos concelhos, em resposta à circular 134, de 17 de Junho de 1837, informando sobre as providências que irão tomar contra o tráfico de pólvora – 1837*

*Ofícios dos administradores dos concelhos em resposta à circular n.º 30, de 7 de Setembro de 1839, informando sobre a eventual existência no concelho de venda de pólvora – 1839.*

*Ofícios dos administradores dos concelhos em resposta à circular, de 27 de Setembro de 1839, informando sobre as medidas tomadas contra o contrabando de pólvora.*

*Ofícios dos administradores dos concelho, em resposta à circular de 1 de Julho e portaria do Ministério do Reino de 19 de Junho, informando sobre as medidas tomadas contra o contrabando de pólvora – 1840.*

## **Governo Civil/1ª Repartição/Relação dos culpados**

*Ofícios dos Administradores de concelho, em resposta à circular confidencial de 18 de Março de 1840, remetendo a relação dos culpados – 1840.*



**Governo Civil/Correspondência/Registo Geral da Correspondência expedida a diversas autoridades**

1835; 1836; 1837.

**Governo Civil/Crimes políticos e emigração**

*Autoridades Hespanholas (1835-1854)*

*Autoridades Espanholas e outras que têm relação com negócios de Espanha – 1850*

*Desarmamento e internamento de espanhóis – 1846*

*Negócios Especiais com Espanha – 1853*

*Ofícios recebidos das autoridades espanholas e outras relativas a assuntos espanhóis*

1835, 1836, 1837, 1839, 1844, 1847, 1850, 1852, 1853, 1854, 1855.

*Prezos hespanhois entregues às autoridades hespanholas*

*Relação dos emigrados espanhóis entrados no Distrito, aos quais se não passaram guias no Governo Civil, nem na administração do concelho de Viana para saírem, mas que efectivamente saíram, visto que não existem no mesmo distrito, segundo as participações recebidas dos Administradores dos concelhos.- 1846.*

*Relação dos espanhóis refugiados no concelho de Viana, em consequência dos últimos acontecimentos em Leão e Galiza - até 23 de julho de 1846.*

*Ofícios dos Administradores do concelho, informando acerca dos factos publicados no nº 50 do jornal “A Razão” relativamente ao estado do Alto-Minho, à intranquilidade e falta de segurança das pessoas – 1855 Abril a Maio de 1855.*

*Ofícios do comandante da 4ª Divisão Militar e administradores dos concelhos relativos à destruição dos barcos denominados “ladrões” que navegam o rio Minho -1847.*

*Ofícios dos Administradores de concelho, em resposta aos ofícios de 5 de Agosto e 13 de Setembro, acerca das acusações feitas ao Director do Circulo das Alfandegas de Valença -1853.*

*Crimes políticos e emigração*

*Eleições municipais no Soajo*

*Ofícios das diversas autoridades relatando os acontecimentos ocorridos durante as eleições municipais em Soajo – 1851-1852.*

*Ofícios dos Administradores do concelho de Coura, informando sobre crimes e tumultos – 1837, 1840, 1846-1847, 1851.*

*Ofícios sobre “tumultos em Soajo”, ocorridos na noite de 3 para 4 de Janeiro, em sequencia da extinção do concelho – 1851-1852.*

*Paredes de Coura – clérigo apoiante de D. Miguel*

*Negócios políticos no concelho de Melgaço – 1836*

*Segurança Pública - Providencias contra as maquinações miguelistas*

*Tumultos no Soajo*

*Agentes de Emigração*

*Brigue Estrela do Norte*

*Emigração Clandestina – 1844, 1852-1858, 1872.*

*Emigração 1844 - circular aos Administradores do Concelho em 16 de Março - Portaria do Ministério do Reino de 29 de Fevereiro*

## **Governo Civil/Correspondência expedida**

*Correspondência diversa – 1870*

*Registo de circulares expedidas para diversas autoridades (1.<sup>a</sup>, 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> Repartições)*

1835-1837; 1837; 1838-1844; 1844-1846; 1847-1849; 1849-1850; 1851-1852; 1853-1855; 1868-1872

*Registo de circulares expedidas às câmaras – 1839-1844*

*Registo da correspondência expedida a diversas autoridades – 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> Repartição*

1838-1839; 1839-1840; 1840-1842; 1842-1844; 1844-1846; 1846; 1847; 1847-1849; 1849-1851; 1851-1852; 1852-1854; 1854-1855; 1856; 1857; 1858; 1859; 1860; 1861; 1862; 1863; 1864; 1865; 1866; 1867; 1868; 1868-1870.

*Registo da correspondência expedida aos Administradores dos Concelhos – 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> Repartição*

1838-1839; 1839-1840; 1840-1841; 1841; 1841-1842; 1842-1843; 1843-1844; 1844-1845; 1845-1846; 1846; 1847-1848; 1848-1849; 1850; 1851-1852; 1852; 1853-1854; 1854-1855; 1855-1856; 1868-1869; 1870.

*Registo da correspondência expedida aos Administradores dos Concelhos e Câmaras, ao Governo e diversas autoridades e das circulares expedidas às Câmaras e Administradores – 1842*

*Registo da Correspondência expedida às Câmaras Municipais*

1838-1841; 1841-1842; 1843-1844; 1844-1846; 1847-1849; 1850-1851; 1852-1855; 1855-1856; 1868-1870.

*Registo da Correspondência com os diversos Ministérios e tribunais 1868-1870*

*Registo da Correspondência expedida para diversos ministérios*

1835-1837; 1838-1844; 1844-1845; 1846; 1848-1849; 1849-1850; 1851; 1852-1853; 1853-1854; 1854; 1855

*Registo da Correspondência expedida ao Ministério do Reino*

*Registo das Circulares expedidas aos Administradores dos Concelhos*

*Registo dos ofícios expedidos aos Administradores dos Concelhos*

*Registo da Correspondência confidencial expedida*

1835-1838; 1847-1848; 1848-1855.

## **Governo Civil/Correspondência recebida**

### *Registo da correspondência confidencial recebida*

#### *Registo Geral (1835-1870)*

#### *Correspondência recebida do Governo Civil de Aveiro*

1835-1856; 1860-1872

#### *Correspondência recebida do Governo Civil de Braga*

1835; 1836; 1837; 1838; 1839-1843; 1844-1846; 1847-1849; 1850-1867; 1868-1881.

#### *Correspondência recebida do governo civil do distrito de Bragança*

1836-1867

#### *Correspondência recebida do Governo Civil de Lisboa*

1836-1866.

#### *Correspondência do Governo Civil do Porto*

1835-1836; 1837; 1838; 1839-1845; 1846-1847; 1848; 1849; 1850-1867; 1869-1878.

#### *Correspondência recebida do Governo Civil de Vila Real*

1835-1837; 1838; 1839-1845; 1846-1850; 1851-1859; 1860-1871.

#### *Correspondência recebida de diversas autoridades*

1835; 1836; 1837; 1839; 1840; 1842; 1843; 1845; 1847; 1848; 1849; 1851; 1853; 1858; 1859; 1860; 1863; 1864; 1866; 1867; 1869; 1870.

#### *Correspondência recebida dos administradores do concelho de Arcos de Valdevez*

1835; 1836; 1837; 1838; 1839; 1840; 1841; 1842; 1843; 1844; 1845; 1846; 1847; 1848; 1849; 1850; 1851; 1852; 1853; 1854; 1855; 1856; 1857; 1858; 1859; 1860; 1861; 1862; 1863; 1864; 1865; 1866; 1867; 1868; 1869; 1870.

#### *Correspondência recebida dos administradores do concelho de Caminha*

1835; 1836; 1837; 1838; 1839; 1840; 1841; 1842; 1843; 1844; 1845; 1846; 1847; 1848; 1849; 1850; 1851; 1852; 1854; 1855; 1857; 1858; 1860; 1861; 1862; 1863; 1865; 1866; 1867; 1868; 1869; 1870.

*Correspondência recebida dos administradores do concelho de Castro Laboreiro*

1838; 1839; 1843; 1844; 1846; 1850; 1854; 1855

*Correspondência recebida dos administradores do concelho de Melgaço*

1835; 1836; 1837; 1838; 1839; 1840; 1841; 1842; 1843; 1844; 1845; 1846; 1847; 1848;  
1849; 1850; 1851; 1853; 1854; 1855; 1856; 1857; 1858; 1860; 1861; 1862; 1863; 1864;  
1865; 1866; 1868; 1869; 1870.

*Correspondência recebida dos administradores do concelho de Paredes de Coura*

1835; 1836; 1837; 1838; 1839; 1840; 1842; 1843; 1844; 1845; 1846; 1847; 1854; 1855;  
1857; 1858; 1859; 1860; 1862; 1865; 1866; 1868; 1869; 1870.

*Correspondência recebida dos administradores do concelho de Ponte da Barca*

1835; 1836; 1837; 1838; 1839; 1840; 1841; 1842; 1844; 1845; 1846; 1847; 1848; 1849;  
1850; 1851; 1852; 1853; 1854; 1855; 1856; 1857; 1858; 1859; 1860; 1861; 1862; 1863;  
1864; 1865; 1866; 1867; 1868; 1869; 1870.

*Correspondência recebida dos administradores do concelho de Monção*

1835; 1836; 1838; 1839; 1840; 1841; 1842; 1843; 1844; 1845; 1846; 1847; 1848; 1849;  
1850; 1851; 1853; 1854; 1855; 1856; 1857; 1858; 1859; 1860; 1861; 1862; 1863; 1864;  
1865; 1866; 1867; 1868; 1869; 1870.

*Correspondência recebida dos administradores do concelho de Ponte de Lima*

1836; 1837; 1838; 1839; 1840; 1841; 1842; 1843; 1844; 1846; 1847; 1848; 1849; 1850;  
1851; 1852; 1853; 1854; 1855; 1856; 1858; 1859; 1860; 1861; 1862; 1863; 1864; 1865;  
1866; 1867; 1868; 1869; 1870.

*Correspondência recebida dos administradores do concelho de Sanfins – 1836*

*Correspondência recebida dos administradores do concelho do Soajo*

1835; 1836; 1838; 1839; 1840; 1841; 1842; 1843; 1844; 1845; 1846; 1847; 1848; 1849;  
1850; 1851

*Correspondência recebida dos administradores do concelho de Valadares*

1835; 1836; 1837; 1838; 1839; 1840; 1841; 1842; 1843; 1844; 1845; 1846; 1847; 1848;  
1850; 1855

*Correspondência recebida dos administradores do concelho de Valença*

1835; 1836; 1837; 1838; 1839; 1840; 1842; 1843; 1844; 1845; 1846; 1848; 1850; 1851;  
1852; 1853; 1854; 1855; 1856; 1857; 1858; 1859; 1860; 1861; 1862; 1863; 1865; 1866;  
1867; 1868; 1869; 1870.

*Correspondência recebida dos administradores do concelho de Viana do Castelo*

1835; 1836; 1837; 1838; 1839; 1840; 1841; 1842; 1843; 1844; 1845; 1847; 1848; 1849;  
1850; 1851; 1852; 1853; 1854; 1855; 1856; 1857; 1858; 1859; 1860; 1861; 1862; 1863;  
1864; 1865; 1866; 1867; 1868; 1869; 1870.

*Correspondência recebida dos administradores do concelho de Vila Nova de Cerveira*

1835; 1836; 1838; 1839; 1840; 1842; 1844; 1845; 1846; 1850; 1852; 1854; 1855; 1856;  
1857; 1858; 1859; 1860; 1861; 1862; 1863; 1864; 1865; 1866; 1867; 1868; 1869; 1870.

*Correspondência recebida dos administradores do concelho sobre crimes e acontecimentos  
desastrosos – Paredes de Coura*

*Correspondência recebida da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez*

1836; 1838; 1839; 1840; 1841; 1843; 1844; 1849; 1850; 1852; 1853; 1855; 1856; 1857;  
1859; 1861; 1862; 1863; 1869.

*Correspondência recebida da Câmara Municipal de Caminha*

1835; 1836; 1837; 1838; 1839; 1840; 1841; 1842; 1843; 1844; 1845; 1846; 1847; 1848;  
1849; 1852; 1856; 1859; 1860; 1861; 1862; 1864; 1866; 1867; 1869; 1870.

*Correspondência recebida da Câmara Municipal de Castro Laboreiro*

1835; 1836; 1838; 1839; 1840; 1841; 1842; 1843; 1844; 1845; 1846; 1847; 1848; 1849;  
1850; 1851; 1852; 1853; 1854.

*Correspondência recebida da Câmara Municipal de Melgaço*

1851; 1852; 1853; 1855; 1856; 1859; 1860; 1861; 1862; 1863; 1864; 1866; 1867; 1870.

*Correspondência recebida da Câmara Municipal de Monção*

1835; 1836; 1837; 1838; 1839; 1840; 1841; 1842; 1843; 1844; 1845; 1846; 1847; 1848;  
1849; 1850; 1851; 1852; 1853; 1854; 1855; 1856; 1857; 1858; 1859; 1860; 1862; 1863;  
1865; 1866.

*Correspondência recebida da Câmara Municipal de Paredes de Coura*

1835; 1836; 1837; 1838; 1839; 1840; 1841; 1842; 1843; 1844; 1845; 1846; 1847; 1848;  
1849; 1850; 1851; 1852; 1853; 1854; 1855; 1856; 1857; 1858; 1859; 1861; 1862; 1866;  
1870.

*Correspondência recebida da Câmara Municipal de Ponte da Barca*

1835; 1836; 1837; 1838; 1839; 1840; 1841; 1842; 1843; 1844; 1845; 1846; 1847; 1848;  
1849; 1850; 1851; 1852; 1853; 1854; 1855; 1856; 1857; 1858; 1859; 1860; 1861; 1862;  
1863; 1865; 1866.

*Correspondência recebida da Câmara Municipal de Ponte de Lima*

1835; 1836; 1837; 1838; 1839; 1840; 1841; 1842; 1843; 1844; 1845; 1846; 1847; 1848;  
1849; 1851; 1853; 1856; 1857; 1858; 1860; 1861; 1862; 1863; 1866; 1867; 1868; 1869.

*Correspondência recebida da Câmara Municipal de Soajo*

1835; 1836; 1837; 1838; 1839; 1840; 1841; 1842; 1843; 1844; 1845; 1846; 1848; 1849;  
1851.

*Correspondência recebida da Câmara Municipal de Valadares*

1835; 1836; 1837; 1838; 1839; 1840; 1841; 1842; 1843; 1844; 1845; 1846; 1847; 1848;  
1849; 1850; 1851; 1852; 1853; 1854; 1855.

*Correspondência recebida da Câmara Municipal de Valença*

1835; 1836; 1838; 1840; 1841; 1843; 1847; 1857; 1858; 1862; 1865

*Correspondência recebida da Câmara Municipal de Viana do Castelo*

1835; 1836; 1837; 1838; 1839; 1843; 1844; 1846; 1860; 1861; 1863; 1864; 1868; 1869;  
1870.

*Correspondência recebida da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira*

1835; 1836; 1837; 1838; 1839; 1840; 1841; 1842; 1843; 1844; 1845; 1846; 1847; 1848;  
1849; 1850; 1851; 1852; 1853; 1854; 1855; 1856; 1857; 1861; 1862; 1863; 1864; 1865;  
1866; 1867; 1868; 1869; 1870.

*Correspondência recebida relativa a Tabaco, Sabão e Pólvora.*

**Governo Civil/Portarias do Ministério do Reino**

1837, 1839; 1840; 1841; 1843; 1845; 1846; 1849; 1852-1853; 1855; 1856; 1857; 1858;  
1860; 1862-1863; 1864; 1865; 1866; 1869; 1870.

**Governo Civil/Portarias e ofícios da Secretaria de Estado dos Negócios  
Eclesiásticos e Justiça**

1837; 1839; 1841; 1843; 1844; 1845; 1846; 1856; 1858; 1860; 1862; 1863; 1854; 1866;  
1870.

**Governo Civil/Portarias e ofícios do Ministério dos Negócios Estrangeiros**

1839-1841; 1845; 1858; 1860; 1864; 1868.

**Sub- Prefeitura de Monção**

*Registo da correspondência expedida ao Prefeito*

*Registo da correspondência expedida aos provedores da comarca*

*Ordens remetidas pela Prefeitura ao corregedor da Comarca*

**Sub-Prefeitura da Comarca de Ponte de Lima**

*Correspondência recebida da Prefeitura Geral de Braga (1834-1835)*

**AHSCMPL - Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima**

*Copiador da Correspondência*

*Livros de despesa*

1806-1811; 1812-1821; 1821-1827; 1827-1831, 1832-1839.



*Livro de receita e despesa*

*1839-1842; 1847-1856; 1862-1870*

*Livro dos assentos da Mesa, n.º 9*

*Provisão do Senhor Arcebispo para se dizer Missa na Capela*

## **AMAV - Arquivo Municipal de Arcos de Valdevez**

### **Câmara Municipal**

*Actas de Sessões*

*1841-1842; 1842-1848; 1857-1860; 1851-1857; 1848-1851; 1860-1864; 1864-1866; 1866-1869; 1869-1872.*

*Caderno de Escrituração do Tesoureiro do Município José Pereira Gomes*

*Conta corrente da câmara com o tesoureiro do concelho, relativo à receita e despesa do município em cada ano económico.*

*Caderno de escrituração do tesoureiro do município.*

*Legislação*

## **Administração do Concelho do Soajo**

*Registo da Correspondência recebida do Governo Civil de Viana do Castelo*

## **AMC - Arquivo Municipal de Caminha**

### **Administração do Concelho**

*Registo da Circular do Governo Civil do distrito*

*Copiador da Correspondência*

*Câmara Municipal de Caminha*

*Actas das sessões*

*1828-1833; 1834-1837; 1841-1842; 1842-1846; 1846-1850; 1851-1854; 1854-1860; 1860-1864.*

*Correspondência da Comissão do Recenseamento de Jurados*

*Registo da Correspondência expedida para diversas autoridades*

## **AMMço - Arquivo Municipal de Melgaço**

### **Administração do Concelho**

*Auto de investigação em que é acusado o Morgado de Soengas por ter atingido com um chumbo uma pessoa – 1865*

*Registo da Correspondência para o Governo Civil*

1862-1866

1866-1873

*Ofícios e circulares remetidos pelo Governo Civil*

1840, 1841, 1842, 1843, 1844, 1845, 1846, 1847, 1848, 1849, 1850, 1851, 1852, 1853, 1854, 1855, 1856, 1857, 1858, 1859, 1860, 1861, 1862, 1863, 1863, 1864, 1865, 1866, 1867, 1868, 1869, 1870.

*Ofícios e circulares recebidas de diversas autoridades*

1834, 1835, 1836, 1837, 1838, 1839, 1840, 1841, 1842, 1843, 1844, 1845, 1846, 1847, 1848, 1849, 1850, 1851, 1852, 1853, 1854, 1855, 1856, 1857, 1858, 1859, 1860, 1861, 1862, 1863, 1863, 1864, 1865, 1866, 1867, 1868, 1869, 1870.

*Registo dos cabos de polícia – 1860-1895*

### **Administração do Concelho de Castro Laboreiro**

*Ofícios e circulares remetidos a diversas autoridades*

1836, 1837, 1838, 1839, 1840, 1841, 1842, 1843, 1844, 1845, 1846, 1847, 1848, 1849, 1850, 1851, 1852, 1853, 1854.

### **Câmara Municipal de Castro Laboreiro**

*Actas das Sessões da Câmara Municipal*

1839-1842

1842-1849

## **Câmara Municipal de Melgaço**

### *Actas de Sessões da Câmara Municipal*

1799/03/30-1800/01/04

1810/06/20-1811/02/15

1813/09/01-1814/03/09

1814/03/12-1814/09/21

1816/08/29-1817/02/05

1817/09/10-1818/02/28

1819/01/10-1818/06/12

1825/09/24-1826/10/21

1840/02/12-1842/07/07

1843/09/09-1844/05/28

1844/05/04-1844/12/31

1845/01/02-1845/07/15

1845/07/22-1845/08/10

## **AMM – Arquivo Municipal de Monção**

### **Câmara Municipal de Monção**

#### *Actas de Sessões*

1798-1803; 1803-1808; 1808-1814; 1815-1821; 1821-1825; 1825-1832; 1832-1837; 1837-1840; 1840-1842; 1842-1848; 1848-1852.

#### *Capítulos de correição do corregedor de Viana*

## **Município de Valadares**

### *Registo da correspondência expedida*

### *Registo de ordens reais*

## **AMPC - Arquivo Municipal de Paredes de Coura**

### **Administração do Concelho**

#### *Correspondência expedida para várias autoridades*

#### *Correspondência recebida de diversas autoridades*

*Circulares recebidas do Governo Civil*

*Circulares recebidas de diversas autoridades*

*Livro de Jurados*

*Recenseamento de Mendigos – 1869*

## **Câmara Municipal**

*Actas da Câmara Municipal - 1842 a 1870*

*Código das Posturas da Câmara Municipal do Concelho de Coura*

## **AMPL - Arquivo Municipal de Ponte de Lima**

### **Administração do Concelho**

*Autos de Investigação*

1839, 1840, 1841, 1842, 1843, 1844, 1845, 1846, 1847, 1848.

*Copiador dos Ofícios dirigidos à Câmara Municipal - 1840-1862*

*Copiador da Correspondência para a Administração Geral*

1839; 1840-1841; 1841-1843.

*Copiador dos ofícios dirigidos aos Regedores das Paróquias*

1836-1837; 1836-1841; 1842-1874.

*Correspondência recebida*

1837-1920

1807-1886

1864-1937

1864-1879

*Livro de registo da correspondência para o Governo Civil*

1836-1837; 1843-1848; 1844-1850; 1845-1849; 1849-1850; 1854-1854; 1854-1860.

*Projecto de reforma das posturas do município da vila e concelho de Ponte de Lima*

*Registo de correspondência*

1867; 1867-1869; 1869-1871.

*Registo da correspondencia para diversas autoridades*

1836-1837; 1837; 1839; 1840-1841; 1841-1845; 1845-1859; 1856-1872.

*Registo de Editais*

1836-1848.

### **Cadeia de Ponte de Lima**

*Livro de registo de entradas e saídas dos presos (1732-1739)*

### **Câmara Municipal de Ponte de Lima**

*Apontamentos para as memórias das antiguidades de Ponte de Lima*

*D. Filipe III de Portugal confirma alvará de D. Henrique apresentado pela vila de D. de Lima nas Cortes de Lisboa de 1579*

*Livro de actas da Câmara Municipal*

1825-1834; 1834-1836; 1839-1841; 1841-1842; 1842-1848; 1848-1852; 1852-1856; 1855-1860.

*Livro de condenações da Câmara 1762-1825*

*Livro de Contas da Câmara*

1832-1850

1850-1851

*Livro dos ofícios e impresos vindos directamente da Intendencia Geral da Policia da Corte e do Reino*

*Sessões dos Juizes da Comarca – 1765-1775*

### **Couto da Correlhã**

*Ordens de Policia*

## **Couto da Facha**

*Livro dos registos das sentenças dos concelhos de Santo Estêvão e Geraz do Lima 1814-1827*

*Registo geral dos culpados pronunciados à prisão e sem seguro e dos que vão tendo baixa – 1825-1834*

## **Delegado do Procurador Régio de Ponte de Lima**

*Livro de correspondência expedida para a Procuradoria Régia - 1858-1813*

*Livro para os autos de visita às cadeias desta comarca - 1840-1913*

*Livro para os autos de visita às cadeias desta comarca – 1840-1858*

*Livro de registo da Correspondência expedida para a Procuradoria Régia – 1858-1913.*

## **Juízo da Correição de Ponte de Lima**

*Correições da Câmara*

1751-1761; 1781-1792; 1792-1832; 1802-1826.

*Correspondência recebida do corregedor da comarca*

## **AMV - Arquivo Municipal de Valença**

### **Administração do Concelho**

*Relação dos presos pobres socorridos*

1851-1855

1855-1880

*Correspondência diversa*

*Registo da Correspondência expedida para o Governo Civil*

1836-1839; 1840-1842; 1843-1849; 1850-1852; 1853-1855; 1856-1859; 1860-1861; 1862; 1863; 1864; 1865-1866; 1866; 1867; 1868; 1869-1870.

*Registo da Correspondência expedida para diversas autoridades*

1838-1841; 1841-1845; 1846-1849; 1850-1854; 1855-1859; 1860-1862; 1863; 1864; 1865-1866; 1867; 1868; 1869-1870.

## **Câmara Municipal de Valença**

*Actas de Sessões*

1795-1800; 1801-1803; 1851-1855; 1855-1859; 1859-1866; 1866-1862.

*Posturas Municipais de Valença*

## **AMVC - Arquivo Municipal de Viana do Castelo**

### **Câmara Municipal de Viana do Castelo**

*Actas de Vereação*

1758-1760; 1760-1766; 1770-1776; 1776-1780; 1781-1788; 1793; 1798; 1816; 1822; 1827; 1827-1832; 1834-1835; 1838-1839; 1842-1844; 1845-1847; 1851-1852; 1853-1854; 1854-1855; 1855-1857; 1864-1865; 1865-1867; 1870-1874.

*Carta Régia – século XVI*

*Estatísticas – 1841*

*História da cidade de Viana – 1850*

*Ofícios do Governo Civil – 1835*

## **AMVNC - Arquivo Municipal de Vila Nova de Cerveira**

*Autos de devassas, querelas e precatórias – 1788*

### **Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira**

*Actas de Sessões da Câmara*

1801-1808; 1816-1821; 1821-1824; 1834-1840; 1842-1846; 1848-1850; 1850-1852; 1852-1855.

### **Administração do Concelho**

*Assentos de Prisão e soltura de presos, 1857-1871.*

*Escrituração Pertencente à comissão das cadeias do concelho, suas sessões e deliberações, 1840-1857.*

## **ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo**

### **Ministério do Reino**

*Cadeias – 1839-1843*

*Correspondência expedida para o governo civil de Viana do Castelo*

*Ofícios*

*Ofícios recebidos*

*Registo da correspondência expedida relativa à segurança pública das províncias do Norte*

Livro 1, Livro 2, Livro 3, Livro 4

### **Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça**

Assuntos de Justiça

*Comissão encarregada do melhoramento das cadeias*

Estatística Criminal do Continente do Reino e Ilhas adjacentes no ano de 1851

Maço 714

### **Jornais**

*A Aurora do Lima*

*O Vianense*

*O Correio do Norte*

*A Razão*

*O Lethes*

### **Diários do Governo**

*Diário do Governo* 19.01.1838, n.º 37.

*Diário do Governo* de 20.02.1840, n.º 44.

*Diário do Governo* de 7.09.1843, n.º 210.

*Diário do Governo* de 1.05.1844, n.º 102.

*Diário do Governo* de 16.04.1845, n.º 88.



## FONTES IMPRESSAS

*Archivo Pittoresco. Semanário Ilustrado*, vol. I, 1857-1858, Lisboa, Typ. De Castro & irmão, 1858.

*Archivo Pittoresco. Semanário Ilustrado*, vol. V, Lisboa, Typ. De Castro & irmão, 1862.

Azevedo, Manuel Thomaz de Sousa, *Relatório apresentado ao Ministério da Justiça em 20 de Outubro de 1858*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859.

Berchtold, Leopoldo, *Ensaio sobre a extensão dos limites da beneficência a respeito assim dos homens, como dos mesmos animais*, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1793.

Bezerra, Manuel Gomes de Lima, *Os Estrangeiros do Lima*, vol. 1, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1992, Ed. facsimilada de 1785.

Bezerra, Manuel Gomes de Lima, *Os Estrangeiros do Lima*, vol. 2, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1992, Ed. facsimilada de 1791.

Bowring, John, *Some Account of the State of Prisons in Spain and Portugal*, London, 1824.

Branco, Camilo Castelo, *Novelas do Minho – I*, 3.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Publicações Europa-América, 1999.

Branco, Camilo Castelo, *Memórias do Cárcere*, Porto, Porto Editora, 2004.

Branco, Camilo Castelo, *Novelas do Minho*, Lisboa, Bertrand Editora, 2009.

Caldas, José, *História de Um Fogo-Morto. (Subsídios para uma História Nacional)*, facsimile da 2.<sup>a</sup> edição, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana, 1990.

Calisto, João Maria, *Algumas Palavras sobre o Estado Actual das Prisões em Geral e a sua Reforma*, Coimbra, s./ed., 1860.

Camara, P. Perestrello da, *Collecção de Proverbios, Adagios, Rifãos, Anexins sentenças moraes e idiotismos da lingoa portugueza*, Rio de Janeiro, Eduardo e Henrique Laemmert, 1848.

Carvalho, J. I. Delgado de, *Manuel do Processo Criminal Moderno*, vol. I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1897.

Coelho, Eusébio Cândido C. P. Furtado, *Estatística do districto de Viana do Castelo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1861.

*Contrato de Iluminação a gaz e electricidade (23 de Setembro de 1914)*, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1915.

Costa, Afonso, *Comentário ao Código Penal Português, Introdução – Escolas e princípios da criminologia moderna*, vol. 1, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1895.

Cunha, Narcizo C. Alves, *No Alto Minho. Paredes de Coura*, Paredes de Coura, Câmara Municipal de Paredes de Coura, 1879.

D'Almeida, D. Francisco, *Breves considerações sobre a necessidade e meios de melhorar as prisões de Portugal*, Paris, Oficina Typografica de Casimir, 1834.

Dinis, Júlio, *A Morgadinha dos Canaviais*, Porto, Porto Editora, 1993.

Dixon, Hepworth William, *John Howard, and the prison-world of Europe*, New York, Robert Carter & Brothers, 1850.

Ferrão, Francisco António Fernandes da Silva, *Theoria do Direito Penal aplicado ao Código Penal Português*, vol. I, Lisboa, Typographia Universal, 1856.

Ferrão, Francisco António Fernandes da Silva, *Theoria do direito penal applicada ao código penal portuguez*, vol 2, Lisboa, Typographia Universal, 1856.

Ferreira-Deusdado, Manuel António, *Estudos sobre Criminalidade e Educação*, Lisboa, Imprensa Evangelista Lucas Torres, 1889.

Ferreira-Deusdado, Manuel António, *A Onda do Crime. Etiologia e profilaxia*, Lisboa, João d'Araújo Moraes L.da, 1931.

Fidalgo, Domingos Lopes, *Impressões de uma visita ás cadeas do Aljube e relação do Porto. Dissertação Inaugural apresentada á Escola Médico-Cirurgica do Porto*, Porto, Papelaria e Typographia Morgado, 1899.

Fonseca, Faustino da, *Tres mezes no Limoeiro*, Lisboa, Deposito-Livraria Bordalo, 1896.

Freire, Basilio, *Estudos de anthropologia pathologica. Os criminosos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1889.

Freire, Paschoal José de Mello, *Codigo Criminal intentado pela rainha D. Maria I, com as provas*, 3.<sup>a</sup> edição, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1844.

Frias, Roberto, *O crime (Apontamentos para a systematisação da criminalidade)*, Porto, typ. Alexandre da Fonseca Vasconcellos, 1880.

Gomes, José Cândido, *As terras de Valdovês: memórias históricas e descriptivas do concelho dos Arcos de Val de Vez*, vol. II, Arcos de Valdevez, Typographia Lusitana, 1899.

Gouveia, A. Aires, *A Reforma das Cadeias em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1860.

Guerra, L. de Figueiredo, *Guia de Vianna do Castello*, s.l., Typographia Comercial "Aurora do Lima", 1923.

Jordão, Levy Maria, *Commentario ao Codigo Penal Portuguez*, tomo I, Lisboa, Typographia de José Baptista Morando, 1853.

Jordão, Levy Maria, *Commentario ao Codigo Penal Portuguez*, tomo IV, Lisboa, Typographia de José Baptista Morando, 1854.

Leal, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno. Dictionário Geographico, Estatistico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Histórico, Biographico e Etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande número de aldeias*, vols. 1 a 10, Lisboa, Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão, 1882.

Lopes, Alfredo Luís, *Estudo estatístico da criminalidade em Portugal nos anos de 1891 a 1895*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1897.

Lopes, João Batista da Silva, *História do cativo dos presos d'estado na Torre de São Julião da Barra de Lisboa durante a dezastrôza epoca da usurpação do legitimo governo constitucional deste reino de Portugal*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, 1833.

Macedo, Francisco Ferraz, *Os criminosos evadidos da Cadeia central do Limoeiro a 29 de Abril de 1847*, Lisboa, Typ. da Papelaria Palhares, 1901.

Maldonado, Mário Artur da Silva, *Alguns aspectos da história da criminologia em Portugal*, s. l., s.e., 1960.

Martins, Oliveira, *Portugal Contemporâneo*, vol. I, Lisboa, Guimarães Editores, 1986.

Matta, José Caeiro, *Direito Criminal Português*, vol. 1, Coimbra, F. França Amado Editor, 1911.

Matos, Júlio de, *A Loucura*, S. Paulo, Teixeira e Irmão - Editores, 1889.

Mattos, João da Silva, *Reforma Penitenciária*, Lisboa, Typographia da Viuva Sousa Neves, 1885.

Mendes, Corrêa, *Os Criminosos Portugueses. Estudos de Anthropologia Criminal*, Coimbra, F. França Amado Editor, 1914.

Moreira, Henrique, *A Sociedade e a família*, Porto, Typographia Manuel José Pereira, 1867.

Ortigão, Ramalho; Queirós, Eça, *As Farpas*, Lisboa, Typographia Universal, 1872.

Pereira, João António, *As Prisões. Dissertação Inaugural apresentada á Escola Médico-Cirurgica do Porto*, Porto, Typographia de V. Gandra, 1881.

Pimentel, Alberto, *As alegres canções do norte*, Lisboa, Livraria Viúva Tavares Cardoso, 1905.

Pina, Luís, "A antropologia criminal em Portugal. Síntese histórica", in *Congresso do Mundo Português*, Lisboa, 1940.

Pinto, Basílio Alberto de Sousa Pinto, *Lições do Direito Criminal Portuguez*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1861.

Niny, Henrique Jorge, "Combate à sífilis", in *Boletim do Instituto de Criminologia*, vol. XVI, Lisboa, typ. Cadeia Penitenciária de Lisboa, 1932.

*Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1856*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1857.

*Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do continente do reino e ilhas adjacentes em 1857*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1858.

*Relatórios sobre o Estado da Administração Pública nos districtos administrativos do Continente do Reino e Ilhas Adjacentes em 1860*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865.

*Relatório apresentado a Junta Geral de districto de Viana do Castelo na sessão ordinária de 1866*, Viana, Typ. de André Joaquim Pereira & filho, 1866.

*Relatório apresentado a Junta geral de districto de Viana do Castelo na sessão ordinária de 1869*, Viana, Typ. de André Joaquim Pereira & filho, 1869.

Rolland, Francisco, *Adágios, provérbios e anexins da lingua portugueza tirados dos melhores authores nacionaes, e recopilados por ordem alfabética*, Lisboa, typ. Rollandiana, 1780.

Santos, Ary dos, *O Crime de Aborto*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1935.

Santos, António Ribeiro dos, "Discurso sobre a Pena de Morte e Reflexões sobre alguns Crimes", in *Jornal de Coimbra*, n.º XXXIII, parte II, s./d.

Secco, António Luís de Sousa Henriques, "Da História do Direito Criminal Portuguez desde os mais remotos tempos", in *Revista de Legislação e Jurisprudência*, 1871.

Vieira, José Augusto, *O Minho Pittoresco*, Tomo I, Lisboa, Livraria António Maria Editor, 1886.

Villasboas, Custódio José Gomes de, "Descripção Topographica das Commarcas Fronteiras da Província do Minho", in Alves, Jorge Fernandes; Sousa, Fernando de, *Alto Minho. População e economia nos finais de setecentos*, Lisboa, Editorial Presença, 1999.

## LEGISLAÇÃO

*Código Administrativo de 1836*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1838.

*Código Administrativo de 1842*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1849.

*Código Civil Portuguez*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.

*Código Penal. Código Penal de 1852. Nos 150 anos do primeiro código penal português (1852-2002)*, Lisboa, Edição do Ministério da Justiça, 2002.

*Collecção de todas as leis, alvarás, decretos etc impressos na regia officina tipográfica (II semestre de 1824)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1845.

*Collecção de todas as leis, alvarás, decretos etc impressos na regia officina tipográfica (II semestre de 1826) – Parte I – Folheto VII*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1845.

*Collecção de todas as leis, alvarás, decretos, etc na regia officina tipográfica (I semestre de 1828) – Parte I*, Lisboa, Imprensa Nacional, s/d.

*Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por Sua Majestade Imperial desde que assumiu a regência em 3 de Março de 1832 até à sua entrada em Lisboa em 28 de Julho de 1833*, Segunda Série, Lisboa, Imprensa Nacional, 1836.

*Collecção de Leis e outros documentos officiais publicados desde 10 de Setembro até 31 e Dezembro de 1836*, Sexta Série, Lisboa, Imprensa Nacional, 1837.

*Collecção de Leis e outros documentos officiais publicados desde 15 de Agosto de 1834 até 31 de Dezembro de 1835*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1837.

*Collecção de Leis e outros documentos oficiais publicados desde 10 de Setembro até 31 de Dezembro de 1836, Sexta Série, Lisboa, Imprensa Nacional, 1837.*

*Collecção de Leis e outros documentos oficiais publicados no 2.º semestre de 1837, Segunda Parte, Sétima Série, Lisboa, Imprensa Nacional, 1837.*

*Collecção de Leis e outros documentos oficiais publicados no ano de 1838, Lisboa, Imprensa Nacional, 1838.*

*Collecção de Leis e outros documentos oficiais publicados no ano de 1839, 9.ª série, Imprensa Nacional, Lisboa, 1839.*

*Collecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por sua Majestade Imperial desde a sua entrada em Lisboa até À instalação das Câmaras Legislativas, terceira série, Lisboa, Imprensa Nacional, 1840.*

*Collecção de Leis e outros documentos oficiais publicados no ano de 1840, 10.ª série, Lisboa, Imprensa Nacional, 1840.*

*Collecção Official de Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva, Legislação de 1842 em diante, Lisboa, Imprensa Nacional, 1842.*

*Collecção Official de Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva, Anno de 1844-1845, Lisboa, Imprensa Nacional, Lisboa, 1845.*

*Collecção Official de Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva, Lisboa, Imprensa Nacional, 1847.*

*Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva, Anno de 1848, Lisboa, Imprensa Nacional, 1848.*



*Collecção official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa, anno de 1850, Lisboa, Imprensa Nacional, 1851.*

*Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa, Lisboa, Imprensa Nacional, 1852.*

*Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1852, Lisboa, Imprensa Nacional, 1853.*

*Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1855, Lisboa, Imprensa Nacional, 1856.*

*Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1857, Lisboa, Imprensa Nacional, 1858.*

*Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1858, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859.*

*Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1859, Lisboa, Imprensa Nacional, 1860.*

*Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1863, Lisboa, Imprensa Nacional, 1864.*

*Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Majestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1864*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865.

*Collecção Official da Legislação Portuguesa, Anno de 1867*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.

*Collecção Official da Legislação Portuguesa, Anno de 1869*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1870.

*Collecção Official da Legislação Portuguesa, Anno de 1872*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873.

*Constituição de 1822*, em

<http://www.arqnet.pt/portal/liberalismo/c1822t5.html>

*Carta Constitucional de 1826*, em <http://www.arqnet.pt/portal/liberalismo/c1826t8.html>

*Ordenações Afonsinas*, <http://ww1.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/>

*Ordenações Manuelinas*, <http://ww1.ci.uc.pt/ihti/proj/manuelinas/>

*Ordenações Filipinas*, vol. 1, Rio de Janeiro, Edição de Cândido Mendes de Almeida, 1870.

*Ordenações Filipinas*, Livro 5, Rio de Janeiro, Edição de Cândido Mendes de Almeida, 1870.

*Reforma Judiciária aprovada pelos decretos de 29 de Novembro de 1836 e 13 de Janeiro de 1837*, segunda edição oficial, Lisboa, Imprensa Nacional, 1837.

Ribeiro, João Pedro, *Indice Chronologico Remissivo da Legislação Portuguesa Posterior à Publicação do Codigo Filipino com hum Appendice- Parte III. Desde o Principio do Reinado do Senhor D. José até o fim do Anno de 1805*, Lisboa, Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1806.

Ribeiro, João Pedro, *Índice Chronologico Remissivo da Legislação Portuguesa Posterior à Publicação do Código Filippino com hum Appendice- Parte V*, Lisboa, Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1818.

Thomaz, Manuel Fernandes, *Repertório Geral ou Índice Alphanetico das Leis Extravagantes do Reino de Portugal*, Tomo I, Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1815.

Thomaz, Manuel Fernandes, *Repertorio Geral, ou Índice Alphanetico das Leis Extravagantes do Reino de Portugal*, Tomo II, Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1819.

Silva, António, Delgado da, *Collecção da Legislação Portuguesa, desde a última compilação das Ordenações*, Lisboa, Tipographia Maygrense, 1826-30.

Silva, António Delgado da, *Collecção da Legislação Portuguesa desde a última Compilação das Ordenações*, Lisboa, Typografia Maignense, 1828.

Silva, José Justino de Andrade e, *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa*, Lisboa, Imprensa de J. J. A. Silva, 1854.

Silva, José Justino de Andrade e, *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa, 1641-1683 e suplemento à segunda série 1641-1685*, Lisboa, Imprensa F. X. de Souza, 1857.

Silva, José Justino de Andrade e, *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa, 1683-1700*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1859.

Sousa, Joaquim José Caetano e, *Classes dos crimes, por ordem systematica, com as penas correspondentes, segundo a legislação actual*, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Oficina de J.F.M. de Campos, 1816.

Sousa, José Roberto Monteiro de Campos Coelho e, *Systema, ou Collecção dos Regimentos Reaes*, Lisboa, Oficina de Francisco Borges de Sousa, 1783.

Sousa, José Roberto Monteiro Campos Coelho, *Systema ou Collecção dos Regimentos Reaes*, Tomo III, Lisboa, Oficina de Francisco Borges de Sousa, 1785.

## DICIONÁRIOS

Bluteau, Raphael, *Vocabulario Portuguez e Latino, 1712-1718*, Lisboa, Oficina de Pascoal da Silva, 1712-1728.

Chernoviz, Pedro Luiz Napoleão, *Diccionario de Medicina Popular e das sciencias accessarios para uso das familias*, 2 vols, Paris, A. Roger & F. Chernoviz, 1890.

*Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto, Porto Editora, 6.<sup>a</sup> edição, sem data de edição.

Figueiredo, Cândido, *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, vol. 1, Lisboa, Tavares Cardoso & Irmão, 1899.

Lapa, Albino, *Dicionário de Calão*, Lisboa, Sociedade Gráfica Nacional, 1859.

Machado, José Pedro, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos vocábulos estudados*, 2.<sup>a</sup> edição, vol. III, Lisboa, Livros Horizonte, 1967.

Mello, Bernardo de Lima Bacellar, *Diccionario da Lingua Portuguesa*, Lisboa, Officina de Jozé Joaquim Aquino Bulhoens, 1783.

*Novo Diccionario da Lingua Portuguesa*, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1806.

Serrão, Joel (dir.), *Dicionário da História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1975.

## BIBLIOGRAFIA

Abrams, Lynn, "Crime against marriage? Wife-bating, divorce and the law in nineteenth century Hamburg", in Arnot, Margaret L.; Osborne, Cornelia (ed.) *Gender and Crime in Modern Europe*, London, Routledge, 1999, pp. 118-136.

Abreu, Alberto A., *História de Viana do Castelo*, 2.º vol., 2.º tomo, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 2009.

Abreu, Laurinda, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: Aspectos de sociabilidade e poder*, Setúbal, Santa Casa da Misericórdia, 1990.

Abreu, Laurinda, *Memórias da alma e do corpo. A Misericórdia de Setúbal na Modernidade*, Viseu, Palimage, 1999.

Abreu, Laurinda "Reclusão e controle de pobres: o lado desconhecido da assistência em Portugal", in *Revista Portuguesa de História*, t. XXXVI, vol. 1, 2002/2002, pp. 527-540.

Albuquerque, Rui de; Albuquerque, Martim, *História do Direito Português*, Vol. II, Lisboa, s./ed., 1983.

Alloza Aparicio, Ángel, "En busca de las causas del crimen. Teorías y estudios sobre delincuencia y justicia penal en la España Moderna", in *Espacio, Tiempo y Forma, Serie IV, Historia Moderna*, t. 14, 2001, pp. 473-489.

Almeida, Ana Catarina Entrudo Pires de, *Abuso Sexual de crianças: Crenças Sociais e discursos da Psicologia*, Braga, Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia, 2003. Tese de mestrado policopiada.

Almeida, Ana Nunes de, "Crianças e maus tratos na família – uma abordagem sociológica", in *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXXVII, 2005, pp. 231-254.

Almeida, Carlos Alberto Ferreira, *Alto Minho*, Lisboa, Editorial Presença, 1987.

Almeida, Luís Ferrand, "Motins populares no tempo de D. João V. Breves notas e alguns documentos", in *Revista de História das Ideias*, vol. 5, 1984, pp. 321-344.

Almeida, Pedro Tavares de, *Eleições e Caciquismo no Portugal oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, Difel, 1991.

Alvarez-Uria, Fernando, *Miserables y locos. Medicina mental y orden social en la España del siglo XIX*, Barcelona, Tusquets editores, Cuadernos Ínfimos, 1983.

Alves, Dina Catarina Duarte, *Violência e Perdão em Óbidos (1595-1680)*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2003.

Alves, Jorge Fernandes, *Os "Brasileiros". Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 1993. Tese de doutoramento policopiada.

Alves, Jorge Fernandes, "A pesca e os pescadores no litoral portuense", in *Revista da Faculdade de Letras: História*, série II, vol 8, 1991, pp. 151-184.

Alves, Jorge Fernandes; Ferreira, M. Fernanda; Monteiro, Maria do Rosário, "Imigração galega na cidade do Porto. (2.<sup>a</sup> metade do século XIX)", in *Revista da Faculdade de Letras: História*, série II, vol. 9, 1992, pp. 215-236.

Alves, Jorge Fernandes, "Peregrinos de trabalho. Perspectivas sobre a inmigración galega en Porto", *Estudios Migratorios*, n.º 4, December de 1997, pp. 68-81.

Alves, Jorge Fernandes, "Perspectivas sobre a emigração oitocentista – estudos locais e regionais", in *Actas das Segundas Jornadas de História Local*, Fafe, Câmara Municipal, 1998, pp. 413-424.

Alves, Jorge Fernandes, "Atalhos batidos. A emigração nortenha para o Brasil", in *Atalaia-Intermundos*, n.º 6/7, Lisboa, 2000, pp. 297-308.

Alves, Jorge Fernandes, "Imigração de galegos no Norte de Portugal (1500-1900)", in Eiras Roel, Antonio; González Lopo, Domingo (coord.), *Movilidad e migracions internas na Europa latina*, Santiago de Compostela, Unesco, 2002, pp. 117-126.

Alves, Lourenço, *Caminha e o seu concelho. Monografia*, Caminha, Câmara Municipal de Caminha, 1985.

Amado, Janaína, "Crimes Domésticos. Criminalidade e degredo feminino em Portugal no século XVIII", in *Mare Liberum*, n.º 17, Lisboa, Junho de 1999, pp. 73-96.

Amaral, José Luís Mendes d', *Quem Não se sente não é filho de boa gente. A Ofensa em Portugal no Primeiro Terço do século XX*, Cascais, Patrimonia Historica, 1997.

Amorim, Inês, "A organização do trabalho da pesca, em finais do séc. XIX, na Póvoa do Varzim", in *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*, vol. 1, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 2001, pp. 113-134.

Amorim, Inês, "A decadência das pescarias portuguesas e o constrangimento fiscal – entre a Ilustração e o Liberalismo", in *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 2004, pp. 155-164.

Amorim, Maria Norberta, "Identificação de pessoas em duas paróquias do Norte de Portugal (1580- 1820)", in *Boletim de Trabalhos Históricos*, Guimarães, 1983, pp. 214-278.

Amorim, Maria Norberta, "Demografia", in Capela, José Viriato (coord.), *As Freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património*, Braga, Casa Museu de Monção, Universidade do Minho, 2005, pp. 592-587.



Anica, Aurízia, *A transformação da violência no século XIX: o caso da comarca de Tavira*, Lisboa, Edições Colibri, 2001.

Anica, Aurízia, *As mulheres, a violência e a justiça no Algarve de Oitocentos*, Lisboa, Edições Colibri, 2005.

Andrade, Amélia Aguiar, *Um Espaço Urbano Medieval: Ponte de Lima*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

Antonio Escudero, José, "Cinco siglos de carceles", in *Historia 16*, Extra VII, Outubro 1978, pp. 5-30.

Araújo, Ana Cristina, "Cerimónias de execução pública no Antigo Regime - escatologia e justiça", in *Revista de História Sociedade e Cultura*, n.º 1, 2001, 169-211.

Araújo, José Rosa, *Limiana - Página Regional de Arqueologia, Artística e Etnografia*, Ponte de Lima, Associação para a defesa do Ambiente e do Património Cultural de Ponte de Lima, 1993.

Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Misericórdia de Vila Viçosa e a assistência aos soldados em finais do século XVIII*, separata do livro de "Actas do Congresso do V Centenário da Fundação do Hospital do Espírito Santo de Évora", Évora, 1996, pp. 149-164.

Araújo, Maria Marta Lobo de, "Pobres nas malhas da lei: a assistência aos presos nas Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima", in *Cadernos do Noroeste*, vol. 11 (2), 1998, pp. 83-114.

Araújo, Maria Marta Lobo de, "Festas e rituais de caridade nas Misericórdias", in *Piedade Popular: Sociabilidades, representações e espiritualidades: actas do Colóquio Internacional*, Lisboa, Centro de História da Cultura, 1999, pp. 501-516.

Araújo, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa; Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000.

Araújo, Maria Marta Lobo de, *Pobres, Honradas e Virtuosas: os dotes de D. Francisco e a Misericórdia de Ponte de Lima (1680-1850)*, Ponte de Lima, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000.

Araújo, Maria Marta Lobo de, "O hospital do Espírito Santo de Portel na Época Moderna", in *Cadernos do Noroeste*, Série História 3, 20, (1-2), 2003, pp. 341-409.

Araújo, Maria Marta Lobo de, *Rituais de caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2003.

Araújo, Maria Marta Lobo, "Nas franjas da sociedade: os esmolados das Misericórdias do Alto Minho (séculos XVII-XVIII)", in *Diálogos*, n.º 9:2, 2005, pp. 121-142.

Araújo, Maria Marta Lobo de, "Confrarias", in Capela, José Viriato (coord.), *As Freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património*, Braga, Casa Museu de Monção, Universidade do Minho, 2005, pp. 575-579.

Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Confraria de Nossa Senhora de Porto de Ave. Um itinerário sobre a religiosidade popular do Baixo Minho*, Braga, Confraria de Nossa Senhora de Porto de Ave, 2006.

Araújo, Maria Marta Lobo de, "Os hospitais de Ponte de Lima na era pré-industrial", Separata do livro *Actas do século XVIII Seminário Internacional sobre Participação, Saúde e Solidariedade – Riscos e Desafios*, Braga, ICS, 2006, pp. 481-492.

Araújo, Maria Marta Lobo de, "Na barra dos tribunais: os presos e a Misericórdia de Portel (séculos XVI-XVII)", *Congresso Internacional de História. Territórios, Culturas e Poderes. Actas*, vol. I, Núcleo de Estudos Históricos, Universidade do Minho, Braga, 2006, pp. 303-318.

Araújo, Maria Marta Lobo de "As Misericórdias portuguesas enquanto palcos de sociabilidades no século XVIII", in *História: Questões e Debates*, 2006, pp. 155-176.

Araújo, Maria Marta Lobo; Esteves, Alexandra Patrícia Lopes, "Pasaportes de caridad: Las «cartas de guia» de las Misericórdias portuguesas (siglos XVII-XI), in *Estudios Humanísticos. Historia*, n.º 6, 2007, pp. 207-225.

Araújo, Maria Marta Lobo de, *A Misericórdia de Monção: fronteira, guerras e caridade (1561-1810)*, Braga, Misericórdia de Monção, 2008.

Araújo, Maria Marta Lobo de, "Meninos de ninguém: as crianças abandonadas no Pico de Regalados (séculos XVII-XX)", in *Boletim Cultural*, n.º 2, Vila Verde, Câmara Municipal de Vila Verde, 2008, pp. 25-38.

Araújo, Maria Marta Lobo de, "Pequenos e pobres: a assistência nas Misericórdias portuguesas da Idade Moderna", in Araújo, Maria Marta Lobo de; Ferreira, Maria de Fátima (Orgs.), *A infância no universo assistencial da Península Ibérica (sécs. XVI-XIX)*, Braga, Instituto de Ciências Sociais, 2008, pp. 135-149.

Araújo, Maria Marta Lobo de, "A aguardar justiça: os presos pobres em Portugal durante a Época Moderna", in Ribeiro, Gladys Sabina; Neves, Edson Alvisi; Ferreira, Maria de Fátima Cunha Moura (org.), *Diálogos entre Direito e História: cidadania e justiça*, Rio de Janeiro, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2009, pp. 109-121.

Archer, John E., "Men behaving badly"? masculinity and the uses of violence, 1850-1900", in D'Cruze, Shani, *Everyday Violence in Britain, 1850-1950*, London, Pearson Education Limited, 2000, pp.41-69.

Ariès, Philippe, *A criança e a vida familiar no Antigo Regime*, Lisboa, Relógio d'Água, 1988.

Annot, Margaret L.; Osborne, Cornelia, "Why gender and crime? Aspects of an international debate", in Annot, Margaret L.; Osborne, Cornelia (Eds.), *Gender and Crime in Modern Europe*, London, Routledge, 2003.

Annot, Margaret T., "Understanding women committing newborn child murder in Victorian England", in D'Cruze, Shani (edit.), *Everyday Violence in Britain, 1850-1950. Gender and Class*, London, Pearson Education, 2000, pp. 55-69.

Astray, Manuel Recuero; Mallón, Baudillo, Barreiro, *História da Galiza*, Lisboa, Edições Sílabo, 2008.

Barreira, Aníbal José de Barros, *A assistência hospitalar no Porto. 1750-1850*, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2002. Dissertação de doutoramento policopiada.

Barreiros, José António, "As instituições criminais em Portugal no século XIX: subsídios para a sua história", in *Análise Social*, vol XVI; (63), 1980, pp. 587-612.

Beattie, J. M., "The Criminality of women in Eighteenth-century England", in *Journal of Social History*, 8, 1975, pp. 80-116.

Bebiano, Rui, "Organização e papel do Exército", in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 253-163.

Bebiano, Rui, *A Pena de Marte. Escrita da guerra em Portugal e na Europa (sécs. XVI-XVIII)*, Lisboa, Minerva História, 2000.

Beccaria, Cesare, *Dos Delitos e das Penas*, Lisboa, Serviço da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1998.

Becker, Peter, "O criminoso: entre a diabolização e a normalização. Reflexões sobre a história da criminalidade oitocentista", in Almeida, Pedro Tavares de; Marques, Tiago Pires (coord.), *Lei e*

*Ordem. Justiça Penal, Criminalidade e Polícia séculos XIX-XX*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, pp. 67-88.

Becker, Peter; Wetzell, Richard F, (eds.), *Criminals and Their Scientists. The History of Crime in International Perspective*, Cambridge, Cambridge University Press, 2007.

Bejerano Guerra, Fernando, "John Howard: Inicio y bases de la reforma penitenciaria", in García Valdés, Carlos (dir.), *História de la prisión. Teorías economicistas. Crítica*, Madrid, Edisofer, 1997, pp. 113-132.

Bejerano Pellicer, Clara, "Sociabilidad, música y danza en el siglo XVIII", in Fernández Cortizo, Camilo J.; Migués Rodríguez, Vítor Manuel; Presedo Garazo, Antonio (eds.), *El mundo urbano en el siglo de la Ilustración*, vol. I, Santiago de Compostela, Xunta da Galicia, 2009, pp. 293-305.

Bertrand, Céline, "Empoisonneuses malgré elles: les femmes victimes de la rumeur", in Cauvaud, Frédéric; Malandain, Gille (Dir.), *Impossibles victimes, impossibles coupables. Les femmes devant la justice (XIX-XX siècles)*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2009, pp. 45-55.

Borriguero Beltrán, Cristina, "Los motines de quintas", in *Cuadernos de Historia Moderna*, n.º 10, Madrid, Ed. Universidad Complutense, 1989-1990, pp. 147-159.

Boschi, Daniele, "Homicide and Knife Fighting in Rome, 1845-1914", in Spierenburg, Pieter (edi.), *Men and Violence: Gender, Honor and Rituals in Modern Europe and America*, Columbus, Ohio State University Press, 1996, pp. 128-158.

Bonifácio, Maria de Fátima, "A guerra de todos contra todos "ensaio sobre instabilidade política antes da Regeneração", in *Análise Social*, vol. XXVII (115), 1992, (1.º), pp. 91-134.

Bonifácio, Maria de Fátima, *D. Maria II*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.

Bonifácio, Maria de Fátima, *A Monarquia Constitucional (1807-1910)*, Lisboa, Texto Editores, 2010.

Borrallheiro, Rogério, "O ensino das primeiras letras em Braga", in *Revista Cultural Bracara Augusta*, vol. XLIV, 1993, pp. 167-195.

Boullant, François, *Michel Foucault et les prisons*, Paris, Presses Universitaires de France, 2003.

Bourke, Joanna, *Rape a History from 1860 to the Present Day*, London, Virago Press, 2007.

Braga, Isabel Drumond, "A Criminalidade em Portalegre no reinado de D. João III: delitos e perdões", in *A Cidade*, nova série, n.º 8, Portalegre, 1993, pp. 65-81.

Braga, Isabel Drumond, "Para o estudo da criminalidade dos mouriscos no séc. XVI", in *Gil Vicente*, n.º 28, Guimarães, 1993, pp. 53-62.

Braga, Isabel Drumond; Braga, Paulo Drumond, "A criminalidade nos Açores no reinado de D. Sebastião: delitos e perdões", in *Faial e a Periferia Açoriana nos séculos XV a XIX. Actas de Colóquio*, Horta, 1995, pp. 523-543.

Braga, Isabel Drumond, "Violência verbal e violência física numa sociedade em mudança: Portugal séculos XV-XVI", in *III Congresso Histórico de Guimarães. D. Manuel e a sua época. Actas*, vol. III, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2004, pp. 495-508.

Braga, Isabel Drumond, *Cultura, Religião e Quotidiano. Portugal (século XVIII)*, Lisboa, Hugin, 2005.

Braga, Isabel Drumond, "Violência no feminino, violência sobre o feminino", in *Vivências no Feminino. Poder, violência e marginalidade nos séculos XV a XIX*, Lisboa, Tribuna da História, 2007.

Braga, Paulo Drumond, "Os forçados das galés. Percursos de um grupo marginalizado", in *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam*, vol. I, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 1999, pp. 187-200.

Braga, Paulo Drumond, "Mulheres criminosas, mulheres perdoadas (Cabo Verde e São Tomé. Século XVI)", in *Isleña*, n.º 38, Funchal, Janeiro-Junho de 2003, pp. 98-105.

Braga, Paulo Drumond, *Torres Vedras no reinado de Filipe II. Crime, castigo e perdão*, Lisboa, Edições Colibri/Câmara Municipal de Torres Vedras, 2009.

Brettell, Caroline B., *Homens que Partem, Mulheres que Esperam. Consequências da emigração numa freguesia minhota*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1991.

Brito, Joaquim Pais, "A Taberna: lugar e revelador da aldeia", in O'Neill, Brian Juan; Brito, Joaquim Pais (org. e prefácio), *Lugares de Aqui. Actas do Seminário "Terrenos Portugueses"*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1991.

Brochado, Cláudio Laranjeira, "Monção nos séculos XVII e XVIII: elementos para um perfil urbano", in Capela, José Viriato (coord.), *Monção nas Memórias Paroquiais de 1758, Casa Museu de Monção*, Universidade do Minho, 2003, pp. 21-40.

Burke, Peter, "Violência urbana e civilização", in *Braudel Papers*, n.º 12, 1995, pp. 03-12.

Burke, Peter, *La cultura popular em la Europa moderna*, Madrid, Alianza Editorial, 1996.

Cabral, João de Pina, "As mulheres, a maternidade e a posse da terra no Alto Minho", in *Análise Social*, vol. XX (80), 1984-1, pp. 97-112.

Cabral, João de Pina, "Comentários críticos sobre a casa e a família no Alto Minho rural", in *Análise Social*, vol. XX (81-82), 1984 – 2.º e 3.º, pp. 263-284.

Cabral, João de Pina, *Filhos de Adão, Filhas de Eva. A visão do mundo camponesa no Alto Minho*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1989.

Caldas, Eugénio de Castro, *Terra de Valdevez e Montaria do Soajo, Memória monográfica do concelho de Arcos de Valdevez*, s.l., Verbo, 1994.

Campos, Ana, *Crime ou Castigo? Da perseguição contra as mulheres até à despenalização do aborto*, Coimbra, Almedina, 2007.

Canal, Jordi, "Guerra Civil e Contrarrevolución en España y en la Europa del Sur en el siglo XIX", in *Ler História*, n.º 51, 2006, pp. 37-50.

Capela, José Viriato Eiras, "O porto de Viana no contexto do comércio externo português (análise à balança comercial de 1783)", in *Viana – O Mar e o Porto, Viana do Castelo*, Junta Autónoma dos Portos do Norte, 1987, pp. 93-112.

Capela, José Viriato Eiras, "O concelho de Guimarães nos capítulos de correição dos séculos XVIII-XIX", in *Revista de Guimarães*, n.º 103, 1993, pp. 225-296.

Capela, José Viriato Eiras, *O Minho e os seus Municípios. Estudos económico-aministrativos sobre o município português nos horizontes da reforma liberal*, Braga, Universidade do Minho. Mestrado de História das Instituições e Cultura Moderna e Contemporânea, 1995.

Capela, José Viriato Eiras, *Política de corregedores. A actuação dos corregedores nos municípios minhotos no apogeu e crise do Antigo Regime (1750-1834)*, Braga, Universidade do Minho. Instituto de Ciências Sociais. Centro de Ciências Históricas e Sociais e Mestrado de História das Instituições e Cultura Moderna e Contemporânea, 1997.

Capela, José Viriato, *A revolução do Minho de 1846. Segundo os relatórios de Silva Cabral e Terena José*, Porto, Edições Afrontamento, 1999.



Capela, José Viriato (coord.), *Vila Nova de Cerveira. Elites, poder e governo municipal (1753-1834)*, Braga, Praxis XXI, 2000.

Capela, José Viriato, "Feiras e a actividade mercantil", in Capela, José Viriato (coord.), *Monção nas Memórias Paroquiais de 1758*, Braga, Casa Museu de Monção, Universidade do Minho, 2003, pp. 73-80.

Capela, José Viriato; Borralheiro, Rogério, *A Feira da Ladra. Festas do Concelho de Vieira do Minho*, Braga, Edição da Câmara Municipal de Vieira do Minho, 2004.

Capela, José Viriato; Matos, Henrique, "Ausentes e migrantes", in Capela, José Viriato (coord.), *As Freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património*, Braga, Casa Museu de Monção, Universidade do Minho, 2005, pp. 529-531.

Capela, José Viriato, "Economia agrária e subsistências" in Capela, José Viriato (coord.), *As Freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património*, Braga, Casa Museu de Monção, Universidade do Minho, 2005, pp. 605-610.

Capela, José Viriato, "Comarcas", in Capela, José Viriato (coord.), *As Freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património*, Braga, Casa Museu de Monção, Universidade do Minho, 2005, pp. 593-594.

Capela, José Viriato, "Economia agrária e descrição das serras" in Capela, José Viriato (coord.), *As Freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património*, Braga, Casa Museu de Monção, Universidade do Minho, 2005, p. 610.

Capela, José Viriato, "Feiras e mercados", in Capela, José Viriato (coord.), *As Freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património*, Braga, Casa Museu de Monção, Universidade do Minho, 2005, pp. 617-622.

Capela, José Viriato Capela, "Gado bravo, fojos e montarias" in Capela, José Viriato (coord.), *As Freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património*, Braga, Casa Museu de Monção, Universidade do Minho, 2005, pp. 631-632.

Capela, José Viriato, "Linho", in Capela, José Viriato (coord.), *As Freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património*, Braga, Casa Museu de Monção, Universidade do Minho, 2005, pp. 660-661.

Capela, José Viriato, "Rio Lima: Perfil e navegação", in Capela, José Viriato (coord.), *As Freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto Minho: Memória, História e Património*, Braga, Casa Museu de Monção, Universidade do Minho, 2005, pp. 660-661.

Capela, José Viriato; Matos, Henrique; Borralheiro, Rogério, *O Heróico Patriotismo das Províncias do Norte. Os concelhos na Restauração de Portugal de 1808*, Braga, Casa Museu de Monção; Universidade do Minho, 2008.

Carasa Soto, Pedro, "Cambios en la tipología del pauperismo en la crisis el antiguo régimen", in *Investigaciones históricas: Época moderna y contemporánea*, n.º 7, 1987, pp. 131-150.

Carasa Soto, Pedro, "Beneficencia y «cuestión social»: una contaminación arcaizante", in *Historia Contemporánea*, n.º 29, 2004, pp. 625-670.

Cardoso, Júlio Arthur Lopes, "Micróbios e doenças", in *Biblioteca do Povo e das Escolas*, n.º 152, pp. 1-64.

Cardoso, Maria Teresa Costa Ferreira, *Os presos da Relação do Porto entre a cadeia e a Misericórdia (1735-1740)*, Braga, Universidade do Minho, 2005. Tese de mestrado policopiada.

Cardoso, Maria Teresa Costa Ferreira, "A cadeia da Relação do Porto e a assistência prestada aos presos pela Misericórdia do Porto (1735-1740)", *Noroeste. Revista de História*, 2, 2006, pp. 349-371.

Carpio, Elias, "Las pescarias del Guadalquivir en el siglo XVI", in Dubert, Isidro; Sobrado Correa, Hortensio (eds.), *El mar en los siglos modernos*, Tomo I, Santiago de Compostela, Xunta da Galicia, 2009, pp. 294-318.

Carneiro, Deivy Ferreira, "Calúnia e injúria: uma análise historiográfica dos usos das ofensas verbais na pesquisa histórica brasileira e internacional", in *XII Encontro Regional de História da Anpuh-RJ: Livro de Resumos do XII Encontro Regional de História da Anpuh-RJ*, 2006, pp. 2-11.

Carvalho, António, *Acontecimentos que Viana Sentiu II*, Viana do Castelo, Junta de freguesia de Viana do Castelo, 2005.

Carvalho, Jorge Brandão, *Tensões numa comunidade rural do Baixo Minho. Adaúfe e o seu Juízo de Paz (1835-1880)*, Braga, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, centro de Ciências Históricas e Sociais, 1999.

Cascão, Rui, "Vida Quotidiana e Sociabilidade", in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 517-541.

Casimiro, Cláudia "Representações sociais da violência conjugal", in *Análise Social*, vol. XXXVII (163), 2002, pp. 603-630.

Castan, Nicole, *Les Criminels de Languedoc: les exiences d'ordre et les voies du ressentiment dans une société pré-revolutionnaire (1750-1790)*, Toulouse, Association des Publications de l'Université de Toulouse-Le Mirail, 1980.

Castan, Nicole "A Criminosa", in Duby, Georges; Perrot, Michelle, *História das mulheres no Ocidente. Do Renascimento à Idade Média*, vol. 3, Porto, Edições Afrontamento, 1990, pp. 534-551.

Casey, James, *História da Família*, Lisboa, Editorial Teorema, 1990.

Castro, Francisco Cyrne de, "Notícias do Tomás das Quingostas", in *Arquivo do Alto Minho*, 10.º vol, Tomo II, 1960, pp. 89-102.

Castro, Francisco Cyrne, *A Patuleia no Alto Minho. Alguns pormenores da sua história*, Viana do Castelo, S/ local de ed., 1964.

Castro, Luís Cyrne, "Apontamentos sobre o passado da iluminação pública e privada em Viana do Castelo", in *Roteiro de Viana do Castelo*, Viana do Castelo, 1977, não paginado.

Castro, Maria de Fátima, "Assistência no Hospital de S. Marcos na 2.ª metade do século XVII a cerca de 1710" in *Revista Cultural Bracara Augusta*, n.º 44, 1993, pp. 45-73.

Castro, Maria de Fátima, "Presos, enjeitados e meninos desamparados no programa assistencial da Misericórdia de Braga", in *Congresso Internacional de História. Territórios, Culturas e Poderes. Actas*, vol. I, Braga, Núcleo de Estudos Históricos, Universidade do Minho, 2006, pp. 373-404.

Catroga, Fernando, "O poder paroquial como "polícia" no século XIX português", in Almeida, Pedro Tavares; Marques, Tiago Pires (coords.), *Lei e Ordem. Justiça Penal, Criminalidade e Polícia (séculos XIX-XX)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, pp. 124-127.

Chesnais, Jean-Claude, *Histoire de la Violence en Occident de 1800 à nos Jours*, Paris, Éditions Robert Laffont, 1981.

Chevalier, Louis, *Classes laborieuses et classes dangereuses*, Paris, Éditions Perrin, 2007.

Clark, Anna, *Women's Silence, Men's Violence: Sexual Assault in England 1770-1845*, London, Pandora Press, 1987.

Coates, Timothy J., *Degredados e Órfãos: colonização dirigida pela coroa no império português, 1550-1755*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

Cockburn, J. S., "Patterns of Violence in English Society: homicide in Kent 1560-1985", in *Past and Present. A journal of historical studies*, n.º 130, 1991, pp. 70-106.

Coelho, Adolfo, *Os ciganos de Portugal. Com um estudo sobre o calão*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1995.

Corbin, Alain, "Os Bastidores", in Duby, Georges; Ariès, Philippe (dir), *História da Vida Privada. Da Revolução à Grande Guerra*, vol. 4, Porto, Edições Afrontamento, 1990, pp. 413-611.

Cordeiro, Bruno, "A iluminação: para lá da electricidade", in Madureira, Nuno (coord.), *A História da Energia, Portugal 1890-1980*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, pp. 171-190.

Correia, Eduardo, "A evolução histórica das penas", in *Boletim da Faculdade de Direito*, vol. LIII, 1977, pp. 51-150.

Cosme, João, "As preocupações higio-sanitárias em Portugal (2.ª metade do século XIX e princípio do século XX)", in *Revista da Faculdade de Letras: História*, série III, vol. 07, 2006, pp. 181-196.

Cosme, João, "As preocupações higio-sanitárias em Portugal (2.ª metade do século XIX e princípio do século XX)" in *Noroeste. Revista de História. Congresso Internacional de História Territórios, Culturas e Poderes. Actas*, vol. II, Braga, Núcleo de Estudos Históricos, Universidade do Minho, 2007, pp. 707-722.

Costa, Américo Fernando da Silva, *A Santa Casa da Misericórdia de Guimarães: caridade e assistência no meio vimaranense dos séculos XVII e XVIII*, Guimarães, Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, 1999.

Costa, Fernando Dorés, "Milícia e Sociedade", in Barata, Manuel Themudo; Teixeira, Nuno Severiano, *Nova História Militar*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004, pp. 68-111.

Costa, Mário Júlio de Almeida, *História do Direito Português*, Coimbra, Almedina, 1992.

Crespo, Jorge, *A História do Corpo*, Lisboa, Difel, 1990.

Cruz, Guilherme Braga da, "O movimento abolicionista e a abolição da pena de morte em Portugal", in *Obras Esparsas*, vol. II. *Estudos de História do Direito. Direito Moderno*. 2.<sup>a</sup> parte, Coimbra, Coimbra Editora, 1981, pp. 27-243.

Cruz, Maria Antonieta, "Agruras dos emigrantes portugueses no Brasil", in *Revista de História*, Porto, vol. 7, 1986/1987, pp. 7-134.

Cruz, Maria Antonieta, "Do Porto para o Brasil: A outra face da emigração oitocentista à luz da imprensa portuense", *Revista de História*, Porto, vol. XI, 1991, pp. 185-192.

Cruz Valenciano, Jesús, "Aspectos de la delincuencia en el siglo XVIII. Las Bandas de falsificadores de moneda", in *Cuadernos de Historia Moderna y Contemporánea*, vol. 7, Universidade Complutense, 1986, pp. 33-50.

Curto, Diogo Ramada, *As Múltiplas Faces da História*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008.

Cusson, Maurice, *Criminologia*, Lisboa, Casa das Letras, 2006.

Darmon, Pierre, "A cruzada antivariólica", in Le Goff, Jacques, Lisboa, Terramar, 1997, pp. 305-321.

D'Cruze, Shani, *Everyday Violence in Britain, 1850-1950*, London, Pearson Education Limited, 2000.

Davis, Andrew, "Youth gangs, Gender and violence, 1870-199", in D'Cruze, Shani, *Everyday violence in Britain, 1850-1950*, London, Pearson Education Limited, 2000, pp. 70-85.

Delgado, Maria Filomena, "O perdão das penas em Portugal", in *Lusíada. História*, n.º 3, 2006, pp. 17-42.

Dias, Jorge de Figueiredo; Andrade, Manuel da Costa, *Criminologia. O homem delinquente e a sociedade criminógena*, 2.ª reimpressão, Coimbra, Coimbra Editora, 1997.

Dinges, Martin, "El uso de la justicia como forma de control social en la Edad Moderna", in Fortea, José I.; Gelabert, E. Juan; Mantecón, Tomás A. (eds.), *Furor et rabies: violencia, conflicto y marginación en la Edad Moderna*, Santander, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cantabria, 2002, pp. 47-68.

Donovan, M. Bill, "Crime, policing, and the absolutist state in early modern Lisbon", in *Portuguese Studies Review*, vol. V. n.º 2, Durhan, Outono-Inverno de 1996-1997, pp. 52-71.

Duarte, Luís Miguel, "Bandos, Bandidos e Crimes no Portugal das caravelas", in *Revista da Faculdade de Letras. História*, Porto, II série, vol. XIII, 1996, pp. 231-248.

Duarte, Luís Miguel, *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval: 1459 -1481*, Coimbra, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 1999.

Duarte, Luís Miguel, "Sarilhos no Campo", in *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam*, vol. 1, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 1999, pp. 299-314.

Duarte, Luís Miguel, "Crimes na Serra", *Estudos de homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*, vol. 2, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 81-102.

Duarte, Marco Daniel, "«Sacrum convivium». Formas e conteúdos da ceia do rei de Portugal na Idade Moderna a partir de figurações icónicas", in *De Arte*, 4, 2005, pp. 89-120.

Dubert, Isidro, "Transformações económicas, coxuntura pesqueira e conflitividade social na Galicia costeira durante a idade moderna", in *Congresso Internacional de História. Territórios, Culturas e Poderes. Actas*, vol. I, Núcleo de Estudos Históricos, Universidade do Minho, Braga, 2006, pp. 189-205.

Dubied, Christophe, "«La lie de la canaille» Larrons, brigands et filous de profession: la répression du banditisme à Genève (1682-1792)", in *Crime, Histoire & Sociétés/Crime, History and Societies*, vol. 5, n.º 2, pp. 107-131.

Duby, Georges, *Amor e Sexualidade no Ocidente*, Lisboa, Terramar, 1998.

Durães, Margarida, "O Minho, no pensamento geo-histórico do Portugal moderno e contemporâneo", in *Cadernos do Noroeste*, vol. 7(2), 1994, pp. 93-113.

Durães, Margarida, "Heranças: solidariedades e conflitos na casa camponesa minhota (sécs. XVIII-XIX)", in *Biblos, Revista da Faculdade de Letras*, vol. LXXXVI, 2000, pp. 155-186.

Durães, Margarida, "Qualidade de vida e sobrevivência económica da família camponesa minhota, o papel das herdeiras (sécs. XVIII-XIX)", in *Cadernos do Noroeste. Olhares sobre mulheres*, vol. 17 (2), Braga, Universidade do Minho, 2002, pp. 125-144.

Durães, Margarida; Lagido, Emília, Caridade, Cristina, "Une population qui bouge: les migrations temporaires et saisonnières à partir de Viana do Castelo (XVIIIe –XIXe siècles)", in *Obradoiro de la historia moderna*, n.º 15, 2006, pp. 29-76.

Durães, Margarida; Emília, Lagido, "A arte de trabalhar a pedra: migrações temporárias e sazonais no Norte de Portugal (Sécs. XVIII e XIX)", in Meneses, Avelino de Freitas de: Costa, João Paulo e, (coords.), *O reino, as ilhas e o mar oceano: estudos de homenagem a Artur Teodoro de Matos*, Lisboa, Centro de História Além-mar, 2007, pp. 237-263.

Durães, Margarida, "As mulheres estrangeiras no Noroeste de Portugal: imigrações femininas galegas do ponto de vista português (sécs. XIX-XX)", in Hernández Borge, Julio; González Lopo L.



(eds.), *Mujer y emigración: una perspectiva plural: Actas del Colóquio Internacional Cátedra Unesco 226 sobre Migracións*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 2008, pp. 133-150.

Durkheim, Émile, *O Suicídio*, Lisboa, Editorial Presença, 2007.

Elias, Norbert, *O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes*, volume I, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1994.

Emsley, Clive, *Crime and Society in England, 1750-1900*, London and New York, Longman, 1996.

Emsley, Clive, *Hard Man. The English and Violence since 1750*, Hambledon and London, London, 2005.

Escaleira, José; Loureiro, José Carlos, *Feiras e mercados de Viana. Cem anos de trocas, memórias e afectos*. Viana do Castelo, Grupo Desportivo e Cultural dos trabalhadores dos estaleiros navais de Viana do Castelo, 2001.

Ferreira, Maria Emília Cordeiro, "Estatística", in Serrão, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1975, pp. 456-462.

Esteves, Alexandra, *A Morada Indesejada. Os presos da cadeia de Ponte de Lima (1732-1739)*, Ponte de Lima, Liga dos Amigos do Hospital, 2005.

Esteves, Alexandra "A cadeia de Ponte de Lima: o espaço carcerário e os seus protagonistas (1840-1880)", in *Congresso Internacional de História. Territórios, Culturas e Poderes. Actas*, vol. I, Braga, Núcleo de Estudos Históricos, Universidade do Minho, 2006, pp. 335-348.

Esteves, Alexandra Patrícia Lopes; Araújo, Maria Marta Lobo, "Pasaportes de caridad: Las «cartas de guia» de las Misericórdias portuguesas (siglos XVII-XI)", in *Estudios Humanísticos. Historia*, n.º 6, 2007, pp. 207-225.

Esteves, Alexandra, "Espanha de Partida, Portugal de chegada: A imigração ilegal no Alto Minho do século XIX", in *Boletim Cultural*, n.º 8, Câmara Municipal de Melgaço, 2009, pp. 49-74.

Esteves, Alexandra, "Violência e conflitualidade em Ponte de Lima, na primeira metade do século XIX" in *IV Congresso Histórico de Guimarães. Do Absolutismo ao Liberalismo*, vol. 1, Braga, Câmara Municipal de Guimarães, 2009, pp. 294-319.

Esteves, Alexandra, "A Confraria da Nossa Senhora da Penha: formas de sociabilidade e assistência, em Ponte de Lima, do século XIX", in Martins, Cândido, *Ponte de Lima. Estudos de História Local*, Ponte de Lima, Município de Ponte de Lima, 2009, pp. 89-98.

Esteves, Alexandra Patrícia Lopes, "Delito e Punição: o discurso médico, o crime e os criminosos em Portugal na segunda metade do século XIX", in Ribeiro, Gladys Sabina; Neves, Edson Alvisi; Ferreira, Maria de Fátima Cunha Moura (org.), *Diálogos entre Direito e História: cidadania e justiça*, Rio de Janeiro, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2009, pp. 123-142.

Esteves, Alexandra, "A cadeia de Ponte de Lima na segunda metade do século XIX: o espaço físico e os seus protagonistas", in Araújo, Maria Marta Lobo de; Ferreira, Fátima Moura Ferreira; Esteves, Alexandra (orgs.), *Pobreza e assistência do espaço ibérico (séculos XVI-XX)*, Braga, CITCEM, Centro de Investigação Transdisciplinar "Cultura, Espaço e Memória", 2010, pp. 127-145.

Esteves, Alexandra, "Assistência às vítimas da cólera no Alto Minho na primeira metade do século XIX." (no prelo).

Esteves, Alexandra, "Conflitualidade e resistência popular contra as elites locais no século XIX: um estudo de caso." (no prelo).

Estévez, Rosa María Pérez, "Delincuencia en la España del siglo XVIII: los presidiarios de Marina", in *Cuadernos de investigación histórica*, 3, Madrid, 1979, pp. 259-273.

Fahrmeir, Andreas, "Governments and Forgers: Passports in Nineteenth-Century Europe", in Caplan, Jane; Torpey, John, *Documenting individual identity: the development of state practices*, Oxfordshire, Princeton University Press, 2001.

Fabre, Daniel, "Famílias. O privado contra o costume", in Duby, Georges; Ariés, Philippe (dir), *História da Vida Privada. Do Renascimento às Luzes*, vol. 3, Porto, Edições Afrontamento, pp. 543-579.

Fatela, João, *O Sangue e a Rua. Elementos para uma antropologia da violência em Portugal (1926-1946)*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1989.

Fatela, João, "«Para se lhes dar destino... » Modos de repressão dos vadios em Portugal na segunda metade do século XIX" in Vaz, Maria João; Relvas, Eunice; Pinheiro, Nuno (orgs.), *Exclusão na História. Actas do Colóquio Internacional sobre Exclusão Social*, Oeiras, Celta Editora, 2000, pp. 149-168.

Feijó, Rui Graça, *Liberalismo e Transformação Social. A região de Viana do Antigo Regime a finais da Regeneração*, Lisboa, Fragmentos, 1992.

Fernandes, Francisco José Carneiro, *Geografia e Memórias da Baixa Vianense*, Viana do Castelo, Centro de Estudos Regionais, 1995.

Fernandes, Paula Guilhermina de Carvalho, "Os vadios no Porto de início do século (1901-1906)", in *Revista da Faculdade de Letras. História*, série II, vol. 11, 1994, pp. 333-351.

Fernández Cortizo, Camilo, "La Emigración gallega a las provincias portuguesas del Miño y de Trás-os-Montes y Alto Duero durante el siglo XVIII y la primera mitad del XIX", in *Congresso Internacional de História. Territórios, Culturas e Poderes. Actas*, vol. I, Braga, Núcleo de Estudos Históricos, Universidade do Minho, 2006, pp. 39-58.

Ferrão, J. M. Dias, *João Brandão*, Lisboa, Livraria Moraes, 1931.

Ferraz, Maria de Lourdes de Freitas, "Emigração madeirense para o Brasil no século XVIII", in *Islenha*, n.º 2, Funchal, 1988, pp. 88-101.

Ferreira-Alves, Joaquim Jaime B., "«O Magnífico Aparato»: formas da festa ao serviço da família real no século XVIII" in *Revista de História*, vol. 12, 1993, pp. 155-220.

Ferreira-Alves, Joaquim Jaime B., "A Festa Barroca no Porto ao serviço da família real na segunda metade do século XVIII", in *Revista da Faculdade de Letras: História*, série III, vol. 5, 1988, pp. 9-68.

Ferreira, Jaime, "Proteccionismo e contrabando cerealífero, 1821-1822", in *Análise Social*, vol. XXVI, 1991, pp. 489-511.

Ferreira, Maria de Fátima Sá e Melo, "Banditismo e política no Alto Minho (1834-1840)", in *Ler História*, n.º 36, 1999, pp. 125-175.

Ferreira, Maria de Fátima Sá e Melo, *Rebeldes e Insubmissos. Resistências Populares ao Liberalismo (1834-1844)*, Lisboa, Edições Afrontamento, 2002.

Ferreira, Fátima Sá e Melo, "Modernização e conflito no mundo rural do século XIX: politização e "política popular" na Maria da Fonte", in *Revista da Faculdade de Letras, História*, Porto, III Série, vol. 5, 2004, pp. 24-43.

Ferreira, Paula Alexandra de Faria, *A Oficina de São José na cidade do Porto, 1880-1909*, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2009. Tese de mestrado policopiada.

Ferreras, Noberto, O. "Bandoleiros, cangaceiros e matreiros. Social Banditism historiography in Latin America reviewed", in *História*, São Paulo, vol. 22, n.º 2, 2003, pp. 211-226.

Fiestas Loza, Alicia, "Las Carceles de Mujeres", in *Historia 16*, Extra VII, Octubre 1978, pp. 89-100.

Filho, Walter Fraga, *Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do século XIX*, São Paulo, Editora HUCITEC, 1996.

Finnane, Mark, "A decline in violence in Ireland? Crime, policing and social relations, 1860/1914", in *Crime, Histoire & Sociétés/Crime, History and Societies*, vol. 1, n.º 1, 1997, pp. 51-70.

Fonseca, Fernando, Taveira da, "Flutuações e crises económicas", in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. V, Porto, Círculo de Leitores, 1993, pp. 393-415.

Fonte, Teodoro Afonso da, *O abandono de crianças em Ponte de Lima (1625-1910)*, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Ponte de Lima; Centro de Estudos Regionais, 1996.

Fonte, Teodoro Afonso da, *No limiar da honra e da pobreza. A infância desvalida e abandonada no Alto Minho (1698-1924)*, Vila Praia de Âncora, Ancorensis e Neps, 2005.

Fonte, Teodoro Afonso da, "Rituais, encenações e estratégias familiares no Alto Minho. As crianças expostas nas Rodas/Hospícios ao longo do século XIX", in *IV Congresso Histórico de Guimarães. Do Absolutismo ao Liberalismo*, vol. IV, Braga, Câmara Municipal de Guimarães, 2009, pp. 165-191.

Foucault, Michel, *Os anormais*, São Paulo, Martins Fontes, 2002.

Foucault, Michel, *Vigiar e Punir. História da violência nas prisões*, Petrópolis, Editora Vozes, 2007.

Foucault, Michel, *Segurança, Território, População. Curso dado no Collège de France (1877-1978)*, São Paulo, Martins Fontes, 2008.

Fraille, Pedro, *Un espacio para castigar. La cárcel e la ciencia penitenciaria en España (siglos XVIII-XIX)*, Barcelona, Ediciones del Serbal, 1987.

Fullana Martorell, Jeroni F. *Crímines y criminales en la isla de la Calma (Mallorca 1884-1951)*, Palma de Maiorca, Lleonard Muntaner, Editor, 2006.

Galeotti, Giulia, *História do Ab( )rto*, Lisboa, Edições 70, 2007.

Gailus, Manfred, "Food riots in Germany in the late 1840s", in *Past and Present*, n.º 145, Oxford, 1994, pp. 157-193.

Garland, David, *La cultura del control. Crimen y orden social en la sociedad contemporánea*, Barcelona, Editorial Gedisa, 2005.

Garnel, Maria Rita Lino, *Vítimas e Violências na Lisboa da I República*, Coimbra, Faculdade de Letras, 2005. Tese de doutoramento policopiada.

Garnot, Benoît, *Crime et Justice aux XVII et XVIII siècles*, Paris, Éditions Imago, 2000.

Garrioch, David, "Verbal insults in eighteenth-century Paris", in Peter Burke; Porter, Roy, *The Social History of language*, Cambridge, Cambridge University Press, 1987, pp. 104-119.

Gómez Bravo, Gutmaro, *Crime y Castigo: cárceles, delito y violencia en la España del siglo XIX*, Madrid, Universidad Complutense de Madrid, 2004.

Gómez Bravo, Gutmaro, "Urbanismo y violencia en el siglo XIX: el caso de Alcalá de Henares", *Actas. VII Congreso Asociación de História Contemporânea: memoria e identidades*, Universidad de Santiago de Compostela, 2004, pp. 1728-1746.

Gómez Bravo, Gutmaro, "El delito y la enfermedad en la España del cambio de siglo", in *Cuadernos de Historia Contemporánea*, vol. Extraordinario, 2007, pp. 113-120.

Gómez Vozmediano, Miguel Fernando, "Devociones, mujeres y desordenes urbanos en Ciudad real (1780)", in Fernández Cortizo, Camilo J.; Migués Rodríguez, Vitor Manuel; Presedo Garazo,

Antonio (eds.), *El mundo urbano en el siglo de la Ilustración*, vol. I, Santiago de Compostela, Xunta da Galicia, 2009, pp. 377-390.

Gonçalves, Iria, "Entre a Peneda e o Barroso", in *Revista da Faculdade de Letras: História*, série II, vol. 15, n.º 1, 1998, pp. 63-77.

Gonthier, Nicole, *Delinquance, Justice et Société dans le Lyonnais Médiéval*, Paris, éditions Arguments, 1993.

González Lopo, Domingo, "La emigración a Portugal desde el suroeste de Galicia en los siglos XVIII al XX", in *Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal séculos XIX e XX*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1993, pp. 373-391.

González Parra, Ricardo, "Jeremy Bentham. El utilitarismo y su influencia en la reforma del sistema penitenciario", in García Valdés, Carlos (dir.), *Historia de la prisión. Teorías economicistas. Crítica*, Madrid, Edisofer, 1997, pp. 133-147.

Grieco, Sara F. Matthews, "O corpo, aparência e sexualidade", in Duby, Georges; Perrot, Michel (dir.), *História das Mulheres no Ocidente*, vol. 3, Porto, Edições Afrontamento, 1994, pp. 71-120.

Grover, Kelly, *The Goal. The Story of Newgate-London's Most Notorious Prison*, London, John Murray, 2008.

Hall, Catherine, "Lar, doce lar", Duby, Georges; Ariés, Philippe (dir.), *História da Vida Privada. Da Revolução à Grande Guerra*, vol. 4, Porto, Edições Afrontamento, 1990, pp. 53-87.

Hatton, Jean Betsy, *The dramatic biography of prison reformer Elizabeth Fry*, Oxford, Monarch Books, 2005.

Heijden, Manon Van der, "Women as victims of sexual and domestic violence in seventeenth-century Holland: criminal cases of rape, incest, and maltreatment in Rotterdam and Delft", in *Journal of Social History*, Pittsburgh, volume 33, n.º 3, 2000, pp. 623-633.

Henriques, U. R. Q., "The rise and decline of the separate system of prison discipline", in *Past and Present*, n.º 54, 1972, pp. 61-93.

Heras Santos, José Luis de las, "Los Galeotes de los Austrias: La penalidad al servicio de la armada", in *Historia Social*, n.º 6, invierno 1990, pp. 127-140.

Heras Santos, José Luis de las, *Justicia penal de los Austrias en la corona de Castilla*, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 1994.

Herculano, Alexandre, *História de Portugal*, Tomo II, Editora Bertrand, 1980.

Hespanha, António Manuel, "A punição e a graça", in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 4, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp.239-271.

Hespanha, António Manuel, *Justiça e Litigiosidade. História e prospectiva*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

Higgs, Michelle, *Prison Life in Victorian England*, Chalford, Tempus, 2007.

Hitchcock, Tim, *Down and Out in Eighteenth-Century London*, London, Hambledon Continuum, 2004.

Hobsbawn, Eric, *Bandidos*, Barcelona, Editorial Crítica, 2003.

Hoffer, Peter C; Hull, N. E. H, *Murdering Mothers: Infanticide in England and New England 1558-1803*, New York and London, New York University Press, 1984.

Iglesias Estepa, Raquel, *Crimen, Criminales y reos. La delincuencia y su represión en la antigua provincia de Santiago entre 1700 y 1834*, Vigo, Ediciones Nigratrea, 2007.



Jackson, Louise, "The child's word in court: cases of sexual abuse in London, 1870-1914", in Arnot, Margaret L.; Osborne, Cornelia (ed.), *Gender and Crime in Modern Europe*, London, Routledge, 2003, pp. 222-237.

Johnson, Eric, "Urban and Rural Crime in Germany, 1871-1914", in Johnson, Eric. A; Monkkonen, Eric H. (Edit.), *The civilization of crime. Violence in Town and Country since the Middle Ages*, Illinois, University of Illinois Press, 1996, pp. 217-257.

Johnston, Norman, *Forms of Constraint. A History of Prison Architecture*, Chicago, University of Illinois Press, 2000.

Jonnes, Joanne, "'She resisted with all her might': sexual violence against women in late nineteenth-century Manchester and local press", in D'Cruze, Shani, *Everyday Violence in Britain, 1850-1950*, London, Pearson Education Limited, 2000, pp.104-118.

Justino, David, *A formação do espaço económico nacional. Portugal 1810-1913*, 2 vols., Lisboa, Vega, 1989.

Jütte, Robert, "Syphilis and confinement. Hospitals in Early Modern Germany", in Junker, Detlef; Mattern, S. Daniel (eds.), *Institutions of confinement, hospitals, asylums and prisons in Western Europe and North America 1500-1950*, Cambridge, Cambridge University Press, 1996, pp. 97-115.

King, Peter, *Crime and Law in England, 1750-1840. Remaking justice from the margins*, Cambridge, University Press, 2006.

Klein, Herbert S., "A integração social e económica dos imigrantes portugueses no Brasil nos finais do século XIX e no século XX", in *Análise Social*, vol. XXVIII (121), 1993, pp. 235-265.

Kuper, Adam, "Incest, cousin marriage, and the origin of the human sciences in the nineteenth-century England", in *Past and Present. Journal of historical studies*, n.º 174, 2002, pp. 158-183.

Lage, Maria Otília Pereira, "Passagens ocultas: volfrâmio e contrabando – um negócio de fronteiras", in *Revista Campos Monteiro*, n.º 3, Coimbra, 2008, pp. 143-165.

Lagido, Emília; Durães, Margarida, "Mobilidade interna: migrações socioprofissionais dos Alto Minhos (séculos XVIII e XIX)", in *Congresso Internacional de História. Territórios, Culturas e Poderes. Actas*, vol. II, Braga, Núcleo de Estudos Históricos, Universidade do Minho, 2006, pp. 59-78.

Lanero Taboás, Daniel; Miguez Macho, Antonio; Rodríguez Gallardo, Ángel, "La «raia» galaico-portuguesa en tiempos convulsos. Nuevas interpretaciones sobre el control político y la cultura de frontera en las dictaduras ibéricas (1936-1945)", in Freire, Dulce; Rovisco, Eduarda; Fonseca, Inês (coords.), *Contrabando na Fronteira Luso Espanhola. Práticas, memórias e patrimónios*, Lisboa, Edições Nelson de Matos, 2009, pp. 57-87.

Leal, João, *Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e Identidade Nacional*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2000.

Lebigre, Arlette, "Sangrar e Purgar!", in Le Goff, Jacques, *As Doenças têm história*, Lisboa, Terramar, 1997, pp. 289-298.

Lemoine, Yves, *Crimes à Paris. Archives de la cour d'assises de la Seine (1817-1885)*, Paris, Éditions Michel de Maule, 2004.

Lemos, Miguel Roque dos Reis, *Anais Municipais de Ponte de Lima*, Braga, Câmara Municipal de Ponte de Lima, 1977.

Lima, José da Silva, "A festa da aldeia e os sentidos. O caso do Alto Minho", in Lima, José da Silva (coord.), *A Festa da Aldeia. Património Festivo Europeu. Actas do XX.º Atelier Eurethno*, Braga, Faculdade de Ciências Sociais, Alcalá, 2007, pp. 64-78.

Lima, José da Silva, "Festas", in Azevedo, Carlos Moreira, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 251-263.

Lopes, A. Oliveira de, *Valença do Minho*, Póvoa do Varzim, s. ed, 1978.

Lopes, Henrique Augusto Dias, *Poder e Violência em Proença-a-Nova de 1710 a 1750*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1996. Tese de mestrado policopiada.

Lopes, Maria Antónia, "Os pobres e a assistência", in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 501-515.

Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, Assistência e Controle Social em Coimbra (1750-1850)*, 2 vols., Viseu, Palimage Editores, 2000.

Lopes, Maria Antónia, "Crianças e jovens em risco nos séculos XVIII e XIX. O caso português no contexto europeu", in *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 2, 2002, pp. 155-184.

Lopes, Maria Antónia, "Intervenção da Coroa nas instituições de Protecção Social de 1750 a 1820", in *Revista de História das Ideias*, vol. 29, 2008, pp. 131-176.

Lopes, Maria Antónia, "Cadeias de Coimbra: espaços carcerários, população prisional e assistência aos presos pobres (1750-1850)", in Araújo, Maria Marta Lobo de; Ferreira, Fátima Moura Ferreira; Esteves, Alexandra (orgs.), *Pobreza e assistência do espaço ibérico (séculos XVI-XX)*, Braga, CITCEM, 2010, pp. 101-125.

Lopez Morán, Beatriz, *El bandoleirismo gallego*, Vigo, Edicions Xerais de Galicia, 1984.

López Taboada, José Antonio, "Emigración gallega a Portugal en la primeira metade del siglo XIX", in Eiras Roel, Antonio; Rey Castelao, Ofelia (coord.), *Migraciones internas y médium-distance en la Península Ibérica, 1500-1900, I Conferência Internacional de Demografia Histórica*, vol. II, Santiago de Compostela, Conselleria de Educación e Ordenación Universitaria, 1994, pp. 417-425.

Llorca Ortega, José, *Cárceles, presidios y casas de corrección en la Valencia del XIX. Apuntes históricos sobre la vida penitenciaria valenciana*, Valencia, Editorial Tirant lo blanch, 1992.

Loureiro, José Carlos de Magalhães, "A participação popular nas manifestações religiosas e o discurso das elites urbanas oitocentistas", in *Cadernos Vianenses*, tomo 32, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 2002, pp. 143-170.

Loureiro, José Carlos Magalhães, "As confrarias vianenses no século XIX: da evolução dos ingressos à emergência de novas formas de sociabilidade religiosa", in *Cadernos Vianenses*, n.º 31, 2002, pp. 71-113.

Lousada, Maria Alexandra e Monteiro, Nuno, Nuno Gonçalo, "Revoltas Absolutistas e movimentação camponesa no Norte, 1826-1827 (algumas notas)", in *O Liberalismo na Península Ibérica na primeira metade do século XIX*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1982, pp. 169-181.

MacDonald, Michael, "The Secularization of Suicide in England 1660-1800", in *Past and Present*, n.º 111, 1986, pp. 158-170.

Machado, António do Canto; Cardoso, António Monteiro, *A Guerrilha do Remexido*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1981.

Machado, Helena, "Bem-Comportadas, Mal-Comportadas – Imaginários do Feminino nos discursos Judiciários", in *Cadernos do Noroeste*, vol. 17 (1-2), Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 2002, pp. 187-210.

Machado, Helena, *Manual de Sociologia do Crime*, Porto, Edições Afrontamento, 2008.

MacNiell, William H., "A onda crescente de violência urbana", in *Braudel Papers*, n.º 7, 1994, pp. 1-9.

Magalhães, António, "Crianças pobres e doentes: a população jovem como objecto das práticas de caridade na Santa Casa da Misericórdia de Viana Foz do Lima (séculos XVI-XVIII)", in Araújo, Maria Marta Lobo de; Ferreira, Maria de Fátima (Orgs.), *A infância no universo assistencial da Península Ibérica (sécs. XVI-XIX)*, Braga, Instituto de Ciências Sociais, 2008, pp. 111-133.

Mantecón Movellán, Tomás Antonio, *Conflictividad y disciplinamiento rural del Antiguo Régimen*, Santander, Universidade da Cantábria, Fundação Marcelino Botín, 1997.

Mantecón Movellán, Tomas A., "Meaning and social context of crime in préindustrial times: rural society in the North of Spain, 17th and 18th centuries", in *Crime, Histoire & Sociétés/Crime, History and Societies*, vol. 2, n.º 1, 1998, pp. 49-73.

Mantecón Movellán, Tomás A., "Mujeres forzadas y abusos deshonestos en la Castilla Moderna", in *Manuscripts*, n.º 20, 2002, pp. 157-185.

Mantecón Movellán, Tomás A., "Proscritos y Proscripciones: Una Historia em Perspectiva", in Castillo, Santiago; Oliver, Pedro (coords.), *Figuras Del Desorden: Heterodoxos, proscritos e marginados*, Madrid, Siglo XXI, 2006, pp. 223-250.

Marcílio, Maria Luiza, "A criança abandonada na História de Portugal e do Brasil", in *IV Congresso Histórico de Guimarães. Do Absolutismo ao Liberalismo*, vol. IV, Braga, Câmara Municipal de Guimarães, 2009 pp. 331-355.

Marcos Arévalo, Javier, *El Hacinamiento, la marginación y la pena de muerte. (La cárcel de Badajoz en el siglo XIX)*, Badajoz, Gafisur, 1984.

Marques, Fernando Pereira, "Do vintismo ao cabralismo", in Reis, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Edições Alfa, 1990, pp. 23-106.

Marques, José, "A fronteira do Minho, espaço de convivência galaico-minhota, na Idade Média", in *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp. 697-712.

Marques, Mário Reis, "Estruturas jurídicas", in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 167-181.

Marques, Tiago Pires, *Crime e Castigo no Liberalismo em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005.

Marston, Edward, *Prison. Five hundred years of live behind bars*, Surrey, National Archives, 2009.

Martin García, Alfredo, "Levas honradas y levas de maleantes: los trabajadores forzosos en un arsenal del antiguo régimen", in *Obradoiro de Historia Moderna*, n.º 8, 1999, pp. 231-260.

Martins, Conceição Andrade, "Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913)", in *Análise Social*, vol. XXXII (142), 1997, pp. 483-535.

Martins, Maria da Graça, "Segurança fronteiriça em Trás-os-Montes na correspondência do Governo Civil de Bragança (1870-1874)", in *População e Sociedade, III Encontro internacional relações Portugal - Espanha. O vale do Douro no âmbito das regiões europeias*, n.º 13, Porto, CEPESE/Edições Afrontamento, 2007, pp. 143-177.

Martins, Moisés; Gonçalves, Albertino; Pires, Helena, *A Romaria de Nossa Senhora da Agonia. Vida e Memória da cidade de Viana*, Viana do Castelo, Grupo Desportivo e Cultural dos Trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, 2000.

Mata, Maria Eugénia, "As crises financeiras no Portugal contemporâneo: uma perspectiva de conjunto", in Matos, Sérgio Campos, *Crises em Portugal nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, pp. 33-55.

Mata, Eugénia; Valério, Nuno, *História Económica de Portugal. Uma perspectiva global*, 2.º edição, Lisboa, Editorial Presença, 2003.

Melossi, Dario; Pavarini, Massimo, *Cárcere e Fábrica. As origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX)*, Rio de Janeiro, Editora Revan, 2006.

McConville, Sean, "The Victorian Prison. England, 1865-1965", in Morris, Norval; David J. Rothman (edit.), *The Oxford History of Prison. The Practice of Punishment in Western Society*, New York, Oxford, Oxford University Press, 1998, pp. 117-150.

Medina García, Eusebio, *Contrabando en la frontera de Portugal: orígenes, estructuras, conflicto y cambio social*, Madrid, Universidad Complutense de Madrid, 2001. Tese de doutoramento policopiada.

Medina García, Eusebio, "Orígenes, características y transformación del contrabando tradicional en la frontera de Extremadura con Portugal", in Freire, Dulce; Rovisco, Eduarda; Fonseca, Inês (coords.), *Contrabando na Fronteira Luso Espanhola. Práticas, memórias e patrimónios*, Lisboa, Edições Nélson de Matos, 2009, pp. 131-163.

Menéndez Navarro, Alfredo, *Un mundo sin sol. La salud de los trabajadores de las minas de Almadén, 1750-1900*, Granada, Servicio de Publicaciones de Universidad de Granada, 1996.

Mendes, J. Amado, "Comércio, transportes e comunicações", in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 369-379.

Mendes, Jorge Amado, "Caminhos e problemas da historiografia portuguesa", in Torgal, Luís Reis, Mendes, José Amado; Catroga, Fernando, *História da História em Portugal. Sécs. XIX-XX*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1996, pp. 373-429.

Merinero Martín, María Jesus, *Amor, Rumor y Violência en Extremadura (1840-1960)*, Extremadura, Universidade de Extremadura, 1984.

Mesquita, José Carlos Vilhena, "O Remechido, glória e morte de um mito", in *Remexido*, Lagoa, Arquivo Municipal da Lagoa, 2005, pp. 12-28.

Milheiro, Maria Manuela de Campos, *Braga. A cidade e a festa no século XVIII*, Núcleo de Estudos da População e Sociedade, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais, Guimarães, 2003.

Minois, Georges, *História do Suicídio*, Lisboa, Editorial Teorema, 1998.

Mónica, Maria Filomena, *Fontes Pereira de Melo. Uma biografia*, 4.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Altheia Editores, 2009.

Mónica, Maria Filomena, "Um político. Fontes Pereira de Melo", in *Análise Social*, vol. XXXII, (143-144), 1997, pp. 731-745.

Monkkonen, H.; Johnson, Eric, A. (ed.) *The Civilization of Crime. Violence in Town and Country since the Middle Ages*, Illinois, University of Illinois Press, 1996.

Monkkonen, Eric, "New Standards for historical homicide research" in *Crime, Histoire and Sociétés/Crime, History and Societies*, vol. 5, n.º 2, 2001, pp. 5-26.

Monteiro, Ana; Velhas, Edite, "Estados do tempo e suicídio – coincidência ou consequência?", in *Colóquio Ibérico de Geografia*, VI, Porto, 1992, pp. 851-870.

Monteiro, António Miguelote C., "A vila de Cerveira e o seu castelo", in *Cadernos Vianenses*, Tomo XI, Dezembro de 1988, pp. 169-178.

Monteiro, Campos, *Entre-Douro e Minho*, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, 1929.

Monteiro, Isilda Braga da Costa, "A litigiosidade e o "perdão" em Vila Nova de Gaia (séculos XVII e XVIII)", in *Revista de Ciências Históricas*, vol. XI, Porto, 1996, pp. 101-112.

Monteiro, Nuno Gonçalo, "Conflitos e mobilizações na sociedade rural", in Reis, António, (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Publicações Alfa, 1990, pp. 235-242.

Monteiro, Nuno Gonçalo, "Os poderes locais no Antigo Regime", in Oliveira, César (dir.), *História dos Municípios e Poder Local. [Dos finais da Idade Média à União Europeia]*, Lisboa, Círculos de Leitores, 1996, pp. 17-77.



Moreira, Manuel António Fernandes, "Do cisma clerical à Patuleia em Viana", in *Cadernos Vianenses*, tomo 24, 1998, pp. 43-56.

Moreno Castillo, María Asunción, "Estudio del pensamiento de Cesare Beccaria, en la evolución del aparato punitivo", in García Valdés, Carlos (dir.), *História de la prisión. Teorías economicistas. Crítica*, Madrid, Edisofer, 1997, pp. 91-111.

Moreno, Humberto Baquero, *Marginalidade e conflitos sociais em Portugal nos séculos XIV e XV. Estudos de História*, Lisboa, Editorial Presença, 1985.

Moreno, Humberto Baquero, *Exilados, marginais e contestatários na sociedade medieval portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 1990.

Moreno, Humberto Baquero, "Conflitos fronteiriços hispano-portugueses nos finais da Idade Média", in *Revista de Ciências Históricas*, Porto, 2006, pp. 11-30.

Moreno, Manuel; Tortella, Jaime, *Bandoleros, Disidentes, Desafectos y Expatriados. Rebeldes*, Barcelona, Debolsillo, 2006.

Morris, Norval; David J. Rothman (edit.), *The Oxford History of Prison. The Practice of Punishment in Western Society*, New York, Oxford, Oxford University Press, 1998.

Myers, Martha A, "Female crime, History of", in Rafter, Nicole Hahn, *Encyclopedia of Women and Crime*, New York, Checkmark Books, 2003, pp. 71-72.

Muir, Edward, *Fiesta y Rito en la Europa Moderna*, Madrid, Editorial Complutense, 2001.

Muñoz Merino, Ana, *El delito del contrabando*, Pamplona, Editorial Aranzadi, 1992.

Muñoz Pereira, Javier G., "La recepción en Europa de los sistemas penitenciarios norteamericanos", in García Valdés, Carlos (dir.), *História de la prisión. Teorías economicistas. Crítica*, Madrid, Edisofer, 1997, pp. 159-172.

Nardi, Alan, "Homicídios, furtos e penhoras: o crime na América Portuguesa do século XIX", in *Mneme-Revista de Humanidades*, vol. 7, n.º 16, Junho/Julho 2005, pp. 124-159.

Neves, António Amaro das, *Filhos das Ervas. A ilegitimidade no Norte de Guimarães: séculos XVII-XVIII*, Viseu, Núcleo de Estudos da População e Sociedade, Universidade do Minho, 2000.

Neto, Margarida Sobral, "A violência em Portugal na Idade Moderna", in *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXXVII, 2005, pp. 9-27.

Netto, Nilson Berenchtein, *Suicídio: Uma análise psicossocial a partir do materialismo histórico dialéctico*, São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007. Tese de mestrado policopiada.

Nielfa Cristóbal, Gloria, "A proposito de las migraciones en la historia", in *Cuadernos de Historia Moderna*, n.º 9, Madrid, 1988, pp. 217-227.

Nunes, António, "Banditismo e Criminalidade em meados do século XIX na região de Penafiel. (O processo de José do Telhado)", in *Cadernos do Noroeste*, vol. 11 (1), 1998, pp. 49-85.

Nutz, Thomas, "Global Networks and Local Prison Reforms: Monarchs, Bureaucrats and Penological Experts in Early Nineteenth-Century Prussia", in *German History*, vol. 23, n.º 4, 2005, pp. 431-459.

O'Brien, Patricia, "The Prison on the continent: Europe, 1865-1965", in Morris, Norval; David J. Rothman (edit.), *The Oxford History of Prison. The Practice of Punishment in Western Society*, New York, Oxford, Oxford University Press, 1998, pp. 178-201

Oliver Olmo, Pedro, "El concepto de control social en la historia social: estructuración del orden y respuestas al desorden", in *Historia Social*, n.º 51, 2005, pp. 72-91.

Oliver Olmo, Pedro, "Historia y reinención del utilitarismo punitivo", in Gastón Aguas, José Miguel; Mendiola Gonzalo, Fernando (coord.) *Los trabajos forzados en la dictadura franquista:*

*Bortxazko lanak diktadura frankistan*, s.l., Instituto Gerónimo de Uztáriz-Memoriari Bideak, 2007, pp. 18-29.

Oliveira, A. Lopes de, *Terras de Coura*, s.l., s. ed., 1976.

Oliveira, A. Lopes de, *Valença do Minho*, Póvoa do Varzim, Editora Poveira, 1978.

Oliveira, A. Lopes de, *Imprensa Vianense*, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1996.

Oliveira, Aurélio, “«As prosperidades» dos fins do antigo Regime. Duas ou três considerações.”, in *IV Congresso Histórico de Guimarães. Do Absolutismo ao Liberalismo*, vol. I, Braga, Câmara Municipal de Guimarães, 2009, pp. 485-503.

Oliveira, César, “Os municípios no liberalismo monárquico constitucional”, in Oliveira, César (dir.), *História dos Municípios e Poder Local. [Dos finais da Idade Média à União Europeia]*, Lisboa, Círculos de Leitores, 1996, pp. 179-241.

Oliveira, Fernando, *O Vestuário Português ao tempo da Expansão – séculos XV e XVI*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para os Descobrimentos Portugueses, 1991.

Oliveira, Luisa Tiago de, *A Crise do Antigo Regime e as Cortes Constituintes de 1821-1822*, vol. IV. *A Saúde Pública no Vintismo*, Lisboa, Edições Sá da Costa, 1992.

Oliveira, Marta Tavares Escocard, “As Misericórdias e a assistência aos presos”, in *Cadernos do Noroeste*, vol. 11 (2), 1998, pp. 65-81.

O'Neill, Brian Juan, *Proprietários, Lavradores e Jornaleiros. Desigualdade Social numa Aldeia Transmontana, 1870-1978*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1984.

Ortega López, Margarita, “Violencia familiar en el pueblo de Madrid durante el siglo XVIII”, in *Cuadernos de Historia Moderna*, 31, 2006, pp. 7-37.

Ortego Gil, Pedro, "Algunas consideraciones sobre la pena de azotes durante los siglos XVI-XVIII", in *Hispania*, LXII/3, n.º 212, 2002, pp. 849-905.

Sánchez Ortega, Marái Helena, "La «pecadora» como disidente social", in Vaca Lorenzo, Ángel (Ed.), *Disidentes, Heterodoxos y Marginales en la História*, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 1998, pp. 143-179.

Pais, José Machado, *A prostituição e a Lisboa boémia do século XIX a inícios do século XX*, Lisboa, Âmbar, 2008.

Pais, Lúcia Maria de Sousa Gomes Gouveia, *Uma história das ligações entre a psicologia e o direito em Portugal: perícias psiquiátricas médico-legais e perícias sobre a personalidade dos analisadores*, Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, 2004. Tese de doutoramento policopiada.

Paiva, José Pedro; Lopes, Maria Antónia (Coord.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum. Sob o signo da mudança: de D. José a 1834*, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2008, pp. 65-104.

Palop Ramos, José Miguel, "Delitos e penas en la España del siglo XVIII", *Estudios. Revista de Historia Moderna*, n.º 22, 1996, pp. 65-104.

Paoli, Ugo Enrico, *La vida en la Roma Antigua*, Barcelona, Editorial Iberia, 2000.

Pardal, Rute, "A Criação dos filhos dos pobres e dos tinhosos: um aspecto esquecido da assistência da Misericórdia de Évora no século XVIII", in *Congresso Internacional de História. Territórios, Culturas e Poderes. Actas*, vol. II, Braga, Núcleo de Estudos Históricos, Universidade do Minho, 2007, pp. 757-766.

Pastoureau, Michel, *O tecido do diabo. Uma história das riscas e dos tecidos listrados*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996.

Pedro, Joana Maria, "Aborto, infanticídio e abandono de crianças: controle público do corpo das mulheres em Florianópolis - séculos XIX e XX", in *Cadernos do Noroeste*, vol. 11 (1), 1998, pp. 149-166.

Pellistrandi, Benôit, *As relações internacionais de 1800 a 1871*, Lisboa, Edições 70, 2000.

Peña Mateos, Jaime, "Antecedentes de la prisión como pena privativa de libertad en Europa hasta el siglo XVII", in García Valdés, Carlos (dir.), *História de la prisión. Teorias economicistas. Crítica*, Madrid, Edisofer, 1997, pp. 63-78.

Penedo, Cristina, "Alto Minho: comunidades rurais em mutação. Que implicações ao nível das formas de controle social e na expressão da desviância", in *Cadernos Vianenses*, Viana do Castelo, tomo 18, 1995, pp. 53-64.

Penteado, Pedro, "Confrarias", in Azevedo, Carlos Moreira (Dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 459-470.

Pereira, Ana Leonor, "A institucionalização da loucura em Portugal", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 21, Novembro de 1986, pp. 85-100.

Pereira, José Pacheco, "As lutas sociais dos trabalhadores alentejanos: do banditismo à greve", in *Análise Social*, vol. XVI (61-62), 1980, pp. 135-156.

Pereira, Maria das Dores de Sousa, *Entre Ricos e Pobres: a actuação da Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca (1630-1800)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca, 2008.

Pereira, Miriam Halpern, "«Decadência» ou subdesenvolvimento: uma reinterpretação das suas origens no caso português", in *Análise Social*, vol. XIV, 1978, pp. 7-20.

Pereira, Miriam Halpern, *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico: Portugal na Segunda Metade do Século XIX*, Lisboa, Sá da Costa, 1983.

Pereira, Miriam Halpern, *Das Revoluções Liberais ao Estado Novo*, Lisboa, Editorial Presença, 1994.

Pereira, Pedro Teixeira; Gomes, Eva; Martins, Olga, "A Alienação no Porto: o Hospital de Alienados do Conde Ferreira (1883-1908)", in *Revista da Faculdade de Letras. História*, Porto, III série, vol. 6, 2005, pp. 99-128.

Pérez Álvarez, María José, *La Montaña Noroccidental leonesa en la Edad Moderna*, León, Universidad, Secretariado de publicaciones, 1996.

Pérez Álvarez, María José, "Insalubridad y respuesta institucional en la ciudad de León en el siglo XVIII", in Castellao, Ofelia; López, Roberto J. (eds.), *El mundo urbano en el siglo de la Ilustración*, Santiago de Compostela, Xunta da Galicia, 2009, pp. 357-370.

Pérez Álvarez, María José, "Delito y Castigo: Presos y cárceles en el León del Antiguo Régimen", in Rubio Pérez, Laureno, *Pobreza, Marginación y Asistencia en la Península Ibérica (siglos XVI-XIX)*, León, Universidad de León, Área de Publicaciones, 2009, pp. 97-135.

Peristiany, J. G., *Honra e Vergonha. Valores da Sociedade Mediterrânica*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.

Perrot, Michelle, "Dramas e conflitos familiares", in Duby, Georges; Ariés, Philippe (dir), *História da Vida Privada. Da Revolução à Grande Guerra*, vol. 4, Porto, Edições Afrontamento, 1990, pp. 263-285.

Perrot, Michelle, "Personagens e papéis", in Duby, Georges; Ariés, Philippe (dir), *História da Vida Privada. Da Revolução à Grande Guerra*, vol. 4, Porto, Edições Afrontamento, 1990, pp. 121-185.

Perrot, Michelle, "Maneiras de habitar", in Duby, Georges; Ariés, Philippe (dir), *História da Vida Privada. Da Revolução à Grande Guerra*, vol. 4, Porto, Edições Afrontamento, 1990, pp. 307-323.

Perrot, Michelle, *Os Excluídos da História. Operários, mulheres e prisioneiros*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1992.

Perrot, Michelle, *Les Ombres de l'histoire. Crime et châtiment au XIX siècle*, Paris, Flammarion, 2001.

Petit, Jacques-Guy, *Ces peines obscures. La prison pénale en France (1780-1875)*, Paris, Fayard, 1990.

Petit, Jacques-Guy, "Los marginales en el centro de la historia", in Vaca Lorenzo, Ángel (Ed.), *Disidentes, Heterodoxos y Marginales en la Historia*, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 1998, pp. 269-280.

Philips, David, "Three "moral entrepreneurs" and the creation of "a criminal class" in England, c. 1790s-1840s", in *Crime, Histoire et Sociétés/Crime, History and Societies*, vol. 7, n.º 1, 2003, pp. 79-107.

Picca, Georges, *La Criminologie*, Paris, Presses Universitaires de France, 2007.

Pichot, P.; Fernandes, Barahona, *Um Século de Psiquiatria e a Psiquiatria em Portugal*, Lisboa, Roche, 1984.

Pinho, Isabel Maria Ribeiro T. de, "Os crúzios de Viana do Castelo e a sua expressão artística", in *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*, Série I, vol. V, VI, 2006-2007, pp. 467-487.

Polanah, Luís, "Do uso e significado das alcunhas na freguesia de Castro Laboreiro", in *Mínia*, Braga, 2.ª série, ano I, n.º 1, 1978, pp. 77-104.

Polanah, Luís, "O estudo antropológico das alcunhas", in *Revista Lusitana (Nova Série)*, 7, 1986, pp. 125-145.

Polanah, Luís, "Mexerico e maldizer no mundo rural", in *Revista de Guimarães*, n.º 103, 1993, pp. 111-128.

Porret, Michel, *Le crime et ses circonstances. De l'esprit de l'arbitraire au siècle des Lumières selon les réquisitoires des procureurs généraux de Genève*, Genève, Librairie Droz S.A., 1995.

Porter, Roy, *Historia Social de la Loucura*, Editorial Crítica, Barcelona, 1989.

Portugal, D. João de Almeida, *As prisões da Junqueira*, Lisboa, Frenesi, 2005, [1857].

Priestley, Philip, *Victorian Prison Lives. English Prison Biography. 1830-1914*, London, Methuen, 1985.

Queirós, Isabel Maria de Moura Ribeiro de, *Theudas e Mantheudas. A criminalidade feminina no reinado de D. João II através da leitura das cartas de perdão (1481-1485)*, vol. I, Porto, 1999. Tese de mestrado policopiada.

Rabaté, Colette, *Eva o María? Ser Mujer en la Época Isabelina (1833-1868)*, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 2007.

Rafter, Nicole Hahn, *Partial Justice. Women, Prisons, and Social Control*, Transaction Publishers, New Jersey, 2004.

Ramos, Anabela, *Violência e Justiça em Terras do Montemuro – 1708 -1820*, Viseu, Palimage Editores, 1998.

Ramos, Anabela, "O Purgatório dos Vivos: Um espreitar pelas cadeias do distrito de Viseu no século XVIII e 1.<sup>a</sup> metade do século XIX", in *Congresso Internacional de História. Territórios, Culturas e Poderes. Actas*, vol. I, Braga, Núcleo de Estudos Históricos, Universidade do Minho, 2006, pp. 405-416.



Reis, António Matos, "Viana, a cidade através do tempo", in *Cadernos Vianenses*, Tomo XVI, 1993, pp. 13-30.

Relvas, Eunice, *Esmola e degredo. Mendigos e Vadios em Lisboa (1835-1910)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002.

Rey Castelao, Ofelia, "Movimentos migratórios en Galicia, siglos XVI-XIX", in Eiras Roel, António; Rey Castelao, Ofelia (coord.), *Migraciones internas y médium-distance en la Península Ibérica, 1500-1900, I Conferência Internacional de Demografia Histórica*, vol. II, Santiago de Compostela, Conselleria de Educación e Ordenación Universitaria, 1994, pp. 85-139.

Ribeiro, Ana Isabel, "Um crime no feminino. O caso Clesse (1771-1772)", in *Revista Portuguesa de História*, t. XXXV, 2001-2002, pp. 347-377.

Ribeiro, Ana Sofia Vieira, *Convívios difíceis: viver, sentir e pensar a violência no Porto de setecentos. (1750-1772)*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008. Tese de mestrado policopiada.

Ribeiro, António Magalhães da Silva, *Práticas de caridade na Misericórdia de Viana da Foz do Lima (séculos XVI-XVIII)*, 2 vols., Braga, Universidade do Minho, 2009. Tese de doutoramento policopiada.

Robert, Philippe, *Sociologia do Crime*, Prepólis, Editora Vozes, 2007.

Robertson, Stephen, *Crimes Against Children. Sexual Violence and Legal Culture in New York City, 1880-1960*, Chapel Hill and London, University of North Carolina Press, 2005.

Robles Jáen, Cristóbal, "Espanha y la Crisis Portuguesa de 1846", in *Hispânia*, LX/3, n.º 206, 2000, pp. 1001-1046.

Rocha, Joaquim, *Tomaz das Quingostas. 2.º Centenário do seu nascimento*, Melgaço, Câmara Municipal de Melgaço, 2008.

Rodrigues, Ana Maria, *Espaços, Gente e Sociedade no Oeste. Estudos sobre Torres Vedras medieval*, Cascais, Patrimonia Historica, 1996.

Rodrigues, José Damião, "Criminalidade e violência em Ponta Delgada no final do Antigo Regime (1706-1817). Para uma leitura das relações sociais", in *Colóquio Comemorativo dos 450 Anos da Cidade de Ponta Delgada. Actas*, Ponta Delgada, 1999, pp. 153-178.

Rodrigues, Henrique Fernandes, "Emigração clandestina de portugueses para Espanha no século XIX. (Análise dos livros de recenseamento militar, 1855-1856)", in Eiras Roel, Antonio; Rey Castelao, Ofelia (coord.), *Migraciones internas y médium-distance en la Península Ibérica, 1500-1900*, vol. II, Santiago de Compostela, Conselleria de Educación e Ordenación Universitária, 1994.

Rodrigues, Henrique, *Emigração e Alfabetização. O Alto Minho e a Miragem do Brasil*, Viana do Castelo, Governo Civil de Viana do Castelo, 1995.

Rodrigues, Henrique, *Emigração e Emigrantes. Vale do Lima no século XIX*, Viana do Castelo, CER/Henrique Rodrigues, 2006.

Rodrigues, Henrique, "Escolarização e alfabetização no Alto-Minho na segunda metade do século XIX", in *Revista de Demografia Histórica*, XXV, I, 2007, pp. 59-92.

Rodrigues, José Júlio, "Lisboa e a Cholera", in *Biblioteca do Povo e das Escolas*, n.º 88, 1884.

Rodrigues, Martinho Vicente, *Santa Casa da Misericórdia de Santarém – Cinco séculos de história*, Santarém, Edição da Santa Casa de Santarém, 2004.

Róldan Barbero, Horacio, *História de la Prision en España*, Barcelona, Publicaciones del Instituto de Criminología de Barcelona, 1988.

Romero Samper, Milagrosa, "Delito, Policía, y sociedad. Tendências actuales de la investigación y debate historiográfico", in *Cuadernos de Historia Moderna*, n.º 9, Madrid, Universidad Complutense, 1988, pp. 229-248.

Roque, João Lourenço, "Subsídios para o estudo da "revolta" em Portugal no século XIX. Alguns exemplos de motins (e outras acções de grupo) na região de Coimbra (1840-1860)", in *Revista de História das Ideias*, vol. 7, 1985, pp. 248-280.

Roque, João Lourenço, "Subsídios para o estudo da criminalidade na região de Coimbra no século XIX", in *Revista de História das Ideias. O Sagrado e o Profano*, vol. 9, 1987, pp. 631-665.

Roque, João Lourenço, "Epidemias no distrito de Coimbra no Século XIX", *Separata da Revista Portuguesa de História*, Tomo XXXIV, 2000, pp. 1-152.

Roque, João Lourenço, "Marginalidades sociais – o caso da mendicidade em Coimbra no século XIX", in Ventura, Leontina (coord.), *Economia, Sociedade e poderes. Estudos de homenagem a Salvador Dias Arnaut*, Braga, Faculdade de Letras de Coimbra, 2004, pp. 193-263.

Roth, Randolph, "Homicide in Early Modern England 1549-1800: The Need for a Quantitative Synthesis", in *Crime, Histoire et Sociétés/ Crime, History and Societies*, vol. 5, n.º 2, 2001, pp. 33-67.

Rousseaux, Xavier, "Crime, Justice and Society in Medieval and Early Modern Times: Thirty Years of Crime and Criminal Justice History: A Tribute to Herman Diedericks", in *Crime, histoire et sociétés/Crime, History and Societies*, vol. 1, n.º 1, 1997, pp. 87-118.

Rousseaux, Xavier, "La violencia en las sociedades premodernas: Nivelles, una ciudad de Brabante a lo largo de cinco siglos", in Fortea, Jose, I.; Gelabert, Juan, E.; Mantecón, Tomás, A. (ed.), *Furor et Rabies. Violencia, conflicto y marginación en la Edad Moderna*, Santander, Publicaciones de la Universidad de Cantabria, 2002, pp. 129-156.

Ruff, Julius, R., *Violence in Early Modern Europe, 1500-1800*, Cambridge, Cambridge University Press, 2001.

Ruiz Rodriguez, Ignacio, "Evolución histórica de las penas privativas de libertad", in García Valdés (dir.), Carlos, *História de la prisión. Teorías economicistas. Crítica*, Madrid, Edisofer, 1997, pp. 79-90.

Russell-Wood, A. J. R., "A emigração: fluxos e destinos", in Bethencourt, Francisco; Chaudhuri, Kirti (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. 3. Lisboa, Círculo de Leitores, 1997, pp. 158-168.

Sá, Isabel dos Guimarães, "Abandono de crianças, infanticídio e aborto na sociedade portuguesa tradicional através das fontes jurídicas", in *Penélope: fazer de desfazer história*, n.º 8, 1992, pp. 76-89.

Sá, Isabel dos Guimarães; Cortes, Nuno Osório, "A assistência à infância no Porto do século XIX: expostos e lactados", in *Cadernos de Noroeste*, vol. 5 (1-2), 1992, pp. 179-190.

Sá, Isabel dos Guimarães, *A Circulação de Crianças na Europa do Sul: o caso dos expostos do Porto no século XVIII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995.

Sá, Isabel dos Guimarães, "Entre Maria e Madalena: a mulher como sujeito e objecto de caridade em Portugal e nas colónias: séculos XVI-XVIII", separata do Congresso Internacional da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, *O rosto feminino da sociedade Portuguesa. Actas*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995, vol. 2, pp. 329-337.

Sá, Isabel dos Guimarães, "Os hospitais portugueses entre a assistência medieval e a intensificação dos cuidados médicos no Período Moderno", in *Actas do Congresso Comemorativo do V Centenário da Fundação do Hospital do Espírito Santo de Évora*, 1996, pp. 87-103.

Sá, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português 1500-1800*, Lisboa, Comissão Nacional dos Descobrimentos, 1997.

Sá, Isabel dos Guimarães, "Abandono de crianças, identidade e lotaria: reflexões em torno de um inventário", in *Inventário da Criação dos Expostos do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, Lisboa, Santa casa da Misericórdia, 1998, pp. IX-XXII.

Sá, Isabel dos Guimarães, "Misericórdias, Portugueses e Brasileiros", in *Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, pp. 117-133.

Sá, Isabel dos Guimarães, "Subalternas ou Excluídas? O caso das crianças abandonadas no Antigo Regime demográfico", in Vaz, Maria João, Relvas, Eunice, Pinheiro, Nuno (orgs.), *Exclusão na História. Actas do Colóquio Internacional sobre Exclusão Social*, Lisboa, Celta Editora, 2000, pp. 41-51.

Sá, Isabel dos Guimarães, "Assistência", in Azevedo, Carlos Moreira (Dir.), *Dicionário de História Religiosa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 140-148.

Sá, Isabel dos Guimarães, "Pobreza", in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol III, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 456-461.

Sá, Isabel dos Guimarães, "As Misericórdias nas sociedades portuguesas do período moderno", in *Cadernos do Noroeste*, n.º 15 (1-2), 2001, pp. 337-358.

Sá, Isabel dos Guimarães, "Justiça e Misericórdia(s): devoção, caridade e construção do estado ao tempo de D. Manuel I", in *Penélope*, n.º 29, 2003, pp. 7-31.

Sá, Isabel dos Guimarães; Lopes, Maria Antónia, *História Breve das Misericórdias Portuguesas. 1498-2000*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

Sampaio, Francisco, "Viana na 2.<sup>a</sup> metade do século XIX", in *Cadernos Vianenses*, Tomo I, 1978, pp. 68-73.

Sánchez, José António, "Mujer y violencia: Violación, estupro, malos tratos y asesinatos a comienzos del siglo XIX", in Cateria, Cinta (coord.), *De la Ilustración al Romanticismo. Cádiz, América y Europa ante la modernidad. VII Encuentro. La mujer en los siglos XVIII y XIX*, Cádiz, Servicio de publicaciones. Universidad de Cadiz, 1993, pp. 347-352.

Sallman, Jean-Michel, "Feiticeira", in Duby, Georges; Ariés, Philippe (dir.), *História da Vida Privada. Da Revolução à Grande Guerra*, vol. 3, Porto, Edições Afrontamento, 1990, pp. 516-533.

Santos, Carlota Maria Fernandes dos, *Santiago de Romarigães. Comunidade rural do Alto Minho. Sociedade e demografia (1640-1872)*, Porto, Câmara Municipal de Paredes de Coura, 1999.

Santos, Gizelda Maria Scalon Seixas, *Dicionário de Criminologia*, São Paulo, Ícone, 2007.

Santos, Maria José Moutinho dos, "O casamento na sociedade tradicional – algumas imagens da literatura de cordel", in *Revista da Faculdade de Letras - História*, série II, vol. 5, 1988, pp. 211-244.

Santos, Maria José Moutinho dos, "Criminalidade e comportamentos marginais no Porto em meados do séc. XIX: apontamentos para um estudo", in *Revista de História*, n.º 11, 1991, pp. 173-184.

Santos, Maria José Moutinho dos, "O ensino nas prisões: o exemplo da cadeia da Relação do Porto no século XIX", in *Revista da Faculdade de Letras. História*, n.º 10, 1993, pp. 289-300.

Santos, Maria José Moutinho dos, "O Tribunal e a cadeia da Relação do Porto: Percursos e espaços da justiça", in *Comemoração dos Quatrocentos anos da Casa da Relação do Porto*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1995, pp. 53-70.

Santos, Maria José Moutinho dos, "Os jovens delinquentes nas prisões do Porto", in *Revista de Ciências Históricas*, vol. XI, 1996, pp. 189-204.

Santos, Maria José Moutinho dos, *A Sombra e a Luz. As prisões do Liberalismo*, Porto, Edições Afrontamento, 1999.

Santos, Maria José Moutinho dos, "A Real Casa Pia de Correção e Educação do Porto, 1792-1804", in *Revista da Faculdade de Letras. História*, Porto, Série III, vol. 2, 2001, pp. 129-144.

Santos, Maria José Moutinho dos, "Bonfim - séc. XIX: A regedoria na segurança urbana", in *Cadernos Bonfim*, n.º1, Porto, Junta da freguesia de Bonfim, 2001.

Santos, Maria José Moutinho dos, "Liberalismo, legislação criminal e codificação. O Código Penal de 1852, Cento e cinquenta anos da sua publicação", in *Revista da Faculdade de Letras. História*, Porto, III Série, vol. 3, 2002, pp. 97-102.

Santos, Maria José Moutinho dos, "A introdução da polícia civil em Portugal: entre projectos e realidades, os equívocos de uma polícia de segurança.", in Almeida, Pedro Tavares de; Marques, Tiago Pires (coords.), *Lei e Ordem. Justiça Penal, Criminalidade e Polícia (séculos XVIII-XIX)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, pp. 131-145.

Santos, Maria José Moutinho dos, "A historiografia francesa e as prisões", in *Intercâmbio*, 2007, pp. 65-70.

Santos, Maria José Moutinho dos, "Menores no Porto: entre o desamparo e o crime (1880-1911)", in *Ler História*, n.º 53, 2007, pp. 71-92.

Santos, Maria José Moutinho dos, "Delinquência urbana e formas de repressão em Portugal nos finais do Antigo Regime (1760-1801)", in Rubio Pérez, Laureno, *Pobreza, Marginación y Asistencia en la Península Ibérica (siglos XVI-XIX)*, León, Universidad de León, Área de Publicaciones, 2009, pp. 199-219.

Santos, Maria de Lurdes Lima dos, "Sociabilidade, comunicação e aprendizagem", in Reis, António, (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Publicações Alfa, 1990, pp. 365-388.

Sanz Delgado, Enrique, "Las Viejas cárceles: Evolución de las garantías regimentales", in *ADPCP*, Tomo LVI, 2004, pp. 253-250.

Saraiva, Clara, "Casar em casa": A organização familiar numa comunidade no litoral minhoto", in *Cadernos Vianenses*, Viana do Castelo, 1995, pp. 29-52.

Sarasúa, Carmen, *Criados, nodrizas y amos. El servicio doméstico en la formación del mercado de trabajo madrileño, 1758-1868*, Madrid, Siglo veintiuno de españa editores, 1994.

Sarti, Raffaella, *Casa e Família. Habitar, Comer e Vestir na Europa Moderna*, Lisboa, Editorial Estampa, 2001.

Scott, Joan Wallach; Hufton, Olwen, "Women in History", in *Past and Present*, n. ° 10, 1983, pp. 141-157.

Serna Alonso, Justo, *Presos y pobres en la España del XIX. La determinación social de la marginación*, Barcelona, PPU, 1988.

Serpentini, Antoine Laurent, "La criminalité de sang en Corse sous la domination génoise (fin XVII-début XVIII siècles)", in *Crime, Histoire & Sociétés/Crime, History & Societies*, vol. 7, n.º 1, 2003, pp. 57-78.

Serrão, José Vicente, "O quadro económico. Configurações estruturais e tendências de evolução", in Mattoso, José (dir.) *História de Portugal*, vol. 4, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 71-117.

Shakesheff, Timothy, *Rural Conflict, Crime and Protest: Herefordshire, 1800-1860*, Suffolk, The Boydell Press, 2003.



Sharpe, James A., "Crime in England: Long-Term Trends and the Problem of Modernization", in Johnson, Eric. A; Monkkonen, Eric H. (Edit.), *The civilization of crime. Violence in Town and Country since the Middle Ages*, Chicago, University of Illinois Press, 1996, pp. 17-34.

Sharpe, J. A., *Crime in Early Modern England 1550-1750*, New York, Addison Wesley Longman, 1999.

Sharpe, Jim, "Crime, order and historical change", in Muncie, John; McLaughlin, Eugene (Eds.), *The problem of crime*, London, Sage Publications, 2002, pp. 107-149.

Shoemaker, Donald J., *Theories of delinquency. An examination of explanations of the delinquency behavior*, Oxford University Press, New York, 2010.

Shoemaker, Robert B., "The Decline of the public insult in London in 1660-1800", in *Past and Present*, n.º 169 (1), 2000, pp. 97-131.

Shore, Heather, "The trouble with boys: gender and the "invention" of the juvenile offender in early nineteenth Britain", in Arnot, Margaret L.; Osborne, Cornelia (Edi.), *Gender and Crime in Modern Europe*, London, Routledge, 2003, pp. 75-92.

Shorter, Edward, *A Formação da Família Moderna*, Lisboa, Terramar, 1995.

Sieber, Tim, "Ruas da cidade e sociabilidade pública", in Cordeiro, Graça Índias; Vidal, Frédéric Vidal (orgs.) *A Rua. Espaço, tempo, sociabilidade*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, pp. 47-64.

Simón Palmer, Maria del Carmen, "Aspectos religiosos de la cocina de Palacio", in Garrido Aranda, Antonio, *Los Sabores de España y América*, Huesca, Editorial Val de Onsera, 1999.

Silva, António Martins, "A vitória definitiva do liberalismo e a instabilidade constitucional: cartismo, setembrismo e cabralismo", in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. V, Porto, Círculo de Leitores, 1993, pp. 89-105.

Silva, Hugo Ribeiro da; Cardoso, Susana, "Escrituras de perdão num notário do Porto (1650-1700)", in *Revista da Faculdade de Letras. História*, III Série, vol. 5, Porto, 2004, pp. 167-192.

Silva, Célia Taborda da "As movimentações populares de 1846 em Viana e seu distrito", in *Cadernos Vianenses*, tomo 24, 1998, pp. 81-95.

Silva, Célia Maria Taborda da, *Movimentos sociais no Douro no período de implantação do Liberalismo (1834-1855)*, Porto, Faculdade de Letras do Porto, 2005. Tese de doutoramento policopiada.

Silva, Luísa Ferreira da, "O direito de bater na mulher – violência interconjugal na sociedade portuguesa", in *Análise Social*, vol. XXVI (111), 1999 (2.º), pp. 385-397.

Silva, Manuel Carlos, *Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*, Porto, Edições Afrontamento, 1998.

Silva, Manuela Santos, "Galegos e minhotos à conquista do litoral do centro de Portugal: vestígios da sua presença e acção na região medieval de Óbidos", in *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: in memoriam*, vol. II, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 1999, pp. 397-407.

Silva, Nuno J. Espinosa Gomes, *História do Direito Português. Fontes do Direito*, 3.ª edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

Silva, Susana, Serpa, "1830-1835 – Seis anos de Criminalidade e violência em Ponta Delgada. Subsídios para um estudo multiface", in *Arquipélago. História*, 2.ª Série, II, 1997, pp. 209-244.

Silva, Susana Paula Franco Serpa, *A Criminalidade e a Justiça na comarca de Ponte Delgada. Uma abordagem com base nos processos penais (1830-1841)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1997. Tese de mestrado policopiada.

Silva, Susana Serpa, "Mendicidade e vadiagem na comarca de Ponta Delgada (Segundo quartel do século XIX)", in Vaz, Maria João; Relvas, Eunice; Pinheiro, Nuno (orgs.), *Exclusão na História. Actas do Colóquio Internacional sobre Exclusão Social*, Oeiras, Celta Editora, 2000, pp. 169-198.

Silva, Susana Paula Franco Serpa, *Violência, Desvio e Exclusão na Sociedade Micaelense Oitocentista (1842-1910)*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2006. Tese de doutoramento policopiada.

Silva, Susana Serpa, "Alcoolismo e criminalidade no século XIX. O caso da ilha de S. Miguel", in *Ler História*, n.º 53, 2007, pp. 93-111.

Sleebe, Vincent, "Community and Social Control: An Enquire into the Dutch Experience", in Emsley, Clive; Johnson, Eric; Spierenburg, Pieter, *Social Control in Europe*, vol. 2, Ohio, Ohio State University, 2004, pp. 167-190.

Soares, Ivone, Maria Ivone da Paz, *E a sombra se fez verbo. Quotidiano Feminino Setecentista por Braga*, Braga, Associação Comercial de Braga, 2009.

Solé, Maria Glória Parra Santos, *Meadela, Comunidade rural do Alto Minho: sociedade e demografia (1593-1850)*, Guimarães, NEPS, 2001.

Sournia, Jean Charles, *História da Medicina*, Lisboa, Instituto Piaget, 1992.

Sousa, Fernando Alberto Pereira de, *A população portuguesa nos inícios do século XIX*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1979. Tese de doutoramento policopiada.

Sousa, Gonçalo de Vasconcelos e "A Joalheria portuguesa dos séculos XVIII e XIX à luz da documentação", in *Museu*, IV série, n.º 3, 1995, pp. 115-186.

Sousa, Paulo Silveira e, "A construção do aparelho periférico do Ministério da Fazenda em Portugal", in Almeida, Pedro Tavares de; Branco, Rui Miguel C. (coord.), *Burocracia, Estado e Território. Portugal e Espanha (séculos XIX-XX)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007, pp. 111-136.

Sousa, Rita Martins de, "Moeda e Estado: políticas monetárias e determinantes da procura (1688-1797)", in *Análise Social*, vol. XXXVIII, 2003, pp. 771-792.

Spierenburg, Pieter, "Faces of violence: homicide trends and cultural meanings: Amesterdam, 1431-1816", in *Journal of Social History*, 1994, pp. 701-716.

Spierenburg, Pieter, "Four Centuries of Prison History, Punishment, Suffering, the Body and Power", Finzsch, Norbert; Jütte, Robert (eds.), in *Institutions of Confinement, Hospitals, Asylums, and Prisons in western Europe and north America, 1500-1950*, Cambridge, University Press, 1996, pp. 17-35.

Spierenburg, Pieter, "How violent were women? Court cases in Amsterdam, 1650-1750", in *Crime, Histoire & Sociétés/Crime, History and Societies*, n.º 1, vol. 1, 1997, pp. 9-28.

Spierenburg, Pieter, "Knife Fighting and Popular Codes of Honor in Early Modern Amsterdam", in Spierenburg, Pieter, *Men and Violence: gender, honor and rituals in modern Europe and America*, Ohio State University Press, 1998, pp. 103-127.

Spierenburg, Pieter, "Violencia, género y entorno urbano: Amsterdam en los siglos XVII y XVIII", in Fortea, I. José; Gelabert, Juan E.; Mantecón, Tomas A. (edit.), *Furor et rabies. Violencia, conflicto y marginación en la Edad Moderna*, Santander, Universidad de Cantábria, 2002, pp. 99-128.

Spierenburg, Pieter, "Social Control and History: An Introduction", in Emsley, Clive; Johnson, Eric; Spierenburg, Peter (ed.), *Social Control in Europe*, Ohio, Ohio University Press, 2004, pp. 1-21.

Spierenburg, Pieter, *History of Murder*, Cambridge, Polity Press, 2008.

Spierenburg, Pieter, *The Spectacle of Suffering. Executions and the evolution of repression: from a preindustrial metropolis to the European experience*, Cambridge, Cambridge University Press, 2008.

Stone, Lawrence, "Interpersonal Violence in English Society 1300-1980", in *Past and Present. A journal of historical studies*, n.º 101, 1983, pp. 22-33.

Sousa, Fernando de, *A População Portuguesa nos inícios do século XIX*, Porto, 1979. Tese de doutoramento policopiada.

Sousa, Fernando; Alves, Jorge Fernandes, *Alto Minho. População e Economia nos Finais de Setecentos*, Lisboa, Editorial Presença, 1997.

Subtil, José Manuel Louzada Lopes, *O Vintismo e a Criminalidade (1820/1823)*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1986. Tese de mestrado policopiada.

Subtil, José, "O governo da Câmara e da comarca de Viana do Castelo nos finais do antigo regime (1755-1834). (Teoria, fontes e metodologia)", in *Cadernos Vianenses*, Tomo XX, 1996, pp. 115-156.

Sullivan, Anne, "Female Crime, Explanations of", in Rafter, Nicole Hahn, *Encyclopaedia of Women and Crime*, New York, Checkmark Books, 2003, pp. 70-71.

Tengarrinha, José, *Movimentos Populares Agrários em Portugal (1808-1825)*, 2 vols., Lisboa, Publicações Europa-América, 1994.

Tengarrinha, José, "Política popular e notáveis locais em Portugal (fim do Antigo Regime a meados do século XIX)", in *Análise Social*, vol. XLI (178), 2006, pp. 75-98.

Tinková, Daniela, "Protéger ou punir? Les voices de la décriminalisation de l'infanticide en France et dans le domaine des Habsbourg (XVIII-XIX siècles)", *Crime, Histoire & Sociétés/Crime, History & Societies*, vol. 9, 2005, pp. 43-72.

Toma, Maristela, "História, legislação e degredo em Portugal", in *Justiça e História*, vol. 10, n.º 5, 2005, pp. 51-92.

Torgal, Luís Reis, "A instrução pública", in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 609-651.

Trinidad Fernández, Pedro, "La reforma de las cárceles en el siglo XIX: las cárceles de Madrid", in *Estudios de Historia Social*, Madrid, 22-23, 1982, pp. 69-188.

Trinidad Fernandez, Pedro, "Penalidad y gobierno de la pobreza en el Antiguo Régimen", in *Estudios de Historia Social*, Madrid, 48/49, 1989, pp. 7-64.

Trinidad Fernández, Pedro, *La defensa de la sociedad. Cárcel y delincuencia en España (siglos XVIII-XIX)*, Madrid, Alianza Editorial, 1991.

TsiKounas, Myriam (dir.), *Éternelles Coupables. Les femmes criminelles de l'Antiquité à nos jours*, Paris, Éditions Autrement, 2008.

Ujvari, Stefan Cunha, *A História e suas Epidemias. A convivência do homem com os microrganismos*, Rio de Janeiro, Editora Senac Rio, Editora Senac São Paulo, 2003.

Valverde Lamsfus, Lola, *Entre el deshonor y la miséria. Infancia abandonada en Guipúzcoa y Navarra siglos XVIII y XIX*, Bilbao, Servicio Editorial Universidad del País Vasco, 1994.

Vaquinhas, Irene, *Violência, Justiça e Sociedade Rural. Os campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1990. Tese de doutoramento policopiada.

Vaquinhas, Irene, "Alguns aspectos da violência rural nas comarcas de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918", in *Ler História*, nº 23, 1993, pp. 23-59.

Vaquinhas, Irene, *"Senhoras e mulheres" na Sociedade Portuguesa do século XIX*, Lisboa, Edições Colibri, 2000.

Vaquinhas, Irene, "Alguns aspectos da violência nos campos portugueses do século XIX", in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, tomo I, 2001, pp. 285-325.

Vaquinhas, Irene, *Nome de Código "33856". "Os jogos de fortuna ou azar" em Portugal entre a repressão e a tolerância (de finais do século XIX a 1927)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006.

Vargues, Isabel Nobre; Torgal, Luís Reis, "Da revolução à contra-revolução: vintismo, cartismo, absolutismo. O exílio político", in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 5, Porto, Círculo de Leitores, 1993, pp. 65-105.

Vargues, Isabel Nobre; Torgal, Luís Reis, "Produção e reprodução cultural", in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 685-696.

Vasconcellos, J. Leite de, *Etnografia Portuguesa. Tentame de Sistematização*, vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1980.

Vásquez Rodríguez, Xosé Manuel, "A Fentala, unha muller no final das gavillas", in *Boletín do Museo Provincial de Lugo*, n.º 6, 1993-1994, pp. 52-60.

Vaz, Maria João, *Crime e Sociedade: Portugal na segunda metade do século XIX*, Lisboa, Celta Editora, 1998.

Vaz Maria João, "Crimes e Cidades: Lisboa nos finais do século XIX", in Vaz, Maria João; Relvas, Eunice; Pinheiro, Nuno (orgs.), *Exclusão na História. Actas do Colóquio Internacional sobre Exclusão Social*, Oeiras, Celta Editora, 2000, pp. 139-147.

Vaz, Maria João, "Prisões de Lisboa no último quartel do século XIX", in Dores, António Pedro, (org.), *Prisões na Europa. Um debate que apenas começa*, Oeiras, Celta Editora, 2003, pp. 11-21.

Vaz, Maria João, *A Criminalidade em Lisboa entre meados do século XIX e o início do século XX*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2006. Tese de doutoramento policopiada.

Vázquez Gonzálvez, María Dolores, *Las carceles de Madrid en el siglo XVII*, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 1992. Tese de doutoramento policopiada.

Veloso, Carlos, *A alimentação em Portugal no século XVIII, nos relatos dos viajantes estrangeiros*, Coimbra, Minerva - História, 1992.

Ventura, Liliana de Almeida, *Criminalidade e Perdão numa Comunidade Rural. Sever do Vouga (1752-1831)*, Faculdade de Letras de Coimbra, Coimbra, 2006. Tese de mestrado policopiada.

Vicente, Ana, *As Mulheres Portuguesas vistas por Viajantes estrangeiros (séculos XVIII, XIX e XX)*, Lisboa, Gótica, 2001.

Vieira, Benedicta Maria Duque, *A Formação da Sociedade Liberal*, Lisboa, CEHC-ISCTE, 2005.

Vigarello, Georges, *História da Violação*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998.

Vigarello, Georges, *O Limpo e o Sujo. A Higiene do Corpo desde a Idade Média*, Lisboa, Editorial Fragmentos, 1988.

Villares, Ramón, *História da Galiza*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991.

Walkowitz, Judith R., "Sexualidades perigosas", in Duby, Georges; Perrot, Michelle, *História das Mulheres no Ocidente*, vol. 4, Porto, Edições Afrontamento, 1994, pp. 400-441.

Wateau, Fabienne, *Conflitos e água de rega. Ensaio sobre a Organização Social no Vale de Melgaço*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2000.



Weinberger, Barbara, "Urban and Rural Crime Rates and Their Genesis in Late Nineteenth-and Early Twentieth-century Britain", in Monkkonen, H.; Johnson, Eric, A. (ed.) *The Civilization of Crime. Violence in Town and Country since the Middle Ages*, Illinois, University of Illinois Press, 1996, pp. 298-216.

Wilson, Ben, *Decency and Disorder. The age of cant 1789-1837*, London, Faber and Faber, 2007.

Yun Casalilla, Bartolomé, *Crisis de Subsistencias y Conflictividad social en Cordoba a principios del siglo XVI. Una ciudad andaluza en los comienzos de la modernidad*, Cordoba, Estudios Cordobeses, Publicaciones de la Excma. Diputacion provincial, 1980.

## **GLOSSÁRIO**



**Adaga** – arma branca, larga e curta.

**Albardeiro** – aquele que faz ou vende albardas.

**Almotacé** - Inspector de pesos e medidas, que taxava o preços dos géneros alimentícios.

**Bacalhoeiro** – aquele que vende bacalhau.

**Bacamarte** – arma de fogo de cano curto e largo.

**Bandalha** – mulher que trabalha numa taberna, vagabunda.

**Bandalho** – farrapo, que anda esfarrapado.

**Bexigas** – o mesmo que variola.

**Bexigoso** – indivíduo que tem vestígios de variola.

**Brejeiro** – vadio, patife, grosseiro, reles.

**Botão** – brinco de orelha em forma de pequena bola, sem pingente.

**Bouça** – terreno geralmente murado ou delimitado por qualquer outro sistema de vedação, destinado à produção de mato, pinheiros ou carvalhos.

**Calceta** - grilheta, argola, com que se prendia a perna do condenado. Trabalho forçado de condenados. O condenado a trabalhos forçados.

**Canada** - antiga medida, igual a 4 quartilhos.

**Charolas** – andor para imagens religiosas.

**Chuço** - Vara ou pau.

**Clavina** – arma mais curta que a espingarda.

**Chioleiros** – aqueles que conduzem um carro de bois.

**Côngrua** – contribuição financeira para a sustentação dos párocos.

**Contas** – pequenas peças esféricas ou em forma de pipo.

**Cornetadas** – eventos nocturnos com música de latas, buzinas e funis, que costumam fazer-se em casos de pessoas que casavam em idade avançada, ou com grande diferença de idades.

Estas barulhentas manifestações eram muitas vezes causa de conflitos.

**Coura ou coira** – rameira desprezível pela sua idade avançada.

**Courão ou coirão** - mulher de má nota, concubina.

**Côvados** - antiga medida de comprimento, equivalente a sessenta e seis centímetros.

**Desobriga** - confissão e comunhão segundo os preceitos da igreja católica, efectuada na altura da Páscoa.

**Descantes** – concerto de instrumentos ou de vozes.

**Espigueiros** – casa ou lugar onde se guardam as espigas de milho.

**Florete** - arma branca, composta, além do cabo, de uma haste de metal, prismática e pontiaguda.

**Forneiro** – dono de forno ou aquele que trata do forno.

**Juiz eleito** - magistrado judicial eleito pelo povo em cada freguesia para causas de menor valor e para as primeiras diligências em processos crime.

**Juiz ordinário** – magistrado que administra a justiça num julgado ordinário, do qual há apelação para o juiz de direito.

**Laço** – peça de ourivesaria.

**Lei das Rolhas** – lei contra a liberdade de imprensa.

**Macaco** – homem finório, espertalhão, desconfiado.

**Mariola** – patife.

**Maroto** – pedinte, vagabundo, miserável, malandro.

**Morim** – pano branco e fino de algodão.

**Pataco** – moeda de bronze no valor de 40 réis.

**Pleuriz** – inflamação da pleura.

**Rapinante** – ladrão.

**Rebeca** – nome popular de violino.

**Regateira** – mulher que discute ou ralha recorrendo a linguagem grosseira ou mulher que compra pescado, fruta, hortalça e outros víveres para depois revender.

**Revolta dos Pinotes** – revolta popular que teve lugar em Viana do Castelo, em Outubro de 1846.

**Rosalgar** - uma das espécies de arsénico.

**Sachola** – espécie de enxada mais pequena.

**Sachada** – reunião de pessoas para sachar sobretudo o milho.

**Safado** – descarado, contumaz.

**Saragoça** – pano de lã.

**Segeiro** – que faz segas, carruagens de passeio de pequena dimensão, de um só assento.

**Serguilha** – pano de lã.

**Soga** – corda grossa.

**Tinhoso** – que tem tinha, espécie de lepra que atingia a cabeça.

**Tocata** - serenata

**Tranca** – pau grosso que se coloca nas portas e janelas por motivos de segurança.

**Traficante** – falta de seriedade.

**Tratante** – aquele que usa de tretas e embuste nos negócios.

**Tomadia** – apreensão

**Tronga** - barregã, prostituta

**Vasculho** – pessoa ordinária, coisa suja.

**Venda** - taberna

**Voltarete** – jogo de cartas.

**Zabaneira** – o mesmo que desavergonhada.





## **APÊNDICES**



### Quadro 1

#### Períodos de tempo de detenção na cadeia de Ponte de Lima (1732-1739)

Preso	Motivo da prisão	Tempo que passou na prisão	
		Data da entrada	Data da saída
Francisco Gonçalves	Querela de honra e virgindade	Agosto de 1732	Agosto de 1732
Manuel da Costa Campos	Uso de armas proibidas	Agosto de 1732	Setembro de 1732
Luís Vieira	-	Outubro de 1832	Novembro de 1732
Domingos Ribeiro	Querela de Honra e virgindade	Agosto de 1732	Novembro de 1832
Manuel Barbosa	Querela de ferimento	Setembro de 1732	Novembro de 1732
Henrique Borges Malheiro Bacellar	-	Setembro de 1732	Abril de 1733
Alexandre Pereira	-	Abril de 1733	Maio de 1733
Manuel Gonçalves Lima	Querela de ferimento	Julho de 1733	Julho de 1733
Luís Rodrigues	Querela de honra e virgindade	Setembro de 1733	Outubro de 1733
José de Magalhães	Querela de ferimento	Setembro de 1733	Outubro de 1733
Maria de Amorim	Devassa de resistência	Outubro de 1733	Outubro de 1733
Antónia de Araújo	-	Agosto de 1733	Novembro de 1733
Valeria Teixeira	Devassa de resistência	Outubro de 1733	Dezembro de 1733
Maria Rodrigues	Querela	Fevereiro de 1734	Fevereiro de 1734
Jacinto da Silva	Devassa de furto	Março de 1733	Abril de 1734
Domingos Gonçalves Barros	-	Agosto de 1734	Agosto de 1734
Marcos Barbosa	Devassa de ferimento	Maio de 1734	Fevereiro de 1735

António Fiúza	-	Setembro de 1734	Fevereiro de 1735
Domingos de Barros	Querela de honra e virgindade	Setembro de 1733	Fevereiro de 1735
Francisco Mendes	-	Outubro de 1735	Novembro de 1735
Silvestre José	Devassa de ferimento	Dezembro de 1734	Abril de 1736
Manuel Velho	querela	Maio de 1736	Maio de 1736
Bernardo de Sá	-	Dezembro de 1734	Julho de 1736
Gregório Álvares	Querela de ferimento	Maio de 1736	Fevereiro de 1737
João Gomes	-	Agosto de 1737	Agosto de 1737
Alexandre Álvares	-	Outubro de 1736	Agosto de 1737
José Fernandes	Devassa de ferimento	Agosto de 1737	Outubro de 1737
Gaspar Rodrigues	Devassa de ferimento	Agosto de 1737	Outubro de 1737
José Nunes Viegas	-	Janeiro de 1736	Outubro de 1738
Gonçalo Coelho de Araújo e Sousa	-	Fevereiro de 1738	Fevereiro de 1738
José da Costa	Rapto	Agosto de 1736	Maio de 1738
Manuel de Matos	Querela de ferimento	Agosto de 1738	Agosto de 1738
Manuel Barbosa	Querela de ferimento	Setembro de 1738	Outubro de 1738
Manuel dos Santos	Querela de ferimento	Agosto de 1737	Janeiro de 1739
João Gomes	Crime de armas	Novembro de 1734	Janeiro de 1739
Pedro Dantas	Furto	Novembro de 1737	Janeiro de 1739
Agostinho Pereira	Querela de ferimento	Novembro de 1738	Janeiro de 1739
Cosme Rodrigues	Derrube de um muro	Novembro de 1736	Fevereiro de 1739
Manuel	Devassa de ferimento	Março de 1737	Fevereiro de 1739
José Ferreira	Devassa de ferimento	Janeiro de 1739	Maio de 1739
Josefa Maria Botelho de Magalhães	Querela	Maio de 1739	Junho de 1739
João Lopes Fradique	-	Março de 1739	Junho de 1739
Pedro Gomes	Querela de ferimento	Setembro de 1738	Agosto de 1739

Fonte: AMPL, *Livro de entrada de presos na cadeia – 1732*, n.º 538.